

ENIC

ENCONTRO DE INICIAÇÃO
CIENTÍFICA E PESQUISA

- 18ª EDIÇÃO -

ANAIIS DO 18º

ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

FACULDADES INTEGRADAS DE JAÚ

JAÚ - SP. OUTUBRO, 2021



ANAIS DO 18º ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DAS FIJ

Jau – SP
Outubro de 2021

As contribuições assinadas são de responsabilidade exclusiva dos autores

FACULDADES INTEGRADAS DE JAU

Direção das Faculdades Integradas de Jaú
Leonel Capetti

Responsável Geral pelo 18º Encontro de Iniciação Científica – FIJ
Núcleo Institucional de Pesquisa e Iniciação Científica - NIPIC

Responsável Técnico pelo 18º Encontro de Iniciação Científica – FIJ
Ademilson Cassiano da Silva

Comissão Organizadora

Ademir Testa Junior
Elisângela Ramos de Oliveira
Gustavo Rossanezi
Leonel Capetti

Lucia Helena O. Barros
José Augusto Pereira Ribeiro
Rui Carvalho Piva
Shaday M. Prudenciatti Ikehari

Comissão Científica

Ademir Testa Junior
Alessandro Gabriel Macedo Veiga
Ana Paula Ribeiro Razera
Andre Luiz Ventura Savio
Andrielle Araujo Oliveira
Bianca Callegari
Carla Maria Nicola Coletti
Celso Henrique Nicola
Cintia Milene Favaro Bochembuzio
Clerison Jose de Souza Bueno
Deivide Telles de Lima
Elaine Regina Cassoli
Eliete Janaina Bueno Bighetti
Evandro Antonio Bertoluci
Evandro Antonio Correa
Fabio Henrique Manso Micheloto
Fernando Frederico de Almeida Junior
Gabriel de Souza Zanini
Giovanna Castilho Davatz Lopes
Grasiela Lima
Gustavo Rossanezi
Heloisa Donzella
Heloisa Fernanda Zanato
Jamile Goncalves Calissi
Jose Augusto Pereira Ribeiro
Katia Aparecida da Silva Viegas
Kelly Cristina Dos Santos
Leticia Bosso Moreira

Lucia Helena Ormelese de Barros
Marcela Mangili Esteves Ivo
Marcelo Luis Aroeira Rosella
Marcelo Mott Peccioli Paulini
Mariene Mara Contador Furtado
Mateus Tamura Aranha
Natalia Carinhato Pastana
Patricia Pelegrina Rosseto
Paula Gripa Sant Ana
Perla Savana Daniel
Perola Liciane Baptista Cruz E Silva
Rafael Mattos De Deus
Renan Floret Turini Claro
Rui Carvalho Piva
Silvana Cristina Martiello Ferrari
Simone Cristina Mussio
Solimar Guindo Messias Bonjardim
Stefani Edvirgem Da Silva Borges
Suzana Abrunhosa
Tamires Daiane da Silva
Tanize do Espírito Santo Faulin
Thiago de Souza Candido
Vanderlei de Freitas Nascimento Junior
Vania Aparecida Borim Moretto Delpino
Viviane Rodrigues
Wanderlei Sebastiao Gabini
Wilson Cesar Lima Junior

Capa

Ademilson Cassiano da Silva

Diagramação e Editoração

Solimar Guindo Messias Bonjardim

APRESENTAÇÃO

As Faculdades Integradas de Jaú realizaram no final do mês de outubro o 18º ENIC - ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E PESQUISA DAS FACULDADES INTEGRADAS DE JAÚ.

O ENIC é um evento anual das Faculdades Integradas de Jaú que visa a divulgação das pesquisas realizadas na instituição, na comunidade acadêmica e nos órgãos voltados para a pesquisa da região em que a faculdade está inserida. Ele demonstra o compromisso institucional com a divulgação da pesquisa realizada.

Em 2021 o evento aconteceu em formato online, como no ano anterior, devido ao momento pandêmico em que o país está inserido. Mesmo online o evento manteve seu brilho e o comprometimento com a ciência e o conhecimento científico.

Núcleo Institucional de Pesquisa e Iniciação Científica - NIPIC
Faculdades Integradas de Jaú - FIJ

SUMÁRIO GERAL

SUMÁRIO DOS RESUMOS EXPANDIDOS POR TÍTULO

1. EDUCAÇÃO	7
2. CIENCIAS HUMANAS	7
3. CIENCIAS DA SAÚDE	9
4. CIENCIAS SOCIAIS APLICADAS	11

SUMÁRIO DOS RESUMOS SIMPLES POR TÍTULO	12
--	----

ÍNDICE DOS TRABALHOS POR AUTOR	839
--------------------------------	-----

SUMÁRIO GERAL

RESUMO EXPANDIDO

EDUCAÇÃO

A EDUCAÇÃO INFANTIL EM UMA ABORDAGEM REGGIANA	13
A FORMAÇÃO DE PROFESSORES IMPLICA NA VALORIZAÇÃO DO SER: UM NOVO NORMAL	17
A IMPORTÂNCIA DA LEITURA PARA A FORMAÇÃO DO LEITOR CRÍTICO	22
A INTELIGÊNCIA EMOCIONAL E A SAÚDE MENTAL: DISCUSSÕES NECESSÁRIAS NO AMBIENTE ESCOLAR	29
A TEMÁTICA INDÍGENA NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA DO 4º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL I: ENTRE LIMITAÇÕES, SILENCIAMENTOS E AVANÇOS	34
BARREIRAS INTERPOSTAS ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: CONTRIBUIÇÕES DO DESENHO UNIVERSAL PARA APRENDIZAGEM	41
BRINCAR EM TEMPOS DE PANDEMIA: O PAPEL DA FAMÍLIA	48
CONTRIBUIÇÕES DE HENRI WALLON PARA A EDUCAÇÃO: A IMPORTÂNCIA DA AFETIVIDADE E SEU PAPEL FUNDAMENTAL NO SÉCULO XXI	52
MÉTODO FÔNICO SEGUNDO A POLÍTICA NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO	58
NIETZSCHE NA PERSPECTIVA EDUCACIONAL: UMA ANÁLISE SOBRE OS OBJETIVOS DA EDUCAÇÃO FORMAL	65
O PROCESSO DE ADAPTAÇÃO E A IMPORTÂNCIA DO ACOLHIMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL	70
REFLEXÕES SOBRE ASPECTOS DO PRECONCEITO LINGUÍSTICO PERCEPTÍVEL NA SOCIEDADE BRASILEIRA	77
ROBÓTICA EDUCACIONAL: UMA METODOLOGIA ALTERNATIVA PARA O ENSINO DA MATEMÁTICA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	84

CIÊNCIAS HUMANAS

A CONSTRUÇÃO E DESCONSTRUÇÃO DE GÊNERO: O OLHAR DA PSICOLOGIA SOCIAL NO PROCESSO DE UMA EDUCAÇÃO NÃO- MACHISTA	91
A CONTRIBUIÇÃO DA CULTURA POPULAR PARA A FORMAÇÃO INTEGRAL DE JOVENS ADULTOS	98
A CRIANÇA E A ESCOLA NO CONTEXTO PANDÊMICO: UM OLHAR A PARTIR DA RELAÇÃO ESPAÇO E CORPO EM MERLEAU-PONTY	105
A EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA: UM ENSINO HÍBRIDO QUE TEM O ALUNO COMO PROTAGONISTA DA APRENDIZAGEM	112
A FARSA DO SONHO AMERICANO COM BASE NO LIVRO O GRANDE GATSBY	117
A FIGURA FEMININA PELA PERSPECTIVA DOS CONTOS DE FADAS MODERNOS: DICOTOMIAS EM DISCUSSÃO	120
A FORMAÇÃO DO PROFESSOR NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA	127
A IMPORTÂNCIA DA MÚSICA NO AMBIENTE ESCOLAR PARA O DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA	132

A IMPORTÂNCIA DA PSICOEDUCAÇÃO NA DEPENDÊNCIA QUÍMICA DO ÁLCOOL	139
A INFLUÊNCIA DA PORNOGRAFIA NA CONSTRUÇÃO DA SEXUALIDADE NA CONTEMPORANEIDADE	146
A NECESSIDADE DA EDUCAÇÃO PERMANENTE PARA O PROFISSIONAL DE ENFERMAGEM	153
A RELAÇÃO ENTRE AS HABILIDADES SOCIAIS INFANTIS E A REDUÇÃO DE PROBLEMAS COMPORTAMENTAIS: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	160
ALGUNS DESDOBRAMENTOS DA VIOLÊNCIA E FEMINICÍDIO NA VISÃO PSICANALÍTICA	166
ANSIEDADE COGNITIVA E SOMÁTICA EM COMPETIÇÕES DE TÊNIS DE MESA	173
APROPRIAÇÕES NEOLIBERAIS DA PSICOLOGIA: ACENOS PARA UMA REVOLUÇÃO ATRAVÉS DA CLÍNICA FENOMENOLÓGICA	180
ATENDIMENTO A JOVENS INSTITUCIONALIZADOS E EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL	188
ATUAÇÃO DE PSICÓLOGOS(AS) EM SITUAÇÕES DE CALAMIDADE PÚBLICA E EMERGÊNCIAS NO BRASIL	194
AUTORIDADE ANÔNIMA E A LIBERDADE: UM OLHAR FENOMENOLÓGICO PARA AS NARRATIVAS PRESENTES NO FÓRUM DA COMUNIDADE ASSEXUAL	202
CONJUGALIDADE NA CONTEMPORÂNEIDADE: A SATISFAÇÃO CONJUGAL NAS RELAÇÕES AMOROSAS	209
CONTRIBUIÇÕES DA MEDIAÇÃO DE CONFLITOS NO AMBIENTE ESCOLAR PARA O DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS SOCIOEMOCIONAIS	217
FORMAÇÃO DOCENTE E O PROFESSOR REFLEXIVO: A REFLEXÃO NAS ABORDAGENS DE ENSINO	224
INTERVENÇÕES A PARTIR DOS TRANSTORNOS DISRUPTIVOS NA INFÂNCIA	231
LUTO FETAL: O SOFRIMENTO QUE NÃO É VISTO	238
“MACUNAÍMA” - O HERÓI DA NOSSA GENTE E A PERSONIFICAÇÃO DO POVO BRASILEIRO NA OBRA DE MÁRIO DE ANDRADE	244
MUSICOTERAPIA COMO INTERVENÇÃO PARA PESSOAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)	252
NOVAS TECNOLOGIAS NO ENSINO DE ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS: CONTRIBUIÇÕES DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR	259
O ALERTA DENTRO DA NARRATIVA EM O CONTO DA AIA	265
O DESENVOLVIMENTO AFETIVO E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O TRANSTORNO DE PERSONALIDADE NARCISISTA	271
O IMPACTO DAS REDES SOCIAIS NA CONSTRUÇÃO DO AUTOCONCEITO DO ADOLESCENTE	279
O LUTO: UMA VISÃO PSICOSSOCIAL E A ATUAÇÃO DOS PSICÓLOGOS DIANTE DA CATÁSTROFE PANDÊMICA	286
O PROCESSO NARRATIVO DO RPG DE MESA	292
O SENTIDO EM SER MÃE: UMA COMPREENSÃO DA MATERNIDADE À LUZ DA LOGOTERAPIA	296
O TRANSTORNO DE DÉFICIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE COMO COADJUVANTE DOS CONFLITOS CONJUGAIS	303

OS DESAFIOS E AS MUDANÇAS EDUCACIONAIS EM TEMPOS DE PANDEMIA	307
OS FILHOS DA VIOLÊNCIA: CARTILHA EDUCATIVA PARA PAIS E RESPOSÁVEIS	314
PANDEMIA, ADAPTAÇÕES TRABALHISTAS COM FOCO EM HOME OFFICE E SAÚDE MENTAL	321
RELAÇÕES DE PODER ENVOLTOS SOBRE O SEXISMO E A CONSTRUÇÃO DA CARREIRA PROFISSIONAL DE MULHERES	328
TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: A BUSCA POR UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE QUALIDADE	336
UMA ANÁLISE CRÍTICA ACERCA DAS DESIGUALDADES EDUCACIONAIS NO BRASIL, POTENCIALIZADAS PELA PANDEMIA	341
VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA NA INFÂNCIA E OS REFLEXOS NA VIDA ADULTA	348

CIÊNCIAS DA SAÚDE

A HISTÓRIA DA CANNABIS SATIVA	352
A PANDEMIA DE COVID-19 E SAÚDE MENTAL DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE DA LINHA DE FRENTE	362
A PERSPECTIVA DOS ALUNOS DE ENFERMAGEM DURANTE A GRADUAÇÃO SOBRE O PROCESSO MORTE E MORRER	368
A SITUAÇÃO DAS GESTANTES BRASILEIRAS COM COVID-19	373
AÇÃO DOS PREBIÓTICOS E PROBIÓTICOS NA COVID-19	378
ACOLHIMENTO A POPULAÇÃO LGBTQIA+ NOS SERVIÇOS DE SAÚDE: UMA REVISÃO APÓS PUBLICAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL	383
ADESÃO DE PACIENTES PORTADORES DE INSUFICIÊNCIA RENAL CRÔNICA À TERAPIA DIALÍTICA	390
ALTERAÇÕES NA ROTINA DE ESTUDO E SAÚDE MENTAL DOS UNIVERSITÁRIOS NO CONTEXTO DA PANDEMIA: UMA REVISÃO NARRATIVA DA LITERATURA	395
ANTIGUIDADE E O CÂNCER	402
ASSISTÊNCIA DA ENFERMAGEM EM PACIENTES SUBMETIDOS A GASTROPLASTIA	406
ASSISTENCIA DE ENFERMAGEM EM GESTANTES PORTADORAS DO CANCER DE MAMA	413
ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM FRENTE A MORTE ENCEFÁLICA	418
ASSOCIAÇÃO ENTRE TIREOIDITE DE HASHIMOTO E O CÂNCER DE TIREOIDE: UMA REVISÃO DE LITERATURA	424
ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO NO DIAGNÓSTICO DA SÍNDROME DE HELLP	430
BENEFÍCIOS E DESAFIOS DO USO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO NA ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL DE ENFERMAGEM	434
COMPARAÇÃO DA FORÇA DE QUADRÍCEPS EM IDOSOS ATIVOS E SEDENTÁRIOS	442
CONTRIBUIÇÃO DA DANÇA NO DESENVOLVIMENTO NEUROMUSCULAR E FORÇA EM IDOSOS	455

CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA HOSPITALAR NOS CUIDADOS PALIATIVOS	460
CORONOFOBIA: UM INIMIGO “INVISÍVEL”	466
DESAFIOS DA EQUIPE DE ENFERMAGEM NO ENFRENTAMENTO DA COVID-19	472
DIABETES MELLITUS DO TIPO 1: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE OS NOVOS TRATAMENTOS	480
DIAGNÓSTICO LABORATORIAL DE INFECÇÃO PULMONAR POR PSEUDOMONAS AERUGINOSA EM PACIENTES FIBROSCÍSTICOS	487
EMPREENDEDORISMO NA ÁREA DA ENFERMAGEM	492
ESTUDO DO CONHECIMENTO ACERCA DA PREVENÇÃO DO CÂNCER DE PELE E SUA ASSOCIAÇÃO COM A EXPOSIÇÃO SOLAR EM TRABALHADORES EXPOSTOS DIARIAMENTE AO SOL	498
IMUNOSSENESCÊNCIA E COVID-19: ASSOCIAÇÃO ENTRE A IDADE AVANÇADA E ACOMETIMENTO GRAVE EM INFECÇÃO POR SARS-COV2 APÓS A VACINAÇÃO	505
INDICADORES DO NÍVEL DE INTENSIDADE DO ESFORÇO FÍSICO EM PRATICANTES DE CROSSFIT	512
INFECÇÃO BACTERIANA SECUNDÁRIA EM PACIENTES COM COVID-19: UMA REVISÃO DE LITERATURA	521
LEVAMENTO DE MORTES POR INFECÇÃO RESPIRATÓRIA NO PERÍODO PRÉ-COVID-19 NO BRASIL	528
LUZ, CÂMERA E CÉREBRO – O CINEMA COMO ESPELHO DA PSICOLOGIA HUMANA	535
MATERNIDADE REAL: PERDA E SOFRIMENTO DE MÃES DE ANJOS	541
MUCOSITE ORAL	549
NÍVEL DE ATIVIDADE FÍSICA E COMPORTAMENTO SEDENTÁRIO EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19	553
O ACOLHIMENTO DE GESTANTES NOS SERVIÇOS DE ATENÇÃO BÁSICA: REVISÃO INTEGRATIVA	560
O FARMACÊUTICO E A FITOTERAPIA	567
O GENGIBRE: OS BENEFÍCIOS DO ÓLEO ESSENCIAL	575
O IMPACTO CAUSADO NAS CONDIÇÕES DA SAÚDE MENTAL ENTRE TRABALHADORES DA SAÚDE E DA EDUCAÇÃO COM O ADVENTO DA PANDEMIA DO COVID-19	578
O PAPEL DA ENFERMAGEM NA PREVENÇÃO DE INFECÇÃO NA CORRENTE SANGUÍNEA VIA CATETER VENOSO CENTRAL	585
O PAPEL DO ENFERMEIRO FRENTE A DETECÇÃO PRECOCE DE TROMBOSE VENOSA PROFUNDA(TVP), ASSOCIADO AO USO DOS ANTICONCEPCIONAIS ORAIS	593
O PODER DO GENGIBRE EM DOENÇAS NEURODEGENERATIVAS	597
PERSPECTIVAS SOBRE O ENVELHECIMENTO E O MERCADO DE TRABALHO	600
PREVALÊNCIA DA SÍNDROME DO MEMBRO FANTASMA EM PACIENTES SUBMETIDOS À AMPUTAÇÃO	604

SAÚDE MENTAL EM UNIVERSITÁRIOS: AGRAVAMENTO DE SINTOMAS EM MEIO A PANDEMIA	608
SÍFILIS CONGÊNITA	615
TERAPIA GÊNICA: UMA ESPERANÇA NO TRATAMENTO DA ATROFIA MUSCULAR ESPINHAL	620
TIMO: DESENVOLVIMENTO, IMPORTÂNCIA E SUA RELAÇÃO COM DETERMINADAS DOENÇAS	626
TRANSTORNO DISMÓRFICO CORPORAL: UMA BATALHA CONTRA O ESPELHO	631
TREINAMENTO FÍSICO NO CONTROLE DA OSTEOPOROSE	637
TREINAMENTO RESISTIDO E DIFERENTES MEDIDAS DE INGESTÃO DE PROTEÍNAS NA PROMOÇÃO DE HIPERTROFIA MUSCULAR	642
USO DA ALOE VERA NA PROFILAXIA DA RADIODERMITE	650
USO DE PROBIÓTICOS NO TRATAMENTO CÂNCER DE COLORRETAL: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA DE ATUALIZAÇÃO	653

CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

A EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE FAMÍLIA E O PROCESSO DE DESCONSTRUÇÃO DE UM PARADIGMA SOCIAL	659
A INCLUSÃO DE AUTISTAS NO MERCADO DE TRABALHO	666
A INTERNACIONALIZAÇÃO DOS TRATADOS INTERNACIONAIS DOS DIREITOS HUMANOS E SUA APLICABILIDADE NO BRASIL.	672
A PERCEPÇÃO MATERNA SOBRE O ALEITAMENTO MATERNO E SUA INFLUÊNCIA NO DESENVOLVIMENTO DO BEBÊ EM UMA PERSPECTIVA PSICANALÍTICA	677
A REINCIDÊNCIA PENITENCIÁRIA E A PRECARIIDADE DO SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO	684
A VALORIZAÇÃO DO TRABALHO HUMANO E LIVRE INICIATIVA NA ORDEM ECONÔMICO-CONSTITUCIONAL BRASILEIRA	691
ANÁLISE DE INDICADORES FINANCEIROS EM INDÚSTRIA CALÇADISTA	695
AS IMPLICAÇÕES DA PANDEMIA DA COVID-19 NO AUMENTO DE CASOS DE FEMINICÍDIO NO BRASIL	698
CONFLITOS DE COMPETÊNCIA NA PERSECUÇÃO PENAL DE CRIMES CORRELATOS A ACIDENTES AÉREOS: CASO CONCRETO GOL 1907	705
VÍTIMA DE VIOLÊNCIA	712
DESAFIOS DE PLANEJAR E IMPLEMENTAR UM E-COMMERCE EM UM NEGÓCIO ONLINE DO SEGMENTO ARTESANAL	719
É POSSÍVEL PENSAR UMA CONSTITUIÇÃO DA TERRA?	725
ERP NO SETOR CONTÁBIL	731
ESTUDOS INTERDISCIPLINARES: ATIVISMO JUDICIAL E DIREITO HOMOAFETIVO	734
EXCLUSÃO E INCLUSÃO SOCIAL NAS EMPRESAS	740
LEI 14.132/2021: UMA ANÁLISE CRÍTICA DO CRIME DE PERSEGUIÇÃO	749

O DESAFIO DAS EMPRESAS FAMILIARES	756
OS DESAFIOS DO RH DURANTE A PANDEMIA DO COVID-19	763
OS LIMITES DA LIBERDADE DE NAVEGAÇÃO EM ALTO-MAR ANTE O TERRORISMO INTERNACIONAL E A CIRCULAÇÃO MARÍTIMA DE ARMAS DE DESTRUIÇÃO EM MASSA	768
RESPONSABILIDADE CIVIL MÉDICA NA CIRURGIA PLÁSTICA ESTÉTICA	775
UMA REVISÃO LITERÁRIO-ANALÍTICA SOBRE O FURTO E ROUBO	781
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES O FENÔMENO DA TRANSGERACIONALIDADE FAMILIAR	787
VIVÊNCIA E PERCEPÇÃO SOCIAL DA SEXUALIDADE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL	794

RESUMOS SIMPLES

A NORMATIVIDADE DA CONSTITUIÇÃO E O SEU PAPEL NA SOCIEDADE	800
A POTENTE AÇÃO ANTI-INFLAMATÓRIA DO EXTRATO DE ARNICA MONTANA	803
A PRÁTICA DAS ARTES MARCIAIS REDUZ A AGRESSIVIDADE	805
A UTILIZAÇÃO DE MEDICAMENTOS FITOTERÁPICOS NO TRANSTORNO DE ANSIEDADE	807
ASPECTOS GERAIS DO CÂNCER DE PELE: DA ORIGEM À CURA	810
ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM DURANTE A ADMINISTRAÇÃO DO SURFACTANTE EM NEONATOS COM SÍNDROME DO DESCONFORTO RESPIRATÓRIO	812
BIOSSEGURANÇA NA GESTÃO HUMANIZADA DA ÁREA DA SAÚDE	815
BOLDO: PLECTRANTHUS BARBATUS	817
CAMOMILA: MATRICARIA RECUTITA	820
FRAGMENTOS DA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA PEDAGOGIA NO MUNDO ISLÂMICO: A IMPORTÂNCIA DA ERA DE OURO ISLÂMICA	822
GÊNERO NEUTRO: COMO A PUBLICIDADE PODE SER MAIS INCLUSIVA?	825
INFLUÊNCIA DO TREINAMENTO FUNCIONAL NA QUALIDADE DE VIDA EM IDOSOS	827
INFLUÊNCIA DO TREINAMENTO RESISTIDO NO GANHO DE FORÇA MUSCULAR E NA INCIDÊNCIA DA DOR NA OSTEOARTRITE DE JOELHO: RELATO DE CASO	829
MAUS-TRATOS INFANTIL E ATUAÇÃO DA ENFERMAGEM NO ENFRENTAMENTO DA COVID-19	832
OS IMPACTOS DO GERENCIAMENTO POR CATEGORIAS NO VAREJO SUPERMERCADISTA	833
REGANHO DE PESO PÓS-CIRURGIA BARIÁTRICA: UMA ANÁLISE DOS FATORES INTERFERENTES	835
RELAÇÃO ESCOLA-COMUNIDADE: A ATUAÇÃO DA GESTÃO ESCOLAR NESSE VÍNCULO	837

A EDUCAÇÃO INFANTIL EM UMA ABORDAGEM REGGIANA

Lidiane Aparecida Kil, Mariane Dezen de Araújo Silva, Lúcia Helena O. Barros, e-mail: lidi2112@outlook.com

1 INTRODUÇÃO

Através da convivência com as crianças da faixa etária da educação infantil e com olhar apurado e diferente sobre como elas aprendem e convivem, essa pesquisa teve início. Por tal, o objetivo é compreender a abordagem de Reggio Emilia para uma prática diferenciada de aprendizagem na educação da primeira infância. Algo que chamou a atenção durante o cotidiano vivenciado com as crianças foi a busca de uma prática por algo não mecanizado e sim dinâmico, questionador e reflexivo, capaz de transformar essa modalidade de ensino. Com isso, houve interesse em aprofundamentos contínuos à estudos teóricos, metodológicos e práticos sobre a abordagem de Reggio Emilia.

Ao expandir estas ideias, o presente trabalho parte das concepções desta prática, a maneira como a criança é vista e compreendida em sua totalidade, sendo preciso inovação e mudanças de comportamento por parte de docentes e equipe gestora da unidade escolar.

Dessa forma, a escola vai além de seus muros, pois estão conectadas com a cidade, com as famílias e ao seu entorno físico e social. Ela necessita ser revista, segundo Edwards, Forman e Gandini (1999, p. 67) “[...] uma espécie diferente de escola, uma que pudesse educar suas crianças de outro modo, [...] se as crianças possuem direitos legítimos, então elas também deveriam ter oportunidades de desenvolver sua inteligência [...]”. Ou segundo Rinaldi, (2014, p. 16) “As escolas são ambientes organizados que oferecem ao ser humano um espaço de vida. [...] lugares envolventes para crianças e adultos, acolhendo-os numa rede de relações em um campo de possibilidades criativas de expressão e de comunicação.

Com um ambiente escolar valorizado na primeira infância, projetos estruturados a curto e longo prazo, sua metodologia se baseia nos princípios de respeito, responsabilidade, exploração e a descoberta, em um mundo seguro e enriquecedor que privilegia o desenvolvimento da criatividade. Para que tudo isso tenha validade os professores devem sempre estar atentos às crianças, como observadores e pesquisadores, permitindo que essas façam suas escolhas e a partir delas sentar juntos para discutir e refletir.

2 MÉTODO

A metodologia utilizada na pesquisa foi qualitativa de cunho teórico-bibliográfico elaborada a partir de artigos científicos e teses. Desta forma, a revisão bibliográfica é indispensável para obter uma ideia precisa, sobre a condição atual dos conhecimentos da temática desta pesquisa.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após leitura e análise sobre a prática de educação para o ensino de crianças na primeira infância, percebe-se que a inovação se faz necessária de como a criança é vista e compreendida em sua totalidade.

O ensino tradicional parte do princípio de que o professor é apenas o transmissor do conhecimento e a criança o receptor. Contudo, a abordagem de Reggio Emilia oferece um novo conceito de como a criança aprende durante o processo de aprendizagem, tornando o ensino mais prazeroso para o educador e para a criança. Isso demonstra que a maneira diferenciada de conduzir o processo, dando voz a criança, as reconhece como sujeitos de direitos capazes de construir conhecimentos e potencialmente participantes de sua própria realidade.

Nesse sentido, o refletir sobre a infância vai muito além de seus estágios de desenvolvimento, em que o aprender sobre o mundo parte das próprias percepções, baseado em princípios de respeito, responsabilidade e participação.

Segundo Marafon e Menezes:

A escuta a que nos referimos engloba, portanto, um processo de compreensão, organização e reorganização sempre que necessário, aspectos essenciais para aquilo que professores e crianças fazem na escola, para assim o conhecimento ser produzido na relação com o outro e em colaboração com o contexto da escola e comunidade. O diálogo também se faz presente, pois com ele estabelecemos relações e através dele é possível expor ideias e descobertas (2017, p. 7).

Sendo assim, Marafon e Menezes (2017) enfatiza que a infância ocupa um lugar central em Reggio Emilia principalmente nas escolas, trazendo espaços de respeito, envolvendo um ambiente que determina o direito das crianças.

Em Reggio Emilia os educadores trabalham em pares, o que é considerado difícil, porém essencial, pois precisam desconstruir os conceitos e práticas constantemente a fim de trabalharem juntos, colaborando entre si. Dialogando sempre com os pais, a fim de encorajá-los a envolverem-se com as propostas de atividades dos filhos na busca por compreender a infância de um modo mais rico.

De acordo com Marafon e Menezes:

Para definir o papel do professor em Reggio Emilia podemos começar falando sobre o que se espera dele, suas dimensões essenciais – promoção da aprendizagem das crianças nos domínios cognitivo, social, físico e afetivo; manejo de sala de aula; preparação do ambiente; oferecimento de incentivo e orientação; comunicação com os envolvidos com a escola (pais e comunidade em geral); busca de crescimentos profissional; engajamento no ativismo político para defender a causa da educação pública precoce e condução de pesquisas sistemáticas sobre o trabalho diário em sala de aula para finalidade de difusão profissional, planejamento do currículo e desenvolvimento do professor – e tudo isso levando em conta a imagem das crianças, que são tidas como comunicadores com identidade pessoal, histórica e cultural (MARAFON, MENEZES, 2017, p. 11).

Dessa forma, caberá aos educadores oferecer momentos enriquecedores de aprendizagem para que as crianças possam fazer suas descobertas, sendo assim, um observador e ouvinte. Não intervindo para induzir um ato, mas deixando que a criança venha até ele quando sentir a necessidade da ajuda. O educador deve estar envolvido com a exploração e o protagonismo da criança para poder captar sua ideia e disparar de volta a mesma.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entende-se que através dessa nova abordagem em Reggio Emilia será possível compreender a criança como o sujeito de direitos e deveres, na busca por diferentes ações a serem transmitidas na prática pedagógica na Educação Infantil.

Para que haja estímulos em que a criança possa ter crescimento em suas experiências vivenciadas no âmbito educacional, caberá ao Educador praticar a escuta ativa, podendo assim reconhecer as múltiplas linguagens presente em cada criança, um fator relevante para a compreensão de mundo em que esse indivíduo estará inserido.

Dessa maneira, conclui-se que as práticas descontextualizadas são cruciais e não valorizam às vivências e experiências das crianças, visando apenas por resultados. Ao acolher uma prática significativa como a que Reggio Emilia se tem como base o entendimento de que a criança é um ser capaz de protagonizar o seu próprio processo de aprendizagem, através de um olhar atencioso e mais investigativo a explorar e questionar mais sobre as coisas que a cerca. A Primeira Infância, em especial, pode ser um espaço esperançoso e cheio de riquezas com o trabalho do educador juntamente com os familiares, podendo, assim, potencializar, favorecer, reconhecer e valorizar a criança e o processo. A abordagem de Reggio Emilia demonstra que é possível realizar uma prática mais prazerosa e significativa.

REFERÊNCIAS

EDWARDS, C.; GANDINI L.; FORMAN, G. **As cem linguagens da criança: a abordagem de Reggio Emilia na educação da primeira infância**. Porto Alegre, v. I, p. 295, Porto Alegre: Penso, 2016.

MARAFON, D.; MENEZES, A. C. Formação de professores: contextos, sentidos e práticas. **A abordagem de Reggio Emilia para aprendizagem na educação infantil**. EDUCERE. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/26611_13639.pdf. Acesso em: set. 2021.

RINALDI, C. **Diálogos com Reggio Emilia: escutar, investigar e aprender**. 2. ed. São Paulo: paz e terra, 2014.

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES IMPLICA NA VALORIZAÇÃO DO SER: UM NOVO NORMAL

Izabela Fernanda Mageste, Mariana Ambrosio de Campos Villela, Lucia Helena Barros, email mariana-villela@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A formação do ser humano está interligada à educação e saberes, assim o educando tem um papel primordial nessa trajetória, o que amplia o conhecimento, o contexto social, político e econômico em que estes estão inseridos. Paulo Freire (1996), no livro *Pedagogia da Autonomia* aborda que “educar não é transferir conhecimentos, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”. Para que o desenvolvimento e trajetória dos alunos sejam realizados é preciso um investimento na formação e valorização dos professores que são os mediadores do processo ensino aprendizagem, mas será que isso realmente acontece? Pesquisas sobre a profissão de professor revelam exaustivamente uma série de problemas e tantos outros desafios encontrados nesse percurso, inclusive nos cursos de licenciatura.

O educador exerce um papel imprescindível no desenvolvimento dos indivíduos e da sociedade como um todo. Sendo assim, é fundamental pensar na formação do professor no contexto da licenciatura e como se deu esse percurso em meio às distintas teorizações. Com relação as ideias de Nóvoa (2001) o processo de formação dos professores é compreendido como um ciclo que vai desde o ingresso de cada professor na escola, enquanto aluno, até o final de sua trajetória profissional. Portanto, salienta-se a importância da formação inicial e continuada do professor sob vista da valorização, auto formação saber elaborar quantas vezes necessário os saberes profissionais tanto na prática como na vivência. Contudo, é importante refletir esse novo normal que a sociedade mundial vive, repensando a organização estrutural e humana dos cursos de formação na sua intensidade.

Desse modo, a pesquisa busca compreender e estudar “o que deveria ser valorizado desde o início, em relação aos cursos de formação de professores?” A escola além de formar alunos e cidadãos, tem a responsabilidade de propor e promover o crescimento dos seus docentes, tendo como estratégia na qualidade e qualificação do ensino/aprendizagem a formação de professores.

O profissional deve estar interessado em buscar e se aprimorar continuamente, contribuindo em diversos fatores e ampliando seu campo de trabalho. A partir do momento

em que se tem em vista a formação do professor, o educando deve elevar sua prática docente e entre outros aspectos profissionais, que resultam em seu empenho social, dentro e fora da sala de aula.

A formação continuada é uma estratégia para motivá-los, sendo capaz de aprender, repensar e aprimorar métodos/técnicas de ensino. Dessa forma, a concepção da formação de professor modificou-se profundamente, sendo ele um mediador de conhecimentos e facilitador de aprendizagem, envolvendo conteúdos extracurriculares como valores humanos, sociais, éticos e comportamentais. Assim, o perfil profissional de nossos educadores deve ser conhecido e incentivado para encarar os desafios da profissão, favorecendo a qualidade do trabalho docente.

Uma formação de professores adequada vem como alicerce para construir escolas, cidadãos e profissionais mais competentes, humanos e éticos. O professor é o mediador que irá construir um elo entre o conhecimento e os alunos, e sendo assim, o profissional da educação deve envolver-se juntamente dos alunos, buscando compartilhar e fazer parte inteiramente do caminho para se chegar ao saber.

Sendo assim, esse artigo tem como objetivo analisar a valorização do ser na formação de professores para atuar na docência e no desenvolvimento dos processos neste novo momento educacional.

2 MÉTODO

A pesquisa foi realizada através da bibliográfica qualitativa onde estudamos diversos autores que retratam o papel do educando e do professor nessa trajetória de ensino, de seus desafios a serem enfrentados e seus investimentos frente ao momento que estamos vivendo.

Segundo NÓVOA (1992), é necessário a compreensão dos ciclos que a formação acarreta e a importância de uma investigação sobre todos os momentos vividos. A responsabilidade que o docente acarreta para si mesmo, entre a tarefa de fornecer aos discentes o embasamento e entendimento necessário para que assim ocorra a construção de conhecimentos sólidos e técnico-científico, tarefa esta que se encontra demasiada ameaçada em decorrência das inúmeras deficiências e contrariedade que permeiam o cenário escolar nacional. É de suma importância a reflexão sobre o novo normal e as novas responsabilidades que acarretam. Assim, “a aprendizagem escolar é um processo de assimilação de determinados conhecimentos e modos de ação física e mental, organizados e orientados no processo de ensino. Os resultados da aprendizagem se manifestam em

modificações na atitude externa e interna do sujeito, nas suas relações como o meio ambiente físico e social.” (LIBÂNEO, 2004, p. 83).

A abertura para uma atuação docente de qualidade e que se encaixe nos novos paradigmas educacionais deve partir de um envolvimento, reflexão, comprometimento e compartilhamento das novas experiências vividas e relatadas na atualidade. Sendo assim, é a partir primeiramente da valorização do ser na formação do professor que o conceito de mudar se torna difícil, mas é possível, que vamos programar nossa ação política-pedagógica (FREIRE, 1996, p. 79).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diante do cenário encontrado, estudar e caracterizar o educador se torna uma tarefa difícil. O contexto desta temática está inserido nas pesquisas sobre os modelos de formação de professores e vem em função dos grandes desafios que a ação docente vem enfrentando na busca pela qualidade do ensino.

É de suma importância valorizar paradigmas de formação que promovam a preparação de professores reflexivos, críticos e construtores de saberes, que assumam a responsabilidade do seu próprio desenvolvimento profissional e que participem como protagonistas na implementação das políticas educativas. Além desses aspectos, é importante valorizar o professor com salários justos e dignos e oferecer condições de trabalho, além de reorganizar o ambiente escolar, tornando-o um local agradável tanto para a criança como para aqueles que fazem parte do contexto educativo. Para motivá-los, é necessária a valorização profissional por parte da sociedade, como também uma reforma salarial e melhoria das condições de trabalho.

Para que tudo isso aconteça, a educação precisa se reorganizar e entender que a democratização do ensino depende da formação do docente, da valorização e das condições de trabalho, pois pesquisas sinalizam para a importância de investir-se no treinamento e desenvolvimento profissional dos professores.

Portanto, no momento atual a tecnologia, mais do que nunca, se tornou um aliado e o caminho para transmitir e receber o conhecimento. O ensino presencial foi subitamente convertido a modalidade online diante do surto de Coronavírus no mundo, com isso professores e instituições não tiveram tempo hábil de adaptação de seus conteúdos e organizar capacitações para o ensino EAD. Inúmeros educadores encontraram divergências e dificuldades perante essa transição do ensino presencial e do remoto, e

dentro do desafio de preparar os novos professores, a formação também deve incorporar a tecnologia e as novas linguagens.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho pretende compreender a importância da reflexão na formação de professores. Sua identidade profissional é um processo que abrange um valor social, revisa tradições e reafirma práticas construindo novas teorias. Esse processo é contínuo e se envolve em um ciclo de construção e reconstrução com um caráter crítico, questionador e reflexivo no qual é o papel do professor e educador de acatar esse processo de suma importância. Nesse momento político, social e educacional o Brasil tem muitos problemas, o que ressalta a importância da formação continuada de professores para o aperfeiçoamento de suas capacidades.

É de grande relevância que a formação continuada promova um espaço de escuta e diálogo entre e com professores para aproximar as ações das necessidades, trazendo mais significação aos discentes e docentes.

Esses aspectos contribuem para o aperfeiçoamento do profissional e ressalta a importância das interações sociais e culturais, resultando em uma maior amplificação das competências e habilidades cognitivas essenciais para a aquisição da aprendizagem.

Mediante as leituras realizadas para a efetivação desta pesquisa concluiu-se a urgência do reconhecimento da identidade do professor, sua valorização diante aos novos contextos vividos e a necessidade de se reinventar diariamente, o que é prioridade nesse novo normal da sociedade. Os professores são profissionais que precisam aprofundar e atualizar-se nos conhecimentos, reformular práticas e, também, interagir com as novas tecnologias, estimulando as inovações, investigações e pesquisa em sala de aula, através de metodologias diversificadas que garantam o desenvolvimento dos estudantes em um ensino presencial, semipresencial ou um ensino à distância (EAD).

REFERÊNCIAS

BLOG PORTABILIS. **Formação de professores: importâncias, estratégias e princípios**. Disponível em: <https://fia.com.br/blog/formacao-de-professores/> Acesso em 18 fev.2021

FERREIRA, Lúcia Garcia; FERRAZ, Rita de Cássia Souza Nascimento. (Orgs). **Formação docente, identidade, diversidades e saberes**. 1 ed. Curitiba, PR: CRV, 2014.

GHEDIN, Evandro; ALMEIDA, Maria Isabel de; LEITE, Yoshie Ussami Ferrari. **Formação de professores: caminhos e descaminhos da prática**. Brasília: Líber Livro, 2008.

A IMPORTÂNCIA DA LEITURA PARA A FORMAÇÃO DO LEITOR CRÍTICO

Laiza Adriana Canola, Isabella Unterrichter Rechtenthal, email:
laizacanola@outlook.com.

1 INTRODUÇÃO

Este estudo tem por objetivo evidenciar que a leitura é o caminho para o desenvolvimento da criticidade nos sujeitos. Leitor não é um mero decodificador dos símbolos linguísticos, portanto os educadores que prezam por um ensino de qualidade adotam a concepção de leitura que resulta na formação do leitor crítico, ativo, consciente e criativo. A palavra crítica é empregada em contextos variados, porém vazia de significado, assim, buscou-se explicitar o conceito da palavra crítica no âmbito educacional.

Há adversidades no processo de formação do leitor, como: a concepção de leitura equivocada, a recorrência a metodologias ultrapassadas, que não estimulam a leitura, a má formação do profissional de educação, o desinteresse dos alunos, fatores sociais, planejamento das aulas, dentre outros.

O sujeito passivo não possui as competências necessárias que a sociedade atual requer, pois ele não é ciente da realidade em que vive, não busca transformá-la, não tem opinião formada, apenas reproduz os valores inadequados ao contexto atual. Assim, visa-se despertar nos sujeitos a consciência crítica, fundamental para viver em sociedade, e, para que tal objetivo seja alcançado, o ensino é pautado em leis e documentos oficiais.

A partir disso, o presente estudo traz como problema de pesquisa responder a seguinte questão: de que forma a leitura contribui para o desenvolvimento do leitor crítico?

2 MÉTODO

O desenvolvimento dessa pesquisa leva em consideração uma revisão de literatura inicial através de autores como Silva (1999), Freire (2004), Candido (2004), entre outros que falam sobre o tema proposto. Ela tem por objetivo expor a importância da leitura para a formação do leitor crítico. Para alcançar esse objetivo, será usado como procedimento uma pesquisa bibliográfica realizada a partir da leitura de livros e materiais disponíveis em meios virtuais, abordando autores e estudos que discutam o tema.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo o *Minidicionário Aurélio* (2001, p. 422), a palavra leitor significa “Que ou aquele que lê ou tem o hábito de ler; ledor”. Este hábito de leitura vai sendo construído a partir da primeira leitura, como a construção de um edifício, a cada leitura feita é um tijolo assentado. Espera-se que as crianças desenvolvam no decorrer da vida bons hábitos de leitura, sendo que para isso o estímulo e a instrução dos mais próximos são fundamentais.

De acordo com Silva (1999), há várias concepções de leitura que desencadeiam consequências diferentes no ensino, dependendo de qual será adotada influenciará na formação dos leitores. O autor divide essas concepções em duas vertentes, a saber: redutoras e interacionistas. As definições redutoras dizem respeito àquelas mais simples, que desconsideram os elementos essenciais da leitura e focam na tradução da escrita em fala, na decodificação da mensagem, na extração da ideia central, no livro didático, entre outras concepções. Já a definição de leitura interacionista evidencia a relação estabelecida entre o leitor e o texto, em que a produção de sentidos é permitida por meio da compreensão e interpretação dos signos linguísticos presentes no texto; assim, a interação entre os dois é vista como uma prática social. Aqui, ler significa interagir, produzir sentidos.

Embora criticadas, as definições de leituras redutoras estão presentes nas escolas e infelizmente acabam formando leitores ingênuos e reprodutores de significados, ao passo que a sociedade brasileira necessita de cidadãos leitores que através da criatividade, da criticidade e da cidadania consigam não apenas produzir novos sentidos para a vida social, mas também transformar o meio em que vivem. É a partir do processo de aprendizagem da leitura que são mostradas ao sujeito novas visões de mundo, além disso é possível obter inúmeras interpretações, que proporcionarão a ele a capacidade de analisar os fatos, questioná-los, refletir sobre eles e chegar ao discernimento, assim, é possível solucionar os problemas e as limitações impostas pela vida.

Segundo Panichella (2015), a leitura é reconhecida hoje em dia como atividade social, e destaca-se a presença do outro. Dessa forma, o significado, o sentido está presente nas convenções de interação social de que a leitura advém. A partir disso, ela traz à tona três concepções de leitura. Na primeira, o foco está no texto, onde a leitura é vista como um processo de decodificação dos signos linguísticos. O texto independe do contexto e da situação comunicativa, o leitor é apenas um receptor passivo, ele não interage com o texto, não possui a aptidão de ler as suas entrelinhas.

Na segunda concepção de leitura, o foco está no leitor, considera-se que ele consegue fazer inferências, de acordo com o seu conhecimento prévio. Dessa forma, é

possível construir o sentido do texto, e isso faz com que um mesmo texto não tenha apenas um sentido ao ser lido por diferentes pessoas, nessa concepção o leitor é ativo, ou seja, construtor do sentido. Na terceira concepção de leitura o foco está na interação texto-autor-leitor, então tanto o leitor como o texto são importantes, pois o sentido é construído a partir da interação entre o texto, o autor e o leitor. Este se apoia nas informações do texto e no seu conhecimento acumulado ao decorrer da vida, ele é ativo, faz inferências, interage com os dados do texto, e consegue descobrir as marcas deixadas pelo autor, chegando à intenção deste ao escrever o texto. A concepção de leitura adotada influenciará na formação do tipo de leitor que se almeja.

É devido a isso que urge a substituição das metodologias utilizadas pelos docentes no ensino de literatura. Em relação a isso, Schutz e Gonçalves (2009) alegam que há professores que usam o texto como pretexto para o ensino da gramática, o que anula a possibilidade do aluno interagir, compreender o texto, que é necessário para formar um leitor crítico. Os autores afirmam que a gramática é importantíssima, porém é mais proveitoso para os discentes aprenderem o contexto em que as regras gramaticais são usadas, portanto é possível vincular o ensino da gramática à compreensão textual.

No entanto, mesmo que os professores incentivem os alunos a lerem, busquem novas metodologias e a família apoie os alunos no seu desenvolvimento como leitor, há ainda muitos fatores que influenciam na não formação de leitores que, para Azevedo (2003), são: pais analfabetos, crianças que precisam trabalhar para ajudar no sustento da família, casas com apenas um cômodo sem um ambiente favorável para a leitura, a falta de livros e de recursos para poder comprá-los, e além disso, há crianças que não podem utilizar os livros online, pois nem todos têm acesso à internet. Há também problemas relacionados à compreensão do conceito de leitura pelos indivíduos. Ao contrário dessas situações, o autor alega que as crianças e os jovens que têm uma situação social equilibrada e possuem contato com pais ou adultos leitores podem tornarem-se leitores também, já aquelas que pertencem às classes sociais elevadas e possuem contato com adultos que recomendam a leitura, mas na verdade não são leitores, dificilmente se tornarão adultos com hábitos de leitura. Muitos estudantes só leem por obrigação, porque precisam cumprir seus deveres escolares.

Há muitas adversidades no ensino de literatura, porém não se pode perder de vista o objetivo de formação de leitores críticos. Nesse sentido, Freire (1969) afirma que há três fases de desenvolvimento da consciência crítica, a saber: A primeira fase é a intransitividade da consciência, que para o autor é representada pela falta de consciência

entre o homem e sua existência, pela limitação da apreensão e do discernimento; a segunda fase é a consciência transitiva ingênua, caracterizada pela interpretação simplista dos problemas, pela frágil argumentação, pela prática da polêmica ao invés do diálogo; a terceira fase é a transitividade crítica, na qual a educação é pautada no diálogo, visando a despertar a responsabilidade social e política, esta fase é caracterizada por uma profunda interpretação dos problemas e pela prática do diálogo.

Para Freire (1969), a consciência crítica só se desenvolverá se o ensino for significativo para o aluno, se as necessidades e o contexto dele forem considerados, é preciso que os educadores adequem os conteúdos à realidade dos alunos e, além disso, que a bagagem cultural do aluno seja considerada.

A atitude passiva dos sujeitos é repelida pela educação que tem como objetivo o desenvolvimento da transitividade crítica pelos educandos. Pretende-se que os estudantes realmente questionem, indaguem, tenham consciência que nada é acabado ou determinado, que sempre há a possibilidade de transformar. De acordo com Freire (2004), apenas é possível mudar a realidade quando o sujeito lê o mundo ao seu redor e consegue questioná-lo, recriá-lo. Estas capacidades pertencem àqueles que possuem um senso crítico para compreender a sua situação, o mundo em que vive. Segundo Freire(1969), a educação busca uma mudança de atitude dos alunos.

A educação, a leitura são o caminho para transformar pessoas passivas em críticas. É devido a isso que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), propõe através das habilidades e competências um novo modelo de aluno, mais comprometido e atuante na sociedade. Para que tal objetivo se concretize a BNCC reforça em suas habilidades a importância do aluno ter contato com gêneros textuais diversificados, através dos quais é possível apreender diferentes ângulos do indivíduo e do mundo. Além disso, ela reforça a importância da literatura na trajetória educacional do discente.

Segundo Candido (2004), o acesso à literatura é um direito de todos e não apenas de uma parte da sociedade. O autor faz uma relação entre literatura e direitos humanos de dois modos diferentes: no primeiro, a literatura é uma maneira de humanização, ela consegue dar forma aos sentimentos e à visão de mundo, fazendo com que as pessoas se organizem e se libertem; nela a forma de estruturar, organizar as palavras toca os sujeitos. No segundo, a literatura proporciona a possibilidade de desmascaramento da sociedade. O autor ainda alega que a literatura tornou-se um instrumento de educação e instrução, que acabou entrando nos documentos oficiais da educação e agora é uma disciplina escolar.

Candido (2004), cultiva a ideia que a literatura está presente no cotidiano das pessoas e relacionada ao contexto social, este é fundamental para compreender a obra. O autor trata a literatura através de um viés sociocultural, explicitando a sua capacidade formadora. A literatura carrega valores socioculturais, o que proporciona o conhecimento e novas visões de mundo ou até mesmo a apreensão da própria realidade do leitor.

Sobre os efeitos da literatura na formação dos sujeitos, Candido (2004) disserta que, os resultados advindos dos textos literários são temidos e preconizados pelos docentes, pois, assim como na vida, nela está presente tanto o bem como o mal e o sujeito leitor possui o poder de decisão, do mesmo modo que na realidade. Para Vieira (2008), a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) também reforça a importância da leitura e da literatura para a formação, principalmente no ensino médio, pois nele a formação dos leitores é um dos principais objetivos.

A formação do leitor crítico é o primeiro passo para uma sociedade mais justa. Assim sendo, no processo educacional tanto a leitura como a literatura são imprescindíveis para a concretização de tal objetivo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando as informações obtidas através dos estudos de renomados autores, pôde-se ratificar que a leitura é fundamental para o desenvolvimento da consciência crítica dos leitores. Este é um dos principais objetivos educacionais, porém para que ele se concretize é necessário que os educadores adotem a concepção interacionista de leitura, em que o leitor ativo faz uso do seu conhecimento prévio sobre o assunto tratado, faz inferências, encontra as pistas deixadas pelo autor e consegue chegar ao sentido que o autor quis passar ao escrever. Assim, a leitura pode ser considerada um ato social, pois ao lermos estabelecemos uma conexão com o outro que escreveu. Os professores devem propor atividades que contemplem tanto a gramática como a compreensão, pois o discente precisa conhecer os contextos em que tais regras são empregadas. O incentivo à leitura precisa ser um trabalho que integre: os educadores, os familiares, os fatores socioculturais, os documentos oficiais e a escola.

Vimos a partir das ideias de Paulo Freire, que é fundamental começar a ler e a ensinar a fazer a leitura não somente de textos, mas também do mundo. Observando as atitudes passivas que não constituem o leitor crítico, nos damos conta que ela impera nos brasileiros desde outros contextos. Em resposta a essa realidade a educação foi pautada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96 (LDB), que assegura a formação ética,

o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico de todos os estudantes. Assim como a LDB, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) traz competências e habilidades que contribuem para o alcance do objetivo de formação crítica dos alunos.

Como um caminho para o despertar crítico, busca-se adentrar os alunos no mundo da literatura. Esta possui a capacidade de formação da personalidade, mas isso não quer dizer que seja apenas para o bem, pois assim como na realidade o mal também está presente e cada leitor absorve para a sua consciência aquilo que achar mais adequado. Dessa forma, os resultados advindos da literatura não podem ser previstos pelos educadores.

A partir das discussões levantadas durante a pesquisa, pudemos concluir que a leitura contribui para o desenvolvimento crítico à medida que faz o leitor questionar, refletir, inferir, solucionar, compreender, apreender, transformar e criar. Estas são competências que podem moldar tanto a própria personalidade como a realidade em que cada um vive. Ratificamos que a leitura é um caminho e a literatura é um instrumento, as duas visam um futuro leitor mais crítico.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Ricardo. A didatização e a precária divisão de pessoas em faixas etárias: dois fatores no processo de (não) formação de leitores. **Literatura e Letramento – Espaços, suportes e interfaces – O jogo do livro**, Belo Horizonte, 2003. Disponível em: <http://www.ricardoazevedo.com.br/wp/wp-content/uploads/A-didatizacao-e-a-precaria-divisao-de-pessoas-em-faixas-etarias.pdf>. Acesso em: 16 jun.2019.

CANDIDO, Antonio. **O direito à literatura**. In: CANDIDO, Antonio. **Vários escritos**. 4.ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004. p. 169-191.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: Saberes necessários a prática docente. 30. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

LEITOR. In: **Miniaurério Século XXI Escolar**: O minidicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

PANICHELLA, Fernanda Callefi. Concepções de leitura: diferentes perspectivas para a linguagem e o texto em sala de aula. **Revista Leitura**, Maringá, v.2, n. 56, p. 42 – 59, jul/dez 2015. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/revistaleitura/article/view/2204> . Acesso em: 23 ago.2020.

SCHUTZ, M. D.; GONÇALVES, L. I. Concepções de leitura – reflexões sobre a formação do leitor. **Disc. Scientia**. Série: Artes, Letras e Comunicação, S. Maria, v. 10, n. 1, p. 55-76, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufn.edu.br/index.php/disciplinarumALC/article/view/738>. Acesso em: 23 abr. 2020.

SILVA, Ezequiel Theodoro da. Concepções de leitura e suas consequências no ensino. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 17, n. 31, p. 11-19, jan./jun. 1999. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/viewfile/10708/10213>. Acesso em: 21 mar. 2021.

VIEIRA, Alice. Formação de leitores de literatura na escola brasileira: caminhadas e labirintos. **Cadernos de Pesquisa**, v. 38, n. 134, p. 441-458, maio-ago. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/gMZ6vX8D5mBvp5f93NytWRf/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 04 set. 2021.

A INTELIGÊNCIA EMOCIONAL E A SAÚDE MENTAL: DISCUSSÕES NECESSÁRIAS NO AMBIENTE ESCOLAR

Bianca de Oliveira Magri, Wanderlei Sebastião Gabini, email:
bd.magri@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

As emoções e a saúde mental podem trazer implicações no cotidiano das instituições de ensino; portanto, torna-se essencial entender como trabalhar com elas a favor desse grupo.

Esse estudo contribui para a área da educação, no sentido de ajudar as escolas a desenvolver o trabalho com as emoções e sentimentos, e formar indivíduos que tenham uma vida plena, atuem em sociedade e façam seu papel como cidadão.

Alguns aspectos já acontecem na escola, mas podem melhorar para serem mais assertivas; é importante reforçar quando se trata de saúde mental.

Com essa pesquisa aponta-se para que todos que atuem frente ao trabalho com os estudantes desenvolvam noções para que se tenha boas relações, que ocorram de forma assertiva e contribuam para o desenvolvimento e formação do indivíduo.

O objetivo do trabalho foi identificar como pode ocorrer a promoção da saúde mental e inteligência emocional no âmbito escolar.

O estudo analisa informações sobre a inteligência emocional, saúde mental e educação socioemocional, e suas implicações para globalmente melhorar as relações interpessoais, competências pessoais e sociais, e em âmbito escolar os benefícios para a aprendizagem e o sucesso escolar dos alunos.

2 MÉTODO

O presente estudo caracteriza-se por uma pesquisa bibliográfica, tendo como fontes de consulta, livros, artigos, dissertações e materiais relativos à legislação educacional. As grandes linhas de análise e discussão vieram a partir da identificação dos aspectos que se alinhavam dentro das obras trabalhadas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com Rosa e Cordeiro (2015), a Inteligência Emocional (IE) é definida pelo autoconhecimento, conhecer a si mesmo para então, entender o outro. É um processo

internalizante. Utilizando as emoções em equilíbrio, é possível gerenciar os sentimentos, atuando melhor na vida em geral.

O desenvolvimento da inteligência emocional se faz um diferencial quando é trabalhado nas organizações. Como aponta Rosa e Cordeiro (2015), com a tecnologia e as demandas do mercado de trabalho é indispensável que os profissionais estejam preparados emocionalmente, socialmente e tecnicamente para lidar com o outro. As organizações estão selecionando candidatos que, além de experiência e um currículo qualificado, tenham um autocontrole emocional, que trabalhe em conjunto e se relacione bem.

A inteligência emocional traz a realização e o bem-estar pessoal, por isso, segundo Rosa e Cordeiro (2015), é algo que contagia a todos que fazem parte do ambiente e convívio. Com tal inteligência e ao administrar os sentimentos, é mais fácil superar dificuldades e lidar com situações com menos sofrimento e mais segurança.

As autoras, ainda, argumentam que o uso das emoções está atrelado ao sucesso profissional e pessoal. O indivíduo que a possui de maneira adequada, tem possibilidades de desempenhar melhor seu trabalho e se destacar no mercado. A inteligência emocional e sua aplicabilidade no trabalho faz o sujeito refletir sobre suas ações e sua vida, se conhecer melhor e se aceitar para evoluir. É preciso estar em constante equilíbrio com as emoções e identificar que a inteligência emocional é importante para ter um bom convívio e qualidade de vida (ROSA E CORDEIRO, 2015).

O termo qualidade de vida segundo Contente (2012) está ligado à saúde, sobre a capacidade do sujeito viver de forma plena. É ele próprio que tem essa percepção em sua vida. Quanto maior a qualidade de vida, maior a saúde mental. Para Chiavenato (1995 apud MARTINS, 2004, p. 257) a qualidade de vida interfere nos aspectos para o desenvolvimento psicológico e social, como na motivação, adaptação a mudanças no ambiente, criatividade e inovação.

Sobre a saúde mental, é preciso alguns cuidados, que estão relacionados aos fatores de risco de um ambiente. Como aponta Martins (2004) o comportamento do sujeito e sua resposta ao ambiente relaciona-se com o risco da doença, porém estão inseridos em um contexto social. Contente (2012) afirma que é considerado que as doenças mentais e físicas têm influência de muitos fatores, podendo ser biológicos, psicológicos ou sociais, podendo afetar qualquer ser humano, trazendo consequências para a comunidade em geral.

Sobre a saúde mental e a inteligência emocional no ambiente escolar, para Almeida (2016), ficou enraizado nas escolas o estilo de ensino tradicional, onde apenas se reproduzia conhecimentos, deixando de lado a formação humana. De acordo com a autora,

o atual contexto educacional vive um grande desafio, o de promover o desenvolvimento do indivíduo de forma integral.

Sobre ser ou não o papel da escola proporcionar a saúde mental dos seus alunos, Almeida (1998), afirma que com o trabalho efetivo de professores, psicólogos, família, sociedade, há a prevenção de diversos fatores sociais e preservação da saúde mental.

A partir do momento que os educandos conseguem controlar as emoções negativas e resolver problemas, conseguem tomar decisões responsáveis, assertivas e criativas, que os afastam de situações adversas. Ao desenvolver a autopercepção e empatia, melhora a sua relação com os outros, e reduz maus comportamentos. A motivação dos alunos gera maior participação nas aulas e melhora a autoconfiança (TACLA et al., 2014).

Silva (2020) afirma que a formação da identidade, o desenvolvimento emocional e o sucesso acadêmico dependem da ajuda da família e da comunidade, pois quando se juntam com a escola satisfazem as necessidades dos educandos e propiciam um desenvolvimento saudável. A família influencia na afetividade do aluno, a escola contribui com a atuação e a formaliza; então a função dos pais de acompanhar a escola é necessária para o desenvolvimento da criança, pois cada um se desenvolve em um ritmo, e fatores externos e internos podem afetar o desenvolvimento cognitivo e emocional (SILVA, 2020).

A colaboração entre educação e saúde poderia aumentar a promoção da saúde mental e bem-estar dos alunos, diminuindo o fracasso escolar, evasão, preconceito, e facilitaria o acesso a serviços especializado (VIEIRA et al., 2014).

Os casos da Síndrome de Burnout são mais frequentes em profissionais da educação ou da saúde. A pessoa que está afetada pela síndrome possui menos interesses em inovar e demonstra desgaste a atividades que exigem criatividade e comprometimento (CÂNDIDO; SOUZA, 2016).

Como aponta Cândido e Souza (2016), os principais sintomas da Síndrome de Burnout são o distanciamento afetivo e a exaustão emocional, existe também a baixa satisfação e realização com a profissão e o trabalho. Por isso, professores precisam prestar a atenção em seus comportamentos e sentimentos, para que possam buscar ajuda de profissionais o mais rápido possível, assim não afetará sua relação com o trabalho, e, principalmente, com seus alunos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desenvolver as habilidades de autoconhecimento e de controle das emoções melhora as relações interpessoais, resulta em sucesso, e garante um melhor desempenho profissional.

A saúde mental está relacionada ao bem-estar e à qualidade de vida, é um processo que precisa ser melhorado e trabalhado constantemente.

A escola tem um compromisso com o desenvolvimento pleno de seus alunos em suas diversas dimensões, e este trabalho é feito junto com a família. O sujeito quando carrega alguma situação traumática, desequilibradora, vivenciará um comportamento diferente do normal, podendo afetar sua saúde mental e física, e prejudicando seus estudos.

O presente estudo demonstrou a importância de a instituição de ensino desenvolver um trabalho com as emoções, enfatizando como deve ser a relação do professor com seu aluno; e como as emoções estão fortemente relacionadas ao sucesso acadêmico.

A inteligência emocional trabalhada na escola reflete no cotidiano da comunidade escolar; a vida diária exige, cada vez mais, pessoas preparadas emocionalmente, que consigam trabalhar em equipe, desenvolvam o autocontrole. Como consequência desse olhar para a saúde mental e emocional, haverá um reflexo positivo no campo pessoal e profissional.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. N. As contribuições das emoções no processo de ensino aprendizagem. In: SABERES PARA UMA CIDADANIA PLANETÁRIA. 2016, Fortaleza. **Anais [...]**. UECE – Universidade Estadual do Ceará: 24 a 27 maio, 2016, p. 1-12. Disponível em: http://uece.br/eventos/spcp/anais/trabalhos_completos/247-38145-28032016-203404.pdf. Acesso em: 21 jun. 2021.

ALMEIDA, S. F. C. O papel da escola na educação e prevenção em saúde mental. **Estilos da Clínica**, São Paulo, v.3, n.4, p. 112-119, 1998. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-71281998000100015&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 15 fev. 2021.

CÂNDIDO, J.; SOUZA, L. R. Síndrome de burnout: as novas formas de trabalhos que adoecem. **Psicologia.pt**, Paraná, v. 1, n. 1, p. 1-12, 2016. Disponível em: https://www.psicologia.pt/artigos/ver_artigo.php?sindrome-de-burnout-as-novas-formas-detrabalho-que-adoecem&codigo=A1054. Acesso em: 21 jun. 2021.

CONTENTE, P. F. M. Q. V. **Bem-estar, qualidade de vida e saúde mental**: estudo descritivo na cidade da horta. 2012. 83f. Dissertação (Mestrado em Psicologia,

Aconselhamento e Psicoterapias) – Universidade Lusófona de Humanidade e Tecnologias, Lisboa, 2012. Disponível em: <https://recil.grupolusofona.pt/handle/10437/5049>. Acesso em: 23 abr. 2021.

MARTINS, M. C. A. Factores de risco psicossociais para a saúde mental. **Millenium**, Viseu, n. 29, p. 255-268, jun. 2004. Disponível em: <https://repositorio.ipv.pt/handle/10400.19/575>. Acesso em: 23 abr. 2021.

ROSA, A. B. G.; CORDEIRO, L. P. Inteligência emocional como competência no ambiente de trabalho. **Revista de Iniciação Científica da Ulbra**, Rio de Janeiro, n. 13, p. 137-148, 2015. Disponível em: <http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/ic/article/view/1415>. Acesso em: 23 de mar. de 2021.

SILVA, J. L. L. Inteligência emocional na educação: o desenvolvimento de competências socioemocionais de alunos em uma instituição pública de ensino de Porciúncula/RJ. **Revista Educação Pública**, v. 20, n. 27, 2020. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/27/inteligencia-emocional-naeducacao-odesenvolvimento-de-competencias-socioemocionais-de-alunos-em-uma-instituicao-publicade-ensino-de-porciuncularj>. Acesso em: 21 jun. 2021.

TACLA, C. et al. Aprendizagem socioemocional na escolar. In: ESTANISLAU, G. M.; BRESSAN, R. A. (org.). **Saúde mental na escola: o que os educadores devem saber**. Porto Alegre: ARTMED, 2014. p. 49-62. E-book.

VIEIRA, M. A. et al. Saúde mental na escola. In: ESTANISLAU, G. M.; BRESSAN, R. A. (org.). **Saúde mental na escola: o que os educadores devem saber**. Porto Alegre: ARTMED, 2014. p. 13-23. E-book.

A TEMÁTICA INDÍGENA NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA DO 4º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL I: ENTRE LIMITAÇÕES, SILENCIAMENTOS E AVANÇOS

Leticia Missassi Medeiros, Grasiela Lima, e-mail: leticiamissassi148@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O livro didático é um instrumento pedagógico que está muito presente nas escolas públicas do país através do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), responsável por avaliar, comprar e distribuir os livros para as instituições escolares. Esse recurso é um importante suporte pedagógico para os professores durante o processo de ensino-aprendizagem, principalmente no que se refere ao planejamento das aulas. No entanto, os livros didáticos cumprem um papel ideológico e podem reproduzir estereótipos e preconceitos presentes na sociedade. Dessa maneira, como ressaltam os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997, p. 64) a respeito dos livros didáticos “É preciso que os professores estejam atentos à qualidade, à coerência e a eventuais restrições que apresentem em relação aos objetivos educacionais propostos”.

Os estudos acadêmicos na área da educação têm utilizado os livros didáticos como objeto e fonte de pesquisa, a fim de analisar a abordagem da temática indígena, tratada de forma estereotipada ao longo da história da educação brasileira. As pesquisas realizadas por Ramos; Cainelli; Oliveira (2018), Araújo; Mello (2021), Lamas; Mairink; Vicente (2016) demonstram que, ainda hoje, há materiais didáticos que reforçam uma imagem inferiorizada dos povos indígenas, colocando-os como coadjuvantes no processo histórico brasileiro ao priorizar conteúdos que reproduzem a visão do colonizador europeu e reforçam seu protagonismo nos acontecimentos históricos.

A promulgação da Lei 11.645/08 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) modificou a Lei 10.639/03 e instituiu o ensino de história e cultura indígena. Dessa forma, passou a ser obrigatória a inclusão dos aspectos culturais e históricos dos grupos indígenas, promovendo o resgate e a valorização de suas contribuições para a formação da população brasileira. Conseqüentemente, os livros didáticos, formulados a partir das políticas educacionais existentes, precisaram adaptar seus conteúdos para a perspectiva dos povos indígenas enquanto sujeitos ativos na construção da história do Brasil. Dessa forma, a introdução da história indígena nos materiais didáticos, na perspectiva da Lei 11.645/08, não pode ser tratada como um mero acréscimo nos conteúdos de história do

Brasil e/ou da América, mas a partir de uma concepção de mudanças estruturais sobre o tema das relações étnico-raciais.

Assim, e a partir dessas considerações introdutórias, entende-se que:

O tratamento que a temática indígena recebe nos livros didáticos requer uma análise de como historicamente esse assunto se transforma em conteúdo a ser ensinado nas escolas para crianças e adolescentes por intermédio do livro didático, mais especificamente para escolas de sujeitos não indígenas. Falamos, portanto, do ensino sobre um Outro que há séculos é silenciado ou mal interpretado nas narrativas elaboradas sobre o Brasil e os brasileiros. (RAMOS; CAINELLI; OLIVEIRA, 2018, p. 64)

Nesse sentido, o presente estudo tem como finalidade analisar as abordagens dos livros didáticos de história do 4º ano do ensino fundamental no que tange a dois períodos históricos brasileiros: Pré-Colonial e Colonial, a partir da chegada dos colonizadores. Busca-se, fundamentalmente, observar se nesses dois momentos históricos os povos indígenas são apresentados enquanto sujeitos históricos, diversos e protagonistas nas lutas em defesa da afirmação de suas culturas e de seu território, como determina a Lei 11.645/08.

2 MÉTODO

A partir de uma revisão bibliográfica sobre a temática indígena nos livros didáticos, o presente estudo teve como foco a análise crítica da abordagem a respeito dos povos indígenas em três livros didáticos do 4º ano do Ensino Fundamental I: Buriti mais história, da editora Moderna, 1ª edição/2017; Ápis, da editora Ática, 2ª edição/2017 e Ligamundo, da editora Saraiva, 1ª edição/2017. Todos foram aprovados pelo Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) e estão de acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Os resultados e as discussões foram construídos a partir de uma abordagem qualitativa, de tal maneira que, para identificar como os povos indígenas são retratados nos períodos pré-colonial e início da colonização, foram considerados três aspectos de análise: o espaço dedicado à temática indígena nos livros, a perspectiva histórica adotada (tradicional ou crítica) e a presença ou não da abordagem da realidade atual dos povos indígenas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A obra “Buriti mais história”, coordenada por vários autores, se destaca pela forma que trabalha a questão indígena a partir de uma visão crítica da história. Na unidade 3 “A formação do Brasil”, o capítulo 1 é totalmente dedicado para os povos indígenas. Esse

capítulo se inicia com um texto sobre o primeiro contato entre portugueses e indígenas, marcado pelo estranhamento entre eles devido às diferenças culturais. O texto demonstra que os povos indígenas foram retratados por muito tempo com base nos valores e nas crenças dos europeus, o que resultou na produção de cartas e gravuras que reproduziam uma visão fantasiosa do Brasil e dos indígenas (CARDOSO et al., 2017).

O período pré-colonial é abordado em “O encontro entre os Tupi e os portugueses” e apresenta os costumes, a alimentação, a moradia e o trabalho do povo Tupi naquele período em que ocupavam o território da Bahia. O texto evidencia também que havia outros povos que viviam no litoral brasileiro como os Guarani, os Botocudo, os Caingangues e os Tupinambá.

A chegada dos portugueses no Brasil é apresentada pelo material de forma crítica, ao passo que explicita a violência dos colonizadores que escravizaram os povos indígenas, invadiram suas terras e impuseram a cultura europeia. Ressalta ainda que, no Brasil, existiam cerca de quatro milhões de indígenas, organizados em mais de mil grupos étnicos e que, após o processo de colonização, o número reduziu significativamente (CARDOSO et al., 2017).

O livro proporciona uma atividade muito importante para a valorização da diversidade cultural e étnico-racial: “Reúna-se com dois ou três colegas e pesquisem quais povos indígenas viveram ou ainda vivem na região em que vocês moram. Faça uma lista de seus hábitos, costumes e crenças religiosas” (CARDOSO et al., 2017). Essa proposta de atividade de pesquisa sobre as comunidades indígenas locais é muito importante para que os alunos possam identificar e reconhecer as contribuições das diferentes culturas para a formação da sociedade brasileira, valorizando o que é próprio de cada uma delas.

Um aspecto de extrema relevância desenvolvido pelo livro “Buriti mais história” é a contextualização com os processos sociais e políticos que atualmente envolvem os povos indígenas. São apresentados alguns direitos fundamentais. O direito à educação, por exemplo, é abordado no seguinte trecho:

No Brasil, leis garantem o ensino de línguas indígenas e a transmissão dos costumes desses povos. Em muitas aldeias, há escolas com professores indígenas habilitados. As crianças aprendem a língua e a cultura do seu povo e também a língua portuguesa. Para os indígenas, é importante saber o português para entender os não indígenas e para defender os seus direitos. (CARDOSO et al., 2017, p. 84).

O direito à terra é apresentado juntamente com um mapa sobre as terras indígenas regularizadas no Brasil. O texto foi elaborado de forma didática para favorecer a compreensão dos estudantes, como pode-se observar a seguir:

Os indígenas têm o direito de viver nas terras que tradicionalmente ocupam. Para garantir esse direito, existem locais demarcados, de uso exclusivo dos indígenas, chamados terras indígenas. Dessa forma, todas as riquezas naturais das terras em que vivem como a madeira das árvores, os peixes do rio, as plantas, os animais e os minérios, podem ser exploradas somente para a sobrevivência dos indígenas. Nem sempre, porém, é o que acontece. Todas essas riquezas atraem empresas e não indígenas interessados em explorá-las. Em muitos casos, ocorrem confrontos entre indígenas e não indígenas. (CARDOSO et al., 2017, p. 85).

Procedendo a análise, o livro didático “Ápis” escrito por Anna Maria Charlier e Maria Elena Simielli, apresenta, na unidade 2 “A ocupação do território brasileiro”, no capítulo 3 “Povos da América e da África”, pouco conteúdo acerca do período pré-colonial, apenas menciona em um dos textos que antes da chegada dos portugueses existiam diversos povos indígenas, cerca de 3 e 5 milhões de pessoas, na qual cada povo tinha seus hábitos e culturas. Entretanto, não apresenta alguns dos povos que aqui estavam, principalmente, no litoral nordestino e que tiveram os primeiros contatos com os colonizadores. E, também, não informa sobre a cultura desses povos, suas crenças, tradições, alimentação, entre outros aspectos.

O período de chegada dos portugueses e os conflitos desencadeados com os povos indígenas são explicitados de forma crítica pelas autoras, evidenciando que os portugueses trouxeram muitas mudanças negativas para a vida dessas populações que já viviam aqui:

Milhares de indígenas adoeceram e morreram ao entrar em contato com doenças dos colonizadores europeus. Muitos grupos foram mortos pelos colonizadores em combates, massacres e trabalhos forçados. Outra mudança causada pela presença dos portugueses foi o deslocamento de populações indígenas do litoral para o interior. (CHARLIER;SIMIELLI, 2017, p. 54).

Contextualizando com os dias atuais, o livro traz um mapa sobre as terras indígenas regularizadas espalhadas pelo Brasil, que se concentram principalmente nas regiões centro-oeste e norte do país, devido ao processo de interiorização dos indígenas ao longo da história em que fugiam dos europeus colonizadores.

Ademais, também são mencionados dados do Censo Demográfico de 2010 que demonstram que cerca de 324 mil indígenas vivem em áreas urbanas, rompendo com a concepção de que os povos indígenas vivem somente nas florestas.

Por fim, no último livro didático “Seligamundo”, que tem como autores Alexandre Alves e Letícia Fagundes de Oliveira, não apresenta um capítulo específico para trabalhar mais profundamente os conteúdos sobre os povos indígenas. As informações sobre os nativos são escassas e abordadas a partir da história tradicional, pois apresenta os nativos como coadjuvantes do processo histórico e os colonizadores como protagonistas.

Neste livro, a história do Brasil começa a partir da chegada dos portugueses e não é, tampouco, mencionada a diversidade cultural dos povos indígenas que aqui habitavam. Essa chegada dos colonizadores é narrada como um processo natural e sem conflitos.

Logo na primeira página do capítulo “O início da colonização” aparece a pintura “Primeira missa no Brasil”, de Victor Meirelles, com a seguinte legenda: “A primeira missa nas terras que mais tarde formariam o Brasil aconteceu em 26 de abril de 1500, na região de Porto Seguro, no atual estado da Bahia, por determinação de Pedro Álvares Cabral” (ALVES; OLIVEIRA, 2017).

É necessário pensar que as imagens têm papel fundamental no ensino de história, pois auxiliam no entendimento e na interpretação dos conteúdos. No entanto, elas também carregam concepções ideológicas da época em que foram produzidas e, portanto, influenciam na construção do conhecimento dos alunos. Nesse sentido, deve-se ter cautela na escolha das fotografias e pinturas que serão utilizadas nos materiais didáticos, contextualizando criticamente suas inserções.

A tela “Primeira missa do Brasil”, por exemplo, foi produzida no ano de 1860, durante o segundo reinado, financiada por Dom Pedro II. Ao observar a obra fica evidente a intenção de mostrar os povos indígenas como calmos, passivos e, sobretudo, subalternos, ao passo que não se manifestam sobre os acontecimentos. Os nativos permanecem em volta dos padres, que aparecem no centro da tela representando a Igreja Católica. Todo esse cenário foi construído pensando em difundir a ideia de uma colonização pacífica, harmoniosa e tranquila.

Sendo assim, a escolha de imagem realizada pelos autores do livro didático “Ligamundo” pode ser considerada uma tentativa de perpetuar essa concepção tradicional e falaciosa a respeito da colonização portuguesa. Essa abordagem da história vai totalmente contrária aos objetivos da Lei 11.645/08, pois não contempla a história real e complexa desse período e sim uma história construída pela ideologia e visão eurocêntrica dos colonizadores.

Os resultados desse estudo demonstram, portanto, dois vieses: o primeiro de que a lei 11.645/08 proporcionou avanços para a construção dos conteúdos dos livros didáticos no que se refere à história e cultura dos povos indígenas. O livro “Buriti mais história” e “Ápis” abordam a temática indígena através de uma visão crítica da história, respeitando a diversidade cultural e étnica dos povos e apontando os impactos da colonização para a população nativa.

E o segundo viés, com base na análise do livro didático “Seligamundo”, de que apesar de a lei 11.645/08 ainda existem materiais que perpetuam a concepção tradicional da história dos povos indígenas, ignorando a diversidade étnico-racial desses povos e suas lutas e resistências durante todo o processo colonial brasileiro, lutas essas que se estendem até os dias de hoje. Essa abordagem histórica realizada pelos autores da obra “Seligamundo”, além de omitir os fatos desse período, contribui para a propagação da concepção de povos indígenas enquanto seres do passado, existentes apenas nos primórdios do contato com os portugueses, visto que, em nenhum momento, a história indígena é contextualizada com a atualidade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar o ensino de história indígena nos três livros didáticos, procurou-se refletir sobre as permanências e as rupturas acerca da representação histórica desses povos, marcada por estereótipos, preconceitos e inferiorização. Diante dos resultados e discussões, é possível perceber que os livros didáticos, mesmo aqueles que abordam a temática indígena a partir de uma visão crítica, não dão conta de aprofundar-se na complexidade da história e cultura desses povos. Logo, deve-se considerar que o livro didático é um instrumento pedagógico importante, mas que deve ser trabalhado juntamente com outros materiais que o complementem.

Nesse sentido, é necessário que o professor não indígena se aprofunde nas pesquisas sobre a história e cultura dos povos indígenas e que escolha metodologias, didáticas e materiais pedagógicos que estejam voltados para valorização das diferentes características étnicas e culturais.

Portanto, trabalhar a cultura indígena implica reconhecer que não se trata de processos históricos do passado que não têm relação com a atualidade. É preciso compreender que esses povos acompanharam todo o processo histórico do país, marcado por conflitos e violências. Por isso, é necessário que essa história seja contextualizada e inserida no tempo presente, uma vez que os indígenas têm lutado pela afirmação de sua cultura, por educação de qualidade e pela defesa de seus territórios que estão sendo invadidos.

Sendo assim, o presente estudo buscou contribuir para a defesa de uma educação que contemple a complexidade das identidades étnico-raciais brasileiras e que reconheça e valorize a história e cultura das nações indígenas.

REFERÊNCIAS

ALVES, A. C. Ensino de História e Cultura Indígena: trabalhando conceitos, desconstruindo estereótipos. **Revista Espaço Acadêmico**, nº 186, p. 42-54, maio de 2015.

ALVES, A.; OLIVEIRA, L. F. **Ligamundo**. 1ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

ARAUJO, F. M. L.; MELO, P. C. C. O livro didático e a lei 11.645/08: a temática indígena no Projeto Aribabá História (2006-2014). **Enciclopédia Biosfera**, Jandala- GO, v. 18, n. 36, p. 282-297, 2021.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.1996.

CARDOSO, V. P. D. et al. **Buriti mais história**. 1ª Ed. São Paulo: Moderna, 2017.

CHARLIER, A. M.; SIMIELLI, M. E. **Ápis**. 1ª Ed. São Paulo: editora ática, 2017.

LAMAS, F. G.; VICENTE, G. B.; MAYRINK, N. Os indígenas nos livros didáticos: uma abordagem crítica. **Revista Caderno de Estudos e Pesquisa na Educação Básica**, Recife, v. 2, p. 124-139, 2016.

RAMOS, M. E. T.; CAINELLI, M. R.; OLIVEIRA, S. R. F. As sociedades indígenas nos livros didáticos de história: entre avanços, lacunas e desafios. **Revista História Hoje**, v. 7, nº 14, p. 63-85, 2018. Disponível em <<https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/471>>. Acesso em 01/10/2021.

BARREIRAS INTERPOSTAS ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: CONTRIBUIÇÕES DO DESENHO UNIVERSAL PARA APRENDIZAGEM

Lorena Luzetti, Viviane Rodrigues, e-mail: lore.lzt@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O debate sobre a inclusão social das pessoas com deficiência se tornou cada vez mais estudado e comentado, porém é de extrema importância estudar e refletir sobre as barreiras que estão presentes na sociedade e que devem ser vencidas para que essas pessoas tenham plena participação. As barreiras são definidas pelos documentos legais como qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa. Portanto, uma possibilidade de enfrentamento das barreiras presentes na sociedade é a proposta de Desenho Universal, ou seja, desenhos que traçam facilidade, mobilidade, acessibilidade e segurança para todos. O Desenho Universal é um projeto que teve seus primeiros passos após o movimento da Revolução Industrial na Europa, em meados dos anos 80, nos Estados Unidos, surgiu entre os profissionais de arquitetura a expressão *Universal Design* – utilizada pelo arquiteto Ronald Mace (também conhecido como Ron Mace) da Universidade da Carolina do Norte (EUA) a qual teve-se início ao projeto de mudança nos locais e produtos que podiam ser acessados/utilizados por todas as pessoas. “Para desenvolver uma arquitetura ou um *design* inclusivo é necessário identificar a maior parte das possíveis necessidades e dificuldades de usabilidade” (CAMBIAGHI, 2007, p. 42).

Na proposta do Desenho Universal temos o leque aberto para a aprendizagem, que visa trazer propostas de ampliar as oportunidades de estudo de forma que o planejamento pedagógico seja contínuo e que possa vencer as barreiras educacionais. O Desenho Universal para Aprendizagem (DUA) foi constituído em meados de 1970 por professores da Universidade de Harvard, liderado por David Rose e tendo o termo de Universal Design for Learning (UDL). Esses profissionais visavam criar estratégias de ensino para a adequação do material didático às pessoas com deficiências e entenderem como aprendem para além de suas limitações interpostas pela deficiência.

Alguns dos pesquisadores desse campo apresentam a perspectiva do Desenho Universal para Aprendizagem (DUA) como mais uma possibilidade no processo de desenvolvimento de ambientes educacionais organizados para o enfrentamento e a eliminação de barreiras na escolarização de todas as pessoas, dentre elas aquelas com deficiência (BOCK; GESSER; NUERNBERG, 2018, p. 144).

Os princípios do DUA, além de focar no acesso físico à sala de aula, concentram-se no acesso a todos os aspectos da aprendizagem (HEREDERO, 2020, p. 734). O conceito para a aprendizagem do DUA é ancorado em três redes neurais: reconhecimento, estratégia e dimensão afetiva. A partir dessas três redes surgem os princípios iniciais (figura 1), que, “organizados em objetivos, os princípios do DUA dão suporte ao docente na consecução do planejamento docente para a inclusão” (PRAIS, 2017, p.73).

Figura 1: Princípios Básicos do Desenho Universal para Aprendizagem



Fonte: Meyer, Rose e Gordon, 2014.

Engajamento: o porquê da aprendizagem, como manter o interesse do aluno nos conteúdos propostos. O professor, novamente, deve estar sempre com opções para chegar até o interesse do aluno e manter o contato direto; importante também que tenha uma relação com o indivíduo procurando entender seus gostos e preferências.

Representação: o que da aprendizagem, como caracterizar fatos para identificar ao aluno; alguns alunos preferem trabalhar em grupos, sozinhos, em duplas. O importante é que o professor possa oferecer possibilidades para que o aluno possa se identificar com a forma de trabalho e possa estar motivado para atuar

Ação e expressão: como da aprendizagem, como organizar ideias e assuntos para o melhor entendimento; “para educar estes alunos é necessário recorrer a diferentes formas de abordar o conteúdo a ensinar e as informações a dar” (NUNES; MADUREIRA, 2015). Ou seja, múltiplas formas para que o aluno possa entender e compartilhar o conteúdo podendo ser através da fala, desenho, pintura, brincadeiras, imagens, braille, Libras.

Portanto, entendendo a proposta do Desenho Universal Para Aprendizagem que trata da visão de que todos têm direito de aprendizagem, independente das deficiências, sua contribuição na Educação Inclusiva tem como parâmetro bases da neurociência, ou seja, a aprendizagem sendo significativa trará maior empenho no neurodesenvolvimento da aprendizagem do educando. “Esta abordagem é também influenciada pelos conhecimentos resultantes das neurociências, nomeadamente os sistemas envolvidos na aprendizagem” (NUNES; MADUREIRA, 2015, p. 134). Os três princípios são norteados

pelas redes neurais (figura 2) que foram estudadas pelos pesquisadores que apresentaram o estudo sobre como é o funcionamento do cérebro durante a aprendizagem.

Figura 2: Redes neurais que representam o cérebro na aprendizagem



Fonte: Ferreira, 2018.

1. Rede de reconhecimento: poder reunir e categorizar o que é ouvido, lido, falado, interpretado;
2. Redes estratégicas: poder de expressar ideias e as organizar;
3. Redes afetivas: fundo emocional que está relacionado com a aprendizagem, envolver o conteúdo e fazer com que tenha significado.

O melhor jeito de aplicar a abordagem do DUA é através da relação com o indivíduo, permitindo entender suas maneiras de expressão e compreensão sobre o conteúdo e formas de apresentação do conteúdo, pois, segundo Madureira (2015, p. 36) “é essencial fornecer múltiplas opções relacionadas com a representação e apresentação da informação, nomeadamente disponibilizar a informação de diferentes maneiras no sentido de facilitar a sua compreensão”.

Em terras brasileiras essa abordagem do Desenho Universal Para Aprendizagem ainda é pouco conhecida, pois há muitas barreiras de ensino e pouco material de leitura científica sobre o assunto. O equívoco é que acabou sendo relacionado às pessoas com deficiência e, logo, à educação inclusiva. “É importante salientar que o DUA vem somar à área da Educação Especial” (OLIVEIRA; MUNSTER; GONÇALVES, 2019, p. 676).

O DUA foi associado à Educação Especial, mas sua premissa principal é planejar instruções para atender às necessidades de todos os alunos. No Brasil confunde-se Educação Especial com educação inclusiva e o DUA é adequado para a educação em geral (RIBEIRO; AMATO, 2018, p. 131).

Portanto, o objetivo desse artigo é entender de que maneira o Desenho Universal Para Aprendizagem contribui na eliminação de barreiras (com foco na educacional) e formação continuada de professores, visto que se torna considerável pensar e buscar por uma escola mais acessível independente de possuir alunos deficientes ou não. É preciso entender que o DUA não possui receita, apenas te faz refletir.

2 MÉTODO

A metodologia utilizada será a bibliográfica através de artigos sobre o tema. A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científico. “[...] A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente” (GIL, 2008). Importante trazer a reflexão sobre o assunto com a garantia de referências verdadeiras e de maneira objetiva para que todos possam ter acesso à informação.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Desenho Universal da Aprendizagem é conceituado na proposta de estratégias educacionais para romper barreiras do ensino e do desempenho da aprendizagem.

O DUA amplia o entendimento para os processos pelos quais os estudantes acessam o conhecimento, não somente vislumbrando recursos que eliminem barreiras, mas pensando e projetando cursos e currículos adequados, e, dessa maneira, não cabe falar de adaptação curricular (BOCK; GESSER; NUERNBERG, 2018 p.148).

Analisando a realidade escolar, a prática de inclusão é ironicamente excludente, pois os currículos são planejados e aplicados pensando em indivíduos que não possuem deficiências, ou, se possuem, suas atividades são adaptadas apenas com foco na deficiência existente, fazendo com que o tratamento seja individualista. O DUA é uma proposta que visa quebrar barreiras pedagógicas e auxiliar na construção de materiais acessíveis, pois:

O Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) procura atender a essa diversidade por meio da utilização de vários recursos (pedagógicos e tecnológicos), materiais, técnicas e estratégias, facilitando a aprendizagem e, conseqüentemente, o acesso ao currículo (RIBEIRO; AMATO, 2018, p. 127).

O papel do professor é fundamental para uma educação inclusiva, efetiva e afetiva, pois tem parâmetros da neurociência nos campos cognitivos, comportamentais, afetivos, significativos e expressivos que pretendem “compreender como funcionam os processos

cognitivos relacionados a memória, atenção, razão, percepção, aprendizagem e outras funcionalidades do cérebro” (CAMARGO; VIEIRA; HIGUCHI, 2021, p. 152). A falta da formação continuada adequada interfere na prática, pois dará a ausência de conhecimentos para auxiliar alunos com deficiências e suas especificidades, quanto para identificar alunos com problemas de aprendizagem – recorrentes de deficiências ocultas ou não – e encaminhá-los/auxiliá-los de maneira correta.

Segundo a Legislação, professor especializado em Educação Especial é aquele que desenvolveu competências necessárias para avaliar e identificar as necessidades do educando, flexibilizar currículos e projetos pedagógicos no interesse de promover a inclusão escolar. Esses docentes precisam comprovar sua formação através de:

I – [...] formação em cursos de licenciatura em educação especial ou em uma de suas áreas, preferencialmente de modo concomitante e associado à licenciatura para educação infantil ou para os anos iniciais do ensino fundamental; II - complementação de estudos ou pós-graduação em áreas específicas da educação especial, posterior à licenciatura nas diferentes áreas de conhecimento, para atuação nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio [...] (BRASIL, 2001, p. 5).

Partindo do princípio da formação continuada, a aplicação do Desenho Universal da Aprendizagem requer uma preparação aos docentes, visto “[...] que tal abordagem ainda é pouco conhecida ou disseminada no Brasil, a julgar pela escassez de literatura científica” (ZERBATO; MENDES, 2018, p. 150). É de conhecimento que para a construção de uma escola totalmente inclusiva necessita não só dos conhecimentos dos docentes, mas de toda uma cultura e estrutura que se fundamentam em parcerias para um trabalho para a construção de práticas pedagógicas que abracem a inclusão.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho apresentou a importância da contribuição do Desenho Universal Para Aprendizagem no ramo educacional. Sua abordagem visa contribuir para a inclusão total de alunos através da flexibilidade curricular, sem distinção de pessoas com deficiências ou não, pois através de aulas e estratégias significativas, o conteúdo torna-se acessível a todos, uma vez que é notório como as barreiras educacionais impactam na inclusão dos alunos em salas de aulas, pois o causador são os recursos inadequados existentes no planejamento curricular, como a produção de materiais didáticos e de que não há indícios de princípios do DUA em sua elaboração, pois entende-se que a busca por materiais adequados/adaptados não é fácil, uma vez que o docente procura por materiais acessíveis. Para que a metodologia seja aplicada é necessária a formação continuada dos

docentes, porém pouco se é oferecida e quando sim, apenas na teoria com realidades diferentes do que realmente acontece.

REFERÊNCIAS

ADA UNITED STATES DEPARTMENT OF JUSTICE CIVIL RIGHTS DIVISION.
Information and Technical Assistance on the Americans with Disabilities Act.
Disponível em: https://www.ada.gov/ada_intro.htm. Acesso em: 14 abr. 2021.

BOCK, Geisa Letícia Kempfer; GESSER, Marivete; NUERNBERG, Adriano Henrique. Desenho Universal para a Aprendizagem: a Produção Científica no Período de 2011 a 2016. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Bauru, v. 24, n. 1, p. 143-160, 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382018000100143&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 2 mar. 2021.

BRASIL. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.** Lei nº 13146/15, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 16 mar. 2021.

BRASIL. **Parecer nº 17/2001.** Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB017_2001.pdf. Acesso em: 11 maio 2021.

CAMARGO, Vitória Bárbara Alves; VIEIRA, Madalena Alves; HIGUCHI, Debora Ayame. *In: SILVA, Cristiana Barcelos da (Org.); ASSIS, Andrelize Schabo Ferreira de. (Org.)* **Vivências didáticas: Metodologias aplicadas em ensino e aprendizagem.** 4. ed. Rio de Janeiro: e-Publicar, 2021. Disponível em: <https://storage.googleapis.com/production-hostgator-brasil-v1-0-2/102/248102/ZJ2LQxgL/d595daf5b78b4c0fac3763cbc08aa1e8?fileName=15.04.21%20Viv%C3%A2ncias%20did%C3%A1ticas%20Metodologias%20aplicadas%20em%20ensino%20e%20aprendizagem%204.pdf>. Acesso em: 20 maio. 2021.

CAMBIAGH, Silvana. **Desenho universal:** métodos e técnicas para arquitetos e urbanistas. 4. ed. São Paulo: Senac, 2019. p. 1-269.

FERREIRA, Cristina Rocha. Neurociências para Utilizadores de Cérebro: Operacionalizar as Redes do Desenho Universal para a Aprendizagem. **Clínica da Educação**, Lisboa, 2018. Disponível em: <https://www.clinicadaeducacao.pt/2018/10/15/neurociencias-para-utilizadores-de-cerebro-operacionalizar-as-redes-do-desenho-universal-para-a-aprendizagem/>. Acesso em: 10 abr. 2021.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 6. ed. São Paulo: Atlas S.A, 2008. p. 1-197.

HEREDERO, Eladio Sebastián. Diretrizes para o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA). **Revista Brasileira de Educação Especial**, Bauru, v. 26, n. 4, p.

733-768, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-54702020v26e0155>. Acesso em: 30 mar. 2021.

MEYER, Anne; GORDON., David; ROSE., David H. **Universal Design for Learning: Theory and Practice**. 1. ed. EUA: Cast Incorporated, 2013. p. 1-238.

NUNES, Clarisse; MADUREIRA, Isabel. Desenho Universal para a Aprendizagem: Construindo práticas pedagógicas inclusivas. **Invest. Práticas**, Lisboa, v. 1, n. 1, p. 126-143, 2015. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2182-13722015000200008. Acesso em: 9 mar. 2021.

OLIVEIRA, Amália Rebouças de Paiva e; MUNSTER, Mey de Abreu Van; GONÇALVES, Adriana Garcia. Desenho Universal para Aprendizagem e Educação Inclusiva: uma Revisão Sistemática da Literatura Internacional. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Bauru, v. 25, n. 4, p. 675-690, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/rGFXP54LSxdkfNmXsD9537M/?lang=pt>. Acesso em:

PRAIS, Jaqueline Lidiane de Souza. **Das intenções à formação docente para a inclusão**: contribuições do Desenho Universal para a Aprendizagem. 1. ed. Curitiba: Appris, 2017. p. 1-219.

RIBEIRO, Gláucia Roxo De Pádua Souza; AMATO, Cibelle Albuquerque De La Higuera. Análise da utilização do Desenho Universal para Aprendizagem. **Cadernos de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 125-151, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5935/cadernosdisturbios.v18n2p125-151>. Acesso em: 30 mar. 2021.

ZERBATO, Ana Paula; MENDES, Enicéia Gonçalves. Desenho Universal para a Aprendizagem como estratégia de inclusão escolar. **Revista Unisinos**, São Carlos, p. 147-155, 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/325655641_Desenho_universal_para_a_aprendizagem_como_estrategia_de_inclusao_escolar. Acesso em: 17 mar. 2021.

BRINCAR EM TEMPOS DE PANDEMIA: O PAPEL DA FAMÍLIA

Alana dos Santos Ferreira, Marília Dalpino Salvador, Suselaine Zaniolo Mascioli.
Email: alanacentinelli@gmail.com

Este projeto se propõe a compreender a importância do brincar, com ênfase, nas vivências dispostas pelo atual cenário pandêmico. O ato de brincar vai muito além da ocupação do tempo, uma vez que, sua realização propicia entretenimento, alegria, descobertas, resolução de conflitos, criatividade, entre outras variáveis facilmente identificadas na observância do cotidiano infantil. O dia-a-dia das crianças costuma entrelaçar-se ao emaranho de atividades curriculares e extracurriculares, fazendo com que as crianças passem mais tempo fora de suas casas, ocupadas com atividades que lhes roubam o direito de brincar.

Em 2020, houve a eclosão virulenta de uma doença altamente contagiosa que impôs uma nova realidade, cuja necessidade maior caracteriza-se como o resguardo. O aparecimento letal de um vírus, invisível a olho nu, resgata o tempo das crianças e reverberam possibilidades de criação de vínculos, uma vez que, agora, todos necessitam resguardar-se e podem usufruir do mesmo espaço. Algumas famílias, recorrem ao uso desenfreado de tablets, celulares e videogames, trazendo alguns malefícios para o desenvolvimento.

Por falta de orientação, interesse ou até mesmo pela falta de tempo que a correria do dia-a-dia proporciona a muitas famílias, os pais não se dão conta do quanto é prejudicial e dos malefícios que a quantidade exagerada de horas em que as crianças ficam expostas as telas de aparelhos eletrônicos. O uso excessivo das tecnologias tem roubada a fase mais gostosa da vida que é a infância, poder brincar, ser o que quiser usando a imaginação, criar, explorar, descobrir um mundo novo e tão rico para elas.

Além disso, vem provocando grandes problemas no convívio social, cabe aos pais determinar os locais e os horários em que os nativos digitais acessam a internet. Sem falar dos impactos físicos, psicológicos, emocionais, podendo causar irritabilidade, irregularidades no sono, obesidade pela falta de movimentação (sedentarismo), atraso na aprendizagem, dificuldade de concentração, alienação, dentre tantos outros fatores existentes.

Tratando-se desse cenário pandêmico que o mundo vem enfrentando, as reflexões sobre o brincar vêm tomando uma grande proporção, principalmente ao se preocupar com

a movimentação do corpo da criança, com o incentivo a imaginação, a interação social e tantos outros aspectos ligados a esse ato tão importante. É preciso indagar, como este período de quarentena está afetando o brincar da criança? As crianças estão se movimentando em seus lares? O brincar está sendo incentivado em casa pela família? Ou, ainda, essas crianças têm um espaço para a movimentação, onde as brincadeiras possam ocorrer em livre demanda e sem riscos de se machucarem?

A brincadeira é uma ferramenta extraordinária para a aprendizagem, dando a oportunidade de as crianças estarem em constante descoberta. Esse ato é capaz de oferecer possibilidades de exploração e descobrimento, levando-as a aprender e a lidar com o mundo, começando por moldar e formar sua personalidade através do processo de autoconhecimento, além de oportunizar o desvelar do outro.

Durante a análise encontramos problemas que necessitam ter olhos voltados para eles. O primeiro é a desvalorização no processo de brincar. A brincadeira oferece à criança a possibilidade de desenvolvimento de habilidades, criação de possibilidades e o desenvolvimento de sua autonomia. Em segundo plano, temos a questão dos pais não terem tempo e disposição para brincar com seus filhos. Estando em pandemia, os pais se depararam com um tempo mais “apertado”, tendo que conciliar o home office, os afazeres de casa, o cuidado com os filhos, o auxílio nas atividades escolares, além da necessidade de oferecer-lhes momentos lúdicos. Como saída do segundo problema, os pais proporcionam o uso de tablets e celulares, como passatempo na vida das crianças, para que consigam cumprir as metas do serviço. Essas crianças, sofrem dos efeitos de uma Geração Alpha.

O corpo é o primeiro brinquedo da criança . Em cada fase de seu desenvolvimento ela deslumbra descobertas, explorando as partes existentes em seu corpo e descobrindo as funções de cada uma. Assim sendo, as crianças descobrirão o mundo e a compreensão do ambiente que as cercam, o corpo também criará um elo para que as relações com os outros sujeitos de seu contexto sejam expandidas. O corpo possibilita às crianças experimentarem os movimentos, expressarem seus desejos e, também, comunicar-se com o mundo.

Antigamente, essa movimentação era muito mais valorizada. As crianças corriam, pulavam, cantavam e realizavam outras diversas atividades que estimulavam o seu físico. Vygotsky (apud FERNANDES, p.15) defende que todo conhecimento é construído socialmente e a melhor forma de fazer isso é brincando. Contudo, com o novo estilo de vida, as brincadeiras ficaram mais difíceis de serem encontradas. Os aparelhos celulares e

as televisões ocuparam o espaço das ruas e dos parques, levando as crianças ao sedentarismo.

A brincadeira no ambiente familiar traz muitos benefícios, não somente para a criança, mas também para todos aqueles que são pertencentes àquela família. A brincadeira feita em conjunto contribui para que haja um estímulo maior, de modo que os laços afetivos de todos tenham um aumento positivo, causando na criança lembranças significativas de uma infância feliz, além de ajudar no processo de sociabilização.

Durante a pandemia, dois dos estudos realizados por Aydogdu (2020) apontam que as crianças ficaram muito dependentes dos aparelhos eletrônicos. Todas essas horas de exposição na frente das telas caracterizam um fator de aumento ao risco da manutenção da saúde mental.

O objetivo deste artigo é evidenciar o brincar e sua importância na vida das crianças, exaltando os benefícios da prática e identificando os pontos que são desenvolvidos. Trazemos em foco a pandemia que estamos vivendo e as mudanças que acarretaram nossas vidas, dando ênfase na família e em sua grande importância no momento.

Para executar este trabalho, realizamos uma pesquisa bibliográfica analisando artigos referentes ao assunto, que nos trouxe informações históricas sobre o brincar, a importância do brincar, a psicomotricidade, o desenvolvimento infantil, a importância da família, as mudanças advindas da pandemia, e por fim, uma proposta de rotina de brincadeira.

Com base nas informações que foi percorrida durante todo o trabalho, fica o questionamento: Qual a importância da família nesse processo de brincar, como ajustar brincadeiras no meio de um período com tantas restrições, onde o resguardo foi necessário e imposto. Como buscar maneiras de incentivar a criança a brincar e explorar o próprio corpo no ambiente familiar?

As crianças que já não tinham o hábito de brincar, correr, se movimentar antes do momento atual veio se agravar ainda mais, pois, a escola onde é um espaço que presa e sabe como direcioná-los já não podia recebê-los, por isso, os pais se viram perdidos, em ter que conciliar tudo e buscar uma maneira para que seus filhos colocassem o corpo em movimento e explorasse-o de forma divertida e natural.

Por tanto, diante do que foi exposto, a falta de movimentação, do brincar refletirá diretamente no seu desenvolvimento das crianças, tanto motor, quanto cognitivo, social, verbal e emocional.

Comprava-se através de alguns autores o quanto o ato de brincar é benéfico para a criança e o quanto contribui em todas as áreas que precisam ser desenvolvidas e precisa de atenção e um olhar mais atento dos pais, professores e todos aqueles que a rodeiam. Foi possível ter a percepção de como o momento pandêmico no qual o mundo está passando acarretou e agravou mais o atraso no desenvolvimento das crianças, acarretando outros problemas, como a ansiedade, obesidade por exemplo.

A instauração de uma sociedade não brincante e, sobretudo, exacerbadamente estimulada por brinquedos automatizados reverberou em dificuldades junto ao ato de brincar. Assim, é preciso entender a importância de brincar de forma diferenciada, a fim de criar elos profundos e, principalmente, favorecer a maturação biopsicossocial das crianças.

Este tema mostra-se importante para a educação atual uma vez que possui efetiva adaptabilidade ao cenário vivenciado, sendo capaz de motivar positivamente as ações educacionais, propiciando o desvelar da predominância que o brincar possui no manejo das atividades curriculares, ofertando uma instauração adequada no currículo. O projeto possui relevância, também, no contexto social, pois as crianças estarão mais motivadas para aprender e, conseqüentemente, mais seguros para se expressarem em diferentes situações.

CONTRIBUIÇÕES DE HENRI WALLON PARA A EDUCAÇÃO: A IMPORTÂNCIA DA AFETIVIDADE E SEU PAPEL FUNDAMENTAL NO SÉCULO XXI

Bianca Gonçalves, Nádia Rogato, Elaine Cristina Gardinal Pizzato, e-mail:
biaancaagoncalvess@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Henri Wallon nascido em Paris (1879/1682), um médico, psicólogo e filósofo trouxe para a educação algo de extrema importância principalmente no século XXI, o conceito de afetividade. O conceito afetividade na educação nós trás o entender a criança em um todo, dar autonomia á ela, mostrar que suas ideias, opiniões, críticas desde de cedo são importante para o meio em que vive e para sua autoaprendizagem.

Posto que a afetividade a primeira forma de interação com o ambiente, e a motivação primeira do movimento, conforme o movimento proporciona experiências para a criança, ela responde através das emoções, diferenciando-se do ambiente. E a afetividade é o elemento mediador das relações sociais principal, portanto, é o ponto que é dado para separar a criança do ambiente.

Na teoria de desenvolvimento de Wallon existem cinco estágios para facilitar no que tange ao professor sobre a compreensão do aluno na aprendizagem para que tenha uma reflexão maior e seja mais produtivo este processo.

Os cinco estágios citados na teoria de Wallon devem ser levados em conta no desenvolvimento do processo de aprendizagem, são eles: Impulsivo-Emocional, Sensório-motor e Projetivo, Personalismo, Categorical e Puberdade e Adolescência.

A educação é um direito de todos, percorrendo o desenvolvimento humano por meio do ensino e da aprendizagem, visando desenvolver a capacidade mental do indivíduo. É necessário que a educação tenha uma associação entre as formações escolar, familiar e social.

Com o aprendizado os indivíduos podem alcançar as suas potencialidades, e por meio dela que começam a entender a sociedade na qual estão inseridos, é onde o sujeito estabelece relações e começa a interagir com outros indivíduos, é dentro dela que o sujeito passa a ter conhecimento, e a desenvolver valores e comportamentos.

2 METODOLOGIA

Diante do que é almejado neste trabalho, foi feita uma pesquisa bibliográfica para deixar clara a veracidade de trabalhar a problemática das emoções e afetividade dentro do contexto escolar, para melhorar o desempenho dos estudantes.

Este trabalho teve como consulta de artigos, teses e o livro “Memórias afetivas: a constituição do professor na perspectiva de Henri Wallon” com o objetivo de deixar claro o conceito que Wallon propõe sobre a afetividade dentro da aprendizagem.

A pesquisa bibliográfica é “aquela que se caracteriza pelo desenvolvimento e esclarecimento de ideias, com o objetivo de oferecer uma visão panorâmica, uma primeira aproximação a um determinado fenômeno” (GONÇALVES, 2001, p.65).

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A teoria de Wallon para com o professor deve caminhar juntos, assim na educação da atualidade com qualidade, com amor, com cumplicidade, saber conectar o emocional com a aprendizagem diz muito sobre esse papel do facilitador no século XXI. O professor é o mediador que cria as situações de aprendizagens para a aquisição do conhecimento, é ele também que propõe as situações para que o educando teste as suas habilidades e consiga resolver qualquer conflito e destaca-se em qualquer situação, e o aluno é o sujeito que vai assimilar a informação e adquirir o conhecimento, e a partir de reflexões e práticas vai desenvolvendo suas habilidades e construindo a sua cidadania.

O aluno precisa ter prazer em aprender, e essa motivação vem do professor, é importante o educador gostar do que faz, ele passa segurança ao aluno e interesse pelos conteúdos, o professor deve proporcionar diferentes maneiras de o aluno aprender com prazer, e principalmente passar esse prazer que o professor tem de ensinar, para o aluno aprender com gosto e significado. Sobre isso Rubens Alves ressaltava sobre o professor:

Ensinar é um exercício de imortalidade. De alguma forma continuamos a viver naquele cujos olhos aprenderam a ver o mundo pela magia da nossa palavra. O professor, assim, não morre jamais... (ALVES, 2000 p.5)

A relação professor-aluno preza todo esse autocuidado, porém a família deve se incluir nesse processo, buscar saber como o filho está na escola, se o facilitador precisa de ajuda, entender a dificuldade do filho. Mas, muitas vezes isso não acontece, pois nem toda criança tem uma estrutura família presente, muitas vezes mora com os avós ou tios, não

tem pai ou não tem mãe e conseqüentemente afeta o emocional do aluno e em sua aprendizagem, por isso o papel do educador vai muito além do ensinar.

A constituição reconhece que direitos e deveres referentes à sociedade conjugal devem ser exercidos igualmente.

Art. 227: É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar comunitária, além de colocá-los a salvo de toda a forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL).

Portanto, como diz na constituição o dever não é apenas da família, devem andar de mãos dadas e o relacionamento entre escola-família seja o melhor possível, envolvendo comunicação, companheirismo e confiança, pois no final, todos são beneficiados.

O principal objetivo da educação é levar o aluno do nível inicial até atingir o nível final, para isso a motivação eleva a vontade do aluno em conseguir esse avanço na aprendizagem, pois apesar que o conhecimento do aluno é íntimo dele para que isso acontecesse houve a interação com seu professor. Segundo Wallon (apud Almeida, 2001:51) “a afetividade e a inteligência constituem um par inseparável na evolução psíquica, pois ambas têm funções bem definidas e quando integradas, permitem a criança atingir níveis de evolução cada vez mais elevadas”.

Na teoria de Wallon, o homem é influenciado pelo social e o fisiológico, sendo os dois de modo orgânico e social, ambos fundamentais para o desenvolvimento e dependentes do contexto sociocultural. Sendo assim, Wallon fez uma divisão do processo de desenvolvimento em cinco estágios que é de grande importância quando são levados em conta no processo de aprendizagem, sendo eles: (NARCIZO, 2020).

- 1º estágio — *Impulsivo-Emocional* (0 a 1 ano):

A parte afetiva é quem domina esse estágio, o qual o indivíduo se manifesta por meio de expressões corporais e do toque. A aprendizagem necessita de toque, de expressão corporal, tato e segurança, partindo desse toque corporal com o outro que a criança se situa e cria uma relação com o meio ambiente se familiarizando e a partir daí aprende sobre o mundo no qual está inserida.

- 2º estágio — *Sensório-Motor e Projetivo* (1 a 3 anos):

Quando a criança chega nesse estágio, ela passa a criar uma interação com os objetos e a partir desse ponto surge a curiosidade, sobre o que são como chama e como

funciona. A aprendizagem nesse estágio precisa de um educador que proporcione diferentes experiências e vivências com diversos objetos, proporcionando fácil diferença entre cada um dos objetos.

- 3º estágio — *Personalismo* (3 a 6 anos):

Nesse momento a criança começa a perceber a diferença entre elas e entre os adultos, a sua individualidade. É importante o contato com atividades que elas possam escolher o que desejam e exercícios com crianças de outras faixas etárias. É necessário nesse estágio o respeito à diferença, valorizando as escolhas.

- 4º estágio — *Categorial* (6 a 11 anos):

É nesse estágio que acontece a diferença mais nítida entre o eu e o outro, esse é o momento que eles percebem as diferenças e semelhanças entre os objetos, as pessoas, as ideias. O que é necessário a partir desse momento é levar em consideração aquilo que o aluno já sabe e o que ele precisa saber. Essa descoberta de novas ideias e conceitos parte do educador proporcionar novas experiências e vivências para dar continuidade à ampliação destas outras descobertas do mundo.

- 5º estágio — *Puberdade e Adolescência* (11 anos em diante):

Aqui já se parte de uma individualidade completa, onde o sujeito percebe a sua singularidade e autonomia, com valores e sentimentos próprios. O processo de ensino e aprendizagem nesse estágio é proporcionado a partir de construções de vivências que permite a conversa sobre as diferenças, deixando sempre claro o respeito às diferenças e que é de grande importância às relações com empatia e solidariedade com o próximo.

O processo de desenvolvimento para Wallon encontra-se em constante movimento entre a afetividade e a inteligência. Ao destacar sobre seus estágios ele deixa claro que as ações adquiridas em cada estágio são irreversíveis, mas, o sujeito pode voltar a atividades dos estágios anteriores.

A afetividade para Wallon determina o impulsivo-emocional, é a dialética que da conta de acompanhar as mudanças funcionais. A forma inicial de afetividade por um indivíduo é expressa a partir das emoções, permitindo que esse desenvolvimento compreenda a realidade e assim possa analisar, conhecer e explicar, assim quando esse

indivíduo chega a vida adulta a emoção é dominada pela atividade intelectual (ESTEPHANE; KNOPF; 2018, p.13).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desse trabalho é ressaltar que a afetividade deve andar junto com a educação e tendo ela os resultados são melhores na aprendizagem.

A educação que se apresenta no século XXI, precisa estar em sintonia com os discentes da atualidade e criar essa sintonia muitas vezes é um problema, entrar no mundo das crianças, passar confiança, fazer parte da sua vida, criar vínculos nem sempre é uma tarefa fácil, por esse motivo a afetividade se destaca diante da educação. É importante uma troca de afeto na relação professor-aluno, o aluno precisa se sentir motivado para alcançar o sucesso na aprendizagem e essa motivação parte do professor, que é a ponte entre o aluno e a aprendizagem.

O afeto incluso na educação faz com que o aluno seja produtor de bons conhecimentos e tenha seu desenvolvimento integral garantido possibilitando uma aprendizagem de sucesso.

Henri Wallon em sua teoria deixa claro que o aspecto afetivo é indispensável para o desenvolvimento do ser humano, ainda mais quando se trata de uma criança em desenvolvimento, é a estrutura para a construção da pessoa completa. Wallon acredita que o ser humano passa por estágios no decorrer do seu desenvolvimento, portanto, dividiu-o em cinco estágios, para ele o ser em desenvolvimento está em uma mudança constante junto com a afetividade.

Conclui-se que, para uma aprendizagem de qualidade necessita do afeto com o professor para encaminhar bem, o afeto é o ponto de partida, por isso o facilitador tem também que demonstrar interesse.

REFERÊNCIAS:

ANDRADE, B.J. K. **Sentidos da afetividade na BNCC:** Análise no Ensino Fundamental dos anos iniciais. 2018. 39 p. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Curso de Educação – Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, 2018.

ANTONIO ARCHANGELO. **Teoria da Psicogênese da Pessoa Completa de Henri Wallon.** Disponível em: <<https://antonioarchangelo.com/2020/05/24/teoria-da-psicogenese-da-pessoa-completa-de-henri-wallon/>>. Acesso em: 15 set.. 2021.

BARBOSA, P.I. **A importância da afetividade para uma aprendizagem significativa.** Disponível em: <<https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/educacao/a-importancia-afetividade-para-uma-aprendizagem-significativa.htm>>. Acesso em: 15 set. 2021.

BATISTA, O. T. M.; OLIVEIRA, F. G.; SILVA, S. M. J. **Psicogênese da pessoa completa: uma análise transdisciplinar do desenvolvimento infantil.** 2015. 15 p. (Educação, complexidade e transdisciplinariedade) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Pernambuco, 2015.

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 15 set. 2021.

CAMPOS, F.; VALE, P. A Fantástica Psicogênese da Pessoa Completa: a BNCC e a importância do RPG na formação de personalidade. **Revista Dados**, Uberlândia, p. 5 – 10, 2020.

MENDES, B. D. **Memórias afetivas: a constituição do professor na perspectiva de Henri Wallon.** São Paulo. Edições Loyola, 2017.

NARCIZO, E. **Henri Wallon: a afetividade no processo de aprendizagem.** Disponível em: <<https://www.profseducacao.com.br/2020/02/13/henri-wallon-a-afetividade-no-processo-de-aprendizagem/>>. Acesso em: 15 set. 2021.

NARCIZO, E., **Henri Wallon: a aprendizagem no processo de aprendizagem.** 2020. Disponível em: <<https://www.profseducacao.com.br/2020/02/13/henri-wallon-a-afetividade-no-processo-de-aprendizagem/>>. Acesso em: 16 set. 2021.

SARAIVA, Terezinha. **Papel da educação.** [s.d]. Disponível em: <<http://iarj.org.br/blog/?p=330>>. Acesso em: 16 set. 2021.

YOUTUBE. (2018, Junho 12). **Henri Wallon – afetividade e inteligência:** Teoria da psicogenética. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=-6vuFpW9dFs>>

MÉTODO FÔNICO SEGUNDO A POLÍTICA NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO

Anna Katharina Barbato Marinho, Cintia Milene Favaro Bochembuzio, e-mail:
a.kathi@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A alfabetização configura a base educacional para o avanço em habilidades de leitura e escrita, por isso é de grande importância no desenvolvimento dos alunos. Se esse processo não for concluído com sucesso, as crianças vão sair prejudicadas da escola e a taxa de analfabetismo vai continuar alta. Diante dessa problemática, este trabalho tem como tema principal a alfabetização e suas relações com o letramento, focando as vantagens e desvantagens de se trabalhar com o método fônico. É notório que todos os indivíduos vivem em um mundo centrado na escrita, portanto encontram-se envolvidos em situações sociais em que se deparam com o uso do sistema alfabético. Mesmo as pessoas analfabetas estão constantemente vivenciando práticas de letramento.

Alguns autores, como Magda Soares e Leda Tfouni, destacam-se no cenário brasileiro quando o assunto é alfabetização. Para Soares (2003), a alfabetização é a ação de ensinar/aprender a ler e a escrever, ou seja, a ação de alfabetizar consiste em ensinar o sistema alfabético e em aprender a tecnologia da escrita. Em concordância, Tfouni (2010) acredita que alfabetização é a aquisição da escrita por um indivíduo, ou seja, adquirir habilidades necessárias para a leitura e a escrita. Como pode ser visto, ambas as autoras aliam a definição de alfabetização com o processo de letramento.

Tfouni (2010) acredita que o letramento consiste no processo de aquisição da escrita enquanto aprendizagem de habilidades para leitura e escrita, as chamadas práticas de linguagem. Vale ressaltar a definição que Soares (2003) traz do letramento, como sendo o estado ou condição de quem não apenas sabe ler e escrever, mas cultiva e exerce as práticas sociais que usam a escrita; resultado da ação de ensinar e aprender as práticas sociais de leitura e escrita.

Desde 1988, com a Constituição Federal, de acordo com o Artigo 205, a educação tornou-se: “direito de todos e dever do Estado e da família” (BRASIL, 1998). A partir disso, outros planos e políticas nacionais foram desenvolvidos em busca de melhorias para a área da educação. É importante destacar o atual documento, a Política Nacional de Alfabetização (PNA, 2019), construída com base em ciências cognitivas da leitura - Psicologia Cognitiva, Neurociência Cognitiva e Linguística Cognitiva. Como os outros

documentos nacionais, a PNA também pontua, como uma de suas metas, alfabetizar todas as crianças até o 3º ano do ensino fundamental, e pretende, entre outros objetivos, diminuir a taxa de analfabetismo funcional.

Com isso, é importante rever os métodos de alfabetização que são mais usados atualmente, no qual são separados em dois tipos, os analíticos (do todo para a parte) e os sintéticos (da parte para o todo). Os métodos analíticos consistem em: Palavração (a palavra é composta e decomposta); Sentenciação (visualiza e memoriza as palavras para formar novas palavras); Global (entender que ler é descobrir o que está escrito, também decompor pequenas histórias em partes cada vez menores). Já os métodos sintéticos consideram as partes menores como base para a alfabetização, de acordo com a unidade em que se concentra as atividades iniciais para o desenvolvimento da leitura e da escrita: o método alfabético ou soletração (tem como unidade a letra); o método fônico ou fonético (tem como unidade o fonema); e o método silábico (tem como unidade a sílaba).

A recente Política Nacional de Alfabetização antevê que, para melhorar o desempenho dos alunos na alfabetização é necessário trabalhar com o método fônico, o qual vem apresentando ótimos resultados em países desenvolvidos. Dessa forma, o presente trabalho tem como finalidade trazer o que foi estudado até o momento sobre o método fônico a fim de refletir sobre seus benefícios para o processo de alfabetização.

2 METODOLOGIA

O presente trabalho é resultado de uma pesquisa qualitativa com revisão bibliográfica, abordando temas como alfabetização, letramento, método fônico e a Política Nacional de Alfabetização, com foco, principalmente, nos teóricos Magda Soares, Alessandra Capovilla, Fernando Capovilla e Leda Tfouni.

O objetivo desta pesquisa é discutir aspectos positivos e negativos do método fônico para, a partir desse levantamento, abordar possibilidades de como ele pode ser utilizado nas salas de aula atualmente, com o intuito de aprimorar as práticas de alfabetização e de letramento. Considerando que, em consequência da aplicação eficaz de um método de alfabetização, pode-se melhorar a qualidade de ensino e diminuir a taxa de analfabetismo.

3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Nas últimas décadas vem sendo discutida por vários autores a necessidade de trabalhar a alfabetização junto com o letramento, pois, segundo Soares, são processos

“indissociáveis, simultâneos e interdependentes” (2004, p. 100), visto que ao ingressar no mundo da escrita e da leitura, todos passam por esses dois processos ao mesmo tempo:

O primeiro é a aquisição do sistema convencional de escrita, ou seja, a alfabetização. O outro é o desenvolvimento de habilidades de uso desse sistema em atividades de leitura e escrita nas práticas sociais que envolvem a língua escrita, que seria o letramento. [...] A alfabetização desenvolve-se no contexto de e por meio de práticas sociais de leitura e de escrita, isto é, através de atividades de letramento, e este, por sua vez, só se pode desenvolver no contexto da e por meio da aprendizagem das relações fonema-grafema, isto é, em dependência da alfabetização (Soares, 2004, p. 14).

Portanto, mesmo os dois processos sendo diferentes, um amplia e complementa o outro. Ao serem trabalhados juntos desenvolvem indivíduos que sabem ler, escrever e compreender. Assim, eles se tornam alfabetizados e letrados. Isso se dá, segundo Tfouni (2010, p.23), porque o letramento envolve: “aspectos sócio-históricos da aquisição de um sistema escrito por uma sociedade [...], desse modo, não se restringe somente àquelas pessoas que adquiriram a escrita, isto é, aos alfabetizados.” Afinal, todos os indivíduos vivem em um mundo centrado na escrita, onde são envolvidos em situações sociais em que se deparam com o uso do sistema alfabético. Mesmo as pessoas analfabetas estão constantemente vivenciando práticas de letramento.

Porém, a educação brasileira tem apresentado um mau desempenho em relação à alfabetização nas avaliações externas e internas, tais como Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB); Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA); Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Os últimos índices mostram que os alunos de terceiro, quinto e nono anos (quarta e oitava séries) do Ensino Fundamental e do terceiro ano do Ensino Médio não tiveram desempenho satisfatório nas habilidades de leitura e escrita. Com tudo, esses resultados podem estar relacionados a fatores diversos, como o ambiente permissivo em casa, problemas familiares, falta de um método de qualidade, estresse pós-traumático, TDAH e outros transtornos de aprendizagem.

A Política Nacional de Alfabetização (PNA) ressalta os resultados da Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), que mede a relação de alfabetização e letramento em alunos matriculados no 3º ano do ensino fundamental. Os últimos testes da ANA foram aplicados em 2016, para alunos do 3º ano do Ensino Fundamental das escolas públicas, que realizaram testes de leitura, escrita e matemática, os quais geram resultados de desempenho apresentados em uma escala de proficiência dos níveis 1 a 4.

Os dados do ANA mostram a maior concentração de estudantes na região Sudeste que se encontram entre os níveis 2 e 3 da escala de Leitura, ou seja, aproximadamente

38% dos alunos em que foi aplicado o teste. O nível 1 se caracteriza através da leitura de palavras com quantidades de sílabas e estruturas silábicas diferentes. O nível 2 exige compreensão de textos simples, levando em consideração as características do gênero e interpretação de texto. Já no nível 3, fora a compreensão de textos mais longos e complexos, são necessárias habilidades para relacionar as informações contidas no texto em nível inferencial, tais como inferir sentido de expressão ou palavras e assunto em textos verbais e não verbais (INEP, 2016).

Em relação à escala de Escrita, com foco na região Sudeste, os dados mostram que a maior concentração dos estudantes está no nível 4 e tem sua representação com 66%. Neste nível, os estudantes apresentam uma grafia correta e escrevem uma narrativa, com suas principais características (INEP, 2016).

Percebe-se que é necessário rever os processos de ensino aprendizagem que tem sido usado pelos professores, reconhecer a possibilidade de determinar a diferença entre o letramento (imersão das crianças na cultura escrita, participação em experiências variadas com a leitura e a escrita, conhecimento e interação com diferentes tipos e gêneros de material escrito) e a alfabetização (consciência fonológica e fonêmica, identificação das relações fonema–grafema, habilidades de codificação e decodificação da língua escrita, conhecimento e reconhecimento dos processos de tradução da forma sonora da fala para a forma gráfica da escrita) (SOARES, 2003). No entanto, é preciso também, conforme a mesma (2004, p. 15), “promover a conciliação entre essas duas dimensões da aprendizagem da língua escrita, integrando alfabetização e letramento, sem perder, porém, a especificidade de cada um desses processos”. Em decorrência da diversidade dos métodos de ensino ao longo da história da alfabetização, não há um método para a aprendizagem nos anos iniciais da língua escrita considerado mais eficaz, pois as características de cada faceta determinam certos procedimentos de ensino, além das características de cada grupo de criança.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) traz as habilidades e competências para serem trabalhadas com os alunos no seu respectivo ano, não orientando quais abordagens os professores devem seguir, sendo escolhida a cada unidade escolar ou sala de aula, de forma que mais se adequa à sua realidade. O documento e até mesmo vários autores mencionam a importância de trabalhar com uma abordagem que favoreça as práticas de leitura e escrita, priorizando o texto como objeto de ensino, mas que também permita uma reflexão sobre o sistema de escrita alfabética, trabalhando a consciência fonológica e contribuindo para a evolução da criança em suas hipóteses de escrita (MADI, 2021).

Diante disso, vale ressaltar o atual documento da educação, a Política Nacional de Alfabetização, que traz como foco o método fônico como a melhor abordagem para se trabalhar na alfabetização, o que vem sendo criticado por muitos educadores, por ser um método sistemático e tradicional. No entanto, a PNA cita a pesquisa realizada pelos Estados Unidos, considerando que a língua inglesa também utiliza o princípio alfabético, que trabalha a forma, o som e o nome da letra. A pesquisa mostra que o método fônico é o mais adequado para a alfabetização. Em concordância, Capovilla e Seabra (2010 p.79) acredita que:

os resultados dos estudos experimentais nos Estados Unidos, que o ensino de consciência fonológica é causa da melhora dos estudantes em consciência fonêmica, leitura e escrita subsequente ao ensino. O ensino das correspondências entre os grafemas e fonemas tem grande impacto sobre o desenvolvimento da leitura, da escrita e da compreensão de texto por parte de crianças com dificuldades de aprendizagem e de crianças com baixo nível sócio econômico.

O método fônico parte do mais simples para o mais complexo, ou seja, consiste em ensinar os sons das letras e em seguida juntar esses sons para formar uma palavra ou frase. Ao trabalhar com esse processo que explora os sons de cada grafema, as crianças, jovens e até mesmo os adultos vão desenvolver as habilidades necessárias para desenvolver a leitura e a escrita. “A escrita exige do indivíduo um conhecimento fonológico e fonêmico consciente para viabilizar o entendimento das correspondências entre as classes de sons e os grafemas, permitindo a segmentação da sílaba, necessária nos sistemas alfabéticos” (MASCARELLO; PEREIRA, 2014, p. 7). É a partir dos sons emitidos durante a fala que ocorre a tentativa de escrever, ou seja, a escrita envolve o conhecimento fonêmico e fonológico. Por esse motivo, vários educadores, pesquisas e documentos, como aqui apresentado, incentivam trabalhar com o método fônico.

4 CONCLUSÃO

A alfabetização não consiste apenas no processo de codificar e decodificar, mas é através dela que o aluno pode iniciar sua aprendizagem para ler e escrever com autonomia e compreensão. Soares (2003, p.17) entende que aprender a “ler e escrever é aprender fonemas e grafemas”, que são a base do método fônico. A autora também afirma que esse método é visto como uma técnica desprestigiada, no entanto, esse processo de ensinar a decodificar e codificar precisa ser feito. Embora haja muitas críticas ao método fônico, pesquisas demonstram que o método tem tido bons resultados nos últimos anos e, portanto, não é inadequado, possivelmente esteja sendo aplicado incorretamente ou só é preciso: “investir melhor, em métodos e materiais comprovadamente eficazes. E para

alfabetização no Brasil, até o presente só há um método e um material com eficácia cientificamente comprovada: o método fônico” (CAPOVILLA, 2010, p.39).

Portanto, os profissionais da educação e os documentos oficiais têm os mesmos objetivos, apenas é preciso aliar as diretrizes nacionais às boas práticas em sala de aula, para tentar aplicar o método fônico, de modo adequado, em uma perspectiva construtivista e com auxílio das tecnologias de comunicação e informação. Com esse diálogo, talvez haja alguma mudança positiva no desempenho dos alunos em leitura e escrita, contribuindo também para a diminuição da taxa de analfabetismo no Brasil.

Diante dos dados que a Política Nacional de Alfabetização e a Avaliação Nacional de Alfabetização apresentam, é possível observar que o desempenho dos alunos do 3º ano do ensino fundamental não é o esperado, por isso é preciso buscar aprimorar a prática educacional, para que haja melhoria no desempenho e se chegue à diminuição da taxa de analfabetismo.

A PNA traz, por meio de evidências científicas, o método fônico como a melhor abordagem de alfabetização, pois é por meio dele que as crianças, jovens e adultos desenvolvem com maior facilidade as habilidades necessárias para a leitura e escrita. Assim, entende-se que a aplicação desse método pode ser eficaz para o desenvolvimento de habilidades e competências em leitura e escrita, que contribuirão para o desempenho pleno do cidadão brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação; Secretária de Alfabetização. **Plano Nacional de Alfabetização**. Brasília, 2019, 54 p. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/images/banners/caderno_pna_final.pdf. Acesso em: 13 Jun. 2021.
CAPOVILLA, Fernando; SEABRA, Alessandra G. **Alfabetização: Método Fônico**. 5. ed. São Paulo: Memmon, 2010.

MADI, S. Entre o som e o sentido: é uma questão de escolha? **Nova escola**, 04 jan. 2017. Disponível: <https://novaescola.org.br/conteudo/12199/entre-o-som-e-o-sentido-e-uma-questao-de-escolha>. Acesso em: 08 abr. 2021.

MASCARELLO, L. J.; PEREIRA, M. A.; **As neurociências e a leitura**: proposta Sciar de alfabetização. Revista Educação e Cultura Contemporânea, v. 12, n. 27, 2014.
Relatório SAEB/ANA 2016: panorama do Brasil e dos estados. Brasília: **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**, 2018. Disponível:

https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/avaliacoes_e_exames_da_educacao_basica/relatorio_saeb_ana_2016_panorama_do_brasil_e_dos_estados.pdf. Acesso em: 04 abr. 2021.

SOARES, M. A reinvenção da alfabetização. **Presença pedagógica**. Belo Horizonte, v. 9, n. 52, jul./ago., p. 15- 21, 2003.

SOARES, M. Letramento e Alfabetização: as muitas facetas. **Revista Brasileira de Educação**, 2004, n. 25. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n25/n25a01.pdf>. Acesso em: 08 abr. 2021.

SOARES, M. Alfabetização e Letramento: caminhos e descaminhos. **Pátio – Revista Pedagógica**, p. 96- 100, 29 fev. 2004. Disponível: <https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/40142/1/01d16t07.pdf>. Acesso em: 08 abr. 2021.

TFOUNI, L. V. **Letramento e alfabetização**. São Paulo: Cortez, 2010.

NIETZSCHE NA PERSPECTIVA EDUCACIONAL: UMA ANÁLISE SOBRE OS OBJETIVOS DA EDUCAÇÃO FORMAL

Kamilli Roberta Melão, Marcelo Mott Peccioli Paulini
kamilliroberta@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Ao fazer uma análise da sociedade e seus modos de pensar e agir, entende-se que a educação sempre foi um importante objeto de estudo. É devido a essa ideia que surgem os questionamentos: o que é exatamente a educação? e, quais são os objetivos e os resultados alcançados na educação formal?

Friedrich Nietzsche (1844 – 1900) foi um filósofo alemão contemporâneo que se destacou principalmente por causa da rebeldia e intensa provocação que explicitava em suas obras. Seus livros e ideais mais famosos não se relacionam especificamente à educação, mas sim a moral, às hipocrisias, aos conceitos de bem e mal e à ética. E por esse percurso, Nietzsche acabou por trazer muitas contribuições ao campo educacional, tendo uma visão única sobre o tema, principalmente para a época em que viveu e para a educação com que se deparava na Alemanha do século XIX.

Além de um grande filósofo e filólogo, Nietzsche se tornou professor e lecionou na Universidade da Basileia por cerca de dez anos, precisando então abandonar a profissão ao descobrir problemas graves de saúde. Portador de uma vasta experiência e lotando salas de aula, ele pensou e desenvolveu suas ideias sobre o eruditismo por quase toda a vida. Se questionou, além de tudo, se o conhecimento bastava por si só, ou, se para aprender de forma eficaz era também necessário ter objetivos.

Para ele, o eruditismo seria um mero treinamento da mente que ao invés de libertar, aprisionaria o indivíduo (OLIVEIRA, 2015). A função da educação não seria apenas a de transmitir um conteúdo, mas sim formar um caráter individual, algo que ainda hoje não se concretizou, pois a “moral do rebanho” continua presente nas instituições. Essa moral são os conceitos inquestionáveis que levam os indivíduos a agir a partir de premissas e preconceitos, sem se preocuparem em entender e analisar se concordam ou não com o que recebem e passam a representar, posicionando-se de forma ingênua e acrítica (MACHADO, 2017). O pensador acreditava que os indivíduos deveriam estar conscientes do que lhes era proposto, podendo fazer escolhas mais seguras e legítimas que os transformassem no que potencialmente poderiam ser, livres enfim da chamada “moral do

rebanho”, que inibia a vontade e a possibilidade do pleno desenvolvimento de suas potências.

Além de criticar as instituições de ensino por não ensinarem o pensar crítico, Nietzsche ainda expunha que a maneira com que as escolas organizavam seus currículos estava equivocada, já que havia muita informação e conteúdo, mas quase nada que enfatizasse o pensar e a arte.

Ao relacionar o filósofo Paulo Freire (1921 – 1997), pode-se notar que os dois concordam com a ideia de que a educação não deve ser bancária, pois sua verdadeira função é fazer com que a “massa” seja crítica e autônoma, não facilmente manipulável. No sentido artístico, Nietzsche defende a ideia de que a arte é a forma que melhor nos permite lidar com a vida e afirmá-la (CARRASCO), sendo essencial se conhecer diante dela para então conhecer o mundo.

A educação, segundo Nietzsche, se submeteu aos imperativos do Estado, que a “roubou” e por isso fica mais forte enquanto a sociedade entra em decadência /*décadence*/. A aprendizagem deveria servir para o pensar crítico, mas ao invés disso, as disciplinas começaram a submeter-se a um valor no mercado e os estudantes passaram a ser tratados como consumidores. O lucro é sinônimo de valorização para a sociedade e, para o pensador em destaque, não há pior ambiente de educação do que o definido pelo Estado como uma forma de capitalismo.

O filósofo ainda idealiza o papel de um bom educador, que seria como um mediador da aprendizagem. Para Nietzsche, o ser humano não se conhece se interiorizando, assim como Sócrates defendia, mas sim passando primeiro pela exterioridade para então mergulhar em si e descobrir-se. O educador, nesse contexto, seria um ser que cuida e cultiva, que prepara o discente em todo esse caminho que leva a si mesmo e que o faz pensar criticamente. A educação seria emancipação, é uma libertação da *décadence* e do senso comum, sendo necessário se aprimorar pessoalmente para em seguida acessar a cultura e o conhecimento.

Com base nos ideais supracitados, podemos associar a educação, na visão de Nietzsche, como sendo uma gaiola que aprisiona, quando é conteudista, mas ao mesmo tempo, única ferramenta plausível para ajudar a voar, pois quando bem-feita, liberta e se faz criticar.

2 METODOLOGIA

Com base nos objetivos propostos no estudo, a metodologia aplicada neste trabalho ocorreu diante a artigos já publicados sobre a relação Nietzsche-educação, livros sobre suas críticas perante a sociedade e as instituições, e vídeos acessados por meio de plataformas *online*. Esses métodos são unicamente teóricos, sem nenhum conceito prático ou pesquisa envolvida, já que se trata de um objeto de estudo abstrato.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nietzsche, como já apresentado, identificou vários objetivos no que tange a educação formal, sendo eles: o de fazer pensar criticamente, o de se introduzir conteúdo correto, não apenas informações, e, nesse caso, o professor cultiva o interior do aluno para que ele chegue a sua própria essência.

Ao concatenar os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), nota-se que os mesmos objetivos propostos por Nietzsche são introduzidos no Ensino Fundamental como propostas atuais. Os objetivos propostos pelos PCNs são pautados em um cidadão consciente do meio em que vive. Segundo o documento, os alunos devem dominar os conhecimentos que necessitam para crescer como indivíduos despertos sobre seu papel na sociedade. Em vista disso, a obrigação do Ministério da Educação é auxiliar o documento, apontando as metas que ajudem os estudantes a enfrentarem o mundo como seres participativos, reflexivos e autônomos, também conhecedores de seus direitos e deveres.

Os dois objetos de estudo, a saber, os ideais de Nietzsche e os princípios norteadores dos PCNs, se complementam de forma perfeita, enfatizando acima de tudo a concepção de um adulto autônomo e que saiba contornar a "moral do rebanho". Em teoria, se configuram bem, mas o fato é que há adversidades quando inseridos à prática escolar. Segundo Fagundes e Barbosa (2019), se esses dois princípios fossem realmente postos em prática, os jovens não teriam uma visão tão deturpada sobre os problemas econômicos que afligem nosso país atualmente, por exemplo. Portanto, a escola brasileira ainda não é crítica, ela reproduz ideologias equivocadas e não proporciona o espaço essencial para que o aluno pense por si só.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em virtude dos argumentos supracitados, é inegável que a sociedade perde quando não inclui Nietzsche também como um filósofo educacional. Como já citado, o pensador

estudou o eruditismo e o conhecimento praticamente a vida toda e chegou a lecionar por dez anos, sendo tão bom professor que cativava os alunos por seu interesse e didática e fazia com que suas aulas fossem as mais frequentadas. É fato que Nietzsche contribuiu em várias áreas e se tornou um dos filósofos mais importantes da humanidade, mas seu grande destaque na área da moral e da religião pareceram apagar sua possível importância no campo educacional, criando também certo preconceito sobre sua imagem e transformando-o em um símbolo adolescente de rebeldia (PONDÉ, 2009).

Se há uma palavra para descrever como Nietzsche é visto na educação, esta é “injustiça”, já que seus escritos sobre a área, sua vasta experiência e seu pensamento à frente do tempo poderiam ter contribuído muito na conquista de uma educação que promovesse um pensamento crítico e autônomo, mas o que alcançamos até o momento é uma moral do rebanho rebuscada, em que teorias sobre o assunto são discutidas o tempo todo, mas medidas efetivas para tornar os alunos mais livres intelectualmente, ou são fracas, ou sequer existem.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Wendel. FAGUNDES, Raphael. Por que o sistema educacional brasileiro nunca adotou Paulo Freire na prática?, **diplomatique**, 2019. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/por-que-o-sistema-educacional-brasileiro-nunca-adotou-paulo-freire-na-pratica/>. Acesso em: 7 de setembro de 2021.

CARRASCO, Bruno. Arte trágica e afirmação em Nietzsche, **ex-isto**. Disponível em: <https://www.ex-isto.com/2021/03/arte-e-afirmacao-da-vida.html>. Acesso em: 8 de setembro de 2021.

FRAGOSO, Myriam. **Nietzsche e a educação**, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/trans/a/ksm9K5kH4vLWTbSZk3yCQ9k/?lang=pt>. Acesso em: 8 de setembro de 2021.

GUIM, Rodrigo. **Educação pra que? em Nietzsche e Foucault**, YouTube, 16 de maio de 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CvEGDiM4bSI&t=19s>. Acesso em: 06 de setembro de 2021.

GIACOIA, Oswaldo. **A tarefa do educador para Nietzsche**, YouTube, 22 de agosto de 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3S5xtED69Bo>. Acesso em: 07 de setembro de 2021.

MACHADO, João. Nietzsche e a educação. **Planeta Educação**, 2017. Disponível em: <https://www.planetaeducacao.com.br/portal/inspiracao/a/121/nietzsche-e-a-educacao>. Acesso em: 8 de setembro de 2021.

OLIVEIRA, Jacson. **O eruditismo em Nietzsche** In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, II. 2015, Paraíba. Anais, Campina Grande: Realize Editora, 2015.

Disponível em:

https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2015/TRABALHO_EV045_MD1_SA3_ID4007_03092015162643.pdf. Acesso em: 7 de setembro de 2021.

PONDÉ, Luiz Felipe. **A importância de NIETZSCHE**, YouTube, 2017. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=sZavuQ56Ux8>. Acesso em: 8 de setembro de 2021.

REGO, Teresa. **Nietzsche Pensa a Educação**: Crítica a Cultura. 1ª edição, editora Segmento, 2014.

O PROCESSO DE ADAPTAÇÃO E A IMPORTÂNCIA DO ACOLHIMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Talita Marques da Silva, Débora Regina Félix, Viviane Rodrigues, e-mail:
talita.marques99@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A temática referente à história da educação infantil é marcada por grandes mudanças. É significativo entender como as crianças eram reconhecidas, a partir de quando iniciaram o processo de escolarização e além de compreender como eram recebidas nas instituições de ensino.

Na Idade Média, a criança tinha pouco valor e não havia diferenças entre crianças e adultos. A Educação também não tinha muito destaque, diante de uma trajetória surgiu com a necessidade assistencial. As crianças eram deixadas com “criadeiras” para que as mães pudessem trabalhar, sem pensar nesse distanciamento ou em um processo de adaptação para a criança. Por conta da estruturação do capitalismo, surgiram as primeiras creches, mas sem fins educativos.

Em 1971, com a reformulação da Lei nº 5.692, as crianças menores de 7 anos deveriam receber educação em escolas maternas e jardins de infância. As décadas de 70 e 80 foram marcadas pela forte discussão sobre o papel das instituições da educação infantil. Após a formulação da DCNEI e do RCNEI em 1998 a educação infantil passou a ser vista não apenas com função de cuidar, mas sim também de educar.

Para Sarmiento (2005), a construção moderna de infância teve origem quando separaram o mundo da criança do mundo adulto e teve início sua institucionalização em creches e escolas públicas, ato que se expande até hoje.

As experiências da educação infantil, de cunho assistencialista, por vezes desconsideravam o desenvolvimento cognitivo, que é tão importante para resolução de problemas e criar confiança na criança.

Em 1990 foi promulgada a lei 8069/90, Estatuto da Criança do Adolescente (ECA) reafirmando os direitos constitucionais em relação à educação infantil. Pelo ECA, a criança é considerada como sujeito de direitos. “Direito de afeto, direito de brincar, direito de querer, direito de não querer, direito de conhecer, direito de sonhar e de opinar” (FILHO, 2001, p. 32).

Somente na Constituição de 1998 as creches e pré-escolas passam compor os sistemas educacionais. Com a LBD 9.394/96, é reafirmado, reconhecendo as instituições de atendimento às crianças parte do sistema educacional.

Barreto (2008) coloca que a atenção à Educação Infantil no Brasil é decorrente das últimas duas décadas de reflexões, pois a partir da LDB a Educação Infantil passou a ser o início da Educação Básica, buscando abolir a visão assistencialista e com o olhar na formação dos profissionais que atuam nessa área.

Com a inserção das crianças nas escolas, começasse a se pensar no período de adaptação das mesmas nesse novo ambiente. Sabe-se o quanto é difícil se afastar de pessoas próximas e que fazem parte do nosso dia a dia. Agora, pensemos em crianças pequenas que estão acostumadas a ter sempre um ente querido por perto, como os pais, ou até mesmo os avós, serem colocadas em um ambiente totalmente diferente do qual é acostumada. Esse é o assunto a ser discutido no presente trabalho, o processo de adaptação e a importância do acolhimento das crianças na educação infantil.

A educação infantil é um período muito importante que envolve muita paciência, dedicação e compromisso com as crianças. Esse processo de inserção da criança na escola deve ser muito bem-preparado, pois essa separação dos filhos dos pais, para um novo meio, é um processo de adaptação doloroso para ambos e para os professores se torna um grande desafio.

É importante entender o quanto a adaptação saudável gera reforços positivos no desenvolvimento da aprendizagem e do cognitivo da criança.

[...] é preciso reiterar que a adaptação escolar é um processo que vai exigir tanto a transformação da criança, que buscar adequar-se a essa nova realidade social, quando da pré-escola, que precisa se preparar para recebê-la (OLIVEIRA, 1995, p. 128).

Destaca-se a importância da escola como local para além do ensinar, envolvendo cuidados na Educação Infantil, pois a criança deve se envolver e interagir com o meio e com outras pessoas. É necessário aprender viver em sociedade, com criticidade, sendo um verdadeiro cidadão de direitos.

Acredita-se que um novo ambiente, rostos, uma rotina completamente diferente da acostumada deixam as crianças ansiosas, assustadas e preocupadas. Entende-se que é uma mudança brusca, mas existem fases para se passar e a inserção na vida escolar é uma delas.

Entretanto, a escola e os profissionais, principalmente os docentes, devem saber lidar com esse tipo de situação, planejando um acolhimento adequado. A escola e a família precisam manter uma parceria para que o período de acolhimento seja o mais agradável possível. Um dos passos importantes para isso é o estabelecimento de combinados entre responsáveis, escola e criança.

Os laços afetivos na família, principalmente de pais e filhos, podem ajudar no ajustamento do indivíduo a novos ambientes, por desencadearem um desenvolvimento saudável e gerar padrões de interações positivas. Volling e Elins (1998) afirmam que o estresse parental, a insatisfação familiar e a inadequação nas atitudes dos pais em relação à criança geram problemas de ajustamento e dificuldades de interação social. Os autores relatam que as figuras parentais exercem grande influência dos vínculos afetivos e da autoestima.

Desde o primeiro contato é importante que coordenadoras e professoras expliquem para a família que agora a escola também é responsável por parte da formação das crianças. A instituição com o apoio dos profissionais busca possibilidades de atender bem a criança e a família, fazendo com que a adaptação destas aconteça da melhor maneira possível. É válido lembrar que cada criança tem seu tempo para essa adaptação de fato acontecer e que deve ser respeitado. A paciência e a compreensão nesse momento devem ser demonstradas tanto pelos pais, quanto pela instituição.

O estudo traz a importância da valorização da adaptação e do acolhimento na educação infantil, garantindo que são ações fundamentais para o bom desenvolvimento da criança no ambiente escolar, resultando em uma aprendizagem significativa, capaz de desenvolver habilidades nos mesmos, para sujeitos críticos na sociedade.

2 MÉTODO

A metodologia foi elaborada através de uma revisão bibliográfica de valor qualitativo em artigos científicos, buscando a ideia de autores sobre a adaptação escolar e a afetividade na educação infantil.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O estudo evidenciou teóricos da área de desenvolvimento e aprendizagem, trazendo informações sobre a temática adaptação e afetividade na inserção escolar. Autores como

Vygotsky (1994), Piaget (1896-1980) e Wallon (1879-1962) relatam sobre a importância desse momento para o desenvolvimento cognitivo.

O processo de adaptação escolar é um momento que deve ser muito bem trabalhado, pois o acolhimento gera reforços positivos tanto para o aluno, quanto para o docente. Estudos realizados por autores afirmam que uma criança que se sente acolhida e amada cria autoconfiança e tem mais condições de aprender e desenvolver sua personalidade.

A aprendizagem sempre inclui relações entre as pessoas. A relação do indivíduo com o mundo está sempre medida pelo outro. Não há como aprender e aprender o mundo se não tivermos o outro, aquele que nos fornece os significados que permitem pensar no mundo a nossa vida. Veja bem, Vygotsky defende a ideia de que não há um desenvolvimento pronto e previsto dentro de nós que vai se atualizando conforme o tempo passa ou recebemos influência externa (BOCK, 1999, p 124).

A escola se tornou um ambiente estimulante sendo capaz de despertar no aluno a criatividade e o desejo de aprender. Porém, para que isso aconteça é preciso criar laços de afetividade entre os envolvidos, potencializando o processo ensino-aprendizagem.

A cognição e o afeto são campos observados separadamente, como dimensões isoladas no psicológico humano. Segundo Oliveira e Rego (2003), Vygotsky enfatiza a necessidade de acabar com essa visão dualista e procurou elaborar uma nova concepção que envolvesse a mente e o corpo, a cognição e o afeto.

Vygotsky (1994) frisa a importância das interações sociais, afirmando que a construção do conhecimento ocorre a partir de um grande processo de interação. Está claro que o autor reconhece que os aspectos cognitivos e afetivos estão desde cedo relacionados e integrados, por isso a importância dessa relação ser analisada no decorrer da história do desenvolvimento.

Piaget (1896-1980), autor relacionado ao desenvolvimento da inteligência, desenvolveu concepções sobre afetividade e sentimentos e suas relações com a evolução cognitiva. O autor explicita que a afetividade ela interfere no funcionamento da inteligência, podendo estimular ou perturbar, acelerar ou retardar.

Wallon (1879-1962) é um autor de grande importância quando falamos de afetividade e aprendizagem, pois privilegia o aspecto afetivo, afirmando que o afeto tem um papel muito importante e estruturante no início da vida da criança. Para o autor, as emoções permitem a construção dos conhecimentos sobre o mundo e a construção de sua personalidade, pois é o primeiro domínio de controle percorrido pela criança. Wallon atribuiu ao professor à responsabilidade de buscar novos métodos e maneiras de resolver as

situações conflitantes que surgem no processo pedagógico, pois com afetividade a maior gerenciamento e rendimento de aula, garantindo melhor aproveitamento de aprendizagem.

Existem muitas formas significativas de mostrar afetividade, a presença na adaptação escolar e no rendimento do aluno durante o processo é uma delas, se tornando mais importante que um beijo ou abraço. Esta é uma forma de perceber que a afetividade está ligada à cognição e na relação de professores e alunos no ambiente escolar.

O período de adaptação é muito delicado e por isso envolve um planejamento adequado. A formação do professor é um ponto significativo, o profissional deve estar sempre se aperfeiçoando e em busca de novos conhecimentos. A habilidade do docente acontece desde o momento que se inicia os estudos e se estende quando começam a atuar com as crianças em sala de aula, desenvolvendo suas capacidades cognitivas, sociais e acolhedoras.

O profissional da educação infantil é o mediador principal do conhecimento, decorrente disso, também passa por um processo de adaptação e eventualmente sentem desconfortos, assim como as crianças. Pereira (2012) comenta sobre a capacitação do educador para atuar na primeira infância, que:

[...] o professor enquanto ser pensante e um profissional ético deve, portanto, ter clareza da importância do seu papel meio à sociedade, principalmente com aqueles ao qual o foco principal da educação é "o Aluno", como também, ter uma formação sólida sobre o profissional em que deve constituir-se (PEREIRA, 2012, p. 40).

Destaca-se então a importância da formação apropriada do professor, das estratégias que possam ser utilizadas nesse momento de adaptação, criação de vínculos afetivos que são tão importantes para o desenvolvimento cognitivo da criança, desenvolvendo uma aprendizagem significativa.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de acolhimento e adaptação escolar é de extrema importância para a formação, o desenvolvimento social e individual de cada criança. Sendo assim, torna-se essencial os estudos que possibilite diminuir os problemas enfrentados por cada um envolvido nesse processo.

A adaptação é um processo complicado, que abrange a interação e a cooperação de todos envolvidos. A instituição e os profissionais precisam estar preparados e cientes que esse processo abre portas para um bom convívio desencadeando uma aprendizagem significativa.

Por meio de estudos realizados, entende-se que os aspectos cognitivos e afetivos estão integrados. A afetividade interfere no funcionamento da inteligência, podendo estimular ou perturbar, acelerar ou retardar. Mesmo apresentando naturezas distintas, a afetividade e a cognição são campos que juntos contribuem para o desenvolvimento psicológico.

O profissional da educação deve executar sua prática pedagógica com responsabilidade e acima de tudo com carinho e compreensão. Trabalhando com a interação e atividades lúdicas, é possível envolver os alunos com os conteúdos e despertar espontaneidade e autonomia.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, C. O. As concepções do cuidar e do educar na infância presentes na prática pedagógica dos professores de educação infantil, Sidrolândia, Mato Grosso do Sul. **Brasil Escola**, [s.d.]. Disponível em: <https://monografias.brasilecola.uol.com.br/educacao/as-concepcoes-cuidar-educar-na-infancia-presentes-na-pratica-pedagogica-sidrolandia.htm>. Acesso em: 25 mar. 2021.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: MEC, [2009]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 21 mar. 2021.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266. Acesso em: 21 mar. 2021.

CARVALHO, C. L. C. **A importância do lúdico no processo de aprendizagem**. 2013. 38f. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) - Especialista em Psicomotricidade, Universidade Candido Mendes, Ilha Comprida, 2013. Disponível em: http://www.avm.edu.br/docpdf/monografias_publicadas/posdistancia/51901.pdf. Acesso em 20 mar. 2021.

COUTINHO, M. I. A. A afetividade no processo ensino-aprendizagem. **Construir notícias**, [S.d.]. Disponível em: <https://www.construirnoticias.com.br/a-afetividade-no-processo-de-ensino-aprendizagem/>. Acesso em: 30 jul. 2021.

DESSEN, M. A.; POLONIA, A. C. A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v.17, n. 36, p. 21-32, jan./abr. 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X2007000100003. Acesso em: 10 maio. 2021.

FARIA, L. M. **O professor e a criança no processo de adaptação na educação infantil.** 2020. 49f. Monografia. (Curso de Pedagogia). Escola de Formação de Professores e Humanidades da Pontifícia Universidade Católica, Goiás. Disponível em: <https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/bitstream/123456789/379/1/LARISSA%20MONOGRAFIA%20REPOSIT%20c3%93RIO.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2021.

GEBERT, A. B. De adulto em miniatura para protagonista: uma primeira infância possível? **Tuiuti: Ciência e Cultura**, Curitiba, v. 5, n.58, p. 187-211, maio. 2019. Disponível em: <file:///C:/Users/Talita/Downloads/2183-Texto%20do%20artigo-4496-2-10-20190605.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2021.

OLIVEIRA, S. C. M. **O processo de adaptação das crianças na educação infantil: os desafios das famílias e dos educadores da infância.** 2018. 249 f. Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP/Campus de Presidente Prudente, 2018. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/153912/oliveira_scm_dr_prud.pdf?sequence=3&isAllowed=y. Acesso em: 26 abr. 2021.

SARNOSKI, E. A. Afetividade no processo ensino-aprendizagem. **Rei: Revista de educação do ideau**, [S.l], v. 9, n. 20, p. 1-12, dez. 2014. Disponível em: https://www.bage.ideau.com.br/wp-content/files_mf/059cdd781d7db95c3b6a1a849829e47a223_1.pdf. Acesso em: 30 jul. 2021.

SILVA, N. A importância da afetividade na relação professor-aluno. **Brasil escola.** Disponível em: <https://monografias.brasilecola.uol.com.br/pedagogia/a-importancia-afetividade-na-relacao-professor-aluno.htm>. Acesso em: 10 ago. 2021.

SOUZA, M. T. C. C. As relações entre afetividade e inteligência no desenvolvimento psicológico. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, [S.l], v.27, n.2, p. 249-254, abr./jun 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/byCS7FDbNwLSZZNRmBSvdJD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 maio 2021.

REFLEXÕES SOBRE ASPECTOS DO PRECONCEITO LINGUÍSTICO PERCEPTÍVEL NA SOCIEDADE BRASILEIRA

Sarah Raquel Tomioto Garcia, Suzana Abrunhosa, e-mail: srtomioto@outlook.com

1 INTRODUÇÃO

O Brasil é um país de proporções continentais e possui uma imensa variedade linguística, com a existência de diversas “línguas” presentes no sistema linguístico, tais como os sotaques paulista, carioca, mineiro, baiano, gaúcho, entre tantos outros que reforçam a grande pluralidade existente no território brasileiro.

A linguística é constituída por todas as manifestações de linguagem humana, sendo que é tarefa dessa ciência a descrição da história de todas as línguas. (SAUSSURE, 2012, p. 37). Dessa forma, pode-se afirmar que a linguística visa analisar como a capacidade humana de se comunicar se faz presente nos indivíduos e como ela se estrutura.

Nesse sentido, a sociolinguística estuda a diversidade linguística a partir de fatores que pressupõem a diversificação da língua, tais como a identidade social do emissor ou do falante; a identidade social do receptor ou do ouvinte; o contexto social e o julgamento social, ou seja, as atitudes linguísticas. Portanto, é considerada como a área da linguística que estuda a língua a partir de fatores externos que caracterizam a diversidade e a heterogeneidade da linguística (BORIN, 2010, p. 11).

Dentre as variações linguísticas, estão a variação geográfica ou diatópica; a variação histórica ou diacrônica; a variação social ou diastrática; a variação situacional, estilística ou diafásica; e a variação na fala e na escrita, ou diamésica. A partir disso, é preciso entender que existem variantes linguísticas e não uma norma única. Há uma variedade de normas de acordo com níveis sociolinguísticos e devem ser utilizadas conforme as circunstâncias de comunicação.

A existência do preconceito linguístico na sociedade demonstra o disfarce do preconceito social, pois segundo Rique (2012, p. 9), “não é a língua da pessoa que é discriminada, mas a própria pessoa”.

Dessa forma, Mello ensina que o preconceito linguístico emerge de um padrão linguístico construído pela elite econômica e intelectual do país, que a partir disso considera reprovável tudo que difere desse modelo (MELLO, 2021).

Portanto, se faz necessário refletir sobre o preconceito linguístico, a fim de valorizar as variedades linguísticas existentes na sociedade brasileira além de propor a relativização dos conceitos de certo e errado, em especial no ambiente escolar, em virtude das diversas formas de se comunicar dentro de uma língua, e as variações linguísticas são de suma importância para esse processo.

Este estudo pretende trazer informações sobre o preconceito linguístico sofrido por uma parcela da sociedade, já que está presente no cotidiano de muitas pessoas e ocorre com frequência no Brasil, demonstrando que há diversas maneiras de se comunicar dentro de uma língua e esclarecer que as variações linguísticas são parte desse processo e características de cada falante.

2 MÉTODO

Para desenvolver a pesquisa que fundamentou esse trabalho, o método utilizado foi da pesquisa bibliográfica, com foco na sociolinguística, além de uma pesquisa qualitativa feita com materiais de pesquisa documental e de banco de dados eletrônicos com objetivo de analisar as questões envolvendo a variação da língua portuguesa e o preconceito linguístico na sociedade.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A transformação da língua latina em língua portuguesa aconteceu em virtude de conflitos e transformações políticas, históricas e geográficas. Inclusive, a língua portuguesa atual é fruto de transformações advindas do latim vulgar, também chamado de neolatim, que percorreu um caminho desde a região do Lácio até a Península Ibérica, para a formação do português arcaico (SILVA, 2017, p. 09).

A língua é considerada como um conjunto de palavras devidamente organizadas por regras gramaticais específicas, mediante convenção prévia que permite a transmissão da mensagem sempre de modo compreensível por todos que estão inseridos naquele determinado grupo. Em vista disso, tem-se a língua portuguesa, a inglesa, a alemã, a italiana, a chinesa, a japonesa, entre outras (NEVES, 2021).

Desta feita, a linguagem é considerada como a faculdade humana que possibilita a comunicação e é a forma como os membros de determinada comunidade estabelecem o processo comunicativo por meio da fala, que é o uso individual da língua, ou pela língua em si.

Ocorre que é comum as pessoas pensarem que o outro fala certo, ou errado, com sotaque estranho, ou com um jeito antiquado no modo de falar. Mas nem todos sabem sobre a existência de uma área da linguística que estuda essas variações da língua de maneira científica, trata-se da sociolinguística.

Em outras palavras, a sociolinguística é considerada uma área da linguística que estuda a língua em uso nas comunidades de fala, com a atenção voltada para os aspectos linguísticos e sociais (EDITORA CONTEXTO, 2015).

Nesse sentido, a sociolinguística estuda as variações linguísticas a partir de fatores que pressupõem a diversificação da língua, tais como a identidade social do emissor ou do falante; a identidade social do receptor ou do ouvinte; o contexto social e o julgamento social, ou seja, as atitudes linguísticas (BORIN, 2010, p. 11).

Segundo Rigonatto (2021), a variação linguística é “um fenômeno natural que ocorre pela diversificação dos sistemas de uma língua em relação às possibilidades de mudança de seus elementos (vocabulário, pronúncia, morfologia, sintaxe)”.

As variações linguísticas ocorrem devido ao fato de que as línguas possuem características que são dinâmicas e sensíveis de acordo com diversos fatores externos, como a localização geográfica, o sexo, a idade, a classe social do falante e/ou do ouvinte, assim como seu grau de escolaridade e o contexto em que a comunicação está inserida. Algumas das principais variações linguísticas são: a variação geográfica ou diatópica; a variação histórica ou diacrônica; a variação social ou diastrática; a variação situacional, estilística ou diafásica; e a variação na fala e na escrita, ou diamésica.

Muito embora existam diversos estudos demonstrando essa diversidade linguística, ainda existem alguns posicionamentos que não concebem a língua como um sistema variável e exigem que ela seja única e homogênea. Nesse sentido, aponta Horta (2012, p. 46) que é “desse modelo idealizado que advém o equívoco de que existe uma língua “correta”, “superior”, do qual se origina o mito da dicotomia “certo” e “errado” e, conseqüentemente, o preconceito linguístico”.

Diante disso, a literatura afirma que o preconceito linguístico é decorrente de uma ideia disseminada pela sociedade, e pela própria escola, da existência de uma língua padrão, sendo que tudo aquilo que foge desse padrão é tido como errado. Dessa forma, é preciso a relativização dos conceitos de certo e errado, diante da existência de variações de concordância da língua falada comprovada em estudos (SCHERRE, 2005 *apud* HORTA, 2012, p. 46).

Segundo Mazer (2017, p. 730), “um dos preconceitos mais fortes numa sociedade de classes é o que se instaura nos usos de linguagem”. Para ele, isso reforça a tese de que uma variação linguística pressupõe valor social, no sentido de as variantes utilizadas por pessoas de classes sociais mais baixas em geral serem estigmatizadas, ao passo que quando utilizadas por pessoas de classes mais altas esse estigma diminui.

Alguns autores indicam que a existência do preconceito linguístico é decorrente “da massificação da ideia, disseminada pela sociedade e pela própria escola, de que tudo que foge ao padrão é errado” (SCHERRE, 2005 *apud* HORTA, 2012, p. 46).

Diante da existência de uma norma padrão culta pode haver a desconsideração pelas variantes, dando origem ao preconceito linguístico e ao prestígio do falante da norma culta. A existência dessa ilusão pela norma culta e mais prestigiada traz uma elevada carga de discriminação por aqueles falantes com baixo ou nenhum prestígio social, na medida em que são rejeitados, ridicularizados e até mesmo evitados por aqueles que se acham os portadores da língua correta (BAGNO, 2007, p. 143).

Mas, é necessário repensar a ideia de erro no ensino da língua materna, sendo que a tarefa da educação linguística contemporânea é a de “permitir, incentivar e desenvolver o letramento abrangente e eficaz dos alunos. Ou seja, incentivar a plena inserção desses sujeitos na cultura em que eles vivem” (RIQUE, 2012, p. 11).

Desse modo, surge a necessidade de que se busque um ensino que leve o aluno à reflexão e à interação com a sociedade de forma participativa, em atenção a um dos objetivos dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), a formação de pessoas que conheçam e respeitem as diferentes variedades linguísticas do português falado (BRASIL, 1997, p. 33).

Nesse mesmo sentido, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação orienta os currículos dos sistemas de ensino das unidades escolares dos entes federados do país. No referido documento estão estabelecidos os conhecimentos, as competências e as habilidades que se espera que os estudantes desenvolvam durante o ciclo escolar básico, visando a uma formação humana, integral e que contribua para uma sociedade justa, democrática e mais inclusiva (BRASIL, 2021).

O documento traça um direcionamento para o ensino da língua valorizando sua relação com os fatores sociais e em constante desenvolvimento na sociedade. Tal qual nos PCNs, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) discute três fatores fundamentais para uma educação de qualidade: a igualdade, a diversidade e a equidade. Portanto, nota-se

uma preocupação do guia com uma formação cidadã e crítica do sujeito, respeitando-se seus conhecimentos adquiridos (MENEZES; *et al.*, 2020).

Também, a BNCC valoriza a linguagem enquanto prática social, nos contextos reais de uso e indissociável da vida social, relacionando-se com a sociolinguística variacionista, assunto que integra o presente trabalho (MENEZES; *et al.*, 2020).

Por isso, a fim de que o preconceito com a variação da língua aconteça cada vez menos, algumas práticas precisam ser eliminadas, como as citadas acima, e outras sejam adquiridas. Em seu material online, Ana Carolina Ribeiro (2021) afirma que “quanto mais se conhece a respeito de um tema, mais fácil fica o entendimento de porque as situações acontecem e, se forem erradas, lutar para que não aconteçam mais”.

Ainda, a autora aponta algumas soluções que podem contribuir para que diminua a incidência do preconceito linguístico, como: o oferecimento da educação de qualidade para todos; divulgação sobre estudos sociais relacionados a pluralidade da língua; discussões sobre o preconceito linguístico mais frequentes; criação de um espaço de acolhimento nas escolas, de modo a proporcionais mais respeito e empatia às diferenças; apoio e disseminação de artes, culturas e línguas regionais, a fim de que se demonstre com mais amplitude a pluralidade existente no Brasil (RIBEIRO, 2021).

Com isso, o preconceito linguístico será cada vez menor e aos poucos será extinto, à medida que a língua e a cultura brasileira sejam mais difundidas e respeitadas, pois se entenderá que há diversas formas de se comunicar dentro de uma língua, e as variações linguísticas são de suma importância para esse processo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se, com o presente trabalho, que o estudo da língua portuguesa foi se modificando no decorrer do tempo, muito embora ainda haja uma valorização das formas da língua culta e do português padrão falado antigamente, de modo a homogeneizar a língua portuguesa.

Ocorre que a língua não é homogênea, muito pelo contrário, ela apresenta variações linguísticas que não estão em nenhuma gramática e que devem ser respeitadas. É preciso ir além: valorizar e respeitar a heterogeneidade comunicativa de cada grupo, de cada região, de cada comunidade tendo em vista o caráter de mutação da sociedade e, por conseguinte, da língua.

Isso implica dizer que não há uma língua mais bonita, mais correta ou melhor do que a outra, já que as variedades linguísticas devem se adequar às necessidades da comunidade, em conformidade com o contexto. Vale pontuar que não se está incentivando o erro nem mesmo o direito de se aprender a norma culta. A intenção é que haja uma reflexão com os alunos e com a comunidade sobre a existência de uma norma padrão para a fala e para a escrita, mas que também há as variações linguísticas que tem origem na língua materna.

Diante disso, é preciso compreender que todas as formas de uso da língua contribuem positivamente para o desenvolvimento das pessoas, tanto crítico quanto reflexivo, em todos os segmentos de suas vidas.

REFERÊNCIAS

BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico**: o que é, como se faz. 49 ed. São Paulo: Loyola, 2007.

BORIN, Maísa Augusta. **Sociolinguística**. Universidade Federal de Santa Maria, 2010. 41p. Versão online. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/16413>. Acesso em 18 mai 2021.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: língua portuguesa. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, 1997. Disponível em: <https://cptstatic.s3.amazonaws.com/pdf/cpt/pcn/volume-02-lingua-portuguesa.pdf>. Acesso em: 15 jun 2021.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em: 24 ago 2021.

EDITORA CONTEXTO. **O que é sociolinguística?** Fevereiro/2015. Disponível em: <http://blog.editoracontexto.com.br/o-que-e-sociolinguistica/>. Acesso em: 17 mai 2021.

HORTA, Bruno Defilippo. **Sociolinguística e ensino de língua portuguesa**. Trabalho de conclusão de curso de Letras. Juiz de Fora, 2012, 174 fls. Versão online. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/3464/1/brunodefilippohorta.pdf>. Acesso em: 14 jun 2021.

MAZER, Rodrigo. **Sociolinguística**: o papel do social na língua. Mosaico (Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas – UNESP) São José do Rio Preto, SP – Brasil, 2017. Versão online. Disponível em: <http://www.olhodagua.ibilce.unesp.br/index.php/revistamosaico/article/viewFile/444/414>. Acesso em: 14 jun 2021.

MELLO, Alessandra. **Preconceito linguístico e desigualdade social**. 2021. Disponível em: <https://ead.catolica.edu.br/blog/preconceito-linguistico-desigualdadesocial>. Acesso em: 15 jun 2021.

MENEZES, Bruna Lorrayne Dias; et. al. **Variação Linguística e BNCC: um olhar para o ensino médio**. 2020. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/portodasletras/article/view/9733/17600>. Acesso em: 24 ago 2021.

NEVES, Flávia. **Linguagem, língua e fala: qual a diferença?** 2021. Disponível em: <https://www.normaculta.com.br/linguagem-lingua-e-fala-qual-a-diferenca/>. Acesso em: 09 abr 2021.

RIBEIRO, Ana Carolina. **Preconceito linguístico**. Todo Estudo. 2021. Disponível em: <https://www.todoestudo.com.br/portugues/preconceito-linguistico>. Acesso em: 15 jun 2021.

RIGONATTO, Mariana. **"O que é variação linguística?"**. Brasil Escola. 2021. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/portugues/o-que-e-variacaolingustica.htm>. Acesso em: 18 mai 2021.

RIQUE, Itamara Jamilly. **Preconceito linguístico: sociedade, escola e o ensino de português**. Trabalho de conclusão de curso de Letras. Guarabira/PB, 2012, 16 fls. Versão online. Disponível em: <http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/1503/1/PDF%20-%20Itamara%20Jamilly%20Cavalcante%20Rique.pdf>. Acesso em: 14 abr 2021.

SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de linguística geral**. São Paulo: Cultrix, 2012.

SILVA, Ana Beatriz de Oliveira. **O conhecimento de história da língua na formação dos professores de língua portuguesa**. Trabalho de conclusão de curso de Letras. Brasília, 2017, 24 fls. Versão online. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/16901/1/2015_AnaBeatrizdeOliveiraSilva.pdf. Acesso em: 07 abr 2021.

SILVA, Débora. **Linguagem e processos de comunicação**. 2018. Disponível em: <https://www.estudopratico.com.br/linguagem-e-processos-de-comunicacao/>. Acesso em: 07 abr 2021.

ROBÓTICA EDUCACIONAL: UMA METODOLOGIA ALTERNATIVA PARA O ENSINO DA MATEMÁTICA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Ludmila Freidemberg, Celso Henrique Nicola, e-mail:

ludmilafreidemberg@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

No início dos anos 1960, a ideia de um computador para uso pessoal e de valor acessível para toda a população era algo de difícil acesso. Porém, Seymour Papert, matemático estadunidense, já acreditava que os computadores eram uma ferramenta potencializadora no processo de aprendizagem das crianças.

Influenciado pelas ideias de Jean Piaget, com quem trabalhou na Universidade de Genebra, Papert foi responsável por desenvolver o construcionismo, método no qual o processo de aprendizagem se dá através da realização de uma ação concreta.

Através de seus métodos houve a possibilidade de crianças utilizarem um computador para criação de gráficos e representação de conceitos matemáticos e geométricos. O matemático também foi responsável pela criação da linguagem de programação LOGO, uma linguagem voltada para o ambiente educacional fundamentada na filosofia construtivista e pesquisas de Inteligência Artificial.

A robótica educacional é uma abordagem baseada no construcionismo, na montagem e programação de robôs, onde os alunos se sentem encorajados a resolverem problemas que possuem significado para eles. Além de incentivar o trabalho em equipe, as atividades desenvolvem competências como comunicação, liderança, criatividade e flexibilidade.

Em contrapartida, o ensino da matemática nos anos iniciais da educação básica vem tendo alguns problemas. Segundo dados do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa) de 2018, 68,1% dos estudantes brasileiros com quinze anos de idade não possuem nível básico de matemática.

Além disso, vários deles não conseguem realizar operações de divisão envolvendo números com três algarismos e somar valores que envolvam casas decimais. Desses alunos, 40% são incapazes de resolver questões simples e rotineiras. Apenas 0,1% dos 10.961 alunos participantes do Programa apresentou nível máximo de proficiência na área. (INEP, 2019).

Mesmo que esta idade não faça parte do primeiro e segundo ciclo do ensino fundamental, tais resultados são reflexo de um ensino prejudicado nos primeiros anos do processo educativo.

A matemática esteve presente na vida do homem desde o início da história. O ser humano precisava conhecer as quantidades para poder cuidar da parte agrícola, atividade que tinha força no início dos anos, além de futuramente conhecerem uma forma de ver as horas do dia e trabalharem com o relógio.

O desenvolvimento das noções de matemática ocorreu de forma gradual, a partir de sua constante criação de acordo com as necessidades de cada período histórico. Ou seja, a matemática evoluiu conforme a sociedade evoluiu, sendo aprimorada pelos estudiosos de cada época.

No final do século XVIII, com o fim da Revolução Industrial, o ensino da matemática chega até as salas de aula. Os sistemas bancários e de produção começaram a exigir mais das pessoas e nasceu a necessidade de ensinar para as pessoas desde cedo.

O aluno deve saber aplicar os conceitos matemáticos aprendidos, apresentando diversas formas para isso. Também deve saber manusear uma calculadora simples ou científica, explorar computadores, prever resultados, realizar aproximações e além de tudo, compreender a matemática como um processo e um corpo de conhecimentos que são resultados da criação humana, estabelecendo relação entre a história da Matemática e a evolução da humanidade.

Quando o assunto é aprendizagem, os professores de Matemática estão enfrentando dificuldades pelo fato de ser uma área de complexidade e os números de crianças e adolescentes que chegam às séries com altos níveis de dificuldades no quesito dos números. Nas aulas das séries iniciais não é diferente, os professores encontram dificuldades ao ensinar as crianças, ainda pequenas, a trabalhar com números e relacioná-los.

Não há como separar a matemática do ser humano, pois ela está presente em todos os aspectos, inclusive em características da natureza. Por não entenderem essa relação, a disciplina é tida como um estigma inclusive pelo professor que se sente incapaz de aprender a matemática e por consequência não consegue ensinar para as crianças.

Para quebrar com essas barreiras, é preciso que os educadores estejam abertos a enxergar a matemática de forma mais criativa e procurar constantemente novas metodologias que envolvam as crianças e acompanhe o desenvolvimento das tecnologias, ferramenta tão significativa atualmente.

O uso das tecnologias como uma metodologia facilitadora da aprendizagem está crescendo a cada geração, haja vista o alto crescimento tecnológico do século. As tecnologias digitais, sejam elas móveis ou não, ampliam o acesso a informação e dados que estão em constante evolução.

O avanço de tais tecnologias provocam o professor a sair do tradicional, onde ele é o centro do processo e, partir para uma aprendizagem mais participativa e integrada, onde o foco é a aprendizagem e a didática.

As salas de aula podem tornar-se espaços de pesquisa, de desenvolvimento de projetos, de intercomunicação *on-line*, de publicação, com a vantagem de combinar o melhor do presencial e do virtual no mesmo espaço e ao mesmo tempo. Com isso é possível pesquisar de todas as formas, utilizando todas as mídias, todas as fontes, todas as maneiras de interação. Pesquisar às vezes todos juntos, ou em pequenos grupos, ou mesmo individualmente (MORAN, 2019, p.31).

A matemática escolar prepara o cidadão para atuar na sociedade em situações simples como, por exemplo, fazer comprar, reconhecer números de residências e até mesmo números de telefones. Em diversas situações o ser humano necessita do conhecimento dos números, resolução de problemas e raciocínio lógico.

Dada as dificuldades dos alunos na aprendizagem das aulas de matemática e a tecnologia crescendo a cada dia, de forma que as crianças possuem cada vez mais facilidade em seu manuseio e curiosidade para aprender mais com elas, a ideia da robótica como ferramenta educacional vem crescendo a cada dia.

Dessa forma, fica o questionamento, é possível a robótica ser utilizada como uma ferramenta facilitadora da aprendizagem nas aulas de matemática nos anos iniciais do Ensino Fundamental?

2 MÉTODO

A metodologia foi elaborada através de uma revisão bibliográfica de valor qualitativo em livros e artigos científicos, buscando novas abordagens que venham favorecer um ensino de qualidade e diferenciado nas aulas de matemática do Ensino Fundamental.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Além de atrair a atenção e interesse dos alunos para o tema tecnologia e para o conteúdo ensinado, a robótica é grande aliada no processo educacional, promovendo o desenvolvendo o cognitivo dos alunos e fortalecendo o processo de aquisição de conhecimentos aprendidos em sala de aula.

O objetivo da robótica educacional é preparar os estudantes para montar mecanismos robotizados simples, baseados na utilização de "kits de montagem", possibilitando o desenvolvimento de habilidades em montagem e programação de robôs. Proporcionando um ambiente de aprendizagem criativo e lúdico, em contato com o mundo tecnológico, colocando em prática conceitos teóricos a partir de uma situação interativa, interdisciplinar e integrada. Permitindo uma diversidade de abordagens pedagógicas em projetos que desenvolvam habilidades e competências por meio da lógica, blocos lógicos, noção espacial, teoria de controle de sistema de computação, pensamento matemático, sistemas eletrônicos, mecânica, automação, sistema de aquisição de dados, ecologia, trabalhos em grupos, organização e planejamento de projetos (SILVA, 2012, p.1)

É importante ressaltar que para desenvolver as atividades ligadas à robótica não é necessário um alto investimento em peças eletrônicas como muitos pensam; na robótica educacional, a aprendizagem acontece através da junção de materiais não estruturados como exemplo temos a sucata e kits de montagem, esses compostos por diversas peças, motores e sensores que são controlados por uma placa programável.

Aliados aos planos de aula, as tecnologias devem promover o desenvolvimento de competências e habilidades dos alunos, além de explorar a aprendizagem de forma interativa e lúdica, permitindo novos processos educativos, novas experiências e descobertas. A robótica é atrativa, e estimula professores e alunos a transformarem aprendizagens abstratas em planos concretos.

Conhecendo essa realidade e buscando construir um processo de ensino-aprendizagem em conformidade com os desafios de um mundo em constante transformação, algumas instituições de ensino estão se movimentando e procurando enxergar, além de seus muros, novos caminhos e possibilidades para a aprendizagem e para a nova relação necessária entre professores e alunos: o uso das metodologias ativas de ensino e das tecnologias educacionais emergentes, dando maior valor à experimentação ao aprender fazendo, à cultura *maker* e à aprendizagem colaborativa, utilizando ambientes virtuais de aprendizagem e novas vias que permitam atender com mais eficiência às necessidades dos alunos e da sociedade atual (MOTTA FILHO, 2019, p. 70).

A robótica educacional é um exemplo nítido de metodologia ativa de ensino, abordagens extremamente retratadas na sociedade atual. O aluno assume o protagonismo de seu próprio aprendizado, deixando de ser um espectador, como propõe o ensino tradicional.

Ao vivenciar a robótica, o aluno desenvolve autonomia na resolução de problemas, utilizando a lógica de forma eficiente, compreendendo conceitos de diversas áreas do conhecimento e colocando os em prática. Ao colocar o conhecimento em ação, a criança passa a vivenciar o processo de ensino-aprendizagem, através da testagem, localizam as falhas em suas teorias, isso aumenta a desenvoltura intelectual dos discentes.

Em sala de aula, a robótica educacional pode ser incluída em diversos conteúdos programáticos de uma aula de matemática. Ao iniciar um estudo de ângulos, é possível utilizar um protótipo para representar a equivalência de cada um, ao programar o protótipo, o aluno concretiza o aprendizado e consegue relacionar o grau respectivo ao tipo de ângulo, seja ele reto, agudo ou obtuso. Retas, curvas e geometria são conteúdos que a partir de uma construção, o aluno consegue visualizar aquilo que está sendo ensinado na prática, observando até mesmo a importância da simetria ao trabalhar formas geométricas.

Unidades de medida devem ser trabalhadas desde o primeiro ciclo do ensino do Ensino Fundamental. Ao programar, a criança deve conhecer as medidas necessárias para calcular a distância ou percurso que o robô deverá cumprir, seja ela em centímetros ou metros. Conjuntos numéricos, introdução a lógica de programação e variáveis de baixa complexidade também pode ser inseridas nas aulas de matemática. Ao estimular a programação, o aluno passa a conhecer melhor o universo dos números, quando usar inteiros e decimais e até realizar operações básicas para chegar a algum resultado que deve ser inserido na programação.

A robótica também segue o construtivismo piagetiano, as experiências servem para construir o raciocínio da criança e a superação de desafios. Nesse sentido, o processo educativo passa a se centralizar no aluno.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve o intuito de analisar aspectos históricos da matemática e como eles refletem nas aulas atualmente. Também foi apresentado uma metodologia alternativa que seja capaz de prender a atenção dos alunos e romper com as dificuldades de aprendizagem que os estudantes enfrentam durante as aulas.

Foi verificado, a partir de pesquisas, que o índice de alunos nos anos iniciais do ensino fundamental que ainda enfrentam dificuldades em questões básicas nos conteúdos de matemática continua crescendo com o passar dos anos. Dado o exposto, também foi possível concluir que as tecnologias estão cada vez mais em alta, principalmente para as crianças, que estão a todo tempo com celulares, televisões e computadores em mãos.

Com o avanço da tecnologia, é possível que o professor utilize essa ferramenta a seu favor. Elas podem ser aplicadas de forma significativa em sala de aula, transformando a maneira com que as aulas são interpretadas.

As tecnologias digitais são grandes aliadas na educação, haja vista sua capacidade em transformar o processo de ensino-aprendizagem e revolucionar os conteúdos, tanto

para professores quanto para os alunos. Nesse processo, o professor se torna um mediador e o aluno utiliza a tecnologia como ferramenta para encontrar informações e construir seu conhecimento.

O ensino da robótica apresentado no texto destaca sua interdisciplinaridade, de forma que possibilita o professor usar em diferentes disciplinas e trabalhar com os alunos várias das áreas propostas pelos Parâmetros Nacionais Curriculares (PCN's). A robótica é uma excelente ferramenta no quesito educacional, haja vista que ela desenvolve uma gama de habilidades nos alunos, capazes de criar uma forte interação entre o educador e educando, além de despertar o interesse pela ciência e tecnologia.

A robótica utilizada com frequência agrega e amplia o raciocínio lógico e dedutivo, ao vivenciar a robótica, os alunos aprendem a resolver problemas, tornando os capazes de compreender conceitos que até então eram considerados difíceis. Ao trabalhar com tal metodologia, os professores passam a diversificar as aulas e envolver os discentes no processo educacional, estimulando até mesmo em alunos com limitações a curiosidade em aprender.

Nelas, o professor é capaz de demonstrar o problema, vivenciar com os alunos e, em conjunto buscar por soluções para resolver o desafio. Tal processo além de desenvolver habilidades nos estudantes também é capaz de criar uma relação de parceria entre professor/aluno e até mesmo aluno/aluno.

Nas aulas de matemática, a robótica educacional se torna uma metodologia alternativa para os professores, onde eles são capazes de transformar a teoria na prática, e auxiliar os alunos a construir seu próprio conhecimento.

O estigma de que aprender matemática é algo muito complexo acontece devido a historicidade da disciplina e traumas familiares que são transmitidos por gerações e acabam refletindo em sala de aula. Alguns métodos tradicionais de ensino também são responsáveis pela dificuldade que grande parte dos estudantes dos primeiros anos do ensino fundamental encontram.

O objetivo das metodologias alternativas, incluindo a robótica educacional, é apresentar para o aluno que a matemática não é difícil e que ela pode ser aprendida por todos, independente da área que se identificam mais ou daquilo que lhes foi dito sobre a disciplina. Matemática e robótica andam lado a lado, com a utilização de construções, protótipos e programações é possível tornar os temidos conteúdos de exatas em aulas divertidas e estimulantes.

Na área educacional, percebe-se que a Robótica Educativa alia tecnologia e educação e é capaz de transformar a maneira com que as aulas de matemática são interpretadas. Isso se dá na medida que novos estímulos e competências como a ludicidade, criatividade e interatividade são desenvolvidos. O professor deve criar condições para que o aluno “aprenda a aprender”, desenvolvendo situações de aprendizagens diferenciadas que estimulem a articulação entre saberes e competências.

REFERÊNCIAS

INEP. **Nível de leitura e matemática da maioria dos alunos é crítico**. Disponível em: http://inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/nivel-de-leitura-e-matematica-da-maioria-dos-alunos-e-critico-/21206. Acesso em: 16 fev. 2021.

MORAN, José Manuel; MASETTO, Marcos T.; BEHRENS, Marilda Aparecida. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. 21. ed. Campinas: Papirus Editora, 2000.

MOTTA FILHO, J. I. *et al.* **O futuro alcançou a escola?** 1. ed. São Paulo: Editora do Brasil, 2019. p. 7-99.

PAPERT, Seymour; **Logo: computadores e educação**. Edição. São Paulo: Brasiliense s.a., 1980. p. 7-244.

SILVA, P. I. S. D; LOPES, Ronielle Rodrigues; NETO, A. C. D. Q. **Robótica Educacional como ferramenta interdisciplinar: desenvolvendo uma consciência tecnológica em escolas públicas**. Mostra Nacional de Robótica: subtítulo da revista, Maracanaú, Volume, Número, p. 1-4, set./2021. Disponível em: <http://sistemaolimpico.org/midias/uploads/78b8e0e65c68015697543e14252c755f.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2021.

A CONSTRUÇÃO E DESCONSTRUÇÃO DE GÊNERO: O OLHAR DA PSICOLOGIA SOCIAL NO PROCESSO DE UMA EDUCAÇÃO NÃO- MACHISTA

Paulo Roberto de Barros, Tatiana Aparecida da Silva Sapricio, Marcela Mangili Esteves Ivo, e-mail: belaestrela08@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A psicologia, como ciência e profissão, sempre se ocupou do estudo da mente e do comportamento individual e grupal dos seres humanos. Com o passar dos anos e acompanhando o movimento sócio-histórico global, uma área explorada foi a das diferenças entre homens e mulheres, desde a perspectiva da biologia até as relações de poder (SANTOS et al., 2016).

Para Saavedra e Nogueira (2006), a partir do momento em que as mulheres entram na academia e se veem como pesquisadoras e objeto de estudo, nasce a “psicologia da mulher”, a “psicologia feminista”, bem como a necessidade de refletir sobre as diferenças dos gêneros. Entretanto, os estudos de gênero (ou de suas relações) são recentes e, muitas vezes, até contraditórios.

Segundo Seixas (2020), a construção histórico social traz o gênero como os padrões atribuídos para homens e mulheres em um papel social que pode ser construído e desconstruído, por influências históricas, políticas e econômicas. Sendo assim, ela é mutável.

Wenetz e Stigger (2006) refletem sobre expressões cotidianas que determinam e limitam o ser menino ou ser menina: “meninos gostam de jogar bola; meninas, de pular corda”; “meninos são mais agressivos; meninas são mais meigas”. Qualquer ambiente é pedagógico e, desde a família, aprende-se comportamentos e habilidades sociais.

Para os autores, a educação antes limitada à família e à escola abrange, atualmente, os meios de comunicação, as artes, a música, os filmes, os brinquedos, e ganha novas pedagogias e aprendizagens. A cultura, a etnia, a classe, a religião, em constantes lutas, ações e contestações, fazem viver e sentir o masculino e o feminino de maneiras diferentes, em diferentes tempos e contextos.

Carloto (2001) considera que a sociedade distribui responsabilidades e papéis sociais de gênero de uma maneira alheia à vontade intrínseca e individual, mas através de uma distribuição sexista, classista e racista. Para a autora, o feminino costuma estar associado a subordinação e a dominação-exploração, e os espaços de aprendizado e

processos de socialização reforçam essa naturalização, preconceitos e estereótipos. Ao internalizarem essas relações, homens e mulheres, consciente e inconscientemente, praticam o machismo.

As relações de gênero se estabelecem dentro de um sistema hierárquico que dá lugar a relações de poder, nas quais o masculino não é unicamente diferente do feminino. Esta diferença de poder torna possível a ordenação da existência em função do masculino, em que a hegemonia se traduz em um consenso generalizado a respeito da importância e supremacia da esfera masculina (CARLOTO, 2001, p.205).

Sendo assim, cria-se uma oportunidade para compreender a aceitação das próprias mulheres sobre as situações de violência e do abuso a qual são vítimas na esfera doméstica, sexual, psicológica, trabalhista, educacional, acadêmica, entre tantas outras, uma vez que estas são “naturalizadas” socialmente. O estudo do gênero se torna importante para compreender e modificar comportamentos enraizados que adoecem mulheres e sociedade de uma maneira geral.

Para os estudantes e profissionais da psicologia, trazer à luz uma perspectiva científica de temas atuais que são transversais e estão presentes na mídia é fundamental para compreender os estereótipos, como as expectativas são depositadas sobre os indivíduos e qual o sofrimento consequente. Analisar a importância da mudança conceitual ao tratar o gênero homem e mulher é reconhecer o sujeito histórico e sua capacidade enquanto agente transformador.

Sendo assim, o objetivo do presente trabalho é evidenciar a formação da construção de gênero, bem como os movimentos de desconstrução e a perspectiva da psicologia social para uma possível educação não-machista.

2 MÉTODO

Para realizar o presente estudo, utilizou-se o método de Revisão Bibliográfica Sistematizada por meio de sites acadêmicos especializados do Google, periódicos científicos e a biblioteca virtual de saúde, em uma abordagem qualitativa. A pesquisa bibliográfica se baseia em uma atividade de busca e descobertas orientadas pelo tema específico. Para Moresi (2003), ela é essencial para o acesso e conhecimento às informações sobre a situação atual do tema, bem como conhecer as publicações existentes e os seus aspectos já abordados, além de conferir opiniões semelhantes e divergentes.

Buscou-se artigos publicados nos últimos 5 anos por meio das seguinte palavras-chave: construção de gênero; educação não-machista; pedagogia não-sexista e psicologia

social. Dos estudos encontrados foram selecionados os autores que apareceram com mais frequência, ou seja, os mais citados e recentes, para assim apresentar a discussão de seus pensamentos sobre a mudança sócio-histórica das características de gênero que resultaram em sua desconstrução, reconhecendo a importância e a complexidade do tema, bem como as lacunas de estudo.

Posteriormente, analisou-se os títulos e resumos e fez-se a leitura e o fichamento, o que resultou na definição dos artigos para o escopo da discussão do tema.

Tabela 1: Bases de dados online consultadas para o levantamento da literatura, palavras-chave utilizadas e a quantidade de artigos encontrados e selecionados para o trabalho.

Base de dados consultados	Palavras-chave	Nº de artigos encontrados	Nº de artigos selecionados
Google Acadêmico	construção de gênero; educação não-machista e psicologia social	59	6
Google Acadêmico	construção de gênero; pedagogia não-sexista e psicologia social	599	7
SciELO	gênero e psicologia social	26	3
BVS-psi	gênero e psicologia social	56	2

Fonte: Autores.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O homem se diferencia da mulher. Além de possuírem biologicamente estruturas corporais distintas, a educação para possibilidades de estudo, de ocupação e trabalhos também diferem. A sociedade e escola, bem como a família – primeira instituição da qual o ser humano faz parte –, são determinantes para a construção de gênero e identidade.

De acordo com Carloto (2001), Saavedra e Nogueira (2006), Wenzel e Stigger (2006), Santos et al. (2016) e Seixas (2020), se ao longo da história a mulher for vista como complemento ao masculino, sutilmente os gêneros são vítimas de uma violência simbólica, seja ele o agente dominador ou o dominado. O homem também se prejudica com essa perspectiva, uma vez que ele é ensinado socialmente sobre como deve “ser” e se comportar, baseado em expectativas histórico-culturais impostas para suas ações e emoções.

Desde as primeiras organizações até os dias atuais, as mulheres se encontram em uma posição inferior à dos homens. O machismo ainda é presente e observável e a quantidade dos termos conceituais, acadêmicos e científicos, para se falar sobre o assunto

e o próprio preconceito são fatores que prejudicam o reconhecimento da relevância da discussão sobre o tema.

Os estudos de Santos et al. (2016) e Carvalho, Souza e Macedo (2020) nos levam a refletir a importância dos termos conceituais e da modificação de comportamentos que permite ao sujeito ser agente histórico e transformador. Como afirma Lima (2018, p. 37), “para a desconstrução de tais ideais é necessário um trabalho que comece no seio da família e tenha continuidade no ambiente escolar”.

Para Santos et al. (2016) e Lane (2017), a psicologia social estuda a influência social que reflete no comportamento das pessoas e é a área na qual se encontra a maior parte das pesquisas sobre as questões de gênero e do feminismo.

A concepção de mundo de cada pessoa é construída com base nas relações experienciadas, na consciência social, em suas representações e ideologias. Logo, a importância das instituições sociais, especialmente a escola, para uma educação não-sexista permitirá que sejam desconstruídos os padrões que reforçam as diferenças.

A instituição escolar, por ser um ambiente formador por função, pode fomentar o diálogo e a construção de relações de gênero mais saudáveis ao adquirir práticas não-sexistas e adotar uma educação não-machista, promovendo assim um espaço de respeito e igualdade. Infelizmente, muitas vezes a escola é lugar de reprodução de diferenças, segregação, julgamentos e expectativas. Ao problematizar estudos de gênero nas escolas também alcança-se a possibilidade de quebra do círculo de violência intergeracional, uma vez que conscientiza-se sobre os estereótipos que validam e naturalizam a violência e o silêncio (PACHECO; FILIPAK, 2017; PAULINO-PEREIRA; SANTOS; MENDES, 2017).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O olhar da psicologia social oferta um conhecimento sobre o desenvolvimento de gênero e identidade, considerando o pensamento social, as influências e relações sociais. É fundamental que se compreenda os estudos de gênero e sua desconstrução para que assim se consiga a modificação efetiva das crenças e dos comportamentos enraizados.

O gênero perpassa as instituições sociais são responsáveis pela educação formal e informal e devem se pautar em tais conhecimentos. A família, a escola, a religião, os meios de comunicação, as instituições sociais, o círculo de amigos, o trabalho, a comunidade científica e tantas outras áreas, refletem a educação e o futuro das novas gerações.

Barbosa e Andrade (2017) narram que, historicamente, a educação não-machista e a pedagogia não-sexista surgem para questionar as práticas educativas de um modo geral, para mulheres e homens. Atualmente há leis sociais e educativas que versam sobre a defesa da mulher e os estudos de gênero, escritas pela Organização das Nações Unidas, pela Constituição Federal e até mesmo pelas Leis de Diretrizes e Bases e Parâmetros Curriculares Nacionais da Educação.

As escolas são espaços propícios para produção de novas reflexões ao discutirem sobre gênero e modificarem a reprodução das hegemonias, bem como a passividade diante dessas questões.

Por ser muito recente, os estudos encontrados apontam lacunas em metodologias e públicos atingidos, uma vez que a maior parte dos artigos trazem a perspectiva feminina apenas e não a masculina. Outras instituições sociais nas quais o ser humano se insere, como o trabalho, a igreja, o Estado, também precisam ser levadas em consideração ao se discutir sobre gênero, para que a educação não-machista seja cada vez mais disseminada e que a influência dessas instituições ao reproduzir padrões sociais também seja modificada. O presente trabalho se limitou a brevemente explorar pontos que levam a compreender a importância de mudança em paradigmas da diferenciação social do sexo biológico para uma educação não-sexista, voltada ao reconhecimento das diferenças, mas que desconstrua padrões de opressão e subordinação das mulheres e a masculinidade tóxica baseadas no gênero, bem como as contribuições da psicologia social e educação não-machista para esse processo, atuando de maneira crítica, reflexiva e preventiva para a promoção da saúde e transformação da sociedade, por meio do respeito as diferenças e a igualdade em cidadania.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, F. C. M.; ANDRADE, H. Gênero na prática: uma educação não-sexista nas escolas. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13 th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos)**, (Florianópolis – SC), ISSN 2179-510-X, p. 1-12. Disponível em: http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1500209751_ARQUIVO_GeneronaPratica_umaeducacaonaosexistanasescolas_artigomodificacoes.pdf. Acesso em: 15 de setembro de 2021.

CARLOTO, C. M. O conceito de gênero e sua importância para a análise das relações sociais. **Serviço Social em Revista**, (Londrina - PR), v. 3, n. 2, p. 201-213, 2001. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/ssrevista/n2v3.pdf#page=83>. Acesso em: 6 de abril de 2021.

CARVALHO, A.; SOUZA, C.; MACEDO J. P. Relações de Gênero e Étnico-Raciais nos Currículos de Psicologia: Aproximações e Desafios. **Psicologia: Ciência e Profissão**, (Parnaíba – PI), v. 40, p. 1-14, 2020. Disponível em: <https://docs.bvsalud.org/biblioref/2021/08/1143552/relacoes-de-genero-e-etnico-raciaais-nos-curriculos-de-psicologia.pdf>. Acesso em: 13 de setembro de 2021.

LANE, S. T. M. **O que é psicologia social**. Coleção Primeiros Passos, Ed. Brasiliense, 87 p., 2017. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=_mgvDwAAQBAJ&printsec=frontcover&hl=ptBR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 11 de setembro de 2021.

LIMA, A. M. G. A reprodução do machismo no ambiente escolar: uma análise das construções de papéis sociais. (Cachoeira – BA). **Trabalho de Conclusão de Curso da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia para Bacharel em Serviço Social**, 60 f., 2018. Disponível em: <http://www.repositoriodigital.ufrb.edu.br/bitstream/123456789/2283/1/TCC%20vers%C3%A3o%20final%20Aline%20Maturino.pdf>. Acesso em: 18 de agosto de 2021.

MORESI, E. (Org.). **Metodologia da Pesquisa**. Brasília: Universidade Católica de Brasília – UCB, 2003. Disponível em: <http://www.inf.ufes.br/~pdcosta/ensino/2010-2-metodologia-de-pesquisa/MetodologiaPesquisa-Moresi2003.pdf>. Acesso em: 13 de maio de 2021.

PACHECO, E. F. H.; FILIPAK, S. T. Relações de gênero e diversidade sexual na educação. **PsicolArgum.** (Curitiba – PR), v. 35, n. 88, p. 63-81, 2017. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/psicologiaargumento/article/view/23364/pdf>. Acesso em: 15 de setembro de 2021.

PAULINO-PEREIRA, F. C.; SANTOS, L. G. A. dos; MENDES, S. C. C. Gênero e Identidade: possibilidades e contribuições para uma cultura de não-violência e equidade. **Psicologia & Sociedade (Online)**, (Catalão -GO), v. 19, p. 1-10. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/YfjPTvLjTXkZC37KmxwvKqw/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 de setembro de 2021.

SAAVEDRA, L.; NOGUEIRA; C. Memórias sobre o feminismo na psicologia: para a construção de memórias futuras. **Memorandum: Memória e História em Psicologia**, (UFMG: Belo Horizonte – MG, USP: Ribeirão Preto – SP), v. 11, p. 113–127, 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/memorandum/article/view/6727>. Acesso em: 8 de abril de 2021.

SANTOS, L. C. dos et al. Gênero, feminismo e psicologia social no Brasil: Análise da revista *Psicologia & Sociedade* (1996-2010). **Psicologia & Sociedade (online)**, v. 28, n. 3, p. 589-603, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/bwMy6Y7g6GsQ9GX979kyVWn/abstract/?lang=pt#ModalArticles>. Acesso em: 9 de julho de 2021.

SEIXAS, R. O sexismo e a educação infantil: aprendizagem, gênero e infância como uma construção histórica e social. **Brazilian Journal of Development**, (Curitiba -PR), v. 6, n. 3, p. 16182-16195, 2020. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/8271/7129>. Acesso em: 26 de maio de 2021.

WENETZ, I; STIGGER, M. P. A Construção do Gênero no Espaço Escolar. **Movimento**, (Porto Alegre – RS), v. 12, n. 1, p. 59-80, 2006. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/2891/1527>. Acesso em: 7 abr. 2021.

A CONTRIBUIÇÃO DA CULTURA POPULAR PARA A FORMAÇÃO INTEGRAL DE JOVENS ADULTOS

Silvia G. de O. Gimenez, Solimar G. M. Bonjardim, e-mail:
silviaoliveiragimenez@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

No panorama brasileiro, a legislação enfatiza a necessidade de todos os cidadãos serem alfabetizados. Todavia, devido ao contexto econômico e social, em 2018, segundo a base de dados do IBGE (2019), 62% dos jovens abandonam a escola antes de sua conclusão. Neste cenário ganha importância projetos como o “Educação de Jovens e Adultos – EJA”. Ele é um meio de concluir a alfabetização da parcela da população que sofre pela falta de alfabetização e/ou conclusão dos estudos. Este é um método criado por Paulo Freire, e utiliza a educação casada com a realidade dos estudantes, ou seja, utiliza a cultura dos alunos para alfabetizar.

Conforme, Brandão (2006) é a educação informal que pode ser trabalhada para alfabetizar os grupos citados. Freire (1994) usa a cultura e do modo de vida para ensinar esses grupos, o que chamou de educação popular. A educação popular é uma metodologia educacional voltada para conquista dos direitos sociais, culturais e políticos. Nela mostra a realidade vivida por grupos ou comunidades, alfabetiza com elementos que convivem no dia a dia e ao mesmo tempo apresenta o panorama de vida de diversas realidades.

Nesse sentido, projetos como o “Educação de Jovens e Adultos- EJA” apresentam um meio deles inserirem-se no mercado de trabalho, migrar para o meio urbano ou mesmo administrar seu próprio negócio. Dessa forma, o objetivo desta pesquisa propõe analisar, discutir a alfabetização baseados nas expressões teóricas de Freire (1989, 2003) e Brandão (2002), e avaliar a contribuição da Cultura e Educação Popular para a auxiliar na melhor formação de jovens e adultos.

2 MÉTODO

Na realização dessa pesquisa, utilizou-se a pesquisa bibliográfica e, posteriormente, a pesquisa de campo. Na pesquisa bibliográfica foi realizada, um levantamento de livros e artigos na internet e em bibliotecas sobre os conceitos relacionados ao objetivo, para comprovar a discussão. Para isso utilizamos como palavras-chave: “cultura popular”,

“educação popular”, “EJA”, “educação de jovens e adultos”, “educação freiriana”, “sociedades tradicionais e a educação”.

Para a pesquisa de campo foi elaborado um questionário aplicado nas escolas da cidade de Bariri que possuem o EJA, especificamente nos professores que atual neste universo. A pesquisa foi realizada com abordagem ética e autorização do Comitê de Ética, número do Parecer: 4.733.806.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Educação é a ação de instruir, seu significado de “direcionar para fora” é empregado com sentido de disciplinar ou preparar uma pessoa para o mundo, para viver em sociedade, ou seja, métodos para a formação e o desenvolvimento físico, intelectual e moral de um indivíduo. Para Brandão (1985), a educação é todo o conhecimento de uma vivência em uma sociedade, seja ela qual for, não existe modelo e nem uma única maneira para educar.

Freire (1994), elegeu a Educação Popular como sua maior preocupação, principalmente com a quantidade de adultos analfabetos na área rural dos estados nordestinos. Com isso, desenvolveu um método de alfabetização baseado no vocabulário do cotidiano, procurou introduzir uma profunda mudança em relação à forma como se vinha caminhando a educação no país. Sendo que a sua preferência é a pratica ao projeto de alfabetização popular voltados aos jovens e adultos.

Segundo Brandão (2002), existe quatro maneiras para refletir sobre a educação popular. A primeira maneira está próximo ao não reconhecimento da educação popular, por não ser aceita perante uma visão de mundo, a segunda maneira está ligada ao valor da trajetória cultural da educação popular, já a terceira maneira está direcionada à educação popular como um acontecimento na história da educação nos países da América Latina, especialmente no Brasil, tendo como modelo o educador Paulo Freire, enfim, a quarta maneira está visível que a educação popular não foi uma experiência única, “é algo ainda presente e diversamente participante na atualidade da educação entre nós” (BRANDÃO, 2002, p.142).

A educação popular é uma metodologia educacional voltada para conquista dos direitos sociais, culturais e políticos. Ela mostra a realidade vivida por grupos ou comunidades, é uma ferramenta que ajuda a luta por justiça e dignidade incentivas por mudanças sociais. Dirigida para moradores da área rural, de periferia, baixa renda,

indígenas, grupos de artesãos e de toda forma de organização comunitária. É um método baseado nos estudos de Freire (1994) que afirma ser a conscientização uma das fundamentais tarefas de uma educação realmente libertadora, por que ela respeita ao máximo o ser humano como pessoa.

Portanto, trajetória do EJA ao longo da história é mostrada por muitas dificuldades, lutas, poucos avanços e muitos retrocessos, principalmente, devido a falta de políticas públicas específicas para esse modelo.

A Educação de Jovens e Adultos, é formada por pessoas que buscam seu espaço no mundo, em meio de muitos preconceitos e desigualdade, o ensino nesse sentido, ensina a interpretar o espaço vivido e o que está sendo apresentado. Assim, a Cultura Popular na educação, pode ser transmitida, preservada e transformadora em virtude de fazer o bem para a mudança do ser humano.

Neste contexto, foi realizada com os professores que atuam no EJA, no município de Bariri, uma pesquisa nas escolas que trabalham com Educação de Jovens e Adultos (EJA): Escola Estadual Idalina Vianna Ferro, que oferece o Ensino Médio de Jovens e Adultos e a Escola Municipal Pref. Modesto Massom que ministra do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental. Nas respostas identificou-se que todos os sujeitos que atuam no EJA da pesquisa são professores, docentes formados em diversos cursos de licenciatura. E que trabalham com o EJA entre 6 meses há 13 anos.

Na pesquisa, foi questionado se a diferença de idade dos alunos em uma sala de Educação de Jovens e Adultos, se torna difícil o processo de aprendizagem entre eles. Dos dez professores entrevistados, oito responderam que “não atrapalha o desenvolvimento escolar”. E apenas dois manifestaram que a diferença de idade atrapalha a aprendizagem, sendo necessário cuidado para a construção das aulas. São unânimes em responder que utilizam a Educação Popular na sala de aula.

De acordo com a teoria apresentada por Freire (1982, 1986, 1992, 2002, 2016), os alunos que se matriculam na Educação de Jovens e Adultos, devem ter sua cultura utilizada para a aprendizagem seja efetiva, independente da diferença de idade entre eles. Então, para o aprendizado desse público o conhecimento, a diversidade cultural e as experiências de vida do indivíduo devem ser respeitadas. Conforme a pesquisa, os educadores responderam que usam as experiências de vida de seus alunos, como exemplo, para trabalhar os conteúdos pedagógicos na sala de aula.

Para o autor, o papel do professor é estabelecer relações dialógicas de ensino, estabelecendo um relacionamento e interação entre os educandos, pois quem ensina também aprende, mostrando ao grupo, nos trabalhos pedagógicos, a importância e a valorização da cultura do ser humano. Por meio das trocas de experiências de vida na sala de aula, permite que o aluno adquira o saber para a sua transformação no processo social.

Segundo os professores entrevistados:

O papel do professor é valorizar cada aluno e suas respectivas culturas, experiências, pois desta forma o professor pode utilizar em sala de aula a diversidade cultural em suas explicações, colocando o aluno como centro da aprendizagem. (PROF9)

Cabe ao professor reconhecer o seu papel como mediador de aprendizagem, fazendo com que as aulas sejam desprovidas de preconceitos e exclusão. Além de buscar alternativas diferenciadas para atingir seus diferentes grupos e interagir esses alunos, mostrando que a troca de conhecimentos entre eles é muito importante. (PROF10)

Ao analisar as respostas, percebe-se que os professores devem “buscar alternativas diferenciadas para atingir seus diferentes grupos”. Esse fato ganha centralidade ao incorporar a afirmação de Brandão (1985), ele enfatiza “que não existe modelo e nem uma única maneira de educar”. O autor confirma que existem três tipos de educação: a educação formal, a educação informal e a educação não-formal é aquela que acontece em outras instituições, por exemplo a igreja. Assim, a educação escolar, classificada como formal, é apenas uma parte do todo, pois a educação é todo o conhecimento de vida da sociedade. E, como coloca Freire (1992), o objetivo da Educação de Jovens e Adultos é voltada para pessoas menos favorecidas que não tiveram acesso à escola por alguma situação na idade própria e obtiveram conhecimento de outras maneiras. E na escola, na EJA, deve-se sistematizar a cultura e transformá-la em informações/conhecimentos escolares. Essa informação junto com a afirmação anterior sobre o fato de incorporar ferramentas que possibilitem aos educandos compreender a realidade social e lutar por seus direitos.

Na próxima pergunta os docentes responderam se encontravam dificuldades de executar suas atividades nas aulas da EJA. Todos responderam que não, pois os alunos são participativos com muita vontade de aprender e as aulas eram preparadas conforme o desempenho do público, com uma linguagem simples.

Na última questão foi perguntado para os professores se os 4 pilares educativos de Delors (2001) são importantes e são utilizados juntamente com a Educação popular para promover o ensino. Os professores responderam:

Esses pilares são referência em educação na contemporaneidade e devem ser levados em consideração em qualquer situação de aprendizagem, porque todo aprendizado pode ser mais significativo se partir do autoconhecimento, da convivência, da prática e da capacidade de continuar aprendendo sempre, uma vez que a meta da escolarização é preparar indivíduos que tenham autonomia para aprender sempre e contribuir para a continuidade de conhecimento da humanidade (PROF2).

Sim. Quem atua na EJA deve ter a visão do motivo pelo qual o aluno está aí e qual sua perspectiva. A partir disso, levar o conhecimento conforme seu público (PROF3).

Ao observar e analisar as respostas percebe-se que as discussões de Delors (2001) são utilizadas para o desenvolvimento da Educação Popular, isto é, da aplicação da Cultura Popular no ensino de jovens e adultos que frequentam a EJA. Ao agrupar a necessidade da Educação Popular e os Quatro Pilares da Educação no ensino, eles consideram a realidade dos educandos, o dia a dia, as dificuldades, transformando a educação engessada em algo interessante e prático no dia a dia deles que por alguma razão não frequentaram o ensino formal no tempo correto. E, incorporando a essa afirmação as ideias de Brandão (2002), compreende-se que a Educação Popular é uma ideia fluida, de mudanças e adaptações, que deve incorporar e estar aberta a novas discussões para beneficiar o educando, seja trabalhando com os pilares educacionais, seja desenvolvendo atividades em grupo, trazendo aspectos da cultura popular de cada um para conhecimento, etc.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões desse trabalho apontaram que a utilização da Cultura e Educação Popular para a formação integral de Jovens e Adultos é de extrema importância e muito utilizada nas escolas estudadas. Sua utilização aproxima os educandos da sua realidade e de sua identidade, uma vez que todos têm cultura seja ela qual for e, como cidadãos, todos possuem direito a educação. É preciso usar a cultura para o aprendizado como meio para transformação social, proporcionando a formação e o desenvolvimento dos educandos.

A legislação brasileira deixa clara a necessidade de os cidadãos terem acesso a educação indiscriminadamente, independente de sexo, etnia ou credo. Os cidadãos brasileiros devem ser alfabetizados, tanto no letramento quanto na funcionalidade. E o melhor caminho para essa alfabetização é por meio da cultura. A cultura popular é um elemento presente na vida do ser humano e no cotidiano das pessoas, estando relacionada com a tradição que é transmitida de geração em geração. Desse modo, tanto a cultura

popular quanto a educação popular são apontadas para a transformação e o conhecimento de valores, hábitos, e ambos conquistam o seu reconhecimento no contexto social.

A educação, segundo Freire (1992), acontece nos meios sociais, ou seja, na sociedade, visto que “não há educação fora das sociedades humanas, e não há homem no vazio”, pois o sujeito não se educa sem a presença do outro. Esse fato comprova a importância do uso da cultura de cada um (dos costumes, tradições), pois vivencia-se no cotidiano essas relações. Aproximar a cultura da educação faz nascer essa vasta discussão anteriormente realizada por Freire (1981, 1982, 1983, 1986, 1987, 1989, 1992, 1993, 1994, 1996, 2001, 2002), Brandão (2002, 2006, 2012), entre outros e tão atual. A concepção de Educação Popular, vem de um plano de aprendizagem que extrapola o contexto escolar, aproxima-se dos homens simples do interior do Brasil, com dificuldade de acesso a escola e a educação formal.

Portanto, a Educação Popular nos apresenta uma proposta dinâmica de aprendizado voltada para a transformação, sendo a EJA a porta para a sua aplicação, interagindo com a classe trabalhadora que sofre pela falta de motivação, tempo e acesso ao ensino. Neste sentido, o propósito da teoria de Paulo Freire, tem uma grande importância para os educadores, preocupados com a realidade de seus educandos. Assim, Educação de Jovens e Adultos, promove a inclusão social em uma modalidade de ensino muito importante, formada por indivíduos que buscam seu espaço no mundo. E é por meio da educação cultural, que o sujeito vai adquirir a sua autonomia e se tornar um ser pensante.

REFERÊNCIA

BRANDÃO, C. R. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. **A educação popular na escola cidadã**. São Paulo: Editora Vozes, 2002.

_____. **O que é Método Paulo Freire**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

_____. **O que é educação popular**. São Paulo: Brasiliense, 2012.

DELORS, J. **Educação um tesouro a descobrir**. Relatório para Unesco da Comissão Internacional sobre a Educação para o Século XXI. 6. Ed. Tradução José Carlos Eufrázio. São Paulo: Cortez, 2001.

FREIRE, P. Educação: o sonho possível. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). **O educador: vida e morte, escritos sobre uma espécie em perigo**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

_____. **Política e Educação.** São Paulo: Cortez, 1986.

_____. **A importância do ato de Ler:** em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez, 1989.

_____. **Pedagogia da esperança:** um reencontro com a pedagogia do oprimido. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

_____. **Educação como prática da Liberdade.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1994.

_____. **A educação é em que fazer neutro?** In: GADOTTI, M. História das Ideias pedagógicas. São Paulo: Ática, 2002.

_____. **A importância do ato de ler:** em três artigos que se completam. 45. ed. São Paulo: Cortez/ Autores Associados, 2003.

_____. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

A CRIANÇA E A ESCOLA NO CONTEXTO PANDÊMICO: UM OLHAR A PARTIR DA RELAÇÃO ESPAÇO E CORPO EM MERLEAU-PONTY

Jackeline de Oliveira Fornaroli, Aguinaldo José da Silva Gomes, e-mail:
jackeline.fornaroli@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A infância foi, e ainda é estudada por diversas áreas do conhecimento como psicologia, pedagogia, filosofia e história. Mattar (2015) revela que, embora esses estudos se debruçam a compreender a criança em sua integralidade, os mesmos indicam que boa parte dos conhecimentos são assimilados a partir do olhar de adultos, com um enfoque desenvolvimentista. Como se poderia então, pensar a criança a partir dela mesma? A saber que a própria – por décadas – foi entendida como um ser humano a concluir fases esperadas em seu desenvolvimento, a fim de alcançar a maioria ordinariamente (MATTAR, 2015). Quando a mesma autora nos envolve no seu olhar à luz da fenomenologia, encontramos ponderações a respeito dos modos de se olhar a criança na complexidade das expressões do seu fenômeno.

À vista disto, o método fenomenológico permite um possível delineamento entre o ser-no-mundo da criança e o ser-no-mundo do adulto, possibilitando as reais experiências do retorno às coisas mesmas. E, a pensar a criança em seus contextos e ambientes – considerando os estudos de Merleau-Ponty – é entender que, não há uma dissociação entre o corpo e o sentido, ou seja, ambos estão interligados, assim como a motricidade e a percepção da criança referindo-se ao ambiente a qual está (HUSSERL, 2001; MERLEAU-PONTY, 2006).

Direcionando-se ao presente momento, o contexto pandêmico – ocasionado pela alta transmissão do novo coronavírus (SARS-CoV2) –, exigiu das maiores potências mundiais até os países subdesenvolvidos, um novo estilo de vida, incluindo o isolamento e/ou distanciamento social como principal ferramenta protetiva (SOUZA, 2020).

Por conseguinte, a saber que, medidas e decretos foram estabelecidos para a prevenção e erradicação do vírus, tem-se as inter-relações afetadas neste cenário. Sabendo que, como medida protetiva, boa parte das crianças passaram a estudar de forma remota, o isolamento social – possivelmente – afetou as experiências do vivido, em relação à criança e ambiente escolar; e à criança e as relações interpessoais familiares.

Partindo dos supracitados, a presente pesquisa se empenha a refletir sobre o seguinte assunto: o isolamento e distanciamento social estariam afetando negativamente a experiência do vivido de crianças, em relação ao ambiente escolar e familiar: sabendo que a não ocupação do espaço escolar modifica a experiência da criança, uma vez que a mesma expressa e se apropria da sua existência como ser corpórea no mundo.

Destarte, a presente pesquisa, busca, realçar o estudo do fenômeno infantil, baseando-se em princípios fenomenológicos-existenciais, bem como, dedica-se a pensar a criança como um ser integral, envolvendo seu espaço e corpo, como fenômenos a serem considerados, atentando-se, inclusive, as relações escolares no contexto atual.

Para melhor nortear o projeto de pesquisa, tem-se como objetivos gerais os de evidenciar o estudo do fenômeno infantil, a tomar como base os princípios fenomenológicos-existenciais, bem como, estudar a criança como ser-no-mundo, envolvendo seu espaço e corpo no ambiente escolar; e como objetivos específicos os de identificar – por meio da pesquisa bibliográfica –, as experiências vividas pelo fenômeno infantil; elucidar, compreender e inteirar a vivência, como uma tentativa de aproximar-se da mesma.

2 MÉTODO

A presente pesquisa – do ponto de sua abordagem e de seus objetivos – será qualitativa e exploratória, pois, compreende-se que, as manifestações infantis não sejam um fenômeno a ser descrito em números, sendo assim, tem-se as expressões do fenômeno infantil e seu significado atribuído como destaque principal no estudo (SILVA; MENEZES, 2001; GIL, 2002).

Partindo do ponto de vista de seus procedimentos técnicos, compreende-se a pesquisa como um levantamento bibliográfico, envolvendo obras literárias, publicações periódicas em revistas científicas e demais materiais de estudo em base de dados. Tendo como principal vantagem o fato de se poder encontrar quantias favoráveis de materiais, a fim de obter uma ampla cobertura do tema proposto (GIL, 2002).

Isto posto, foram realizadas diversas pesquisas nos bancos de dados Scielo, Pepsic e Google Acadêmico, respeitando o filtro dos artigos publicados de dezembro de 2019 a agosto de 2021. Para tanto, utilizou-se os principais descritores de pesquisa: infância e pandemia, infância e escola, fenomenologia e espaço, ensino remoto, criança e escola, pandemia e relações, contexto pandêmico, ser-criança, criança. Também foram utilizados

os resumos dos cursos lecionados por Maurice Merleau-Ponty na Sorbonne em meados de 1942 e obras de demais autores, a fim de melhor contribuir ao presente trabalho.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

As autoras Papalia e Feldman (2013), apresentam o desenvolvimento humano como os estudos voltados às análises e pesquisas científicas dos progressos de transformações e constância vividos por todo indivíduo. Os desenvolvimentistas, assim chamados os teóricos que se dedicaram e se dedicam a investigar tal área, buscam analisar as condições características – de cada indivíduo –, que estão em constante mudança, ou que são passíveis de estabilidade, a começar por suas questões genéticas de formação biológica, até o seu amadurecimento.

Os resultados de estudos do desenvolvimento, são grande valia para o campo do saber científico – isto não se pode negar. Entretanto, tratam-se de visões que têm como base dois modelos, o mecanicista, que entende as crianças e seus comportamentos como máquinas a serem “desmontadas”, e portanto estudadas em suas partes, os estudiosos que se apoiam a esta visão, buscam compreender as motivações humanas para tais comportamentos; e o modelo organicista – também conhecido como idealista –, que entende que as crianças não só reagem aos acontecimentos externos, como também são protagonistas de seu próprio desenvolvimento, dessa forma, as questões ambientais não influenciam diretamente o desenvolvimento, apesar de poder prolongar ou apressurar o mesmo. Este último, compreende o ciclo da vida como fases sequenciais e distintas entre si (PAPALIA; FELDMAN, 2013).

Dentre alguns teóricos que buscam traçar uma via divergente para se pensar a criança, tem-se Maurice Merleau-Ponty, fenomenólogo e escritor francês que, se propôs a se desvencilhar investigações desenvolvimentistas focadas no crescimento e maturação mental, biológica e ambiental, passando a refletir e a compreender a criança de forma integral – isto é, envolvendo ela mesma e seu ambiente social, entendendo que a mesma não se dá pelos resultados uniformes de fases, tampouco pelo seguimento das mesmas sem uma devida passagem (FEIJOO; PROTASIO; GILL, 2015; MERLEAU-PONTY, 2006).

Tomando como base a concepção dialética, o ser criança pode ser entendido como uma constante novidade, tendo como ponto de partida as fases anteriores, compreendendo que a cinesia se autotransforma, e ainda que, o ambiente e o interno infantil estão interligados, sendo dispensável sua separação. Neste ponto de vista dinâmico, os

fenômenos se acoplam em quantidade, fomentando transformações qualitativas (MERLEAU-PONTY, 2006).

A relação do corpo da criança, em Merleau-Ponty, se dá na existência da unidade do corpo, compreendendo que vai além de vivências palpáveis e percepções, o que implica em um “esquema corporal”, e isto inclui a compreensão que a criança possui de seu corpo no ambiente a qual está, e a porção que envolve os elementos sensoriais do mundo exterior (MERLEAU-PONTY, 2006).

Nesta relação espaço e corpo da criança, Merleau-Ponty (2006), conceitua o psiquismo, com base na psicologia acadêmica, como algo singular de cada indivíduo, algo que não está passível de compreensão e que também se coloca em um lugar insociável. Isto posto, o autor abre um questionamento a respeito de qual forma, então, a criança poderia se anunciar ao corpo do outro. Neste sentido, Merleau-Ponty realiza um desdobramento no saber psíquico e no saber corporal, onde, o psiquismo, antes incomunicável, transparece nos sentidos corporais.

Nesta logicidade, ocorre o que Merleau-Ponty (2006) caracterizou como fenômeno da imitação, onde se tem a criança realizando alguma ação por ver outra pessoa fazer, ainda assim, não se percebe o outro como tal, pois, este fenômeno exige que a criança decifre e interprete o percebido, partindo do pressuposto de que ela já tenha uma imagem perceptiva de si mesma. Logo, como uma forma de perceber o outro o autor busca reconstruir a caracterização de psiquismo, como sendo uma concepção de conduta, se por meio do psiquismo não se pode alcançar o outro, então por meio de suas ações pode-se percebê-lo, pois, nessas há um sentido; e a caracterização de cinestesia, como sendo um esquema corporal, envolvendo a relação entre o corpo da criança e seu ambiente. A medida em que a criança apreende os sentidos sensoriais de seu respectivo corpo, este, busca estabelecer relações proporcionais ao meio. Uma vez que o esquema corporal não é mais tido como um copilado de fenômenos individuais, mas sim como um corpo a se relacionar com o meio o qual está. Sendo assim, a criança, por meio de seu esquema corporal pode interpretar o outro por sua imagem e, sua noção própria de corpo pode ser transmitida a esse outro.

Partindo das ideias de esquema corporal, Merleau-Ponty assinala que, a experiência de ser criança se intrinca em sua subsistência, envolvendo o corpo, o tempo, o espaço, a cultura e uma conexão recíproca com o mundo. A relação da criança com o espaço se dá de inúmeras formas, por meio do brincar, do falar, do ouvir – por exemplo –, ocorre uma

abertura para a comunicação da criança para com o meio a qual está, o que incentiva um vínculo afetivo da sincronia do mundo à criança e vice-versa (MERLEAU-PONTY, 2006; BRITO et al., 2021).

Referindo-se ao contexto escolar, os autores Klinko e Carvalho (2021), tratam o saber pedagógico como sendo um fenômeno intergeracional representativo e material, pois envolve um ambiente completo de tempo e espaço em coparticipação. Dessa forma, a educação enquanto um fenômeno não se detém apenas ao ambiente escolar, pois se relaciona a tudo que é passível de aprendizagem e transmissão de saber – e tratando-se de crianças, a curiosidade e a busca pelo novo e criativo está quase sempre em voga. Em discussão, os autores questionam:

“[...] se a educação e a aprendizagem não são exclusividade do processo de escolarização, embora façam parte fundamental da sua experiência [...]: o que faz da escola uma escola? E, conseqüentemente, o que a escola pode oferecer àqueles que adentram o seu espaço?” (KLINKO; CARVALHO, 2021, p. 61).

Objetivando atender a indagação norteadora da pesquisa, Klinko e Carvalho (2021) destacam três referenciais essenciais para assimilar o que constitui a experiência escolar das crianças: sendo a escola como transição; a escola como separação e a escola como anteparo.

Compreendendo o estudo do desenvolvimento dialético da criança, onde se tem suas experiências sensoriais corporais com o ambiente e com o outro consideradas, relacionando à importância da experiência escolar na infância, nota-se que o presente momento – a Pandemia pelo Coronavírus 2019 (COVID-19) –, exigiu novos delineamentos no fazer pedagógico, dificultando as vivências e trocas no ambiente escolar (MERLEAU-PONTY, 2006. KLINKO; CARVALHO, 2021).

Neste sentido, respeitando as medidas protetivas, os autores Klinko e Carvalho (2021) pontuam que, crianças e adolescentes se afastaram fisicamente do ambiente escolar e passaram a desenvolver atividades – e até mesmo assistir aulas – de forma remota –, isto é, envolvendo mídias tecnológicas ou não. Cabe ressaltar os desafios encontrados nesse novo processo de aprendizagem, sendo o primeiro a falta de materiais e instrumentos necessários para um ensino de qualidade, isto é, a falta de recursos e estrutura, neste âmbito compreende-se que os indicadores de desigualdade social se potencializam, visto que uma parcela da população tem recursos e acesso à internet, e

outras não. O segundo desafio – e não menos importante –, se estande à experiência escolar, entende-se que a mediação entre alunos e professores via aulas virtuais ao vivo, aproxima e torna possível a comunicação e o acesso à informação de ambos, entretanto, há uma diminuição no encontro experiencial, sintetizando a profundidade desta convergência – entre casa e escola, aluno e professor.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando, primeiramente o modo de perceber a experiência de ser criança, respeitando seu modo ser-no-mundo, bem como a desenvoltura de seu esquema corporal, no sentido de se apropriar e conhecer esse mundo, nota-se a exigência de um exercício, por parte do pesquisador, em capacitar-se e desdobrar-se em perceber a criança partindo de suas próprias vivências, compreendendo cada momento e cada experiência como algo inteiro e não específico de cada “fase” de sua vida.

Neste sentido, se baseando em ponderações construtivas de Merleau-Ponty, em consonância com o contexto presente em relação ao viver escolar de crianças, nota-se a fragmentação das experiências geradas no ambiente escolar, ocasionada pelo isolamento e distanciamento social – estes, previstos e decretados por leis e protocolos. A fragmentação aqui apontada, prejudica não somente a aprendizagem dos alunos, como também a construção e estabelecimento de relações, empobrecendo o contato real com o outro – ou seja, a efetivação e fortalecimento de vínculos entre os pares –, e conseqüentemente, afetando a concepção das crianças em relação aos seus esquemas corporais.

Urge que, profissionais de psicologia, bem como os de demais áreas da saúde e ciências sociais, se prontifiquem a estudar e realizar pesquisas aprofundadas ao tema aqui proposto, uma vez que, na literatura e demais meios de busca de dados científicos – por ser um tema recente e em constante mudança –, encontrou-se uma ínfima parcela de estudos.

REFERÊNCIAS

BRITO, R. A. C.; MOTA, W. da C.; BLOC, L.; MOREIRA, V. Linguagem e relação com os outros: contribuições da fenomenologia de Merleau-Ponty para a psicoterapia infantil. **Psicologia USP**. Fortaleza, Ceará, v. 32, 2021. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/pusp/a/TrWtbyd8XdNCdnwT5bNwrkk/#> >. Acesso em: 22 ago. 2021.

FEIJOO, A. M. L. C. de; PROTASIO, M. M.; GILL, D. Considerações Sobre o Desenvolvimento Infantil em uma Perspectiva Existencial. In: MATTAR, C. M et al. **Ser Criança: uma compreensão da experiência infantil**. Rio de Janeiro: Edições IFEN, ed. 1, cap. 5, p. 115-164, 2015.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

HUSSERL, E. **Na Intersubjetividade**. Paris: PUF, v. 1, 2001.

KLINKO, J.; CARVALHO, J. S. F de. Escola remota: como resistir à domesticação da experiência escolar?. **Estilos da Clínica**, v. 26, nº 1, p. 58-67, 2021. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1415-71282021000100006>. Acesso em: 22 ago. 2021.

MATTAR, C. M. A criança e a Família: Aspectos Históricos e Dilemas Contemporâneos. In: MATTAR, C. M et al. **Ser Criança: uma compreensão da experiência infantil**. Rio de Janeiro: Edições IFEN, ed. 1, cap. 1, p. 13-34, 2015.

MERLEAU-PONTY, M. **Psicologia e pedagogia da criança**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

SOUZA, C. P. de.; BLOC, L. G.; MOREIRA, V. Corpo, Tempo, Espaço e Outro como Condições de Possibilidade do Vivido (Psico)patológico. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**. Rio de Janeiro, v. 20, nº 4, p. 1253-1272, 2020. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812020120000014>. Acesso em: 22 ago. 2021.

PAPALIA, D. E.; FELDMAN, R. D. **Desenvolvimento Humano**. Porto Alegre: AMGH. Cap. 1, p. 34-53, 2013.

SILVA, E. L. da; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC. ed. 3, 2001.

SOUZA, D. O. A pandemia de COVID-19 para além das Ciências da Saúde: reflexões sobre sua determinação social. **Ciência & Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro. vol. 25, p. 2469-2477, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.org/article/csc/2020.v25suppl1/2469-2477/>>. Acesso em: 22 fev. 2021.

A EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA: UM ENSINO HÍBRIDO QUE TEM O ALUNO COMO PROTAGONISTA DA APRENDIZAGEM

Ana Clara de Oliveira Nachbar, Natália Ferrucci Quevedo Cineis, Lucia Helena Ormelese de Barros, e-mail: nachbar0102@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Essa pesquisa surgiu pela curiosidade em estudar uma metodologia educacional que vem sendo pauta de transformação há muito tempo e devido a um acontecimento mundial, o ensino híbrido ganhou visibilidade em diversas pesquisas.

Considerando as recomendações diante à pandemia do novo Corona vírus, o Conselho Nacional de Saúde (CNS), no dia 9 de abril de 2020, recomendou algumas medidas sanitárias para garantir a proteção social diante da pandemia da COVID-19. Isso ocasionou o afastamento social, sem aglomerações de pessoas, para diminuir a disseminação do vírus e evitar o colapso do Sistema de Saúde. Resultou no encerramento das aulas em escolas e em universidades, afetando mais de 90% dos estudantes do mundo.

Desde então, as escolas têm buscado se reinventar para garantir a todos uma aprendizagem significativa através do ensino remoto. Devido à penetrabilidade em diferentes áreas na esfera das aprendizagens (formal, não formal e informal), a evolução tecnológica digital tem assumido um papel determinante no reconfigurar dos ecossistemas e ambientes educacionais e, portanto, ignorar essas tecnologias é descurar o seu potencial para propiciar a inovação, transformação e modernização (MOREIRA, 2018).

Devido a isso, a evolução tecnológica digital tem assumido um papel determinante no reconfigurar os ecossistemas e ambientes educacionais e, portanto, ignorar essas tecnologias é descurar o seu potencial para propiciar a inovação, transformação e modernização (MOREIRA, 2018).

Dessa forma é de extrema importância que se tenha conhecimento dos desafios que foram atribuídos para a educação brasileira, pode-se indicar ainda outras dificuldades apontadas por Gatti:

O estudo e aprendizagem de conteúdos curriculares novos em modo de isolamento, com apoios delimitados pela situação remota, dificuldades de atenção e concentração, o estresse de alunos pela situação do isolamento, por excesso de conteúdos emitidos ou de tempo dedicado diante de tela de computador ou outro aparelho digital, trocas relativizadas pelo esforço comunicativo demandado, falta do calor dos laços presenciais, entre outras situações [...] (2020, p.33).

O ensino híbrido é uma metodologia ativa que foca em formar protagonistas. Mistura ferramentas de aprendizagem online, que podem ocorrer simultaneamente ou em momentos diferenciados no cotidiano do educando. Para que tudo isso seja possível, a escola deve ter equipamentos e adaptações à disposição dos colaboradores e alunos. Essas ferramentas possibilitarão a busca pelo conhecimento e a autoaprendizagem.

Sendo assim, a utilização destes métodos é sem dúvidas uma forma de oportunizar uma maior interação dos educandos nos processos de ensino e dessa maneira gerenciar de maneira mais efetiva os tempos de estudos, podendo assim dedicar-se mais às práticas realizadas pelos professores no costumeiro ensino presencial, oportunizando e permitindo aos alunos ocuparem outros espaços e outros tempos para assim efetuarem os estudos de leituras e pesquisas, realizando um complemento ao desenvolvimento da aprendizagem.

Para colocar esse método em prática, é preciso mudar a visão das pessoas sobre a educação e quebrar o paradigma estabelecido. Portanto, estimular o aluno a desempenhar um papel não é apenas uma forma de garantir que ele aprenda o conteúdo da disciplina, mas também uma forma de se tornar um cidadão crítico e atuante na sociedade.

Portanto, diante do atual cenário pandêmico o ensino híbrido é uma das mais importantes ferramentas para dar procedência às aulas e à transmissão de conteúdos aos nossos educandos. E é com esse modelo de ensino que a educação tenderá a alavancar seus resultados, não permitindo uma maior defasagem ou ainda omissão na transmissão de conhecimento aos alunos, diminuindo a evasão e se tornando acessível em todo o mundo.

Assim, o objetivo deste trabalho é abordar o tema mostrando pontos positivos e negativos do ensino híbrido que ainda precisam ser desenvolvidos, para que ele ofereça uma educação de qualidade para toda a sociedade. Mostrando que o melhor investimento é em metodologias inovadoras como o ensino híbrido, que formem educandos protagonistas, autores do seu próprio conhecimento, com ajuda do educador conseguir se desenvolver integralmente. Expor também a grande mudança repentina na educação devido a uma pandemia inesperada, proporcionando quebra de paradigmas para um ensino inovador de uma nova geração.

2 MÉTODO

Quanto à metodologia utilizada na presente pesquisa, adotou-se o método cartesiano, uma vez que são examinadas as premissas gerais para, posteriormente,

serem alcançadas as premissas mais específicas. Com isso, foram empregados conceitos genéricos, realizando-se depois a apuração da temática central com mais especificidade e desenvolvendo ideias e hipóteses para melhor abordar o assunto.

Trata-se de uma revisão da literatura por meio de levantamento bibliográfico que, tem como base publicações de dados Google Acadêmico, Scientific, Electronic Library Online (SciELO), ScienceDirect, Periódicos Eletrônicos em Psicologia (Pepsic), além de dissertações de mestrados e artigos.

A pesquisa bibliográfica elaborada, buscará uma hipótese, por meio de teóricos já publicados, analisando e discutindo sobre as contribuições científicas e teóricas que trazem subsídios para o conhecimento sobre o assunto pesquisado, observando as falhas e espaços que poderão ser preenchidos com a problemática em questão.

Segundo Boccato (2006):

A pesquisa bibliográfica busca a resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas. Esse tipo de pesquisa trará subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sob que enfoque e/ou perspectivas foi tratado o assunto apresentado na literatura científica (p. 266).

Com base nas pesquisas bibliográficas, formulou-se justificativas que auxiliam a compreensão e pesquisa do tema.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Entende-se por Ensino Híbrido aquele que é misturado, mesclado, mas a educação por si sempre foi misturada, híbrida, sempre combinou vários espaços, tempos, atividades, metodologias, públicos. Alguns autores fundamentam esse trabalho de pesquisa, os quais darão suporte teórico para a busca de conhecimento sobre o assunto citado.

Segundo José Moran (2021), tudo pode ser misturado, combinado, e podemos, com os mesmos ingredientes, preparar diversos “pratos”, com sabores muito diferentes. Para Weber (2017), a educação híbrida significa algo misturado, mesclado e, neste entendimento, podemos pensar em uma educação híbrida que mescla diferentes metodologias, modalidades, atividades, tempos, públicos e espaços.

De acordo com Coradini (2017), educação híbrida, também conhecida como blended-learning ou blearning, denota a ideia de promoção de uma educação que propicia o trabalho coletivo, o aluno aprende por meio de processos formais e informais, ultrapassando as barreiras da sala de aula. Pelo viés de Garrison e Vaughan (2008), educação híbrida é

definida como a integração orgânica das abordagens e tecnologias presenciais e online meticulosamente selecionadas e complementares.

O ensino híbrido, ou educação híbrida, de modo ascendente, vem ganhando espaço no cenário educacional, em especial pela sua interface com os recursos tecnológicos e a fina sintonia com a cultura contemporânea. É sabido que o ensino híbrido se institui pela aprendizagem ativa, na qual estudantes são protagonistas de seu percurso de estudo e os professores mediadores do conhecimento. Assim, nesse modelo educativo, a aprendizagem ocorre pela descoberta, investigação e resolução de problemas (VALENTE, 2018).

Através dos autores acima citados, mudar deve significar fazer diferente, e com mais qualidade. No plano das secretarias de educação, seria importante garantir a infraestrutura necessária ao bom funcionamento dos dispositivos adotados pelas escolas e o suporte à elaboração de um programa consistente de desenvolvimento profissional, contando com a formação de uma equipe de suporte.

Todavia, com a utilização do ensino híbrido, é possível transformar aspectos do processo educacional, além de viabilizar ao estudante o protagonismo do seu aprendizado, em que ele assume uma postura mais participativa e coerente com a autonomia estudantil e a ampliação do pensamento crítico, de modo a correlacionar o que está em estudo com as situações da realidade. Para que o ensino híbrido seja implantado, alguns aspectos devem ser analisados e considerados, como a dinâmica de sala de aula, a formação do professor, além da adequação do currículo e as atividades curriculares.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É ponderável salientar que a utilização de metodologias ativas, por conseguinte, a aplicação do sistema híbrido nas salas de aula é uma tarefa muito difícil, são necessários diversos ajustes para que o ensino funcione de maneira correta e sua acessibilidade chegue de maneira uniforme para todos. Mas, que segue um preceito muito tendencioso e irreversível, que vem a agregar muitos efeitos positivos para o processo de ensino-aprendizagem dos alunos, professores e de toda a sociedade.

Contudo, as metodologias direcionadas para a aprendizagem são baseadas em uma série de técnicas, procedimentos e de quebra de paradigmas, pois os processos que são costumeiramente utilizados pelos professores durante suas aulas veem sendo inovados, permitindo e favorecendo assim a aprendizagem dos alunos.

Ensinar e aprender nunca foi tão fascinante, pelas inúmeras oportunidades oferecidas, e, por outro, tão frustrante, pelas dificuldades em conseguir que todos desenvolvam seu potencial e se mobilizem de verdade para evoluir sempre mais. O Ensino Híbrido, presencial e remoto, pode ser atrativo e capaz de aguçar a curiosidade do aluno para a aquisição de novos conhecimentos, tornando-os protagonistas de sua aprendizagem.

Portanto, diante do atual cenário pandêmico o ensino híbrido é uma das mais importantes ferramentas para dar procedência às aulas e à transmissão de conteúdos aos nossos educandos. E é com esse modelo de ensino que a educação tenderá a alavancar seus resultados, não permitindo uma maior defasagem ou ainda omissão na transmissão de conhecimento aos alunos, diminuindo a evasão e se tornando acessível em todo o mundo.

REFERÊNCIAS

EDUCAÇÃO TRANSFORMADORA – JOSÉ MORAN. **Metodologias ativas e modelos híbridos na educação**. Disponível em: http://www2.eca.usp.br/moran/wp-content/uploads/2018/03/Metodologias_Ativas.pdf. Acesso em 25 fev. 2021.

MOREIRA, J. A., & SCHLEMMER, E. (2020). Por um novo conceito e paradigma de educação digital onlife. Revista UFG, 20(26). Disponível em: <https://doi.org/10.5216/revufg.v20.63438>. Acesso em 19 fev. 2021.

MOVPLAN. A importância da tecnologia na educação durante e depois da pandemia. **MOVPLAN - Tecnologia e Inovação**, [s. l.], 29 jan. 2021. Disponível em: <https://movplan.com.br/blog/a-importancia-da-tecnologia-na-educacao-durante-e-depois-da-pandemia/>. Acesso em: 19 maio 2021.

SCIELO – SCIENTIFIC ELETRONIC LIBRARY ONLINE. **A Educação e a Covid-19**. Acesso em: 6 abr. 2021

SCIELO – SCIENTIFIC ELETRONIC LIBRARY ONLINE. **Modelo de ensino-aprendizagem híbrido de alemão no Brasil: uma tendência contemporânea desafiadora?**. Disponível em < https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1982-88372021000100137&script=sci_arttext > Acesso em: 7 abr. 2021

SCIELO – SCIENTIFIC ELETRONIC LIBRARY ONLINE. **Possível reconfiguração dos modelos educacionais pós-pandemia**. Disponível em < https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142020000300029&script=sci_arttext > Acesso em: 5 abr. 2021

A FARSA DO SONHO AMERICANO COM BASE NO LIVRO O GRANDE GATSBY

Yasmim Silva Vitor, Gabrielle Leticia Del Cassala, Marcelo Mott Peccioli Paulini,
e-mail: yasmimsilva1499@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho é baseado na construção de um artigo pautado no livro O grande Gatsby de F. Scott Fitzgerald escrito em 1925. O romance trata do contexto americano no século XX, mais precisamente os chamados “loucos anos 20”. Segundo Nelson de Oliveira, crítico da Folha de São Paulo, “O grande Gatsby” “cria retrato amargo do sonho americano”.

A área de pesquisa desse trabalho monográfico é a literatura norte americana. Seu objetivo geral é o estudo da farsa americana que ocorreu nos anos 20 e perpetua-se até hoje. A farsa em si, é o ponto chave do artigo, pois é através dela que se entende as entrelinhas da obra.

O caráter duvidoso dos personagens vai sendo construído ao longo do romance e torna-se perceptível à medida em que os acontecimentos vão revelando suas verdadeiras personalidades. O ponto de vista do narrador, escolhido pelo autor será de extrema importância para a compreensão, por parte do leitor, das nuances psicológicas das personagens.

2 MÉTODO

O estudo em questão buscou explanar a cultura americana de modo que contextualizou a sociedade nos anos XX, onde ela foi representada pelo narrador Nick Carraway, “... Compartilhar seu julgamento com o leitor ao tecer comentários de diferentes naturezas sobre o período em que viveu próximo à vizinhança endinheirada de Long Island”. (VISCARDI, 2011, p.24).

A pesquisa realizada caracteriza-se como bibliográfica. Os principais textos consultados serviram como base fundamental teórica para concluir as análises feitas. Os autores que contribuíram para a fundamentação do trabalho são Guilherme F. Maques, Roberta F. Viscardi, o primeiro tratou o nativismo dos anos XX e criticou o American Dream, a segunda analisa a posição do narrador na obra.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Partindo do pressuposto de que a obra *O Grande Gatsby* representa a prole endinheirada dos Estados Unidos nos anos XX, foi possível analisar comportamentos resultantes de tanto dinheiro e na premissa de que quanto mais se tem, mais se quer. Logo, uma passagem que expressa bem esse contexto é quando Gatsby diz a Nick que sua amada Daisy possui a voz cheia de dinheiro. A interpretação do personagem principal é condizente com o fato de que a mulher tinha mais ambições do que qualquer outra, ao começar pelo tom de sua voz.

No que tange ao sentido geral da obra, deve-se levar em consideração que Fitzgerald não buscou apenas representar o lado mesquinho das pessoas mais afortunadas da época, mas também se aprofundou na individualidade de cada um, trazendo, como exemplo claro, o narrador onisciente Nick Carraway, que observa a tudo e participa das ações propriamente ditas, uma vez que, entre todos os personagens, ele seria o mais honesto e imparcial com relação aos desvios de caráter presentes em todos:

O narrador é considerado como o agente, integrado no texto, que é responsável pela narração dos acontecimentos do mundo ficcional, sendo, por este motivo, distinto do autor empírico e mesmo das personagens desse mundo ficcional, pela amplitude narrativa. (CARDOSO, 2003, p. 57).

Logo, a farsa de um sonho americano já era analisada pelo próprio narrador, de modo que o *American dream* consistia no trabalho árduo para conseguir se tornar um grande Senhor com muitos patrimônios e glórias em seu nome; Nick, por sua vez, mesmo trabalhando arduamente nunca chegava ao patamar de seus amigos, nesse sentido, é perceptível que o *american dream* seria sim uma farsa para na verdade, criar mão de obra barata, principalmente entre os estrangeiros.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo buscou esclarecer o processo de farsa que é desvelada ao mostrar as motivações e os meios que levavam a conquista do *american dream* e consequentemente, as relações dissipadas e repletas de interesses.

Os personagens da obra evidenciam todo esse processo. Ao analisar-se suas características peculiares, percebe-se que suas transformações foram importantes para a conclusão de que *O Grande Gatsby* vale-se do recurso da farsa, presente em suas entrelinhas, para atingir os propósitos críticos pretendidos pelo autor.

REFERÊNCIAS

CARDOSO, L.M. **A problemática do narrador: da literatura ao cinema**. Jan/dez 2003. 57-72. Tese em literatura e cinema – Facom/UFJF, Juiz de Fora, 2003.

FITZGERALD, F.S **O Grande Gatsby**. Rio de Janeiro: Antofágica, 2020.

MARQUES, Guilherme Freira. **O Grande Gatsby: nativismo dos anos 1920 ou crítica ao American Dream?** Dissertação. Universidade Veiga de Almeida, Rio de Janeiro, S/A.

VISCARDI, R.F. **A posição do narrador em The great Gatsby de F. Scott Fitzgerald**. 80 f. Dissertação – Faculdade de filosofia, letras e ciências humanas, São Paulo, 2011.

A FIGURA FEMININA PELA PERSPECTIVA DOS CONTOS DE FADAS MODERNOS: DICOTOMIAS EM DISCUSSÃO

Bruna Ruiz de Moura, Eloha Brilha Inácio da Silva, Stefani Edvirgem da Silva Borges, e-mail: bruizmoura@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A dinâmica das transformações sociais tem ocorrido, em tempos hodiernos, cada vez mais rápida e com mudanças consideráveis. Entre os séculos XX e XXI, por exemplo, pode-se analisar que a figura feminina se transmutou radicalmente e em um espaço de tempo relativamente curto, apesar de os resquícios do passado sempre estarem ecoando na modernidade. A arte literária, construída como espelho social, demonstra, em seus diversos gêneros, esta metamorfose feminina.

Em uma imersão no universo da literatura infantil, os contos de fadas são o gênero que evidenciam a figura feminina presa a uma série de estereótipos: a princesa sempre deve ser bela, boa e submissa, incapaz de realizar seus próprios sonhos e objetivos, dependendo sempre de um príncipe que a “salvará”. O comportamento reforçado era de uma mulher ingênua, desprotegida, frágil, obediente e dependente da figura masculina.

Nos contos de fadas tradicionais existe também a representação da mulher como bruxas e/ou madrastas malvadas, transmitindo, além de uma característica negativa, a mensagem velada de que, para as mulheres, era proibido transgredir, ou seja, fugir do padrão. No século XVII, Charles Perrault e os Irmãos Grim eclodiram com esta tendência literária que se perpetua até os dias atuais.

A visão construída sobre a mulher, enraizada no contexto social, precisa ser repensada e ressignificada. A escola e, por consequência, a sala de aula, torna-se lugar propício para esta discussão, uma vez que a criança, desde muito pequena, pode ser levada a refletir, sobretudo por meio da contação de histórias, sobre todos os indivíduos e seus papéis de representação social.

O educador, por sua vez, em seu trabalho pedagógico, precisa acompanhar os avanços sociais e abordar assuntos de importância significativa para a construção

daquele aluno que se revela como um indivíduo em construção, podendo utilizar dos contos de fadas modernos, como ferramenta para contextualizar e desenvolver diversas perspectivas, inclusive sobre a concepção da visão feminina.

Neste sentido, o professor tem um papel de suma importância no que diz respeito a mediar, construir, facilitar, amparar e incentivar o desenvolvimento integral da criança, dessa forma torna-se um agente essencial para que essas questões sejam construídas de maneira assertiva e repensada.

Os estereótipos femininos precisam ser desconstruídos, pois são eles que, muitas vezes, determinam a forma que o indivíduo é visto socialmente. O desenvolvimento do imaginário social está pautado nas representações engendradas para que pessoas e seus respectivos papéis continuem como estão e em seus lugares pré-estabelecidos.

Dessa forma, nosso trabalho pretende propor uma reflexão sobre os impactos referentes à interpretação das representações das princesas no contexto dos contos de fadas tradicionais, que contribuem para uma visão estereotipada da figura feminina. O lugar-comum, que muitas vezes é o único que nos orienta, precisa ser repensado. As mulheres podem e precisam ter o direito de serem livres, de assumirem suas imperfeições e serem o que são, contestando sempre o que a sociedade impõe.

2 MÉTODO

A metodologia desta pesquisa será desenvolvida por meio de levantamento bibliográfico (livros técnicos pertinentes ao tema escolhido e artigos científicos presentes em bibliotecas virtuais de universidades brasileiras) e análise de dados qualitativos por meio de entrevista com docentes que atuam na área de contação de histórias. Vale ressaltar que foi encontrado um grande acervo de discussão sobre o tema referido. O critério utilizado para a seleção do material se deu sobre sua relevância na contribuição para esta pesquisa.

O presente trabalho de pesquisa tem como proposta a análise do papel do professor como mediador e agente de transformação no que diz respeito à desconstrução de papéis sociais pré-estabelecidos e impostos às mulheres. Em um estudo pautado na análise escrita e exposta dos contos de fadas tradicionais e modernos na sala de aula, verificar-se-á de que maneira as histórias em questão contribuem para

o desenvolvimento crítico e reflexivo dos alunos em relação à imagem e ao papel das mulheres dentro da sociedade.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A fantasia é de suma importância para o universo infantil, pois é por meio dela que a criança aprende, desenvolve-se e expressa seus sentimentos. De acordo com o dicionário de língua portuguesa DICIO¹ a palavra fantasia tem como sinônimo, imaginação criadora; ficção; coisa que não tem existência real, mas apenas ideal. Para Aguiar e Barros (2015) a criança é estimulada a vivenciar um mundo de fantasias, crescem e desenvolvem suas expectativas baseadas em um mundo imaginário, irreal e supostamente ideal, aspectos que fazem parte dos contos de fada. A espera de um príncipe encantado, a estética eurocentrada dos personagens e o destino perfeito traduzido como o “feliz para sempre” são exemplos pertencentes a este universo que, ao longo da vida escolar das crianças, sobretudo na Educação Infantil, tornam-se referenciais constantes.

Desde a publicação dos contos da Mamãe Gansa, do francês Charles Perrault, os quais se perpetuaram como os tradicionais Contos de Fadas, houve uma série de conquistas alcançadas pelas mulheres no seu exercício de cidadania e liberdade. São feitos relativamente recentes e ainda longe do ideal. Podemos citar alguns dos principais avanços para as mulheres ao longo do tempo, como os direitos sociais, políticos e trabalhistas, sendo eles: o direito de cursar faculdade, ao voto, igualdade de direito entre homens e mulheres, ao uso de pílula anticoncepcional, criação da lei “Maria da Penha” e a lei do Femicídio.

Aguiar e Barros (2015, p. 2) citam:

Assim, deve-se observar, neste aspecto, a alteração do papel feminino com o passar das décadas, o que pode ser percebido na própria figura das princesas dos filmes da Disney: a mulher, que antes ocupava uma posição de submissão à figura masculina, com a onda de movimentos feministas, começou a encontrar seu espaço na sociedade e no mercado de trabalho.

A representação das personagens femininas vem sofrendo modificações no universo da literatura infantil por meio dos contos modernos, de modo que, “o final feliz

¹ DICIO. 2021. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/fantasia/>. Acesso em: 03 mar. 2021.

de seu destino desmistifica-se. Scolari (2017) aponta que os contos de fadas no pós-moderno sofreram transformações e problematizações vivenciadas socialmente, com a observação de personagens femininas que não necessariamente precisam estar à espera do príncipe encantado para viverem suas aventuras e conquistar o mundo.

Para Junges (2011) a incompatibilidade do trato feminino dentro dos contos de fadas em relação ao homem, tem uma conflituosa determinação de estereótipos sobre o que é ser princesa. De forma inconsciente estes estereótipos acabam sendo enraizados no social, gerando referência para o que é ser belo às meninas, interferindo na maneira que acontecem as relações sociais, principalmente entre as crianças. (JUNGES, 2011 apud AGUIAR E BARROS 2015, p 2).

Ferreira e Pontes (2018) demonstram que a condição feminina mudou e foi ressignificada, mesmo obtendo sucesso, a princesa moderna não deixa de ter problemas para fazer valer suas vontades, é necessário enfrentar diversos desafios e adversidades para saírem vitoriosas. O que é transmitido às crianças, potenciais leitores em formação, é uma nova possibilidade de mundo, o qual não estereotipa as mulheres como frágeis e, por consequência, lança um novo olhar para ser perpetuado.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer desse trabalho, pudemos verificar a necessidade de um exercício de releitura dos clássicos contos de fadas por parte de docentes que se colocam disponíveis em trabalhar com este tipo de literatura. Por carregarem ideologias tradicionais, conservadoras e estereotipadas, muitas obras que tiveram sua gênese no século XVII precisam ser revistas e não excluídas, uma vez que já estão ultrapassadas para a demanda que existe hoje na sala de aula, sobretudo no que diz respeito a forma de interpretar o papel da mulher dentro da sociedade.

A contação de histórias é de extrema importância e vai muito além da quebra de estereótipos, seja na sua versão tradicional ou moderna. Esta estratégia pedagógica atinge também o funcionamento socioemocional e moral da criança que participa dessa metodologia, por isso a importância do trabalho pedagógico que contemple as novas releituras, bem como a intervenção do pedagogo que o adota, deixando de ser apenas um trabalho voltado para efetivação da alfabetização através da leitura, mas sim intrínseco às questões sociais nas quais a criança está inserida.

Os profissionais de educação devem estar atentos para não perpetuar estereótipos,

de forma a estigmatizar grupos, como as mulheres, os negros, os indígenas, a comunidade LGBTQIA+ entre outros. As novas literaturas já trazem essas novas perspectivas de desconstruções de estigmas relacionados a determinados grupos sociais. É de suma importância que os professores consigam realizar o seu trabalho docente visando o foco para essas novas perspectivas, as quais são extremamente necessárias de serem trabalhadas dentro do espaço escolar, a fim corroborar para que as crianças se desenvolvam de forma ampla, reflexiva e empoderada, de forma a entenderem que são capazes e importantes.

Dessa forma, quando falamos do papel feminino retratado em contos de fadas, precisamos estar atentos a mensagem e ideia que é passada nas histórias, as quais foram produzidas e criadas por homens, com pensamento já ultrapassados à realidade vigente. Em outrora, eram eles (os homens) que ditavam como deveria ser o comportamento da mulher, bem como o que era considerado belo dentro dos padrões de beleza do seu contexto, sempre pautados nas características físicas da mulher europeia, que não cabe nem na sociedade atual, tão pouco para referenciar o que é determinado como padrão de beleza em um país miscigenado como o Brasil.

Portanto, ao produzir esse trabalho de conclusão de curso, podemos trazer à tona reflexões necessárias e cabíveis na nossa sociedade atual sobre a visão da figura feminina que está em constante desconstrução e reconstrução. Não podemos desconsiderar as conquistas e avanços que este grupo obteve, porém torna-se necessário discutir, constantemente, com as crianças dentro no ambiente escolar estas questões tão urgentes e essenciais. Nesta dinâmica, o papel do pedagogo é crucial, uma vez que ele pode ser agente modificador ou perpetuador de estereótipos. Neste estudo, vislumbramos que os professores e demais profissionais de educação que trabalhem com a literatura tenham sensibilidade a respeito da importância de modificar a realidade muitas vezes imposta socialmente aos grupos supracitados, sobretudo a figura feminina.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Ricardo. Literatura infantil: origens, visões da infância e certos traços populares. Disponível em <http://www.ricardoazevedo.com.br/wp/wp-content/uploads/Literatura-infantil.pdf>. Acesso em: 06 abr. 2021.

COLE, Babette. Príncipe Cinderelo. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

DESCENDENTES. Estados Unidos: Disney Channel Original Productions, 2015. P&B

DESCENDENTES 2. Estados Unidos: Disney Channel Original Productions, 2017. P&B.

DESCENDENTES 3. Estados Unidos: Disney Channel Original Productions, 2019. P&B.

FERNANDES, Mariana Duarte da Costa. A Importância da Literatura Infantil no Desenvolvimento Socioemocional das Crianças. 2017. 79 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pedagogia, Instituto Politécnico de Coimbra, Coimbra, 2017. Disponível em: https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/23137/1/MARIANA_FERNANDES.pdf. Acesso em: 12 ago. 2021.

FERREIRA, Itamara. A Perspectiva Feminina nos Contos de Fadas Tradicionais e Contemporâneos. 2019. 19 f. Monografia (Especialização) - Curso de Linguagens e Educação A Distância, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/203311>. Acesso em: 12 abr. 2021.

GUIMARÃES, Jaqueline; HEIL, Lilia Schainiuka. O Conto De Fadas e o Desenvolvimento da Criança. 2018. Disponível em: <file:///C:/Users/USER/Desktop/PEDAGOGIA/4%20ANO%20PEDAGOGIA/TCC/606-Texto%20do%20artigo-1816-1-10-20180620.pdf>. Acesso em: 06 abr. 2021.

HELENO, Alex Rezende. A Importância da Literatura Na Formação da Criança. Claraboia, Jacarezinho, v. 9, n. 8, p. 25-38, jun. 2018. Disponível em: <http://seer.uenp.edu.br/index.php/claraboia/article/view/969>. Acesso em: 10 ago. 2021.

KEMP, Anna. A Pior Princesa do Mundo. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

LOPES, Letícia Henkel; MARTINS, Viviane Lima. Os Contos de Fadas Como Contribuição Para A Construção Da Identidade Infantil. Intraciência, Guarujá, v. 13, n. 8, p. 1-25, jun. 2017. Disponível em: http://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20170710084159.pdf. Acesso em: 06 abr. 2021.

MATOS, Dalva Ramos Resende. Os Contos De Fadas E A Formação De Valores Morais. Revista do Sell, [S.l.], v. 4, n. 2, jul. 2014. ISSN 1983-3873. Disponível em: <http://seer.uftm.edu.br/revistaeletronica/index.php/sell/article/view/456/645>. Acesso em: 06 abr. 2021. doi:<https://doi.org/10.18554/rs.v4i2.456>.

MELLO, Vânia Cristina Ferreira de. A Importância dos Contos de Fadas Na Formação das Crianças no Ensino Fundamental. Rio de Janeiro, v. 9, n. 8, p. 1-17, jul. 2014. Disponível em: <http://ri.uepg.br:8080/monografias/bitstream/handle/123456789/50/V%C3%A2nia%20Cristina%20Ferreira%20de%20Mello.pdf?sequence=1>. Acesso em: 13 ago. 2021.

MENEZES, Carolina Schneider. A Evolução das Mulheres Pelos Contos de Fadas e suas Representações no Universo Feminino. 2017. 36 f. TCC (Graduação) - Curso de Pedagogia, UNESP, Rio Claro, 2017. Disponível em:

<https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/156505/000898647.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 07 abr. 2021.

MORENO, Fernanda da Silva; AMODEO, Maria Tereza. A Transformação da Moralidade nas Releituras Teatrais De Contos Maravilhosos. Fale Pucrs, Porto Alegre, v. 5, n. 8, p. 1-10, set. 2010. Disponível em:

<https://ebooks.pucrs.br/edipucrs/anais/Xsemanadeletras/comunicacoes/Fernanda-da-Silva-Moreno.pdf>. Acesso em: 19 maio 2021.

SHREK. Estados Unidos: Dreamworks Animation, 2001. P&B.

SHREK 2. Estados Unidos: Dreamworks Animation, 2004. P&B.

SHREK 3. Estados Unidos: Dreamworks Animation, 2007. P&B.

SHREK 4. Estados Unidos: Dreamworks Animation, 2010. P&B.

TAVARES, Juliana de Carvalho Frederico. A Importância da Literatura Infantil Na Educação de Infância. 2010. 52 f. TCC (Graduação) - Curso de Educação de Infância, Universidade de Cabo Verde (Uni-Cv), Praia, 2010. Disponível em:

<https://core.ac.uk/download/38680987.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2021.

A FORMAÇÃO DO PROFESSOR NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Bruna Cristieli Carneiro, Viviane Rodrigues, e-mail: bruna.carneiro.bocaina@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A formação dos professores na perspectiva da Educação Inclusiva é de extrema importância à promoção da igualdade no ensino proposta pelo Poder Público e por toda a sociedade, isso porque oferece qualidade a tais profissionais para que assim exerçam suas atribuições relacionadas às atividades educacionais, bem como pedagógicas, com eficiência e eficácia pertinentes à caracterização do ensino como direito ao desenvolvimento intelectual digno, sem quaisquer diferenciações por questões associadas a deficiências físicas, mentais, visuais, auditivas, dentre outras mais.

Isto porque, nem todos os professores conhecem a teoria e prática da educação inclusiva. Portanto, a formação dos professores precisa ser melhorada em relação a este aspecto, a fim de que a educação inclusiva seja uma realidade nas escolas brasileiras. Sobre isso, destaca-se o ensino colaborativo, uma forma de inter-relacionar os alunos com necessidades educacionais especiais e educadores para explicar os métodos de ensino dinâmico para tais alunos.

Desta forma, é visível que muitos pontos devem ser observados quando o assunto seja a formação docente na Educação Inclusiva, uma vez que seja uma circunstância específica de ensino, necessitando que os professores sejam preparados para vivenciar e colher bons resultados de seu serviço. Portanto, questiona: Quais são as implicações das realizações acadêmicas para a formação inicial dos professores? Se os treinamentos estão atentos a essa nova demanda? Que ações estão sendo desenvolvidas para este treinamento?

Por isso, é importante trazer à discussão o fato de que variadas perspectivas de ensino inclusivo, especialmente diante das escolas públicas, ocorrem em virtude da instauração de políticas públicas neste sentido. Logicamente que no ensino particular as dificuldades tendem a ser amenizadas, isto é, o quadro orçamentário da rede privada de ensino, por vezes, ultrapassa àquele do Poder Público, não em virtude do poderio econômico em si, mas de sua forma de gestão.

Neste intento, as singularidades atreladas à Educação Inclusiva e à formação dos professores devem ser constantemente estimuladas, mormente por concretizar a realização de um direito fundamental da sociedade, qual seja, o direito à educação. Por isso, cursos de formação, políticas públicas, incentivos sociais e conscientização da problemática envolvendo a discrepância de tratamento e ensino inclusivo daquele recorrentemente aplicado são algumas formas para que os professores tenham, além dos cursos universitários, base de formação apta ao ensino efetivo.

Portanto, objetiva-se neste trabalho analisar a importância do professor para a educação inclusiva e a essencialidade da sua formação. Como objetivos específicos tem-se: apresentar o ensino colaborativo; identificar as dificuldades que os professores encontram para praticar a inclusão nas suas aulas; e compreender a formação inicial e continuada dos educadores.

2 METODOLOGIA

O trabalho foi executado a partir de investigações doutrinárias e legais relacionadas à formação dos professores para a promoção da Educação Inclusiva, sendo o progresso de tais docentes investigados segundo as perspectivas de ensino introduzidas no Brasil desde tempos remotos.

O delineamento da pesquisa consistiu em um plano mental com idealização metodológica instaurado na contextualização história, conceito, características e legislação sobre Educação Inclusiva, seguida de abordagens associadas à formação de professores e às propostas e estratégias voltadas para a formação destes na prática pedagógica. O aprofundamento ao plano descrito acima se deu por demonstrações de falas de autores da área, assim como da especificação de seus artigos legais.

Em generalidade, a pesquisa seguiu a forma qualitativa de análise de dados, isso porque não houve a exposição de testes estatísticos, mas sim o agrupamento de informações pelas citações doutrinárias diretas e indiretas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Abordar a questão da Educação Inclusiva no Brasil em sua historicidade é de extrema importância para o estudo científico do tema. Ao estudar os desenrolares históricos da maneira como a educação especial se consolidou nas pautas pedagógicas, pode-se

compreender o papel da questão em progredir o direito das pessoas com necessidades educacionais especiais ao acesso à educação.

Isto porque, a formação de professores na Educação Inclusiva é assunto constantemente debatido e em pauta para a propositura de melhoramentos, sendo imprescindível reconhecer a relevância de um profissional devidamente treinado para atuação junto aos alunos portadores de necessidades especiais. Destarte, é veementemente importante que alunos com e sem necessidades especiais recorram a estratégias de ensino durante as interações iniciais com o ensino, o que são constatadas pelos docentes, por isso elementar sua preparação e aperfeiçoamento recorrentes (FREITAS e MENDES, 2008).

A pessoa com uma necessidade específica sempre foi considerada fora dos padrões normativos da sociedade, e, por essa ótica histórico-cultural, esses indivíduos foram excluídos de diversos segmentos. Tal segregação foi absoluta até o avanço trazido pelos Direitos Humanos, onde diversas conquistas visavam a busca pela inclusão dessas pessoas. Ademais, convém ressaltar que além das formas de intervenção pedagógica, os alunos especiais devem se valer de outras formas de intervenção, estas como os múltiplos métodos clínicos e psicológicos, que garantem benefícios de convivência social, relações comunicacionais e diversidade de saberes (CUNHA, 2009).

A profissão docente é uma das profissões mais importantes que existe. Sem um professor as demais profissões não existiriam, pois todo ensinamento desde o nível básico ao superior passa por um professor. A formação de professores e nível superior exige cada vez mais preparação e qualificação para o mercado de trabalho, visto que a realidade das escolas muda constantemente, assim, a formação do professor deve estar ancorada nessas transformações impostas pela sociedade.

A formação dos docentes da Educação Inclusiva deve ser teórica e prática (GATTI, 2010), de modo que tal preparação seja fundamentada e realizada não somente em detrimento de questões científicas, mas também com observância à subjetividade dos alunos, seu meio social e cultura, pois somente desta maneira há possibilidade de construção de estratégias e metodologias de cooperação, intervenção e reflexão docente (RODRIGUES, 2019, p.18).

Além disso, destaca-se a formação inicial e continuada, que são organizadas para preparar a vida produtiva e social dos jovens formados e trabalhadores, para que

continuamente busquem o conhecimento teórico e prático da pedagogia. Isso pode contribuir para a educação inclusiva, sendo uma prática complexa e que apresenta diversas dificuldades e desafios, e que demanda profissionais capacitados para exercerem a função de educador especial, a fim de que adaptem o currículo escolar de acordo com as necessidades especiais do aluno deficiente.

Por fim, há consideração de que os docentes que atuam na Educação Inclusiva devem ser compreendidos como sujeitos promotores da transformação de aprendizagem e sustentação da Educação Especial, eis que suas práticas pedagógicas estimulam a igualdade social presente e futura (KASSAR, 2011). Portanto, destaca-se a importância da capacitação dos professores, bem como de propostas e estratégias voltadas para a formação dos professores e para a prática pedagógica.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse contexto abordado, torna-se saliente validar a afirmação pertinente que se faz refletir sobre o fato de que a educação inclusiva demanda modificações no ensino aprendizagem. O educador deve ser preparado adequadamente por meio de procedimento permanente de desenvolvimento profissional, abarcando formação inicial e continuada abalizada em princípios e leis, com o desígnio de contemplar as necessidades de estudantes com necessidades especiais.

Ao final da exposição do conteúdo, se verifica que, infelizmente, muitos docentes saem dos cursos universitários integralmente despreparados para a atuação prática nas salas de aula, especialmente quando tais salas sejam para promoção da Educação Inclusiva, que exige maiores cuidados e observações às práticas metodológicas.

É indiscutível que muitos aspectos ainda carecem de atenção e modificação pelo Poder Público e por toda a sociedade para inferiorizar pensamentos discriminatórios, e na mesma proporção, estatuir Políticas Públicas suficientes ao estímulo da formação extracurricular dos docentes para atuação na Educação Especial de forma a concretizar o direito fundamental à educação.

REFERÊNCIAS

CUNHA, E. **Autismo e inclusão: psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família**. 4 ed. Rio de Janeiro: Wak, 2012.

FREITAS, M. C.; MENDES, E. G. **Análise funcional de comportamentos inadequados e inclusão:** uma contribuição à formação de educadores. Rev. Temas em Psic. 2008, vol., 16, n.2, 261 - 271.

GATTI, Bernardes. **Formação de professores no Brasil:** Características e problemas. Educação e Sociedade. Campinas, v. 31, n. 113, out/dez, 2010.

KASSAR, M. C. M. **Educação especial na perspectiva da educação inclusiva:** desafios da implantação de uma política nacional. Educar em Revista, Curitiba, n. 41, p. 61-79, jul./set. 2011, Editora UFPR.

RODRIGUES, Elana Bento. **Formação inicial e contínua e os saberes docentes:** Desafios vivenciados na profissão. 2019. 57f. (Trabalho de Conclusão de Curso – Pedagogia) – Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, 2019.

A IMPORTÂNCIA DA MÚSICA NO AMBIENTE ESCOLAR PARA O DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA

Juliana dos Santos Freire, Carla Maria Nicola Coletti, e-mail: julianasantof2@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A música desde muito cedo tem grande relevância em cada etapa de nossas vidas, para criança é uma importante forma de interação, expressão e comunicação, além de desenvolver várias áreas do conhecimento humano, neste período em que a criança está se desenvolvendo é importante haver estímulos, a contribuição musical com este intuito favorece e orienta novas experiências lúdicas, sensoriais, motoras, auditivas, cognitivas, de linguagem e de interação, segundo Sekeff (2007, p.17) “A música é um poderoso agente de estimulação motora, sensorial, emocional e intelectual [...] tem poder de evocar, associar e integrar experiências [...] Ela é uma atividade temporal, perceptiva, de criação, recriação e/ou escuta que nunca é passiva”.

O papel da música na educação escolar, não se trata apenas de experiência lúdica e repetição descontextualizada de canções, mas sim como facilitadora no processo de aprendizagem, como instrumento potencializador na educação. É notável também, o seu favorecimento em relação ao desenvolvimento cognitivo, afetivo, social e motor do indivíduo. Para tornar a escola um lugar mais alegre, é necessário dar a oportunidade de o aluno explorar todas as maneiras de aprender, mesmo sendo ela por meio da música, e também ampliando o conhecimento musical do aluno, assim como discorre Sekeff (2007):

Praticá-la é, pois, trabalhar a educação dos sentimentos tanto quanto do raciocínio, já que sentidos musicais auxiliam no desenvolvimento do pensamento lógico do educando. Cabe assim proceder a uma reengenharia do ensino, introduzindo em seu repertório o exercício da música com seus mecanismos de ação, pensamento, emoção, comunicação, expressão, socialização (SEKEFF, 2007, p. 19).

A música na escola pode contribuir com a aprendizagem de diversas maneiras, para auxiliar na compreensão dos conteúdos, para trabalhar a interdisciplinaridade, para adquirir conhecimentos por meio da ludicidade, e ainda é uma forma de expressão e de interagir com o meio social, assim como desenvolver habilidades como a concentração, memória, criatividade e atenção, além de contribuir para a dimensão cognitiva, afetiva, psíquica, social e motora, entre outros. Portanto, a música é um instrumento muito eficaz no processo de desenvolvimento educacional. São diversos benefícios para o desenvolvimento infantil

ser musicalmente estimulado, de acordo com Santos (2020, p. 42) entre os quais podemos citar estão: Desenvolvimento da manifestação artística; Desenvolvimento do sentido estético e ético; Desenvolvimento da consciência social, coletiva e ética; Desenvolvimento da aptidão inventiva e criadora; Busca de equilíbrio emocional e Reconhecimento dos valores afetivos.

Para que a música seja um artifício coerente na educação, é preciso que a sociedade em geral supere a banalização e o estigma de que a música é uma arte limitada para poucos, pois isto torna seu ensino cada vez mais difícil, Amato (2016, p.123) menciona: “A preocupação pedagógica com as outras matérias, “não artísticas” fez sucumbir o afloramento de certas habilidades específicas não utilizadas no cotidiano escolar”,

Muitas vezes surge o questionamento tanto pelos pais, quanto pelos alunos, do porquê trabalhar com a música na escola; na concepção destes, a música é apenas um instrumento lúdico, que tira a oportunidade de ensinar um conteúdo considerado por estes mais importantes, mas o ensino da música vai mais além do que só trabalhar a ludicidade, é imprescindível a compreensão da música como área do conhecimento. Sekeff (2007) define com grandeza a importância da música na escola:

Por que música nas escolas? Porque música é linguagem que se relaciona com experiências humanas; porque transcende a pura experiência sensorial assentando-se numa maior discriminação intelectual; porque o conhecimento que advém dessa prática confirma o conceito de que o saber não tem um fim em si; mas nas ações que permite; porque ela favorece o desenvolvimento de sentidos e significados propondo novas formas de sentir e de pensar (SEKEFF, 2007, p. 172).

Esta banalização citada anteriormente, também pode ocorrer na concepção dos muitos educadores que usam a música somente como recurso de complemento ao ensino, muitos destes, não compreendem a quantidade de benefícios que a música pode proporcionar, o que leva pensar em porquê a música também não compõe o currículo das licenciaturas, na formação de professores.

A música tem caráter inovador como recurso pedagógico, suas capacidades didáticas são diversas. Há pouco, era apenas uma ferramenta lúdica, mas a articulação da música com o ensino de determinados conteúdos contribui para a compreensão e assimilação para que o aluno construa um novo conhecimento, segundo Sekeff (2007):

Acabamos por inferir a importância que a música adquire no processo educacional, participando de maneira ativa do curso do descobrimento e conhecimento do educando e do mundo. Mesmo porque aprender é descobrir, é construir (SEKEFF, 2007, p. 147).

As possibilidades que a música promove na área educacional são amplas e diversas, a música pode ser uma estimada sugestão de correção ou melhora em alguns problemas comuns na sala de aula, por exemplo, a indisciplina, a falta de concentração e até mesmo uma ferramenta para se quebrar o ensino mecânico e tradicional que ocasiona a falta de rendimentos dos alunos, Santos (2009).

Este recurso quando usado corretamente pode trazer grandes resultados no processo de ensino-aprendizagem, a colaboração e a aproximação que está permite entre as disciplinas beneficia o aprendizado, Sekeff (2007).

Seus benefícios não alcançam somente o educando, mas também o educador que partindo desta, pode reavaliar sua prática, assim como cita Sekeff (2007):

A investigação e a aplicação de conhecimentos psicopedagógicos dos recursos musicais são assim importantes para o educador, o educando e a comunidade. Para o educador no sentido de esclarecer, auxiliar e fortalecer sua ação formadora (SEKEFF, 2007, p. 22).

Contudo, o presente estudo visa apresentar o motivo da música ser imprescindível, e a necessidade de a educação incluir no currículo escolar a música, não apenas como um instrumento lúdico, mas sim como área do conhecimento para o favorecimento de todos no âmbito escolar, suas contribuições para o desenvolvimento infantil, além de analisar como é e como deveria ser a sua utilização. Este estudo tem o intuito de mostrar as reais contribuições da música para a educação, para o ser em desenvolvimento e também para os professores que a utilizam como além de uma ferramenta lúdica.

2 MÉTODO

Este estudo trata-se de uma seleção, revisão e pesquisa bibliográfica de artigos científicos, livros e teses sobre estudos relacionados a importância da música para o desenvolvimento infantil. A escolha destes, ocorreu de forma qualitativa de acordo com a temática. Para a construção desta discussão alguns dos autores utilizados como base foram Sekeff (2007), Smole (1999) e Santos (2009).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A música no currículo escolar tem tamanha importância na formação do ser quanto outras disciplinas, sua valorização ainda não foi alcançada como se é de merecimento. Os professores com a música inclusa nos currículos escolares têm a oportunidade de tornar

os alunos ouvintes críticos, com seus gostos próprios e autônomos, os alcances da música são imensos, Sekeff (2007) deixa claro as amplas qualidades da música quando inserida no currículo escolar para várias áreas do conhecimento:

Mas a questão não é simplesmente incluir a música como disciplina curricular, pois isto já foi feito e, imprudentemente, desfeito, retirada que foi das escolas. A questão é, sim, refletir e aproveitar o alcance de uma ferramenta que possibilita ao indivíduo ir além do imaginado, pois que imantada de um sentido que fala ao educando, permite o acesso a dimensões para além das reveladas pela lógica, pelo raciocínio e pensamento discursivo. Prática-la é, pois, trabalhar a educação dos sentimentos tanto quanto do raciocínio, já que sentidos musicais auxiliam no desenvolvimento do pensamento lógico do educando. Cabe assim proceder a uma reengenharia do ensino, introduzindo em seu repertório o exercício da música com seus mecanismos de ação, pensamento, emoção, comunicação, expressão, socialização. (SEKEFF, 2007, p. 19).

Ainda é preciso favorecer o ensino em concordância com os aspectos culturais que são fundamentais para o desenvolvimento pessoal e social da criança, Godoi (2011), ressalta:

Ao trabalhar a música na escola, não podemos deixar de considerar os conhecimentos prévios da criança sobre a música e o professor deve tomar isso como ponto de partida, incentivando a criança a mostrar o que ela já entende ou conhece sobre esse assunto, deve ter uma postura de aceitação em relação à cultura que a criança traz (GODOI, 2011, p. 18).

O currículo escolar se torna enriquecido educacionalmente quando a música está inserida, partindo desta é possível desenvolver uma infinidade de benefícios, por exemplo: estudo de culturas, de formas de expressão, sensibilidade, promover uma educação inclusiva, conhecimento de diversos gêneros musicais expandindo seu repertório; permite uma boa relação entre professor e aluno, estimula a harmonia em sala de aula, bom convívio entre os alunos, a interdisciplinaridade que possibilita a assimilação e ligação de várias matérias, o aluno pode reconhecer suas particularidades em relação à música e apurar o seu ouvido musical.

São inúmeros os rendimentos adquiridos através das práticas pedagógicas curriculares associadas a música, portanto a superficialidade em conformidade com a música não pode suceder no processo educacional, afim de que suas contribuições sejam relevantes para o aluno.

A escola como lugar de produção de conhecimentos e de construção de cidadãos conscientes para exercer seu papel na comunidade tem a responsabilidade de desenvolver, formar e estimular todas as áreas de conhecimento dos alunos, contribuindo para seu desenvolvimento pleno, Santos (2009).

Santos (2009) define a musicalização:

A musicalização é o processo de construção do conhecimento musical, cujo principal objetivo é despertar e desenvolver o gosto pela música, estimulando e contribuindo com a formação global do ser humano. Ela se dá por meio de atividades lúdicas que visam o desenvolvimento e aperfeiçoamento da percepção auditiva, imaginação, coordenação motora, memorização, socialização, expressividade, percepção espacial, entre outros (SANTOS, 2009, p. 38).

Para a construção dos conhecimentos pré-estabelecidos pelo currículo escolar, os educadores usam ferramentas e recurso que facilitem o processo de aquisição dos conteúdos programáticos, entre os recursos mais usados entre os educadores encontramos a arte, e adiante, conseqüentemente, a música, Sekeff (2007)

Há uma extensa lista de privilégios no ensino no qual a música está introduzida, esta dispõe múltiplas possibilidades, sendo algumas delas: melhor convívio social; melhora na apropriação da linguagem e compreensão e respeito pelas variações linguísticas presente no Brasil, criatividade, comunicação e memorização; se expressa com maior clareza; se concentra com maior facilidade; promove bem-estar; é uma estratégia de aproximação e afetividade entre professor e aluno, e aluno e aluno; amplia vocabulário; ocorre o desenvolvimento da audição, e outras infinitas vantagens, segundo Sekeff:

Assim, uma das funções da música no campo da educação é estimular, criar necessidades, mobilizar, satisfazer, facultar condições para o desenvolvimento do educando. Essa é sua dimensão psicológica, sua força, estendendo-se sua ação a regiões as quais o simbolismo conceitual não alcança (SEKEFF, 2007, p. 107).

Partindo da importância da música, é possível discorrer sobre a Teoria das Inteligências Múltiplas de Howard Gardner, renomado psicólogo cognitivo e educacional. Gardner desenvolveu a ideia de que nós temos algo além do que só o QI (Quociente de Inteligência) e que este não era suficiente para medir as inteligências de um indivíduo, afinal o QI somente mede o conhecimento lógico-matemático e cognitivo, sendo assim não computa as reais competências e habilidades pessoais. A teoria de Gardner (2002) conta com as seguintes inteligências: Lógico-matemática, Linguística, Musical, Espacial-visual, Interpessoal, Intrapessoal, Corporal-cinestésica e as adicionadas em um segundo momento Naturalista e Existencial, Gardner (2010).

Segundo Smole (1999), a escola é um espaço de aprendizado que tem como meta estimular o melhor de seus alunos, cada aluno tem uma predisposição a aprender e apreender conteúdos com mais facilidade, inteligências inatas que podem florescer com estímulos, estímulos externos que podem partir diretamente da escola.

Sekeff (2007, p. 155) cita a teoria das Inteligências Múltiplas e acrescenta: “A inteligência caracteriza-se como um *poder-vir-a-ser*, carecendo do estímulo do meio para se desenvolver, para se tornar um *vir-a-ser*”. Contudo, o professor no seu papel de mediador deve mostrar o caminho para que seus alunos possam desenvolver suas inteligências também no ambiente escolar.

A Inteligência Musical assim como o ensino da música em si tem o poder de desenvolvimento do ser, portanto quando reconhecido pelo professor, é imprescindível que ele a estimule, não somente especificando a inteligência musical, mas todas as inteligências até aqui citadas necessitam da atenção escolar, voltando o olhar para o crescimento pessoal do aluno, podendo potencializar e expandir o repertório das áreas de conhecimentos dos alunos, Smole (1999).

As pessoas que são musicalmente inteligentes tendem a realizar funções do dia a dia com maior facilidade quando estão ouvindo música, comum cantarolar, batucar, fazer sons e ritmos com o que estiver disponível, mão, pé, boca, objetos; contudo, ao se colocar músicas para que as crianças com esta inteligência em destaque resolvam problemas e atividades, é uma alternativa eficaz em sala de aula, além de tornar o ambiente favorável ainda estimula a inteligência da criança para a aprendizagem de um novo conteúdo.

A teoria das Inteligências Múltiplas de Gardner (2002) proporciona diversas formas de compreender a educação e a valorização do aluno, por exemplo, um professor ao inserir a importância das inteligências Múltiplas no seu modo de ensinar, consegue incorporar e pôr em prática a individualização do ensino e superar a ideia equivocada de que uma sala de aula inteira de alunos possa aprender de uma única forma, pois cada aluno aprende em sua individualidade, com a teoria de Gardner é possível ter essa visão de particularidade em relação aos alunos e se adaptar a cada necessidade destes e traçar novos caminhos de aprendizagem.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo mostrou como a utilização da música como ação pedagógica transpassa a ludicidade, sendo conseqüentemente, uma imprescindível forma de adquirir resultados sublimes, no desenvolvimento da aprendizagem e do ser abrangentemente, contudo, é fato que a música como um recurso ao docente para a promoção da educação lúdica e significativa é de extrema importância e utilidade; esta ferramenta torna o ensino

enriquecedor assim como todas as áreas artísticas, porém, podemos notar que no currículo escolar está presente e tem relevância, mas na prática ela é usada de modo mecânico o que ocasiona a perda de suas capacidades de impulsionar o ensino. Para que esta ferramenta possa realmente beneficiar o ensino é necessário que seja usada corretamente e que esteja tendo a valorização merecida de acordo com suas capacidades de desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

- AMATO, R. C. F. **Escola e educação musical: (Des) caminhos históricos e horizontes.** Campinas, SP: Papirus, 2016.
- GARDNER, H. **Estruturas da Mente: A Teoria das Inteligências Múltiplas,** Porto Alegre: Artmed, 2002.
- GARDNER, H. **Inteligências Múltiplas: Ao redor do mundo.** Porto Alegre: Artmed, 2010.
- GODOI, L. R. **A Importância da música na educação infantil.** 2011. 36 f. Trabalho de Conclusão de curso (Licenciatura em Pedagogia) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, PR, 2011.
- SANTOS, R. I. T. C. **Educação sonora e musicalização na aprendizagem infantil.** 70 f. Trabalho de Conclusão de Curso de Pós-Graduação (Psicopedagogia) – Faculdade do Noroeste de Minas, Campos de Jordao, SP: FINOM, 2009.
- SEKEFF, M. L. **Da música: Seus usos e recursos.** 2 ed. rev. e ampl. São Paulo: UNESP, 2007.
- SMOLE, K. C. S. **Múltiplas Inteligências na Prática Escolar.** Brasília: Ministério da Educação, 1999.

A IMPORTÂNCIA DA PSICOEDUCAÇÃO NA DEPENDÊNCIA QUÍMICA DO ÁLCOOL

Gabriela Ortolani Castelo, Bianca Callegari
e-mail: ortolanicastelo@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Este presente trabalho tem como motivação a ampliação do conhecimento da comunidade acadêmica e interessados sobre o tema abordado, isto é, a importância da psicoeducação durante o tratamento da dependência química de maneira geral. A realização deste tem como precedente o interesse tanto de exploração das técnicas referentes à terapia cognitivo-comportamental, como a psicoeducação que se faz nitidamente presente e relevante na abordagem citada, bem como das questões da drogadição.

A terapia cognitivo-comportamental surge em 1960 com Aaron Beck, quando durante o tratamento de pessoas com depressão, seguindo a teoria psicanalítica, deu início ao debate sobre a validade daquelas práticas (BECK, 2014). Essa abordagem tem se revelado proveitosa e eficaz para tratamentos com ou sem a utilização de medicamentos, bem como para uma variabilidade de quadros clínicos (desde os mais leves até os mais graves), apresentando crescimento no número de pesquisas com alta evidência de comprovação científica (KNAPP, 2004).

Ainda sobre a abordagem anteriormente citada cabe mencionar sua relação com os processos de aprendizagem, principalmente àqueles explorados por Piaget. O teórico propõe um modelo construtivista de aprendizagem, isto é, que relaciona a experiência do indivíduo com o ambiente a que está exposto (SANTANA; ROAZZI; DIAS, 2006). Dito isto, tem-se que os sofrimentos psicológicos e muitos transtornos estão relacionados a distorções que os indivíduos possuem da realidade e de si; isto é, na forma como a percebem (RANGÉ, 2011).

A psicoeducação encontra-se presente na maior parte do tratamento e dos atendimentos na prática da terapia cognitivo-comportamental, muitas vezes utilizando as situações que o indivíduo apresenta para promover a psicoeducação. Esta técnica promove uma elucidação ao paciente sobre seu transtorno bem como sobre o modelo cognitivo e seus artifícios; geralmente o terapeuta fornece breves explicações em momentos

específicos e oportunos, auxiliando-se de perguntas que permitam um maior envolvimento do paciente no processo de aprendizagem (WRIGHT; et.al., 2018).

Além disso, a técnica pode ser utilizada desde a primeira sessão de terapia ao fornecer uma explicação ao indivíduo que o foco será mantido nos pensamentos conscientes e seus comportamentos atuais, a fim de modificá-los aprendendo novas maneiras de perceber a realidade e conseqüentemente pensar e agir de outras formas. Também tem como intuito possibilitar a observação das mudanças no cotidiano e considerar, diante disso, os benefícios que foram adquiridos em terapia (LEAHY, 2018).

Segundo o DSM-V (*Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais*) (APA, 2014), conta-se 10 classes distintas de drogas; porém, entre elas observa-se um ponto em comum que está relacionado com a ativação do sistema de recompensa cerebral do indivíduo quando observa-se a utilização, seja excessiva, de substâncias. Além disso, cabe destacar que a sensação de prazer relatada e que motiva a intoxicação ocorre não por conta da ativação deste sistema por comportamentos adaptativos, mas pelo abuso destas substâncias que o estimula diretamente.

Segundo a OMS (Organização Mundial de Saúde) (OMS, 2020), o consumo de álcool é crescente no mundo em geral até mesmo em uso nocivo; essa forma de consumo gera impactos na saúde do indivíduo, também em aspectos econômicos e sociais. É válido destacar dados como: mortes atribuíveis ao álcool entre os homens é de 7,7% em contraste com 2,6% entre as mulheres; já em termos gerais, observando a quantidade de litros em álcool puro per capita no ano de 2010, indicou em média 19,4 litros para os homens e 7 litros para as mulheres.

O contexto a ser explorado, a dependência química, conta com um repleto vocabulário acerca de suas denominações e definições. Alguns termos são identificados como: dependência química (como é indicado em manuais de classificação de doenças), "toxicomania" (prevê uma relação de consumo tóxica tanto psicoativos quanto com outro objeto) e drogadição (significando uma relação de submissão e exclusividade à substância) (SCHIMITH; MURTA; QUEIROZ, 2019).

Em relação ao contexto de dependência química da intoxicação por álcool observa-se que algumas das técnicas básicas envolvidas neste tipo de tratamento, conta com uma forte aliança terapêutica bem como de uma conceitualização do caso. Além disso, é importante avaliar quais são as crenças do paciente sobre o processo da terapia bem como

sobre a relação com o álcool; ou seja, juntamente a essa identificação ocorre a psicoeducação ao indivíduo sobre esse modelo cognitivo, suas crenças, pensamentos e sobre as possíveis novas maneiras de lidar com esses pensamentos automáticos (MARLATT; RANGÉ, 2008).

Isto posto, cabe observar como o exposto se evidencia na importância da psicoeducação no tratamento da dependência química do álcool. A aplicação tanto da técnica em específico quanto da abordagem terapêutica em questão mostra-se eficaz e enriquecedora aos indivíduos que se propõem ao tratamento; a técnica, neste contexto, proporciona a compreensão por parte dos pacientes sobre seu transtorno bem como oferece maior motivação e esperança, possibilitando um tratamento com maior disponibilidade, abertura e probabilidades de sucesso (FARINA; et.al., 2013.)

Além disto, cabe salientar, que a perspectiva se direciona para as crenças, pensamentos e comportamentos acerca da realidade subjetiva a cada indivíduo. O intuito com a psicoeducação principalmente é orientar o paciente em diversos aspectos, desde a consequências de suas crenças, pensamentos, sentimentos, emoções e comportamentos, bem como sobre a repercussão e influência desses aspectos em sua vida (NOGUEIRA; et.al, 2017).

2 OBJETIVOS

O objetivo geral desta pesquisa foi apresentar a importância da psicoeducação para pessoas em tratamento de dependência química do álcool. Como objetivos específicos pretendeu-se identificar, por meio de revisão bibliográfica, as contribuições da técnica de psicoeducação tanto para a comunidade científica voltada à Psicologia bem como para todo o campo de atuação que engloba o contexto da dependência química, incluindo então os profissionais envolvidos nos tratamentos. Do mesmo modo, o trabalho buscou promover reflexões sobre a terapia cognitivo-comportamental e sobre a dependência química, especificamente o uso e abuso do álcool, considerando as nuances e intersecções dos dois temas.

3 MÉTODO

Trata-se de uma revisão bibliográfica que tem como objetivo viabilizar, de forma clara e explícita, estudos sobre a importância da psicoeducação na dependência química. Para tanto, foi realizada uma busca eletrônica em periódicos indexados na base de dados

Google Acadêmico; no período de 2020 ao mês de agosto de 2021, bem como de livros relacionados ao tema. A pesquisa foi realizada a partir da intersecção das palavras-chave “psicoeducação”, “dependência química”, “terapia cognitivo-comportamental” e “álcool”.

Para a busca, foram utilizados apenas artigos científicos completos e de livre acesso. Os materiais que não abordavam o assunto foram excluídos, assim como os documentos em outras línguas. As demais exclusões foram realizadas pela leitura dos resumos e por leitura completa das referências.

Foram encontrados 53 artigos dentro do período estabelecido, 45 artigos foram excluídos por não abordarem o tema; 1 artigo pertencia a literatura internacional e 4 estudos não se caracterizavam como artigos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Foram selecionados 3 artigos relacionados ao tema após o processo de exclusão e inclusão dos estudos. Um artigo focalizando a psicoeducação grupal e outros dois voltados à própria terapia cognitivo-comportamental como base para os temas abordados. Dentre eles tem-se um artigo referente ao trabalho desenvolvido por três estagiárias no CAPS (Centro de Atenção Psicossocial) na área de Psicologia Social, no Rio Grande do Sul. Neste caso, foram aplicadas técnicas de psicoeducação grupal, obtendo como resultado do trabalho o relato de experiência das estagiárias.

Verificou-se que com as técnicas aplicadas ocorrem um processo de desmistificação providas pelo senso comum a respeito de diversos transtornos. Além disso, em momentos de partilha dos participantes sobre seus conhecimentos e vivências a qualidade do processo de aprendizagem era consideravelmente maior, existindo então uma escuta empática da parte dos outros colegas (BARRETO; PAZ; CAILLAVA, 2020).

Em outro artigo selecionado, referente a aplicação da terapia cognitivo-comportamental aplicada ao CAPS ad em formato de revisão de escopo. Neste estudo, as autoras expõem o objetivo de levantar os estudos que apresentam resultados da aplicação de terapias cognitivo e/ou comportamentais no tratamento da dependência química por álcool ou outras drogas no mundo e também um outro objetivo de levantar estes dados aplicados especificamente no CAPS ad no Brasil (ALMEIDA; SARTES, 2021).

Ainda sobre o mesmo estudo, as autoras realizaram a pesquisa em duas partes; isto com o intuito de atender aos objetivos propostos de maneira separada, foram mantidos no

final de toda a seleção 28 artigos. As autoras abordaram os resultados referente ao primeiro objetivo agrupando-os em 4 categorias, são elas: Técnicas comportamentais aplicadas à dependência de álcool e outras drogas; A Terapia cognitivo-comportamental aplicada à dependência de álcool e outras drogas; Modelo de Prevenção de Recaídas e Prevenção de Recaída Baseada em Mindfulness e Entrevista Motivacional.

O terceiro estudo identificado nas buscas aborda especificamente o que esta pesquisa propõe; isto é, a terapia cognitivo-comportamental na dependência química; o objetivo dos autores foi verificar através de uma revisão narrativa a eficácia desta abordagem no tratamento da dependência química. Ficou evidente a partir do estudo a descrição dos critérios diagnósticos para a dependência bem como as técnicas, modelo de tratamento e prevenção de recaída os moldes da terapia cognitivo-comportamental bem como sua eficácia (ÁVILA; SORATTO, 2020).

A pesquisa realizada possui o objetivo de apresentar a importância da psicoeducação no tratamento da dependência química do álcool; isto posto, os estudos encontrados fornecem apoio teórico para a explanação sobre o tema e sua confirmação. Neste caso em específico, ressalta-se a importância de uma técnica dentre muitas outras no tocante ao tratamento de dependentes químicos, como citado na introdução deste trabalho. Tanto em casos de intervenção grupal como com a mesma aplicabilidade enquanto técnica no contexto individual, a psicoeducação promove a saúde mental a partir da compreensão dos transtornos mentais e auxilia na elaboração de estratégias para o enfrentamento da doença (BARRETO; PAZ; CAILLAVA, 2020).

Ainda em conteúdo já citado neste trabalho, é válido destacar que nos artigos selecionados como base para este trabalho acrescenta com uma informação que reforça a importância da técnica para este tratamento. Em intervenções com o público presente no CAPS, instituição na qual as estagiárias realizaram o trabalho, houve a possibilidade – a partir da psicoeducação – de moldar e intervir em direção às crenças disfuncionais dos indivíduos com seus transtornos (BARRETO; PAZ; CAILLAVA, 2020).

Dito isto, é oportuno explicar sobre o formato da terapia cognitivo comportamental e evidenciar os meios pelo qual possui eficácia. Na essência da terapia cognitivo-comportamental tem-se que a atividade cognitiva influencia o comportamento, bem como a atividade cognitiva pode ser monitorada e também alterada, além de que o comportamento

desejado pode ser alterado quando há alteração cognitiva (DOBSON E SCHERRER, 2011 apud ALMEIDA E SARTES, 2021).

A terapia cognitivo-comportamental proporciona e tem o intuito de modificar as crenças e pensamentos disfuncionais, uma vez que é a partir destes pontos que o indivíduo vai agir e sentir; exposto esse modelo cognitivo, pode-se realizar intervenções a fim de que a pessoa possa desenvolver crenças e pensamentos mais adaptativos (ÁVILA; SORATTO, 2021). É comum que exista muitos preconceitos com relação aos indivíduos dependentes químicos – também da pessoa consigo mesma; a psicoeducação melhora a motivação e a aderência do tratamento e evidencia a ideia de que ela é capaz e existem possibilidades de mudança (KNAPP, 2004).

Ainda para novamente reforçar a relevância da técnica, a OMS (Organização Mundial da Saúde) (OMS, 2020) informa quais são os planos de intervenção para que ocorra a diminuição do consumo de álcool e também dos impactos causados por tal. Dentre as categorias de opções de políticas e intervenções disponíveis lá estão tópicos como: conscientização e compromisso e ações comunitárias; ou seja, práticas que incluem a utilização do “educar” o indivíduo consumidor.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É válido considerar os dados apresentados e reafirmar a importância de tratamentos que estejam baseados em evidências científicas sólidas e confiáveis; uma vez que a dependência química contempla tanto aspectos físicos quanto aspectos psicológicos do indivíduo. Sendo assim, diante o exposto, evidencia-se a eficácia da terapia cognitivo-comportamental no tratamento da dependência química, especificamente a importância da psicoeducação – técnica essencial, não só para a dependência química, mas para inúmeros tratamentos.

Além disso, o trabalho busca atender um primeiro objetivo – apresentando a importância da psicoeducação para pessoas em dependência química do álcool; porém, há um segundo objetivo desta pesquisa que consiste no desenvolvimento de uma cartilha para colocar em ação os conteúdos obtidos na pesquisa realizada e promover a psicoeducação através da mesma. A pesquisa encontra-se em andamento, ou seja, ainda não concluída por completo. Vale ressaltar que o estudo não contempla todas as informações sobre o tema, bem como não aborda todo o conteúdo literário.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, E.; SARTES, L. **A terapia cognitivo-comportamental aplicada ao CAPS ad: Uma Revisão**. Estudos e Pesquisas em Psicologia. . v. 21 n. 2. 2021.
- APA - AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION . **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5**. Porto Alegre: Artmed, 2014.
- ÁVILA, G.; SORATTO, M. **Terapia Cognitivo-Comportamental no tratamento da dependência química**. Revista Inova Saúde, Criciúma, vol. 10, n. 1, fev. 2020.
- BARRETO, N.; PAZ, C.; CAILLAVA, F. **Psicoeducação Grupal em centro de atenção Psicossocial: um relato de experiência**. Congrega – Anais da 16ª mostra de iniciação científica. URCAMP. 2020.
- BECK, J. **Terapia cognitivo-comportamental: teoria e prática**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.
- FARINA, M. et al. Importância da psicoeducação em grupos de dependentes químicos: relato de experiência. **Aletheia**, Canoas , n. 42, p. 175-185, dez. 2013. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942013000300015&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 14 maio 2021.
- LEAHY, R. L. **Técnicas de terapia cognitiva: manual do terapeuta**. 2. ed. – Porto Alegre: Artmed, 2018.
- KNAPP, P. **Terapia Cognitivo Comportamental na Prática Psiquiátrica**. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- MARLATT, G.; RANGÉ, B. Terapia cognitivo-comportamental de transtornos de abuso de álcool e drogas. **Rev Bras Psiquiatr**. 2008;30(Supl II):S88-95.
- NOGUEIRA, C. et.al. A importância da psicoeducação na terapia cognitivo-comportamental: uma revisão sistemática. **Revista das Ciências da Saúde do Oeste Baiano – Higia**, 2017; 2 (1): 108 – 120.
- OPAS. Organização Pan-Americana de Saúde. 2020. Álcool. Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/node/4825>>
- RANGÉ, B. (Cols). **Psicoterapias cognitivo-comportamentais: um diálogo com a psiquiatria**. Porto Alegre: Artmed, Ed.: 2, 2011.
- SANTANA, S; ROAZZI, A; DIAS, M. Paradigmas do desenvolvimento cognitivo: uma breve retrospectiva. **Estudos de Psicologia**. 2006. 11(1), 71-78.
- WRIGHT, J et.al. **Aprendendo a terapia cognitivo-comportamental: um guia ilustrado**. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2018.

A INFLUÊNCIA DA PORNOGRAFIA NA CONSTRUÇÃO DA SEXUALIDADE NA CONTEMPORANEIDADE

Ana Victória Dornellas Toscano, Thiago dos Santos Paim, Patrícia Pelegrina Rosseto, e-mail: thiagopaim8@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Em termos de definição, o dicionário Michaelis online caracteriza como pornografia figuras, fotografias, filmes, espetáculos, obra literária ou de arte ou qualquer coisa que trate do sexo de forma vulgar ou obscena. Segundo Moraes e Lapeiz (1985), a pornografia existe desde a antiguidade e foi se moldando às estruturas sociais com o passar do tempo, até que, no século XX, houve o avanço tecnológico e o aparecimento do erotismo no cinema e na fotografia, na televisão na década de 50, a revolução sexual nos anos 60 e a pornografia na internet nos anos 90.

Podendo atingir as mais diferentes e específicas demandas e que, com o avanço da tecnologia e a globalização, a pornografia tornou-se de fácil alcance para qualquer pessoa que tenha acesso à internet e, por conta dessa facilidade, tornou-se também um grande atrativo a usuários de internet, aumentando cada vez mais sua popularidade e se tornando um segmento muito rico nos meios de informação (MARZOCHI, 2003).

Deste modo, torna-se pertinente o estudo a respeito da construção da sexualidade de um indivíduo nos tempos contemporâneos diante de uma consideravelmente grande exposição à pornografia, baseando-se em estudos citados e referenciados ao longo desta pesquisa que denotam os possíveis malefícios e benefícios na vida afetivo-sexual de pessoas que consomem esse tipo de mídia.

Objetiva-se, portanto, através deste estudo, investigar e identificar formas nas quais a pornografia pode influenciar na construção da sexualidade dos indivíduos na contemporaneidade, considerando que a pornografia possui atualmente um espaço grande e bem sustentado no dia a dia das pessoas.

2 MÉTODO

Para a concretização deste trabalho, utilizou-se do método da revisão bibliográfica, através de artigos científicos encontrados nas plataformas Scielo, Pepsic e Google Acadêmico. Os materiais selecionados foram aqueles que colaboravam com o objetivo do

estudo.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A sexualidade segundo Ribeiro (2005) trata-se de um conceito bastante amplo e que paira diversas questões individuais relacionadas à vida sexual, envolvendo impulsos de tal cunho e ressalta que os seres humanos superaram a base apenas biológica da sexualidade, agregando diversas questões inteligíveis e com fins além da procriação.

Historicamente falando, de acordo com Ribeiro (2005), nossa sociedade atual descende de uma característica cultural que prezava a “pureza” acima de tudo, especialmente no quesito sexual, havendo uma crescente desconstrução dessa herança cultural, mas ainda sobrevivendo nos dias de hoje.

Como é possível observar no estudo de Silva et al. (2005), ainda existe no imaginário popular uma determinação do papel feminino na sociedade que advém de pensamentos antigos, caracterizados justamente pela submissão feminina e controle de sua sexualidade por parte dos homens; enquanto a masculinidade também mantém uma visão similar a esses mesmos padrões antigos, relacionada a superioridade, poder etc. (SILVA, 2000; CECCARELLI, 2013).

De acordo com Ressel e Gualda (2003), mulheres de uma área rural do Rio Grande do Sul participantes de seu estudo possuíam visões muito estereotipadas, errôneas e carregadas de preconceitos a respeito da sexualidade fundamentados no que fora ensinado a essas mulheres desde sua infância através das instituições das quais faziam parte.

Twohig e Crosby (2010), em seu estudo, estimou que 12% do conteúdo da internet se tratava de conteúdo pornográfico e, já em 2003, quando o acesso à internet ainda não era de tão grande abrangência, cerca de 30 milhões de pessoas acessavam sites pornográficos diariamente, sendo que os sites oferecem de 70 a 80% do seu conteúdo de forma gratuita (MARZOCHI, 2003).

Numa pesquisa promovida pelo canal Sexy Hot, apresentado por Muraro (2018), só no Brasil 22 milhões de pessoas assumiam consumir pornografia, nas mais diferentes faixas etárias, escolaridades, classes sociais e gêneros. Supõe-se ainda que o número seja muito maior no país ao se considerar as pessoas que não participaram da pesquisa e outros que possam não ter sido honestos ao respondê-la.

O Brasil, de acordo com uma pesquisa divulgada em 2016 pelo site Pornhub, está

em segundo lugar entre os países que mais acessam uma de suas plataformas: Red Tube. A pesquisa, no entanto, não considerou pessoas com menos de 18 anos, sendo assim, havendo uma incógnita de quantos menores de idade podem estar acessando esse tipo de conteúdo frequentemente.

De acordo com Flood (2009), o consumo de pornografia por menores de idade acontece comumente tanto por um interesse autêntico por parte dessas crianças e adolescentes, quanto por exposição acidental ao navegar na internet. Também, de acordo com Attwood (2002), a pornografia tem causado influência em outras formas de mídia, sendo assim, provocando maior exposição a esse tipo de material.

Ao ser consumida ela aciona um mecanismo todo particular do ser humano: a fantasia. Apesar de todo esforço das sociedades de massa em direção à homogeneização da sexualidade, podemos supor que cada indivíduo possa se relacionar de modo singular com o material pornográfico. Essa relação consumidor/produto, ou imaginação individual/pornografia, se inscreve no universo do proibido, ou mais especificamente, essa relação vai passar pela forma particular que cada pessoa tem de digerir as proibições, de transgredir (MORAES; LAPEIZ, 1985).

De acordo com Baumel et al (2019), homens e mulheres tendem a ter atributos negativos e positivos similares em relação à pornografia, sendo eles respectivamente a idealização, os prejuízos à saúde – relacionando-se especialmente ao vício, estímulo da violência e a expectativa do contrato da relação como aspectos negativos; a satisfação pessoal e o aprendizado como aspectos positivos. Além disso, as mulheres apresentaram como aspecto positivo o uso da pornografia como forma de libertação, uma vez que se entra em contato com mulheres livremente nos mais diversos comportamentos sexuais.

A pornografia, de acordo com uma teoria psicanalítica apresentada por Guerra, Andrade e Dias (2004) e por Neto e Ceccarelli (2015), pode servir como válvula de escape aos impulsos sexuais dos indivíduos, ou seja, uma forma de expressar seus impulsos sexuais mais profundos, o que também estaria relacionado com a repulsa apresentada por diversos grupos, uma vez que esse contato com uma carga muito profunda e reprimida de pulsão sexual tende a ser inaceitável, especialmente àqueles mais reprimidos (NETO; CECCARELLI, 2015). Argumento esse que pode ser sustentado pelo estudo de Kutchinsky (1973 apud Guerra, Andrade e Dias, 2004) que revela uma diminuição de crimes de âmbito sexual registrados pela polícia dinamarquesa após a legalização desse tipo de conteúdo no

país. E mesmo que não signifique necessariamente a diminuição de formas de violência sexual, não representa aumento desses crimes (GUERRA; ANDRADE; DIAS, 2004).

Outro fator que pode reforçar este pensamento é que, com base em Nunes (2014), a pornografia possui relação direta ao imaginário popular associado à sexualidade, ou seja, desta forma, o autor sugere que os materiais pornográficos funcionam como reflexos da sexualidade do grande público. Ainda de acordo com o autor, por esse e outros motivos pelos quais a pornografia está tão intrinsecamente ligada às estruturas sociais, ela se torna necessariamente um fator cultural.

No entanto, apesar de não representar aumento de comportamentos e pensamentos agressivos em homens, representa aumento desses fatores em homens considerados violentos, ou seja, seu efeito pode ser danoso àqueles que possuem menor capacidade de distinguir sua agressividade de seus impulsos sexuais (GRAY, 1982 apud GUERRA; ANDRADE; DIAS, 2004).

Wright e Tokunaga (2015) obtiveram com seus estudos uma possível relação entre aqueles que possuíam maior contato com mídias que objetificavam mulheres com uma visão também objetificando-as e, desta forma, de acordo com Attorney General (1986 apud Wright; Tokunaga, 2015), a objetificação das mulheres pode ser um dos desencadeadores de comportamentos sexuais violentos. Este fenômeno também acontece em função da desumanização apresentada no estudo de Figueiredo (2019), no qual obteve que o consumo da pornografia pode estar associado a uma maior desumanização dos parceiros sexuais quando não se está em um relacionamento sério e monogâmico

Zillman e Bryant (1982 apud Guerra, Andrade e Dias, 2004) apresentam em seus estudos uma relação entre a pornografia e o aumento da insatisfação dos indivíduos com seus relacionamentos, com a aparência física e com o comportamento de seus parceiros sexuais.

Guerra, Andrade e Dias (2004), em seu estudo, identificaram uma relação muito mais positiva entre consumidores de conteúdos eróticos em comparação com pessoas que não consomem este tipo de mídia, havendo além da normalização dos materiais, uma visão menos crítica em relação às questões consideradas negativas dos conteúdos pornográficos. Além disso, os intuitos apresentados por esse público participante incluíam principalmente o aprendizado sobre o ato sexual e a descoberta e exploração de fantasias sexuais.

De acordo com Cooper, Delmonico e Burg (2000), a pornografia também está associada a um comportamento compulsivo relacionado ao seu consumo online.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível observar inicialmente como a sexualidade é um fator necessariamente construído socialmente, agregando características culturais, sociais e relacionadas às experiências de vida do indivíduo.

Dessa forma, a grande exposição à pornografia apresentada tende a estar diretamente relacionada com aprendizados, uma vez que essa mídia possui papel cultural e atinge diversos espaços, especialmente através da internet. Esses aprendizados, especialmente relacionados aos mais jovens, irão se tornar, de acordo com seu consumo e normalização de seu conteúdo – especialmente em casos de consumo compulsivo ou dependência, partes integrantes de suas crenças, comportamentos e demais fatores associados à sexualidade.

Podemos citar dentre os possíveis aprendizados adquiridos com a pornografia a objetificação das mulheres; valorização de comportamentos sexuais específicos e violentos em determinados casos; a desumanização dos parceiros sexuais; a construção de crenças irreais a respeito do ato sexual – especialmente associado a jovens inexperientes; ideia de protagonismo do homem na relação sexual e tendo seu prazer como o principal fim da relação; relacionamentos mais superficiais e demais distorções ou construções de valores; assim como é possível diminuir o tabu em relação a determinadas práticas e ao sexo em si como um todo; noções de liberdade sexual, especialmente relacionada às mulheres; maior abrangência de práticas sexuais entre outras questões. Dessa forma, a pornografia apresenta um grande potencial em influenciar a construção da sexualidade dos indivíduos de forma positiva e negativa.

REFERÊNCIAS

ATTWOOD F. Reading porn: the paradigm shift in pornography research. *Sexualities*, 5: 91–105, 2002. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1363460702005001005> Acesso em 19 de setembro de 2021.

BAUMEL, C. P. C. et al. Atitudes de Jovens frente à Pornografia e suas Consequências. *Psico-USF*, Campinas, v. 24, n. 1, p. 131-144, jan. 2019. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-

82712019000100131&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 17 de agosto de 2021.

CECCARELLI, P. R. Reflexões sobre a sexualidade masculina. **Reverso**, Belo Horizonte, v. 35, n. 66, p. 83-92, dez. 2013. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-73952013000200013&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 20 set. 2021.

COOPER, A.; DELMONICO, D. L.; BURG, R. Cybersex user, abusers, and compulsives. **Sexual Addiction and Compulsivity**, 7, 5–29, 2000. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/10720160008400205> Acesso em 19 de setembro de 2021.

MARZOCHI, M. Pornografia na internet. **Revista de Direito Administrativo**, v. 233, p. 229-244, 2003.

FIGUEIREDO, I. M. **A pornografia e o processo de desumanização de parceiros sexuais**. 2019. Tese de Doutorado.

FLOOD, M. The harms of pornography exposure among children and young people. **Child Abuse Review**. La Trobe University, Australia, v. 18, p. 384-400, 2009. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/227714286_The_Harms_of_Pornography_Exposure_Among_Children_and_Young_People Acesso em 19 de setembro de 2021.

GUERRA, V. M.; ANDRADE, F. C. B.; DIAS, M. R. Atitudes de estudantes universitários frente ao consumo de materiais pornográficos. **Estudos de Psicologia (Natal)**, v. 9, p. 269-277, 2004.

MORAES, E. R. e LAPEIZ, S. M. **O que é Pornografia?** São Paulo: Abril Cultural e Brasiliense. Coleção Primeiros Passos, 1985.

MURARO, C. 22 milhões de brasileiros assumem consumir pornografia e 76% são homens, diz pesquisa, **G1**, 17 mai. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/pop-arte/noticia/22-milhoes-de-brasileiros-assumem-consumir-pornografia-e-76-sao-homens-diz-pesquisa.ghtml> Acesso em: 17 de agosto de 2021.

NETO, A. R.; CECCARELLI, P. R. Internet e pornografia: notas psicanalíticas sobre os devaneios eróticos na rede mundial de dados digitais. **Reverso**, Belo Horizonte, v. 37, n. 70, p. 15-22, jun. 2015. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-73952015000200002&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 20 set. 2021.

NUNES, É. O Cinema Obsceno em Conflito: a história diante das fontes de pornografia e erotismo. **Cadernos do Tempo Presente**, n. 17, 2014.

RESSEL, L. B.; GUALDA, D. M. R. A sexualidade como uma construção cultural: reflexões sobre preconceitos e mitos inerentes a um grupo de mulheres rurais. **Rev. esc. enferm. USP**, São Paulo, v. 37, n. 3, p. 82-87, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reeusp/a/PY5VMwdgCczjTRGSxg8jqkm/?lang=pt> Acesso em: 17 de

agosto de 2021.

RIBEIRO, P. R. M. Sexualidade também tem história: comportamentos e atitudes sexuais através dos tempos. **Sexualidade e infância**, p. 17-34, 2005.

SILVA, G. C. C. et al. A mulher e sua posição na sociedade: da antiguidade aos dias atuais. **Rev. SBPH**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 65-76, dez. 2005. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-08582005000200006&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 20 set. 2021.

SILVA, S. G. Masculinidade na história: a construção cultural da diferença entre os sexos. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 20, n. 3, p. 8-15, set. 2000. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932000000300003&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 20 set. 2021.

TWOHIG, M.; CROSBY, J. Acceptance and commitment therapy as a treatment for problematic internet pornography viewing. **Behavior Therapy**, 41(3), 285-295, 2010. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0005789410000043?via%3Dihub> Acesso em 19 de setembro de 2021.

WRIGHT, P. J.; TOKUNAGA, R. S. Men's objectifying media consumption, objectification of women, and attitudes supportive of violence against women. **Archives of Sexual Behavior**, v. 45, n. 4, p. 955-964, 2015.

A NECESSIDADE DA EDUCAÇÃO PERMANENTE PARA O PROFISSIONAL DE ENFERMAGEM

Altair Preto de Godoi, Carina Pinheiro Higa, Grasiela Lima,
e-mail: soupromessista@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A educação tem sua importância universal para um pleno e melhor desenvolvimento humano. Essa importância tem como base fundamental a atualização e o aperfeiçoamento do entendimento, com inúmeras mudanças nos campos científico e metodológico (COSTA et. al., 2020).

No que se refere à educação permanente, considera-se como “uma importante ferramenta na construção da competência do profissional, contribuindo para a organização do trabalho” (OLIVEIRA et. al., 2011). Nesse sentido, “o trabalho não é concebido como uma aplicação do conhecimento, mas entendido em seu contexto sócio-organizacional e resultante da própria cultura do trabalho” (MANCIA; CABRAL; KOERICH, 2004, p. 605/606).

O tema da Educação Permanente (EP) para a saúde desperta crescente atenção por parte de instituições que investem na capacitação de seus funcionários para melhorar sua prestação de serviços. Entende-se, dessa forma, que “a educação permanente em saúde constitui-se em estratégia fundamental às transformações do trabalho no setor para que venha a ser lugar de atuação crítica, reflexiva, compromissada e tecnicamente competente” (OLIVEIRA et. al., 2011).

O interesse e os esforços das instituições para implementar um departamento, ou núcleo de educação permanente voltado para a humanização das práticas de saúde resultam em uma atenção de mais qualidade para seus clientes. A partir daí, levantam-se algumas questões sobre esse tema, como: De alguma forma os profissionais estão crescendo com esse conhecimento? Que mecanismos e/ou obstáculos são criados para ajudar ou prejudicar a chegada de conhecimento até o profissional? É realmente necessário ter um departamento de Educação Permanente em uma instituição? Parte destas inquietações se volta para a qualidade no atendimento, para seus modos de expressão e particularmente para as circunstâncias em que se configuram obstáculos e avanços relativos a essa prática.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) definiu qualidade da assistência à saúde como: competência profissional; eficiência na utilização dos recursos; satisfação dos pacientes; e um efeito favorável na saúde (OLIVEIRA, et. al. 2011). Domingues; Martinez (2017), por sua vez, comentam que, para se obter um atendimento de qualidade pelos profissionais da Enfermagem, as ações educativas devem fazer parte desse contexto.

Levando-se em consideração esse contexto, o objetivo geral do presente estudo é investigar a necessidade de um Departamento de Educação Permanente na visão de Enfermeiros e Técnicos de Enfermagem que atuam em Serviços de Saúde na região de Jau-SP e, com isso, identificar nas percepções destes profissionais a importância da EP e relacioná-la com a melhoria na atuação profissional.

2 MÉTODO

A pesquisa encontra-se em fase inicial, onde foi realizada uma revisão bibliográfica pautada pela análise dos estudos e referenciais teóricos produzidos sobre o tema. O referencial bibliográfico está baseado em livros e em plataformas de artigos científicos como Scielo, Biblioteca Virtual de Saúde, Capes e Google Acadêmico, por meio de busca pelas palavras-chave: educação permanente em saúde; educação em Enfermagem; prática profissional.

Entende-se, a partir daí, que a revisão bibliográfica é o passo inicial de qualquer pesquisa. Segundo Amaral (2007) “é uma etapa fundamental em todo trabalho científico que influenciará todas as etapas de uma pesquisa, na medida em que der o embasamento teórico em que se baseará o trabalho” (p.1).

Nesse sentido, foi realizado um levantamento e sistematização prévia da produção científica sobre o tema “educação permanente”, através dos recortes “saúde” (área de atuação profissional) e “enfermeiros e técnicos de enfermagem” enquanto sujeitos da pesquisa.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Questões relacionadas à formação técnica e acadêmica dos profissionais da saúde e a necessidade de se pensar a melhoria na qualidade dessa formação datam, notadamente, da criação do Sistema Único de Saúde (SUS). Nesse sentido, é importante destacar que:

A criação do Sistema Único de Saúde (SUS) tornou evidente a necessidade de mudança na formação dos profissionais de saúde. No Brasil esses profissionais são formados com grande domínio de técnicas, porém diversas vezes são incapazes de compreender a subjetividade e a diversidade da cultura das pessoas. Não são preparados para o trabalho de forma multi e interdisciplinar e apresentam dificuldades de implementar os princípios do SUS no seu serviço diário. (ALMEIDA, et. al., 2016, p.7)

A partir daí, são debatidos vários aspectos da formação profissional para além dos conhecimentos estritamente técnicos, assim como a atuação nos contextos desafiadores e diferenciados no âmbito dos serviços de saúde. Dentre as iniciativas importantes nesse contexto, destaca-se a criação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (EPS):

[...] em 13 de fevereiro de 2004 através da Portaria 198-GM foi implementada a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde como estratégia do Sistema Único de Saúde para a formação e o desenvolvimento de trabalhadores para o setor. A educação permanente é uma proposta político-pedagógica que favorece, aos trabalhadores, um processo de ensino-aprendizagem dentro do seu cotidiano laboral. (ALMEIDA, et. al., 2016, p. 7-8)

Assim, a educação permanente emerge como forma construtiva de reflexão no cotidiano de trabalho dos profissionais da saúde, como espaço de trocas de conhecimentos e experiências, de repensar práticas e de possibilitar mudanças na maneira de se produzir saúde. (PEREIRA; BARBOSA; VERNAS, 2014, p. 231).

Nessa abordagem histórica da construção de uma política de EPS é importante destacar a luta pela formação dos profissionais da saúde como política de Estado, assim como para a consolidação do SUS.

[...] a Política de Educação Permanente em Saúde é fruto de uma luta coletiva na área da saúde para que a formação dos trabalhadores torne uma política pública e um compromisso do Estado brasileiro, no sentido de contribuir para transformar o modelo de atenção e consolidar o SUS. A conquista da Política de EPS, portanto, é fruto da Reforma Sanitária e de seus princípios e diretrizes para o fortalecimento da gestão participativa e da responsabilidade compartilhada em saúde. (SARRETA, 2009, p. 19)

A partir dessa perspectiva, as redes públicas de saúde e as unidades privadas começaram a apresentar algumas iniciativas importantes no que se refere à EPS voltadas para o aprimoramento das habilidades profissionais, para o desenvolvimento da

capacidade de se trabalhar em equipe, de analisar e problematizar as ações do cotidiano e de apresentar soluções.

Portanto, um departamento de Educação Permanente (EP) deve promover a atualização e reciclagem de conhecimentos e práticas, desenvolver nos profissionais a consciência no que se refere às responsabilidades individuais e coletivas, aos valores e atitudes éticas que devem nortear as ações transformadoras no exercício eficiente do trabalho.

Nesse sentido, deve-se entender a EP não como um apêndice, mas como uma iniciativa importante no sentido de se constituir como política institucionalizada nos serviços de saúde públicos e privados. Portanto, as instituições precisam rever suas concepções educativas, suas necessidades, os objetivos, os recursos e as estratégias para sua plena realização (SILVA et. al., 2016).

O Departamento de EP deve servir para enriquecer as ações de desenvolvimento de todos os profissionais, pois uma instituição que deseja ser melhor avaliada deve se responsabilizar em proporcionar uma qualificação para seus trabalhadores (ANDRADE, 2018).

Nascimento et. al. (2017) também destacam a importância da qualificação dos profissionais, pois a EP faz com que esses saibam como agir em situações cotidianas e desafiadoras, e tais procedimentos podem contribuir para melhorar, com direcionamentos assertivos, os serviços da rede de atenção à saúde.

Dessa forma, é fundamental entender que a EP “embora seja de responsabilidade da instituição de saúde, não depende somente dos interesses desta, faz se necessário à participação de todos os envolvidos no processo, visando qualidade nos serviços prestados e competência profissional”. (ALVES, 2012, p. 10)

Assim, os profissionais da enfermagem, cuja profissão tem em sua essência a prestação do cuidado, conforto, acolhimento e bem estar dos pacientes, devem ter consciência de que seu trabalho deve ser coordenado através da educação em saúde (DOMINGUES; MARTINEZ. 2017).

A EP faz com que o profissional reflita em seu dia-a-dia de forma crítica como estão suas práticas de atendimento e, com isso, também permite acreditar em seu potencial e na qualidade da assistência que está prestando (BETTANIN, 2020).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao colocar o trabalho na saúde sob a ótica da educação permanente, com informação científica, tecnológica, administrativa, social e cultural, torna os atos de saúde mais humanos e de promoção da cidadania.

Pela complexidade desse tema, a realização deste trabalho não esgotará o universo de questões que o cercam, contudo o desenvolvimento desta pesquisa revelará um conjunto de elementos que possibilitarão verificar a necessidade de um Departamento de EP, na percepção de Enfermeiros e Técnicos de Enfermagem que atuam em Serviços de Saúde na região de Jaú/SP, entendendo-se que, a partir da bibliografia especializada e dos estudos preliminares realizados, constitui-se de extrema relevância na assistência em enfermagem e no aprimoramento das equipes, a partir de soluções criativas para a superação dos problemas cotidianos, assim como a melhor qualidade das ações tendo em vista o aumento da resolubilidade e da eficiência da unidade de saúde.

REFERÊNCIAS

AMARAL, J.J.F. Como fazer uma pesquisa bibliográfica. Fortaleza/CE, 2007. Disponível em : <http://200.17.137.109:8081/xiscanoe/courses-1/mentoring/tutoring/Como%20fazer%20pesquisa%20bibliografica.pdf>. Acesso em: 25 Set 2021.

AMEIDA, J.R.S.; BIZERRIL, D.O.; SALDANHA, K.G.H.; ALMEIDA, M.E.L. Educação Permanente em Saúde: uma estratégia para refletir sobre o processo de trabalho. **Revista da ABENO**, 16(2): 7-17, 2016.

ALVES, G. C. S. **A importância da educação permanente na transformação da assistência de enfermagem no âmbito hospitalar**. 2012. **Curso de Enfermagem**, Universidade Federal de Minas Gerais, Formiga, 2012. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUBD-9DUHSF/1/geisa_versao_final_tcc.pdf. Acesso em: 10 abr. 2021.

ANDRADE, E. S. Gestão Integral: diálogos com educação permanente e continuada nas organizações. **Terceiro Incluído**, Goias, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/teri/article/view/46544/26352>. Acesso em: 28 abr. 2020.

BETTANIN, F. S. M. Educação permanente em saúde como instrumento da qualidade assistencial. **Brazilian Journals Of Development**, São José dos Pinhais, 2020. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/12584/10561>. Acesso em: 27 mar. 2020.

COSTA, A.G.R, ARAGÃO, J.A., FIGUEIRÊDO L.S., ARAGÃO, L.A., HOLANDA, J.S., MARTINS, J.G.B.A., SOUSA, E.A., SOUSA, N.B., MACEDO, E.M., MAIA, J.B.D.,

JUNIOR, M.C.R. Importância da educação continuada para os profissionais de enfermagem no semiárido piauiense. **Society And Development**, Piauí, 2020. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/3637/3222>. Acesso em: 24 mar. 2020.

DOMINGUES A. L; MARTINEZ, M. R. Educação Permanente e Acreditação Hospitalar: Um Estudo De Caso Na Visão Da Equipe De Enfermagem. **Revista de Enfermagem**, Recife, 2017. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Documents/Meus%20Documentos/Z%20Escola/FIJ/TCC/Projeto%20de%20Pesquisa/Qualidade.pdf>. Acesso em: 29 set. 2021.

MANCIA, J.R.; CABRAL, L.C.; KOERICH, M.S. Educação Permanente no contexto da Enfermagem e na Saúde. **Rev Bras Enferm**, Brasília (DF) 2004 set/out;57(5):605-10. Disponível em <https://www.scielo.br/j/reben/a/5BkzXw96fwWK6QNVWRytJK/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 10/10/2021.

MINAYO, M. C. S. Amostragem e Saturação em Pesquisa Qualitativa: consensos e controvérsias. **Revista Pesquisa Qualitativa**, São Paulo, 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/315756131_AMOSTRAGEM_E_SATURACAO_EM_PESQUISA_QUALITATIVA_CONSENSOS_E_CONTROVERSAS_SAMPLING_AND_SATURATION_IN_QUALITATIVE_RESEARCH_CONSENSUSES_AND_CONTROVERSIES. Acesso em: 30 set. 2021.

NASCIMENTO, C.M.B., LIMA, M.L.L.T., SOUSA, F.O.S., NOVAES, M.A., GALDINO, D.R., SILVA, É.C.H., LEITÃO, G.G.S., SILVA, T.P.S. Telefonaudiologia como estratégia de educação permanente na atenção primária à saúde no Estado de Pernambuco. **Scielo - Scientific Electronic Library Online**, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rcefac/a/gM39hMxNvwPdDK4mcQxhcHq/?lang=pt>. Acesso em: 26 abr. 2020.

OLIVEIRA, F.M.C.S.N., FERREIRA, E., RUFINO, N.A., SANTOS, M.S.S. Educação permanente e qualidade da assistência à saúde: aprendizagem significativa no trabalho da enfermagem. **Aquichan**, Bogotá, 2011. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1657-59972011000100005. Acesso em: 29 set. 2021.

PEREIRA, F.M.; BARBOSA, V.B.A.; VERNAS, J.R.S. Experiência da educação Permanente como Estratégia da Gestão com os Auxiliares de Enfermagem. **REME - Rev Min Enferm**. jan/mar; 18(1): 228-235, 2014.

SARRETA, F.O. Educação Permanente em Saúde para os Trabalhadores do SUS. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

SILVA, C.P.G., APERIBENSE, P.G.G.S., FILHO, A.J.A., SANTOS, T.C.F., NELSON, S., PERES, M.A.A. Da educação em serviço à educação continuada em um hospital federal. **Scielo - Scientific Electronic Library Online**, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ean/a/65NT548Zfppw6Y8Q6fyFpYr/?lang=pt>. Acesso em: 28 abr. 2020.

SILVA, L.A.A., SCHMIDT, S.M.S., NOAL, H.C., SIGNOR, E., GOMES, I.E.M. Avaliação da educação permanente no processo de trabalho em saúde. **Scielo - Scientific Electronic Library Online**, São Paulo, 2016. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/tes/a/Lt5tHnB9CCDZCkP6hgxYCnS/?lang=pt>. Acesso em: 27 mar. 2020.

A RELAÇÃO ENTRE AS HABILIDADES SOCIAIS INFANTIS E A REDUÇÃO DE PROBLEMAS COMPORTAMENTAIS: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Ana Beatriz Vilela, Tamires Daiane da Silva, e-mail: vilelaanabeatriz@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Segundo Caballo (1997 apud BOLSONI-SILVA, 2002), o ser humano passa a maior parte do tempo interagindo e se comunicando com outras pessoas, essas interações só se tornam satisfatória para as pessoas se os indivíduos se mostrarem socialmente habilidosos. O autor relata também que apresentar habilidades sociais e relações satisfatórias contribuem para que ocorra uma diminuição e prevenção contra futuros problemas psicológicos que o indivíduo pode desenvolver.

Assim como a socialização faz parte do dia a dia, ela também é um dos fatores mais importantes para o desenvolvimento da criança, isso porque com a socialização é possível ampliar e aprimorar o repertório de comportamentos sociais e ajuda na compreensão de valores e normas que a vida em sociedade impõem (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2013a).

Quanto ao termo, habilidades sociais, nota-se que não existe uma definição fixa, a descrição sempre muda de autor para autor, porém, os estudiosos dessa área (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2013b; BOLSONI-SILVA; CARRARA, 2010), concordam que as habilidades sociais se tratam de um composto de comportamento aprendido pelo indivíduo que contribuem para a interação social.

Del Prette e Del Prette (2013b), descreve as habilidades sociais como um conjunto específico de comportamentos realizado pelo indivíduo com objetivo de alcançar o sucesso em suas interações sociais. Para Bolsoni-Silva e Carrara (2010), as habilidades sociais são vistas como o conjunto de comportamentos ativos, que potencializa os ganhos e reduzem as perdas diante de uma interação social.

Atualmente, para Del Prette e Del Prette (2013a), todos os problemas comportamentais são classificados em dois grupos, e ambos apresentam características que prejudicam as relações dos indivíduos. Os autores classificam os problemas comportamentais nos grupos externalizantes, em que ocorre a presença de problemas de comportamento em relação a outras pessoas, e no grupo internalizante, em que o indivíduo apresenta problemas comportamentais em relação a si mesmo.

Os problemas comportamentais que as crianças apresentam podem influenciar diretamente em suas vidas, sendo que crianças que demonstram ter comportamentos agressivos apresentam um risco maior de não ser bem-sucedido em âmbito acadêmico e social (DAN, 2010 apud BATISTA; MARTURANO, 2015). Segundo Patterson, Reid e Dishion (2002 apud BATISTA; MARTURANO, 2015), essas crianças também apresentam maior chance de evasão escolar e a serem indicados para serviços de educação especial e atendimento psicológico.

O trabalho visa analisar como o desenvolvimento das habilidades sociais desde a infância irá acarretar a diminuição de problemas comportamentais apresentados por crianças. Busca-se compreender e descrever, através de uma revisão bibliográfica, quais são as principais habilidades sociais, como são classificados os problemas comportamentais, analisar como o treinamento de habilidades sociais podem influenciar no comportamento das crianças e compreender como o ambiente escolar e familiar pode influenciar tanto no desenvolvimento das habilidades sociais quanto no aparecimento de problemas comportamentais.

2 MÉTODO

O trabalho foi realizado por meio de pesquisa bibliográfica. Segundo Gil (2002), a pesquisa bibliográfica é realizada através de materiais já elaborado por outros autores, esses materiais são constituídos principalmente de livros e artigos científicos.

A pesquisa bibliográfica traz muitas vantagens, a principal é que esse tipo de pesquisa permite a análise de uma variedade de materiais. Essa vantagem se torna importante, principalmente, quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço, facilitando para encontrá-los. Em algumas situações, não há outra forma de conhecer os fatos passados se não com base em dados bibliográficos (GIL, 2002).

Trata-se de um trabalho de revisão bibliográfica. A coleta dos dados obtidos se deu pelas bases de dados científicas Scielo, Pepsic e Google Scholar e livros; foram inclusos 12 artigos e 3 livros, somente na língua portuguesa e que abordassem o tema das Habilidades Sociais.

A seleção dos artigos foi realizada por meio do cruzamento de palavras-chave como habilidades sociais, problemas comportamentais e treinamento de habilidades sociais. As buscas abrangeram publicações de artigos do período de 2002 a 2020, a seleção desses

artigos foi realizada em fevereiro de 2021. Para delimitação dos artigos utilizados foi realizado a leitura breve dos textos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo Dias e Del Prette (2015), quando a criança desenvolve um repertório de habilidades sociais mais aprimorado na infância isso pode refletir durante toda a sua vida e em suas relações interpessoais.

De acordo com Del Prette e Del Prette (2005 apud LEAL; CONCEIÇÃO; TEIXEIRA, 2018), a infância se torna propícia para o treinamento das habilidades sociais por conta da plasticidade comportamental que ela apresenta, esta é a fase de pleno desenvolvimento, que abrange muitas áreas, entre elas, a motricidade e a linguagem. Estudiosos da área (KOCH; GROSS, 2005 apud BATISTA; MARTURANO, 2015) propuseram que trabalhar o desenvolvimento de habilidades sociais desde a infância irá produzir uma fonte de proteção contra problemas de comportamentos antissociais.

De acordo com Bolsoni-Silva e Loureiro (2020), existem pesquisas que sugerem que as habilidades sociais na infância contribuem para que a criança se adapte a novos meios, além disso, essas habilidades agem como um agente de proteção ao desenvolvimento infantil, reduzindo até mesmo problemas de comportamento.

Os problemas comportamentais que as crianças apresentam podem influenciar diretamente em suas vidas, sendo que crianças que demonstram ter comportamentos agressivos apresentam um risco maior de não ser bem-sucedido em âmbito acadêmico e social (DAN, 2010 apud BATISTA; MARTURANO, 2015). Segundo Patterson, Reid e Dishion (2002 apud BATISTA; MARTURANO, 2015), essas crianças também apresentam maior chance de evasão escolar e a serem indicados para serviços de educação especial e atendimento psicológico.

Silva (s.d) relata que atualmente os pais são forçados a sair de casa para trabalhar acarretando em uma antecipação da entrada das crianças na escola. Essas crianças se deslocam do seu microsistema familiar e começa a frequentar outro sistema, o escolar. Sendo assim, a criança passa o dia transitando entre dois sistemas diferentes, por isso existe a necessidade dos ambientes estarem preparadas para trabalhar as relações interpessoais e as habilidades sociais.

Bolsoni-Silva et al. (2013) destaca que dentro do ambiente familiar as práticas educativas podem tanto desenvolver habilidades sociais como podem também favorecer o surgimento de problemas de comportamento. Os autores Dos Santos e Wachelke (2019) relatam que dentro do contexto familiar os pais apresentam uma grande influência sobre os filhos, os autores também acreditamos que deve ser dentro desse contexto que deve ser iniciado o aprendizado das habilidades sociais.

Segundo Del Prette e Del Prette (2013a), para que ocorra um desenvolvimento no repertório socialmente habilidoso da criança, os pais precisam usar algumas alternativas, como estabelecer regras, manejos de consequências, realizado através de punições e recompensar e por último, servindo de modelo para os filhos.

Bolsoni-Silva (2003) também relata que os pais são os maiores modelos para os filhos, sendo assim eles devem transmitir e utilizar suas próprias habilidades afim de ensinar seus filhos, essa aprendizagem deve ser realizada apontando, assertivamente, os comportamentos aceitáveis e os não aceitáveis, elogiando quando necessário e solicitando mudanças quando apresentarem comportamentos inaceitáveis.

Pais que não ofertam um suporte social aos filhos e não manifestam afeto para a criança ocasionam nela sentimentos de incapacidade e de fragilidade, o que prejudica o desenvolvimento da criança. Já os habilidosos criam um ambiente acolhedor para o desenvolvimento da criança. Sendo assim é possível perceber que o ambiente que a criança vive favorece os comportamentos socialmente habilidosos e também os considerados não habilidosos (CARDOZO; SOARES, 2011).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista os aspectos observados foi possível notar que quando o desenvolvimento das habilidades sociais se torna, futuramente, um fator de proteção, dados mostram que indivíduos com habilidades sociais menos desenvolvidas apresentam maior índice de problemas comportamentais, depressão, ansiedade, evasão escolar e entre outros problemas.

Trabalhar as habilidades sociais na infância contribui para que desde cedo o indivíduo aprenda a se relacionar e conviver em diferentes ambientes, apresentando sempre uma conduta social aceitável, fazendo com que suas interações sociais se tornem satisfatórias.

A família se mostra ser um fator muito importante no desenvolvimento dessas habilidades, isso porque, os pais de tornam exemplos para os filhos, por conta disso os pais devem apresentar um repertório rico de habilidades sociais. A escola também deve desempenhar seu papel, desenvolvendo atividades em que os alunos possam colocar em prática o que os pais ensinam em casa.

Esse aprendizado de habilidades sociais se torna importante em nossa sociedade para que possamos preparar as crianças para conviver em sociedade e aceitar as diferenças socioculturais que vão enfrentar no dia a dia.

REFERÊNCIAS

BATISTA, S. V.; MARTURANO, E. M. Intervenção para promover habilidades sociais e reduzir problemas de comportamento de crianças em um núcleo social. **Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais**. São João Del-Rei/ MG, v. 10, n. 2, p. 313-326, 2015. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1809-89082015000200009 . Acesso em: 02 de fevereiro de 2021.

BOLSONI-SILVA, A. T.; MARTURANO, E. M. Práticas educativas e problemas de comportamento: uma análise à luz das habilidades sociais. **Estudos de Psicologia (Natal)**, v. 7, p. 227-235, 2002. Disponível em <https://www.scielo.br/j/epsic/a/9mqzq5FXLBVB6PyZPMDf3LR/abstract/?lang=pt>

BOLSONI-SILVA, A. T. Habilidades sociais: breve análise da teoria e da prática à luz da análise do comportamento. **Interação em psicologia**. Bauru/SP, v. 6, n. 2, 2002. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/view/3311> . Acesso em: 03 de Fevereiro de 2021.

BOLSONI-SILVA, A. T.; CARRARA, K. Habilidades sociais e análise do comportamento: compatibilidades e dissensões conceitual-metodológicas. **Psicologia em Revista**, v.16, n.2, p. 330–350, 2010. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682010000200007

BOLSONI-SILVA, A. T.; LOUREIRO, S. R. Evidence of validity for Socially Skillful Responses Questionnaires - SSRQ-Teachers and SSRQ-Parents. **Psico-USF**, v. 25, n. 1, p.155–170, 2020. Disponível em <https://www.scielo.br/j/pusf/a/6zf5bCdRnQqTYBX5bMf8Mhm/?lang=en&format=pdf>

BOLSONI-SILVA, A. T. et al. Contexto escolar: práticas educativas do professor, comportamento e habilidades sociais infantis. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 17, p. 259-269, 2013. Disponível em <https://www.scielo.br/j/pee/a/JK7954kNN6PzVXQDwFQwrVv/?lang=pt>

CARDOZO, A.; SOARES, A. B. Habilidades sociais e o envolvimento entre pais e filhos com deficiência intelectual. **Psicologia: Ciência e Profissão**, 31(1), 110-119. 2011.

Disponível em

<https://www.scielo.br/j/pcp/a/PWCNQGSQx7LTVCPj8HmrFqS/abstract/?lang=pt>

DEL PRETTE, Z. A. P; DEL PRETTE, A. **Psicologia das habilidades sociais na infância – Teoria e prática**. 6ª edição. Petrópolis/RJ: Vozes, 2013a.

DEL PRETTE, Z. A. P; DEL PRETTE, A. **Psicologia das habilidades sociais**. In: GRESHAM, F.M. Análise do comportamento aplicada às habilidades sociais. 3ª edição. Petrópolis/RJ: Vozes, 2013b.

DIAS, T. P.; DEL PRETTE, Z. A. P. Promoção de automonitoria em crianças pré-escolares: Impacto sobre o repertório social. **Acta Comportamental**, 23(3), 273-287. 2015. Disponível em <http://revistas.unam.mx/index.php/acom/article/view/52058>

DOS SANTOS, E. B.; WACHELKE, J. Relações entre habilidades sociais de pais e comportamento dos filhos: uma revisão da literatura. **Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 14, n. 1, p. 1-15, 2019. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082019000100012

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em: http://www.uece.br/nucleodelinguasitaperi/dmdocuments/gil_como_elaborar_projeto_de_pesquisa.pdf

LEAL, D. A.; CONCEIÇÃO, V. A. dos S; TEIXEIRA, J. M. Estudos sobre habilidades sociais em crianças com idade escolar. **Revista Expressão Católica**, v. 7, n. 2, p. 63-71, 2018. Disponível em: <http://reservas.fcrs.edu.br/index.php/rec/article/view/2200> . Acesso em: 03 de Fevereiro de 2021.

SILVA, R. A. IMPORTÂNCIA DAS HABILIDADES SOCIAIS EDUCATIVAS NO CONTEXTO DA SALA DE AULA. (s/d). Disponível em http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes_pde/artigo_rosangela_aparecida_silva.pdf

ALGUNS DESDOBRAMENTOS DA VIOLÊNCIA E FEMINICÍDIO NA VISÃO PSICANALÍTICA

Bruna Fernanda de Oliveira Orgaide, Mayara Pacheco de Almeida Prado, Marcel Henrique Bertozzin, e-mail: bruna.orgaide@yahoo.com.br; maayara.prado@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A violência contra a mulher é um fenômeno que subsiste desde os primórdios na história da humanidade, em que a mulher foi designada como um objeto. A representação do homem das cavernas que arrasta a figura feminina pelos cabelos revela a ideia da violência e dominação que perpassa gerações.

Indubitavelmente, nos últimos anos, é possível identificar um papel feminino mais ativo, deixando de lado a passividade costumeira, entretanto, casos alarmantes são identificados de acordo com a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (2018), pois mais de 68 mil casos de violência contra a mulher sucederam no ano de 2018 e, de acordo com denúncias realizadas, a maioria dos agressores são os companheiros e/ou ex-companheiros.

Configura-se feminicídio atos de violência contra a mulher que visam seu extermínio, o qual pode ser considerado um crime misógino, em função do ódio e desprezo pela mulher, sendo a morte o ápice de uma série de violências acometidas progressivamente. Nesse sentido, não é exagero afirmar que o feminicídio é um último ato de dominação masculina. (MENEHHEL; PORTELLA, 2017).

Embora as lutas das mulheres tenham surtido efeitos, ainda é possível visualizar um cenário em que muitas delas são subjugadas, violentadas e assassinadas, fato que justifica o presente trabalho. No decorrer da pesquisa sobre o referido tema, foi possível identificar que as notícias diárias sobre o feminicídio apontam o ciúme do parceiro afetivo como o pivô desta atrocidade, bem como a recusa do término do relacionamento. Em face disso, suscita a seguinte questão: o ciúme é um fator potencial para incitar a agressividade do parceiro, culminando no feminicídio?

Na pesquisa observou-se insuficiência de estudos que abordassem especificamente o tema do trabalho, que versa sobre a perspectiva do agressor e não da vítima. Na tentativa de compreender o psiquismo masculino, busca-se por meio da psicanálise investigar os

fatores que influenciam a agressividade no parceiro afetivo, pois a psicanálise é uma vertente teórica cujo objeto de estudo é o inconsciente humano.

2 MÉTODO

O presente artigo trata-se da realização de uma pesquisa bibliográfica que visa investigar os fatores que influenciam a agressividade no parceiro afetivo segundo a psicanálise. Segundo Gil (2002 p. 44), “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”.

Assim, esta pesquisa utiliza-se das principais obras de Freud e de outros autores da psicanálise: Nasio, Santos e Kohut. Como critério de inclusão, foram selecionados conteúdos pertinentes à temática e de exclusão aqueles que não apresentam conteúdo pertinentes à pesquisa proposta.

Para complementar a pesquisa, foram utilizados dissertações e artigos científicos de outros autores publicados acerca do tema na base de dados Google Acadêmico e Scientific Electronic Library Online (SciELO), utilizando os seguintes descritores: ciúmes e psicanálise; psicanálise e feminicídio; amor e psicanálise; violência de gênero; complexo fraternal.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 CIÚME: DO NORMAL AO PATOLÓGICO

Freud (1922/1976) separa o ciúme em três tipos – os quais se diferenciam, sobretudo, pela intensidade do afeto – a saber, ciúme normal, ciúme projetado e ciúme delirante, sendo que os dois últimos são considerados como patológicos, uma vez que interferem no cotidiano e na qualidade de vida do sujeito e da pessoa com a qual se relaciona. Entretanto, um pouco de ciúme pode ser bom para o casal, conforme conclui Mallmann (2015):

O sentimento de ciúme se faz presente em todas as relações de casais. Tanto sua ausência quanto sua intensidade aumentada são um problema. Sua presença, em doses moderadas, é testemunho do afeto de duas pessoas, é uma espécie de cola que fortalece a relação: “Eu amo e não quero perder o amado”; e, por outro lado: “Sou querido, e o outro me valoriza, não quer me perder” (MALLMANN, 2015, p. 48).

Freud (1922/1976) descreve que o ciúme normal é marcado pelo pesar, pela ferida narcísica, inimizade contra o rival e autocrítica. De modo que o sujeito percebe que é insuficiente para seu par amoroso, sofre por imaginar a perda do mesmo, descobre que não está garantido por quem ele é, pois o outro (seu rival) tem algo que ele gostaria de ter e/ou ser, o que gera insegurança. Paralelamente a isso, a incompreensão da perda faz com

que o sujeito busque em si mesmo o motivo do término, com a culpa gerando ainda mais sofrimento.

Se o ciúme normal reassegura o amor do casal, o ciúme projetado é caracterizado pela infidelidade, seja real ou imaginada, com a qual o sujeito não consegue lidar, em função da autocensura advinda das convenções sociais e exigências do matrimônio. Então, seu aparelho psíquico faz uso da projeção, um mecanismo de defesa no qual essa moção de infidelidade é lançada no outro, no caso, seu companheiro(a). Este tipo de ciúme possui caráter quase delirante (FREUD, 1922/1976).

Ante o exposto, é possível compreender que o ciúme é um afeto inevitável nas relações, sendo uma manifestação inconsciente. Para compreender a origem do ciúme pela ótica da psicanálise, faz-se necessário descrever o Complexo de Édipo.

3.2 COMPLEXO DE ÉDIPO

Neste estágio o menino possui um impulso desconhecido, que é o desejo de ir em direção aos seus pais, exatamente a mãe, por quem o menino possui desejo sexual. O Édipo neste caso poderia ser descrito como uma tentativa frustrada de realização de um desejo incestuoso (NASIO, 2007). Com o desejo pela mãe, ocorre um desejo latente no menino de que o pai morra, por ser um rival em seu desejo de possuir a mãe.

Como cita Nasio (2007) nesse processo de sentimento de prazer pela mãe há um desprazer pela presença do pai, seu rival, e dessa forma, desencadeia no menino uma profunda angústia por medo de ser mutilado e perder seu órgão, que simboliza toda sua virilidade e poder. Toda essa ameaça a castração, torna-se angústia fantasiada (inconsciente).

3.2.2 Complexo Fraternal

Além dessas questões sobre o complexo de Édipo e Castração, embora menos relevante, existe o conceito de complexo fraternal, em que a hostilidade é dirigida aos irmãos (rivais). De acordo com Kaës (2011 apud GOI, 2014) o complexo fraternal não se limita somente pela inveja e ódio, mas também sobre o amor e as semelhanças com o Outro, pois a chegada de irmãos é sempre um drama para muitas crianças, por esse acontecimento ser derivado de uma nova etapa pela perda parcial da atenção dos pais, pois enquanto eram filhos únicos recebiam atenção total.

Portanto, o termo complexo fraternal segue sendo uma visão adicional sem tirar a importância do complexo de Édipo, pois ambos trazem o entendimento sobre as relações triangulares, nas quais permeiam o ciúme. Assim, não é exagero afirmar que o ciúme emerge como uma manifestação natural de sofrimento pela partilha e perda do amor (GOI, 2014). Mas, o que seria o amor para a psicanálise?

3.3 AMOR & PSICANÁLISE

O amor na psicanálise é difuso, não há um conceito preciso, pois atravessa várias obras freudianas e está relacionado a outros termos, como pulsão, libido, ternura, identificação e narcisismo. No entanto, é possível esboçar uma leitura de amor em Freud como uma repetição no plano inconsciente (DE MELO, 2010) do romance familiar – já explicitado no capítulo anterior – sobretudo do desejo do menino pela mãe, no que diz respeito ao presente trabalho.

Freud, em seu texto de 1905 intitulado “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade”, aponta que as atividades sexuais na infância representam a satisfação parcial da pulsão sexual e são determinantes na vida do indivíduo. Assim, diferentemente do que se pensava, a puberdade corresponde ao ápice do desenvolvimento psicosexual, com o retorno do interesse sexual não inibido em sua meta, bem como a escolha do objeto sexual – que será descrita no próximo tópico.

3.3.1 A escolha do objeto sexual, o amor enquanto investimento libidinal e seus desdobramentos

Em certo momento de sua obra, Freud (1910/1976) procura compreender a escolha sexual de pacientes que se apaixonam ou mantêm relacionamentos com mulheres casadas ou prostitutas. O autor aborda duas condições para esse tipo de amor, as quais determinam a escolha do objeto amoroso pelo homem. Tais condições do amor vem ao encontro do que fora explicitado anteriormente sobre ciúme e relações triangulares:

Enquanto a primeira pré-condição fornece a oportunidade para gratificar impulsos de rivalidade e hostilidade em direção ao homem de quem a mulher é arrebatada, a segunda, a da mulher se assemelhar a uma prostituta, se relaciona à experiência do ciúme, que parece ser uma necessidade para os amantes desse tipo (FREUD, 1910/1976, p.99).

Ainda sobre a escolha objetual, na tentativa de compreender as questões do amor, é necessário considerar o narcisismo como um conceito importante para entender as diretrizes das escolhas amorosas. Freud (1914/2010), em seu texto “Introdução ao

narcisismo” aponta que originalmente todo sujeito tem dois objetos sexuais: ele próprio e a mãe, e dessa maneira, o narcisismo primário de todo indivíduo perpassa por essa construção, onde o próprio sujeito busca deleitamento na pulsão, tomando seu próprio corpo como objeto, podendo futuramente se expressar em sua escolha objetual em dois caminhos: narcísico ou anaclítico, sendo o primeiro mais característico entre as mulheres e o segundo entre os homens (FREUD 1914/2010).

3.4 DESENVOLVIMENTO NARCÍSICO: KOHUT

Para além de Freud, o presente trabalho se debruçou sobre outro grande autor da psicanálise, Kohut que viria também apresentar suas ideias sobre a maturação e formas de desenvolvimento do narcisismo. Partindo do princípio de um estado de completude vivenciado pelo bebê nos cuidados maternos e, posteriormente, com o fracasso dessa plenitude o bebê tenta a todo custo restaurá-la, gerando dois sistemas de perfeição narcísica que ocorrem simultaneamente, o “self narcísico” que depois foi alterado o termo para “self grandioso” e a “imagem parental idealizada”. Ambos seguem sua própria linha de desenvolvimento e evoluem a partir do narcisismo primário fraturado (SIEGEL, 2017).

Por essa via, quando a libido narcísica é investida no objeto, ele é chamado de selfobjeto por ter função estruturante para o self – o qual é a representação (interna) que o sujeito tem de si mesmo, diz respeito às próprias distorções do sujeito e qualidades apercebidas, ou seja, como ele concebe a imagem de si mesmo e como se relaciona consigo. Deste modo, a criança vivencia esse objeto como parte de seu self e se algum trauma ocorrer nesta fase, as pessoas que experienciaram tal sentimento podem sofrer uma vulnerabilidade maior à ferida narcísica, podendo desenvolver dificuldade para restaurar seu equilíbrio quando sua autoestima é desestabilizada (SIEGEL, 2017).

A partir das considerações de Kohut, quando não ocorre a desilusão gradativa da idealização dos pais na infância, o psiquismo fica insuficientemente estruturado, sendo possível afirmar que na vida adulta o sujeito se torna incapaz de amar a parceira como um objeto verdadeiro – que é experienciado como entidade distinta –, relacionando-se então como selfobjeto, uma forma arcaica de lidar com a relação amorosa. Portanto, a parceira se torna um selfobjeto substituto, sendo amada por ser uma extensão da própria imagem do sujeito, conferindo-lhe sua sustentação narcísica (SIEGEL, 2017).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pela via da psicanálise, foi possível elucidar que é na constituição do sujeito que se encontra a gênese de seu sofrimento, sendo importante investigar o seu processo de subjetivação.

De modo geral, o ciúme pode ser considerado como um fator potencial para incitar a agressividade no parceiro afetivo, pois sinaliza a ameaça de perda, algo que é inaceitável para o homem, pois o mesmo perde sua sustentação narcísica.

Dada a limitação de tempo para a construção deste trabalho, deixa-se como proposta futuras investigações acerca de políticas públicas de prevenção à violência e feminicídio que incluam o acompanhamento psicológico do agressor, bem como o manejo dos psicólogos com pacientes que possuam essa demanda.

REFERÊNCIAS

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS. **Mapa Da Violência Contra A Mulher**. Brasília, 2018 - Disponível em: <https://pt.org.br/wp-content/uploads/2019/02/mapa-da-violencia_pagina-cmulher-compactado.pdf> Acesso em: 21 fev. 2021.

DE MELO, J. A.. " Estou vendendo um realejo, quem vai levar?" o amor romântico e o amor patológico em questão. **Encontro: Revista de Psicologia**, v. 13, n. 18, p. 143-162, 2010. Disponível em: <<https://revista.pgsskroton.com/renc/article/view/2539>>. Acesso em: 26 ago. 21.

FREUD, S. 1905. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In: _____. Um caso de histeria, Três ensaios sobre a teoria da sexualidade e outros trabalhos. Direção-geral da tradução de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1976. p. 76-140. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 07). Disponível em: <<https://conexoesclinicas.com.br/obras-completas-de-freud/>>. Acesso em: 26 jul. 2021.

_____. 1910. Contribuições à psicologia do amor I: Um tipo especial da escolha de objeto feita pelos homens. In: _____. Cinco lições de psicanálise, Leonardo da Vinci e outros trabalhos. Direção-geral da tradução de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1976. p. 98-105. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 11). Disponível em: <<https://conexoesclinicas.com.br/obras-completas-de-freud/>>. Acesso em: 26 jul. 2021.

_____. 1914. **Introdução ao narcisismo: ensaio de metapsicologia e outros textos (1914-1916)**. Tradução e notas Paulo César de Souza - São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____. 1922. Alguns mecanismos neuróticos no ciúme, na paranoia e no homossexualismo. In: _____. Além do princípio de prazer, psicologia de grupo e outros trabalhos (1920-1922). Direção-geral da tradução de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1976. p. 142-150. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 18).

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOI, S. B. S. O complexo fraterno: Reflexões acerca do ciúme e da inveja entre irmãos. **Rev. Bras. Psicoter.(Online)**, p. 49-61, 2014. Disponível em: <<https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-847950?src=similardocs>>. Acesso em 19 jul. 2021.

MALLMANN, C. J.. Ciúmes: do normal ao patológico. **Estudos de Psicanálise**, n. 43, p. 43-49, 2015. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-34372015000100004>. Acesso em: 02 jul. 2021.

MENEGHEL, S. N.; PORTELLA, A. P. Femicidas: concepts, types and scenarios. **Ciência & saúde coletiva**, v. 22, n. 9, p. 3077-3086, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/SxDFyB4bPnxQGpJBnq93Lhn/?lang=pt>> Acesso em: 21 fev. 21.

NASIO, J. D. **Édipo: o complexo do qual nenhuma criança escapa**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

SIEGEL, A. M. **Heinz Kohut e a psicologia psicanalítica do self**. Tradução Pedro Henrique Bernardes Rondon. Rio de Janeiro: Expressão editorial, 2017.

ANSIEDADE COGNITIVA E SOMÁTICA EM COMPETIÇÕES DE TÊNIS DE MESA

Amanda Minatti Varger, Elydiane Silvério Welter, Vinicius Ricardo Lima Fortunato, Bianca Callegari, e-mail: limajahu@outlook.com

1 INTRODUÇÃO

A ansiedade pode desencadear, segundo Noriko et al. (2010), diversas alterações que podem prejudicar atletas nas competições. Atletas de diversas áreas esportivas no decorrer de suas carreiras amadoras ou profissionais, experimentam algum tipo de ansiedade, e dentro das organizações isso reflete o pensamento de que a ansiedade está relacionada a falta de experiência com o meio competitivo (MARTENS et al., 1977).

O estresse gerado em competição de alto nível se mostra em razão do desgaste que, segundo Lipp (2003), traz como consequências de sua segunda fase o cansaço físico e cansaço emocional, provenientes da permanência dentro da área de jogo. Fatores estressantes nas competições, segundo os atletas, são as viagens prolongadas para o local da competição, medo de ser eliminado na fase de grupos, angústia de ser colocado em grupos com jogadores mais experientes e com melhores classificações, críticas do técnico e períodos preparatórios de treino (MARKUS, 2016).

O estresse está relacionado como fator de risco para ansiedade (MARGIS et al., 2003), e encontra no esporte meios de visualização dessa ansiedade como um mau sono, taquicardia e hiperatividade (LIPP, 2003). A ansiedade-estado então é subdividida em ansiedade cognitiva, que se associa a diversos sentimentos, geralmente de cunho negativo: preocupação, imagens de fracasso e baixa autoconfiança (FORTES et al., 2019), e os componentes somáticos, que são caracterizados pelas manifestações fisiológicas. A falta de pesquisa na área da psicologia do esporte no Brasil sobre ansiedade cognitiva e somática de atletas, mostra de grosso modo como este assunto não é abordado dentro do meio acadêmico, deficitário em pesquisas da área esportiva. Partindo deste ponto, evidenciar as relações presentes no contexto esportivo se mostra vantajoso por trazer à tona problemas ignorados pelos clubes. Assim, no presente estudo é dado enfoque ao tênis de mesa por ser, segundo Martins e Camargo (1999), o segundo esporte que mais propicia a mobilização das faculdades cerebrais e, por exigir uma alta demanda cognitiva, provocar estresse e aumentar o fator de risco da ansiedade.

2 OBJETIVOS

Refletir sobre as práticas da vida de um atleta de Tênis de Mesa e como elas estão relacionadas com a ansiedade cognitiva e somática vivenciada pelos atletas durante as competições e treinos. Identificar, por meio de uma revisão da literatura, os índices de ansiedade cognitiva e somática de atletas de alto rendimento no contexto de pré competição de Tênis de Mesa. Analisar, segundo as dimensões de treino, idade e estresse, as possíveis causas da ansiedade cognitiva e somática no contexto de pré competição. Fornecer subsídios para o enfrentamento e conscientização dos treinadores e dirigentes de clube sobre a saúde mental dos atletas e contribuir com as pesquisas sobre ansiedade cognitiva e somática na área da psicologia do esporte de uma forma geral.

3 METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão bibliográfica da literatura, de caráter exploratório-descritiva e qualitativa. Os dados do presente estudo foram coletados por meio de um levantamento bibliográfico nas bases científicas BVS-Psi, SciELO, Pubmed, Lilacs e Periódicos Capes, com a interseção das palavras-chave: “Ansiedade cognitiva”; “Ansiedade somática”; “Esporte”; “Psicologia”. Os critérios para inclusão foram: artigos completos publicados nos últimos cinco anos, de livre acesso e escritos em português, inglês e/ou espanhol. Foram encontrados 82 artigos no total (BVS: 9, LILACS: 5, PUBMED: 47, SCIELO: 5, CAPES: 16), no entanto, após análise e seleção, somente nove (9) artigos foram utilizados, todos contendo modalidades diversas para uma maior abrangência. Foram excluídos artigos que não eram dos últimos 5 anos (34), com o texto incompleto (9) duplicados ou muito similares (24), e artigos que não tratavam do tema proposto (6).

4 RESULTADOS

Foram selecionados nove (9) artigos pertinentes ao tema. Destes, dois artigos apresentaram a ansiedade no basquetebol por meio de uma visão sobre ansiedade e autoconfiança. Os autores discutem os conceitos de ansiedade-traço, ansiedade cognitiva e ansiedade somática presentes nas competições, associadas à autoconfiança. Como resultados notam-se diferenças significativas em níveis basais nos pós jogo, sendo diferentes em atletas masculinos entre 13 e 15 anos que apresentam elevado nível de

autoconfiança e baixos níveis de ansiedade (somática e cognitiva) (GUERREIRO; FERNANDES, 2021; SANTANA et al., 2020).

Sobre a ansiedade pré-competitiva e competitiva, três artigos apresentaram correlações entre tomada de decisão e a ansiedade cognitiva. De acordo com Fortes et al. (2019), referente ao saque dos atletas de voleibol, foram encontradas correlações negativas das subescalas ansiedade cognitiva e ansiedade somática com o índice de tomada de decisão, e correlações positivas entre a subescala autoconfiança e o índice de tomada de decisão. Para Castro et al. (2018), jogadores de futebol sub 17 apresentaram melhor percepção de desempenho do que jogadores jovens. A ansiedade somática registrou uma diminuição significativa ao longo do tempo em ambas as categorias e foram encontradas correlações entre ansiedade somática e autoeficácia específica; ansiedade somática e cognitiva; ansiedade cognitiva e autoeficácia específica; e a autoeficácia específica e geral. Hagan, Pollmann e Schack (2017) correlacionaram habilidades psicológicas com todas as formas de ansiedade na condição de estresse. Os autores notaram aumento da intensidade e frequência da ansiedade cognitiva e somática, além de considerados debilitadores sobre alto estresse

Freire et al. (2020) correlacionaram o perfeccionismo à ansiedade pré-competitiva em jovens atletas. Em seus achados, notou-se escore desadaptativo baixo e adaptativo alto; meninos mais pressionados pelos pais e padrões de organização e meninas sofrendo mais sintomas de ansiedade cognitiva e somática, tendo ambos baixo escore em distúrbio de concentração. Para os meninos foram encontrados distúrbios de concentração e perturbação da concentração relacionados com ansiedade somática, preocupação com os erros, pressão parental percebida e dúvidas sobre a ação. Dúvidas sobre a ação e preocupações com os erros relacionam-se com as dimensões da ansiedade e interrupção da concentração. Para meninas foram encontrados perturbação da concentração, preocupação e ansiedade cognitiva e somática com organização/padrões pessoais, dúvidas e preocupações com os erros.

Referente aos efeitos de clima motivacional sobre o medo do fracasso e ansiedade em jogadores adolescentes de handebol, López et al. (2020) constataram que os jogadores experimentam altos níveis de clima que envolvem tarefas e valores moderados de autoconfiança, mas experimentam níveis mais baixos envolvendo ego, medo do fracasso e

ansiedade cognitiva e somática, o que interfere negativamente em termos de autoconfiança.

Sobre os efeitos da idade e do sexo no nível de ansiedade de nadadores de águas abertas, Tertuliano et al. (2019) constataram que os nadadores apresentaram um elevado escore de autoconfiança, que de acordo com os resultados tem influência direta nos valores baixos de ansiedade cognitiva e somática. Os resultados sugerem que a idade e o sexo não são fatores que alteram os níveis de ansiedade pré-competitiva. Analisando a autoestima, autoconfiança e ansiedade em praticantes de jiu-jitsu, Gomes et al. (2020) constataram que a autoestima e a autoconfiança apresentaram significativas diferenças. As diferenças de idade não influenciaram, nem interferiram nas análises e foram constatadas correlações para ansiedade cognitiva e somática, autoestima e autoconfiança, e correlações negativas entre ansiedade cognitiva e autoconfiança, e autoestima e ansiedade cognitiva, porém, não foram constatadas fortes correlações entre os componentes psicológicos e do tempo de prática dos sujeitos.

5 DISCUSSÃO

A ansiedade cognitiva e somática em atletas de diferentes esportes, pode ser associada a outros construtos, que vão influenciar como estas vão se comportar em determinado contexto, de acordo com a demanda emocional que o esporte exige do atleta e da intensidade com que ele se dedica à competição. Segundo Freire et al. (2020), a ansiedade cognitiva e somática apresenta maior sintomatologia em mulheres e pressão parental se mostrou forte em homens, indicando uma desadaptação cultural do esporte para mulheres e falta de espaço para erros masculinos que influenciam sua autoeficácia específica. O tênis de mesa, utilizando demasiadamente de faculdades mentais para o desempenho do atleta, assim como grande adaptação momentânea a cada ponto jogado, gera grandes níveis de estresse mesmo em atletas de elite, que tem habilidades psicológicas mais desenvolvidas para lidar com situações estressantes providas do esporte. Do mesmo modo, Hagan, Pollmann e Schack (2017) constataram que sob condições de alto estresse, a ansiedade cognitiva e somática é debilitadora. A autoestima e autoconfiança que estão ligadas a momentos estressantes vão determinar junto a subjetividade do atleta como ele vai reagir, não só a adaptação do ponto, mas também à comemoração do outro jogador que no tênis de mesa é utilizada para desestabilização

emocional do adversário, considerado um estressor. Além da distração provocada pelo adversário, os padrões pessoais do atleta, preocupação com os erros, pressão parental percebida e dúvidas sobre a ação, compõem os chamados fatores de risco para a distração do atleta.

A pesquisa de Tertuliano et al. (2019) traz nos resultados que idade e sexo não são fatores que alteram os níveis de ansiedade pré-competitiva, contrapondo com os resultados de Freire et al. (2020) e Gómez-López (2020), indicando, assim, uma diferença significativa de modalidade para modalidade. O técnico também detém forte importância para o jogador segundo Gómez-López (2020), independente do modelo de competição seguido. Nas pausas de tempo, o técnico pode estabilizar a ansiedade cognitiva do atleta, como também desencadear um aumento e afetar a autoconfiança e autoeficácia do atleta, além de estar relacionado com o clima motivacional da equipe, o qual relaciona-se com a ansiedade cognitiva e somática dos atletas.

Os resultados apontam para a necessidade de um estudo direcionado à construção da subjetividade em atletas, baseando-se em diferentes modalidades e avaliando a percepção destes em períodos importantes para a formação da identidade. Do mesmo modo, nota-se a necessidade de pesquisas que discutam intervenções precoces com foco na autoestima, autoconfiança, autoeficácia e perfeccionismo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A influência do gênero, modalidade, crenças, condições estressoras, treinamento, nível técnico e demanda emocional, indicaram resultados de ansiedade cognitiva e somática diferentes para cada contexto, mas em grande maioria relacionada com outros constructos provenientes da subjetividade do atleta, capazes de diminuir ou potencializar o desempenho nas partidas mesmo com a influência da ansiedade-estado. As pesquisas mostraram-se atualizadas, mas escassas no âmbito nacional no ponto de vista da psicologia, sendo necessária buscas em periódicos estrangeiros a fim de complementar os dados. Limitações de tempo e de falta de conhecimento adquirido na graduação de psicologia dificultaram a produção da pesquisa.

Segundo as pesquisas, a ansiedade-estado, os mecanismos de enfrentamento em competições e os possíveis potencializadores são indicativos fáceis de serem visualizados

por atletas, porém a cultura do esporte e da competição mascara a percepção destes muitas vezes para obter resultados a curto prazo.

REFERÊNCIAS

CASTRO, D. S. et al. Autoeficacia, ansiedad precompetitiva y percepción del rendimiento en jugadores de fútbol categorías sub 17 y juvenil. **MHSalud**, Heredia, v. 15, n. 2, p. 36-54, dezembro de 2018. Disponível em <http://www.scielo.sa.cr/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1659-097X2018000200036&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 10 de setembro de 2021.

FREIRE, G. L. M et al. Os traços de perfeccionismo estão associados à ansiedade pré-competitiva em jovens atletas?. **CPD**, Murcia, v. 20, n. 2, pág. 37-46, agosto 2020. Disponível em <http://scielo.isciii.es/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1578-84232020000200004&lng=es&nrm=iso>. acesso em 14 set. 2021.

FORTES, L. S. et al. Efeito da Ansiedade Competitiva sobre a Tomada de Decisão em Jovens Atletas de Voleibol. **Psicologia: Teoria e Pesquisa [online]**. v. 35, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102.3772e3538> Acesso em: 14 set 2021

GOMES, S. et al. **Autoestima, autoconfiança e ansiedade em praticantes de Jiu-jitsu**. Campinas, SP, 2020. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/conexoes/article/view/8655283/22141> Acesso em: 14 set 2021.

GÓMEZ-LÓPEZ, M. et al. "Effects of Motivational Climate on Fear of Failure and Anxiety in Teen Handball Players." **International journal of environmental research and public health**. v. 17, 2 592. 16 Jan. 2020, Disponível em: <doi:10.3390/ijerph17020592> Acesso em: 13 Set 2021

GUERREIRO, K.; FERNANDES, P. **Ansiedade no basquetebol universitário feminino**. Campinas, SP, 2021. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/motricidade/article/view/21074/17783> Acesso em: 14 set 2021.

HAGAN, J. E.; Jr, POLLMANN, D.; SCHACK, T. Elite Athletes' In-event Competitive Anxiety Responses and Psychological Skills Usage under Differing Conditions. **Frontiers in psychology**, 8, 2280, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2017.02280> Acesso em: 13 Set 2021

LIPP, M. E. N. O modelo Quadrifásico do Stress. In: LIPP, M.E.N (org.). **Mecanismos Neuropsicofisiológicos do Stress: Teoria e Aplicações Clínicas**. 2003. São Paulo: Casa do Psicólogo.

MARGIS, R, et al. Relação entre estressores, estresse e ansiedade. **Rev. psiquiatr. Rio Gd. Sul**, Porto Alegre, v. 25, supl. 1, p. 65-74, Apr. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-81082003000400008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 15 Mai 2021

MARKUS, E. D. **Fatores de Estresse Na Orientação: Um Estudo Com atletas Militares**, 2016. Curso de educação física. Ijuí. 2016. Disponível em: <https://bibliodigital.unijui.edu.br:8443/xmlui/bitstream/handle/123456789/3839/Everton%20Daniel%20Markus.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 15 Mai 2021

MARTENS, R. Social psychology and physical activity: problems in athletics New York: **Harper and Row**, p. 9-17, 1977.

MARTINS, M; CAMARGO, F. **Aprendendo o tênis de mesa Brincando**. Piracicaba, 1999.

NORIKO, C. S. et al. Ansiedade e desempenho: um estudo com uma equipe de voleibol feminino. **Motriz**, Rio Claro, v.16, n.3, p. 629-637, jul./set. 2010. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/motriz/a/JX84MmTbjBjSd4ZQ9F5Gjj/?lang=pt&format=pdf>> Acesso em: 10 Set 2021

TERTULIANO, I. et al. **Os efeitos da idade e do sexo no nível de ansiedade de nadadores de águas abertas**. São Paulo, SP, 2019. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/conexoes/article/view/8655148/21477> Acesso em: 14 set 2021.

SANTANA, B. et al. **Níveis de ansiedade de atletas no início e no final de um campeonato de basquetebol**. São Paulo, SP, 2020. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/plugins/generic/pdfJsViewer/pdf.js/web/viewer.html?file=https%3A%2F%2Fperiodicos.sbu.unicamp.br%2Fojs%2Findex.php%2Fconexoes%2Farticle%2Fdownload%2F8657806%2F22638%2F75016#page=1&zoom=auto,-14,849> Acesso em: 14 set 2021.

APROPRIAÇÕES NEOLIBERAIS DA PSICOLOGIA: ACENOS PARA UMA REVOLUÇÃO ATRAVÉS DA CLÍNICA FENOMENOLÓGICA

Paloma Lisboa Francisquini, Aguinaldo José da Silva Gomes, e-mail:
paloma.lisboafran@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O tema desse trabalho surge de minhas inquietações que, durante a graduação, ocuparam meus modos de ser e olhar o mundo, se revelando como procura de sentido para meu ser-psicóloga. Opto por pensar a clínica psicológica de modo crítico e revolucionário, tendo como referência a concepção de Martin Heidegger de que o ser é indeterminado e inseparável do mundo, sendo afetado por ele. Isso porque as aulas em que o autor me foi apresentado destoavam da psicologia positivista que fui aprendendo na graduação, e pude finalmente encontrar espaços que me proporcionaram um lugar para pensar o mundo a partir de minhas inquietações, na justa condição de me colocar sempre na interrogação, num movimento de despojamento das verdades sedimentadas, tal como um passo de volta, para pensar a partir do lugar que já estamos, qual seja, o mundo da técnica (HEIDEGGER, 2007, 2016).

Nesse sentido, pensar em uma Psicologia subversiva em relação à psicologia tradicional cartesiana é, também, pensar em uma prática que revolucione os conceitos dados pelo neoliberalismo. A ideologia neoliberal é tão normalizada que as pessoas a defendem irrefletidamente, sem mencionar seu nome (MAIESE, 2018), denotando a inautenticidade em que o Dasein pode estar imerso e demonstrando a importância de solicitar o ser-aí à autenticidade que lhe é de direito (HEIDEGGER, 2001). É fundamental refletir o questionamento de como a clínica fenomenológica-existencial, com seu método antinatural fenomenológico, dá espaço para o sofrimento em uma sociedade neoliberal que propaga o culto ao controle, à felicidade e à eficácia, podendo aprisionar o homem ao tomá-lo como mensurável e resultado de causas, impedindo-o de vivenciar sua indeterminação constituinte e de pensar seu sofrimento e dar sentido à sua dor.

Para isso, busco mostrar como o mundo pós-moderno experiencia o ser humano, descreve e define suas possibilidades. Procuro facilitar, assim, a transformação e reflexão daquilo que carregamos em nossa historicidade a partir da prática clínica, além de pontuar a possibilidade de uma clínica psicológica mais crítica em relação à visão do psicólogo

como especialista e aos aprisionamentos possibilitados por uma ideologia neoliberal irrefletida, através de seu alinhamento com a fenomenologia-existencial.

Em tempo, me parece fundamental revelar que minha disposição crítica não se impõe para a redução e o valor ético já firmados dos lugares da psicologia que são objetos de críticas nesse trabalho, de outra forma, entendo, a partir das referências desse estudo, que são lugares que limitam as expressões do ser em sua totalidade.

Sendo assim, não estou buscando conclusões, principalmente devido à atitude tomada e à complexidade humana. Tenho com intenção, ao contrário, possibilitar aberturas a novas práticas na psicologia, a novos modos de olhar o social dentro da clínica, e à busca de como impactar o social por meio do nosso trabalho.

2 MÉTODO

A presente pesquisa é exploratória, enquadrando-se na metodologia de pesquisa bibliográfica (PIZZANI et al., 2012). Fundamento-me, também, no método fenomenológico, que tem como características ser uma alternativa ao positivismo amplamente difundido no meio acadêmico, em que não buscarei causas, porque não há um problema a ser solucionado, mas sim tentarei ir ao encontro do sentido do fenômeno através da pesquisa e, como a pesquisadora, nesse método, alcança a compreensão do vivido em seu próprio existir, justifica-se o uso da linguagem pessoal, pois preciso me assumir enquanto participante do fenômeno (MARTINS; BOEMER; FERRAZ, 1990).

Foram selecionados artigos encontrados no PePsic, Google Acadêmico e Scielo, do ano de 2005 a 2020, em que as buscas foram realizadas a partir das palavras-chave “modernidade e sofrimento”, “fenomenologia e técnica”, “Heidegger e clínica”, “negatividade e sofrimento”, “neoliberalismo”, “psicologia e capitalismo”, “clínica fenomenológica” “clínica psicológica” e “psicologia clínica”. Ao todo, foram selecionados 17 artigos e utilizados livros de minha biblioteca pessoal.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A modernidade possibilitou a esperança de controle sobre situações dolorosas, definindo o sofrimento como algo a ser eliminado pelo conhecimento científico. A busca pela felicidade surgiu como objetivo, mudando o conceito de saúde, sendo esta definida como “um estado de completo bem-estar físico, psíquico e social, não consistindo somente na ausência de enfermidades ou de doenças” (FURTADO; SZAPIRO, 2016, p. 99), em que

este completo bem-estar refletia o desejo de uma vida sem limitações. Assim, ser saudável é ter o máximo desempenho de suas potencialidades, podendo-se dizer que o século XXI é marcado pelo homem que busca a perfeição e pelo desenvolvimento de técnicas que podem manipular seu corpo, como os reguladores de humor. O que antes era considerado algo humano, intrínseco à existência, passa a ser visto como desvio, como algo a ser eliminado (FURTADO; SZAPIRO, 2016). Um dos problemas apresentados por esses desdobramentos é que a individualização do sofrimento exclui seu caráter político e social, o que é contraditório, pois a forma de lidar com ele é determinada por essas áreas, velando a dominação ideológica existente na luta de classes, pois “ainda que o homem seja livre para transformar a realidade, ele sempre se encontra encarcerado em um calabouço ideológico” (NETO, 2016, p. 859).

A ideologia neoliberal permeia nosso mundo, permitindo que estilos de vida se transformem em mercadorias, em modelos a serem seguidos, em que nos encaixamos em padrões e buscamos a normalidade esperada, baseados na competitividade e individualidade. Assim, pessoas saudáveis tornam-se fontes de riqueza, e busca-se investir no sujeito para que ele cresça saudável, produtivo e dócil (GALINDO et al., 2016). Esse modo neoliberal de governar utiliza técnicas amplamente difundidas para gerir o sofrimento, fazendo uso do que Chauí (2014) denominou como ideologia da competência. No âmbito da ideologia da competência, psicólogos são vistos como especialistas, os que sabem, e os que ensinam aos “leigos” e oprimidos a como se relacionarem com os diferentes âmbitos da vida com base em evidências científicas. Isso possui reflexos no âmbito acadêmico, em que “a universidade alimenta a ideologia da competência e despoja-se de suas principais atividades: a formação crítica e a pesquisa” (CHAUI, 2014, p. 48), e pela concepção de que, ao mesmo tempo, o conhecimento está sendo banalizado em função de interesses mercadológicos, propagando uma formação em Psicologia despolitizada e fortemente técnica, em que naturaliza-se a história e a humanidade, dando vozes ao conservadorismo (EUZÉBIOS FILHO; GRADELLA JUNIOR, 2020). Dessa forma, psicólogos ao se basearem de maneira irrefletida e despolitizada em requisitos de normalidade e anormalidade, podem criar indivíduos problematizados que precisam ser ajustados por nós a uma sociedade que os oprime e lhes causa sofrimento (FONSECA, 2009). É notável que a psicologia positivista predominante se denomina como neutra e se despolitiza, sendo difícil a aceitação daqueles

profissionais que se propõem a denunciar as mazelas das práticas dominantes da profissão (EUZÉBIOS FILHO; GRADELLA JUNIOR, 2020).

Já na clínica fenomenológica-existencial, somos convidados a olhar o sofrimento em sua raiz ontológica, fugindo do diagnóstico que acaba por afastar o psicoterapeuta do ser humano que ele ouve, colocando técnicas entre eles. Do contrário, é como se psicólogos estivessem usando seus conhecimentos para utilizar seu direito de poder legitimado pela ideologia competente, criando incompetentes sociais, desqualificando os pacientes em seus saberes e sentimentos, justificando a exploração econômica e política e a exclusão cultural que muitos deles podem sofrer, sendo uma ideologia incompatível com os ideais de compromisso social da profissão (CHAUI, 2014).

É necessário criticar os métodos utilizados pela psicologia, pois estes podem manter o status quo de dominação a partir da patologização e objetificação da população oprimida sem olhar para as particularidades históricas e sociais nas quais os fenômenos acontecem. É preciso reconhecer que a psicologia é um campo que “estará sempre contaminada de conteúdos ideológicos” (FURTADO, 2000, p. 225). Ao ser tomada como neutra, a ciência legitima os ideais da ideologia da competência, em que se valida que há pessoas para comandarem e há indivíduos que devem obedecer, da mesma maneira em que se admite que a ciência é o único meio verídico de chegar a conclusões e que a tecnologia como é hoje só poderia ser desenvolvida da maneira como é e foi feita. Não abordar criticamente esses assuntos é manter oculto o fenômeno do desenvolvimento da tecnologia com base na exclusão dos trabalhadores do “conhecimento, da decisão e do controle do processo de trabalho” (CHAUI, 2014, p. 98).

A psicologia fenomenológica, ao convidar-nos ao não-saber, facilita a busca de sentido pela vivência e a suspensão de conceitos e critérios definidos a priori que são determinados pelo horizonte histórico em que nos encontramos. O psicólogo é visto como um facilitador, não como um especialista que dita o que o outro deve e precisa fazer, tomando o cuidado de suspender as determinações históricas da visão para com o outro. Dessa maneira, o sofrimento não é visto como algo a ser eliminado, mas sim uma condição ontológica da existência devido à sua indeterminação e incerteza (CASANOVA, 2009; FEIJOO, 2010; 2012).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como demonstrado neste presente trabalho, estamos relacionados com aquilo que nos encontra. Alguns desses encontros podem ser mediados por ideologias que buscam naturalizar a desigualdade e a divisão de classes, colocando o homem como senhor e empreendedor de si mesmo, ao mesmo tempo em que é invalidado e precisa recorrer a especialistas para ser ensinado a como se comportar, pensar, e se ver. Esses especialistas, caso não se disponham a uma prática crítica, podem reproduzir as ideias da classe dominante, visto que o neoliberalismo e seus ideais são normalizados, sendo um discurso não reconhecido na cotidianidade. A psicologia brasileira compreende a formação desses especialistas, visto que seu surgimento se deu atrelado às classes dominantes, em época ditatorial, produzindo conhecimentos que justificavam e naturalizavam a desigualdade social. Um dos modos de realizar isso é através da atribuição de uma interioridade psíquica isolada do contexto e meio social, ideia tida como uma herança da Modernidade, provinda dos pensamentos iluministas, empiristas e cartesianos, que colocavam no conhecimento a chave da libertação, valorizando a racionalidade, o controle através de leis e generalizações, o progresso e a técnica.

O contexto e os modos como vivenciamos o sofrimento precisam ser pensados criticamente: se são aprisionadores, naturalizadoras de uma ordem social desigual ou objetificadoras do ser humano. Isso porque, uma psicologia despolitizada e que se denomina como neutra pode acabar propagando os elementos fundamentais dessas ideologias que enclausuram o outro em ciclos de sofrimento. Podemos criar seres humanos que se veem como problemáticos, que nos procuram com o ideal do cultivo de si agarrado ao seu modo-de-ser, querendo se tornar um membro adequado à sociedade que o oprime, pois esta é vista como naturalizada como se apresenta, como se outras maneiras de viver fossem impossíveis, normalizando sua opressão velada.

Assim, há a necessidade de uma psicologia clínica crítica, que reconheça que se encontra em um mundo ideológico, e que é afetada por essa ideologia que cria suas teorias, métodos e práticas. É fundamental que nos engajemos em situações que questionam, contestem e ameacem a ordem social tomada pelo neoliberalismo, desmascarando-o a partir de práticas revolucionárias que precisam levar em conta a realidade material do nosso país.

Desse modo, o psicólogo que possui em sua prática este método, lança-se ao não-saber, contra a ideologia da competência. Como psicólogos de bases fenomenológicas,

lançamo-nos no não-saber, somos convidados a romper os sentidos dados pelo mundo, a nos arriscar e estarmos dispostos ao estranhamento. Ser fenomenológico, na clínica, é interrogar, não aceitar, as verdades dadas pelas ideologias vigentes. É se recusar a usar rótulos antes de olhar a existência que se mostra, é sustentar a angústia em nós e naquele que nos procura como facilitadores de uma caminhada que por si só causa sofrimento, pois são essas situações-limite que abrem novas possibilidades, ao deixar-se desvelar o vazio ontológico que é o ser humano, sendo a angustia um mobilizador (FEIJOO, 2010; HEIDEGGER, 2001). A escuta clínica pode servir como desconstrução de tradições que cristalizam a identidade do Dasein, conceito de homem utilizado por Heidegger, sendo um lugar de esvaziamento ao que está constantemente sendo ou tentando ser preenchido. Ou seja, há uma “despsicologização”, uma escuta que busca compreender a existência do outro. O método fenomenológico, na clínica, se traduz como a suspensão de concepções e saberes a priori, que podem ser limitadoras por ver o homem como um ente psicológico determinado (MATTAR, 2019).

Dito isso, busco abrir possibilidades, em que, ao pensarmos sobre nossa condição existencial de ser-no-mundo, na inseparabilidade sujeito-objeto, homem-sociedade, podemos, através de uma atitude antinatural, crítica e de estranhamento, pensar o social dentro da clínica. De modo que os discursos aprisionadores velados na ideologia neoliberal não sejam propagados pelo psicólogo, excluindo a complexidade da existência que vive em um mundo que diária e repetitivamente a oprime.

REFERÊNCIAS

CASANOVA, M. Pontes sobre o nada: narrativas do sofrimento e transformação existencial. **Natureza Humana-Revista Internacional de Filosofia e Psicanálise**, v. 21, n. 2, 2019. Disponível em: <<http://revistas.dwww.com.br/index.php/NH/article/view/391>>. Acesso em: 01 jun. 2021.

CHAUI, M. **A ideologia da competência**: Escritos de Marilena Chaui. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Autêntica, 2014.

EUZÉBIOS FILHO, A.; GRADELLA JÚNIOR, O. Psicologia crítica, práxis política, classe e neoliberalismo: um enfoque na Psicologia brasileira. **Teoría y Crítica de la Psicología**, v. 14, p. 89-111, 2020. Disponível em: <<http://teocripsi.com/ojs/index.php/TCP/article/view/285>>. Acesso em: 9 jun. 2021.

FEIJOO, A. M. L. C. **A escuta e a fala em psicoterapia**: uma proposta fenomenológico-existencial. Rio de Janeiro: IFEN, 2010.

- FEIJOO, A. M. L. C. A clínica psicológica em uma inspiração fenomenológica-hermenêutica. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 12, n. 3, p. 973-986, 2012. Disponível em: < <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epp/v12n3/v12n3a16.pdf> >. Acesso em 18 mai. 2021.
- FONSECA, J. T. O cultivo de si e o individualismo. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, UERJ, RJ, v. 9, n. 2, p. 328-344, 2009. Disponível em: < <https://www.redalyc.org/pdf/4518/451844629005.pdf> >. Acesso em: 04 jun. 2021.
- FURTADO, M. A.; SZAPIRO, A. M. O lugar do sofrimento no discurso da medicina biotecnológica contemporânea. **Revista Subjetividades**, Fortaleza, v. 16, n. 2, p. 93-104, 2016. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/5275/527554777006.pdf>>. Acesso em: 02 jun. 2021.
- FURTADO, O. Psicologia e compromisso social: base epistemológica de uma psicologia crítica. **Revista Psicologia Social e Institucional**, (Londrina), v. 2, n. 2, p. 217-229, 2000. Disponível em: <<http://www.uel.br/ccb/psicologia/revista/artigo%205.pdf>>. Acesso em: 2 jun. 2021.
- GALINDO, D. C. G.; LEMOS, F. C. S.; VILELA, R.; GARCIA, B. Medicalização e governo da vida e subjetividades: o mercado da saúde. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 16, n. 2, p. 346-365, 2016. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/4518/451851666003.pdf>>. Acesso em: 25 mai. 2021.
- HEIDEGGER, M. **Seminários de Zolikon**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
- _____. A questão da técnica. **Scientiae Studia**, v. 5, n. 3, p. 375-398, 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ss/a/QQFQSqx77FqjnxGrNBHDhD/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2021.
- _____. Ser e Tempo. Tradução revisada de Márcia Sá Cavalcante, 10ª edição. Rio de Janeiro: Vozes, 2016.
- MAIESE, M. Constituição da vida, hábitos mentais e instituições sociais. **Revista Natureza Humana**, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 29-57, 2018. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-24302018000100003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 16 mar. 2021.
- MARTINS, J.; BOEMER, M. R.; FERRAZ, C. A. A fenomenologia como alternativa metodológica para pesquisa: algumas considerações. **Rev. Esc. Enf.**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 139-147, 1990. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/reeusp/v24n1/0080-6234-reeusp-24-1-139.pdf>>. Acesso em: 31 de mar. de 2021.
- MATTAR, Cristine Monteiro. A escuta clínica: entre a psicologização e a análise fenomenológico-existencial. **Arquivos do IPUB**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 72-87, 2019. Disponível em: < <https://www.ipub.ufrj.br/wp-content/uploads/2017/11/v1n1a06.pdf> >. Acesso em: 31 de mar. de 2021.

NETO, F. A. J. Crítica à modernidade: por uma desconstrução do conceito de autonomia. **Sapere aude**, Belo Horizonte, v. 7, n. 14, p. 654-860, 2016.

PIZZANI, L. et al. A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 10, n. 2, p. 53-66, 2012. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1896/pdf_28>. Acesso em: 05 mai. 2021.

ATENDIMENTO A JOVENS INSTITUCIONALIZADOS E EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL

Ana Júlia Campos, Beatriz de Oliveira, Bruna Balbino, Bianca Callegari, e-mail bbeatrizdeoliveira@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O conceito de vulnerabilidade social surgiu por dois principais motivos: o primeiro, o surgimento de grupos de pessoas que eram discriminadas como homossexuais e usuários de drogas; e o segundo, por doenças como a AIDS. Com o surgimento dos chamados grupos de risco se viu a necessidade de um olhar mais cauteloso que não julgasse, mas sim, que buscasse formas de acolhimentos a essas pessoas (GUARESCHI et al., 2007).

A vulnerabilidade pode ser descrita de diversas formas e, para isso, faz-se necessário observar a priori o contexto de vida de cada pessoa. A pobreza é a principal referência quando se trata de vulnerabilidade, porém não somente ela, o desemprego, a dificuldade de inserção social, enfermidades e violência contribuem para o aumento dessa problemática (SILVA et al., 2015).

Em 1990, o Brasil viveu uma transformação paradigmática no que diz respeito às políticas públicas de atenção a crianças e adolescentes, criando o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Em relação aos adolescentes envolvidos em alguma prática análoga à criminosa, com o ECA fica estabelecida a condução ao cumprimento de uma medida socioeducativa, cujos moldes variam em função das características da ação praticada pelos adolescentes, bem como dos meios que estes possuem para cumpri-la. Estas dividem-se em: I - orientação e apoio sociofamiliar; II - apoio socioeducativo em meio aberto; III - colocação familiar; IV - acolhimento institucional; V - liberdade assistida; VI - semiliberdade; VII - internação (BRASIL, 1990).

A fase da adolescência é conhecida pelas instabilidades emocionais, criação de identidade, mudanças físicas e psicossociais (PAPALIA; FELDMANN, 2013). Levando em conta que o presente estudo direciona o olhar nos jovens institucionalizados e em vulnerabilidade social, deve-se atentar aos contextos que podem prejudicar o desenvolvimento sadio destes, tanto nos contextos familiares, quanto sociais e escolares. Considerando que os jovens em situação de vulnerabilidade social e institucionalizados

possuem os laços fragilizados, é necessário uma maior atenção e intervenção psicológica (GONÇALVES, 2013).

Assim, é de extrema importância que os jovens se sintam acolhidos pelas instituições de abrigo, no caso da vulnerabilidade social, pode-se citar o CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) e CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social), que são políticas públicas – disponíveis no auxílio a esses jovens com seus direitos violados; inclusive proporcionando atendimento psicológicos (SILVA et al., 2015).

Existem seis medidas socioeducativas, sendo a mais severa a internação, seguida da semiliberdade. As medidas socioeducativas em meio aberto são quatro, sendo que, duas delas – advertência e obrigação de reparar o dano – se esgotam no âmbito do judiciário e as outras duas consistem em prestação de serviços à comunidade – PSC – liberdade assistida – LA (BRASIL, 1990).

A atuação psicológica deve acontecer em ambos os campos, tanto nos locais públicos de acolhimento que auxiliam e previnem a vulnerabilidade social, quanto nas instituições de abrigo e deve agir como mediador entre as famílias e o adolescente (SILVA et al., 2015; TERRADAS; ACHIM, 2016).

A adolescência é um período bastante conturbado e para um desenvolvimento sadio é necessário um ambiente acolhedor e afetivo. Quando, por alguma razão, essas necessidades não são atendidas, os jovens geralmente são direcionados à abrigos e instituições. Assim, o objetivo do presente trabalho é retratar a realidade dos jovens em situação de vulnerabilidade social para melhor compreensão da realidade vivida.

2 METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão bibliográfica da literatura acerca do tema exposto. Para tanto, recorreu-se à periódicos indexados nas bases de dados SciELO e Pepsic, no período de 2015 a 2021, por meio da intersecção das palavras-chave “vulnerabilidade”; “institucionalizados”; “jovens”. Para o trabalho, foram selecionados artigos científicos em idioma português e que disponibilizassem o texto na íntegra.

3 RESULTADOS E DICUSSÃO

Inicialmente a busca resultou em 18 artigos. Após a análise do material selecionado foram excluídos 9 artigos, dos quais 7 não abordavam o tema em questão e outros 2

estavam em outro idioma. Dos 9 artigos selecionados, 3 são estudos experimentais, 1 é uma revisão integrativa, 1 estudo qualitativo, 1 investigação qualitativa e 3 pesquisas qualitativas.

De acordo com Oliveira e Miranda (2019), em uma pesquisa sobre os sentidos da medida socioeducativa na vida de adolescentes institucionalizados, nota-se que os adolescentes quase nunca se chamavam pelo nome, e sim pelo número de identificação ou também como “de menor” tanto para referirem-se a eles mesmos quanto para falar do colega. Jimenez e Marques (2018), considera que, apesar de às vezes parecer que esses jovens são iguais devido ao local onde vivem ou atos criminosos cometidos, são na verdade totalmente diferentes, pois cada um tem uma motivação distinta.

Para Paula et al. (2017), é importante o acolhimento do adolescente a um abrigo em tempo integral onde lá deveria ter acesso a serviços substitutivos principalmente de proteção. Os autores destacam também a dificuldade dos familiares nesse processo de reinserção do jovem, tanto na hora da reabilitação quanto na volta a vida normal. Da mesma forma, Almeida e Moraes (2016) concordam sobre a reinserção dos jovens para a vida normal, nota-se que as expectativas para reinserção familiar são grandes, partindo dos adolescentes.

Durante o procedimento da pesquisa realizado por Silveira (2013), foram destacadas intervenções realizadas que trouxeram resultados dos adolescentes, provando que o medo distancia os jovens e um relação pautada na atenção e no cuidado é capaz de estreitar os laços e criar vínculos de respeito mútuo.

Nessa vertente, Amparo et al. (2008), destacam a escola com o papel fundamental para toda e qualquer ação educativa relativa à população juvenil. Para os autores, a escola pode realizar ações que procure amenizar fatores de risco, implementando ações que promovam e estimulem as habilidades sociais, a visão positiva de si próprio, a cooperação, as relações afetivas, o compromisso consigo mesmo, além da autoconfiança no que se refere à competência social e emocional.

A produção de sentidos sobre as situações de vulnerabilidade social se dá pelas práticas de significação das experiências do cotidiano. De acordo com Warpechowski e Conti (2018), a escuta desses adolescentes nos permite apontar que essa trama social traz dificuldades e limites na inserção desses jovens no laço social em um lugar de reconhecimento e pertencimento. Jovens institucionalizados e que se encontram em

situação de vulnerabilidade social, muitas das vezes são mal interpretados por falta de conhecimento e informação; julga-se muitas vezes como escolha, atos que não são opções.

A institucionalização refere-se a crianças e adolescentes que se encontram em lar temporário, casa abrigo e ou fundação casa, cujas causas podem ser por infrações ou por outros motivos, como maus tratos, vulnerabilidade em diversos aspectos, ou outra condição que não cumpra o regulamento do Estatuto da Criança (ECA); no entanto, há de se considerar o preconceito inerente aos jovens infratores. Nesse sentido, salienta-se que o jovem infrator muitas vezes vem de uma condição familiar precária, sendo esta não uma justificativa, mas uma motivação para a inserção na criminalidade.

Nos estudos analisados, o grande marco desta transição casa-abrigo e casa-instituição é a reinserção familiar. De acordo com as pesquisas, programas educativos são uma opção para o melhor desenvolvimento deste adolescente que se encontra em situação vulnerável.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio dos estudos analisados pode-se observar o estigma e a falta de conhecimento de pessoas sobre o tema. Considera-se que os jovens se encontram em fase de formação sobre a sua vida e utilizam muito a convivência familiar como espelho para sua formação – condição que pode trazer boas e más experiências.

A vulnerabilidade social é um fato histórico no Brasil e a desigualdade de classes afeta totalmente a vida dessas pessoas. Neste sentido, políticas públicas que minimizem esses efeitos são essenciais para que menos pessoas se enquadrem em situação de vulnerabilidade e para que menos jovens sejam institucionalizados.

Ademais, conforme os resultados indicam, a atuação do psicólogo neste contexto é imprescindível a fim de minimizar danos, intervir de forma preventiva, auxiliar na formação psicossocial e na reinserção deste jovem no seu âmbito familiar.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Oscar X., CARRERO, Márcia L. C., RONDINA, Regina C. **Casa Abrigo: Possibilidade de Atuação Para o Psicólogo**. REVISTA CIENTÍFICA ELETÔNICA DE PSICOLOGIA. Ano V – Número 9 – novembro de 2007 – Periódicos Semestral. http://faef.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/l4x527DLReirAvi_2013-5-10-16-19-27.pdf. Último acesso em: 24/05/2021.

ALMEIDA, S.; MORAIS, N. Expectativas relacionadas à reinserção familiar: um estudo com adolescentes com histórico de situação de rua, familiares e educadores. **Psicologia do Desenvolvimento**. V. 16, n. 2., 2016. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/29230/20662>. Acesso em: 14/09/2021.

AMPARO, D. M. do et al. A escola e as perspectivas educacionais de jovens em situação de risco. **Psicol. esc. educ.** Campinas, v. 12, n. 1, p. 69-88, jun. 2008. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572008000100006&lng=pt&nrm=iso. Último acessos em 14/09/2021.

GONÇALVES, C. I. R. **O Bem – Estar Psicológico de Crianças/Adolescentes Institucionalizados**. Dissertação de mestrado em Psicologia Clínica. Coimbra, 2013. Disponível em: <http://repositorio.ismt.pt/bitstream/123456789/893/1/Bem-estar%20Psicologico%20-%20Tese.pdf>. Acesso em: 24/05/2021.

GUARESCHI, N. M. F. et al. Intervenção na condição de vulnerabilidade social: um estudo sobre a produção de sentidos com adolescentes do programa do trabalho educativo. **Estud. pesqui. psicol.** Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, jun. 2007. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812007000100003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 14/09/2021.

BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Brasília, DF: Presidência da República. 1990.

JIMENEZ, L.; MARQUES, V. R. Revisão integrativa sobre a prática infracional na adolescência (2005/2014). **Estud. psicol.** v. 23, n. 2, p. 111-121, jun. 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2018000200003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 14 set. 2021.

OLIVEIRA, T. F. K; MIRANDA, L. Um estudo sobre sentidos da medida socioeducativa de internação na vida de adolescentes institucionalizados. **Psicol. Soc.**, v.1., n. 31, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/8LQvHx3TPYZ8PSCdG8qYvCL/?lang=pt>. Acesso em: 13/09/2021.

PAPALIA, D. E.; FELDMAN, R. D. **Desenvolvimento Humano**. 12 ed, Porto Alegre: AMGH, 2013.

PAULA, M. et. al. Experiência de adolescentes em uso de crack e seus familiares com a atenção psicossocial e institucionalização. **Ciênc. saúde colet.** n. 22, v. 8, ago 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/XDnmHFHMbcqDgDHLmc7MTgQ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 14/09/2021.

SILVA, C. D. L. et al. A Psicologia nos serviços de acolhimento institucional e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. **Pesqui. prá. psicossociais**, v. 10, n. 1, p. 55-65, jun. 2015. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082015000100005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 24 maio 2021.

SILVEIRA, F. Fique vivo: cidadania e prevenção de aids com jovens da Febem - reflexões de uma prática. **Temas psicol.**, v. 21, n. 3, p. 723-733, dez. 2013. Disponível em:

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2013000300005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 14/09/2021.

TERRADAS, M. M.; ACHIM, J. Sofrimento nos laços pais-filhos: práticas educativas fundadas na mentalização na proteção da infância. **Estilos clin.** São Paulo, v. 21, n. 1, p. 170-188, abr. 2016. Disponível em:

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-71282016000100010&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 14/09/2021

WARPECHOWSKI, M. B.; CONTI, L. Adolescer em contextos de vulnerabilidade e exclusão social. **Estilos clin.**, v. 23, n. 2, p. 322-343, ago. 2018. Disponível em:

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-71282018000200008&lng=pt&nrm=iso. Último acessos em: 14/09/2021.

ATUAÇÃO DE PSICÓLOGOS(AS) EM SITUAÇÕES DE CALAMIDADE PÚBLICA E EMERGÊNCIAS NO BRASIL

Ana Clara Mazzo, Ana Vitória Ramos Bento, Naiara Chiaratto, Marcela Mangili Esteves Ivo, e-mail: emergenciaedesastres@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

Muitas situações desagradáveis e trágicas acontecem no cotidiano das pessoas por todo o Brasil, desde enchentes em decorrência das chuvas, até desastres que chocam a população de modo nacional. O que pouco é enfatizado e tratado com a sua devida importância são os danos psíquicos derivados de tais eventos.

O Código de Ética do(a) Psicólogo(a) estabelece no Art. 1º, item D, ser dever fundamental dos psicólogos “Prestar serviços profissionais em situações de calamidade pública ou de emergência, sem visar benefício pessoal” (CFP, 2011, p.8). Segundo o Ministério da Integração Nacional (BRASIL, 2007), existem diferenças quanto às contextualizações dos termos estado de calamidade, desastres, danos, prejuízo, vulnerabilidade e demais expressões que dão nomes a cada ocorrência. Um estado de calamidade pública, por exemplo, se dá quando acontece algum desastre, natural ou não, que cause graves danos à sociedade e compromete a resposta do poder público – o ocorrido precisa afetar pelo menos dois dos três danos a seguir: humano, material ou ambiental (ACS, 2020). A conceituação de desastre se dá como:

Resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem, sobre um ecossistema (vulnerável), causando danos humanos, materiais e/ou ambientais e consequentes prejuízos econômicos e sociais. Os desastres são quantificados em função dos danos e prejuízos, em termos de intensidade, enquanto que os eventos adversos são quantificados em termos de magnitude. A intensidade de um desastre depende da interação entre: - a magnitude do evento adverso; - o grau de vulnerabilidade do sistema receptor afetado. Normalmente o fator preponderante para a intensificação de um desastre é o grau de vulnerabilidade do sistema receptor. (BRASIL, 2007, p.7).

Uma emergência, ainda segundo o Ministério de Integração Nacional (BRASIL, 2007, p. 8), se dá quando existe “reconhecimento (legal) pelo poder público de situação anormal, provocada por desastres, causando danos superáveis (suportáveis) pela comunidade afetada”.

Ao observar com mais afinco, é possível notar que situações como as descritas acima ocorreram de diversas maneiras ao longo da história. Nos acervos do Brasil, encontra-se notícias desde 1961, sendo a primeira um caso de incêndio em um Circo em Niterói que resultou em diversas mortes. Poucos anos depois, em 1967, um deslizamento de terra em Caraguatatuba causou mais de 436 mortes e acarretou muitos danos, visto que o município referido não possuía estrutura, como saneamento e moradia, para suportar tal evento. Outras situações de emergências foram:

- Incêndio na Vila Socó, em Cubatão, ocorrido em 1984 (93 mortos e 3 mil desabrigados);
- Massacre do Carandiru, em 1992 (111 mortos);
- Acidente aéreo em Congonhas, em 2007 (199 mortos e 13 feridos);
- Chuva e deslizamento na região serrana do Rio de Janeiro, em 2011 (917 mortos e 345 desaparecidos);
- Incêndio na Boate Kiss, em 2013 (242 mortos e 680 feridos);
- Rompimento da barragem em Mariana, em 2015 (18 mortos e 1 desaparecido);
- Entre outras calamidades existentes na história, porém com menor repercussão, e a vivenciada atualmente, pandemia da COVID-19, que teve início em março de 2020.

Situações de calamidade pública e emergências ocorrem por conta de diversos fatores, sejam eles naturais e/ou de interferência humana. Diante desses acontecimentos, observa-se um padrão: a fiscalização busca pelos responsáveis e pelas possíveis causas, a mídia foca no acontecimento e no sofrimento daqueles que foram afetados pelo ocorrido, e as políticas e a sociedade em geral tentam sanar as demandas físicas e materiais básicas, entretanto as demandas psicológicas são negligenciadas. O que se pode observar é um amparo de curto-prazo, porém esquecendo-se da importância da saúde mental dos indivíduos, a qual muitas vezes é vista como um cuidado “não necessário” ou prioritário.

A primeira pesquisa, na área da psicologia, sobre a temática emergências e desastres, foi desenvolvida a partir da explosão de uma mina de Courrières, na França, em 1906. O psiquiatra norte-americano Edward Stierlin, no começo do século XX, foi quem iniciou esses estudos, com o intuito de entender as emoções, os sentimentos e as possíveis consequências nas pessoas afetadas pelo desastre (KESSLER, 2019). Já no Brasil, Oliveira (2020) discursa que o primeiro registro brasileiro a desencadear um olhar para a investigação do comportamento dos indivíduos em desastres é o de 1987, referente a um acidente em Goiânia, onde um componente químico usado normalmente em radiografia,

chamado Césio-137, contaminou diversas pessoas acidentalmente. Franco (apud OLIVEIRA, 2020), também comenta sobre as formulações e reformulações que surgiram depois desta ocorrência, com focos nos traumas e lutos sofridos.

Sendo assim, a intervenção psicológica diante de situações de urgência e emergência é uma área que tem sido reconhecida recentemente, porém ainda é pouco explorada, pesquisada e orientada. O objetivo do presente trabalho é compreender o impacto na saúde mental de pessoas que passam por esses acontecimentos e qual o papel do psicólogo diante dessas demandas.

2 MÉTODO

A pesquisa refere-se a uma revisão bibliográfica que teve como objetivo viabilizar, de forma clara e explícita, estudos sobre a atuação de psicólogos(as) em situações de calamidade pública e emergências. Para isso, foram feitas buscas de artigos, livros e outros materiais nas bases científicas SciELO (Scientific Electronic Library Online), Google Acadêmico e BVS (Biblioteca Virtual em Saúde).

A procura foi realizada a partir da interseção das palavras-chave “psicologia”, “calamidade pública” e “emergências”, dentro do período de 2015 a 2019. Dos 1.045 materiais encontrados, foram selecionados 5 artigos. 1.040 arquivos foram descartados, seguindo os seguintes critérios de exclusão: estudos em outro idioma, estudos duplicados, arquivo indisponível e/ou não tratavam do tema do trabalho.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A psicologia das emergências e dos desastres pode ser contextualizada como um campo de conhecimento que tem por finalidade agir na reconstrução da vida social e interpessoal dos indivíduos que sofreram pelos danos causados por acidentes, desastres, catástrofes, além de incidentes críticos (MARTINS, 2012). No Brasil, ocorreram dois Seminários da Psicologia das Emergências e Desastres (2006 e 2011). O último resultou na construção da Associação Brasileira da Psicologia em Emergências e Desastres (ABRAPEDE), a qual visa desenvolver um melhor trabalho dos psicólogos nessa área. Porém, não há previsões de próximos eventos com a temática para possíveis atualizações e demonstrações de estudo.

Segundo o trabalho de conclusão de Oliveira (2020), os sintomas e transtornos mais trabalhados e investigados pelos profissionais da psicologia após o interesse em temas de

emergência ter emergido, são os referentes ao Transtorno do Estresse Pós-Traumático (TEPT), ao luto e às crises ansiosas. Buscando orientar o exercício profissional, em 2013 o CFP lançou uma nota sobre a atuação do psicólogo diante de situações de emergências e desastres. Porém, em 2016 houve uma atualização que valorizou ainda mais a importância da intervenção psicológica diante da demanda e vinculou a prestação do serviço ao Sistema Único de Saúde (SUS) e ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS), segundo o Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP, 2019).

Para Melo e Santos (2011), existem três modalidades em que psicólogos(as) podem atuar frente a essas situações: a prevenção (elaborando estratégias que vão minimizar ou evitar algo maior), emergência (realizando escuta e acolhimento dos atingidos e profissionais da linha de frente) e a reconstrução (auxiliar na construção de políticas públicas que amparem e atendam às necessidades da comunidade afetada).

Silva (2016) relata que as intervenções possuem o objetivo de diminuir traumas vivenciados, permitindo a adaptação dos indivíduos e desenvolvendo métodos para melhor enfrentar tal situação, utilizando-se de recursos pessoais e de apoio. Em todos esses processos, é de grande importância que o psicólogo possibilite o desenvolvimento da resiliência (capacidade que um indivíduo ou comunidade possui para enfrentar e passar por uma determinada situação), uma vez que situações de desastres e emergências causam grandes mudanças na vida do indivíduo (PARANHOS; WERLANG, 2015). Em algumas situações de emergência e desastres o luto está presente de forma constante.

O processo de luto frente aos desastres é inevitável por parte dos envolvidos, pois há inúmeras perdas, não apenas à morte de pessoas, mas também à perda de uma identidade ou até mesmo de uma história construída dentro de uma comunidade. Diante disso é essencial o trabalho do profissional da psicologia, tanto em seu contexto individual como social, através de grupos de apoio aos envolvidos que sofreram perdas significativas nos desastres, contribuindo para que haja o processo de elaboração do luto minimizando o sofrimento. (SILVA, 2016, p. 25).

Faz-se importante destacar que a intervenção psicológica não deve ser feita apenas diante de um transtorno mental, mas sim quando há presença de sofrimento psíquico de qualquer natureza, inclusive nos casos de situações de emergências (SANGUEBUCHÉ, 2016). Além disso, esse atendimento também pode ser voltado para aqueles indivíduos que atuam nessas situações de calamidade.

O trabalho da psicologia é complementado e integrado com diversos profissionais de outras áreas, como enfermeiros, bombeiros, assistentes sociais, médicos, entre outros. Esses profissionais devem trabalhar visando o bem-estar do indivíduo afetado pelo desastre e contribuindo para que ele seja amparado e tenha suporte em todos os aspectos, sejam eles físicos, psicológicos ou sociais (BRAGA et al., 2018).

Weintraub et al. (2015), salientam a importância de se estruturar uma intervenção de forma contextualizada e articulada com os mecanismos locais (públicos, essencialmente, mas, também, de organizações privadas) de manejo da crise. É de suma importância que o profissional de psicologia não atue sozinho e entenda que, para conseguir atender a demanda como um todo, precisará trabalhar com diversos profissionais. Também é fundamental reforçar a relevância em considerar o sujeito, o contexto, o drama, a história, as relações, o entorno, as condições e estratégias comunitárias e sanitárias do local.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no conteúdo revisado para a pesquisa, apesar do grande impacto na saúde mental das vítimas de situações de calamidade pública e emergências, e da importância da intervenção psicológica diante dessa demanda, identificou-se a necessidade de mais estudos na área da psicologia sobre as situações de emergências e desastres, visto que foram encontrados poucos artigos na área que enfatizaram o trabalho de psicólogos(as). Notou-se também a carência de intervenções e estudos empíricos para que se tenha um embasamento mais aprofundado e específico na atuação desses profissionais frente a pessoas que passaram por perdas e traumas significativos diante das demandas citadas.

Considera-se assim, o luto, Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT), a perda da identidade do eu e a anulação da autonomia do indivíduo, possíveis temáticas a serem aprofundadas com o objetivo de criar-se ferramentas eficazes para a atuação dos profissionais. Por fim, a promoção de matérias específicas dentro do curso de ensino superior e eventos científicos periódicos, com o intuito de contribuir para que profissionais da área de saúde, em especial psicólogos(as), adquiram e produzam conhecimentos sobre a área.

REFERÊNCIAS

ACS. **Situação de emergência x Estado de calamidade**. Tribunal da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, 2020. Disponível em:

<<https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/direito-facil/edicao-semanal/situacao-de-emergencia-x-estado-de-calamidade#:~:text=IV%20%2D%20estado%20de%20calamidade%20p%C3%ABlica,Art>>. Acesso em: 31, maio de 2021.

BATISTA, L. **Grandes tragédias que marcaram a história do Brasil**. ACERVO ESTADÃO, 2019. Disponível em:

<http://m.acervo.estadao.com.br/noticias/acervo,tragédias-que-marcaram-a-historia-do-pais,70002703878,0.htm#>. Acesso em: 1 jun. 2021.

BRAGA, A. P. A. et al. Produção científica sobre psicologia dos desastres: Uma revisão da literatura nacional. **Estudos de psicologia**, Natal, v. 23, n. 2, p. 179-188, 2018.

Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2018000200009>. Acesso em: 11 set. de 2021.

BRASIL, Ministério da Integração Nacional. **Manual para decretação de situação de emergência ou de estado de calamidade pública**. Brasília, 2007.

CFP – Conselho Federal de Psicologia. **Código de Ética Profissional do Psicólogo**.

Agosto de 2005. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>. Acesso em: 05 set. de 2021.

CREPOP - CENTRO DE REFERÊNCIAS TÉCNICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS. Referências técnicas para atuação de psicólogas (os) na gestão integral de riscos, emergências e desastres. Brasília: CFP, 2019. Disponível em:

http://crp16.org.br/wpcontent/uploads/2019/08/REFER%C3%8ANCIA-T%C3%89CNICA-RiscosEmerg%C3%A4ncias_Desastres-Vers%C3%A3o-Consulta-P%C3%ABlica.pdf.

Acesso em: 15 set. 2021.

KESSLER, D. **Contribuições do profissional da psicologia em emergências e desastres**. 2020. 43 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Psicologia) -

Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - UNIJUÍ, [S. l.], 2020. Disponível em: <https://bibliodigital.unijui.edu.br:8443/xmlui/handle/123456789/6963>.

Acesso em: 19 ago. 2021.

LEITE, N. A. **O novo coronavírus e o estado de calamidade pública**. Centro de

Liderança Pública, 2020. Disponível em: <<https://www.clp.org.br/o-novo-coronavirus-e-o-estado-de-calamidade-publica-mlq2/>>. Acesso em: 31, maio de 2021.

MARTINS, G. V. dos S. **Práticas psicológicas junto às vítimas em situações de emergências e desastres**: reconstrução de seus espaços de vida e suas relações

intrapessoais. 2012. Monografia (Bacharelado em Psicologia) - Universidade Católica de Minas Gerais - PUC MG, Belo Horizonte, 2012.

MELO, C. A.; SANTOS, F. A. D. As contribuições da psicologia nas emergências e desastres. **Psicólogo Informação**, v. 15, n. 15, p. 169-181, 2011.

OLIVEIRA, C. A. de. **Contribuições da psicologia no contexto de emergência e desastre**. 2021. 56 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Psicologia) - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - UNIJUÍ, [S. l.], 2020. Disponível em: <https://bibliodigital.unijui.edu.br:8443/xmlui/handle/123456789/7028>. Acesso em: 19 ago. 2021.

PARANHOS, M. E.; WERLANG, B. S. G. Psicologia nas emergências: Uma nova prática a ser discutida. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 35, n. 2, p. 557-571, 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pcp/a/jKSKSLjXRPsRyKdcN35NVZr/?lang=pt>>. Acesso em: 10 set. de 2021.

RIBEIRO, M. P; FREITAS, J. L. Atuação do Psicólogo na Gestão Integral de Riscos e Desastres: Uma revisão sistemática da literatura. **Gerais, Rev. Interinst. Psicol.**, Belo Horizonte, v.13, n.2, 2020. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-82202020000200008. Acesso em: 31, maio de 2021.

SANGUEBUCHÉ, S. F. **A Psicologia e as perspectivas frente a emergências e desastres**. 2016. 29 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Saúde Pública) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/149391>>. Acesso em: 10 set. de 2021.

SILVA, F. G. da. **Emergências e Desastres: atuações e contribuições da Psicologia**. 2016. 29 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Psicologia) - Faculdade Meridional-IMED, Passo Fundo, [S.l.], 2016. Disponível em: [https://www.imed.edu.br/Uploads/CEOMEvent/Fabio%20Graff%20da%20Silva\(1\).pdf](https://www.imed.edu.br/Uploads/CEOMEvent/Fabio%20Graff%20da%20Silva(1).pdf). Acesso em: 2 set. 2021.

WEINTRAUB, A. C. A. de M. et al. Atuação do Psicólogo em Situações de Desastre: reflexões sobre a práxis. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação [online]**, v. 19, n. 53, 2015.

AUTORIDADE ANÔNIMA E A LIBERDADE: UM OLHAR FENOMENOLÓGICO PARA AS NARRATIVAS PRESENTES NO FÓRUM DA COMUNIDADE ASSEXUAL

Vinícius de Sousa, Aguinaldo José da Silva Gomes, e-mail: viniciusousa@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O homem ao se perceber repleto de sofrimento frente a sua solidão e o medo à liberdade, este acabou procurando por novos vínculos, vínculos secundários, para que pudessem substituir os primários que foram sendo renunciados ao longo do desenvolvimento de sua individuação (FROMM, 1974. Apud PEREIRA, 2011). Nesta tentativa e busca por novos vínculos, acabou se sujeitando novamente a uma forma de autoritarismo, enquanto fugia de si mesmo, da sua própria liberdade, acabou sendo exposto a uma nova forma de escravidão – frente à adaptação, de tornar os homens submissos e ajustados ao que se refere a um comportamento social (SANTOS, 1972).

Atualmente existe um novo tipo de autoridade, que seria a autoridade anônima, onde questões como senso comum, bom-senso, opinião pública, padrões de normalidade, afins, acabam exercendo certa influência sobre o indivíduo, não como uma forma de pressão, mas sim persuasão (SANTOS, 1972; FROMM, 1983).

A submissão é sempre uma autoridade manifesta ou há também submissão a autoridades interiorizadas, como o dever ou a consciência, a compulsões interiores ou as autoridades anônimas, como a opinião pública? Haverá uma satisfação recôndita em submeter-se, e, neste caso, qual é a sua essência? (FROMM, 1983, p. 16, grifo meu).

O homem que não acabava persuadido frente a essa autoridade anônima, acabava sentindo-se mais desajustado ainda, já que carece tanto dos vínculos primários como dos secundários (SANTOS, 1972). Sendo assim, o trabalho em questão parte deste princípio, embarcando em uma pesquisa exploratória a respeito das pressões sociais e do peso da autoridade anônima, focalizando-se para como a comunidade em questão, assexuais do fórum Comunidade Assexual, vivenciam e experienciam o peso, a pressão e a autoridade anônima.

3 MÉTODO

Ao passo que me proponho a um viés qualitativo de pesquisa, revelo o caráter intersubjetivo do estudo, uma vez que diante do fenômeno que se manifesta nas narrativas, me vejo incluído nas discussões a partir do compartilhamento de ideias. Nestes termos,

passeio através das narrativas dos membros da comunidade em questão – Comunidade Assexual –, cujo compartilhamento do espaço, ao mesmo tempo em que me oferece o lugar para reflexões desse estudo, torna-se, também, um voo arriscado em que as histórias contadas podem se confundir com as minhas histórias, me colocando como participante, assim, assumindo a condição de também integrante e membro da comunidade como parte desse estudo. Em tais condições, me afirmo como pesquisador-participante quando me coloco como uma premissa para a própria pesquisa, assim, me reconheço influenciando e alterando a pesquisa, alterando o meio e o campo (KRIPKA; SCHELLER; BONOTTO, 2015).

Trata-se de uma pesquisa de caráter documental, utilizando do fórum online Comunidade Assexual como fonte de dados –, sendo uma forma de pesquisa que utiliza de fontes que não passaram por um tratamento analítico, que não foram sistematizadas ou analisadas anteriormente; diferentemente de uma revisão de literatura, que já passou por esse processo e tratamento dos dados (IBIDEM).

Com isso, além de se tratar de uma pesquisa qualitativa de caráter documental, a pesquisa acaba por banhar-se na fenomenologia, que abre a possibilidade – diferentemente da forma de fazer ciência provinda do positivismo – de conhecer um fenômeno, de gerar conhecimento, justamente partindo de eu próprio, da primeira pessoa no singular, como sendo um sujeito singular, influente e subjetivo (LEAL; SERPA JUNIOR, 2013). A pessoa que escreve sobre si própria, está acaba por produzir uma obra de arte e, quando eu me encontrar com essa obra, serei tocado, como humano serei afetado e, justamente nesse encontro, nesse toque, que se tem como possibilidade a produção dessa pesquisa, da análise dos relatos e depoimentos presentes no fórum, proponho-me na busca dos sentidos encontrados a partir da minha própria vivência diante do deparar-me com diferentes obras de arte, do permitir ser afetado por estas (MACÊDO, 1999; DARTIGUES, 1992 apud MACÊDO, 1999).

Para a análise dos depoimentos, acessei dois tópicos do fórum Comunidade Assexual, um denominado como “Pressão social e assexualidade”, criado em agosto de 2015, o outro tópico sendo chamado de “Pressão social, vamos falar sobre?”, criado em maio de 2021.

3 A COMOÇÃO DAQUELE QUE EXPERIENCIOU O ABALO

Falar sobre autoridade implica em falar naquele que a exerce e naquele que dela é subordinado. Se olhar o termo normal através da estatística, normal seria o frequente, o comum, a norma (HEGENBERG, 1998). Sendo assim, socialmente falando, normal seria seguir os estereótipos, seria aquele que segue um padrão. A sociedade de forma geral seria aquela que exerce a autoridade sobre aqueles que nela convivem. Diante dos relatos dos membros do fórum, o termo normal me parece ser lido como a expectativa social que acreditam que a sociedade possui sobre eles, então ser normal influi em passar despercebido sem destoar dos demais, ser normal me parece influir em não se ver diferente, deslocado ou quebrado (M-Aril, 2015), pois é assim que certos membros da Comunidade Assexual descrevem que se enxergam frente a própria sociedade.

Já tive namorados e namoradas só pra que as pessoas me vissem como alguém "normal" que namora, beija, sofre por amor, passa cantadas, etc. Vestia essa máscara. **As experiências sexuais e românticas que tive foram extremamente desconfortáveis.** Chato quando nós nos sentimos forçados a ser algo que não somos [...] Uma pessoa em plena saúde sexual que não sente atração sexual por ninguém? Sei que lá fora as pessoas pensarão mil e uma coisas diferentes sobre nós, mas **não quero mais ser aquele "pegador de mentirinha"**. (M-Aril, 2015, grifo meu).

Algo que me chama muita atenção é o uso de aspas entre as palavras normal e normalidade, realizadas pelos próprios membros dos tópicos analisados. Estes me parecem utilizarem das aspas como forma de se distanciarem do que leem e interpretam socialmente como signficante, o normal me parece ser lido e sinonimizado como comum, padrão, norma ou regra e, no uso dessas aspas, os membros distanciaram-se desse significado atrelado ao uso de normal, como se reconhecessem que embora estejam imersos nesse significado, não concordam com o mesmo.

Sinto que ao usar das aspas para abranger o conceito de normal e normalidade, parecem que questionam-se a todo momento se a palavra "normal" iria surgir com ou sem aspas, preocupando-se com o como iriam ser lidos, o sentido que esse uso teria ou não no texto e, por fim, optaram por usar o normal entre as aspas, como uma forma de criticar o sentido de normal enquanto regra e norma, pois se o utilizassem com esse sentido social por trás do termo, sem as aspas no caso, estariam colocando-se a par dessa sociedade, o que não o fazem – percebem-se envoltos e emaranhados para com essa sociedade, fazendo parte, recebendo a pressão e a autoridade provinda dela.

Pensei-me, a princípio, em usar dos relatos dos membros para embarcar em uma reflexão acerca das experiências sexuais que estes compartilharam uns com os outros e, antes dessa viagem, fiz uma breve pausa e desembarco, a fim de questionar o uso e representação que o símbolo gráfico de aspas teria de sentido para esses membros. Agora, voltando a navegação, vou em direção a comentar sobre as pressões que os membros reconhecem a respeito de suas experiências sexuais. Mergulho nos relatos dos membros, “me odiei por ter tentado algo que já sabia que não iria gostar” (BABYJANE, 2015).

Me questiono sobre o que que ocorreu com esses membros, sobre o que os fez colocarem-se como sujeitados a uma situação em que já reconheciam previamente como algo eminentemente desconfortável? Seria pertinente recorrer aqui ao uso do que chamei de autoridade? Especificamente a autoridade anônima? Seria essa tentativa, mesmo com o desconforto atrelado a ela, o que foi chamado por Erich Fromm (FROMM, 1983) de persuasão? O homem que não acabava persuadido frente a essa autoridade anônima, acabava sentindo-se mais desajustado ainda, já que carece tanto dos vínculos primários como dos secundários (SANTOS, 1972).

Perfeição, estar feliz o tempo todo, fazer as pessoas felizes o tempo todo, agradar a todo mundo, atender as expectativas alheias [...] um belo dia a fatura chegou: em forma de depressão e ansiedade. Essas pressões e cobranças, no meu caso, e na maior parte das vezes, sinto que são veladas. Seja dentro da família ou na sociedade em geral. Tudo muito sutil, mas que acabei absorvendo e acreditando serem minhas verdades (ANAGUIMARAES, 2021, grifo meu).

Quando li os relatos dos membros do fórum pela primeira vez, algo que me deixou em alerta foi o como vários membros compartilhavam de uma mesma cobrança, a de serem perfeitos, mas quando iam apontar para possíveis culpados, cada um apontava para um lugar diverso, sendo o outro ou a si próprio, isso, é claro, quando conseguiam apontar para algum lugar. Para mim, tentar ser perfeito se mostra sempre uma tarefa de busca por frustração, é como se fosse uma perpétua e incessante dose de desapontamento e desilusão, como eu mesmo olho a perfeição como sendo algo inatingível, então se torna desnecessário cobrar-me por atingi-la. Tentar ser perfeito me parece tortura, como, então, esses membros estariam se cobrando disso? Como poderiam almejar perfeição? Claro que olho para isso, o conceito de perfeição, através do significado que eu mesmo dou para o termo. Como me desvincular disso?

Lançando um olhar para o comentário de AnaGuimaraes (2021), citada um pouco acima, “Essas pressões e cobranças, no meu caso, e na maior parte das vezes, sinto que

são veladas. Seja dentro da família ou na sociedade em geral. Tudo muito sutil, mas que acabei absorvendo e acreditando serem minhas verdades”, sinto que esta já está fazendo uma citação indireta a respeito dos conceitos de persuasão e de autoridade, conceitos que já foram, aqui no presente trabalho, explicitados e explorados.

[...] aos poucos eu **comecei a encontrar minha própria voz interna**. Inclusive, identificar-me como assexual foi essencial nessa busca. **As pressões, cobranças, padrões não vão nunca deixar de existir**, o que venho experimentando é que **quanto mais eu sei quem eu sou e me aprofundo em mim mesma, mais tranquilo vai ficando lidar com todas essas questões** (ANAGUIMARAES, 2021, grifo meu).

Continuando a comentar a respeito de AnaGuimaraes (2021), um dos membros que participou da discussão do tópico em que estou lançando um olhar no momento, “Pressão social, vamos falar sobre?”. Ana reconhece que sofre influência de diversas fontes de autoridade, quando falado sobre as cobranças e pressões sociais, destaca aos outros membros que isso é algo que não deixarão de sentir, mas que há como não se deixar afetar com grande peso – com maior ponderação – por essa autoridade e, no caso, lança-se no caminho do autoconhecimento. Não embarco nessa jornada de explicitar teoricamente se seria o autoconhecimento um caminho para não se deixar afetar com muito afinco e acabar por aderir a toda forma de pressão, persuasão e autoridade socialmente exercida, mas penso que autoconhecimento nunca é supérfluo. Sendo assim, por que não?

A cobrança por perfeição parece-me andar lado a lado com expectativas, como sendo a busca por perfeição uma tentativa em atender o que acredita que esperam de si, uma tentativa em conseguir conciliar as diversas cobranças da qual acaba sentindo que exercem sobre si. Buscar perfeição, nesses casos, acaba sendo simultaneamente um esforço em suprir todas as autoridades – autoridade anônima, externa e interna – e pressões que delas se originam. Tentar ser perfeito me parece um tremendo esforço, esforço em não gerar frustrações a ninguém além de si próprio. Ao tentar suprir todas as autoridades, nesse caso, estaríamos vivendo nossa própria vida ou apenas nos adaptando frente às pressões sociais e padrões de normalidade?

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho partiu almejando ser uma pesquisa exploratória, na medida em que se buscava conhecer e descobrir um pouco a respeito das autoridades e pressões que os assexuais da Comunidade Assexual – fórum online – relataram vivenciar. Além de ser uma pesquisa exploratória, tratou-se de uma pesquisa documental, já que a fonte de dados

utilizada no trabalho foi um fórum online – citado a pouco. Através dos relatos dos membros deste fórum, utilizou-se de um caráter qualitativo e de um olhar fenomenológico, na tentativa de realizar a suspensão de conceitos e pré-conceitos, a fim olhar para esses relatos sem uma estigmatização prévia.

Sobre a importância e relevância que o tema do meu trabalho pode trazer – quer para o meio acadêmico, para minha vida pessoal e/ou profissional, quer para qualquer outro lugar –, foco-me na oportunidade de metaforicamente ouvir vozes abafadas, vozes silenciadas; devoto meu trabalho na possibilidade de tornar visível o não-visível, de apontar o feixe luminoso de um farol aceso para algo que antes não estava a ser visto.

Houve membros compartilhando o fato de aceitarem-se como assexuais, de que a assexualidade acaba simplesmente por ser mais uma característica de si próprio, em meio a diversas outras, mas de que relatam que quando em sociedade, em contato com outras pessoas, não se sentem bem, “[...] sou uma pessoa que sempre encarou o fato de não me sentir atraída pelos outros de maneira natural. Porém, quando estou na sociedade, no dia-a-dia, me sinto muito mal. Mal no sentido de me sentir deslocada.” (BabyJane, 2015). Os membros que participaram da discussão dentro dos tópicos selecionados para o presente trabalho, estes compartilharam a respeito de suas vivências, experiências, de suas percepções frente ao mundo, de tudo que se relaciona ao como sentem-se quando se deparam com a sociedade e o mundo, com o como se sentem ao entrar em contato com um universo que vai além de si próprio.

Sendo assim, o presente trabalho enfocou-se justamente nesse ponto, nas pressões e autoridades que os membros – dos dois tópicos selecionados – reconhecem que sentem, direcionando principalmente uma atenção para as cobranças que percebem que sofrem influências e pressões, mas sem ao certo conseguir apontar de onde essas provêm, de onde essa pressão surge – que é o que foi chamado no presente trabalho por autoridade anônima.

No final, me parece que em todas as temáticas em que direcionei a atenção no presente trabalho, seja a busca por normalidade ou a cobrança por perfeição, em ambos os casos percebo que os membros do fórum – Comunidade Assexual – os fazem para tentar buscar o sentimento de pertencimento, de serem lidos como pessoas “normais” – trazendo propositalmente o uso das aspas; nessa tentativa vivenciam diversas pressões e persuasões, sendo exatamente esse o foco do presente trabalho.

Sigo trazendo para esse momento de encerramento, o fato de que ao mesmo tempo em que busquei explorar e divagar a respeito das autoridades que os assexuais do fórum foram reconhecendo que vivenciaram, entrei em contato com as vivências compartilhadas dos membros, deparei-me com o fato de que as pessoas enxergam e podem trazer significados tão diversos para termos ou conceitos que trago outras significações, cito a busca por perfeição e a busca por normalidade; me vi tentando me distanciar justamente do significado que eu mesmo tenho para esses termos e, percebi que era partindo de eu próprio e das minhas próprias significações que esses termos brilharam e se destacaram enquanto eu os lia. Então eu iria influir de qualquer forma nos dados, dando importância para alguns pontos dos relatos, assim como, negligenciando outros, não tinha como eu fugir de eu próprio.

Trago AnaGuimaraes (2021) – anteriormente citada no trabalho – para me auxiliar nesse momento de realizar as considerações finais das considerações finais – explorando da redundância – “As pressões, cobranças, padrões não vão nunca deixar de existir, o que venho experimentando é que quanto mais eu sei quem eu sou e me aprofundo em mim mesma, mais tranquilo vai ficando lidar com todas essas questões.” Por fim, concluo com uma citação, ou melhor, uma aclamação, “**EU QUERO FINALMENTE SER EU MESMO!**” (M-Aril, 2015, grifo do autor).

REFERÊNCIAS

ANAGUIMARAES. **Pressão social, vamos falar sobre?**. Comunidade Assexual, 2021. Disponível em: <<https://assexualidade.forumeiros.com/t5411-pressao-social-vamos-falar-sobre>>. Acesso em: 09 jul. 2021.

BABYJANE. **Pressão social e assexualidade**. Comunidade Assexual, 2015. Disponível em: <<https://assexualidade.forumeiros.com/t2478-pressao-social-e-assexualidade?highlight=pressao>>. Acesso em: 11 maio 2021.

FROMM, E. O medo à liberdade. Tradução de Octávio Alves Velho. **Rio de Janeiro: Guanabara**, 1983.

HEGENBERG, L. Normalidade Estatística. In: _____. **Doença: um estudo filosófico**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1998. p. 103-114. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/pdj2h>>. Acesso em: 09 jul. 2021.

KRIPKA, R. M. Z.; SCHELLER, M.; BONOTTO, D. L. Pesquisa documental na pesquisa qualitativa: conceitos e caracterização. **Revista de investigaciones UNAD**, v. 14, n. 2, p.

55-73, 2015. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/322589335.pdf>>. Acesso em: 11 maio 2021.

LEAL, E. M.; SERPA JUNIOR, O. D. Acesso à experiência em primeira pessoa na pesquisa em Saúde Mental. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, p. 2939-2948, 2013. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/rdQvTQFJYtp7PwpbNSQVzXk/>>. Acesso em: 11 maio 2021.

MACÊDO, S. M. Análise fenomenológica de depoimentos escritos: apresentando e discutindo uma possibilidade. **Estudos de Psicologia (Campinas)**, v. 16, n. 1, p. 35-44, 1999. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/estpsi/a/Q7B4MJNdBxgXDXxgXLbh6mG/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 11 maio 2021.

M-Aril. **Pressão social e assexualidade**. Comunidade Assexual, 2015. Disponível em: <<https://assexualidade.forumeiros.com/t2478-pressao-social-e-assexualidade?highlight=pressao>>. Acesso em: 09 jul. 2021.

SANTOS, M. P. Liberdade, amor, responsabilidade; **a propósito de Erich Fromm**, Belo Horizonte 1972, 60 p. 1972.

CONJUGALIDADE NA CONTEMPORÂNEIDADE: A SATISFAÇÃO CONJUGAL NAS RELAÇÕES AMOROSAS

Rayane S. Silva, Vivian A. De Lucio Monterosso, Patricia P. Rosseto, e-mail:

rayanesilva.psico@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Quando voltamos o olhar para os casamentos heteroafetivos contemporâneos, notamos que existem influências externas sociais, tecnológicas e econômicas em seu funcionamento. De acordo com Gonçalves (2006, apud AOYAMA et al., 2020), as relações conjugais atuais tendem a enfatizar mais a autonomia individual de cada um, do que a dependência entre eles, dessa forma dificultando a manutenção dos vínculos conjugais. Por conta disso, percebe-se certa instabilidade nas relações conjugais, sendo necessária constante readaptação das relações amorosas, já que no casamento, muitas vezes a convivência apresenta déficits por conta das mudanças na forma de comunicação e relacionamento social. Ou seja, alguns casais não criam uma boa comunicação entre si, sem mostrar interesse ou assertividade ao tentar falar com o outro. Entretanto, um relacionamento exige respeito, admiração e amizade entre o casal, características que só são alcançadas a partir de habilidades de expressão e empatia que devem ser desenvolvidas (OTERO; GUERRELHAS, 2007 apud AYOAMA et al., 2020).

A escolha do tema partiu da observação das mudanças históricas da conjugalidade até a contemporaneidade, gerando a necessidade de compreensão dos fatores contribuintes para a satisfação conjugal nas relações conjugais atuais.

Portanto, o presente trabalho pretende evidenciar o que a literatura científica acerca das habilidades sociais conjugais que são favoráveis para a satisfação conjugal nas relações amorosas na contemporaneidade.

Para isso, pretende-se aprofundar o conhecimento acerca dos conceitos de conjugalidade, relacionar as possíveis mudanças nas relações amorosas atuais em conjunto com as mudanças históricas das relações conjugais, evidenciar quais são as habilidades sociais conjugais desenvolvidas durante o casamento e sua importância na resolução de conflitos, revisar a influência de tais habilidades no processo de satisfação e compreender o impacto do aumento da intimidade na convivência conjugal dos casais.

2 MÉTODO

O presente trabalho foi realizado a partir de um levantamento bibliográfico que se tem como base materiais já elaborados através de livros e artigos científicos de bases de dados como Google Acadêmico. Foi realizada uma pesquisa descritiva utilizando o método dialético, pretendendo considerar os fatos de maneira geral, principalmente o momento atual em que o fenômeno está ocorrendo. Dessa forma, foi possível notar a busca pela compreensão dos fatores que contribuem para a satisfação conjugal nas relações amorosas em virtude das habilidades sociais conjugais que são necessárias para que tais relações sejam sustentadas na contemporaneidade.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

a. HISTÓRIA DO CASAMENTO

Ascendendo na escala social até a era moderna, o casamento por amor lentamente vai se estabelecendo como uma regra básica social, mas é a partir do século XVIII, que o amor romântico se torna ideal de casamento, expulsando o que era tradicional em outros tempos e introduzindo o erotismo como um aspecto importante no que tange a duração do casamento. O divórcio então é colocado como uma possibilidade na sociedade, não sendo visto como uma reparação de erro, mas como uma sanção normal de um sentimento que não pode durar e que deve dar lugar ao seguinte, sendo essa uma das principais características do amor moderno (ARÌES, 1987 apud ARAÚJO, 2002).

Dessa maneira, por meio de Araújo (2002) compreende-se como sendo um dos grandes desafios enfrentados pelos casais, de fato, a redefinição das expectativas e as idealizações sobre o casamento, pois, ao contrário do amor conjugal que aumenta com o tempo, o amor-paixão tende a acabar conforme o tempo passa. A partir da evolução das estruturas sociais, porém, o papel de cada um dos cônjuges dentro da relação conjugal é modificado (LEMAIRE, 1990 apud MENEZES, 2006).

b. VÍNCULO CONJUGAL

No decorrer do tempo houveram transformações no próprio estabelecimento do vínculo conjugal, onde a dinâmica relacional também passou por modificações bastantes significativas, como por exemplo nos tipos de conflitos e as formas de resoluções dos casais; o enfraquecimento e o fortalecimento deste vínculo. Da mesma forma, houveram modificações nos ideais do amor romântico e no casamento, que antes eram vistos como

uma “condição natural”, mas na contemporaneidade, a perspectiva é voltada para a durabilidade do relacionamento e para a proporção da satisfação conjugal de ambos parceiros (GIDDENS, 2001 apud ROCHA et al., 2018).

De acordo com Féres-Carneiro (2010, apud Rocha et al., 2018) a modificação dessa postura na conjugalidade é dada por conta da valorização da singularidade e da liberdade individual, o que desencadeia o abandono e a ruptura hierárquica. Assim, fazendo com que na conjugalidade contemporânea o conflito existente seja a relação paradoxal entre o individualismo, como construção do “eu” em primeiro campo, e a constituição do casal, na alusão do “nós”.

c. SATISFAÇÃO CONJUGAL

A satisfação conjugal se trata da comparação entre as expectativas em relação ao casamento e seus resultados. Já a estabilidade conjugal diz respeito a comparação entre a melhor alternativa de avaliação e o resultado do casamento (LENTHAL, 1977 apud FIGUEIREDO, 2005).

Segundo Norgren et al. (2004), a satisfação conjugal se relaciona com sensações de bem-estar, contentamento, companheirismo, afeição e segurança, sendo esses, fatores que auxiliam no aumento da intimidade entre o casal, quando existe a concordância entre ambas as partes com relação à idealização do casamento comparado ao que se vive na realidade.

Em relação ao sucesso conjugal, a compreensão e o diálogo são os principais fatores relevantes para que o mesmo seja alcançado. Quanto ao fracasso conjugal, as brigas e discussões são os fatores que se destacam como principais motivadores (DELA COLETA, 1991 apud FIGUEIREDO, 2005).

A satisfação conjugal é um conceito subjetivo que implica nas próprias necessidades e desejos satisfeitos, assim como corresponder aos desejos satisfeitos em maior ou menor escala do que o outro espera. Está relacionada a sensações e sentimentos de bem-estar, contentamento, companheirismo, segurança, intimidade e congruência com a realidade vivenciada no casamento (SCORSOLINI-COMIN; SANTOS, 2010).

d. HABILIDADES SOCIAIS CONJUGAIS

As necessidades individuais visivelmente são afloradas a partir das relações humanas. Assim, a maneira como tais necessidades são encaradas auxilia na observação

do quão hábil o indivíduo se torna. Entretanto, quando as habilidades na conduta são ausentes, o comportamento nas relações passa a não ter significado. As competências sociais têm relação com o sucesso ou com o déficit dos comportamentos (FIGUEIREDO, 2005).

A comunicação tem seu papel importante dentro da relação conjugal. Trata-se de uma relação intencional que é direcionada a alguém como o produto de um encontro social. As pessoas se conhecem por meio da comunicação, na troca de informações, e no convívio da sociedade. Dentro dela, além da possibilidade de conhecer outras pessoas, também existe a possibilidade do autoconhecimento por meio da percepção do que se diz e da resposta que é dada, ou seja, a troca é fundamental para tal processo. Dessa forma, o homem se reconhece como ser humano e desenvolve a capacidade de interação com quem encontrar durante toda sua vida (FIGUEIREDO, 2005).

Para que a capacidade de resolução de conflitos se desenvolva de modo que haja perseverança frente aos mesmos, é necessário utilizar estratégias como a compreensão, o comprometimento e doação, a espiritualidade e a afetividade entre os casais a fim de contribuir para a união dos laços conjugais. Dessa forma, tais estratégias são desenvolvidas a partir dos recursos pessoais que os cônjuges compartilham entre si, fazendo com que a conjugalidade seja o próprio suporte da permanência a longo prazo da união do casal (SILVA; SCORSOLINI-COMIN; SANTOS, 2017).

e. INTIMIDADE E SEXUALIDADE

Na forma de casamento atual, a intimidade se reestrutura de acordo com as instituições atuais, sendo constituída por uma gama de valores, como a amizade e o companheirismo (ARAÚJO, 2002), a auto revelação, o apoio emocional, a partilha, a confiança, a interdependência e a mutualidade – que são como os fios que formam um tecido – e, além disso, o fio que passa por todos os outros componentes, carrega com ele a sexualidade e o amor (NARCISO; RIBEIRO, 2009).

A partilha e a auto revelação tratam-se da capacidade de expressar o que sente ao outro (CLARK; REIS, 1988 apud NARCISO; RIBEIRO, 2009). O apoio emocional faz com que o cônjuge se sinta amado, aceito e compreendido pelo outro. Já a confiança se trata de saber que revelar um segredo ao outro é seguro, pois será tratado como algo totalmente confidencial (HOOK et al., 2003). Essa ideia de confiança faz com que o parceiro caminhe pelos riscos de uma relação íntima, já que a vulnerabilidade tende a aumentar diante de

determinadas revelações, assim, tornando a confiança um componente que alimenta a relação (PRAGER, 1995 apud SANTOS, 2010). A mutualidade, por sua vez, diz respeito à reciprocidade não possessiva entre o casal (RUBIN, 1983 apud NARCISO; RIBEIRO, 2009), além de estar relacionada à partilha e à criação de um significado de compreensão que vem do outro (WEINGARTEN, 1992 apud NARCISO; RIBEIRO, 2009).

A sexualidade de acordo com Araújo (2002) é uma construção social que engloba o conjunto dos efeitos produzidos nos corpos, nos comportamentos e nas relações sociais. Ao longo do tempo a atividade sexual se tornou objeto de preocupação moral, submetida a dispositivos de controle das práticas e comportamentos sexuais, construídos com base nos valores e ideologias predominantes na sociedade de cada época, sendo assumidas em diferentes formas à medida em que a sociedade é transformada (ARAÚJO, 2002).

De acordo com Levine (2002, apud FERREIRA; NARCISO; NOVO, 2012) o desejo sexual tem papel muito importante nas relações conjugais e funcionam como parâmetro para vários aspectos que a constituem.

Tendo em vista as transformações consideradas naturais ao longo de um relacionamento, Perl (2007, apud SIMÕES; BOTH, 2013) avalia que apesar da relação formal estimular o desejo sexual entre os cônjuges, por esses de certa forma se sentirem mais íntimos, a intimidade conjugal não configura uma sexualidade satisfatória, pois compreende que o excesso de proximidade pode vir a impedir a espontaneidade, considerada como essencial para o surgimento do desejo sexual. Para Perl (2007, apud SIMÕES; BOTH, 2013) quando o casal transforma a intimidade em fusão conjugal, é possível que não haja espaço na relação para vivências sexuais conjugais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do tempo a compreensão sob a perspectiva da conjugalidade vem se transformando e junto a ela ocorrem modificações significativas no que tange ao vínculo conjugal, fator esse importante para a compreensão do individualismo, visto que esse tende a diminuir a partir do momento em que os cônjuges participem mais ativamente da vida um do outro. Para isso também se faz necessário que haja o ajustamento das habilidades conjugais, afim de que o casal se reestruture conforme as situações que possam vir a surgir no decorrer da relação, dessa forma, podendo construir maneiras mais flexíveis para resolução de conflitos.

Foi observado no decorrer da revisão bibliográfica que a satisfação conjugal está diretamente associada à comunicação, já que essa habilidade social conjugal está presente desde o início da relação, como por exemplo, na troca de informações e no processo de interação social. Além disso, a comunicação clara e objetiva, facilita a compreensão do casal quanto ao comportamento e as motivações do outro.

Notou-se que as habilidades sociais conjugais contribuem para o equilíbrio conjugal, facilitando a criação de estratégias para resolução de conflitos, pois conforme o tempo de convivência entre os cônjuges vai aumentando, esses são passíveis de aprender e desenvolver tanto individual como conjugalmente um ambiente afim de manter a estabilidade relacional, entretanto, esse podendo ser modificado conforme o cenário atual conjugal.

Por fim, compreende-se a necessidade da elaboração de novas pesquisas acerca do tema proposto, afim de ampliar o conhecimento em relação aos fatores que constituem a satisfação nas relações conjugais heteroafetivas, em virtude das constantes mudanças na conjugalidade estabelecidas pelas transformações culturais e sociais contemporâneas.

REFERÊNCIAS

AOYAMA, P. C. N. et al. Grupos de reflexão com casais e seus efeitos na convivência conjugal. **Akrópolis - Revista de Ciências Humanas da UNIPAR**, Umuarama - MG, v. 28, n. 2, p. 127-134, 2020. Disponível em: <https://revistas.unipar.br/index.php/akropolis/article/view/6812/4052> Acesso em: 21 fev. 2021

ARAÚJO, M. de F. Amor, casamento e sexualidade: velhas e novas configurações. **Psicologia: ciência e profissão**, [S.l.], v. 22, n. 2, p. 70-77, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/c994NrJ8VpydGdwZ9h4z4gw/?lang=pt>. Acesso em: 10 ago. 2021.

FERREIRA, L. C.; NARCISO, I.; NOVO, R. F. Intimacy, sexual desire and differentiation in couplehood: theoretical and methodological review. **Journal of Sex & Marital Therapy**, v. 38, n. 3, p. 263-280, 2012. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/0092623X.2011.606885?scroll=top&needAccess=true>. Acesso em: 09 set. 2021

FÉRES-CARNEIRO, T.; ZIVIANI, C.; MAGALHÃES, A. S. Arranjos amorosos e contemporâneos: sexualidade, fidelidade e dinheiro na vivência da conjugalidade. In: CARNEIRO, T. F. **Casal e família: conjugalidade, parentalidade e psicoterapia**. 1. ed. São Paulo: Casapsi Livraria e Editora LTDA, 2011. cap. 4, p. 43-60.

FIGUEREDO, P. da M. V. A influência do locus de controle conjugal, das habilidades sociais conjugais e da comunicação conjugal na satisfação com o casamento. **Ciências & Cognição**, [S.l.], v. 6, n.11, p. 123-132, 2005. Disponível em: <http://www.cienciasecognicao.org/revista/index.php/cec/article/view/539>. Acesso em: 20 jun. 2021

HOOK, M. K. et al. How Close Are We? Measuring Intimacy and Examining Gender Differences. **Journal of counseling and development**, [S.l.], vol. 81, [S.l.], p. 462-472, 2003. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Misty-Hook/publication/263115716_How_Close_Are_We_Measuring_Intimacy_and_Examining_Gender_Differences/links/5a747fba0f7e9b20d4922529/How-Close-Are-We-Measuring-Intimacy-and-Examining-Gender-Differences.pdf. Acesso em: 09 set. 2021.

MENEZES, C. C. A transição para o casamento. **Lume Repositório Digital**, 2006. 271 f. Tese de Doutorado (Doutorado em Psicologia do Desenvolvimento), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2006.

NARCISO, I.; RIBEIRO, M. T. **Olhares Sobre A Conjugalidade**. 1 ed, [S. l.]: Coisas de ler, 2009.

NORGREN, M. de B. P. et al. Satisfação conjugal em casamentos de longa duração: uma construção possível. **Estudos de Psicologia (Natal)**, Natal, v. 9, p. 575-584, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/epsic/a/tmgYrgwvfnCmhfPHJWbjfrh/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 ago. 2021.

ROCHA, J. R. V. et al. **Processo formativo do vínculo conjugal na Contemporaneidade**. [S.l.], 2018. Disponível em: <https://doity.com.br/media/doity/submissoes/artigo-01f2357f356237489f0f0d58e988f0c5d9f34964-arquivo.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2021

SANTOS, C. V. da C. **Intimidades conjugais: das significações e percursos de intimidade à proximidade emocional**, 2010. 46 f. Dissertação (Mestrado Integrado em Psicologia), Universidade de Lisboa, Cidade de Lisboa, 2010.

SCORSOLINI-COMIN, F.; SANTOS, M. A. dos. Satisfação conjugal: revisão integrativa da literatura científica nacional. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Ipanema, v. 26, p. 525-532, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/kCzSN6Jhxj36NKtxBbtXh7n/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 ago. 2021

SILVA, L. A.; SCORSOLINI-COMIN, F.; SANTOS, M. A. dos. Casamentos de longa duração: recursos pessoais como estratégias de manutenção do laço conjugal. **Psico-USF**, Campinas, v. 22, n. 2, p. 323-335, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusf/a/tK7ChjKRfM9sLfBfLCSGbp/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 28 ago. 2021

SIMÕES, P. C.; BOTH, T. L. A metamorfose da intimidade e da sexualidade em casamentos longevos. **Revista de Psicologia da IMED**, v. 5, n. 1, p. 17-22, 2013. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/233172198.pdf>. Acesso em: 11 set. 2021

CONTRIBUIÇÕES DA MEDIAÇÃO DE CONFLITOS NO AMBIENTE ESCOLAR PARA O DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS SOCIOEMOCIONAIS

Fernanda Brito do Amaral, Carla Maria Nicola Coletti, e-mail:

amaral.fernandabrito@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos a sociedade vem se modificando, para acompanhar tais mudanças, a escola tem se reinventado. No contexto atual, em que o aluno tem rápido acesso as informações através dos recursos tecnológicos, a escola objetiva a formação integral do aluno, ou seja, não se baseia apenas na transmissão dos conteúdos produzidos ao longo da história, mas se volta para a formação do aluno enquanto sujeito atuante em uma sociedade, focando nos aspectos social, físico, emocional e cultural, além do intelectual.

É na escola que a criança sai da socialização primária, do âmbito familiar, e passa para a socialização secundária, onde ocorre o primeiro contato com pessoas diferentes de seus familiares. Dessa interação podem surgir conflitos, sobre os quais a criança ainda não tem competência socioemocional para lidar, portanto, cabe ao professor mediar estes conflitos, dando subsídios aos alunos para o resolver.

Passando à descoberta do outro, necessariamente, pela descoberta de si mesmo, e por dar à criança e ao adolescente uma visão ajustada do mundo, a educação, seja ela dada pela família, pela comunidade ou pela escola, deve antes de mais ajudá-los a descobrir-se a si mesmos. Só então poderão, verdadeiramente, pôr-se no lugar dos outros e compreender as suas reações. Desenvolver esta atitude de empatia, na escola, é muito útil para os comportamentos sociais ao longo de toda a vida. Ensinando, por exemplo, aos jovens a adotar a perspectiva de outros grupos étnicos ou religiosos podem-se evitar incompreensões geradoras de ódio e violência entre os adultos (DELORS et al., 1998, p.98).

De acordo com a Base Nacional Comum Curricular (2018), a educação atualmente deve basear-se no desenvolvimento de competências e habilidades necessárias para que o aluno consiga lidar com as mais diversas situações do dia a dia em diversos âmbitos. Neste sentido, embora se tenha este documento normativo como norteador, a quantidade e a qualidade de estudos que orientem o educador em sua prática docente ainda são escassas, ainda mais no que se refere ao desenvolvimento de competências e habilidades socioemocionais. Estudos apontam a eficiência da adoção de programas de mediação de conflitos no ambiente escolar como forma de prevenção a violência, o que ainda é bastante

raso é o desenvolvimento de materiais que orientem o professor para aplicar estas técnicas no seu dia a dia em sala de aula.

No Brasil, o Instituto Ayrton Senna tem sido um precursor nas pesquisas e desenvolvimento de materiais para suporte do trabalho pedagógico voltados à necessidade de um olhar mais apurado para o desenvolvimento de competências socioemocionais. De acordo com o Instituto, “competências socioemocionais são capacidades individuais que se manifestam nos modos de pensar, sentir e nos comportamentos ou atitudes para se relacionar consigo mesmo e com os outros, estabelecer objetivos, tomar decisões e enfrentar situações adversas ou novas” (INSTITUTO AYRTON SENNA, 2020a, p.3).

O presente trabalho visa discutir a importância da mediação de conflitos no desenvolvimento de competências socioemocionais, delineando um trajeto histórico-cultural que justifique a sua aplicação no ambiente escolar.

2 MÉTODO

A metodologia adotada para a realização do presente estudo foi a de revisão bibliográfica e análise de conteúdos de artigos científicos relacionados aos temas abordados, documentos normativos que oferecem suporte para a prática pedagógica no Brasil atualmente, cartilhas de orientações para aplicação de projeto na escola, legislação e políticas públicas que orientam a educação.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O acesso as informações e conteúdos não é uma barreira para a geração atual, a escola precisa se ressignificar, quanto ao seu papel na formação dos alunos dessa nova geração. Visando alcançar uma aprendizagem de qualidade em toda a educação básica, em dezembro de 2017 foi homologada a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que representa para o Brasil um documento normativo que orienta a atuação de professores em todo território nacional, com o objetivo de oferecer uma educação mais equitativa, respeitando as particularidades e individualidades de cada região. O Currículo Paulista, reuniu as habilidades descritas na BNCC e complementou, adaptando-as à realidade dos alunos do Estado de São Paulo. Ambos os documentos são fundamentados nos preceitos descritos por Jacques Delors, que presidiu uma comissão de pensadores da educação que

elaboraram um relatório para apresentar a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), no ano de 1996, com o objetivo de orientar as reformas da educação as quais se fizeram necessárias diante do cenário da virada do século, em que todo o mundo passou por um período de grandes evoluções tecnológicas e de globalização.

O relatório “Educação: um tesouro a descobrir: Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI”, Delors *et al.* (1998, p. 47) orienta que a educação neste século deve “preparar o indivíduo para se compreender a si mesmo e ao outro, através de um melhor conhecimento do mundo”. E que para superar o sentimento de incerteza que se faz presente neste período, é necessário “adquirir um conjunto de conhecimentos e, em seguida aprender a relativizar os fatos e a revelar sentido crítico perante o fluxo de informações”.

De acordo com Brasil (2018, p.8) durante toda a Educação Básica, as aprendizagens definidas na BNCC devem ser pautadas no desenvolvimento de dez competências gerais, que estão em consonância com os direitos da aprendizagem e do desenvolvimento. A crescente ênfase que se tem dado à necessidade de se formar o aluno integralmente, nos últimos anos, tem aberto o campo da educação para novas pesquisas voltadas ao estudo das competências socioemocionais.

Para organizar as informações sobre o desenvolvimento socioemocional e buscando servir de suporte sobre o tema, o Instituto Ayrton Senna, com base em pesquisas, estabeleceu um conjunto de cinco macrocompetências, nas quais estão fundamentadas dezessete competências socioemocionais necessárias para o desenvolvimento integral de todos. Estas competências são: autogestão, engajamento com os outros, amabilidade, resiliência emocional e abertura ao novo.

A implementação da educação para todos foi um momento da história da educação em que a escola abriu suas portas para receber todo e qualquer tipo de aluno, portanto ela é composta por pessoas de diferentes classes sociais, de diferentes bagagens culturais e costumes, diante deste cenário, a instituição escolar é um ambiente repleto de conflitos. Muitas vezes os conflitos são mal vistos por profissionais da educação pois eles são associados a violência, este é um equívoco muito comum, estas situações de violência são resultadas de conflitos que não foram devidamente discutidos ou resolvidos.

A escola é um espaço que, além de acolher conflitos próprios aos indivíduos nela reunidos e à sociedade em que ela se insere, favorece a ocorrência de conflitos

cujos sentidos e fatores desencadeadores são estritamente ligados às especificidades dessa instituição de educação coletiva. Num universo complexo, onde se encontram crianças ou adolescentes e adultos, profissionais e familiares, indivíduos com lugares institucionais, referências culturais e valores distintos, os conflitos são inevitáveis. E eles se dão entre vários componentes, sob diferentes formas, movidos por diferentes razões. Mesmo que ligados a fatores exteriores à escola, o simples fato de se manifestarem lá (ou de lá não poderem se manifestar) já traz marcas do cotidiano escolar, assim como o marca (GALVÃO, 2004, p. 1).

Se os casos de violência são resultados de conflitos mal resolvidos, cabe a escola aprender a lidar com os conflitos da melhor forma, para que estes não aumentem ou deixem marcas profundas nos indivíduos envolvidos. A escola deve ressignificar seu olhar sobre o conflito buscando enxergar seus aspectos positivos, concebendo-o como um caminho em direção ao trabalho para o desenvolvimento das competências socioemocionais.

Buscando trabalhar os conflitos de forma eficiente e visando estabelecer uma cultura de paz nas escolas, diferentes métodos de mediação de conflitos foram desenvolvidos. A mediação atribui significado positivo ao conflito e através dela os alunos passam a ter um lugar de fala e também exercitam a escuta do ponto de vista do outro, o que tem se mostrado como positivo para o desenvolvimento pessoal dos envolvidos.

A Mediação de Conflitos é um método sistematizado pelo qual as partes envolvidas, de forma voluntária, irão discutir e refletir sobre a situação motivadora do conflito, com a ajuda de uma terceira pessoa neutra, denominada de mediador. O processo deve garantir a confidencialidade e a discrição sobre os assuntos tratados para que as pessoas envolvidas sintam segurança de falar e expor seus pontos de vista e motivações. O mediador deve ser imparcial e capacitado para direcionar a discussão sem interferir ou indicar soluções, pois elas devem ser encontradas e acordadas pelas partes.

Sales e Alencar (2004) destacam a experiência do Projeto Escola de Mediadores como um dos primeiros projetos desenvolvidos no Brasil na época:

Trata-se de projeto desenvolvido em 2000, em parceria pelo Instituto NOOS, Viva Rio – Balcão de Direitos, Mediare e Secretaria Municipal de Educação, em duas escolas públicas do Município do Rio de Janeiro. A iniciativa teve o apoio do Ministério da Justiça, por meio da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, responsável pelo Programa “Escolas de Paz” (SALES, ALENCAR, 2004, p.93).

O projeto elaborou de forma colaborativa a Cartilha Escola de Mediadores (INSTITUTO NOOS, 2002) que orienta como a escola pode implementá-lo. A cartilha salienta que um de seus objetivos é que os alunos desenvolvam habilidades para negociar os conflitos inevitáveis que ocorrerão nos diversos contextos de suas vidas, para que eles

possam agir de diferentes formas em cada ocasião, assumindo uma mudança de postura diante das controvérsias.

A partir de diálogos com as diretorias regionais de ensino e tendo visto que a questão da segurança nas unidades educacionais é um tema preocupante, a Secretaria Municipal de Educação da Cidade de São Paulo, semelhantemente a cidade do Rio de Janeiro, desenvolveu um documento de referência para conduzir um projeto denominado “Paz nas Escolas” desenvolvido em 2016 e tendo como referência o documento “Cultura de Paz: da reflexão a ação” elaborado pela UNESCO. A educação é tomada como uma das principais formas de se combater a violência presente em todos os âmbitos da sociedade.

O Projeto aborda orientações para diversos programas e políticas públicas visando a promoção da Cultura de Paz, não apenas a Mediação de Conflitos no ambiente escolar. Essa promoção de políticas públicas feita pela Cidade de São Paulo é um ganho que já se previa lá em 2002 quando a Cartilha Escola de Mediadores foi publicada, na época o Brasil ainda não tinha nenhuma política pública que orientasse este tipo de trabalho, ainda que seja em âmbito municipal, a Lei nº 16.134, de 12 de março de 2015, representa um avanço neste sentido.

Um avanço interessante sobre esta Lei é que ela prevê que o trabalho com a Mediação de Conflitos seja aplicado já nos Centros de Educação Infantil (CEI) e nas Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI), pois mesmo que as crianças não tenham ainda maturidade para mediar um conflito, elas podem se beneficiar quando têm seus conflitos mediados por adultos e podem aprender muito sobre a resolução de conflitos desta forma.

Como foi possível observar, o trabalho com a Mediação de Conflitos no ambiente escolar tem progredido ao longo dos anos, ampliando a sua atuação para diversas faixas etárias e adaptando-se às necessidades da instituição escolar e de sua comunidade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho com o objetivo de desenvolver as macrocompetências socioemocionais exige do professor e de toda a comunidade escolar uma sensibilidade e mudança de olhar para que se enxergue em toda situação uma oportunidade de aprendizagem. Em toda relação que a criança desenvolve, seja na família, na escola ou com o meio ambiente, ela está tanto ensinando quanto aprendendo. As mais diversas situações as quais o aluno está

exposto na escola quando se depara com pessoas que trazem consigo experiências e costumes diferentes devem ser vistas como uma oportunidade de aprendizagem, pois o surgimento de conflitos desde os mais simples aos mais complexos é inevitável e devem ser trabalhados da melhor forma.

A mediação de conflitos permite que o aluno desenvolva a sua capacidade de escuta, de empatia e também o ensina a expressar-se e colocar seus pensamentos de forma pacífica e assertiva. A busca por uma solução que beneficie ambas as partes envolvidas no conflito é uma forma de resolução de problemas que desenvolve a parceria e o senso de direitos e deveres das crianças e jovens enquanto cidadãos ativos na sociedade.

Mesmo na educação infantil, enquanto as crianças não dispõem de certa autonomia para expressar-se e colocar seu ponto de vista e, muitas vezes, tentam resolver seus conflitos com agressões físicas, ao serem convidadas a se acalmar e terem seus problemas resolvidos por um mediador adulto que, de forma neutra, leve em consideração as motivações de ambas as partes e busque uma solução justa, elas aprendem com o exemplo e passam a enxergar que existem formas mais eficientes de se chegar a uma solução.

Ainda que a escola não tenha um programa definido e bem implantado para a mediação de conflitos, é importante que o professor e todos os agentes da comunidade escolar, tenham a consciência de que se os problemas e conflitos forem negligenciados ou resolvidos de forma injusta, não possibilitando ao aluno expressar-se e buscar uma solução que satisfaça todas as partes envolvidas, este problema cresce e pode tornar-se algo muito maior instaurando a violência no dia a dia da escola como o único fim que o aluno consegue enxergar para buscar resolver seus conflitos, mesmo que seja ineficaz.

Ao contrário, por sua vez, aplicar a mediação de conflitos em pequenas situações do dia a dia pode contribuir tanto para o crescimento e desenvolvimento pessoal dos alunos e dos profissionais da educação, quanto para a promoção de um ambiente saudável para o processo de ensino-aprendizagem, que é o foco principal da escola. É preciso compreender que o tempo gasto na resolução destes pequenos problemas não deve ser visto como uma perda e sim como um investimento e oportunidade de aprendizado e desenvolvimento da cultura de paz na escola.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC/SEB, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 13 maio 2021.

DELORS, J. et al. **Educação: um tesouro a descobrir: relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI**. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 1998. Disponível em: http://dhnnet.org.br/dados/relatorios/a_pdf/r_unesco_educ_tesouro_descobrir.pdf. Acesso em: 18 maio 2021.

GALVÃO, I. Conflitos sim, violência não. In.: BRASIL. Ministério da Educação. **Programa ética e cidadania: construindo valores na escola e na sociedade**. Brasília, 2004. 4p. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Etica/13_galvao.pdf. Acesso em: 22 ago. 2021.

INSTITUTO AYRTON SENNA. **Ideias para o desenvolvimento de competências socioemocionais: abertura ao novo**. São Paulo: 2020a. Disponível em: <https://institutoayrtonsenna.org.br/pt-br/socioemocionais-para-criises.html>. Acesso em: 27 maio 2021.

INSTITUTO NOOS. **Projeto Escola de Mediadores**. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/educacao/escola_de_mediadores_2002.pdf. Acesso em: 22 ago. 2021.

SALES, L. M. M.; ALENCAR, E. C. O. Mediação de conflitos escolares – uma proposta para a construção de uma nova mentalidade nas escolas. **Pensar**, Fortaleza, v. 9, n. 9, p. 89-96, fev. 2004. Disponível em: <https://periodicos.unifor.br/rpen/article/view/751>. Acesso em: 22 ago. 2021.

SÃO PAULO (CIDADE). **Comissão de Mediação de Conflitos**. Lei nº 16.134, 12 de março de 2015. Dispõe sobre a criação de Comissão de Mediação de Conflitos – CMC nas escolas da rede municipal de ensino da Cidade de São Paulo e dá outras providências. São Paulo, SP. Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-16134-de-12-de-marco-de-2015>. Acesso em: 22 ago. 2021.

SÃO PAULO (ESTADO). Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. **Currículo Paulista**, SEDUC/Undime SP. São Paulo: SEDUC/SP, 2019. Disponível em: <https://efape.educacao.sp.gov.br/curriculopaulista/>. Acesso em: 13 maio 2021.

FORMAÇÃO DOCENTE E O PROFESSOR REFLEXIVO: A REFLEXÃO NAS ABORDAGENS DE ENSINO

Bianca Priscila Herrera, Wanderlei Sebastião Gabini, e-mail:
biancapriscilaherrera@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O contato com a prática profissional é um dos elementos essenciais à formação de professores, assim como a assimilação da cultura dessa profissão, sua função social, valores e regras. Estudos como os de Schön (2000) e Tardif (2002) acerca da formação de professores ressaltam a importância da reflexão integrada aos momentos de prática para atingir níveis de excelência na profissão. A formação de professores de línguas, mais especificamente, envolve a escolha de abordagens de ensino que definem as ações do professor em sala de aula, suas concepções sobre linguagem, língua estrangeira, ensino e aprendizagem e os métodos através dos quais alcança resultados com os alunos. A abordagem, portanto, guia os passos do professor e dos estudantes e, por esse motivo, sua escolha e utilização deve ser acompanhada de processos reflexivos com a finalidade de aprimorar a qualidade de ensino em cada contexto escolar.

O ensino comunicativo de línguas estrangeiras tem sido uma das abordagens mais difundidas atualmente, pois se distancia do foco na forma ou na gramática e propõe um ensino significativo, cujo objetivo consiste em utilizar a língua como ferramenta para adquirir novas aprendizagens em diversos campos do conhecimento. Sobre a abordagem comunicativa, Leffa (1988, p. 21) afirma: “o desenvolvimento de uma competência estratégica - saber como usar a língua para se comunicar - pode ser tão ou mais importante de que a competência gramatical”, característica que a difere da maioria das abordagens existentes.

Apesar de a nova abordagem apresentar princípios teóricos promissores para aquisições efetivas de línguas estrangeiras, Almeida Filho (1993) alerta sobre a aplicação prática das abordagens em contextos reais de ensino, na medida em que, mesmo que os métodos sejam eficazes, há certas competências que o professor necessita adquirir para que os alunos alcancem os objetivos de aprendizagem pretendidos.

O autor classifica as competências do professor em cinco níveis, dos quais o mais elevado representa a competência profissional. Essa se encontra além das habilidades

linguístico-comunicativas e a consciência dos pressupostos teóricos da abordagem, pois também inclui práticas que exigem conhecimentos prévios acerca da função social do professor, de seus deveres e direitos, além da administração reflexiva do seu próprio crescimento profissional.

As habilidades mais complexas nomeadas pelo autor são, também, as mais custosas de serem adquiridas, principalmente em contextos de formação de professores que priorizam o ensino técnico-científico em lugar do conhecimento prático. Dessa forma, o principal questionamento que o estudo pretende solucionar, com base em revisões bibliográficas embasadas em Schön (2000) e Almeida Filho (1993, 1997, 2001), refere-se a como formar profissionais capazes de gerar resultados efetivos nas aprendizagens de seus alunos com a abordagem escolhida, que compreendam e saibam explicar seus deveres e direitos, os métodos de ensino utilizados, os resultados alcançados, além de refletir sobre sua função social.

Dessa forma, o estudo em questão tem como objetivo identificar como a abordagem comunicativa pode gerar melhores resultados no processo de ensino de aprendizagem através de uma formação prática e reflexiva de professores.

2 MÉTODO

O presente estudo buscou unir as proposições de Schön (2000) acerca da atitude reflexiva aos ambientes escolares e aos momentos de planejamento em que se coloca em prática a abordagem comunicativa do ensino de Língua Inglesa. Para isso, é necessário esclarecer os pressupostos teóricos do ensino prático reflexivo, assim como os princípios da abordagem comunicativa com a finalidade de compreender como a reflexão pode aprimorar a experiência de professores de línguas estrangeiras em contextos de ensino e aprendizagem.

A pesquisa em questão caracteriza-se como bibliográfica. Dessa forma, as ideias centrais tomadas nos livros, artigos, dissertações e teses, que integraram as obras consultadas, indicaram as grandes categorias de análise; a partir delas, a discussão identificou os pontos de alinhamento para cada uma dessas categorias. Os autores que fundamentam o estudo são Schön (2000) e Almeida Filho (1993, 1997, 2001). O primeiro estabelece proposições teóricas acerca da importância da reflexão ligada às práticas profissionais e o segundo esclarece os princípios conceituais acerca e abordagens e da abordagem comunicativa.

3 REVISÃO DE LITERATURA

As profissões geralmente possuem regras, valores, costumes, linguagem específica, vestimentas apropriadas, preferências e padrões de ações que determinam uma conduta social aceitável. Para Tardif (2002), a formação é definida como um momento extremamente importante, que dá início à carreira profissional e determina sua relação futura com o trabalho. A situação formativa ideal deve ocorrer a partir da relação do aprendiz com um trabalhador mais experiente, produzindo um processo formativo:

[...] onde o aprendiz aprende, durante um período mais ou menos longo, a assimilar as rotinas e práticas do trabalho, ao mesmo tempo em que recebe uma formação referente às regras e valores de sua organização e ao seu significado para as pessoas que praticam o mesmo ofício, por exemplo, no âmbito dos estabelecimentos escolares (TARDIF, 2002, p. 58).

Schön (2000), porém, afirma que as funções aprendidas ao longo da formação profissional podem tornar-se automáticas e mecânicas com o passar do tempo, na medida em que não é necessário refletir sobre cada atitude a ser tomada, pois a própria rotina se encarrega de automatizar suas funções. Os profissionais aprendem a executar atividades que, de início, eram complexas, com facilidade e rapidez, sem refletir sobre o que estão realizando. Essas ações, espontâneas e automáticas, são definidas por Schön (2000) com a expressão *conhecer-na-ação*, pois é possível demonstrar o conhecimento adquirido na execução do ato, e, após um período rotineiro, torna-se complexo, inclusive, explicar verbalmente sua aplicação. Assim, as performances *conhecer-na-ação* não permitem a reflexão sobre a ação ou na ação, e, por esse motivo, os profissionais não sabem como se comportar em casos únicos, classificados como problemáticos ou incertos, que exigem improvisações e estratégias próprias de intervenção.

Em sua obra *Educando o Profissional Reflexivo*, Schön (2000) define que, quando profissionais se deparam com situações que aparentam ser incertas ou problemáticas, é possível agir de duas formas para solucionar esse contexto:

a) através da *reflexão sobre a ação*, pensando em como agimos em determinadas situações e quais são resultados gerados por nossos atos de *conhecer-na-ação* (esse tipo de reflexão pode acontecer após a ação ou, ainda, quando há uma pausa durante a execução);

b) através da *reflexão na ação*, que configura a mudança de comportamento de forma automática, sem que seja necessária uma pausa, criando novas formas de agir,

essas, por sua vez, baseadas em visões de mundo, perspectivas, valores e experiências. O ato de *refletir-na-ação* consiste, portanto, em questionar os fundamentos de nossas ações baseadas no *conhecer-na-ação*, perguntando-nos como e por que agimos dessa forma, construindo novos conhecimentos e uma nova realidade a partir dessa mudança de posição. A reflexão na ação ocorre, muitas vezes, por um processo de tentativas e erros, quando descobrimos que algo não está certo, mas não se sabe muito bem o que ou por que, e muito menos como solucionar esse problema. Utilizamos, então, diversas estratégias guiadas por pensamentos conscientes e investigativos, até encontrarmos as respostas aos questionamentos.

Nesse sentido, os conceitos de *conhecer-na-ação* e *refletir-na-ação* também podem ser introduzidos à utilização da abordagem comunicativa por professores de línguas em contextos de ensino. Para isso, é necessário primeiramente compreender o conceito de abordagem.

A abordagem de ensino escolhida pelo professor pode ser definida como “uma filosofia, um enfoque de ensino, uma direção geral, um ideário, um tratamento ou uma aproximação do ensinar de um professor” (ALMEIDA FILHO, 1997, p. 22). Em relação ao ensino de língua estrangeira, algumas concepções como a compreensão do professor sobre o conceito de linguagem, língua estrangeira, ensino, aprendizagem, processos cognitivos, avaliação, entre outros aspectos, formam o núcleo de determinada abordagem, que será revelada nas ações do professor.

De acordo com Almeida Filho (1993), as abordagens podem ser implícitas – desconhecidas – ou explícitas – conhecidas. No polo implícito, o professor não é capaz de explicar de maneira conceitual suas ações em sala de aula. A abordagem explícita, por sua vez, deriva da capacidade do professor de explicar com bases teóricas o que faz, como faz e porque obtém determinados resultados com seus alunos. É preferível que o professor conheça explicitamente a abordagem que utiliza em suas aulas para que o processo de aprendizagem, o sucesso e o fracasso dos alunos possam ser analisados profissionalmente.

A abordagem implícita pode ser relacionada com o hábito de *conhecer-na-ação* e *conhecer-na-prática* de Schön (2000), na medida em que o professor demonstra suas habilidades, seus conhecimentos, suas concepções sobre a língua, ensino e aprendizagem por meio da ação, mas, ao ser questionado sobre suas escolhas e atitudes, esse não é

capaz de relacionar os procedimentos que constituem a aula com os conhecimentos teóricos pertencentes à abordagem. Esse fato o impede de analisar, refletir, transformar suas ações e aprimorar sua prática profissional, pois o professor nem se quer pode identificar quais estratégias de ensino foram utilizadas em sala de aula. A abordagem explícita, por sua vez, possibilita que haja reflexões sobre e na ação cotidianamente, considerando que o professor é capaz de identificar como ensina, porque ensina dessa maneira e porque obtém determinados resultados – as respostas a esses questionamentos configuram materiais úteis para reflexões e mudanças no curso de suas ações.

Almeida Filho (1993) afirma que, para que um professor apresente uma abordagem explícita, algumas competências necessitam ser adquiridas. Dessa forma, o autor classifica as competências do professor em cinco níveis: competência implícita, linguístico-comunicativa, teórica, aplicada e profissional. Para que seja possível ensinar através de uma abordagem explícita e utilizá-la conscientemente, é necessário que o professor possua ao menos a competência aplicada e, para localizar-se no nível mais alto, é preciso adquirir a competência profissional, que vai além de possuir habilidades linguístico-comunicativas e da consciência dos pressupostos teóricos da abordagem, pois envolve conhecimentos acerca da função social do professor, de seus deveres e direitos, além da administração do seu próprio crescimento profissional.

Ao compreender a função social de sua profissão, sua importância para a sociedade, seus deveres e direitos e possuir autonomia para escolher os caminhos a serem seguidos em seu desenvolvimento como profissional, o professor está ciente do sentido de sua profissão, ciente de sua autonomia e de sua identidade. Essas características pertencem à competência mais complexa definida por Almeida Filho (1993) e também ao profissional reflexivo de acordo com Schön (2000).

Percebe-se, portanto, a imprescindível relação entre a reflexão e o desenvolvimento profissional do professor, principalmente na utilização de abordagens de ensino pelo professor de línguas. Apenas é possível aprimorar nossas práticas e obter melhores resultados se soubermos identificar e explicar porque e para que utilizamos nossas abordagens, além de como desenvolvemos nossos objetivos. A partir dessas respostas, é possível iniciar um caminho reflexivo que poderá levar o professor a mudar suas perspectivas, concepções e até aderir a outras abordagens de ensino, com enfoque no sucesso de seus alunos.

A abordagem comunicativa, por sua vez, surgiu na Europa na segunda metade do século XX foi divulgada no Brasil no final da década de 70 por Almeida Filho (1978) em um seminário de formação de professores de línguas. Em 1993, o autor publicou o livro “Dimensões comunicativas no ensino de línguas”, com o objetivo de orientar os professores de línguas dos dias atuais. A abordagem comunicativa defendida por Almeida Filho visa criar situações comunicativas em sala de aula, possibilitando interações na língua-alvo. O seu foco não é na gramática, mas no sentido, permitindo negociações de significados a partir de expressões de opiniões, análises de fatos e ações da vida real. Assim, aprender uma nova língua torna-se uma ação social gerada através de contextos e experiências em sala de aula.

O ensino comunicativo é considerado uma abordagem eficaz para a aprendizagem de Língua Inglesa, porém, necessita que o professor conheça e compreenda todos os pressupostos teóricos e aprenda com sua prática para que os alunos atinjam resultados significativos. É importante ressaltar, também, a necessidade de refletir acerca da elaboração dos materiais e seus efeitos em sala de aula, pois cada contexto contém particularidades que devem ser levadas em consideração ao elaborar materiais comunicativos, e, para isso, é necessário refletir acerca das habilidades dos alunos e das competências propostas pela abordagem.

Certas práticas, porém, são apenas “fantasiadas” com a intitulação comunicativa, mas não passam de abordagens estruturalistas com modificações superficiais. Para evitar esses enganos, Almeida Filho (2001, p. 24) enfatiza a necessidade de esclarecer traços distintivos da abordagem comunicativa em relação a outras:

Se o ensino que estiver no horizonte do nosso desejo for de raiz vivencial do uso e não só um verniz de distinção despreocupada com o desempenho na nova língua, será preciso clarificá-lo e reafirmar seus traços distintivos centrais para dirimir confusões que praguejam os esforços de caminhar na direção do horizonte.

Assim, diversos fatores são necessários para compor a abordagem comunicativa, porém, alguns enfrentam dificuldades de serem concretizados em contextos educacionais, como, por exemplo: o foco no sentido pressupõe, justamente, que o objetivo da aprendizagem seja adquirir novos conhecimentos utilizando a língua estrangeira como ferramenta para isso, e não aprender a língua através de conteúdos diversos. Assim, a língua é apenas um caminho a ser percorrido para adquirir conhecimentos. Obter competência linguístico-comunicativa em língua estrangeira não pode ser o objetivo final da aprendizagem na visão dos alunos, e sim adquirir outros conhecimentos de interesse

desses, fato que faz com que o filtro afetivo seja diminuído, além de propiciar momentos de aquisição da língua, e não apenas de aprendizagem. A reflexão, nesse sentido, pode ser uma das únicas ações capaz de levar o professor a transformar constantemente seus métodos e produzir resultados comprovadamente comunicativos com seus alunos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo objetivou esclarecer a importância da reflexão introduzida à formação de professores de língua para que, em contextos práticos de ensino, as abordagens escolhidas sejam utilizadas de maneira efetiva. Para isso, foi necessário esclarecer os princípios da teoria reflexiva de formação, assim como os pressupostos teóricos acerca da utilização de abordagens em sala de aula e da abordagem comunicativa.

Conclui-se que a atitude reflexiva é identificada como uma competência essencial ao sucesso profissional da prática docente, que deve ser adquirida durante a formação e colocada em prática de forma integrada à utilização de abordagens de ensino, visto que permite reflexões e reformulações diárias das ações do professor, por processos de tentativas e erros, até que esse possua as habilidades exigidas para solucionar problemas a fim de que os alunos produzam, ao final de cada aprendizagem, resultados comunicativos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA FILHO, J.C.P. **Dimensões comunicativas no ensino de línguas**. Campinas: Pontes, 1993.

ALMEIDA FILHO, J. C. P. O ensino de línguas no Brasil de 1978: e agora? **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, v. 1, n. 1, p. 15-29, 2001.

ALMEIDA FILHO, J.C.P. **Parâmetros atuais para o ensino de português língua estrangeira**. Campinas: Pontes, 1997.

LEFFA, V. J. Metodologia do ensino de línguas. *In*: BOHN, H. I.; VANDRESEN, P. **Tópicos em linguística aplicada: O ensino de línguas estrangeiras**. Florianópolis: Editora Universidade Federal de Santa Catarina, 1988.

SCHÖN, D. **Educando o profissional reflexivo**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

INTERVENÇÕES A PARTIR DOS TRANSTORNOS DISRUPTIVOS NA INFÂNCIA

Abiqueila da Trindade, Ana Vitória Ramos Bento, Fernanda Nunes Bernardo, Bianca Callegari, e-mail: abiqueiladatrinidade@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Os transtornos disruptivos são os transtornos psiquiátricos mais frequentes na infância e apresentam um grande impacto na adolescência e na vida adulta. Segundo Barletta (2011), esses transtornos são considerados difíceis de diagnosticar e tratar, uma vez que as crianças e os adolescentes, em seu ciclo normal de desenvolvimento, apresentam uma variedade de comportamentos, incluindo os desafiadores, ou seja, comportamentos indesejáveis socialmente.

De acordo com a literatura, os comportamentos característicos associados aos transtornos disruptivos são de transgressão de normas, desafiadores e antissociais, que causam muito incômodo nas pessoas por serem problemas externalizantes, de grande impacto no ambiente social, e em geral com implicações severas (KOCH; GROSS, 2005; VEIGA, 2007). De forma abrangente, existem dois transtornos associados aos transtornos disruptivos: o Transtorno de Conduta (TC) e o Transtorno Desafiador Opositor (TOD).

Embora o Transtorno de Conduta e o Transtorno Desafiador Opositor (TOD) apresentem semelhanças como, por exemplo, ambos possuem o sintoma que ocasiona o enfrentamento com outros indivíduos (autoridades, professores, pais), o TOD possui como propriedade a especificidade menos grave em comparação ao Transtorno de conduta, assim como não apresenta alguns requisitos, a título de exemplo, a destruição de propriedade. Ademais, é plausível pontuar que ambos podem ser diagnosticados caso apresentem os requisitos suficientes para assim categorizá-lo (APA, 2014).

Pesquisas apontam que crianças com TOD apresentam um risco maior de desenvolver TC, e aquelas com TC são mais propensas a desenvolver Transtorno de Personalidade Antissocial (TPAS) na idade adulta (LOEBER et al., 2000; apud PEREIRA; BIASUS, 2011).

No exterior, temos alguns países a frente que desenvolveram protocolos específicos para prevenir e tratar crianças e adolescentes com problemas de comportamento (como é o caso da Inglaterra e Estados Unidos). Já no Brasil, como referencial para o tratamento é indicado as recomendações que estão no Caderno de Atenção Psicossocial a Crianças e

Adolescentes no Sistema único de Saúde, que solicita o atendimento desses indivíduos com transtornos mentais graves e persistentes pelo CAPS-i (sendo importante a existência de um atendimento integrado, interdisciplinar e através de grupos). Segundo a OMS, existe uma importância dos programas de prevenção à violência serem baseados em evidências e mensurados em relação à sua efetividade. Embora existam todas essas recomendações e diretrizes, há uma relação significativa entre os transtornos de comportamento na infância e maiores índices criminais graves no Brasil.

Tendo em vista que o comportamento antissocial persistente na infância é de grande preocupação clínica, pois geralmente é um precursor do comportamento antissocial adulto, uma vez que a ausência de uma história de transtorno semelhante na infância é incomum. Surge então, a necessidade de uma ação voltada ao desenvolvimento infantil e destinada a reduzir esses comportamentos, para que com o passar do tempo, seja possível um prognóstico com relação à socialização adulta normal (LEWIS; WOLKMAR, 1993).

Por fim, o motivo que impulsiona o presente estudo é o desejo de continuidade da pesquisa realizada anteriormente “Introdução à Psicopatia”, assim como o ampliamiento do conhecimento e da consciência, que por si, nos remete à nossa conduta ética enquanto profissionais, permitindo que não só psicólogos, mas outros profissionais obtenham mais informações sobre esse público e estejam mais atentos para com o manejo. Ou seja, de forma que haja a contribuição positiva para uma visão mais ampla sobre tais transtornos.

2 MÉTODO

A presente pesquisa refere-se a uma revisão bibliográfica que teve como objetivo, compreender e explicitar os estudos referentes aos transtornos de conduta, opositivo desafiador e antissocial. Para tal, foi realizada uma busca sistemática por periódicos e materiais científicos organizados nas bases de dados Pepsic (Periódicos Eletrônicos em Psicologia) e SciELO (Scientific Electronic Library Online). A pesquisa foi realizada a partir das palavras-chaves: “Transtorno de Personalidade Antissocial”, “Transtorno de Conduta”, “TOD”, “Transtornos Disruptivos”, “Avaliação and Transtornos Disruptivos”, dentro do período de 2006 a 2021 e filtrados por estudos em português (BR). Dos 45 materiais encontrados, foram selecionados 8 artigos elegíveis para leitura, com base na proximidade com o tema pesquisado. Os demais 37 arquivos foram descartados entre os seguintes critérios: duplicados e fuga do tema (como base na leitura do resumo). Diante da leitura dos

8 artigos, 3 foram descartados por se distanciarem do tema e 12 referenciais foram adicionados para enriquecer a pesquisa, totalizando 17 artigos elegíveis para a realização da pesquisa.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo a literatura, os comportamentos característicos dos transtornos disruptivos geram sentimentos negativos e intensos nos outros, como raiva, frustração e ansiedade (FRIEDBERG; MCCLURE, 2001). O ambiente em que crianças e adolescentes estão introduzidos pode refletir negativamente ou positivamente em sua conduta frente aos acontecimentos, ou seja, é uma variável que influencia na expressão dos comportamentos, como por exemplo, os agressivos (TEIXEIRA et al., 2014). Por isso, a conduta dos pais (seu monitoramento, interação e atenção diante da criança ou adolescente), assim como a reação dos professores e as referências da mídia, são fatores que interferem na formação e manutenção dos comportamentos, propiciando ou não uma intervenção e prevenção adequadas, que evitem negligências no tratamento desse déficit social (BARROS; SILVA, 2006)

Alguns autores apresentaram que no TC a frequência desses comportamentos é maior em crianças do gênero masculino, além de que sua sintomatologia também difere em relação ao gênero da criança, ou seja, em meninos há predominância de comportamentos de enfrentamento (brigas), enquanto nas meninas há predominância de comportamentos sem enfrentamento (mentiras, fugas e substituição). Já no TOD, antes da puberdade o transtorno acomete mais homens, e tende a se equilibrar quando os sintomas aparecem, apresentando-se de forma similar entre os gêneros. Dentre os comportamentos comuns estão o excesso de atividade, dificuldade de se acalmar e reatividade extrema. (BARLETTA, 2011)

Barletta (2011) discorre em seus achados que nos transtornos disruptivos a gravidade dos comportamentos leva muitas vezes a um diagnóstico incorreto, pois alguns profissionais encontram dificuldades em identificar as crianças com risco de sofrer desses transtornos e as formas eficazes de tratamento. Assim como, Barros e Silva (2006) ressaltam a existência de inúmeras consequências desfavoráveis a curto, médio e longo prazo, caso os transtornos não sejam identificados ou diferenciados, cabendo, portanto, transcorrer sobre a avaliação e as técnicas de intervenção.

No que tange a avaliação, esta deve ser minuciosa para que os dados sejam consistentes e possam traçar uma linha base. Por isso, conhecer quem é a pessoa, sua demanda, seu processo de aprendizagem, além de compreender as relações estabelecidas com seu contexto é fundamental para a avaliação. Através da avaliação é possível fazer um diagnóstico topográfico e funcional, que corresponde a uma análise importante para os pais, pois, a partir do momento em que conseguem entender e prestar atenção aos eventos que fortalecem o comportamento eles se dão conta de que contribuem para a manutenção desse comportamento. Além disso, a avaliação aponta diagnósticos diferenciais e levanta as técnicas mais pertinentes e eficazes para serem utilizadas no processo terapêutico (BARLETTA, 2011).

De acordo com Friedberg e McClure (2001), o melhor tratamento dos transtornos disruptivos é o multimodal, no qual se inicia com a psicoeducação do modelo de tratamento, segue com o ensino de habilidades comportamentais básicas, tanto para a criança quanto para os pais. Na sequência é trabalhado o desenvolvimento das habilidades sociais com técnicas autoinstrutivas e de empatia e por último, praticam o uso de procedimentos cognitivos mais complexos, como reatribuição, exploração de alternativas e diminuição de atributos hostis das crianças além do aumento da capacidade de raciocínio moral.

Durante as sessões com as crianças, devem estar presentes pontos fundamentais como o comportamento moral, o amor à pessoa (e não ao comportamento) e a forma de relacionamento. Já com os pais, as práticas educativas positivas são necessárias na postura do terapeuta. Além do mais, também é preciso incluir o trabalho com pais / filhos, e não apenas o treinamento separado para os dois. Vale salientar que, o manejo clínico é uma das principais estratégias para se alcançar os dados que possibilitem as respostas almejadas para cada caso, bem como, que o terapeuta esteja preparado para possíveis dificuldades, resistências e hostilidades, especialmente no início. Apesar das recomendações, não existe um tratamento fechado no que tange os transtornos disruptivos, existindo assim inúmeras possibilidades de atuação (BARLETTA, 2011).

Outro achado significativo para realizar intervenções com crianças agressivas, foi a contribuição da Terapia Cognitiva Focada no Esquema (TCFE) proposta por Jeffrey Young (YOUNG, 2003; CAMILO; LOPES; LOPES, 2018), bem como a proposta de protocolo psicoterápico para crianças com diagnóstico de transtorno disruptivo (ARAÚJO; NETO, 2014). Nesse sentido, é enfatizado novamente que é necessário cautela no diagnóstico

diferencial, focando se o comportamento faz parte do ciclo natural do desenvolvimento infantil (APA, 2014.). Assim, esses pressupostos sugerem uma análise de psicoterapia para crianças e adolescentes na perspectiva da TCFE em coletivo, ajustado aos brasileiros. Logo, com essa intervenção, nota-se nitidamente um recurso muito importante, pois direciona a um processo psicoterápico da TCFE para crianças e adolescentes com resultados eficazes com base em possibilidades reais, bem como, pautando a transgeracionalidade (LOOSE; GRAAF; ZARBOCK, 2015).

Em suma, percebe-se que atualmente existe um aumento potencial de diagnósticos psiquiátricos e se não forem identificados corretamente, ocasionarão outros problemas. Essencialmente, quando refletimos sobre o diagnóstico tardio. Com isso, não se trata apenas de ótica médica e psiquiátrica, mas sim de perfil jurídico, referentes a fatos sociais dramáticos, como por exemplo, a delinquência e criminalidade (CAPONI, 2018). Além disso, a literatura discorre sobre conflitos de interesses e como a indústria farmacêutica opera sobre os transtornos mentais (CAPONI, 2018).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa pode elucidar que a maior parte dos estudos referentes ao tema abordado são de teor teórico, existindo poucos estudos empíricos, enfatizando ainda mais a lacuna existente no que diz respeito às intervenções com crianças que possuem Transtorno(s) Disruptivo(s), uma vez que o pouco material disponibilizado sobre intervenções feitas em diversos âmbitos sociais com essas crianças (sejam manuais, cartilhas, textos ou pesquisas) não abordam a eficácia ou a funcionalidade das mesmas. Notou-se também que mesmo dentre os profissionais ligados à área da saúde e educação, poucos possuem conhecimento sobre os Transtornos de Comportamento de modo geral, sendo esse muitas vezes visto como “desvios da normalidade e falta de educação ou limites” (KRAUSER; SCHERER; BUENOS, 2020, p. 7).

Portanto, esta pesquisa evidencia a necessidade de mais estudos na área que busquem comprovar a eficácia de intervenções, bem como fomentar a criação e compartilhamento de materiais de orientação para os profissionais que lidam com os Transtornos de Comportamento. À vista disso, ressalta-se a necessidade de políticas públicas que sejam realmente eficazes para o amparo e tratamento dessas crianças.

REFERÊNCIAS

APA - AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders, Fifth Edition (DSM-V)**. Arlington, VA: American Psychiatric Association, 2014.

ARAÚJO, A. C.; NETO, F. L. A Nova Classificação Americana Para os Transtornos Mentais – o DSM-5. **Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva**, [S. l.], v. 16, n. 1, p. 67-82, 2014. DOI: 10.31505/rbtcc.v16i1.659. Disponível em: <http://rbtcc.webhostusp.sti.usp.br/index.php/RBTCC/article/view/659>. Acesso em: 1 jun. 2021.

BARLETTA, J. B.. Avaliação e intervenção psicoterapêutica nos transtornos disruptivos: algumas reflexões. **Rev. bras.ter. cogn.**, Rio de Janeiro , v. 7, n. 2, p. 25-31, dez. 2011 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-56872011000200005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 23 mai. 2021.

BARROS, P.; SILVA, F. B. N. Origem e manutenção do comportamento agressivo na infância e adolescência. **Rev. bras.ter. cogn.**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 55-66, jun. 2006 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-56872006000100006&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 14 set. 2021

CAMILO, I. C. R. R.; LOPES, E. J.; LOPES, R. F. F. Terapia do esquema em grupo para crianças com transtornos disruptivos. **Rev. bras. ter. cogn.**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 121-129, dez. 2018. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-56872018000200008&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 13 set. 2021. <http://dx.doi.org/10.5935/1808-5687.20180017>.

CAPONI, S. N. Dispositivos de segurança, psiquiatria e prevenção da criminalidade: o TOD e a noção de criança perigosa. *Saúde e Sociedade* [online]. 2018, v. 27, n. 2 Acesso 13 Setembro 2021, pp. 298-310. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-12902018180146>>. ISSN 1984-0470. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902018180146>.

FRIEDBERG, R. D.; MCCLURE, J. M. A prática clínica de terapia cognitiva com crianças e adolescentes. 2ª Edição. Porto Alegre: Artmed, 2001.

KOCH, L. M.; GROSS, A. M. **Características clínicas e tratamento do transtorno de conduta**. In CABALLO, V.; SIMÓN, M. A. (Orgs.), *Manual de psicologia clínica infantil e do adolescente: Transtornos específicos*, p.23-38. São Paulo: Santos. 2005.

KRAUSER, C.; SCHERER, Z. A. P.; BUENOS, G. A. S. **Behavior Disorders: knowledge and actions of health professionals and social work**. *Rev Bras Enferm.* 2020; 73(1):e20180071. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167-2018-0071>.

LEWIS, M.; WOLKMAR, F. **Aspectos clínicos do desenvolvimento na infância e adolescência**. 3 ed. Porto Alegre: Artes Médicas. 1993

LOEBER, R.; BURKE, J.; LAHEY, B.; WINTERS, A.; ZERA, M. Oppositional defiant and conduct disorder: A review of the past 10 years, part I. **Journal of the American Academy of Child and Adolescent Psychiatry**, 39, 1468-1484, 2000.

LOOSE, C.; GRAAF, P.; ZARBOCK, G. Störungsspezifische Schematherapie mit Kindern und Jugendlichen. **Basel: Beltz Verlag**, 2015.

PEREIRA, M. L.; BIASUS, F. **Transtorno de personalidade antissocial: um estudo do estado da arte. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões.** 2011. Disponível em: < https://www.uricer.edu.br/cursos/arq_trabalhos_usuario/2492.pdf>. Acesso em: 23 mai. 2021.

TEIXEIRA, M. C. T. V; SERACENI, M. F. F; SURIANO, R; SANT' ANA, N. Z; CARREIRO, L. R. R.; PAULA, C. S. Fatores de proteção associados a problemas emocionais e comportamentais em escolares. **Estudos de Psicologia** - Vol. 31, nº 4, pp. 539-548, 2014.

VEIGA, F. H. **Investigação dos comportamentos escolares disruptivos: Duas escalas de avaliação.** In GÁZQUEZ LINHARES, J. J.; FUENTES, M. C.; DIAS, A. J.; RUSSEL, N. Y. (Orgs.), Mejora de la convivencia y programas encaminados a la prevención y intervención de la coso escolar p.71-77. Almería: Universidad de Almería. 2007. Disponível em: https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/6434/1/Investiga%c3%a7%c3%a3o_%20comportamentos_escolares_disruptivos.pdf. Acesso em: 23 mai. 2021.

YOUNG, J. **Terapia Cognitiva para Transtornos da Personalidade: uma abordagem Focada no Esquema.** Porto Alegre: Artmed, 2003.

LUTO FETAL: O SOFRIMENTO QUE NÃO É VISTO

Ana Laura dos Santos, Elaine Cristina Gardinal Pizato, e-mail:
psico.analaurab@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho teve como intuito realizar através de revisão bibliográfica uma análise subjetiva de vivências, contextos e diferentes aspectos que possam influenciar e serem lacunas para a elaboração do luto em período fetal.

Além da elaboração do luto, o objetivo central é identificar os principais fatores que dificultam a compreensão do sofrimento, e as dificuldades em associar a dor com algo não visível ou palpável, identificado em alguns estudos como objeto invisível aos pais e pessoas envolvidas. Além de que, a necessidade de uma didática de toda a equipe médica para acolhimento e enfatizar importância de vivências e decisões mesmo com o bebê falecido, tornam-se decisões tomadas e claras aos pais figuras em sofrimento principal, para que o eliminar evidências de existência do bebê, não seja uma prática frequente, pois o sofrimento torna-se ainda mais incompreensível.

Atualmente é de possível percepção que a maternidade é o sonho e luta de muitas mulheres por toda a sociedade. O desejo de tornar-se mãe acompanha a maioria do público feminino com evidências em suas expectativas de sucesso.

O processo da gravidez associado ao luto, pode percorrer por um vasto sofrimento e angústia perante as incertezas que acompanha a perda fetal. É nesse campo das incertezas e resultados não positivos às expectativas da gestação, que o presente trabalho busca enfatizar a importância do acompanhamento psicológico, pois, diante a perda do feto, a saúde mental pode sofrer prejuízos e o apoio de profissionais torna-se de imprescindível importância para a elaboração do luto vivenciado.

Referindo-se as perdas significativas e aos padrões de luto, segundo Diane Papalia e Ruth Feldman, quando um indivíduo perde um ente querido, o processo de adaptação a ausência da pessoa querida pode afetar em muitos aspectos de sua vida, sendo eles sociais, econômicos e emocionais. Tanto a morte, quanto a perda, são experiências pessoais e subjetivas a cada indivíduo, podendo ser superadas (relativamente) de forma rápida ou não. (PAPALIA; FELDMAN, 2014)

Trabalhar com o tema luto fetal nos dias atuais é evidenciar os acontecimentos, e, ainda, levantar a importância de construir programas de suporte diante o sofrimento e elaboração dos estágios do luto em sua diversidade.

Diferenciando-se de um aborto espontâneo, o luto fetal é vivenciado após a vigésima segunda semana de gestação, período o que conseqüentemente já vem sendo cultivado sentimentos maternos, sendo uma gravidez desejada ou não. Realizado acompanhamento médico e todo o envolvimento sentimental, psíquico, financeiro, afetivo e expectativas quanto aos próximos estágios da gravidez, e por conta de diversos fatores envolvidos, torna-se uma experiência dolorosa a ser vivenciada, e com detalhes de difícil compreensão e elaboração sobre o sentimento de ausência e “braços vazios” ao retorno para o lar.

(...)a combinação de morte repentina, inesperada, horrível e precoce, com toda a raiva que a segue, pode levar a família ao estresse e a não apoiar seus membros, gerando problemas psicológicos duradouros. Segundo ele, a morte física não ocorre ao mesmo tempo que a morte social, cujo processo leva tempo e, em situações traumáticas, pode gerar dificuldades no processo do luto. (CARNAÚBA, et al., 2016)

Através de revisões bibliográficas houve a possibilidade de revisitar vivências de mães em período perda fetal e seu estado de saúde mental diante o acontecimento. Identificados contextos e vivências de mães em processo de perda fetal, o óbito é caracterizado a partir da vigésima segunda semana de gestação, podendo assim identificar as dificuldades de elaboração da perda do objeto virtual, já que o bebê em nem todas as ocasiões chegam a ser visto. Considerando o processo do luto inesperado e incomum; analisando a elaboração da perda neonatal, é possível incluir expectativas e sentimentos; viabilizando as estruturas de acompanhamento psicológico fornecido à essas mães e enfatizar a importância de apoio psicológico durante todo o processo da perda, e não somente em caráter emergencial logo após o acontecimento.

2 MÉTODO

A metodologia do projeto consiste em uma análise bibliográfica recente quanto a literatura virtual do tema. Foi possível identificar, publicações recentes e constantes atualizações sobre o tema e novos estudos sobre as vertentes de atuação.

Para análise, foi imposto como regra de coleta de dados artigos científicos publicados em plataformas digitais adquiridas através da central de pesquisa do Google Acadêmico, em critério de publicação entre os anos de 2008 há 2020 sobre o tema de Luto fetal, utilizando palavras chaves de luto invisível, óbito fetal, fases do luto e luto fetal.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

De maneira contextual, a equipe médica diante aos estágios do luto, possui papel indispensável para os primeiros momentos de elaboração, acolhimento e possível resistência. Pontuando características importantes diante os momentos que serão possivelmente vivenciados pelas famílias, assim como citado por escritos de Carneiro, Rodrigues e Alves (2017), como no trecho "(...) cada pessoa apresentará, pelo menos, dois dos cinco estágios seguintes: negação e isolamento, raiva, barganha, depressão e aceitação. A sequência não é determinada e pode ser observada de forma aleatória" concluindo que os momentos e estágios não são vivenciados como exigência, e nem por ordem cronológica, tornando-se um processo subjetivo e com muitas variáveis considerando diferentes famílias e contextos inseridos.

Considerando a obra de Elisabeth Kubler-Ross, o luto passará por cinco estágios sendo, primeira fase: Negação, segunda fase: Raiva; terceira fase: Negociação/Barganha; quarta fase: Depressão; quinta fase :Aceitação (KÜBLER-ROSS, 2008). Porém, leva-se em consideração o sofrimento propriamente dito da família, e nem sempre se é considerado os fatores de influência a equipe, também envolvida no processo de luto, sendo possivelmente envolvida afetivamente com o cenário de sofrimento coletivo a partir da perda neonatal. Sendo assim, o presente estudo visa como ponto de análise, a equipe médica envolvida também no processo de notificação a família do óbito, procedimento do parto e o acolhimento da família enlutada, e diante o contexto como o evento poderá influenciar psicologicamente membros da equipe médica ou de suporte.

(...) que diversos pacientes reagem diferentemente a tais notícias, dependendo de sua personalidade, do estilo e do modo de vida progressos. As pessoas que, de um modo geral, se servem da rejeição como principal defesa tendem a valer-se dela mais do que outras. Pacientes que enfrentam com a mente aberta situações penosas no passado tendem a agir do mesmo modo na presente situação. É portanto, de grande valia entrosar-se com um novo paciente bem aquilatar suas potencialidades e fraquezas. (KUBLER-ROSS, 2008).

O profissional da saúde, além de profissional incluso no contexto e com rotina hospitalar, pode vir a desenvolver-se carga afetiva de envolvimento com a família e fatores de compaixão, empatia e despreparo emocional. Sendo assim, é consideravelmente impactante para o profissional vivenciar a dor emocional-afetiva de uma família enlutada,

sendo ela, pela morte de qualquer familiar, mas, o impacto do óbito de um bebê, pode ser considerado significativo por interpretações sociais de que não chegou a viver sua vida, empatia pelas projeções frustradas dos pais quanto ao futuro daquele bebê, e considerando um evento contraditório a “lei da vida”, de forma que se espera que os pais venham a óbito antes de seus filhos.

Revisitando realidade e embasamento teórico, diante o contexto de luto fetal, seria possível destacar as medidas tomadas pela sociedade que cerca os pais e famílias enlutadas. Visando enfatizar o objetivo central do projeto, identificar as hostilidades e possíveis negligências psicológicas sobrepostas a esses pais poderá ser identificado maiores sofrimentos vivenciados. Em caso de maiores informações sobre a realidade dos envolvidos, comportamentos solidários, empáticos e de compaixão ao sofrimento, seriam possivelmente capazes de evitar hostilidades e maiores sentimentos de incapacidade e sofrimento, acarretando uma realidade menos prejudicada dessa família.

(...) a equipe apresentou o bebê para que se despedissem: o marido de Ana tomou-a em seus braços, enquanto Ana permanecia ao seu lado e pegava em sua mão. Posteriormente, sua filha foi registrada, e realizou um pequeno velório. Para lidar com a família enlutada pela morte de seu bebê, Quayle (1997), Mercer (2002) e Bartilotti (2007) concordam que algumas atitudes podem favorecer a expressão da dor e do luto, entre elas: propor e encorajar os pais a ver, tocar, tomar o bebê morto em seus braços, dar nome ao bebê, organizar o funeral, e dar um túmulo ao bebê. Dessa forma, o casal pode lidar com a morte de forma muito mais realista, favorecendo a saúde psíquica e o luto normal. (OISHI, 2014).

Destacando as obras utilizadas, é possível identificar que o processo do luto não se trata somente dos sentimentos vivenciados pela família, mas também de atitudes a serem realizadas, e momentos a serem passados. Durante a obra Oishi (2014), o autor declara em um dos trechos que “Após o falecimento do bebê se fez presente também o sentimento de terem lhe roubado sua filha - mesmo sem saber ao certo quem ou o quê - e a oportunidade de pela primeira vez, tornar-se mãe. “Isso foi roubado de mim. Hoje, era para eu estar grávida, e estar trabalhando”.” relato que é possível identificar dificuldade no processo de compreensão ao evento vivenciado. Momentos de despedida e consciência total do acontecimento proporcionados a família possivelmente realizados conforme o atual estado psicológico dos pais, podem proporcionar sentimentos de compreensão mais bem

esclarecidos do evento, tornando-se possível a partir da entrega e estado psicológico dos familiares envolvidos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar da consciência da família, diante o óbito vivenciado um ambiente hostil pode ser criado, mesmo que de forma inconsciente para os envolvidos e sofredores do luto. Desta forma, podemos identificar comportamentos de extermínio de evidências da existência ou expectativas do bebê, o silêncio sobre o ocorrido a fim, de uma busca incessante de amenizar o sofrimento da família, mesmo que, o processo de desfazer-se dos bens adquiridos, falar como os sentimentos estão aflorados, e na tentativa de mensurar o sofrimento que seja dito as características do bebê, mesmo que visto e embalado já falecido, são momentos importantes para a elaboração consciente desse luto. Sendo que, algo que não é vivenciado não há como realizar o resgate de memórias e objetos para a compreensão do acontecido. A falta de conhecimento social, e o tabu estipulado diante a intenção de evitar o sofrimento, se evita o diálogo, mesmo que erroneamente é frequentemente reproduzido, pela família e equipe médica, evitando a vivência dos pais do momento, e da compreensão do acontecido, promovendo sentimentos de assombração sobre os porquês do óbito ou buscando culpados para justificar tamanho sofrimento.

Ao fazer uma análise da sociedade, busca-se descobrir as causas de emergir o retorno social de uma família enlutada. Com frequência em relatos das plataformas digitais, redes sociais e estudos de casos científico, percebe-se que, a sociedade busca amenizar o sofrimento de pais, os reintegrando em uma rotina de trabalho e compromissos sociais, os quais, nem sempre impactam de forma positiva, acarretando em sentimentos de desmerecimento da felicidade, pressa ao retorno, em falas de conforto até mesmo sugestões de outras gestações que podem ser possíveis, a fim de substituição do filho(a) em que veio a óbito, falta de conhecimento que proporciona sofrimento e desvalia aos sentimentos de dor e luto vivenciados pela família. O retorno social não é urgente, e de forma subjetiva deve ser oferecido aos pais, quando se sentirem confortáveis em conversar sobre o ocorrido, retornar a suas atividades de forma gradual e empática. As leis trabalhistas apoiam um prazo de duas semanas (15 dias) para retorno as atividades a fim de vínculos empregatícios, proporcionando assim, intervalo para compreensão do evento e assimilação de informações a essa família em sofrimento, porém, quanto as demais

atividades sociais não se há um prazo mínimo, médio ou ideal para o retorno, o evento poderá ser elaborado de forma subjetiva, apenas proporcionando a opção de retornar para os envolvidos, e de forma respeitosa, empática e com aspectos de compaixão, o sintoma muito por sua perda faz sentido, e o retorno social incisivo acontece de forma natural.

Portanto, enfatizando a importância do acolhimento hospitalar, envolvendo fatores relacionados a como a família tem preferência em vivenciar a experiência do luto, a atuação dos profissionais da saúde de forma empática e ética, pode ser um fator que venha a calhar. Dessa forma, podemos destacar defasagem de informações quanto ao envolvimento afetivo emocional da equipe médica, cautela ética respeitada no momento do luto e fatores de depressão pós-parto em mães enlutadas. Considerando fatores importantes que poderiam ser aprofundados e que há rasa abordagem literária para embasamento teórico, tornando-se vertentes de possíveis estudos.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Helena Carneiro. Quando a partida antecede a chegada: Singularidades do óbito fetal. 2016. Tese de Doutorado. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, RJ.
- AGUIAR, H. C., & ZORNIG, S. (2016). Luto fetal: a interrupção de uma promessa. *Estilos da Clínica*, 21(2), 264-281.
- CARNAÚBA, Raquel Arruda; PELIZZA, Cláudia Camargo Arthou Sant'Anna; CUNHA, Samai Alcira. Luto em situações de morte inesperada. *PSIQUE*, v. 1, n. 2, p. 43-51, 2016.
- CARNEIRO, Helainy Lisboa Batista; RODRIGUES, Andréia Alves; ALVES, Marília Santana. A DOR SILENCIOSA DOS PAIS DE FILHOS NATIMORTOS E NEOMORTOS. *Humanidades*, v. 6, n. 1, 2017.
- DE ANDRADE, Débora Damacena; DA SILVA, Flávia Maria Soares Pereira; DE ROURE, Susie Amâncio Gonçalves. Dor Psíquica e Luto Materno Diante da Perda Gestacional. *Psicologia em Ênfase*, p. 142-161, 2020.
- KÜBLER-ROSS, E. Sobre a Morte e o Morrer. 9ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2008.
- OISHI, Karen Lie. O jardim de Julia: a vivência de uma mãe durante o luto. *Psicologia: teoria e pesquisa*, v. 30, p. 5-11, 2014.
- PAPALIA, D. E.; FELDMAN, R. D. Lidando com a Morte e o Sentimento de Perda. In: _____. *Desenvolvimento Humano*. 12ª ed. Porto Alegre: AMGH, 2013, cap. 19, pág. 634-356.

“MACUNAÍMA” - O HERÓI DA NOSSA GENTE E A PERSONIFICAÇÃO DO POVO BRASILEIRO NA OBRA DE MÁRIO DE ANDRADE

Marina Ferreira da Luz, Marcelo Mott Peccioli Paulini, e-mail: luzanuvol@outlook.com

1 INTRODUÇÃO

Mário de Andrade, escritor brasileiro nascido na cidade de São Paulo em 1893, foi uma das grandes personalidades presentes na Semana de Arte Moderna em 1922. O evento reuniu intelectuais, artistas e escritores brasileiros a fim de que através de suas contribuições (obras literárias, pinturas, esculturas, entre outros) fosse refletida a seguinte questão: qual é a identidade cultural e artística brasileira?

Desde então, Mário de Andrade esteve realizando obras que buscavam quebrar a dependência e submissão do Brasil em relação aos padrões importados da Europa, estrangeiros, principalmente os padrões presentes nos movimentos europeus, fossem eles artísticos ou culturais. Essa ruptura por si só está intimamente ligada ao período literário da época, o Modernismo.

Seguindo a linha de ruptura, *Macunaíma*, publicado por Mário de Andrade em 1928, foi um dos mais bem exemplos do período. O protagonista da obra representa uma mistura de várias etnias que constituíram a cultura brasileira, o índio, negro e europeu (português).

Através de seu personagem, Mário de Andrade, seguindo o ideal de valorização da cultura brasileira e buscando sua autonomia criou uma obra na qual seu personagem representava um herói sem um caráter exato ou característica que o definisse. Assim, *Macunaíma* representa o fato de que o brasileiro possui uma cultura plural e peculiar que consiste na mistura de várias etnias, povos, costumes, crenças e princípios.

A cultura brasileira buscou representar-se como reflexo da cultura europeia ocidental, caracterizando, portanto, um povo civilizado e “europeizado”. A esse traço, somam-se as influências africana e indígenas marcadas pelo clima tropical. O povo brasileiro se constitui então como um novo contingente humano, pois não é europeu, ameríndio e tão pouco africano, mas sim a junção desses três elementos. É justamente essa representação que marca uma das nossas mais importantes e instigantes obras literárias, a rapsódia *Macunaíma*. Seu autor utilizou como fonte principal o universo folclórico do norte da América do Sul, recriando-o na sua epopeia por meio do seu “Herói sem nenhum caráter”.

A obra é fruto de anos de pesquisas sobre o folclore nacional, mitologias indígenas e profundas observações sobre a linguagem coloquial do povo brasileiro. O resultado foi a obra-prima de Mário de Andrade, que a escreveu em poucos dias de dezembro de 1926, sendo considerada pelo mesmo uma *rapsódia* - termo musical que tem como base melódica ritmos populares e folclóricos, visto que reúne mitos, folclore e aspectos da cultura brasileira. Sendo assim, Macunaíma, o herói da obra, é um personagem multicultural, multicolor, assim como muitos pensadores definem a cultura brasileira.

O termo “Herói sem nenhum caráter”, que se tornou marca registrada do personagem da história, faz uma inconfundível alusão e comparação de Macunaíma com o povo brasileiro, visto que no decorrer da obra não encontramos a típica submissão à cultura ocidental, impregnada na ideologia europeia estrangeira importada por nós. Ao contrário, Mário de Andrade cria uma personagem que não tem uma etnia definida, é branco, negro e índio. Ele é um anti-herói, que não tem compromissos com a sociedade, é individualista, é preguiçoso, fora da lei, tal como o brasileiro em sua característica mais ampla e estereotipada. Sendo assim, Macunaíma, é uma obra literária que, através da paródia, propõe uma visão complexa da identidade brasileira. Pesquisar a respeito das origens do brasileiro está internamente ligado com o ambiente surreal e caótico do romance, onde Mário de Andrade conseguiu reunir de maneira louvável inúmeros frutos de nossa brasilidade, tais como folclore, fauna e espaço físico, religião, cultura indígena, cultura brasileira, linguagem da época, e o processo de modernização pela qual o Brasil passava, tudo isso em apenas uma obra.

Sabendo-se que o romance busca de maneira astuciosa retratar o brasileiro, o empreendimento de Mário de Andrade tem um valor imprescindível, pois Macunaíma é uma tentativa de modernizar o Brasil através do passado, de nossas tradições. E é também a tentativa de fundar a raça brasileira, estreitamente ligada ao seu ambiente geográfico e clima e que seria responsável por seu futuro.

Nesse sentido, a seguinte problemática se levanta diante desse trabalho: Como o povo brasileiro torna-se “personagem” criticado em Macunaíma?

Macunaíma, resgata as tradições folclóricas brasileiras e reelabora as concepções de um pretenso caráter nacional (que para o autor supostamente não há), através de seus personagens peculiares. O herói adquire características adequadas ao meio em que vive, ao seu espaço geográfico, ele é a tentativa de fundar a raça brasileira a partir das “três

raças tristes” que dão origem ao brasileiro e, mais ainda, é a possibilidade da criação de uma cultura nacional autêntica.

É objetivo maior deste estudo monográfico contemplar algumas interpretações que a crítica literária brasileira propôs sobre Macunaíma. Como objetivos específicos, Pretende-se analisar como Mário de Andrade buscou representar o povo brasileiro criticamente e sua obra; determinar qual a razão do escritor querer nela recriar a cultura brasileira; identificar quais foram seus objetos de estudo e inspiração para criação de sua obra-prima.

2 MÉTODO

Esse estudo é fundamentado em uma investigação de Documentação Indireta. A obtenção de dados se deu através de pesquisa bibliográfica. Nestes materiais encontrou-se inúmeras teorias e teses sobre o valor cultural da obra, através de análises de conteúdo e formais.

Assim, os dados foram analisados a partir da identificação dos principais elementos das obras encontradas.

Por se tratar de um estudo bibliográfico, não foi necessário solicitar ao comitê de ética as devidas autorizações, pois não envolveu seres humanos.

3 REVISÃO DE LITERATURA

A fortuna crítica de Macunaíma pode ser dividida em três fases: a primeira, restrita aos jornais e revistas literárias. A segunda é marcada pela publicação da obra de Cavalcanti Proença; e uma terceira fase concebida a partir da vasta produção acadêmica que apareceu a partir dos anos setenta.

A primeira fase da crítica de Macunaíma, conforme mencionado, tratou-se de uma "crítica periodista, mas nem sempre de caráter marcadamente jornalístico", o que ocorreria em decorrência do ensaísmo que as críticas acabavam incorporando. Ramos Jr (2005) cita que a primeira recepção pública da obra foi uma resenha curta publicada no Diário Nacional, no ano de 1928, mais precisamente no dia 7 de agosto que sintetizou elementos fundamentais e "decisivos para a compreensão da obra". (p.126).

O resenhista identifica o aproveitamento de material mítico amazônico na composição do enredo e na criação de personagens; observa, também, a mistura desse material com "outras lendas brasileiras [...], manifestações de costumes, superstições, provérbios, modismos vocabulares, frases feitas e cacoetes brasileiros". (RAMOS JR, 2005, p. 126)

O primeiro estudo a abranger de fato as particularidades de Macunaíma foram publicadas por Manuel Cavalcanti Proença, e se tratou de um estudo aprofundado, em que o crítico detalhou e analisou capítulo por capítulo, tornando-se referência para a compreensão da rapsódia de Mário de Andrade.

O momento em que Proença escreveu sua crítica sobre havia já superado a preocupação dos modernistas de 22 na "luta contra a dominação parnasiana na cultura letrada brasileira". Terminada a 2ª Guerra Mundial, a cultura de massa norte-americanizada começava a dominar, no mundo ocidental, as mais variadas esferas da vida cultural.

Não por acaso, renascia então um “nacionalismo de índole popular”, que aproveitaria canais como o rádio, onde se manifestavam artistas que “fizeram sucesso ressuscitando e reciclando formas antigas de música popular, como Luiz Gonzaga” e no cinema, a exemplo dos filmes de Mazzaropi (Fischer, 2017, p 13)

Segundo Ramos Jr (2005) as produções acadêmicas que, com todo rigor acadêmico, sobretudo no que se refere às escolhas metodológicas pode ser considerada uma ter a terceira fase da fortuna crítica da obra de Mário de Andrade, pois incorporaram uma posição que, diante de olhares distintos, passaram a cumprir um papel de destaque para a leitura e compreensão de Macunaíma.

Identidade Brasileira: de Macunaíma a dias atuais – uma análise da sua concepção nos meios de comunicação e na escola, realizada por Mayara Evangelista Alegre discorre seu trabalho a partir do livro Macunaíma sob um olhar didático e pedagógico. Em sua pesquisa ela aborda a Literatura e a Sociedade, visando ressaltar a relevância da obra para a formação cultural da identidade brasileira. Segundo Alegre, em seu artigo, o sentimento de cidadania está adormecido nas pessoas, devido ao desconhecimento de suas raízes, o que resulta a desvalorização da cultura. Visto que Macunaíma foi a tentativa de recriação da identidade brasileira.

Alegre determina a importância do movimento literário Modernista e as “culturas” e cultura popular que o movimento e a obra de Mário de Andrade, juntos deixaram como uma “herança cultural”. Portanto, Macunaíma, traz para o Brasil, no contexto o qual foi publicado, um novo fôlego. Diferente do Romantismo, onde José de Alencar cria O Guarani, índio idealizado, valente e extremamente ético, o Herói Macunaíma vem em contraposição, sem filtros, idealizações ou falsa identidade. A história se passa em torno de sua busca pelo talismã perdido Muiraquitã, o qual sua amada Ci havia lhe dado.

Em Macunaíma não encontramos a preocupação de poder, impregnado na mercadoria estrangeira importada por nós, ao contrário, Andrade cria uma personagem que não tem uma etnia definida, é branco, negro e índio. Ele é um anti-herói, que não tem compromissos com a sociedade, é individualista, tem caráter, é preguiçoso, fora-da-lei. Talvez essa seja a resposta pela pouca repercussão que teve. Retomamos o conceito de Jung que diz que o herói deve ser exaltado até a identificação dele, através de música, da dança. Com o Mestiço não houve nenhum desses aspectos, ele nunca foi exaltado, ao contrário é colocado como um ser inferior. (ALEGRE, 2007, p.3)

Mas não é apenas isso, Alegre destaca as aventuras surreais do índio, o fato de ele andar pelo mundo todo a pé, sua má índole desde criança. Mário de Andrade através de uma história inovadora aproveita para através de cada personagem, simbolizar os trejeitos brasileiros, ou melhor dizendo o “jeitinho brasileiro”.

Alegre conclui sua pesquisa afirmando que

Para contrapor essa realidade torna-se cada vez mais relevante a discussão sobre a identidade, não no sentido de parar os avanços culturais, a cultura é dinâmica e não podemos dizer que isso é negativo, mas refletindo sobre a nossa essência. Enquanto não houver a valorização dos brasis que compõe o Brasil, dificilmente existirá o exercício pleno da cidadania e vice-versa. (ALEGRE, p.11)

Assim, Alegre afirma que o poder da literatura, é o fato de que ela se inspira em fatos, que filtrados pelo autor, a realidade é transformada.

Em Macunaíma- o herói sem nenhum caráter por Aline Soler Parra (Unicamp):

Parra, também seguindo a corrente filosófica de Herder, em seu artigo, esclarece a formação do caráter no ser humano. Como amparo utiliza a obra Macunaíma, para ilustrar seu cenário. Parra com vários fundamentos filosóficos cita Kant e sua ideia de que os fatores climáticos e geográficos poderiam ser possíveis influenciadores do desenvolvimento humano.

Em sua pesquisa, Parra contextualiza a Unificação Alemã e a Decadência do Ocidente, como um tipo de herança histórica para os povos de sua nação, ou acontecimentos notáveis. Segundo Parra, Macunaíma, seria o acontecimento notável do Brasil, visto que Mário foi muito além de criar um índio romântico, que idealiza a falsa cultura brasileira. Segundo Parra, Macunaíma é uma personagem muito rica, assim como as outras, mas carrega consigo, tanta malandragem, que seu caráter corrompido desde pequeno, pode ser devido ao ambiente inverossímil no qual vivia.

Podemos compreender que desde seu lançamento, Macunaíma passou por diversos processos de leitura crítica e de olhares que contribuem, além de uma compreensão efetiva da obra, a sua perpetuação como um clássico.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Produzida a partir de estudos, pesquisas e observações sobre as interações do próprio povo brasileiro, numa tentativa de desprendimento dos padrões europeus como fatores determinantes para a definição de identidade nacional, Mário de Andrade, ao escrever *Macunaíma*, elaborou um personagem portador de atributos característicos das várias etnias que constituíram a cultura brasileira - o índio, o negro e o europeu. Além disso, Andrade evidenciou que o brasileiro possui uma cultura particular que não necessariamente correspondesse aos padrões de "povo civilizado", mas sim um povo construído à base de diferentes costumes, crenças e princípios.

Este trabalho teve por objetivo contemplar algumas interpretações que a crítica literária propôs sobre *Macunaíma*, buscando analisar de que forma Mário de Andrade buscou representar o povo brasileiro, além de levantar qual a razão de o escritor querer recriar a cultura brasileira em sua obra.

Nesse sentido, apresentamos inicialmente traçar a construção da identidade nacional na literatura brasileira, com início do Quinhentismo de Padre Anchieta, no movimento que evidenciou aspectos da natureza e histórias que enalteciam as viagens, acarretando a necessidade, também, de atrair investidores, sendo o Brasil narrado no início do século XVI não detalhando com exatidão as relações de dificuldades encontradas em terras da então América portuguesa.

No Arcadismo, o indígena aparece no centro das obras, tomando uma posição em que passa a aderir feições europeias, sobretudo as que se referem à religiosidade.

Durante o Romantismo, a expansão do nacionalismo os nativos assumem então seu papel na ancestralidade nacional, porém como "bom selvagem" e o indianismo romantizado de heróis e histórias amorosa.

Mário de Andrade foi um expoente e esse movimento tinha como característica o desejo de modernizar as artes brasileiras, inserindo o país nesse mundo. O uso do conhecimento sobre as expressões culturais populares, características da própria cultura brasileira por parte de Mário de Andrade foi fundamental e abriu portas para o que surge como o "elemento autêntico e primitivo" para a identidade nacional, resgatando aspectos do passado para a construção do futuro: a modernidade.

Dessa forma, apresentamos características gerais sobre *Macunaíma* e seu autor, apontando para o capítulo seguinte o qual destacamos que foi a partir da década de 1970

uma "fortuna crítica de Macunaíma, dividida em três fases: I) a obra de Cavalcanti Proença; II) com Florestan Fernandes em uma leitura mais "minuciosa" e III) com a vasta produção acadêmica sobre Macunaíma e Mário de Andrade.

REFERÊNCIAS

ALEGRE, E. M. Identidade Brasileira: de Macunaíma aos dias atuais - uma análise da sua concepção nos meios de comunicação e na escola. Intercom - Sociedade Brasileira de Ciências da Comunicação XXX. Congresso Brasileiro de Ciências. **Jornada de Iniciação Científica em Comunicação**. Santos, ago. 2007. Disponível em: < <https://docplayer.com.br/6110123-Identidade-brasileira-de-macunaima-a-dias-atuais-uma-analise-da-sua-concepcao-nos-meios-de-comunicacao-e-na-escola-1.html> >. Acesso em fev. 2021.

ALEGRE, E. M. Identidade Brasileira: de Macunaíma aos dias atuais - uma análise da sua concepção nos meios de comunicação e na escola. Intercom - Sociedade Brasileira de Ciências da Comunicação XXX. Congresso Brasileiro de Ciências. **Jornada de Iniciação Científica em Comunicação**. Santos, ago. 2007. Disponível em: < <https://docplayer.com.br/6110123-Identidade-brasileira-de-macunaima-a-dias-atuais-uma-analise-da-sua-concepcao-nos-meios-de-comunicacao-e-na-escola-1.html> >. Acesso em fev. 2021.

ANCHIETA, S. J. J de. **Poesias**. Transcrição, traduções e notas de M. de L. Paula Martins. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954.

ANDRADE, M. de. Macunaíma. Rio de Janeiro: **Livros Técnicos e Científicos**. São Paulo: Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia, 1978.

BOSI, A. "Situação de Macunaíma". **Macunaíma: O herói sem nenhum caráter**. Por Mário de Andrade. Ed. e org., Telê Porto Ancona Lopes. Florianópolis: Editora da Universidade Federal de Santa Catarina. 1988.

BOSI, A. **História Concisa da Literatura Brasileira**. 2ª ed. São Paulo: Cultrix, 1994.

CANDIDO, A. **Formação da literatura brasileira: momentos decisivos**. 6. Ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.

CANDIDO, A. **O romantismo no Brasil / Antonio Candido**. São Paulo: Humanitas / FFLCH / SP, 2002.

CARVALHO, S. M. S. Macunaíma, Maíra e Quarup. In. **Itinerários**: Revista de Pós-Graduação em Estudos Literários. Araraquara-SP, n. 11, p. 55-80, 1997.

COUTINHO, A. **Introdução à literatura no Brasil**. 19º Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CPDOC- FGV. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/mario_de_andrade Acesso em agosto de 2021.

FERNANDES, F. Mário de Andrade e o Folclorismo Brasileiro. **Rev. Inst. Est. Bras.**, SP,36: 141-158, 1994.

FIGUEIRA, L. R do C. O discurso de brasilidade na encarnação indianista, sertanista e regionalista. **Revista Contexto**, Vitória, n.26, 2014/2.

JUNIOR, J. de P. R. A fortuna crítica de Macunaíma. **Revista USP**, n. 65, p. 125-130, 2005.

MICELI, S. **Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1921 -1945)**. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1979.

PARRA, A. S. Macunaíma – o herói sem nenhum caráter: paralelos. In. **Publicações UNICAMP**. Campinas: UNICAMP, 2010.

PROENÇA, M.C. **Roteiro de Macunaíma**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1969.

RAFT, G. L. **A construção da identidade nacional pela representação do indígena no mestiço antropofágico de Macunaíma**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Letras - PPGL. Centro de Ciências Humanas e Naturais. Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2018.

RODRIGUES, F. D. P. **Macunaíma e a formação de uma cultura brasileira**. Unicamp. Disponível em <http://www.unicamp.br/iel/site/alunos/publicacoes/textos/m00002.htm>. Acesso em fev. de 2021

SOUZA, A. A de; RAMOS, J. A. SOARES, K. P. S. A idealização da mulher indígena na obra Caramuru, de José de Santa Rita Durão. **Revista Científica da FASETE** 2018.2

TREECE, D. Caramuru, o mito: conquista e conciliação. *Teresa revista de Literatura Brasileira* [12|13]; São Paulo, p. 307-344, 201.

VERÍSSIMO, J. **Obras Poéticas de José Basílio da Gama**, São Paulo, Garnier, 1920.

VERSIANI C. « A representação arcádica do índio brasileiro: **O Uruguai**, de José Basílio da Gama », *Amerika* [En ligne], 14 | 2016, mis en ligne le 22 juin 2016, consulté le 20 avril 2021. URL : <http://journals.openedition.org/amerika/7266> ; DOI : <https://doi.org/10.4000/amerika.7266>.

MUSICOTERAPIA COMO INTERVENÇÃO PARA PESSOAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

Anna Caroline Tirollo de Lima, Gabriel Luiz de Almeida, Bianca Callegari, e-mail: almeida.psico@outlook.com

1 INTRODUÇÃO

O Autismo, Transtorno do Espectro Autismo (TEA), classificado na categoria de Transtorno do Neurodesenvolvimento no DSM-V (APA, 2014), é uma alteração do neurodesenvolvimento que se manifesta comumente na primeira infância. Até os anos de 1980 o autismo era considerado um distúrbio adquirido por influência do ambiente ou pelos genitores.

De acordo com o DSM-V (APA, 2014), os critérios diagnósticos do Transtorno do Espectro Autista consideram: a) déficits persistentes na comunicação social e na interação social em múltiplos contextos, no momento atual ou por história prévia; e b) padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades, tanto no momento atual quanto por história prévia. O manual orienta que os sintomas devem estar presentes precocemente no período do desenvolvimento, no entanto, salienta que estes podem não se tornar plenamente manifestos até que as demandas sociais excedam as capacidades limitadas ou então podem ser mascarados por estratégias aprendidas ao longo da vida. Ainda, como critério diagnóstico, os sintomas devem causar prejuízo clinicamente significativo no funcionamento social, profissional ou em outras áreas importantes da vida do indivíduo no presente, e tais manifestações não podem ser decorrentes de outra condição, como a deficiência intelectual, por exemplo.

A música normalmente está presente na vida de todo ser humano, seja em momentos bons ou momentos ruins, a música marca a memória dos indivíduos, mas a música pode ir além de momentos, ela pode fazer parte de técnicas em diversas situações no uso terapêutico. “A Musicoterapia é um processo sistemático de intervenção onde o terapeuta ajuda o cliente a alcançar a saúde, usando de experiências musicais e das relações desenvolvidas através destas como forças dinâmicas de transformação” (BRUSCIA, 2016, p.20).

Segundo Romão (2015), desde a Grécia Antiga já pode encontrar o uso de músicas na terapia, pois as doenças que possuíam caráter psicossomáticas não tinham muito

conhecimento científico como atualmente. No entanto, a música por meio de sua estrutura de sons, era uma fonte que estabelecia a harmonia humana da mesma forma, a musicoterapia encontra-se período pós-guerra, no século XIX, em hospitais, como instrumento de tratamento de neuróticos.

De acordo com Maranhão (2020) as intervenções da musicoterapia no autismo são comprovadas por meio de evidências científicas com impactos positivos na interação social, comunicação verbal, iniciação de comportamentos e reciprocidade socioemocional, comunicação não verbal no contexto terapêutico e social, até mesmo na promoção de autoconceito e a autoestima, que conseqüentemente permitem desenvolver a identificação e a expressão de emoções de forma adequada no ambiente em que estão inseridos.

De acordo com Anjos et al (2017), a Musicoterapia pode ser uma intervenção onde ajuda no desenvolvimento e restauração dos potenciais dos pacientes, já que se manifesta por meio da música, do som, da voz, entre outros. Assim como outros tipos de terapias, a Musicoterapia requer um planejamento por meio de anamnese, identificação das queixas, avaliação, observação e intervenção em equipe multidisciplinar. Para Romão (2015), a Musicoterapia tem o papel de promover mudanças nas vidas de pacientes, interagindo com a música. Por meio dessa terapia, o canal de comunicação é aberto e gera uma ampliação de possibilidades para seus participantes.

Em indivíduos com autismo apresentam desordem no processamento sensorial, causando hipersensibilidade ou hiposensibilidade e que se pode colocar essas condições como objetivos a serem trabalhados na musicoterapia, auxiliando a escuta, foco, distinguir a fonte do som e estar atento (MARANHÃO, 2020).

Desta maneira esta pesquisa visa mostrar que a musicoterapia contribui de maneira relevante nos processos de comunicação de modo geral, a linguagem e os estudos demonstram profundo efeitos sobre uma melhora de diversas habilidades em indivíduos com autismo. Além disso, a musicoterapia pode ser trabalhada com diversos públicos além de autistas, como por exemplo, crianças, pacientes oncológicos, pacientes com depressão e ansiedade, pacientes que possuem Alzheimer e atualmente com pacientes que enfrentam a Covid-19.

A grande motivação de realizar essa pesquisa, é o propósito de encontrar novas formas de utilizar uma técnica que faça a terapia ser mais prazerosa para os pacientes, trazendo um resultado positivo na vida de todos. Os estímulos cognitivos gerados pela

música são muito complexos, que exigem grande esforço do cérebro para sua produção, além do caráter emocional da música, é capaz de trazer poderosas reações sentimentais. Nesse sentido, torna-se interessante estudar as influências da musicoterapia no processo terapêutico do Transtorno do Espectro Autista.

2 OBJETIVOS

Identificar e analisar como a música gera impactos significativos na sessão de terapia de pessoas com transtorno do espectro autista (TEA), bem como evidenciar os efeitos positivos da musicoterapia na intervenção de pessoas autistas.

3 MÉTODO

Trata-se de uma revisão bibliográfica com o objetivo de evidenciar o impacto positivo que a musicoterapia oferece como um instrumento de terapia em pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Para tanto, foi realizada uma pesquisa eletrônica em periódicos indexados nas bases de dados Biblioteca virtual da saúde (BVS), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Education Resources Information Center (ERIC) e Scientific Electronic Library Online (SciELO).

Para busca dos periódicos foram utilizadas as palavras-chave “musicoterapia” e “autismo” entre os períodos de 2016 a 2021. Como critérios de inclusão, foram selecionados artigos científicos na língua portuguesa e inglesa e que disponibilizaram o texto na íntegra de forma gratuita.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A busca nas bases de dados resultou em 33 artigos; destes, 21 foram excluídos pois não atenderam aos critérios de inclusão. Assim, 12 artigos foram selecionados para a presente revisão, estando estes nas bases de dados: BVS (2 artigos), Periódicos CAPES (6 artigos), SciELO (1 artigo) e ERIC (3 artigos). A maioria dos artigos foram encontrados pelo banco de dados da CAPES e apenas 2 artigos estavam em inglês.

De acordo com Franzoi et al. (2016), a musicoterapia é uma ferramenta utilizada desde a primeira e segunda guerra mundial, quando enfermeiras utilizavam para tratamento de soldados americanos feridos, sendo, portanto, uma prática antiga.

A musicoterapia apresentada na literatura é uma ferramenta que dispõe de diversos efeitos positivos para pessoas com desenvolvimento típico e atípico. Há diversas evidências de que intervenções com musicoterapia auxiliam em comportamentos socio-interacionais, cognitivos e uma redução mesmo que baixa em comportamentos restritivos, sendo benéficos ganhos a longo prazo (FERNANDES, 2016; OLIVEIRA et al., 2021)

De acordo com Freire et al. (2018) o desenvolvimento musical com TEA pode caminhar com os ganhos terapêuticos. Segundo os autores é possível identificar que as intervenções musicais apresentaram ganhos positivos desde o desenvolvimento de comportamentos e habilidades musicais; há também ganhos em outras áreas como a redução de comportamentos restritivos, melhora na socialização, contato visual, melhora na fala, comunicação, percepção sensorial e cognição (LYGERAKI, 2019).

Com base nos dados obtidos da análise alguns autores durante sua pesquisa notaram interações entre os musicoterapeutas e crianças com TEA por meios de expressões e explorações, apresentado tanto em cultura brasileira como na cultura estadunidense, que nos mostra que esta estratégia pode ser utilizada em diversas culturas quebrando uma barreira de limitações teóricas (EREN, 2017; FIOREZI, 2017; MAGALHÃES, 2017).

A musicoterapia é utilizada em diversas áreas com objetivos específicos e variações em cada uma delas, desde a educação até a hospitalização. Essa estratégia de intervenção depende da aplicação de um especialista e conhecedor musical que saiba os gostos musicais dos pacientes de forma individual, pois assim os elementos são utilizados para intervir em limitações do paciente atingindo as emoções e pensamentos auxiliando um equilíbrio entre a saúde mental e física (SILVA; SILVA NETO; FREITAS, 2020; SOUZA, 2021).

Além disto, hoje é possível mensurar se há uma evolução musical da criança com TEA através de uma escala denominada DEMUCA sendo um instrumento brasileiro criado para avaliar o desenvolvimento musical de crianças com autismo, focado na objetividade e simplicidade, tornando um instrumento de aplicação fácil e acessível para que seja suprido a falta de ferramentas de mensuração na área (ANDRÉ, 2018; FREIRE et al., 2019)

Por fim é importante ressaltar a dificuldade para encontrar artigos que abordassem o assunto em questão e que pudessem contribuir com o presente estudo na ideia de consolidar os objetivos de pesquisa. Mesmo ao evidenciar a música como fundamento para

um processo terapêutico com pessoas com TEA e apresentar as evidências científicas que comprovam a sua eficácia, são escassas as pesquisas que exploram a musicoterapia para além do âmbito da socialização, o que reforça a necessidade de pesquisas na área para que essas lacunas sejam supridas (FREIRE et al., 2018).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se concluir que a Musicoterapia oferece oportunidade de criação de vínculos por meio de interações, o que resulta em maior eficácia terapêutica devido ao relaxamento que o vínculo e os sons fornecem; ainda, sua estrutura dinâmica possibilita maior aceitação ao tratamento. Da mesma forma, é essencial que o musicoterapeuta faça parte de equipe multidisciplinar para contribuir com o relaxamento por meio de som.

Dentre todas as produções científicas selecionadas do banco de dados para a produção deste trabalho, foi possível observar em inúmeras a eficácia da musicoterapia no desenvolvimento significativo das esferas cognitiva, motora, social e afetiva de indivíduos portadores do Transtorno do Espectro Autista. Dados os resultados em tais pesquisas, é inegável a enorme contribuição da musicoterapia como ferramenta de tratamento de tal condição neurológica e se mostram comprovadas suas técnicas como eficientes para tal desenvolvimento em diferentes áreas de dificuldade para o indivíduo. Sendo assim, a musicoterapia é não apenas recomendada, mas uma forte aliada e quase imprescindível para o acompanhamento desses indivíduos.

Há de se considerar a necessidade de mais incentivo às pesquisas na área de musicoterapia, dada a escassez de estudos encontrados relacionados ao tema. Ressalta-se que pesquisas e práticas envolvendo musicoterapia não devem atender somente o público com TEA, mas sim ampliar-se para todos os contextos, de forma democrática e unificada.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, A. M. et al. Psychometric analysis of the Nordoff-Robbins Scales as an instrument of evaluation in the Music Therapy treatment of autistic children in follow up in the Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais (HC – UFMG). **ScholarlyMusicJournal**. Belo Horizonte, p. 01-12, jun. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/permusi/article/view/5273>. Acesso em: 07 de agosto de 2021.

ANJOS, A.G. et al. Musicoterapia como estratégia de intervenção psicológicas com crianças: uma revisão da literatura. **Revista Interinstitucional de Psicologia**, Belo Horizonte, v. 10, n.2, p 2238-238, dez./2017. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-82202017000200008. Acesso em: 16 de maio de 2021.

APA - AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BRUSCIA, K. **Definindo Musicoterapia**. 3. Ed. Eurospan, 2016. 384 p.4

EREN, B. Profiles of the Most Preferred and the Most Effective Music Therapy Approaches being Utilized with Children with Autism Spectrum Disorders According to the Opinions of Music Therapists in the U.S. **Journal of Education and Practice**, Nilüfer, v.8, n.20, p. 115-128, 2017. Disponível em: <https://files.eric.ed.gov/fulltext/ED577837.pdf>. Acesso em: 03 de setembro de 2021.

FIOREZI, J. N. et al. Os Efeitos da Música em Biomarcadores de Estresse, Imunológicos e Comportamentais em Portadores do Espectro Autista. **Cinergis**, Santa Cruz do Sul, v.18, p. 01-08, dez. 2017. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/cinergis/article/view/11174>. Acesso em 31 de agosto de 2021.

FRANZOI, M.A.H. et al. Intervenção Musical como Estratégia de Cuidado de Enfermagem a Crianças com Transtorno do Espectro do Autismo em um Centro de Atenção Psicossocial. **Texto e Contexto Enfermagem**, Santa Catarina, v. 25, n.1, p. 1-8, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/XYSRFmZdj4CKVpyfv87QcHn/?lang=pt>. Acesso em: 26 de agosto de 2021.

FREIRE, M. H. et al. O desenvolvimento musical de crianças com Transtorno do Espectro do Autismo em Musicoterapia: revisão de literatura e relato de caso. **Orfeu**, v. 3, n. 1, p. 145-171, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/orfeu/article/download/1059652525530403012018145/9009>. Acesso em: 6 set. 2021.

FREIRE, M. et al. Validação da Escala de Desenvolvimento Musical de Crianças com Autismo (DEMUCA): análise semântica, interexaminadores, consistência interna e confiabilidade externa. **OPUS**, v. 25, n. 3, p. 158-187, 2019. Disponível em: <https://www.anppom.com.br/revista/index.php/opus/article/view/724>. Acesso em: 6 set. 2021.

FERNANDES, P.R.S. Musicoterapia e Perturbação do Espectro do Autismo. **JORSEN**, Braga/Portugal, v.16, p. 725-730, 04 de agosto de 2016. Disponível em: <https://nasenjournals.onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/1471-3802.12209>. Acesso em: 31 de agosto de 2021.

LYGERAKI, A. Development of Academic Skills in Children with Autism. **Mediterranean Journal of Basic and Applied Sciences**, Londres, n. 3, p. 01-12, abr./jun. 2019.

- MARANHÃO, A. L. Musicoterapia no autismo. **Revista umanitaris**, v. 2, n. 2, 2020. Disponível em: http://www.icepsc.com.br/ojs/index.php/revista_humanitaris/article/view/425. Acesso em: 18 maio 2021.
- MAGALHÃES, J.M. et al. Intervenção de Musicoterapia nos Sinais Vitais de Crianças com Transtorno do Espectro Autista: Estudo Piloto. **Reserach, Society e Development**, v.10, n.4, p. 1-11, mar. 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/13868>. Acesso em: 31 de agosto de 2021.
- OLIVEIRA, F. V. et al. Contribuição da musicoterapia no transtorno do espectro autista: revisão integrativa da literatura/Contribution of music therapy to autism spectrum disorder: an integrative literature review. **Journal of Nursing and Health**, v. 11, n. 1, 2021. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1281966>. Acesso em: 6 set. 2021.
- ROMÃO, S.L.S. Os diferentes caminhos da música – um olhar sobre a musicoterapia. **ColloquiumHumanarum**. São Paulo, v.12, n. Especial, p. 1713-1720. 2015. Disponível em: <http://www.unoeste.br/site/enepe/2015/suplementos/area/Humanarum/Artes/OS%20DIFERENTES%20CAMINHOS%20DA%20M%C3%9ASICA%20UM%20OLHAR%20SOBRE%20A%20MUSICOTERAPIA.pdf>. Acesso em: 20 maio de 2021.
- SILVA, L. F.; SILVA NETO, F.S.; FREITAS, G. D. M. Os efeitos terapêuticos da musicalização em crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA): Uma revisão da literatura. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 8, p. e299985399-e299985399, 2020. Disponível em: <https://www.rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/5399>. Acesso em: 6 set. 2021.
- SOUZA, J.C.P. et al. Contribuições da Musicoterapia para a Psicoterapia Infantil. **BJHR**, Curitiba, v.4, n.3, p. 10432-10445, mai./jun. 2021. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1283599>. Acesso em: 30 de agosto de 2021.

NOVAS TECNOLOGIAS NO ENSINO DE ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS: CONTRIBUIÇÕES DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

Letícia Malmercic Vicente, Luana Caroline Bagarini, Wanderlei Sebastião Gabini, e-mail:

malmercic.leticia@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Conviver com a diversidade é um desafio; uma das possibilidades de abordagens e mudanças nos conceitos das pessoas é através da educação. Considerando a função social da escola em promover ambientes democráticos e de respeito mútuo aos direitos humanos, faz-se necessário a oportunidade de vivências pedagógicas que ofereçam condições educacionais que beneficiam o desenvolvimento de todos os educandos, em um processo que contribua e seja contínuo para inclusão.

Pensando nas peculiaridades e aprendizagens do aluno, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) deve nortear os conteúdos e aprendizagens propostas pelo professor. O documento não propõe conhecimentos sistematizados, mas compreende o educando como sujeito central e ativo na construção de conhecimentos, objetivando a educação integral dos alunos, contemplando todas as dimensões do desenvolvimento humano, ou seja, o desenvolvimento cognitivo, físico, social, emocional e cultural.

Para o aluno com Necessidades Educacionais Especiais (NEE), a inclusão no ambiente escolar vai além de simplesmente matriculá-lo; é necessário considerar suas particularidades e compreender seu potencial em aprender. A parceria do professor da sala onde o aluno com NEE está matriculado com o profissional do Atendimento Educacional Especializado (AEE) pode ser benéfica no processo inclusivo, visto que, juntos, podem trabalhar na identificação de barreiras que impedem ou limitam o aluno à construção de seu aprendizado ou de alguma forma impedem seu acesso, de alguma maneira, aos ambientes/espços e a materiais escolares.

Às pessoas com deficiências motoras, sensoriais ou cognitivas, o uso das Tecnologia de Informação e Comunicação pode contribuir para a autonomia e acesso à informação. No espaço escolar, as TICs não chegam de maneira indissociável ao trabalho educativo; trazem objetivos educacionais previamente estabelecidos e quando utilizadas de maneira correlata tornam o ensino-aprendizagem dos alunos efetivos.

É importante ressaltar o professor como um mediador nesse processo de ensino e aprendizagem, estando sempre atento para entrar em ação, pensando em estratégias e repensando, se necessário, sua práxis pedagógica, acompanhando as mudanças tecnológicas para oferecer e agregar o melhor para os alunos, incentivando-os a participarem das situações propostas e idealizando adaptações quando necessárias para garantir o sucesso do aluno com NEE nas aprendizagens.

Nesse contexto, o presente estudo tem como objetivo analisar o uso das tecnologias da informação e comunicação para uma aprendizagem com sucesso dos alunos com necessidades especiais.

2 MÉTODO

Para realização desse trabalho, foi adotada a pesquisa bibliográfica, centrada em livros, artigos, documentos oficiais, legislação sobre o tema, bem como trabalhos de conclusão de curso. A pesquisa bibliográfica pauta-se em material publicado e ampara os estudos que embasam as novas propostas, objetivando reunir informações e dados que servirão de base para a construção da investigação proposta a partir do tema escolhido. Estabeleceram-se categorias de análise a partir dos pontos centrais identificados nas obras em questão.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Buscando apontar estratégias para melhorar o desempenho dos alunos com Necessidades Educacionais Especiais no ambiente escolar, é de fundamental importância considerar as tecnologias como uma ferramenta a agregar positivamente nesse processo e em suas peculiaridades, oferecendo diversos recursos e possibilidades de acessibilidade.

Com as novas tecnologias, as escolas podem transformar-se em espaços ricos e de aprendizagens significativas, que motivem os alunos a aprender ativamente, a pesquisar o tempo todo, a serem proativos, a saber tomar decisões e interagir.

Os autores Behrmann (2000), Ribeiro e Baumel (2003), Coll *et. al* (2004) e Manzini (2005), defendem o uso das tecnologias da informação e comunicação como uma das possibilidades de promover uma educação igualitária, na medida em que o uso dessas tecnologias oferece diferentes formas de adaptação, abrindo as portas educacionais para pessoas com necessidades físicas, sensoriais e cognitivas desenvolverem sua aprendizagem de forma autônoma.

As Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) estão sendo utilizadas com frequência no processo educacional, obtendo resultados imediatos e possibilitando socialização instantânea. Essa nova cultura digital está moldando o pensar e o raciocinar, englobando a educação nessa modalidade e ampliando as possibilidades de recursos.

Difícilmente, encontram-se pessoas que não têm acesso ou não tiveram contato a essas tecnologias, principalmente as crianças. Popularmente conhecidas como Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), são denominadas tecnologias digitais da informação e comunicação como: celulares, computadores portáteis, tablets entre outros. Estes acompanham os indivíduos nas tarefas do dia a dia, sendo promissoras quando o assunto é agregá-las no campo educacional, eliminando barreiras que impeçam o aluno de usufruir integralmente no processo didático.

A inserção de alunos com deficiência no ambiente escolar conta com o apoio de inúmeros recursos, que visam a facilitar a integração e a inclusão do deficiente intelectual, que vai de jogos educativos manuais a um complexo sistema computadorizado (softwares e hardwares especiais); inclui questões de acessibilidade, dispositivos para adequação da postura sentada, entre outros. Alunos deficientes visuais, quando estimulados, são capazes de aflorar outros sentidos para desempenhar suas ações cotidianas. Para os alunos com deficiência auditiva, os aplicativos permitem que eles participem e acompanhem as aulas, com acompanhamento e avaliação de uma equipe multiprofissional para melhor identificar estratégias e superar as barreiras.

Quando ela é utilizada por um aluno com deficiência e tem por objetivo romper barreiras sensoriais, motoras ou cognitivas que limitam/impedem seu acesso às informações ou limitam/impedem o registro e expressão sobre os conhecimentos adquiridos por ele; quando favorecem seu acesso e participação ativa e autônoma em projetos pedagógicos; quando possibilita a manipulação de objetos de estudos; quando percebemos que sem este recurso tecnológico a participação ativa do aluno no desafio de aprendizagem seria restrito ou inexistente (BERSCH, 2013, p. 12).

A criação de ambientes democráticos e de inclusão social demanda um processo educativo que contemple práticas pedagógicas de interação; desta forma, as TICs fazem com que os alunos possam aprender e participar juntos sem nenhum tipo de discriminação.

[...] a inclusão é um motivo para que a escola se modernize e os professores aperfeiçoem suas práticas e, assim sendo, a inclusão escolar de pessoas deficientes torna-se uma consequência natural de todo um esforço de atualização e de reestruturação das condições atuais do ensino básico (MANTOAN, 1997, p.120).

O professor mediador deverá promover um ensino igualitário, em que a diversidade se destaca por sua singularidade, formando cidadãos para atuar na sociedade.

[...] podemos perceber que a formação docente, tanto em caráter inicial como continuado, precisa ser cada vez mais repensada a partir dos desafios enfrentados pelos profissionais de ensino no cotidiano escolar (MARTINS, 2012, p. 210).

É de suma importância que os professores compreendam que os procedimentos pedagógicos desenvolvidos com o apoio das TICs favoreçam a aprendizagem e a participação dos alunos, fazendo com que esses estudantes se sintam acolhidos e com seus direitos garantidos, e que de forma alguma, o computador seja utilizado de modo que o aluno com necessidades especiais desenvolva atividades separado do grupo.

A inclusão exige, portanto, uma transformação da sociedade como um todo e da instituição escolar, pois defende a inserção no ensino regular de alunos com deficiência, exigindo mudanças no âmbito educacional, cabendo à sociedade e à comunidade escolar adaptarem-se às suas necessidades, e não os alunos se adaptarem ao modelo exigido ou pré-estabelecido.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O uso das novas tecnologias transformou de maneira substancial o cenário educacional, bem com a maneira de absorver as informações e de auxiliar o aluno na construção do conhecimento e na formação.

No ambiente escolar, pensar a diversidade é essencial para a construção da identidade; este é um processo importante na construção de valores e atitudes, resultando em conhecimento e respeito.

A Base Nacional Comum Curricular oferece um suporte para que o educador saiba quais experiências devem ser garantidas para favorecer o pleno desenvolvimento dos alunos. Sendo assim, a BNCC é um documento importante para constante análise e embasamento do educador.

Considerando o contexto atual e a importância de promover aprendizagens que estimulem a participação e promovam aprendizagens significativas, as tecnologias da informação e comunicação podem e devem ser pensadas como ferramentas importantes para o trabalho educativo, devendo ser agregadas ao currículo e à proposta escolar.

Para o aluno com Necessidades Educacionais Especiais (NEE), a inclusão no ambiente escolar vai além de simplesmente matriculá-lo; é necessário considerar suas

particularidades e limitações, tendo em vista seu potencial em aprender, fazendo com que participe das atividades em grupo. Nesse sentido, o professor deve ser o mediador no processo de ensino e aprendizagem, além de estar atento e intervir sempre que necessário, com o uso de recursos que venham contribuir para a aprendizagem do aluno, facilitando sua inserção e superação no processo. O educador utilizará as ferramentas tecnológicas em suas práticas com objetivos pré-estabelecidos, propiciando a promoção de seus conteúdos de forma significativa e atrativa aos seus alunos.

Almeja-se que a educação seja inclusiva, sendo que para isso é imprescindível que seus planos se redefinam para uma educação voltada à cidadania global, plena, livre de preconceitos e disposta a reconhecer as diferenças entre as pessoas e a emancipação intelectual.

É importante que o professor esteja comprometido com o ensino baseado no respeito à diversidade, que o currículo esteja alinhado às necessidades de seus alunos para que contemple toda a comunidade escolar, destacando que a equipe gestora ofereça todo suporte necessário.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 26 fev. 2020.

BEHRMANN, M. M. Tecnología asistencial para los alumnos de educación especial. *In*: DEDE, C. (comp.). **Aprendiendo com tecnología**. Buenos Aires: Paidós, 2000.

BERSCH, R. **Introdução à Tecnologia Assistiva**. CEI. Centro Especializado em Desenvolvimento Infantil. Porto Alegre, 2008.

COLL, C. *et al.* **Desenvolvimento psicológico e educação 3**: Transtornos do desenvolvimento e necessidades educativas especiais. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004. v. 3.

HUMMEL, E. I.; VITALIANO, C. R. O uso da Informática no processo de Ensino e Aprendizagem de alunos com Necessidades Educacionais Especiais em classe comum: Uma análise da formação e da prática docente. *In*: IV CONGRESSO BRASILEIRO MULTIDISCIPLINAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 2007, Londrina. **Anais** [...]. Londrina, 1996. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/congressomultidisciplinar/pages/arquivos/anais/2007/266.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2020.

MANTOAN, M. T. H. **A integração de pessoas com deficiência**: contribuições para reflexão sobre o tema. São Paulo: Memnon, 1997.

MANZINI, J. E. Tecnologia assistiva para educação: recursos pedagógicos adaptados. *In*: BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Ensaios pedagógicos: construindo escolas inclusivas**. Brasília, 2005. p. 82-86.

MARTINS, L. de A. R. Analisando alguns desafios relativos à formação de professores na perspectiva da Educação Inclusiva. *In*: VICTOR, S. L.; OLIVEIRA, I. M. de (Org). Educação Especial: Políticas e Formação de professores. **Rev. Bras. Educ. Esp.**, Marília: ABPEE, 2012. p. 199-212.

RIBEIRO, M. L. S.; BAUMEL, R. C. R. C. **Educação especial: do querer ao fazer**. São Paulo: Avercamp, 2003.

O ALERTA DENTRO DA NARRATIVA EM O CONTO DA AIA

Jaila Aparecida Rodrigues, Isabella Unterrichter Rechtenthal, e-mail:
Jaila.brotas@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O *Conto da Aia*, escrito por Margaret Atwood, pode ser descrito como um romance distópico, categoria literária que engloba obras cujos contextos narrados enquadram-se em uma sociedade autoritária, tirânica e ditatorial. Assemelha-se a uma distopia, pois a verossimilhança entre a obra e a vida torna-se por vezes assustadora, cujo contexto se dá na vida contemporânea, abrangendo pós Revoluções Industriais, pós Primeira e Segunda Guerra Mundial, dentro de um país tido atualmente como o mais democrático do mundo, os Estados Unidos da América.

A discussão se faz relevante não apenas pela função distópica em si; há dentro dela também uma questão social, uma forma de entender o hoje e se precaver quanto ao amanhã.

Nesses romances pós-guerras é comum encontrar elementos que dizem respeito a uma ameaça nuclear, desastres ambientais e sistemas políticos totalitários. Percebemos então que utopias e distopias são ferramentas de análise social capazes de fomentar uma investigação do tempo presente, da sociedade, além de possuírem um potencial transformador por gerar um desejo de mudança e fornecerem maneiras alternativas de organização política. (NASCIMENTO, 2019, p. 5)

A autora também se utiliza de diversas estratégias para enriquecer e convencer com a história distópica, como mecanismos linguísticos, o uso de imagens e metáforas para abordar temas como lembranças, relações de poder, aspecto corporal, físico e de identidade, até mesmo chegando a discorrer sobre o que seria considerado ser uma mulher, a essência do ser feminino. A obra apresenta noções e comportamentos reais, como patriarcalismo, misoginia e extremismo, estabelecendo um laço claro com a sociedade real. (NASCIMENTO, 2019, p. 6).

O *Conto da Aia* não foi a primeira obra pautada na distopia nem será a última, entretanto nem todas conferem poder preventivo quanto ao futuro, ao contrário do que faz o romance em questão: “Seus autores antecipam, através da fantasia, o pior cenário possível para que ele não venha a acontecer e para que não seja preciso reverter seus danos a posteriori”. (FIGUEIREDO, 2011, p. 36)

FERNS (1989) argumenta que a forma como Atwood constrói sua narrativa é ímpar: o golpe totalitário do chamado Gilead é transcrito sob o olhar atento e pessoal de Offred, uma personagem principal feminina, sem nome próprio, além daquele que a designaram; com essa incorporação do elemento individual há noções profundas e sentimentais diante o caos em que ela está inserida. Offred está privada de sua liberdade como ser humano, portanto, não consegue se rebelar contra o sistema, porém sua mente e pensamentos não podem ser amordaçados, logo, ela analisa toda a organização de forma ampla e sem medo. Essa forma de narrativa é exatamente o que distingue *O Conto da Aia* de outras distopias clássicas *1984*, de George Orwell ou *Admirável Mundo Novo*, de Aldous Huxley, pois há percepção não apenas do totalitarismo ou do aprisionamento de escolhas, existe também uma característica patriarcal, percebida e interpretada segundo o olhar de uma mulher, com toda objetividade e individualismo de um ser.

Dentro desse contexto, um fator que deflagra a distopia é o fator humano, Offred passa de mãe, esposa e trabalhadora, estabelecida em um contexto contemporâneo para um vaso como ela mesma compara “Somos receptáculos, somente as entranhas de nossos corpos é que são consideradas importantes” (ATWOOD, 2006, p. 118.), mulheres deixam de serem pessoas e se tornam vasilhas de encubação. É imprescindível ler e entender a verossimilhança entre ficção e realidade.

2 MÉTODO

O *corpus* estudado foi *O Conto da Aia*, de Margaret Atwood. Para analisar a distopia foram coletados dados referentes ao conceito de utopia, distopia e bibliografia acerca do objeto de estudo. Considerou-se artigos, dissertações, teses, livros e a leitura esmiuçada da própria obra em questão.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nessa nova ordem social presente em *O conto da Aia*, as mulheres são divididas em castas: Esposas vestem azul e são as mulheres dos comandantes do regime vigente; Martas usam a cor verde, as quais são responsáveis pelas atividades domésticas nas casas dos poderosos, Aias se enroupam com vermelho e são as barrigas de aluguel dos comandantes do alto escalão; Econoesposas, são mulheres da classe baixa, utilizam uma vestimenta que contempla três cores: verde, azul e vermelho, pois desempenham 3

funções, Esposa, Marta e Aia de seu próprio marido, “Essas mulheres não estão divididas segundo funções a desempenhar. Elas têm que fazer tudo; se puderem” (ATWOOD, 2006, p. 35). Assim, o serviço designado a elas é aquele que mais ninguém quer desempenhar, como recolher lixo. Por último, há as tidas como as mais importantes, são as Tias, fazem parte do governo, professoras que ensinam as Aias e cuidam da natalidade e mortalidade infantil, as únicas quem podem ler e escrever, e se enroupam de marrom.

Há ainda uma última classificação, que não é tida como uma casta, mas sim um castigo: as Não-mulheres, as quais não se enquadram mais em qualquer outra classe, geralmente por descumprirem os regimentos ou se rebelarem. Elas são enviadas para as colônias, um lugar que pouco se fala na obra, todavia fica expressivo seu potencial destrutivo, pois um dos serviços seria limpar lixo radioativo.

As outras Colônias, contudo, são piores, há os depósitos de lixo tóxico e a radiação resultante de derramamentos de substâncias radioativas. Nessas, eles calculam que você tenha três anos no máximo, antes que sua pele se despregue e saia como luvas de borracha. (ATWOOD, 2006, p. 232)

Os homens, também foram reorganizados na sociedade, entretanto, não perdem direitos básicos, como leitura, escrita, dinheiro, dignidade e outros mais, são igualmente divididos, porém é equívoco dizer que é uma divisão igual, já que, se mostra menos cruel e perversa.

Quanto aos homens, eles podem ser Comandantes; Olhos, pertencendo à polícia secreta, incumbida de estabelecer as leis e a ordem, vigiando todos os cidadãos; Anjos, os soldados, abaixo apenas dos Comandantes na 6ª hierarquia social; Guardiões, possuidores de uma posição inferior à dos Anjos, são guardas e servos dos Comandantes. (ROCHA, 2019, p. 64)

A verossimilhança se entrelaça com o exagero, como a obra *Fahrenheit 451*, de Ray Bradbury: nela, os livros são considerados indecentes, imorais e ilegais:

Lembro-me dos jornais morrendo como enormes mariposas. Ninguém os queria de volta. Ninguém sentia falta deles. E depois o governo percebendo quanto era vantajoso que o povo apenas lesse sobre lábios apaixonados e murros no estomago, fechou o círculo com vocês, comedores de fogo. (BRADBURY, 2011. p. 115)

O trecho explica como a cultura foi modificada de forma perspicaz, para acabar, aniquilar com os livros e sua sabedoria. Em *O conto da Aia*, no entanto, essa mudança não foi tão gradativa, mas foi de igual valor: quando se entende o entrelaçamento do verossímil

e o exagero, as mulheres não se tornam objetos repentinamente, são obrigadas, ensinadas a serem.

Um exemplo desse ensinamento coercitivo é a personagem principal Offred, que não possui um nome inteiramente seu, assim, Off + Red = Propriedade do comandante x, a designação do comandante é feita com o final do sobrenome dele. Assim como muitos os índios e negros escravizados historicamente na realidade, as Aias, na ficção, perdem seu nome, sua identidade e sua condição humana, podendo-se estabelecer relação entre realidade e ficção.

Outro fator distópico é o extremismo de ideologia e a forma como implementá-lo. Como já dito, as sociedades distópicas contam com uma pitada de vida fora dos moldes conhecidos, mas brincando com a realidade que já é vivida. Dessa forma o Centro Vermelho tem um papel crucial na obra, é dentro dele que estão os elementos chaves da distopia de Atwood, a dominação e reformulação cultural.

As Aias, como a personagem Offred, são mulheres especiais: dentro dos ditames contextuais de Gilead, todas elas podem gerar filhos, muitas como a narradora Offred, já tiveram filhos antes do regime totalitário, entretanto, seus corpos deixam de servir a si mesmas.

As Tias, já citadas, são responsáveis pela reeducação dessas garotas, pois o mundo anterior a Gilead deve ser desconstruído e esquecido. Assim essas professoras ensinam como são as novas regras, suas funções e tentam assassinar a cultura democrática e libertadora que ainda há dentro delas. Os ensinamentos são calcados na religião, mistura de cristianismo e patriarcalismo: as Tias se embasam no velho testamento para justificar a procriação vigente.

Vendo, pois, que Raquel não dava filho a Jacob, teve Raquel inveja de sua irmã, e disse a Jacob: Dá-me filhos, ou senão eu morro. Então se acendeu a ira de Jacob contra Raquel e disse: Estou eu no lugar de Deus, que te impediu o fruto de teu ventre? E ela lhe disse: Eis aqui a minha serva Bilha; Entra nela para que tenha filhos sobre meus joelhos, e eu, assim, receba filhos por ela. (GÊNESIS, 30: 1-3).

É nesse momento que há o exagero e a incredulidade pelo fato das Aias serem estupradas por terceiros, justificado pela necessidade de gerar filhos.

Offred é uma Bilha e assim como ocorre com a serva, há uma cerimônia, para reler a passagem bíblica e o estupro em si, deve seguir certos protocolos de conduta, também citados na passagem do velho testamento. “Acima de mim, em direção à cabeceira da

cama, Serena Joy está posicionada, estendida. Suas pernas estão abertas, deito-me entre elas, minha cabeça sob sua barriga [...]” (ATWOOD, 2006, p. 114)

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atwood é uma voz feminina no mundo distópico, pouquíssimos livros desse gênero compreendem o olhar, a voz, o manifestar feminino e muito menos a escrita advinda de uma mulher. De uma forma quase não intencional, a escritora torna-se um holofote para inúmeras outras. “Não só é possível ler os romances de Atwood em busca da relação nacionalidade e gênero, mas também é possível desvincular esses dois enfoques, para examinar um ou outro, uma vez que ela os transcende.” (CAMPELO, 2003, p.122-123).

Apesar de ser uma distopia, *O conto da Aia*, deixa acender algumas fagulhas de esperança. Necessária em tempos sombrios, a esperança compõe a força feminina e a luta. Uma frase fora talhada em uma parede do seu quarto, Offred desde a descoberta repete o achado, como um mantra, uma oração, uma esperança.

Rezo silenciosamente: *Nolite te bastardes carborundorum*. Não sei o que significa, mas me soa correto, apropriado, e terá que servir, porque não sei mais o que dizer a Deus. Não agora. (...) A escrita riscada na parede de meu armário flutua diante de mim, deixada por uma mulher desconhecida... (ATWOOD, 2017, p. 109).

A frase citada, *Nolite te bastardes carborundoru*, está em latim e significa “Não deixe que os bastardos esmaguem você.”, a mensagem misteriosa riscada na parede do quarto de Offred revela que as mulheres, por mais individualistas que pareçam, são inatamente empáticas. Além do poder da escrita e da esperança, pois mesmo sem saber o significado a personagem se apega nessa lembrança de tempos passados, no qual ler e escrever eram permitidos, se apega na fagulha de sair do caos inserido.

A persistência da personagem em acreditar em um mundo melhor mostra-se verdadeira no último capítulo chamado *Notas Históricas*, o que confere mais ainda o título de distopia, já que a suposta nota é datada de 2195. “Consistindo em uma transcrição parcial das atas do Décimo Segundo Simpósio sobre Estudos de Gilead, realizado como parte da Convenção da Associação Histórica Internacional, que teve lugar na Universidade de Denay, Nunavit, em 25 de junho de 2195.” (ATWOOD, 2006, p. 275)

Os estudos sugeridos no livro garantem uma sensação de verdade histórica por trás da narrativa e, mais do que isso, compete um sentimento de esperança, pois Gilead chegou

em algum momento ao fim e mais, foi estudado e apresentado em uma convenção, o detalhe mais relevante para a personagem principal, se essa estivesse viva, seria: “Presidente: *Professora Maryann Crescent Moon, Departamento de Antropologia Caucasiana, Universidade de Denay, Nunavit.*” (ATWOOD, 2006, p. 275).

A luta feminina ganhou, não são apenas as Tias que leem, uma presidente de departamento mulher exala a volta da ordem social democrática desejada. Que não caía no esquecimento o poder oráculo das distopias, entretanto que nunca deixem o destino se concretizar. *Nolite te bastardes carborundoru!*

REFERÊNCIAS

ARANTES, Bruno de Oliveira. **A distopia em 1984 e fahrenheit 451**. 2017. 47 f. Tese (Conclusão de Curso em Letras) – Faculdades Integradas de Jahu, Jahu, 2006.

ATWOOD, Margaret. **O conto da Aia**. Rio de Janeiro: Rocco, 2006.

BATUCA, Filipe Miguel Vicente. **A Construção da Utopia na Sociedade Ocidental: Literatura Utópica e Distópica: diálogos entre o texto literário e o texto fílmico**. 2013. 97 f. Dissertação (Mestrado em Jornalismo, Comunicação e Cultura). Instituto Politécnico de Portalegre, Escola Superior de Educação. Rio Grande do Norte.

BRADBURY, Ray. **Fahrenheit 451**. São Paulo: Biblioteca Azul, 2011.

DANTAS, Carolina de Figueredo; TEIXEIRA, Cristina Vieira de Melo. **Admirável Comunicação Nova: Um estudo sobre a comunicação nas distopias literárias**. 2011. 353 f. Tese (Pós-Graduação em Comunicação). Centro das Artes em Comunicação. Universidade Federal de Pernambuco. Pernambuco.

FERNS, Chris. The Value/s of Dystopia: **The Handmaid's Tale and the Anti-Utopian Tradition**. *The Dalhousie Review*, Halifax, v. 69, n. 2, p. 373-382, 1989.

GÊNESIS; LUCAS; LIVRO DOS REIS I II. In: **A Bíblia: tradução ecumênica**. São Paulo: Paulinas, 2002.

ROCHA, Thamise Silva da. **Narrativas sobre vivências: vozes femininas em A mulher comestível, O lago sagrado e O conto da aia, de Margaret Atwood**. 2019. Tese (Mestrado em Letras) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2019.

NASCIMENTO, Monique Batista. **O Conto da Aia: uma análise sobre a divisão sexual do trabalho com base material das relações de Gênero**. **Revista Idealogando**, Juiz de Fora, v. 3, n. 2, p. 2-16, 2019.

O DESENVOLVIMENTO AFETIVO E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O TRANSTORNO DE PERSONALIDADE NARCISISTA

Camila Hernandez Bassan, Maria Beatriz Peretti, Marcel Henrique Bertonzzin, e-mail: hcamilab@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Este estudo busca revisar o conceito de narcisismo, utilizando como base a teoria psicanalítica, apresentando algumas visões sobre a origem do narcisismo, bem como a sua formação e as implicações de seu desenvolvimento. O interesse em desenvolver esse trabalho surgiu pela necessidade de compreender as implicações que ocorrem durante o desenvolvimento afetivo infantil que corroboram para que o indivíduo desenvolva o transtorno de personalidade narcísica. O termo narcisismo será considerado sob a ótica da psicologia do self, escrita por Heinz Kohut, bem como a contribuição de Freud para o início dos estudos.

O termo narcisismo aparece no cotidiano de várias maneiras, mas a forma mais comum é para referir-se a um sujeito cujas atitudes são consideradas pelos demais como egocêntricas, o amor a si próprio, admiração pela própria imagem (GUIMARÃES, 2012). Partindo desse conceito do senso comum, surgiu a curiosidade de aprofundar-se nos conceitos psicanalíticos, bem como buscar informações que expliquem a diferenciação entre o narcisismo primário, considerado como parte do desenvolvimento, e o narcisismo patológico, chamado de transtorno de personalidade narcísica, realizando a ponte entre as teorias e identificando o que corrobora para que o indivíduo desenvolva o transtorno de personalidade narcisista.

Enfatizaremos as condições saudáveis para um bom desenvolvimento, bem como as condições favoráveis para o desenvolvimento do transtorno, apresentando a teoria winnicotiana sobre o desenvolvimento afetivo, dando ênfase na teoria da psicologia do self de Kohut.

2 MÉTODO

O presente trabalho foi elaborado com base em pesquisa bibliográfica na modalidade revisão de literatura, visando um estudo exploratório-descritivo, posto que tem finalidade de proporcionar a familiaridade do pesquisador com a área de estudo na qual

está interessado, bem como sua delimitação. Essa familiaridade é essencial para que o problema seja formulado de maneira clara e precisa (GIL, 2002).

Foram realizadas pesquisas em base de dados online, sendo elas – Pepsic, e Google Acadêmico, bem como a utilização de livros físicos. Procedemos à leitura exploratória a partir das palavras-chave: psicanálise, desenvolvimento afetivo e transtorno narcisista. Inicialmente 13 artigos foram encontrados na base online Pepsic, mantivemos 4 para compor a pesquisa, e 1 tese encontrada na base online Google Acadêmico, após a leitura seletiva visando os critérios de exclusão, que foram: fidedignidade à abordagem psicanalítica, bem como as referências utilizadas pelos autores dos artigos para compor o trabalho, buscando referências teóricas que dessem suporte para compor a pesquisa. A seguir foram utilizados livros previamente analisados e indicados pelo orientador, chegando a um total de 8 livros utilizados, lidos inteiramente, realizando síntese para o delineamento do trabalho. Uma vez selecionados a partir dos critérios previamente estabelecidos, foi realizada uma análise descritiva dos resultados com considerações à cerca das contribuições oferecidas sobre a produção de conhecimento em relação ao tema.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O narcisismo em sua origem, surgiu no final do século XIX por Havelock Ellis e Paul Nacke. Havelock Ellis é considerado o autor que utilizou pela primeira vez o narcisismo como conceito, estudando o autoerotismo e sua noção sobre ele relacionado ao comportamento de Narciso, utilizada por Freud depois. Considera que o mito Narciso surge como uma forma de autoerotismo, que é a independência do objeto externo para excitação e satisfação sexual (GUIMARÃES, 2012).

Paul Nacke trouxe sua contribuição ao termo narcisismo caracterizando-o como um enamoramento por si, um olhar sexualizado de alguém que busca em si e para si o prazer e satisfação sexual, o concebendo como patológico. Com essa base Paul Nacke sugere o narcisismo como uma perversão. (GUIMARÃES, 2012).

Freud não considera o narcisismo uma perversão pois acredita que suas características podem estar presentes também em outros distúrbios, bem como acredita que ele é uma etapa presente no desenvolvimento sexual, uma fase importante na evolução da libido como intermédio para a passagem do autoerotismo ao amor de objeto. Inicialmente o indivíduo tem dois objetos sexuais, um é sua mãe ou seu cuidador e o outro é a si mesmo. O amor a si mesmo, é explicado por Freud como sendo uma falha vivenciada

em uma das fases iniciais do desenvolvimento, na qual em vez de direcionar o amor a outro, o indivíduo direciona o amor para si, para a sua autoimagem, ocasionando o narcisismo (GUIMARÃES 2012).

Freud classifica dois narcisismos, o narcisismo primário como um investimento libidinal do eu, considerado como uma etapa normal do desenvolvimento e o narcisismo secundário como um afastamento do mundo externo, como na parafrenia, associado ao voltar da libido para o eu, sem a utilização da fantasia como mediação, como na megalomania, no entanto, o conceito de narcisismo escrito por Freud, impossibilita reunir o conceito por completo em uma síntese, devido à pluralidade e a demanda para analisar todas as versões do termo (GUIMARÃES, 2012).

Para abordarmos o narcisismo patológico se faz necessário abordar o desenvolvimento emocional e inicialmente o primeiro ano de vida do bebê, Freud não aprofundou estudos acerca desse tema, portanto buscamos em Winnicott teorias que abordam as atitudes afetuosas primordiais no vínculo e no cuidado da mãe para com seu filho, bem como as implicações e a importância dessa relação no primeiro ano de vida do bebê.

As atitudes afetuosas dos pais são extremamente importantes para um crescimento sadio do bebê. Para Winnicott o indivíduo está em constante desenvolvimento e o ambiente no qual o mesmo está inserido é responsável pela formação da personalidade e da individualidade, portanto, um ambiente facilitador torna-se primordial nesse processo de amadurecimento, responsável por formar a base emocional do indivíduo (DAVIS; WALLBRIDGE, 1981).

O bebê, mesmo que recém-nascido, apresenta uma “realidade psíquica interna”, que surge da fantasia do bebê nesse período inicial, como uma elaboração simples de partes fragmentadas de si e de outras pessoas, sentimentos e funções somáticas. No entanto, por mais que sejam experiências primitivas, Winnicott ressalta que elas fazem parte da integração do sujeito, ficando esquecidas para a consciência, mas vivas para uma integração total do self. Como parte da integração do self do bebê, podemos relacionar tais experiências com os cuidados maternos que ocorrem desde a gestação, cuidados extremamente importantes para um desenvolvimento saudável do bebê (DAVIS; WALLBRIDGE, 1981).

Tais cuidados poderão corroborar com o desenvolvimento narcísico saudável ou patológico, falhas ambientais na infância são determinantes para a saúde mental do indivíduo, portanto uma boa estruturação ambiental e conhecimento dos pais sobre o desenvolvimento do bebê são primordiais na formação do self, estruturas essas que foram estudadas por Heinz Kohut, com uma visão ampla sobre a formação narcísica e o envolvimento com o desenvolvimento emocional infantil.

Para Kohut a compreensão sobre o narcisismo difere da visão escrita por Freud. Kohut acredita que o narcisismo é o próprio combustível da existência do indivíduo, o que impulsiona e alimenta a vida psíquica. Logo, Kohut propõe que o narcisismo não é apenas um estágio, mas sim um estado que permanece atuante no psiquismo do sujeito, passando por transformações, podendo torná-lo patológico ou não (KOHUT, 1988).

Segundo Siegel (2017), Kohut formulou a hipótese de que o narcisismo tem a sua própria linha de desenvolvimento, iniciando com o narcisismo primário, resultando no desenvolvimento da parte ideal do ego, que é responsável pela idealização dos pais, ou seja, fase em que a criança acredita na onipotência dos pais, tornando-os capazes de tudo, no entanto, ao se deparar com a realidade, de que os pais não são onipotentes e não são capazes de fazer e ser tudo o que elas imaginaram, fica evidente a fraqueza atual da criança, fazendo com que ela, com intuito de salvar o que puder da sua fantasia, projete o narcisismo em seus pais, olhando-os como divino, tentando recuperar o sentimento anterior de perfeição narcísica por meio da proximidade a eles.

Diante da realidade, das frustrações ocorridas por falhas ambientais e dos pais propriamente ditos, o narcisismo projetado nos pais é perdido, abandonando o desejo de ter pais onipotentes e perfeitos, portanto, a criança busca (re)introjetar o ideal do ego que foi anteriormente projetado nos pais, podemos dizer que o ideal do ego é o narcisismo do próprio indivíduo que foi modificado de maneiras diferentes e específicas, utilizando essa passagem dos próprios pais, ou seja, houve uma idealização que partiu da criança, frustrou-se ao se deparar com a realidade, retornando a sua idealização para si mesmo (SIEGEL, 2017).

Existem duas configurações importantes que auxiliam o bebê no processo de busca pela restauração da perfeição inicial, são estruturas narcísicas arcaicas que advêm de uma tentativa inconsciente de conservação da perfeição original, ambas coexistem e possuem desenvolvimento individual. A primeira configuração é atribuída por meio de um “outro”

perfeito e é o apego a esse outro perfeito que traz a restauração da plenitude perdida. Essa configuração é denominada como “Imago parental idealizada” e nela a criança busca estar perto de alguém considerado como perfeito, idealizado integralmente, de forma que estar junto a esse alguém possa proporcionar a restauração da perfeição perdida, para que assim possa se sentir completo novamente (SIEGEL, 2017).

A segunda estrutura presente na tentativa da criança em reestabelecer a perfeição inicial é o Self Grandioso, fase das fantasias grandiosas e do exibicionismo, traduzindo o desejo de ser visto, adorado, e admirados por capacidades ilimitadas e por nada mais do que a sua simples existência. Quando o exibicionismo, a onipotência e o sentimento de expansividade da criança se manifestam, é necessário que o ambiente, mais precisamente os pais ou cuidadores, acolham de maneira empática e validadora tal exibicionismo, para que assim durante o processo a criança abandone as fantasias grandiosas e aceite a realidade limitada. Nesse processo ocorre a troca das exigências do self grandioso por uma autoestima realista (SIEGEL, 2017).

Para Kohut (1988) a saúde psíquica consiste num certo equilíbrio entre os polos do self grandioso e da imago parental, portanto, falhas em ambos os polos manifestam uma injúria narcísica. Como injúria narcísica compreende-se a manifestação de raiva e de agressão, diante de ofensas que machucam a autoestima do sujeito. Ou seja, críticas recebidas por outras pessoas que ferem o narcisismo do sujeito, fazendo com o mesmo deposite raiva e agressividade, como um ato de defesa. A agressão é vista como um nível secundário, que surge com a frustração por não ter sido atendido diante da necessidade de espelhamento e idealização gratificadas, uma forma compreensível devido às falhas parentais vivenciadas na infância.

O Manual de diagnóstico e estatístico de transtornos mentais (DSM), o transtorno de personalidade narcisista se caracteriza por indivíduos erráticos, emotivos e dramáticos. Ele compreende o transtorno de personalidade narcisista como um comportamento padrão de grandiosidade, onde não há empatia e apresenta uma alta necessidade de admiração. Para o diagnóstico é necessário que o sujeito se encaixe em cinco ou mais itens dos critérios estabelecidos pelo manual. O primeiro critério se refere ao sentimento de grandiosidade irreal atribuído a si mesmo, o indivíduo acha que tem talentos especiais e espera ser reconhecido como superior sem embasamento concreto para tanto; O segundo critério se refere as fantasias de sucesso pessoal, relacionada a muito poder, beleza e ideal de amor;

O terceiro critério se refere a crença de ser uma pessoa única, brilhante, inigualável e assim acreditar que pessoas e lugares só podem estar a sua altura se forem igualmente brilhantes; O quarto critério se refere a admiração excessiva e constante que o indivíduo demanda; O quinto critério está relacionado às expectativas irracionais de ser tratado com distinção especial, obtendo direitos que “só ele possui”; O sexto critério está relacionado a exploração do outro nas relações interpessoais, com o intuito de obter vantagem para alcançar seus objetivos pessoais; O sétimo critério está relacionado a falta de empatia pelos demais, especialmente no reconhecimento dos sentimentos e necessidades do outro; O oitavo critério refere-se a inveja que o indivíduo tem do sucesso alheio, na mesma medida que acredita que os outros o invejam; O nono e último critério se refere as atitudes arrogantes, os indivíduos desdenham as conquistas e atitudes dos outros.

Diante dos critérios apresentados para um diagnóstico do transtorno de personalidade narcísica, podemos observar nitidamente que os comportamentos apresentados são os mesmos vivenciados durante a infância e que por conta de uma falha parental e ambiental, não se desenvolveu de maneira saudável. O sentimento de grandiosidade, de que se é único e especial, são formados pelas fantasias onipotentes criadas durante a infância, o “self grandioso” estipulado por Kohut, prevê que quando a mãe falha em empatizar com as necessidades da criança de tais respostas comprobatórias da sua grandiosidade, ela começa a apresentar grandes dificuldades de manter a autoestima e a integridade do self. Como consequência, a criança fragmenta-se e busca desesperadamente ser perfeita, a fim de obter a aprovação almejada (SUERTEGARAY, 2007).

O sujeito adulto narcísico apresenta comportamentos fantasiosos onipotentes, sempre em busca do seu ideal de ego, de ser perfeito para si, como uma defesa para reparar o trauma vivenciado, tornando-se um self debilitado e altamente sensível. No entanto, para Kohut o tratamento é possível, ele escreveu sobre a terapêutica com pacientes narcísicos, no entanto, devido a limitação de páginas desse trabalho, torna-se impossível a inclusão dessa temática.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo do objetivo de compreender a estruturação do narcisismo através da psicanálise e correlacionar este processo com o sofrimento apresentado no Transtorno de

Personalidade Narcísica, compreendemos que o narcisismo é formado por várias facetas e camadas no desenvolvimento afetivo infantil, fase primordial no desenvolvimento narcísico, seja ele saudável ou patológico. Inicialmente, podemos constatar através do levantamento bibliográfico que o narcisismo está presente em todos os indivíduos, alguns desenvolve o narcisismo primário (considerado saudável) e outros o narcisismo patológico (prejudicial à saúde psíquica), o que diferencia entre eles, são as bases estruturais recebidas durante a infância. Winnicott escreveu sobre o desenvolvimento afetivo, e através de sua teoria compreendemos que a primeira infância é base para a formação psíquica do sujeito, portanto falhas graves ocorridas durante esse período, causam transtornos e uma saúde psíquica debilitada na vida adulta. Seguindo essa perspectiva, buscamos em Heinz Kohut a compreensão sobre a formação narcísica e suas transformações, através dele podemos entender a potencialidade da infância e o do desenvolvimento afetivo parental para uma formação narcísica, o mesmo escreve em sua teoria que falhas como não atender ao self grandioso e falhar no espelhamento do self idealizado, corroboram para uma formação narcísica patológica, portanto, a nossa hipótese de que falhas no desenvolvimento afetivo traçam o distúrbio narcísico de personalidade foi comprovada pelos estudos elaborados pelos psicanalistas mais promissores sobre o tema.

REFERÊNCIAS

DIAS, E. O. **A teoria do amadurecimento de DW Winnicott**. Rio de Janeiro: Imago, 2003.

DAVIS, M.; WALLBRIDGE, D. **Limite e espaço: uma introdução à obra de D. W. Winnicott**. Rio de Janeiro: Imago, 1981.

_____. Sobre o narcisismo: uma introdução. In: FREUD, S. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Tradução J. Salomão, v. 12, p. 273-286. Rio de Janeiro: Imago, 1987.

GIL, A. C. Como delinear uma pesquisa bibliográfica? In: _____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002, p. 59-85. Disponível em: <http://www.uece.br/nucleodelinguasitaperi/dmdocuments/gil_como_elaborar_projeto_de_pesquisa.pdf> Acesso em: 01. jun. 2021

GUIMARAES, L. M. **Três estudos sobre o conceito de Narcisismo na obra de Freud: origem, metapsicologia e formas sociais**. 2012. 128 f. Tese (Mestrado em Psicologia)- Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

KOHUT, H. **Análise do Self**. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1971/1988.

MCWILLIAMS, N. **Diagnóstico Psicanalítico: Entendendo a Estrutura da Personalidade no Processo Clínico-2**. Artmed Editora, 2014.

SIEGEL, A. M. **Heinz Kohut e a psicologia psicanalítica do self**. Tradução: Pedro Henrique Bernardes Rondon. Rio de Janeiro: Expressão editorial, 2017.

SUERTEGARAY, R. Narcisismo: Vergonha, fúria, espelhamento e idealização. **Contemporânea–Psicanálise e Transdisciplinaridade**, v. 2, p. 263-273, 2007. Disponível em:

<<http://www.revistacontemporanea.org.br/revistacontemporaneaanterior/site/wp-content/artigos/artigo85.pdf>> Acesso em: 11. jul. 2021

O IMPACTO DAS REDES SOCIAIS NA CONSTRUÇÃO DO AUTOCONCEITO DO ADOLESCENTE

Mariana Gagliano, Natalia Frate, Marcela Ivo, e-mail: marianagagliano1@outlook.com

1 INTRODUÇÃO

Atualmente percebe-se uma crescente exponencial de usuários de redes sociais e, de acordo com o relatório The Global State of Digital (2019), elaborado por Hootsuite e We Are Social, esse número compõe-se de aproximadamente 3,484 bilhões de indivíduos mundialmente ativos em várias plataformas de mídia, como Facebook e Instagram (KEMP, 2019). Um levantamento estatístico realizado sobre cada rede social constou que, somente no Facebook, existem 2,6 bilhões de usuários ativos, ou seja, indivíduos que baixaram e utilizam a conta ativamente, enquanto no Instagram são um bilhão e no TikTok 800 milhões (G1, 2020).

Estudos como a do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2009), do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.Br, 2014) e do Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (CETIC, 2020) comprovam que grande parte do público que acessa a internet atualmente são pessoas entre 10 e 19 anos de idade. Esses adolescentes passaram a socializar através das redes sociais, muitas vezes substituindo o contato das conversas pessoais pela interação online (LÉVY, 2010), resultando em danos na aprendizagem, desequilíbrio cognitivo e emocional (PAIVA; COSTA, 2015), além de impactos na formação do autoconceito, ou seja, na forma como eles se enxergam, se apresentam e se compreendem (MYERS, 2014; FAGUNDES; NATIVIDADE, 2019).

Os adolescentes vivenciam um período do ciclo vital de intenso desenvolvimento e construção do autoconceito e o uso das redes sociais tem se mostrado uma realidade diária. Pensando nisso, o presente estudo buscou elucidar como a internet tem estado presente na vida dos adolescentes e identificar possíveis influências negativas das redes sociais sobre a construção do autoconceito nessa faixa etária.

2 MÉTODO

O presente estudo refere-se a uma pesquisa bibliográfica que, segundo Gil (2002), consiste na compilação de materiais fidedignos já publicados e é baseada principalmente em livros e artigos científicos. Essa forma de delineamento tem como objetivo o esclarecimento da falta de informações e soluções de um problema. Além disso, trata-se de uma pesquisa qualitativa que, de acordo com Gerhardt e Silveira (2009), busca aprofundar nas compreensões subjetivas do objeto de estudo, não se preocupando com a representatividade numérica da população estudada.

Foram utilizadas publicações encontradas na base de dados da BVS, Pepsic e Scielo, além de dissertações e livros. As palavras-chave para as pesquisas foram “adolescentes”, “autoconceito”, “internet”, “redes sociais”, “consequências” e “impacto”.

A pesquisa dividiu-se em quatro etapas, sendo elas: coleta de dados, avaliação criteriosa dos dados materiais encontrados, interpretação dos dados e apresentação dos resultados. Esse processo permitiu integrar dados quantitativos e qualitativos pertinente ao tema abordado.

Para a seleção dos resultados encontrados foi realizado o cruzamento entre as palavras-chave. Os critérios de inclusão de material foram: livros e periódicos pertinentes ao tema estudado; publicações em português, inglês e espanhol; periódicos publicados entre 2012 e 2020. Já os critérios de exclusão pautaram-se em: artigos que não apresentavam foco no adolescente; periódicos não pertinentes ao tema; revistas e sites com fontes não confiáveis.

A partir do processo descrito anteriormente foram selecionados 7 dos 58 artigos encontrados na BVS, 3 dos 60 estudos identificados na Pepsic e 1 dos 137 no Scielo. Além disso, foram consultados 6 livros físicos, 1 livro digital e 2 sites.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os adolescentes passam por mudanças físicas, cognitivas e emocionais e, devido a capacidade de pensamento hipotético e fantasioso, tentam prever acontecimentos conforme a situação. Esse exercício faz com que os adolescentes cheguem a conclusões especulativas e, às vezes, as tomem como fatos, gerando uma compreensão irreal (BERGER, 2016).

No contexto das redes sociais, essas suposições são perceptíveis quando os adolescentes fantasiam sobre a reação das pessoas que os observam, preocupando-se sobre o que pensam de sua aparência, roupa, corte de cabelo ou comportamento, evidenciando uma fase egocêntrica presente nesse estágio do desenvolvimento (BERGER, 2016). Todo esse processo influencia na compreensão e manutenção dos gostos pessoais, identificação com grupos sociais, hobbies, lazeres e, portanto, na construção do autoconceito.

3.1 A CONSTRUÇÃO DO AUTOCONCEITO

A formação do autoconceito envolve uma relação complexa entre o íntimo do sujeito e o ambiente em que o cerca. As interações sociais são importantes para desenvolverem a resposta que compõe a pergunta “quem sou eu?”. Se as relações sociais forem satisfatórias, podem aumentar a autoestima e motivação do indivíduo, porém, se insatisfatórias, auxiliam no desencadeamento de sentimentos de incapacidade, angústia e humor deprimido (BONFIM; SILVA; ARAÚJO, 2020).

De acordo com Myers (2014) há alguns fatores importantes no desenvolvimento do autoconceito. O primeiro é a experiência de vivenciar diferentes papéis sociais, nos quais o adolescente se compreende como filho, amigo, aluno, atleta, entre outros, configurando sua identidade e personalidade.

Há também as comparações sociais, que permitem aos indivíduos se perceberem iguais ou diferentes dos demais. É mais fácil se considerar uma pessoa bonita quando se está rodeada de pessoas mais feias e o mesmo acontece com o se sentir inteligente e bem sucedido. O autoconceito é ameaçado quando o contrário ocorre, ou seja, estar rodeado de pessoas inteligentes pode afetar o julgamento que o indivíduo tem sobre sua inteligência. Outro ponto fundamental são os êxitos e fracassos ao vivenciar as identidades sociais, pois é assim que as pessoas compreendem suas habilidades e dificuldades (MYERS, 2014).

Além disso, o julgamento dos outros também afeta a forma como se constrói o autoconceito. Segundo Myers (2014), um estudo realizado com várias faixas etárias mostrou que crianças que escutavam desde cedo que eram prestativas e competentes acabavam incorporando como características percebidas em si mesmas. A cultura em que o indivíduo está inserido também atua no desenvolvimento de sua identidade e, conseqüentemente, em seu autoconceito.

Os papéis sociais, as comparações sociais, os êxitos e fracassos, os julgamentos dos outros e a cultura circundante são fatores também presentes e vivenciados por meio das redes sociais, que se utilizadas de forma descontrolada e indevida poderão causar impactos na construção de um autoconceito sadio.

3.2 IMPLICAÇÕES DAS REDES SOCIAIS NA CONSTRUÇÃO DO AUTOCONCEITO

As redes sociais se tornaram um espaço propício para os adolescentes suprirem suas necessidades de interação grupal e identificação, o que ocorre simultaneamente às comparações sociais que os indivíduos fazem, resultando em um processo de reconhecimento de suas diferenças e semelhanças. Também percebe-se uma preocupação dos indivíduos em relação ao julgamento de outros sobre sua identidade, conduta e atitudes (BONFIM; SILVA; ARAÚJO, 2020).

O medo do julgamento com frequência faz com que os usuários das redes sociais moldem suas autoapresentações de forma positiva a fim de cativar o público, pois suas vidas estão sempre em exposição (SIBILIA, 2014). A preocupação com a imagem que é transmitida motiva as pessoas a escolherem sabiamente as características que desejam expor aos amigos virtuais e aquelas que buscam omitir (FIGUEIREDO, 2012).

A manipulação da autoapresentação cria uma distorção da realidade, possibilitando um humor deprimido devido à frustração da imagem que tem de si comparada à idealizada que está sendo criada nas redes sociais. Isso ocorre, de acordo com Sibilía (2015), devido à pressão da sociedade atual para uma constante melhora nos corpos e na subjetividade, a fim de atingir os melhores objetivos nas mais diversas facetas da vida do indivíduo.

Esse processo cotidiano de distorção da imagem real pode gerar um sentimento de inferioridade, que propicia um distanciamento dos contextos em que sentiu ter fracassado. Um adolescente, por exemplo, que sofre bullying na escola por ser tímido pode criar nas redes sociais uma personalidade expansiva e interagir muito bem com seus semelhantes para amenizar sua frustração (ABREU, 2016). Entretanto, evitar as interações presenciais pode resultar no comprometimento do desenvolvimento da resiliência e diversas habilidades sociais, prejudicando competências necessárias para o estabelecimento de relações sociais saudáveis.

A ideia de reforço de Skinner (1974) permite refletir sobre o motivo e a função dos jovens se manterem conectados com tanta frequência, mesmo que cause tantos prejuízos

aos mesmos de forma despercebida. Diferente do mundo real, no online há uma facilidade dos usuários apresentarem qualidades que almejam sem necessariamente possuí-las, criando uma dependência afetiva que é mantida através das ferramentas de interação das redes sociais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao substituir o contato pessoal pelo distanciamento virtual, os jovens muitas vezes se privam de desenvolver diversas habilidades, inclusive as interpessoais, e negligenciam o fortalecimento da rede de apoio familiar e comunitária. A substituição das atividades do mundo concreto por outras nas redes sociais dificulta a disposição para desempenhar papéis sociais. Essa falta de motivação leva o adolescente a buscar êxitos em suas plataformas online (MYERS, 2014) para que seja possível vivenciar uma identidade satisfatória (ABREU, 2016). Ou seja, frustrado em suas necessidades de atenção e afeto, muitas vezes o adolescente busca compensar realizando uma exposição nas redes sociais a fim de ser avaliado positivamente, por exemplo, por meio de curtidas.

A sociedade atual exige uma constante melhora na subjetividade para que se atinja o sucesso nas diferentes áreas da vida e exponha um estado de felicidade contínuo e absoluto, propagando uma forma ilusória de ser. Ao manipular a realidade buscando impressionar seus seguidores, o adolescente pode fazer parte de um ciclo de amigos e pessoas dos quais não se identifica de fato, fracassando na busca de atenção que almeja suprir e dependendo ainda mais das aprovações vivenciadas nas redes sociais.

Esse movimento de fuga do adolescente para as redes sociais o abriga de certas frustrações das relações sociais pessoais, pois ali ele tem a opção de mostrar o que quer, a hora que quer e como quer (ABREU, 2016). Evidenciar seus pontos fortes na internet e omitir características com as quais não se sente bem, a curto prazo, parece reduzir a sensação de fracasso diante da comparação com o sucesso dos demais também postado nas redes sociais, envolvidos no mesmo processo de exposição seletiva e positiva. Entretanto, confrontado no dia a dia com suas características e demandas sem o filtro que torna sua vida e si mesmo incrivelmente bons, pode vivenciar uma frustração por não ser de fato ou exclusivamente essa a sua realidade.

Visto que os adolescentes da presente geração nasceram em um contexto extremamente tecnológico, faz-se pertinente estudar os impactos do uso das redes sociais

na forma como o indivíduo se vê e desenvolve, para que essas sejam utilizadas de forma consciente e positiva.

As redes sociais mostrou-se ser uma área de pouco e recente pesquisa, limitando a comparação entre estudos. Além disso, está em constante e intensa mudança, o que consequentemente altera sua forma de funcionamento e impacto. Sendo assim, sugere-se estudos futuros com pesquisas aplicadas para levantamentos de informações mais atuais e detalhadas.

REFERÊNCIAS

ABREU, C. N. de. **Psicologia do cotidiano: como vivemos, pensamos e nos relacionamos hoje**. Porto Alegre: Artmed, 2016.

BERGER, K. S. Adolescência: O desenvolvimento Biossocial. In: _____. **O desenvolvimento da pessoa: da infância à terceira idade**. 5 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2016. p. 244-278.

BONFIM, B. S.; SILVA, C. E. L.; ARAÚJO, Z. T. S. (Trans)formação do autoconceito na escola: relação professor e aluno. **Revista Epistemologia e Práxis Educativas**, Teresina, v. 3, n. 1, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufpi.br/index.php/epeduc/article/view/10751>. Acesso em: 26/07/2021.

CETIC Br. **Resumo Executivo: Pesquisa TIC Kids Online Brasil 2019**. [S. l.], p. 3-7. 2020. Disponível em: https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20201123093441/resumo_executivo_tic_kids_online_2019.pdf. Acesso em: 12 jan. 2021.

CGI.B, Comitê Gestor da Internet no Brasil. **TIC Kids online Brasil**. 2014 Disponível em: <http://www.cgi.br/media/docs/publicacoes/2/TIC_Kids_2014_livro_eletronico.pdf> Acesso em: 02 jan. 2021.

FAGUNDES, L.; NATIVIDADE, J. **Autoestima e bem-estar subjetivo no Instagram: O impacto da comparação social e da personalidade**. 2019. 76f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

FIGUEIREDO, A. D. De. A geração 2.0 e os novos saberes. **Revista Sensos**. v. 2, n. 1, p. 79-91, 2012. Disponível em: <https://recipp.ipp.pt/handle/10400.22/6297>. Acesso em 20 de julho de 2021.

GERHARDT, T. E; SILVEIRA, D. T. [organização]. **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **De 2005 para 2008, acesso à internet aumenta 75,3%**, Rio de Janeiro: IBGE, 2009. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo.html?busca=1&id=1&idnoticia=1517&t=2005-2008-acesso-internet-aumenta-75-3&view=noticia>. Acesso em: 02 de junho de 2021

Instagram faz 10 anos como uma das maiores redes sociais do mundo e de olho no TikTok, para não envelhecer. **G1**, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2020/10/06/instagram-faz-10-anos-como-uma-das-maiores-redes-sociais-do-mundo-e-de-olho-no-tiktok-para-nao-envelhecer.ghtml>. Acesso em: 28 jan. 2021.

KEMP, S. The Global States of Digital. **We are social**, 2019. Disponível em: <https://wearesocial.com/blog/2019/10/the-global-state-of-digital-in-october-2019>. Acesso em: 07 abril de 2021.

LÉVY, P. **Cibercultura**. 3 ed. São Paulo: Editora 34 Ltda, 2010.

MYERS, D. G. **Psicologia Social**. 10 ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

PAIVA, N. de; COSTA, J. A influência da tecnologia na infância: desenvolvimento ou ameaça? **Psicologia**. pt, Piauí, v. 1, p. 1-13, 2015. Disponível em: < <https://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0839.pdf> >. Acesso em: 2 de abril de 2021.

SIBILIA, P. Autenticidade e performance: a construção de si como personagem visível. **Fronteiras-Estudos midiáticos**, São Leopoldo, v. 17, n. 3, p. 353-364, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.4013/fem.2015.173.09> Acesso em: 28/06/2021.

SKINNER, B. F. **Sobre o Behaviorismo**. 10 ed. São Paulo: Cultrix, 1974.

O LUTO: UMA VISÃO PSICOSSOCIAL E A ATUAÇÃO DOS PSICÓLOGOS DIANTE DA CATÁSTROFE PANDÊMICA

Matheus Nauann Brandini Nogueira, Bianca Callegari, e-mail: tnauann@gmail.com.

1. INTRODUÇÃO

Segundo a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), a doença do Covid-19 é causada pela infecção do vírus SARS-CoV-2 e afeta os indivíduos de forma distinta, em que os principais sintomas são febre, cansaço e tosse seca (OMS, 2020).

Contando com uma restrição e medidas de isolamento declaradas pelo Ministério da Saúde, os números de mortes continuaram a subir ainda mediante a tomada de medidas de restrições e de funcionamentos nos comércios declarados como não essenciais. Diversos trabalhadores não tiveram ao seu alcance a possibilidade de se abster em suas rotinas de trabalho, como pode-se observar em indivíduos que não tiveram acesso ao serviço de *homeoffice*, especialmente moradores de periferias que mantiveram sua rotina de ida e vinda ao trabalho, o uso do transporte público. Nas linhas da zona sul e leste do metrô de São Paulo, os números de usuários chegaram a ser superiores ao período pré-pandêmico (MENGUE, 2021).

Atualmente, em setembro de 2021, o número de óbitos passa de 584 mil, o que reforça os olhares dos profissionais da psicologia à compreensão da dor dos enlutados que perderam seus entes queridos, muitas vezes mais de um em uma única família, deixando assim cerca de 3 milhões de pessoas afetadas pelo luto (OBANDO, 2021).

Com a superlotação de leitos de internações nas unidades de tratamento intensivo (UTI), o número de óbitos declarados, a impossibilidade de exercer o direito de ir e vir resguardado por lei e perda da vivência de rotina, o psicólogo encontra no seu campo de atuação uma nova visão perante a uma antiga demanda, o luto. Que segundo a abordagem psicanalítica, é caracterizado pela perda de um objeto, podendo ser um ente querido, alguma abstração que antes ocupou o papel de um objeto de afeto, o país onde se viveu, a liberdade que se tinha ou um ideal (FREUD, 1914).

Ainda na visão de Freud, o luto trata-se de um trabalho diante a uma perda, que gera sofrimento ao indivíduo. Fazendo com que haja uma grande tristeza, impossibilidade de substituição do objeto perdido e um grande vazio.

Em contribuição à psicanálise, em sua teoria das relações objetais, Melanie Klein (1940 apud CAVALCANTI; SAMCZUK; BONFIM, 2013), nos mostra que o processo de luto

envolve não somente uma perda objetiva real, mas também uma perda simbólica. Retomando seu conceito de fantasia inconsciente, tem-se a culpa do bebê após integrar o objeto seio bom ao seio mau, onde como consequência de suas tentativas de destruir o último mencionado, vivência de uma grande ansiedade e culpa, tendo ações de busca de reparação do objeto agora então, unificado. Desta mesma forma, o indivíduo vivencia seus processos de luto de acordo com esta relação e como a mesma foi estabelecida e vivenciada na tenra idade.

Dentro deste conceito, o presente trabalho direciona o foco para o contexto pandêmico, o qual apresenta as características mencionadas por Freud e Klein em suas análises, como perda de um objeto sendo um ente querido, a perda da liberdade e uma perda simbólica de tudo aquilo que era considerado como uma rotina e algo corriqueiro, acabou passando a ser visto com novos olhares, atrelado a um temor e uma ansiedade despertada pela constante vigília afim de não ser infectado pela doença e pondo a própria vida ou dos familiares em risco.

De acordo com Peres et al. (2021), em um estudo da adaptação da escala “Fear of Covid-19”, foram avaliados 211 brasileiros em condições de trabalho ativo, revelando os seguintes dados dos avaliados: comportamento fóbico-evitativo (66,02%), estresse generalizado (38,75%), ansiedade generalizada (36,84%) e pensamento obsessivo (36,36%). Tais dados mostram a necessidade da atuação dos psicólogos em uma linha de frente aos efeitos psicossociais que a pandemia acarreta, desencadeando um maior número de relatos de crises de ansiedade, uma piora em casos já existentes e desenvolvimento de comportamentos fóbicos, como também um aumento do estresse vivenciado na população em geral.

Assim, a atenção da presente pesquisa é direcionada para as formas de interpretação e processamento do que está sendo pouco a pouco estudado. Tanto em seus âmbitos biológicos com vacinas, quanto em aspectos sociais com as feridas e perdas dos enlutados, o mundo caminha lentamente para uma estabilização pós catástrofe, esta que pode ser definida como uma mudança abrupta de cena, que produz por sua vez uma vulnerabilidade para a emergência de situações traumáticas (VERZTMAN; DIAS, 2020).

Segundo Elisabeth Kübler-Ros (1974 apud AFONSO; MINAYO, 2013) em seu livro intitulado na versão traduzida, “Sobre a Morte e o Morrer” temos cinco fases do luto, as quais são negação, raiva, barganha, depressão e aceitação. Diante disso, quando o

prognóstico é terminal, há a atuação do profissional de psicologia hospitalar com uma intervenção e acompanhamento da família e do paciente, sendo estes orientados para que haja uma despedida, como uma forma de ritual, um direcionamento da atenção para resolução de conflitos, mágoas, problemas não resolvidos e outras questões pertinentes (LISBÔA; CREPALDI, 2003). Pacientes que estavam em unidade de tratamento intensivo isolados mediante às políticas de segurança da Covid-19 e que vieram a falecer, não puderam por sua vez, assim como seus familiares, vivenciar estes processos de despedida, o que pode acarretar uma brusca ruptura, potencializando a dor do luto pela não simbolização da despedida, através dos rituais mencionados e um possível acarretamento de dificuldades de superação nas fases mencionadas de Kübler-Ross (KÜBLER-ROSS, 2008).

Para responder a tal questão, foi estudado um trabalho feito no hospital universitário da região de fluminense no Rio de Janeiro, que teve como propósito ressignificar a experiência de perda dos enlutados, criando “A Caixa de Memórias”:

Após uma comunicação de óbito e entrega dos pertences do paciente num “saco para descarte” à família, relatou extrema angústia: “era como se a vida não estivesse mais ali, mas a doença sim!”. A partir dessa experiência, a equipe de saúde mental propôs uma mudança nos protocolos de entrega dos pertences às famílias, recorrendo ao recurso simbólico da Caixa de Memórias. A Caixa é delicada, decorada com flores e contém alguns dos objetos do paciente em processo de descontaminação; vem acompanhada por uma mensagem de convite para honrar a vida do falecido por meio da construção de boas memórias. Ela é entregue pela equipe aos familiares durante uma conversa respeitosa, que estimula carinhosamente que eles guardem o que for precioso e especial daquele vínculo, num argumento de que as memórias afetivas também podem permanecer protegidas. A Caixa de Memórias concretiza o reconhecimento de que existiram bons momentos compartilhados: um presente da vida. (LUIZ et al, 2020, p.1).

Medidas como essa tornam a perda e suas atribuições mais humanizadas, mesmo que conte com a não possibilidade de despedidas, visto que tais ações oferecem à família a chance de uma melhor vivência deste momento de perda, oferecendo um espaço do que seria considerado como menos prejudicial à saúde dos envolvidos.

2 METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão bibliográfica da literatura acerca do tema exposto. Para tanto, recorreu-se a base de dados SciELO. Os critérios para inclusão dos artigos foram: artigos publicados no período pandêmico (entre dezembro de 2019 a setembro de 2021),

publicados em português, com a intersecção das palavras-chave: “covid”; “luto”; psicólogos”.

Ressalta-se que, após a seleção dos estudos, houve uma inclusão de um material datado de 2003, com o propósito de oferecer um maior embasamento, referencial teórico e melhor compreensão no raciocínio e estruturação de texto.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir do levantamento bibliográfico, foram encontrados cinco artigos dentro dos parâmetros referidos na metodologia, os quais foram utilizados para embasar os resultados da presente pesquisa. Os resultados indicam que houve um aumento das crises de ansiedades, transtornos de ansiedade generalizada, aumento do comportamento fóbico e obsessivo e diversas outras síndromes que interferem na condição do que é considerado como saúde mental, caracterizada pela relação que o indivíduo reage às exigências da vida e seu modo de harmonizar seus desejos, capacidades, suas ambições, ideias e emoções (CRUZ et al., 2020).

Levanta-se a questão da atuação dos profissionais na linha de frente das intervenções psicossociais mediante a Covid-19, onde tem-se um campo de atuação com uma fortificação de um conceito antigo, o luto, considerando uma nova vertente caracterizada pela ausência das significações simbólicas, presentes em processo de enlutamento como visto em Melanie Klein.

É neste viés que medidas de acolhimento e atenção psicológica buscam oferecer, por meio de estratégias interventivas, maneiras de uma retomada gradual dos processos de despedidas e interações em geral, afim de manter o laço social e contato dos familiares com pacientes em situações de internação. Isto pode ser observado com maior clareza nas orientações dadas pela Fundação Oswaldo Cruz aos psicólogos hospitalares e como estes podem intervir possibilitando, ainda que breve, um alívio ao garantir a comunicação de indivíduos hospitalizados conscientes para com seus familiares de modo virtual. Dentre as orientações, encontram-se: (1) realização de chamadas de vídeos para o cuidador principal; (2) não enviar fotos, mensagens de texto ou dados clínicos por meio do aplicativo; (3) estar disponível para acolhimento psicológico ao paciente e às famílias após as visitas virtuais; (4) deixar agendada com a família nova visita virtual; (5) realizar registro em prontuário com hora da chamada e pessoas conectadas (BRASIL, 2020, p.15).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que são necessárias maiores intervenções para a redução do desencadeamento de síndromes do perfil fóbico-ansioso, dado o crescimento destes números. Do mesmo modo, ainda há diversas lacunas que carecem atenção da psicologia para a atuação com o luto em contextos pandêmicos.

REFERÊNCIAS

- AFONSO, S. B. C.; MINAYO, M. C. S. Uma releitura da obra de Elisabeth Kubler-Ross. **Ciência e Saúde Coletiva**, [s. l.], v. 18, ed. 9, 2013. DOI <https://doi.org/10.1590/S1413-81232013000900028>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/r6v4mjCXnj8RYrdFktJ5z3J/?lang=pt>. Acesso em: 1 out. 2021.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Fundação Oswaldo Cruz. Orientações às/aos Psicólogas/os Hospitalares. **Saúde Mental e Atenção Psicossocial na Pandemia COVID-19**, 2020. Disponível em: https://www.fiocruzbrasil.fiocruz.br/wp-content/uploads/2020/04/cartilha_psicologos_hospitalares.pdf. Acesso em: 30 set. 2021.
- CAVALCANTI, A. K. S.; SAMCZUK, M. L.; BONFIM, T. E.. O conceito psicanalítico do luto: uma perspectiva a partir de Freud e Klein. **Psicol inf.**, São Paulo, v. 17, n. 17, p. 87-105, dez. 2013. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-88092013000200007&lng=pt&nrm=iso. acessos em 08 set. 2021.
- CRUZ, S. S. *et al.* Como você está? Como está sua saúde mental?. **Saúde mental Einstein**, [s. l.], 2020. Disponível em: <https://www.einstein.br/saudemental>. Acesso em: 30 set. 2021.
- FREUD, S. Luto e Melancolia. Edição Standard Brasileiras das Obras Completas de Sigmund Freud, v. XIV. Rio de Janeiro: Imago, 1914.
- KÜBLER-ROSS, E. **Sobre a Morte e o Morrer**. 9ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2008.
- LISBÔA, M. L.; CREPALDI, M. A.. Ritual de despedida em familiares de pacientes com prognóstico reservado. **Relatos de Pesquisa: Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 13, ed. 25, 2003. DOI <https://doi.org/10.1590/S0103-863X2003000200009>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/paideia/a/4nL7kbrXkHNPfTF8yLZhtgB/?lang=pt>. Acesso em: 30 set. 2021.
- LUIZ, T. da S. C. *et al.* Caixa de memórias: sobre possibilidades de suporte ao luto em unidade de terapia intensiva durante a pandemia de COVID-19. CARTA AO EDITOR: Rev.

bras. ter. intensiva, [s. l.], v. 32, ed. 3, 2020. DOI <https://doi.org/10.5935/0103-507X.20200079>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbti/a/wwzbcpszQnx4tZF8qxRrRpf/?lang=pt>. Acesso em: 30 set. 2021.

MENGUE, P. Sem home office, periferia se expõe mais ao coronavírus no transporte público. **CNN BRASIL**, [s. l.], 7 fev. 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/sem-home-office-periferia-se-expoe-mais-ao-coronavirus-no-transporte-publico/>. Acesso em: 30 set. 2021.

OBANDO, M.. Luto compartilhado por famílias que perderam alguém para a Covid e as etapas de “superação”. **Portal do Governo de Mato Grosso do Sul**, [s. l.], 21 mar. 2021. Disponível em: <http://www.ms.gov.br/luto-compartilhado-por-familias-que-perderam-alguem-para-a-covid-e-as-etapas-de-superacao/>. Acesso em: 30 set. 2021.

PERES, R. S. *et al.* Evidências de validade de uma versão brasileira da Fear of COVID-19 Scale. **Ciênc. saúde coletiva**, v. 26, 26 ago. 2021. DOI <https://doi.org/10.1590/1413-81232021268.06092021>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/9S9PnQrwbPmK54ZmMNwyHVR/?lang=pt>. Acesso em: 30 set. 2021.

OMS - ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (Brasília, Distrito Federal, Brasi). Organização Pan-Americana da Saúde. Folha informativa sobre COVID-19. *In*: Folha informativa sobre COVID-19. [S. l.], 2020. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19>. Acesso em: 1 out. 2021.

VERZTMAN, J.; DIAS, D. R.. Catástrofe, luto e esperança: o trabalho psicanalítico na pandemia de COVID-19. **Revista latinoamericana de psicopatologia fundamental**, [s. l.], 2020. DOI <https://doi.org/10.1590/1415-4714.2020v23n2p269.7>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlpf/a/FCst676jKy6YVJdggwvDRMQB/?lang=pt>. Acesso em: 1 out. 2021.

O PROCESSO NARRATIVO DO RPG DE MESA

Mariana Ferreira Alcântara, Isabella Unterrichter Rechtenthal, e-mail:
marianaferal@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa apresentar, identificar e comparar os diferentes tipos de categorias literárias de narradores para, enfim, estudar o narrador presente nos *Role-playing Games* (RPGs), mais especificamente nos *Tabletop Role-playing Games* (RPGs de mesa), jogos nos quais os jogadores assumem o papel de um personagem e, ao interpretá-lo, desenvolvem a narrativa em conjunto, sendo guiados pelo Mestre de Jogo, que é o narrador principal e quem conduz a narrativa. Para tanto, será utilizado como base de estudo um dos sistemas de RPGs mais famosos, *Dungeons & Dragons* (D&D), desenvolvido em 1974 por Gary Gigax e Dave Anerson, além de um dos livros de aventura criados para este sistema chamado *The Lost Mine of Phandelver* (*A Mina Perdida de Phandelver*) (MEARLS; CRAWFORD, 2020).

O estudo do gênero RPG necessita de mais atenção, pois existem poucos estudos na área. Apesar disso, os campos que esta área permite abordar são amplos, tais como o campo literário, no qual este trabalho enfoca, analisando a narrativa e como ela é conduzida pelos jogadores; o campo da sociologia e linguística, como apresentados nos trabalhos de Peixoto, 2011, e Kogut, 2017, que estudam os perfis argumentativos e socio-interativos que ocorrem no jogo; além do campo pedagógico, partindo da forma que o jogo é construído, em conjunto, desenvolvendo atividades mais lúdicas e interativas, trazendo novos aspectos e experiências na área didática.

O objetivo deste trabalho é mostrar que o narrador do gênero RPG, principalmente o RPG de Mesa, possui semelhanças e diferenças com outros tipos de narradores do campo literário, tornando-se algo único, além da própria experiência narrativa do jogo, que permite que exista mais de um narrador (os jogadores e o Mestre de Jogo), e como a narrativa é conduzida a partir disso.

2 MÉTODO

Buscando compreender o processo narrativo de um RPG de Mesa, foi realizada uma pesquisa bibliográfica de como os diferentes tipos de narradores literários se apresentam e

conduzem a narrativa, comparando-os com o narrador de um RPG de Mesa, utilizando o livro de aventura *The Lost Mine of Phandelver (A Mina Perdida de Phandelver)* (MEARLS; CRAWFORD, 2020) como base de estudo.

Inicia-se com a apresentação do gênero RPG e como se dá seu desenvolvimento, seguido de exposição dos tipos de narradores com exemplos e, por fim, uma análise da estrutura do livro de aventura *The Lost Mine of Phandelver (A Mina Perdida de Phandelver)* (MEARLS; CRAWFORD, 2020), no qual é analisado e comparado o processo narrativo que o Mestre de Jogo desempenha juntamente dos personagens dos jogadores.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O gênero RPG é uma mistura de narrativa de ficção, por acontecer em um ambiente fictício; épico, por ser estruturada sobre uma história; e teatral, pela parte da dramatização dos acontecimentos (GANCHO, 2002), pois sua estrutura é formada pelo Mestre de Jogo, que conduz a narrativa e estabelece as regras, e os Jogadores, que interpretam apenas um personagem. O Mestre de Jogo, narrador principal, é o único que sabe toda a história que os jogadores irão embarcar, porém, ele não tem controle das ações dos jogadores, que não possuem um roteiro a ser seguido, o que torna a narrativa imprevisível, até certo ponto, e a experiência única em cada partida.

Existem diversos sistemas de RPG, que denominam regras e estabelecem o universo que será explorado no jogo. O sistema analisado neste trabalho é o de *Dungeons & Dragons* (D&D), juntamente de um dos livros de aventura criados para ele, *The Lost Mine of Phandelver (A Mina Perdida de Phandelver)* (MEARLS; CRAWFORD, 2020).

Os jogadores são livres para criar, dentre as diferentes raças e classes disponíveis no *Dungeons & Dragons: Player's Handbook* (Livro do Jogador) (MEARLS; CRAWFORD, 2018), seus próprios personagens para poder assumir seu papel dentro do jogo. Os personagens dos jogadores sempre serão os protagonistas, ou seja, os personagens-foco da história e, ao narrarem suas ações e falas durante o jogo, também se aproximam da categoria de narrador protagonista.

O Mestre de Jogo, por sua vez, toma o papel de vários tipos de narradores, mas o que mais se aproxima de seu objetivo é o narrador onisciente neutro, que sabe de tudo e todos, descrevendo os cenários e ações de personagens sem expressar suas opiniões

próprias, esperando que os jogadores investiguem, discutam entre si e concluam os objetivos do jogo.

Por isso, nos livros de aventura, tal como em *The Lost Mine of Phandelver (A Mina Perdida de Phandelver)* (MEARLS; CRAWFORD, 2020), são apresentados diferentes caminhos que os personagens podem seguir para concluir o objetivo, ajudando o Mestre de Jogo a se preparar para as diferentes possibilidades de uma cena acontecer e se concluir. Como, por exemplo, o que acontece em uma das partes da aventura, caracterizada por Gancho (2002) como **complicação**, onde os personagens precisam encontrar a entrada da Caverna Onda Eco, na qual os objetivos da história principal devem ser concluídos, e, para tanto, existem quatro possibilidades de os jogadores conseguirem essa informação, em diferentes cenários, dependendo de onde eles decidirem explorar primeiro, mudando todo o rumo do roteiro.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível compreender que o narrador do gênero RPG de Mesa possui diferenças e semelhanças com outros tipos de narrador do campo literário, apresentando características próprias que torna o narrador do gênero RPG de Mesa uma nova categoria, fazendo com que a narrativa somente possa acontecer em conjunto, por ser construída tanto pelo Mestre de Jogo quanto pelos jogadores.

Ao longo do desenvolvimento deste trabalho, demandas foram deixadas para pesquisas futuras, uma vez que o estudo do gênero RPG necessita de mais atenção, pois há poucos estudos na área.

REFERÊNCIAS

ARCADUM. **First Draft: How to Write a D&D Center Story**. Youtube, 2 jun. 2021. Disponível em: <<https://youtu.be/5vEjn7aOTrU>>. Acesso em: 30 jul. 2021.

Di, Ginny. **50 Character Builder Questions for your Tabletop Character**. Youtube, 12 ago. 2020. Disponível em: <<https://youtu.be/sS2LROYk230>>. Acesso em: 30 jul. 2021.

CANDIDO, Antonio et al. **A Personagem de Ficção**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.

GANCHO, Cândida Vilares. **Como analisar narrativas**. 7. ed. São Paulo: Ática, 2002.

KOGUT, Luiz Guilherme. **O perfil metafuncional do texto argumentativo no RPG de mesa**. Dissertação – Mestrado em LETRAS, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, MG, 2017.

LEITE, Ligia Chiappini Moraes. **O Foco Narrativo**. 5. ed. São Paulo: Ática, 2002.

MEARLS, Mike; CRAWFORD, Jeremy. **Dungeons and Dragons: Livro do Mestre**. 5. ed. Wizards of the Coast, 2018.

MEARLS, Mike; CRAWFORD, Jeremy. **Dungeons and Dragons Player's Handbook**. 5. ed. Wizards of the Coast, 2018.

MEARLS, Mike; CRAWFORD, Jeremy. **Dungeons and Dragons: The Lost Mine of Phandelver**. 5. ed. Wizards of the Coast, 2020.

MURPHY, David. **"Dungeons and Dragons Debuts on Virtual Tabletop 'Roll20'"**. PC Gamer Magazine, 2016. Disponível em: <<https://www.pcmag.com/news/dungeons-and-dragons-debuts-on-virtual-tabletop-roll20>>. Acesso em: 31 mar. 2021.

PEIXOTO, Rafaela Araújo Jordão Rigaud. **A construção de sentidos nos role-playing games: aspectos linguísticos e sócio-históricos**. Dissertação – Graduação em LETRAS, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

SENIOR, Tom. **"How Roll 20 brings the spirit of D&D to PC"**. PC Gamer Magazine, 2013. Disponível em: <<https://www.pcgamer.com/venture-forth-how-roll-20-is-bringing-the-spirit-of-dd-to-videogames/>>. Acesso em: 31 mar. 2021.

O SENTIDO EM SER MÃE: UMA COMPREENSÃO DA MATERNIDADE À LUZ DA LOGOTERAPIA

Bruna Gomes dos Santos, Elaine Cristina Gardinal Pizato, e-mail:

bgsbruna1@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Ao tratar da experiência da maternidade, percebe-se que ela nem sempre é valorizada nos dias atuais, por parecer um empecilho para o sucesso feminino e, muitas vezes, tem visibilidade somente pelos resultados negativos. No entanto, ela é fundamental para a sociedade e para a vida das mulheres, uma vez em que está intrínseca na essência afetiva de cada uma, como indica Edith Stein, “Em todas, encontro uma índole comum: o desejo de dar e de receber amor, e com isso, a aspiração de serem tiradas da estreiteza de sua existência real atual para serem guindadas a um ser e agir mais elevado” (STEIN, 1999, p.102). A partir dessa afetividade, as mulheres buscam um propósito, que também há de ser compreendido como um sentido de vida. Sobre isso, Viktor Frankl, o criador da Logoterapia, irá afirmar: “É um sentido concreto de uma situação com a qual uma pessoa, também concreta, se vê confrontada” (FRANKL, 2007, p.101), ou seja, se trata de um sentido único e irrepetível, do qual somente o próprio indivíduo pode realizar o seu.

Estando para o cuidado com o outro, as mulheres tendem a atribuir um propósito afetivo para a própria existência. Isso possui muita importância não somente para elas, mas para um todo, afinal a maternidade contribui para a construção da sociedade, através da formação de seres humanos. Bowlby (1988) diz que é a mãe que cuida de seu filho de todas as formas, e a relação dos dois durante a gestação e nos primeiros meses de vida do filho, é o que permitirá a constituição de sua subjetividade, sua atuação no mundo e na sociedade.

Dentro da esfera da Logoterapia, não existem tantos conteúdos onde a maternidade é explorada, algo que solicita uma ponte entre outros autores e conteúdos que se relacionam com a teoria. No entanto, ela pode ser considerada um sentido de vida em potencial, pois Frankl (2008) diz que uma pessoa pode encontrar sentido para a sua vida de três maneiras diferentes: criando um trabalho ou praticando um ato; experimentando algo ou encontrando alguém ou pela atitude que é tomada perante um sofrimento inevitável. A maternidade dialoga com esses fatores, uma vez que as mães recebem seus filhos e o experimentam, sempre estão empenhadas em diversas atividades que cultivam o bem-estar deles, bem

como atravessa momentos de sofrimento desde o parto até a amamentação, os desafios da educação, etc.

As mães sofrem por seus filhos porque muito os amam também. O amor é um aspecto muito amplo da existência humana, que constitui a autotranscendência, sendo este o “fato de que o ser humano sempre aponta e se dirige para algo ou alguém diferente de si mesmo — seja um sentido a realizar ou outro ser humano a encontrar” (FRANKL, 2008, p.135). Ao nutrir e educar seus filhos, as mães lhes concedem o que é necessário para que eles venham a ser o que devem ser. Elas captam o que é mais íntimo deles e estão sempre prontas para capacitá-los perante as descobertas e desafios da vida.

Segundo Frankl (2012), ao se sentir responsável por algo, o ser humano se volta para seus valores buscando servir a eles; vai para a direção em que encontra o sentido de sua vida e desempenha tarefas que preenchem esse sentido. Dessa forma, ao se constituírem mães por livre arbítrio, as mulheres se tornam responsáveis por um ser, devendo se preocupar com a formação de sua educação, conduta, valores, etc. O presente trabalho possui o objetivo de refletir sobre a identidade das mulheres, suas vivências como mães e a relação com o sentido de vida de cada uma, compreendendo que os seres humanos possuem um sentido a ser encontrado e necessitam de um propósito para a existência. Além disso, pretende relacionar a vivência materna com as inclinações naturais das mulheres e a feminilidade, o que contribui para que as mesmas elejam a maternidade como propósito e a bem exerçam para formar seus filhos.

2 MÉTODO

O trabalho foi desenvolvido por meio da Revisão Bibliográfica, que, segundo Noronha e Ferreira (2000), se trata do estudo de uma determinada área temática, que fornece uma visão geral, dentro de um recorte de tempo, sobre um tópico específico, ressaltando novos pensamentos e métodos. O trabalho enfoca na compreensão do sentido de vida na vida das mulheres, com base na teoria logoterapêutica. Toda a busca de conteúdo para a produção foi realizada na base de dados do Google Acadêmico. No que se refere aos artigos, estes foram selecionados somente no idioma da língua portuguesa e são de diversos anos diferentes, não havendo um critério de limite de tempo para realizar a seleção do conteúdo, embora os mais recentes fossem priorizados.

Para a detecção dos artigos que abordavam a maternidade como parte da natureza feminina e o sentido que essa experiência proporciona à vida da mulher, ser cuja configuração se dá pelo propósito de sua alma e possui uma realidade humana própria, detentora de um princípio (STEIN, 1999). Os termos “maternidade para a mulher”, “a mulher-mãe”, “sentido de vida na maternidade”, “Logoterapia e a vida com os filhos” e “maternidade na visão da fenomenologia”, foram combinados para a identificação de mais referências que agregariam no contexto do trabalho e enfocariam nos objetivos do mesmo. A respeito dos resultados encontrados e da seleção dos artigos, é possível observar:

Tabela 1: Base de dados online consultadas para realizar o levantamento de literatura, através de termos utilizados na elaboração do trabalho.

Base de Dados	Termos utilizados	Nº de artigos encontrados	Nº de artigos selecionados
Google Acadêmico	Maternidade para a mulher	130.000	1
	Mulher-mãe	15.500	2
	Sentido de vida na maternidade	115.000	0
	Logoterapia e a vida com os filhos	1.010	2
	Maternidade na visão da Fenomenologia	10.200	2

Fonte: Autora.

Foram selecionadas as relevantes obras do autor Viktor Frankl: “Em Busca de Sentido”, “Psicoterapia e Sentido de Vida”, “Presença Ignorada de Deus”, “A Vontade de Sentido: fundamentos e aplicações da Logoterapia”, “A Psicoterapia na Prática”, “Logoterapia e análise existencial: textos de seis décadas” e “Um Sentido para a Vida: Psicoterapia e Humanismo”. Nessas obras, o autor explica e exemplifica melhor sobre os conceitos selecionados para o trabalho, sendo os principais a “autotranscendência”, a “vontade de sentido”, o “vazio existencial”, a “liberdade de vontade”, a “responsabilidade” e o “sentido da vida”; eles foram viáveis para explicar a relação que pode ser estabelecida entre a teoria e a vivência da maternidade.

Uma obra que se comportou como base para a composição do trabalho e foi, cuidadosamente, selecionada, foi a da autora Edith Stein: “A Mulher: sua Missão Segundo a Natureza a Graça”. Aliada ao conceito de identidade, ela foi utilizada para apresentar a maternidade como atrelada à essência feminina, que se refere a uma atitude pessoal e

espiritual, ligada à subjetividade do mundo interior da pessoa; inclusive a maternidade espiritual (STEIN, 1999). Todos os recursos utilizados, desde artigos até as obras, permitiram a discussão e compreensão do tema, que é a maternidade à luz da Logoterapia, além de ter possibilitado o entendimento a respeito da importância que o encontro de sentido possui na vida dos indivíduos, em especial na vida da mulher.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base na bibliografia selecionada, é possível averiguar a importância que a maternidade possui, desde o momento em que acontece a concepção de uma nova vida até o desenrolar de seu desenvolvimento, culminando, por fim, na construção efetiva de uma sociedade, com homens e mulheres que a regem. As mulheres são seres que estão prontos para cuidar, zelar, velar e promover o crescimento, como também, possuem desejo e disposição naturais, que as habilitam para educar e formar seus filhos. Ser mãe é sinônimo de humanidade verdadeira e sólida, com o sentido de cuidar e dar de si mesmo, sem reservas (STEIN, 1999).

Frankl (1989) estabelece a Logoterapia como a terapia através do sentido, afirmando que o ser humano precisa orientar a própria vida para algo ou alguém, habilitando a capacidade de transcender-se. Ele deve estar endereçado a algo diferente dele mesmo: na busca de um sentido a realizar, numa causa para qual se entregar ou a uma pessoa a quem amar. Lukas (1990) confirma a fala do psiquiatra em seus escritos, ao ressaltar que uma mãe irá encontrar sentido em sua maternidade através da realização consciente dessa, exercendo uma intencionalidade, e por essa mesma via, se humaniza e autotranscende.

Frankl (2012) também fornece uma explicação sobre a responsabilidade, que está totalmente ligada à consciência, dizendo que um ser-consciente, conseqüentemente, é um ser-responsável, ou seja, uma vez que se tem consciência da responsabilidade, há uma liberdade para agir sobre ela, dispondo de valores e tarefas que sustentam um sentido de vida. As mães, quando assumem a responsabilidade e os encargos da maternidade, tendo consciência de seus papéis na vida dos filhos, conseguem formá-los integralmente, encontram sentido em suas tarefas e constante dedicação. Ao ensinar seus filhos, elas simplesmente revisam quem são.

Strauss (1999), ao comentar sobre identidade, comenta que só é possível construir uma à medida que ocorre uma descoberta de si mesmo, e logo também se descobre mais sobre a sociedade, como ela funciona, e como se pode estabelecer uma relação com ela, se tornando uma peça de encaixe da mesma. Por mais que haja um costume entre os indivíduos, em ditar entre si, o que é melhor e o que é pior para cada um, somente o próprio indivíduo acabará descobrindo o que é melhor para si. Uma vez em que as mulheres atribuem à maternidade, o seu sentido de vida, elas também reconhecem que essa experiência está intrínseca em suas identidades, e que sem a maternidade, elas não seriam as mesmas. Elas sempre estão praticando algum ato, experimentando alguém em sua totalidade e também convivendo com sofrimentos que são inevitáveis.

Sobre o sofrimento inevitável, sabe-se que ele é facilmente superado quando o indivíduo possui uma razão pela qual viver. No campo de concentração, aqueles que possuíam um propósito de vida suportavam, bravamente, as penas sofridas e lutavam em vez de desistir. Dentro de cada ser humano, sempre há força e coragem suficientes para resistir aos martírios da vida. Por isso, as mães se abnegam frequentemente e se abnegariam quantas vezes fossem necessárias por seus filhos (FRANKL, 2008; 2011).

As mães desempenham um papel muito importante na formação de um ser humano e de uma sociedade. Stein (1999) relata que a história da sociedade acha sentido no pensamento que a natureza encontra um porto seguro na essência do ser feminino. Na vida dos filhos, Bowlby (1988) afirma que a mãe é fundamental para a saúde deles, através da vivência íntima entre os dois. O mesmo autor reconhece que é essa relação que contribuirá para a formação do filho e o permitirá viver em sociedade futuramente.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que o todo ser humano possui uma vontade de sentido que o impulsiona em direção à realização de algum propósito. A partir disso, entende-se que ele possui maneiras de encontrar esse sentido, que não pode ser criado e é singular; mas não somente isso, deve ser responsável por ele, de tal maneira que essa responsabilidade gere significado na existência, “se, de fato, há sentido para a vida, esse sentido é incondicional, e nem mesmo a morte ou o sofrimento podem retirar sua validade” (FRANKL, 2011, p. 193).

Foi possível atingir os objetivos do trabalho ao haver uma identificação de como esse encontro de sentido acontece na vida das mulheres, a partir de suas maternidades, reconhecendo que as identidades das mesmas sofrem modificações relevantes após o

início dessa experiência. Espera-se que essa pesquisa contribua para futuros estudos sobre a existência humana e como o sentido pode impactá-la, assim como subsidie na visibilidade dos caminhos que realmente são eficazes para o ser feminino, onde este consegue se valorizar e promover suas qualidades a partir de sua totalidade e daquilo que é essencialmente, sem necessitar disputar com outro gênero ou se descaracterizar. Objetiva-se que o trabalho sirva como exemplo para pesquisas semelhantes na área, a fim de que esta seja expandida, tanto no quesito da maternidade quanto no da Logoterapia, que deveria ser mais abordada e utilizada como base para estudos.

Em suma, compreender as mulheres e esse universo cheio de instigações é um desafio, mas quando estudadas, é nítido observar que são seres que carregam harmonia em suas relações e uma grande humanidade. O trabalho emancipou essa ideia e forneceu um entendimento de como a realidade da alma feminina e sua essência, se conectam com o sentido contido no “ser mãe”; no entanto, quando o tema é analisado sob uma visão universal, entende-se que o sentido é para todos, assim como o estabelecimento de significado e propósitos.

REFERÊNCIAS

BOWLBY, J. **Cuidado Materno e Saúde Mental**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

FRANKL, V. E. **Um Sentido para a Vida**: psicoterapia e humanismo. Aparecida, Editora Santuário, 1989.

_____. **Presença ignorada de Deus**. Petrópolis, Vozes, 2007.

_____. **Em busca de sentido**. 37ª ed. [s.l.], Editora Vozes, 2008

_____. **A Vontade de Sentido**: fundamentos e aplicações da Logoterapia. São Paulo: Paulus, 2011.

_____. **Logoterapia e análise existencial**: textos de seis décadas. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

LUKAS, E. **Mentalização e Saúde**: a arte de viver e logoterapia. Trad. Helga Hinkenickel Reinhold. São Leopoldo: Sinodal; Petrópolis: Vozes, 1990.

NORONHA, D. P.; FERREIRA, S. M. S. P. Revisões de literatura. In: CAMPELLO, B. S.; CONDÓN, B. V.; KREMER, J. M. (Orgs). **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

STEIN, E. A. **A Mulher: sua missão segundo a natureza e a graça.** Tradução: Alfred J. Keller. Bauru. EDUSC, 1999.

STRAUSS, A. L. **Espelhos e Máscaras: A busca de identidade.** São Paulo: DUSP; 1999.

O TRANSTORNO DE DÉFICIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE COMO COADJUVANTE DOS CONFLITOS CONJUGAIS

Larissa Spossar, Maria Clara Prado Rizzo, Vânia Borim Moretto Delpino, e-mail: larispossar@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Na primeira metade do século XX a literatura médica começou a conceituar o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) de diversas formas e nomes e, segundo Rohde (2000), foi chamado de “transtorno hipercinético”, “lesão cerebral mínima” e “disfunção cerebral mínima”, e somente nas últimas vinte décadas que passou a ser considerado como o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade.

Tal transtorno é caracterizado por uma falha inibitória que afeta o desenvolvimento das funções neuronais (CALIMAN, 2010).

O TDAH é bastante presente em escolas e é uma das principais buscas nos sites da internet na área da saúde mental envolvendo crianças e adolescentes e seu tratamento é basicamente reduzido ao uso de medicamentos (FARAONE, 2004 apud MISSAWA; ROSSETI, 2014).

Segundo Castro e Lima (2018), cerca de 60% das crianças que possuem o diagnóstico chegam à vida adulta com sintomas que ainda são significativos em seu dia a dia. Ainda de acordo com o autor, diferentemente das crianças, o TDAH na vida adulta se manifesta, normalmente, em atividades excessivas no trabalho, direção imprudente no trânsito, relacionamentos amorosos conturbados e até mesmo, curtos. O sono também costuma ser um fator afetado em decorrência do transtorno.

Acredita-se que pesquisar sobre a dinâmica conjugal de um indivíduo com TDAH ou as interferências nessa relação quando os filhos possuem esse transtorno seja um tema relevante para a reflexão em relação às consequências originadas por esse distúrbio, em especial, quando se chega ao término de um relacionamento, como no caso do divórcio.

A reflexão também é válida para a prevenção da situação, pois muitas das situações enfrentadas pelo portador de TDAH na idade adulta poderiam ser cessadas através de uma intervenção precoce. A empatia e o entendimento claro sobre o transtorno seriam de bom uso para o (a) companheiro (a) do portador do transtorno, pois traria uma maior reflexão para algumas ações do portador.

O presente trabalho tem como objetivo realizar uma revisão sistemática acerca dos aspectos conjugais em famílias com TDAH, relacionando-os com outras variáveis, como a presença de comorbidades, aspectos socioeconômicos e saúde mental.

2 MÉTODO

Trata-se de uma pesquisa de caráter bibliográfico, desenvolvida a partir de uma revisão de materiais já elaborados, constituídos, principalmente, por livros e artigos científicos sobre as principais teorias e conceitos que nortearão o trabalho e será imprescindível para o levantamento de informações sobre os aspectos diretos e indiretamente ligados ao tema.

Além disso, a pesquisa utilizará o método hipotético-dedutivo e pesquisa bibliográfica, sendo o problema em análise baseado em conjecturas, que serão examinadas por meio da leitura de artigos científicos, livros e sites da internet. O objetivo é analisar se o problema tem interferência ou não na vida da pessoa e o quanto isso a afeta.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A incapacidade de conseguir prestar atenção, muitas vezes, é vista por pessoas que não possuem o conhecimento necessário sobre o transtorno e que possuem os parâmetros sociais de julgamento como uma característica tipicamente masculina, como por exemplo, não se atentar a datas comemorativas importantes e não perceber os sentimentos das pessoas de seu convívio (HALLOWELL; RATEY, 1994 apud BROMBERG, 2015).

Tais formas de interpretar os comportamentos acabam trazendo algumas barreiras para a vida conjugal, fazendo com que a intimidade do casal seja prejudicada. Adultos considerados frios, insensíveis e até mesmo egoístas em seus relacionamentos acabam, muitas vezes, fazendo com que seja o pivô de um possível divórcio sem necessariamente estar entendendo o real motivo daquela situação; pois em alguns relacionamentos, esses são motivos comuns de desentendimentos, porém em outros, são consequência de um adulto, ou ambos, portadores de TDAH (HALLOWELL; RATEY, 1994 apud BROMBERG, 2015).

Outro ponto relevante para a vida conjugal é o relacionamento sexual, que pode se tornar mais um ponto prejudicado pelo TDAH; sendo extremamente negativo, já que o(a) parceiro(a) portador(a) pode apresentar distrações durante os momentos sexuais e de

intimidade do casal. Diferentemente do que a maioria das pessoas pensa o portador não possui dificuldade em sentir prazer, muito menos sofre com a falta dele, mas sim com uma grande dificuldade em se manter focado durante a prática, tendo sua atenção desviada facilmente (BROMBERG, 2015).

A qualidade do relacionamento de pais e mães com seus filhos também têm sido apontados como fatores resultantes de problemas externos e internos, como por exemplo, TDAH e ansiedade. Os sintomas de TDAH e da ansiedade acabam interferindo não somente na maneira em que os pais lidam com os filhos, mas também na forma como os filhos recebem tais atitudes e passam a lidar com seus pais e suas questões, fazendo com que a criança passe por um processo de modulação, através da observação dos modelos parentais obtidos no ambiente familiar (BELSKY, 1984; GOTTMAN, 1998).

Quando se trata de sintomatologia do TDAH afetando a relação conjugal de forma significativa, seja porque um dos cônjuges ou um dos filhos possui o transtorno, causando dificuldades no relacionamento, é necessário, muitas vezes, ajuda especializada. Os pais sozinhos teriam muitas dificuldades nessa área, principalmente quando já se passaram muitos anos numa situação caótica dentro de casa, associada ou não a outros problemas. Com a ajuda de um profissional da psicologia é possível esclarecer dúvidas e instrumentalizar os pais a lidarem com esse transtorno (MATTOS, 2020).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com foco no presente trabalho, podemos concluir que famílias com integrantes portadores de transtorno de déficit de atenção/hiperatividade (TDAH) podem apresentar dificuldades não somente no relacionamento conjugal, mas também com os integrantes da família em si.

Crianças com pais portadores do transtorno podem crescer em ambientes extremamente estressantes, e de pouco contato afetivo, fazendo com que possam se tornar adultos com dificuldade de se relacionar tanto no trabalho como na vida pessoal. Pessoas portadoras do Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade, precisam de acompanhamento médico e psicológico. São indivíduos com grande potencial assim como qualquer outro e estimulados e acompanhados de maneira correta, são capazes de ter uma vida produtiva e satisfatória, tendo um ótimo relacionamento conjugal e familiar.

O esclarecimento de questões importantes acerca dos mecanismos e processos que operam na relação entre conflitos maritais e adultos ou crianças com TDAH é necessário, uma vez que fornecerá embasamento teórico para intervenções psicoterápicas.

Estudos futuros seriam muito úteis para se determinar a direção da possível associação entre TDAH e conflitos conjugais, bem como o impacto de tratamentos psicoterápicos do TDAH sobre os conflitos conjugais, bem como a influência da terapia dos conflitos conjugais sobre o TDAH merece ser analisada através de pesquisas.

REFERÊNCIAS

BROMBERG, M. C. A influência do TDAH na vida afetiva de adultos portadores. **TDAH Curitiba**, 2015. Disponível em <<http://www.tdahcuritiba.com.br/2015/07/13/a-influencia-do-tdah-na-vida-afetiva-de-adultos-portadores/>>. Acesso em: 17 de Agosto de 2021.

CALIMAN, L. V. Notas sobre a história oficial do transtorno do déficit de atenção / hiperatividade TDAH. **Psicol. cienc. prof.**, Universidade Federal do Espírito Santo (Brasília), v. 30, n. 1, pág. 46-61, 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932010000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 29 de Março de 2021. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932010000100005>.

CASTRO, C. X. L.; LIMA, R. F. de. Consequências do Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) na Idade Adulta. **Rev. psicopedag.**, 2018. Disponível em <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicoped/v35n106/08>>. Acesso em: 29 de Março de 2021.

MATTOS, P. No mundo da lua: 100 perguntas e respostas sobre o transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH). V. 17, **Autêntica** (Belo Horizonte), 2020. Disponível em <<https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/187513/pdf/39>>. Acesso em: 01 de Setembro de 2021.

MISSAWA, D. D. A.; ROSSETTI, C. B. Psicólogos e TDAH: possíveis caminhos para diagnóstico e tratamento. **Constr. Psicopedagogia** (São Paulo), v. 22, n. 23, p. 81-90, 2014. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-69542014000100007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 17 de Fevereiro 2021.

GOTTMAN JM. Psychology and the study of marital processes. **Annual Review of Psychology** 49:169-197, 1998.

OS DESAFIOS E AS MUDANÇAS EDUCACIONAIS EM TEMPOS DE PANDEMIA

Leonardo Rafael Ocon, Lúcia Helena Ormelese de Barros, e-mail:
leorafaocon@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O ensino remoto fez com que professores e alunos se reinventassem e buscassem novas formas de ensino e aprendizagem por meio de tecnologias digitais e metodologias ativas para a manutenção do ensino no período de pandemia.

Isso porque nos últimos meses, a rotina da população mundial foi alterada drasticamente com o surgimento de um novo vírus, cuja origem é atribuída à província de Hubei, na cidade de Wuhan, na China, em dezembro de 2019. Após ser noticiado, a Organização Mundial da Saúde foi alertada sobre o fato, sendo que em janeiro de 2020 foi confirmado de que se tratava de um novo tipo de coronavírus humano que foi denominado em 11 de fevereiro de 2020 de SARS-CoV-2, responsável por causar a doença COVID-19.

O contexto educacional também sofreu drásticas alterações. Os professores precisaram adotar novas concepções pedagógicas, adaptando não só seus recursos, mas também suas práticas tradicionais, diante da orientação de distanciamento social e imposição do ensino remoto.

A partir destas considerações, o objetivo deste trabalho é destacar as adversidades enfrentadas pelos educadores e educandos em meio ao ensino remoto no período da pandemia da COVID-19, bem como discutir sobre as possibilidades metodológicas encontradas para o prosseguimento das aulas, com o uso de metodologias ativas, na busca pela permanência e êxito dos alunos.

Os desafios e as mudanças educacionais se fazem presentes no cotidiano das escolas. Desde o período colonial brasileiro, com a chegada dos jesuítas em torno de 1549, até os dias atuais, a educação passou por constantes transformações e reformas que foram de suma importância para a construção do processo educacional tal qual como se conhece atualmente. Dentre as principais reformas, destacam-se Reforma Benjamin Constant, a Escola Nova e as reformas no período de 1920 a 1929, destacando-se a de Lourenço Filho e a de Anísio Teixeira, e em 1942 a Reforma Capanema.

Fato é que até os dias de hoje a pandemia afeta de um modo especial a rotina das escolas, dos professores e dos estudantes, em todos os níveis de ensino e faixas etárias.

E, conseqüentemente, a praxe educacional que vigorava até então, também sofreu profundas alterações em decorrência do isolamento social imposto pela pandemia, que alterou a rotina presencial das escolas (SENHORAS, 2020, p. 131).

Foi preciso que os professores avançassem na busca por metodologias ativas que contribuíssem para o protagonismo do aluno, bem como que preparassem os alunos para o futuro, para um novo recomeço. Ainda, é necessário que as instituições repensem a formação docente para que seja dada a continuidade das discussões a respeito, capacitando professores para implementação desses recursos, de acordo com a realidade de cada sala de aula e de cada aluno, em um cenário pós-pandemia.

Este estudo pretende destacar a necessidade de se abordar sobre a realidade e os desafios enfrentados pelos educadores e educandos na pandemia com o ensino remoto.

2 MÉTODO

Para desenvolver a pesquisa que fundamentou esse trabalho, o método utilizado foi da pesquisa bibliográfica, com foco na sociolinguística, além de uma pesquisa qualitativa feita com materiais de pesquisa documental e de banco de dados eletrônicos com objetivo de analisar as questões envolvendo o assunto, qual seja, os desafios e as mudanças educacionais pós pandemia.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com sua origem na província de Hubei, cidade de Wuhan, na China, a Organização Mundial da Saúde (OMS) foi alertada, em 31 de dezembro de 2019, sobre o surgimento de vários casos de pneumonia na região, com relação a um novo tipo de coronavírus que até então não havia sido identificado em seres humanos. Até que no dia 07 de janeiro de 2020 foi confirmado o fato de que se tratava de um novo tipo de coronavírus humano (ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE, 2020).

Com uma rápida disseminação, em 30 de janeiro de 2020 a Organização Mundial de Saúde declarou que o surto do novo coronavírus constituía-se como uma emergência de saúde pública de importância internacional, sendo o mais alto nível de alerta emitido pela Organização (ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE, 2020).

Com o alerta emitido, se buscou aprimorar a coordenação, a cooperação e a solidariedade global para interrupção da propagação do vírus. Em 11 de março de 2020, a COVID-19 foi caracterizada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como uma

pandemia, cujo termo se refere à distribuição geográfica de uma doença e não à sua gravidade.

Os principais sintomas, até então vistos, podem variar de um simples resfriado até a uma pneumonia severa, tendo como sintomas mais comuns a tosse, febre, coriza, dor de garganta e dificuldade para respirar (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020). Alguns pacientes no Brasil têm apresentado a perda do olfato e do paladar, chamada de anosmia ou hiposmia, ao adquirirem a COVID-19, sendo um sintoma que era desconhecido pelos cientistas e médicos até aquele momento. (DEAN, 2020).

No Brasil, se contabilizou 12.577.354 casos e 314.268 óbitos por COVID-19, até março/2021, segundo dados do consórcio de veículos de imprensa (G1, 2021). Pesquisadores da Fundação Oswaldo Cruz afirmam que a pandemia de COVID-19 vem produzindo repercussões não apenas de ordem biomédica e epidemiológica em escala global, mas também traz grandes repercussões e impactos sociais, econômicos, políticos, culturais e históricos sem precedentes (FIOCRUZ, 2020).

As práticas escolares tradicionais adotadas em sala de aula estão cada vez mais ultrapassadas, ainda mais diante do mundo virtual em que se vive, em que crianças e adolescentes dominam a tecnologia. Porém, mais do que nunca, no ano passado os professores precisaram adotar novas concepções pedagógicas aliadas a recursos tecnológicos, pois o isolamento social impôs às escolas uma mudança brusca.

Como visto, a educação escolar – não só no Brasil, mas no mundo – está passando por muitas mudanças, em especial após 2020, em virtude do surgimento da pandemia da COVID-19. Isso porque em março de 2020, logo após ser detectada a doença no Brasil, o Ministério da Educação, por meio da Portaria nº 343, autorizou a substituição das aulas presenciais por aulas por meios digitais, enquanto durar a situação da pandemia no Brasil (OLIVEIRA; FERNANDES; ANDRADE, 2020, p. 4).

Dessa forma, diante da disseminação da COVID-19, houve impactos na educação, exigindo dos países a adoção de medidas de isolamento social que repercutiram nas unidades escolares, que em grande parte das cidades brasileiras foram fechadas, atingindo em torno de 1,7 bilhões de alunos em todo o mundo (UNESCO, 2020).

Para minimizar os impactos epidemiológicos causados pela doença, cada país passou a adotar uma forma de enfrentamento da doença, o que foi determinante para os reflexos gerados no âmbito educacional. Isso se deve ao fato de que havia locais com

medidas de isolamento social e fechamento total das escolas; bem como lugares com reaberturas parciais, fechamento localizado, reabertura parcial e reabertura total das unidades de ensino (SENHORAS, 2020, p. 130).

O contexto pandêmico gerou efeitos críticos na educação, inclusive impactos negativos, conforme pontua Eloi Martins Senhoras (2020, p. 132) “(...) impactos negativos manifestados pelo comprometimento do processo de ensino-aprendizagem e pelo aumento da evasão escolar, os quais demandaram ações estratégicas de curtíssimo prazo para a eventual continuidade dos estudos (...)”.

Diante de uma ruptura abrupta do processo de ensino-aprendizagem que houve no início da pandemia, na sequência houve a modificação nas estruturas de ensino, com a revolução digital: a mudança para o ensino à distância. Os tempos mudaram e houve a necessidade de mudar também a “estrutura” da sala de aula, diante da suspensão das aulas presenciais.

Dentre os maiores impactos sofridos pela comunidade escolar como um todo (professores, alunos e gestores), merecem destaque as dificuldades de acessibilidade de todos às tecnologias digitais de informação e comunicação (TDICs) para a não interrupção das aulas.

Com isso, era urgente adotar alguma medida para o ensino remoto emergencial, mas também foi preciso pensar que no Brasil as realidades são muito diferentes devido à proporção continental do país: há professores que estão sentindo impactos na saúde mental; há professores que optaram por não prosseguir com atividades remotas; há professores que desenvolveram aplicativos e meios para prosseguir com a comunicação com os alunos; assim como há professores que preferiram trabalhar *off-line* com as atividades impressas (OLIVEIRA; FERNANDES; ANDRADE, 2020, p. 5).

Mas, fato é que o ensino remoto veio de forma repentina para as unidades escolares e exigiu adequações diante dessa nova realidade que precisou ser imediatamente modificada.

Nota-se que o ensino remoto gerou um impulsionamento na utilização de novas tecnologias, mídias e ferramentas digitais, que conforme Garcia *et. al.* destacam (2020), “dada a variabilidade dos recursos e das estratégias, em como das práticas, a escolha deve ser definida a partir da familiaridade e da habilidade do professor em adotar tais recursos”.

Muitos professores não têm total acessibilidade às plataformas e meios digitais, desconhecendo boa parte das tecnologias digitais de informação e comunicação (TDICs), devido às limitações individuais ou estruturais, cujas brechas de conhecimento deverão ser sanadas em médio prazo após a pandemia (SENHORAS, 2020, p. 133).

Também, o ato de ministrar as aulas através de aulas gravadas, ou ministradas à distância, é um grande desafio para muitos professores, principalmente os mais velhos que têm dificuldade com uso de tecnologias (MOREIRA; *et. al.*, 2020, p. 6285).

Por outro lado, assim como há a dificuldade dos professores terem acesso aos meios digitais para manutenção da rotina escolar, é possível afirmar que no que diz respeito aos alunos, o ensino remoto não tem substituído a educação presencial, visto que não há condições sequer de se manter um ensino remoto de qualidade, principalmente para os alunos das classes trabalhadoras (ARAÚJO, 2020).

Isso porque estudantes privilegiados, com melhores condições econômicas, conseguem dar continuidade aos estudos por meio de plataformas eletrônicas mais estáveis, com conteúdos de melhor qualidade, sem tanto comprometimento aos estudos (SENHORAS, 2020, p. 134).

Por outro lado, famílias mais vulneráveis não têm acesso a condições igualitárias, o que compromete a rotina escolar dos alunos. Nesse sentido, em alguns locais, professores tem se mobilizado para uso de tecnologias mais acessíveis, como redes sociais (*whatsapp*), fazendo uso de tais meios de comunicação para potencializar os estudos e minimizar os impactos negativos gerados pela pandemia (MOREIRA; *et. al.*, 2020, p. 6287).

Diante disso, as metodologias ativas foram (e estão sendo) importantes aliadas desse processo de uso das tecnologias digitais no período de ensino remoto, na medida em que contribuem para que não ocorra a perda da qualidade da prática pedagógica.

Sobre as metodologias ativas, Valente (2014, p. 27 *apud* OLIVEIRA; FERNANDES; ANDRADE, 2020, p. 11), afirma que ““(...) constituem alternativas que colocam o foco do processo de ensino e de aprendizagem no aprendiz, envolvendo-o na aprendizagem por descoberta, investigação ou resolução de problemas”.

Ademais, é preciso que haja também uma revisão e adequação no modelo de ensino de educação diante do surgimento dos modelos híbridos de ensino (presencial e remoto), com mais investimento em pesquisas, testagens de recursos e técnicas inovadoras (GRANDISOLI, 2020).

Portanto, a nova realidade que será imposta no pós-pandemia vai exigir que a prática docente seja repensada para que as lacunas e mazelas da educação, cujas fragilidades foram expostas durante a pandemia, sejam revistas, assim tanto educador quanto educando estarão mais atentos às novas rotinas que deverão ser colocadas em prática para que a educação no Brasil possa tomar novos (e promissores) rumos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se com o presente trabalho que as mudanças geradas pela pandemia da COVID-19 geraram inúmeros desafios em diversos setores da sociedade, inclusive na educação escolar. Foi necessário que os professores se apropriassem de metodologias ativas e tecnologias digitais até então desconhecidas por muitos. E, com os alunos, não foi diferente, porque muitos não tiveram acesso às plataformas ou aos meios que foram disponibilizados para continuidade das aulas remotas, o que ocasionou elevados índices de evasão escolar.

Fato é que o processo educacional mantido por muitas instituições atualmente que optaram pela continuidade das aulas não é um ensino à distância, mas sim um ensino remoto, em razão da imposição emergencial e abrupta aos professores de repensarem e se reinventarem para continuar o processo de formação dos alunos, lutando pela permanência de cada estudante.

Diante disso, o ensino remoto fez com que tanto professores quanto alunos se reinventassem. Professores tiveram que buscar novas formas de ensino, por meio de tecnologias digitais e metodologias ativas, com a ajuda dos gestores escolares.

Portanto, é preciso que os professores avancem na busca por tais práticas, posto que as metodologias ativas contribuem para o protagonismo do aluno, e que as instituições repensem a formação docente para que seja dada continuidade das discussões a respeito, capacitando professores para implementação desses recursos, de acordo com a realidade de cada sala de aula e de cada aluno, em um cenário pós-pandemia.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Rodrigo Guedes de. **A Educação de Jovens e Adultos (EJA) e a (re) inserção dos sujeitos na escola e no mercado de trabalho.** *In:* Educação e universidade: cercanias da pesquisa. SCHUTZ, Jenerton Arlan, (org.). Cruz Alta: Ilustração, 2020.

DEAN, Sarah. **Muitas pessoas perderam o olfato com o novo coronavírus. Será que ele volta?** Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/2020/04/12/muitas-pessoas-perderam-o-olfato-semanas-atras-sera-que-ele-volta>. Acesso em: 23 mai 2021.

FIOCRUZ. **Impactos sociais, econômicos, culturais e políticos da pandemia.** Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/impactos-sociais-economicos-culturais-e-politicos-da-pandemia>. Acesso em: 24 mai 2021.

G1. **Brasil registra quase 2 mil mortes por Covid em 24 horas; média móvel passa de 2.600 por dia.** Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2021/03/29/brasil-registra-quase-2-mil-mortes-por-covid-em-24-horas-media-movel-passa-de-2600-por-dia.ghtml>. Acesso em: 31 ago 2020.

GARCIA, Tania Cristina Meira; et al. **Ensino remoto emergencial: orientações básicas para elaboração do plano de aula.** Natal: SEDIS/UFRN, 2020.

GRANDISOLI, Edson. **Educação e pandemia: desafios e perspectivas.** Agosto/2020. Disponível em: <https://jornal.usp.br/artigos/educacao-e-pandemia-desafios-e-perspectivas/>. Acesso em: 31 mar 2021.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Sobre a doença.** Disponível em: <https://coronavirus.saude.gov.br/index.php/sobre-a-doenca>. Acesso em: 23 mai 2020.

MOREIRA, Maria Eduarda Souza; et al. **Metodologias e tecnologias para educação em tempos de pandemia COVID-19.** 2020. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BJHR/article/view/11584>. Acesso em: 05 mai 2021.

OLIVEIRA, Jussara de Fátima Alves Campos; FERNANDES, Juliana Cristina da Costa; ANDRADE, Elisângela Ladeira de Moura. **Educação no contexto da pandemia da COVID-19: adversidades e possibilidades.** 2020. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/rir/article/view/65332/35640>. Acesso em: 04 mai 2021.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE. **Folha informativa – COVID-19** (doença causada pelo novo coronavírus). Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875#. Acesso em: 23 mai 2020.

SENHORAS, Eloi Martins. **Coronavírus e educação: análise dos impactos assimétricos.** 2020. Disponível em: <https://revista.ufrn.br/boca/article/download/Covid-19Educao/2945>. Acesso em: 01 set 2021.

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. **COVID-19 Educational Disruption and Response.** 2020. Disponível em: <https://en.unesco.org/covid19/educationresponse>. Acesso em 04 mai 2021.

OS FILHOS DA VIOLÊNCIA: CARTILHA EDUCATIVA PARA PAIS E RESPOSÁVEIS

Julia Trindade Feltrin, Bianca Callegari, e-mail: jfeltrin4@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Violência, termo do substantivo feminino que significa utilizar da força física ou do poder de maneira intencional e excessiva a fim de ameaçar ou cometer um ato, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo, que resulte ou possa resultar em acidente, morte, trauma psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação. Quando se trata de direitos humanos, a violência engloba todos os atos que os afligem, sendo eles civis, sociais, econômicos, culturais ou políticos (OMS, 2002). A partir deste conceito é possível distinguir alguns tipos de violências, dentre as quais serão abordadas neste trabalho, a violência intrafamiliar, psicológica e conjugal.

Os três tipos de violência abordados se referem a violência contra a mulher e/ou sua família, os quais ganham destaque na literatura científica dado os altos índices de incidência. Entre 2017 e 2018 o índice de homicídios contra mulheres diminuiu 9,3%, ainda assim, em 2018, foram 4.519 mulheres assassinadas, isso significa que a cada duas horas, uma mulher foi assassinada no Brasil. Quando comparado o índice que difere a violência contra homens e mulheres nota-se uma diferença de 2,7% a mais em mulheres que sofrem violência doméstica. Apesar do ano de 2018 ter apresentado uma tendência de redução da violência letal contra as mulheres na comparação com os anos mais recentes, ao observar um período prolongado no tempo é possível verificar um aumento nas taxas de homicídios de mulheres no Brasil: entre 2008 e 2018, o país teve um aumento de 4,2% nos assassinatos de mulheres (IPEA, 2020).

É importante lembrar que o contexto da violência conjugal perpassa a relação entre o casal e atinge quem está a sua volta, principalmente os filhos. Com isso, é possível afirmar que, além das mulheres, as crianças e adolescentes também acabam sofrendo grande impacto psicológico diante das agressões vivenciadas. Essa situação pode repercutir de forma significativa na saúde, principalmente das crianças, podendo acarretar diversos transtornos, tais como: ansiedade, depressão, pânico, obsessão e compulsão. As vivências infantis de maus tratos, rejeição, abuso, abandono e falta de apoio assistencial trazem consequências das mais variadas formas e magnitudes, atingindo desde a infância até a

vida adulta da vítima, como o medo de ser apontada como culpada e de não ser compreendida, além de viver com receio de reproduzir o mesmo modelo familiar que foi vivenciado por ele (SANTOS; MORÉ, 2012). Nesse sentido, a criança como o elemento mais frágil em uma família, torna-se mais visível e preocupante nos casos da violência intrafamiliar, uma vez que são afetadas por aquilo que testemunham (SOUSA et al., 2013).

Jean Piaget realizou um longo e detalhado trabalho sobre o desenvolvimento infantil e, em seus estudos, considerou que os seres humanos são mutáveis, ou seja, podem mudar de acordo com o meio que estão inseridos. Em outras palavras, “a habilidade de adaptar-se a novas situações através da autorregulação é o elo comum entre todos os seres vivos e a base da teoria biológica do conhecimento de Piaget” (PULASKI, 1980, p. 22). Assim, quando é gerado um contato com novos estímulos, tratando-se de um ato externo ou de um pensamento interno, ocorre um desequilíbrio e a necessidade de uma adaptação que reequilibre o indivíduo, unindo, assim, um novo conhecimento e gerando uma readaptação do aprendizado. O desenvolvimento da aprendizagem, portanto, está relacionado com o meio em que o indivíduo está inserido e possui uma ligação entre a adaptação, acomodação e assimilação das informações que o meio passa para o indivíduo (PIAGET, 2013).

Para além dos conceitos teóricos, no que diz respeito à legislação, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), sancionado em 1990, é o principal instrumento normativo sobre os direitos da criança e do adolescente no Brasil. Nele contém diversas leis e artigos que garantem proteção e auxílio para as crianças, como a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 que garante:

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade (BRASIL, 2019).

A criança deve por lei ter boas condições de vida para que seu desempenho físico, mental, moral, espiritual e social se desenvolva da melhor maneira possível. Garantir isso para as crianças e adolescentes é um dever de todos e é citado no artigo 4º.

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 2019).

Em um cenário de violência doméstica os filhos vivenciam as situações de agressão e muitas vezes as reproduzem. Os fatores pelos quais os “filhos da violência” se mantêm em uma relação ou agem de maneira agressiva abrangem vários indicadores, dentre os biológicos, genéticos, sociais e culturais. Entende-se assim que os aspectos relacionados à transgeracionalidade pode gerar, de forma inconsciente, atos e comportamentos aprendidos anteriormente (REIS; PRATA; PARRA, 2018; RAZERA; CENCI; FALCKE, 2014). Considerando um desenvolvimento saudável, compreende-se a necessidade de uma harmonia familiar e conjugal, sendo a família provedora de um sustento emocional capaz de garantir suporte social e exercer uma influência direta no desenvolvimento dos filhos, minimizando o aparecimento de déficits e transtornos psicoafetivos (PRATTA; SANTOS, 2007; RAZERA; CENCI; FALCKE, 2014).

Para tanto, o objetivo do presente trabalho pauta-se em construir uma cartilha educativa para orientações sobre os tipos de violência e os riscos que podem causar no desenvolvimento das crianças e adolescentes. A cartilha será destinada às famílias em situação de vulnerabilidade, com o intuito de divulgar e orientar pais e/ou responsáveis sobre o assunto.

2 MÉTODO

Trata-se de um estudo descritivo, de abordagem quanti-qualitativa, com o objetivo de desenvolver e realizar a busca por evidências de conteúdo de uma cartilha educativa para pais e responsáveis sobre os tipos de violência.

Como proposto por Alexandre e Colucci (2011), o processo de busca por evidências de validade de conteúdo consiste no desenvolvimento e avaliação do conteúdo de instrumentos e ferramentas de pesquisa com o objetivo de verificar se este apresenta conteúdo confiável, preciso e que possa ser empregado por outros pesquisadores. Para tanto, a presente pesquisa foi dividida em duas etapas:

ETAPA 1: CONSTRUÇÃO DA CARTILHA EDUCATIVA

Após anuência Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), iniciou-se a primeira etapa, a qual consiste no processo de construção da cartilha educativa. De acordo com Reberte (2008), a cartilha é um material educativo que tem a finalidade de comunicar informações que auxiliem pacientes, familiares, cuidadores e comunidades a tomar decisões mais assertivas sobre sua saúde. Alguns princípios devem ser considerados na elaboração de

cartilhas, tais como: linguagem clara e objetiva, visual leve e atraente, adequação ao público-alvo e fidedignidade das informações.

Com base nas recomendações, inicialmente foi realizado um amplo estudo da literatura sobre os conceitos, conteúdos e orientações pertinentes ao impacto da violência no desenvolvimento de crianças e adolescentes. Assim, a cartilha foi elaborada com base em tópicos científicos, classificados em: definição dos tipos de violência, fatores de risco e proteção, impactos da violência no desenvolvimento e saúde de crianças e adolescentes, legislação e rede de atendimento. Em seguida, o instrumento foi submetido à análise das evidências de validade de conteúdo, como proposto por Alexandre e Colucci (2011).

ETAPA 2: BUSCA POR EVIDÊNCIAS DE VALIDADE DE CONTEÚDO

Participantes: Foram participantes deste primeiro momento da pesquisa um comitê de juízes, composto por 3 juízes especialistas, os quais realizaram a revisão e adequação dos itens, analisando a pertinência e coerência destes. Como critério de inclusão os juízes deveriam ter experiência na área de desenvolvimento infantil e atendimento a pessoas vítimas de violência, bem como aceitar participar da pesquisa por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Instrumento: Cartilha elaborada com base no referencial teórico estudado.

Procedimentos para Coleta de Dados: Após a construção dos itens o instrumento foi revisado, de forma independente e simultânea, por um comitê de juízes especialistas na área os quais avaliaram a coerência dos itens a partir de uma análise semântica, idiomática e conceitual (BORSA; DAMÁSIO; BANDEIRA, 2012). A coleta de dados foi realizada de forma *online* por meio de uma plataforma que permite a avaliação dos itens em uma escala *Likert* em níveis de grandeza. O comitê de juízes especialistas recebeu o modelo da cartilha junto com uma ficha de avaliação por e-mail e foi orientado a, dentro do prazo de 3 semanas, devolver os arquivos preenchidos às pesquisadoras.

Análise de Dados: O processo de análise foi realizado a partir da busca de evidências de validade com base no conteúdo, a qual se refere à adequação do conteúdo de um instrumento em termos do número e amplitude das questões individuais que ele contém e do conteúdo propriamente dito, cuidando para que este seja claro e explicativo (BEATON et al., 2000). Assim, a análise de dados foi realizada por meio de dois métodos de investigação: a porcentagem de concordância, a qual busca calcular a porcentagem de concordância interobservadores, e o Índice de Validade de Conteúdo (IVC), o qual mede

proporção ou porcentagem de juízes que estão em concordância sobre determinados aspectos do instrumento e de seus itens por meio de uma escala do tipo *Likert* de quatro pontos e que objetiva avaliar a relevância/representatividade de cada item (ALEXANDRE; COLUCI, 2011).

3 RESULTADOS PARCIAIS

A cartilha é um material educativo que tem a finalidade de comunicar informações que auxiliem pacientes, familiares, cuidadores e comunidades a tomar decisões mais assertivas sobre sua saúde (REBERTE, 2008). A partir disso, para se iniciar esse feito, foi necessário levantar diversos artigos sobre o tema e realizar uma leitura sobre eles, a fim de analisar quais seriam os pontos mais importantes a serem tratados na cartilha.

Com os pontos já definidos em: “você sabia?”, “tipos de violência”, “impactos da violência no desenvolvimento da saúde”, “fatores de risco”, “fatores de proteção”; “conclusão” e “redes de apoio no município”; foi possível redigir o texto de acordo com cada tópico, dando uma maior prioridade aos pontos sobre os impactos e fatores de risco e proteção, visto que são os mais necessários a serem transmitidos na cartilha.

O texto foi redigido e editado até que se encontrasse a melhor maneira de encaixá-lo dentro do estilo de apresentação, que seria um folder. O design da cartilha foi inspirado em modelos da internet, porém foram acrescentadas ideias próprias para que se adequasse ao tema proposto, os filhos da violência.

Todo o design foi planejado e estruturado de acordo com o texto da forma mais adequada possível, podendo unir texto e imagens de formas diferentes no arquivo; foi desenvolvido no aplicativo “Photoshop”, todo o processo de criação levou em média de 3 a 4 dias.

Após a realização do folder e a aprovação do mesmo pelo comitê, ele foi encaminhado ao comitê de juízes, juntamente com o Termo Livre de Consentimento e Esclarecido e tabelas para avaliação.

Duas juízas responderam a pesquisa até o momento e se obteve o mesmo resultado em ambas. Segundo a análise de suas respostas, não é necessário que se façam alterações no texto informativo da cartilha, ou seja, elas consideraram o conteúdo pertinente e elogiaram o design do instrumento, apenas foi relatado sobre a possibilidade de colocar as referências bibliográficas, ponto este, que será avaliado após a resposta da terceira juíza.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho vem demonstrando, através da pesquisa, como esse tema é importante e deve ser retratado cada vez mais. A partir da análise das respostas das juízas foi possível observar como o trabalho está coeso e correspondendo aos objetivos até a primeira etapa da avaliação, portanto, se faz acreditar que a cartilha formulada atenderá e deixará satisfeita o público-alvo para que foi criada.

Há de se considerar que o presente trabalho apresenta resultados parciais da pesquisa. Em um segundo momento, já autorizado pelo Comitê de Ética e pesquisa, será realizado um estudo com o público-alvo, ou seja, mães inseridas e assistidas por um centro de referência e atenção a mulher, localizado em uma cidade no interior do estado de São Paulo.

Como preconiza Alexandre e Coluci (2011), o estudo com o público-alvo tem o objetivo de identificar possíveis lacunas relativas ao instrumento como dificuldades de compreensão ou erros de linguagem, possíveis dificuldades de preenchimento e entendimento das questões. Além do preenchimento do instrumento, cada participante deverá ser entrevistado para relatar sua compreensão sobre cada item e cada resposta.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, N. M. C.; COLUCI, M. Z. O. Validade de conteúdo nos processos de construção e adaptação de instrumentos de medidas. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, n. 7, p. 3061-3068, 2011. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-81232011000800006>> Acesso em: 03/05/21.

BEATON, D. et al. Guidelines for the Process of Cross-Cultural Adaptation of Self-Report Measures. **Spine**. v. 25, n.24, p. 3186-3191, 2000. Disponível em: <https://lab.research.sickkids.ca/pscoreprogram/wp-content/uploads/sites/72/2017/12/Beaton2000-GuidelinesCrossCulturalAdaptation.pdf> Acesso em: 03/05/21.

BORSA, J. C.; DAMÁSIO, B. F.; BANDEIRA, D. R. Adaptação e Validação de Instrumentos Psicológicos entre Culturas: Algumas Considerações. **Paidéia**, v. 22, n. 53, p. 423-32, 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-863X2012000300014>> Acesso em: 03/05/21.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**, Lei nº 8.090 de 13 de julho de 1990. Brasília, 2019.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Atlas da Violência 2020: Principais Resultados**. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/5929-atlasviolencia2020relatoriofinalcorrigido.pdf>. Acesso em: 13 de abril de 2021.

OMS - ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Genebra: Organização Mundial da Saúde, 2002.

PIAGET, J. **A psicologia da inteligência**. Tradução: Guilherme João de Freitas Teixeira. Edição Digital. Petrópolis: Vozes, 2013.

PRATTA, E. M. M.; SANTOS, M. A. Família e adolescência: a influência do contexto familiar no desenvolvimento psicológico de seus membros. **Psicol. estud.** (Maringá) v. 12, n. 2, p. 247-256, 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722007000200005&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 12 de abril de 2021.

PULASKI, M. A. S. **Compreendendo Piaget**. Rio de Janeiro: LTC, 1980.

RAZERA, J.; CENCI, C. M. B.; FALCKE, D. Violência doméstica e transgeracionalidade: um estudo de caso. **Revista de Psicologia da IMED**, v. 6, n. 1, p. 47-51, 2014. Disponível em: <https://bityli.com/wev4P>. Acesso em 22 de abril de 2021.

REBERTE, L. M. Celebrando a vida: construção de uma cartilha para a promoção da saúde da gestante. 2008. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – **Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo**, São Paulo, 2008.

REIS, D. M.; PRATA, L. C. G.; PARRA, C. R. O impacto da violência intrafamiliar no desenvolvimento psíquico infantil. **Psicologia: O portal dos psicólogos**, 2018. Disponível em: <https://www.psicologia.pt/artigos/textos/A1253.pdf>. Acesso em 12 de abril de 2021.

SANTOS, A. C. W.; MORE, C. L. O. O. Impacto da violência no sistema familiar de mulheres vítimas de agressão. **Psicologia: Ciência e profissão**, Universidade Federal de Santa Catarina (Santa Catarina) v. 31, n. 2, p. 220-235, 2011. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2820/282021811003.pdf>. Acesso em 12 de abril de 2021.

SOUSA, T. S. et al. **Os filhos do silêncio: crianças e jovens expostos à violência conjugal: um estudo de caso**. 139 f. 2013. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2013.

PANDEMIA, ADAPTAÇÕES TRABALHISTAS COM FOCO EM HOME OFFICE E SAÚDE MENTAL

Bárbara Hanshkov, Milena Luiza Martins, Maria Madalena Lazari Kawashima, e-mail: bahanshkov@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Compreendendo que no início surto de coronavírus houve uma grande preocupação diante a disseminação do vírus pelo mundo, segundo a Organização Mundial da Saúde (2020 apud Freitas; Napimoga; Donalisio, 2020), em 18 de março de 2020, os casos mundiais de covid-19 confirmados já passavam da marca de 214 mil, mostrando grande alastramento do vírus. De acordo com Zwielewskil et al. (2020) a principal medida de contenção adotada foi a quarentena que gerou o isolamento e confinamento da população. Essa rápida contaminação do coronavírus provoca por todo o mundo, impactos econômicos, sociais e políticos que atingiram a população em geral (NASCIUTTI, 2020).

Com a pandemia, a sociedade passou por diversas mudanças, desse modo a relação das pessoas com o trabalho foi alterada também, trazendo novos significados para relações e exigências no intuito de adaptar o mundo corporativo ao atual contexto (DA SILVA, 2021). O governo brasileiro adotou em 22 de março medidas trabalhistas alternativas para o enfrentamento do estado de calamidade pública. Tais medidas incluíam antecipação de férias (férias individuais e coletivas), utilização de desconto em banco de horas, interrupção de obrigações administrativas no âmbito da saúde e segurança do trabalho, suspensão do recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), bem como orientação aos funcionários utilizarem do teletrabalho (home office) para trabalho e qualificação (CASTRO et al., 2020).

Para Nasciutti (2020) as adaptações e mudanças para mediar a vida individual do trabalhador com a coletiva, ocorreu por meio de processos não habituais no vínculo empregatício, acarretando ansiedade e insegurança, exigindo do colaborador uma sobrecarga de trabalho quando passou a envolver a modalidade do teletrabalho em home office, já que grande parte das vezes ultrapassa alguns limites em relação ao tempo da jornada de trabalho e também ocasionam a falta de trabalho em equipe e a solidão.

De acordo com Castro et al. (2020), nos trabalhadores que atuam no regime de home office, cria-se uma ansiedade para manter a produtividade dentro da carga horária de

trabalho e dos padrões praticados no regime presencial. Compara-se as expectativas de entrega de trabalho dentro da nova modalidade, visto que as condições de trabalho não serão as mesmas, portanto, os resultados também não serão.

Diante os apontamentos apresentados, o presente estudo surgiu do interesse despertado pela área de gestão de pessoas diante contexto da pandemia mundial derivada do coronavírus, buscando averiguar o impacto das adaptações trabalhistas, considerando a adoção da modalidade de home office frente a uma situação atípica, como também considerar a saúde mental do trabalhador neste cenário. Através deste trabalho, pretende-se identificar na literatura quais foram as adaptações e modificações no mundo do trabalho, assim como os impactos na saúde mental dos trabalhadores. Desta forma, a pesquisa busca colaborar para a análise das adaptações do mundo do trabalho, de forma a contribuir para a reflexão de adoção de tais adaptações em cenário futuro.

2 MÉTODO

O estudo consiste numa revisão bibliográfica, cuja escolha foi de material científico colhidos através de publicações boletins de notícias científicas online, artigos científicos publicados em revistas online, trabalhos de conclusão de curso e periódicos por via de bancos de dados eletrônicos, como: Google Acadêmico, Scielo, Pepsic e BVS, como também, a elaboração da pesquisa utilizou dados baseados em informações da Organização Mundial da Saúde (OMS), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Legislação Brasileira – para atualizações sobre os dados referentes ao coronavírus.

De acordo com Gil (2008), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida através de um material já elaborado, composto de artigos e livros já documentados sobre tema, visto que muitos dos estudos exploratórios são desenvolvidos a partir da pesquisa bibliográfica, bem como as pesquisas através da análise técnica dos estudos. Para o autor Gil (2008), a principal vantagem que este tipo de pesquisa oferece é permitir ao pesquisador um amplo leque de fenômenos, além daqueles que poderiam ser pesquisados diretamente, sendo uma pesquisa de grande relevância para os estudos históricos que permite a garantia de qualidade através da coleta de dados e análise das informações obtidas.

Para a construção da pesquisa foram utilizados materiais publicados entre 2018 e 2021, tratando de publicações recentes, visto que o tema da pesquisa se faz muito atual

para o momento. Foram utilizadas as seguintes palavras-chaves: Trabalho, Covid-19, Adaptação, Teletrabalho/Home Office e Saúde Mental.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com Ornell et al. (2020 apud Lima, 2020), a pandemia auxilia para o aumento dos níveis de ansiedade e estresse em indivíduos saudáveis e intensifica sintomas daqueles com transtornos preexistentes. Além disso, a pandemia trouxe implicações para outros cenários: organização familiar, suspensão de aulas escolares, empresas e comércios, mudanças nas rotinas de trabalho e isolamento, de modo a repercutir em sentimentos de desamparo, abandono e insegurança.

No âmbito do trabalho, a pandemia acarretou mudanças que implicaram no enfraquecimento dos vínculos trabalhistas e sociais que interferem significativamente na saúde mental das pessoas, propagando o “medo, culpa e frustração” diante a possibilidade de perda emprego ou devido à sobrecarga de trabalho, abrindo espaço para estressores que interferem na qualidade de vida no trabalho (OLIVEIRA; RIBEIRO, 2021).

Compreende que a sobrecarga promove a insatisfação profissional, que leva a exaustão mental e física que compromete o desempenho do colaborador e a qualidade de vida, gerando rotatividade e absenteísmo do trabalho (MACHADO, 2021).

A sobrecarga de trabalho envolve um conjunto de fatores que acabam afetando o biopsicossocial do indivíduo, fazem parte dos fatores o contexto vivenciado, as condições laborais e a quantidade de tarefas atribuídas para realizar sua função, quando mal geridas causam desordem em relação tempo de realização das atividades que compromete a execução e causando perturbações para o indivíduo, que desencadeiam o estresse (SANTOS et al., 2020).

O estresse no trabalho está ligado muitas vezes a jornada que o colaborador exerce na organização, ao grau de periculosidade e responsabilidade que o colaborador no trabalho, a pressão que recebe sobre o ritmo de trabalho, na execução de trabalho em grupo, no quanto as atividades são repetitivas e monótonas, associado também ao nível de fadiga física, sofrimento, qualidade de sono que a sobrecarga de trabalho impacta nos colaboradores gerando o adoecimento mental e físico (CORRÊA, 2003 apud MACHADO, 2021).

Visto que as medidas adotadas pelas empresas eram de ajustes temporários como férias coletivas, banco de horas, redução de jornada de trabalho, suspensão de contratos de trabalho e teletrabalho e/ou home office (BAILÃO, 2021).

Desse modo o home office aparece como uma possibilidade, segundo Cavalcanti e Lameiras (2020), o trabalho remoto permitiu manter uma grande parcela de pessoas trabalhando e ocupadas, visto na pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre dados da Covid-19, que durante o mês de maio de 2020 o percentual variou de 13,1% a 13,4% de pessoas estavam trabalhando por meio do teletrabalho sem precisar se afastar do trabalho.

Para a implementação do home office é fundamental o estabelecimento de regras, objetivos e metas, formalizando um padrão que auxilie a organização e o empregado caminharem juntos, para isso pode ser fornecido treinamentos e tecnologias, colaborando para os funcionários estarem motivados, produtivos, autônomos e com qualidade de vida (GATTI et al., 2018).

De acordo com Oliveira e Ribeiro (2021) é importante que as organizações estimulem nos colaboradores a capacidade de ser criativo em meio as condições trabalhistas da pandemia, sendo fundamental para enfrentamento e adaptação à nova realidade, assim como a proatividade que colabora para vislumbrar as possibilidades futuras pertinentes a serem exploradas, para o desempenho do trabalhador ser aprimorado.

Os trabalhadores precisam desenvolver estratégias individuais para organizar suas tarefas em família de como a conciliar horários de trabalho e para família, negociação em relação ao volume de trabalho com os gestores, estabelecimentos de descansos e lazer na rotina, gerenciamento do tempo e rotina de trabalho (MISHIMA-SANTOS; STICCA; ZERBINI, 2020).

De acordo com Gondim e Borges (2020), durante a pandemia e a condição de afastamento social, os trabalhadores se viram diante uma situação inusitada de adoção rápida do home office. Os trabalhadores precisaram mudar para essa nova modalidade sem terem recebido um treinamento, desenvolvimento e educação (TD&E), conciliando o trabalho com atividades doméstica e cuidados com os filhos (MISHIMA-SANTOS; STICCA; ZERBINI, 2020).

A gestão de pessoas dentro das organizações diante esse contexto de pandemia e home office passa por alguns desafios, em que precisam exercer o controle da frequência

e estabelecer metas que se encontrem alinhadas a motivação dos colaboradores, de modo que não interfiram na saúde física e mental, distribuindo as tarefas na medida adequada, promovendo a produtividade e bem-estar de todos os envolvidos (LOSEKANN; MOURÃO, 2020).

Os autores Losekann e Mourão (2020) afirmam que o gerenciamento do tempo e do esforço das atividades do trabalho se mostra desafiador na relação empresa e colaborador: baseado no cumprimento de metas, o colaborador tranquiliza seus superiores a respeito das suas execuções estando disponível de modo online, cumprimento os prazos e metas a fim de evitar a imagem de ócio, apesar do ambiente estar concorrendo com o convívio familiar e as demandas que ele traz.

No cenário mundial de incertezas, o grande desafio da gestão de pessoas, conforme Losekann e Mourão (2020), é a percepção do estado da saúde mental dos colaboradores em regime de home office. Segundo os autores, práticas efetivas de comunicação e integração entre os membros da equipe são fundamentais para a gestão.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A modalidade home office foi apontada no momento da pandemia de Covid-19 como uma solução para manter organizações abertas, trabalhadores empregados e com as suas atividades produtivas funcionando sem interrupção, porém pode ser compreendido que modalidade não contempla todas as profissões.

Ao decorrer do estudo, foi possível observar que as adaptações da modalidade de trabalho durante o cenário de pandemia afetaram as rotinas dos trabalhadores, como também trouxe consequências para sua saúde mental. Assim a gestão de pessoas dentro das organizações diante esse contexto de pandemia e teletrabalho passa por alguns desafios, em que precisam exercer o controle da frequência e estabelecimento de metas alinhadas a motivação dos colaboradores, de modo que não interfiram na saúde física e mental, distribuindo as tarefas na medida adequada, promovendo a produtividade e bem-estar de todos os envolvidos (LOSEKANN; MOURÃO, 2020).

Através deste trabalho, foi possível observar as lacunas dos estudos sobre o cenário de pandemia e a relação entre saúde mental e trabalho, que são explicadas pela atualidade do tema, principalmente de produção nacional. Contudo, percebeu-se que há mais estudos

sobre o tema de home office e sua relação com a saúde mental, de modo que contribuiu para construção do trabalho.

Em conclusão, percebe-se que os aprofundamentos nos estudos são necessários para verificar o impacto das adaptações no mundo do trabalho frente a pandemia do coronavírus e as consequências na saúde mental dos trabalhadores.

REFERÊNCIAS

BAILÃO, L.C.P. **O impacto da pandemia nos contratos de trabalho**: efeitos sobre os empregados e empregadores. 2021. 24 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Direito) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás - PUC, Goiás, 2021. Disponível em: <<https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/handle/123456789/2159>>. Acesso em: 06 jul. 2021.

CASTRO, B. L. G. de et al. COVID-19 e organizações: estratégias de enfrentamento para redução de impactos. **Rev. Psicol., Organ. e Trab.**, UFSM, UFSC, (Brasília), v. 20, n. 3, p. 1059-1063, 2020. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.17652/rpot/2020.3.20821>>. Acesso em: 15 fev. 2021.

CAVALCANTI, M. A.; LAMEIRAS, M. A. P. Mercado de trabalho: PNAD-Covid: divulgação de 16/06/2020: principais destaques. **Carta de Conjuntura**, [S.l.], n. 47, 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/wp-content/uploads/2020/06/CC47_PNAD-Covid_16-06.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2021.

DA SILVA, G. E. Da tentativa de proteção à saúde física à vulnerabilidade em saúde mental. **Revista Espaço Acadêmico**, UEM (Maringá), v. 20, p. 28-38, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/57083>>. Acesso em: 14 jul. 2021.

FREITAS, A. R. R.; NAPIMOGA, M.; DONALISIO, M. R. Análise da gravidade da pandemia de Covid-19. **Epidemiol. Serv. Saúde**, SLMANDIC, UNICAMP (Campinas), v.29, n. 2, 2020. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5123/s1679-49742020000200008>>. Acesso em: 19 fev. 2021.

GATTI, D. P. et al. Home Office: vantagens, desvantagens e desafios para empresas e funcionários. **Revista de Administração do UNIFATEA**, UNIS, UNICAMP (Minas Gerais), v. 16, n. 16, p. 7-273, 2018. Disponível em: <<http://publicacoes.unifatea.edu.br/index.php/RAF/article/view/877/877>>. Acessado em: 12 jul. 2021.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: <<https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf>>. Acesso em: 25 fev. 2021.

GONDIM, S.; BORGES, L.O. Significados e sentidos do trabalho do home-office: desafios para a regulação emocional. **SBPOT**, Porto Alegre, RS, v.1, n.5, p.39-48, 2020. Disponível em: < <https://www.sbpot.org.br/site2021/wp-content/uploads/2021/06/volume-1-orientacoes-para-o-home-office-durante-a-pandemia-da-covid-19.pdf>>. Acesso em: 16 fev. 2021.

LIMA, R. C. Distanciamento e isolamento sociais pela Covid-19 no Brasil: impactos na saúde mental. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, UERJ (Rio de Janeiro), v.30, n.2, p.1-10, 2020. Disponível em:< <https://doi.org/10.1590/S0103-73312020300214>>. Acesso em: 06 jul.

LOSEKANN, R. G. C. B.; MOURÃO, H. C. Desafios do teletrabalho na pandemia covid-19: quando o home vira office. **Caderno de Administração**, (Maringá), v.28, p.71-75, 2020. Disponível em:< <https://doi.org/10.4025/cadadm.v28i0.53637>>. Acesso em: 14 jul. 2021.

MACHADO, M. C. **O peso de estar em casa: uma análise acerca da percepção das profissionais docentes em relação a sobrecarga de trabalho no home office**. 2021.107 f. Dissertação (Mestrado em administração) Universidade Federal do Pampa–UNIPAMPA, Santana do Livramento, 2021. Disponível em: <<http://dspace.unipampa.edu.br:8080/jspui/handle/rii/5933>>. Acesso em: 24 set. 2021.

MISHIMA-SANTOS, V.; STICCA, M. G.; ZERBINI, T. **Teletrabalho e a Pandemia da Covid-2019: Um Guia para Organizações e Profissionais**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2020. Disponível em <https://www.ffclrp.usp.br/imagens_noticias/15_04_2020__18_23_45__108.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2021.

NASCIUTTI, J. R. PANDEMIA E PERSPECTIVAS NO MUNDO DO TRABALHO. **Caderno De Administração**, UFRJ, (Rio de Janeiro), v. 28, p. 82-88, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.4025/cadadm.v28i0.53609>>. Acesso em: 15 fev. 2021.

OLIVEIRA, G. L.; RIBEIRO, A. P. Relações de trabalho e a saúde do trabalhador durante e após a pandemia de COVID-19. **Caderno de Saúde Pública**, Universidade Federal de Minas Gerais, (Belo Horizonte), v.37, n.3, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102-311X00018321>>. Acesso em: 28 ago. 2021.

SANTOS, C. S. C. S. et al. Avaliação da sobrecarga de trabalho na equipe de enfermagem e o impacto na qualidade da assistência. **Research, Society and Development**, FURG, [S.l.], v. 9, n. 5, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.33448/rsd-v9i5.3201>>. Acesso em: 24 set. 2021.

ZWIELEWSKI, G. et al. Protocolos para tratamento psicológico em pandemias: as demandas em saúde mental produzidas pela COVID-19. **Revista debates in psychiatry**, UFSC, (Rio de Janeiro), v.10, n.2, p. 30-37, 2020. Disponível em: <<https://revistardp.org.br/revista/article/view/36/24>>. Acesso em: 19 fev. 2021.

RELAÇÕES DE PODER ENVOLTOS SOBRE O SEXISMO E A CONSTRUÇÃO DA CARREIRA PROFISSIONAL DE MULHERES

Natalia Raminelli dos Santos, Adriana Campos Meiado
e-mail: natiramisantos@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A complexidade da divisão sexual do trabalho é firmada como conceito apto a confrontar incessantes estudos sociológicos frente às diferenças de experiências de trabalho vivenciadas por homens e mulheres. Verifica-se a contínua preferência por homens na promoção hierárquica, independente se a mulher for mais qualificada para o cargo. Neste contexto, descreve-se não somente a divisão sexual do trabalho, mas também a divisão do poder: homens chefiam mulheres, sendo raras as exceções onde mulheres chefiam homens (MAIA, 2016).

Portanto, observa-se que o conceito de cidadania, baseados na convencional divisão do trabalho, continua sendo uma prática masculina, na qual os homens são isentados para a atuação pública e o trabalho fora do lar, por este ser exercido, em sua grande maioria, pelas mulheres (DAL RI; BRABO, 2015).

Ainda são elas as responsáveis pelas atividades de manutenção e reprodução do cotidiano. Este modelo burguês de família, ainda não foi superado e esta visão está presente inclusive nas políticas educacionais.

Parte-se do pressuposto da existência de uma relação negativa entre altos rendimentos profissionais femininos colocando as mulheres em desvantagem sobre o gênero masculino.

Vale ressaltar que a educação e a formação humana, enquanto práticas fundamentadas pelas relações sociais, não progridem naturalmente, mas através de um conjunto de práticas sociais, como a prática pedagógica e as relações sociais que ocorrem na escola. Ressalta-se que a educação não cumpriu verdadeiramente seu papel para a transformação das relações sociais, pois continuou em grande parte reforçando valores que discriminam a mulher.

A mulher sempre se remeteu a um lugar de inferioridade no âmbito familiar, mesmo após a promulgação da Constituição Federal de 1988, que consagrou as igualdades formal e material entre os cônjuges. A presunção de hipossuficiência da mulher é pressuposto de

validade da referida lei, e por isso o Estado deve ofertar proteção especial para reequilibrar a desproporcionalidade existente.

Deste modo, justifica-se o presente trabalho devido a pesquisas relacionadas sobre a temática envolvendo as relações de poder entre carreira profissional de mulheres e homens. Quais as relações de poder envolvidos sobre o sexismo e a construção da carreira profissional de mulheres?

O objetivo geral deste estudo foi apresentar as relações de poder existentes entre os gêneros masculino e feminino e verificar quais fatores podem influenciar negativamente a consolidação da carreira profissional das mulheres.

Como objetivos específicos foram descritos as seguintes seções:

- Seção um: apresentar as relações de poder sob a ótica de Michel Foucault.
- Seção dois: verificar fatores relacionados às dificuldades para a consolidação da carreira profissional das mulheres.

2 MÉTODO

Este trabalho foi desenvolvido mediante pesquisa bibliográfica da temática abordada. Realizou-se buscas em artigos recentemente publicados e livros embasados por autores clássicos que discorrem sobre o tema, dentre eles Michel Foucault para discutir as relações de poder e o filósofo italiano Norberto Bobbio descrevendo sobre conceitos de igualdade e liberdade.

Esta pesquisa se caracteriza por ser um estudo bibliográfico, descritivo correlacional. A pesquisa bibliográfica compreende a identificação em base de dados, seleção, compilação, fichamento dos tópicos de interesse da pesquisa.

Inicialmente, foi realizado um levantamento na base de dados Google Acadêmico, Scielo, Biblioteca Digital da USP e Bibliografia citada nos artigos selecionados; usou-se como descritores para pesquisa: “relações de poder existentes entre homens e mulheres para consolidação da carreira profissional”. Foram apresentados, a partir desta pesquisa 16.300 resultados. Como critério de seleção, foi estabelecido artigos publicados recentemente, entre os anos de 2019 até 2021, e como critério secundário artigos publicados entre 2015 e 2018. Dentre estes, foram selecionados artigos cujo título dos trabalhos apresentassem as palavras: relações de poder; divisão sexual do trabalho e carreira profissional; desigualdade entre homens e mulheres; carreira e maternidade.

Numa segunda etapa, foram selecionados artigos que convergiam suas análises para de acordo com a linha de pesquisa deste trabalho. A escolha destas deu-se pela evidência de maior quantidade de artigos sobre a temática. Foram realizadas leituras detalhadas de cada artigo escolhido buscando levantar as principais características atribuídas aos fatores que podem influenciar negativamente a consolidação da carreira profissional das mulheres.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A dominação masculina, em suas expressões de exploração e honra ao homem é reconhecida como forma de afirmação da virilidade. O assédio sexual, por exemplo, pode significar menos uma posse sexual e mais a confirmação da dominação.

O poder é visto como um objeto dos dispositivos e instituições; é o encontro de relações, saberes e subjetividades. É um signo que desponta em determinados lugares, apresentando múltiplo e dispersivo caráter. A funcionalidade do poder, transferido nos corpos e vontades, fornecem elementos teóricos para uma análise do saber. O objetivo do poder é de controlar a vida do indivíduo: controlá-los nas suas relações, na sua aprendizagem, deixá-los dóceis e adestrados (SOUZA et al., 2007).

3.1 RELAÇÕES DE PODER SOB A ÓTICA DE MICHEL FOUCAULT

Na visão foucaultiana (1996 *apud* DIAS, 2017) o sujeito moderno que está inserido no meio burguês capitalista é um sujeito diferente, construído não apenas pela ideia de liberdade, mas por mecanismos a ele externos, que não deixavam de carregar em si certa racionalidade. Observa Foucault que o sujeito moderno, autônomo e dono de si sofreu pressões e golpes do sistema capitalista. A autossuficiência foi idealizada pela lógica do capital. A abstração do sujeito de direitos, provido de poderes, a igualdade formal e a liberdade eram inquestionáveis, pois serviam de instrumentos para a roda do capitalismo e para circulação de riquezas.

Vivemos em uma sociedade capitalista onde o trabalho ainda é a principal fonte de recursos financeiros para quase todos os indivíduos; e para aqueles que o capital não provém de uma herança abastada, ter autonomia econômica passa a ser essencial para o autossustento. A quantidade e a qualidade da educação, por sua vez, determinam em que nível, entre os postos existentes, aquele indivíduo poderá atuar (MACHADO, 2018).

No entanto, essa educação não vem correspondendo igualmente em riqueza, trabalho, ganhos econômicos e conseqüentemente em autonomia. As mulheres do mundo cumpriram a exigência socialmente imposta, lutaram e venceram os desafios da educação, mesmo lidando com barreiras legais, sociais, morais, familiares e econômicas. Foi transmitida a ideia de que, para ingressar no mundo produtivo e modificar tal realidade, primeiramente deveriam se dedicar aos estudos e dominar um saber específico. A educação como agente de autonomia econômica está relacionada com uma educação para a interação com o mercado, de caráter profissional, que faça com que o saber adquirido vire valor, seja mensurável (MACHADO, 2018).

Foucault ressalta que o poder é constitutivo da vida social, que constrange e habilita, apontando, deste modo, para a questão de como os próprios indivíduos governam sua vida. Para ele, o Estado aparece como gerenciador da conduta da conduta, ou seja, exerce seu poderio em cima da maneira pelas quais os indivíduos regulam seu próprio comportamento para garantir que isso seja adequado com os interesses do Estado (FOUCAULT, 2014).

3.2 FATORES RELACIONADOS ÀS DIFICULDADES PARA A CONSOLIDAÇÃO DA CARREIRA PROFISSIONAL DAS MULHERES

Hoje, século XXI, não há mais a luta pelo voto ou para a inserção simples no mercado de trabalho, pois há possibilidades para que mulheres de todas as classes sociais, raça/etnia e orientação sexual tenham seus direitos garantidos, votem e sejam votadas. No entanto, vale salientar que essa base fundamental por vezes é boicotada e sua existência não assegura que as mulheres possam votar e ser votadas, na mesma proporção dos homens, e nem que estejam equiparadas a cargos e salários ao deles, no mercado formal de trabalho. Ao contrário do que se almeja, há avanços acompanhados de retrocessos antidemocráticos de toda parte (AUAD; RAMOS; SALVADOR, 2017).

Ao inserirmos as movimentações femininas no âmbito do mercado de trabalho, consegue-se observar que as assimetrias na divisão sexual do trabalho são notadas, principalmente, entre mulheres e homens apresentando elevadas qualificações em carreiras, deixando evidentes as dificuldades em articular vida profissional intensa com as demandas familiares e pessoais, que também despendem tempo, competências e recursos (PAIVA, 2017).

A mulher pós-moderna passou a conviver entre a dúvida de ser mãe e de se dedicar a essa função de maneira integral, abrindo mão da carreira com novos desafios em seu planejamento de vida, mesmo que de forma temporária. A dúvida entre conciliar a maternidade e a carreira, abrir mão de ser mãe ou priorizar a realização profissional, são os dilemas que permeiam as mulheres deste século (CERIBELI; DA SILVA, 2017).

As mulheres tendem a crer que são as únicas capazes de prestar os cuidados necessários aos seus bebês. Quando optam por não interromper, mesmo que temporariamente, sua carreira faz com que tenham que lidar com o fato de passar menos tempo com a criança, ou até em terceirizar os cuidados maternos, gerando em si sentimentos de ansiedade e insatisfação. Ao se dispor conciliar a construção e consolidação de sua carreira e a maternidade, enfrentam conflitos internos e externos devido à pressão social para postergar o retorno ao trabalho após o nascimento do filho, e à pressão organizacional para regressar ao trabalho e retomar a carreira rapidamente (CERIBELI; DA SILVA, 2017).

O fato em postergar a maternidade gera angústia para o futuro, sendo que a probabilidade de muitas mulheres tornarem-se menos férteis quando alcançam seus objetivos profissionais e/ou pessoais está relacionado à sua idade avançada e as condições físicas para gerar uma vida. Deste modo, o desconhecimento e as idealizações geram, por vezes, uma ilusão que não equivale à realidade (FUJIWARA, 2018).

A escolha por profissões alternativas entre mulheres que optam por interromper a carreira para se dedicarem à maternidade, tem o intuito de evitarem seus antigos empregos pouco flexíveis e contornarem a discriminação etária e a desatualização profissional (FUJIWARA, 2018).

Atentando-se a realidade da mulher deste século, é possível constatar que o mercado de trabalho tende a penalizar a maternidade. São diversas as organizações que favorecem o cargo à figura masculina, pois ao privilegiá-los não haverá necessidade em lidar com o reingresso da mulher que se decidiu pela interrupção da carreira, simplesmente por priorizar os cuidados integrais a seus filhos nas primeiras fases de suas vidas (FUJIWARA, 2018).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para a construção deste trabalho, partiu-se do pressuposto da existência de uma relação negativa entre altos rendimentos profissionais femininos colocando as mulheres em desvantagem sobre o gênero masculino. Ainda são elas as responsáveis pelas atividades de manutenção e reprodução do cotidiano.

Diante a pesquisa realizada, foi possível observar que embora as políticas públicas favoráveis à igualdade entre homens e mulheres sejam positivas, apenas a equiparação de forças da esfera privada permitirá contribuir para a melhoria na distribuição do trabalho invisível geralmente atribuído ao feminino.

Como apresentado e discutido anteriormente, Foucault apresenta o poder de forma visível e invisível, sendo a visibilidade do poder centrada na estrutura das instituições e a invisibilidade em seu interior, podendo ser exercida por qualquer pessoa que possua o status do poder. Ele não menospreza o poder centrado na economia, mas relaciona as diversas formas de poder, de acordo com a estruturação da sociedade; o poder é a constatação que percorre todas as relações em variados níveis.

No entanto, as exigências do mundo corporativo para as mulheres são marcadas por transições, mudanças e compromissos originados de um cenário de alta complexidade e inviável a um modelo de carreira linear sólida. Esta pesquisa nos apresentou os preconceitos que as mulheres enfrentam ao se dedicar aos filhos e ao lar e, quando optam por darem continuidade em suas carreiras, precisam apresentar grande desempenho para mostrar que sua competência pode ser igualada ao dos homens.

Apesar dos grandes desafios em conciliar vida profissional e pessoal, as mulheres lutam pela igualdade de direitos e de oportunidades no ambiente corporativo e anseiam por sucesso em suas carreiras.

O intuito dos resultados desta pesquisa foi de apresentar fatos científicos que corroboram com a dificuldade que mulheres têm em consolidar suas carreiras profissionais. Os achados em artigos científicos comprovaram que as mulheres enfrentam problemas relacionados à consolidação da carreira com a escolha da maternidade, fato não correspondente à carreira de homens.

Assim sendo, estima-se que estes fundamentos sirvam de propostas para intervenções práticas e possam auxiliar mulheres a compreenderem este fenômeno social e a buscarem alternativas para minimizar suas dúvidas e tensões.

Finalizando, anseia-se que esta pesquisa possa indicar temas que incitarão futuros pesquisadores a novas perspectivas de estudos sobre o fenômeno.

REFERÊNCIAS

AUAD, D; RAMOS, M. R. N; SALVADOR, R. B. Educação, emancipação e feminismos possíveis: um olhar histórico sobre a igualdade de gênero na escola. **Revista Educação e Emancipação**, São Luís/MA, v. 10, n. 4, ed. especial, p. 186-208, 2017. Disponível em: < <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/reducacaoemancipacao/article/view/8207/5051>>. Acesso em: 26 mar 2021.

CERIBELI, H. B.; DA SILVA, E. R. Interrupção voluntária da carreira em prol da maternidade. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, v. 11, n. 5, p. 116-139, 2017. Disponível em:< <https://www.redalyc.org/pdf/4417/441753779008.pdf>>. Acesso em: 28 jun 2021.

DAL RI, N. M.; BRABO, T. S. A. M. **Políticas educacionais, gestão democrática e movimentos sociais**: Argentina, Brasil, Espanha e Portugal. Marília/SP. Oficina Universitária: Cultura Acadêmica, 2015.

DIAS, R. F. Weber E Foucault: Da Racionalidade Ascética Da Alma À Disciplina Dos Corpos No Desenvolvimento Do Capitalismo. **Revista Dom Acadêmico** (Parte II. Produção De Professores Dos Cursos De Graduação E Pós-Graduação), Curitiba, v.2, n.1, p.53-314, 2017.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Tradução: Raquel Ramallete. 42 ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2014.

FUJIWARA, J. C. A. M. **Mulheres sem filhos no Brasil**: uma análise de características socioeconômicas e demográficas, razões e repercussões. 2018. 194 f. Tese (Doutorado em Demografia) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2018. Disponível em:< <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/333401> >. Acesso em: 30 jun 2021.

MACHADO, M. S. **As mulheres brasileiras e o acesso a educação superior**: conquista de autonomia ou reafirmação da desigualdade? 2018. 229 f. Tese (Doutorado em Direito Político e Econômico) - Universidade Presbiteriano Mackenzie, São Paulo, 2018. Disponível em:< <http://tede.mackenzie.br/jspui/handle/tede/3761>>. Acesso em: 26 mar 2021.

MAIA, M. M. Limites de gênero e presença feminina nos cursos superiores brasileiros do campo da computação. **Cadernos Pagu**. Campinas, n. 46, p. 223-244, 2016. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/cpa/a/RpGj7Qjqj6Vqq8pVwsDjnpf/?format=html> >. Acesso em 26 mar 2021

PAIVA, A. P. Divisão sexual do trabalho e teto de vidro: o desenvolvimento da carreira de mulheres cientistas. In: **Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress**. 2017. p. 1-12. Disponível em:<

http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1503888934_ARQUIVO_TrabalhoAdrianaPontesPaiva.pdf> Acesso em: 28 jun 2021.

SOUZA, E. M. et al. Análise Genealógica: O estudo do poder nas empresas sob uma visão foucaultiana. **Revista Aulas: Dossiê Foucault**. Organização: Margareth Rago&Adilton Luís Martins. n. 3. dezembro 2006/março 2007. Disponível em:<<https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/aulas/article/view/1915>>. Acesso em: 26 mar 2021.

TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: A BUSCA POR UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE QUALIDADE

Dara Keico Kobayashi Sanchez, Ébony Lorryne Manzini, Viviane Rodrigues
darasilva1024@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Durante muitos anos pessoas com deficiência foram excluídas, segregadas e desrespeitadas e para que ocorressem mudanças foram necessárias muitas lutas. A partir desse momento, esse público tem seus direitos alcançados nas diversas esferas de suas vidas.

A inclusão de pessoas no ambiente escolar não tem sido satisfatória ao decorrer dos séculos, não sendo sequer aceitos dentro da escola regular, por não serem considerados capazes o suficiente para receber o ensino oferecido por essas. Atualmente a luta enfrentada, mesmo após ter seus direitos garantidos por lei, é pela falta de empenho da escola, família e também professores.

A partir dos diversos movimentos já citados, em busca da educação inclusiva que ocorreram no mundo todo, toda pessoa com deficiência deve ter garantida a igualdade de acesso à educação. No Brasil, foram criadas pelo governo várias leis que garantissem o acesso ao espaço educacional e recursos pedagógicos, a fim de proporcionar a inclusão. Porém, mesmo com o apoio do governo, ainda há dificuldades para que a inclusão se efetive. Essas dificuldades mostram a necessidade de qualificação adequada dos professores e também no método de ensino ainda muito ligado ao método tradicional (CABRAL; MARIN, 2017, p. 3).

De acordo com Camargo *et al.* (2020), muitos professores se dizem não estar preparados para atender a demanda de inclusão direcionada à escola regular, sendo um desafio ainda maior receber crianças autistas, pois essas demandam adaptações, confrontando o método de ensino tradicional.

É explícito o quanto nossa educação ainda está embasada nos preceitos usados durante séculos como método de ensino, que é o método de ensino tradicional, em que o professor é quem detém todos os conhecimentos e os repassa aos alunos, meros receptores de informação. Essa forma de ensinar se torna inadequada frente as necessidades específicas de cada aluno, principalmente quando há alunos com deficiência. Quando falamos de pessoas com TEA, utilizar esse método de ensino se torna ainda mais ineficaz, uma vez que cada pessoa com o transtorno do espectro autista tem diferentes

graus de níveis de apoio, dessa forma sendo necessário lançar mão de todos os recursos pedagógicos disponíveis para que a aprendizagem se efetive.

Estudos em torno do tema tem sido frequentemente abordado, devido ao fato da escola não corresponder adequadamente com o ensino quando se trata de educação para pessoas que tenham alguma deficiência, mas ainda são escassos comparados a outros campos de pesquisas. De acordo com Santos (2008, p. 30) “o papel da escola é fazer o reconhecimento no nível da educação, na elaboração de estratégias para que estes alunos com autismo consigam desenvolver capacidades para se integrar e interagir com as outras crianças ditas “normais” [...]”.

A fim de buscar soluções para o problema da inclusão escolar deficiente, serão apresentadas propostas e discussões para esclarecer que a dificuldade expressada por diversas famílias e escolas engatinha para a realidade concretizada e efetiva da aprendizagem do aluno com TEA na escola regular.

Estudos serão analisados de forma a demonstrar como os problemas ocorridos na inclusão deficiente pode impactar e prejudicar o aluno, público-alvo da inclusão, assim como estudos a cerca da falta de comprometimento familiar serão abordados, esclarecendo o quão prejudicial para a aprendizagem eficiente isso pode ser.

2 MÉTODO

A presente pesquisa foi realizada a partir de uma revisão bibliográfica, pois a mesma possibilita a análise sobre quão defasado é o ensino de crianças com TEA na rede regular de ensino, seja pela falta de conhecimento dos professores, seja pela falta de comprometimento e oferecimento de estrutura das escolas ou mesmo pela delegação de deveres dos pais às escolas.

Os textos escolhidos para análise são de autores experientes na área, tendo a vivência da realidade escolar na rede regular de ensino, conhecendo a dificuldade enfrentada quando se trata de inclusão escolar, evidenciando os erros e falhas cometidos se tratando de inclusão social. Também sendo analisados textos que abordam a temática da falta de comprometimento de alguns pais, que delegam suas responsabilidades apenas à escola, deixando de participar da efetivação do ensino aprendizagem.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Tendo em vista todo o problema e dificuldade em incluir alunos com TEA, é possível observar que o problema vem de diversos âmbitos: familiar, escola e por parte dos agentes escolares.

A inclusão no ambiente escolar é uma realidade nova, mas que chegou para ficar, porém, para que esse processo ocorra adequadamente é necessário que todos os envolvidos assumam o compromisso com a aprendizagem de seus alunos. Os professores, parte integrante e essencial na inclusão, devem buscar se especializar e conhecer novos métodos, novas técnicas e formas de ensinar, nunca sentir pena de seus alunos ou pensar que eles não são capazes de aprender e evoluir. No entanto, não deve ser jogada para o professor toda a responsabilidade do sucesso ou fracasso no desempenho da inclusão, todos devem fazer sua parte, todos dentro da escola precisam estar cientes e também buscar aprender a respeito da inclusão, os recursos necessários devem ser oferecidos aos professores e alunos que deles necessitarem, buscar formas de adaptar, adequar e flexibilizar todo o modo de ensino, não sendo essa uma obrigação apenas do docente, mas da escola e também da família, essa precisa criar laços com a família, de forma que exista uma parceria clara e fortalecida pelo compromisso com o aluno que é a prioridade no processo de aprendizagem. Todos os envolvidos com o aluno, alvo da inclusão, devem estar cientes de que o avanço desse aluno, todo o seu desenvolvimento, só será possível quando todos os envolvidos estiverem realmente comprometidos com o objetivo final.

Outro problema que envolve a escola é o fato da falta de material adaptado, que acaba por confundir e dificultar a aprendizagem do aluno dentro do transtorno do espectro autista. ***De acordo com Oliveira (2020), o aluno com autismo enfrenta diversas dificuldades ao ser inserido na escola regular e essas mesmas dificuldades passam a fazer parte da rotina e cotidiano de todos, assim como professores, outros alunos, enfim, a escola como um todo, sendo a maneira mais eficaz de melhorar a adaptação, diminuir as contingências e promover a aprendizagem desse aluno, é adaptar o currículo.***

Quando se trata de crianças com autismo, muitos professores não estão aptos para reconhecer as características:

A escola recebe uma criança com dificuldades em se relacionar, seguir regras sociais e se adaptar ao novo ambiente. Esse comportamento é logo confundido com falta de educação e limite. E por falta de conhecimento, alguns profissionais da educação não sabem reconhecer e identificar as características de um autista, principalmente os de alto funcionamento, com grau baixo de

comprometimento. Os profissionais da educação não são preparados para lidar com crianças autistas e a escassez de bibliografias apropriadas dificulta o acesso à informação na área (SANTOS, 2008, p. 9).

Assim como a escola, família tem grande importância e papel fundamental para o sucesso da inclusão escolar. O nascimento de uma criança com deficiência causa desestabilidade no núcleo familiar, de acordo com Moura e Valério (2003), a família poderá sofrer com pressões internas e também externas, vindas da sociedade uma vez que essas têm dificuldades em lidar com o diferente, fazendo com que os conflitos enfrentados por essas famílias sejam maiores.

Para Glat (1996) quanto maior a naturalidade que o indivíduo com deficiência for tratado por suas famílias, quanto mais integrados a ela forem, maior será a “normalidade” que levarão suas vidas. Ainda de acordo com a autora, a família é quem realiza a socialização primária, culminando na aprendizagem de papéis sociais, sua identidade social e a imagem que essa pessoa tem de si mesmo, quando mais tarde entrar em contato com outros grupos sociais, como na escola, fará novos ajustes para se adaptar, e o tipo de inserção social que a pessoa irá ter, dependerá muito do que aconteceu nos seus anos de formação vividos no âmbito familiar.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No âmbito educacional a luta ainda acontece e é diária, pelo fato de ainda existir falta de comprometimento de várias partes, tanto do sistema educacional, como de pais que delegam suas responsabilidades às escolas. Existem professores que não se interessam em buscar formação adequada para que a aprendizagem do seu aluno com TEA seja efetiva, para outros falta oportunidade de ter a formação continuada adequada voltada para a educação especial, e muitas vezes também falta comprometimento da escola em si, deixando de oferecer estrutura adequada para o professor trabalhar em sala de aula, por vezes, as escolas não contam com salas de atendimento educacional especializado (AEE) e profissional especializado para auxiliar o professor da sala no que fazer, quais estratégias e materiais utilizar.

Apesar de toda a dificuldade enfrentada, a inclusão do aluno com TEA é possível, mesmo que duras batalhas tenham que acontecer, é preciso buscar o respaldo da lei e ainda mais, sendo esse um trabalho coletivo, é necessário que todos se unam a favor do aluno e da aprendizagem. Escola, professor e família devem estar ligados uns aos outros,

interessados e sempre buscando aprender mais. A inclusão ainda não é uma realidade totalmente efetivada, mas pode ser efetiva com empenho coletivo, busca por conhecimento e muita força de vontade. O aluno com TEA depende de estratégias e materiais estruturados, geralmente diferente dos outros alunos, mas é tão capaz de aprender como todos os outros se receber o tratamento adequado.

A inclusão pode ser realidade, é necessário crer nela para que realmente se concretize, com empenho e dedicação, todos os alunos são capazes de aprender, levando em consideração o caráter heterogêneo da escola. A inclusão educacional é uma luta e uma tarefa de todos.

REFERÊNCIAS

CABRAL, C. S; MARIN, A. H. **Inclusão escolar de crianças com transtorno do espectro autista: uma revisão sistemática da literatura.** Educação em Revista, 2017. Acesso em: 25 de jun 2021. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/edur/a/LwWNFfpwcvWRvdwLTkMvdWF/?lang=pt>.

CAMARGO, S.P.H; SILVA, G.L; CRESPO, R.O; OLIVEIRA, C.R; MAGALHÃES, S.L. **Diretrizes para formação continuada na perspectiva dos professores.** Educação em Revista, 2020. Acesso em 25 de jun 2021. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/edur/a/6vvZKMSMczy9w5fDqfN65hd/?lang=pt>.

GLAT, R. O papel da família na integração do portador de deficiência. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 2, n. 4, p. 111-118, 1996. Acesso em 29 de jun 2021. Disponível em:
https://scholar.google.com.br/scholar?hl=ptBR&as_sdt=0%2C5&q=o+papel+da+famili+a+na+integra%C3%A7ao+do+portador+de+defici%C3%Aancia+&btnG=#d=gs_qabs&u=%23p%3DiXCwtjv9_2sJ.

MOURA, L.;VALÉRIO, N. **A família da criança deficiente.** São Paulo, v. 3, n. 1, p. 47-51, 2003. (Cad. de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenv.). Acesso em 29 de jun 2021. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/207767214/A-familia-da-crianca-deficiente>.

OLIVEIRA, F. L. Autismo e inclusão escolar: os desafios da inclusão do aluno autista. **Revista Educação Pública**, v. 20, nº 34, 8 de setembro de 2020. Acesso em 26 de jun 2021. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/34/joseph-autismo-e-inclusao-escolar-os-desafios-da-inclusao-do-aluno-autista>.

SANTOS, A. M. T. **Autismo: um desafio na alfabetização e no convívio escolar.** São Paulo: CRDA, 2008. Acesso em 26 de jun 2021.

UMA ANÁLISE CRÍTICA ACERCA DAS DESIGUALDADES EDUCACIONAIS NO BRASIL, POTENCIALIZADAS PELA PANDEMIA

Aline Marques Magon, Eduardo Henrique da Silva, Jamile Gonçalves Calissi, e-mail: eduardodasilvahenrique0007@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Paulatinamente, a temática da educação e da igualdade conseguiram se “desgarrar” da necessidade aprisionadora de justificarem suas respectivas relevâncias, já que ambas são emergenciais para o desenvolvimento da sociedade tanto no presente quanto no futuro. Paulo Freire, conhecido como o Patrono da Educação Brasileira, persistentemente em seus discursos e obras pontuara acerca de como a educação interfere diretamente no desenvolvimento pleno da sociedade, independente das faixas etárias, é justamente dele que flui o pensamento de que, parafraseando, “se a educação não pode transformar a sociedade, tampouco sem ela a sociedade muda”. E apesar de se compreender o quão singular é valorizar a educação como sujeito ativo no desenvolvimento de cada país, não são poucas as pessoas que esbarram suas ideias no “muro da desigualdade”.

Hodiernamente, muito se pauta acerca da necessidade de aprimoramento das já existentes políticas públicas voltadas à acessibilidade do Ensino Superior por todas as classes, e apesar de se verificar não poucos entraves para a concretização plena deste objetivo em comum, há de se reconhecer que bons passos já foram dados. Outrora, impregnava-se a visão de que cursar uma faculdade era um feito inerente a alunos portadores de um contexto social e familiar privilegiado, ou que após anos vagarosos de estudos alcançaram as escassas e raras bolsas, sendo dignos, por si só, de serem comparados à uma “agulha no palheiro”, entretanto com o passar dos anos houve um aumento significativo de benefícios e programas com viés inclusivo, proporcionando a diversos grupos, reais possibilidades de cursarem o Ensino Superior e posteriormente estarem bem postos no mercado de trabalho. Claramente, tais programas e políticas públicas se encontravam permeados de déficits, pendentes de avaliações, contudo sem problematizações gravosas em demasia a ponto de contradizer a verdade fática de que houve uma maior acessibilidade, oportunamente disponibilizada. Todavia, é de se imaginar que não seja suficiente salvaguardar aos alunos uma ponte que melhor o direcione ao futuro, se o ambiente em que ele está por hora inserido, não seja compactuante de tais

percepções. Ora, de nada adiantará ampliar o acesso, se o fundamento da educação não anda bem alicerçado, já que as desigualdades educacionais à longa data geram empecilhos aos discentes, interferindo em seu aprendizado.

Problematizações como: escassez de materiais, lacunas no suprimento nutricional, intempéries para locomoção e por fim, dificuldade de absorção quanto ao conteúdo disponibilizado, em regra, compõem o diagnóstico precoce de inúmeras crianças, adolescentes e jovens da rede básica de Ensino, que serão igualmente provados em métodos avaliativos que tendem a traçar seus respectivos futuros, sem que ambos adquiram as mesmas possibilidades, por isto faz-se necessário voltar as atenções aos agentes causadores dos problemas, antes de buscar estanca-los com curativos superficiais e pouco duradouros.

2 MÉTODO

As desigualdades educacionais no Brasil não trazem novidades à uma população que socialmente acostumou-se a conviver com tais situações, entretanto apesar de não ser inovadora a tese de que há um abismo crescente entre os sistemas de Ensino disponibilizados aos discentes, na esfera pública e privada, a relevância deste fato não pode ser deteriorada pelo conformismo, por isto faz-se necessário compreender com maior profundidade as raízes que emanam em partes tais disparidades, e possíveis focos de luz que corroboraram o ideal de mudança.

Sendo assim, visou-se através do método dedutivo e qualitativo de pesquisa exemplificar estas ideias, pondo em pauta o que é assegurado em lei quanto o acesso à educação, e os empecilhos que dificultam diuturnamente a efetivação plena destes dispositivos, e como este contexto foi ainda mais prejudicado durante a pandemia, fazendo uso de artigos, matérias, comentários de especialistas e dados que proporcionam um panorama do atual estado educacional brasileiro rente as perspectivas futuras, fazendo menção também ao que dispõe a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Carta Magna de 1988, no tocante ao acesso à educação.

3 A POTENCIALIZAÇÃO DAS DESIGUALDADES EDUCACIONAIS DURANTE A PANDEMIA

Mormente, apesar de mostrar-se falha em determinadas localidades, a educação é um direito fundamental social ao lume da Constituição Federal de 1988, na qual após um regime de ditadura vivenciado no Brasil, iniciou-se um processo de redemocratização, que trouxe consigo os direitos sociais, à grosso modo, de acesso à saúde, ao trabalho, à educação, dentre outros, nos quais partindo do pressuposto de que não são apenas direitos, mas sim elementos constitutivos de cada indivíduo, fora visado construir uma sociedade igualitária, ou o mais próximo disto. Além da Carta Magna, tem-se a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que em seu Artigo 26, trouxe a pauta concernente a educação, e como esse direito deve ser salvaguardado, não apenas isto, a educação é tida como uma das pontes que desencadearão o cumprimento das demais garantias fundamentais, que se não executados – como afirma o preâmbulo da Carta – produzirão atos bárbaros que ultrajam a consciência da humanidade, sendo assim a educação não é tratada apenas como um direito, mas como uma ferramenta de transformação societária. Ademais, a letra da lei não fora inativa, mas rente as desigualdades levantadas, em diversos locais e instituições, o Brasil e seus representantes vieram gradativamente intervindo, com programas que forneciam o básico dos materiais para estudo, alimentação durante período escolar, e transporte gratuito, todavia o êxito só pode ser verificado de contexto para contexto, já que os projetos que vigoravam com eficácia em um estado, eram nulos em outros, o que impedia o progresso sem morosidade, evidenciando o “abismo” existente no processo de educação.

Fazendo uso de uma visão holística, que analisa não somente o aprendizado como também os fatores que interferem no tal, percebe-se que o Brasil se encontrava em um período de transição/decadência, ou seja, o clímax decisivo da rota até então traçada, podendo progredir, ampliando a abrangência de algumas ações, ou regredir, aceitando o atual estado de desigualdade e permanecendo com as metas não atingidas em sua plenitude, isto em 2019, para ser mais específico, antes do início da pandemia.

Se a situação já não era das mais benéficas antes da pandemia, quem dera durante. Em 2020, o mundo foi impactado por um dos mais inesperados e perigosos vírus já contemplados, que silenciosamente e sem ser visto à olho nu, ceifou milhares e milhares de vidas, afetando famílias em todos os âmbitos, seja emocional, financeiro ou educacional.

Com a pandemia, o ensino teve de ser realizado de forma remota, fazendo uso da tecnologia para proporcionar salas virtuais aos alunos, suprimindo em partes a carência do ensino, o que teoricamente foi uma excelente intervenção, compreendendo que todos teriam acesso prático às aulas, entretanto, a realidade não foi bem assim. Sem acesso à internet, muitos alunos foram privados de participarem das aulas, perdendo parte do ano letivo, senão todo, isto sem mencionar os que conseqüentemente desistiram dos estudos, sem ter previsão de retorno. Alguns até tiveram acesso à internet, mas como o período pandêmico não poupou a ninguém, tais alunos se encontraram à mercê, sem possibilidade de apoio de sua família para estudar, pois a mesma se encontrava ocupada demais tentando solucionar necessidades, que incontáveis aparentavam não ter fim. Com tudo isto, as desigualdades que já eram em demasia, estenderam-se a um grau que somente daqui alguns meses ou anos se poderá aferir. Reforçando o olhar crítico, muitos alunos que careciam do apoio da instituição em que estudava para se alimentar, já não detinham-no, mas possuíam apenas o caderno e as canetas, que drasticamente foram substituídos pelos *smartphones*, sem prévio aviso para quem ainda os precisavam adquirir.

Estes fatos já delineados induzem a população a refletir sobre qual o melhor caminho a ser aderido, e quais possibilidades devem ser refutadas, afinal parte da população com veemência acredita que a solução será o aparecimento de uma norma jurídica “Robin Hood”, que subtrai dos favorecidos, agregando aos desfavorecidos, todavia converter a desigualdade educacional ao mais próximo possível da equidade requer muito mais do que subtrair e adicionar, é mais profundo, uma legítima Reforma, na qual se tratariam distintamente os grupos, fornecendo proporcionalmente o que cada um carece, sendo neste ponto que adentra Aristóteles, e seu famoso princípio da isonomia (ou de igualdade), na qual o filósofo defende que os iguais devem ser tratados igualmente, e os desiguais de forma dispare na medida de sua desigualdade, ou seja, não se disponibiliza os mesmos recursos educacionais para diferentes indivíduos com divergentes necessidades, mas cada um recebe mediante o que carece, com isto Aristóteles não desejava disseminar o preconceito entre as diferenças, nem perto disto, o que o filósofo almejava era reconhecer que tais disparidades existem e por isto, a fim de que toda sociedade seja integrada, cada classe social deve receber tratamento proporcional, que traz à tona a percepção de que, se há um caminho a ser seguido rumo a melhoria dos sistemas educacionais nacionais a ponto de fornecer a todos um ensino de qualidade em um contexto saudável, estas veredas

devem estar calcadas no princípio aristotélico de igualdade, em que os iguais permanecerão sendo tratados igualmente (não fazendo alusão ao comodismo), e os desiguais postos em situações desfavoráveis receberão uma atenção proporcional ao seu déficit.

3.2 IDEB (ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA) 2021 – O QUE ESPERAR?

O IDEB (Índice de desenvolvimento da Educação Básica) fora um panorama criado em 2007 pelo INEP, a fim de identificar o atual estado do ensino nacional e realizar perspectivas para os próximos dois anos, como metas a serem alcançadas. Essas notas são elaboradas a partir de dois componentes, sendo os tais, a taxa de rendimento escolar (aprovação) nas instituições, e a nota obtida nas avaliações disponibilizadas pelo próprio INEP, esses indicadores são avaliados todos os anos, com projeções divulgadas a cada dois anos. A meta do país é chegar a média 6,0 (seis) em todas instituições, já que esta é atribuída a países desenvolvidos, porém apesar do objetivo ser comum, sabe-se que as realidades são diferentes, portanto as metas são disponibilizadas de forma proporcional ao ambiente em questão.

A última projeção do IDEB fora realizada em 2019, um ano antes da pandemia, na qual se obtiveram os seguintes resultados:

ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL (DEPENDÊNCIAS ADMINISTRATIVAS: ESTADUAL, MUNICIPAL, PRIVADA E PÚBLICA)			
IDEB OBSERVADO		METAS	
2017	2019	2019	2021
5.8	5.9	5.7	6.0
Os resultados sublinhados com a coloração “esverdeada”, referem-se ao IDEB que atingiu a meta.			

Observe que, concernente aos anos iniciais do Ensino Fundamental, a média do país em 2019 agregando as instituições estaduais, municipais, privadas e públicas, atingiu a média objetivada, com dois

décimos de sobejo, tendo uma projeção para 2021, de aumentar ao menos um décimo.

ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL (DEPENDÊNCIAS ADMINISTRATIVAS: ESTADUAL, MUNICIPAL, PRIVADA E PÚBLICA)			
IDEB OBSERVADO		METAS	
2017	2019	2019	2021
4.7	4.9	5.2	5.5
Os resultados sublinhados com a cor “vermelha”, referem-se ao IDEB que não atingiu a meta.			
Fonte: http://ideb.inep.gov.br/resultado/ Saeb e Censo Escolar.			

Agora, analisando os anos finais do Ensino Fundamental se verifica uma importante mudança, a meta almejada para 2019, de 5.2 pontos, ficou inferior em três décimos, com uma projeção de crescimento para 2021 de seis décimos, para enfim alcançar a meta, o que já era inimaginável, pois

rente o histórico desta grade se percebe que os objetivos têm decaído mensuração após mensuração, todavia com o advento da pandemia o que já era laborioso, se tornou tão mais improvável.

ENSINO MÉDIO (DEPENDÊNCIAS ADMINISTRATIVAS: ESTADUAL, PRIVADA E PÚBLICA)			
IDEB OBSERVADO		METAS	
2017	2019	2019	2021
3.8	4.2	5.0	5.2
Os resultados sublinhados com a cor “vermelha”, referem-se ao IDEB que não atingiu a meta.			
Fonte: http://ideb.inep.gov.br/resultado/ Saeb e Censo Escolar.			

Para finalizar a linha de pensamento, vamos verificar a situação do Ensino Médio no Brasil. Como se percebe, a realidade é ainda mais rígida, já que a meta traçada para o ano de 2019, que fora de 5.0 pontos, ficou em 4.2 pontos, isto mesmo, oito décimos abaixo, com uma projeção para

2021 de 5.2 pontos, visando um crescimento de um ponto, de fato improvável.

Os resultados e médias do ensino disponibilizado nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental, e Ensino Médio se diferem entre si, concernente ao Ensino Fundamental em seus primeiros anos tem-se uma projeção que mesmo com a pandemia, pode vir a não ser tão ruim, já que a grade se mostra avançada com sobejo quanto as metas traçadas, porém no que diz respeito aos anos finais do Ensino Fundamental e o Ensino Médio, é inimaginável atingir os objetivos, já que antes mesmo do evento pandêmico, o quadro já era decadente, quão mais agora, com todas essas dificuldades potencializadas. Torna-se vago efetuar uma projeção para a próxima aferição, já que ao invés do crescimento, se espera um maior

declínio, “forçando” o país a remodelar seus projetos, para reconquistar o que havia sido obtido. Sim, os efeitos da pandemia vão além do imaginado.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em que pesem todas as argumentações já delineadas, perceptível é o impacto significativo que o COVID-19 teve no âmbito educacional, fazendo-nos repensar sobre como a tal se encontrará pós-pandemia, mais do que isto, será que as desigualdades educacionais já existentes encontrarão uma justa vereda para serem amenizadas ou a potencialização se prolongará por anos, décadas?. São dúvidas que naturalmente ficarão no âmago de cada ser empático, entretanto até que tudo venha a se normalizar e as políticas públicas voltadas à educação venham ser aprimoradas, gerando uma atenção maior as áreas com mais déficit, cabe a todos a conscientização e a verificação de possíveis alternativas que possam auxiliar os discentes nesta nova jornada, que tende a ser ainda mais desafiadora.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. 6. Ed. São Paulo: Martin Claret, 2013.

BIMBATI, Ana Paula. **Sem computador, nem apoio: Desigualdades na educação aumentam na pandemia**. UOL, 28 de Abril de 2021. Disponível em:< http://institutoprocessus.com.br/2012/wp-content/uploads/2011/12/3_edicao1.pdf>. Acesso em: 11 de Setembro, 2021.

Declaração Universal dos Direitos Humanos. Disponível em:< <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>>. Acesso em: 18 de Setembro, 2021.

D'OLIVEIRA, Maria Christina Barreiros. **Breve análise do princípio da isonomia**. Disponível em: < http://institutoprocessus.com.br/2012/wp-content/uploads/2011/12/3_edicao1.pdf>. Acesso em: 15 de Setembro, 2021.

IDEB, resultados e metas. Disponível em:< <http://ideb.inep.gov.br/resultado/>>. Acesso em: 10 de Setembro, 2021.

MAIA, Luciano Mariz. **Educação em direitos humanos e tratados internacionais de direitos humanos**. Disponível em:< http://www.dhnet.org.br/dados/livros/edh/br/fundamentos/07_cap_1_artigo_04.pdf>. Acesso em: 20 de Setembro, 2021.

VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA NA INFÂNCIA E OS REFLEXOS NA VIDA ADULTA

Eduarda Marcos Silva, Bianca Callegari, e-mail: dudasilva63367@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O ser humano, como qualquer outro ser vivo é composto por ciclos. Inicia-se na infância, quando ainda somos crianças. Depois partimos para a adolescência, posteriormente a vida adulta, depois nos tornamos idosos e então o fim do ciclo vital, a morte.

Para cada fase da vida ocorrem transformações, é a partir daí que se inicia o desenvolvimento humano. Embora as mudanças estejam presentes em nossas vidas desde quando somos concebidos até a maioridade, o desenvolvimento humano vincula-se com aspectos afetivos, sociais, cognitivos e motores. A sociedade, a cultura e o meio social, também são aspectos importantes a serem considerados (CRAIDY; KAERCHER, 2001).

Inicia-se pelos pais, que são os maiores influenciadores. Eles fazem parte de todos os ciclos até a fase adulta. Ensinam-nos a falar, andar, estimulam as habilidades motoras e sociais, são os exemplos construtores para o desenvolvimento da autoconsciência, valores morais e éticos. Geradores da base de vínculos afetivos, responsáveis pela passagem da dependência para autonomia, ou seja, de grande importância para os conceitos de transmissão psíquica que ocorre entre gerações, significa que um trauma que ocorre na vida do indivíduo é passado adiante inconscientemente.

Rosa e Falcke (2011) pontuam que crianças que sofreram experiências de violência na infância podem vir a ter experiências semelhantes na vida adulta, pois cada um dos cônjuges, ao se unir ao outro, traz consigo as influências sociais e culturais que sofreu em sua família de origem.

Os comportamentos são inculcados pela observação e imitação dos outros e mantidos através de reforço. Testemunhar atos de violência durante a infância constitui um dos fatores de risco de agressão marital mais significativos.

Devido a isso, a violência psicológica é uma questão fundamental a ser atendida, pois é uma experiência que costuma ter uma série de repercussões. Além dos sintomas que podem ser evidentes provocados pela agressão em si, as sequelas que vão desde sintomas psíquicos mais duradouros, incluindo psicopatologias e dificuldades em

relacionamentos sociais, até problemas psicossomáticos, consequências essas sofridas pela convivência em contextos familiares violentos impactando na vida presente e futura.

Assim sendo, é necessária a prestabilidade da aplicação e execução das medidas protetivas defendendo nada mais o que é de direito constitucional de que, crianças e adolescentes têm de estar salva de toda forma de violência, crueldade e opressão, essencialmente com participação e maior interação entre as instituições permitindo de maneira precoce formas articuladas de intervenção (ALBERTO; ALMEIDA, 2008).

2 MÉTODO

O presente artigo trata-se de uma revisão bibliográfica da literatura. Para tal, realizou-se uma busca eletrônica em periódicos indexados nas bases de dados SciELO (Scientific Eletronic Library Online), Pepsic (Periódicos Eletrônicos em Psicologia), Google Acadêmico e banco de teses e dissertações da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior).

A busca foi realizada utilizando documentos datados de 2000 à 2020, por motivos de não existir estudos atuais sobre a temática, com intersecção das palavras-chave “violência psicológica”; “infância” e “família”.

Como critérios de inclusão, delimitou-se a utilização apenas de artigos, teses e dissertações publicados na íntegra e de livre acesso, em português e dentro do período estipulado. Critérios de exclusão, foram analisados os resumos e os títulos dos artigos com assuntos não pertinentes ao tema.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

As emoções são uma característica do desenvolvimento da personalidade, é por meio dela que os bebês aprendem a se comunicar com os adultos. Quando algo não está agradável, eles choram. Quando se sentem felizes e sociáveis, sorriem e dão risada (PAPALIA; FELDMAN, 2013).

Lewis (1995) relata que por volta dos três anos de idade, a criança desenvolve a autoconsciência, uma compreensão cognitiva de que ela é uma identidade reconhecível separada e diferente do resto do seu mundo. É a partir disso que inicia alguns conhecimentos sobre os padrões, regras e metas aceitas pela sociedade. A criança começa

avaliar seus próprios pensamentos, desejos, comportamentos relacionando com o que a sociedade acha que é apropriado.

Experiências feitas com macacos mostraram que só a alimentação fornecida pela mãe não é a única coisa importante, inclui um conforto, o contato com a pele, afeto. O papel do pai é basicamente uma construção social, geralmente os pais são envolvidos na vida dos filhos de maneira social e econômica, diferente do papel das mães (PAPALIA; FELDMAN, 2013).

Portanto, leva-se em consideração o fato de que as emoções estão presentes desde o nascimento do indivíduo. É por meio desta com que o bebê se comunica e constrói sua personalidade, podendo ser moldada de acordo com suas experiências ao longo da vida.

Eric Erikson trouxe em sua teoria de desenvolvimento psicossocial, o primeiro estágio da criança: confiança básica x desconfiança. O bebê precisa desenvolver um equilíbrio, se desse equilíbrio predominar a confiança, a criança desenvolve a virtude da esperança, crença que satisfará seus desejos e necessidades. Caso contrário, a criança verá o mundo de forma hostil e terá dificuldades nos relacionamentos interpessoais (PAPALIA; FELDMAN, 2013).

A violência, palavra cuja origem etimológica remonta ao latim *vil* que significa vigor, potência, emprego de força física, mas também quantidade, abundância e essência, foram definidas pela Organização Mundial da Saúde (OMS, 2002) como “uso intencional da força ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação” (p. 05). A violência caracteriza-se como um fenômeno complexo e polissêmico (DIMENSTEIN et al., 2005), podendo expressar-se de forma ativa ou passiva, a saber:

- a) Na **expressão ativa**, estão compreendidas as violências de natureza física, ou seja, qualquer ato que atinja diretamente o corpo da vítima.
- b) Enquanto na **expressão passiva**, o sofrimento é de natureza emocional gerando mágoas e raiva, conseqüentemente respondendo de forma violenta (atacando a si mesmo ou outrem).

Dentro do contexto ressalta-se que a OMS (2002) apresenta uma classificação que divide a violência em três categorias gerais, de acordo com a sua tipologia: (a) **Violência auto infligida / autoprovocada** que compreende o comportamento suicida e as

autolesões; (b) **Violência interpessoal intrafamiliar** que ocorre entre membros da família, podendo ou não existir laços de consanguinidade desde que convivam em um mesmo espaço doméstico; e (c) **Violência interpessoal extrafamiliar** que ocorre no ambiente social, ou seja, é aquela que acontece fora de casa, podendo ser praticada por pessoas conhecidos ou não, por exemplo, o bullying ou a violência virtual.

O Ministério da Saúde (2002) descreve as manifestações da violência como: **Abuso/Violência Física:** são atos de agressão que vão de uma palmada até ao espancamento ou outros atos cruéis, que deixam marcas físicas evidentes. Essa forma de agressão pode provocar: fraturas, hematomas, queimaduras, esganaduras, hemorragias internas e até causar a morte; **Abuso/Violência Sexual:** nesse tipo de violência o abusador, que geralmente é alguém de confiança da criança, utiliza-se da sedução ou da ameaça para atingir seus objetivos, não havendo necessariamente a prática sexual genital para se configurar o abuso. É comum a prática de atos como toques, carícias, exibicionismo, entre outros; **Abuso/Violência Psicológica:** esta forma de violência praticamente não aparece nas estatísticas, por sua condição de invisibilidade. Que “manifesta-se na depreciação da criança ou do adolescente, por humilhações, ameaças, impedimentos, ridicularizações, que minam a sua autoestima, fazendo com que acredite ser inferior aos demais, sem valor, causando-lhe grande sofrimento mental e afetivo, gerando profundos sentimentos de culpa e mágoa, insegurança, além de uma representação negativa de si mesmo, que podem acompanhá-lo por toda a vida; **Negligências:** essa violência se manifesta pela ausência dos cuidados físicos, emocionais e sociais, em função da condição de desassistência de que a família é vítima. Também pode expressar um desleixo proposital infligido em que a criança ou o adolescente são mal cuidados ou não recebem os cuidados necessários às boas condições de seu desenvolvimento físico, moral, cognitivo, psicológico, afetivo e educacional.

Os seres humanos nascem rodeados por uma cultura, e é claro que esta será uma das principais influências no desenvolvimento. Assim, se, em uma família, as relações são caracterizadas pelo autoritarismo e rigidez, não existindo outros fatores externos ou internos de proteção que modifiquem esse padrão, podem ocorrer repetições das relações de violência.

Entanto a família surge como local privilegiado de aprendizagem na qual a criança aprende os papéis desempenhados pelas figuras de modelos. Os comportamentos são

incutidos pela observação e imitação dos outros e mantidos através de reforço. Testemunhar atos de violência durante a infância constitui um dos fatores de risco de agressão marital mais significativos. É ainda na família que se inicia a aprendizagem de valores morais que legitimam o uso da violência. Por exemplo, alguns estudos demonstram que mulheres que sofreram maus-tratos enquanto crianças aceitarão mais facilmente uma futura vitimação por parte do companheiro, uma vez assumem que o amor está associado aos maus-tratos.

De acordo com a literatura, a negligência infantil somada a algum tipo de abuso, sendo ele psicológico, sexual, ou de outros tipos, pode gerar reflexos negativos no desenvolvimento da criança, como dificuldade para construir e manter relações interpessoais harmoniosas, déficits no desempenho acadêmico, alterações comportamentais, reações inadequadas frente a situações do cotidiano, alterações de humor, especialmente com humor rebaixado, bem como tendência a desenvolver sintomas psicossomáticos (ABRANCHES; ASSIS, 2011).

Crianças que ficam expostas a pais ou cuidadores agressivos têm uma forte tendência a desenvolver ao longo de suas vidas conflitos com a lei, psicopatia, fracasso acadêmico, dificuldade em se relacionar com outras pessoas e, ainda, o abuso de substâncias prejudiciais à sua saúde (CECCONELO; AVILA; STEIN, 2018).

Os transtornos mais recorrentes são:

- a) **Transtorno Depressivo (F33. 1):** segundo o DSM-5 (APA, 2014), humor deprimido deve estar presente na maior parte do dia, perda de interesse ou prazer em quase todas as atividades, sentimento de desvalia e culpa dificuldade para pensar e/ou tomar decisões, ideação suicida.
- b) **Transtorno de Ansiedade Generalizada (F41. 1):** o indivíduo tem dificuldade em controlar a preocupação excessiva interferindo de maneira significativa o funcionamento psicossocial do indivíduo (APA, 2014).
- c) **Transtornos Relacionados a Traumas e Estressores (F43. 10):** as reações emocionais ao evento traumático (p. ex., medo, desespero, horror) sintomas de revivência do medo, emocionais e comportamentais comuns que a pessoa tenha lembranças recorrentes, involuntárias e intrusivas do evento recordações angustiantes involuntárias e intrusivas. O indivíduo costuma fazer esforços

deliberados para evitar pensamentos, lembranças, sentimentos ou diálogos a respeito do evento traumático (APA, 2014).

- d) **Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade (F90.2):** é um padrão persistente de desatenção e/ou hiperatividade-impulsividade que interfere no funcionamento ou no desenvolvimento. A desatenção manifesta-se comportamentalmente no TDAH como divagação em tarefas, falta de persistência, dificuldade de manter o foco e desorganização – e não constitui consequência de desafio ou falta de compreensão. A hiperatividade refere-se à atividade motora excessiva (como uma criança que corre por tudo) quando não apropriado ou remexer, batucar ou conversar em excesso (APA, 2014).
- Transtorno de uso abusivo de Álcool (F10.20):** é um agrupamento de sintomas comportamentais e físico com intenso desejo de beber álcool, causando abstinência. O desempenho escolar/profissional é afetado e pode haver negligência com os filhos, tornando um perigo para integridade do indivíduo e os demais (APA, 2014).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se com o presente trabalho que o indivíduo em fase de desenvolvimento absorve muitas coisas. A violência presenciada na infância, seja qual for a tipologia, gera diversos reflexos na vida adulta, inclusive a transmissão geracional. A transmissão geracional ocorre de maneira inconsciente, uma vez que esta foi a forma com que a criança aprendeu a se relacionar em sua infância.

Sendo assim, é de extrema importância a atuação do psicólogo dentro do âmbito escolar desde a educação básica até o ensino superior, pois o fato de que a maioria das vítimas se encontram inseridas em instituições escolares, devidamente matriculadas e frequentes, aponta a relevância dessa instância como importante agente no processo de identificação e notificação da violência.

Após realização do papel do psicólogo, é necessária a intervenção para que ocorra a quebra do ciclo transgeracional, além de intervir nos sintomas que são gerados por uma violência na infância. Espera-se assim que o adulto possa conquistar sua autoconfiança e melhorar seus relacionamentos interpessoais em diversos contextos como familiar, social e laboral.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, C. D.; ASSIS, S. G. A (in)visibilidade da violência psicológica na infância e adolescência no contexto familiar. **Cad. Saúde, Pública**, Fundação Oswaldo Cruz (Rio de Janeiro), v. 27, n. 5, p. 843-854, Maio, 2011. Disponível em <<https://www.scielo.org/article/csp/2011.v27n5/843-854/#ModalArticles>> Acesso em 19 de Fevereiro de 2021.

ALBERTO, M. F. P.; ALMEIDA, D. R. et al. O papel do psicólogo e das Entidades Junto a Crianças e Adolescentes em Situação de Risco. **Psicologia, ciência e profissão**, João Pessoa, 2008, 28(3), p. 558-573. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932008000300010> Acesso em 15 de Agosto de 2021.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders, Fifth Edition (DSM-V). Arlington, VA: **American Psychiatric Association**, 2014.

CECCONELLO, W. W. AVILA, G. N. STEIN, L. M. A (ir)repetibilidade da prova penal dependente da memória: uma discussão com base na psicologia do testemunho. **Rev. Bras. Polít. Públicas**, Brasília, v. 8, nº 2, 2018 p.1057-1073. Disponível em <<https://www.publicacoes.uniceub.br/RBPP/article/view/5312/3982>> Acesso em 14 de Set de 2021.

CRAIDY, C.; KAERCHER, G. E. **Educação Infantil: pra que te quero?** 1 ed. São Paulo: Artmed, 2001.

DIMENSTEIN, M. et al. Demanda em saúde mental em unidades de saúde da família. **Mental**, Barbacena, v. 3, n. 5, p. 23-41, nov. 2005. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-44272005000200003&lng=pt&nrm=iso>. Acessado em 10 de Agosto de 2021.

LEWIS, C. Educating hearts and minds: Reflections on Japanese preschool and elementary education. **Cambridge: Carmbridge Universety Press**, p. 249, 1995.

OMS - ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. OMS. **Relatório Mundial sobre a Prevenção da Violência**. In: Núcleo de Estudos da Violência. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2002. p. 5.

PAPALIA, D. E.; FELDMAN, R. D. **Desenvolvimento Humano**. 12 ed, Porto Alegre: AMGH, 2013.

ROSA, L. W., FALCKE, D. Violência conjugal: compreendendo o fenômeno. **Rev. SPAGESP [online]**. 2014, vol.15, n.1, pp. 17-32. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1677-29702014000100003&lng=pt&nrm=iso> Acesso em: 14 de Setembro de 2021.

A HISTÓRIA DA CANNABIS SATIVA

Natália Bruna Martinez, Viviane Aparecida Sabino, Heloísa Donzella,
e-mail: martinezitaju2@gmail.com

1- INTRODUÇÃO

A presente pesquisa de cunho bibliográfico, tem por objetivo contextualizar na contemporaneidade o uso da *Cannabis* sativa enquanto material farmacológico que pode ser utilizado no tratamento de patologias, sobretudo as neurológicas, retirando desta herbácea o reducionismo de considerá-la apenas uma substância psicoativa ilícita e criminalizada. Em outras palavras, pretendemos investigar e trazer a público a utilidade do THC (tetra-hidrocanabinol) em diversos tratamentos de saúde pública (GUIMARÃES, 2020).

Contudo, antes de enveredar se para este caminho, se faz necessário explicitamos que se trata o uso consciente e sob prescrição e jamais o uso recreativo e indiscriminado da erva. Neste sentido, vale destacarmos que data de épocas longínquas menções sobre o uso da *Cannabis*, há cerca de 10 mil anos, o que ocorria em diversas civilizações como egípcios, chineses e hindus. Não obstante, as investigações científicas acerca do emprego medicinal da mesma são muito recentes em níveis mundiais. (SAVOI, 2015)

Durante muito tempo a *Cannabis* sativa foi apenas referenciada como uma planta cuja finalidade era seu uso os ritos religiosos e atos místicos, mas com o tempo, pesquisas têm evidenciado algumas de suas ações farmacológicas (LIMA & SOUZA, 2020).

Ainda está em constante construção no Brasil e no mundo, a indicação para uso do canabidiol (CBD) que age de modo farmacoterapêutico positivo na redução de inflamações no cérebro, diminuição de transtornos mentais e doenças neurológicas, na melhoria dos quadros de epilepsias, isquemias, ansiedades, psicóticos, antitumorais e antiasmáticos, dentre outros. Como se vê, os benefícios deste princípio são vastos e estão sendo alvo de diversas comunidades científicas que militam nesta causa. (SEDOLA, 2015)

Vale destacar que no Brasil apenas no ano de 2016 a ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) autorizou a venda do THC e só em 2020 a venda de produtos farmacológicos com este princípio ativo foi liberada para as drogarias autorizadas. (ABILIO, 2021.)

Em suma, nosso objetivo é sensibilizar o leitor no tocante à ampliação dos espaços de discussões do uso medicinal do hidro-tetracanabidiol enquanto instrumento

farmacológico terapêutico para diversas patologias como Alzheimer e Parkinson, fato este que vem proporcionando para a saúde pública um grande avanço, sobretudo nos tratamentos de cunhos neurológicos, psiquiátricos e oncológicos, necessitando ser cada vez mais estimulado no ambiente acadêmico, a fim de que, assim, haja uma maior popularização e, conseqüente, democratização do uso do THC aos doentes devidamente diagnosticados com a necessidade do uso do fármaco em questão.

Fomos criados com muito preconceito com a cannabis. Nossa geração foi preparada para enxergar a maconha como algo ruim, usado por gente que não sabia o que queriam da vida, bem julgados para um lado ruim.

Este trabalho busca trazer um relato histórico desta planta, ressaltando a ação farmacológica de um dos seus metabolitos secundários, os canabinoides.

2- MATERIAIS E MÉTODOS

Tomando por base o objetivo principal deste estudo que é argumentar teórica e tecnicamente sobre como o uso farmacológico do canabidiol para portadores de diversas patologias crônicas e agudas, buscando-se informações/referenciais técnico-científicos e epidemiológicos a este respeito, servindo estas bibliografias estudadas como sustentáculo do conhecimento aqui produzido e explanado em livros, artigos científicos buscados em sites de referência científica no período de 2002 a 2021.

Desta forma, a revisão bibliográfica nos permitiu elaborarmos criticamente as discussões que se seguem, sempre fundamentando este fenômeno contemporâneo na popularização do uso farmacológico do canabidiol em prol da Saúde Pública e da melhoria dos prognósticos patológicos.

3- REVISÃO DA LITERATURA

A *Cannabis Sativa* é renomada ordinariamente como maconha e dispõe de valor terapêutico significativo. Ela é uma das plantas mais antigas que o homem conhece. (SMALL, 2015; PAIN, 2015). É natural da Ásia Central, entretanto é vista em todo o mundo, tornando-se usada para diversos fins, da raiz até suas folhas (BARRETO, 2002).

Os avanços tecnológicos no espaço da farmacologia e também na de química, a maconha tem se apresentado cada vez mais eficiente no procedimento de diversas patologias, autorizando a execução de estudos mais desenvolvidos sobre a planta, colaborando para o aceite de sua utilização terapêutica (OLIVEIRA & LIMA, 2016).

Extratos da planta foram comercializados no início do século XX, para a terapia de transtornos mentais, especialmente como hipnóticos e sedativos, por existir aproximadamente 400 compostos químicos, cujo quais, os cannabinóides, do qual são responsáveis por seus efeitos psicoativos (MATOS *et al.*, 2017).

Vista como uma das essenciais substâncias identificadas na *Cannabis Sativa*, o canabidiol compõe 40% dos extratos da planta, não contém efeitos psicoativos e é uma substância antagônica adversária do THC, contudo o canabidiol age como inibidor e bloqueador do senso de humor, o THC opera concebendo estado de euforia (MATOS *et al.*, 2017; FIORAVANTI, 2006).

Apesar de apontada como uma droga de abuso, pelo seu resultado alucinógeno ocasionado pelo THC, a marijuana possui particularidades que tem cooperado muito com o procedimento de doenças neurológicas, as quais são encarregados por atingirem o sistema nervoso central e o sistema nervoso periférico (BELEM *et al.*, 2017).

Sem melhora, a epilepsia pode ser contida por medicamentos anticonvulsivantes, como Fenitoína e Topiramato, no qual alguns pacientes podem controlar suas crises, de outro modo alguns indivíduos requerem outras vias para apaziguar as crises, aparecem estudos que mostram a importância e o benefício da utilização do canabidiol, substância no qual é derivada da *Cannabis sativa*, chamada popularmente de maconha, para pacientes no qual o tratamento convencional não forneça o efeito esperado (KRUSE *et al.*, 2007).

Por volta de um terço dos pacientes portadores da epilepsia mostram resistência ao tratamento já existente, no qual é chamado de “epilepsia refratária ou fármaco resistente”, tornando-se interessante a pesquisa e o avanço de novos fármacos (WEAVER *et al.*, 2013). Tais circunstâncias que podem levar a epilepsia ou até coincidir com a mesma, a atuação do canabidiol torna-se um composto terapêutico atrativo, sendo capaz de agir no processo epileptogênico subjacente ou ainda atuar em alguns sinais incapacitantes da doença (DEVINSKY, 2014). Inúmeros efeitos farmacológicos do canabidiol são capazes de inibir o mecanismo de recaptação e na degradação da anandamida (BRAIDA *et al.*, 2003). Com sua complexidade, a farmacologia do canabidiol é capaz de englobar interações diretas ou indiretas com receptores de vários sistemas de controle de células (CAMPOS *et al.*, 2012).

No início da década de 70 é descrito que outros cannabinóides interferem com os efeitos do Δ 9-THC, particularmente o CBD, presente em grande quantidade na *Cannabis Sativa* e destituído de efeitos típicos da planta. Em voluntários saudáveis, o CBD (1mg/kg) administrado por via oral, simultaneamente com uma dose elevada de Δ 9-THC (0,5mg/kg), atenuou significativamente a ansiedade e os sintomas psicóticos induzidos pelo Δ 9-

THC9.(CRIPPA *et al.*,2010) Sabe-se que nesta dose e com a administração simultânea o CBD não altera, por interação farmacocinética, os níveis plasmáticos de Δ 9-THC; assim, estes resultados sugeriram um efeito ansiolítico ou antipsicótico próprio do CBD. (MORGAN, 2008).

Canabidiol demonstrou apresentar potencial terapêutico como antipsicótico, ansiolítico, antidepressivo e em diversas outras condições. O Δ 9-tetraidrocanabinol e seus análogos demonstraram efeitos ansiolíticos, na dependência de *cannabis*, bem como adjuvantes no tratamento de esquizofrenia, apesar de ainda estarmos carentes sobre o estudo. (ZUARDI, 2006.)

O rimonabanto demonstrou eficácia no tratamento de sintomas subjetivos e fisiológicos da intoxicação pela *cannabis* e como auxiliar no tratamento do tabagismo. Os potenciais efeitos colaterais, de causar depressão e ansiedade, debilitaram o uso clínico deste antagonista CB. (ZUARDI, 2006)

A administração aguda de CBD (via oral, inalada ou endovenosa) ou crônica por via oral em voluntários saudáveis e em diversas outras condições não gerando qualquer efeito adverso significativo (ZUARDI *et al.*, 2009). Estes dados confirmaram os estudos prévios em animais, o CBD mostrou-se um composto seguro para administração em seres humanos numa ampla faixa de dosagem. Um legítimo efeito ansiolítico do CBD teve início estudando voluntários saudáveis, submetidos a um procedimento de simulação do falar em público (SFP). Neste procedimento, pede-se ao sujeito que fale em frente a uma câmera de vídeo, durante alguns minutos, registrando a ansiedade subjetiva por meio de autoavaliação, bem como seus concomitantes fisiológicos da ansiedade (frequência cardíaca, pressão arterial, condutância da pele). (CHAGAS, *et al.* 2009)

4- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dados são apresentados na presente revisão demonstrando que os canabinoides podem, futuramente ser uma importante opção terapêutica no tratamento de transtornos e sintomas psiquiátricos. Pela ausência de efeitos psicoativos e na cognição, segurança, boa tolerabilidade, ensaios clínicos com resultados positivos e o amplo espectro de ações farmacológicas, o CBD parece ser o canabinoide isoladamente mais próximo de ter seus achados iniciais transacionados para a prática clínica. De modo particular, os resultados do CBD como antipsicótico e ansiolítico parecem estar bem estabelecidos. Entretanto, estudos de longo prazo, duplo-cegos, controlados por placebo, em amostras com número adequado de pacientes nos diferentes transtornos psicóticos e de ansiedade ainda são necessários e

oportunos. Igualmente, devido ao fato de as ações do CBD serem bifásicas, a determinação da adequada faixa terapêutica para cada transtorno ainda é um desafio.

Paralelamente, ocorreu aumento do número de pesquisas buscando determinar os precisos mecanismos de ação do CBD nas diferentes condições neuropsiquiátricas são desejáveis. (WARE *et al.*, 2010). Desde 2015, os médicos brasileiros podem prescrever e os pacientes podem se tratar legalmente com *cannabis* no Brasil, porém ainda temos um caminho a trilhar: são mais de 4 milhões de pacientes que podem se beneficiar do uso medicinal da *cannabis*, no entanto apenas 0,2% dos médicos ativos no país prescrevem os derivados da planta, como CBD e THC.

São praticamente oito, nove décadas de publicidade negativa em torno da planta. Essa realidade começa a se reverter com rapidez e com evidência científica da melhor qualidade. Os primeiros estudos datam da década de 60 – ou seja, já estamos avançados em produzir informação real e de qualidade, agora o trabalho é disseminar esse conteúdo. Como o lema é “A informação é o melhor remédio”.

Aqui terminamos a nossa revisão lembrando a frase de Einstein que diz: “É mais fácil desintegrar um átomo do que um preconceito”.

REFERÊNCIAS

ABILIO, Vanessa. **Is cannabidiol dringneurodevelopment a promising therapy for schizophrenia and autism spectrum disorders?** ReserachGate, 2021. Disponível em: <https://www.researchgate.net/lab/Vanessa-Abilio-Lab>. Acesso em: 28 ago. 2021.

BARRETO, Luiz André Alves de Souza. **A maconha (*Cannabis sativa*) e seu valor terapêutico**. 2002. Monografia [Trabalho de conclusão do curso de graduação em Ciências Biológicas] apresentado à Faculdade de Ciências da Saúde do Centro Universitário de Brasília. Brasília, 2002. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/123456789/2435>. Acesso em 28 ago. 2021.

BELEM, Bruna; SAVINO, Débora; RESENDE, Maurício; LANDUCCI, Rafaela. **Uso de canabidiol em doenças neurológicas**. Boletim informativo da Farmácia Universitária do Departamento de Farmácia de Ciências Farmacêuticas da Universidade de São Paulo, junho de 2017. Disponível em: <https://docplayer.com.br/57347382-Uso-de-canabidiol-em-doencas-neurolgicas-informacao-e-educacao-em-saude.html>. Acesso em: 28 ago. 2021.

BRAIDA, Daniela; PEGORINI, Simona; ARCIDIACONO, Vittoria; CONSALEZ, Gian Giacomo; CROCI, Laura; SALA, Mariaelvina. *et al.* **Post-ischemictreatmentwithcannabidiolpreventselectroencephalographicflattening, hyperlocomotionand neuronal injury in gerbils**. *Neuroscienceletters*, v. 346, n. 1-2, p. 61-64, 2003. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S030439400300569X>. Acesso em: 28 ago. 2021.

CAMPOS, Aline Cristina; MOREIRA, Fabrício Araújo; GOMES, Felipe Villela; BEL, Elaine Aparecida Del; GUIMARÃES, Francisco Silveira. **Multiple mechanisms involved in the large-spectrum therapeutic potential of cannabidiol in psychiatric disorders.**

Philosophical Transactions of the Royal Society B: Biological Sciences, v. 367, n. 1607, p. 3364-3378, 2012. Disponível em:

<https://royalsocietypublishing.org/doi/full/10.1098/rstb.2011.0389>. Acesso em: 28 ago. 2021.

CHAGAS, Marcos H. Nisihara, TUMAS, Vitor, LOUREIRO, Sonia Regina; CORREA, Ana Carolina Lemos; NAKABAYASHI, Tatiana Iuriko Kawasaki; CRIPPA, José Alexandre S.

Does the association between anxiety and Parkinson's disease really exist? A Literature Review. Current Psychiatry Reviews, v.5, n.1, 2009. Disponível em:

<https://www.ingentaconnect.com/content/ben/cpsr/2009/00000005/00000001/art00002>.

Acesso em: 28 ago. 2021.

CRIPPA, José Alexandre S.; ZUARDI, Antônio Waldo; HALLAK, Jaime E. C. **Uso terapêutico dos canabinoides em psiquiatria.** Revista Brasileira de Psiquiatria. Ribeirão Preto, vol. 32, supl. I, mai. 2010. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbp/a/SLJjHfPvnpYKPQX79wbznztp/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 28 ago. 2021.

DEVINSKY, O., CILIO, M. R., CROSS, H., FERNANDEZ-RUIZ, J., FRENCH, J., HILL, C., FRIEDMAN, D.. **Cannabidiol: Pharmacology and potential therapeutic role in epilepsy and other neuropsychiatric disorders.** Wiley periodicals, 55(6), 791-802, 2014.

Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/epi.12631>. Acesso em: 28 ago. 2021.

FIORAVANTI, Carlos. **Afinação cerebral.** Extraído da maconha, cannabidiol age contra ansiedade e outros distúrbios mentais. Pesquisa FAPESP. São Paulo, jul. 2006.

Disponível em: <http://revistapesquisa.fapesp.br/wpcontent/uploads/2006/07/036-041-farmacologia.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2021.

GUIMARÃES, Maria. **Medicamento que vem da cannabis.** Pesquisa FAPESP. Ciência: Farmacologia. n.290, p.49-55, 2020. Disponível

em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/medicamento-que-vem-da-cannabis/>. Acesso em 28/08/2021.

KRUSE, Maria Henriqueta Luce; VIEIRA, Rosmari Wittmann, AMBROSINI, Leila;

NIEMEYER, Fenanda; SILVA, Flávia Pacheco da. **Cuidados paliativos: uma experiência.** 2007. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/28898>. Acesso em: 28 ago. 2021

LIMA, Daniela Nicolai de Oliveira; SOUZA, Maria Cláudia da Silva Antunes de. **O uso medicinal da cannabis e a indústria de medicamentos.** Anais de Constitucionalismo, Transnacionalidade e Sustentabilidade, v. 7, n. 1, 2020. Disponível em:

<https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/acts/article/view/17137>. Acesso em: 28 ago. 2021.

MATOS, R.L.A.; SPINOLA, L.L.; GARCA, D.R.; FRANÇA, T.C.C.; AFFONSO, R.S.. **O uso de cannabidiol no tratamento da epilepsia.** Rev. Virtual Quim., 2017, 9 (2), 786-814,

2017. Sociedade Brasileira de Química (SBQ). Disponível em:<http://dx.doi.org/10.21577/1984-6835.20170049>. Acesso em: 28 ago. 2021.

MORGAN CJ, CURRAN HV. **Effectsofcannabidiolonschizophrenialikesymptoms in peoplewho use cannabis.** *Br J Psychiatry.* 192(4):306-7, 2008. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/the-british-journal-of-psychiatry/article/effects-of-cannabidiol-on-schizophrenialike-symptoms-in-people-who-use-cannabis/895562C31FA106A611EBBA8F2181ECC7>. Acesso em: 28 ago. 2021.

OLIVEIRA, K. L. B.; LIMA, T. P. S. **Cannabis sativa:** potencial terapêutico. 2016. Monografia apresentada à Faculdade São Lucas. Porto Velho, 2016. Disponível: <http://repositorio.saolucas.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/1710/Kauanna%20Lamartine%20Brasil%20Oliveira%20-%20Cannabis%20sativa%20-%20potencial%20terap%20C3%AAutico.pdf?sequence=1>. Acesso em: 28 ago. 2021.

PAIN, Stephanie. **A pottedhistory.** *Nature*, v. 525, p. 10-11, 2015. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/26398731/>. Acesso em 28 ago. 2021.

SAVOI, Patrícia. **Este é o primeiro passo para iniciar seu tratamento com cannabis medicinal.** *Cannabis&Saúde: Sua fonte de informação da medicina canabinoide.* 2015. Disponível em: <https://www.cannabisesaude.com.br/medico/consulta-dra-patricia-savoi/>. Acesso em 28 ago. 2021.

SEDOLA, Viviane. **DR.CANNABIS**, 2015. Disponível em: <https://blog.drcannabis.com.br/tag/viviane-sedola/>. Acesso em 28 ago. 2021.

SMALL, Ernest. Evolution andclassificationof*cannabis sativa* (Marijuana, Hemp) in relationtohumanutilization. *Botanicalreview*, v. 81, p. 189-294, 2015. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s12229-015-9157-3>. aceso em: 28 ago. 2021.

Ware MA, Fitzcharles MA, Joseph L, Shir Y. **The effectsofnabiloneonsleep in fibromyalgia:** resultsof a randomizedcontrolledtrial. *AnesthAnalg.* 2010;110(2):604-10. Disponível em:https://journals.lww.com/anesthesia-analgesia/fulltext/2010/02000/the_effects_of_nabilone_on_sleep_in_fibromyalgia_.56.aspx. Acesso em: 28 ago. 2021.

WEAVER, Donald. F.; POHLMANN-EDEN, Bernd. **Pharmacoresistantepilepsy:** unmetneeds in solvingthe puzzle (s). *Epilepsia*, v. 54, p. 80-85, 2013. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/23646978/>. Acesso em: 28 ago. 2021.

ZUARDI Antônio Waldo, CRIPPA JA, HALLAK JE, PINTO JP, CHAGAS MH, RODRIGUES GG, DURSUN SM, TUMAS V. **Cannabidiol for thetreatmentofpsychosis in Parkinson'sdisease.** *J Psychopharmacol.* 2009;23(8):979-83. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0269881108096519>. Acesso em: 28 ago. 2021.

ZUARDI Antônio Waldo. **Historyof cannabis as a medicine:** a review. *RevBras Psiquiatr.*, 28(2):153-7, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbp/a/ZcwCkpVxkDV/RdybmBGGd5NN/?lang=en>. Acesso em: 28 ago. 2021.

A PANDEMIA DE COVID-19 E SAÚDE MENTAL DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE DA LINHA DE FRENTE

Leonardo de Oliveira Simplício, Bianca Callegari, e-mail:
leonardooliveirasimplicio@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Desde o final de 2019 o mundo enfrenta uma crise sanitária devido à pandemia gerada pela COVID-19, doença causada pela disseminação do novo coronavírus (SARS-Co V-2). Segundo Schmidt et al. (2020a), a pandemia instaurada pela COVID-19 é destacada como emergência na área da saúde em todo o mundo. A preocupação causada por tal fato não se fixa apenas em tratar a doença física causada pelo vírus, mas também em amenizar o sofrimento psíquico gerado durante a pandemia e encontrar um tratamento eficaz que ajude a diminuir a taxa de mortalidade, a qual contribui ainda mais com o sofrimento e preocupação da equipe técnica (que se encontra na linha de frente do tratamento da pandemia), bem como de toda a população (SCHMIDT et al., 2020a).

Propõe-se mostrar, por meio desta pesquisa, um panorama dos dias atuais e como a pandemia do coronavírus tem afetado a população de modo geral em diversos contextos, como social, familiar, financeiro, acadêmico e principalmente no contexto da saúde. Para tanto, realizou-se uma pesquisa de revisão da literatura para analisar quais são as principais queixas e quais são os possíveis impactos na saúde mental dos profissionais da saúde da linha de frente no combate à pandemia.

2 MÉTODO

Trata-se de uma revisão bibliográfica que tem como objetivo viabilizar, de forma clara e explícita, estudos sobre os aspectos psicológicos que profissionais da área da saúde da linha de frente no combate à pandemia da COVID-19 vêm enfrentando e os impactos na saúde mental destes; da mesma forma, pretende-se explorar como a psicologia pode atuar neste contexto minimizando os impactos gerados pela pandemia. Para tanto, realizou-se uma busca eletrônica em periódicos indexados nas bases de dados SciELO (Scientific Electronic Library Online) e Pepsic (Periódicos Eletrônicos em Psicologia). A pesquisa foi realizada a partir da intersecção das palavras-chave “COVID-19” AND “Profissionais da saúde” AND “Saúde mental”, dentro do período de março de 2020 a março de 2021.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Seguindo os critérios de inclusão, os artigos selecionados foram publicados entre os anos de 2020 e 2021, na base de dados SciELO. Diante do país de publicação dos artigos, selecionou os de publicação em território brasileiro, dos artigos encontrados se descartou apenas um em espanhol que fora excluído.

Para Torres, Félix e Oliveira (2020) e Schmidt et al. (2020a), a pandemia da Covid-19 trouxe consigo, para além das complicações físicas causadas pelo vírus, diferentes tipos de preocupações e extrema insegurança. Durante o período pandêmico, algumas normas foram estabelecidas frente aos tratamentos de vítimas acometidas pelo vírus dentro do setor de saúde, dada o aumento número de infecções. Os padrões estabeleciam quais pacientes teriam “prioridades” ao tratamento de UTIs, por exemplo, bem como o de estabelecer grupos de risco e de cuidados emergentes, como os idosos e pessoas com doenças crônicas, corroborando com o que fora estipulado em relação aos grupos “prioritários” no tratamento da Covid-19. Ainda, de acordo com os autores, os cuidados psicológicos diante da pandemia de Covid-19 não correspondem às expectativas para uma promoção de saúde adequada e abrangente para todos que a ela recorrem, um dos fatores pode ser o fato de se tratar de uma situação recente e de pouco conhecimento. Quanto à essas questões, nota-se um aumento do senso de empatia, presente durante as grandes pandemias.

Outros fatores que se destacam como contribuintes ao sofrimento psicológico dos profissionais da saúde são a falta de estrutura técnica e a falta de materiais básicos de extrema importância para a higiene do local e materiais de proteção, junto aos medicamentos necessários ao tratamento da Covid. Como salienta Souza et al. (2021), a situação desfavorável da saúde brasileira durante a pandemia se intensificou ainda mais, causando sofrimentos e alastrando diversos problemas à saúde dos trabalhadores, especialmente os profissionais da chamada linha de enfrentamento à pandemia. A falta de equipamentos essenciais para evitar o contágio viral, somado ao adoecimento psicológico, tem tirado o prazer pelo trabalho e aumentado vícios já existentes como álcool, drogas lícitas e ilícitas, além de situações preocupantes como tentativas de suicídio.

A pandemia compara-se a outros surtos epidemiológicos marcantes ao longo da história, como a pandemia de H1N1 e gripe espanhola, que alastraram consequências significativas no contexto mundial, como alto número de mortes e de pessoas contaminadas com vírus. Vale ressaltar que a pandemia de Covid-19 tomou uma proporção rápida e sua propagação ocorreu significativamente e em questão de meses tomou todo o contexto

mundial. Para conter a rápida disseminação do vírus, algumas medidas necessárias foram adotadas, como o isolamento social, o uso de máscaras e a quarentena. Contudo, as medidas de proteção podem ser prejudiciais à saúde mental, se não forem aplicadas corretamente. O adoecimento pode se dar também devido à falta de interação social entre pessoas, contatos físicos, atividades de lazer com os amigos e familiares. Vale ressaltar que é preciso que as pessoas tenham conhecimento da situação e da importância de tais medidas, bem como respeitar os limites de isolamento. Observando que o adoecimento psicológico está presente nas pandemias e vendo que tal fato deve receber atenção cabe ressaltar a importância de manter um plano de saúde bem estruturado tanto para os cuidados referentes ao vírus (contágio, recuperação e sintomas causados pelo mesmo) quanto a atenção primordial a saúde psicológica da população (FARO et al., 2020, SCHMIDT et al., 2020a)

Souza et al. (2021) enfatizam que a problemática em relação à saúde brasileira já se estende bem antes da organização mundial da saúde (OMS) decretar pandemia no início de 2020. A escassez de materiais necessários para os cuidados básicos como luvas, máscaras e matérias de esterilização já se encontravam em falta bem antes do aparecimento do novo coronavírus.

Nesse sentido, Teixeira et al., (2020) observam que existem outras situações negativas que vêm ganhando espaço diante da pandemia, impactando diretamente na saúde do profissional de saúde, caracterizando-se como estressores. A falta de contato com familiares, esgotamento físico e psicológico devido às longas horas de trabalho, bem como a atuação direta com pacientes internados por covid-19, o que gera insegurança e medo da própria contaminação ou da contaminação de terceiros. É inegável que esses fatores relacionam-se com o déficit na gestão do sistema único de saúde (SUS) advindos da falta de investimentos na área da saúde, tanto a nível preventivo quanto interventivo.

Como mencionado, o despreparo para o cuidado da saúde pública está também diretamente relacionado ao despreparo com os cuidados da saúde mental (SCHMIDT et al., 2020b). A saúde psicológica, por sua vez, acaba sendo rebaixada ou deixada em segundo plano, deixando de receber atenção necessária para os cuidados psicológicos da população em geral. As incertezas durante a pandemia como as poucas informações a respeito do vírus e suas consequências e também informações errôneas decorrentes das *fake news*, contribuem com o adoecimento da população, além da falta de orientação a respeito de matérias de proteção e como utilizá-los corretamente.

Em pesquisa realizada em um hospital na China, pôde-se observar nos profissionais da saúde, principalmente os que se encontram na linha de frente, a presença de ansiedade, depressão e estresse frente às decisões tomadas para controle do vírus, como isolamento social e as medidas de proteção. Sobre esse aspecto, os profissionais referem que, diante da alta demanda de casos e da urgência dos atendimentos, acabam perdendo muito tempo se paramentando para o atendimento com os devidos equipamentos de proteção, isso quando é possível contar com os equipamentos básicos (SCHMIDT et al., 2020a).

A problemática a respeito da pandemia não se limitou apenas aos fatores biológicos e causas negativas geradas pelo vírus no organismo dos indivíduos. Outros fatores, como a circulação de informações falsas a respeito de tal vírus contribuiu para o adoecimento mental de profissionais da saúde. De acordo com Bazán et al., 2020, em uma pesquisa realizada em local de saúde na grande são Paulo, foi constatado o aumento de informações sobre a Covid-19, sendo elas de diferentes canais de acesso. Junto com aumento de informações sobre a pandemia pode ser observado também que há relações entre o aumento de informações e problemas relacionados a saúde psicológica. Os participantes apresentaram também a má qualidade do sono, bem como outras comorbidades como dores de cabeça, e outras localidades do corpo. Conclui-se que o excesso de informações pode atrapalhar tanto a qualidade de vida quanto a saúde mental dos indivíduos que fazem o uso excessivos de informações.

De acordo com Moreira, Souza e Nobrega (2020) e Moreira et al. (2020), observa-se que a pandemia de Covid-19, não foi a única responsável pelo adoecimento psicológico dos indivíduos. Para os autores, as falsas informações sobre o vírus (contágio, adoecimento e complicações) contribuíram com o sofrimento e agravaram ainda mais a situação. Moreira et al. (2020), considera que a associação das incertezas e do medo presentes sobre a doença contribuem com o adoecimento da população, muitos advindos de notícias falsas, sem embasamento científico, e que circulam diariamente na internet. Contudo, como considera Schmidt et al. (2020b), vale ressaltar a importância da internet que se tornou responsável por mostrar novos caminhos e aproximar as pessoas com diferentes tipos de socialização por meio de recursos tecnológicos; assim, o *home office* se popularizou, bem como a possibilidade de aulas remotas, atividades físicas à distância e até mesmo comemorações de festividades *on-line* (MOREIRA et al., 2020; SCHMIDT et al., 2020b).

Os cuidados adotados pelos órgãos de saúde foram (e são) priorizar os efeitos causados pela doença ou vírus, suas causas no organismo, contágio, medidas de evitar a circulação, entre outros fatores relacionados a parte biológica da estrutura. Os cuidados

psicológicos dificilmente são priorizados, ou recebem atenção suficiente para que a população não adoeça frente as consequências causadas pelo mesmo problema, o quanto a presente situação pode prejudicar a saúde psicológica do indivíduo. É crucial que os cuidados da saúde psicológica dos indivíduos recebam atenção e cuidados necessários para que estes retornem de maneira saudável às rotinas do dia a dia. A China, observando a importância do cuidado psicológico da população após a crise da pandemia, disponibilizou materiais e trabalhos voltados a pacientes vítimas da Covid-19 para o público geral, abrangendo a todos e proporcionando cuidado com a saúde psicológica a toda população. Os cuidados são desde conscientização do vírus, também orientações como a importância do isolamento social, a quarentena como recurso de evitar a circulação do vírus, entre outras medidas de disseminação. Trabalhos voltados a profissionais que lidam diretamente com pacientes vítimas de COVID-19 ou que estão internados por complicações do próprio vírus também foram disponibilizados (FARO et al., 2020).

Os materiais disponíveis para orientar os profissionais que se encontram na linha de frente da COVID-19 se baseiam desde orientações em conduzir o paciente a realizar as medidas de proteção à conscientização do quanto elas são importantes para a prevenção do vírus. Ainda, prioriza-se transmitir uma postura de confiança ao paciente, pois os profissionais que atuam na linha de frente são muitas vezes os que dão a notícia ao paciente. Neste sentido, a psicologia pode desenvolver atividades voltadas aos sintomas psicológicos decorrentes do contexto pandemia como ansiedade, depressão e estresse. O trabalho voltado às medidas de isolamento que contribuem para o sofrimento psicológico dos profissionais da saúde também podem ser estratégias de trabalho dos psicólogos, como orientações sobre manter o contato com entes queridos e amigos de forma remota (SCHMIDT et al., 2020a).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente trabalho pode-se observar que frente a pandemia por Covid-19, iniciada no final de 2019, importantes mudanças foram realizadas em diferentes contextos e para a sociedade em geral, sendo o contexto da saúde o mais afetado, trazendo reflexões sobre o despreparo do sistema de saúde brasileiro para enfrentar tal situação. Com a pandemia, pode-se constatar que além do sofrimento físico causado pelo vírus, outro fator importante frente ao mesmo ganhou importante destaque, o sofrimento psicológico.

REFERÊNCIAS

BAZÁN, P. R. et al. Exposição às informações sobre COVID-19 em mídias digitais e suas atividades para funcionários do setor de saúde: resultados de uma pesquisa on-line. **Einstein** (São Paulo), v. 18, 2020. Disponível:

<https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/download/58/69>. Acesso em: 25 de mar de 2021

FARO, A. et al. COVID-19 e saúde mental: a emergência do cuidado. **Estudos de Psicologia (Campinas)**, v. 37, 2020. Disponível em:

https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2020000100507&tlng=pt Acesso em: 25 de mar de 2021

MOREIRA, W. C. et al. Intervenções em saúde mental em tempos de COVID-19: revisão de escopo. **Ciências da Saúde**. 2020. Disponível:

<https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/download/58/69>. Acesso em: 25 de mar de 2021

MOREIRA, W. C.; SOUZA, A. R.; NOBREGA, M. P. S. S. Adoecimento mental na população geral e profissionais de saúde durante a pandemia da covid-19: revisão sistemática. **Texto & Contexto Enfermagem**, v. 29, n. 1, 2020. Disponível: Acesso em:

<https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/download/58/69>. Acesso em: 25 de mar de 2021

SCHMIDT, B, et al. Impactos na Saúde Mental e Intervenções Psicológicas Diante da Pandemia do Novo Coronavírus (COVID-19). 2020a. Disponível em:

<https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/download/58/69>. Acesso em: 25 de mar de 2021

SCHMIDT, B. et al. Saúde mental e intervenções psicológicas diante da pandemia do novo coronavírus (COVID-19). **Estudos de Psicologia (Campinas)**, v. 37, 2020b.

Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/download/58/69>. Acesso em: 25 de mar de 2021

SOUZA, N. V. D. de o. et al. Trabalho de enfermagem na pandemia da covid-19 e repercussões para a saúde mental dos trabalhadores. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 42, 2021. Disponível:

<https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/download/58/69>. Acesso em: 25 de mar de 2021

TEIXEIRA, C. M. F. et al. A saúde dos profissionais de saúde no enfrentamento da pandemia de Covid-19. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, p. 3465-3474, 2020. Disponível:

Acesso em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/download/58/69>. Acesso em: 25 de mar de 2021

TORRES, A.; FÉLIX, A. A. A.; OLIVEIRA, P. I. S. de. Escuelas de Sofia y la pandemia de COVID-19 en Brasil: reflexiones bioéticas. **Revista de Bioética y Derecho**, n. 50, p. 333-352, 2020. Disponível: Acesso em:

<https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/download/58/69>. Acesso em: 25 de mar de 2021

A PERSPECTIVA DOS ALUNOS DE ENFERMAGEM DURANTE A GRADUAÇÃO SOBRE O PROCESSO MORTE E MORRER

Monise Ferreira Santos, Eder Marques De Oliveira; Renata C. de O. Souza Castro, E-mail: moniseferreira.santos@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A morte faz parte do desenvolvimento humano acompanhando o seu ciclo vital e deixando suas marcas, sendo algo que não pode ser descrita, ou seja, a própria palavra “morte” não dá conta do que ela seja. (CORALLI, 2012).

De acordo com Oliveira (2021), do ponto de vista antropológico, a vida está circunscrita entre o nascimento e a morte. Em sua definição natural e clássica, é concebida como a separação da alma do corpo, isto é, como o desmembramento-divisão dos princípios essenciais que constituem do ser humano.

Embora o homem tenda a ignorá-la e a repeli-la, a morte é um processo natural e inevitável da vida, um enigma, onde entender o processo e as representações dos indivíduos sobre a morte pode ser o passo para entender o conceito da vida, (ROCHA et al, 2017).

Nesse contexto, lidar com o processo de morte e morrer dos pacientes, pode ser entendido como um dos grandes desafios aos profissionais de enfermagem que atuam em hospitais, e por não ser um tema de abordagem simples, pode gerar reações diversas como sentimentos de frustração, impotência, perda, estresse e culpa, principalmente aos profissionais não preparados para lidar com tais situações da realidade cotidiana, que vai desde a aceitação da perda de um paciente até o momento de dar a notícia aos familiares. (LIMA & COSTA JUNIOR, 2015).

Como estudado por Carmo e Oliveira (2015), os trabalhadores de enfermagem sofrem intensamente ao cuidar dos pacientes em processo de morrer e, para enfrentarem o sofrimento cotidiano, utilizam diversas estratégias e mecanismos de defesa, individuais e coletivas, como a negação, criação de rotinas e afastamento.

Segundo Lima e Costa Junior (2015), uma das causas da dificuldade de aceitação do processo de morte e morrer é quedurante a formação acadêmica o tema “morte” é pouco abordado, podendo haver, várias lacunas, em que o profissional é incentivado a acreditar que somente a cura e a recuperação do paciente são características de um bom cuidado.

A implantação de programas centrados na educação para a morte e de estratégias de resolução de problemas podem contribuir para a constituição de redes sociais e ampliar

os espaços de discussão, nos quais os profissionais da área e os estudantes possam refletir sobre as questões ligadas à morte de forma saudável, vivencial, acolhedora e integrada. (SANTOS & HORMANEZ, 2013).

Este estudo se justifica pela apresentação sobre o processo “morte e morrer” na visão dos alunos de enfermagem, identificando o nível de aprendizado que recebe sobre o tema durante a formação acadêmica, buscando o preparo profissional para tal.

2 OBJETIVO

Investigar a abordagem sobre o processo “morte e morrer”, na formação acadêmica do enfermeiro.

3 METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão bibliográfica, relativa à abordagem do processo morte e morrer na formação acadêmica do enfermeiro.

Os conteúdos, selecionados para este artigo foram publicados entre os anos de 2008 a 2021. Foram encontrados treze estudos sobre o assunto. Os descritores utilizados para realização da revisão da literatura foram: Morte e Morrer; Enfermagem; Hospitais.

Para as buscas dos artigos foram consultadas plataformas de publicações científicas, onde foram encontrados livros e Artigos de Revistas contendo pesquisas na área da Saúde.

Após a leitura dos resumos dos materiais selecionados, num total de vinte e quatro Artigos, foram descartados onze artigos, que se repetiam entre os sites de busca e que não abordavam exatamente o tema objeto deste estudo. Em seguida, foi realizada leitura na íntegra dos treze materiais bibliográficos que realmente fizeram parte do conteúdo, para a análise e escrita deste Artigo.

4 DISCUSSÃO DA LITERATURA

4.1 O DEFICIT NO CURSO DE ENFERMAGEM QUANTO AO APRENDIZADO SOBRE PROCESSO MORTE E MORRER

De acordo com Portela (2014), é de grande importância que a equipe de enfermagem seja preparada durante sua formação para saber lidar com o paciente terminal, com seus familiares e com a morte e o morrer. No entanto, a realidade não é essa, visto que os temas morte e morrer são pouco abordados durante a formação profissional, havendo a ênfase apenas na cura dos pacientes. Isso faz com que os profissionais se

sintam compromissados apenas com a vida e, conseqüentemente, sentem-se fracassados quando não curam o doente.

Medeiros e Mendes (2013) pactuam do mesmo pensamento quando afirmam que a enfermagem convive com a morte em todos os seus processos, pois esta frequentemente interage com o paciente nos momentos de cuidados imediatos e nos esclarecimentos e dúvidas dos familiares. Assim, este profissional tem que lidar com o sofrimento, angústia e com os temores que podem surgir em diversas situações que envolvem esse cuidar.

As repercussões da ausência da temática do processo de morte e morrer na formação dos profissionais da saúde foram abordadas em diferentes publicações nos últimos anos e trazem como conseqüências diversos fatores negativos, como por exemplo, sentimento de fracasso, distúrbios psíquico, depressão, angústia entre outros, (MEDEIROS & MENDES, 2013; PORTELA, 2014; LIMA & COSTA JUNIOR, 2015).

Vendo assim, o despreparo desse profissional para lidar com as questões relacionadas à morte e ao processo de morrer demonstra que a abordagem dessa temática tem sido feita de maneira muito rápida e superficial durante a formação da enfermagem, não havendo momentos formalmente estipulados no currículo para que haja discussão sobre o assunto (MEDEIROS & MENDES, 2013).

4.2 AS CONSEQUENCIAS DA FALTA DE PREPARO DOS ENFERMEIROS AO LIDAR COM O PROCESSO "MORTE E MORRER".

Situada no ambiente hospitalar, a equipe de enfermagem mantém uma relação diferenciada com os pacientes que vivenciam a terminalidade e seus familiares. Enfermeiros são os profissionais de saúde que mais se mantêm em contato direto e prolongado com esses pacientes, sendo os primeiros que atendem suas necessidades e que, conseqüentemente, estabelecem vínculos afetivos. (IVO & PEDROSO, 2017).

Em consonância, Santos & Hormanez (2013) afirmam que essa proximidade tanto pode ser benéfica para o cuidado, como pode torná-los vulneráveis ao estresse laboral. Desta forma, o profissional de enfermagem torna-se o primeiro a lidar diretamente com o processo de morte e morrer, classificando-se como os mais suscetíveis a altos níveis de estresse.

Uma problemática não menos importante relatada por Pereira, Thofehr & Amestoy (2008), é que a maioria dos profissionais, diante a dificuldade em lidar com a morte, pode se tornar incapaz de proporcionar a assistência adequada aos pacientes em situação de

morte, privando-os inconscientemente de sua ajuda, afeição e amparo nesse momento de extrema necessidade.

Frente a essa questão, Santos et al (2020), evidenciam em seu trabalho, a dificuldade física e emocional dos profissionais em falar sobre a morte e de realizar a comunicação de más notícias aos que vivenciam este processo. Podendo por falta do preparo para tal assistência, desenvolver sentimentos de culpa e fracasso e até mesmo ter sua saúde mental e emocional comprometida.

Dias, Pereira & Finelli (2020), estabelecem que além desses sentimentos poderem estar relacionados ao fracasso na capacidade de promover a cura, podem dificultar a maneira de continuar a exercer sua atividade laboral para com outros pacientes. No entanto, reconhecer a necessidade de se organizar, na formação do profissional de enfermagem, enquanto conteúdos que discutam como lidar com a morte, seria importante, tanto na relação profissional/paciente quanto no quesito de evasão dos cursos, que acontece com alguns acadêmicos ao enfrentar a primeira morte de pacientes.

Não é difícil de perceber que os profissionais de saúde veem a morte como algo negativo, pois é como se esse fato fosse de encontro aos seus propósitos e assim, tenta-se mascarar toda situação que a envolva, uma vez que seus ideais buscam alcançar o bem-estar e a reestruturação da vida. (SALIMENA et al, 2015).

5 CONCLUSÃO

É necessário que os alunos de enfermagem entendam que a falta de preparo para lidar com o processo morte e morrer pode prejudicar diretamente o seu trabalho com os pacientes e familiares, e conseqüentemente comprometer seu estado emocional. Entende-se que é necessário que se proporcione momentos de discussão sobre o processo morte e morrer dentro do currículo das disciplinas de graduação de enfermagem, visto que esse é o período ideal para a discussão ser iniciada.

É compreensível que os profissionais enfermeiros (as) não estejam preparados para a morte, mesmo que haja abordagem teórica sobre o tema durante a graduação, mas se as atividades desempenhadas junto ao paciente que vive a terminalidade, forem eficientes e com competência, prevalecerá a sensação da “missão cumprida” e haverá dignidade durante todo o processo morte e morrer, tão digno quanto a vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

CARMO, S A; OLIVEIRA I C S. Criança com Câncer em Processo de Morrer. **Rev. Brasileira de Cancerologia** 2015; 61(2): 131-138.

CORALLI, B. O Silencio Coletivo: A morte na atualidade e o desconforto causado por ela. Portal Psicologia. PT. 2012. Disponível em: <<https://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0656.pdf>>. Acesso em 15/06/21.

DIAS J. S.; PEREIRA, W R L; FINELLI, L A C. A vivência da morte pela equipe de saúde que atua no setor de oncologia. **Bionorte**. Montes Claros, v. 9, n. 1, p. 9-19, jan./jun. 2020.

IVO, OLGUIMAR P.; PEDROSO, Karina O. O Processo da Morte e do Morrer: uma Visão dos Acadêmicos de Enfermagem. **Rev. Multidisciplinar e de Psicologia**, Fevereiro de 2017, vol.11, n.34, p. 271-280. ISSN: 1981-1179.

LIMA, R S; COSTA JUNIOR. O processo de morte e morrer na visão do enfermeiro. **Rev. Ciência & saberes**, Facema. 2015 Ago. - Out; 1 (1): 25-30.

MEDEIROS, S N; MENDES D R G. As Percepções da Equipe de Enfermagem durante o Processo de Morte do Paciente Hospitalizado. **Rev. de Divulgação Científica Sena Aires** 2013; Julho-Dezembro (2): 189-196.

OLIVEIRA, R A. Antropologia da morte. **Perspect.Teol.**, Belo Horizonte, v. 53, n. 1, p. 203-224, Jan./Abr. 2021

PEREIRA L. A, THOFEHRN M.B, AMESTOY S.C. A vivência de enfermeiras na iminência da própria morte. **Rev. Gaúcha Enferm**. Porto Alegre (RS) 2008 dez; 29(4):536-42.

PORTELA, V M P. As intervenções de enfermagem e sua importância na sala de recuperação pós-anestésica. **Rev. Científica FacMais**, Vol. XII, Número 1. Abril. Ano 2014.

ROCHA, D D; NASCIMENTO, E C; RAIMUNDO, L P; DASMACEÑO, A M B; BONDIM, H F F B. Sentimentos vivenciados pelos profissionais de Enfermagem diante de morte em unidade de terapia intensiva neonatal. **Mental**- v. 11 - n. 21 - Barbacena-MG, Jul. -Dez 2017 - p. 546-560.

SALIMENA, A M O; FERREIRA, G C; MELO; M C S C; Sentimentos da equipe de enfermagem cirúrgica diante da morte. **Arq. Ciênc. Saúde** 2015 jan - mar; 22(1) 75-78.

SANTOS, C T A; MIRANDA, S S; FREITAS K O; VASCONCELOS E V. Percepções de acadêmicos de enfermagem sobre o processo de morte e morrer: Sobre implicações na formação profissional. **Enferm. Foco** 2020; 11 (3): 48-53.

SANTOS, M A; HORMANEZ, M. Atitude frente à morte em profissionais e estudantes de enfermagem: revisão da produção científica da última década. **Rev. Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, n. 9, p. 2757-2768, 2013.

A SITUAÇÃO DAS GESTANTES BRASILEIRAS COM COVID-19

Milene Fernanda Ramalho, Tanize do Espírito Santo Faulin
e-mail: milenyramalho@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Em dezembro de 2019, vários casos de pneumonia aguda surgiram em Wuhan, na China. Posteriormente, foi identificado que um novo coronavírus era o agente etiológico destes casos. O vírus foi nomeado SARS-CoV-2 (coronavírus 2 causador da síndrome respiratória aguda grave) e a doença foi chamada de COVID-19 (doença do coronavírus 2019) (KHAN *et al.*, 2020).

De acordo com a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), as mulheres grávidas têm um risco maior de desenvolver sintomas graves de COVID-19 em comparação com mulheres que não estão grávidas, além do risco aumentado de parto prematuro. Mais de 270.000 mulheres grávidas foram infectadas com COVID-19 nas Américas e mais de 2.600 vieram a óbito até setembro de 2021 (OPAS, 2021a).

Na Suécia, mulheres grávidas e puérperas com SARS-CoV-2 apresentaram um risco maior de serem admitidas em UTI, em comparação com mulheres não grávidas da mesma idade (COLLIN *et al.*, 2020). De modo similar, nos Estados Unidos e no Brasil, há uma alta taxa de mortalidade por COVID-19 na gravidez e no período pós-parto (GURZENDA e CASTRO, 2021).

Até o momento, no Brasil, foram registrados 17.816 casos de síndrome respiratória aguda grave por COVID-19 em gestantes e puérperas, sendo que destes, 1.869 evoluíram para óbito (FRANCISCO; LACERDA; RODRIGUES, 2021a). Em vista das circunstâncias, esta revisão buscou apresentar o impacto da COVID-19 em gestantes brasileiras.

2 MÉTODO

Para a elaboração deste trabalho foi realizada uma busca de artigos na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), nas bases de dados LILACS e MEDLINE, bem como na base PubMed, utilizando as palavras-chave: COVID-19 e gestante. Foram selecionados apenas os textos completos publicados nos anos de 2020 e 2021. Informações divulgadas pelos sites de organizações de saúde nacionais e internacionais também foram utilizados para a construção desta revisão narrativa de literatura.

3 REVISÃO DE LITERATURA

A COVID-19 é caracterizada por uma síndrome respiratória com um grau diversificado de gravidade, variando de uma doença leve do trato respiratório a pneumonia intersticial grave e síndrome do desconforto respiratório agudo (PETROSILLO *et al.*, 2020). A transmissão de SARS-CoV-2 ocorre por meio do contato direto ou indireto com secreções, como saliva ou gotículas respiratórias, expelidas por pessoas infectadas ao falar, tossir ou espirrar (OPAS, 2021b). Os indivíduos que apresentam alguma comorbidade estão mais sujeitos ao desenvolvimento de quadros graves da COVID-19. Esses indivíduos são classificados como grupo de risco, estando as gestantes incluídas nele (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020).

Alguns autores afirmam que gestantes com COVID-19 são mais propensas a desenvolver doença grave do que mulheres não grávidas, com uma taxa aumentada de admissão em unidade de terapia intensiva (UTI), necessidade de oxigênio suplementar e ventilação, além de apresentar eventos adversos na gravidez, como má perfusão vascular fetal, ruptura prematura da membrana fetal e parto prematuro (MOORE e SUTHAR, 2021; TUG *et al.*, 2020).

A transmissão vertical de COVID-19 também tem sido avaliada. Uma pesquisa foi realizada com neonatos de 19 mulheres que foram diagnosticadas com COVID-19 no terceiro trimestre da gestação. Em sete pacientes (36,8%) foi realizada cesariana, 12 pacientes (63,1%) tiveram trabalho de parto espontâneo e 8 (38,1%) tiveram parto prematuro. O resultado do RT-PCR (Transcrição Reversa seguida de Reação em Cadeia da Polimerase) para SARS-CoV-2 a partir da secreção nasofaríngea, foi negativo em todos os neonatos, sugerindo que não houve transmissão vertical de COVID-19 (MORENO *et al.*, 2020).

Lamentavelmente, os desfechos maternos e fetais pioraram em vários países durante a pandemia de COVID-19, com um aumento nas mortes maternas e natimortos (CHMIELEWSKA *et al.*, 2021). Uma pesquisa avaliou 978 mulheres brasileiras grávidas e puérperas notificadas com COVID-19 que tiveram síndrome da angústia respiratória aguda. Destas, 124 foram a óbito, revelando uma taxa de letalidade de 12,7% nesta população. Em 48,4% dos casos fatais, ao menos uma comorbidade estava presente. Os principais fatores de risco para morte materna por COVID-19 foram o pós-parto no início da síndrome da angústia respiratória aguda, obesidade, diabetes e doença cardiovascular (TAKEMOTO *et al.*, 2020).

No Brasil, até a semana 32 de 2021, a idade gestacional mais frequente entre os casos de síndrome respiratória aguda grave por COVID-19 foi a do 3º trimestre, com 5.169 (60,0%) registros. A faixa etária com o maior número de casos notificados de síndrome respiratória aguda grave em gestantes com COVID-19 foi a de 30 a 39 anos de idade com 3.942 (45,7%) casos, seguida pela faixa etária de 20 a 29 anos, com 3.313 (38,4%) casos (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2021).

Ao realizar uma comparação entre os anos de 2020 e 2021, o Observatório Obstétrico Brasileiro mostrou que houve um elevado aumento no número de óbitos por semana em gestantes e puérperas. O número de mortes maternas aumentou de 10,1 por semana (456 mortes em 45 semanas em 2020) para 33,8 mortes por semana (575 mortes nas primeiras 17 semanas em 2021) (FRANCISCO; LACERDA; RODRIGUES, 2021b).

Uma questão adicional analisada por SANTOS e colaboradores (2021) é que a intersecção de gênero, raça e classe social amplifica ainda mais as mortes maternas causadas por COVID-19. Os autores demonstraram que nas internações de mulheres grávidas negras houve maior prevalência de dispneia e baixa saturação de O₂, maior taxa de admissão na UTI, ventilação mecânica e óbito. Mesmo antes da pandemia no Brasil, havia uma quantidade muito maior de óbitos maternos entre mulheres negras, pardas e indígenas, as quais eventualmente não tem acesso a atenção pré-natal (GURZENDA e CASTRO, 2021).

De acordo com Carvalho-Sauer *et al.* (2021), existe ainda a possibilidade de que os números de mortalidade materna por SARS-CoV-2 sejam maiores que os registrados, pois no Brasil não foi realizada a testagem universal de mulheres grávidas e os óbitos maternos atestados devido a causas não especificadas ou mal definidas pode mascarar casos não diagnosticados de COVID-19.

Recentemente, a Lei nº 14.190, de 29 de julho de 2021 determinou a inclusão de gestantes, puérperas e lactantes como grupo prioritário no Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a COVID-19 (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 2021), o que irá auxiliar na mitigação do avanço da doença neste grupo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mulheres, durante seu período gestacional, sofrem algumas alterações fisiológicas que podem torná-las mais vulneráveis aos processos infecciosos. Os dados indicam que muitas gestantes e puérperas brasileiras morreram em decorrência da COVID-19, provavelmente somado à falta de assistência pré-natal e atendimentos emergenciais

assim como à desigualdade social e ou racial. A coleta e divulgação de dados sobre o desfecho da COVID-19 em gestantes e puérperas é de vital importância para que sejam adotadas medidas e políticas públicas para prevenir a morbidade e mortalidade dessa população.

REFERÊNCIAS

CARVALHO-SAUER, R.C.O. *et al.* Impact of COVID-19 pandemic on time series of maternal mortality ratio in Bahia, Brazil: analysis of period 2011–2020. **BMC Pregnancy Childbirth**, v.21, n.423, 2021. Disponível em: <https://bmcpregnancychildbirth.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12884-021-03899-y#citeas>. Acesso em: 06 set. 2021.

CHMIELEWSKA, B. *et al.* Effects of the COVID-19 pandemic on maternal and perinatal outcomes: a systematic review and meta-analysis. **Lancet Glob Health**, v.9, n.6, p.e759-e772, 2021. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC8012052/pdf/main.pdf>. Acesso em: 06 set. 2021.

COLLIN, J. *et al.* Pregnant and postpartum women with severe acute respiratory syndrome coronavirus 2 infection in intensive care in Sweden. **Acta Obstet Gynecol Scand**, v.99, n.7, p.819-822, 2020. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7273089/pdf/AOGS-9999-na.pdf>. Acesso em: 06 set. 2021.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. Lei nº 14.190, de 29 de julho de 2021. Publicado em: 30/07/2021. Edição: 143, Seção: 1, Página: 1. Órgão: Atos do Poder Legislativo. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.190-de-29-de-julho-de-2021-335402734>. Acesso em: 19 set. 2021.

FRANCISCO, R.P.V.; LACERDA, L.; RODRIGUES, A.S. OOB COVID-19. Observatório Obstétrico Brasileiro COVID-19. Última atualização: 15/09/2021. 2021a. Disponível em: https://observatorioobstetrico.shinyapps.io/covid_gesta_puerp_br/. Acesso em: 19 set. 2021.

FRANCISCO, R.P.V.; LACERDA, L.; RODRIGUES, A.S. Observatório Obstétrico BRASIL - COVID-19: 1.031 mortes maternas por COVID-19 e o acesso desigual aos serviços de saúde. Editorial. **Clinics**, v.76, 2021b. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/clin/a/YrcJPqKqrnxqj3r8j4ddsKD/?format=pdf&lang=en>. Acesso em: 19 set. 2021.

GURZENDA, S. e CASTRO, M.C. COVID-19 poses alarming pregnancy and postpartum mortality risk in Brazil. **EClinicalMedicine**, v.36, 100917, 2021. Disponível em: [https://www.thelancet.com/journals/eclinm/article/PIIS2589-5370\(21\)00197-8/fulltext#tbl0001](https://www.thelancet.com/journals/eclinm/article/PIIS2589-5370(21)00197-8/fulltext#tbl0001). Acesso em: 06 set. 2021.

KHAN, M. *et al.* COVID-19: A Global Challenge with Old History, Epidemiology and Progress So Far. **Molecules**, v.26, n.39, 2020. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7795815/pdf/molecules-26-00039.pdf>. Acesso em: 19 set. 2021.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Guia de vigilância epidemiológica**. Brasília, 2020. Disponível em: https://portalarquivos.saude.gov.br/images/af_gvs_coronavirus_6ago20_ajustes-finais-2.pdf . Acesso em: 27 fev. 2021

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Boletim epidemiológico especial**. Doença pelo novo coronavírus COVID-19. Semana Epidemiológica 32 8/8 a 14/8/2021. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/media/pdf/2021/agosto/20/boletim_epidemiologico_covid_76-final20ago.pdf. Acesso em: 06 set. 2021.

MOORE, K. M.; SUTHAR, M.S. Comprehensive analysis of COVID-19 during pregnancy. **Biochem Biophys Res Commun**, v. 538, p.180–186, 2021. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7759124/pdf/main.pdf> . Acesso: 29 jul. 2021.

MORENO, S. C. *et al.* Vertical Transmission of COVID-19 to the Neonate. **Infect Dis Obstet Gynecol**, 8460672, 2020. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7683153/pdf/IDOG2020-8460672.pdf>. Acesso em: 01 agosto 2021.

OPAS. ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **PAHO Director urges countries to prioritize pregnant and lactating women for COVID-19 vaccinations**. 2021a. Disponível em: <https://www.paho.org/en/news/8-9-2021-paho-director-urges-countries-prioritize-pregnant-and-lactating-women-covid-19>. Acesso em: 19 set. 2021.

OPAS. ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **Folha informativa COVID-19**. Escritório da OPAS e da OMS no Brasil. 2021b. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19#contagio> Acesso em: 23 fev. 2021.

PETROSILLO, N. *et al.* COVID-19, SARS and MERS: are they closely related? Narrative review. **Clin Microbiol Infect**, v.26, n.6, p.729-734, 2020. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7176926/>. Acesso em: 07 fev. 2021.

SANTOS, D. S. *et al.* Disproportionate Impact of Coronavirus Disease 2019 (COVID-19) Among Pregnant and Postpartum Black Women in Brazil Through Structural Racism Lens. **Clin Infect Dis**, v.72, n.11, p. 2068-2069, 2021. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7454418/pdf/ciaa1066.pdf>. Acesso em: 05 set. 2021.

TAKEMOTO, M. *et al.* Clinical characteristics and risk factors for mortality in obstetric patients with severe COVID-19 in Brazil: a surveillance database analysis. **BJOG**, v.127, n.13, p.1618-1626, 2020. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7461482/pdf/BJO-9999-na.pdf>. Acesso em: 05 set. 2021.

TUG, N. *et al.* Pregnancy worsens the morbidity of COVID-19 and this effect becomes more prominent as pregnancy advances. **Turk J Obstet Gynecol.**, v.17, n3, p.149-154, 2020. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7538816/pdf/TJOG-17-149.pdf> . Acesso em: 07 ago. 2021.

AÇÃO DOS PREBIÓTICOS E PROBIÓTICOS NA COVID-19

Jaqueline Samara de Oliveira Marinho, Tanize do Espírito Santo Faulin, e-mail: jackmarinhojau20@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A COVID-19 (*Coronavirus disease 2019*) é uma doença causada por um novo beta coronavírus, denominado SARS-CoV-2, que foi inicialmente identificado na província de Hubei, China, no final de 2019 e se espalhou para muitos países ao redor do mundo. Pacientes com COVID-19 podem ter graus variados de manifestações clínicas, desde assintomático, leve, moderado, grave e até mesmo crítico com síndrome respiratória aguda grave (POLLARD *et al.*, 2020).

A microbiota intestinal humana é composta por 10^{14} microrganismos residentes, incluindo bactérias, arqueias, vírus e fungos. A microbiota intestinal desempenha um papel fundamental na saúde por meio de seus efeitos protetores, nutricionais e metabólicos (DHAR; MOHANTY, 2020). Em contrapartida, a disbiose, um desequilíbrio persistente da microbiota, tem sido associada a várias doenças intestinais e extraintestinais (MIRZAEI *et al.*, 2021). Por conseguinte, o papel da microbiota intestinal na COVID-19 e sua melhora por meio de prebióticos e probióticos estão sendo estudados.

Farelo de trigo, fruto-oligossacarídeos e galactossacarídeos são classificados como prebióticos e uma de suas funções é ampliar os níveis de butirato, reduzindo a inflamação e melhorando as condições de asma e fibrose cística (DHAR; MOHANTY, 2020). Microrganismos vivos que propiciam benefícios à saúde do hospedeiro são conhecidos como probióticos. Eles geralmente afetam as respostas imunes inatas e adaptativas e podem reduzir a gravidade das doenças, incluindo infecções do trato respiratório (MIRZAEI *et al.*, 2021). Melhorar a diversidade da microbiota intestinal com probióticos já disponíveis como um tratamento suplementar pode ajudar, por exemplo, a combater a diarreia associada ao SARS-CoV-2 (DIN *et al.*, 2021).

Em vista disso, o objetivo desse trabalho é discorrer sobre os efeitos e mecanismos subjacentes do uso de prebióticos e probióticos na COVID-19.

2 METODOLOGIA

Este trabalho é uma revisão bibliográfica narrativa não sistemática realizada a partir da pesquisa de artigos científicos de acesso livre da base de dados PubMed. Os artigos

foram encontrados usando as seguintes palavras-chave: COVID-19, SARS-COV-2, prebiotic, probiotic, dysbiosis. As palavras-chave foram aplicadas em diferentes combinações. O período de busca selecionado foi de março de 2020 a julho de 2021.

3 REVISÃO DE LITERATURA

O papel da microbiota intestinal nas doenças pulmonares tem sido estudado. A microbiota intestinal parece ser um centro de sinalização, que pode influenciar o metabolismo, a imunidade e a resposta do hospedeiro à infecção ao integrar ao mesmo tempo sinais ambientais, genéticos e imunológicos (HARPER *et al.*, 2020). Adicionalmente, é bem conhecido que infecções virais respiratórias podem causar distúrbios da microbiota intestinal. O eixo intestino-pulmão é bidirecional, portanto, endotoxinas e metabólitos da microbiota intestinal podem afetar os pulmões por meio do sangue. Por outro lado, quando os pulmões estão inflamados, a microbiota intestinal pode ser afetada (DHAR; MOHANTY, 2020).

Conforme revisado por Olaimat *et al.* (2020), os prebióticos conferem benefícios à saúde, pois são substratos utilizados seletivamente pelos microrganismos hospedeiros, tais como: frutanos, oligossacarídeos, arabino-oligossacarídeos, isomalto-oligossacarídeos, xilo-oligossacarídeos, amido resistente, lactossacarose, ácido lactobiônico, galactomanana, psílio, polifenóis e ácidos graxos poli-insaturados.

Além do impacto na composição da microbiota, os prebióticos também podem produzir alterações significativas em marcadores imunológicos e metabólicos. Os efeitos benéficos dos prebióticos são principalmente mediados pelo aumento da produção de ácidos graxos de cadeia curta e fortalecimento do tecido linfático associado ao intestino (GALT). Foi observado que o consumo de carboidratos indigeríveis presentes em grãos inteiros leva a uma diminuição da citocina pró-inflamatória IL-6 e da resistência à insulina. Da mesma forma, com a ingestão de amido de milho com alto teor de amilose, ocorre um aumento nos níveis plasmáticos da citocina anti-inflamatória IL-10 (DHAR; MOHANTY, 2020).

Probióticos são microrganismos vivos que podem proporcionar benefícios à saúde, fortalecendo a imunidade pela via intestinal, além de induzir resistência contra fatores de patogenicidade ou toxicidade, e proteção no uso de xenobióticos e antibióticos (DIN *et al.*, 2021). São considerados probióticos os alimentos fermentados, como iogurte, queijo e picles, e é sugerido que sejam consumidos diariamente em doses de 10^8 a 10^{10} unidades

formadoras de colônias para produzir benefícios para a saúde em humanos (OLAIMAT *et al.*, 2020).

No entanto, ainda não se sabe muito bem como são os mecanismos de ação dos probióticos em diferentes condições de doença, mas sabe-se que são muito promissores, pois as ações dos probióticos são inúmeras. Os probióticos podem atuar por meio de seus metabólitos, como ácidos orgânicos, bacteriocinas e peptídeos em várias vias metabólicas, incluindo inflamação, e podem aliviar a doença inflamatória intestinal (DIN *et al.*, 2021). Há evidências crescentes de que os probióticos são benéficos no controle de infecções respiratórias virais, bem como, certas cepas probióticas podem reduzir efetivamente a duração e a gravidade da gastroenterite causada pelo rotavírus (MIRZAEI *et al.*, 2021).

Levando em conta a ineficácia ou os efeitos colaterais das terapias existentes no tratamento de COVID-19, poderia ser considerada a suplementação com probióticos para melhorar a imunidade. Os probióticos também podem atuar como reguladores de disbiose causada por infecções virais. Além disso, os probióticos melhoram a patogenicidade ao regular a proteína-1 quimioatraente de monócitos (MCP-1), que é uma mediadora associada ao vírus SARS-CoV-2, com subsequente melhora na inflamação. Ademais, como o SARS-CoV-2 tem efeito no trato gastrointestinal, pulmões e rins, o uso de probióticos pode ser útil, uma vez que a função destes órgãos é afetada pelo microbioma (DIN *et al.*, 2021).

De acordo com Harper e colaboradores (2020), os probióticos podem promover a correção de distúrbios da microbiota observados em certos casos de COVID-19, inibindo o crescimento de bactérias oportunistas ou promovendo a recuperação de bactérias benéficas. Além disso, os probióticos podem aumentar a atividade do sistema imunológico, interagindo com as células deste sistema ou reduzindo a permeabilidade intestinal, sendo este considerado um dos mecanismos pelos quais os probióticos têm efeitos benéficos nas infecções respiratórias. No entanto, os autores acreditam que seja improvável que os probióticos tenham um efeito direto na infecção por SARS-CoV-2.

Recomenda-se o uso de probióticos e seus metabólitos como os ácidos graxos de cadeia curta, para aumentar a imunidade inata e a imunidade adaptativa de pacientes com SARS-CoV-2 como uma estratégia para evitar complicações. Os probióticos têm propriedades anti-inflamatórias durante as infecções virais e ajudam a prevenir superinfecções bacterianas. O butirato é um metabólito dos probióticos e foi encontrado na circulação portal. Ele se liga ao receptor acoplado à proteína G (receptor de ácido graxo

livre 2) nas células brancas do sangue para estimular a proliferação de macrófagos pulmonares e a translocação de células dendríticas (SANTACROCE *et al.*, 2021).

Entretanto, conforme sugerido por Oliveira e colaboradores (2021), são necessárias mais pesquisas para aprimorar a compreensão do papel dos probióticos e outras estratégias destinadas a regular a microbiota intestinal na COVID-19, especialmente ensaios clínicos randomizados, duplo-cegos e controlados, incluindo coortes maiores de diferentes idades, sexos e cursos da doença.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Até o momento não há um tratamento eficiente para a COVID-19 e a vacinação da população ainda está em andamento. Diante disso, abordagens alternativas têm sido analisadas para prevenir a infecção ou reduzir a gravidade do quadro clínico. Nesse sentido, o uso de prebióticos e probióticos pode melhorar a qualidade da microbiota intestinal, melhorar o sistema imunológico e prevenir ou atenuar o impacto da COVID-19, auxiliando em uma recuperação mais rápida.

REFERÊNCIAS

- DHAR, D.; MOHANTY, A. Gut microbiota and Covid-19 - possible link and implications. **Virus Res.**, 285:198018, 2020. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7217790/>>. Acesso em: 08 de dez. 2020.
- DIN, A.U. *et al.* SARS-CoV-2 microbiome dysbiosis linked disorders and possible probiotics role. **Biomed Pharmacother**, 133: 110947, 2021. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7657099/>>. Acesso em 23 de mar. 2021.
- HARPER, A. *et al.* Viral Infections, the Microbiome, and Probiotics. **Front Cell Infect Microbiomol**, 10: 596166, 2020. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7907522/>>. Acesso em: 27 de mar.2021.
- MIRZAEI, R. *et al.* The emerging role of probiotics as a mitigation strategy against coronavirus disease 2019 (COVID-19). **Arch Virol.**, 1-22, 2021. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7980799/>>. Acesso em: 01 de jul. 2021.
- OLAIMAT, A. N. *et al.* The potential application of probiotics and prebiotics for the prevention and treatment of COVID-19. **NPJ Sci Food**, v.4, n.17, 2020. Disponível em: https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7536434/pdf/41538_2020_Article_78.pdf . Acesso em: 16 jul. 2021.
- OLIVEIRA, G.L.V. *et al.* Microbiota Modulation of the Gut-Lung Axis in COVID-19. **Front Immunol.**, 12: 635471, 2021. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7945592/>> . Acesso em 22 de mar. 2021.

POLLARD, C.A. et al. The COVID-19 pandemic: a global health crisis. **Physiol Genomics**, v.52, n.11, p.549-557, 2020. Disponível em: <https://journals.physiology.org/doi/pdf/10.1152/physiolgenomics.00089.2020> . Acesso em: 16 jul. 2021.

SANTACROCE, L. *et al.* Potential beneficial role of probiotics on the outcome of COVID-19 patients: An evolving perspective. **Diabetes Metab Syndr**, v.15, n.1, p.295–301, 2021. Disponível em: < <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7804381/> >. Acesso em: 23 de mar. 2021.

ACOLHIMENTO A POPULAÇÃO LGBTQIA+ NOS SERVIÇOS DE SAÚDE: UMA REVISÃO APÓS PUBLICAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL

Ana Carolina Negreli; Lydia Helena Ravassolli; Pérola Liciane Baptista Cruz e Silva, e-mail: anacarolinanegreli@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, questões relacionadas aos direitos e interesses dos grupos de orientação sexual distintas, gays, lésbicas, travestis, estão devidamente amparadas e asseguradas por políticas públicas e legislação vigente. No Brasil, em 2009 foi aprovado pelo Conselho Nacional de Saúde a 1ª Política Nacional de Saúde Integral LGBT. Por meio da portaria nº 2.836 de 1 de dezembro de 2011 foi instituída no âmbito do SUS com o objetivo promover a saúde da comunidade LGBT eliminando os preconceitos e as desigualdades, tornando sólido no SUS o atendimento universal, uniforme e equânime. (BRASIL, 2013).

Relatos de dificuldades na concretização desse cuidado em saúde trazem barreiras de acesso ligadas ao desacolhimento e preconceitos enfrentados, desde a sociedade civil, profissionais e gestores, o que desestimula a procura por ajuda nos serviços e assim, piores condições de saúde (TORRES et al., 2020).

Autores trazem relatos dentre a população LGBTQIA+ referentes a alguns dos principais pontos com necessidade de melhora no atendimento dentro dos serviços de saúde, dos quais o acolhimento humanizado e a capacitação profissional ganham destaque. Contextos socioculturais diversos, falta de diálogos e de uma escuta ampliada dificultam o cuidado e diminuem a resolutividade das ações realizadas (SHIHADDEH et al 2021).

Segundo TORRES et al., (2020) um levantamento realizado pela ONU, evidencia que a discriminação e o estigma, são os principais fatores pelo qual o público LGBTQIA+ não recorrem ao SUS, fato no qual se torna preocupante, pois acaba desencarregando a falta de promoção a saúde total. Gerando assim a falta de vínculo na proteção e promoção a saúde, sendo acometidas pela falta de conhecimento e preparo do profissional da saúde na hora de realizar o acolhimento, surgindo a necessidade de realizar um preparo aos profissionais a fim de aprofundar seus conhecimentos e conseqüentemente realizar um atendimento no qual irá garantir os direitos como cidadão em utilizar os benefícios do SUS, tendo como objetivo a equidade em suas ações.

Nesse contexto, a presente pesquisa tem como objetivo descrever tendências e práticas de acolhimento à população LGBT nos serviços de saúde do SUS, após a publicação da Política Nacional em vigor.

2 METODOLOGIA

A presente pesquisa, trata-se de uma Revisão Integrativa de Literatura (RIL), sendo descritas em 6 passos e partindo-se da seguinte questão norteadora: Como tem ocorrido o acolhimento à população LGBTQIA+ nos serviços de saúde do SUS após a publicação da Política Nacional? (SOUZA et al, 2010):

Na segunda etapa, foram realizadas busca dos artigos na plataforma eletrônica via BVS cruzando-se os descritores 1. Minorias Sexuais e de Gênero; e 2. Políticas Públicas, e os descritores 1. Minorias Sexuais e de gênero; e 3. Acolhimento. Selecionando as bases Medline, Lilacs e BDEnf, estabeleceu-se como critérios de inclusão artigos disponíveis na íntegra, em português, publicados entre 2011-2021 e que respondessem à pergunta de pesquisa.

Foram identificados 82 trabalhos no primeiro cruzamento e outros 05 no segundo, que após leitura de títulos e resumos, foram selecionados para compor a presente pesquisa, 15 publicações.

No terceiro momento da presente pesquisa, o qual se refere a coleta de dados, foram extraídas informações relevantes dos artigos selecionados com instrumento específico criado pelos autores. O momento da análise crítica metodológica dos estudos incluídos, 4ª fase, colabora para a qualidade e visão crítica do trabalho realizado, apresentando a relevância das evidências disponíveis.

Nas etapas seguintes, 5ª e 6ª, foram realizadas a discussão das informações encontradas, discussão com a literatura relevante da área, e apresentada as conclusões dos autores.

3 RESULTADOS

3.1 Acessibilidade e identificação

Questões relacionadas ao acesso são discutidas e abordadas pela PNSILGBT, a exemplos de seus objetivos II, VI, IX e X, que prevêm ampliação e garantia do acesso em toda a rede SUS, a todo grupo LGBTQIA+, incluindo subgrupos como adolescentes e idosos. Coloca-se ainda a necessidade de garantia do acesso ao processo transexualizador, de informações em saúde e práticas preventivas adequadas.

A importância do primeiro acolhimento é colocada por Cabral et al (2019), apontando-a como primordial para que o paciente sinta confiança na equipe, com criação de um elo de liberdade para que possa expor suas queixas, dúvidas, incertezas e angústias. O enfermeiro responsável da unidade é a pessoa mais próxima no serviço de saúde, o que lhe transfere a responsabilidade de estimular o conhecimento e empatia de todos que compõe a unidade. Mesmo com a implementação da Política Nacional a desinformação por parte da equipe é abrangente, além da falta de informação, o preconceito acoplado com o despreparo faz com que seja o fator principal no absenteísmo da população LGBTQIA+ no serviço de saúde. (Bezerra, et al., 2019; SILVA et al., 2020).

Nesse contexto, tendo na atenção básica sua porta de entrada prioritária no SUS, é importante pensar estratégias de maior incentivo à procura por serviços e ajuda, trazendo a população LGBTQIA+ como frequentadora da rede, consumidora de ações além de curativas, de promoção e prevenção de uma saúde integral, abordando de forma individualizada necessidades de saúde que podem se apresentar de forma única para este grupo (ALBUQUERQUE; BOTELHO; RODRIGUES, 2019).

3.2 Envolvimento no cuidado

A PNSILGBT nos apresenta no âmbito do SUS que devemos prestar uma atenção integral, proporcionando total empatia, independente dos serviços prestados; atender de maneira completa com promoção, prevenção e reabilitação, a fim de abordar queixas voltadas a saúde psíquica, dependência química e doenças sexualmente transmissíveis, frisando maior atenção em HIV, hepatite e AIDS tendo a finalidade de reduzir casos voltados a esta população.

Na construção de estratégias resolutivas, o envolvimento e preparação de toda a equipe envolvida no cuidado precisam ser trabalhados. Ampliar conhecimentos quantos às demandas e determinantes sociais podem facilitar a comunicação e entendimento quanto aos motivos da procura, facilitando a vinculação e permanência desse grupo no serviço (GUIMARAES et al., 2020; BEZERRA et al., 2019).

Nesse sentido, a construção de planos de cuidados individualizados, com olhar interprofissional e participação do usuário traz para perto de sua realidade as propostas terapêuticas e orientações realizadas. A colaboração e compreensão desse olhar ampliado por todos que compõem a equipe é importante para se evitar as quebras de vínculos e situações que possam afastar o usuário relacionadas a atendimentos despreparados e mal realizados (BEZERRA et al., 2019; ALBUQUERQUE; BOTELHO; RODRIGUES, 2019).

Cabral et al. (2019) discute a importância do enfermeiro assumindo um papel de condução na equipe, estimulador de novas práticas e liderança quanto às ações na rotina dos serviços, devendo se colocar a frente nessa responsabilidade, identificando em sua equipe as necessidades de aperfeiçoamentos e mudanças de conduta.

Ainda em discussão está a necessidade ou não de serviços especializados de atendimento a este público. A exemplo do Processo Transexualizador, instituído desde 2008, que visa a realização de procedimentos para adequação da identidade de gênero e forma corporal, que exige equipe multiprofissional especializada na temática, mas que pouco se divulga ou é de conhecimento dos serviços de saúde (BRASIL, 2013). O que por um lado pode proporcionar mais atenção às necessidades de saúde e resolução das demandas, pode de outro, reproduzir questões de exclusão, preconceitos e rótulos (SHIHADDEH; et al, 2021).

3.3 Investimento em capacitação profissional

A Política Nacional nos traz em seus objetivos XXI, XXII e XXIV, que devemos promover ações educativas a população LGBTQIA+, com intuito de promover melhorias de autoestima, autoconfiança, aparência física e valores. Através disso oferecer conhecimento relacionado ao crescimento de serviços tecnológicos com enfoque na necessidade da saúde da população em questão. Com isso, aprimorar o conhecimento dos gestores e das equipes de saúde, promovendo educação permanente a fim de reduzir as discriminações dessa população.

Situação essa, que também se repete com frequência entre as equipes de enfermagem (CABRAL et al, 2019). Nietzsche et al (2018), apontam para a importância da abordagem da Política Nacional de LGBTQIA+ nas graduações de enfermagem e destaca a importância de as instituições de ensino reconhecerem suas demandas curriculares nesse sentido, com estratégias para fortalecer a formação profissional ampla e inclusiva (NIETSCHE et al., 2018).

Para além da formação na graduação, faz-se necessário esclarecer inseguranças e dúvidas de profissionais, buscando ações didáticas para que o novo conhecimento seja construído e ressaltando a importância do envolvimento no assunto. Importante o estímulo a educação profissional, educação permanente e requalificações de todos os envolvidos no cuidado (SHIHADDEH; et al, 2021).

Dentro dos serviços do SUS, os preceitos de cuidados integrais, com universalidade e equidade no acesso e ações, resolutividade às necessidades apresentadas, com

autonomia e valorização dos sujeitos, faz-se na atualidade parcialmente atendido ao grupo LGBTQIA+. Nessa busca, deve-se incluir os profissionais nas discussões e ampliar o acesso desses aos temas incluídos na Política Nacional que trata da temática (GUIMARAES et al., 2020; NIETSCHE et al., 2018).

Experimenta-se que a execução dessa política no cotidiano das pessoas LGBTQIA+ visa a reduzir o olhar estigmatizante, legitimar o direito da utilização do nome social e promover o respeito proveniente da sensibilização e humanização dos profissionais de saúde (SANTANA et al, 2020).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a análise das obras de base notou-se que mesmo após a publicação da política nacional LGBTQIA+, esse público ainda encontra dificuldades ao acesso no serviço de saúde de atenção básica. Em parte, pela ausência de políticas locais, qualificação profissional e incentivo a busca dos serviços por meio de ações resolutivas e empáticas. Aponta-se para a necessidade de maiores investimentos científicos na área, formação profissional com abordagem ampliada da temática e acompanhamento das ações nos serviços, em especial porta aberta, para aperfeiçoamento da rede.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SHIHADDEH, N.A; PESSOA, EM; DA SILVA, F.F. A (in) visibilidade do acolhimento no âmbito da saúde: em pauta as experiências de integrantes da comunidade LGBTQIA+. **Barbarói**, n. 58, p. 172-194, 2021.

BORTOLETTO, G. E. LGBTQIA+: identidade e alteridade na comunidade. p. 32, [s.d.].

GOMES, J. C.; ZENAIDE, M. DE N. T. A trajetória do movimento social pelo reconhecimento da cidadania LGBT. #Tear: **Revista de Educação, Ciência e Tecnologia**, v. 8, n. 1, 5 jul. 2019.

TORRES, R. C. et al. Conhecimento de Discentes e Enfermeiros Acerca da Política Nacional dos Direitos LGBT+ / Knowledge Of Discents And Nurses About The National Policy On LGBT. RIGHTS+. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 10, p. 75032–75043, 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Brasília: 1. ed., 1. reimp. Ministério da Saúde, 2013.

ALVES, E. D. Portaria N°. 3.060 de 28 de novembro de 2007. **Revista Eletronica Gestão & Saúde**, v. 1, n. 1, p. 22, 24 abr. 2011.

SOUZA, M. T. DE; SILVA, M. D. DA; CARVALHO, R. DE. Integrative review: what is it? How to do it? *Einstein* (São Paulo), v 8, n 1, p. 102-106, mar. 2010.

ARTIGOS INCLUIDOS PARA ANÁLISE NA REVISÃO

ALBUQUERQUE, M. R. T. C. DE; BOTELHO, N. M.; RODRIGUES, C. C. P. Atenção integral à saúde da população LGBT: Experiência de educação em saúde com agentes comunitários na atenção básica. **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**, v. 14, n. 41, p. 1758, 8 abr. 2019.

BEZERRA, M. V. DA R. et al. Política de saúde LGBT e sua invisibilidade nas publicações em saúde coletiva. **Saúde em Debate**, v. 43, n. spe8, p. 305–323, 2019.

CABRAL, K. T. F. et al. Assistência de enfermagem às mulheres lésbicas e bissexuais. **Revista de Enfermagem UFPE on line**, v. 13, n. 1, p. 79, 3 jan. 2019.

DE CARVALHO PEREIRA, L. B.; CHAZAN, A. C. S. O Acesso das Pessoas Transexuais e Travestis à Atenção Primária à Saúde: uma revisão integrativa. **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**, v. 14, n. 41, p. 1795, 14 maio 2019.

FEITOSA, C. Políticas públicas LGBT no Brasil: um estudo sobre o Centro Estadual de Combate à Homofobia de Pernambuco. **Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)**, n. 32, p. 90–118, ago. 2019.

GUIMARÃES, N. P. et al. Avaliação da implementação da Política Nacional de Saúde Integral à população LGBT em um município da região Sudeste do Brasil. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação/ e Inovação em Saúde**, v. 14, n. 2, 26 jun. 2020.

MANDARINO, A. C. D. S. et al. (In)visibilidades da saúde da população LGBT no Programa de Pesquisa para o SUS (PPSUS), Brasil. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, v. 13, n. 3, 13 set. 2019.

NIETSCHKE, E. A. et al. Formação do Enfermeiro Para o Cuidado à População Homossexual e Bissexual: Percepção do Discente. **Revista Baiana de Enfermagem**, v. 32, 18 jul. 2018.

POPADIUK, G. S.; OLIVEIRA, D. C.; SIGNORELLI, M. C. A Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros (LGBT) e o acesso ao Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS): avanços e desafios. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, n. 5, p. 1509–1520, maio 2017.

SANTANA, A. D. DA S. et al. Dificuldades no acesso aos serviços de saúde por lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros. **Revista de Enfermagem UFPE on line**, v. 14, 11 jan. 2020.

SANTOS JÚNIOR, C. J. DOS et al. Coletivo Bee, luta LGBTTT e saúde integral: diversidade sexual e de gênero no ambiente universitário. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, v. 13, n. 3, 13 set. 2019.

SHIHADDEH, N. A.; PESSOA, E. M.; DA SILVA, F. F. A (in) visibilidade do acolhimento no âmbito da saúde: em pauta as experiências de integrantes da comunidade LGBTQIA+. **Barbarói**, n. 58, p. 172–194, 26 jan. 2021.

SILVA, A. DE C. A. DA et al. Implementação da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSI LGBT) no Paraná, Brasil. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 24, p. e190568, 2020.

SOUZA E SOUZA, L. P. et al. Direito à saúde das pessoas LGBTQ+ em privação de liberdade: o que dizem as políticas sociais de saúde no Brasil?. **Caderno Ibero-Americanos de Direito Sanitário**, v. 9, n. 2, p. 135–148, 25 maio 2020.

VIEIRA, R. C. et al. Atenção Primária à Saúde quebrando tabus: Memorial do I Seminário de Sexualidade e Diversidade da SBMFC. **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**, v. 14, n. 41, p. 1821, 31 dez. 2019.

ADESÃO DE PACIENTES PORTADORES DE INSUFICIÊNCIA RENAL CRÔNICA À TERAPIA DIALÍTICA

Luciano Ginizelli Neto, Sthefany Caroline da Silva Rodrigues, Giovanna Castilho Davatz, Adriane Lopes, e-mail: luciano_ginizelli.neto@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A Doença renal crônica (DRC), de acordo com estudo realizado por Santos et al. (2013), caracteriza-se comumente, pela perda lenta, progressiva e irreversível das funções renais exócrinas. Essas funções por sua vez, são caracterizadas pela capacidade dos rins de realizar a filtração, reabsorção, e secreção de substâncias na urina.

Outros estudos, estes realizados por Machado e Pinhati (2014), Arcari et al. 2016, Oliveira et al (2016) e Mogan (2018) mostram que a DRC se origina por meio de lesões da vasculatura renal que geralmente evolui para isquemia e morte do tecido renal. Outro dado sustentando nesses estudos mostra que a DRC se aplica geralmente a redução da taxa de filtração glomerular (TFG), condição esta que indica a progressão de distúrbios subjacentes com a redução da quantidade de néfrons funcionantes.

De acordo com Bittencourt e Tartari (2013), é sabido que a DRC uma vez instalada ela passa a ter um caráter irreversível e portanto, a maioria absoluta dos doentes renais acabam evoluindo para estágios mais avançados. Isso requer então, o emprego da terapia substitutiva. Santos et al. (2017) afirma que em sua fase mais avançada é denominada doença renal crônico terminal (DRCT), ou estágio terminal da doença renal (ETDR), quando há perda progressiva e irreversível da função renal.

Aguiar et al. (2020) mostram que a prevalência e a incidência da DRC ainda é desconhecida em muitos países. Na América latina, a incidência foi de 167,8 pessoas por milhão em 2005 e no Brasil, de 431 pessoas por milhão em 2004. A Prevalência de DRC autorreferida é de 1,42%, ou seja, aproximadamente dois milhões de indivíduos da população do país, o que revela a dimensão da doença no Brasil. O Censo Brasileiro de Diálise Crônica no Brasil estimou que o país gasta 1,4 bilhão de reais por ano com diálise e transplante. Em 2016, 12.825 portadores de DRC estavam em terapia renal substitutiva e a prevalência de DRCT foi de 596 pessoas por milhão, com incidência de 193 pessoas por milhão.

Em relação as causas da DRC, Szuster et al. (2012) entendem que elas são multifatoriais e apresentam elevados índices de morbidade. Isso porque a doença renal

cresce a uma taxa anual em torno de 7% ao ano no mundo. Assim o número de pacientes com insuficiência renal crônica termina, tratados com terapias renais substitutivas tendem a aumentar. Por conta disso há duas formas de terapias renais substitutivas que são: hemodiálise ou diálise peritoneal.

Antunes et al. (2016) são enfáticos em afirmar que o número de pacientes em tratamento dialítico no Brasil cresce gradualmente ao longo dos anos, ou seja: 42.695 no ano 2000 e 100.397 em 2013.

Santos et al. (2013) mostram que a DRC tem progressão lenta com sérias conseqüências ao organismo do paciente. Sua gravidade e complexidade se dão pela maneira como ela se desenvolve (RIBEIRO et al., 2017). Segundo Bastos et al.(2010) e Dutra et al. (2014), A DRC em casos avançados quase que invariavelmente leva a falência renal. Porém quando se faz o diagnóstico em fases iniciais ela pode ser retardada e, quando são percebidos fatores que irão progredir para a insuficiência renal crônica (IRC), é possível que se faça terapia preventiva evitando que essa patologia evolua e, conseqüentemente leve o falecimento do doente.

A história da doença, riscos de agravamento bem como qualidade de vida dependem da adesão do acometido à terapia dialítica. Devido a isto, o presente estudo teve por objetivo buscar informações na literatura referentes aos motivos relacionados a essa adesão.

2 MÉTODO

Realizou-se estudo de revisão bibliográfica através de bases de dados Lilacs, Scielo e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), e pelo buscador Google foram encontradas monografias, dissertações e teses, material este relacionado com o tema.

Os artigos selecionados e inclusos á pesquisa vão desde o ano 2010 a 2020. As palavras chaves utilizadas para pesquisar os artigos foram: doença renal crônica, fisiologia da doença renal, terapia dialítica.

Foram encontrados 51 artigos, dos quais foram utilizados 18 por serem mais condizentes com os objetivos do estudo e os demais foram excluídos por não atenderem a necessidade propostas no trabalho.

3 REVISÃO DE LITERATURA

Segundo Bastos et al. (2010) e Santos et al. (2017), a função renal, obrigatoriamente, é avaliada pela filtração glomerular (FG), sendo que sua diminuição é observada em

doentes com DRC. Isso ocorre porque há perdas das funções reguladoras, excretora e endócrina dos rins. Quando a FG atinge valores inferiores a 15 / Min/1,73m, estabelece-se a falência funcional renal (FFR) condição que invariavelmente compromete os demais órgãos. Por isso quando se perde totalmente a função renal se faz necessário que sejam adotadas as TRS.

De acordo com Costa (2018) a hemodiálise consiste em um processo de filtração dos líquidos extracorporais de sangue realizado por uma máquina denominada dialisador, que substitui as funções renais. O protocolo para o início do tratamento consiste na confecção, cirurgicamente de uma fistula arteriovenosa ou a colocação de um cateter específico na veia para ter acesso á circulação do paciente. Essa modalidade deve ser a primeira escolha no acesso vascular dos pacientes com IRC. Isso porque durante a hemodiálise parte do sangue do corpo do paciente é retirado por meio desta fístula, sendo conduzido através da linha arterial do dialisador, onde é filtrado, retornando ao paciente pela linha venosa (MACHADO; PINHATI, 2014; NEVES JUNIOR, 2013; CAVALCANTE et al., 2015).

Segundo estudo realizado por Frazão et al. (2016) fica evidente que a hemodiálise proporciona a sobrevivência do paciente renal crônico. Entretanto, é uma terapia que traz consigo significativas alterações no cotidiano da pessoa, haja vista que ela impõe restrições hídricas e alimentares.

Portanto, a IRC “requer adaptação ou, pelo menos adesão do cliente ao tratamento dialítico, visto que muitas pessoas não conseguem adaptar-se ao novo estilo de vida, apenas aderem por ser essencial para a manutenção da vida” (RIBEIRO et al., 2017).

Ao abordar sobre adesão do paciente a TRS, Bonassi (2018) mostra que ela se caracteriza por reações distintas em cada paciente e que elas vão desde a questão de transportes, tempo de sessões, dor da punção da fístula, fatores financeiros, dependência de acompanhantes e déficit de conhecimento. Logo a adesão ao tratamento de hemodiálise é considerada pela maioria dos pacientes como um processo desgastante, porque as sessões são realizadas três dias por semana, durante quatro horas/ dia, necessitando de transporte.

Para Silva et al. (2020), apesar dos fatores limitadores muitas vezes enfrentados pelos pacientes com IRC, fica evidente na literatura que a adesão ao tratamento tende a acompanhar o aumento da expectativa de vida. Por isso, o que se destaca como fator promovedor da adesão ao tratamento hemodialítico é o medo da morte, que se destaca

pelo conhecimento que os pacientes possuem sobre a importância da realização da hemodiálise para a manutenção de suas vidas.

Igualmente exposto pelos autores acima, Magalhães et al. (2020) também entendem que o conhecimento técnico e o vínculo entre os profissionais de enfermagem e os pacientes é de fundamental importância na orientação e realização das medidas de cuidado com a FAV, na adesão aos pacientes ao tratamento estabelecido, bem como no sucesso terapêutico da hemodiálise.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constata-se que a DRC é uma doença complexa que exige abordagem adequada ao acometido a fim de favorecer sua adesão ao tratamento.

A literatura faz entender que a DRC é uma condição que debilita a saúde do paciente e por conta dessa condição, o que se observa é que ela tem se tornado um grave problema de saúde pública, tanto no Brasil, quanto no mundo e com isso levado a óbito um significativo número de pessoas em decorrências de suas complicações. Tal aspecto ressalta a relevância do trabalho da Enfermagem visando a adesão da população ao tratamento.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, L. K. et al. Fatores associados à doença renal crônica: inquérito epidemiológico da Pesquisa Nacional de Saúde. **Rev. Bras. Epidemiol.** São Paulo, v. 23, n. 4, p. 1-20, 2020.
- ANTUNES, P. V. Avaliação da função renal em pacientes admitidos em um hospital universitário de Recife. **Braspen J.** Recife, v. 31, n. 4, p. 340-6, 2016.
- ARCARI, I. et al. Avaliação de biomarcadores renais e adenosina deaminase salivar em pacientes com doença renal na pré e pós-hemodiálise. **Unoesc e Ciência – ACBS,** Joaçaba, v. 7, n. 2, p. 125-30, jul./dez. 2016.
- BASTOS, M. G. et al. Doença renal crônica: frequente e grave, mas também prevenível e tratável. **Rev. Assoc. Med. Bras.** São Paulo, v. 56, n. 2, p. 248-53, 2010.
- BITTENCOURT, A. R.; TARTARI, R. F. Aspectos atuais na avaliação nutricional em pacientes com doença renal crônica em tratamento substitutivo. **Rev. Bras. Nutr. Clin.** Porto Alegre, v. 28, n. 2, p. 149-53, 2013.
- BONASSI, S. M. **Caracterização do estresse de doentes renais crônicos em hemodiálise, sintomas físicos e psicológicos:** implicações no tratamento. 2018. 123f. Tese (Doutorado em Engenharia Biomédica) – Universidade Brasil – Instituto de Engenharia Biomédica. São Paulo/SP, 2018.

CAVALCANTE, F. A. et al. O uso do lúdico em hemodiálise: buscando novas perspectivas na qualidade de atendimento ao paciente no centro de diálise. **Rev. Elet. Facimed**. Cacoal, v. 3, n. 3, p. 371-84, 2011.

COSTA, I. S. **As intervenções de enfermagem frente ao paciente de hemodiálise: uma revisão integrativa**. 2018. 47f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharel em Enfermagem) – Centro Universitário de Anápolis. Anápolis/GO, 2018.

DUTRA, M. C. et al. Avaliação da função renal em idosos: um estudo de base populacional. **J. Bras. Nefrol**. São Paulo, v. 36, n. 3, p. 297-03, 2014.

FRAZÃO, C. M. F. Q. et al. Modificações corporais vivenciadas por pacientes com doença renal crônica em hemodiálise. **Enferm. Global**. Espanha, v. 20, n. 43, p. 300-10, 2016.

MACHADO, G. R. G.; PINHATI, F. R. Tratamento de diálise em pacientes com insuficiência renal crônica. **Cad. UniFOA**, Volta Redonda, v. 26, n. 2, p. 137-48, dez. 2014.

MAGALHÃES, V. A. R. et al. Fístula arteriovenosa na insuficiência renal crônica: cuidados e complicações. **Braz. J. Hea. Rev**. Curitiba, v. 3, n. 2, p. 2000-2007, 2020.

MOKAN, M. K. **Estado nutricional e parâmetros bioquímicos de pacientes na fila de espera de transplante renal**. 2018. 26f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Nutrição) – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Ijuí/RS, 2018.

NEVES JUNIOR, M. A et al. Acesso vascular para hemodiálise: o que há de novo? **J. Vasc. Bras**. São Paulo, v. 12, n. 3, p. 221-225, 2013.

OLIVEIRA, A. I. et al. Avaliação nutricional de paciente renal dialítico e oncológico: um estudo de caso. **Rev. Inciare**, Campo Mourão, v. 1, n. 1, p. 119-33, jul./dez. 2016.

SANTOS, A.C.B. et al. Associação entre qualidade de vida e estado nutricional em pacientes renais crônicos em hemodiálise. **Braz. J. Nephrol**, v.35, n. 4, p. 279-288, 2013.

SILVA, M.R. et al. Qualidade de vida de pacientes renais crônicos submetidos á hemodiálise: Uma revisão integrativa. **Braz. J. Hea. Rev.**, Curitiba, v. 3, n. 4, p. 9344-9374 jul./aug. 2020.

SZUSTER, D. A. C. et al. **Sobrevida de pacientes em diálise no SUS no Brasil**: Caderno de Saúde Pública, p.415-424, 2012.

ALTERAÇÕES NA ROTINA DE ESTUDO E SAÚDE MENTAL DOS UNIVERSITÁRIOS NO CONTEXTO DA PANDEMIA: UMA REVISÃO NARRATIVA DA LITERATURA

Ana Luísa Vendramini, Maiara Borchardt Januário, Karina Ferraz Tozze, Bianca Callegari,
e-mail: aninha.vendra@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

No ano de 2020, o mundo passou por um grande impacto sanitário e econômico causado pelo vírus Sars-Covid-2, o Novo Coronavírus, que foi descoberto pela primeira vez em 31 de dezembro de 2019 na cidade de Wuhan, na China. Logo se descobriu ser ele o causador da enfermidade Covid-19, que possui diversos níveis de manifestação, podendo causar desde sintomas próximos ao de um resfriado leve, até uma pneumonia grave, segundo o Protocolo de Tratamento do Novo Coronavírus, publicado pelo Ministério da Saúde (BRASIL, 2020b).

O maior problema relacionado à Covid-19 não é sua letalidade, mas a alta capacidade de contaminação que seu agente patógeno possui, podendo se espalhar através de secreções corporais mesmo sem a presença de sintomas. A recomendação da Organização Mundial da Saúde (OMS, 2020) para o combate à disseminação e para não sobrecarregar os sistemas de saúde em todo o mundo foi o isolamento social, no qual as pessoas devem permanecer em casa e sair apenas para utilização de serviços essenciais (farmácias, supermercados e hospitais), além uso de máscaras e álcool em gel para higienização.

Apesar de se mostrar eficiente no controle do vírus, estudos apontam que o isolamento social pode causar prejuízos psicológicos e abalar a saúde mental da população por não saber lidar com a nova situação, gerando sentimentos de “perda da liberdade, solidão, tédio, incertezas quanto ao futuro, suicídios, assim como ataques de pânico e raiva” (ZWIELEWSKI et al., 2020). Tendo em vista a natureza social do ser humano, o distanciamento pode ser um agravante para o desequilíbrio da saúde mental, podendo afetar o bem-estar do indivíduo, já que as pessoas tendem a se relacionar com seus grupos, sendo esse contato essencial para nosso bem-estar físico e mental, como apresentado por Cacioppo e Cacioppo (2014).

As escolas e faculdades, em sua maioria, deram continuidade ao ano letivo de 2020 e 2021 através de aulas remotas por orientação do Ministério da Educação que regulamenta esta modalidade pelo período que for necessário para controlar a pandemia

(Portaria nº 544/2020) (BRASIL, 2020a). O impacto é para todos, segundo Pujol (2020), os alunos podem apresentar dificuldade para manusear a internet e para ter disciplina para gerenciar os estudos; os professores podem ter dificuldade com a tecnologia e com a questão pedagógica online; e as instituições podem não ter uma estrutura de TI necessária para as demandas.

Transtornos de Ansiedade e Transtornos Depressivos são patologias que podem vir a se manifestar ou se agravar em uma situação alarmante como essa, levando em conta o distanciamento social, solidão, incertezas e dúvidas que o momento gera. Segundo Wang et al. (2020) que realizou um estudo na China, esses sintomas, juntamente com o estresse, têm sido identificados na população em geral durante a pandemia. Ambas as patologias são ainda mais relevantes no cenário universitário, já que essa população é mais vulnerável a elas, como mostra estudo realizado por Leão et al. (2018) em um Centro Universitário no Nordeste do Brasil. No estudo, foi possível identificar que os índices de ansiedade e depressão entre os estudantes entrevistados da área da saúde foram muito superiores aos da população em geral, estando as causas associadas à insatisfação nas relações com familiares, amigos, colegas de sala e professores. Segundo dados da ONU (2020), diversos países têm reportado aumento de sintomas ligados à depressão e ansiedade durante a quarentena, e esses sintomas são fatores de risco importantes para suicídio e alguns vícios.

De acordo com Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-V), os sintomas relacionados ao Transtorno Depressivo Maior envolvem “presença de humor triste, vazio ou irritável, acompanhado de alterações somáticas e cognitivas que afetam significativamente a capacidade de funcionamento do indivíduo” (APA, 2014, p.155). O Transtorno de Ansiedade, ainda segundo o DSM-V, envolve características como medo e ansiedade excessivos e perturbações comportamentais relacionadas. Neste caso, o medo está relacionado a uma resposta emocional à ameaça iminente real ou percebida, enquanto ansiedade é a antecipação de ameaça futura (APA, 2014). Estudos mostram que estudantes universitários apresentam uma grande prevalência de diagnósticos de algum grau de ansiedade e depressão durante o curso e estão associados a diversas variáveis (BOLSONI-SILVA; LOUREIRO, 2016).

Taylor et al. (2020) realizaram um estudo nos Estados Unidos e no Canadá com o objetivo de verificar a confiabilidade, a validade e a estabilidade fator-análitica das Escalas de Estresse COVID e a análise mostrou que as pessoas com uma síndrome de estresse COVID-19 mais grave descobriram que o auto-isolamento é altamente angustiante, avaliado em termos de emoções negativas. Esse estudo também mostrou que o número

de pessoas (38% da amostra) afetadas emocionalmente pela COVID-19 é maior do que o número de pessoas (2% da amostra) afetadas fisicamente pela doença. Enfatiza, ainda, a necessidade de futuros estudos para verificar se a síndrome de estresse COVID-19 diminuirá conforme o fim da pandemia ou se poderá se cronificar em alguns indivíduos, pois segundo Zwielewski et al. (2020), a pandemia traz consequências psicológicas mesmo após o fim do evento, e por isso reforça a necessidade de protocolos de intervenção psicológica.

Diante desta problemática, o presente trabalho visa identificar e discutir os possíveis impactos na saúde mental dos universitários recorrentes da pandemia de Covid-19. Entende-se que o assunto em questão possui uma grande relevância científica, pois trata-se de um cenário muito atual e atípico, que acometeu o mundo todo, e existem poucos precedentes para se tomar como base para as condutas. Nesse sentido, a pesquisa busca responder a seguinte questão: "A pandemia de Covid-19 foi capaz de gerar impactos sobre a saúde mental de universitários, possibilitando o surgimento de sintomas referentes à depressão e ansiedade?".

2 MÉTODO

Trata-se de uma revisão sistemática cujo objetivo é viabilizar, de forma clara e explícita, estudos sobre as alterações na rotina de estudo e impactos na saúde mental dos universitários no contexto da Pandemia de Covid-19. Para tanto, realizou-se uma busca eletrônica em periódicos indexados nas bases de dados SciELO (Scientific Electronic Library Online), BVS-Psi (Biblioteca Virtual de Psicologia) e Periódicos CAPES, publicados no período de janeiro de 2020 a junho de 2021. A busca foi realizada utilizando como base os Descritores em Ciências da Saúde (Decs), a saber: "Universitários" AND "Covid-19" AND "Saúde Mental". Como critérios de inclusão delimitou-se que fossem utilizados apenas artigos completos e em português. Os materiais que não tratavam do assunto bem como artigos duplicados foram excluídos. Essa triagem permitiu a escolha final dos artigos que discorriam sobre o tema proposto, gerando um total de 5 trabalhos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em estudo realizado por Messiano et al. (2021), foram entrevistados 229 estudantes do curso de Medicina do Centro Universitário Padre Albino, no período de agosto a setembro de 2020, com objetivo de investigar quais foram os efeitos da pandemia na saúde mental desses alunos. Para isso, foi aplicado um questionário on-line, que solicitava informações pessoais do participante, seguido de questões sobre estado de esgotamento

mental, relação com o sistema de ensino à distância (EAD), uso de psicoativos, frequência de estresse, sintomas de ansiedade apresentados, relação com as possíveis perdas econômicas e mecanismos de escape utilizados devido à situação de pandemia. Os resultados indicaram elevada sobrecarga e cansaço frente às aulas on-line, além de preocupação excessiva, falta de disciplina para gerenciar os estudos, sensação de prejuízo em decorrência da perda de aulas práticas, desgaste e baixo aproveitamento. No total, 51,5% dos entrevistados relataram a presença frequente de sintomas de ansiedade e 40,2% a presença com muita frequência, sendo eles manifestações variadas como dificuldade para concentração, cansaço constante, preocupação excessiva, irritação frequente, insônia, dores de cabeça, falta de ar e náuseas. Da mesma forma, 52% dos entrevistados referiram estresse frequente e 35,8% referiram estresse com muita frequência, com sintomatologia de sensação de desgaste físico constante, irritabilidade excessiva, dúvida quanto a si próprio, mudança de apetite, mal-estar generalizado, problemas dermatológicos e tontura.

Maia e Dias (2020) apresentaram resultados parecidos em estudo realizado com estudantes de duas universidades de Portugal, onde foram colhidas duas amostras, uma entre 2018 e 2019, e uma no ano de 2020, já em período pandêmico, com objetivo de analisar os níveis de ansiedade, depressão e estresse nesses alunos. Os resultados obtidos mostram que os escores para os itens analisados durante o período de pandemia são substancialmente mais elevados do que nos períodos que a antecederam.

Gundim et al. (2021) realizaram uma pesquisa de revisão e os resultados indicaram que o sofrimento psíquico entre os universitários tem se apresentado em forma de estresse, ansiedade, depressão e insônia. As maiores causas que apareceram foram a quebra da rotina acadêmica por causa do ensino a distância, o afastamento dos amigos, preocupação com o atraso das atividades, dos estágios e aulas práticas e conseqüentemente do término do curso, bem como as dificuldades de adaptação ao novo modelo de ensino. Além disso, os dados encontrados revelam alterações emocionais nos estudantes como isolamento, medo do adoecimento e da morte frente à pandemia.

Corroborando com os estudos, Mota et al. (2021), realizaram uma pesquisa para avaliar a saúde mental dos universitários e a correlação com o uso da internet por causa da pandemia, bem como avaliar as estratégias de enfrentamento que os estudantes utilizaram. O resultado mostrou prevalência maior de possibilidade de Transtornos Mentais comuns (TMC) em estudantes que faziam maior uso da internet que, segundo os autores, pode ter sido usada como uma estratégia de enfrentamento e esses afirmavam ter maior

declínio educacional, laboral, diminuição do sono e da qualidade das relações em comparação com os estudantes com menor probabilidade de TMC. Em relação às técnicas de enfrentamento, a maioria dos estudantes se utilizavam de estratégias evitativas, como distanciamento emocional da situação. Os universitários com possível ausência de TMC utilizaram mais técnicas de enfrentamento baseadas em reavaliação positiva e resolução de problemas. Sob essa ótica, Rodrigues et al. (2020), sugerem que o uso da tecnologia poderia auxiliar não somente a manter a rotina acadêmica, mas ser suporte para que as instituições ofereçam atendimentos on-line voltados à saúde mental dos alunos, como estratégia de enfrentamento às dificuldades encontradas nesse período.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cenário atual trouxe diversas particularidades e necessidade de adaptações para todos, não sendo diferente com os universitários. Neste sentido, o presente trabalho teve como objetivo trazer reflexões sobre o adoecimento psíquico desse público e compreender quais os fatores de risco e proteção para a saúde mental dos estudantes, especialmente no contexto da pandemia.

Entre os fatores de risco encontram-se a elevada sobrecarga e cansaço frente às aulas on-line, preocupação excessiva, falta de disciplina para gerenciar os estudos, sensação de prejuízo em decorrência da perda de aulas práticas, baixo aproveitamento, afastamento dos amigos, preocupação com prazos, bem como com o término do curso e inserção no mercado de trabalho.

Entende-se que o suporte social e acadêmico são fatores de proteção aos alunos, o que contribui para que sejam amenizados os quadros de estresse e ansiedade. O olhar ampliado por parte dos professores e gestores das universidades, bem como de políticas públicas neste âmbito favorecem os atendimentos e práticas pedagógicas e são fundamentais para ações na esfera social e educacional que valorizem a integralidade e complexidade de cada aluno.

REFERÊNCIAS

APA - AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-V)**, 5 ed., Artmed, 2014. Disponível em: <http://www.niip.com.br/wp-content/uploads/2018/06/Manual-Diagnostico-e-Estatistico-de-Transtornos-Mentais-DSM-5-1-pdf.pdf> > acessado em 26/05/2020.

BOLSONI-SILVA, A. T.; LOUREIRO, S. R. Validação do Questionário de Avaliação de

Habilidades Sociais, Comportamentos, Contextos para Universitários. **Psic.: Teor. e Pesq.**, Brasília, v. 32, n. 2, e322211, 2016. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722016000200211&lng=en&nrm=iso>. acesso em 27 out. 2020.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Portaria número 544 de 16 de Junho de 2020**. 2020a. Disponível em <<http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-544-de-16-de-junho-de-2020-261924872>> acessado em 26 de jul. de 2020.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Protocolo de Tratamento do Novo Coronavírus**, Brasília, 2020b. Disponível em: <<https://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2020/fevereiro/05/Protocolo-de-manejo-clinico-para-o-novo-coronavirus-2019-ncov.pdf>> acessado em: 26/05/2020.

CACIOPPO, J. T.; CACIOPPO, S. Relações Sociais e da Saúde: Os efeitos tóxicos do isolamento social percebido. **Soc Personal Psychol Compass**, v. 8, n. 2, p. 58-72, 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.1111/spc3.12087>>. Acessado em: 11 de abril de 2020.

GUNDIM V. A. et. al. Saúde mental de estudantes universitários durante a pandemia de COVID-19. **Rev baiana enferm.** v. 35, e37293, 2021. Disponível em <<https://periodicos.ufba.br/index.php/enfermagem/article/view/37293>> acessado em 21 de set. de 2021.

LEÃO, A. M. et al. Prevalência e fatores associados à depressão e ansiedade entre estudantes universitários da área da saúde de um grande centro urbano do Nordeste do Brasil. **Revista brasileira de educação médica**, v. 42, n. 4, p. 55-65, 2018. disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rbem/v42n4/1981-5271-rbem-42-4-0055.pdf>> acessado em: 29 de set. de 2020.

MAIA, B. R.; DIAS, P. C. Ansiedade, depressão e estresse em estudantes universitários: o impacto da COVID-19. **Estudos de Psicologia** (Campinas), v. 37, e200067, 2020. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/1982-0275202037e200067>> acessado em: 24/09/2021.

MESSIANO, J. B. et al. Efeitos da pandemia na saúde mental de acadêmicos de medicina do 1º ao 4º ano em faculdade do noroeste paulista. **CuidArte, Enferm**, p. 43-52, 2021. Disponível em: <http://www.webfipa.net/facfipa/ner/sumarios/cuidarte/2021v1/p.43-52.pdf> acessado em: 25/09/2021.

MOTA, D. C. B. et. al. Saúde mental e uso de internet por estudantes universitários: estratégias de enfrentamento no contexto da COVID-19. **Ciencia & saude coletiva**, v. 26, p. 2159-2170. 2021. Disponível em <<https://www.scielo.org/article/csc/2021.v26n6/2159-2170/pt/>> acessado em 21 de set. de 2021.

OMS - ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **O impacto da pandemia na saúde mental já é extremamente preocupante**. Nações Unidas Brasil, 2020. Disponível em <<https://nacoesunidas.org/oms-o-impacto-da-pandemia-na-saude-mental-das-pessoas-ja-e-extremamente-preocupante/>> acessado em 27 jul. 2020.

PUJOL, L. Coronavírus: menos aulas presenciais, mais EAD. **Desafios da educação**. Disponível em: <<https://desafiosdaeducacao.grupoa.com.br/ead-alternativa-coronavirus/>> acesso em: 21/02/2020.

RODRIGUES, B. B. et al. Aprendendo com o Imprevisível: Saúde mental dos universitários e Educação Médica na pandemia de Covid-19. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 44, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbem/a/kN9b4V5MJQtvvgzTNBWsSZS/?lang=pt>> Acessado em: 20/09/2021.

TAYLOR, S. et al. COVID stress syndrome: Concept, structure, and correlates. **Depression and anxiety**, v. 37, n. 8, p. 706-714, 2020. Disponível em <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1002/da.23071>> acessado em 29 set. 2020.

WANG, C., et al. Immediate psychological responses and associated factors during the initial stage of the 2019 coronavirus disease (COVID-19) epidemic among the general population in china. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 17, n. 5, p. 1729. 2020. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.3390/ijerph17051729>> acessado em 10 set. 2020.

ZWIELEWSKI, G. et al. Protocolos para tratamento psicológico em pandemias: as demandas em saúde mental produzidas pela COVID-19. **Debates in psychiatry - Ahead of print**, 2020 Disponível em: <<http://www.hu.ufsc.br/setores/neuropsicologia/wp-content/uploads/sites/25/2015/02/Protocolos-psic-em-pandemias-covid-final.pdf>> acessado em: 26/05/2020.

ANTIGUIDADE E O CÂNCER

Jaqueline Vieira, Maria Angélica de Souza Oliveira, Heloísa Donzella, e-mail:
maria.angelica.s@outlook.com

1 INTRODUÇÃO

O câncer é uma patologia que atinge diversas localidades do corpo humano como órgãos e tecido, já se conhece mais de 100 tipos de canceres como por exemplo: bexiga, tireoide e mama. A doença pode ser classificada de benigno, maligno e metastático. A enfermidade surge a partir do crescimento celular irregular, onde anteriormente as células ao envelhecer, ou se danificar, eram programadas a realizar a Apoptose ou morte celular programada, O carcinoma possibilita a célula doente a se multiplicar rapidamente, podendo atingir outros órgãos. (REIS, 2020).

Não existe uma causa específica para o desenvolvimento de um câncer, porém 90% dos casos são causados por fatores externos, estes fatores externos são: alimentação, estilo de vida (ativo ou sedentário), uso de medicações e contato com substâncias tóxicas. Além disso se tem os fatores internos, que são os fatores genéticos, ou seja, uma pré-disposição a se desenvolver um câncer que está registrado no DNA (Acido Desoxirribonucleico) das células, porém é raro o desenvolvimento de um câncer a partir exclusivamente por fatores internos, desta forma o fator genético pode ser facilmente notado quando se tem contato com fatores carcinógenos de forma externa, pois pessoas podem desenvolver o câncer e outras não desenvolvem (REIS, 2020).

Um fator que auxilia no desenvolvimento de um câncer é o envelhecimento pois as células se tornam frágeis por conta da idade do indivíduo e por terem tido contato ou não com fatores carcinógenos, isso possibilita o desenvolvimento desta doença (REIS, 2020).

No decorrer dos anos as reações frente à palavra “câncer” têm tido inúmeros significados, tanto para os leigos quanto para os profissionais da área da saúde (REIS, 2020).

2 MÉTODO

Buscou-se na literatura referenciada artigos e publicações que trouxessem a história sobre a evolução do tratamento do câncer publicadas no intervalo de 2020 a 2021.

3 REVISÃO DA LITERATURA

Se tem relato do câncer em 2600 a.C em um papiro egípcio, a doença é relatada pelo médico Imhotep. Caracterizado por uma massa dura que se dissemina facilmente (REIS, 2020). A palavra “Câncer” significa caranguejo a partir da palavra grega KARKÍNOS, foi utilizada inicialmente por Hipócrates em 400 a.C.. Esta palavra também conferiu definição a um dos signos dos zodíacos, ou seja, a Constelação de CÂNCER (REIS, 2020).

Hipócrates acreditava que no corpo humano existiam os humores (sangue, fleuma, bÍlis amarela e bÍlis negra) que tinham como função manter o corpo saudável, um destes humores eram a bile negra e a causa do câncer foi concedida a ela pelo médico Galeno. Este acreditava que mesmo retirando a massa não haveria sucesso pois ainda assim, o corpo estaria em desequilÍbrio, por isso preferia utilizar medicações a base de chumbo, arsênico, pulmão de raposa, laxantes, raspas de marfim e presa de porco que não conferia função alguma. (REIS, 2020).

Na mesma época a rainha da pérsia é diagnosticada com câncer, ou seja, um caroço no seio que sangrava, estrangida, preferiu enrolar a área com panos e ir em busca de ajuda. O médico que lhe conferiu ajuda foi Democedes, que acabou por retirar o caroço. Não se sabe o desfecho da história, se a rainha obteve a cura ou foi a óbito (REIS, 2020).

Nos séculos XV, VI e XVII o professor Wilhelm Fabry acreditava que câncer de mama eram causados por coágulos de leite no duto mamário (REIS, 2020).

No século XV as causas de morte eram por diversas doenças isto por conta da falta de métodos de diagnósticos do câncer, ou seja, não se sabia diagnosticar a doença câncer e acabando por justificar a causa da morte por outras doenças (diagnóstico errado) (REIS, 2020).

Em 1538 ainda acreditavam na teoria dos humores com a ajuda do Andreas Vesalius, encontrou outros humores, porém a bile negra citada por galeno não a encontrou (REIS, 2020).

Já em 1703 a teoria dos humores caiu por terra com Matthew Baillie, um anatomista, este criou um mapa do corpo doente, estudando tumores em diversos órgãos, porém não foi localizado a bile ou outros humores, isso fez com que a prática cirúrgica fosse mais aceita (REIS, 2020).

Em 1845 e 1846 foi diagnosticado a primeira leucemia, a partir da observação do sangue como “sangue branco” pelo médico Bennet e na mesma época teve a criação da anestesia (REIS, 2020).

No ano de 1896 foi utilizado o raio X como tratamento, a partir daí vieram diversas descobertas como em 1898: Descoberta do Linfoma de Hodgkin, a descoberta do elemento rádio em 1902, a invenção da mamografia em 1960 pelo cirurgião Salomon, a primeira quimioterapia em adultos pelo médico Min Chiu Li em 1956 entre muitos outros feitos importantes e estudos que auxiliaram na evolução do tratamento do câncer (REIS, 2020).

Em 1950 existiam duas ideologias: Os virologistas em que se acreditava que a causa do câncer vinha de vírus. Os epidemiologistas acreditavam que a causa eram de substâncias químicas externas e tinham conhecimento sobre a existência dos genes, porém não sabiam como isso funcionava. (REIS, 2020).

O estudioso patologista como Sidney Farber queria criar substâncias para acabar com o câncer utilizando a ferramenta da publicidade. A partir daí a pesquisa estava focada em busca de novas drogas para auxiliar no tratamento do câncer. Em 1980 se surgiu o conhecimento da quimioterapia e era realizada concomitantemente a cirurgia, muita das vezes a quimioterapia chegava a ser toxica (REIS, 2020).

A partir do momento em que o governo dos Estados Unidos declarou "guerra contra o câncer", em 1970, uma onda de conhecimento a respeito do câncer surgiu. Onde a descoberta mais importante foi ao se ter conhecido de que o câncer é causado de início por modificações genéticas adquiridas por fatores externos e não como uma doença genética passada de geração. Essas modificações são principalmente alterações no DNA das células. Os genes que realizam a divisão celular estão na célula embrionária, mas inativos nas células adultas. Porém, se sofrem alguma mudança, que possa ativá-los em algum momentos eles se transformam em oncogenes. (PRADO. Bernadete. B.F. 2014)

Em 1990 se tem o conhecimento de um lugar histórico, local onde eram armazenadas múmias, uma delas possuía um tumor ou como foi descrita "massa bulbosa" era um tumor no osso do antebraço ou osteossarcoma (REIS, 2020).

Também em 1990 houve a criação de uma terapia usando anticorpos para se desenvolver uma droga Herceptin, esta danifica as células cancerosas do câncer de mama com o gene Her-2 que é o mais letal, não causando efeitos colaterais no paciente (REIS, 2020)

Nos anos 2000 criou-se uma vacina para o papilomavirus humano (HPV), um dos causadores do câncer de colo de útero (REIS, 2020).

O diagnóstico e tratamento do câncer evoluiu pois com o passar do tempo descobriu-se que alguns hábitos e contato com substâncias tóxicas em curto ou longo prazo poderiam resultar no surgimento da patologia, ao saber quais os motivos do

surgimento facilitaria a prevenção. Sendo assim difundir essa informação importante para que haja diminuição nos casos. (REIS, 2020)

O tratamento na antiguidade era realizado através da retirada total da área lesada como por exemplo o câncer de mama tendo a retirada total do seio doente, atualmente se tem outros métodos. (HCOR,2020)

Nas últimas década se descobriu novas moléculas que ajudaram no desenvolvimento de novas tecnologias no tratamento do câncer como por exemplo: no início dos tratamentos do câncer, a quimioterapia atingia todas as células, até mesmo as saudáveis, já as terapias atuais danificam as células doentes, causando menos danos ao paciente (VARELA.Drauzio.2011)

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o passar dos anos o câncer passou de uma doença desconhecida para, basicamente, uma condenação de morte, porém com a evolução de tratamentos e diagnóstico precoce essa doença passou a ser tratada de outra forma, através de muitas descobertas que auxiliaram na evolução do tratamento e no modo de como as pessoas enxergam essa patologia que atualmente é vista como uma doença com chances de cura. Com a ajuda de muitos pesquisadores estas descobertas fizeram com que houvesse a diminuição do número de casos no mundo (HCOR, 2020).

REFERÊNCIAS

REIS, Bruna. **Câncer** – a trajetória da doença. Revista Super interessante, Set 2020. Disponível em: <https://super.abril.com.br/especiais/cancer-a-trajetoria-da-doenca/>. Capturado em 20/08/2021.

HCOR. HCor - Associação Beneficente Síria. **A evolução no combate ao câncer**. 2020. Disponível em: <https://www.hcor.com.br/materia/evolucao-no-combate-ao-cancer/>. Capturado em 27/07/2021.

PRADO.Bernadete.B.F. **Influência dos hábitos de vida no desenvolvimento do câncer**.2014. Capturado em 20/10/2021
http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252014000100011

VARELA.Drauzio. **Tratamento do câncer no século 21**.capturado em 20/10/2021
<https://drauziovarella.uol.com.br/cancer/tratamento-do-cancer-no-seculo-21-artigo/>

ASSISTÊNCIA DA ENFERMAGEM EM PACIENTES SUBMETIDOS A GASTROPLASTIA

Amanda Helena de Campos Araújo, Ivana Regina Gonçalves,
e-mail: amandaraujo18@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Em 2025, a prevalência de obesidade mundial chegará a 18% no sexo masculino e ultrapassará 21% no sexo feminino. O Grau de obesidade III ou até maior será superior ou equivalente a 6% para sexo masculino e 9% sexo feminino. (CONZ et al., 2020).

Nos seis últimos anos a obesidade e o sobrepeso vêm aumentando no Brasil. Avançando 42,7% em 2006 e 48,5% em 2011 relacionados a pessoas com sobrepeso, e 11,4% para 15,8% de pessoas obesas. Esse crescimento teve um impacto significativo na saúde pública, devido os custos associados aos tratamentos a obesidade (MORAES et al., 2014).

Obesidade é definida como acúmulo de gordura corporal de origem quase sempre correspondente a ingestão de energia nas refeições, sendo superior à qual o organismo utiliza em sua manutenção e realização de atividades cotidianas. De forma simplificada, seria a ingestão alimentar maior do que o gasto energético utilizado (BRASIL, 2015).

Em 2013, aproximadamente um milhão de brasileiros já foram obesos de nível grave. A cirurgia bariátrica é vista como uma alternativa para redução do peso de forma sustentada, gradual e contínua. Até 2014, realizou-se por volta de 50 mil cirurgias através do Sistema Único de Saúde Brasileiro (SUS) (BRASIL, 2015).

Os pacientes que foram submetidos à cirurgia bariátrica apresentam um elevado risco para desenvolvimento de deficiências nutricionais devido a ingestão e absorção limitada dos nutrientes (BORDALO et al., 2010).

A avaliação clínica determina o tipo de cirurgia para cada paciente, com base em suas condições. As técnicas cirúrgicas são divididas em restritiva, disabsortivas e mistas. As restritivas são focadas na promoção de saciedade. As disabsortivas são responsáveis pela alteração anatômica do intestino, reduzindo a superfície de absorção. Já as mistas é uma combinação da restrição gástrica com a alteração da capacidade de absorção (RASPANTE et al., 2020).

Dentro da temática apresentada, o presente trabalho foi desenvolvido com o objetivo de descrever a contribuição da enfermagem para a recuperação do paciente submetido à gastroplastia.

2 MÉTODO

Realizou-se revisão de literatura baseada em análise de conteúdo, conforme referencial teórico de Bardin (1977), que descreve a organização do conhecimento por categorias.

O período de coleta de dados ocorreu nos meses de janeiro de 2021 a fevereiro de 2021. As palavras chaves utilizadas na pesquisa foram: “Enfermagem”, “Bariátrica”, “Gastroplastia”, “Assistência”, “Cirurgia Bariátrica”.

A busca compreendeu os dados publicados entre os anos de 2011 a 2021, com resumos e artigos completos disponíveis na base de dados Scielo e Google Acadêmico.

A análise do material se desdobrou em três fases: 1ª fase - análise do material, 2ª fase - exploração do material e 3ª fase - classificação do material, resultando em 4 categorias que responderam à questão norteadora “*Como a enfermagem pode contribuir para a recuperação do paciente submetido a gastroplastia?*”:

1. Diagnósticos de enfermagem na gastroplastia;
2. Assistência da enfermagem aos pacientes submetidos a gastroplastia;
3. Promoção da saúde e instrução pós-operatória realizada pela enfermagem a fim da qualidade e recuperação cirúrgica;
4. Cuidados da enfermagem ao paciente pós-operatório de gastroplastia;

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 DIAGNOSTICOS DE ENFERMAGEM NA GASTROPLASTIA

O método que auxilia as ações do enfermeiro em campo de trabalho, é a Sistematização da Assistência de Enfermagem, utilizado como base metodológica pelo profissional, assim oferecendo uma estrutura de acordo com as necessidades individualizadas do paciente, família e comunidade. Esse processo é constituído dentre outros fatores, a dependência de etapas. Onde um modelo nacional utiliza-se de seis passos: os antecedentes de enfermagem, o diagnóstico de enfermagem, o plano de assistência, prescrição, evolução e prognóstico de enfermagem (MOREIRA et al., 2012).

No período pré-operatório é onde o paciente encontra-se mais vulnerável e inseguro, onde é realizado a sistematização da assistência, isso possibilitando o enfermeiro a realização de planos de cuidados, protocolos, procedimentos e processo de enfermagem padronizados (SOUZA et al., 2017).

A consulta de enfermagem envolve o reconhecimento dos diagnósticos de enfermagem no pré-operatório, influenciando nos resultados em todas as etapas cirúrgicas. A SAE por meio da consulta de enfermagem é identificadora dos diagnósticos de enfermagem, listando intervenções compatíveis com a prática da assistência profissional do enfermeiro (SOUZA et al., 2017).

Fica claro a necessidade da educação continuada a equipe de enfermagem, de forma a possibilitar orientações para o paciente em todo o período transoperatório, assim reduzindo a sensação de medo e ansiedade, permitindo com que ele tenha maior tranquilidade e qualidade de vida (BARROS et al., 2014) porque o autor não teve a habilidade de elaborar um bom texto. Não existem resultados auto publicáveis, a combinação entre os resultados e o texto adequado vai produzir um trabalho de qualidade.

3.2 ASSISTÊNCIA DA ENFERMAGEM AOS PACIENTES SUBMETIDOS A GASTROPLASTIA

No momento de recuperação o paciente é assistido integralmente pela enfermagem, onde compete prestar todos os devidos cuidados do pós-operatório até a alta do paciente. A enfermagem é vista como um direcionador em situações de estresse, ansiedade, medo e outras possíveis complicações que poderá ocorrer nesse período, onde é imprescindível a capacitação desses mesmos profissionais para prestarem a devida assistência tanto de forma técnica prática como nas condutas de orientações (DOLNE et al., 2020).

Para a assistência ao paciente, o enfermeiro utiliza a SAE (sistematização da assistência de enfermagem) com o propósito de nortear todas as ações voltadas ao cuidado de enfermagem, visando a segurança dos pacientes no âmbito hospitalar de forma a garantir a qualidade da assistência. O processo de saúde como um todo pauta-se em torno dessa problemática, onde deve-se gerenciar os riscos de forma a propiciar um ambiente com mais segurança (SOUZA et al., 2020).

Os pacientes submetidos à gastroplastia necessitam de cuidados únicos e específicos, próprios para seu perfil clínico. Para o cuidado de enfermagem com qualidade e segurança existem necessidades de fornecimento de equipamentos especiais de saúde pela instituição hospitalar, estrutura física adequada, materiais e mobiliários especiais, um

número adequado de profissionais, disposição de tempo necessário para o desenvolvimento das intervenções de enfermagem, todas são condições cruciais para pacientes com obesidade mórbida (FERREIRA et al., 2014).

As comorbidades associadas à obesidade classificam os pacientes a um risco cirúrgico alto, demandando assim uma identificação adequada realizado pelo enfermeiro, fazendo com que as medidas necessárias para a solução sejam estabelecidas precocemente (GONÇALVES et al., 2019).

A equipe de enfermagem tem como técnica assistencial a realização da ausculta pulmonar, a administração medicamentosa, a monitorização de sinais vitais, olhar clínico para identificar possíveis complicações, a sondagem vesical, promoção de sono e repouso, promoção das medidas de autocuidado visando principalmente os cuidados com a ferida operatória e pele, além do acompanhamento por meio das visitas, a utilização do protocolo clínico, instruções quanto à dieta, quaisquer alterações dos medicamentos e sinais de complicações pós-operatório (GONÇALVES et al., 2019).

O enfermeiro necessita de constante aprimoramento, tendo papel de mediador entre os profissionais da equipe ao paciente e seus familiares, sempre esclarecendo as dúvidas e transmitindo segurança. Em vista então que cabe ao enfermeiro refletir e analisar sobre a assistência prestada, levando em consideração o conjunto que se torna inerente a esse paciente (GONÇALVES et al., 2019).

3.3 PROMOÇÃO DA SAÚDE E INSTRUÇÃO PÓS OPERATÓRIA REALIZADA PELA ENFERMAGEM AFIM DA QUALIDADE E RECUPERAÇÃO CIRURGICA

O enfermeiro é protagonista na recuperação imediata dos pacientes submetidos à gastroplastia, através do cuidado no pós-operatório a enfermagem proporciona uma recuperação de sucesso, com menores riscos e complicações. Uns dos papéis assumidos pelo enfermeiro juntamente ao paciente é a promoção da saúde, de forma a conscientizar e promover o sucesso da intervenção cirúrgica e atrelado à vários fatores, e não somente ao tratamento medicamentoso pós-cirúrgico (NEVES et al., 2018).

Diante a promoção do autocuidado em âmbito hospitalar, antes mesmo do pós-operatório, o enfermeiro deve estar prontamente capacitado e atento, possibilitando o discernimento e estabelecendo critérios a promover uma recuperação bem-sucedida de forma rápida e eficaz (DOLNE et al., 2020).

3.4 CUIDADOS DA ENFERMAGEM AO PACIENTE PÓS-OPERATÓRIO DE GASTROPLASTIA

A enfermagem tem papel fundamental na recuperação de pacientes pós cirúrgicos de gastroplastia. A equipe deve realizar além dos cuidados técnicos, as orientações necessárias, instruindo sob a dieta, salientando a necessidade da medicação e reposição de vitaminas, orientar a ingestão de porções menores nas refeições devido a intervenção cirúrgica, mas tendo maior frequência de refeições. (DOLNE et al., 2020).

Como o paciente possui muitos questionamentos e conflitos psicológicos no período pré-cirúrgico, a equipe de enfermagem é totalmente necessária, dando suporte ao paciente como também sua família, auxiliando na compreensão do processo cirúrgico. O procedimento assistencial permite com que o enfermeiro visualize respostas incomuns e anormais do organismo no paciente, além de averiguar riscos advindas destas alterações, colaborando para intervenções individualizadas (GONÇALVES et al., 2019).

No pós-operatório bariátrico o enfermeiro deverá atentar-se há possíveis complicações pulmonares, tais como infecção, pneumonia, insuficiência respiratória, atelectasia e dentre outros. (GONÇALVES et al., 2019).

É de grande importância que os profissionais da enfermagem busquem aprimorar e enriquecer seus conhecimentos, principalmente quando se refere à prestação dos cuidados direcionados aos pacientes com obesidade mórbida. De forma crescente, já é grandemente procurada o procedimento de gastroplastia, e sendo um público onde é exigido um cuidado diferenciado, a Instituição hospitalar deve investir nessa qualificação, assim irá beneficiar tanto o quadro de saúde do paciente como a promoção da saúde de seus profissionais contratados nesses setores (DOLNE et al., 2020).

Devido às condições onde o paciente obeso se encontra, é necessário que a Instituição invista na qualificação, com layouts adequados nos espaços físicos, mobiliário pensado justamente nesse público, bem como os equipamentos e vestuários, para que sejam nos respectivos tamanhos maiores, tornando-se adequado e apropriado (DOLNE et al., 2020).

O desenvolvimento de Protocolo torna-se um recurso essencial para direcionar o enfermeiro em seu plano assistencial, a partir do período ambulatorial até a internação e conseqüentemente a alta hospitalar. Sendo também um material metodológico para a educação do paciente, objetivando o autocuidado, sendo de extrema utilidade na recuperação (FELIX et al., 2012)

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos concluir, a partir do estudo, que a análise da literatura acerca da contribuição da enfermagem para a recuperação do paciente submetido a gastroplastia está baseada nos diagnósticos de enfermagem na gastroplastia, onde é utilizado como material literário o NANDA.

É possível observar também a necessidade importante da estrutura física, onde o hospital deve suprir as necessidades dos pacientes, em instalações, transporte e suporte. Torna-se imprescindível a instrução e capacitação dos profissionais da saúde em torno do perfil do paciente em situação de obesidade mórbida, e candidato a gastroplastia. Tal qual será necessário a promoção de saúde e autocuidado ao longo do tratamento para redução de peso, instruindo nos cuidados pessoais ao retornar para casa, tanto ao paciente quanto aos familiares. Na quantidade de refeições que deverá ser realizada com menores porções, uso de vitaminas e medicamentos diários ao decorrer da vida, retirar quaisquer dúvidas e questionamentos acerca dos processos de cuidado, estimular deambulação, dentre outros cuidados essenciais na etapa de recuperação.

REFERÊNCIAS

BORDALO, L.V. et al . Cirurgia bariátrica: Como e por que suplementar. **Rev. Assoc. Med. Bras.**, São Paulo , v. 57, n. 1, p. 113-120, Feb. 2011.

BRASIL. **Obesidade** 14 Set 2015. Disponível em:<http://bvsms.saude.gov.br/dicas-em-saude/2097-obesidade/>. [capturado em: 08 Fev 2021].

BRASIL. **Cirurgia Bariátrica**. 01 Março 2016. Disponível em:
<http://bvsms.saude.gov.br/edicoes-2016/is-n-1/2217-cirurgia-bariatrica> [capturado em: 08 Fev 2021].

CONZ, C. A. et al. Caminho percorrido por obesos mórbidos em busca da cirurgia bariátrica no sistema público de saúde. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 28, e3294, 2020.

DOLNE, F.; SOUZA, J. S. M. DE; MATTE, J. Atuação da enfermagem na assistência prestada ao paciente obeso mórbido no pós-operatório de cirurgia bariátrica. **RBONE - Revista Brasileira de Obesidade, Nutrição e Emagrecimento**, v. 14, n. 87, p. 550-559, 3 nov. 2020.

FANDINO, J. et al . Cirurgia bariátrica: aspectos clínico-cirúrgicos e psiquiátricos. **Rev. psiquiatr.** Rio Gd. Sul, Porto Alegre , v. 26, n. 1, p. 47-51, Apr. 2004.

FELIX, L. G. et al. Protocolo de assistência de enfermagem ao paciente em pré e pós-operatório de cirurgia bariátrica. **Revista Brasileira de Enfermagem** [online]., v. 65, n. 1, 2012.

GONÇALVES, C. S. et al. Cuidados da equipe de enfermagem ao paciente em pós-operatório de bypass gástrico em y de roux. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 21, n. e636, 2019.

MORAES, J. M. et al. Qualidade de vida antes e após a cirurgia bariátrica. **Acta paul. enferm.**, São Paulo , v. 27, n. 2, p. 157-164, abr. 2014.

MORAES, A. Z . **Proposta de um protocolo de cuidados de enfermagem ao paciente em pós-operatório de cirurgia bariátrica internado na unidade de terapia intensiva.** Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2007.

NEVES, E. et al. A relevância do enfermeiro no acompanhamento no acompanhamento de pacientes no pós-operatório submetidos à cirurgia bariátrica: revisão de literatura. **Brazilian Journal of Surgery and Clinical Research – BJSCR**, Minas Gerais. Vol.24,n.2,pp.112-118 Set - Nov 2018.

RASPANTE, LAIO BASTOS DE PAIVA et al. Review and pictorial essay on complications of bariatric surgery. **Rev. Assoc. Med. Bras.**, São Paulo, v. 66, n. 9, p. 1289-1295, Sept. 2020 .

ASSISTENCIA DE ENFERMAGEM EM GESTANTES PORTADORAS DO CANCER DE MAMA

Flávia Andresa Terzi, Tamara Aparecida Bonifácio Nono, Gercilene Cristiane Silveira, Nagila Garcia Galan de Oliveira, e-mail: flavinhaterzi1993@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Segundo o Instituto Nacional do Câncer (INCA, 2020), o câncer é uma doença maligna que acomete células e órgãos, surge de uma mutação genética nas quais recebe instruções erradas de suas atividades normais, baseia - se em um crescimento desordenado de células multiplicando-se rapidamente tornando-as agressivas e incontroláveis, formando tumores e comprometendo desde tecidos epiteliais como mucosas e pele que são denominados carcinomas até quando acometem tecidos conjuntivos, como ossos cartilagens e músculos sendo denominados de sarcoma, os sinais e sintomas normalmente se devem a prevenção primária, pois muitos dos tipos de câncer em seu estágio inicial não têm sintomas específicos, já em estágio avançado o paciente sofre com os sintomas associados a proporção e acometimento do mesmo.

Para Fernandes et al 2013, o câncer de mama, apresenta-se como a segunda causa de neoplasia associada à gravidez, ultrapassada apenas pelo câncer de colo uterino, o autor ainda ressalta que o câncer de mama entre todos os aspectos de vida da mulher é o mais temido entre as doenças na população feminina, pelo impacto gerado psicologicamente, social e físico da mulher, devido a elevada incidência gera medo e tabus que cercam essa doença, nesse contexto as investigações são aspectos relevantes para as evidências nesse presente estudo sobre a problemática do câncer gestacional, no entanto o câncer de mama na gestação está associado durante ou até um ano após o parto.

Devido as mudanças fisiológicas da gestação, o diagnóstico do câncer de mama apresenta-se de forma tardia como sinal uma massa indolor e palpável, e consequentemente em estágios mais avançados, trazendo consigo um prognóstico tardio (SILVA et al, 2020)

As alterações fisiológicas da mama na gravidez geram aumento da densidade mamária, dificultando o exame clínico e a interpretação da mamografia e ultrassonografia mamária, feito isso se dá a caracterização que determina as margens, formas, vascularização, sempre mantendo o cuidado com o feto com formas de proteção abdominal (MONTEIRO, et al 2019; SILVA et al, 2020).

Como afirmam os estudos de Prado et al, (2020), o enfermeiro é o porta voz que

aproxima o sistema de saúde com a gestante, sendo quem orienta para que haja detecção precoce de certas doenças, por meio de orientações sobre os exames preventivos nas consultas de pré-natal. Uma assistência integral de enfermagem exige o conhecimento dos pacientes para prevenção de doenças e reabilitação da saúde dos pacientes podendo oferecer então à participação da gestante e de seus familiares na decisão do tratamento e conduta da gestação.

Concretizamos então o quão importante a enfermagem se faz na assistência da gestante portadora de câncer de mama com base nas revisões bibliográficas, fizemos uma reflexão sobre a competência do enfermeiro, analisar a vulnerabilidade da gestante portadora de câncer de mama bem como seu tratamento.

2 MÉTODO

Realizou-se um estudo de revisão bibliográfica através das bases de dados Lilacs, Scielo e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), e após pelo buscado Google foram encontradas monografias, dissertações e teses, material este relacionado com o tema.

Os artigos selecionados e inclusos à pesquisa vão desde o ano de 2002 a 2020. Os descritores utilizados para a realização da revisão bibliografia foram: câncer de mama, gestante e enfermagem.

Foram usados 9 artigos para realização do trabalho

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para Prado et al, (2020) a assistência de enfermagem à gestante durante todo o processo de diagnóstico e tratamento da neoplasia precisarão lidar com questões éticas relacionadas aos riscos ao feto e à grávida, bem como o desejo da mulher e de seus familiares em lidar com o problema, incluindo a decisão de interrupção imediata, da espera pela maturidade fetal ou pelo atraso intencional do tratamento da neoplasia. No entanto, qualquer decisão tomada deve considerar o desejo da mesma, a idade gestacional, o estadiamento do câncer, os efeitos de tratamento e também os aspectos religiosos, psicológicos, científicos, éticos e legais relacionados à forma terapêutica, a decisão está relacionada em comum acordo com a paciente e seus familiares.

Segundo Fernandes et al 2011, o Enfermeiro está intimamente relacionado ao bom prognóstico do câncer de mama na gestação, durante as consultas de pré-natal e puerpério faz-se necessário a realização do exame clínico das mamas, sendo o enfermeiro profissional capacitado para identificação de alterações não fisiológicas e achados

anormais nas mamas, contribuindo na detecção precoce do câncer de mama. Como competências do Enfermeiro na assistência a gestante com câncer de mama está relacionado: atenção integral, avaliação contínua e individualizada no pré-natal, preparo profissional para exame clínico das mamas, ações de prevenção e detecção precoce do câncer de mama em todos os níveis de atenção e ações educativas com a população. A abordagem do câncer de mama durante o período gravídico requer um caráter biopsicossocial em sua condução. Estudos apontam que estas pacientes estão susceptíveis a níveis de estresse mais elevados, podendo ocorrer depressão e ansiedade, principalmente no primeiro ano de diagnóstico. As alterações que ocorrem no corpo devido à patologia do câncer, somadas as alterações fisiológicas da gestação, afetam a autoimagem e sexualidade da gestante.

Já Boff (2002), diz que contando com uma conduta cuidadosa e calma, o enfermeiro pode ajudar a mulher a diminuir a ansiedade frente ao diagnóstico e durante o tratamento do câncer de mama, sendo que os medos podem influenciar na terapia e comprometer o processo de promoção da saúde. Assim, a mulher com câncer precisa de ajuda profissional, o enfermeiro como facilitador do processo educativo e terapêutico pode auxiliá-la. Com isso, exige-se sensibilidade frente à paciente e à família.

Conforme os autores Costa e Souza (2018), apesar da complexidade dessa situação, se torna indispensável que o profissional de enfermagem garanta o suporte necessário a estas gestantes por meio de uma assistência de qualidade e terapêutica eficaz, ajudando a minimizar angústias e aproximando-as do serviço de saúde, onde tem diversas tarefas relacionadas ao câncer, desempenhadas pelo profissional, em que se destaca o exame clínico do auto exame das mamas e exame citopatológico, enfatizados durante o pré-natal.

A atuação do profissional de enfermagem e toda a equipe multidisciplinar, deve dar uma atenção especial às gestantes, mostrando-se sempre atentos a qualquer alteração detectada neste período, pois em vários casos os cuidados pré-natais se constituem no “único contato que uma mulher em idade reprodutiva tem com o serviço de saúde”, onde a detecção precoce contribui para o controle da doença e para prevenção de agravos, sendo que o retardo desse processo implica na identificação de sinais e atrasa o diagnóstico repercutindo na sobrevivência destas pacientes, em compensação muitas vezes, o profissional de enfermagem se depara com alguns conflitos, tais como a dificuldade para realização do diagnóstico de neoplasia durante a gestação, um dos exemplos é a desinformação da importância do exame de coleta ectocervical e do exame das mamas,

recomendado pelo Ministério da Saúde em qualquer fase da gestação. (BRITO et al, 2020).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se torna indispensável, que o profissional de saúde esteja atualizado acerca das neoplasias, se tornando capaz de identificar as barreiras inerentes aos cuidados de enfermagem nesses casos onde haja visto que o câncer apresenta altas taxas de incidência, que este ainda continua a ser um dos grandes vilões envolvidos na morte entre as mulheres. Então, a assistência do profissional de enfermagem quando inserido no cuidado direcionado à mulher, em todos os níveis de atenção, necessita a implementação de estratégias que intensifiquem as ações de prevenção e detecção precoce do câncer, sobretudo no período gestacional, faz-se necessário novos estudos para preencher lacunas inerentes ao câncer gestacional e assim fornecer subsídios acerca do cuidado deste perfil de pacientes.

Sendo assim, ficou claro a importância da assistência de enfermagem à gestantes com câncer de mama de forma ampla visando o cuidado, diálogo, segurança, valorização das queixas, apoio dos familiares, incluindo assim valores que devem prevalecer e direcionar a equipe, como competências do enfermeiro na assistência está relacionado à atenção integral, avaliação contínua e individualizada no pré natal, promovendo o preparo profissional para o exame clínico das mamas e ações de prevenção e promoção a saúde, em níveis de atenção e educação a saúde.

REFERENCIAS

BRITO, Eulina Alves Sousa, FEITOSA, Pedro Walisson Gomes, VIEIRA,, Jacyanne Gino et al. **Diagnóstico de Câncer durante a Gestação: Uma Revisão Integrativa/Cancer Diagnosis During Pregnancy: An Integrative Review**. ID on line REVISTA DE PSICOLOGIA, v. 14, n. 49, p. 150-161, 2020. Acesso em: 02 fev. 2021.

COSTA, Antônia Érica Lemos da; SOUZA, Juciléia Rezende. **Implicações psicossociais relacionadas à assistência à gestante com câncer: percepções da equipe de saúde**. Rev. SBPH, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 100-122, dez. 2018.

MONTEIRO, Denise Leite Maia, C, L NUNES, N, C, P RODRIGUES et al. **Fatores associados ao câncer de mama gestacional: estudo caso-controle**. Ciência & Saúde Coletiva [online]. v. 24, n. 6, p. 2361-2369. 2019 . Disponível em:<<https://doi.org/10.1590/1413-81232018245.18392017>>. Acesso em: 12 mai. 2021..

INCA, Instituto Nacional do Câncer. **Onde tratar pelo SUS**. 2020. Acesso em: 25 mai. 2021.

PRADO, Natália, *LOIOLA, Poliana, GUIMARÃES, Thalita, et al* **Gestante com diagnóstico de câncer de mama: prevenção, diagnóstico e assistência.** Brazilian Journal of Health Review, v. 3, n. 1, p. 1109-1131, 2020. Acesso em: 02 mar. 2021

SILVA, Carlos Henrique Mascarenhas, COUTO, Henrique Lima, JUNIOR, Waldeir José de Almeida et al. **Manual SOGIMIG de Mastologia.** Medbook, 2020. Acesso em: 12 mar. 2021.

FERNANDES, Ana Fátima Carvalho, SANTOS, Míria Conceição Lavinias, SILVA, Tiago Barreto de Castro et al. **O prog-nóstico de câncer de mama na gravidez: evidências para o cuidado de enfermagem.** Revista Latino-Americana de Enfermagem, 2011;19. Acesso em 18 agosto 2021.

Boff L. **Saber cuidar: ética humana, compaixão pela terra.** 8ª ed. Petrópolis: Vozes; 2002.199p. Acesso em 18 agosto 2021

FERNANDES, Marcela Marques Jucá, ALVES, Cândido, SANTOS, Pricilla; Lavinias et al. **Autoestima de mulheres mastectomizadas – aplicação da escala de Rosenberg.** Revista Rene, v. 14, n. 1, p. 101-108, 2013. Acesso em: 12 mai. 2021.

ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM FRENTE A MORTE ENCEFÁLICA

Jaqueline Fernanda Desidério, Laura Cinigaglia Carra, Gercilene Cristiane Silveira, Giovanna Castilho Davatz Lopes, e-mail: jaqueedesiderio@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Conforme a Resolução Nº 2.173, de 23 de novembro de 2017, a morte encefálica (ME) é conceituada como a “perda completa e irreversível das funções encefálicas, definida pela cessação das atividades corticais e de tronco encefálico”. Em outras palavras, a morte encefálica é a paralisação permanente do encéfalo, posto que o encéfalo é uma das estruturas responsáveis pelas funções essenciais do corpo humano, a sua parada impacta diretamente na homeostase do organismo, provocando sua falência, ou seja, óbito do indivíduo (BRASIL, 2017a).

Anatomicamente, na porção do SNC encontra-se o encéfalo. Este é constituído pelo cérebro (telencéfalo e diencéfalo), tronco encefálico (mesencéfalo, ponte e bulbo) e cerebelo, que são estruturas responsáveis por controlar funções vitais do nosso corpo. A partir do momento que ocorre a parada das funções neurais, é necessário a abertura do protocolo de ME, o qual tem a função de diagnosticar o paciente, por meio de dois exames clínicos com intervalo entre eles, realizado por médicos diferentes, sem conexão com a possibilidade de doação de órgãos, um teste de apneia e um exame complementar que confirma a ausência de atividade elétrica no cérebro (WESTPHAL; VEIGA; FRANKE, 2019).

Diante de todo exposto, não há dúvida de que a ME consiste na morte do indivíduo e esta constatação é fundamental, tendo em vista que o diagnóstico possibilita interromper o suporte hospitalar de tratamento, a fim de evitar a continuidade de internações inúteis, reduzir custos para a instituição ou família e possibilitar vagas nos ínfimos leitos para pacientes que tenham a probabilidade de reversão do quadro clínico. No mais, essa decisão evita a frustração familiar com falsas esperanças de cura, além de facultar a mesma sobre a decisão em relação à doação de órgãos em benefício de outras vidas (BRASIL, 2018).

No que se refere as causas da ME as que mais se destacam, refere-se ao Acidente Vascular Cerebral (AVC); Tumores do sistema nervoso central; Anoxia cerebral (ausência de O₂); e Traumatismo crânio encefálicos (TCE) (SANTOS; MORAES; MASSAROLO, 2012).

Diante do exposto, e da necessidade de difusão do conhecimento acerca da temática, o presente trabalho foi desenvolvido com o objetivo de apresentar a atuação da Enfermagem nos casos de Morte Encefálica.

2 METODOLOGIA

A presente pesquisa consiste em uma revisão bibliográfica, na qual partimos da pergunta “Qual a assistência da Enfermagem na Morte encefálica?” e a partir das palavras-chave Morte Encefálica, Enfermagem e Protocolo de ME, associados e combinados de diversas maneiras, no idioma português, realizou-se buscas a livros, artigos científicos e cartilhas de saúde nas bases de dados Scielo e Google Acadêmico. Realizou-se leitura exploratória do material encontrado, visando selecionar os que mais se aplicavam ao presente estudo, bem como organizar as informações para a apresentação da temática.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O corpo do trabalho foi composto por um total de 13 materiais, sendo 7 artigos científicos, 03 documentos legislativos e 03 documentos online tipo guia/cartilha, publicados entre 2007 e 2019. Todos foram publicados no idioma português e possuem texto completo disponível nas plataformas virtuais.

É de extrema importância que o diagnóstico da ME seja respaldado em critérios objetivos definidos pelo Conselho Federal de Medicina. Nesse sentido, com o diagnóstico fixo, padronizados e sem margens de interpretações divergentes, a determinação da ME torna-se uniforme, impossibilitando compreensões e execuções diferenciadas no país.

A Resolução N° 2.173 de 23 de novembro de 2017 evidencia que é obrigatória a realização de procedimentos para diagnosticar a morte encefálica, tais como: dois exames clínicos, confirmando coma não perceptivo e ausência funcional do tronco encefálico; teste de apneia confirmando a falta de movimentos respiratórios após estimulação máxima dos centros respiratórios, bem como o exame complementar que confirme a ausência de fluxo sanguíneo e ausência de atividade encefálica (BRASIL, 2017b).

Posteriormente, exige-se um segundo exame clínico com os mesmos critérios que o primeiro, entretanto executado por um outro médico capacitado. O espaçamento entre eles necessita ser baseado nas diferentes faixas etárias: idade igual ou maior de 24 meses aguarda-se 1 hora; de 7 dias a 2 meses incompletos 24 horas; de 2 meses a 24 meses incompletos 12 horas; é desnecessário repetir o teste de apneia, uma vez que este apresente resultado positivo no primeiro teste (BRASIL, 2017a).

3.1 PROCEDIMENTOS DE ENFERMAGEM FRENTE A MORTE ENCEFÁLICA

A enfermagem está diretamente ligada a todo o processo de atendimento na ME, do início ao fim. Dentre diversas atuações, é fundamental citar a importância da enfermagem, após a constatação da ME, frente a manutenção dos órgãos do paciente morto, visando garantir a possibilidade de doações (CAVALCANTE et al.; 2014).

Portanto na assistência prestada ao doador em ME é essencial que a equipe de enfermagem tenha um amplo conhecimento de possíveis complicações e alterações geradas pela ME, garantindo uma correção e um tratamento adequado, além da monitorização minuciosa das funções orgânicas (GUETTI; MARQUES, 2008; GOMES; et al., 2018).

Frente ao doador falecido a atuação de enfermagem corresponde a garantir acesso venoso; avaliar e tratar a hipotensão com reposição volêmica vigorosa ou uso de dopamina ou outra droga vasoativa; manter ventilação mecânica, com volume inspiratório de 10 ml/kg de peso e colher gasometria arterial periódica; avaliar e tratar a hipotermia, através de focos de luz próximo ao tórax/abdome e cobertor térmico; manter reposição de eletrólitos de acordo com a necessidade; reposição de bicarbonato de sódio em acidose metabólica; realizar o suporte nutricional, enteral ou parenteral; monitorar a glicemia capilar pelo menos a cada 6 horas em todos os pacientes doadores e, mais frequentemente, sempre que iniciar a infusão contínua de insulina; corrigir a hiperglicemia com insulina regular; uso regular de antibióticos profiláticos e terapêuticos; transfusão de sangue quando Hb < 7 g/dl, caso paciente apresente instabilidade hemodinâmica; proteção ocular com gaze umedecida para evitar ressecamento (BRASIL, 2019).

Além disso, deve-se ainda realizar balanço hídrico rigoroso, controle da pressão arterial e outros parâmetros vitais; atentar-se a quaisquer distúrbios da coagulação; sondagem vesical para quantificar diurese; realizar a higienização oral, corporal e dos olhos, evitando sujidade e acúmulo de secreções que contribuem para infecções; na ocorrência de uma parada cardíaca, o enfermeiro juntamente com o médico, deve instituir as manobras de reanimação e descrever em prontuário toda alteração e procedimento realizado ao paciente, realizando também a prescrição de enfermagem. (GUETTI; MARQUES, 2008; AGNOLO; et al., 2010).

Conforme o art. 2º da Resolução nº 611/2019 do Conselho Federal de Enfermagem (BRASIL, 2019) as competências privativas do enfermeiro são planejar, executar, coordenar, supervisionar e avaliar os procedimentos de enfermagem prestados tanto ao doador como no receptor, bem como a assistência no perioperatório. Conforme a Resolução nº 611/2019 do Conselho Federal de Enfermagem (COFEN) se tecnicamente

habilitado por um Banco de Olhos Estadual, ou indicado pela Central Estadual de Transplante que esteja credenciada ao Sistema Nacional de Transplante (SNT/MS) o enfermeiro poderá realizar a enucleação do globo ocular, sendo um dos transplantes mais esperados segundo a Associação Brasileira de Transplante de Órgãos (ABTO).

3.2 COMUNICAÇÃO DA FAMÍLIA

A comunicação de más notícias é uma das funções complexas dos profissionais de saúde, visto que na circunstância dolorosa em que os familiares estão vivendo, os profissionais devem, com cautela, sugerir a possibilidade de transformar essa dor em algo generoso em doar os órgãos do falecido e salvar vidas de outras pessoas que necessitam de transplante (DELL AGNOLO et al., 2009).

A abordagem necessita ser realizada com base em princípios éticos, respeitando sempre o luto, de modo delicado, compreensível, explicativo e gentil. Ainda, é necessário explicar a família o que é a ME, declarar a gravidade do quadro e sua irreversibilidade, visto que uma das dificuldades das famílias em aprovar a doação é a incompreensão a respeito da ME (DELL AGNOLO et al., 2009; MENESES; CASTELLI; JUNIOR, 2018).

Quanto a decisão de doação dos órgãos e tecidos, independente da vontade declarada em vida pelo falecido, fica a critério do cônjuge ou parente, maior de idade, obedecendo a linha sucessória (BRASIL, 2001).

Caso a família consentir doar os órgãos, terá que assinar um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Porém, quando a família não consentir com a doação de órgãos, os médicos irão suspender os suportes hospitalares de tratamento que mantem os órgãos vitais em funcionamento (BRASIL, 2007; ROSA; HELIODORO, 2019).

4 CONCLUSÃO

A Enfermagem, está integralmente relacionada ao paciente, participando dos processos do protocolo, garantindo os cuidados necessários e no contato e acolhimento da família, esclarecendo dúvidas e mantendo informações atualizadas, de forma humanizada, verdadeira e compreensiva. Também realiza procedimentos que visam a manutenção dos órgãos, viabilizando a doação.

Notou-se a importância que os profissionais da área da saúde tenham conhecimento sobre a fisiologia, anatomia, manifestações clínicas que indiquem a abertura de ME e as fases do protocolo, para que a equipe trabalhe de forma complementar e realize o

diagnóstico do paciente, é necessário um olhar atento e conhecimento para garantir o cuidado integral antes, durante e após a conclusão do protocolo.

Por fim, pontua-se que o paciente é sempre o foco de todo procedimento, e a atuação profissional envolve aspectos éticos, morais e emocionais, o que exige que a comunicação com a família seja constante, disponibilizando todas as informações necessárias sobre o processo, incluindo a possibilidade de doação de órgãos, de forma acolhedora, humanizada, verdadeira e compreensiva, evidenciando o compromisso com a vida em todas as suas fases.

REFERÊNCIAS

AGNOLO, Carlo, FREITAS, Reinaldo, ALMEIDA, Daiane, LANJONI, Vanessa, OLIVEIRA, Márcia. Morte Encefálica: Assistência de Enfermagem. **Jornal Brasileiro de Transplante. Maringá**, v.13, p. 1221-1280, 2010.

BRASIL. Diário Oficial da União. **Resolução CFM nº 1.826/2007**. 2007. Disponível em: https://sistemas.cfm.org.br/normas/arquivos/resolucoes/BR/2007/1826_2007.pdf. Acesso em 09 de maio de 2021.

BRASIL. Diário Oficial da União. **Resolução nº 2.173, DE 23 de novembro de 2017**, Define os critérios de Morte Encefálica. 2017. Disponível em: <https://saude.rs.gov.br/upload/arquivos/carga20171205/19140504-resolucao-do-conselho-federal-de-medicina-2173-2017.pdf>. Acesso em 19 de maio de 2021.

BRASIL. Secretaria Geral. **Sistema Nacional de Transplantes**. 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/noticias/2017/outubro/sistema-nacional-de-transplantes#:~:text=O%20SNT%20integra%20as%20secretarias,certas%20para%20beneficiarem%20outras%20vidas>. Acesso em: 21 de maio de 2021.

BRASIL. CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Morte encefálica e doação de órgãos**. 1.ed. Porto Alegre: CREMERS, 2018. Disponível em: https://cremers.org.br/conteudos/livros_e_cartilhas/morte_encefalica.pdf. Acesso em 20 de Maio de 2021.

BRASIL. CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM - **COFEN**. **Resolução COFEN N0611/2019**. 2019. Disponível em: http://www.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2019/08/PDFsam_merge.pdf. Acesso em 10 de maio de 2021.

CAVALCANTE, Layana de Paula; RAMOS, Islaine Costa; ARAÚJO, Michell Ângelo; ALVES, Maria Dalva dos Santos; BRAGA, Violante Augusta Batista. Cuidados de enfermagem ao paciente em morte encefálica e potencial doador de órgãos. **Acta paul. enferm.**, São Paulo, v. 27, n. 6, p. 567-572, 2014.

GOMES, Cecília Natielly; ARAÚJO, Denise Mikaelly Meneses de; OLIVEIRA, Haglaia Moira Brito de Sena; SAMPAIO, Nadja Miranda de Freitas. Perspectiva da enfermagem

no processo de doação de órgãos e tecidos: relato de experiência. Revista Enfermagem **UFPI**, v. 7, n.4 2018.

GUETTI, Nancy Ramos; MARQUES, Isaac Rosa. Assistência de Enfermagem ao potencial doador de órgãos em Morte Encefálica. **REBEn**, v6, n.1, 2008.

MENESES, Nyanne da Ponte; CASTELLI, Isabela; JUNIOR, Aderson Luiz Costa. Comunicação de morte encefálica a familiares: levantamento com profissionais de saúde. **Revista Sociedade brasileira de Psicologia Hospitalar**, São Paulo, v.1,n1.2018.

ROSA, Darci De Oliveira; HELIODORO, Ednalva Alves. **Aspectos Éticos e Legais da Morte Encefálica conhecidos por estudantes de enfermagem**. COFEN. 2019. Disponível em: <http://biblioteca.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2019/06/Aspectos-%C3%A9ticos-e-legais-da-morte-encef%C3%A1lica-conhecidos-por-estudantes-de-Enfermagem.pdf> Acesso em 20 e maio de 2021.

SANTOS, Marcelo José; MORAES, Edvaldo Leal; MASSAROLLO, Maria Cristina Kamatsu Braga. Comunicação de más notícias. Dilemas éticos frente à situação de morte encefálica. **Revista O mundo da saúde**, v.36, n.1, p.34-40, 2012.

WESTPHAL, Glauco Adrieno; VEIGA, Viviane Cordeiro; FRANKE, Cristiano Augusto. Determinação da morte encefálica no Brasil. **Rev. bras. ter. intensiva**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 403-409, Set. 2019.

ASSOCIAÇÃO ENTRE TIREOIDITE DE HASHIMOTO E O CÂNCER DE TIREOIDE: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Ana Laura Modolo de Castro, Thiago de Souza Candido, email:
Thiago.s.candido@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A tireoidite de Hashimoto, conhecida também como tireoidite linfocítica crônica, é uma doença autoimune caracterizada por infiltrado linfoplasmocitário no parênquima tireoidiano, elevação do hormônio tireoestimulante (TSH), e diminuição dos hormônios tireoidianos (T3 e T4) (CAMANDARROBA et al., 2009). Já o carcinoma papilífero é considerado o tipo de câncer mais comum dos tumores endócrinos e refere-se a um desenvolvimento excessivo anormal das células tireoidianas na glândula tireoide com transformação estrutural e ou funcional de alguma região da tireoide (ROBERT et al., 2006)

O conceito de inter-relacionamento entre doenças inflamatórias e neoplásicas está bem estabelecido em vários tecidos, mas controverso e intrigante na tireoide. Embora ambas compartilhem diversos aspectos morfológicos, imunohistoquímicos e biomoleculares, a associação entre as patologias ainda é intensamente questionada na comunidade científica. Contudo, vários estudos confirmam que há associação significativa entre a tireoidite de Hashimoto e o carcinoma papilífero de tireoide (RAMACCIOTTI, 2013, p.8).

2 METODOLOGIA

Este trabalho trata-se de uma revisão bibliográfica que procurou discutir um tema controverso no meio científico com base em referências teóricas. Para seu desenvolvimento, foram realizadas buscas utilizando as palavras-chave: Tireoidite de Hashimoto; Carcinoma papilífero tireoidiano; Anatomia da glândula tireoidiana. As buscas resultaram em artigos 9 artigos significativos contendo dados referentes a associação entre carcinoma papilífero da tireoide e tireoidite de Hashimoto, artigos científicos inéditos e trabalhos de revisão nos idiomas inglês e português dos bancos de dados virtuais *Pubmed* e *Scielo*, abrangendo o período de 2000 a 2021.

Após a pesquisa e coleta dos trabalhos, os dados foram compilados e então, realizada uma análise descritiva buscando uma compreensão aprofundada dos estudos

que elucidam a associação entre a tireoidite de Hashimoto e o carcinoma papilífero de tireoide.

3 REVISÃO DE LITERATURA

3.1 NÓDULOS TIREOIDIANOS

A tireoide é uma glândula endócrina muito importante para o organismo presente em ambos os sexos, localizada na base do pescoço, abaixo da laringe e anterior à traquéia. Atua no funcionamento de todos os órgãos e tem como principal função a produção de hormônios responsáveis pelo metabolismo do organismo, controlando a homeostasia das células do corpo humano (KUHNER, 2013, p.1)

A forma mais comum de tireoidite crônica é a tireoidite de Hashimoto e está associada com um risco aumentado do desenvolvimento de nódulos. É a causa mais comum de hipotireoidismo e se caracteriza como uma doença autoimune associada a incapacidade de linfócitos T de destruir clones de linfócitos sensibilizados por antígenos tireoidianos gerando destruição imunomediada de folículos tireoidianos (BRITO et al., 2016).

Entende-se por nódulo tireoidiano a porção da glândula que se sobressai, detectada através de palpação clínica ou em exames de imagem (SANTANA, 2014). O carcinoma papilífero tireoidiano aparece com surgimento de nódulo e é a forma mais comum de câncer da tireoide apresentando o melhor prognóstico dentre as demais neoplasias malignas tireoidianas. Sua incidência é maior nas mulheres, entre os 20 e os 50 anos de idade e em crianças, o carcinoma papilífero corresponde a 90% dos casos de câncer da tireoide (TALINI et.al., 2012).

3.2 DIAGNÓSTICO LABORATORIAL DA TIREOIDITE DE HASHIMOTO E DO CARCINOMA PAPILÍFERO TIREOIDIANO

As manifestações clínicas e alterações laboratoriais permitem a realização do diagnóstico de tireoidite de Hashimoto (SANTANA, 2014). Na suspeita de hipotireoidismo, o TSH é o primeiro exame a ser solicitado. Se o TSH estiver elevado e a medida de T4 livre ou total diminuído, é indicativo de diagnóstico de hipotireoidismo e a principal alteração imunológica laboratorial da tireoidite de Hashimoto é a presença de autoanticorpos tireoidianos, principalmente os anticorpos tireoperoxidase e tiroglobulina, sendo esses

autoanticorpos estão presentes em cerca de 90% dos pacientes (RAMACCIOTTI, 2013, p.5).

A análise histopatológica da tireoide também pode ser solicitada. A tireoidite de Hashimoto é caracterizada, do ponto de vista histopatológico, por um intenso infiltrado linfóide com grande número de folículos, muitos deles com centros germinativos claros e áreas de tecido conjuntivo fibroso denso colagenado. Há também hiperplasia de células oxifílicas associada à hiperplasia epitelial folicular por vezes constituindo ninhos sólidos de células epiteliais de significado ainda não esclarecido. A partir dessas observações, foram descritas fissuras no tecido que são, na verdade, principalmente, vasos linfáticos dilatados, localizados nos septos interlobulares próximos aos folículos linfóides. O processo inflamatório crônico leva lentamente à destruição do tecido folicular normal (RAMACCIOTTI, 2013, p.5).

Já, a investigação de carcinoma papilífero tireoidiano, inclui-se uma história clínica completa, com anamnese e exame clínico cuidadoso, juntamente com testes de função tireoidiana. Para a detecção destes nódulos, a ultrassonografia é o melhor exame de imagem para realizar detecção de nódulos. É um exame de baixo custo e que permite a avaliação de nódulos não palpáveis, podendo avaliar com precisão as características destes, como o volume, os números e o conteúdo dos nódulos (RAMACCIOTTI, 2013, p.7).

Atualmente, a punção aspirativa da tireóide com agulha fina (PAAF), quando guiada pela ultrassonografia (PAAF-USG) é o método de escolha para diferenciar lesões benignas de malignas. É um método simples, de fácil realização ambulatorial, que tem valores médios de sensibilidade e especificidade para o diagnóstico etiológico do nódulo. O carcinoma papilífero tireoidiano tem características nucleares bem definidas e específicas identificadas no exame citológico através da PAAF e essas, possibilitam um diagnóstico preciso. O diagnóstico citopatológico do carcinoma papilífero de tireoide é feito analisando a morfologia nuclear do tumor em um número significativo de células (JUNIOR, p.21, 2012).

Portanto, podemos concluir que para um diagnóstico preciso dessas patologias carcinoma são necessários uma avaliação geral que inclui anamnese e exame clínico cuidadoso, dosagens dos hormônios tireoidianos, identificação de anticorpos tireoidianos,USG e PAAF-USG.

3.3 CORRELAÇÃO ENTRE A TIREOIDITE DE HASHIMOTO E O CARCINOMA PAPILÍFERO

A associação entre o carcinoma papilífero da tireoide e a tireoidite de Hashimoto é intensamente questionada na comunidade científica por compartilharem várias características morfológicas, imunohistoquímicas e moleculares. Estudos têm sido realizados buscando demonstrar a associação entre essas duas doenças e tem sugerido uma relação não apenas incidental entre as patologias. Os estudos mostram que pacientes com carcinoma papilífero da tireoide tiveram quatro vezes mais propensão a demonstrar tireoidite de Hashimoto coexistente, em comparação com os pacientes com outras doenças da tireoide, sugerindo uma ligação entre a inflamação crônica tireoidiana e o aparecimento de câncer papilífero na glândula tireoide. (JUNIOR, p.42, 2012).

Existem dois mecanismos distintos para explicar a correlação entre a tireoidite de Hashimoto e o câncer de tireoide papilar:

a) Foram encontradas várias mutações no DNA do câncer de tireoide papilífero e muitos desses cânceres têm mudanças em partes específicas do gene RET sugerindo que a inflamação crônica da tireoidite de Hashimoto pode facilitar o rearranjo RET/PTC (RAMACCIOTTI, 2013, p.9). Então, o primeiro mecanismo sugere que a inflamação crônica causada pela tireoidite de Hashimoto pode facilitar o rearranjo RET/PTC (CAMANDAROBA, 2009).

b) O segundo sugere que rearranjos do RET/PTC possam promover o recrutamento de células inflamatórias. A liberação persistente de moléculas inflamatórias pela neoplasia pode levar a progressão tumoral através do aumento da proliferação de células tumorais e a inflamação crônica está ligada ao estresse oxidativo que pode causar danos no DNA e contribuir para iniciar alterações genéticas, com expressão de oncogenes, e desenvolvimento de câncer ou apoptose (RAMACCIOTTI, 2013, p.15).

Contudo, as maiores taxas de carcinoma papilífero tireoidiano em pacientes com tireoidite de Hashimoto, encontradas na literatura, sugerem que a tireoidite de Hashimoto poderia muito bem ser considerada como um precursor do carcinoma papilífero e que a associação entre as patologias deve ser mais do que casual em indivíduos susceptíveis (GOLBERT et al., 2005).

4 CONCLUSÃO

Os dados reunidos nessa revisão reforçam a ideia de que a associação entre carcinoma papilífero da tireoide e a tireoidite de Hashimoto é mais do que casual em

indivíduos susceptíveis, pois conforme relatado, ambas patologias possuem características imunohistoquímicas e, ainda mais importante, moleculares em comum.

Assim sendo, embora a tireoidite de Hashimoto seja uma doença benigna inicialmente, a inflamação crônica pode facilitar o rearranjo de genes que favorecem a formação do carcinoma papilífero da tireoide e também está ligada ao estresse oxidativo que pode causar danos no DNA e contribuir para iniciar alterações genéticas, com expressão de oncogenes e desenvolvimento de câncer. Podemos então concluir que há uma associação significativa entre as patologias e que a tireoidite de Hashimoto é considerada precursora do carcinoma papilífero e que a associação entre as patologias é mais do que casual nos indivíduos susceptíveis.

REFERÊNCIAS

BRITO, JF; CAVALCANTE, TR; JUNIOR, RM. Carcinoma Papilífero da Tireóide e a Tireoidite de Hashimoto. **Rev. Pat. Tocantins** v. 3, n. 4, 2016.

CAMANDAROBA MPG, MATA LS, ALMEIDA LBD, MIRANDA JS, JUNIOR MPN. Carcinoma Papilífero da Tireoide Associado à Tireoidite de Hashimoto: uma Série de Casos. **Rev. bras. cancerol.** v. 55, n. 3, p. 255-261, 2009.

GOLBERT, L; WAJNER SM; ROCHA, AP; MAIA, AL; GROSS, JL. Carcinoma Diferenciado de Tireóide: Avaliação Inicial e Acompanhamento. **Arq. Bras. Endocrinol Metab.** v. 49, n. 5, 2005.

JUNIOR, MPN. **Expressão do FOXP3 no carcinoma papilífero da tireoide associado ou não à tireoidite de Hashimoto.** Tese para Doutor em Medicina apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia da Universidade Federal da Bahia, Salvador, p.56, 2012.

KUHNERT, LRB. **Tireoidite de Hashimoto, aspectos fundamentais e importância da diferenciação de métodos diagnósticos de espécies imunológicas e hormonais.** Trabalho de Conclusão de Curso, Curso de Graduação em Biomedicina da Universidade Federal Fluminense, Niterói, p.39, 2013.

RAMACCIOTTI, TC. **A associação entre o Carcinoma Papilífero da Tireoide e a Tireoidite de Hashimoto: uma revisão.** Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Medicina da Bahia, Salvador, p.29, 2013.

ROBERT, A; SOBRINHO, JA; DENARDIN, OVP. Concomitância da Tireoidite de Hashimoto e o Carcinoma diferenciado da Tireóide. **Rev. Col. Bras.** p. 345-349, 2006.

SANTANA, ACP. **Associação entre tireoidite de Hashimoto e carcinoma papilífero da tireoide: um estudo de 1.049 pacientes avaliados por punção aspirativa guiada pela ultrassonografia.** Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Medicina da Bahia, Salvador, 2014.

TALINI, C; KAMINSKI, JH; GAMA, RR. Correlação entre câncer de tireoide e tireoidite de Hashimoto - estudo retrospectivo. **Rev. Bras. Cir. Cabeça Pescoço**, v.41, n. 1, p. 12-18, 2012.

ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO NO DIAGNÓSTICO DA SÍNDROME DE HELLP

Bruna Montagna, Gercilene Cristiane Silveira, Giovanna Castilho Davatz Lopes, e-mail: brunamontagna2018@outlook.com

1 INTRODUÇÃO

Esta Síndrome foi caracterizada em 1954 por Pritcard e logo após em 1982 por Louis Weinsten. Por ser um dos problemas mais frequentes na gestação conforme dados do Ministério da Saúde (MS), é considerada a primeira causa de morte materna no Brasil (BRASIL, 2012).

As Síndromes que se denominam hipertensivas na gestação são indicadas como urgências obstétricas, sendo um evento clínico agudo e que não apresenta risco iminente de morte para a gestante, porém se não tratada ou se for realizado tratamento inadequado existe a probabilidade de evoluir para complicações graves e até mesmo fatais, sendo assim tornando-se graves emergências (COELHO; CUROBA, 2018).

Estudo de Nery et al (2014) afirma que a Síndrome tem se tornando um grave problema na saúde pública, podendo progredir para morte, entre 24 até 48 horas após o parto.

Esta patologia cerca várias complicações, que estão ligadas e agravadas pela gestação. Mesmo que a gestante apresente pré-eclâmpsia na primeira gestação e não apresente complicações, a próxima poderá apresentar agravos. As gestantes que apresentam hipertensão tendem a ter cuidados diferenciados, mudando sua rotina diária. Também existe uma predisposição para internação, na somatória aos riscos para gestante e o feto. (PERAÇOLI; PARPINELLI, 2005).

A hipertensão durante a gestação, denomina de várias formas e a prevenção de suas complicações requer cuidados antes mesmo da concepção. O cuidado do pré-natal tem papel importante para a precaução. Uma assistência bem prestada, continuada e ativa, conduz uma avaliação clínica materna fetal, sendo assim, ajudando a determinar a melhor conduta a ser tomada mediante cada situação. (TOMASINI et al, 2014).

Os fatores de risco que a síndrome de Hellp pode apresentar são: histórico de pré-eclâmpsia, Gestantes com pré-eclâmpsia, tabagismo, gestação múltipla, gestantes portadoras de doenças crônicas ou renais, gestantes portadoras de doenças crônicas, diabetes, lúpus e trombofilias. Alguns estudos que foram abordados recentemente falam sobre várias complicações, como abortamento de repetição entre outras. BREDA et al. (2012).

Para Martinez, o papel do enfermeiro é importante principalmente na prevenção, nesse sentido, Martinez destaca que é essencial manter o foco principal na consulta de pré-natal sabendo que o primeiro atendimento é de extrema importância. Contudo, o enfermeiro cria um vínculo com a paciente, facilitando a comunicação, adquirindo a confiança da paciente a cada pergunta realizada durante a consulta, tornando então a entrevista positiva.

O enfermeiro deve estar atento ao histórico da paciente, orientando sobre a importância de cada consulta realizada no pré-natal, reforçando que é necessário comparecer as consultas, seguindo sempre as orientações que iram ser passadas com relação a sua alimentação, diminuindo sal, ingerindo bastante água, frutas e legumes. É valioso que a paciente consiga compreender os sinais e sintomas para que ela facilite na entrevista, tornando assim de rápido entendimento e descomplicando para que o enfermeiro consiga identificar precocemente e consiga intervir de maneira correta. (MARTINEZ, PEIXOTO, VALLE, 2008)

Tendo como objetivo principal conhecer a atuação do Enfermeiro, junto a pacientes com fatores predisponentes a desenvolver a Síndrome de HELLP.

2 METODOLOGIA

Refere-se a um estudo descritivo de revisão bibliográfica com o propósito de elaborar um levantamento bibliográfico incluindo fontes virtuais, visando entender o tema proposto a fim de o expor de forma apreciativa.

Esta busca foi realizada por meio de busca nos sites *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde (Lilacs), Google Chrome. Utilizando as palavras chaves: Enfermagem. HELLP. Hipertensão.

Dentre as buscas realizadas, foram abordados 11 materiais, sendo um Artigo, seis Revistas quatro Livros publicados entre os anos de 2005 a 2018. Todos achados atenderam ao tema escolhido e as palavras chaves.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A síndrome de Hellp pode causar grande risco para a vida da mãe e do eclodindo grandes complicações ou até mesmo a morte de ambos. Quando confirmado o diagnóstico da síndrome de HELLP, é necessário que a gestante seja conduzida para um centro de atenção terciário. O controle inicial não é diferente dos mesmos utilizados em PE (Pré- Eclâmpsia).

Para o Ministério da Saúde do Brasil, o principal objetivo da atenção ao pré-natal é acolher a mulher desde o início de sua gravidez – período de mudanças físicas e emocionais que cada gestante vivencia de forma distinta (BRITO, et al, 2008).

O pré-natal ainda caracteriza-se pelo desenvolvimento de ações preventivas e educativas e por meio do contato frequente e planejado da gestante com os serviços de saúde, realiza o rastreamento de gestantes de alto risco e intervenção precoce nos problemas que afetam a gravidez (BRITO, et al, 2008).

As ações de saúde desenvolvidas durante a atenção ao pré-natal devem dar cobertura às gestantes, assegurando o acompanhamento, a continuidade no atendimento e avaliação. Constituem uma importante ação programática, uma vez que permitem acompanhar a gravidez da

gestante e identificar situações de risco para a mãe ou para o feto, corrigindo-as quando necessário. (MENDOZA-SASSI, et al, 2011).

Esta Síndrome apresenta algumas alterações plaquetopenia, hemólise e aumento das enzimas hepáticas. Os casos em que a mãe se encontra em risco, se torna necessária a intervenção obstétrica, com encaminhamento imediato ao médico que acompanha o pré-natal, para continuidade do tratamento. A equipe de enfermagem fica atenta as condições hospitalares, para atender mãe e filho antes e após o nascimento.

O enfermeiro deve acompanhar as consultas do pré-natal, observar alteração das manifestações clínicas pertinente à hipertensão, sinais de hemorragias e sintomas da pré-eclâmpsia, podendo intervir precocemente na evolução da síndrome de HELLP, na tentativa de diminuir possibilidade de complicações que podem evoluir para a mortalidade de mãe e filho.

Baseado nos estudos revisados, o enfermeiro é o principal responsável por estar atento e intervir para que o prognóstico materno-fetal seja estável, identificando riscos e marcadores biológicos pode-se prevenir e reduzir os riscos de mortalidade. Os mesmos devem estar atentos aos sintomas para que o diagnóstico seja rápido e o prejuízo para a mãe e o feto seja mínimo, assim o tratamento será específico, para cada situação sendo necessário que as equipes de profissionais estejam envolvidas interdisciplinarmente (NOUR et al., 2015)

O diagnóstico precoce consiste em especificar o tratamento, em tempo que proceda na redução da morbimortalidade.

Estudo de Nour et al (2015 afirma que o profissional da enfermagem é o principal responsável por prevenir e agir para a estabilidade do prognóstico, detectando riscos e marcadores biológicos, possibilitando a redução dos riscos de mortalidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa possibilita compreender a Síndrome de HELLP e a atuação do enfermeiro. É de extrema importância que o enfermeiro (a) consiga identificar os fatores de risco que uma gestante pode manifestar durante o pré-natal, o parto e o pós- parto como: Histórico de PE em gestações anteriores, Gestação múltipla, Hipertensão crônica, Diabetes tipo I e II, Doença Renal, Doença Autoimune (SAAF, LES.), Obesidade, Idade, Fator de riscos pessoais (baixo peso ao nascer, intervalo interpartal > 10 anos).

Esta Síndrome apresenta algumas alterações plaquetopenia, hemólise e aumento das enzimas hepáticas. Os casos em que a mãe se encontra em risco, se torna necessária a intervenção obstétrica, com encaminhamento imediato ao médico que acompanha o pré-natal, para continuidade do tratamento. A equipe de enfermagem fica atenta as condições hospitalares, para atender mãe e filho antes e após o nascimento.

O enfermeiro deve acompanhar as consultas do pré-natal, observar alteração das manifestações clínicas pertinente à hipertensão, sinais de hemorragias e sintomas da pré-

eclâmpsia, podendo intervir precocemente na evolução da síndrome de HELLP, na tentativa de diminuir possibilidade de complicações que podem evoluir para a mortalidade de mãe e filho.

REFERÊNCIAS

BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **ATENÇÃO AO PRÉ-NATAL DE BAIXO RISCO**. Série A. Normas e Manuais Técnicos. Cadernos de Atenção Básica, n° 32. Brasília 2012.

BREDA, I. et al. **Marcadores Séricos de Trombofilias Hereditárias e Anticorpos Antifosfolípidos em Gestantes com Antecedentes de Pré-eclâmpsia Grave**. Revista Bras Ginecol Obstet: vol.34, n. 1 p.40-46, 2012. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/rbgo/v34n1/a08v34n1.pdf>

BRITO, A. et al. **Diagnóstico situacional da assistência pré-natal pelo Programa Saúde da Família** no município de Corinto, Minas Gerais. Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade. Rio de Janeiro, v. 4, set 2008. Disponível em: <https://rbmfc.org.br/rbmfc/article/view/193>.

COELHO, F.F.; KUROBA, L. S. **Emergência Hipertensiva Na Gestação: Síndrome de hellp Uma Revisão de Literatura**. Revista de Saúde e Desenvolvimento. Vol. 12, n.13, 2018.

PEIXOTO. M.V., MARTINEZ M.D., VALLE N.S.B. Síndromes hipertensivas na gestação: estratégias e cuidados de enfermagem. Revista Educação, meio ambiente e saúde ; vol 03, n1, p 208-222, 2008. Disponível em: <http://www.faculadadedofuturo.edu.br/revista/2008/pdfs>.

PEIXOTO M.V., MARTINEZ M.D., VALLE N.S.B. **Síndromes hipertensivas na gestação: estratégias e cuidados de enfermagem**. Revista Educação, meio Ambiente e Saúde; vol.3, n.1, p. 208-222, 2008. Disponível em: <[http://www.faculadadedofuturo.edu.br/revista/2008/pdfs/REMAS3\(1\)208a222](http://www.faculadadedofuturo.edu.br/revista/2008/pdfs/REMAS3(1)208a222)

MENDOZA-SASSI, R.A. et al. **Diferenças no processo de atenção ao pré-natal entre unidades da Estratégia Saúde da Família e unidades tradicionais** em um município da Região Sul do Brasil. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 27(4):787-796, abr, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v27n4/18.pdf>>.

NOUR, G. F. et al., **Mulheres com síndrome hipertensiva específica da gravidez: evidências para o cuidado de enfermagem**. Rev. Sanare, 2015, v. 14, n. 01, p.121-128.

PERAÇOLI, José Carlos; PARPINELLI, Maria Angela. **Síndromes hipertensivas da gestação: identificação de casos graves**. Rio de Janeiro: Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia. Vol. 27, n. 10, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbgo/v27n10/27578.pdf>

TOMASINI, F, S, et al. **Tratamento de hipertensão gestacional grave na urgência: revisão de diretrizes**. acta méd. Porto Alegre. 2014.

BENEFÍCIOS E DESAFIOS DO USO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO NA ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL DE ENFERMAGEM

Murilo Perim Tosi, Adriane Lopes, Giovanna Castilho Davatz Lopes, e-mail: muriloptjm@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

De acordo com Venkatesh et al. (2013) estudos e pesquisas sobre aceitação de tecnologias, como os sistemas de informação, têm sido escritos nos últimos anos sob as mais diversas abordagens. Isso se justifica pelo significativo aumento do uso desses sistemas em diversas atividades, modificando a relação em todas as esferas Sociais. A introdução de sistemas informatizados na área da saúde contribui para a organização dos serviços, a comunicação e a melhoria da qualidade do cuidado prestado. Entretanto, alguns fatores – como a falta de conhecimento e a falta de recursos e infraestrutura – têm influenciado a aceitação e o uso do sistema (SILVA et al., 2020).

A informação é a chave do poder desta era tecnológica. Quem tem mais acesso à informação, tem mais oportunidade para escolher, decidir e garantir melhores condições de vida, saúde, recursos e finanças (GROSSI et al., 2015). Na área da saúde, considerando o aumento exponencial em dados e informações decorrentes da evolução científica, recursos começaram a ser desenvolvidos e implantados para garantir um bom uso e a gestão da informação (ÉVORA et al., 2003).

Alguns fatores levaram os computadores a tornarem-se fundamentais para os serviços hospitalares, tais como: o processamento de uma grande quantidade de informações em pequeno intervalo de tempo; rapidez na organização das informações; e margem de erro igual a zero. Por isso não é de se estranhar uma preocupação crescente com o desenvolvimento de sistemas de informação eficientes que permitam avanços na gestão dos serviços, aumento da produtividade e melhoria na qualidade de cuidados prestados (LIMA et al., 2013).

O sistema informatizado aplicado à área saúde disponibiliza diferentes recursos tecnológicos que, além do gerenciamento do cuidado, permitem a implantação de diferentes barreiras para a ocorrência de eventos adversos. Nos últimos anos, programas sistematizados vêm sendo desenvolvidos para coleta e análise de informações que alicerçam o planejamento de intervenções e o gerenciamento de planos de cuidados (KLEIB et., al 2016).

Os sistemas de informação em enfermagem, onde se integram os indicadores de qualidade, têm como foco a uniformização dos registros em saúde e a consequente visibilidade dos cuidados prestados. Apesar da reconhecida importância dos contributos dos sistemas de informação, a sua implementação tem-se pautado por vários desafios pelo que nos propomos assim refletir sobre estes (NASCIMENTO et al., 2021).

Estudos indicam que a implantação de um sistema de informação representa um importante avanço na qualificação e no uso da informação registrada durante as ações de saúde desenvolvidas (ARAÚJO et al., 2020). Porém, como em todo momento de mudança, há um período inicial mais crítico até que os novos processos e instrumentos utilizados sejam incorporados na rotina dos profissionais das equipes de saúde (NEVES et al., 2013).

2 OBJETIVO

Este trabalho tem como objetivo investigar e expor os benefícios do uso de Sistemas de Informação pelo profissional de Enfermagem, assim como, apontar possíveis fatores limitadores da adesão e utilização do sistema.

3 METODOLOGIA

O presente trabalho consiste em uma revisão sistemática. Assim, visando formular o problema de pesquisa e a adoção da sistemática de busca, utilizou-se a estratégia PICO (Paciente, Intervenção, Comparação e desfecho), com a seguinte questão que norteadora: “Quais as aplicações e benefícios do uso de sistemas de informação pelos profissionais de Enfermagem?”.

4 RESULTADOS

Identificou-se 03 trabalhos científicos, que foram utilizados para análise da presente pesquisa. Esses materiais estão na tabela a seguir conforme a temática.

Tabela: Distribuição dos trabalhos que foram utilizados para análise da pesquisa, de acordo com a temática.

Autor/Ano	TEMÁTICA	Desafios/fatores limitantes	Aplicações e Benefícios para a Enfermagem
Carvalho MLT., et al 2021	Aplicativo de Gestão para Hospitais Universitários (AGHU)	Baixa adesão dos profissionais de enfermagem, falta de um módulo para utilização da Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE), falta de capacitação dos profissionais, concluiu-se que o sistema AGHU, da forma como se encontra estruturado, não está sendo utilizado de maneira coesa, tendo repercussão negativa na qualidade dos serviços prestados à gestão de saúde.	O instrumento permite ampliar o conhecimento acerca da temática relacionada ao campo decisório dos enfermeiros gestores, proporcionando subsídios ao aperfeiçoamento das ações de Enfermagem
Oliveira VC et al., 2020	Sistema Informatizado de Imunização (SSI)	Problemas de infraestrutura organizacional devido à falta de computadores e à baixa conectividade da internet nas unidades de saúde	Os profissionais de enfermagem perceberam vantagens na aceitação e uso do Sistema de Informação do Programa Nacional de Imunização. Com um melhor controle do histórico do vacinado, e diminuição de registros em papéis.
Fernandes FEMV et al., 2019	Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica (SISAB), com a estratégia e-SUS AB	Problemas entre o tempo destinado às atividades de alimentação dos sistemas e o tempo de atenção ao paciente	O estudo aponta influência das ações gerenciais voltadas aos sistemas de informação sobre a atenção prestada aos indivíduos/comunidade

5 DISCUSSÃO

A implementação de um sistema de informação é um processo complexo e multidimensional influenciado por fatores técnicos, individuais, humanos e organizacionais, os quais devem ser abordados de maneira inovadora, de acordo com as necessidades específicas de cada sistema e de cada grupo de usuários (MCGINN et., al 2011).

Os sistemas de Informação em Saúde são reconhecidos como instrumentos que aumentam a efetividade dos profissionais e reduzem os custos em saúde, assim como auxiliam na promoção da padronização do cuidado (JANETT et., al 2020). Assim, como finalidades principais, pode-se afirmar que um SIS (Sistema de Informação em Saúde) deve servir para gerenciar a informação que os profissionais de saúde precisam para desempenhar as atividades com efetividade e eficiência, facilitar a comunicação, integrar a informação e coordenar as ações entre os múltiplos membros da equipe profissional de atendimento, fornecendo recursos para apoios financeiro e administrativo (SAFRAN et., al 2010).

As diversas ações desenvolvidas pelos profissionais na Atenção Primária a Saúde (APS) tornam-se o ponto de partida da cadeia de informações a serem inseridas nos Sistemas de Informações em Saúde (SIS) no Sistema Único de Saúde (SUS). Essas

informações constituem insumo fundamental para a gestão e para o ensino, podendo atuar como ferramenta para orientar a tomada de decisões e a produção de conhecimentos tendo como principal ferramenta os SIS. Esses sistemas podem ser definidos como um conjunto de componentes inter-relacionados que coletam, processam, armazenam e distribuem as informações (FERNANDES et al., 2019).

Para orientar os profissionais na tomada de decisões e no cumprimento das diretrizes recomendadas, pode-se usar a tecnologia da informação em saúde incorporada ao fluxo de trabalho clínico, como sistemas de apoio à decisão clínica. Esses sistemas eletrônicos são projetados para gerar avaliações ou recomendações específicas do paciente, comparando características com uma base de conhecimento para auxiliar diretamente os profissionais de saúde na tomada de decisões clínicas (HUNT et al., 2008).

A aquisição de conhecimento para esses sistemas está relacionada à identificação e avaliação do melhor conhecimento disponível, tornando sua eficácia dependente de evidências de pesquisas clínicas de alta qualidade sejam atualizadas, facilmente acessíveis e interpretáveis por computadores. A utilização de sistemas de apoio à decisão clínica, além de auxiliar os tomadores de decisão, pode aumentar a qualidade da assistência prestada e reduzir erros. No entanto, ainda há evidências limitadas disponíveis sobre o uso generalizado desses sistemas, e a qualidade ou relevância das evidências podem restringir sua eficácia de acordo com ARAUJO et al (2019).

Os principais problemas encontrados foram relacionados a aspectos técnicos e operacionais: Cópia de prescrições e relatórios; falta de computadores; Necessidade de computadores portáteis ou de mão (*tablet, laptop*); e necessidade de treinamento. Um do recurso perigoso do computador, o qual aponta também como um aspecto negativo, corresponde à possibilidade de copiar e colar informações. Nesse sentido, a cópia de prescrições na íntegra, sem avaliar o paciente e sem a devida análise e reflexão acerca daquilo que já estava prescrito previamente, deve ser combatida para se atentar tanto do código de Ética Médica (CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA CFM – Brasil) como ao código de Ética dos Profissionais de Enfermagem. (CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM – Brasil).

É importante lembrar que todo profissional de enfermagem tem a responsabilidade ética de registrar no prontuário do paciente informações indispensáveis ao processo de cuidado, de forma completa e fidedigna, para assegurar a continuidade da assistência, sendo – lhe proibido o registro de informações parciais e inverídicas sobre a assistência prestada. Para isso, é recomendável que as anotações da enfermagem sejam registradas

logo após a realização de cada procedimento ou cuidado, com seu respectivo horário de execução (CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM – Brasil).

Sabe-se que os Sistemas de Informação em saúde auxiliam a eficiência de uma instituição, viabilizando o acesso a diversas informações, que são suporte para o planejamento e a tomada de decisão em saúde, assim, o profissional de saúde possui uma ferramenta de trabalho que o auxiliará na assistência e gestão do cuidado. Percebe-se que os gestores hospitalares são cientes da importância do uso da Tecnologia da Informação (TI) em suas instituições, todavia, ainda não há uma priorização de sua utilização, algumas vezes, sendo deixada em segundo plano (SANTOS et., al 2017).

Porém, uma das grandes dificuldades observadas na aplicação e uso eficaz de Sistemas de Informação é a aceitação dos profissionais em relação a esses recursos computacionais. Isso pode ocorrer por diversos fatores: a falta de informação do verdadeiro objetivo do sistema de informação, ausência de um treinamento adequado para a equipe de saúde, falta de motivação e dificuldade para conciliar tempo de trabalho, busca por novas informações e o déficit no número de funcionários para alimentação e buscas nos Sistemas de Informação em Enfermagem (PINHEIRO et. al, 2016).

Outro fator limitante pode se relacionar com a pouca familiaridade dos profissionais com tecnologias e com eventuais falhas nos sistemas, uma vez que o sucesso de implementação dos sistemas de informação depende do envolvimento ativo dos profissionais de saúde. A facilidade para utilizar uma tecnologia é fator de influenciar a sua aceitação. Dessa forma, a realização de capacitações/treinamentos para utilização de um sistema de informação está relacionada com a facilidade de uso e a utilidade do sistema na medida em que aprimora as habilidades das pessoas para manusear a tecnologia (SILVA et., al 2016).

Na implementação de mudanças que afetam estrutura, cultura, processos de trabalho, comportamento e canais de comunicação de uma organização de saúde, é esperada certa resistência. Uma solução é realizar treinamentos progressivos e atividades educacionais. Em uma revisão sistêmica, identificou-se nos estudos que, onde havia suporte tecnológico e treinamento adequados, a aceitação do sistema de informação era mais fácil. Em contrapartida, em estudos nos quais foi relatado suporte ou treinamento de TI inadequado ou inexistente, a tendência foi concluir que esses fatores eram barreiras à implementação do sistema (OLIVEIRA et., al 2020).

Desde que a tecnologia de informação vem ganhando prevalência, a experiência mostra que um projeto ruim, uma implementação inadequada e o mau uso (intencional ou

não) podem criar danos. A implementação desse novo sistema alimentado inadequadamente pode levar a custos desnecessários e a erros na informação a ser gerada, assim como consequentes equívocos na formação de políticas públicas. Portanto, é importante que esses registros sejam fidedignos em relação às ações de saúde executadas, a fim de garantir a qualidade dos dados, bem como da assistência prestada (DOMINGOS et., al 2019)

De acordo com estudo realizado por Pedroso et., al. onde os resultados demonstram uma baixa aceitabilidade do sistema de imunização nos municípios paraenses, inferior a 70%, portanto, ruim de acordo com os parâmetros estabelecidos. Também foi evidenciado um lapso temporal dos registros do sistema, onde metade dos casos demoraram até 26 dias para serem digitados, e em toda a série estudada mais de 10,00% das fichas tiveram esse tempo digitado para mais de 100 dias.

Esse atraso na alimentação do sistema compromete as ações de vigilância rápidas/imediatas, além de dificultar inclusive a identificação de focos, pois trata-se de uma arbovirose. Além do mais, pode ocasionar descrédito aos boletins epidemiológicos semanais/mensais, e acarretar o risco de disfarçar o início de surtos, ou mesmo o reconhecimento da introdução de novas doenças no território (PEDROSO et., al 2020).

Torna-se a cooperação dos profissionais de saúde para a implantação de um Sistema de Informação fundamental para garantir não só a adesão às novas tecnologias e sua plena utilização como também para alimentar e controlar as bases de dados de forma a contribuir com a fidedignidade das informações (MONTENEGRO et al., 2013).

Apesar de sistemas de informação estarem sendo desenvolvidos para melhorar a eficiência e a produtividade da equipe de enfermagem, a chave para o sucesso está na sua aceitação e na disponibilidade de iniciar o processo de mudança.

A conscientização dos profissionais de enfermagem frente a utilização da tecnologia de informação redundará na orientação do produto, no sentido de beneficiar o paciente, reduzir os custos e racionalizar o trabalho. Esse tem sido o grande desafio da informática em enfermagem (ÉVORA et al., 2003).

É importante que o enfermeiro compreenda como a tecnologia da informação pode modificar o seu trabalho diário, e como usufruir de seus benefícios para criar oportunidades e ocupar seu espaço frente aos processos de mudança. A informática em enfermagem é o novo paradigma que se apresenta ao enfermeiro em decorrência dos impactos produzidos pelos avanços da tecnologia computacional (ÉVORA et al., 2003).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desse estudo foi compreender a importância dos Sistemas de Informação e sua utilização pelos profissionais de enfermagem por meio de pesquisa bibliográfica extensa sobre os temas relacionados aos sistemas de tecnologias da informação, conceitos de inovação, e principalmente, sobre as teorias de aceitação, adoção e difusão de inovações, pude concluir que a informática atualmente está relacionada com o processo de trabalho do enfermeiro em diversos cenários e contextos, sendo ferramenta que otimiza e facilita suas ações, seja no âmbito assistencial, gerencial ou de ensino.

Nota-se uma grande resistência quanto a utilização dos sistemas de informação, muitas vezes por treinamentos insatisfatórios, que deixam o profissional com dúvidas e resistência quanto a utilização dos sistemas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ÉVORA, YOLANDA DORA MARTINEZ et al. O computador nas Unidades de Internação de um hospital escola: expectativa do enfermeiro. **Rev Hosp Adm Saúde**, [S. l.], v. 14, n. 2, p. 83-7, 30 abr. 2003.
- GROSSI, LUCIANE MANDIA *et al.* Tecnologia da Informação e Comunicação na Auditoria em Enfermagem. **Journal of Health Informatics**, [Http://www.jhi-sbis.saude.ws/ojs-jhi/index.php/jhi-sbis](http://www.jhi-sbis.saude.ws/ojs-jhi/index.php/jhi-sbis), v. 7, n. 1, p. 30-4, 7 mar. 2015.
- HUNT DL, HAYNES RB, HANNA SE, SMITH K. Effects of computer-based clinical decision supportsystems on physician performance and patient outcomes: a systematic review. **JAMA**. 1998 Oct21; 280(15):1339–46.
- JANETT, ROBERT S. ; YERACARIS, PETER PANO. Electronic Medical Records in the American Health System: challenges and lessons learned. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 4, p. 1293–1304, 2020.
- KLEIB M;SIMPSON N;RHODES B. Information and Communication Technology: Design, Delivery, and Outcomes from a Nursing Informatics Boot Camp. **Online journal of issues in nursing**, v. 21, n. 2, 2016.
- LIMA, DF *et al.* Nursing in computer information systems. **a systematic review of the literature**, Universidade Federal do Rio de Janeiro, v. 5, n. 3, p. 18-26, 13 jun. 2013.
- MCGINN, CARRIE ANNA; GRENIER, SONYA; DUPLANTIE, JULIE; *et al.* Comparison of user groups' perspectives of barriers and facilitators to implementing electronic health records: a systematic review. **BMC Medicine**, v. 9, n. 1, 2011.
- MONTENEGRO, L.C; *et al.* **Sistema de informação como instrumento de gestão: perspectivas e desafios em um hospital filantrópico**. **Journal of Health Informatics**, v. 5, n. 1, p. 3–8, mar, 2013.

NASCIMENTO, T.; *et al.* **Os desafios dos sistemas de informação em enfermagem: uma revisão narrativa da literatura.** *Ciência & Saúde Coletiva*. v. 26, n. 2, p. 505-510, 17 fev, 2021.

NEVES, T.C.C.L.; *et al.* **Produção e registro de informações em saúde no Brasil: panorama descritivo através do PMAQ-AB.** *Saúde em Debate*, v. 38, n. 103, p.756-770 dez, 2014.

PINHEIRO, A.L.S.; *et al.* **Gestão da saúde: O uso dos sistemas de informação e o compartilhamento de conhecimento para a tomada de decisão.** *Texto e Contexto - Enfermagem*, v. 25, n. 3, p. 1-9 mar, 2016.

SAFRAN, C. **Gestão da Informação em redes integradas de entrega** [online]. Disponível: https://www.researchgate.net/publication/246754187_Management_of_Information_in_Integrated_Delivery_Networks/link/5412e3c30cf2bb7347db1131/download [capturado em 15 fevereiro 2021].

SANTOS, M. C, MARIN H.F.; **Análise do uso de um sistema informatizado por gestores hospitalares.** *Escola Paulista de Enfermagem* [online], São Paulo, 5 mar. 2018. Disponível: https://www.researchgate.net/publication/325109261_Analise_do_uso_de_um_sistema_informatizado_por_gestores_hospitalares [capturado em 15 fev. 2021].

SANTOS, T. O. *et al.* **Implantação de sistemas informatizados na saúde: uma revisão sistemática.** *Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde*, v. 11, n. 3, set. 2017.

SILVA, A.M.F. *et al.* **Desafios para a implantação de sistemas informatizados na saúde.** *Revista Saúde em Foco*, [online], 2017. Disponível: http://portal.unisepe.com.br/unifia/wp-content/uploads/sites/10001/2018/06/015_desafios_implanta%C3%A7%C3%A3o.pdf [capturado em 10 fev. 2021].

SILVA, A. R. *et al.* **Sistemas de informação como instrumento para tomada de decisão em saúde.** *Revista de Enfermagem UFPE*, v. 10, n. 9, p. 3455–3462, set. 2016.

VENKATESH, V. *et al.* **User acceptance of information technology: toward a unified view.** *Rev. Latino-Am. Enfermagem*, v. 27, n. 3, p. 425 -478, 25 set. 2013.

COMPARAÇÃO DA FORÇA DE QUADRÍCEPS EM IDOSOS ATIVOS E SEDENTÁRIOS

João Guilherme Caldeira Guizzardi, Renan Floret Turini Claro, e-mail:
joaoguilmecaldeira888@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O ritmo de envelhecimento da população vem sendo mais acelerado do que no passado. As pessoas em todo o mundo estão vivendo mais, sendo que a (expectativa de vida se apresenta...) acima dos 60 anos. O Brasil possui mais de 28 milhões de pessoas nessa faixa etária, número que representa 13% da população do país, percentual que tende a dobrar nas próximas décadas (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2015). Dessa forma, a população idosa do país pode ocupar o sexto lugar no ranking mundial. Estima-se que em 2055 haverá maior número de pessoas com mais de 60 anos do que brasileiros com menos de 30 (PERISSÉ et al., 2019). Sendo assim, todos os países, inclusive o Brasil, enfrentarão grandes desafios para garantir que seus sistemas sociais e de saúde estejam prontos para dar suporte à essa mudança demográfica (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2015).

No que tange ao envelhecimento, o descritor mais frequente desse processo é a “sarcopenia”, condição na qual ocorre diminuição fisiológica da massa muscular e, conseqüentemente, da força muscular, o que pode contribuir negativamente para a redução de um estilo de vida independente e autônomo (COLLOCA et al., 2019). Isso porque a força muscular, conhecida como preditora de função, desempenha um papel essencial na realização de diversas atividades da vida diária, além de ser um importante componente na saúde e na aptidão física dos indivíduos (HISLOP et al., 2014).

Kraemer et al. (2004) define a força muscular como a quantidade de tensão que um músculo ou grupamento muscular é capaz de gerar dentro de um padrão específico e com determinada velocidade de movimento. Ainda, para Powers et al. (2000), a força muscular depende da coordenação intramuscular e intermuscular, da coativação de músculos antagonicos e da área de secção transversa do músculo.

Em idosos, a fraqueza no quadríceps é a condição funcional descrita com mais frequência. Esse conjunto de músculos é responsável por proporcionar estabilidade e suporte diante das cargas impostas ao joelho dessa população. Por isso, a fraqueza nessa musculatura pode comprometer a estabilidade dinâmica da articulação do joelho (CULVENOR et al., 2017). Assim, torna-se imprescindível aprimorar a elaboração do

diagnóstico precoce e a aplicação de exercícios assertivos que contribuam para com a aptidão física dessa população (BENFICA et al., 2018)

Nesse contexto, a dinamometria isométrica é considerada padrão de referência por possuir maior precisão no que diz respeito a avaliação do desempenho muscular. Contudo, apesar de ser muito descrita na literatura, esta é pouco utilizada na prática do profissional da educação física em virtude da dificuldade encontrada para se operar o aparelho, do alto custo e do tempo necessário para a realização dos testes, além da necessidade de qualificação do profissional que irá manuseá-lo (HISLOP et al., 2016). Trata-se de uma avaliação da força realizada através do emprego de força isométrica sobre um objeto imóvel. A mensuração da força exercida é feita a partir de um aparelho portátil chamado Dinamômetro, que mede o comportamento de cargas em particular (STARK et al., 2011).

O presente estudo tem como sua importância de mostrar o nível de força do quadríceps, assim podendo identificar se há déficit na musculatura, com isso através de um profissional saber quais intervenções necessárias para correção e consequentemente melhora da musculatura do indivíduo avaliado.

2 MÉTODO

O presente estudo caracteriza-se como descritivo, transversal e comparativo. O protocolo de pesquisa será submetido para aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) para assegurar que as intervenções estarão em conformidade com os princípios éticos.

Serão incluídos no grupo de Praticantes de Exercícios Resistidos (GER) pessoas com 60 anos ou mais, de ambos os sexos, que tenham experiência de pelo menos 4 semanas de treinamento. Serão incluídos no grupo de Não Praticantes Sedentários (GNP) pessoas com mais de 60 anos que não realizaram treinamentos de nenhuma natureza nos últimos 3 meses. Os critérios de exclusão considerados são a impossibilidade de realização do movimento ou desenvolvimento de força máxima e problemas ortopédicos/metabólicos não condizentes com a mínima manutenção da força máxima.

A coleta de dados será realizada em ambiente próprio para o treinamento de exercícios resistidos. A atividade de captação de dados será realizada em oportunidade única de forma que cada contração isométrica será executada por três vezes. Entre as contrações isométricas máximas, serão realizados intervalos de 5 minutos.

Todos os voluntários incluídos na pesquisa serão submetidos a um questionário para levantamento de dados sociodemográficos e funcionais. Os resultados serão tabulados e

apresentados para comparação entre as variáveis apresentadas, sendo elas: idade, sexo, massa corporal, altura, perimetria da coxa e histórico de exercícios físicos.

A força muscular do quadríceps será medida por meio de testes de força isométrica. Para realização do experimento, os participantes serão acomodados em uma cadeira com apoio das costas para estabilizar o tronco e com alças laterais ao assento para manterem os quadris fixos. A coleta da força será realizada por um dinamômetro digital da marca E-lastic® que será fixado abaixo da cadeira extensora como demonstrado na figura 1.

Figura 1 - Ilustração dos Equipamentos Utilizados na Coleta de Dados.



Para coleta de dados, os participantes serão incentivados a realizarem o máximo de força simulando uma extensão do joelho com utilização do quadríceps. As coletas serão realizadas de forma unilateral, sendo que os dados obtidos serão apresentados como quadríceps direito e esquerdo. Os ângulos utilizados para coleta serão 40° e 60° com medidas unilaterais. Os dados serão coletados em contrações de 5 segundos, sendo utilizada o pico de força medido em quilograma-força (kgf) e newtons (N).

A análise estatística será realizada primeiramente submetendo as medidas pelo teste de normalidade de Shapiro-Wilk. Posteriormente, serão realizadas comparações entre os grupos analisados (treinados e sedentários) utilizando o Teste T de Student. Para realização das análises estatísticas, será utilizado o pacote estatístico *SigmaStat for Windows* da SPSS.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na tabela abaixo, encontram-se os valores de peso em quilos, altura em metros, IMC em Kg/m² e perímetro das coxas direita e esquerda em centímetro dos participantes analisados no estudo.

Tabela 1 – Variáveis antropométricas dos participantes do estudo.

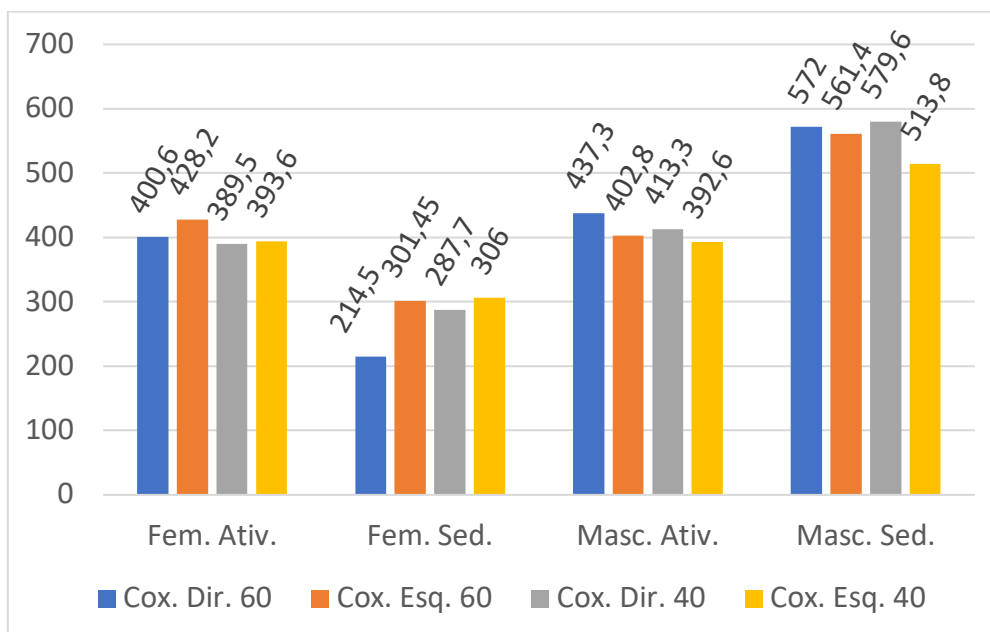
Variáveis	Feminino Sedentário (n=3)	Feminino Ativo (n=7)	Masculino Sedentário (n=7)	Masculino Ativo (n=3)
Peso (Kg)	92,2 (7,2)	66,3 (10,5)	91,8 (11,6)	74,7 (4,2)
Altura (m)	1,58 (0,03)	1,61 (0,05)	1,68 (0,06)	1,66 (0,01)
IMC (Kg/m ²)	36,7 (1,4)	25,3 (4,1)	32,3 (4,2)	27,0 (1,8)
Perímetro Coxa Esquerda (cm)	60,6 (6,0)	5,3 (2,9)	54,9 (4,1)	50,3 (2,5)
Perímetro Coxa Direita (cm)	60,0 (5,8)	55,7 (2,5)	53,6 (4,8)	48,6 (2,8)

Fonte: Elaborada pelo autor.

Por meio dela, pode-se perceber que todas as variáveis modificáveis pelo estilo de vida (peso, IMC e perímetro das coxas direita e esquerda) apresentam-se maiores nos indivíduos sedentários.

Abaixo, segue os resultados encontrados no estudo referente à força muscular máxima do quadríceps, com um comparativo entre indivíduos ativos e sedentários.

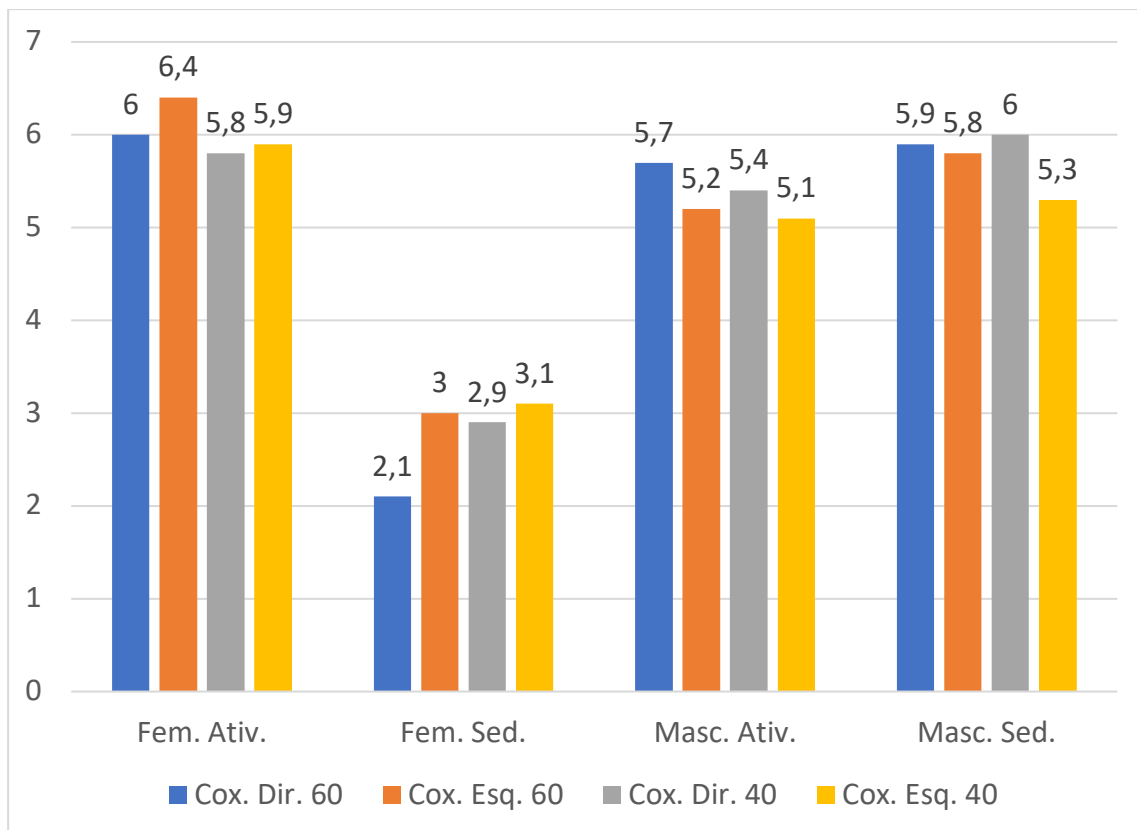
Gráfico 1 – Médias da Força Muscular Isométrica.



Fonte: Elaborado pelo autor.

O gráfico acima demonstra que mulheres ativas apresentaram maior média de força quando comparadas à mulheres sedentárias para ambas as pernas e ambos os ângulos. Já para o sexo masculino, a média de força apresentou-se maior para indivíduos sedentários do que para indivíduos ativos ambas as pernas e ambos os ângulos.

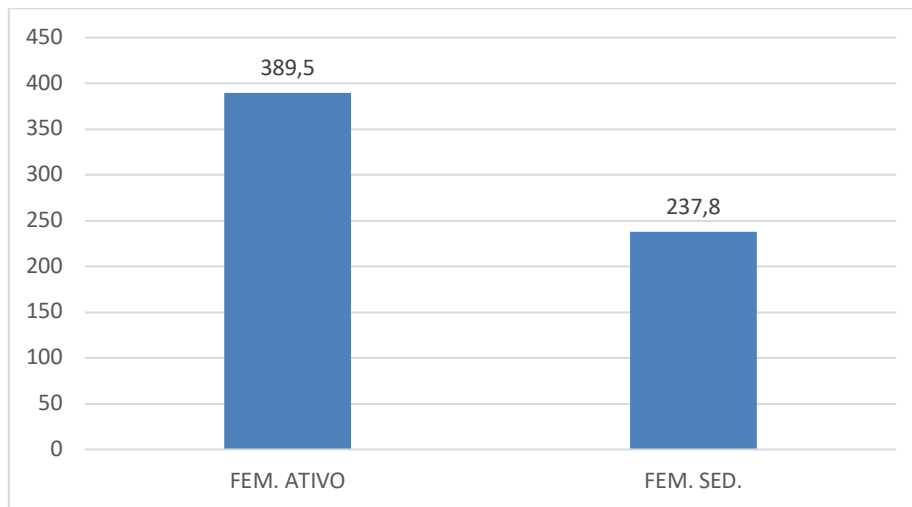
Gráfico 2 – Índice Força-Peso.



Fonte: Elaborado pelo autor.

O gráfico 2, por sua vez, demonstra as diferenças de valores encontradas nos cálculos de índice força-peso para os sexos masculinos e femininos dos grupos sedentário e ativo durante as seis aferições realizadas (três para o ângulo de 40° e três para o ângulo de 60°), com um intervalo de cinco minutos entre elas.

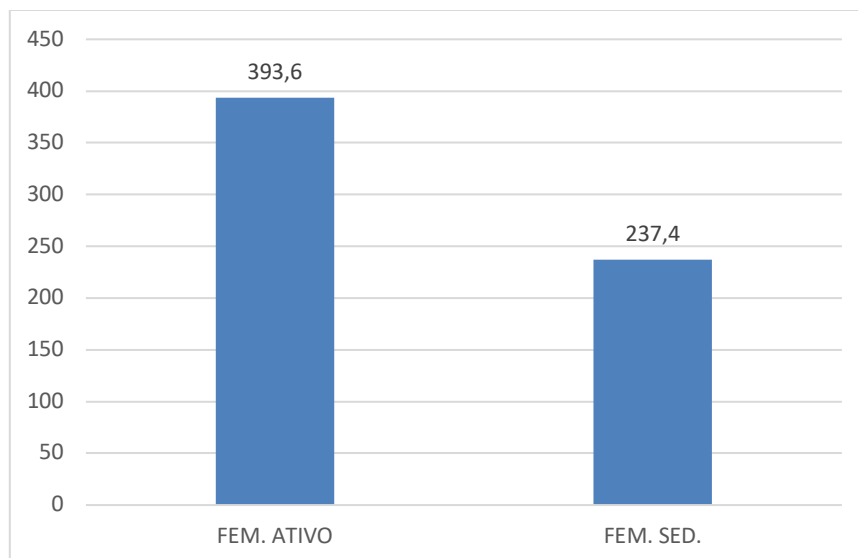
Gráfico 3 – Força Absoluta da Perna Direita em 40° para o sexo feminino.



Fonte: Elaborado pelo autor.

No que diz respeito à força absoluta referente à perna direita aferida sobre o ângulo de 40 graus em Newtons para o sexo feminino, constatou-se diferença estatística de 0,008 e desvio padrão de 81,4 para os indivíduos ativos e 43,4 para indivíduos sedentários.

Gráfico 4 – Força Absoluta da Perna Esquerda em 40° para o Sexo Feminino.

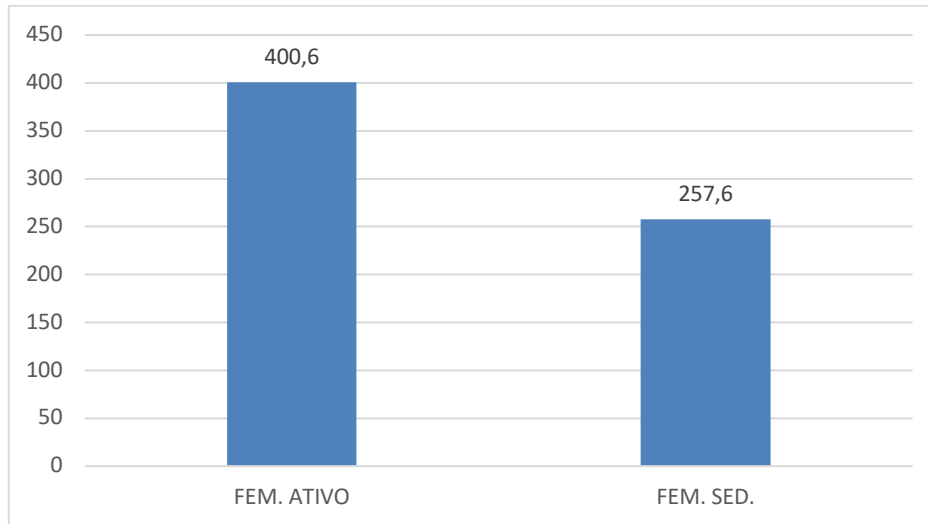


Fonte: Elaborado pelo autor.

No que diz respeito à força absoluta referente à perna esquerda aferida sobre o ângulo de 40 graus em Newtons ainda para o sexo feminino, constatou-se diferença

estatística de 0,023 e desvio padrão de 104,9 para os indivíduos ativos e 61,4 para indivíduos sedentários.

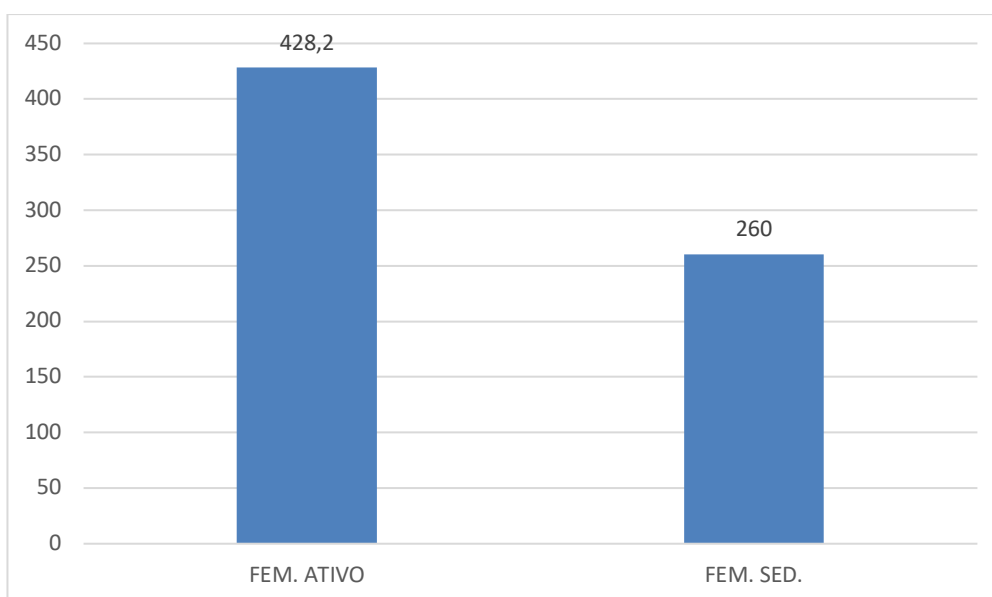
Gráfico 5 – Força Absoluta da Perna Direita em 60° para o Sexo Feminino.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Para a força absoluta referente à perna direita aferida sobre o ângulo de 60 graus em Newtons para o sexo feminino, constatou-se diferença estatística de 0,021 e desvio padrão de 93,2 para os indivíduos ativos e 55,6 para indivíduos sedentários.

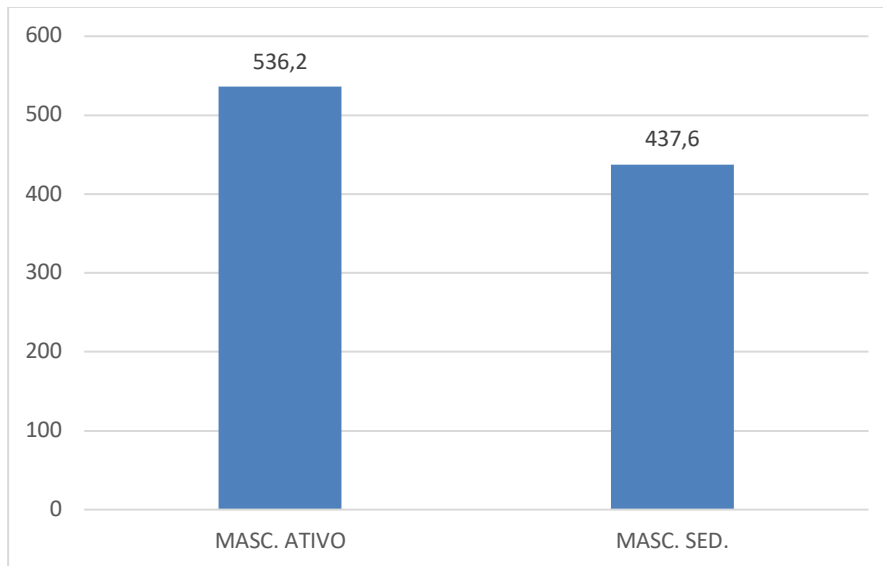
Gráfico 6 – Força Absoluta da Perna Esquerda em 60° para o Sexo Feminino.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Para a força absoluta referente à perna esquerda aferida sobre o ângulo de 60 graus em Newtons para o sexo feminino, constatou-se diferença estatística de 0,0145 e desvio padrão de 98,7 para os indivíduos ativos e 66,7 para indivíduos sedentários.

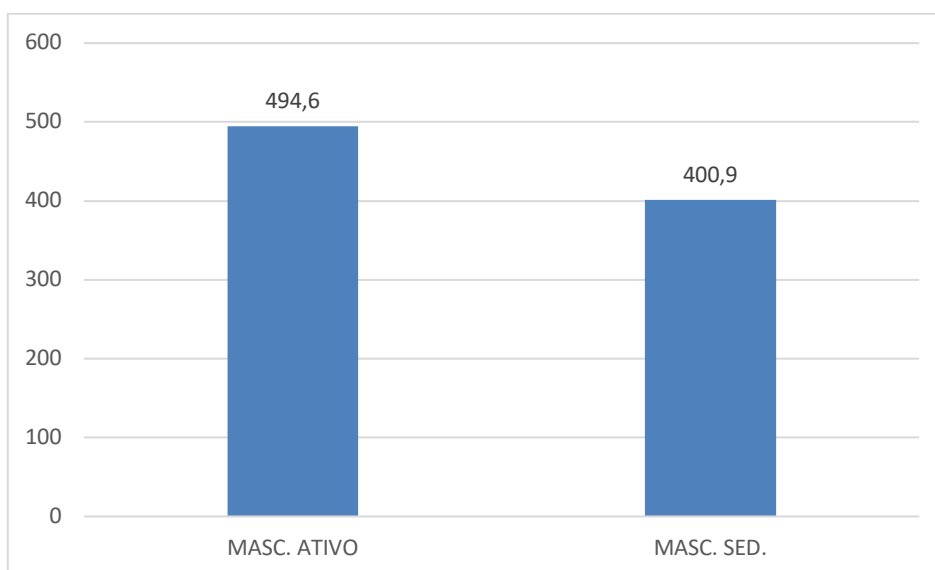
Gráfico 7 – Força Absoluta da Perna Direita em 40° para o Sexo Masculino.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Quanto a força absoluta referente à perna direita aferida sobre o ângulo de 40 graus em Newtons para o sexo masculino, constatou-se diferença estatística de 0,237 e desvio padrão de 143,8 para os indivíduos ativos e 203,3 para indivíduos sedentários.

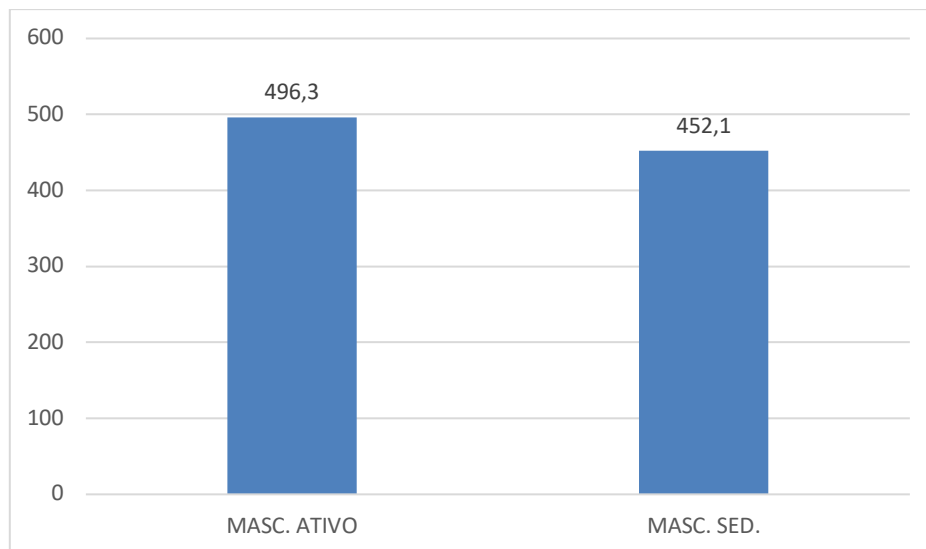
Gráfico 8 - Força Absoluta da Perna Esquerda em 40° para o Sexo Masculino.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Quanto a força absoluta referente à perna direita aferida sobre o ângulo de 40 graus em Newtons para o sexo masculino, constatou-se diferença estatística de 0,232 e desvio padrão de 127 para os indivíduos ativos e 190 para indivíduos sedentários.

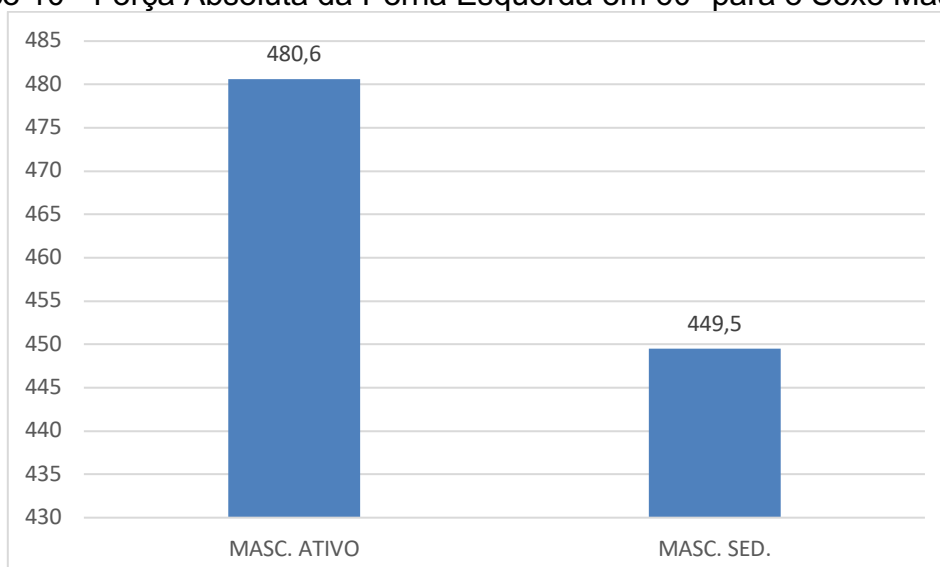
Gráfico 9 - Força Absoluta da Perna Direita em 60° para o Sexo Masculino.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Já para a força absoluta referente à perna direita aferida sobre o ângulo de 60 graus em Newtons para o sexo masculino, constatou-se diferença estatística de 0,37 e desvio padrão de 133 para os indivíduos ativos e 201,8 para indivíduos sedentários.

Gráfico 10 - Força Absoluta da Perna Esquerda em 60° para o Sexo Masculino.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Por fim, para a força absoluta referente à perna esquerda aferida sobre o ângulo de 60 graus em Newtons para o sexo masculino, constatou-se diferença estatística de 0,413 e desvio padrão de 136,4 para os indivíduos ativos e 213,7 para indivíduos sedentários.

Vale ressaltar que, para todas as tabelas anteriormente expostas, fora calculado o Índice Força Peso, que representa a força relativa ao peso corporal, com os respectivos valores de média, desvio padrão e p , a fim de excluir dos resultados a interferência do peso na execução da força.

Este trabalho apresentou diferença na força muscular de mulheres ativas que praticam exercício físico, dentre os quais encontram-se exercício resistido e ginástica. As diferenças foram encontradas também na análise do índice de força relativa, que utiliza o peso corporal como denominador para o cálculo. Este é utilizado para que se possa estabelecer ligação entre o peso corporal, massa muscular e desenvolvimento de força.

Segundo Guirro, Nunes e Davini (2000), estudos concluem que o efeito do treinamento no desenvolvimento positivo da força muscular isométrica (aprimoramento da mesma) se dá em virtude do aprendizado motor e da facilitação neural em função da ativação de um maior número de unidades motoras ativada, do aumento na taxa de impulsos nervosos e de um padrão de recrutamento de fibras musculares mais eficiente, fatos que contribuem para com o desenvolvimento da força muscular isométrica.

Nesse sentido, o estudo de Cadore, Pinto e Kruehl (2012) apresenta que idosos submetidos à treinamento de força apresentam significativo aumento na força muscular. Ainda, o aprimoramento da força muscular decorrente do treinamento de força nessa população apresenta-se semelhante à melhora da força muscular observada em indivíduos jovens, comprovando a elevada treinabilidade dos mesmos.

Já quanto ao desenvolvimento negativo da força muscular isométrica (Sarcopenia), são fatores que o desencadeiam: idade, grupo muscular, tipo e intensidade de contração e estado de atividade ou inatividade física dos indivíduos (AMARAL et al., 2012).

Os valores da força muscular na extensão de joelho demonstrados no estudo de CORREA et al. (2011) evidenciam que os ângulos de 60° e 90° são semelhantes entre si quanto à produção de força isométrica, e que, sobre estes ângulos, tem-se a máxima produção da mesma.

Ainda, o presente estudo, diferentemente do trabalho de Campoy (2011), não propôs aos participantes a prescrição de um protocolo de treinamento específico, tendo em vista

que o mesmo poderia interferir nos valores de força isométrica máxima, mas sim aplicou uma triagem quanto ao estilo de vida dos participantes (tempo ativo de prática de atividade física ou inatividade) e seus parâmetros antropométricos (peso, altura e circunferência das coxas direita e esquerda).

No que tange à ausência de diferença estatística encontrada em todas as análises realizadas de força isométrica máxima dos indivíduos homens participantes do estudo, pode-se pressupor que, mesmo para aqueles inativos fisicamente, as atividades físicas diárias (como profissão, por exemplo) por eles executados podem ter influenciado no resultado final.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante disso, conclui-se que as mulheres apresentam maior adaptação de força, na qual o treinamento impacta sobre a execução da mesma. Também não foi encontrada diferença estatística na força muscular do quadríceps nos participantes do sexo masculino. Para futuras pesquisas que relacionam a força muscular com as experiências em exercício físicos, sugere-se que sejam descritos de forma mais aprofundadas quais são esses estímulos e quanto tempo de prática os participantes realizaram.

REFERÊNCIAS

AMARAL, J. F. et al. Taxa de desenvolvimento da força muscular de membros superiores e inferiores em mulheres idosas. **Motricidade**, v. 8, n. 2, p. 454-461, 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2730/273023568054.pdf>. Acesso em: 29 set. 2021.

BENFICA, P. A. et al. Reference values for muscle strength: a systematic review with a descriptive meta-analysis. *Braz. j. phys. s ther.*, São Carlos, v. 122, p.1-15, 2018.

BERTONI, Mariana Barcellos Machado; NETO, Mansueto Gomes. Precisão de medidas de força muscular isométrica com dinamometria manual. **Revista de Ciências Médicas e Biológicas**, v. 17, n. 3, p. 350-353, 2018.

CADORE, Eduardo Lusa; PINTO, Ronei Silveira; KRUEL, Luiz Fernando Martins. Adaptações neuromusculares ao treinamento de força e concorrente em homens idosos. **Revista Brasileira de Cineantropometria & Desempenho Humano**, v. 14, p. 483-495, 2012. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbcdh/a/NQtNNrDJgfkN3387fKL5QN/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 29 set. 2021.

CORREA, Cleiton Silva et al. Análise da força isométrica máxima e do sinal de EMG em exercícios para os membros inferiores. **Revista Brasileira de Cineantropometria & Desempenho Humano**, v. 13, p. 429-435, 2011. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbcdh/a/cSv4VNxvksdLKR5VGQrTX7z/?format=pdf&lang=pt>
Acesso em: 29 set. 2021.

COLLOCA, G.; DI CAPUA, B.; BELLINI, A. et al. Musculoskeletal aging, sarcopenia and cancer. *J Geriatr Oncol.* v. 10, n. 3, p. 504-509, 2019.

CULVENOR, A. G., Ruhdorfer, A. , Juhl, C. , Eckstein, F. and Øiestad, B. E. Knee Extensor Strength and Risk of Structural, Symptomatic, and Functional Decline in Knee Osteoarthritis: A Systematic Review and Meta-Analysis. *Arthritis Care & Research*, 2017; 69: 649-8.

DA SILVA, Keuly Garcia et al. Estimativa do torque muscular de extensores do joelho de idosos baseado em testes de desempenho físico funcional. **ConScientiae Saúde**, v. 19, n. 1, p. 18247, 2020.

DAVIS, P. R. et al. Repeatability, consistency, and accuracy of hand-held dynamometry with and without fixation for measuring ankle plantarflexion strength in healthy adolescents and adults. *Muscle Nerve, Boston*, v. 56, n. 5, p. 896-900, 2017.

GUIRRO, Rinaldo; NUNES, Carolina V.; DAVINI, Rafael. Comparação dos efeitos de dois protocolos de estimulação elétrica neuromuscular sobre a força muscular isométrica do quadríceps. **Fisioterapia e Pesquisa**, v. 7, n. 1-2, p. 10-15, 2000. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/fpusp/article/view/78949>. Acesso em: 29 set. 2021.

KNUTTGEN, HOWARD G. Força, Trabalho, Potência e Exercício, Medicina e Ciência no Esporte: Outono 1978 - Volume 10 - Edição 3 - p 227-228

KRAEMER, W. J.; RATAMESS, N. A. Fundamentals of resistance training: progression and exercise prescription. *Medicine and Science in Sports and Exercise, Madison*, v. 36, no. 4, p. 674-688, 2004.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Resumo Relatório Mundial de Envelhecimento e Saúde. P. 13, 2015. Disponível em: <https://sbgg.org.br/wp-content/uploads/2015/10/OMS-ENVELHECIMENTO-2015-port.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2021.

STARK, T. et al. Hand-held dynamometry correlation with the gold standard isokinetic dynamometry: a systematic review. *Crit. Rev.*, [s.l.], v. 3, n. 5, p. 472-479, 2011.

PERISSÉ C, Marli M. Idosos indicam caminhos para uma melhor idade. *Rev Retratos* [Internet]. 19 de março de 2019[cited 2021 Fev 23]. Available from: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/24036-idosos-indicam-caminhos-para-uma-melhor-idade>

POWERS, Scott K.; HOWLEY, Edward T. **Fisiologia do exercício: teoria e aplicação ao condicionamento e ao desempenho**. Manole, 2000.

CONTRIBUIÇÃO DA DANÇA NO DESENVOLVIMENTO NEUROMUSCULAR E FORÇA EM IDOSOS

Alini Oliveira Cassiano da Silva, Guilherme Lucas dos Santos, Renan Alves, Renan Floret Turini Claro, email: e-mail:guilhermesansan.2016@gmail.com

1 Introdução

Com o envelhecimento surgem obstáculos que estão relacionados com a locomoção, pegar objetos pesados em lugares altos, amarrar os sapatos e realizar atividades do cotidiano que exigem força, equilíbrio e flexibilidade. Diante do envelhecimento fisiológico, a mobilidade pode ser prejudicada com certas limitações fazendo com que percam sua independência. Gradativamente vem ocorrendo o envelhecimento da população e devido a isso nota-se a importância do desenvolvimento de estratégias para promover a saúde do idoso (Siqueira; et.al 2020).

A dança é versátil, pois existem vários ritmos e estilos, sendo os ritmos responsáveis pela marcação do tempo dos movimentos e os estilos podem variar como samba, dança de salão, ballet, entre outros, também se adequando à idade, às limitações físicas e à cultura da população-alvo, tornando-se uma modalidade motivadora, tanto em grupo como individual. Em seguida, ao ser praticada de forma contínua, é possível estimular o sistema cognitivo e neuromuscular, a fim de melhorar a mobilidade em idosos atuando na prevenção de quedas (Phoebe Woei-Ni Hwang et al. 2015).

A força, também utilizada na dança, é a habilidade de um músculo se contrair contra uma resistência. Os músculos podem ser fortalecidos por meio da dança e seus efeitos são refletidos no corpo. O envelhecimento causa diminuição na massa muscular que variam de acordo com o sexo e o nível de atividade física. A diminuição da força e potência muscular ocorre por conta da diminuição de fibras no tecido muscular estriado esquelético (Silva; et.al 2011).

Com a melhora da função muscular ocasionada pelos estímulos da dança, este trabalho visa analisar a dança como instrumento para o desenvolvimento neuromuscular e força em idosos. Como a dança é uma prática acessível e versátil que engloba várias faixas etárias, ela pode ser utilizada como uma atividade física regular, melhorando o desempenho do idoso. Assim, o presente estudo tem como objetivo analisar o papel da dança no desenvolvimento do sistema neuromuscular e força em idosos.

2 Métodos

Este trabalho é uma revisão bibliográfica que utiliza o método indutivo de maneira indireta, consultando as bases de dados do Pubmed, Scielo, Google Acadêmico e a Revista FisiSenectus. Esta revisão correlacionou artigos nacionais e Internacionais. Foram encontrados na literatura 12 artigos relacionados ao tema e como critério de inclusão, foram analisados o título e o resumo com os seguintes descritores: dança, idoso, neuromuscular. Como critério de exclusão foi analisado o foco principal do trabalho, sendo selecionados 3 artigos.

3 Resultados

O quadro a seguir apresenta os artigos analisados, incluindo o autor, título, principais resultados e intervenção.

Quadro 1. Artigo

TÍTULO	AUTORES	PARTICIPANTES	INTERVENÇÃO	DESFECHO
Influência da dança na força muscular de membros inferiores de idosos.	Silva J.R. et al, 2011.	idosos a partir de 60 anos.	Dez idosos praticaram dança de salão durante doze semanas. A avaliação foi realizada antes e após esse período, e composta por questionário e anamnese, teste de levantar e sentar e entrevista com perguntas em relação à percepção de força muscular do idoso.	Pode-se afirmar que o exercício físico em grupo, através da dança como atividade física é relevante na melhora perceptiva do idoso quanto à melhora da força, mobilidade, jovialidade e autoestima.
Envelhecimento e treinamento de potência: aspectos neuromusculares e funcionais.	Tiggemann C.L. et al, 2013.	idosos a partir de 60 anos.	Esta revisão abordou o impacto do treinamento de força, definido como Treinamento de Potência, sobre as respostas neuromusculares em idosos priorizando-se os estudos de modelo clássico de treinamento (equipamentos de musculação, séries e repetições).	O Treinamento de Potência mostra-se efetivo na melhora da força, da potência muscular e no desempenho de atividades funcionais. Estes aspectos impactam diretamente na qualidade de vida da população idosa.

Efeitos de um programa de dança de salão sobre o equilíbrio, função muscular, controle postural e funcionalidade associados ao risco de queda em idosas.	CEPEDA C.P.C, 2013.	idosas entre 60 e 75 anos.	Participaram do estudo 47 mulheres que tiveram a arquitetura muscular dos membros inferiores, função muscular dos membros inferiores, equilíbrio e funcionalidade analisadas antes e após o programa de intervenção composto por 8 semanas e 3 sessões semanais de 60 minutos.	A dança parece ser um meio atrativo de atividade física para idosos, pois, oferece estímulos neuromusculares, sensoriais, visuais, vestibulares, auditivos e cognitivos, os quais podem proporcionar benefícios funcionais.
Treinamento de força e desempenho do sistema neuromuscular em idosos .	Almeida R.S.V. et al, 2014.	idosos a partir de 70 anos.	Recrutaram 48 voluntários e dividiram em dois grupos: grupo intervenção (treinamento da força) e grupo controle. Após as seis semanas de intervenção todos os testes realizados melhoraram significativamente.	O treinamento de força pode gerar aumentos nos valores de força muscular, volume muscular, pico de torque isocinético, desempenho funcional e diminuindo os fatores de risco para quedas em indivíduos idosos.
Autonomia funcional e comportamento neuromuscular de idosos.	SILVA P.C.R, 2015.	idosos a partir de 60 anos.	A autonomia funcional foi avaliada através do teste Tandem e o Four Square Step Test e o comportamento neuromuscular (gastrocnêmio lateral direito e esquerdo, tibial anterior esquerdo e direito) através da técnica de eletromiografia, envolvendo 30 idosos.	O comportamento neuromuscular está associado à autonomia funcional de idosos podendo ser um benéfico na execução das atividades da vida diária, favorecendo um envelhecer autônomo e independente, diminuindo o risco de quedas.
Efeito da suplementação de creatina no treinamento neuromuscular e composição corporal em jovens e idosos.	Melo A.L; Araújo V.C; Reis W.A, 2016.	idosos entre 60 e 70 anos e jovens entre 18 e 25 anos.	Participaram da pesquisa 22 jovens e 20 idosos de ambos os gêneros saudáveis. O treinamento foi de dez semanas, sendo as duas primeiras destinadas à adaptação dos sujeitos e as oito semanas seguintes destinadas ao aumento da força.	A suplementação de creatina apresenta possíveis efeitos junto ao treinamento neuromuscular, tanto em homens quanto em mulheres (jovens e idosos). O uso de creatina associada aos exercícios de força podem ser favoráveis para o idoso em relação aos efeitos do envelhecimento.
A eficácia das intervenções de dança para melhorar a saúde de adultos mais velhos: uma revisão sistemática da literatura.	Hwang P.W, 2017.	idosos a partir de 60 anos.	As intervenções de dança de salão incluíram foxtrote, salsa, tango, bolero, swing, polca, cha-cha, valsa e merengue. As contemporâneas incluíram improvisação e o método de Lebed (movimentos de baixo impacto). As danças culturais incluíram dança grega, turca, coreana, camponesa e dança em linha.	Fortes evidências sugerem que a dança, independentemente do estilo e dosagem, melhora significativamente a aptidão funcional dos idosos.

Terapia de movimento de dança e prevenção de quedas.	Veronesea N, 2017.	idosos a partir de 64 anos	Dois ensaios clínicos foram realizados entre idosos sedentários, dois entre pacientes afetados pela doença de Parkinson e os outros dois na população em geral. O período médio de acompanhamento foi de 14 semanas.	A terapia da dança pode melhorar as quedas em adultos mais velhos, com estudos demonstrando uma melhoria significativa em relação às condições de controle.
Alterações neuromusculares em idosos com doença de parkinson	Zanardi A.P.J, 2019.	idosos a partir de 60 anos.	A dança surge como intervenção para pessoas com doença de parkinson, pois o estímulo auditivo associado com as mudanças de direções podem proporcionar melhorias neuromusculares e biomecânicas que irão refletir na qualidade de vida dos seus praticantes.	Atividades como a dança podem auxiliar na melhora intrínseca de idosos com doença de parkinson que consequentemente podem auxiliar em melhoras cinemáticas e funcionais.
Efeito da dança criativa no condicionamento físico, equilíbrio funcional e controle de mobilidade em idosos.	Joung H.J; Lee Y, 2019.	idosos a partir de 70 anos.	Oitenta e dois idosos foram alocados aleatoriamente em um grupo de dança ou um grupo de alongamento. Durante 8 semanas, esses grupos participaram de aulas de dança criativa e treinamento de alongamento, com duração de 90 minutos e 2 dias por semana.	A dança criativa (DC) e o alongamento podem beneficiar o condicionamento físico e o equilíbrio para idosos; entretanto, a DC pode melhorar o equilíbrio e a mobilidade mais do que o alongamento.
A interferência da dança na mobilidade de idosos: revisão sistemática	Siqueira A.O; Danin N.F; Freitas W.M.T.M, 2020.	idosos.	Dos artigos selecionados com base no tema proposto, 10 identificaram no variável equilíbrio uma melhora significativa; outros 3 artigos obtiveram melhores resultados de agilidade e mobilidade por meio da dança.	A dança melhora de forma considerável a mobilidade, através do equilíbrio e a coordenação de idosos, pois promove melhora corporal e mental, sendo capaz de estimular o sistema cognitivo e neuromuscular.
Associação de atividades mentais-motoras baseadas na dança com quedas e função física entre idosos saudáveis : Uma revisão sistemática e meta-análise.	Mattle M. et al, 2020.	idosos a partir de 65 anos.	Esta revisão sistemática incluiu 29 ensaios clínicos randomizados que avaliaram uma atividade mental-motora baseada na dança em idosos saudáveis com relação ao risco de queda, taxa de queda ou medidas bem estabelecidas de função física nos domínios de equilíbrio, mobilidade e força.	As atividades motoras mentais baseadas na dança foram associadas com a redução do risco de quedas e uma taxa de quedas reduzidas. Também, sendo associadas à melhora da função física nos domínios do equilíbrio, mobilidade e força da parte inferior do corpo.

Os artigos analisados convergem mostrando que o idoso praticante de dança como atividade física, melhora o seu desenvolvimento funcional, psicológico, caracterizando uma melhor qualidade de vida, tendo maior autonomia e uma socialização melhor com a

sociedade. Também mostraram que idosos que dançam regularmente têm maior flexibilidade, estabilidade postural, equilíbrio, tempo de reação física e desempenho cognitivo do que adultos mais velhos que não dançam regularmente.

Segundo Siqueira;et.al, além da prevenção de quedas, os exercícios que trabalham equilíbrio são eficazes na melhora da força muscular e da mobilidade. Comprova-se também que os idosos preferem optar por exercícios de dança, pois apesar das dificuldades motoras ainda é possível praticar essa atividade.

Estudos comprovam que a dança como forma de lazer e exercício físico tem uma melhoria principalmente no equilíbrio de mobilidade e força do idoso, foram trabalhadas atividades de dança com idosos a partir de 60 anos, os resultados impactaram positivamente em vários aspectos na saúde do idoso, na sua funcionalidade e no seu cotidiano, aumentando sua força muscular e prevenindo quedas.

4 Conclusão

Conclui-se que a dança melhora a mobilidade através do equilíbrio, coordenação e aumento de força muscular em idosos promovendo melhoria corporal e mental, estimulando o sistema cognitivo e neuromuscular. A literatura evidencia que a dança venha contribuir na mobilidade, assim prevenindo quedas para um envelhecimento bem sucedido e saudável que irá refletir nas suas atividades cotidianas.

A dança, independentemente do seu estilo, pode melhorar significativamente a força e resistência muscular, o equilíbrio e outros aspectos da aptidão funcional em idosos. A dança foi associada à diminuição do risco de quedas e da taxa de quedas e à melhoria do equilíbrio, mobilidade e força corporal. Esse tipo de atividade pode ser útil na prevenção de quedas nessa população.

REFERÊNCIAS

Almeida RSV, Cacovishi TMG, Pereira IFM, Cabido CET. Treinamento de força e desempenho do sistema neuromuscular em idosos. e-Scientia, Belo Horizonte, Vol. 7, N.º 1, p. 16-26. 2014.

Capeda CPC. Efeitos de um programa de dança de salão sobre o equilíbrio, função muscular, controle postural e funcionalidade associados ao risco de queda em idosas. Programa de pós-graduação em educação física. 2013 URI
<http://hdl.handle.net/1884/32095>

Cepeda CC, Lodovico A, Fowler N, Rodacki AL. Effect of an Eight-Week Ballroom Dancing Program on Muscle Architecture in Older Adults Females. *J Aging Phys Act.* 2015 Oct;23(4):607-12. doi: 10.1123/japa.2014-0101. Epub 2015 Feb 2. PMID: 25642640.

Fernández-Argüelles EL, Rodríguez-Mansilla J, Antunez LE, Garrido-Ardila EM, Muñoz RP. Effects of dancing on the risk of falling related factors of healthy older adults: a systematic review. *Arch Gerontol Geriatr.* 2015 Jan-Feb;60(1):1-8. doi: 10.1016/j.archger.2014.10.003. Epub 2014 Nov 6. PMID: 25456888.

Hwang PW, Braun KL. A Eficácia das Intervenções de Dança para Melhorar a Saúde dos Idosos: Uma Revisão Sistemática da Literatura. *Altern Ther Health Med.* 2015 Set-Out;21(5):64-70. PMID: 26393993; PMCID: PMC5491389.

Joung HJ, Lee Y. Effect of Creative Dance on Fitness, Functional Balance, and Mobility Control in the Elderly. *Gerontology.* 2019;65(5):537-546. doi: 10.1159/000499402. Epub 2019 May 3. PMID: 31055579.

Liu X, Shen PL, Tsai YS. Efeitos da intervenção de dança na função física em idosos saudáveis: uma revisão sistemática e meta-análise. *Envelhecimento Clin Exp Res.* 2021 Fev;33(2):253-263. doi: 10.1007/s40520-019-01440-y. Epub 2020 1o de janeiro. PMID: 31894561.

Mattle M, Chocano-Bedoya PO, Fischbacher M, Meyer U, Abderhalden LA, Lang W, Mansky R, Kressig RW, Steurer J, Orav EJ, Bischoff-Ferrari HA. Association of Dance-Based Mind-Motor Activities With Falls and Physical Function Among Healthy Older Adults: A Systematic Review and Meta-analysis. *JAMA Netw Open.* 2020 Sep 1;3(9):e2017688. doi: 10.1001/jamanetworkopen.2020.17688. Erratum in: *JAMA Netw Open.* 2021 Jan 4;4(1):e2037105. PMID: 32975570; PMCID: PMC7519422.

Silva PCR. *Autonomia funcional e comportamento neuromuscular de idosos.* Mossoró, RN, 2014.

Siqueira AO, Danin NF, Freitas WMTM. A interferência da dança na mobilidade em idosos: revisão sistemática. *FisiSenectus. Unochapecó v.8, – Jan./Dez. 2020.* DOI: <https://doi.org/10.22298/rfs.2020.v.8.n.1.5205>.

Tiggemann CL, Dias CP, Noll M, Schoenell MCW, Krueel LFM. Envelhecimento e treinamento de potência: aspectos neuromusculares e funcionais. *Rev. Educ. Fis/UEM,* v. 24, n. 2, p. 295-304, 2. trim. 2013. DOI: 10.4025/reveducfis.v24.2.15725.

Veronese N, Maggi S, Schofield P, Stubbs B. Dance movement therapy and falls prevention. *Maturitas.* 2017 Aug;102:1-5. doi: 10.1016/j.maturitas.2017.05.004. Epub 2017 May 4. PMID: 28610676.

CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA HOSPITALAR NOS CUIDADOS PALIATIVOS

Amanda Cristina Pastori, Shaday Mastrangelo Prudenciatti Ikehara, e-mail:
amanda.cpastori@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A Psicologia Hospitalar é uma especialidade que busca ajudar os pacientes hospitalizados a compreenderem e enfrentarem questões psicológicas associadas a notícia de seu adoecimento. Essa área da Psicologia, não trata apenas das doenças ocasionadas por questões psicológicas, que são conhecidas por doenças psicossomáticas, mas sim de todos os aspectos psicológicos inerentes a qualquer tipo de doença (MOSIMANN; LUSTOSA., 2011).

A atuação do psicólogo hospitalar, defende a possibilidade de humanização dentro dos hospitais, isto é, compreender às realidades da Instituição, ajudar os pacientes a enfrentarem seus medos, proporcionando acolhimento e demonstrando ao paciente que esse profissional além de escutar as suas aflições e dores, também as compreende (MOSIMANN; LUSTOSA., 2011).

A palavra “paliativo”, deriva do latim “pallium”, termo esse que significa manto. O manto tem como objetivo aquecer aquele que sente frio. Por meio dessa analogia os cuidados paliativos surgiram com o intuito de aliviar sintomas e oferecer o cuidado necessário para aquele paciente que, para a medicina, de forma orgânica, não têm mais possibilidade de cura (DOMINGUES., et al., 2013).

Os cuidados paliativos são indicados para qualquer tipo de doença que se apresenta em um quadro avançado, como por exemplo, câncer em fase terminal, Alzheimer nos estágios finais, esclerose lateral amiotrófica, entre outras, que por tamanha gravidade e conseqüente falta de respostas ao tratamento, se tornam incuráveis. Desse modo, além do impacto físico de cada doença, geradoras de dores e fraquezas, o paciente também é exposto a alterações psicológicas, como angústias, medos e tristezas (ALVES et al., 2019).

Portanto, composto por uma equipe multidisciplinar, os cuidados paliativos são destinados à qualidade de vida dos pacientes, não é intencionado para curar a patologia, uma vez que não há perspectiva, mas sim, proporcionar dignidade na vida diante da iminência de morte (DOMINGUES et al., 2013).

O Psicólogo é um dos profissionais indicado para atuar nesse tipo de tratamento, afinal, ele está preparado para ouvir, entender e acolher, até mesmo o que não é dito pelo paciente. Além disso, o auxílio no manejo do paciente com a família, bem como com a equipe, favorece o posicionamento do paciente em relação a sua doença, assim como elaboração de sentimentos, fantasias e até mesmo adesão ao tratamento. (DOMINGUES et al., 2013).

Com isso, o objetivo deste trabalho é produzir uma reflexão sobre as contribuições da psicologia hospitalar, enfatizando a sua relevância para os cuidados paliativos, e através disso, contribuir para maiores esclarecimentos a respeito do tema.

2 MÉTODO

2.1 TIPO DE PESQUISA

Dentre os métodos de pesquisa disponíveis para o desenvolvimento do presente artigo, optou-se pela revisão sistemática da literatura. Esse tipo de revisão se caracteriza por possibilitar a análise de informações, disponibilizadas através de estudos já realizados sobre o tema (MANCINI; SAMPAIO, 2006).

O propósito do presente artigo é de organizar e analisar as contribuições mais relevantes da psicologia hospitalar, principalmente no que concerne aos cuidados paliativos.

2.2 PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS

As buscas foram realizadas nas bases virtuais Scielo e Google Acadêmico, utilizando os descritores: psicologia and cuidados paliativos; hospital; em um recorte temporal no período decorrido entre 2015 e 2020.

Para alcançar o objetivo da pesquisa, foram seguidos os passos metodológicos: inicialmente o levantamento de publicações sobre psicologia hospitalar e cuidados paliativos, posteriormente foram aplicados os critérios de inclusão para a seleção dos artigos: no Google Acadêmico foram selecionados os artigos redigidos em português, classificados por data e que foram publicados entre os anos de 2015 e 2020. Já no SciELO, foram classificados os que estivessem indexados também nos últimos 5 anos, ou seja, de 2015 a 2020, redigidos em português e com a área temática em Psicologia.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nos estudos apresentados por Almeida e Malagris., (2015) foram mostrados como a Psicologia na área Hospitalar é um ramo recente e que tem conquistado muitos profissionais para atuarem dentro dos hospitais. Sendo vista como uma abordagem que cuida dos aspectos psicológicos dos pacientes que ali se encontram, a psicologia Hospitalar foi apresentada através de estudos com um aumento gradativo no seu desenvolvimento nos últimos tempos. Ter um profissional da área da Psicologia presente dentro dos hospitais para auxiliar no tratamento do paciente, foi vista como de extrema importância para promover um suporte tanto para a saúde física, como para a saúde emocional dos hospitalizados.

Os mesmos autores apresentaram em sua pesquisa um ponto negativo para os profissionais da Psicologia Hospitalar, no qual mesmo existindo uma lei federal que obriga a inserção de Psicólogos nos serviços de saúde, não são todos os hospitais que acatam essa medida (ALMEIDA; MALAGRIS., 2015).

Outros resultados foram encontrados afim de apresentar um auxílio que prepare o profissional no encontro com o paciente. Esse auxílio prepara os profissionais do caso para irem em busca de um ambiente calmo e sigiloso para a comunicação da notícia defendendo que o profissional não deve abandonar o seu paciente independente da sua situação final de saúde. Além disso, existem outros aspectos que devem ser levados em consideração na comunicação de más notícias, como saber ouvir o que o paciente tem para dizer, proporcionar um ambiente tranquilo e acolhedor, responder as dúvidas do paciente sobre o seu estado atual quantas vezes forem necessárias, manter o contato visual e a proximidade física com o mesmo. Dessa forma, a comunicação de más notícias como parte dos cuidados paliativos, reforça a necessidade de um trabalho humanizado, acolhedor, capaz de compreender o sofrimento que o ser humano enfrenta nesse momento (GOBBI, 2020).

O psicólogo que atua nessa área realiza a escuta ativa, atendendo às demandas apresentadas pelo paciente por conta do impacto emocional ocasionado pela notícia do seu adoecimento. Na pesquisa realizada por Ugioni., 2020, foram apresentados resultados sobre a importância do bem-estar do paciente terminal, no qual foi relatado a necessidade do respeito total para com os pacientes e a necessidade de tratar a subjetividade de cada um, proporcionando uma relação empática como principal base para realizar o seu trabalho. A atuação do profissional da psicologia irá promover o bem estar desse paciente até o momento de sua morte. No entanto, trabalhar com a iminência de morte requer

conhecimento e flexibilidade, além de resiliência. Em seu estudo, a autora apresenta a dificuldade do psicólogo no que diz respeito a prática dos cuidados paliativos principalmente relacionada com a atuação em conjunto na equipe multidisciplinar, em consequência da falta de conhecimento da equipe para atuar em cuidados paliativos (UGIONI, 2020).

Tratar a singularidade de cada paciente dentro dos cuidados paliativos foram demonstradas através de uma pesquisa de revisão bibliográfica na busca por materiais que apresentassem respostas sobre o papel do psicólogo no tratamento de pacientes sem nenhum tipo de possibilidades de cura. Os autores apresentaram um grande crescimento da área Psicológica dentro desses cuidados, e com isso, os mesmos defendem a possibilidade do aumento da qualidade técnica e científica para serem utilizadas nessa área, afinal cada um desses pacientes podem apresentar sentimentos e reações diferentes com a notícia da sua doença terminal (CARDOSO; SOUZA, 2020).

Em outros resultados na entrevista com psicólogos hospitalares no âmbito dos cuidados paliativos, foram analisadas respostas que geram preocupação não somente com os pacientes hospitalizados, mas também com a saúde emocional dessa equipe que atua juntamente com o psicólogo do caso. Foi defendida a ideia de que ao trabalhar com doenças terminais, esses profissionais enfrentam situações frágeis e de muito sofrimento, e isso acaba gerando desconforto para essa equipe na hora de tomarem decisões, na hora de serem abordados por algum familiar querendo saber do quadro de vida do paciente, e também, lidarem com sentimentos de fracasso ao se depararem com a morte desse paciente (UGIONI, 2020).

Assim como foram apresentados nos resultados da pesquisa de Ugioni., (2020) o quanto é indispensável a presença do Psicólogo para tratar das demandas emocionais da equipe multidisciplinar, Lopes e Muner., (2020), apresentam como os Profissionais de Psicologia podem atuar junto com a equipe de maneira que contribua no tratamento dos pacientes hospitalizados. Nesse outro estudo foram apresentados resultados de como o Psicólogo pode atuar junto com essa equipe multidisciplinar no tratamento de um paciente em estado terminal, as autoras apresentaram resultados que são positivos como amenizando sofrimentos; ansiedades; depressão que esses pacientes enfrentam a todo momento, a atuação do psicólogo junto com a equipe multidisciplinar foi evidenciada também na pesquisa como um auxílio no processo da comunicação entre equipe e paciente, favorecendo na construção do vínculo entre o paciente; família e equipe, colaborando para a relação funcional dessa tríade, que impacta no enfrentamento do paciente com relação a sua doença e tratamento. A pesquisa trouxe também em seus

resultados, que o Psicólogo atuando junto de toda a equipe, faz com que se forme um sentimento de segurança para os pacientes e seus familiares, e isso faz com que os mesmos consigam enfrentar com mais coragem a sua enfermidade.

Rochi., (2020), aponta sobre a necessidade do suporte psicológico para com a família desses pacientes, uma vez que a família também precisar estar bem para ser o seu cuidador. O conhecimento acerca do diagnóstico e a participação como cuidador com alguém que se ama sem possibilidade de cura, pode acarretar diversos problemas para a vida desse cuidador, como: angustia, tristeza, medo e até mesmo ocasionar alterações emocionais como ansiedade e depressão, evidenciando então, a necessidade de um cuidado especial para com a família desse paciente.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entender o quanto receber a notícia de uma doença incurável pode abalar emocionalmente qualquer pessoa que enfrenta esse momento, faz-se necessário buscar meios que tornem esse momento menos doloroso e mais fácil de se enfrentar, com isso, os cuidados paliativos surgem com essa intenção de proporcionar alívio para o sofrimento daqueles que estão enfrentando sua terminalidade de vida.

A Psicologia Hospitalar por ser uma área que busca tratar os aspectos emocionais dos pacientes hospitalizados, foi vista no trabalho como sendo uma das áreas mais importantes para contribuir com o tratamento realizado nos cuidados paliativos.

Assim como os pacientes necessitam dessa intervenção Psicológica, foram apresentados o quanto a equipe multidisciplinar precisa desses cuidados psicológicos também, afinal esses profissionais enfrentam situações com pacientes que estão lutando para conseguirem manter uma qualidade de vida mesmo no seu momento de terminalidade. Tendo em vista essas situações é comum os mesmos se sentirem angustiados ou até mesmo frustrados diante da morte do paciente.

A família dos pacientes, também enfrentam muitas alterações emocionais quando descobrem que a doença que estão lidando com o seu familiar diante da medicina não haverá mais cura, os sentimentos que podem surgir são os de tristeza, angustia, o que pode ser prejudicial para a saúde dessa família.

Uma das dificuldades que foram encontradas sobre o profissional de Psicologia nessa área, foram os de conseguir espaço para atuarem juntos da equipe multidisciplinar; outra questão foram as de encontrar materiais na literatura que apresentem intervenções

psicológicas para serem utilizadas nessa área, e por último, foi encontrado que mesmo existindo uma lei federal que defende a inclusão dos Profissionais da Psicologia dentro dos hospitais, ainda assim encontra-se hospitais sem a atuação Psicológica como membro de sua equipe.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. A.; MALAGRIS, L. E. N. Psicólogo da Saúde no Hospital Geral: um estudo sobre a Atividade e a Formação do Psicólogo Hospitalar no Brasil. **Psicologia: Ciência e Profissão**, p. 754-767, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/3wfdVFWNsD6FhhR9vHPrtYF/?lang=pt&format=pdf>.

ALVES, R. S. F.; CUNHA, E. C. N.; SANTOS, G. C.; MELO, M. O. Cuidados Paliativos: Alternativa para o Cuidado Essencial no Fim da Vida. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 39, p. 1-15, jul. 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932019000100130.

CARDOSO, J. S.; SOUZA, J. C. P. O papel do Psicólogo na Assistência a Pacientes em Cuidados Paliativos: Revisão Integrativa. **Fametro Centro Universitário**, Belo Horizonte, v. 1, p. 82-92, 2020. Disponível em: https://fametro.edu.br/wp-content/uploads/2020/12/saude_amazonida.pdf#page=82.

DOMINGUES, G. R.; ALVES, K. O.; CARMO, H. S.; GALVÃO, S. S.; TEIXEIRA, S. S.; BALDOINO, E. F. A atuação do Psicólogo no Tratamento de pacientes terminais e seus familiares. **Psicologia Hospitalar**, Cuiabá, v. 11, n. 1, p. 2-24, 2013. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-74092013000100002.

GOBBI, M. B. Comunicação de más notícias: um olhar da Psicologia. **Universidade Católica do Rio Grande do Sul**, v. 9, 2020. Disponível em: <http://www.sprgs.org.br/diaphora/ojs/index.php/diaphora/article/view/213/199>.

LOPES, N. D.; MUNER, L. C. A atuação do Psicólogo na Equipe Multidisciplinar de Cuidados Paliativos com Pacientes Oncológicos. **Revista Cathedral**, v. 2, n. 4, 2020. Disponível em: <http://cathedral.ojs.galoa.com.br/index.php/cathedral/article/view/248/80>.

MOSIMANN, L. T. N. Q.; LUSTOSA, M. A. A Psicologia Hospitalar e o Hospital. **Revista da SBPH**. Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 200-232, jun. 2011. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-08582011000100012.

ROCHI, M. A relevância do apoio Psicológico para Familiares das Pessoas em Cuidados Paliativos. **Universidade do Extremo Sul Catarinense- UNESC**, Criciúma, 2020. Disponível em: <http://repositorio.unesc.net/bitstream/1/7938/1/Marinara%20Rochi.pdf>.

UGIONI, S. S. Os fazeres do Psicólogo nos Cuidados Paliativos. **Universidade do Extremo Sul Catarinense- UNESC**, Criciúma, 2020. Disponível em: <http://repositorio.unesc.net/bitstream/1/7939/1/Stefani%20da%20Silveira%20Ugioni.pdf>.

CORONOFOBIA: UM INIMIGO “INVISÍVEL”

Eliziane T. S. Braz, Gabrieli Castro, Vânia Delpino, e-mail: gabrielircastro.nurse@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Em dezembro de 2019, na província de Wuhan, na China, amostras de secreção do trato respiratório dos pacientes doentes por uma pneumonia de causa desconhecida, toma foco mundial. Em sete de janeiro de 2020, cientistas chineses já haviam isolado o novo coronavírus (CoV) em pacientes na cidade¹.

A Organização Mundial de Saúde (OMS), denomina a doença provocada pelo 2019-nCov da COVID-19 como uma pandemia em 11 de março de 2020. O surto sobre um novo vírus altamente transmissível dominou as manchetes em todo o mundo. Isso não é surpreendente. O coronavírus da síndrome respiratória aguda grave (SARS-CoV), é um vírus de alta transmissibilidade, com provável origem em morcegos. Sua propagação ocorre por gotículas respiratórias e por procedimentos geradores de aerossóis, como a intubação orotraqueal, e também como o contato físico de objetos contaminados. A partir da contaminação, indivíduos assintomáticos e sintomáticos podem transmitir a doença, sendo assim, um inimigo invisível².

A falta de informação e desinformação a respeito da COVID-19 e seus tratamentos, com auxílio de manchetes e fotos sensacionalistas da mídia popular, alimentou medos e fobias relacionados à saúde da população. (TAYLOR; ASMUNDSON, 2004).

A partir das circunstâncias que a pandemia trouxe consigo, como as medidas extremas de proteção e precaução, é evidente a importância do cuidado com a saúde mental, pois o COVID-19 mexeu bruscamente com as rotinas diárias, tanto de trabalho, quanto acadêmicas, devido ao isolamento social - usado para a diminuição dos riscos de contágio, que eram altíssimos, e por conta disso foi prorrogado por meses - que fez muitas pessoas que tinham predisposição para desenvolver transtornos mentais entrassem em crises, de ansiedade, depressão, pânico e/ou insônia (HO et al., 2020). É nítido o quanto ter que lidar com cargas emocionais elevadas, presenciar uma espécie de colapso e falta de organização da saúde pública no Brasil serviu para piorar a situação.

Como estratégia, a quarentena é muito usada e teoricamente eficaz, poderia ter evitado os números exacerbados de contágios e óbito, se tivesse sido seguida corretamente e com o suporte de políticas públicas competentes. Da mesma forma, a falta de preparo e conhecimento sobre o método, fez com que a população entrasse em choque

com a nova realidade. Lidar com o afastamento dos amigos e familiares, sem poder manter contato por longos períodos, exigiu o desenvolvimento de outras saídas, como por exemplo, a compulsão por compras on-line e o consumo de substâncias químicas, mesmo com toda tensão econômica, também provocada pela pandemia. Em contraponto, a obrigatoriedade do convívio familiar, a pressão de se manter seguro e preservar a família e os amigos do contágio, inclusive ajudou a desencadear inúmeros casos de transtornos relacionados à saúde mental e também o aumento de violência doméstica. (BARROS et al, 2020)

Outro fator que favoreceu o desencadeamento de prejuízos e sofrimento psíquico foi a defasagem na comunicação, a ambiguidade das informações compartilhadas pela mídia que fortaleceu o estresse, o aumento da ansiedade e medo em relação ao futuro. Assim como a adesão das estratégias de diminuir a disseminação do vírus, muitas pessoas que não entenderam ou não quiseram seguir as ordens de isolamento tiveram que lidar com o contágio e possíveis sequelas e perdas de pessoas próximas, do mesmo modo que fez os serviços de saúde se sobrecarregarem para dar conta de inúmeros casos e internações (FARO, 2020).

2 METODOLOGIA

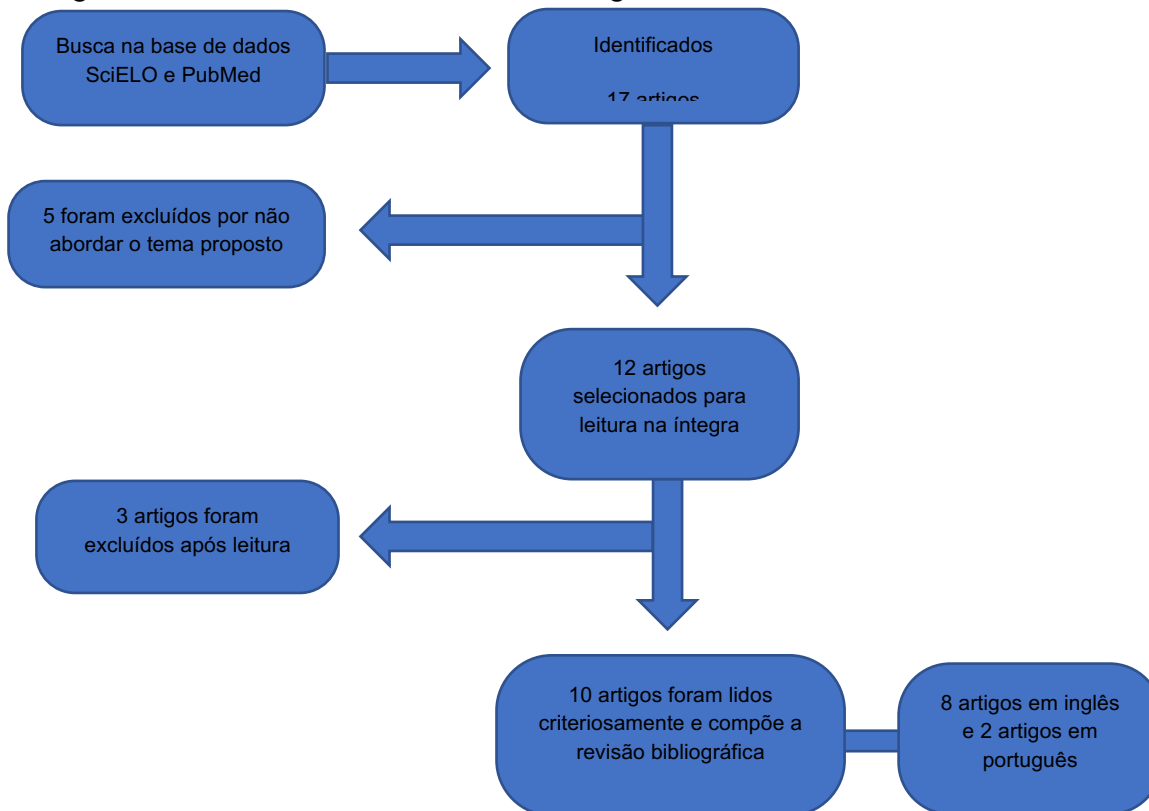
A elaboração do presente estudo teve como matéria a análise de artigos acessíveis em banco de dados como SciELO e PubMed.

Com abordagem qualitativa e o levantamento de dados a partir da busca em literatura, foi empregado a busca por estudos a partir de 2019, especificamente no mês de dezembro onde houve o surgimento de notícias e recentes estudos sobre SARS-CoV-2, visando os efeitos psicológicos do vírus ao isolamento social.

O levantamento de dados teve como descritores as palavras-chave: Coronaphobia; ansiedade; fear; mental healthy.

Foram encontrados 18 artigos na base de dados SciELO e Pubmed, destes, 5 artigos foram excluídos por não abordarem o tema proposto, desse modo, foram admitidos para a leitura dos resumos um total de 12 artigos, no qual 3 não atingiram o objetivo proposto. Assim sendo selecionados para a revisão bibliográfica um total de 10 artigos (8 na língua inglesa e 2 na língua portuguesa) que foram lidos criteriosamente na integra. (Figura 1).

Figura 1 – Processo de escolha dos artigos.



3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir dessa pesquisa, foi possível constatar a dificuldade de encontrar trabalhos relacionados à coronofobia, principalmente por ser um acontecimento novo e totalmente inesperado. Porém, através dos artigos encontrados, entende-se que a pandemia desencadeou desde o medo de contrair a doença, transmiti-la às pessoas próximas em virtude dos sintomas assintomáticos, receio das possíveis sequelas, angústia de não saber o que se sucederá, temor e estresse referentes a algo desconhecido e sem a certeza do seu fim, facilitando o desenvolvimento de crenças irrealis e disfuncionais (ARORA et al., 2020).

Ainda de acordo com os trabalhos encontrados, é possível enxergar as exigências que a pandemia trouxe semeando a insegurança e desestabilizando o convívio interpessoal, assim como, exigindo a atenção plena e desenvolvimento de mecanismos para adaptação para esse novo contexto.

Conforme as pesquisas, é de suma importância a busca por estratégias de enfrentamento, intervenções comportamentais, para que as pessoas consigam se adaptar

às mudanças que essa crise que instaurou, tal como lidar com o desconforto de ter que se reestruturar com o “novo normal”.

Barros (2020) afirma que a relevância dos aspectos emocionais perante a pandemia tem levado muitos autores a identificar uma pandemia do medo, assim como o termo coronofobia, que tem sido usada por muitos psiquiatras e psicólogos para designar a ansiedade e o medo de contrair COVID-19. Essas designações mostram que a pandemia não trouxe apenas problemas relacionados aos aspectos biológicos da doença, mas também danos a economia e ao bem-estar da população, especialmente no aspecto psicológico.

Nesse contexto, pode-se dizer que os profissionais da saúde são os que mais sofreram com a desorganização da saúde pública e com as notícias falsas via jornal impresso, televisão, rádio ou nas mídias sociais, com as chamadas “fake news”. Do mesmo modo que, números absurdos de casos de infectados e internações, trouxeram jornadas de trabalho dobradas, com escassez de equipamentos de proteção, assim como a pressão de lidar com frequentes óbitos todos os dias, sem ter tempo de lidar com o luto, devido a demanda gigantesca, e ao mesmo tempo tendo que cuidar de si para não contrair o vírus, nem o transmitir, trouxeram sofrimento aos profissionais da saúde (ELBAY et al, 2020)

Segundo Nabuco; Oliveira; Afonso (2020), o medo (assim como a fobia) de contrair COVID-19 tem estado tão presente na vida dos profissionais de saúde que muitos lidam com a angústia e a sensação de incapacidade relacionada à limitação quanto a infectar seus familiares e pacientes saudáveis.

A fobia, segundo o DSM-V (American Psychiatric Association, 2014), se desenvolve a partir de eventos traumáticos que levam a ansiedades e medos desproporcionais ao evento real, caracterizada por comportamentos de evitação e segurança comportamental. Perante todo esse contexto atual de pandemia, são notáveis os comportamentos relacionados a fobia, desde cuidados excessivos, evitar a todo custo sair de casa, comportamentos negativos, depressivos e mais profundamente, ideias suicidas, assim como tornou grande parte da população inábil socialmente. A angústia, medo e o sofrimento psíquico advindos da Covid-19 e principalmente, a evitação do contato humano, podem ser associados diretamente a Coronofobia, esta, que possui forte influência no bem-estar psicológico (LEE et al, 2020; EBAY et al, 2020).

4 CONCLUSÃO

O presente estudo teve como objetivo discutir uma lacuna na resposta da saúde mental junto a crescente crise de saúde pública, a pandemia de COVID-19, na qual as mudanças na vida diária da população mundial desencadearam problemas ao bem-estar mental, onde a ansiedade, o medo da contaminação, a propagação de Fake News, a falta de credibilidade no sistema público de saúde e as incertezas sobre o prolongamento do isolamento social tem tomado força, tornando negligenciado o estado mental da população.

Dado o que foi exposto, é de suma importância a atenção a saúde mental a população, sabendo a intensificação de transtornos mentais relacionados a pandemia, sendo fundamental a busca por auxílio psicológico.

REFERÊNCIAS

- ARORA, Alisha et al. Understanding coronaphobia. **Asian Journal of Psychiatry**, v. 54, p. 102384, 2020. Disponível em <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S1876201820304974>. Acesso em 19 de set. de 2021.
- BARROS, M. B. de A. et al. Relato de tristeza/depressão, nervosismo/ansiedade e problemas de sono na população adulta brasileira durante a pandemia de COVID-19. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 29, p. e2020427, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/ress/2020.v29n4/e2020427/pt/>. Acesso em 18 de set de 2021.
- ELBAY, R. Y. et al. Depression, anxiety, stress levels of physicians and associated factors in Covid-19 pandemics. **Psychiatry research**, v. 290, p. 113130, 2020. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0165178120312038>. Acesso em 18 de set de 2021
- FARO, André et al. COVID-19 e saúde mental: a emergência do cuidado. **Estudos de Psicologia (Campinas)**, v. 37, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/estpsi/a/dkxZ6QwHRPhZLsR3z8m7hvF/?lang=pt&format=html>. Acesso em 12 de set de 2021.
- Gordon J. G. Asmundson, Steven Taylor. Coronaphobia: fearandthe 2019-nCov outbreak [JournalofAnxietyDisorders]. 2020; vol. 1.
- Ho, C., Chee, C., & Ho, R. (2020). Mental health strategies to combat the psychological impact of COVID-19 beyond paranoia and panic. *Annals Academy Medical of Singapore*, 49(3), 1-3. Disponível em: http://www.annals.edu.sg/pdf/special/COM20043_HoCSH_2.pdf
- LEE, S. A. et al. Incremental validity of coronaphobia: Coronavirus anxiety explains depression, generalized anxiety, and death anxiety. **Journal of anxiety disorders**, v. 74, p. 102268, 2020. Disponível em

<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0887618520300827> Acesso em 19 set de 2021.

Ministério da Saúde (BR). Secretaria de Vigilância em Saúde. Recomendações de proteção aos trabalhadores dos serviços de saúde no atendimento da COVID-19 e outras síndromes gripais. [internet]. Brasília: Ministério da Saúde; 2020 [cited 2020 Mai 5]. Disponível em: <https://portalarquivos.saude.gov.br/images/pdf/2020/April/16/01-recomendacoes-de-protecao.pdf>

Wang C, Horby PW, Hayden FG, Gao GF. A novel coronavirus outbreak of global health concern. The lancet [Internet]. 2020 Feb 15 [cited 2020 Apr 29];395. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/31986257>.

DESAFIOS DA EQUIPE DE ENFERMAGEM NO ENFRENTAMENTO DA COVID-19

Laiz Ferreira, Ana Flavia Cruz Lopes, Thayna Alves Custódio, Gabrieli Roque de Castro, Ana Paula Ribeiro Razera, e-mail: cthaynaalves@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Em dezembro de 2019, a Organização Mundial da Saúde (OMS) constatou a existência de um novo coronavírus denominado SARS-CoV-2, responsável por causar a doença COVID-19, originado na cidade de Wuhan, província de Hubei, na China. Pouco tempo após a doença ter sido propagada em diversos países, em março de 2020, a OMS a definiu como pandemia, pelo alto índice de transmissibilidade e crescente número de mortes de forma súbita (QUADROS *et al.*, 2020).

A COVID-19 é considerada a segunda principal causa de resfriado comum, em que raramente, causa doenças mais severas em humanos (OMS, 2020). A transmissão da doença ocorre de um indivíduo doente para outro saudável por meio de espirro, tosse, catarro, gotículas de saliva, toque e aperto de mão e, objetos ou superfícies contaminadas com o vírus. Os sintomas são variados, podendo apresentar-se desde coriza, tosse, dor de garganta, dificuldade respiratória e, em casos mais graves, febre alta, pneumonia e insuficiência respiratória aguda (BRASIL, 2020).

Nesse contexto, analisando o cenário desta pandemia, observa-se o protagonismo da equipe de enfermagem, não apenas por estarem na linha de frente dos atendimentos da COVID-19 ou por suas capacidades técnicas, mas por tratar-se de uma categoria profissional que permanece ao lado do paciente na sua maior parte do tempo (MELO, et al., 2021)

E em meio aos desafios relacionados a falta de recursos materiais, recursos humanos, vulnerabilidade, sobrecarga de trabalho, salários insatisfatórios para o atendimento desses indivíduos, a equipe de enfermagem expõe ao mundo sua força e capacidade demonstrando à população suas práticas sociais buscando a promoção do bem-estar em todas as etapas do processo de saúde-doença (REIS, et al., 2020)

No entanto, reconhece o adoecimento mental desses profissionais com o aumento da ansiedade, estresse, depressão e dor diante da convivência da morte de pacientes e colegas no ambiente de trabalho e familiares. Observa-se também que a falta de informação a respeito da COVID-19 e seus tratamentos, tem demonstrado alimentar medos e fobias relacionados à saúde desta população (QUEIROZ; OLIVEIRA, 2021).

Diante do exposto, este estudo teve como objetivo identificar e analisar as evidências existentes referente aos desafios da equipe de enfermagem no enfrentamento da COVID-19.

2 MÉTODO

Utilizou-se a revisão integrativa da literatura, a qual possibilitou identificar resultados de pesquisas sobre os desafios da equipe de enfermagem no enfrentamento da COVID-19. Esta metodologia permite a abordagem de diversos tipos de estudos, permitindo uma vasta análise do assunto abordado e uma síntese de conhecimento produzido (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2008). Para nortear a condução da revisão foi delineada a seguinte pergunta: “quais as produções científicas nacionais que abordaram os desafios da equipe de enfermagem no enfrentamento da COVID-19?”

Para o presente estudo, foram selecionados periódicos indexados na base de dados *Scientific Eletronic Library Online* (SciELO) e Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), utilizando-se os descritores: enfermagem; infecções por coronavírus; COVID-19. Os dados foram categorizados em: enfermagem e infecções por coronavírus; enfermagem e COVID-19, utilizando os operadores booleanos sempre que necessário.

Como critérios de elegibilidade foram adotados os artigos publicados em periódicos nacionais, que abordaram a temática pesquisada e disponíveis *online* e gratuitos, sem recorte temporal. Os estudos encontrados em mais de uma base de dados foram considerados somente uma vez, sendo excluídos os artigos duplicados.

Os resultados foram organizados e analisados descritivamente. Para a estratificação dos resultados, foi construído um instrumento de coleta de dados aplicado a cada artigo selecionado, contendo informações sobre a identificação do artigo e autores, objetivos e as dificuldades e os desafios encontrados pela equipe de enfermagem.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante a busca na literatura foram encontrados 406 artigos a partir da consulta das bases de dados. Após a leitura dos títulos e resumos, foram selecionados 58 estudos, no qual 10 não foram encontrados disponíveis na íntegra, três apresentavam-se em duplicidade, 27 não atingiram o objetivo proposto e nove encontravam-se em outro idioma. Assim, finalizou-se com nove artigos que compuseram a amostra final (Figura 1).

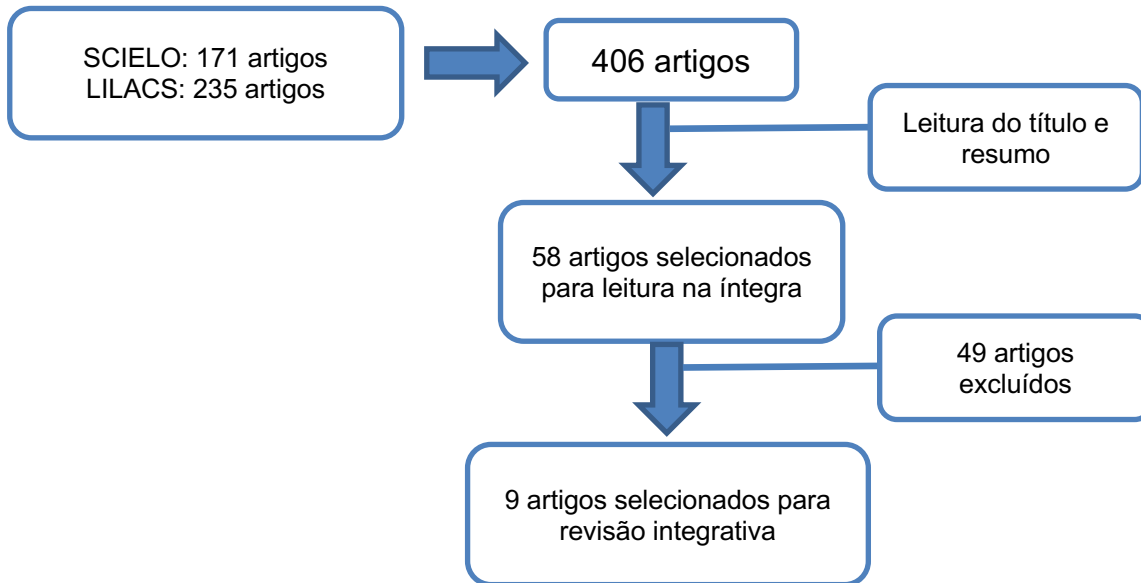


Figura 1. Fluxograma do processo de seleção dos artigos da revisão integrativa. Jaú, SP, 2021.

O Quadro 1 representa as especificações de cada um dos artigos quanto ao título, autoria, periódico, objetivo e as dificuldades e desafios encontrados pela equipe de enfermagem.

Quadro 1. Artigos levantados nas bases de dados SCIELO e LILACS sobre os desafios da equipe de enfermagem no enfrentamento da COVID-19, Jaú, São Paulo, 2019.

Título do artigo	Autores e Periódico	Objetivo	Dificuldades e desafios encontrados
Riscos de adoecimento ocupacional em profissionais da saúde que atendem pacientes com COVID-19: revisão integrativa	VEGA et al. Revista Latino-Americana de Enfermagem, 2021; 29:e3455	Analisar as evidências sobre os riscos de adoecimento ocupacional aos quais estão expostos os profissionais de saúde que cuidam de pacientes acometidos pela COVID-19.	Colapso no sistema de saúde, falta de recursos humanos, materiais e físicos para o atendimento aos doentes infectados pela COVID-19, risco de exposição e doença ocupacional, sofrimento psicológico, medo e ansiedade, precederam a depressão, alterações psicofisiológicas e sintomas de estresse pós-traumático.
A COVID-19 e as estratégias de redução da ansiedade na enfermagem: revisão de escopo e meta-análise	PEREIRA et al. Revista Texto e Contexto Enfermagem, 2021; 30: e20210015	Mapear a produção do conhecimento sobre as estratégias utilizadas para o manejo da ansiedade, em profissionais de enfermagem, durante o enfrentamento da COVID-19.	Excesso de trabalho, alto risco de contaminação e inadequada proteção contra o coronavírus, preocupação dos profissionais de transmitirem o vírus para a família, cuidado a pacientes com emoções negativas e altos níveis de ansiedade.
Depressão e ansiedade em profissionais de	SANTOS et al. Revista Escola Anna Nery, 2021;	Analisar a prevalência de sintomas depressão, ansiedade e fatores associados em profissionais	Ansiedade e depressão entre os profissionais de enfermagem que atuam nos serviços sem estrutura.

enfermagem durante a pandemia da COVID-19	25(spe):e20200370	da equipe de enfermagem durante a pandemia da COVID-19.	
Gestão da enfermagem em hospital geral público acreditado no enfrentamento da pandemia de COVID-19	ARAUJO, BOHOMOL e TEIXEIRA. Revista Enfermagem em Foco, 2020; 11 (1) Especial: 192-195	Relatar a experiência vivenciada pela gestão de enfermagem de um hospital geral público acreditado e apresentar as principais mudanças na estrutura institucional para o enfrentamento da pandemia.	Profissionais que têm condições de saúde agravadas por causas subjacentes, podendo apresentar distúrbios emocionais que colocam sua saúde, bem-estar psicológico e saúde mental em risco, afetando seu desempenho profissional.
Fatores de estresse nos profissionais de enfermagem no combate à pandemia da COVID-19	BARBOSA et al. Comunicação Ciências Saúde 2020;31 Suppl 1:31-47	Identificar os principais efeitos psicológicos da pandemia da COVID-19 nos profissionais de enfermagem.	Aumento da carga de trabalho, medo de contaminar os familiares e de se contaminar, desinformação e raiva do governo e dos sistemas de saúde são os principais fatores capazes de gerar estresse emocional nos profissionais de enfermagem.
Pandemia do novo coronavírus: o protagonismo da enfermagem - uma relação do passado com o presente e perspectivas para o futuro	OLIVEIRA, PCC. Revista Nursing, 2020; 23(265):4257-62	Realizar uma reflexão sobre a pandemia global do novo coronavírus, relacionando o presente com o passado e perspectivas para o futuro.	Trabalho realizado com a escassez, ausência ou falta de qualidade e segurança dos equipamentos de proteção individual, a carência de à recursos humanos, profissionais afastados do trabalho devido COVID-19, óbitos e uma falta de visibilidade social do passado que se faz presente nesta pandemia.
Enfermagem brasileira e a pandemia de COVID-19: desigualdades em evidência	GANDRA et al. Escola Anna Nery, 2021; 25(spe):e20210058	Refletir sobre as desigualdades que afetam a Enfermagem em sua trajetória histórica e que se acentuam durante a pandemia da Covid-19.	Desvalorização do trabalho da enfermagem, invisibilidade social, precarização da vida de quem a exerce, baixa remuneração, desigualdade salarial.
Atuação da enfermagem no cenário da pandemia COVID-19	REIS et al. Revista Nursing, 2020; 23(269):4765-68	Relatar as experiências, receios e anseios dos profissionais de Enfermagem que atuam na linha de frente aos cuidados de pacientes suspeitos e confirmados da COVID-19.	Insegurança nos atendimentos aos pacientes que apresentam suspeita ou confirmação da doença.

Pandemia da COVID-19: algo de novo no trabalho da enfermeira?	MELO et al. Revista Baiana de Enfermagem, 2021; 35:e37479	Refletir sobre o trabalho da enfermeira e do enfermeiro hoje, ano 2020, cujo registro na história será marcado pela pandemia da Covid-19.	Agressão de trabalhadores em enfermagem, medo da perda do emprego e/ou sofrer discriminação de colegas.
---	---	---	---

A enfermagem pode ser definida como prática social, ao desenvolver uma atividade para as pessoas, atendendo as necessidades de ser social, através de um campo de ações especializadas de saúde (GANDRA, et al., 2021). No entanto, essa prática pode gerar sofrimento no trabalho quando deparada com algo desconhecido, como no caso, o cenário da pandemia da COVID-19 (MELO, et al., 2021).

Nesse contexto, esse estudo identificou as evidências existentes referente aos desafios da equipe de enfermagem no enfrentamento da COVID-19, onde as principais dificuldades evidenciadas foram: falta de recursos humanos e materiais, excesso e sobrecarga de trabalho, colapso no sistema de saúde, riscos ocupacionais e de contaminação, desigualdade salarial, falta de capacitação e infraestrutura para o atendimento eficaz, falta de acolhimento, desinformação, insegurança em relação a como realizar atendimentos, agressão dos trabalhadores, esgotamento físico e mental, resultando em manifestações clínicas exacerbadas como ansiedade, medo, estresse e depressão (VEJA et al., 2021; PEREIRA et al., 2021; SANTOS et al., 2021; ARAÚJO, BOHOMOL e TEIXEIRA, 2020; BARBOSA et al., 2020; OLIVEIRA, 2020; GANDRA et al., 2021; REIS et al., 2020; MELO et al., 2021).

De acordo com Vega et al., (2021) durante o período pandêmico os profissionais de saúde passam por longas jornadas de trabalhos, carência de equipamentos de proteção individual (EPIs), levando a uma provável exaustão física e mental, fatores que devem servir como alertas para a promoção da saúde ocupacional e prevenção do adoecimento.

A enfermagem é considerada a espinha dorsal do sistema de saúde, já que estão na linha de frente do cuidado e permanecem integralmente com os pacientes, a mão de obra para esses profissionais deve ser destacada visto que altos níveis de ansiedade estão relacionados ao aumento do estresse no trabalho, à perda do controle emocional e ao aumento do abandono do trabalho (PEREIRA, et al., 2021). Desta forma, Santos et al., (2020) reforçam o aumento do sofrimento mental como a ansiedade e depressão entre os profissionais que atuam em ambientes hospitalares com falta de recursos humanos e materiais.

Para Araújo, Bohomol e Teixeira (2020) as dificuldades enfrentadas pelos profissionais da saúde ocorrem devido à falta de gestão financeira das instituições por conta do desconhecimento da duração da situação pandêmica atual, gerando distúrbios emocionais, colocando o desenvolvimento profissional do trabalhador em risco.

A enfermagem é o grupo de profissionais que permanecem maior tempo ao lado dos pacientes durante o processo de hospitalização, diante desse fato, deve-se levar em consideração não apenas o trabalho técnico e prático, mas também os aspectos psicológicos e emocionais, como medo de adoecer e morrer e ainda o medo da contaminação dos seus familiares (BARBOSA, et al., 2020). E de acordo com Oliveira (2020) a falta de visibilidade que acontece pela desvalorização, ausência de reconhecimento e autoconhecimento faz com que a evolução da profissão seja mais complexa.

A pandemia do novo coronavírus demonstra que os desafios da equipe de enfermagem no que tange a valorização social e econômica são maiores do que se imaginava. Bilhões de homens e mulheres dependem de forma exclusiva do trabalho para sobreviver e cada vez mais encontram situações precárias, instáveis, até mesmo na área da saúde, no qual é sabido a tamanha contribuição desse trabalho na sociedade, em tempos “normais” ele já é considerado precário exigindo a execução de multitarefas com um ritmo de trabalho desgastante e exaustivo, o contexto se agrava durante a pandemia dentre um período atípico, evidenciando o agravamento da precarização do trabalho e expondo trabalhadores a riscos, medos, agressões e até mesmo descriminalização (MELO, et al., 2021).

Diante desse cenário, há necessidade de debates e reflexões sobre a desvalorização dessa profissão, diante da desigualdade social e salarial sofrida durante anos em sua trajetória de desenvolvimento histórico, mais proeminente no combate à pandemia da COVID-19 (GANDRA, et al., 2021).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou se a compreensão dos principais desafios da equipe de enfermagem no enfrentamento da COVID-19, podendo concluir que antes da pandemia, esses profissionais presenciavam episódios de sobrecarga de trabalho, desigualdade salarial, multitarefas para cumprir a demanda da instituição, recursos limitados, dentre outros. E com a atuação na pandemia, essas manifestações se intensificaram provocando

problemas na saúde mental, social e familiar, onde muitos desses profissionais adoeceram, levando ao colapso no sistema de saúde nacional.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, P.M.C.G., BOHOMOL, E., TEIXEIRA, T.A.B. **Gestão da enfermagem em hospital geral público acreditado no enfrentamento da pandemia de COVID-19.** Revista Enfermagem em Foco, 2020; 11 (1) Especial: 192-195. Disponível em: <<https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1116668>>. Acesso em 13 set. 2021.

BARBOSA, D.J., et al. **Fatores de estresse nos profissionais de enfermagem no combate à pandemia da COVID-19: síntese de evidências.** Comunicação Ciências Saúde 2020;31 Suppl 1:31-47 Disponível em: <<http://www.esccs.edu.br/revistaccs/index.php/comunicacaoemcienciasdasaude/article/view/651>>. Acesso em: 13 set. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Novo Coronavírus (COVID-19): informações básicas.** Rede Bibliosus. Brasília, DF, 09 mar. 2020. Disponível em: <<http://bibliosus.saude.gov.br/index.php/artigos/14-noticias/244-novo-coronavirus-covid-19-informacoes-basicas#>>. Acesso em: 16 abr. 2021.

GANDRA, C.E., et al. **Enfermagem brasileira e a pandemia de COVID-19: desigualdades em evidência.** Escola Anna Nery, 2021; 25(spe):e20210058. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2021-0058>>. Epub 27 Ago 2021. ISSN 2177-9465. <https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2021-0058>. Acesso em: 13 set. 2021.

MELO, C.M.M., et al. **Pandemia da COVID-19: algo de novo no trabalho da enfermeira?** Revista Baiana de Enfermagem, 2021; 35:e37479. Disponível em <http://www.revenf.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-86502021000100702&lng=pt&nrm=iso> Epub 08-Jan-2021. <http://dx.doi.org/10.18471/rbe.v35.37479>. Acesso em: 13 set. 2021.

MENDES, K.D.S., SILVEIRA, R.C.C.P., GALVÃO, C.M. **Revisão Integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem.** Texto e Contexto Enferm. [Internet]. 2008; 17(4): 758-764. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tce/v17n4/18.pdf>

OLIVEIRA, P. **Pandemia do novo Coronavírus (SARS-CoV-2): o protagonismo da enfermagem uma relação do passado com o presente e perspectivas para o futuro.** Revista Nursing, 2020; 23(265):4257-62 Disponível em: <<https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1118252>>. Acesso em: 13 set. 2021.

OMS. OPAS. **Histórico da pandemia de COVID-19.** Folha informativa sobre COVID-19. Brasília, DF, [2020]. Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-COVID-19>>. Acesso em: 21 abr. 2021.

PEREIRA, C.F., et al. **A COVID-19 e as estratégias de redução da ansiedade na enfermagem: revisão de escopo e meta-análise.** Revista Texto e Contexto

Enfermagem, 2021; 30: e20210015. Disponível em:
<<https://www.scielo.br/j/tce/a/MJvjTvCKzRfTmXzVcDhYsxS/?format=pdf&lang=pt>>.
Acesso em: 13 set. 2021.

QUADROS, A., et al. **Desafios da Enfermagem Brasileira no Combate da COVID-19: uma reflexão.** Enfermagem em Foco, 2020;11(1esp):78-83. Disponível em:
<<http://revista.cofen.gov.br/index.php/enfermagem/article/view/3748/807>>.
doi:<https://doi.org/10.21675/2357-707X.2020.v11.n1.ESP.3748>. Acesso em: 13 set. 2021.

QUEIROZ, A.M., et al. **O 'novo' da COVID-19: impactos na saúde mental de profissionais de enfermagem?** Acta Paulista de Enfermagem, 2021; 34:eAPE02523. Disponível em: <<https://doi.org/10.37689/acta-ape/2021AO02523>>. Epub 14 July 2021. ISSN 1982-0194. <https://doi.org/10.37689/acta-ape/2021AO02523>. Acesso em: 13 set. 2021.

REIS, et al. **Atuação da enfermagem no cenário da pandemia COVID-19.** Revista Nursing, 2020; 23(269):4765-68. Disponível em:
<<http://revistas.mpmcomunicacao.com.br/index.php/revistanursing/article/view/975>>.
Acesso em: 13 set. 2021.

SANTOS, R.M.K., et. al. **Depressão e ansiedade em profissionais de enfermagem durante a pandemia da covid-19.** Revista Escola Anna Nery, 2021; 25(spe):e20200370. Disponível em:
<<https://www.scielo.br/j/ean/a/DfmDPNnHcwnVymcDsHDc6hp/?lang=pt#ModalArticles>>
Acesso em 13 set. 2021.

VEGA, U.A.E., et al. **Riscos de adoecimento ocupacional em profissionais da saúde que atendem pacientes com COVID-19: revisão integrativa.** Rev. Latino-Am. Enfermagem. 2021;29:e3455. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1518-8345.4895.3455>> Acesso em: 13 set. 2021.

DIABETES MELLITUS DO TIPO 1: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE OS NOVOS TRATAMENTOS

Ana Laura Leandrin Ferreira, Isabela Rossi Paes, Thiago de Souza Candido

E-mail: analauraferreira99@icloud.com

1 INTRODUÇÃO

O *Diabetes Mellitus* é um grupo de doenças metabólicas que são definidas pela presença de hiperglicemia, causadas pela ausência da produção de insulina ou resistência a ela, prejudicando o metabolismo dos lipídeos, proteínas e principalmente dos carboidratos. O *Diabetes Mellitus* está entre os maiores problemas da saúde pública, em que mais de 415 milhões de pessoas são portadoras do diabetes, sendo que no Brasil 12,5 milhões de adultos possuem o diabetes e 88.300 mil crianças/adolescentes também são portadoras da *Diabetes Mellitus tipo 1* (MOREIRA, 2018). O *Diabetes Mellitus do tipo 1* é uma doença crônica que necessita de cuidados constantes, desde do diagnóstico precoce até a melhor solução de desenvolvimento para um tratamento adequado para auxiliar nos níveis de açúcares no sangue e conseqüentemente reduzir as complicações decorrentes do mal controle do diabetes (MOREIRA, 2018).

Certamente, o tratamento para o *Diabetes Mellitus tipo 1* é voltado para as reduções dos riscos de complicações a longo prazo, através do controle glicêmico e manutenção para a obtenção de uma boa qualidade de vida, como a prática de atividades físicas regularmente e alimentação controlada. Por outro lado, é utilizado um hormônio chamado insulina que se diferenciam pelas suas características através da ação, duração e efeito (MOREIRA, 2018). De acordo com pesquisas realizadas para o desenvolvimento desta revisão bibliográfica, foi possível identificar novos tratamentos para os portadores do *Diabetes Mellitus do tipo 1*, desde das utilizações dos mecanismos das bombas de insulinas até as utilizações da imunoterapia. Atualmente, esses novos tratamentos estão sendo testados e avaliados em laboratórios, pois são considerados tratamentos modernos que necessitam de tempo, recursos tecnológicos e a confiabilidade dos portadores do *Diabetes Mellitus do tipo 1*, já que esses tratamentos também apresentam o intuito de curar esta doença. Deste modo, o presente trabalho foi realizado com o objetivo de abordar e expor a problemática situação que está relacionada com o *Diabetes Mellitus do tipo 1* e os novos tratamentos.

2 METODOLOGIA

O presente trabalho foi realizado com o intuito de abordar os novos tratamentos relacionados com o *Diabetes Mellitus tipo 1*. Para isto, foi elaborada uma revisão de literatura através de um levantamento bibliográfico com evidências científicas dos últimos 10 anos (2011-2021), com a utilização de artigos científicos inéditos constantes na base de dados *Pubmed*. As palavras-chaves utilizadas foram: *Diabetes Mellitus*, Insulina, Tratamentos do *Diabetes Mellitus tipo 1*, Produção de Insulina e *Diabetes Mellitus tipo 1* no idioma inglês. Para a obtenção dos artigos inéditos utilizados neste trabalho foram criados critérios de inclusão e exclusão. Os critérios de inclusão foram relacionados com a presença do tema “novos tratamentos para o *Diabetes Mellitus do tipo 1*” nos artigos encontrados a partir das palavras-chaves utilizadas, sendo esses todos os artigos que apresentavam informações relevantes acerca do tema. Como critério de exclusão, foi aplicado a ausência de informações em relação ao tema apresentado. Após a realização da busca, foram utilizados 14 artigos para a realização do delineamento observacional e excluídos 704 artigos, pois eles não apresentavam informações relevantes frente ao tema escolhido.

3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

3.1. *Diabetes Mellitus*

O *Diabetes Mellitus* está relacionado a um grupo de distúrbios metabólicos que resultam em altas concentrações de glicose no sangue. É caracterizada pelo aumento da taxa de glicose no sangue devido a alteração na secreção ou na ação do hormônio insulina, produzido no pâncreas pelas chamadas células beta (HARREITER e RODEN, 2019). O *Diabetes Mellitus* apresenta duas características distintas que fazem parte da doença ou da vida de um indivíduo, são a hiperglicemia e a hipoglicemia. A hiperglicemia aguda pode ser caracterizada como o aumento de açúcar circulante no sangue mesmo após horas de refeição, sendo possível diagnosticar valores acima de 180 mg/dl de glicose circulante no sangue. Já a hipoglicemia, é um distúrbio provocado pela baixa concentração de glicose circulante no sangue, com possível diagnóstico rápido, pois os sintomas são de desmaio, tonturas ou tremores. (HARREITER e RODEN, 2019). O diagnóstico do *Diabetes Mellitus do tipo 1* deve ser confirmado em um dia seguinte, pois a confirmação não será necessária em um paciente com sintomas típicos de descompensação e com medidas de níveis de glicose plasmática acima ou igual a 200 mg/dl. É utilizado este método quando os valores estiverem maior ou igual a 126 mg/dl ou abaixo de 126 mg/dl ou igual a 100 mg/dl. (GROSS et al., 2002).

3.2. Diabetes Mellitus do tipo 1

O *Diabetes Mellitus do tipo 1* é causado pela ausência da produção de insulina por destruição autoimune das células betas das ilhotas pancreáticas, ou seja, é uma deficiência absoluta de insulina. Visto que o *Diabetes Mellitus do tipo 1* não ocorre a produção de insulina, é possível dizer que há uma exposição ambiental de pessoas suscetíveis a essa doença, pois ao longo de meses ou anos, a massa de células betas diminui a concentração de insulina, resultando na desregulação do controle glicêmico. (HARREITER e RODEN, 2019). Inicialmente, o indivíduo que foi diagnosticado com o *Diabetes Mellitus do tipo 1*, precisará de um acompanhamento médico com um (a) endocrinologista e de um (a) nutricionista para alcançar um controle de glicemia adequado com uma alimentação balanceada associada a uma atividade física (HARREITER e RODEN, 2019).

3.3 Tratamento Clássico do Diabetes Mellitus do tipo 1

Certamente, há extenso conhecimento científico no que se refere ao diagnóstico do *Diabetes Mellitus do tipo 1*, pois é indispensável que o tratamento inicial deve ser acompanhado de um médico, regime alimentar e a prática de atividades físicas para alcançar um controle de glicemia adequado, ou seja, é possível observar que o indivíduo diabético segue uma tríade de insulina, alimentação e atividade física (CALLIARI, 2012). Levando em consideração o conceito sobre os novos conhecimentos do *Diabetes Mellitus do tipo 1*, a educação alimentar deve ser inserida na vida do indivíduo portador da doença. É proposto que o plano alimentar seja distribuído em 6 refeições, estabelecendo a melhor forma de preparo dos alimentos, dando preferência para os grelhados, assados, cozidos ou crus (MANSO, 2016). A insulina é um medicamento utilizado em pacientes diagnosticados com o *Diabetes Mellitus do tipo 1* e é um hormônio produzido pelas células betas pancreáticas responsáveis pelo controle de glicose no sangue. No *Diabetes Mellitus do tipo 1*, a insulina é indispensável para proporcionar níveis normais que sustentam o metabolismo da glicose e por isso elas podem ser classificadas em ultrarrápidas, rápidas, intermediárias, longa duração e ultralentas. As insulinas de ação rápida são compostas por soluções cristalinas que são absorvidas rapidamente por via subcutânea com início de 15 minutos após o uso antes das refeições. Já as insulinas de ação prolongada são administradas de forma única e diária, pois há suspensão da cristalização das proteínas que revertem a sua absorção (BARREIROS, 2015). No entanto, é possível observamos que existem vários tipos de insulina com características distintas e é por esse motivo que o uso

correto da insulina, dependerá somente do indivíduo, porque envolvem fatores importantes, como propriedades presentes na insulina, faixa etária e as rotinas alimentares (CALLIARI, 2012).

3.4. Novos tratamentos para *Diabetes Mellitus do tipo 1*

3.4.1 Bomba de Insulina

A Bomba de Insulina é um dispositivo que possui comandos eletrônicos. Essa bomba é carregada do lado externo do corpo, como na cintura das calças ou no pescoço, facilitando que o portador da doença tenha acesso ao longo das 24 horas do dia. A bomba é ligada a um tubo plástico que contém uma cânula flexível, onde será inserida sob a pele, permitindo o envio de insulina ao tecido subcutâneo do paciente de acordo com a dosagem estipulada pelo médico responsável (MINICUCCI, 2008). As bombas de insulina são muito precisas, pois apresentam uma programação prévia constante durante as 24 horas e por isso pode-se programar doses pequenas. Por outro lado, o indivíduo portador dessa doença, deverá ser capaz de realizar o manuseio correto do dispositivo e também deverá manter os cuidados apropriados com relação ao dispositivo (MINICUCCI, 2008). Contudo, apesar das informações concretas sobre a administração da bomba de insulina, é surpreendente que essa administração entre os portadores do *Diabetes Mellitus do tipo 1* aumentou nos anos de 2012/2016 de 44% a 47% (KARGES et al., 2017). Deste modo, a segurança e eficácia do uso deste dispositivo, são totalmente dependentes das adequações do paciente, de acordo com o nível de educação e capacidade multidisciplinar (BALBINOT, 2013).

3.4.2 Terapias com células-tronco

A Terapia com células-tronco está no início dos estudos, mas já é comprovado que é possível restaurar área permanece em constante avanço para as buscas de novas terapias, aumentando as chances do tratamento da doença *Diabetes Mellitus do tipo 1*. (BOTTEGA et al., 2018). O *Diabetes Mellitus do tipo 1* aumentou significativamente, tornando um problema sério para a saúde pública e segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS) existem 143 milhões de pessoas no mundo que sofrem com essa doença, porém estima-se que no ano de 2025 esse valor irá atingir 300 milhões, caso não houver medidas preventivas e eficientes (BOTTEGA et al., 2018).

Estudos recentes realizados em camundongos mostrou que as células-tronco embrionárias podem ser estimuladas a se diferenciarem em células betas pancreáticas, e elas seriam elencadas para a eliminação do transporte de pâncreas e se beneficiando das

fontes de células produtoras de insulina. Paralelo a esses avanços dos estudos com a terapia celular com células-tronco, a maior concentração está na promoção de fontes de insulina reguladoras aos pacientes diabéticos, pois há muitos tipos de terapias inovadoras que vêm se destacando nos meios dos pesquisadores, mas uma delas é a utilização de células-tronco para a reposição das ilhotas que se encontram inativas. (LOJUDICE e SOGAYAR, 2008). Com a administração dessas células-tronco, foi possível obter um aumento de células betas que conseguem reverter a hiperglicemia em ratos diabéticos e os resultados mostraram que esse tratamento oferecem um retorno duradouro de autoimunidade, que liberam a regeneração das células beta (WU e MAHATO, 2014). Muitos estudos vêm sendo realizado com o intuito de entender o processo fisiológico da regeneração da célula beta e o possível uso para o tratamento do *Diabetes Mellitus do tipo 1* e independente das células progenitoras envolvidas neste processo, é reconhecido que o transplante dessa célula não seja capaz de reverter o quadro de hiperglicemia em pacientes diabéticos.

3.4.3 Terapia gênica e transplantes

Atualmente, a ideia de um novo tratamento para o diabetes é a realização do transplante de células betas através da terapia gênica, que é capacitada para a realização da restauração do controle fisiológico da glicemia. Esse tratamento já foi realizado em indivíduos portadores do diabetes e foi possível verificar que esses indivíduos ficaram por determinado tempo sem o uso de insulina, mas devido a imunossupressão, precisou ser retomado (SOUZA et al., 2021). A Terapia Gênica é um método alternativo para o tratamento de doenças genéticas com a finalidade de introduzir o material genético em células específicas do paciente, com o objetivo de aumentar a resistência celular e determinar as funções estruturais da modulação do gene, através do DNA recombinante. Através de estudos realizados, há expressões progenitoras PDX1 e NKX61 que é proveniente de células-tronco humana, que oferecem uma nova fonte de células separadoras de insulina e também há um fator de crescimento que é semelhante a insulina 1, pois possui a competência de atingir o funcionamento correto das células betas, provocando a diminuição dos malefícios da *Diabetes Mellitus do tipo 1* (SOUZA et al., 2021).

3.4.5 Imunoterapia

A Imunoterapia é um tratamento que fortalece o sistema imune, resultando em desenvolver maiores capacidades para combater vírus, bactérias, doenças autoimunes e

desde então, a aplicação do uso da imunoterapia começou em 1970 revelando efeitos positivos na preservação da secreção residual de insulina (MÂNCIO et al., 2013). O desenvolvimento da doença autoimune é adquirido através da alteração do complexo CD3, pois eles podem modular os processos imunológicos que evitam as condições hiperglicêmicas e inibição da destruição autoimune com o adiamento da diminuição da função das células beta. Esses anticorpos monoclonais têm efeitos importantes com relação a produção de insulina, principalmente pela participação na resposta imune, assim como alguns anticorpos monoclonais apresenta a capacidade de reverter o *Diabetes Mellitus do tipo 1*, pois induz a tolerância autoimune e também induz o efeito imunológico nas células T e células dendríticas. (MÂNCIO et al., 2013).

As terapias com células tronco alcançaram os resultados mais promissores em relação a destruição imune dos imunossupressores padrões que não obteve resultados e muitas tentativas foram malsucedidas com o intuito de prevenir ou reverter o diabetes, por isso ainda há estudos que avançam para encontrar uma cura segura para os portadores do *Diabetes Mellitus do tipo 1* neste sentido.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O *Diabetes Mellitus do tipo 1* é uma doença com alta prevalência e com complicações muito graves que precisam de uma maior atenção em relação a educação e a informação ao doente, para que o mesmo colabore e compreenda os riscos. É importante ressaltar que as mudanças no estilo de vida e na alimentação, podem ser um diferencial para o controle glicêmico. Levando em consideração as novas alternativas de tratamentos para o *Diabetes Mellitus do tipo 1*, os resultados apontaram que há uma gama de novos tratamentos promissores, porém novos estudos precisam ser realizados para apresentar um tratamento efetivo e definitivo. Dentre os atuais, a bomba de insulina indicou resultados excelentes comparado com a aplicação de insulina, pois há maior controle glicêmico, demonstrando ser o melhor tratamento neste momento histórico.

REFERÊNCIAS

J. Phys. Educ. 29 • 2018. **Efeitos do exercício físico sobre diabetes mellitus tipo 1: uma revisão sistemática de ensaios clínicos e randomizados.** Disponível em: <<https://www.scielo.br/jpe/a/SQpYDCgWnMN9TfqJVPRZXhL/?lang=pt>> Acesso em: 07 de junho de 2018.

Nescon Medicina UFMG. **Educação alimentar para usuários com diabetes mellitus: uma proposta de intervenção.** Disponível em:

<<https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/galia-marichal-manso-educacao-alimentar-diabetes-mellitus.pdf>> Acesso em: 01 de junho de 2016.

National Library Of Medicine. **Association of Insulin Pump Therapy vs Insulin Injection Therapy With Severe Hypoglycemia, Ketoacidosis, and Glycemic Control Among Children, Adolescents, and Young Adults With Type 1 Diabetes.** Disponível em:

<<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/29049584/>> Acesso em: 10 de outubro de 2017.

Scielo Brasil. **Uso de Bomba de Infusão Subcutânea de Insulina e suas Indicações.**

Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/abem/a/vCWzNMW59Msk hNfydm 3R3Vx/?lang=pt&format=pdf>> Acesso em: 21 de fevereiro de 2008.

NATS - Núcleo de Avaliação de Tecnologias em Saúde. **Bomba de insulina no tratamento do diabetes mellitus tipo 1.** Disponível em:

<<https://bd.tjmg.jus.br/jspui/bitstream/tjmg/5431/3/NT%20237%20%202013%20NATS%20Bomba%20de%20insulina%20no%20tratamento%20do%20diabetes.pdf>> Acesso em: 29 de novembro de 2013.

National Library Of Medicine. **Terapia baseada em células-tronco mesenquimais para diabetes tipo 1.** Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/24641956/>> Acesso em: 17 de março de 2014.

Scielo Brasil. **Células-tronco no tratamento e cura do diabetes mellitus.** Disponível

em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/R53BDBxsSgzLRQdBW9MGcdK/?lang=pt>> Acesso em: 13 de fevereiro de 2008.

Seminário Acadêmico do Unifacig. **O uso da terapia gênica para o tratamento de pacientes com diabetes mellitus tipo 1.** Disponível em:

<<http://pensaracademico.facig.edu.br/index.php/semiariocientifico/article/view/1978>>

Acesso em: 20 de novembro de 2020.

Scielo Brasil. **Terapia gênica para o diabetes.** Disponível em: <

<https://www.scielo.br/j/abem/a/DXpYcbLvRFg8QLmsRgW3R4w/?lang=pt>> Acesso em: 01 de fevereiro de 2001.

Revista Multidisciplinar da Saúde. **Uso de imunomodulação no controle do diabetes: novas perspectivas para o tratamento dos danos causados por esta doença.**

Disponível em:

<<https://revistas.anchieta.br/index.php/RevistaMultiSaude/article/view/983/867>> Acesso em: 2013.

DIAGNÓSTICO LABORATORIAL DE INFECÇÃO PULMONAR POR *PSEUDOMONAS AERUGINOSA* EM PACIENTES FIBROSCÍSTICOS

Inaiane Boscarini, Tanize do Espírito Santo Faulin

e-mail: inaianeboscarini@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

As *Pseudomonas aeruginosa* são bactérias amplamente distribuídas em solo e em fontes de água, são capazes de se desenvolver em matérias orgânicas incomuns como filmes de sabão (TORTORA et al., 2017). São bacilos gram negativos retos ou ligeiramente curvados (0,5 a 1,0 µm por 1,5 a 5,0 µm), tipicamente dispostos em pares. Embora sejam aeróbios obrigatórios, eles podem crescer anaerobicamente usando nitrato ou arginina (MURRAY; ROSENTHAL; PFALLER, 2017). Esse patógeno oportunista é responsável por infecções em processos cirúrgicos e queimaduras, bacteremia e infecção pulmonar em pacientes com fibrose cística (VERONESI & FOCACCIA, 2015).

A fibrose cística (FC), conhecida como doença do beijo salgado ou mucoviscidose (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2018) resulta em infecções respiratórias crônicas e bronquiectasias (SANTO & SILVA-FILHO, 2021). É uma doença genética que ocorre devido a mutações de um gene Regulador da Condutância Transmembrana da Fibrose Cística (CFTR), localizado no braço longo do cromossomo 7, o qual codifica a proteína que age como um canal de cloro na superfície das membranas celulares (CONITEC, 2017).

P. aeruginosa é o patógeno mais prevalente em pacientes adultos com FC. A infecção por este microrganismo resulta em destruição progressiva dos pulmões e é uma das principais causas de insuficiência respiratória e mortalidade em pacientes com FC (MALHOTRA; HAYES; WOZNIAK, 2019).

Mediante o exposto, o objetivo geral desta pesquisa consistiu em abordar o diagnóstico laboratorial das infecções pulmonares por *Pseudomonas aeruginosa* em pacientes fibroscísticos.

2 MÉTODO

Para a elaboração do presente trabalho foi realizado uma revisão bibliográfica, baseada em livros de imunologia, microbiologia e infectologia e sites institucionais. Também foram utilizados artigos de acesso livre das bases de dados PubMed e LILACS dos últimos

6 anos (2015 a 2021), os quais foram encontrados utilizando as seguintes palavras-chaves: “fibrose cística” and “pseudomonas aeruginosa”.

3 REVISÃO DE LITERATURA

Para o acompanhamento da infecção bacteriana crônica das vias aéreas inferiores nos pacientes com FC, o escarro expectorado é a amostra biológica a ser analisada. O material deve ser coletado nas consultas a cada três meses, nas exacerbações e após tratamento para erradicação das infecções. Se a criança não for ainda capaz de expectorar, uma alternativa é coletar a secreção faríngea após tosse induzida com swab na região tonsilar ou no palato mole. Outras opções são o aspirado de nasofaringe, secreção após inalação de solução salina hipertônica 5% ou lavado broncoalveolar, sendo este último obrigatório para cultura quantitativa (ATHANAZIO et al., 2017).

No entanto, a coleta de lavado broncoalveolar é um método invasivo e sua cultura é suscetível a resultados falsos negativos, pois os lobos dos pulmões podem estar desigualmente afetados (GARCIA-CLEMENTE et al., 2020). Já as culturas realizadas a partir da secreção orofaríngea têm baixa sensibilidade e baixo valor preditivo positivo para colonização das vias áreas inferiores por *P. aeruginosa*. Por outro lado, a coleta do escarro não é invasiva, sendo este obtido espontaneamente ou induzido por inalação hipertônica (PIMENTEL, 2018).

Para a coleta de escarro, o paciente deve ser orientado a fazer gargarejo e escovar os dentes apenas com água antes da expectoração, a fim de reduzir a microbiota orofaríngea da amostra. É necessário que o procedimento seja realizado de manhã, ao despertar, para se obter uma amostra mais concentrada de bactérias. O material coletado precisa ser entregue imediatamente ao laboratório (PROCOP et al., 2018).

A cultura de *P. aeruginosa* pode ser realizada em meio ágar sangue, no qual ela produz β -hemólise, ou em meio ágar Mac Conkey, sendo facilmente identificada por não fermentar a lactose. Esta bactéria cresce entre 37 e 42°C, formando colônias lisas e redondas, de coloração esverdeada fluorescente. As vezes, este microrganismo produz um odor adocicado em meio de cultura, semelhante ao de uva (BROOKS et al., 2016).

No que se refere aos testes bioquímicos, o teste de oxidase, catalase, descarboxilação da arginina e motilidade são positivos para *P. aeruginosa*. No teste de oxidação-fermentação (OF), esta bactéria possui metabolismo oxidativo (TRABULSI & ALTERTHUM, 2015).

O antibiograma auxilia na escolha do antibiótico mais apropriado ao tratamento, entretanto, os testes de sensibilidade *in vitro* podem não apresentar correlação com a resposta terapêutica contra a *P. aeruginosa in vivo*, uma vez que este microrganismo produz biofilme, diminuindo a ação dos antimicrobianos (XAVIER et al., 2016).

Para complementar o isolamento microbiológico de *P. aeruginosa* em cultura, a sorologia para IgG contra este microrganismo em fibrocísticos tem sido proposta (PIRŠ et al., 2016). O teste de IgG anti-*P. aeruginosa* poderia discriminar a infecção crônica por esta bactéria em pacientes com bronquiectasia (SUAREZ-CUARTIN et al., 2017).

Análises moleculares também têm sido propostas para avaliar as infecções pulmonares por *P. aeruginosa* em fibrocísticos. Recentemente, foi demonstrado que durante infecções bacterianas crônicas, um paciente com FC abriga diferentes cepas de *P. aeruginosa* ao longo dos anos. Esta diversidade de genótipos é resultante da infecção por várias cepas e de um processo de microevolução de uma cepa inicialmente adquirida. A existência de diversidade de cepas durante infecções pulmonares crônicas causadas por *P. aeruginosa* pode servir como um marcador de progressão da doença (JARYCH et al., 2021).

A utilização da PCR (Reação em Cadeia da Polimerase) para a detecção de microrganismos aumentou recentemente, devido à sua ótima sensibilidade e capacidade de identificar patógenos de crescimento lento e de difícil cultivo, tendo resultados mais rápidos. Desta forma, métodos alternativos para detecção de *P. aeruginosa* no escarro, como a reação em cadeia da polimerase quantitativa (qPCR), é sugerida. A detecção precoce da infecção pulmonar em fibrocísticos promove o tratamento e erradicação do agente etiológico, retardando a infecção crônica e mucóide por *P. aeruginosa* (HÉRY-ARNAUD et al., 2016).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O diagnóstico precoce da infecção pulmonar por *P. aeruginosa* em fibrocísticos é vital para que o tratamento antibiótico seja realizado a fim de erradicar a bactéria das vias aéreas, evitando o declínio da função pulmonar. Rotineiramente, o diagnóstico tem sido realizado pela cultura de material biológico coletado do trato respiratório, mas outras técnicas têm sido avaliadas para complementar ou futuramente substituir a cultura microbiológica.

REFERÊNCIAS

ATHANAZIO, R. A. *et al.* Diretrizes brasileiras de diagnóstico e tratamento da fibrose cística. **J. Bras. Pneumol.**, São Paulo, v. 43, n. 3, p. 219-245, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-37132017000300219&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 19 Set. 2021.

BROOKS, G. F. *et al.* **Microbiologia médica de Jawetz, Melnick e Adelberg**. 26ª ed. Porto Alegre: AMGH, 2014.

CONITEC. Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS. **Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas: Fibrose Cística: Manifestações Pulmonares**. Ministério da Saúde, n.271, 2017. Disponível em: http://conitec.gov.br/images/Relatorios/2017/Recomendacao/Relatorio_PCDT_FibroseCistica_ManifestacoesPulmonares_Recomendacao_271.pdf. Acesso em: 19 set. 2021.

GARCIA-CLEMENTE, M. *et al.* Impact of *Pseudomonas aeruginosa* Infection on Patients with Chronic Inflammatory Airway Diseases. **J Clin Med**, v.9, n.12, 3800, 2020. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7760986/pdf/jcm-09-03800.pdf>. Acesso em: 19 set. 2021.

HÉRY-ARNAUD, G. *et al.* Evaluation of quantitative PCR for early diagnosis of *Pseudomonas aeruginosa* infection in cystic fibrosis: a prospective cohort study. **Clin Microbiol Infect**, v.23, n.3, p.203-207, 2016. Disponível em: [https://www.clinicalmicrobiologyandinfection.com/article/S1198-743X\(16\)30572-9/fulltext#%20](https://www.clinicalmicrobiologyandinfection.com/article/S1198-743X(16)30572-9/fulltext#%20). Acesso em: 19 set. 2021.

JARYCH, D. *et al.* Molecular analysis of *Pseudomonas aeruginosa* strains isolated from cystic fibrosis patients. **Sci Rep**, v.11:15460, 2021. Disponível em: https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC8322141/pdf/41598_2021_Article_95034.pdf. Acesso em: 19 set. 2021.

MALHOTRA, S.; HAYES, D. JR, WOZNIAK, D.J. Cystic Fibrosis and *Pseudomonas aeruginosa*: the Host-Microbe Interface. **Clin Microbiol Rev**, v.32, n.3:e00138-18, 2019. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC6589863/pdf/CMR.00138-18.pdf>. Acesso em: 21 set. 2021.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Fibrose cística**. Biblioteca Virtual em Saúde, 2018. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/dicas-em-saude/2675-fibrose-cistica>. Acesso em: 19 set. 2021.

MURRAY, P.R.; ROSENTHAL, K.S.; PFALLER, M.A. **Microbiologia médica**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017.

PIMENTEL, B. R. Erradiação da *Pseudomonas aeruginosa* na colonização inicial em pacientes com fibrose cística: avaliação do protocolo de um centro de referência. **Biblioteca Digital**, 2018. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/5/5141/tde-07052019-141350/publico/BarbaraRiquenaPimentel.pdf>. Acesso em 19 set. 2021.

PIRŠ, A. K. *et al.* Assessment of serology and spirometry and the combination of both to complement microbiological isolation for earlier detection of *Pseudomonas aeruginosa* infection in children with cystic fibrosis. **BMC Pulm Med**, v.16, n.161, 2016. Disponível em:

https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC5123404/pdf/12890_2016_Article_327.pdf. Acesso em: 19 set. 2021.

PROCOP, G.W. et al. **Diagnóstico microbiológico**. Texto e atlas. 7ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018.

SANTO, A. H. & SILVA-FILHO, L. V. R. F. Tendências de mortalidade relacionada à fibrose cística no Brasil no período de 1999 a 2017: um estudo de causas múltiplas de morte. **J Bras Pneumol**, v.47, n.2:e20200166, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/jbpneu/v47n2/pt_1806-3756-jbpneu-47-02-e20200166.pdf. Acesso em: 19 set. 2021.

SUAREZ-CUARTIN, G. Anti-Pseudomonas aeruginosa IgG antibodies and chronic airway infection in bronchiectasis. **Respir Med**, v.128:1-6, 2017. Disponível em: [https://www.resmedjournal.com/article/S0954-6111\(17\)30141-5/fulltext](https://www.resmedjournal.com/article/S0954-6111(17)30141-5/fulltext). Acesso em: 19 set. 2021.

TORTORA, G. J.; FUNKE, B. R.; CASE, C. L. **Microbiologia**. 12ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2017. 962 p.

TRABULSI, L. R.; ALTERTHUM, F. **Microbiologia**. 6ª ed. São Paulo: Atheneu, 2015. 920 p.

VERONESI, R.; FOCACCIA, R. **Tratado de infectologia**. 5. ed. rev. e atual. São Paulo: Atheneu, 2015. 2489 p.

XAVIER, R.M. **Laboratório na prática clínica**. Consulta rápida. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2016.

EMPREENDEDORISMO NA ÁREA DA ENFERMAGEM

Flávia Alessandra Volandi Bernardo, Isabele Godoi de Pieri, Ivana Regina Gonçalves
e-mail: flaviavolandi@gmail.com / isabelegodoidepieri@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O enfermeiro é um profissional capacitado, com muita força de vontade e espírito empreendedor, capaz de observar oportunidades e métodos de inovação em qualquer ambiente, tudo para promover o bem-estar de seus clientes e colaboradores (DUARTE et al., 2019).

Com origem francesa, “*entrepreneur*” refere-se aquele que assume riscos e inicia atividades, e segundo o dicionário online de Português, o termo empreendedorismo significa a capacidade de projetar novos negócios ou de idealizar transformações inovadoras ou arriscadas em companhias ou empresas, é a vocação, aptidão ou habilidade de desconstruir, de gerenciar e de desenvolver projetos, atividades ou negócios (RUIZ, 2019).

Joseph Schumpeter, economista e cientista político, afirma em seus estudos que o “empreendedor” é o elemento que traz algo novo para a sociedade (inovações), seguindo sua linha de raciocínio, pode-se citar a pioneira na Enfermagem, Florence Nightingale, que com sua atuação na guerra da Criméia e fundação da Escola de Enfermagem no Hospital Saint Thomas, baseou os cuidados a ciência e trouxe um novo olhar a enfermagem moderna, a visão de uma profissão promissora (RUIZ, 2019; SANTOS, 2020).

O enfermeiro como empreendedor já é realidade no Brasil e no mundo. A ideia de enfermagem unicamente hospitalar e de unidades de saúde, foi derrubada com a concretização da resolução 568/2018, que no art. 1º regulamenta o funcionamento dos consultórios e clínicas de enfermagem (COFEN, 2019).

Atualmente a enfermagem é uma profissão que está em ascensão na área do empreendedorismo, ressaltando que esse novo campo deve ser explorado tendo em vista novas oportunidades.

2 MÉTODO

Para nortear esta revisão de literatura foi utilizada a seguinte questão norteadora: *Qual a produção de literatura disponível acerca do empreendedorismo na área da Enfermagem?*

A análise de conteúdo, na modalidade temática, foi o referencial metodológico e Bardin foi o referencial teórico utilizado, o que permitiu organizar o conhecimento em categorias (BARDIN, 1977).

Para tanto realizou-se buscas *online* nas bases de dados *GOOGLE ACADÊMICO* e *SCIELO*, e o período de coleta de dados ocorreu no mês de fevereiro de 2021. As palavras chaves utilizadas na pesquisa foram: “enfermagem”, “empreendedorismo” e “enfermeiro”.

A busca compreendeu os dados publicados entre os anos de 2015 a 2021, no idioma português, com resumos e artigos completos disponíveis nas bases de dados selecionadas, totalizando 10 artigos.

A análise do material se desdobrou em três fases: 1ª fase - análise do material, 2ª fase - exploração do material e 3ª fase - classificação do material, resultando em 4 categorias que responderam à questão norteadora “*Qual a produção de literatura disponível acerca do empreendedorismo na área da Enfermagem?*”:

1. O despertar empreendedor na enfermagem;
2. Competências e comportamentos empreendedores na enfermagem;
3. As diversas áreas do enfermeiro empreendedor;
4. Perspectivas empreendedoras para a enfermagem;

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 O despertar empreendedor e a enfermagem

Para acompanhar o cenário político e econômico que o país está vivendo na área da saúde, é necessário recriar a enfermagem, capacitando-os e adicionando práticas tecnológicas e inovadoras, associando à essência de uma profissão dedicada ao bem-estar de todos e que de maneira integral executa o ensino-aprendizagem, podendo assim atender a demanda vivenciada pelos enfermeiros recém graduados (BACKES et al., 2015).

A enfermagem possui grande credibilidade em se tratando de cuidados, é o profissional responsável por gerenciar serviços de saúde, uma vez que a demanda de atendimento socioassistencial vem aumentando cada dia mais. Visto que o empreendedorismo pode ser considerado como um “catalisador de iniciativas, auxiliando as enfermeiras a lidar com as mudanças da profissão, e também a planejar, organizar e desenvolver novas formas de trabalho, melhorando seu fazer diário, para alcançar sucesso profissional”, é necessário instigar enfermeiros durante seu trajeto na graduação a desenvolverem projetos que englobam uma área de atuação autônoma, de maneira

criativa, incluindo métodos inovadores com o olhar criterioso do enfermeiro. (CARVALHO et al., 2016)

3.2 Competências e comportamentos empreendedores na enfermagem

Duarte et al. (2019) abordam em seus estudos sobre as competências empreendedoras, e cita algumas características que são diretamente relacionadas a formação desse profissional: liderança, comunicação, tomada de decisão, negociação, trabalho em equipe, relacionamento interpessoal, flexibilidade, criatividade, visão sistêmica, planejamento e organização. Relata ainda que as competências empreendedoras podem ser subdivididas em categorias relacionadas a comportamentos empreendedores: Oportunidade, Relacionamento, Conceituais, Administrativas, Estratégicas, Comprometimento e Equilíbrio Trabalho/Vida pessoal.

3.3. As diversas áreas do enfermeiro empreendedor

Sobre os tipos de empreendedorismo, Colichi et al. (2019) e Copelli et al. (2019), abordam em três âmbitos: o empreendedorismo de negócios ou empresarial, empreendedorismo social e o intraempreendedorismo.

Voltado para o ramo dos negócios, o empreendedorismo empresarial está relacionado a enfermeiros que possuem empresas e atuam de forma autônoma (COLICHI et al., 2019).

O Empreendedorismo Social é um mecanismo de mobilização social, e de transformação, integrando em um “processo alternativo, dinâmico e estratégico, que possibilita ações, produtos, serviços e organizações inovadoras, sustentáveis e engajadas em desenvolvimento social” (COPELLI et.al., 2019).

Quando se trata de intraempreendedorismo, relaciona-se a empreender dentro de uma empresa ou corporação, bem como o enfermeiro em situação de gerência, atua desempenhando seu papel em equipe e em solução de problemas, variando conforme o cargo e a instituição, agrega em seu trabalho buscando meios alternativos, inovando e transformando (COPELLI et al., 2019).

3.4 Perspectivas empreendedoras para a enfermagem

A ideia de empreender em um negócio próprio é um estímulo a profissão, os motivos e aspirações que direciona o enfermeiro a essa nova área se dá pelo ambiente hospitalar, que muitas vezes podem ser estressantes, com baixa remuneração, limitações,

inflexibilidade da carga horária, entre outros fatores. O enfermeiro que busca empreender vislumbra uma vida financeira independente, autônoma e que promova, principalmente, satisfação profissional, entretanto é comum que tenha desafios e barreiras para iniciativas de empreendedorismo (FONSECA et al., 2020).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos concluir, a partir do estudo, que pode-se verificar a literatura acerca do empreendedorismo na área da enfermagem.

Assim, o conhecimento produzido sobre o empreendedorismo na área da enfermagem pode finalmente ser verificado e pautado em: o despertar empreendedor na enfermagem; competências e comportamentos empreendedores na enfermagem; as diversas áreas do enfermeiro empreendedor e perspectivas empreendedoras para a enfermagem.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Andréia de Carvalho; BEN, Luiza Watanabe Dal; SANNA, Maria Cristina. Empreendedorismo na Enfermagem: panorama das empresas no Estado de São Paulo. *Rev. Bras. Enferm.*, Brasília, v. 68, n. 1, p. 40-44, fev. 2015. Disponível: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672015000100040&lng=pt&nrm=iso [capturado 11 fev. 2021.]

ARAÚJO, Márcio Roberto Alves, NUNES, Emanuelle Caires Dias Araújo. Empreendedorismo em enfermagem: um caminho promissor à luz da teoria de Horta. *Revista Saúde*, v.12, n. 3-4, 2018. Disponível: <http://revistas.ung.br/index.php/saude/article/view/3692/2672>. [Capturado 17 fev. 2021]

BACKES, Dirce Stein, et al. Contribuições de Florence Nightingale como empreendedora social: da enfermagem moderna à contemporânea. *Rev. Bras. Enferm.* [Online]. 2020, vol.73, suppl.5 [cited 2021-03-17], e20200064. Disponível: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672020001700402&tlng=en [capturado 16 fev. 2021]

BACKES, Dirce Stein et al. Incubadora de Aprendizagem: ferramenta indutora do empreendedorismo na Enfermagem. *Rev. Bras. Enferm.*, Brasília, v. 68, n. 6, p. 1103-1108, dez. 2015. Disponível: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003471672015000601103&lng=pt&nrm=iso [capturado 13 fev. 2021].

CARVALHO, Deciane Pintanela, et al. Características empreendedoras de enfermeiras: um estudo no Sul do Brasil. *Revista Baiana de Enfermagem*, Salvador, v. 30, n. 4, p. 1-11, out. /dez. 2016. Disponível:

<https://periodicos.ufba.br/index.php/enfermagem/article/view/16803/pdf> [capturado 12 fev. 2021].

COFEN. Empreendedorismo, Relatos de experiências [online], Revista de Enfermagem, páginas 58-61, 2016. Disponível: https://portal.coren-sp.gov.br/sites/default/files/58_empreendedorismo.pdf [capturado 06 fev. 2021].

COFEN. Resolução COFEN 568/2018, art. 1, 2019. Disponível: http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-0568-2018_60473.html [capturado em 02 fev. 2021].

COLICHI, Rosana Maria Barreto, et al. Empreendedorismo de negócios e Enfermagem: revisão integrativa. Rev. Bras. Enferm. [Internet]. 2019;72(Supl. 1):335-45. Disponível: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003471672019000700321&tlng=en [capturado 15 fev. 2021].

COPELLI, Fernanda Hannah da Silva, ERDMANN, Alacoque Lorenzini, SANTOS, José Luís Guedes. Empreendedorismo na Enfermagem: revisão integrativa da literatura. Rev Bras Enferm [Internet]. 2019;72(Suppl 1):301-10. Disponível: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003471672019000700289&tlng=en [capturado 15 fev. 2021]

DUARTE, Adriana Suigh Carlos, SANCHES, Cida. Empreendedorismo e suas competências empreendedoras. Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo, v. 4, n. 4, p. 91-129, jul-ago, 2019. Disponível: <http://www.relise.eco.br/index.php/relise/article/view/258/241> [capturado 22 fev. 2021]

FONSECA, Grace Kelly Lima, ARAÚJO, Clícia Lopes, OLIVINDO, Dean Douglas Ferreira. Empreendedorismo em Enfermagem: motivações e possibilidades para o enfermeiro empreender. Research, Society and Development, 9(7): 1-21, e597974442. Disponível: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/4442> [capturado 18 fev. 2021].

GONÇALVES, Chirlaine Cirstiane, PIANCÓ, Isabella Maria Figueira Guedes, ALMEIDA, Isabella Barros. Empreendedorismo na Enfermagem: Relatos de Sucessos [online], 2011. Disponível: <http://www.podiatría.com.br/uploads/trabalho/76.pdf> [capturado 06 fev. 2021].

MENDES, Karina Dal Sasso; SILVEIRA, Renata Cristina de Campos Pereira; GALVAO, Cristina Maria. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem [online], Texto contexto - enferm., Florianópolis, v. 17, n. 4, p. 758-764, dez. 2008. Disponível: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072008000400018 [capturado 07 fev. 2021].

RUIZ, Fernando M. Empreendedorismo [online], 1 edição - São Paulo-SP, Editora Senac São Paulo, 2019. Disponível: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=lang_pt&id=QAOaDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT5&dq=empreendedorismo&ots=OpzTYCc4uA&sig=XkdyBjL6YnVI0Snhr8skSU1dK2A&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false [capturado 04 fev. 2021].

RICHTER, Samanta Andresa et al. Ações empreendedoras em enfermagem: desafios de enfermeiras em posição estratégica de liderança. *Acta paul. enferm.*, São Paulo, v. 32, n. 1, p. 46-52, Feb. 2019. Disponível: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010321002019000100046&lng=en&nrm=iso [capturado 07 fev 2021].

SANTOS, José Luís Guedes; BOLINA, Alisson Fernandes. Empreendedorismo na Enfermagem: uma necessidade para inovações no cuidado em saúde e visibilidade profissional [online], *Enfermagem em Foco*, [S.l.], v. 11, n. 2, jul. 2020. ISSN 2357-707X. Disponível: <http://revista.cofen.gov.br/index.php/enfermagem/article/view/4037/762> [capturado 07 fev. 2021].

VITAL, Hudson Filipe, AMA, Pamella Berbe, ASSIS, Marcio Antonio. Enfermagem e empreendedorismo: Principais fatores que envolvem o profissional em sua perspectiva na prática assistencial. *Edição Especial PIBIC*, v.3, n.3, outubro 2018. Disponível: <http://seer.umc.br/index.php/revistaumc/article/view/533/426> [capturado 18 fev. 2021].

ESTUDO DO CONHECIMENTO ACERCA DA PREVENÇÃO DO CÂNCER DE PELE E SUA ASSOCIAÇÃO COM A EXPOSIÇÃO SOLAR EM TRABALHADORES EXPOSTOS DIARIAMENTE AO SOL

Ariadne de Oliveira Francisco, Maria Laura Tondati Guelfi, Isabela Cristina dos Santos Moreira, Thiago de Souza Candido, email: thiago.s.candido@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Em aproximadamente 30 séculos antes de Cristo, tumores malignos eram descritos por egípcios, persas e indianos. Entretanto, foi apenas no século IV a. C. na escola hipocrática grega que a doença foi estudada e caracterizada como um desequilíbrio dos fluidos do organismo que resultava em um tumor duro podendo se espalhar pelo corpo e até mesmo levar à morte. Já no século XVII, a medicina oriental a partir da descoberta do sistema linfático, relacionou o câncer com um desequilíbrio sistêmico (TEIXEIRA; FONSECA, 2007). No século XVIII, com estudos, o câncer passou a ser entendido como um desequilíbrio em uma unidade específica do corpo e como os órgãos tinham diferentes tecidos, haveriam diversos tipos de cânceres, destacando-se o câncer da pele (HOSPITAL DO CÂNCER DE BARRETOS, 2012). Em 2020, segundo o Instituto Nacional do Câncer (INCA), mais de 30% do diagnóstico de neoplasias malignas no Brasil corresponde ao câncer de pele, sendo a com maiores números no Brasil.

A pele é o maior e mais complexo órgão do corpo, correspondendo a mais de 15% do peso corporal, é composta por três camadas, epiderme (mais superficial), derme e hipoderme (camada mais profunda e rica em tecido adiposo), inúmeras células e estruturas. Dentre suas funções destaca-se sua atuação como uma barreira contra agressores externos, regulação da temperatura e armazenamento de água e gordura (KUMAR, V. ABBAS, A. FAUSTO, N., 2010.).

As neoplasias da pele são divididas em não-melanomas representadas pelo carcinoma basocelular e carcinoma espinocelular e a outra classe são os melanomas caracterizados por diversas apresentações do melanoma maligno cutâneo (DARIVA et al., 2017).

A patologia é mais predominante em pessoas de pele clara e maiores de 40 anos, com alta exposição a agentes químicos, histórico familiar ou exposição contínua aos raios ultravioletas do sol (MOURA, 2016). Sabendo que essa neoplasia está diretamente relacionada com a exposição solar contínua, vale ressaltar a importância de medidas

preventivas para diminuir essa exposição, como a utilização de protetor solar e barreiras mecânicas.

Sendo assim, o objetivo deste estudo foi analisar o conhecimento acerca do câncer de pele e sua relação com a exposição solar em trabalhadores que são expostos diariamente aos raios ultravioletas.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Foi realizado um estudo epidemiológico quantitativo através da aplicação de um questionário com 40 servidores públicos da cidade de Jaú (SP) que são expostos diariamente ao sol.

Antes de dar início ao desenvolvimento prático da pesquisa, o projeto foi autorizado junto à Secretaria do Meio Ambiente do município de Jaú e, posteriormente submetido e aprovado, via Plataforma Brasil, pelo Comitê de Ética em Pesquisa das Faculdades Integradas de Jaú, com o número de protocolo CAAE 44081821.5.0000.5427.

O questionário foi aplicado pelas estudantes do curso de bacharel em Biomedicina entre o período de março a abril de 2021, durante 4 manhãs de quartas-feiras. Em contato com os voluntários, antes da aplicação dos questionários, os objetivos da pesquisa foram explicados e, para a validação da participação deste estudo, os mesmos foram requisitados para assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Os dados coletados através do questionário foram de identificação pessoal, características fenotípicas, tempo de exposição solar e medidas preventivas para a fotoexposição.

Com os dados coletados, os mesmos foram tabelados no *Software Excel*, 2016, e descritos por frequência absoluta através de gráficos. Os dados foram apresentados no formato de frequência e porcentagem. Utilizou-se o software *Bioestat 5.0*, na comparação de médias entre dois grupos. A análise estatística foi realizada aplicando o teste do Qui-Quadrado de Pearson, Tukey e ANOVA com nível de significância de 5% ($p < 0,05$).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

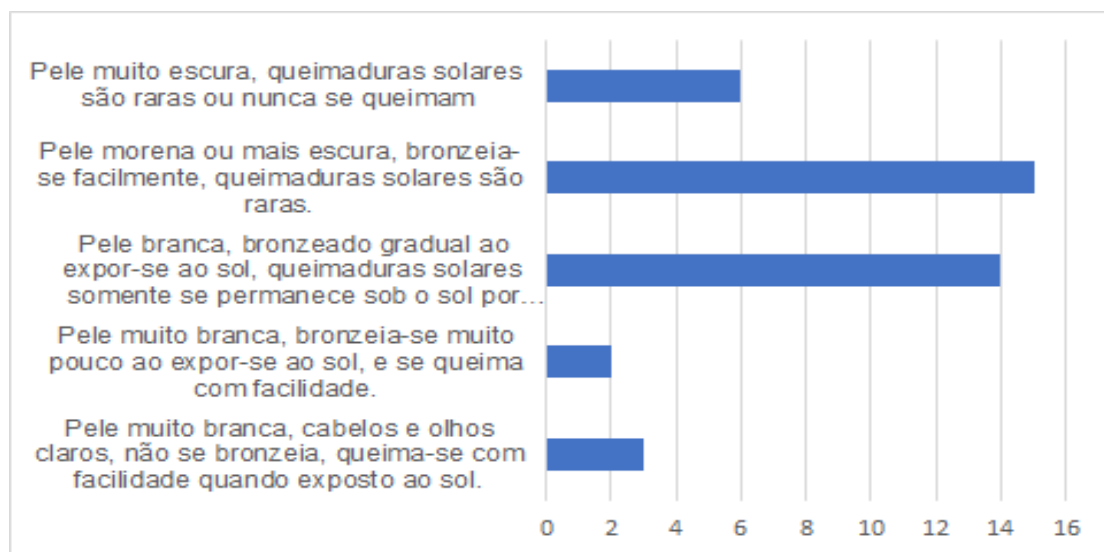
O questionário foi aplicado em 40 participantes, sendo 39 entrevistados do sexo masculino e apenas 1 do sexo feminino. A faixa etária foi subdividida em grupos de cinco em cinco anos, com um predomínio entre 41 a 54 anos.

Quando indagados sobre o tom de pele, foi possível observar que dos 40 entrevistados (Figura 1):

- 3 (7,5%) ($p < 0,05$) responderam possuir uma pele muito branca, cabelos e olhos claros, não se bronzeia e queima-se com facilidade quando exposto ao sol;
- 2 (5%) ($p < 0,05$) responderam pele muito branca, bronzeia-se muito pouco ao expor-se ao sol, e se queima com facilidade;
- 14 (35%) ($p < 0,05$) responderam pele branca, bronzeado gradual ao expor-se ao sol, queimaduras solares somente se permanece no sol por tempo prolongado;
- 15 (37,5%) ($p < 0,05$) responderam pele morena ou mais escura, bronzeia-se facilmente, queimaduras solares são raras, e
- 6 (15%) ($p < 0,05$) responderam possuir pele muito escura, queimaduras solares são raras ou nunca se queimam.

A pigmentação da pele é uma proteção natural ao aparecimento de neoplasias da pele, visto que estas acometem mais as populações de pele clara, do fototipo que queima e não bronzeia, sendo de 6 a 7 vezes mais acometidas que a população fenotipicamente negras (MARTINS et al., 2007; ZINK, 2014).

Figura 1. Classificação dos tipos de pele dos profissionais entrevistados.



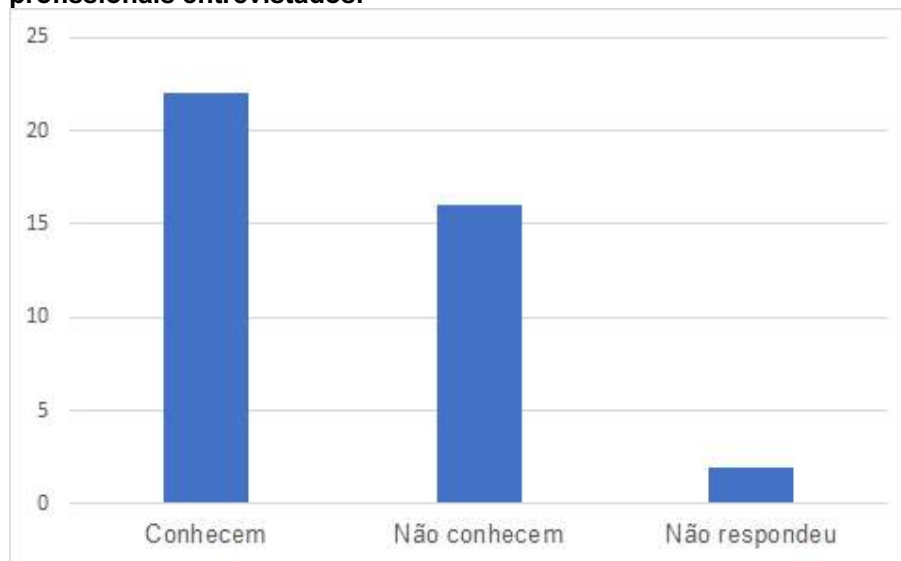
Fonte: compilação do próprio autor

Em uma das alternativas foi questionado o conhecimento acerca dos danos solares, 22 profissionais entrevistados (55%) ($p < 0,05$) responderam conhecer quais os malefícios da exposição solar, evidenciando-se nas respostas principalmente o câncer de pele, queimaduras e o envelhecimento precoce. Apesar de a grande maioria dos entrevistados conhecerem os malefícios causados pelos raios solares, 16 profissionais (40%) ($p < 0,05$)

alegaram desconhecer esses danos. Destaca-se que nessa pergunta não se obteve respostas em 2 questionários (Figura 2).

Os efeitos somáticos da radiação ultravioleta, são maléficos quando os indivíduos se expõem de modo excessivo e sem o uso de mecanismos protetores, a exposição contínua e repetitiva além de causar câncer de pele, pode acarretar em um envelhecimento precoce, queimaduras, problemas oculares e alterações no sistema imunológico (SIQUEIRA, 2021).

Figura 2. Conhecimento acerca dos danos da exposição solar nos profissionais entrevistados.



Fonte: compilação do próprio autor

Entre os 40 entrevistados, 5 (12,5%) ($p < 0,05$) relataram nunca utilizar filtro solar, 8 (20%) ($p < 0,05$) raramente, 12 (30%) ($p < 0,05$) diariamente e 14 (35%) ($p < 0,05$) responderam utilizar o protetor solar às vezes, consistindo em um dado preocupante já que, segundo Silva et al. (2015), a fotoproteção é essencial como forma de prevenção primária ao início de alterações dermatológicas (Figura 3). Destacando que 1 (2,5%) dos participantes não respondeu a esta pergunta.

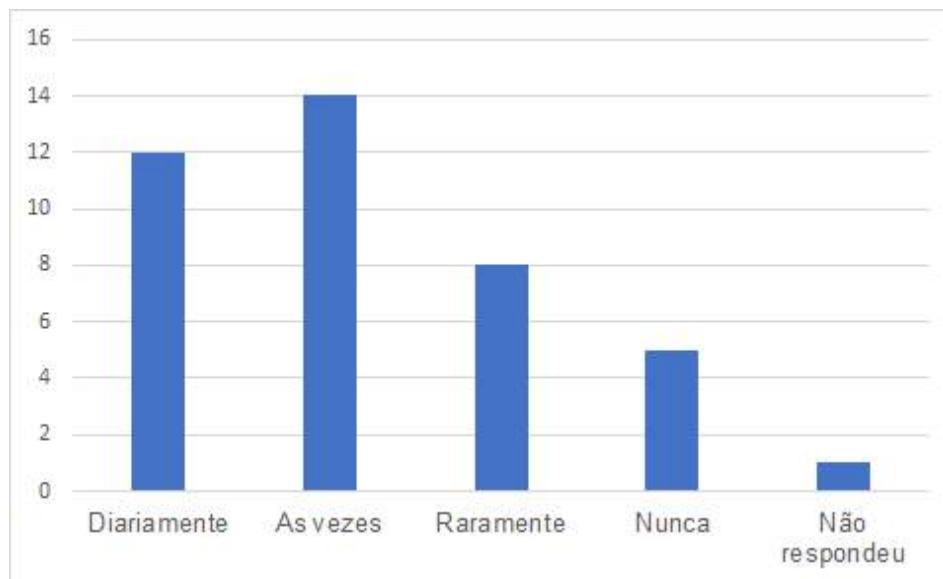
As respostas obtidas quando questionado quais Equipamentos de Proteção Individuais (EPIs) eram utilizados como forma de diminuir a exposição solar, foram apresentados da seguinte maneira:

Dos 40 entrevistados,

- 18 (45%) ($p < 0,05$) utilizam chapéu/boné;
- 21 (52,5%) ($p < 0,05$) utilizam luvas;
- 12 (30%) ($p < 0,05$) utilizam camisa com manga comprida;

- 12 (30%) ($p < 0,05$) utilizam calça comprida;
- 21 (52,5%) ($p < 0,05$) utilizam protetor solar;
- 11 (27,5%) ($p < 0,05$) utilizam sapato fechado;
- 1 (2,5%) ($p < 0,05$) utiliza máscara;
- 4 (10%) ($p < 0,05$) utilizam todos esses EPIs, e
- 1 (2,5%) ($p < 0,05$) integrante não respondeu a essa questão.

Figura 3. Relação da utilização do filtro solar dos profissionais entrevistados.



Fonte: compilação do próprio autor

Torna-se, entretanto, indispensável prevenir a população que a foto proteção engloba além do uso dos protetores solares, medidas comportamentais durante o período diurno, sendo elas: usar camisas de manga longa, calças e bonés, óculos de sol, sombrinhas e evitar quando possível atividades durante horas mais quente do dia (COSTA, 2012).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O câncer de pele é uma doença que vem acometendo os cidadãos e a falta de conhecimento é uma das principais causas para o surgimento desta doença, pois trata-se de uma patologia frequentemente negligenciada devido à baixa mortalidade quando se trata do tipo não melanoma, apresenta lesões com alta capacidade de agressão local, porém com baixo potencial metastático. No entanto uma pequena parcela é do tipo melanoma,

que contém um elevado potencial metastático e de péssimo prognóstico, com avaliação médica das lesões e detecção precoce podem ser decisivas e devem ser preconizadas.

Os resultados deste estudo revelam que os trabalhadores da amostra ocupam um grupo de fatores de risco maior, já que grande parte desta população possui pele clara, gerando um elevado risco para lesões precursoras de câncer de pele quando associado à exposição diária ao sol. A partir da análise dos dados coletados, é possível concluir que há uma necessidade de levar a esse grupo mais informações referentes à importância dos mecanismos de proteção contra os raios ultravioletas, visto que apenas uma minoria dos entrevistados utilizam o protetor solar diariamente.

REFERÊNCIAS

- COSTA, C.S; Epidemiologia do Câncer de Pele no Brasil e Evidências sobre sua Prevenção. **Diagn Tratamento**. 2012;17(4):206-8. Disponível em: <<http://files.bvs.br/upload/S/1413-9979/2012/v17n4/a3341.pdf>>. Acesso em: 22 set. 2021.
- DARIVA A. et al. Neoplasias Malignas da Pele. **Acta Méd**. Porto Alegre, v. 38, n. 7, 2017. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-883333>. Acesso em 27 jan. 2021.
- HOSPITAL DO CÂNCER DE BARRETOS. **Câncer: uma doença e sua história**. 2012. Disponível em: <https://www.hcancerbarretos.com.br/82-institucional/noticias-institucional/368-cancer-uma-doenca-e-sua-historia>. Acesso em 09 ago. 2020.
- INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER. **Estatísticas de câncer**. 2020. Disponível em: <https://www.inca.gov.br/numeros-de-cancer>. Acesso em 25 jan. 2021.
- KUMAR, V.; ABBAS, A.; FAUSTO, N. **Robbins e Cotran – Patologia – Bases Patológicas das Doenças**. 8. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.
- MARTINS, I.L; et al. **Perfil do câncer de pele em pacientes do instituto do câncer do ceará no período de 2000 a 2003**. Disponível em: <<https://periodicos.unifor.br/RBPS/article/view/1001>> Acesso em: 22 set. 2021.
- MOURA, Paula Fancislaine et al. Câncer de pele: Uma questão de saúde pública. **Visão Acadêmica**, [S.l.], v. 17, n. 4, mar. 2017. ISSN 1518-8361. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/academica/article/view/49996>>. Acesso em: 27 jan. 2021. doi:<http://dx.doi.org/10.5380/acd.v17i4.49996>.
- SILVA, A. L. A et al. A importância do uso de protetores solares na prevenção do fotoenvelhecimento e câncer de pele. **Revista Interfaces: Saúde, Humanas e Tecnologia**, Vol. 3, Nº 1, Ano E, 2015. Disponível em: <<http://interfaces.leaosampaio.edu.br/index.php/revista-interfaces/article/view/257>>. Acesso em 22 set. 2021.

SIQUEIRA, W; **A radiação ultravioleta e sua relação com o câncer de pele.** Disponível em: <<https://www.sanarmed.com/a-radiacao-ultravioleta-e-sua-relacao-com-o-cancer-de-pele-colunistas>>. Acesso em: 22 set. 2021.

TEIXEIRA, L. A, FONSECA, C. O. **De doença desconhecida a problema de saúde pública: o INCA e o controle do câncer no Brasil.** Rio de Janeiro: Ministério da Saúde, 2007. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/doenca_desconhecida_saude_publica.pdf>. Acesso em 07 ago. 2020.

ZINK, B.S. Câncer de Pele: a importância do seu diagnóstico, tratamento e prevenção. **Revista HUPE**, Rio de Janeiro, 2014;13(Supl. 1):76-83. Disponível em: <<https://doi.org/10.12957/rhupe.2014.12256>>. Acesso em: 22 set. 2021.

IMUNOSSENESCÊNCIA E COVID-19: ASSOCIAÇÃO ENTRE A IDADE AVANÇADA E ACOMETIMENTO GRAVE EM INFECÇÃO POR SARS-COV2 APÓS A VACINAÇÃO

Edymara dos Anjos Oliveira, Grazielle de Oliveira Galvão, André Luiz Ventura Savio,
email: edymarajahu@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Alterações nos níveis de fagocitose, menor produção nas células de defesa do sistema imunológico, anticorpos, diminuição na efetividade das células e outras modificações da imunidade inata e adaptativa, são impactos sentidos devido a imunossenescência decorrente do envelhecimento (AGARWAL; BUSSE, 2010). Os mecanismos biológicos do envelhecimento ainda não foram completamente elucidados, sabe-se que o envelhecimento decorre devido a uma variedade de alterações fisiológicas multifatoriais e genéticas (NASCIMENTO, 2020).

Na infecção por SARS-Cov-2, o processo de infecção viral ocorre via um receptor de membrana chamado de ECAII (Enzima Conversora de Angiotensina) (AMRAEI; RAHIMI, 2020). Essa enzima atua com papel regulador contrário a principal função da ECAI, que é a conversão de angiotensina I em angiotensina II, importante para o mecanismo de regulação na pressão arterial (AMRAEI; RAHIMI, 2020). Na Covid-19, a proteína viral se liga a esse receptor e invade a célula hospedeira causando sua manifestação patológica (SADRIA; LAYTON, 2020). Estudos envolvendo as alterações da ECAII mostram uma contrariedade a expectativas médicas envolvendo a imunossenescência (TAVARES et al., 2020). Esperava-se que com o avançar da idade houvesse uma diminuição na expressão dos receptores ECA, resultando em um menor número de infecções principalmente na população idosa (TAVARES et al., 2020). Todavia, um estudo expandido publicado pela *Center for Diseases Control and Prevention* mostra que idosos e pessoas com comorbidades são as que têm maior risco para o acometimento de casos graves por covid-19 (CDC, 2020).

A vacinação contra covid-19 no mundo teve seu início em dezembro de 2021 no Reino Unido, o primeiro país a aprovar a aplicação da primeira dose das vacinas Pfizer/BioNTech (CHIATTONE, NUCCI, et al., 2021). No Brasil, a primeira dose foi aplicada em julho de 2021, o país recebeu aproximadamente 6 milhões de doses da CoronaVac para aplicação em uso emergencial (CRISTALDO e BRANDÃO, 2021). Tendo priorizado as pessoas idosas e com comorbidades, boa parte da população idosa já se encontra

totalmente imunizada até então (RITCHIE et al., 2020). Os estudos comprovam a eficácia das vacinas em que a média é variável de casos leves a moderados, podendo atingir até 100% (SOIZA; SCICLUNA; THOMSON, 2020). Porém, um caso altamente repercutido no Brasil, foi a morte do ator Tarcísio Meira aos 86 anos de idade, que mesmo com as duas doses da vacina foi internado, entubado e veio ao óbito (MELLO, 2021). Para a explicação desse caso, especialistas médicos levam em consideração o fator imunossenescência e os níveis de eficácia das vacinas, uma vez que nenhuma vacina disponível no mercado apresenta 100% de eficácia em idosos (VILELA, 2021).

O presente trabalho visa abordar como a imunossenescência e seus efeitos estão associados à gravidade nos casos de Covid-19 e quais são os desafios a serem enfrentados para diminuir esses riscos, mesmo após a vacinação.

3 METODOLOGIA

A elaboração desta revisão bibliográfica utilizou artigos cujo critério para a seleção, em limite de tempo, foi determinado entre os anos de 2018 a 2021. A busca foi realizada em duas bases de dados bibliográficas: PubMed e Scielo, utilizando as palavras “Envelhecimento”, “Imunossenescência”, “SARS-COV-2”, “Covid-19”, de forma isolada ou combinada e em dois idiomas, português e inglês. Foram selecionados 10 artigos de embasamento e realizada a consulta em livros de Biologia Molecular, Patologia e Virologia.

4 REVISÃO DE LITERATURA

4.1 COVID-19 E ENVELHECIMENTO

Apesar de muitos estudos sobre o tema, ainda não se tem uma definição concisa sobre as etiologias envolvidas no envelhecimento, visto que o é um fenômeno que pode apresentar diversas causas diferentes sendo um processo que acontece de forma progressiva, gradual e é afetado por diversos fatores (D’AVILA et al., 2020). A imunossenescência, está diretamente ligada ao envelhecimento (PAWELEC, 2018) e define que o sistema imune inato e adaptativo sofre diversas alterações e perda de suas funcionalidades ao longo dos anos (AGARWAL; BUSSE, 2010). O sistema imunológico apresenta diversas funções envolvidas nos processos inflamatórios, na migração de leucócitos, reconhecimento de antígenos e produção de anticorpos no organismo (KUMAR, ABBAS, *et al.*, 2010), já a imunossenescência leva a diminuição dessas e outras atividades à medida que o corpo envelhece (TAVARES et al., 2020).

No cenário mundial, várias vacinas estão sendo desenvolvidas a fim de resolver os problemas causados pela pandemia (CASTRO, 2021). Em muitos países, bem como no Brasil, estão sendo utilizados diferentes imunizantes de modo a prevenir a infecção pelo vírus (CASTRO, 2021). Podemos notar que um dos grupos de maior preocupação, devido a sua vulnerabilidade imunológica, são os idosos (FIOCRUZ, 2021).

Identificado pela primeira vez em 2019 na China, a descoberta de um novo coronavírus, o SARS-CoV-2, desencadeou uma preocupação mundial (MARIAN, 2021). Observado como um vírus com potencial de transmissão elevado (SALIAN et al., 2021) teve a aparição de seu primeiro caso em março de 2020, quando foi confirmada a chegada do vírus ao Brasil (MARIAN, 2021). Desde então, medidas como distanciamento social, higienização e uso de máscaras foram implantadas a fim de conter a rápida transmissão e retardar o pico de casos (SANTOS, ROMANOS, & WIGG, 2015). O Brasil chegou a totalizar cerca de 590 mil mortes por complicações da Covid-19 (AGÊNCIA BRASIL, 2021) e o avanço da imunização vem sendo o principal motivo pela diminuição no número de mortes (NEBEHAY et al., 2021). Porém, mesmo com a vacinação, alguns casos raros de complicações advindas do vírus foram relatados, por exemplo, o caso do ator Tarcísio Meira, que gerou grande repercussão acerca da eficácia das vacinas (MELLO, 2021).

4.2 IMUNOSSENESCÊNCIA E EFICÁCIA DAS VACINAS

O caso Tarcísio Meira, foi um dos casos isolados de indivíduos imunizados com as duas doses que mesmo assim atingiram o nível grave da doença e evoluíram ao óbito (MELLO, 2021). Os especialistas e médicos que se pronunciaram sobre o caso explicam a imunossenescência como o principal fator que predispõe a essa fatalidade (VILELA, 2021). O Sars-CoV-2 é um vírus que entra nas células a partir de um receptor homeostático participante do sistema regulatório de pressão arterial, trata-se de uma enzima chamada ECAII (AMRAEI; RAHIMI, 2020). As pesquisas hodiernas sobre senescência explicam que com o envelhecimento a célula perde boa parte das suas funções fisiológicas, entrando em um estado não atuante, em que não sofre apoptose, mas também não desempenha seu papel (SNUSTAD e SIMMONS, 2017). Nesse caso, há uma diminuição de muitas funções e da expressão receptores, como, por exemplo, a ECAII (TAVARES et al., 2020). Nesse contexto, seria de grande obviedade afirmar que pessoas idosas seriam menos susceptíveis a entrada do vírus visto que, pela senescência, expressam menos receptores ECAII. Porém, a imunossenescência prova o contrário (TAVARES et al., 2020). O sistema imunológico com o passar do tempo pode ficar bem mais susceptível a ação de agentes

externos (KUMAR, ABBAS, *et al.*, 2010). Os estudos explicam que, relacionado a Covid-19, as cargas virais podem ser mais altas em idosos devido ao enfraquecimento celular (TAVARES *et al.*, 2020). Podemos citar, a atuação das Células Dendríticas que realizam muitas funções, e a partir da sua perda, pode haver prejudicialidades na apresentação de antígenos para o reconhecimento do Sars-CoV-2, por exemplo (KUMAR, ABBAS, *et al.*, 2010; TAVARES *et al.*, 2020). Elas também têm capacidade fagocítica diminuída (TAVARES *et al.*, 2020). A fagocitose também é prejudicada em macrófagos, atuantes da imunidade inata, e além disso, seus níveis podem ser reduzidos com a senescência dos monócitos, células que os originam (TAVARES *et al.*, 2020).

Entretanto, o fator que mais explica a infecção severa pelo vírus da Covid, está ligado à imunidade adaptativa (TAVARES *et al.*, 2020). Mediada por Linfócitos T e B, muitas das suas capacidades são reduzidas, principalmente a atuação dos Linfócitos B, responsáveis pela expansão clonal, produção de células de memória e anticorpos (KUMAR, ABBAS, *et al.*, 2010). Segundo estudos, os plasmócitos ficam enfraquecidos durante o envelhecimento e têm dificuldades de realizar a expansão clonal (TAVARES *et al.*, 2020). Além disso, a produção das imunoglobulinas pós-estímulo antigênico é menor se comparada a produção pós-estímulo em células jovens, dando embasamento para o fato de que mesmo após a vacinação, a eficácia pode ser diminuída dependendo das condições do indivíduo que está sendo vacinado (TAVARES *et al.*, 2020).

De acordo com os dados do ministério da saúde, estão sendo oferecidas aos brasileiros pelo Programa de Imunização Nacional as Vacinas Pfizer/ BioNTech, com eficácia de 95%; CoronaVac com 50,38% (eficácia global); 78% em casos leves; 100% em casos graves e moderados; Johnson & Johnson com eficácia de 66% contra os casos moderados e graves da Covid-19; eficácia de 85,4% contra casos graves; 100% de proteção contra hospitalização e morte por Covid após 28 dias da aplicação; Oxford/ AstraZeneca com eficácia de 70,4% e a Vacina Sputnik V com eficácia de 91,4%, todos estes resultados obtidos após as três fases dos testes clínicos (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2021; CNN, 2021)

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante ressaltar que muitas incógnitas ainda precisam ser respondidas para controle dessa situação emergente vivenciada nos dias atuais, a Covid-19. Todavia, a vacinação em massa, a produção de novas vacinas e melhorias realizadas em todo o mundo já tem sido um grande avanço nesse espectro. No que se refere aos grupos de risco, a população idosa foi uma das mais afetadas desde o início da pandemia. Investir nos

estudos para tratamentos e efetividade para a aplicação da terceira dose, poderia ser um grande auxílio para resolver as ineficiências decorrentes da Imunossenescência na Covid-19. Muito ainda precisa ser estudado, mas o avanço no desenvolvimento de vacinas e a atuação do sistema de saúde tem mostrado expectativas promissoras para o combate a esse vírus.

REFERÊNCIAS

AGARWAL, S.; BUSSE, P. J. **Innate and adaptive immunosenescence. *Annals of Allergy, Asthma & Immunology***, v. 104, n. 3, p. 183–190, mar. 2010.

AMRAEI, R.; RAHIMI, N. COVID-19, Renin-Angiotensin System and Endothelial Dysfunction. ***Cells***, v. 9, n. 7, p. 1652, 9 jul. 2020.

AGÊNCIA BRASIL. **Covid-19: Brasil tem 21,2 milhões de casos e 590,5 mil mortes.** Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2021-09/covid-19-brasil-tem-212-milhoes-de-casos-e-5905-mil-mortes>>. Acesso em: 23 set. 2021.

AMRAEI, R.; RAHIMI, N. COVID-19, **Renin-Angiotensin System and Endothelial Dysfunction.** *Cells*, v. 9, n. 7, p. 1652, 9 jul. 2020.

BBC NEWS. **Covid-19: que países aprovaram terceira dose de vacina.** G1, [S.l.], 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/08/23/covid-19-que-paises-aprovaram-terceira-dose-de-vacina.ghtml>>. Acesso em: 21 set. 2021.

CASTRO, R. **Vacinas contra a Covid-19: o fim da pandemia?** *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 31, n. 1, 2021.

CENTERS FOR DISEASE CONTROL AND PREVENTION. **CDC updates, expands list of people at risk of severe COVID-19 illness.** Disponível em: <<https://www.cdc.gov/media/releases/2020/p0625-update-expands-covid-19.html>>. Acesso em: 18 set. 2021.

CHEN, L.-K. **Older adults and COVID-19 pandemic: Resilience matters. *Archives of Gerontology and Geriatrics***, v. 89, p. 104124, jul. 2020.

CHIATTONI, C. et al. **VACINAÇÃO PARA COVID-19 EM PACIENTES COM DOENÇAS HEMATOLÓGICAS.** ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE HEMATOLOGIA, HEMOTERAPIA E TERAPIA CELULAR, São Paulo, p. 8, Fevereiro 2021.

CNN, Brasil. **Saiba qual é a eficácia das principais vacinas contra a COVID-19.** Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/qual-a-eficacia-das-principais-vacinas-contra-a-covid-19/> Acesso em 25 set. 2021.

CRISTALDO, H.; BRANDÃO, M. **Vacinação contra a covid-19 começa em todo o país.** Agência Brasil, 2021. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2021-01/vacinacao-contra-covid-19-come%C3%A7a-em-todo-o-pais>>. Acesso em: 30 ago. 2021.

D'AVILA, J. D. C. et al. **Mecanismos moleculares do envelhecimento: revisão da literatura.** Revista Brasileira de Ciências do Envelhecimento Humano, v. 17, n. 1, 19 jun. 2020.

DIAS, L. C. **Terceira dose da vacina contra Covid-19 já é realidade no Brasil, 2021.** Disponível em: <<https://www.unicamp.br/unicamp/ju/artigos/luiz-carlos-dias/terceira-dose-da-vacina-contracovid-19-ja-e-realidade-no-brasil>>. Acesso em: 21 set. 2021.

FIOCRUZ. **REPÓRTER SUS: POPULAÇÃO IDOSA É MAIORIA EM CASOS DE ÓBITOS POR COVID, DIZ PESQUISADOR.** Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2021. Disponível em: <<https://www.epsjv.fiocruz.br/podcast/reporter-sus-populacao-idosa-e-maioria-em-casos-de-obitos-por-covid-diz-pesquisador>>. Acesso em: 21 set. 2021.

KUMAR, V. et al. **Robbins & Cotran PATOLOGIA - Bases Patológicas das Doenças.** 8ª edição. ed. Rio de Janeiro: Elsevier Editora, 2010.

LOPEZ BERNAL, J. et al. **Effectiveness of Covid-19 Vaccines against the B.1.617.2 (Delta) Variant.** New England Journal of Medicine, v. 385, n. 7, p. 585–594, 12 ago. 2021.

MAFRA, J. S.; SILVA, M. E. V. DA S.; SCHLICKMANN, R. B. K. **A RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO POR OMISSÃO NO CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID-19 NO BRASIL: THE CIVIL LIABILITY OF THE STATE FOR OMISSION IN THE CONTEXT OF THE COVID-19 PANDEMIC IN BRAZIL.** Ponto de Vista Jurídico, Caçador, v.10, n. 1, p. 110 –120, 2021.

MARIAN, A. J. **Current state of vaccine development and targeted therapies for COVID-19: impact of basic science discoveries.** Cardiovascular Pathology, v. 50, p. 107278, jan. 2021.

MELLO, D. **Morre em São Paulo o ator Tarcísio Meira, vítima de covid-19.** Agência Brasil, 2021. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-08/morre-em-sao-paulo-o-ator-tarcisio-meira-vitima-de-covid-19>>. Acesso em: 13 ago. 2021.

MELZER, D.; PILLING, L. C.; FERRUCCI, L. **The genetics of human ageing.** Nature Reviews Genetics, [S.l], Nov 2019. p. 88-101.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **COVID-19 Vacinação Doses Aplicadas.** Disponível em: <https://qsprod.saude.gov.br/extensions/DEMAS_C19Vacina/DEMAS_C19Vacina.html>. Acesso em: 21 set. 2021.

NASCIMENTO, M. D. M. **Uma visão geral das teorias do envelhecimento humano.** Revista Saúde e Desenvolvimento Humano, Canoas, v. 8, p. 161-168, Fevereiro 2020. ISSN 2317-8582.

NEBEHAY, S. et al. **OMS: mortes e internações por covid-19 estão diminuindo no Brasil.** Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2021-04/oms-mortes-e-internacoes-por-covid-19-estao-diminuindo-no-brasil>>. Acesso em: 22 set. 2021.

RITCHIE, H. et al. **Coronavirus Pandemic (COVID-19)**. Disponível em: <https://ourworldindata.org/covid-vaccinations?country=OWID_WRL>. Acesso em: 25 set. 2021.

SADRIA, M.; LAYTON, A. T. **Use of Angiotensin-Converting Enzyme Inhibitors and Angiotensin II Receptor Blockers During the COVID-19 Pandemic: A Modeling Analysis**. *PLOS Computational Biology*, v. 16, n. 10, p. e1008235, 8 out. 2020.

SALIAN, V. S. et al. **COVID-19 Transmission, Current Treatment, and Future Therapeutic Strategies**. *Molecular Pharmaceutics*, v. 18, n. 3, p. 754–771, 19 jan. 2021.

SANTOS, N. S. D. O.; ROMANOS, M. T. V.; WIGG, M. D. **Virologia Humana**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2015.

SNUSTAD, P.; SIMMONS, M. J. **Fundamentos de Genética**. 7ª. ed. Rio de Janeiro: GUANABARA KOOGAN, 2017.

SOIZA, R. L.; SCICLUNA, C.; THOMSON, E. C. **Efficacy and safety of COVID-19 vaccines in older people**. *Age and Ageing*, v. 50, n. 2, p. 279–283, 2 dez. 2020.

TAVARES, C. DE A. M. et al. **Alterações da ECA2 e Fatores de Risco para Gravidade da COVID-19 em Pacientes com Idade Avançada**. *Arquivos Brasileiros de Cardiologia*, v. 115, n. 4, p. 701–707, out. 2020.

VILELA, P. R. **Mortes por covid-19 de pessoas vacinadas são raras, diz especialista**. Agência Brasil, 2021. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2021-08/mortes-por-covid-19-de-pessoas-vacinadas-sao-raras-diz-especialista>>. Acesso em: 21 set. 2021.

INDICADORES DO NÍVEL DE INTENSIDADE DO ESFORÇO FÍSICO EM PRATICANTES DE CROSSFIT

Bruna Scarabello Martins, Francisco Augusto Supricio, Vanessa Monteiro Beraldo da Costa, Vinicius Marchi da Silva, Ademir Testa Junior,
e-mail: FranciscoAugusto-Bio@outlook.com

1 INTRODUÇÃO

O Crossfit é um método de treinamento que surgiu na década de 80, o qual é composto por exercícios funcionais, de alta intensidade e com o objetivo de desenvolver condicionamento físico de forma geral. Essa modalidade vem ganhando popularidade nos últimos anos e como consequência disso, um número considerável de praticantes nas academias (CORDEIRO; PINHEIRO, 2018). No entanto, o Crossfit não possui um parâmetro de controle e avaliação da intensidade do esforço em seus praticantes, o que pode ser visto como um problema. No Brasil, já houve casos de morte por parada cardiorrespiratória após uma sessão de treinamento no Crossfit, como o caso de um indivíduo de 35 anos que veio a óbito após um treino intenso, em uma academia de Crossfit no Distrito Federal (LUIZ, 2016).

O Crossfit, por se tratar de uma modalidade de alta intensidade, a prática inadequada pode acarretar algumas lesões aos indivíduos. Algumas das regiões do corpo mais acometidas por lesões na prática do Crossfit são os ombros, coluna lombar e joelho. (DOMINSKI et al., 2018). Em situações mais extremas é possível citar até casos de rabdomiólise entre praticantes de Crossfit que adotam a prática de forma repentina. A rabdomiólise pode ocasionar dores generalizadas e intensas por todo o corpo, provocadas pelo esforço excessivo (ADHIKARI, et al., 2021).

A frequência cardíaca (FC) é considerada como um dos indicadores mais práticos de utilização, devido sua facilidade de aplicação, bem como seu baixo custo (SANT'ANA, et al., 2021). A FC pode ser aferida pela quantidade de vezes em que o coração bate no tempo de um minuto. Durante a prática de exercícios físicos, a FC pode determinar se a intensidade da atividade é adequada. Com o controle da FC, pode-se evitar que seja ultrapassado o nível considerado seguro de esforço para o organismo (GRAEF; KRUEL, 2006).

Outro indicador que vem sendo utilizado e considerado com uma boa alternativa de medida de intensidade devido a sua praticidade é a percepção subjetiva do esforço (PSE).

A PSE possibilita a avaliação e possíveis ajustes da carga imposta nas sessões de treinamento (NAKAMURA et al., 2010; BUSINARI et al., 2021). A PE possui relação com o conceito da intensidade do exercício, ou seja, o quanto pesado e cansativo é uma atividade ou exercício físico, sendo assim, pode ser definida como a intensidade subjetiva de esforço, tensão, desconforto ou fadiga percebida durante o esforço físico (TIGGERMANN et al., 2010).

A prática do Crossfit implica em uma alta demanda no sistema cardiovascular. Com isso, durante uma sessão de treinamento é possível notar algumas adaptações agudas, como a elevação da FC e da PSE. (ALENCAR et al., 2018).

Outro método que vem recebendo destaque para identificar o limiar anaeróbio (LAn), é o da resposta da glicemia e durante o exercício. Em um estudo realizado por Marchioli et al., (2020), mostra que existe um aumento da glicemia pós a sessão do Crossfit, a qual está relacionada a uma adaptação que o organismo sofre (aumento da gliconeogênese hepática) com o intuito de aumentar a capacidade de trabalho durante o estresse causado pelo exercício físico.

Em uma tese realizada por Babiash (2013), envolvendo duas sessões de treinamento de Crossfit, mostra que tanto a FC quanto a concentração de lactato sanguíneo demonstram ter uma relação entre si, as duas variáveis mostraram comportamentos parecidos. À medida que a concentração de lactato sanguíneo foi aumentada, a FC também obteve o mesmo comportamento. Nessa mesma tese, a PSE também foi utilizada para determinar intensidade, no entanto, ela não apresentou relação entre a FC e Lactato. Apesar disso, existem algumas dúvidas sobre a confiabilidade na utilização desses parâmetros como forma de determinar intensidade do esforço no Crossfit. Sendo assim, o objetivo do nosso trabalho foi mensurar e correlacionar a FC, PSE e Glicemia durante o esforço no Crossfit.

2 MÉTODO

O presente estudo caracteriza-se como pesquisa quantitativa, direta, corte transversal e com método de abordagem indutivo (LAKATOS; MARCONI, 2003).

Todas as academias participantes da pesquisa foram informadas sobre o estudo e apresentaram o termo de autorização para a coleta de dados assinado. Todos os participantes da pesquisa assinaram e apresentaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). A coleta dos dados iniciou-se somente após a aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) com o código do CAAE: 23375119.0.0000.5427.

Sujeitos de pesquisa

A amostra foi composta por 18 participantes com idade entre (18 e 50) anos, sendo 50% mulheres e 50% homens conforme a tabela 1.

Tabela 1 – Perfil dos participantes

N	X (DP) idade	NP (%)			X FrSem (dias)
		Ini	Int	Av	
18	11 ($\pm 4,5$)	22,2	50	27,8	5,1 ($\pm 0,6$)

N – número de participantes, X – média, DP – desvio padrão, NP – nível da prática, Ini – iniciante, Int – intermediário, Av – avançado, FrSem – frequência semanal

Para a participação no estudo as pessoas não poderiam apresentar qualquer lesão ou restrição à prática de Crossfit, além de terem assinado o TCLE. Foram excluídos da pesquisa os participantes que não praticavam Crossfit, ou eram menores de 18 anos de idade e os que não apresentaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido devidamente preenchido e assinado.

Todas as academias participantes da pesquisa foram informadas sobre o estudo e apresentaram o termo de autorização para a coleta de dados assinado.

Procedimentos de pesquisa

Inicialmente foi preenchida uma ficha de cadastro dos participantes. Para preservar a sua identidade os participantes não foram identificados através do seu nome, mas sim pela utilização de um ID (código para identificação). Nesta ficha foi informado: ID dos participantes, Idade, fase de prática conforme classificação do Crossfit (iniciante, intermediário, avançado), frequência semanal e as anotações dos dados coletados durante o treino para a correlação.

Durante a sessão do treinamento foram realizadas 3 coletas das variáveis Glicemia, FC e PSE em cada praticante, de forma simultânea. A primeira coleta foi realizada logo após o aquecimento, a segunda coleta na metade do treino e a última coleta no final do treino. Esse tempo considerado variava de acordo com o tipo de treino que foi realizado no dia, o qual não foi pré-definido antes da coleta. As coletas das amostras de sangue para o teste de glicemia foram realizadas com a utilização de uma lanceta, aplicada utilizando de um lancetador Accu-Chek Softclix, realizando-se um pequeno furo na extremidade de um dos dedos das mãos do participante. A glicemia foi aferida imediatamente após a coleta de

sangue através do aparelho monitor ACCU-CHEK GUIDE, utilizando tiras reagentes Accu-Chek Guide. A unidade de medida considerada para a glicemia foi em miligramas por decilitro (mg/dl). A FC foi verificada de maneira manual, com a compressão da artéria radial, cronometrada durante 15 segundos, com o resultado multiplicado por 4, foi fornecido o valor total de batimentos por minuto (bpm). A PSE foi verificada através da escala de Borg. Inicialmente o pesquisador apresentou a escala de Borg impressa em um papel para os participantes. Para a coleta PSE o pesquisador perguntava ao participante: de 0 a 10, qual é o nível de esforço que você está sentindo agora?

Cada integrante da equipe de pesquisa foi responsável pela coleta de dados em um teste para que não houvesse variações na forma de coleta. O pesquisador responsável pela coleta de sangue estava vestido com jaleco e utilizando luvas para que não houvesse nenhum risco de contaminação na amostra ou maiores riscos aos participantes e ao pesquisador. Para higienização do local onde foi aplicado a lanceta utilizou-se de uma gaze com solução de álcool isopropílico ou etílico 70%.

Análise dos dados

Inicialmente os dados passaram pelo teste de normalidade de Shapiro-Wilk, apresentando distribuição normal. Em seguida foi utilizada estatística descritiva de média (X) e desvio padrão (DP) para as variáveis numéricas, além das frequências absoluta e relativa sobre o nível da prática (NP) dos participantes na modalidade. Adicionalmente foi aplicado teste de correlação de Pearson entre as variáveis coletadas ao mesmo tempo em 6 cada etapa do treinamento (Início, meio e final) e teste t (Student) para comparar as médias entre os momentos de coleta de cada variável. Todos os cálculos estatísticos foram realizados utilizando o software IBM SPSS statistics, versão 22. O nível de significância considerado foi de $p > 0,05$.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na tabela 2 é possível observar a correlação entre as variáveis coletada durante o treinamento. Os resultados indicaram que houve correlação positiva significativa nos três momentos: início (i), meio (m), fim (f), apenas entre as variáveis FC e a PSE.

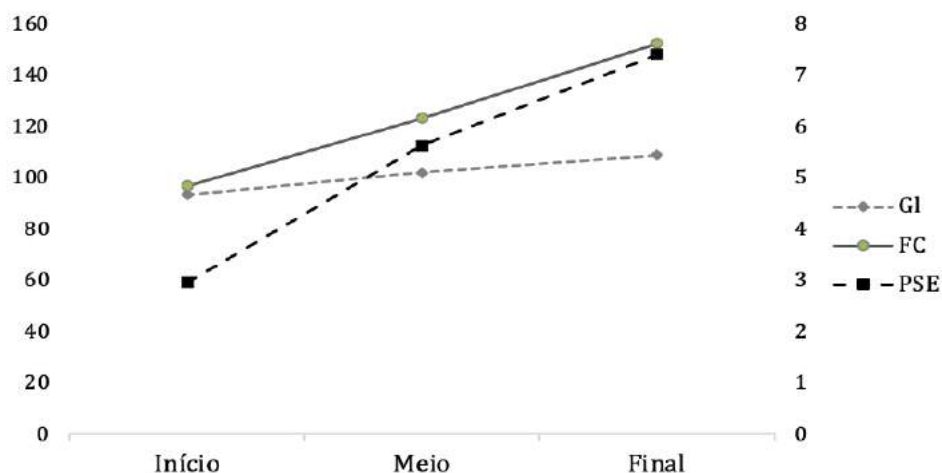
Tabela 2 – Correlação entre GI, PSE e FC mensuradas simultaneamente no início (i), meio (m) e final (f) da sessão de exercícios físicos.

Variáveis	GI		PSE		FC	
	p	r	p	r	p	r
FC (i)	0,893	-0,03				
GI (i)			0,841	-0,05		
PSE (i)					0,018*	0,55
FC (m)	0,298	-0,26				
GI (m)			0,268	-0,27		
PSE (m)					0,040*	0,48
FC (f)	0,059	-0,45				
GI (f)			0,173	0,33		
PSE (f)					0,018*	0,94

GI – glicemia, PSE – percepção subjetiva de esforço, FC – frequência cardíaca, i – início da sessão, m – meio da sessão, f – final da sessão, * - $p < 0,05$

No gráfico 1 observa-se que as variáveis FC e PSE tiveram comportamentos semelhantes durante as etapas do treino: início (i), meio (m), fim (f), diferentemente da GL.

Gráfico 1 – Médias da GI, FC e PSE no início, meio e final da sessão de exercícios físicos



GI – glicemia, FC – frequência cardíaca, PSE – percepção subjetiva de esforço

Na tabela 3 foi realizada uma comparação entre os momentos da coleta, e nota-se

que houve diferença significativa ($p < 0,05$), com exceção da GL (meio) e (final).

Tabela 3 – Comparação por meio do teste t das médias das variáveis entre os momentos de coleta de dados.

Variáveis	X		p valor
GI _i – GI _m	92,94 _i	101,67 _m	0,007*
GI _f – GI _i	108,50 _f	92,94 _i	0,010*
GI _m – GI _f	101,67 _m	108,50 _f	0,271
PSE _i – PSE _m	2,94 _i	5,61 _m	0,000*
PSE _f – PSE _i	7,39 _f	2,94 _i	0,000*
PSE _m – PSE _f	5,61 _m	7,39 _f	0,001*
FC _i – FC _m	96,44 _i	122,89 _m	0,000*
FC _f – FC _i	152 _f	96,44 _i	0,000*
FC _m – FC _f	122,89 _m	152 _f	0,005*

X – médias, GI – glicemia, PSE – percepção subjetiva de esforço, FC – frequência cardíaca, i – início da sessão, m – meio da sessão, f – final da sessão, * - $p < 0,05$

Os principais achados da pesquisa mostraram que houve uma correlação positiva e significativa entre os momentos da coleta (início, meio, fim), apenas entre as variáveis FC e a PSE. Foi possível notar que as variáveis FC e PSE tiveram comportamentos semelhantes entre momentos, diferentemente do que aconteceu com a glicemia que se manteve praticamente inalterada. E quando realizada a comparação entre os momentos da coleta, foi possível observar que houve diferença significativa nas variáveis coletadas ($p < 0,05$), com exceção da GL (meio) e (final) da sessão do treinamento.

A correlação positiva FC e PSE reforça a ideia de que quanto mais intenso o esforço, maior será a demanda cardiovascular, provocando um aumento da FC e consequentemente, aumentando a percepção de esforço sentida pelo indivíduo. No entanto, foi possível observar que a PSE não dependente exclusivamente do esforço em si, ela pode ser influenciada pela fadiga, desconforto muscular, que não são percebíveis por meio da FC e pela Glicemia. De acordo com Alencar et al., (2018), a prática do Crossfit implica em uma alta demanda no sistema cardiovascular. Com isso, durante uma sessão de treinamento é possível notar algumas adaptações agudas, como a elevação da FC e da PSE. Em um estudo realizado por Babiash, (2013), a PSE também foi utilizada como um

parâmetro de intensidade em uma sessão de Crossfit, juntamente com a FC e Lactato, porém, não estiveram correlacionadas. Já em um estudo publicado por Kaercher et al., (2018), foi realizado um teste de esforço progressivo em indivíduos atletas e não atletas, utilizando a PSE e a FC como parâmetro de monitoramento da intensidade. O estudo mostra que as variáveis FC e PSE apresentaram uma forte relação, tanto em sujeitos atletas, quanto não atletas.

Foi possível notar que durante a sessão do Crossfit, as variáveis FC e PSE apresentam comportamentos semelhantes, diferentemente do que aconteceu com a Glicemia, que se manteve em diferentes intensidades do esforço. Isso mostra que a Glicemia é uma variável que pode sofrer interferência de diversos fatores comportamentais, tais como: alimentação, presença ou não de patologias como o diabetes mellitus tipo II, além do nível de condicionamento físico que os indivíduos apresentam. Em um estudo produzido por Emhoff et al., (2013), que comparou indivíduos treinados e não treinados, notou-se que, durante e após o treinamento, a Glicemia foi maior em indivíduos treinados, pois o treinamento é capaz de aumentar a capacidade de captação de glicose devido a necessidade de suportar a demanda da carga do treinamento. Em um estudo realizado por Abdelmur et al., (2019), foi feita uma análise dos níveis de glicemia e lactato em exercícios aeróbicos e resistidos. Na análise da Glicemia, foi possível observar que não houve diferença significativa nos momentos pré e final do exercício em ambos os protocolos de treinamento aplicados.

As diferenças encontradas entre as médias das variáveis em cada momento, mostraram que a intensidade do esforço no Crossfit varia significativamente durante a sessão de treinamento. Compreende-se que o Crossfit se trata de uma modalidade de alta intensidade aplicada de forma intervalada, visto que são notáveis algumas mudanças na intensidade em diferentes momentos da sessão. Segundo Freitas e Pinto (2021), o Crossfit possui uma diversidade de movimentos funcionais, cíclicos e ginásticos, além disso, uma constante variação com altas intensidades, com característica intervalada, assim, acaba promovendo alto gasto energético do organismo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Houve correlação positiva entre a FC e PSE entre os três momentos de aferição durante a sessão do treinamento, indicando que quanto mais intenso o esforço, maior será a demanda cardiovascular, provocando um aumento da FC e assim, aumentando a percepção de esforço sentida pelo indivíduo. Já a Glicemia, não se correlacionou com as

demais variáveis, talvez por sofrer interferência de fatores comportamentais dos indivíduos. Na comparação realizada entre os momentos de coleta, mostra que a intensidade do esforço varia de forma significativa durante a sessão do Crossfit, devido sua característica de atividade intervalada e de alta intensidade. No entanto, ressalta-se a importância da realização de mais estudos, utilizando variáveis de referências consideradas fidedignas, além disso, controlar fatores que talvez venha a influenciar nos resultados das variáveis.

REFERÊNCIAS

ABDELMUR, S.B; LEITE, M.M; MOTA, M.R. Efeito modulatório agudo pré e pós exercício aeróbio e resistido sobre a glicemia e lactato. **Revista brasileira de prescrição e fisiologia do exercício**, v.13, n.87, p.1284-1291, 2019.

ADHIKARI, P; HARI, A; MOREL, L; BUENO, Y. Exertional Rhabdomyolysis After CrossFit Exercise. **Cureus**, v. 13, n. 1, 2021.

ALENCAR, L; SODRÉ, R.S; ROSA, G. Efeito agudo de uma sessão de Crossfit sobre as variáveis hemodinâmicas e a percepção de esforço de adultos treinados. **Revista de Educação Física/Journal of Physical Education**, v. 87, n.1, 2018.

BABIASH, P. E. Determining the energy expenditure and relative intensity of two Crossfit workouts. **College of Exercise and Sport Science**, 2013.

BUSINARI, G.B; BATISTA, D.R; ROSALEM, J.M; BRAZ, T.V; LOPES, C.R. Monitoramento da carga, fadiga, infecções, bem-estar e recuperação em jovens futebolistas durante treinamentos e competição. **Revista Brasileira de Fisiologia do Exercício**, v. 20, n.2, p. 177-187, 2021.

CORDEIRO, A; PINHEIRO, J.P. A Patologia Traumática na Prática do CrossFIT®. **Rev. Medicina Desportiva**, 9 (1), pp, 2018.

DOMINSKI, F.H; SIQUEIRA, T.C; SERAFIM, T.T; ANDRADE, A. Perfil de lesões em praticantes de Crossfit: revisão sistemática. **Fisioterapia e Pesquisa**, v. 25, n. 2, p. 229-239, São Paulo, 2018.

EMHOFF, C.W; MESSONNIER, L.A; HORNING, M.A; FATTOR, J.A; CARLSON, T.J; BROOKS, G.A. Gliconeogenesis and hepatic glycogenolysis during exercise at lactate threshold. **J. appl. Physiol.**, 114: 297-306, 2013.

FREITAS, A.K.R; PINTO, N.V. Efeito agudo de diferentes estratégias de aquecimento sobre o desempenho do benchmark Fran em praticantes de Crossfit. **Research, Society and Development**, v. 10, n.9, p. e30910918019, 2021.

GRAEF, F.I; KRUEL, L.F.M. Frequência cardíaca e percepção subjetiva do esforço no meio aquático: diferenças em relação ao meio terrestre e aplicações na prescrição do exercício – uma revisão. **Rev. Bras. Med. Esporte**, v. 12, n. 4, 2006.

KAERCHER, P.L.K; GLANZEL, M.H; ROCHA, G.G; SCHMIDT, L.M; NEOPOMUCENO, P; STROSCHOEN, L; POHL, H.H; RECKZIEGEL, M.B. Escala de percepção subjetiva de esforço de Borg como ferramenta de monitorização da intensidade de esforço físico. **Revista brasileira de prescrição e fisiologia do exercício**, v.12, n.80, p. 1180-1185, 2018.

LAKATOS, E.M.; MARCONI, M.A. **Metodologia do trabalho científico**. 5. ed. São Paulo. Atlas, 2003.

LUIZ, G. Academia do DF onde homem morreu após Crossfit não tem alvará. Site disponível em: <<http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2016/03/academia-do-df-onde-homem-morreu-apos-crossfit-nao-tem-alvara.html>> Acesso em: 01 Março, 2016.

MARCHIOLI, E.A.L; GIANOLLA, F; KILLIAN, L.F; MARCHIOLI, N.R.V.L; MACHADO, O.A.S. Efeito agudo e crônico da prática do Crossfit sobre a glicemia, frequência cardíaca e percepção subjetiva de esforço. **Rev. Biociências**, v.26, n.1, 2020.

NAKAMURA, F.Y; MOREIRA, A; AOKI, M.S. Monitoramento da carga de treinamento: A percepção subjetiva do esforço da sessão é um método confiável? **R. da Educação Física/ UEM**, Maringá, v. 21. n. 1, p. 1-11, 2010.

SANT'ANA, L; BARA-FILHO, M.G; VIANNA, J.M. Monitoramento da carga de treinamento na corrida: Aspectos fisiológicos e metodológicos na aplicabilidade prática desta modalidade. *Research, Society and Development*, v.10, n.9, 2021.

TIGGERMANN, C.L; PINTO, R.S; KRUEL, L.F.M. A Percepção de Esforço no Treinamento de Força. São Paulo: **Rev. Bras. Med. Esporte**, v. 16, n. 4, 2010.

INFECÇÃO BACTERIANA SECUNDÁRIA EM PACIENTES COM COVID-19: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Bruna Nayara Ferreira, Gabrielle Priscila Salles, Thiago de Souza Candido
e-mails: bruna.nayara@hotmail.com,

1 INTRODUÇÃO

Os casos de uma forma não identificada de pneumonia viral foram relatados pela primeira vez na cidade de Wuhan, província de Hubei, China, em dezembro de 2019. Nas semanas seguintes, esse vírus desconhecido se espalhou gradualmente por todo o mundo. Em 7 de janeiro de 2020, uma instituição de pesquisa científica na China anunciou que a pneumonia viral era um novo coronavírus (SARS-COV-2), posteriormente denominado COVID-19 pela Organização Mundial da Saúde (OMS) (ALSHARIF et al. 2021).

A síndrome respiratória aguda grave coronavírus 2 (SARS-CoV-2), um novo β -coronavírus, é o principal agente patogênico da pneumonia de rápida disseminação chamada doença coronavírus 2019 (COVID-19) nomeada pela Organização Mundial de Saúde. Segundo dados da recente atualização da OMS, foram registrados em 9 de agosto de 2021, 202.608.306 casos confirmados, 4.293.591 mortes confirmadas e 4.030.697.290 doses de vacinas administradas.

O SARS-CoV-2 além de ativar as respostas imunes antivirais, pode também provocar respostas inflamatórias descontroladas caracterizadas por marcada liberação de citocinas pró-inflamatórias em pacientes com COVID-19 grave, levando a linfopenia, disfunção linfocitária e anormalidades de granulócitos e monócitos. Essas alterações imunológicas provocadas por SARS-CoV-2 podem acarretar infecções por micro-organismos, choque séptico e disfunção múltipla de órgãos graves, sendo assim é de suma importância realizar estudos inéditos e de cunho revisional para com este tema, para elucidar e registrar os mecanismos e os agravantes das coinfeções apresentadas (YANG et al. 2020).

A diminuição dos linfócitos e da função imune do hospedeiro pode ser a fonte principal para a coinfeção. Pacientes em estado mais grave, são mais propensos a receber tratamento com cateteres invasivos, resultando em aumento da sensibilidade a infecções secundárias com patógenos multirresistentes, como *Acinetobacter baumannii*, *Escherichia coli*, *Pseudomonas aeruginosa* e *Enterococcus spp.* (CHEN et al. 2020).

Essa revisão teve como objetivo principal a realização de um levantamento bibliográfico sobre a coinfeção de micro-organismos patogênicos com o novo SARS-CoV-2, seus efeitos sobre COVID-19 e as razões de infecções secundárias com base nas evidências atuais levantadas.

2 MÉTODO

2.1 Desenho do estudo

Este trabalho trata-se de uma revisão de literatura, que procurou discutir sobre um tema recente, que é atualmente um foco de discussões no mundo todo. Com base em referências teóricas, foram buscados artigos relacionados à dados de infecções bacterianas secundárias em pacientes com COVID-19 internados na UTI. As buscas foram realizadas em artigos científicos inéditos e trabalhos de revisão nos idiomas inglês e português, nos bancos de dados virtuais PUBMED e SCIELO, abrangendo o período de 2019 a 2021. Após a pesquisa e coleta, os dados foram compilados e foi realizada uma análise descritiva buscando uma compreensão aprofundada dos estudos que elucidam as infecções e coinfeções bacterianas secundárias em pacientes com COVID-19 internados na UTI.

2.2 Estratégia de busca

Para a realização das buscas nas respectivas bases de dados foram utilizadas as palavras-chaves: Infecção Hospitalar; Resistência à microbianos; Infecção hospitalar na pandemia; Infecção hospitalar covid-19; Pneumonia UTI. Após as buscas foram utilizados critérios de inclusão e exclusão para a seleção ou declínio dos artigos apresentados.

2.3 Critérios de inclusão

Trabalhos que descrevessem a infecção bacteriana secundária hospitalar em pacientes com COVID-19 perante a pandemia de SARS-CoV-2, publicados no ano de 2019 a 2021, sendo eles em inglês e português.

2.4 Critérios de exclusão

Como critério de exclusão foi observada a generalização de informações e dados que não foram coerentes ao objetivo específico do trabalho, como relatos de casos e artigos de menções sobre infecções secundárias com dados inconclusivos.

3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

3.1 Pandemia de COVID-19

3.1.1 Histórico

A doença do coronavírus (COVID-19) é proveniente da palavra ‘corona’ que tem o significado da palavra ‘coroa’ em latim. Principal causa de uma série de problemas do trato respiratório humano, diversificando de um leve resfriado a uma síndrome respiratória aguda grave. A atual nova doença é uma ameaça global, que em pouco tempo pôde se observar um grande aumento de pessoas infectadas. A epidemia de COVID-19 teve início na cidade Wuhan, na China, no final de dezembro de 2019 e, desde então, o vírus se alastrou em muito pouco tempo para a Tailândia, Japão, Coreia do Sul, Cingapura e Irã nos primeiros meses, posteriormente se alastrou para o resto do mundo (UMAKANTHAN, S. et al 2020).

Segundo dados da recente atualização da OMS, foi registrado em 9 de agosto de 2021, 202.608.306 casos confirmados, 4.293.591 mortes confirmadas e 4.030.697.290 doses de vacinas administradas.

3.1.2 Sinais e Sintomas

Os sintomas mais comuns da SARS-CoV-2 são febre, tosse, mialgia e fadiga. Pacientes infectados com SARS-CoV-2 dificilmente apresentam sinais e sintomas respiratórios superiores significativos, onde indica que a célula-alvo pode estar no trato respiratório inferior. Isso é baseado em relatórios de autópsia de pacientes que foram infectados por SARS-CoV-2 e que a infecção causa principalmente reações inflamatórias profundas das vias aéreas e dano alveolar. Alguns pacientes podendo ter também cefaleia, hemoptise, diarreia, dispneia e linfocitopenia. Algumas das complicações são síndrome do desconforto respiratório agudo, lesão cardíaca aguda e infecções secundárias. Podemos classificar os pacientes infectados com SARS-CoV-2 em casos assintomáticos, leves e graves. Para o maior número dos pacientes, o período de incubação do vírus é aproximadamente de 7 a 14 dias. Geralmente, SARS-CoV-2 progride e piora com o passar dos dias, sendo assim, a situação clínica de cada paciente torna-se ainda mais grave na segunda semana (ZHANG et al. 2020).

Embora a grande maioria dos pacientes com SARS-CoV-2 sofra de sintomas respiratórios, essa infecção também pode levar a outras manifestações extrapulmonares, como lesão cardíaca, lesão renal aguda, déficits neurológicos, complicações tromboembólicas, bem como ser vítima de coinfeções (CHANG et al. 2021).

3.2 Infecção hospitalar

“A infecção hospitalar (IH) é definida como aquela adquirida após a internação do paciente e que se manifesta durante a internação ou mesmo após a alta quando puder ser relacionada com a internação ou procedimentos hospitalares” (PEREIRA et al. 2005).

A maioria das infecções hospitalares ocorrem devido ao desequilíbrio na relação entre a microbiota humana normal e os e déficit no sistema imunológico do hospedeiro. Isso pode ocorrer devido à própria patologia subjacente do paciente, procedimentos invasivos e alterações na população microbiana, geralmente causadas pelo uso de antibióticos. Os microrganismos mais predominantes nas IH dificilmente estão presentes em outros casos de infecções, apresentam baixa patogenicidade, mas devido, principalmente, da queda de resistência do hospedeiro, o processo infeccioso hospitalar instala-se (PEREIRA et al. 2005).

No desenvolvimento da infecção hospitalar, o hospedeiro é o elo de união com maior importância no curso da cadeia epidemiológica, pois apresenta os principais microrganismos causadores dos processos infecciosos. A maioria das IH apresenta-se nos pacientes com complicações graves, em consequência da hospitalização e da realização principalmente de procedimentos invasivos ou em imunossupressores (PEREIRA et al. 2005).

3.3 A coinfeção entre patógenos hospitalares e COVID-19

Coinfeção é um termo utilizado para designar a ação de dois patógenos infectando o mesmo organismo simultaneamente (CHEN et al. 2020). Nos pacientes infectados com SARS-CoV-2, a coinfeção é um fator importante que não pode ser ignorado. A coinfeção de SARS-CoV-2 com vírus, bactérias e fungos leva ao aumento da dificuldade de diagnóstico, tratamento, prognóstico de SARS-CoV-2 e leva ao aumento dos sinais, sintomas e a mortalidade da doença. Ao mesmo tempo, a coinfeção de microrganismos também pode se tornar uma nova estratégia para o desenvolvimento de novas terapias contra a infecção por SARS-CoV-2 (CHEN et al. 2020).

A coinfeção também pode alterar a homeostase do trato intestinal, portanto, desencadeia a infecção e estimula as células do sistema imunológico a produzir uma inflamação mais grave (GU et al. [2020](#)).

Descobriu-se recentemente que a diversidade bacteriana intestinal de pacientes com SARS-CoV-2 é significativamente reduzida, a abundância relativa de patógenos oportunistas, como: *Streptococcus spp.*, *Rothia spp.*, *Veillonella spp.* e *Actinomyces spp.* significativamente maiores, enquanto o relativo da abundância de simbiontes benéficos, como *Blautia spp.*, *Romboutsia spp.*, *Collinsella spp.* e *Bifidobacterium spp.*, é menor. Enquanto isso, um estudo descritivo realizado por Chen (2020), mostrou que os fungos co-infectados incluem *Aspergillus spp.*, *Candida albicans* e *Candida glabrata* (NETEA et al. 2020).

Por outro lado, Kalantar-Zadeh (2020) defendem a visão de que o ecossistema da microbiota comensal pode tanto regular quanto ser regulado por vírus invasores, facilitando tanto os efeitos estimuladores quanto os supressores. Mais importante ainda, os microrganismos co-infectados também podem ser uma nova estratégia para o desenvolvimento de um novo tratamento da infecção por SARS-CoV-2.

Decorrente à influência do SARS-CoV-2 e de possíveis drogas imunossupressoras, a função imunológica pode ser temporariamente inibida, resultando em tuberculose ativa causada pela reativação ou infecção do *Mycobacterium tuberculosis*. Além disso, é provável que intensifique o curso da doença para a população coinfetada (YANG e LU 2020). Os pacientes com tuberculose infectados por COVID-19 têm maior risco de desenvolver doença grave e podem ficar gravemente enfermos, necessitando de ventilação mecânica. Mesmo com a implementação de intervenções de saúde pública, um estudo observou que poderia haver 11.066 pacientes com tuberculose infectados com SARS-CoV-2 com doença grave. Existem evidências de que 62% dos pacientes graves e 81% dos pacientes que necessitaram de ventilação mecânica morreram nesses casos de coinfeção (MARIMUTHU et al. 2020). Devido aos estudos apresentado, se faz necessário estar atentos ao aumento de curto prazo na epidemia de tuberculose após o fim da pandemia de COVID-19. Isso requer não apenas a prática da prevenção e controle da tuberculose, mas também medidas adequadas para fortalecer a prevenção, o controle e o manejo da tuberculose (YANG e LU 2020).

A aspergilose é uma doença infecciosa oportunista que surge quando o fungo filamentos do gênero *Aspergillus ssp.* entra no organismo humano por meio da inalação de esporos por indivíduos com imunidade reduzida (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2021).

A aspergilose pulmonar invasiva associada a COVID-19 (CAPA, *Covid-Associated Pulmonary Aspergilosis*), é uma síndrome recentemente descrita que afeta pacientes com

COVID-19 com síndrome do desconforto respiratório agudo (SDRA), que requerem internação em cuidados intensivos (MOHAMED et al. 2020).

A aspergilose pulmonar associada à influenza (IAPA, *Influenza-Associated Pulmonary Aspergillosis*) apresenta um risco conhecido para pacientes criticamente indispostos com influenza e o curso clínico de COVID-19 mostra muitas características que são compartilhadas com a infecção grave por influenza. Estes incluem Síndrome da Doença Respiratória Aguda, linfopenia, infiltrados pulmonares bilaterais, respostas sistêmicas de citocinas pró-inflamatórias e sepse levando à falência de múltiplos órgãos. Portanto, é razoável suspeitar que os pacientes com COVID-19 grave podem ser igualmente suscetíveis à aspergilose invasiva. O uso de corticosteroides é um importante fator de risco imunológico adquirido para IAPA e, durante a epidemia de SARS-CoV em 2003, houve relatos de casos de pacientes que desenvolveram aspergilose invasiva associada à SARS após o uso de corticosteroides. O uso de corticosteroides foi relatado em pacientes hospitalizados com COVID-19 e pode contribuir ainda mais para o risco de CAPA (ARMSTRONG et al. 2020).

4 CONCLUSÕES

A partir do levantamento realizado podemos concluir que os micro-organismos, *Mycobacterium tuberculosis* e *Aspergillus fumigatus*, estão correlacionados com casos os principais casos de coinfeção relatados na literatura, além da relação com a síndrome gripal produzida por influenza. Para evitar a coinfeção o passo mais importante é prevenir e controlar a infecção em ambiente hospitalar e o contato com o vírus em questão. Provavelmente, a infecção por SARS-CoV-2 ainda continuará sendo uma doença infecciosa endêmica e um nível de imunidade mais alto pode ser necessário devido às variantes do vírus. Portanto, intervenções não farmacêuticas, como distanciamento social, uso de máscara e investigação epidemiológica devem ser mantidas, para evitar assim um primeiro contato com o vírus SARS-CoV-2 e posteriores infecções hospitalares correlacionadas em casos de internação.

REFERÊNCIAS

CHEN, X. LIAO, B. CHENG, L. PENG, X. XU, X. LI, Y. HU, T. LI, J. ZHOU, X. REN, B. The microbial coinfection in COVID-19. **Applied Microbiology and Biotechnology**. Germany, august/2020.

GAVRIATOPOULOU, M. NTANASIS-STATHOPOULOS, I. KOROMPOKI, E. FOTIOU, M. M. TZANNINIS I. PSALTOPOULOU, T. KASTRITIS, TERPOS, E. DIMOPOULOS, A. M.

Emerging treatment strategies for COVID-19 infection. **Clinical and Experimental Medicine**. Grécia, october/2020.

LAI, C. YU, W. COVID-19 associated with pulmonary aspergillosis: A literature review. **Journal of Microbiology, Immunology and Infection**. Taiwan, 54:46-53, february/2021.

MARIMATHU, Y. NAGAPPA, B. SHARMA, N. BASU, S. CHOPRA, K. K. COVID-19 and tuberculosis: A mathematical model based forecasting in Delhi, **India**. **Indian Journal of Tuberculosis**. Índia, mai/2020.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Arpergilose**. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/a/aspergilose>. Acesso em: 05 set.2021.

MOHAMED, A. ROGERS, T. R. TALENTO, A. F. COVID-19 Associated Invasive Pulmonary Aspergillosis: Diagnostic and Therapeutic Challenges. **Journal of Fungi**. Ireland, 6:115, july/2020.

PATEL, K. P. VUNNAM, S. R. PATEL, P. A. KRILL, K. L. KORBITZ, P. M. GALLAGHER, J. P. SUH, J. E. VUNNAM, R. R. Transmission of SARS-CoV-2: an update of current literature. **European Journal of Clinical Microbiology & Infectious Diseases**, Germany, mai/jun2020.

PEREIRA, M. S. SOUZA, A. C. S. TIPPLE, A. F. V. PRADO, M. A. A Infecção Hospitalar e suas Implicações para o cuidar da Enfermagem. **Revista Texto Contexto Enfermagem**. Goiás, 14(2):250, jun/2005.

SILVA, CARLOS. A Covid-19 aumenta o risco de infecções hospitalares. **PEBMED**, 2021. Disponível em: <https://pebmed.com.br/a-covid-19-aumenta-o-risco-de-infeccoes-hospitalares/>. Acesso em: 05 set. 2021.

UMAKANTHAN, S. SAHU, P. RANADE, A. V. BUKELO, M. M. RAO, J. S. ABRAHAM-MACHADO, L. F. A. DAHAL, S. KUMAR, H. KV, D. Origin, transmission, diagnosis and management of coronavirus disease 2019 (COVID-19). **Postgrad Med J**. 96:753–758, jun/2020.

YANG, H. LU, S. COVID-19 and tuberculosis. **Journal of Translational Internal Medicine**. Shanghai, 8: 59-65, jun/2020.

YANG, L. LIU, S. LIU, J. ZHANG, Z. WAN, X. HUANG, B. CHEN, Y. ZHANG, Y. COVID-19: immunopathogenesis and Immunotherapeutics. **Signal Transduction and Targeted Therapy**. Philadelphia, 5:128, july/2020.

ZHANG, X. HUANG H. ZHUANG D. NASSER, M. I. YANG M. ZHU, P. ZHAO, M. Biological, clinical and epidemiological features of COVID-19, SARS and MERS and AutoDock simulation of ACE2. **Infectious Diseases of Poverty**, Hunan, 9:99, july/2020.

LEVAMENTO DE MORTES POR INFECÇÃO RESPIRATÓRIA NO PERÍODO PRÉ-COVID-19 NO BRASIL

Bruna Muntú da Silva, Thiago de Souza Candido
e-mail: thiago.s.candido@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

As estatísticas de mortalidade têm a sua origem nos relatos informados por médicos na Declaração de Óbito (DO). Todos os itens apresentados na declaração apresentam grande importância, dentre eles podemos destacar as causas de morte, pois atribui grande significado preventivo nos estudos que podem ser realizados através da sua análise (SANTO, 2006 [a]). Tendo em vista tal importância, podemos conceituar a causa da morte, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), como “(a) doença ou lesão que iniciou a cadeia de acontecimentos patológicos que conduziram diretamente à morte, ou (b) as circunstâncias do acidente ou violência que produziram a lesão fatal” e designada “causa básica da morte”.

Para orientar a observação da causa básica da morte, deve-se lançar mão da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID), essa orienta a identificação da causa básica de morte (SANTO 2006 [a]).

O impacto das Doenças do Trato Respiratório (DTR) sobre morbidades e mortalidade, tem sido verificado e pode ser medido de várias maneiras, como o aumento dos casos de internação devido a estas causas ou através das suas taxas de morte por geolocalização (SANTO 2003). Tais doenças respiratórias possuem uma posição de destaque no Brasil, cujas taxas de mortalidade possibilitam comparações geográficas entre países e permitem avaliações úteis para o planejamento de intervenções em termos de saúde pública (SANTO, 2006 [b]).

A pneumonia pode ser classificada como uma infecção aguda dos pulmões, que apresenta sinais e sintomas respiratórios característicos, como tosse, respiração curta e rápida, produção de secreção e dores no peito, o desfecho de acordo com o estado clínico do paciente pode ser a morte. A pneumonia bacteriana e viral e a gripe por influenza, unidas, são consideradas a sexta maior causa de morte nos Estados Unidos e na maioria dos países em desenvolvimento (AMARAL, et al. 2009).

A situação pandêmica com o surgimento da síndrome respiratória aguda grave por coronavírus 2 (SARSCoV-2) vinda China colocou vidas humanas em perigo. A doença por

coronavírus 2019 (COVID-19) é apresentada com sintomas semelhantes aos de pneumonia assintomáticos, leves ou graves, levando ao possível aumento da mortalidade por causa pneumônica após o período pandêmico (EJAZ, et al. 2020).

Este trabalho teve como objetivo desenvolver um levantamento estatístico dos anos do período pré-pandêmico (2016, 2017, 2018 e 2019), a partir do Sistema de Informação de Mortes, utilizando dados sobre mortes por infecções nas vias respiratórias inferiores e pneumonia no Brasil. Desta forma é possível dar subsídio informacional para melhorias de políticas públicas voltadas ao tema no período pós-pandemia, possibilitando uma análise comparativa entre os períodos a posteriori.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Foi realizado um estudo descritivo com dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), gerenciado pela Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde (SVS/MS), e alimentado pelas declarações de óbito (DO). Os dados referem-se ao período de 2016 a 2019 (último ano disponibilizado), os mesmos foram selecionados por região do Brasil e os respectivos anos. Os filtros utilizados para selecionar o tipo de morte foram: pneumonia (074) e outras infecções agudas das vias aéreas inferiores (075), somado à influenza -gripe- (073), de acordo com a 10ª versão do Código Internacional de Doença (CID-10). Após a obtenção do número absoluto das mortes supracitadas, separadas por regiões e causas, os dados foram compilados e organizados utilizando o software Excel. Os dados brutos populacionais dos residentes das regiões nos anos de 2016, 2017, 20018 e 2019 foram obtidos na base de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE para a realização de cálculos estatísticos segundo o número de habitantes. Para se obter a taxa de morte a cada 100 mil habitantes das respectivas causas foi utilizado o software Excel com a seguinte fórmula:

$$\text{Taxa de morte por } 100.000 \text{ habitantes} = \frac{\text{número de mortes}}{\text{número de habitantes}} \times 100.000$$

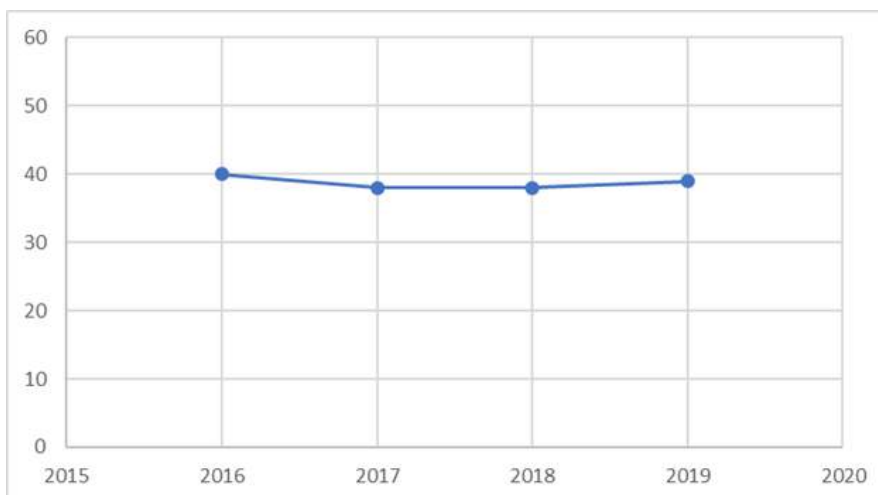
Tais cálculos são recomendados pelo Ministério da Saúde (DATA-SUS), para a averiguação da taxa de mortalidade específica por causas selecionadas, assim foram obtidos os números de mortes a cada 100.000 habitantes para cada parâmetro analisado (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2021).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Taxa de morte por pneumonia (074) no Brasil

A pneumonia é uma das principais causas de morte nos EUA e nos países em desenvolvimento (AMARAL, et al. 2009). A Figura 1 mostra a evolução das taxas de morte por pneumonia no Brasil entre os anos de 2016 e 2019. Podemos observar que ao longo do período foi apresentada pouca variação da taxa a nível nacional, sendo 2016 (40), 2017 (38), 2018 (38) e 2019 (39), porém ela se manteve em patamares altos, sendo uma das principais causas de morte no período analisado (Figura 1).

Figura 1. Taxa de morte por pneumonia a cada 100.000 habitantes no período de 2016 a 2019 no Brasil.



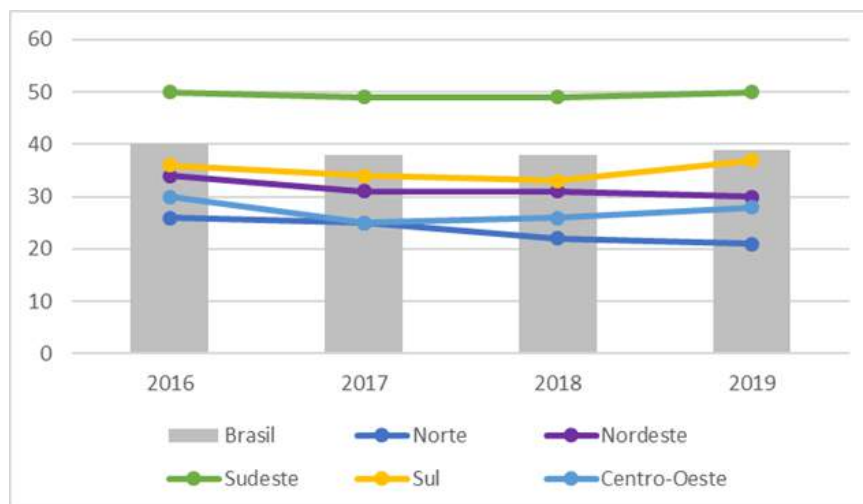
Fonte: próprio autor

3.2 Taxa de morte por pneumonia (074) nas regiões do Brasil

A partir da compilação dos dados nacionais foi possível estimar as taxas regionais levando em consideração as características continentais do Brasil. Podemos analisar na Figura 2 as barras em cinza, representando os dados à nível nacional como parâmetro comparativo e as linhas em cores representando as regiões de acordo com a legenda. Nos anos analisados as taxas de morte do Brasil estiveram sempre próximas de 40 (item 3. 1.). De acordo com a análise comparativa à nível nacional, a região Norte apresentou os menores índices de taxa de morte para pneumonia, sendo respectivamente em 2016 (26), 2017 (25), 2018 (22) e 2019 (21). A região Centro-Oeste também apresentou níveis abaixo

de 30 para as taxas de morte estudadas, sendo 2016 (30), 2017 (25), 2018 (26) e 2019 (28). Estando em segundo lugar em relação ao nível nacional. Acima do patamar de 30, podemos observar a região Nordeste e Sul, sendo a primeira com as taxas de 2016 (34), 2017 (31), 2018 (31) e 2019 (30), apresentando uma tendência ao declínio, e a segunda 2016 (36), 2017 (34), 2018 (33) e 2019 (37). Dentre as regiões analisadas, podemos destacar a região Sudeste, pois ela foi a única que apresentou patamares acima do nível nacional, sendo 2016 (50), 2017 (49), 2018 (49) e 2019 (50) (Figura 2). Possivelmente isto deve-se ao fato da região apresentar a maior concentração populacional da nação e, especialmente no estado de São Paulo, apresentar a maior metrópole da América Latina, com altos índices de poluição, favorecendo a propagação de agentes externos causadores de pneumonia.

Figura 2. Taxa de morte por pneumonia a cada 100.000 habitantes no período de 2016 a 2019 nas regiões do Brasil.



Fonte: próprio autor

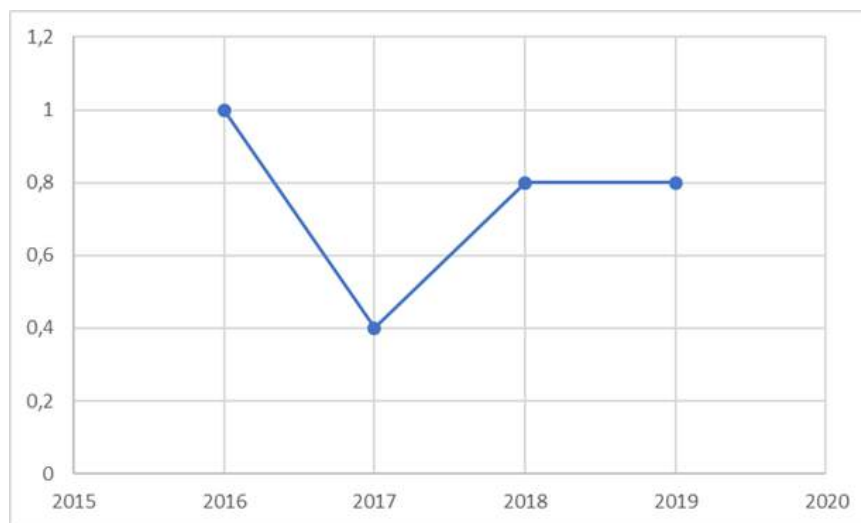
3.3 Taxa de morte por outras infecções agudas das vias aéreas inferiores (075), somado à influenza -gripe- (073) no Brasil

A Figura 3 mostra a evolução das taxas de morte por outras infecções agudas das vias aéreas inferiores (075), somado à influenza -gripe- (073) no Brasil entre os anos de 2016 e 2019. Estas taxas de morte apresentaram-se inferiores às mortes por pneumonia. À nível nacional as taxas foram: 2016 (1), 2017 (0,4), 2018 (0,8) e 2019 (0,8), se mantendo em baixos patamares nos períodos analisados.

Analisando o gráfico, podemos concluir em 2017, na somatória das duas causas, houve uma queda nas taxas de morte, porém nos meses subsequentes houve um novo

aumento para 0,8 a nível nacional. As baixas taxas para essas causas estão relacionadas com processo vacinal anual para influenza desenvolvido pelo Ministério da Saúde e também, a presença de causas raras de infecção das vias aéreas inferiores no território nacional.

Figura 3. Taxa de morte por outras infecções agudas das vias aéreas inferiores (075), somado à influenza -gripe- (073) a cada 100.000 habitantes no período de 2016 a 2019 no Brasil.



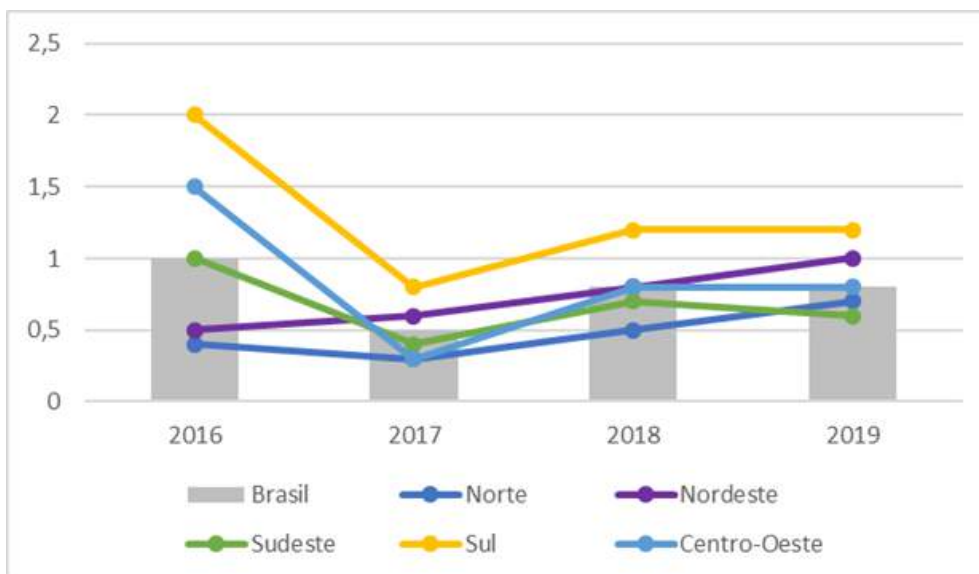
Fonte: próprio autor

3.4 Taxa de morte por outras infecções agudas das vias aéreas inferiores (075), somado à influenza -gripe- (073) nas regiões do Brasil

Assim como para pneumonia, as taxas de morte por outras infecções agudas das vias aéreas inferiores (075), somado à influenza -gripe- (073) foram estimadas para as regiões do Brasil. Inicialmente, para o desenvolvimento da Figura 4, as taxas de mortes nacionais para estas causas foram consideradas como parâmetro comparativo (barras em cinza). Assim como para pneumonia, a região Norte apresentou os menores índices para essas causas analisadas, sendo 2016 (0,4), 2017 (0,3), 2018 (0,5) e 2019 (0,7), apresentando patamares sempre abaixo dos índices nacionais, assim como a região sudeste: 2016 (1,0), 2017 (0,4), 2018 (0,7) e 2019 (0,6). Já a região Centro-Oeste apresentou uma alta taxa em 2016 (1,5), acima do nível nacional, seguido de taxas dentro dos índices esperados, seguindo o índice nacional: 2017 (0,3), 2018 (0,8) e 2019 (0,8). A região Nordeste apresentou uma tendência de aumento consecutivo nos analisados, podendo ser confirmada com a análise futura dos anos seguintes: 2016 (0,5), 2017 (0,6), 2018 (0,8) e 2019 (1,0), estando acima das taxas a nível nacional nos anos de 2017 e 2019.

Para esta análise podemos dar destaque para a região Sul do Brasil, pois todas as taxas estão acima dos níveis nacionais: 2016 (2,0), 2017 (0,8), 2018 (1,2) e 2019 (1,2), este fato pode estar relacionado por ser a região mais fria do país, nesta condição há a tendência de permanecer em ambientes fechados, favorecendo a transmissão aérea de patologias respiratória, especialmente a influenza.

Figura 4. Taxa de morte por outras infecções agudas das vias aéreas inferiores (075), somado à influenza -gripe- (073) a cada 100.000 habitantes no período de 2016 a 2019 nas regiões do Brasil.



Fonte: próprio autor

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no estudo apresentado podemos concluir que a causa de morte por pneumonia foi uma das principais no período pré-pandemia no Brasil, assim, com a chegada do período pandêmico há uma tendência ao agravamento deste quadro. Através de estudos futuros poderemos concluir tal tendência. Desta forma, o estudo apresentado poderá auxiliar o entendimento do impacto da pandemia de COVID-19 à nível nacional a partir dos estudos comparativos. Com menor grau de impacto, outras infecções das vias aéreas inferiores e influenza é uma causa morte significativa à nível nacional, especialmente em regiões mais frias. No futuro, devido à pandemia de COVID-19, esta causa morte pode ter significativo aumento, pois podem ocorrer coinfeção entre vários agentes e a COVID-19, em âmbito hospitalar ou comunitário.

REFERÊNCIAS

AMARAL, S. M.; CORTÊS, A. Q.; PIRES, F. R.; Pneumonia nosocomial: importância do microambiente oral. **J. Bras. Pneumol.** vol. 35, n.11. P.1116-1124, 2009.

EJAZ, H.; ALSRHANI, A.; ZAFAR, A.; JAVED, H.; JUNAID, K.; ABDALLA, A., E.; ABOSALIF, K. O. A.; AHMED, Z.; YOUNAS, S. COVID-19 and comorbidities: Deleterious impact on infected patients. **Journal of Infection and Public Health.** v.13, p. 1833–1839, 2020.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Coefficiente de mortalidade específica por causas selecionadas.** 2021. Disponível em:

<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/idb1997/mort/fqc09.htm> Acesso em 11 mai. 2021.

SANTO, A. H. Causas múltiplas de morte relacionadas à tuberculose no Estado do Rio de Janeiro entre 1999 e 2001. **J. Bras. Pneumol.**, v. 32, p. 544-552, 2006 [b].

SANTO, A. H. Mortalidade relacionada à asma, Brasil, 2000: um estudo usando causas múltiplas de morte. **Cad. Saúde Pública**, v. 22, p. 41-52, 2006 [a].

SANTO, A. H; PINHEIRO, C. E; JORDANI, M.S. Causas múltiplas de morte relacionadas à tuberculose no Estado de São Paulo, 1998. **Rev. Saúde Pública**, v. 37, p. 714-721, 2003.

LUZ, CÂMERA E CÉREBRO – O CINEMA COMO ESPELHO DA PSICOLOGIA HUMANA

Ariane Baggio, Estevão Ferraz de Camargo, Bianca Callegari, e-mail:

estevaoferraz@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho propõe uma busca pelas intersecções entre conteúdo e intencionalidade do que é visto atualmente na indústria cinematográfica e televisiva (cinema, séries, plataformas digitais, etc.) e seu espectador (nós, as pessoas, os seres humanos), no que concernem os temas considerados “psicológicos”. Estaríamos diante de um período onde crescem as produções carregadas de temas que refletem a saúde mental da população, de modo geral?

Essa forma de entretenimento pelas telas como conhecemos hoje vai muito além de 1895, quando os irmãos Auguste e Louis Lumière realizaram a primeira exibição pública cinematográfica. Esse evento é considerado por muitos como o marco inicial do que conhecemos como “história do cinema”, no entanto, a possibilidade de criação do cinema foi resultado do esforço de vários inventores que trabalharam para conseguir registrar imagens em movimento (THEBAS, 2018). A tentativa de entreter o ser humano por projeções, que podemos considerar o primeiro embrião do cinema enquanto representação da realidade, data por volta de 5.000 a.C., na China, com o “Teatro das Sombras”, naquele que pode ser chamado do período pré-cinema. Trata-se de uma arte muito antiga de contar histórias e entreter com bonecos de sombra. A prática consiste na projeção de sombras, em paredes ou telas de linho, de figuras humanas, animais ou recortes de objetos e cenários. Sua temática, contada por um narrador, ainda hoje é uma forma popular de entretenimento tanto para crianças quanto para adultos em muitos países ao redor do mundo (THEBAS, 2018). Contudo, de volta aos irmãos Lumière, a identificação do público com essa “arte” se nota quando a exibição de “La Sortie de l’usine Lumière à Lyon” (A saída da Fábrica Lumière em Lyon), em 22 de março de 1895, no Grand Café Paris, para uma pequena plateia. Os filmes representavam cenas cotidianas e cativavam cada vez mais públicos fascinados com a tecnologia “moderna” (THEBAS, 2018). Anos depois, nessa mesma linha de pensamento, buscando essa relação de identificação, foi possível enxergar mais claramente o cinema e as produções como recurso simbólico (de acordo com a psicanálise), entendendo-os como “um sistema de representação baseado na linguagem,

isto é, em signos e significações que determinam o sujeito à sua revelia" (ROUDINESCO; PLON, 1998c, p. 714). Nesse contexto, o cinema é compreendido como a “cinderela das artes” (RIVERA, 2011.), como cunhou Lou Andres-Salomé, psicanalista e amiga de Freud, em 1913, reforçando que as artes surgiram como exemplo ilustrativo de um universo balizado pelo simbólico.

A criação dos irmãos Lumière data do mesmo período em que foi lançada a obra que marcaria a fundação da Psicanálise de Sigmund Freud, “A Interpretação dos Sonhos”. O cinema ampliava a intensidade do mundo dos objetos com os quais tomamos contato, dando densidade à percepção e experiência, sendo capaz de provocar desordens como mistura de loucura e lucidez, reflexão e delírio, além de tramas na imaginação e no delírio sobre o vínculo entre todas as coisas. Nesse sentido, é possível aproximar o cinema da noção de Nietzsche (2001) de suspensão da consciência, de provocar uma pausa na razão (PERRONE; ENGELMAN, 2008). Assim, como sustenta Rivera (2008), o homem não é cinematográfico ao acaso, mas o é porque através dela entende a realidade ao coloca-la a partir do espectro da fantasia. Quem nunca compreendeu melhor uma questão pessoal depois de assistir a alguma cena ou situação específica em um filme ou seriado, por exemplo?

No momento em que este trabalho é produzido, em 2021, uma rápida busca pela internet através do Google por “aumento filmes séries psicologia”, resultará num aglomerado de indicações de filmes, seriados e documentários exclusivamente voltados à temática psicológica, com personagens com transtornos mentais, casos de *serial killers*, questões cotidianas, etc., além de materiais para um melhor entendimento da relação do homem com a violência encontrada nessas películas, por exemplo. Em seu início, relacionava-se o cinema com a produção de subjetividade, estabelecendo relações transversais entre corpo, tecnologia e certa exploração da loucura, como uma modulação da produção do sujeito. Atualmente, vale questionar se o cinema não tem sido um dispositivo das instituições de si no momento em que a loucura e a doença desfizeram seus laços (PERRONE; ENGLEMAN, 2008; MANO; CORSO; WEINMANN, 2018).

Em suma, podemos reduzir a essência da intenção deste trabalho com a ideia de que:

o cinema é uma epiderme da realidade, a pele humana das coisas: não é que o cinema deva renunciar a toda psicologia; muito pelo contrário, seu princípio é dar a essa psicologia uma forma mais viva e ativa, sem estes vínculos que tentam mostrar as motivações de nossos atos sob uma luz totalmente estúpida, ao invés de exibi-los em sua barbárie original e profunda” (ARTAUD, 2004, p. 160).

Agora distantes de sermos rotulados como doentes, estaríamos mais abertos a uma identificação com temas mais densos e ligados aos nossos estados mentais? Indo além, estão nos ofertando mais conteúdos psicológicos (nesse sentido cinematográfico) graças a uma demanda crescente por mais compreensão acerca de nossa saúde mental? São questionamentos que indiretamente fazem parte da presente pesquisa e que tentamos elucidar.

2 MÉTODO

Trata-se de uma revisão bibliográfica acerca do tema proposto. Para tanto, recorreu-se à busca de periódicos indexados às bases de dados Periódicos Capes, SciELO, Pepsic e Google Acadêmico, utilizando como palavras-chave para pesquisa “psicologia” e “cinema”, sendo que a palavra “psicologia” tinha que estar presente no título dos artigos pesquisados, e a palavra “cinema” poderia aparecer ao longo da pesquisa. Além do mais, foram buscadas pesquisas dentro do período de 2015 a 2020 e somente obras brasileiras. A partir disso, partindo das palavras-chave utilizadas, foram encontrados 127 artigos; excluindo obras repetidas, em línguas que não fossem brasileiras e que não eram pesquisas bibliográficas, seis (6) artigos foram selecionados por abordar o tema sobre o cinema como reflexo da psicologia humana, sendo estes foram utilizados para o presente estudo.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Diante dos 6 artigos que foram analisados, 3 (50%) foram abordados a partir da perspectiva da Psicologia Positiva e todos foram feitos por Ivan Fortunato e Gisele Maria Schwartz. Dos outros 3 trabalhos, 2 (33%) tinham como base a Psicanálise e 1 artigo (17%) foi voltado para um cine-debate.

Em vista disso, os artigos selecionados trouxeram pontos de vista diferentes para a temática e questões apresentadas, podendo ser considerados complementares. De um lado, a visão Psicanalítica, estruturando as produções em tela com relação ao simbólico do sujeito, do outro, colocações pelo entendimento da Psicologia Positiva, com foco nos comportamentos mutáveis do ser humano, trabalhando o processo de resiliência do espectador, através da identificação com personagens e situações.

A partir do questionamento levantado por este trabalho sobre se há uma relação entre uma possível sociedade doente psicologicamente com a indústria cinematográfica, pois esta aumentou a gama de personagens em filmes e series que possuem algum tipo de doença mental, como depressão, ansiedade e, até mesmo, os transtornos, foram encontradas algumas relações sobre a mente humana e o cinema.

Em sua pesquisa, Teodoro et al. (2021) considerou que Sigmund Freud entendia as dificuldades na compreensão da Psicanálise fora dos institutos específicos, não relacionadas ao aspecto intelectual, mas sim afetivo, pois “onde falta simpatia, a compreensão não virá facilmente” (FREUD, 1917/1996, p. 145 *apud* TEODORO et al. 2021). Desta maneira, para além da psicopatologia descritiva, a Psicanálise “contribuiria muito para moldar uma ligação mais estreita entre a ciência médica e os ramos do saber que se encontram dentro da esfera da filosofia e das artes” (FREUD, 1917/1996, p. 187 *apud* TEODORO et al. 2021). Mais de um século depois, pode-se dizer que a estrutura acerca das bases de conexão entre sujeito e cinema permanece a mesma. Em *Estruturas elementares de parentesco*, Lévi-Strauss, propôs o inconsciente como função simbólica, tendo na linguagem seu elemento essencial. “É o simbólico que possibilita a troca no interior dos grupos sociais” (LACAN, 1953/1998). Assim, atualmente é possível compreender as produções fílmicas “em seu aspecto mítico, como narrativas coletivas que significam e articulam o desamparo sob a consigna da ficção” (DUNKER; RODRIGUES; 2015, p. 15). Para mais fácil compreensão, significa analisar os filmes como mitos e interpretá-los como sonhos. Dessa maneira, fica fácil compreender as razões pelas quais se costuma ter identificação com produções cinematográficas, sejam elas filmes ou seriados. Em suma, o sujeito acaba se ligando a determinada obra por uma espécie de inconsciente coletivo.

Ao passo que a base psicanalítica fundamenta o entendimento dessa ligação entre psique e película, a Psicologia Positiva traz uma visão mais relacionada às possibilidades de resiliência do ser humano, ou seja, tem mais foco nos resultados que essas peças são capazes de causar. Dessa forma, a resiliência compreende o cinema “como um repositório para o desenvolvimento humano que ajuda a elucidar a metafórica vida-trilha” (FORTUNATO; SCHWARTZ, 2019a). Com isso, espera-se que filmes considerados exemplos para a Psicologia Positiva inspirem, pelos processos de resiliência de seus personagens, uma busca por novas maneiras de enfrentamento às adversidades da vida, “e que seja possível compreender o cinema como uma janela para novos possíveis caminhos; quiçá mais positivos” (FORTUNATO; SCHWARTZ, 2019b). Por outro lado, e consequentemente, as películas acabam tendo importância no aspecto cultural e

educacional. Muitas vezes, o cinema se torna fonte majoritária de questionamentos para fins de conscientização, como o debate sobre questões de gênero, sexualidade, étnicas, políticas e sociais (LARRUSCAIN, OLIVEIRA, 2011), trazendo a possibilidade de fazer-nos viver, mesmo que temporariamente, a cultura do outro, aproximando experiência e dando-nos diversas alternativas de intervenção. Indo além, discussões em grupo acerca de temas como o racismo (como exposto no cine-debate aqui referenciado) vêm para clarear quão vago, ou até mesmo inexistente, é o entendimento das funções de um psicólogo em relação à sociedade. A visão engessada de uma posição estritamente clínica se sobrepõe as infinitas possibilidades de intervenção voltadas ao coletivo, deixando outro alerta de que é preciso reforçar a atenção para uma elucidação quanto à atuação do profissional de psicologia (FORTUNATO; SCHWARTZ, 2019c).

Desse modo, acerca dos resultados dispostos, observou-se que as produções em tela podem, de fato, ser consideradas como uma espécie de extensão ou complemento do ser. Somos reflexo da sétima arte e vice-versa, como apresentado desde os primeiros conceitos sobre projeção de imagens para entreter, até discussões culturais envolvendo películas, passando por todas as abordagens descritas em todos os artigos. Em maior ou menor grau, a psique humana se conecta com filmes e séries por uma série de razões aqui apresentadas. No entanto, ainda que se considere o presente momento turbulento, não se faz possível, com essa coleta primária de dados, medir ou certificar-se sobre um real aumento (ou não) das produções fílmicas que estejam intencionalmente relacionados a temas ligados a saúde mental.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa trouxe resultados evidentes de que a mente humana possui uma relação com o cinema, algumas vezes de forma direta e outras de forma mais subentendida, sendo assim, pode-se dizer que há uma ligação entre eles. Contudo, o estudo não foi capaz de responder quanto à relação do aumento de temas psicológicos em filmes e séries com o aumento de doenças mentais na sociedade atual. O que dá para sacramentar como existente é essa relação psique humana-cinema, mas não a tríplice psique humana-sociedade-cinema (incluindo filmes e séries).

Por fim, entende-se que mais estudos, com direcionamento específico, são bem vindos, também para que mais intervenções possam ser feitas, no que diz respeito à atuação do profissional de psicologia como personagem social no enfrentamento as questões de saúde mental. Compreender se, de fato, as películas estão cada vez mais

refletindo o estado mental da população, pode significar o entendimento de um grito subjetivo em busca de socorro.

REFERÊNCIAS

ARTAUD, A. **Linguagem e vida**. São Paulo, SP: Perspectiva. 2004.

DUNKER, C., RODRIGUES, A. **Cinema e psicanálise: a criação do desejo**. São Paulo, SP: Nversos. 2015.

FORTUNATO, I.; SCHWARTZ, G. Cinema, psicologia positiva e a resiliência do corpo: superar para a felicidade. **Psicologia em Estudo**, v. 24, 2019a. Disponível em: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/PsicolEstud/article/view/42384/>>. Acesso em: 10 ago. 2021.

FORTUNATO, I.; SCHWARTZ, G. **Psicologia Positiva, cinema e a resiliência de si: libertar-se do próprio eu**. *Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais*, v. 14, n. 2, p. 1-17, 2019b. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S18098908201900020013&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt/>. Acesso em: 10 ago. 2021.

FORTUNATO, I.; SCHWARTZ, G. Cinema, Psicologia Positiva e resiliência: uma revisão sistemática. **Interfaces Científicas-Humanas e Sociais**, v. 8, n. 2, p. 83-98, 2019c. Disponível em: <<https://periodicos.set.edu.br/humanas/article/view/6859/>>. Acesso em: 10 ago. 2021.

LACAN, J. **Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise**. 1998. In *Escritos* (pp. 238-324). Rio de Janeiro, RJ: Zahar. (Trabalho original publicado em 1953)

LARRUSCAIN, I. O. S.; OLIVEIRA, M. A. F. **O cinema como ferramenta de auxílio no processo ensino-aprendizagem?** Trabalho de Conclusão de Curso - Curso de Mídias em Educação. 2011.

MANO, G.; CORSO, M.; WEINMANN, A de O. Psicanálise e cultura pop: os mitos no contemporâneo. **Psicologia USP**, v. 29, p. 78-86, 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pusp/a/xHvhVQNxDN3Z65rMkbbkJqrm/?lang=pt&format=htm/>>. Acesso em: 10 ago. 2021.

NIETZSCHE. **A Gaia Ciência**. São Paulo, SP: Companhia das Letras. 2001.

PERRONE, C.; ENGELMAN, S. Novo cinema, nova loucura?. **Psicologia & sociedade**, v. 20, n. 1, p. 102-107, 2008.

RIVERA, T. **Cinema, imagem e psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2008.

ROUDINESCO, E., PLON, M. Simbólico. *Dicionário de psicanálise* (pp. 714-715). Rio de Janeiro, RJ: Zahar. 1998.

TEODORO, E. et al. Psicanálise e cinema: aplicação da análise fílmica para a aprendizagem do conceito de inconsciente. **Psicologia USP**, v. 32, 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pusp/a/tNB6JcfkbZJYDK9Y8gL7GXm/>>. Acesso em: 10 ago. 2021.

THEBAS, I.. **A Origem do Cinema**. Instituto de Cinema. São Paulo., 2018. Disponível em: <<https://institutodecinema.com.br/mais/conteudo/a-origem-do-cinema/>>. Acesso em: 25 maio 2021.

MATERNIDADE REAL: PERDA E SOFRIMENTO DE MÃES DE ANJOS

Letícia Maria Cocio, Orientadora Shaday Mastrangelo Prudenciatti Ikehara.
E-mail: leticiacocio_letc@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A maternidade, por volta do século XVII, consistia em uma atividade estritamente ligada à mulher com pouca valorização social. A função feminina era direcionada para a devoção ao lar e cuidado com os filhos a fim de promover o bem-estar da família. Além disso, as condições femininas foram naturalizadas enquanto maternidade, no que diz respeito ao determinismo biológico, ou seja, a construção de identidade da mulher, era baseada em suas condições a partir do casamento e da maternidade, sendo segregada das atividades sociais, civis e políticas (MACHADO; PENNA; CALEIRO, 2019).

Por meio das construções sociais a respeito dos papéis e condições do corpo da mulher, as reflexões acerca do feminismo e da maternidade sofreram com a pressão social. No entanto, na sociedade contemporânea, conquistas foram alcançadas em todos os campos da vida, a evolução e inserção da mulher na sociedade ganhou força também perante a escolha da maternidade, a partir dos movimentos feministas que discutem a respeito da singularidade e decisão de cada mulher frente ao seu corpo, papéis na comunidade e conseqüentemente a maternidade (CÉSAR; LOURES; ANDRADE, 2019).

Com as mudanças históricas e a desconstrução dos papéis da mulher, a maternidade passou a ser uma escolha, surgindo assim, novas formas de manifestações femininas. Entretanto, a ideia de uma maternidade naturalizada ainda se faz presente na vida de muitas, porém, quando esta se torna uma escolha propriamente dita, tem-se não apenas o determinismo biológico, mas também uma transformação por livre escolha (MACHADO; PENNA; CALEIRO, 2019).

Essas transformações ocorridas na vida da mulher após maternidade são representadas por todo o processo de adaptação e preparo para a chegada do bebê. A gestação marca um momento único em suas vidas, envolvendo alterações biológicas, psicológicas e sociais (ANDRADE; SANTOS; DUARTE, 2019).

Atualmente, a maternidade ainda é vista como um momento de plenitude da mulher, o ser mãe, como um instinto coberto de amor incondicional, excluindo possibilidades de frustração, sentimentos ambivalentes e sofrimento, gerando conflitos entre a realidade vivida e a apresentação social da maternidade. A plenitude da relação mãe-bebê,

amamentação espontânea, facilmente administrada e sem dor, atende a perfeição da feminilidade, mas não demonstra a realidade materna com desafios e conflitos (PESCE; LOPES, 2020).

Dentre os fatores relacionados aos óbitos neonatais, a qualidade da assistência do pré-natal durante o período gestacional, parto e cuidado com o recém-nascidos, demonstra falhas nos respectivos setores de atenção e organização da rede de saúde, evidenciando ainda, a associação com as condições de vida e saúde materno-infantil, aspectos econômicos, acesso ao serviço de saúde e condições biológicas, como idade gestacional, peso, entre outros (DEMITTO et al., 2017).

Através de uma intervenção especializada e de qualidade ainda no período pré-natal, muitos óbitos neonatais poderiam ser evitados, as complicações de uma gestação apresentam altas taxas de mortalidade, número esse que corresponde a gravidez, parto e puerpério (BARATIERI; NATAL, 2019).

A notícia da perda de um bebê desorienta o casal que estava a sua espera, ocasionando dificuldades quanto a elaboração do luto neste momento. O sonho interrompido e a maternidade romantizada perdida gera sentimentos como de negação tornando o evento algo pouco reconhecido e conseqüentemente sem validação social, pois o luto é desconcertante, principalmente, quando foge a ordem natural (MUZA et al., 2013).

O nascimento de um bebê é acompanhado de alterações fisiológicas e psicológicas que exigem da mulher adaptação e transformação, tanto de sua rotina quanto a identidade (SOUZA; ACÁCIO, 2019). O luto neste período de vulnerabilidade impacta o entendimento feminino sobre a situação, sendo acompanhado por sentimentos como de desprezo, revolta, decepção, culpa, entre outros, ferindo a autoestima e a capacidade de maternagem. Com essas sensações, a mulher percebe-se como “mãe morta” ao perder seu bebê e é por tamanha fragilidade que esta necessita de atenção e rede apoio para expressar sua dor (MUZA et al., 2013).

A morte revela grandes conflitos internos para os pais, familiares e equipe profissional, produzindo dificuldade na elaboração do luto e incompreensão da realidade. Os profissionais da saúde apresentam, muitas vezes, em sua ação e reação, um despreparo ao abordar a mãe no momento da perda, sendo então, de extrema importância, a realização de capacitações voltados à atuação humanizada e, a presença de profissionais da Psicologia para lidar com tais situações (MUZA et al., 2013).

Nesse contexto, cabe ressaltar a importância de discussões acerca do tema, destacando as mães de anjos, no processo de perda e o sofrimento para que sejam

acolhidas ao vivenciar o luto. A maternidade representada como perfeita omite as dificuldades individuais de mulheres que perderam seus filhos. Com isso o respectivo tema explora a realidade vivida por muitas mulheres, favorecendo o preparo para a maternidade real e enfatizando as adversidades individuais e até mesmo de saúde pública, quanto às expectativas de uma maternidade romantizada.

O presente trabalho têm como objetivo geral identificar as vivências de mulheres na maternidade, demonstrando aspectos da realidade e diferenciando-os daqueles que emergem dos padrões sociais e como objetivo específico destacar os conflitos psicológicos inerentes ao processo de luto neonatal.

2 MÉTODO

O presente artigo trata-se de uma revisão bibliográfica de caráter integrativo, proporcionando síntese do conhecimento acerca do tema maternidade real e o sofrimento da perda de mães de anjos. Neste sentido, no que diz respeito a “mães de anjos”, a expressão descreve mães que perderam seus filhos ainda na maternidade, seja em período gestacional ou de pré e pós parto.

Para execução deste trabalho foram seguidas etapas metodológicas preconizadas pela literatura: definição de questões norteadoras; seleção dos artigos conforme critérios estabelecidos; leitura minuciosa dos artigos selecionados para posterior apresentação e discussão dos resultados.

A busca foi realizada a partir das bases de dados Scielo, Pepsic, Google Acadêmico e Portal do Psicólogo, utilizando-se as palavras-chaves: maternidade; puerpério; luto; neonatal. Foram utilizados também, na plataforma Google Acadêmico a expressão “Mulheres que perderam seus filhos” para que a pesquisa considerasse de forma ampla as experiências relacionadas ao luto no puerpério.

Os critérios de inclusão estabelecidos para a seleção dos artigos foram: artigos publicados em português; artigos na íntegra que retratassem o tema referente à maternidade e as dificuldades enfrentadas pelas mães que perderam seus filhos no viés do luto neonatal em puerpério e artigos publicados e indexados nos referidos bancos de dados nos últimos seis anos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A experiência de ser mãe, como salientam Coelho (2014) e Leite et al. (2014), refletem em um período singular, único e marcante. A pesquisa de Queiroz et al (2020),

também aponta mudanças e experiências desse período, enfatizando o afeto, fantasias e expectativas com o bebê que está chegando, potencializando assim a sensibilidade da mulher.

O estudo de Tomaz (2015), discute a construção social da maternidade, apresentando-a não somente como biológica ao corpo da mulher, mas também, como uma condição sócio cultural, no qual a gravidez, parto e amamentação estão atreladas as relações sociais capaz de produzir expectativas e frustrações na mulher.

O que se espera na fase em que uma mulher vivencia as transformações da gravidez e maternidade, é a representação de uma etapa feliz, desejada e esperada, no entanto, o momento pode ser marcado por acontecimentos difíceis e complexos que fogem ao padrão típico de desenvolvimento (COELHO, 2014).

Guidugli et al. (2015) discorre em seu texto as mudanças que a mulher experiência com a gravidez. No processo de uma gravidez que envolve situações de doenças e riscos, as repercussões emocionais são ainda maiores. Um diagnóstico de malformação ocasiona reações intensas e, quando se trata de uma malformação cardíaca do feto, a necessidade de intervenção cirúrgica e hospitalização gera uma fragilidade emocional.

Se tratando de um luto neonatal, no qual uma mulher sofre com a perda de seu bebê, a culpa, negação e ambivalência são inerentes a experiência (BALTAZAR; GOMES; SEGAL, 2014). Sendo assim, a presença da família como rede de apoio proporciona equilíbrio emocional à mulher. Uma pesquisa feita por Lemos e Cunha (2015), entrevista mulheres que evidenciaram o apoio das pessoas próximas, valorizando esta rede de apoio e diferenciando o momento da perda.

Andrade, Mishima-Gomes e Barbieri (2017), afirmam que as mães vivenciam a perda constantemente, mesmo que não seja demonstrado tal sofrimento. Desta forma, o luto torna-se complexo, contínuo e não linear, a perda rompe com o equilíbrio, causando um intenso sofrimento com difícil elaboração e negação da realidade.

A perda neonatal implica em um luto particular, lento e doloroso. Para a mãe, a situação é ainda mais difícil, devido a toda experiência física e psicológica durante a gestação. O silêncio social se faz presente, sendo fonte de invisibilidade da dor (PEREIRA et al., 2018).

A volta para a casa de braços vazios representa um momento delicado de difícil trajetória a ser percorrida. A alta da maternidade sendo diferente da imaginada – com o recém-nascido e felicidade – é na verdade, uma situação de terrível enfrentamento e constrangimento social (PEREIRA et al., 2018).

Com isso, Schneider e Moreira (2017) e Souto e Schulze (2019) exibem as lacunas que existem na formação dos profissionais de saúde, uma vez que não haja ensino, treinamento ou até mesmo um momento de reflexão e apoio para analisar qual seria a melhor forma de comunicar uma notícia desagradável e ao mesmo tempo lidar com as singularidades emocionais da família ouvinte.

A atuação da psicologia nas Unidades de Saúde ainda é incipiente. É importante que o psicólogo esteja em constante formação e atualização para uma maior integração de conhecimentos às práticas em UTI. O cuidado pessoal do profissional, visto a carga emocional que o setor apresenta, deve garantir a adaptação de estratégias para o ambiente hospitalar, assim como trabalho em equipe, fazendo parte da atuação e inserção do profissional da psicologia no contexto hospitalar (SCHNEIDER; MOREIRA, 2017).

Os estudos destacam as transformações que a maternidade proporciona à vida da mulher, destacando as alterações emocionais e a fragilidade vivida em cada período, bem como o intenso sofrimento de um luto neonatal e a importância do preparo dos profissionais de saúde que atuam em UTI neonatal.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo evidenciou que a maternidade perpassa por diferentes momentos na vida da mulher, ocasionando transformações, as quais emergem de um período de fragilidade, ambivalência e conflitos emocionais a serem acolhidos e discutidos socialmente.

A perda neonatal representa para a mulher-mãe a ruptura de planos e expectativas quanto ao bebê, como consequência, o processo de luto se torna um evento doloroso e de difícil aceitação, necessitando de atenção, apoio e escuta dos profissionais envolvidos.

Desta forma, é de extrema importância que os profissionais de saúde, principalmente os psicólogos estejam em constante formação e preparo para atender de maneira humanizada as mulheres que vivenciam a dor da perda de um recém-nascido, garantindo respaldo e espaço para escuta e acolhimento ao sofrimento das mães de anjos.

Torna-se importante que esse tema venha a ser discutido para que a realidade seja ressaltada e a sociedade visibilize os entrelaces da maternidade, bem como, todas as possibilidades e imprevistos de maternagem da mulher que se difere dos padrões sociais.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. L.; MISHIMA-GOMES, F. K. T.; BARBIERI, V. Recriando a vida: o luto das mães e a experiência materna. **Revista Psicologia: Teoria e Prática**, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, (São Paulo), v. 19, n. 1, p. 21-32, 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1938/193851916002.pdf> Acesso em: 18/05/2021.

ANDRADE, U. V.; SANTOS, J. B.; DUARTE, C. A percepção da gestante sobre a qualidade do atendimento pré-natal em UBS, Campo Grande, MS. **Revista Psicologia e Saúde**, Universidade Católica Dom Bosco (Campo Grande), v. 11, n. 1, p. 53-61, 2019. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpsaude/v11n1/v11n1a04.pdf> Acesso em: 27/03/2021.

BALTAZAR, D. V.; GOMES, R. F. S.; SEGAL, V. L. Construção de vínculo e possibilidade de luto em Unidade de Tratamento Intensivo Neonatal. **Revista SBPH**, Universidade Federal Fluminense, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Pontifícia Universidade Católica, (Rio de Janeiro), v. 17, n. 1, 2014. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rsbph/v17n1/v17n1a06.pdf> Acesso em: 17/05/2021.

BARATIERI, T.; NATAL, S. Ações do programa de puerpério na atenção primária: uma revisão integrativa. **Ciência e Saúde Coletiva**, Universidade Federal de Santa Catarina (Rio de Janeiro), v. 24, n. 11, p. 4227-4238, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csc/v24n11/1413-8123-csc-24-11-4227.pdf> Acesso em: 27/03/2021.

CÉSAR, R. C. B.; LOURES, A. F.; ANDRADE, B. B. S. A romantização da maternidade e a culpabilização da mulher. **Revista Mosaico**, Universidade de Vassouras (Vassouras), v. 10, n. 2, p. 68-75, 2019. Disponível em: <http://editora.universidadedevassouras.edu.br/index.php/RM/article/download/1956/1342/> Acesso em: 08/02/2021.

COELHO, C. A. T. **Determinantes das alterações psicoemocionais do puerpério: Efeitos da autoestima**. 2014. 137 f. Tese de Doutorado - Instituto Politécnico de Viseu – Escola Superior de Saúde de Viseu. 2014. Disponível em: <https://repositorio.ipv.pt/bitstream/10400.19/2839/1/COELHO%2c%20CatarinaAlexandraT oipa%20DM.pdf> Acesso em: 18/05/2021.

DEMITTO, M. O. et al. Gestação de alto risco e fatores associados ao óbito neonatal. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, Universidade Estadual de Maringá (São Paulo), v.51, e03208, p. 01-08, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/reeusp/v51/pt_1980-220X-reeusp-51-e03208.pdf Acesso em: 27/03/2021.

GUIDUGLI, S. N. et al. Repercussões emocionais e mecanismos de defesa em gestantes de fetos cardiopatas a partir do TAT. **Revista SBPH**, Universidade de São Paulo e Hospital do Coração, (Rio de Janeiro), v. 18, n. 2, p. 89-100, 2015. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rsbph/v18n2/v18n2a07.pdf> Acesso em: 17/05/2021.

LEITE, M. G. et al. Sentimentos advindos da maternidade: revelações de um grupo de gestantes. **Psicologia em estudo**, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza-CE,

(Maringá), v. 19, n. 1, p. 115-124, 2014. Disponível em:
<https://www.scielo.br/pdf/pe/v19n1/12.pdf> Acesso em: 17/05/2021.

LEMOS, L. F. S.; CUNHA, A. C. B. Concepções sobre morte e luto: Experiência feminina sobre a perda gestacional. **Psicologia: Ciência e profissão**, Universidade Federal do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro), v. 35, n. 4, p. 1120-1138, 2015. Disponível em:
<https://www.scielo.br/pdf/pcp/v35n4/1982-3703-pcp-35-4-1120.pdf> Acesso em: 17/05/2021.

MACHADO, J. S. A; PENNA, C. M. M.; CALEIRO, R. C. L. Cinderela de sapatinho quebrado: maternidade, não maternidade e maternagem nas histórias contadas pelas mulheres. **Saúde em Debate**, Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Universidade Estadual de Minas Gerais (Unimontes) (Rio de Janeiro), v.43, n. 123, p. 1120-1131, 2019. Disponível em:
<https://www.scielosp.org/pdf/sdeb/2019.v43n123/1120-1131/pt> Acesso em: 27/03/2021.

MUZA, J. C. et al. Quando a morte visita a maternidade: atenção psicológica durante a perda perinatal. **Psicologia: teoria e prática**, Hospital São Mateus (São Paulo), v. 15, n. 3, p. 34-48, 2013. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ptp/v15n3/03.pdf> Acesso em: 09/02/2021 e 15/02/2021.

PEREIRA, M. U. L. et al. Comunicação da notícia de morte e suporte ao luto de mulheres que perderam filhos recém-nascidos. **Revista Paulista de Pediatria**, Universidade Federal do Maranhão e Universidade CEUMA, São Luís, v. 36, n. 4, p. 422-427, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rpp/v36n4/0103-0582-rpp-2018-36-4-00013.pdf> Acesso em: 18/05/2021.

PESCE, L. R.; LOPES, R. C. S. “O lado B da Maternidade”: Um estudo Qualitativo a partir de Blogs. **Estudo e Pesquisa em Psicologia**, Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS (Rio de Janeiro), v. 20, n. 1, p. 205-230, 2020. Disponível em:
<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epp/v20n1/v20n1a11.pdf> Acesso em: 29/03/2021.

SCHNEIDER, A. M.; MOREIRA, M. C. Psicólogo Intensivista: Reflexões sobre a Inserção Profissional no Âmbito Hospitalar, Formação e Prática Profissional. **Temas em Psicologia**, Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre e Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre, (Porto Alegre), v. 25, n. 3, p. 1225-1239, 2017. Disponível em:
<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v25n3/v25n3a15.pdf> Acesso em: 17/05/2021.

SOUTO, D. C.; SCHULZE, M. D. Profissionais de Saúde e Comunicação de Más Notícias: Experiências de uma Unidade Neonatal. **Revista Psicologia e Saúde**, Instituto Superior e Centro Educacional Luterano Bom Jesus (IELUSC), (Campo Grande), v. 11, n. 3, p. 173-184, 2019. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpsaude/v11n3/v11n3a12.pdf> Acesso em: 17/05/2021.

SOUZA, E. A.; ACÁCIO, K. H. P. Acolhimento psicológico como forma interventiva no puerpério. **Ciências Biológicas e de Saúde Unit**, Centro Universidade Tiradentes – UNIT (Alagoas), v. 5, n. 3, p. 11-24, 2019. Disponível em:
<https://periodicos.set.edu.br/fitsbiosauade/article/view/6034/3670> Acesso em: 27/03/2021.

TOMAZ, R. Feminismo, maternidade e mídia: relações historicamente estreitas em revisão. **Galáxia**, (São Paulo), n. 29, p. 155-166, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/gal/n29/1982-2553-gal-29-0155.pdf> Acesso em: 17/05/2021.

MUCOSITE ORAL

Júlia de Mello Andrade, Giovanna Castilho Davatz Lopes; E-mail:
juliademelloandrade@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A mucosite oral é uma complicação comum da quimioterapia e radioterapia citotóxicas, onde essa condição afeta a mucosa do trato gastrointestinal e principalmente a mucosa da cavidade oral e da orofaringe, acomete principalmente pacientes submetidos à quimioterapia mieloablativa agressiva associada ou não à radioterapia (KHOURI et al., 2009).

A origem e a patobiologia do dano à mucosa ainda não são claras, ao passo que esse efeito colateral é um problema significativo para pacientes e oncologistas. A mucosite oral representa uma inflamação da cavidade oral na qual as membranas mucosas são danificadas e várias lesões são observadas: atrofia, eritema, edema, ulceração, sangramento (LOUGETÉ et al., 2019).

A incidência de mucosite nesses pacientes é de aproximadamente 80 a 100% e clinicamente, a mucosite inicia-se de forma assintomática, seguida pela presença de eritema, queixas de queimação e aumento da sensibilidade a alimentos picantes. O eritema pode evoluir para áreas de descamação, seguido pelo aparecimento de úlceras associadas à disfagia e redução da ingestão oral, com uma série de consequências clínicas que afetam a qualidade de vida dos pacientes. (KHOURI et al., 2009). A dor e as dificuldades de alimentação frequentemente levam à hospitalização para controle da dor, reposição de fluidos e suporte nutricional (GOBBO et al., 2018).

A prevenção e o tratamento da mucosite oral têm sido afetados por cuidados orais básicos, analgésicos, antibióticos e anestésicos locais e os fatores de risco que desencadeiam essa lesão no paciente estão relacionadas a ele mesmo e a terapia antineoplásica, levando em consideração a idade, higiene oral, função renal, fatores genéticos, tratamento antineoplásico prévio, dentre outros, são fatores vinculados ao paciente (GAUTAM et al., 2012). Além disso, estas lesões podem desencadear a entrada de microrganismos oportunistas, podendo contribuir para a piora do quadro do paciente, aumentando sua morbidade e até mesmo a mortalidade (MURPHY et al., 2007).

Devido todas as questões colocadas acima, a mucosite oral é um problema de saúde que afeta muitos pacientes em tratamento de câncer e por essa questão, foi desenvolvido

esse trabalho com objetivo de informar estudantes e profissionais da área da saúde sobre essa condição clínica.

2 MÉTODO

O presente estudo corresponde a uma revisão de literatura, com finalidade de apresentar a mucosite oral. A partir do mesmo foi definido a metodologia onde foi selecionado 8 artigos científicos publicados do ano de 2006 até 2019.

3 REVISÃO DE LITERATURA

A mucosite oral é um processo inflamatório em cavidade bucal. Dentre suas causas estão os tratamentos quimioterápicos e radioterápicos para tratamento de câncer de cabeça e pescoço e também a supressão da medula óssea ocasionada por neoplasias malignas como a leucemia e o linfoma (LIMA et al., 2012).

A gravidade da mucosite oral está relacionada ao paciente, como a sua idade, estado nutricional, alcoolismo, tabagismo e higiene bucal. É caracterizada inicialmente por uma área eritematosa na mucosa bucal podendo evoluir para uma ulceração, resultando em dor intensa, desconforto e podendo aumentar o risco de desnutrição do paciente pelas complicações da doença (MURPHY et al., 2007).

É importante ressaltar que a mucosite oral severa entre os graus 3 e 4 e se relaciona com a piora no prognóstico da doença, atraso no término do tratamento e até mesmo a interrupção do mesmo, podendo ocorrer lesões ulcerativas acompanhadas de dor moderada à intensa, o que limita as funções orais básicas, como alimentação, deglutição e fonação, diminuindo a qualidade de vida do paciente (MURPHY et al., 2007).

A mucosite oral por muitas vezes ser de difícil controle, pode comprometer a capacidade de comunicação do paciente e até obrigando à interrupção da radioterapia com evidente prejuízo ao tratamento (LOPES et al., 2006).

O tratamento da mucosite oral ainda é essencialmente paliativo (CARVALHO et al., 2011). No momento, nenhum padrão de tratamento da mucosite oral é definido e o manejo agressivo da dor, agentes de revestimento da mucosa e antissépticos locais são empregados (GOBBO et al., 2018).

A mucosite oral grave também pode exigir interrupção parcial ou completa de tratamento antineoplásico, como radioterapia, pois aumenta o risco de proliferação das células tumorais e dificultando o controle do câncer. Nos pacientes em quimioterapia, a mucosite geralmente ocorre nas mucosas não queratinizadas do ventre de língua, do

assoalho de boca, do palato mole e também na mucosa jugal. Nos pacientes em tratamento com radioterapia em região de cabeça e pescoço, a inflamação pode acometer tanto a mucosa queratinizada quanto a não queratinizada. Ela é um problema clínico de difícil controle, podendo comprometer a deglutição, a ingestão de alimentos, a higiene oral e a capacidade de comunicação do paciente, muitas vezes obrigando à interrupção da radioterapia com evidente prejuízo ao tratamento (LOPES et al., 2006). Seu tratamento ainda é essencialmente paliativo (CARVALHO et al., 2011).

Essa condição dificulta a salivagem e a deglutição, gerando agravos à qualidade de vida do paciente. Dentre os locais de aplicação estão lábios superior e inferior, língua, palato mole e duro, assoalho bucal, bochecha, arcos palatoglosso e palatofaríngeo e úvula, além de lesões e regiões avermelhadas (LOPES et al., 2006).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mucosite oral é um processo inflamatório em cavidade bucal. Sua gravidade está relacionada com a higiene pessoal do paciente e hábitos não saudáveis como alcoolismo e estado nutricional, além disso, essas lesões podem desencadear a entrada de microrganismos e a doença pode evoluir para ulceração, causando dor e podendo complicar ainda mais a situação do paciente, prejudicando também sua alimentação, deglutição, higiene bucal e comunicação do paciente. O tratamento da mucosite oral ainda é essencialmente paliativo.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, P.A.G. (*et al.*) **Evaluation of low-level laser therapy in the prevention and treatment of radiation-induced mucositis: a double-blind randomized study in head and neck cancer patients.** J. Oral Oncology v.47, n.12, 2011. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/21911312/>, acesso em: 26.08.21

GAUTAM, A. P. (*et al.*) **Effect of low-level laser therapy on patient reported measures of oral mucositis and quality of life in head and neck cancer patients receiving chemoradiotherapy—a randomized controlled trial.** Supportive Care Cancer, v. 21, n. 5, p. 1421–1428, 2012. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/23224689/>, acesso em: 29.08.21.

GOBBO, M. (*et al.*) **Multicenter randomized, double-blind controlled trial to evaluate the efficacy of laser therapy for the treatment of severe oral mucositis induced by chemotherapy in children: IaMPO RCT.** Pediatr Blood Cancer, v 65, e27098, 2018. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/29727048/>, acesso em: 26.08.21.

KHOURI, V.Y, (*et al.*) Use of Therapeutic Laser for Prevention and Treatment of Oral Mucositis. University Hospital, School of Medicine of Ribeirão Preto, University of São Paulo. **Braz Den J**, v 20, n. 3, p. 215-220, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bdj/a/WTDXRpp59pBngjS3YjCKnZt/?lang=en>, acesso em: 25.08.21.

LEGOUTÉ, F. (*et al.*) Low-level laser therapy in treatment of chemoradiotherapy-induced mucositis in head and neck cancer: results of a randomised, triple blind, multicentre phase III trial. **Radiation Oncology**, v. 14, n. 1, 2019. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/31118057/>, acesso em:25.08.21.

LIMA, A.G. (*et al.*) Efficacy of Low-Level Laser Therapy and Aluminum Hydroxide in Patients with Chemotherapy and Radiotherapy-Induced Oral Mucositis, **Braz Den J**, v. 21 n. 3, p. 186-192, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bdj/a/LgBs8Jyw5SSv5pxp3LtwzVj/?lang=en>, acesso em: 25.08.21.

LOPES, C. O. (*et al.*) Prevenção da xerostomia e da Mucocitose Oral induzida por radioterapia com uso do laser de baixa potência. **Radiol Brasil**, v. 39, n. 2, p. 131-136, 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rb/a/LpS_r6d9WmC7zJXtB3Mrz73v/?lang=pt, acesso em: 05.09.21.

MURPHY, B. A. Clinical and economic consequences of mucositis induced by chemotherapy and/or radiation therapy. **The journal of supportive oncology**, v. 5, n. 9 Suppl 4, 2007. Disponível em: <https://europepmc.org/article/med/18046994>, acesso em: 05.09.21.

NÍVEL DE ATIVIDADE FÍSICA E COMPORTAMENTO SEDENTÁRIO EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19

William Napoleão Santana, Ademir Testa Junior, e-mail: williambvb@outlook.com

1 INTRODUÇÃO

A preocupação da Organização Mundial da Saúde (OMS) com o nível de atividade física e sedentarismo em crianças e adolescentes fez com que a organização publicasse, no ano de 2020, as Diretrizes da OMS para Atividade Física e Comportamento Sedentário (o documento constata que 81% dos adolescentes não atendem às recomendações da OMS de 2010, não apresentando melhoras significativas nos índices desde sua publicação). Por esse motivo, as diretrizes de 2020 incluem recomendações que incentivam a prática de atividades físicas consideradas divertidas e variadas, desde que sejam adequadas à idade do indivíduo, declarando, ainda, que mesmo que as recomendações propostas não sejam seguidas, qualquer ou alguma atividade física é melhor que nenhuma prática.

Todavia, há um grande nível de desinteresse pela prática de atividades físicas por parte desse público em específico. Segundo Dambros et al. (2011, p. 423), “razões, motivos ou desculpas que representam um fator negativo no processo de tomada de decisão (para a prática de atividades físicas) e que podem ser motivos de resistência e/ou desistência da prática” são definidos como barreiras. Dentre as barreiras para a atividade física em adolescentes, a de maior notoriedade é o tempo destinado aos estudos, como afirma Dambros et al. (2011). Segundo Engers et al. (2014), outras barreiras para a atividade física entre crianças e adolescentes, além da citada acima, são: falta de tempo, falta de companhia, preferência por fazer outra atividade e a falta de locais e equipamentos adequados que levam ao desestímulo em relação à prática.

Além das barreiras citadas, é possível identificar algumas atividades diárias fora do período escolar que podem estar relacionadas à inatividade física. Essas atividades, tais como: assistir televisão, jogar vídeo game e utilizar o computador podem ser os fatores determinantes para que crianças e adolescentes prefiram escolher estas ao invés de atividades e exercícios físicos (FLORÊNCIO JUNIOR et al., 2020).

No cenário atual, em meio a pandemia do Covid-19, as crianças tendem a passar mais tempo em seus computadores e celulares acompanhando as aulas remotas, e a atividade física torna-se, de certa forma, ainda mais essencial na luta contra o sedentarismo

e na busca por melhor qualidade de vida (FLORENCIO JUNIOR et al., 2020). Um estudo realizado em escolas da cidade de Arapiraca, estado do Alagoas, ressalta que em comparação ao período anterior à pandemia e durante essa, o nível de atividade física dos escolares reduziu em 54%, o que pode ser considerado como um comportamento que intensifica o sedentarismo (SILVA et al., 2020). Portanto, o objetivo do presente estudo foi identificar e descrever o nível de atividade física em crianças e adolescentes escolares na pandemia da COVID-19.

2 MÉTODO

O presente estudo de campo de análise quantitativa foi aprovado por Comitê de Ética em Pesquisa sob o CAAE 57279816.2.0000.5430. Participaram do estudo 88 crianças e adolescentes de ambos os sexos devidamente matriculados em escolas do setor público e particular da cidade de Jaú-SP com faixa etária entre 10-17 anos. O número de participantes do sexo masculino foi de 40,9% e o de participantes do sexo feminino de 59,1%. Para a participação da pesquisa, todos os escolares assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e seus responsáveis legais assinaram o Termo de Assentimento.

Para a realização da pesquisa foi utilizado o Questionário Internacional de Atividade Física (IPAQ) em sua versão-curta, entre outras questões que descreviam qual atividade e o tempo gasto na realização dessas diariamente, além de uma questão que determinava se os alunos faziam parte de escolas de esportes. As atividades escolhidas para compor o questionário foram: jogar vídeo game, usar o computador e assistir televisão, e o tempo gasto realizando essas atividades foi determinado da seguinte forma: 30 minutos à 1 hora; 1 hora à 1 hora e 30 minutos; 1 hora e 30 minutos a 2 horas; mais de 2 horas. Esse critério de intensidade foi seguido para todas as atividades. O IPAQ, juntamente com as questões apresentadas acima, foi agrupado, publicado e aplicado por meio do aplicativo Google Forms.

O questionário foi aplicado no início das aulas de Educação Física, em [2] escolas da região de Jaú-SP, que estão sendo ministradas remotamente por meio da plataforma Google Meet, onde os alunos que estavam presentes foram convidados a participar. A escola e as turmas foram escolhidas de acordo com a disponibilidade do pesquisador em aplicar o questionário juntamente com o professor de Educação Física que ministra as aulas desta disciplina. Antes de enviar o questionário aos alunos, o mesmo foi apresentado e explicado pelo pesquisador sanando todas as dúvidas. Após esse procedimento, o link de

acesso ao questionário foi enviado para os alunos pelo chat da sala de aula virtual. Os avaliados, antes de iniciar o questionário, assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e seus responsáveis legais o Termo de Assentimento presente no questionário.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados obtidos em relação ao sexo e à idade dos participantes revelam uma maioria para o sexo feminino (59,1%). A idade correspondente ao maior número de participantes é de 10-11 anos, representando 33% do total de participantes que compuseram a pesquisa.

Considerando as atividades realizadas pelos participantes em suas casas (jogar vídeo game, usar o computador e assistir televisão), assim como o tempo gasto para a realização dessas atividades, é possível concluir: todos (100%, n=88) relataram que possuem TV em casa. Destes, 19,3% (n=17) não assistem TV, 33% (n=29) dos participantes assistem TV de 30 a 60 minutos por dia, 20,5% (n= 18) de 60 a 90 minutos, 11,4% (n=10) de 90 a 120 minutos e 15,9% (n=14) assistem por mais de 120 minutos. De todos os participantes, 69,3% (n=61) possuem computador em casa e destes, 43,2% (n=38) não utilizam o aparelho. Dentre os que utilizam, 15,9% (n=14) fazem uso do computador de 30 a 60 minutos por dia, 3,4% (n=3) de 60 a 90 minutos, 4,5% (n=4) de 90 a 120 minutos e 33% (n=29) utilizam o computador por mais de 120 minutos. Em relação ao uso do vídeo game, 67% (n=59) possuem o aparelho em casa. Dos participantes, 56,8% (n=50) não utilizam o vídeo game, 10,2% (n=9) jogam/utilizam de 30 a 60 minutos por dia, 13,6% (n=12) de 60 a 90 minutos, 3,4% (n=3) de 90 a 120 minutos e 15,9% (n=14) por mais de 120 minutos.

Em relação às atividades que compõem a prática de atividades físicas cotidianamente, conclui-se que de todos os participantes, 63,6% (n=56) não frequentam aulas em escolas de esportes, restando assim 36,4% (n=32) que frequentam. As questões que compõem o IPAQ, obtiveram-se os seguintes resultados: 33% (n=29) dos participantes não caminharam por 10 minutos contínuos em nenhum dia, 39,8% (n=35) caminharam de um a três dias por 10 minutos, 17% (n=15) de três a seis dias e 10,2% (n=9) em sete dias da semana. O tempo gasto para a realização da caminhada foi de 33% (n=29) nenhum tempo gasto, 33% (n=29) de 10 a 30 minutos, 23,9% (n=21) de 30 minutos a 60 minutos e 10,2% (n=9) por mais de 60 minutos.

Os resultados obtidos a partir das atividades consideradas moderadas (pedalar leve na bicicleta, nadar, dançar, fazer ginástica aeróbica leve, jogar vôlei recreativo, carregar pesos leves, fazer serviços domésticos na casa, no quintal ou no jardim) foram de 25% (n=22) dos participantes não realizaram nenhum tipo de atividade considerada moderada, 45,5% (n=40) realizaram atividades moderadas de um a três dias na semana, 19,3% (n=17) de três a seis dias na semana e 10,2% (n=9) em sete dias na semana. O tempo total gasto realizando as atividades foram de 27,3% (n=24) para nenhum tempo gasto, 36,4% (n=32) de 10 a 30 minutos, 20,5% (n=18) de 30 minutos a 60 minutos e 15,9% (n=14) por mais de 60 minutos.

As atividades vigorosas resultaram-se da seguinte forma: 47,7% (n=42) não realizaram atividades consideradas vigorosas na semana, 35,2% (n=31) realizaram de um a três dias na semana, 12,5% (n=11) de três a seis dias na semana e 4,5% (n=4) nos sete dias na semana. Em relação ao tempo gasto para realizar as atividades vigorosas 45,5% (n=40) para nenhum tempo gasto, 22,7% (n=20) de 10 a 30 minutos, 18,2% (n=16) de 30 minutos a 60 minutos e 13,6% (n=12) por mais de 60 minutos.

Os principais achados do presente estudo demonstraram que, por mais que todos os participantes (100%) possuam TV em suas casas, o uso do aparelho ocorre poucas horas ao dia. Já em relação ao computador, a maioria dos participantes (69,3%) relataram que possuem o aparelho em suas casas, porém grande parte (43,2%) não faz uso, ou se utiliza, o faz por mais de duas horas ao dia (33%). O mesmo ocorre com o uso do vídeo game: 67% dos participantes relataram que possuem o aparelho, entretanto 56,8% não faz uso do mesmo.

Quanto ao nível de atividade física, os participantes mostram-se irregularmente ativos de acordo com a classificação proposta pelo IPAQ, pois ainda que alguns indivíduos realizem atividades físicas, as recomendações sobre a frequência e duração destas atividades não são cumpridas. A maioria dos participantes, em todas as classificações de atividade (caminhada, moderada e vigorosa), obteve frequência de 1-3 dias por semana e duração de 10-30 minutos: 39,8% realizaram caminhadas, 45,5% realizaram atividades moderadas e 35,2% praticaram atividades vigorosas. A participação em escolas de esporte também nos mostra um dado preocupante em relação ao sedentarismo, já que 63,3% dos participantes não realizam aulas em escolas de esportes.

Em relação aos resultados obtidos com o uso das telas (TV, computador e vídeo game) pelos participantes, um estudo realizado por Silva et. al (2020) em estudantes matriculados em uma escola de ensino integral na cidade de Arapiraca, Alagoas analisou

a prática de atividades físicas relacionada ao tempo total gasto utilizando telas (nesse estudo, foi considerado o uso da TV, celular e computador) antes e durante a pandemia da COVID-19. Os resultados demonstraram que, durante a pandemia, o uso das telas ocorre por aproximadamente 4 horas e 30 minutos, considerando os aparelhos mencionados. Já os dados obtidos na presente pesquisa revelam uma dicotomia, ou seja, o uso das telas apresenta-se em dois extremos: há casos em que a maioria afirma não utilizar os aparelhos e há situações em que o uso ocorre por mais de 2 horas. Como exemplo é possível citar o computador: 43,2% dos participantes não o utiliza, enquanto 33% o utiliza por mais de 2 horas. Essa dicotomia pode ser explicada com base nos aparelhos escolhidos para análise, na medida em que esse estudo analisou o uso da TV, do computador e do vídeo game, enquanto Silva et. al (2020) incluiu o uso do celular no lugar do vídeo game. De acordo com o autor houve, em geral, um aumento na utilização das telas pelos participantes durante a pandemia, porém, o uso varia para cada aparelho, o que significa que, na presente pesquisa, enquanto os participantes não estão utilizando a TV, o computador ou o vídeo game, é possível que estejam interagindo com outras telas, como celulares, tablets, entre outros, já que também não estão praticando atividades físicas rotineiramente, como demonstram ambos os estudos.

No estudo de Silva et. al (2020) houve também uma entrevista com os pais dos participantes, que ressaltaram a dificuldade das crianças e adolescentes em manter hábitos saudáveis durante a pandemia, decorrente da ausência ao ambiente escolar e mudanças rotineiras, assim como um aumento em comportamentos negativos, como alterações no período de sono, aumento no tempo utilizando telas e diminuição na prática de atividades físicas. Esses relatos corroboram para a fundamentação dos resultados obtidos no presente estudo, na medida em que a maioria dos participantes informaram possuir os mesmos hábitos relacionados ao tempo utilizando TV, computador e vídeo game e à baixa frequência e duração da prática de atividades físicas.

Considerando os resultados obtidos em relação à duração das atividades físicas praticadas pelos participantes, Silva et. al (2020) ressaltou que houve redução do tempo dedicado à prática de atividades físicas durante a pandemia (de 30 minutos antes da COVID-19 para apenas 17 minutos). O estudo citado corrobora, assim, com os resultados obtidos relacionados à baixa duração das atividades físicas realizadas pelos participantes desta pesquisa (caminhadas, atividades moderadas ou vigorosas), entre 10 e 30 minutos apenas.

Um estudo realizado por Testa Junior e Pellegrinotti (2019) analisou diferentes metodologias aplicadas nas aulas de Educação Física e identificou um aumento nos níveis de atividade física em razão dos estímulos recebidos durante as aulas. Os alunos foram divididos em dois grupos: um participou de aulas teóricas e outro, de aulas práticas; a metodologia utilizada com ambos os grupos foi a de resolução de problemas. Para descrever o nível de atividade física dos alunos foi aplicado o questionário IPAQ. O estudo concluiu que ambos os grupos obtiveram um aumento da classificação do nível de atividade física, porém o grupo que participou das aulas práticas obteve melhores resultados.

Os autores ainda ressaltam a importância de ações pedagógicas intencionalmente planejadas nas aulas de Educação Física a fim de conscientizar os alunos acerca dos benefícios da prática de atividades físicas para a saúde e qualidade de vida, na medida em que esses estímulos e intervenções pedagógicas podem causar um aumento na prática de atividades físicas realizadas pelos alunos fora do período escolar. O estudo pode ser associado a presente pesquisa, já que as aulas no período pandêmico estão sendo ministradas remotamente e grande parte das aulas apresentam abordagens teóricas, além de, em muitos casos, mesmo nas aulas remotas práticas, o professor não é capaz de avaliar se os alunos sequer estão realizando as ações orientadas em suas casas (para isso, é preciso que todos os alunos possuam e ativem suas câmeras durante as aulas). Considerando as dificuldades mencionadas nas aulas de Educação Física durante a pandemia, e adicionando essa situação ao fato de que os alunos permanecem em suas casas a maior parte do tempo, senão o tempo todo em razão do isolamento social, justifica-se o resultado obtido com a aplicação do questionário IPAQ: no contexto mencionado, as crianças e adolescentes participantes do estudo apresentam nível de atividade irregularmente ativa.

Por fim, conclui-se que a classificação dos participantes em irregularmente ativos e a baixa frequência em escolas de esportes, associados ao uso regular de aparelhos como TVs, computadores e vídeo games no contexto do isolamento social em que as crianças e adolescentes encontram-se (devido à pandemia causada pela COVID-19), são fatores que trazem preocupações acerca do sedentarismo em crianças e adolescentes atualmente.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou identificar e descrever o nível de atividade física em crianças e adolescentes escolares na pandemia da COVID-19, associando esses fatores ao tempo gasto utilizando aparelhos eletrônicos (TV, computador e vídeo game)

regularmente. Com base nas respostas obtidas através do questionário, conclui-se que, durante a pandemia os participantes optam por utilizar as telas por um tempo relevante ao invés da prática de atividades físicas levando a uma possível causa do sedentarismo. Conclui-se, ainda, que o nível de atividade física em que os participantes se encontram é irregularmente ativo, de acordo com a classificação do questionário IPAQ. Portanto o uso das telas, associado ao isolamento social adotado por conta da pandemia da COVID-19 são fatores que influenciaram no nível de atividade física encontrado no presente estudo. Entretanto, é importante que demais estudos sejam feitos a fim de analisar quais serão os resultados de mudanças comportamentais durante a pandemia e como isso pode influenciar na saúde e qualidade de vida do público em questão.

REFERÊNCIAS

- DAMBROS, Daniela Dressler; LOPES, Luis Felipe Dias; SANTOS, Daniela Lopes dos. Barreiras percebidas e hábitos de atividade física de adolescentes escolares de uma cidade do sul do Brasil. *Revista Brasileira de Cineantropometria & Desempenho Humano*, v. 13, n. 6, p. 422-428, 2011.
- ENGERS, Patrícia; BERGMANN, Mauren; BERGMANN, Gabriel. Barreiras para atividade física em adolescentes: validade e reprodutibilidade de um instrumento. *Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde*, v. 19, n. 4, p. 504-504, 2014.
- JUNIOR, Ademir Testa; PELLEGRINOTTI, Idico Luiz. Efeitos do ensino por problemas sobre a atividade física e aptidão física em escolares. *Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde*, v. 24, p. 1-7, 2019.
- JUNIOR, Geraldo Ferrari et al. Fatores associados às barreiras para a prática de atividade física dos adolescentes. *Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde*, v. 21, n. 4, p. 307-316, 2016.
- JÚNIOR, Públio Gomes Florêncio; PAIANO, Ronê; DOS SANTOS COSTA, André. Isolamento social: consequências físicas e mentais da inatividade física em crianças e adolescentes. *Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde*, v. 25, p. 1-2, 2020.
- SILVA, Luís Carlos Barbosa et al. Sleep, sedentary behavior and physical activity: changes on children's routine during the COVID-19. *Rev. bras. ativ. fís. saúde*, p. 1-9, 2020.

O ACOLHIMENTO DE GESTANTES NOS SERVIÇOS DE ATENÇÃO BÁSICA: REVISÃO INTEGRATIVA

Giulle Silveira Brito, Vanessa Dantas da Silva, Pérola Liciane Baptista Cruz e Silva, e-mail: perolacruz@yahoo.com.br

1 INTRODUÇÃO

Compreende-se como pré-natal a consulta realizado após a confirmação gestacional que visa acompanhar com a puérpera sua gravidez do inicio até o fim, tornando assim possível o nascimento de um neonato saudável e proporcionando a garantia de que haja o bem-estar materno (BRASIL, 2012).

O pré-natal é de suma importância para a saúde de inúmeras mulheres, para que o acompanhamento aconteça de forma humanizada e qualificada é necessário que os enfermeiros e toda a equipe multiprofissional abstenha-se de julgamentos e pré-conceitos estabelecidos na sociedade, visando a priorização da saúde da mulher e gestacional. facilitando para que ocorra um acompanhamento contínuo e acolhedor (BRASIL, 2012).

O papel do enfermeiro e de toda equipe multiprofissional se estabelece desde a porta de entrada do estabelecimento de atendimento. Apontamentos de estudos sobre Estratégia de Saúde da Família (ESF) estabelecem o acolhimento como grande ferramenta de acesso, dessa forma é expressado pelos autores que esse acolhimento deve ocorrer de forma evidenciada nas realções cotidianas entre enfermeiros e profissionais da saúde com as usuárias de serviço (SILVA et al., 2014).

No ano 2000 foi intitulado o “Programa de Humanização no Pré-natal e Nascimento”(PHPN), desenvolvido pelo Ministério da Saúde, o projeto possui como objetivo principal diminuir as morbimortalidade materna e garantir a eficácia nos cuidados perinatais. Explica-se que a garantia de um cuidado contínuo e eficaz se dá por um atendimento Humanizado que deve ser proporcionado pelas Unidades de Saúde, em plenaconvicção deve-se modificar e desenvolver um ambiente acolhedor e que transpasse conforto (BRASIL, 2012).

Atualmente organizado por meio da Rede Cegonha, é previsto que o cuidado pré-natal se inicia na rede de atenção básica a saúde, com envolvimento de toda a equipe no planejamento das ações, e pautando-se no acolhimento das mulheres e suas necessidades (BRASIL,2012). Transformar o ambiente de atendimento em um local de acolhimento se dá não só pelas quantidades de exames realizados ou a eficiência de atendimento sem filas

de espera, mas ouvir a gestante sobre suas queixas e problemas e assim, buscar sanar suas necessidades emocionais e de saúde (FOSTER et al., 2017).

Tendo no acolhimento um espaço fundamental para o estabelecimento dos cuidados pré-natais a presente pesquisa tem como objetivo investigar como tem ocorrido as práticas do primeiro acolhimento às gestantes na rede de atenção básica do SUS.

2 MÉTODO

A presente pesquisa utilizou a Revisão Integrativa de Literatura (RIL) como metodologia de revisão, organizando-se em 6 fases conforme propõe Mendes et al (2008). Parte-se inicialmente da seguinte questão norteadora: como tem ocorrido o primeiro acolhimento às gestantes na rede de Atenção Básica do SUS?

As palavras-chave delimitadas nesse caso para a busca foram: Cuidado Pré natal, Acolhimento, Atenção primária de saúde.

Na segunda etapa da RIL, estabeleceu-se como critérios de inclusão trabalhos publicados no idioma português, referentes aos últimos 5 anos (2017 - 2021). Os critérios de exclusão referem-se a textos que não abordem a questão norteadora ou tratem de outros desfechos específicos do pré-natal. A busca foi realizada via Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), com inclusão das bases LILACS e BDeInf.

Foram encontrados numa primeira busca 53 artigos, e após leitura de títulos e resumos, selecionados 26 para análise. Na terceira e quarta etapa, foram extraídas informações-chave dos trabalhos selecionados, que respondiam à questão da pesquisa, e eliminados aqueles que não colaboravam para a discussão do assunto da presente pesquisa. Ao final, 14 trabalhos foram selecionados para compor a RIL.

QUADRO 1. Trabalhos selecionados na presente Revisão Integrativa de Literatura, Jahu, São Paulo, 2021

Título	Autores	Periódico	Método	Ano
Pré-natal na atenção primária, adequação das consultas e avaliação da assistência às gestantes.	RODRIGUES,A.F.M.; et al.	Revista Nursing	Revisão Integrativa de Literatura	2021
Orientações às gestantes no pré-natal: a importância do cuidado compartilhado na atenção primária em saúde.	MARQUES,B.L.; Et. Al.	Revista de Enfermagem Anna Nery	Estudo Quantitativo transversal	2021
Consulta de pré-natal na atenção primária à saúde: fragilidades e potencialidades da intervenção de enfermeiros brasileiros.	SEHNEM,G.D; et. Al.	Revista de Enfermagem Referência	Qualitativa Descritiva	2020
Avaliação do acompanhamento pré-natal em serviços de Atenção Primária	ARATANI, N.	Biblioteca digital USP	Pesquisa Avaliativa e Revisão Integrativa.	2020

à Saúde.					
Pré-natal como facilitador na participação do acompanhante no processo de trabalho de parto e parto.	SOUZA,M.P.R.; et. Al.	Rev. de pesquisa: Cuidado Fundamental Online	Qualitativo Descritivo	e	2020
Determinantes sociais da saúde na consulta de enfermagem do pré-natal.	ROCHA,C.G.G; et al.	Revista de Enfermagem-UFPE On line	Qualitativo Descritivo Exploratório		2019
Percepções de gestantes acerca do cuidado pré-natal na atenção primária à saúde.	LIVRAMENTO,D.V.P; Et al.	Revista Gaucha de Enfermagem	Macroprojeto		2019
Avaliação do Perfil de Mulheres que Receberam Assistência Durante a Classificação de Risco Obstétrica.	COSTA,R.L.M.; SANTOS,A.A.P.; SANCHES,M.E.T.L.;	Revista de pesquisa: Cuidado Fundamental Online	Qualitativo Descritivo	e	2019
Características do pré-natal na perspectiva de mulheres atendidas em unidades de atenção básica a saúde.	SANTOS,L.F.; et. Al.	Revista de Enfermagem-UFPE On line	Qualitativo Descritivo Exploratorio	e	2018
Acesso e qualidade da atenção pré-natal na Estratégia Saúde da Família: infraestrutura, cuidado e gestão	GUIMARÃES,W.S.G.; Et al.	Caderno de Saúde Pública	Transversal avaliativo normativo		2018
O acolhimento nos moldes da humanização aplicada ao processo de trabalho do enfermeiro no pré-natal	FOSTER,L.B;et. Al.	Revista de Enfermagem UFPE On line	Qualitativo de Campo		2017
Percepção das gestantes sobre as consultas de pré-natal realizadas pelo enfermeiro na atenção básica.	CAMPOS,M.L...; et al.	Journal of Nursing and Health	Qualitativa Descritiva		2016
Programa Rede mãe Paranaense: Análise da Atenção pré-natal em uma Região de saúde.	BAGGIO,M.P.; Et al.	Revista UFPR Cogitare Enfermagem	Quantitativo Descritivo Retrospectivo	e	2016
Atenção ao pré-natal de baixo risco: atitudes dos enfermeiros da estratégia saúde da família	GONÇALVES et al.	Revista de Enfermagem UERJ	Quaiquantitativa Recorte transversal	e	2016

Na realização da discussão dos achados e apresentação da revisão, quinta e sexta etapas, foram organizadas categorias temáticas que surgiram dos textos.

3 RESULTADOS EDISCUSSÃO

3.1 Organização do cuidado Pré-natal na Atenção Primária à Saúde

Rodrigues et al. (2021), ressaltam que os profissionais e enfermeiros frente a atenção primária devem realizar um rastreio precoce de mulheres gestantes presentes na comunidade, por meio de uma busca ativa. É enfatizado que o acompanhamento pré-natal deve ocorrer de forma didática e adequada, visando o esclarecimento de dúvidas e informar sobre a importância da realização dos exames necessários durante o 1º trimestre, e assegurar que as consultas serão executadas de forma humanizada e acolhedora durante todo o período gestacional.

Adiante, outros trabalhos afirmam a necessidade de ampliações nas Estratégias de Saúde, resultando em adequações nos serviços de pré-natal ofertados as gestantes, tendo em vista a formação de um atendimento baseado na visão holística para com a usuária, seguindo o pressuposto de garantir uma assistência que ultrapasse o básico e busque compreendê-la todas suas necessidades. Apontam também para ações de caráter contínuo, considerando os determinantes aos quais essas gestantes estão inseridas, com atenção especial às áreas mais vulneráveis, com vistas à diminuição das morbimortalidades maternas (ARATANI et al., 2020; GUIMARÃES et al., 2018).

Na mesma linha, Costa et al. (2019) e Foster et al. (2017), discutem a inserção do acolhimento durante a assistência do pré-natal. O acolhimento a priori, desenvolve uma consulta de assistência qualificada que salienta a compreensão de enfermeiro com a gestante, o que o permite realizar um rastreio das possíveis causas de queixas e necessidades não expressas. Para tal, há a demanda de uma reorganização do serviço de Atenção básica, com melhor ambientação para a escuta ativa, profissionais qualificados e tempo destinado à ação (COSTA et al., 2019; FOSTER et al., 2017).

Entre os motivos de não realização, início tardio ou abandono do pré-natal, autores destacam a ausência de comunicação e informação em saúde às gestantes, que não obtém compreensão adequando quanto aos cuidados necessários. A vigilância em saúde, uso da busca ativa, e correto acolhimento podem diminuir esses casos de desvinculação ao serviço e não realização dos cuidados pré-natais (ROCHA et al., 2019; BAGGIO et al., 2016).

3.2 Construção de relações de cuidado, vínculo e humanização

Tendo em vista que, o acolhimento é mais do que apenas receber de forma harmoniosa, simboliza-se por ouvir com cuidado e atenção tudo que lhe é apresentado pela gestante, é reconhecer o protagonismo que profissional tem perante o processo de saúde; Desenvolver uma consulta acolhedora requer a adequação de uma relação profissional-usuária em que com o decorrer da consulta haja um diálogo baseado na empatia e afirmações de autonomia que agregue positivamente a gestação da mulher. Com isso, confirma-se que a criação de vínculo entre profissional e usuária facilita o desenvolvimento de diálogos que visem orientar, ouvir, informar e aconselhar durante todo o processo de entrada da parturiente no consultório sem abster-se de realizar cuidados de rotina (TOMASI et al., 2021).

O papel do enfermeiro durante todo o acompanhamento pré natal, durante e pós nascimento é de ser propulsor de conhecimento e de um cuidado harmonioso. É preciso

que o enfermeiro trabalhe a orientação e esclarecimento, incluindo aqui o acompanhante como parceiro nesse cuidado e ponto de apoio à mãe. De uma maneira simples e didática é necessário que o mesmo compreenda e pratique o cuidado prestativo, humanizado e que siga o que lhe foi prescrito pela equipe multiprofissional. Complementa-se que, as mulheres que receberam um atendimento ímpar, qualificado, seguro e que mesmo diante de toda demanda de trabalho o enfermeiro a fez sentir acolhida e única, obtiveram orientações e foi proporcionado a gestante a segurança e certeza de que ela estava sendo priorizada (SOUZA et al., 2020; SANTOS et al., 2018).

É válido ressaltar que o exercício do diálogo baseado em uma escuta ativa, aprimora a incidência de ouvir atentamente e focar em solucionar os anseios expressos pela mulher, isso facilita para que haja a criação de vínculos. O vínculo desenvolvido entre usuária e enfermeiro facilita a criação de diálogos sinceros que se vinculem a confiança, assim ocorre a facilitação para que a gestante assimile que a sala de atendimento é um ambiente seguro e ela pode externar seus medos, dúvidas e fragilidades que normalmente são silenciadas durante as consultas (GONÇALVES et al., 2016).

3.3 A consulta de Enfermagem no fortalecimento do cuidado

O serviço da equipe de enfermagem transcende o ato de cuidar, o enfermeiro advém e realiza a recepção de cada usuária, faz acontecer o acolhimento dentro das salas de atendimento e fora, nas salas de espera. É o enfermeiro o primeiro a realizar a escuta qualificada e buscar solução para cada uma das demandas trazidas. A equipe de enfermagem deve agregar às técnicas cotidianas práticas humanizadas, para que assim suceda-se o acolhimento de maneira qualificada e ampliada. É preciso priorizar todas as gestantes e tornar única a experiência do pré-natal para cada mulher (SEHNEM et al., 2020).

A importância de mobilizar um ambiente acolhedor e que transmita segurança é necessário para que a gestante desenvolva uma afinidade e sinta-se recepcionada para externar as barreiras internas que lhe causam insegurança. Ressalta-se que as consultas feitas pela equipe de enfermagem transformam uma situação calorosa e de ansiedade em tranquilidade, para que assim seja evidenciado e ocorra uma rede de diálogos e orientações; A presença do mesmo membro da equipe de enfermagem nas consultas facilita a criação do vínculo e torna o acompanhamento mais eficiente para ambos. (LIVRAMENTO et al. 2019; CAMPOS et al. 2016).

4 CONCLUSÃO

Com a presente pesquisa pode-se observar o papel da equipe de enfermagem mediante ao acolhimento ofertado durante a realização do pré-natal e necessidade das equipes se organizarem para ações ampliadas em seus territórios. No geral os trabalhos apontam a relevância da rede de Atenção Básica para um pré-natal acolhedor que priorize a saúde da mulher no período gravídico. Foi evidenciado que o acompanhamento acolhedor e humanizado favorece a criação de vínculo, empatia e assim melhoram a adesão aos cuidados e resultados na saúde de ambos, mãe e bebê.

4 REFERÊNCIAS

ANDRADE, A. B; BOSSI, M. L. M; SILVA, M. Z. N;. Acesso e acolhimento no cuidado pré-natal à luz de experiência de gestantes na Atenção básica. **Saúde Debate** ,v. 38, n. 103. p.805-806, 2014.

ANTONINI, F. O.; DURAND, M. K; FERNANDES, P. C; HEIDEMANN, T. S. B; MAGAGNIN, A. B; R OCHA, C. G. G. Determinantes sociais da saúde na consulta de enfermagem do pré-natal. **Rev enferm UFPE on line**, v. 13, p. 241571, 2019.

ARATANI, N. **Avaliação do acompanhamento pré-natal em serviços de Atenção Primária à Saúde**. Tese - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, 2020.

ARBOIT, J; PAULA, F. M; RIBEIRO, A. C; SALDANHA, L. S; SEHNEM, G. D. Consulta de pré-natal na atenção primária à saúde: fragilidades e potencialidades da intervenção de enfermeiros brasileiros; **Rev. Enf. Ref.**, Coimbra, n. 1, p. e19050-e190050, jan. 2020.

BACKES, D. S; BACKES, M. T. S; CASTILLO, L. D. R; DAMIANI, P. R; LIVRAMENTO, D. V. P; SIMÃO, A. M. S; Percepções de gestantes acerca do cuidado pré-natal na atenção primária à saúde. **Rev. Gaúcha Enferm.**, Porto Alegre, v. 40, e20180211, 2019.

BARCELLOS, J. E. S; CAMPOS, G. K. P; CANDIDO, C. L.; RODRIGUES, A. F. M; RODRIG-UES, L. A; SEIDEL, T. S;. Pré-natal na atenção primária, adequação das consultas e avaliação da assistência às gestantes; **Revisão Integrativa. Rev. Nursing** (São Paulo). v. 24, n. 275, p. 5484–5495, 2021.

BAGGIO, M. A; CALDEIRA, S; GUIMARÃES, A. T. B; VIEIRA, C. S. Programa rede mãe paranaense: Análise da atenção pré-natal em uma região em saúde. **Rev. Cogitare enferm**. v. 21, n. 3, set. 2016.

BOING, A. F.; GEREMIA, D. S; MARQUES, B. L; TOMASI, Y. T; SARAIVA, S. D. S. Orientações às gestantes no pré-natal: a importância do cuidado compartilhado na atenção primária em saúde; **Esc. Anna Nery**, v. 25, n. 1, e20200098, 2021.

BRANDÃO,S.M.O.C; FOSTER, L.B; OLIVEIRA,M.A.O acolhimento nos moldes da humanização aplicada ao processo de trabalho do enfermeiro no pré-natal. **Rev enferm UFPE on line.**, Recife, v.1, Supl. 10, p. 4617-4624, out., 2017.

BRASIL, **Atenção do pre-natal de baixo risco**. Ministério da saúde. Caderno de atenção básica. Manual técnico, Brasília-DF, 2012.

BRASIL, COFEN. **Decreto 94.406**, 1987. Regulamento a lei nº 7.498. Dispõe sobre o exercício da enfermagem e dá outras providências. Brasília – DF 1986.

BRITO,S.S;EVANGELISTA,D.R.;MUTTI,C.F;PACHECO,L.R;SANTOS,L.F;SANTOS, N.S.Características do pré-natal na perspectiva de mulheres atendidas em unidades de atenção primária. **Rev enferm UFPE on line.**, Recife, v.12, n.2, p.337-344, fev. 2018.

CAMPOS,M.L; COELHO,D.F; TELO,S.V; VALEDA,A.A. Percepção das gestantes sobre as consultas de pré-natal realizadas pelo enfermeiro na atenção básica. **J Nurs Health**, v.6, n.3, p. 379-390, 2016.

COSTA,R.L.M; SANTOS, A.A.P; SANCHES,M.E.T.L. Avaliação do Perfil de Mulheres que Receberam Assistência Durante a Classificação de Risco Obstétrica. **Rev Fund Care Online**, v.11, n. Esp, p.488-494, jan/dez 2019.

GARNELO,L; GUIMARÃES,T.L.F; GUIMARÃES,W.S.G; PARENTE,R.C.P. Acesso e qualidade da atenção pré-natal na Estratégia Saúde da Família: infraestrutura, cuidado e gestão. **Cad. Saúde Pública Online**, v.34, n. 5, e00110417, 2018.

GONÇALVES,M.D; KOWALSKI,I.S.G; SÁ,A.C. Atenção ao pré-natal de baixo risco: atitudes dos enfermeiros da estratégia saúde da família. **Revista Enfermagem UERJ**, [S.l.], v. 24, n. 6, p. e18736, dez. 2016.

LIMA,M.G;SHIMIZU,H.E.As dimensões do cuidado pré-natal nas consultas de enfermagem. **Rev. bras. Enferm**, v. 62, n. 3, p. 387-92 , 2009.

MENDES, K.D.S; SILVEIRA, R.C.C.P; GALVÃO,C.M. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto & contexto-enfermagem**, v. 17, p. 758-764, 2008.

SOUZA,M.A.R.;SOUZA,S.R.R.K.;THULER,A.C.M.;WALL,M.L.;Pré-natal como facilitador na participação do acompanhante no processo de trabalho de parto e parto. **Rev Fun Care Online**, v. 12, p. 197-202, jan/dez 2020.

‘O FARMACÊUTICO E A FITOTERAPIA’

Karina Ferreira da Silva, Heloísa Donzella e-mail: karinaferreirajau@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Plantas medicinais são utilizadas por diversos povos em todo o mundo há séculos, sendo o meio de cura das enfermidades dos antigos. A Fitoterapia é a terapêutica na qual plantas medicinais são utilizadas em diferentes formas farmacêuticas, sem substâncias ativas isoladas, mesmo que de origem natural (BRASIL, 2015). As plantas fazem parte da assistência farmacêutica e da Atenção Básica (Atenção Primária), principalmente em países ainda em desenvolvimento, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS) (MATTOS et. al, 2018).

Acompanhando a corrente mundial o Brasil, através do Ministério da Saúde, ampara o fabrico de medicamentos fitoterápicos criando políticas nacionais, apesar disto a Fitoterapia é pouco prescrita e divulgada por profissionais de saúde, talvez pela falta de conhecimento da eficácia dos fitoterápicos e das plantas medicinais, assim sendo, a alta percentagem de utilização (80%) nos em países em desenvolvimento deve-se pela automedicação, embasada na crença popular de que “não trazem riscos à saúde” e de “serem mais baratas” (FIGUEREDO et. al, 2014).

Dados do Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas (SINITOX), 2017, registraram 821 casos de intoxicação por plantas no Brasil. O número atual pode ser maior, já que o SINITOX não apresenta dados atuais de intoxicação por plantas já a alguns anos, devido ao sucateamento dos centros que repassavam as informações para o sistema (BRASIL, 2021).

O conhecimento sobre a fitoterapia deve vir da formação acadêmica ou de capacitações oferecidas por municípios. A Política e Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (PNPMF) é clara ao dizer que a Fitoterapia deve fazer parte da grade curricular de cursos da área da saúde em níveis técnico e superior (BRASIL, 2016). Soma-se a isso, a necessidade de orientação da população sobre o uso adequado das plantas medicinais e dos fitoterápicos, ressalta-se que o norteamento deve vir dos profissionais de saúde que tenham conhecimento do uso racional e dos riscos à saúde que as plantas e fitoterápicos podem causar.

Cabe ao farmacêutico a orientação e a dispensação dos medicamentos fitoterápicos, pois ele quem tem maior contato com a população, que muitas vezes o procura primeiro,

buscando a atenção farmacêutica. (BRASIL, 2018, CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA 2008, 2011).

2 OBJETIVO

Ressaltar a importância do profissional farmacêutico na dispensação e orientação de fitoterápicos e de plantas medicinais

3 MÉTODO

Após leitura do trabalho de Silveira et. al, 2008, foi realizado um levantamento de dados de 2016 a 2021, utilizando as palavras-chave: farmacêutico, fitoterapia, fitoterápico, plantas medicinais, intoxicações e efeitos adversos. Excluiu-se todos os trabalhos que não estivessem em língua portuguesa (utilizou-se busca ativa na legislação brasileira sobre fitoterapia).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Políticas públicas voltadas à implantação e manutenção da fitoterapia no Brasil

Através da busca ativa das bases de dados, encontramos dados que ressaltam a necessidade do conhecimento e vivência para prescrição de fitoterápicos e plantas medicinais.

A fitoterapia é arduamente defendida por políticas nacionais como a Política Nacional de Plantas e Medicamentos Fitoterápicos (PNPMF) e a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC). Ambas foram publicadas através de portarias do Ministério da Saúde no ano de 2006. A PNPMF estabelece diretrizes para atuação do governo na área das plantas medicinais e fitoterápicos com objetivo de garantir o acesso seguro e racional, desenvolvimento de tecnologias e inovações, fortalecimento das cadeias e arranjos produtivos e uso sustentável da biodiversidade brasileira. Além de ser bastante clara ao dizer que o conhecimento sobre a fitoterapia deve fazer parte da graduação dos profissionais da saúde, para que estejam capacitados e possam se sentir confiantes em prescrever plantas medicinais e fitoterápicos (BRASIL, 2006).

A PNPIC foi elaborada para oferecer no Sistema Único de Saúde (SUS) campos da medicina complementar e alternativa (MT/MCA), que são a Fitoterapia, Homeopatia, Acupuntura, Termalismo e Medicina Antroposófica, todas buscando estimular mecanismos naturais de prevenção de doenças e recuperação por meio de tecnologias eficazes e

seguras, com foco no acolhimento do paciente, desenvolvimento de vínculos terapêuticos e integração do ser humano com o meio ambiente e a sociedade (BRASIL, 2015).

Graças à indução destas políticas nacionais, ocorreram avanços importantes como a ampliação da oferta de serviços e produtos fitoterápicos na rede pública, incentivo à pesquisa e desenvolvimento de plantas medicinais e fitoterápicos pelo Ministério da Saúde e a aprovação de políticas e programas estaduais e municipais (BRASIL, 2012). Mas apesar disso, ainda é possível ver dificuldades para implementar a Fitoterapia na Atenção Básica em muitos lugares do Brasil, devido a alguns fatores como a falta de orientação por parte dos profissionais que integram a saúde pública e coordenadores e gestores que desconhecem as políticas e programas que norteiam as práticas complementares e integrativas (CORTEZ et. al, 2017).

Plantas medicinais e fitoterápicos podem ser prescritos por profissionais da saúde médicos, farmacêuticos, enfermeiros, odontólogos e nutricionistas (SILVA, 2019). Estudos como os de Júnior et. al (2016) e Mattos et. al, (2018) revelam que muitos profissionais não conhecem a diferença correta entre fitoterápicos e homeopáticos, evidenciando a falta de estudos sobre a fitoterapia durante a formação acadêmica, enquanto alguns até acreditam no potencial terapêutico das plantas medicinais, mas não prescrevem. Os profissionais sentem que seus conhecimentos sobre a Fitoterapia são insuficientes, mas quando questionados sobre o interesse em uma capacitação acerca do tema, se mostram interessados (CORTEZ, et. al, 2017).

Haraguchi et. al (2020) obteve resultados positivos em seu estudo sobre um curso de capacitação oferecido na cidade de São Paulo para profissionais de saúde que queiram aprofundar seus conhecimentos sobre a Fitoterapia. Foi verificado um aumento significativo na prescrição de fitoterápicos, na recomendação de plantas como camomila, espinheira-santa, cidreiras, babosa e o conhecimento sobre efeitos colaterais que as plantas podem causar.

O farmacêutico frente à Fitoterapia

O profissional que desempenha um papel importante na Fitoterapia e no uso racional de fitoterápicos e plantas é o farmacêutico. Desde a origem da profissão, é ele quem está sempre orientando os pacientes quanto aos efeitos adversos, modo de utilização e informações complementares, mesmo que de maneira informal e não documentada (SILVA, 2019).

Segundo a Resolução nº 477 de 28 de maio de 2008 do Conselho Federal de Farmácia, cabe ao farmacêutico a atenção à saúde, a assistência farmacêutica, promover o uso racional, cultivar, manejar, coletar e beneficiar plantas medicinais, produzir e manipular os produtos fitoterápicos, participar dos processos de implantação dos serviços de fitoterapia e orientar prescritores sobre a forma correta de se utilizar as plantas e fitoterápicos (CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA, 2019). A Assistência Farmacêutica foi incluída como estratégia do SUS muito antes, em 1998, por meio da Política Nacional de Medicamentos (PNM). Faz parte da Política Nacional de Saúde (PNS), visando garantir o acesso aos medicamentos e insumos pela população, o acesso aos serviços farmacêuticos, cumprindo os princípios constitucionais da universalidade, equidade, integralidade, regionalização e hierarquização (BRASIL, 2018).

O Conselho Federal de Farmácia, na Resolução nº 546 de 21 de julho de 2011, dispõe que o farmacêutico pode ser responsável técnico de ervanarias, indústria farmacêutica, distribuidoras, farmácia comunitária e magistral relacionadas a plantas medicinais e fitoterápicos. Pode indicar plantas medicinais e fitoterápicos isentos de prescrição, desde que sejam respeitadas a ética, o conhecimento técnico-científico e que seja de forma clara, simples e compreensiva.

A população tem preferência pelo uso do medicamento alopático, mas há quem prefira as plantas medicinais por serem de baixo custo e fácil acesso, e assim as utilizam sozinha ou em conjunto com o medicamento alopático, muitas vezes sem saber que se não forem usadas ou preparadas corretamente podem ser tóxicas, causar efeitos adversos, comprometer o tratamento e interagir com outros medicamentos. E assim entra o profissional farmacêutico, com sua orientação adequada, para que os riscos dos efeitos adversos diminuam cada vez mais (FIGUEREDO et. al, 2014).

Sabemos que muitos dos fitoterápicos utilizados, principalmente por automedicação, possuem perfil tóxico desconhecido. A utilização inadequada, mesmo que pareça ter baixa toxicidade, pode induzir problemas graves desde que existam outros fatores de risco como contraindicação ou a utilização juntamente a outros medicamentos. O problema é que as informações sobre ocorrências de intoxicações e os efeitos colaterais geralmente não chegam até os pacientes dos serviços de saúde pública do país, pois muitas vezes são indivíduos de baixa renda, escolaridade e acervo cultural (SILVEIRA et. al, 2008).

Certas plantas podem apresentar interações se combinadas com medicamentos alopáticos, como descrito na Tabela 1. Interações com anticoagulantes, hipoglicemiantes entre outros podem vir de plantas como o Ginseng e Ginko Biloba, além de diversos efeitos

colaterais como diarreia, alergias, vindas de plantas como a Echinacea, o Sene e a Erva de São João (Tabela 1).

Tabela 1: Plantas medicinais e seus efeitos adversos e interações

Nome popular e científico	Constituintes Químicos	Uso tradicional	Ação farmacológica	Efeitos adversos	Interações
Ginseng <i>Panax ginseng</i> C. A. Mey	Ginecosídeos, Triterpene saponins	Energético	Anti-inflamatório e estimulante	Insônia, mastalgia, sangramento vaginal, hipertensão, diarreia, hipoglicemia	Hipoglicemiantes orais, inibidores da MAO
Echinacea <i>Echinacea angustifolia</i> DC, <i>Echinacea polida</i> Nutt, <i>Echinacea purpurea</i> (L.) Moench	Polissacarídeos, alcaloides, glicoproteínas	Úlceras, abscessos, queimaduras, equizemas	Estimulante do sistema imune, antifúngico e anti-inflamatório	Imunossupressão, reações alérgicas, anafiláticas	Hepatotoxicidade com Esteroides, anabolizantes, cetoconazol, amiodarona, metotrexato
Valeriana <i>Valeriana officinalis</i> L.	Aminoácidos, alcaloides, valepotriates, óleos voláteis	Problemas digestivos, insônia, estresse, trato urinário	Sedativo, ansiolítico	Cefaleia, ressaca, hepatite	Potencialização de outros medicamentos do Sistema Nervoso Central
Sene <i>Cassia angustifolia</i> Vahl	Antraquinonas	Constipação	-	Diarreia, desordens gastrintestinais	-
Passiflora <i>Passiflora edulis</i> Sims	Alcaloides, flavonoides	Neuralgia, ataques epilépticos, histeria, insônia	Sedativo, ansiolítico	Náuseas, sonolência, taquicardia ventricular	Potencialização de outros depressivos do SNC, álcool
Ma Huang <i>Ephedra-ma-huang</i> Liu	Efedrina	Estimulante do SNC, asma, febre	Semelhante a efedrina	Ansiedade, confusão, insônia, psicose	Outros efeitos estimulantes, betabloqueadores, inibidores da MAO, teofilina
Ginkgo biloba <i>Ginkgo biloba</i> L.	Gingcolides, bilobalice, flavonóides	Asma, hipertensão, tinitus, angina	Sérios efeitos antiplaquetários, antirradicais livres	Sintomas gastrintestinais, sangramento, alergias, cefaleia, tonturas	Potencialização dos anticoagulantes
Eucalipto <i>Eucalyptus tereticornis</i> Sm.	Eucaliptina, quercetina	Congestão nasal	Antimicrobiano, antifúngico, anti-inflamatório	Cianoses, delírio, sintomas gastrintestinais	-
Erva de São João <i>Hypericum perforatum</i> L.	Hypericina, hypeforina	Cicatrizante de feridas, diurético, analgésico, melancolia	Antidepressivo, antiviral	Sintomas gastrintestinais, alergias, fadiga, ansiedade, sedação	Inibidor da recaptção de serotonina, indutor das enzimas hepáticas

Fonte: Adaptado de Silveira et. al, 2008.

Segundo os dados mais recentes do SINITOX, 2017, dos 76.115 casos registrados de intoxicação humana, 821 casos (1,08%) são de intoxicação por plantas. Conforme

demonstrado na Tabela 2, a faixa etária mais afetada foi a das crianças de 1 a 4 anos, com 250 casos (30,45%). Esses números parecem baixos, quando comparados ao quantitativo de habitantes do país, isto se deve porque o SINITOX, atualmente, encontra dificuldades para representar a real situação brasileira devido a queda no repasse de dados vindos dos Centros de Informação e Assistência Toxicológica (CIATs), portanto supõe-se que a situação atual pode apresentar números maiores (BRASIL, MELO et. al, 2021).

Tabela 2: Número de casos de intoxicação humana por plantas e por faixa etária em 2017 no Brasil

Idades	Nº de casos	%
Menor que 1 ano	38	4,62%
1 a 4 anos	250	30,45%
5 a 9 anos	106	12,91%
10 a 14 anos	28	3,41%
15 a 19 anos	19	2,31%
20 a 29 anos	62	7,55%
30 a 39 anos	49	6%
40 a 49 anos	51	6,21%
50 a 59 anos	50	6,09%
60 a 69 anos	41	4,99%
70 a 79 anos	13	1,58%
80+ anos	5	0,60%
Sem idade revelada	109	13,28%
Total	821	100%

Fonte: SINITOX (BRASIL, 2021)

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A população se arrisca ao utilizar plantas medicinais e fitoterápicos sem prescrição feita previamente por um profissional de saúde. Por serem de fácil acesso e baixo custo, acabam sendo a opção de muitas pessoas para prevenir e tratar suas enfermidades. Como diversas plantas não possuem estudos científicos comprovados, os riscos de intoxicação, interação com outros medicamentos e até a chance de ir a óbito é grande.

Diante do exposto, ressaltamos a importância da presença de um profissional qualificado, que saiba orientar, acolher o paciente, não apenas em drogarias, mas também

na saúde pública, na atenção básica e em ervanarias, e o farmacêutico é o que mais se adequa a estas características, sendo amparado por resoluções que defendem a execução da Assistência Farmacêutica.

Outro fator de real importância aqui encontrado é a necessidade da capacitação. A capacitação dos profissionais que ainda se sentem inseguros para prescrever fitoterápicos e plantas, já que, como demonstrado nos estudos aqui referenciados, há profissionais que apresentam interesse em se qualificar. Pensando em uma escala proporcional, quanto mais profissionais qualificados existirem, mais a Fitoterapia se tornará comum na Atenção Básica do país, para que a população tenha um acesso digno a esta terapêutica e sofra cada vez menos os efeitos adversos e intoxicações.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos Departamento de Assistência Farmacêutica. **Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos**. Série B. Textos Básicos em Saúde. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2006c. p. 20.

BRASIL. **Práticas Integrativas e Complementares: Plantas medicinais e fitoterapia na Atenção Básica**. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2012. 154 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS. Atitude de ampliação de acesso**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2015a 2ª edição, 98 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica. **Política e Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2016. 190 p.

BRASIL. Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas-SINITOX [**Recurso eletrônico**]. Disponível em: <https://sinitox.icict.fiocruz.br/dados-nacionais>. Acesso em 07 set. 2021.

CORTEZ, L.C., JEUKENS, M.M.F. **Fitoterápicos na atenção primária à saúde: revisão da literatura**. Arq Med Hosp Fac Cienc Med Santa Casa São Paulo. 2017; 62(3):150-5. Acesso em 19 set. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. **Resolução nº 477 de 28 de maio de 2008**. Dispõe sobre as atribuições do farmacêutico no âmbito das plantas medicinais e fitoterápicos e dá outras providências. Disponível em: https://www.cff.org.br/userfiles/file/resolucoes/res477_2008.pdf Acesso em 08 set. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. **Resolução nº 546 de 21 de julho de 2011**. Dispõe sobre a indicação farmacêutica de plantas medicinais e fitoterápicos isentos de prescrição e o seu registro. Disponível em: https://www.cff.org.br/userfiles/21%20-%20BRASIL_%20CONSELHO%20FEDERAL%20DE%20FARM%C3%81CIA_%202011%20Resolucao_546_2011_CFF.pdf. Acesso em 08 set. 2021.

CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA. Comissão Assessora de Plantas Medicinais e Fitoterápicos. **Plantas Medicinais e Fitoterápicos**. São Paulo, SP: Conselho Regional de Farmácia, 2019. 4ª edição. 86 p. Disponível em: <http://www.crfsp.org.br/images/cartilhas/PlantasMedicinais.pdf> Acesso em 08 set. 2021.

FIGUEREDO, A.C., GURGEL, G. D. I., JUNIOR G. D. G. **A Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos: construção, perspectivas e desafios**. Physis Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 24 [2]: 381-400, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/fzMtXMF6QwLVHLk8nzxdFdM/abstract/?lang=pt>, Acesso em 08 set. 2021

HARAGUCHI, L.M.M., SAÑUDO, A., RODRIGUES, E., CERVIGNI, H., CARLINI, E.L.A. **Impacto da capacitação de profissionais da Rede Pública de Saúde de São Paulo na Prática da Fitoterapia**. Revista Brasileira de Educação Médica. 44 (1): edição 17; 2020. Acesso em 19 set. 2021

JÚNIOR, B.J.N., TÍNEL, L.O., SILVA, E.S., RODRIGUES, L.A., FREITAS, T.O.N., NUNES X.P., AMORIM E.L.C. **Avaliação do conhecimento e percepção dos profissionais da estratégia de saúde da família sobre o uso de plantas medicinais e fitoterapia em Petrolina-PE, Brasil**. Rev. Bras. Pl. Med., Campinas, v.18, n.1, p.57-66, 2016. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rbpm/a/DqbDqrRWkNPMXck7KcQvNGg/?lang=pt> Acesso em 12 set. 2021

MATTOS, G., CAMARGO A, SOUZA A.C., ZENI, L. B. A. **Plantas medicinais e fitoterápicos na Atenção Primária em Saúde: percepção dos profissionais**. Ciência & Saúde Coletiva, 23(11):3735-3744, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2018.v23n11/3735-3744/> Acesso em 01 set. 2021

MELO, D.B., MACEDO, L.M., ALMEIDA, I.O., PEREIRA, T.R.S, SILVA, T.M., LEAL, M.M.T., MELO, G.A., SANTANA, L.L.B. **Intoxicação por plantas no Brasil: uma abordagem cienciométrica**. Brazilian Journal of Development, Curitiba, v.7, n.4, p. 40919-40937, 2021. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/28600/22737>. Acesso em 08 set. 2021.

SILVA, O.T. Prescrição farmacêutica de plantas medicinais e fitoterápicos. 2019. 56 f. **Trabalho de Conclusão de Curso** - Universidade Federal de Campina Grande, Cuité 2019. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rbfar/a/dFRCmfPT94rZmrgLy3y4wYH> Acesso em 08 set. 2021.

SILVEIRA, F.P., BANDEIRA M.A.M., ARRAIS, D.S.P. **Farmacovigilância e reações adversas às plantas medicinais e fitoterápicos: uma realidade**. Revista Brasileira de Farmacognosia. 618-626 p., 2008. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rbfar/a/dFRCmfPT94rZmrgLy3y4wYH>. Acesso em 04 set 2021.

O GENGIBRE: OS BENEFÍCIOS DO ÓLEO ESSENCIAL

Giovana Cerazi Grosso, Maria Lara Ribeiro, Heloísa Donzella.
E-mail: gi.cerazi@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

Segundo RODRIGUES (2006) o gengibre tem seu nome científico de *Zingiber officinale* Roxoe, pertencente à família Zingiberaceae, outros nomes conhecidos são: mangarataia, mangaratia. Temorigem Ásia tropical e seu hábito é herbácea anual. É uma planta herbácea de 1,5m de altura; comcaule articulado; folhas ordenadas em duas séries; flores amarelo-esverdeado.

O fruto do gengibre é uma cápsula trilocular; as sementes são azuladas e possuem albúmen carnosos; o rizoma é articulado, formado por tubérculos ovoides, rugosos e prensados um contra os outros. Suas variedades são: branca, azul e amarelo; adaptam-se em climas tropicais, subtropicais e regiões mais frias; desenvolvem-se em terreno arenoso, leve, bem drenado e fértil. Se reproduzem através de pedaços de rizomas com 1 ou 2 brotos e após um mês as mudas estão prontas para serem plantadas em lugar definitivo; após 10 a 12 meses estão prontas para ser colhida e usada para diversas produções (RODRIGUES, 2006).

Neste artigo, buscou-se entender a utilidade e os benefícios do gengibre em suas formas medicinais e vegetais.

2 MÉTODOS.

Pesquisa em artigos publicados em revistas científicas e em *websites* da internet.

3 REVISÃO DE LITERATURA.

HIRA (2018) diz que óleo essencial de gengibre tem praticamente os mesmos benefícios para a saúde, como em forma medicinal ou gengibre fresco, apesar de sua forma mais potente ser a do óleo essencial, pois contém os mais altos níveis de gingerol.

Esse produto possui um componente chamado Zingibain, que é responsável pelas propriedades anti-inflamatórias do óleo; inflamação em um corpo saudável, é a resposta normal e eficaz que facilita a cura, inflamação em áreas saudáveis causa inchaço, dor e desconforto; uma inflamação anormal está na raiz da maioria das doenças, e esta é a causa da síndrome do intestino irritável, artrite e sintomas de fibromialgia, bem como doença

celíaca e do intestino irritável. Ele fornece alívio da dor e trata dores musculares, artrite, enxaqueca e desconfortos estomacais. Acredita-se também que o mesmo reduz a quantidade de prostaglandinas no corpo, que são compostos associados à dor (HIRA, 2018).

Além de tudo, Diana PETRY cita que o óleo essencial diluído pode ser usado de diversas formas, em cremes, colares aromatizantes, para massagens e tratamento, trazendo benefícios tanto fisiológicos como emocionais. Ressalta-se que devido a alta concentração de ativos há a necessidade de diluição para ser inalado e atingir os seus objetivos.

O óleo essencial do gengibre também é utilizado para a melhora física, agindo como antiulcerogênico, antiemético, aumenta a imunidade, estimulante da circulação venosa, entre outros. Em busca de melhora emocional, ele auxilia no combate letárgico, na falta de ânimo e de disposição. Enquanto em sua propriedade vibracional – para quem acredita, promove autoconfiança, coragem e poder pessoal. (PETRY, 2013).

O óleo essencial de gengibre, segundo Natália JONAS (2020), pode oferecer benefícios corporais para tratar cólicas estomacais e menstruais, dores musculares, circulação, digestão, enxaqueca, inflamação, analgésico, menopausa, antialérgicos, dermatite, edemas. Serve também para detox do corpo, limpeza da pele, oferece benefícios emocionais para tratar insegurança, autoconfiança, irritabilidade, estímulo mental.

O aroma penetrante, quente e terroso, promove enraizamento, direcionando a mente e dissipando as dúvidas. Aporta coragem e incentiva o sentimento de ser capaz, fortalecendo a sensação de merecimento. Vem nos trazer poder pessoal com autoconfiança para seguirmos na nossa essência que inspira seu nome de: “O Óleo do Poder Pessoal”. Pode ser uma ferramenta interessante aqueles que precisam de uma força para se posicionar e aliviar o peso da necessidade de corresponder às expectativas dos outros. (JONAS, 2020).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através desse estudo verificamos que o gengibre é composto por água, proteína, gorduras totais, carboidratos, fibra alimentar, monossacarídeo, minerais, cálcio, ferro, magnésio, fósforo, potássio, sódio, zinco e vitamina C, vitamina E, vitamina K, ácido ascórbico total, tiamina, riboflavina, niacina, vitamina B6, ácido fólico total, lipídeos, gorduras saturadas, monoinsaturadas, poli-insaturadas; também constituída quimicamente por óleos essenciais (gingerona, zingibereno, falandreno, canfeno, cineol, broneol e atral) e carboidrato.

A extração dos ativos deste rizoma pode ocorrer por decoação, infusão, pó, extrato fluido, tintura, xarope e alcoolato. Os extratos são utilizados para diversos fins: controlar o diabetes, reduzir cólicas menstruais, ajuda emagrecer, previne o câncer, melhora a memória, combate infecções, melhora a digestão, alivia sintomas de problemas respiratórios, combate náuseas, reduza dor, melhora sintomas de osteoartrite, entre outros.

Concluimos, então, que há necessidade de estudos clínicos para entender a utilidade, as concentrações de ativos e o esquema terapêutico para a utilização óleo essencial gengibre na fitoterapia e na aromaterapia.

REFERÊNCIAS

HIRA, Yumi. **Usos e benefícios do óleo essencial de gengibre**. Blog useorgânico, 2018. Disponível em: <https://blog.useorganico.com.br/usos-e-beneficios-do-oleo-essencial-de-gengibre/amp/>. Capturado em: 04 ago. 2021.

JONAS, Natália F. **Óleo essencial de Gengibre** – o óleo do poder pessoal. Boa Fórmula, 2020. Disponível em: <https://www.boaformula.com/post/dica-saudavel-gengibre-o-oleo-essencial-do-poder-pessoal>. Capturado em: 06 set. 2021.

PETRY, Diana. **Harmonia e aromaterapia**. Harmoniearomaterapia, 2020. Disponível em: <https://harmoniearomaterapia.com.br/oleos-essenciais/24-oleo-essencial-de-gengibre.html>. Capturado em: 06 set. 2021.

RODRIGUES, Vanda Gorete Souza; GONZAGA, Dorila Silva de Oliveira Mota. **Gengibre**. Porto Velho, RO, dezembro de 2001 Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/100657/1/Folder-gengibre.pdf>. Capturado em: 28 ago. 2021.

O IMPACTO CAUSADO NAS CONDIÇÕES DA SAÚDE MENTAL ENTRE TRABALHADORES DA SAÚDE E DA EDUCAÇÃO COM O ADVENTO DA PANDEMIA DO COVID-19

Erica Valvasori Gonçalves, Adriana Campos Meiado, e-mail:
erica-jau@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

No final de 2019 na China, deu início ao surto de uma doença que poderia se tornar uma epidemia. No início de 2020, observou-se que essa doença, declarada como COVID-19, tomou uma grande proporção resultando em casos fora do país atual. Com dados declarados sobre mais pessoas infectadas sobre a nova doença, a OMS declarou o novo vírus como pandêmico.

O novo vírus tomou uma proporção avassaladora, causando amplitude global, produzindo um grande número de infectados e óbitos pelo mundo (TEIXEIRA et al., 2020). Ainda desconhecido e sem instrução sobre as possíveis causas, medidas foram tomadas para o enfrentamento e diminuição do novo COVID-19 que se tornavam mortal em diversos países.

A mais conhecida e adotada por todos foi o distanciamento social ou isolamento social, onde puderam analisar que seria a melhor forma de combate ao vírus que se instalava rapidamente na sociedade mundial (BEZERRA, 2020).

Os profissionais da saúde mantêm um ritmo de trabalho exaustivo normalmente, com a chegada da nova doença isso se agravou, aumentando as horas trabalhadas, sem descanso, com medo do desconhecido e do contágio rápido, causando elevados níveis de estresse e também a exaustão física e emocional (PEREIRA et al., 2020).

Outros profissionais a serem atingidos indiretamente e precisaram adaptar-se as novas maneiras de intervenção, são os professores. Esses profissionais foram atingidos de forma circunstancial, onde precisaram parar suas rotinas cotidianas de ensino, e assim, fazendo com que seus alunos ficassem sem aprendizagem e diminuísse a qualidade de ensino (ARRAZ, 2020).

Neste contexto, pode-se perceber a importância de uma intervenção profissional para que os profissionais, tanto da saúde, como da educação, tenham um suporte mais elaborado para o enfrentamento do COVID-19 e as novas rotinas instaladas repentinamente a sociedade.

Portanto, é importante que medidas de intervenção sejam mais frequentes e mais trabalhadas, para que a exaustão emocional seja cada vez mais extinta e a saúde mental mais fortalecida e saudável.

Desse modo, justifica-se o presente trabalho envolvendo as pesquisas sobre a saúde mental de trabalhadores da saúde e educação antes e depois a pandemia do COVID-19 e as consequências causadas diante do contexto atual, com o objetivo de verificar se o advento da pandemia da COVID-19 está relacionado com o agravando das condições de saúde mental dos trabalhadores da saúde e educação e quais transtornos se relacionam com o adoecimento mental.

Os objetivos específicos serão apresentados mostrando as relações entre saúde/doença mental; dados epidemiológicos sobre o adoecimento mental entre os trabalhadores da saúde e da educação antes de 2019 (pré-pandemia); transtornos mentais prevalentes entre os trabalhadores da saúde e da educação a partir de 2020 e verificar os instrumentos construídos para os cuidados da saúde mental durante a pandemia.

2 MÉTODO

O trabalho será desenvolvido através de pesquisa bibliográfica, desenvolvida através de materiais já elaborado e constituído sobre livros e artigos científicos (VOSGERAU; ROMANOWSKI, 2014). Tendo como base para o conteúdo deste trabalho, foram pesquisados livros e artigos recentemente publicados que abordem o tema.

Primeiramente foi feito um levantamento de dados através do Google acadêmico, priorizando artigos nos quais abordavam o objetivo deste trabalho. Usou-se para a pesquisa “o agravando de condições de saúde mental entre trabalhadores da saúde e da educação diante da pandemia covid-19”. Foram apresentados 1.490 resultados, tendo como critério de escolha os títulos de artigos que apresentassem as palavras: saúde mental; pandemia COVID-19; saúde dos trabalhadores e profissionais da saúde e educação. A escolha deu-se através de artigos no qual evidenciaram o tema a ser trabalhado. Foram feitas leituras dos artigos detalhadamente, buscando principais características e fatores que possam influenciar na saúde mental de profissionais da saúde e educação.

Em outro momento foram selecionados artigos que traziam a problematização e sustentavam a ideia apontada sobre esse trabalho. Foram feitas leituras sobre os artigos a fim de trazer maior compreensão e foram escolhidos os que mais se denominavam a um ponto comum. A idealização foi trazer maiores detalhes e levantar características

fundamentais sobre a temática, a fim de entender como esses fatores podem influenciar diretamente sobre a saúde mental em profissionais da saúde e educação.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Levando em consideração todos os aspectos sobre esse impacto social, a preocupação sobre a saúde mental se intensifica, gerando mais esforços e cuidados para um melhor enfrentamento. Para Faro et al. (2020), essa doença vem decompondo todo um sistema de saúde, e os cuidados a saúde mental é primordial para uma excelência a saúde básica.

Depois do início da pandemia, o agravando dos problemas psicológicos tiveram elevados números, possivelmente ultrapassando os números de mortes ocorridas até o momento. O medo, a raiva, solidão e a frustração tomam prioridade no quesito sentimentos, e isso faz com que as pessoas que sobreviveram a esse episódio sintam-se culpadas. Esses fatores podem levar a uma carga emocional, física e social, podendo desencadear transtornos mentais ou doenças físicas e até possibilitando o surgimento de estresse pós-traumático, diminuindo assim o estímulo sobre tarefas pessoais e profissionais.

Sendo assim, seriam essenciais os cuidados com a saúde mental pós-pandemia, para que isso possa trazer um entendimento maior sobre os acontecidos e assim, fortalecer o enfrentamento a pandemia.

3.1 ADOECIMENTOS DA SAÚDE MENTAL SOBRE PROFISSIONAIS DA SAÚDE E EDUCAÇÃO.

Na atualidade a saúde mental começou a ganhar espaço na sociedade, pois começou a se perceber a necessidade de uma visão mais significativa diante de problemas que começaram a ser apresentados por profissionais que atuavam diretamente em áreas ligadas ao contato direto com outras pessoas, prejudicando assim, não somente a saúde mental, mas também sua área de atuação.

Os trabalhos que exigem muito dos profissionais em questão de horas extensivas e vulnerabilidade emocional como é o caso da saúde e educação, faz com que eleve o nível de estresse, o que resulta muitas vezes em uma demanda sobre medicamentos e ajuda médica.

Os problemas com a saúde dos professores estão relacionados a grandes preocupações sobre seus alunos e a demanda de novidades a que vem sendo expostos todos os dias, sendo indiferente para os níveis de ensino ou instituição.

Por tanto, o agravando da saúde mental de profissionais da saúde, assim como também dos profissionais da educação, são possivelmente os mesmos fatores, possuindo pequenas diferenças acerca de cada trabalho onde cada um segue um roteiro de rotinas e abordagens diferenciadas, mas com resultados.

3.2 O IMPACTO DA PANDEMIA E AS CONSEQUÊNCIAS TRAZIDAS PARA A SAÚDE MENTAL DOS PROFISSIONAIS.

No começo de 2020 um novo quadro se instala diante da sociedade fazendo com que mudanças fossem repensadas para que a população conseguisse passar por um colapso que se evidenciava no mundo todo. O adoecimento mental, então, ganha mais uma prioridade sob a perspectiva de enfrentamento de problemas, deixando esses profissionais mais vulneráveis e fragilizados.

A crise desencadeada no país pode apresentar diversos estágios de problemas, principalmente sobre a saúde mental, desfavorecendo inúmeros fatores sobre cuidados a saúde como um todo. Sobre essa perspectiva, foi embasado que a crise pode ser dividida em três momentos: pré-crise, intracrise e pós-crise (FARO et al., 2020).

A pré-crise se caracteriza como a primeira etapa das fases, sendo o momento no qual são passadas todas as informações e recomendações sobre o impacto inicial, formas de contágio, transmissão ou desenvolvimento da doença e também seus sintomas. Para Faro et al. (2020), a intracrise reflete diretamente sobre os problemas de saúde mental, pois, é nessa fase que acontece o entendimento sobre a gravidade, vulnerabilidade e o reconhecimento sobre os riscos da doença. A pós-crise é compreendida como reconstrução social, onde a contaminação tende por estarem mais controladas e as atividades mais perto da normalidade, com níveis menos exigentes sobre as proteções de contágio.

O sofrimento psicológico diante dos fatos acaba sendo o mais afetado entre a população, pois, toda a demanda sobre procura de saúde, a angustia sobre a incerteza melhoras ou pioras de pessoas próximas, a tristeza e o medo da perda.

Diante de todos os impactos causados, outra área afetada diretamente foi a educação, onde escolas tanto privadas como também as públicas tiveram seus calendários cancelados, privando suas atividades presenciais a fim de evitar um contágio sobre a

doença. Com o cenário se agravando e sem um retorno prévio das aulas, foi preciso a elaboração de novos meios educativos para dar continuidade a educação das crianças e assim não deixar escasso o ensino/aprendizagem (SANTOS 2020).

Por tanto, devido ao novo contexto no qual estamos inseridos, novos meios deverão ser pensados caso haja uma demora sobre na reconstrução da normalidade sobre os fatos. Sendo assim, torna-se necessário a construção de meios alternativos para que ajudem a sociedade no enfrentamento desse novo quadro atual.

4. SAÚDE MENTAL E A ATENÇÃO PSICOLÓGICA NA PANDEMIA

Diante da chegada da pandemia, algumas orientações foram ditadas para que o contágio e a propagação da doença fossem diminuídos, como é o caso do isolamento social, determinado a população que ainda não tiveram contato com a doença. Já a quarentena tem como intuito manter pessoas infectadas isoladas para que não haja maior contaminação (ZWIELEWSKI, et al., 2020).

As recomendações tomadas sobre a pandemia tem sua importância, porém, ela também pode trazer prejuízos para a saúde mental, considerando que é preciso se afastar de costumes, rotinas e até mesmo de pessoas nas quais eram hábitos de convivência.

O medo, a angústia, o estresse, a incerteza e dentre outros sentimentos acumulados trazidos pela pandemia, possibilitou uma atenção maior sobre o impacto psicológico. Para Zwielewski, et al. (2020) “Os efeitos psicológicos em pessoas que estavam em quarentena podem ser comparados àqueles verificados em pessoas que não estavam em quarentena em situações similares ao do novo coronavírus”. Sendo assim, as consequências psicológicas que afetam a população, faz com que se torne importante a construção de protocolos de intervenção psicológica ao enfrentamento da pandemia.

Os protocolos de intervenção têm como intuito orientar e instruir sobre procedimentos específicos, com o objetivo de conduzir pacientes sobre novos costumes e critérios. Para Zwielewski (2020), “Protocolos para atendimento e cuidados na saúde de populações são úteis para padronizar e otimizar processos de triagem, rastreamento, diagnóstico, tratamento medicamentoso ou psicoterapêutico”.

Os grupos destinados à inclusão de protocolos têm como indicação atendimentos breves e destinados diretamente na queixa ou demanda, para que assim torne um processo mais ágil e eficaz no enfrentamento de estressores.

As intervenções iniciais são atribuídas a psicoeducação, gerando meios alternativos como cartilhas, vídeos, chamadas por telefone, cartas e até mesmo por plataformas online,

para auxiliar sobre essa demanda e assim diminuir e identificar os casos mais rapidamente. Ainda para (SCHMIDT, et al., p. 8, 2021) “[...] sugere-se inicialmente a oferta de primeiros cuidados psicológicos, os quais envolvem assistência humana e ajuda prática em situações de crise, buscando aliviar preocupações, oferecer conforto, ativar a rede de apoio social e suprir necessidades básicas [...]”.

Sendo assim, considera-se que a Psicologia pode oferecer estratégias para ajudar no enfrentamento das consequências da saúde mental trazidas pela pandemia do COVID-19, que se acredita ser uma das maiores exigências da saúde atualmente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho foi originado através de pesquisas bibliográficas a fim de enfatizar sobre a saúde mental de trabalhadores da saúde e da educação, apresentando as relações sobre as duas categorias trabalhistas e suas dificuldades.

A perspectiva sobre o mesmo foi evidenciar suas problemáticas de saúde mental e compará-las através do pré e pós-pandemia, procurando transparecer as condições vivenciadas, os resultados concluídos e a atenção psicológica voltada a problemática atual.

Nota-se através da pesquisa que o agravando da saúde mental de tais profissionais, vem sendo gradativamente influenciada por diversos fatores que possibilitam o adoecimento do trabalhador através de desgaste emocional, físico e psicológico, fazendo-se necessário o uso de algumas atribuições psicológicas para ajuda do enfrentamento.

Entretanto, mesmo frente a esses obstáculos, os profissionais da saúde e educação se adaptaram de forma inteligente possibilitaram novos meios para que a sociedade continuasse suas rotinas, mesmo que de forma modificada, mas com o mesmo objetivo.

Por tanto, é possível considerar que mesmo através das dificuldades antigas, a sociedade tem a capacidade de se adaptar á novas condições, não desfavorecendo a qualidade de seus trabalhos e sim agregando sobre seu contexto atual.

REFERÊNCIAS

ARRAZ, F.M. A Síndrome de Burnout em Docentes. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, v.7, p. 34 – 47, 2018. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/saude/burnout-em-docentes>. Acesso em: 18 jan. 2021.

BEZERRA, et al. Fatores Associados ao Comportamento da População Durante o Isolamento Social na Pandemia de COVID-19. **Ciência e Saúde Coletiva**, Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Pernambuco (Recife), v. 25, p. 2411 – 2421, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/csc/2020.v25suppl1/2411-2421/pt>. Acesso em: 05, abr. 2021.

FARO, A. et al. COVID19 e Saúde Mental: A Emergência do Cuidado. **Estudos de Psicologia** (Campinas), v. 37. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/1982-0275202037e200074>. Acesso em: 14 jun. 2021.

PEREIRA et al. O Agravamento dos Transtornos de Ansiedade em Profissionais de Saúde no Contexto da Pandemia da COVID-19. **Brazilian Journal of Health Review**, v.4, n.2, p. 4094-4110, 2021. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BJHR/article/view/25537/20337>. Acesso em: 12 jul 2021.

SANTOS, C. S. Educação Escolar no Contexto de Pandemia: Algumas Reflexões. **Gestão & Tecnologia Faculdade Delta**, a. IX, v. 1 ed. 30 Jan/Jun 2020. Disponível em: <http://www.faculadadedelta.edu.br/revistas3/index.php/qt/article/view/52/41>. Acesso em: 14 jun 2021.

SCHMIDT, B; et al. Saúde mental e intervenções psicológicas diante da pandemia do novo coronavírus (COVID-19). *Estud. Psicol. (Campinas)*, v.37, **2020**. Disponível em: <https://doaj.org/article/37dc709a4cb74db2b8e5280c592aeb27>. Acesso em: 19 ago 2021.

TEIXEIRA, et al. A saúde dos Profissionais de Saúde no Enfrentamento da Pandemia de Covid-19. **Ciência e Saúde Coletiva**, Universidade Federal da Bahia (Canela), v. 25, n. 9, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2020.v25n9/3465-3474/>. Acesso em: 05, abr. 2021.

VOSGERAU, D. S. R; ROMANOWSKI, J. P. Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas. **Rev. Diálogo Educacional** (Curitiba), v. 14, n. 41, p. 165-189, 2014. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/2317/2233>. Acesso em: 05, fev. 2021.

ZWIELEWSKI, G. et al. Protocolos para tratamento psicológico em pandemias: as demandas em saúde mental produzidas pela Covid-19. **Ebates em Psicologia**, v.10., n. 2., 2020. Disponível em: <https://revistardp.org.br/revista/article/view/36>. Acesso em: 19 ago. 2021.

O PAPEL DA ENFERMAGEM NA PREVENÇÃO DE INFECÇÃO NA CORRENTE SANGUÍNEA VIA CATETER VENOSO CENTRAL

Michaele Ramalho, Carolina Fernandes, Giovanna Castilho Davatz Lopes, Adriane Lopes
email: mikaele.ramalho@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO.

As infecções ainda se mostram como os principais desafios para segurança do paciente, pois podem ocasionar morbidade e mortalidade, consistindo em um problema de saúde pública (CEBALLOS et al., 2013; COSTA et al., 2020). Dentre elas, destacam-se as infecções da corrente sanguínea, que resultam em taxa de óbito de 60%. Estão fortemente vinculadas aos dispositivos invasivos, com ênfase nos cateteres venosos centrais, pois são mantidos por um maior tempo e manipulados diversas vezes durante o dia. (OLIVEIRA et al., 2015).

A Organização Mundial da Saúde (OMS), destaca ações para a prevenção e combate da infecção por cateter venoso. Dentre as ações se encontra a implantação de *bundles* (higienização das mãos, precaução máxima de barreira a punção do cateter, preparo da pele com gluconato de clorexidina, seleção do sítio de inserção e remoção do dispositivo). O *bundles* tem ganhado cada vez mais espaço e está sendo implantado em todas as instituições hospitalares por ser muito eficaz para a diminuição de infecções relacionadas ao cateter venoso central e na melhoria dos serviços prestados relacionados a alguns procedimentos. Assim, os profissionais de Enfermagem devem sempre apoiar e incentivar essas práticas, pois significam aumento da segurança do paciente.

De acordo com a lei de nº7.498 de 25 de junho de 1986, para que o Enfermeiro faça todas as atividades, cumprindo todas suas funções na maior complexidade técnica, é necessário experiência e sólida base científica. Esses aspectos auxiliam na competência para a tomada de decisões imediatas tendo colaboração na profilaxia e no controle sistemático. O Conselho Federal de Enfermagem (COREN) em dia 15 de outubro de 2009 compõem a sistematização da assistência de Enfermagem contendo anamneses, diagnóstico de Enfermagem, planejamento de Enfermagem, implementação, avaliação de Enfermagem, incluindo a capacidade de avaliar a troca do curativo no cateter venoso central observando a fixação e alterações, presença de sinais flogístico em seu óstio (COREN, 2015).

Portanto, enquanto a inserção do cateter venoso central é realizada por médico, todos os cuidados frente a este dispositivo são realizados pelo Enfermeiro e o técnico sob a supervisão do Enfermeiro (COREN, 2015). Assim, o Enfermeiro é o profissional com a competência técnica e legal necessária para realizar a manutenção e retirada do cateter venoso central. Ressalta-se, portanto, que precisa ficar atento a fim de garantir a manutenção e manuseio ideal, visando minimizar as falhas que podem predispor a infecções. Diante disso, pesquisas têm sido realizadas na área da Enfermagem visando identificar os fatores de risco, aperfeiçoar as normas de vigilância e criar diretrizes para seu controle (OLIVEIRA et al., 2015).

Os diversos métodos que visam melhoria da qualidade e prevenção dessas infecções têm se mostrado eficazes (CEBALLOS et al., 2013). Entretanto, na prática diária, estudos mostram evidências de que os profissionais da saúde têm desempenhado suas tarefas frente a estes procedimentos de forma insatisfatória (OLIVEIRA et al., 2015).

Uma das estratégias para o enfrentamento consiste em disponibilizar às equipes de saúde informações baseadas em evidências, além de fazer recomendações de comportamentos coerentes com a prevenção dessas infecções (COSTA et al., 2020).

Diante do exposto o presente trabalho visa difundir informações da literatura sobre riscos e medidas preventivas de infecção hospitalar via cateter venoso central, auxiliando na orientação e instrução de discentes e profissionais da área de Enfermagem.

2 OBJETIVO

Investigar e descrever fatores de riscos e intervir que ocorra as infecções na corrente sanguínea, promovendo a prevenção associado via cateter venoso central.

3 MATERIAIS E MÉTODOS

O trabalho é uma revisão bibliográfica. Assim, visando formular o problema de pesquisa, utilizou-se a estratégia PICO (Problema, Intervenção, Comparação e Desfecho), com a seguinte questão que norteadora: “Quais os fatores de risco e as ações/ estratégias e protocolos de Enfermagem voltados à prevenção de infecções hospitalares via cateter venoso central?”.

4 RESULTADOS

A partir da metodologia identificou 4 trabalhos científicos que foram utilizados para análise da presente da pesquisa, conforme a temática

Tabela 1 – Descrição dos manuscritos selecionados.

Referência	Tipo de Estudo	Risco de Infecção Hospitalar	Ações/ Estratégias e/ou protocolos em Enfermagem
Costa et al., 2020.	Seccional-transversal descritivo	- Fragilidades no conhecimento e comportamento dos profissionais em relação às ações preconizadas	<p><u>Inserção do catéter:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Paramentação completa no momento da inserção do cateter - Higiene/degermação das mãos antes da inserção do cateter - Barreiras máximas de proteção para inserção do cateter venoso central - Barreiras máximas de proteção pelo responsável que auxiliou o procedimento - Uso de solução degermante e alcoólica para assepsia da pele - Espera da secagem do antisséptico antes da inserção do cateter - Evitar veia femoral <p><u>Manutenção do cateter:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Verificação diária da necessidade de permanência do cateter - Uso de gorro e máscara durante a troca de curativo - Higiene das mãos antes da manipulação do cateter - Limpeza do hub ou conectores com álcool 70% - Trocar equipo - Higienização prévia das mãos para a troca de curativo - Datar tubos ou conectores - Evitar manipulação excessiva do cateter - Datar equipo
Aloush, Alsaraireh, 2018.	Seccional-transversal descritivo	<ul style="list-style-type: none"> - Variabilidade no cumprimento das diretrizes - Relação entre número de enfermeiros e de pacientes 	<ul style="list-style-type: none"> - Avaliação diária do local de inserção do cateter - Avaliação da data em que foi feito o curativo - Observar se o curativo se encontra limpo e seco - Lavar as mãos - Utilizar luvas estéreis - Higienizar o orifício com antisséptico - Lavar com solução salina de 0,9% - Mudar o conjunto intravenoso - Cobrir todos os lumens que não estão em uso - Utilizar o mínimo número de lumens que for necessário
Oliveira et al., 2015.	Seccional-transversal descritivo	- Não cumprimento das normas de segurança pelos profissionais.	<p><u>Inserção do cateter</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Uso de paramentação completa para inserção do CVC - Uso de campo estéril ampliado no momento de instalação do cateter - Uso de antisséptico de veículo alcoólico para preparo da pele - Presença de curativo oclusivo após a inserção do cateter

			<u>Manutenção do curativo do cateter</u> - Registro da troca do curativo - Periodicidade da troca do curativo conforme recomendação - Desinfecção de tubos e conectores com clorexidina alcoólica 0,5% - Troca de equipos e transdutores conforme recomendação - Prática de higienização das mãos - Troca do sistema de infusão - Coleta de sangue - Administração de medicamentos - Troca e realização de curativo
Andrade, Barbosa e Mattia, 2013.	Seccional-transversal descritivo	- Tempo prolongado de permanência do cateter venoso central	- Treinamento e a capacitação da equipe multiprofissional

5 DISCUSSÃO

Em relação aos fatores associados ao risco de infecção hospitalar via cateter venoso central, os artigos apresentaram aspectos relacionados aos Enfermeiros e equipe profissional e ao cateter venoso central e ao perfil dos pacientes.

Sobre os Enfermeiros ou equipe profissional, o aspecto mais apresentado pelos autores, aparecendo em 5 (62,5%) dos artigos, foi a técnica inadequada de assepsia e, incluindo a lavagem adequada das mãos (HOLZMANN-PAZGAL et al., 2011; VALENCIA MOLINA et al, 2012; JARDIM ET AL., 2013; CEBALLOS et al., 2013; OLIVEIRA et al., 2015) o que pode levar a contaminação por bactérias (CEBALLOS et al., 2013). Falhas no que se refere ao conhecimento da técnica, inexperiência e variabilidade na execução dos procedimentos, incluindo falhas da prestação de cuidados frente ao curativo e manutenção do cateter foram apontados por 4 (50%) dos estudos (JARDIM et al., 2013; OLIVEIRA et al., 2015; ALOUSH, ALSARAIREH, 2018; COSTA et al., 2020). Observou-se assim, a importância da apresentação dos aspectos teóricos bem como o treinamento das técnicas vinculadas ao cateter venoso central, seja em nível de graduação, curso de capacitação ou pós-graduação, ou ainda a necessidade de cursos de atualização nas instituições de saúde de forma que seja garantida a competência profissional.

Em relação ao cateter venoso central, 2 (25%) dos trabalhos (HOLZMANN-PAZGAL et al., 2011; ANDRADE, BARBOSA, MATTIA, 2013) referiram risco aumentado de infecção pelo uso prolongado do cateter, outro aspecto apresentado por 1 (12%) dos estudos foi o

risco vinculado ao uso de cateter abaixo do padrão (HOLZMANN-PAZGAL et al., 2011). Ainda 1 (12%) dos estudos indicou risco aumentado devido ao local de inserção do cateter, no caso os acessos jugular e subclávio (VALENCIA MOLINA et al., 2012). Averigua-se, portanto, a necessidade de criação de protocolos de forma a limitar o tempo de uso do cateter venoso central, estudando-se a possibilidade de mudança do local em que está inserido dentro de período considerado mais seguro. Observa-se ainda a importância de aquisição pelas instituições de saúde e utilização de cateter com bom padrão de fabricação. Analisa-se ainda a necessidade de cuidados redobrados da equipe de Enfermagem, sempre que o paciente tiver cateter inserido em locais de maior risco.

Sobre as medidas preventivas, de acordo com os diferentes trabalhos, devem ser adotadas tanto no momento de inserção quanto de manutenção do cateter venoso central. Dentre os procedimentos, tanto para inserção quanto para manutenção do cateter venoso central 4 (50%) dos estudos indicam a necessidade de paramentação completa (HOLZMANN-PAZGAL et al., 2011; CEBALLOS et al., 2013; OLIVEIRA et al., 2015; COSTA et al., 2020); 6 (75%) indica a lavagem/higienização/degermação das mãos (HOLZMANN-PAZGAL et al., 2011; JARDIM et al., 2013; CEBALLOS et al., 2013; OLIVEIRA et al., 2015; ALOUSH, ALSARAIREH, 2018; COSTA et al., 2020); 6 (75%) dos trabalhos cita a necessidade do procedimento ocorrer em ambiente estéril, o que inclui barreiras máximas de proteção, utilização de luva estéril, criação de campo estéril com clorexidina, solução alcoólica ou solução salina a 0,9% com higienização/desinfecção do orifício, da pele, dos cateteres e tubos conectores (HOLZMANN-PAZGAL et al., 2011; CEBALLOS et al., 2013; JARDIM et al., 2013; OLIVEIRA et al., 2015; ALOUSH, ALSARAIREH, 2018; COSTA et al., 2020). Dos trabalhos, 5(62,5%) (HOLZMANN-PAZGAL et al., 2011; JARDIM et al., 2013; CEBALLOS et al., 2013; OLIVEIRA et al., 2015; COSTA et al., 2020) ressaltaram a importância de datar o curativo e também o equipo, incluindo tubos e conectores, assim como realizar a documentação completa em prontuário.

Sobre as medidas diante da manutenção do cateter venoso central, 7 (87,5%) dos estudos (VALENCIA MOLINA et al., 2012; HOLZMANN-PAZGAL et al., 2011; JARDIM et al., 2013; CEBALLOS et al., 2013; OLIVEIRA et al., 2015; ALOUSH, ALSARAIREH, 2018; COSTA et al., 2020) reforçaram a necessidade de averiguação diária do curativo, que devem estar limpos e secos; a conferência diária também de datas em curativos e equipos, datas e registros em prontuário. Recomendaram a troca do curativo conforme recomendação no prontuário ou sempre que for detectado a necessidade.

Dos estudos, 3 (37,5%) (OLIVEIRA et al., 2015; ALOUSH, ALSARAIREH, 2018; COSTA et al., 2020) ainda indicam medidas de segurança adicionais, que incluem a coleta de um pouco de sangue no momento de proceder a troca do curativo, troca do conjunto intravenoso ou do sistema de infusão, evitar manipulação excessiva do cateter, cobrir os lumens/orifícios que não estão em uso. Além disso, se o local apresentar eritema ou endureção com 2 cm no local de saída do cateter existindo bacteremia ou sinais inflamatórios na inserção, deve-se suspeitar de infecção hospitalar. Nesse caso é importante fazer hemoculturas em veias periféricas a fim de verificar a presença de agente similar ao encontrado no segmento do cateter. Outro aspecto importante é sempre verificar a ausência de hipertermia e arrepios.

Agrupando-se dados coletados, têm-se a percepção de que o Enfermeiro é o profissional que tem mais contato com paciente direta ou indiretamente e conseqüentemente na profilaxia do controle da infecção hospitalar. Reforça-se a necessidade de conhecimentos adequados sobre a execução técnica da paramentação adequada, bem como de higienização das mãos. Para a aplicação correta das diferentes técnicas é necessário um adequado treinamento e capacitação da equipe multiprofissional, o que pode ser feito por meio de programas institucionais de educação continuada, aspecto reforçado por 4 (50%) dos trabalhos investigados (VALENCIA MOLINA et al., 2012; ANDRADE, BARBOSA, MATTIA, 2013; CEBALLOS et al., 2013; JARDIM et al., 2013).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os artigos investigados apontam para maiores riscos de infecção mediante cateter venoso central vinculada a inexperiência ou falta de treinamento profissional, incompatibilidade entre número de profissionais e de pacientes.

Dentre as medidas de prevenção orienta-se seguir os procedimentos: paramentação completa, higienização/asepsia das mãos, realização do procedimento em ambiente estéril, datar curativos, avaliar diariamente a fim de verificar se está limpo e seco, proceder a troca de curativos conforme recomendação ou sempre que perceber a necessidade.

Diante do aumento da mortalidade vinculadas a infecções hospitalares relacionadas a cateter venoso central, observou-se que existe fragilidade no conhecimento do profissional da saúde referente à realização dos procedimentos relacionados. Assim, para que haja redução dos riscos e aumento dos fatores de proteção, recomenda-se treinamentos ou programas de educação continuada, os quais podem ser realizados inclusive nas instituições de saúde. Os artigos estudados apontam para a importância

da atuação do profissional de Enfermagem a fim de conter a infecção hospitalar por cateter venoso, capaz de reduzir a taxa de mortalidade atualmente observada nas instituições de saúde.

REFERÊNCIAS

- ALLOUSH, S.M.; ALSARAIREH, F.A. Nurses' compliance with central line associated blood stream infection prevention guidelines. **Saudi Med J**, v.39, n.3, p.273-279, 2018. Disponível em: < <https://smj.org.sa/content/39/3/273>>. Acesso em 24 de fev. 2021.
- ANDRADE, E.V.; BARBOSA, M. H.; MATIA, A. L. de. Preditores de infecções relacionadas à assistência à saúde em cirurgia cardíaca. **Revista Eletrônica De Enfermagem**, v.15, n.4, p. 965–972,2013. Disponível em: <<https://doi.org/10.5216/ree.v15i4.21280>>. Acesso em 24 de fev. 2021.
- CEBALLOS, K. et al. Nurse-driven quality improvement interventions to reduce hospital-acquired infection in the NICU. **Adv Neonatal Care**, v.13, n.3, p.154-163, 2013. Disponível em: < https://journals.lww.com/advancesinneonatalcare/Abstract/2013/06000/Nurse_Driven_Quality_Improvement_Interventions_to.4.aspx>. Acesso em 24 de fev. 2021.
- COSTA, C.A.B. et al. Bundle de Cateter Venoso Central: conhecimento e comportamento de profissionais em Unidades de Terapia Intensiva adulto. **Rev. esc. enferm. USP**, v. 54, e03629, 2020. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342020000100472&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 24 de fev. 2021.
- COREN. **Passagem e retirada de intracth**. Orientação fundamentada Nº 070/2015. Disponível em: <https://portal.coren-sp.gov.br/sites/default/files/Orienta%C3%A7%C3%A3o%20Fundamentada%20-%20070_0.pdf>. Acesso em 24 de fev. 2021.
- HOLZMANN-PAZGAL, G. et al. Utilizing a line maintenance team to reduce central-line-associated bloodstream infections in a neonatal intensive care unit. **J Perinatol**, v.32, n.4, p.281-286, 2011. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/jp201191>. Acesso em 24 de fev. 2021.
- JARDIM, J.M et al. Avaliação das práticas de prevenção e controle da infecção da corrente sanguínea associada ao cateter venoso central de curta permanência por meio de indicadores clínicos. **Rev. esc. enferm. USP**, v.47, n.1, p. 175,2013. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0080-62342013000100005>>. Acesso em 24 de fev. 2021.
- OLIVEIRA, F.J.G. et al. O uso de indicadores clínicos na avaliação das práticas de prevenção e controle de infecção de corrente sanguínea. **Texto contexto - enferm**, v. 24, n. 4, p. 1018-1026, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010407072015000401018&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 24 de fev. 2021.

VALENCIA MOLINA, L. et al. Características clínico-epidemiológicas de 17 pacientes con infección asociada con catéter de venoso central, hospitalizados en la Unidad de Cuidado Intensivo adultos. **Clínica Cardiovascular Santa María**, v. 31, n. 2, p. 143-150, 2012. Disponível em: < <https://revistas.upb.edu.co/index.php/medicina/article/view/1681>>. Acesso em 24 de fev. 2021.

O PAPEL DO ENFERMEIRO FRENTE A DETECÇÃO PRECOCE DE TROMBOSE VENOSA PROFUNDA(TVP), ASSOCIADO AO USO DOS ANTICONCEPCIONAIS ORAIS

Daniela da Silva Barbosa, Gabriele Carneiro de Moura, Renata Cristina de Oliveira Souza Castro, e-mail: enfcastro@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

De acordo com os estudos da Sociedade Brasileira de Angiologia e Cirurgia Vasculare (SBACV) a Trombose Venosa Profunda (TVP) é causada pela coagulação do sangue no interior das veias. Pode-se apresentar em veias superficiais ou profundas, a qual compromete o retorno venoso. (SBACV-SP, 2014)

Mesmo que a causa exata da TVP continue causando dúvidas, Smeltzer e Bare (2009) acreditam que três fatores, conhecidos como tríade de Virchow, desempenham um papel significativo em seu desenvolvimento: a estase do sangue (estase venosa), a lesão da parede vascular e a coagulação sanguínea alterada.

Vale ressaltar que estes três fatores não atuam de formas individuais, mas existe uma ligação entre eles, a tríade de Virchow representa um conjunto de processos dinâmicos e não um modelo estático de relação causa efeito, todos os fatores de risco para Tromboembolismo Venoso (TEV) e Tromboembolismo Pulomare (TEP) têm sua base em um ou mais elementos da tríade (VOLPE et al, 2010).

Segundo Penha et al (2009), a incidência da TVP é maior no sexo feminino, que está frequentemente relacionada ao uso de anticoncepcionais orais , tendo em vista que a ação hormonal, como os estrógenos, aumentam os níveis sanguíneos de fatores de coagulação, tornando-se assim um fator de risco ao desenvolvimento desta patologia.

Segundo estudos de Callai (2017) a TVP causada pelo uso de anticoncepcionais orais representa a terceira maior causa de doença vascular, apresentando uma elevada morbimortalidade, podendo causar complicações como síndrome pós-trombótica e embolia pulmonar.

O quadro clínico da TVP é caracterizado por: dor, edema, cianose, dilatação do sistema venoso superficial, aumento da temperatura, empastamento muscular e dor à palpação. Porém, o exame físico não é suficiente para um diagnóstico preciso, já que são necessárias mais percepções clínicas para a concretização do diagnóstico de enfermagem adequado. (LIMA,2017)

De acordo com Dametto et al (2011) o enfermeiro é responsável pela Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE) ao paciente portador de TVP e sua atuação é direcionada para diminuir o processo de enfermidade e perspectivas de internações menos traumáticas. A atenção ao paciente também enfatiza a necessidade de esclarecimentos que englobe o processo de cuidado e recuperação, com medidas informativas sobre a incidência e o controle da TVP.

2 OBJETIVO

Identificar o enfermeiro no processo do cuidar relacionado a medidas preventivas para ocorrência de TVP associada ao uso de anticoncepcionais orais.

3 MÉTODO

O presente trabalho foi realizado por meio de revisão de literatura buscando por material que abordasse o papel do enfermeiro na detecção precoce dos sinais da Trombose venosa profunda (TVP) relacionado ao uso de anticoncepcionais orais.

Para a sua composição houve a busca por Artigos nas bases de dados online de material científico, publicados entre os anos de 1996 e 2020, num total de 30 achados bibliográficos, utilizando como descritores: Anticoncepcionais orais. Trombose venosa profunda (TVP). Enfermagem.

Destes, foram escolhidos dez produções bibliográficas cujos temas vinham de encontro com o objetivo deste trabalho.

CRITÉRIO DE INCLUSÃO:

Optou-se por Artigos que se relacionavam à temática e que responderam às buscas com a utilização das palavras chaves, onde a contribuição do enfermeiro estivesse em evidência.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base nos estudos de Cotran (2005) fica evidente que para que o sistema circulatório funcione de maneira adequada ocorre uma série de mecanismos que mantém o sangue no estado fluido dentro do compartimento vascular, permitindo uma perfusão adequada para todos os tecidos do organismo. A ação conjunta dos diversos componentes sanguíneos para manter a fluidez sanguínea e conter os processos hemorrágicos é denominada hemostasia ou sistema hemostático.

Segundo estudos do mesmo autor, o funcionamento do sistema hemostático é de importância para o organismo, pois evita a perda excessiva de sangue(hemorragia) e evita a formação de trombos intra vasculares(TIV).

Estudo de Mafei (2002) apud Mendes (2015) afirma que a existência de um trombo venoso ocasiona sérias alterações como obstrução venosa, inflamação de veias e tecidos e poderá inclusive evoluir para o desprendimento total ou parcial do trombo.

Segundo Hussein Amin Orra (2002) apud Silva et al (2017) o uso de anticoncepcionais orais afeta diretamente o sistema circulatório, porque as camadas que compõem os vasos sanguíneos possuem receptores de estrogênio e progesterona, o que torna o endotélio reativo aos componentes presentes no sangue além de ser capaz de inibir fatores anticoagulantes naturais e estimular os coagulantes.

De acordo com Rosendal, Van Hylckama Vlieg, Tanis , Helmerhorst (2003) apud Silva et al (2017) vale lembrar que o sistema hemostático possui variações conforme o ciclo reprodutivo feminino, porém com o uso de contraceptivos orais mantém altos os níveis de estrogênio e progesterona no sangue causando uma desregulação destas variações, favorecendo a hipercoagulabilidade, que é um fator da tríade de Virchow para a partenogênese da trombose.

Segundo Bulechek (2010), a enfermagem representa um dos pilares fundamentais para a prevenção da TVP, podendo contribuir com várias intervenções tais como: terapia com meias elásticas compressivas, elevação dos Membros Inferiores (MMII) , exercícios de amplitude de movimento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista o objetivo proposto, evidencia-se que o uso de anticoncepcionais orais está diretamente relacionado ao sistema hemostático que possui variações conforme o ciclo reprodutivo feminino. Com o uso de contraceptivos orais mantêm-se altos os níveis de estrogênio e progesterona no sangue causando uma desregulação destas variações, favorecendo a hipercoagulabilidade, que é um fator da tríade de Virchow para a partenogênese da trombose.

Cabe ao enfermeiro (a) durante a consulta de enfermagem, esclarecer as pacientes sobre os fatores de riscos de trombose relacionados ao uso dos anticoncepcionais orais e buscar o melhor método contraceptivo visando esclarecer sobre os sinais e sintomas como dor, edema, cianose, dilatação do sistema venoso superficial, aumento da temperatura,

empastamento muscular e dor à palpação, tendo como objetivo principal diminuir o processo de enfermidade e perspectivas de internações menos traumáticas.

A atenção ao paciente também enfatiza a necessidade de esclarecimentos que englobe o processo de cuidado e recuperação, com medidas informativas sobre a incidência e o controle da TVP.

REFERÊNCIAS

BULECHEK, G.M.; BUTCHER, H.K.; DOCHTERMAN, **classificação das intervenções de enfermagem, 5ed. 2010.**

CALLAI, Tássia, DARONCO, Francieli, KONRAD, N.L, WICHMANN, J.F, COSTA, Felipe, PREZ, S.H. **Tabagismo e uso de anticoncepcionais orais relacionado a fenômenos tromboembólicos: relato de caso e revisão de literatura.** Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisul), Santa Cruz do Sul-RS. 2017.

COTRAN, R.S.; KUMAR, V.; ROBBINS, S.L. **Patologia, Bases Patológicas das Doenças.** 7ed. São Paulo: Elsevier, 2005. cap.4. p. 137-142.

DAMETTO, S.Z, GARLET, M.S, OLIVEIRA, V. A, HERMEL, P. P, AMESTOY, S. C. **Trombose Venosa Profunda e a Importância da Sistematização de Assistência de Enfermagem.** Reprodução em. 2017; 32(2): 138-144.

LIMA, M.W.C. **Trombose Venosa Profunda e suas complicações: Percepção e conduta dos enfermeiros no pós-operatório.** Faculdade de Enfermagem Nova Esperança de Mossoró – FACENE/RN 2017.

MENDES, E.C.M. **O papel do enfermeiro na profilaxia de trombose venosa profunda no paciente internado na UTI.** Faculdade Católica Salesiana do Espírito Santo, Vitória. 2015.

PENHA, G.S, DAMIANO, A.P, CARVALHO, T, LAIAN, V, SERAFIM, J.D. **Mobilização precoce na fase aguda da trombose venosa profunda de membros inferiores.** J Vasc Bras 2009, Vol. 8, Nº 1.

SILVA, k.R e HAYD, R.LN. **Risco de trombose relacionado ao uso de hormonas e evidenciada pela quebra da hemostasia : uma breve revisão .** Mens Agitat, vol.12, 11-15. ISSN 1809-4791. 2017.

SBACVSP. **Trombose Venosa Profunda (TVP).** Disponível em <<https://sbacvsp.com.br/trombose-venosa-profunda-tvp/>> acesso em 05/02/2021.

SMELTZER, Suzanne C.; BARE, Brenda G. Brunner & Suddarth: **tratado de enfermagem médico-cirúrgica.** 11.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009.

VOLPE, G.J, JOAQUIM, L.F, DIAS, L. B. A, MENEZES, M. B, MORIGUTI, J. C. **Tromboembolismo pulmonar.** Medicina (Ribeirão Preto) 2010; 43(3): 258-71 Simpósio: Conduas.

O PODER DO GENGIBRE EM DOENÇAS NEURODEGENERATIVAS

Ana Lia Pieri, Vanessa Cristina Sales, Heloisa Donzela; e-mail:
vaneessa.salles@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

O gengibre (*Zingiber officinale* L.) é uma planta herbácea da família das Zingiberaceae, sua raiz é de origem asiática e consumida há mais de três mil anos. Sendo uma planta perene pode atingir mais de 1m de altura. Suas folhas são verde escuras e nascem de um caule duro, grosso e subterrâneo, conhecido como rizoma, que é a parte mais usada para o consumo. Suas flores são tubulares, de cor amarelo claro e surgem em espigas eretas (WIKIPÉDIA, 2021).

Seus benefícios para a saúde são conteúdo de compostos terapêuticos como: gingerol, shogaol, paradol e zingerone. Dentre os compostos bioativos presentes no gengibre, ressalta-se os compostos fenólicos, por serem responsáveis por conferir as ações antioxidante, anti-inflamatória, antimicrobiana, anticâncer, neuroprotetora, protetora cardiovascular, protetora respiratória, antiobesidade, antidiabética, antinausea e antiemética (TALEBI, 2021).

2 OBJETIVO

Estudar a ação anti-neuro inflamatória do extrato do gengibre, suas propriedades farmacológicas, utilidades e seus benefícios sobre doenças neurodegenerativas.

3 MÉTODO

Trata-se de uma pesquisa exploratória descritiva baseada em levantamento bibliográfico. Foram pesquisados artigos científicos e documentos da internet.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O gengibre é de ampla utilização no dia a dia devido ao sabor picante e apimentado ou à extensa lista de benefícios quem incluem desde o combate o enjoo até a melhora do funcionamento do cérebro. A riqueza de antioxidantes aliada à potente atividade anti-inflamatória faz com que esta planta desempenhe papel importante na saúde do cérebro (WATTANATHORN, 2011).

O extrato do gengibre contém um nível alto de antioxidantes e anti-inflamatório que ajudam a prevenir certos tipos de danos celulares, especialmente aqueles causados pela oxidação. Reforça-se que os danos oxidativos são desempenham papel importante na formação das doenças neurodegenerativas (WATTANATHORN, 2011), dentre elas aqui ressaltamos as doenças de Alzheimer e de Parkinson e o acidente vascular cerebral (AVC) (SOUZA, 2019).

A utilização do revelado que o extrato afeta positivamente a função da memória e apresenta atividade anti-neuroinflamatória, o que pode contribuir para a gestão e prevenção das doenças neurodegenerativas (TALEBI, 2021). O extrato de gengibre quando utilizado na doença de Alzheimer diminui o acúmulo das placas beta-amiloide e diminui a atividade de uma enzima que degrada a acetilcolina, resultando na melhora das funções cognitivas e na redução da perda de células nervosas (TALEBI, 2021). A ação do extrato na doença de Parkinson demonstrou que a redução da destruição de neurônios, preservando e otimizando a capacidade motora (SOUZA, 2019). No caso do AVC isquêmico, combate ao estresse oxidativo e diminui os danos aos neurônios melhorando a função cognitiva. (WATTANATHORN, 2011 e SOUZA,2019).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O gengibre é uma raiz que é facilmente encontrada, seu consumo se dá de várias formas. Também é conhecido pelas várias propriedades farmacológicas e, por isto, tem sido incorporado como adjuvante na prevenção de doenças neurodegenerativas.

Estudos aqui citados demonstraram a ação do extrato do gengibre e sua capacidade de atuar nas doenças neurodegenerativas. A riqueza dos antioxidantes aliada a potente propriedade anti-inflamatória dá indícios do papel importante do gengibre na saúde do cérebro, por isto vem sendo estudado na prevenção e proteção dos neurônios contra danos decorrentes de enfermidades que afetam o Sistema Nervoso Central, principalmente, em condições neurodegenerativas como as doenças de Alzheimer e de Parkinson que são associadas ao estresse oxidativo e à inflamação crônica no cérebro. A afirmação de sua ação e o estabelecimento de uma terapêutica (preventiva e/ou curativa) ainda requer mais estudos randomizados.

REFERÊNCIAS

SOUZA, Tailise. **O que o gengibre pode fazer pelo nosso cérebro.** Veja Saúde, 25 de agosto de 2019. Disponível em: <https://saude.abril.com.br/blog/com-a-palavra/o-que-o-gengibre-pode-fazer-pelo-nosso-cerebro/>. Capturado em: 28 de agosto de 2021.

TALEBI, Marjan; İLGÜN, Selen; EBRAHIMI, Vida; TALEBI, Mohsen; FARKHONDEH. Tahereh; EBRAHIMI, Hadi; SAMARGHANDIAN, Saeed., **Zingiber officinale melhora a doença de Alzheimer e deficiências cognitivas**. Biomedicine & Pharmacotherapy, v.133, 2021. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0753332220312816>. Capturado em: 28 de agosto de 2021.

WATTANATHORN, Jintanaporn; JITTIWAT, Jinatta; TONGUN, Terdthai; MUCHIMAPURA, Supaporn; INGKANINAN, Kornkanok . **Zingiber officinale mitigates brain damage and improves memory impairment in focal cerebral ischemic rat**. Evid. Based Complement. Alternat. Med., 2011. Estados Unidos da América. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/21197427/>. Capturado em: 28 de agosto 2021.

WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. **Gengibre**. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Gengibre>. Capturado em: 28 de agosto de 2021.

PERSPECTIVAS SOBRE O ENVELHECIMENTO E O MERCADO DE TRABALHO

Láyra Furtado Schiavon, Lívia Ramos Tavares, Bianca Callegari, e-mail:
liviamamos16@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

A categoria funcional do idoso não depende só da idade, mas pode ter alteração de acordo com a vida que a pessoa leva, sexo, fatores socioeconômicos, saúde física e mental, ou seja, não há homogeneidade na população idosa, considerando que cada pessoa envelhece de uma maneira.

Segundo o IBGE, a relação entre a porcentagem de idoso e de jovens, chamado de “índice de envelhecimento”, deve aumentar até 2060 (IBGE, 2018). Com isso, percebe-se que algumas mudanças são necessárias para os idosos terem uma qualidade de vida melhor.

Elaboração estratégica, renda familiar, tipos de preconceitos como, diferença de sexo, escolarização, estará em pauta nessa pesquisa, assim como a chegada da aposentadoria e as mudanças que podem ocorrer junto a ela, e os programas de preparação para a aposentadoria (PPA).

Segundo o estatuto do Idoso do Art. 27. Na admissão do idoso em qualquer trabalho ou emprego, é vedada a discriminação e a fixação de limite máximo de idade, inclusive para concursos, ressalvados os casos em que a natureza do cargo o exigir. Parágrafo único. O primeiro critério de desempate em concurso público será a idade, dando-se preferência ao de idade mais elevada (BRASIL, 2003).

Percebe-se a importância de leis voltadas para esse público, e dessa forma conseguir fazer com que eles se sintam importantes e continuem ativos na sociedade. Lembrando que durante o estudo será mostrado mais detalhes sobre a mudança do aumento da população idosa para o país.

Esses estereótipos inconscientes sobre envelhecimento, internalizados na juventude e reforçados durante décadas por atitudes da sociedade, podem ter se tornado autoestereótipos, que inconscientemente afetam as expectativas dos idosos em relação ao seu comportamento e que frequentemente atuam como profecias autorrealizáveis (PAPALIA; FELDMAN, 2013).

Uma idade que era para ser vista como a idade de ouro, no qual em muitos países é vista como uma forma de fonte de sabedoria e aprendizado, nota-se que no Brasil pode

ser vista como incapacidade, onde muitos não conseguem aceitar a terceira idade, e sofrem com isso, por se sentirem inúteis, tendo alguns problemas psicológicos e por perderem sua identidade ao deixar de trabalhar, e às vezes mesmo aposentado, tem que encarar o mercado de trabalho, no qual enfrenta diversos preconceitos e barreiras para conseguirem sobreviver e se sentirem úteis.

Essa pesquisa surgiu como uma ampliação do estudo de revisão de literatura “O idoso do mercado de trabalho: uma revisão literária” e teve como objetivo geral identificar as dificuldades presentes na inserção, manutenção e recolocação dos idosos no mercado de trabalho. Ademais, como objetivos específicos, buscou-se investigar a percepção dos idosos quanto ao preconceito, bem como ações e interesses de pessoas e empresas na contratação de idosos; e analisar estratégias de preparação às demandas do mercado de trabalho por parte dos idosos, tanto no que diz respeito ao aprimoramento técnico quanto teórico.

2. MÉTODO

Essa pesquisa foi um estudo de ampliação da pesquisa “O Idoso no mercado de trabalho: uma revisão literária”, realizada em 2020, no ENIC das Faculdades Integradas de Jau.

Foram utilizadas as pesquisas científicas anteriores em formas de presentes artigos, livros e estudado o Direito Brasileiro, Constituição trabalhista, código de Direitos Humanos das pessoas idosas.

Para uma pesquisa mais aprofundada foi realizada uma pesquisa bibliográfica nas bases de dados Google Acadêmico e SciELO a partir da intersecção das palavras: “O Idoso no Mercado de trabalho”, “Dificuldade do Idoso no mercado de trabalho”, “Idoso” e “Preconceito com o Idoso”. Como critérios de inclusão, foram estabelecidos: pesquisas dos últimos 5 anos (2016-2021), artigos completos e em português.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo Miranda, Mendes e Silva (2016) constata-se que em 2010 existiam 39 idosos para cada grupo de 100 jovens, em 2040, estima-se 153 idosos para cada 100 jovens. Com isso, podemos observar o avanço da população dessa faixa etária e a crescente queda na taxa de mortalidade na terceira idade, em decorrência da melhoria na qualidade de vida. Para os entrevistados do artigo, o país não está preparado para as

necessidades causadas pelo envelhecimento populacional, obtendo como desafios as adequações da previdência social e sistema de saúde. Além disso, o artigo demonstra uma redução das internações e leitos hospitalares, o que pode ser reflexo da melhoria da atenção básica e qualidade de vida, com uma complexificação das internações.

De acordo com Teixeira e Andrade (2019), os idosos possuem competências para a execução das atividades laborais e contribuem para um maior desempenho das organizações. Foram identificadas também que competências como: experiência acumulada, lealdade, ética, compromisso com a organização, liderança foram as mais citadas. Ainda sobre as competências, também foi observado que a motivação, socialização e comunicação são qualidades adquiridas nos postos de trabalho, principalmente no contato com o público, e que podem ser observadas como potencialidades para esses trabalhadores.

Por fim, Novaes e Franco (2020), com base na análise das questões apresentadas pelos autores na pesquisa, percebe-se o crescimento dos idosos no mercado de trabalho no Brasil. Sendo assim, as políticas públicas e o incentivo de empresas privadas, ainda precisam ser melhoradas na questão do desenvolvimento. Com isso, já podemos observar o avanço da sociedade e da forma como o idoso é representado atualmente, compreendendo que o idoso irá representar uma parte excessiva da população brasileira que atua no mercado de trabalho.

Destaca-se que, embora o aumento da população idosa e da qualidade de vida esteja em crescente avanço, ainda existem muitos obstáculos a serem enfrentados para que esse público tenha mais visibilidade e oportunidades no contexto profissional.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nota-se que o envelhecimento traz consigo as dificuldades e os estigmas que o idoso precisa enfrentar ao tentar se manter ou se inserir novamente no mercado de trabalho. Com o aumento significativo da população idosa ao longo dos próximos anos e as várias competências que esse público possui, observamos a importância de políticas públicas e de novas leis para se ter o reconhecimento merecido no contexto da inserção e de novas oportunidades no mercado de trabalho.

Por fim, também se pode destacar a importância da quebra do estigma e do preconceito que se forma ao redor do idoso nesse contexto, para que cada vez mais barreiras sejam quebradas nesse aspecto e que os idosos possam ter a chance de se inserir, seja novamente, no mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Estatuto do idoso**: lei federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. 2018.

MIRANDA, G. M. D.; MENDES, A. C. G.; SILVA, A. L. A. **O envelhecimento populacional brasileiro: desafios e consequências sociais atuais e futuras**. **Rev. bras. geriatr. gerontol.** vol.19 no 3. Rio de Janeiro, mai./jun. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S180998232016000300507&script=sci_arttext&tlng=pt>. Acesso em: 24 set. 2021.

NOVAES, R. N. e FRANCO, L. D. **A importância do idoso no mercado de trabalho: uma análise em torno da realidade brasileira**. 2020. DOI:

<<https://doi.org/10.31994/rvs.v11i1.626>>. Disponível em:

<<https://viannasapiens.com.br/revista/article/view/626/359>>. Acesso em: 24 set. 2021.

PAPALIA, E. D.; FELDMAN, R. **Desenvolvimento Humano**. 12. Ed. São Paulo, Editora AMGH Editora Ltda, 2013.

TEIXEIRA, R. M.; ANDRADE, V. L. P. **Idoso na busca por um lugar no mercado de trabalho**. Dez. 2019. Disponível em:

<<https://seer.cesjf.br/index.php/cadernospsicologia/article/view/2506/1639>>. Acesso em: 24 set. 2021.

PREVALÊNCIA DA SÍNDROME DO MEMBRO FANTASMA EM PACIENTES SUBMETIDOS À AMPUTAÇÃO

Vitória Torino Marto, Renata Cristina de Oliveira Souza Castro

e-mail: vitoriatorino10@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Segundo definições contidas no documento publicado em Brasil (2013), a amputação é definida como a retirada total ou parcial de um membro, sendo este considerado um método de tratamento para diversas doenças, cujo objetivo é prover melhor qualidade de vida ao usuário.

A necessidade da cirurgia de amputação ocorre, com maior frequência, em pacientes com patologias vasculares. Entretanto, são várias as etiologias relacionadas à amputação de membros tais como neuropáticas, traumáticas, tumorais, infecciosas e congênitas (MONTIEL; VARGAS; LEAL, 2012).

Estudos de Probstner e Thuler (2006), afirmaram que, a maioria dos pacientes submetidos à amputação evoluem com algum tipo de desconforto no membro ausente, especialmente a dor, que pode ser diferenciada em sensação fantasma, dor no coto e dor fantasma, porém, podendo coexistir num mesmo paciente.

A síndrome do membro fantasma consiste em um fenômeno que acomete pacientes submetidos à amputação, que pode ser acompanhada ou não de dor. A prevalência estimada é que, independentemente da causa da amputação, até 80% dos pacientes apresentem a dor no membro fantasma (MORAES et al., 2013).

De acordo com Rossi et al. (2000) a assistência de enfermagem para pacientes que se encontram no período pós-operatório, deve possuir como objetivo uma recuperação segura, prevenindo, detectando e atendendo às complicações que possam advir do ato anestésico e/ou cirúrgico, além de identificar os principais diagnósticos e intervenções que serão aplicados para este cliente.

Sendo assim, o objetivo deste trabalho consiste em abordar as principais causas do fenômeno e implementar a sistematização da assistência de enfermagem nos cuidados prestados ao paciente.

2 MÉTODO

A pesquisa realizada consistiu em uma revisão da literatura, também denominada de revisão de literatura ou referencial teórico. Para sua realização, buscou-se artigos científicos e textos acadêmicos, nas bases de dados Lilacs, Scielo, Google Acadêmico e em livros, publicados entre os anos de 2000 e 2018, destes, foram selecionados 29 artigos, dos quais 22 foram utilizados para o presente estudo. As palavras-chave utilizadas para a busca de artigos foram: membro fantasma, amputação e enfermagem.

3 REVISÃO DE LITERATURA

As amputações de membros trazem consigo desafios clínicos e sociais para todos os pacientes submetidos, mesmo que em diferentes níveis. Com isso, torna-se extremamente necessário determinar as características clínicas e os fatores de risco de cada grupo, com o objetivo de compreender o processo que leva à perda do membro (JESUS-SILVA et al., 2017).

Segundo Santos et al. (2018), a principal causa de amputações de membro advém de patologias vasculares, como por exemplo, a doença vascular periférica combinada ou não com diabetes, e, ocorrem frequentemente em indivíduos com faixa etária mais avançada. Ademais, os traumatismos são considerados a segunda maior causa de amputação, que acomete adultos/jovens. Portanto, a amputação é somente indicada quando se torna impossível uma reconstrução do membro lesionado.

Assim, de acordo com Faria e Silva (2014), a taxa de prevalência da dor do membro fantasma para todos os tipos de amputação varia consideravelmente na literatura, situando-se entre 40 e 85%.

Portanto, a dor fantasma, segundo Gabarra e Crepaldi (2009), refere-se à sensação de dor na parte perdida do membro amputado, sendo apresentada de diferentes formas como um ardor, um aperto ou uma pressão, que varia de intensidade e frequência.

Assim, segundo Silva (2013), o membro fantasma pode surgir de acordo com a secção, seja nos pés, braços, pernas, mamas e, inclusive, órgãos internos, permanecendo na mente do indivíduo após sua extirpação.

Contudo, a etiologia da dor fantasma encontra-se associada com os aspectos psicológicos e fisiológicos. Posto isso, referem-se, respectivamente, a imagem corporal construída pelo indivíduo através das suas experiências, que, após a amputação, acarreta na dificuldade de adaptar-se e aceitar a nova imagem corporal. Enquanto os aspectos fisiológicos, se encontram associados à reorganização cortical central após a perda do membro, visto que, o córtex cerebral possui a representação de cada região do corpo e,

após a amputação, a área referente ao membro perdido permanece representada dificultando o fim da sensação corporal. (GABARRA; CREPALDI, 2009).

Além do mais, logo após a secção, ocorre uma reorganização funcional considerável, assim, um dos efeitos desse processo é que, neurônios que tinham perdido seus impulsos originais passam a responder estímulos táteis de outras partes do corpo, ou seja, ao tocar/estimular a face ou o antebraço, pode ser percebido como se o membro ausente houvesse sido estimulado. Dessa forma, a dor do membro fantasma é apontada como sendo uma das mais persistentes e de difícil tratamento (LENT, 2008).

Assim, verifica-se que a dor fantasma corresponde a uma reorganização mal adaptada do tálamo e da representação cortical de áreas somatossensoriais e motoras, de tal forma que regiões vizinhas do homúnculo somatossensorial acabam por se sobrepor a área que representa o membro perdido (MORAES et al., 2013).

Em vista disso, a ocorrência de um membro fantasma ilustra a capacidade do cérebro de perceber, agir e gerenciar cognitivamente a imagem do corpo (SILVA, 2013).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio do presente trabalho, foi possível analisar que, a cirurgia de amputação possui diversas causas para que ocorra a necessidade de sua realização, sendo executada para que seja possível garantir ao paciente melhor qualidade de vida. No entanto, com base na pesquisa desenvolvida, é comum que o paciente evolua com desconfortos após a cirurgia, como câimbra, coceira, formigamento, ardência, dor no coto, sensação fantasma e dor fantasma.

Com isso, se faz necessário que o enfermeiro assista o paciente, no período pré e pós-operatório da cirurgia, identificando cada uma de suas reações, sensações e sentimentos, apoiando-o nos momentos de dor e mudança no estilo de vida.

Posto isso, a enfermagem fará orientações quanto aos cuidados integrais com a saúde da pessoa amputada relacionada a higiene corporal com ênfase ao local da ferida cirúrgica, informações sobre o uso correto da medicação prescrita, bem como o desenvolvimento da sua autonomia e inclusão social. A intenção final é a manutenção da saúde física e mental, sendo essencial o trabalho do profissional de enfermagem, para planejar, organizar, coordenar, executar e avaliar os serviços referentes a assistência de enfermagem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Diretrizes de atenção à pessoa amputada. **Ministério da Saúde**. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas, ed. 1. Brasília, 2013.

FARIA, S S; SILVA, P L. Revisão sistemática sobre o tratamento medicamentoso para dor no membro fantasma. **Rev. Neurocienc.** 2014.

GABARRA, L M; CREPALDI, M A. Aspectos psicológicos da cirurgia de amputação. **Aletheia**, Canoas, n. 30, p. 59-72, dez. 2009.

JESUS-SILVA, S G; OLIVEIRA, J P; BRIANEZI, M H C; SILVA, M A M; KRUPA, A E; CARDOSO, R S. Análise dos fatores de risco relacionados às amputações maiores e menores de membros inferiores em hospital terciário. **J. vasc. bras.** Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 16-22, mar. 2017.

LENT, R. Neurociência da mente e do comportamento. Rio de Janeiro: **Guanabara Koogan**, 2008.

MONTIEL, A; VARGAS, M A O; LEAL, S M C. Caracterização de pessoas submetidas à amputação. **Enfermagem em Foco**, v. 3, n. 4, p. 169-173, nov. 2012.

MORAES, M F B; NETO, J O B; VANETTI, T K; MORAIS, L C; SOUSA, A M; ASHMAWI, H A. Bloqueio do sistema nervoso simpático para tratamento de dor do membro fantasma: relato de caso. **Rev. dor**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 155-157, jun. 2013.

PROBSTNER, D; THULER, L C S. Incidência e prevalência de dor fantasma em pacientes submetidos à amputação de membros: revisão de literatura. **Rev. Bras. Canc.** Rio de Janeiro, 2006.

ROSSI, L A; TORRATI, F G; CARVALHO, E C; MANFRIM, A; SILVA, D F. Diagnósticos de enfermagem do paciente no período pós-operatório imediato. **Rev. esc. enferm. USP.** São Paulo, v. 34, n. 2, p. 154-164, jun. 2000.

SANTOS, B K; LUZ, S C T; SANTOS, K B; HONÓRIO, G J S; FARIAS, G O. Atuação de equipe multiprofissional no atendimento à pessoa amputada: contextualizando serviços e protocolos hospitalares. **Cad. Bras. Ter. Ocup.** São Carlos, v. 26, n. 3, p. 527-537, jul. 2018.

SILVA, S G. A gênese cerebral da imagem corporal: algumas considerações sobre o fenômeno dos membros fantasmas em Ramachandran. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 167-195, 2013.

SAÚDE MENTAL EM UNIVERSITÁRIOS: AGRAVAMENTO DE SINTOMAS EM MEIO A PANDEMIA

Carlos Vinicius de Godoy, Julio Cezar Azevedo, Maria Valdenize Porfirio Lima, Bianca Callegari, bianca.callegari@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Cursar uma universidade é uma realidade para alguns brasileiros atualmente. Com o matricular-se, surgem muitas novas responsabilidades e para muitos, surge a necessidade de conciliar com, além da vida pessoal, uma vida profissional. Essa experiência tem um período em torno de três a seis anos e geralmente é vivida na juventude, porém há exceções para pessoas com mais idade cursando a primeira ou mais alguma faculdade. A faculdade exige algumas demandas individuais ou coletivas e, para a maioria, de forma presencial. Sendo assim, muitas questões podem afetar a saúde mental desses universitários, podem levar ao adoecimento psíquico, a somatização de doenças manifestadas, ao estresse, níveis altos de ansiedade, problemas de distúrbios alimentares, ao abuso de substâncias lícitas e ilícitas e também a depressão (CASTRO, 2017).

De acordo com Assis e Oliveira (2018 apud FACUNDES; LUDERMIR, 2005), e Neves e Dalgalarondo (2007), esses universitários podem estar sobrecarregados devido a adaptação ao sistema acadêmico e dificuldades emocionais em lidar com toda a demanda e que muitas vezes há uma carência no amparo a essas questões de saúde mental em relação a universidade para com seus alunos.

Com a questão da pandemia pelo novo coronavírus, COVID-19, a situação da saúde mental do estudante se agrava ainda mais. A realidade atual vivida por todo o mundo trouxe para a vida acadêmica dos jovens uma drástica mudança, culminando em aumento de estresse e ansiedade causada por mortes na família, instabilidade no trabalho, falta de vida social e medo de ser infectado ou infectar algum familiar.

Segundo uma pesquisa realizada pela instituição *Global Student Survey*, onde foram ouvidos 16,8 mil estudantes entre 18 e 21 anos do Brasil e outros 20 países, 87% dos entrevistados disseram que houve o aumento do estresse e ansiedade, mas somente 21% buscaram ajuda. Dentre eles, 17% sofreram com pensamentos suicidas. A pesquisa foi realizada pela Chegg.org, organização sem fins lucrativos ligada à Chegg, empresa de tecnologia educacional norte-americana (CHEGG, 2021).

O Brasil liderou a pesquisa com 76% dos entrevistados brasileiros afirmando que tiveram sua saúde mental prejudicada na pandemia, isto se dá pelo fato de que a crise econômica causada pelos problemas atuais trouxe ao estudante ainda mais incerteza a respeito do seu futuro profissional e pessoal. Muitos universitários perderam o emprego tendo que criar outras formas de bancar os estudos, acarretando em mais preocupação não apenas com a saúde, mas também com a vida financeira. O retrato atual do Brasil faz o estudante universitário correr o risco desenvolver depressão pelo fato de que a atual geração nunca havia vivenciado uma interdição tão brusca de suas atividades rotineiras incluindo as idas à escola (CHEGG, 2021).

Não obstante, outros problemas corriqueiros ao brasileiro faz o nível de estresse aumentar, como por exemplo, dívidas de serviços básicos (água, luz, alimentação, aluguel, etc.). Com a implantação das aulas totalmente online devido a paralisação das instituições, o universitário também teve que se adequar a um ensino completamente remoto onde o estudante, fora da sala de aula presencial e inserido em um ambiente virtual, pôde sentir o impacto da falta do auxílio do professor tendo em vista que, de acordo com levantamento feito pela UFMG e pela CNTE, quase 90% dos professores não tinham experiência com aulas remotas antes da pandemia, e 42% seguem sem treinamento apropriado, aprendendo por conta própria. A pesquisa aponta ainda que 21% consideram difícil ou muito difícil lidar com tecnologias digitais (NEVES, 2021).

O objetivo deste estudo foi identificar quais são os agravantes relacionados a saúde mental dos estudantes universitários e como a pandemia interfere na vida acadêmica e social. Ademais, como objetivos específicos, buscou-se identificar como as consequências da COVID-19 interferem na rotina e bem-estar destes estudantes, como as mortes de familiares ou notícias de pessoas próximas infectadas, instabilidades no trabalho e falta de socializações trazem dessa forma uma carga negativa ainda maior para esses estudantes em sua vida acadêmica. Do mesmo modo, buscou-se analisar as questões de universidades que também passam por problemas de adaptações e muitas vezes não oferecem suporte adequado para estes estudantes, isto quando oferece, bem como identificar quais são os suportes oferecidos e, se não oferecidos, quais poderiam ser implementados por estas universidades.

2 MÉTODO

Foram realizadas buscas nas bases de dados SciELO e Periódicos CAPES. Para tanto, foi realizada uma busca de artigos científicos dos últimos 5 anos (2016 -2021) a partir

das palavras-chave “pandemia” AND “saúde mental em estudantes” AND “universitários”. Foram encontrados 31 artigos no Periódicos CAPES e 6 artigos no SciELO. Destes artigos foram filtrados 5 que preencheram os critérios de inclusão. Os demais artigos foram descartados por incoerência com o conteúdo, por estar em outras línguas e/ou por duplicidade. SciELO (2 duplicados, 2 em inglês, 1 com incoerência com o tema. CAPES (1 artigo indisponível, 1 duplicado, 5 em línguas estrangeiras, 18 incoerentes com o tema).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os efeitos da pandemia da COVID-19 na vida do estudante universitário tornaram-se um objeto muito importante de pesquisa onde cada elemento necessita ser levado em consideração na busca de resultados eficazes para colaborar com a saúde mental do estudante e do docente, ambos tiveram que criar estratégias e inovações na metodologia para não sofrerem um déficit no exercício das funções. Por se tratar de um tema novo, visto que o mundo atual ainda não havia convivido com situações de grandes proporções similares a esta, o acervo de materiais abordando este tema ainda está construção e será de grande serventia para as gerações futuras. Mas no momento, os profissionais, pesquisadores, docentes e alunos universitários buscam soluções emergenciais para que a saúde mental seja levada em conta com certa prioridade.

Segundo Silva, Dasmasceno e Taets (2021), em um estudo de reflexão, com abordagem qualitativa, pautado sob a ótica da Teoria da Motivação Humana de Maslow, conclui-se que a saúde mental prejudicada nos universitários pode ser causada pela não satisfação das necessidades humanas básicas como refletido pelo paralelo com a Teoria de Maslow. É direcionado um cuidado para essa questão com base da teoria de enfermagem de Wanda Horta, também é sugerido novos estudos para compreender os impactos nesse grupo pós-pandemia para que seja elaborado estratégias para poderem enfrentar essas questões não satisfeitas.

Já de acordo com Coelho et al. (2020), em um estudo descritivo de abordagem qualitativa em uma Universidade pública no Estado da Bahia onde foi promovido um espaço virtual para discussões e fortalecimento de laços sociais entre alunos e docentes. Como os resultados foram positivos, sugeriram dar continuidade a esse tipo de programa, também após a pandemia, para tanto professores quanto os discentes poderem criar estratégias para que possam enfrentar os anseios e dificuldades.

De acordo com Rodrigues et al. (2020), devido ao avanço da Covid-19, a quarentena e distanciamento social acabou culminando na prevalência da depressão e outros

problemas psicológicos nos estudantes de medicina. Houve queda do desempenho acadêmico devido a aulas online, a falta de auxílio presencial do professor e a diminuição de contato com amigos de turma. Com as interrupções de projetos de pesquisa e estágios também surgiram incertezas sobre o futuro profissional e a vida financeira. Foi observado que se faz necessário a adoção de redes de apoio ao discente e uma avaliação contínua para que possam gerenciar a saúde mental no contexto atual.

Segundo Maia e Dias (2020), ao analisar se os níveis de depressão, ansiedade e estresse em estudantes universitários se alteraram no período pandêmico comparativamente a períodos anteriores/normais, permitiu entender que as questões relacionadas a depressão, ansiedade e stress foram maiores no período pandêmico e que o sexo masculino, em ambos os períodos pré e pós pandêmico obtiveram maior nível de depressão, enquanto nas mulheres os níveis de stress e ansiedade foram maiores.

Para Mota et al. (2021), com a prevalência da depressão houve queda no desempenho acadêmico, e neste caso, faz-se necessário a adoção de redes de apoio aos alunos universitários e uma avaliação contínua para que possam gerenciar a saúde mental no contexto atual.

Com a paralisação da vida social em todos os âmbitos, a vida do estudante universitário sofreu grandes transformações, o que aconteceu foi uma reação em cadeia onde todas as áreas da vida do ser humano necessitaram de desaceleração, e em certos casos, uma verdadeira parada brusca para que a vida e saúde fossem resguardadas.

A crise econômica e a queda no número de empregos afetaram diretamente a vida financeira de todos, não sendo diferente com os estudantes. Em especial para os alunos de universidades particulares, tal dificuldade se intensificou. Em muitos casos, para além das contas básicas (água, luz, aluguel), estar em dia com a mensalidade da faculdade em meio à crise econômica tornou-se um desafio. Neste sentido, considerando as questões financeiras e em virtude das dificuldades do ensino remoto e das lacunas no aprendizado e na formação do futuro profissional, muitos alunos optaram por desistir dos cursos. Outros, apresentaram desmotivação, incertezas e sentimento de abandono, os quais trouxeram ao aluno ainda mais estresse, ansiedade e depressão.

Essa tomada de decisão em relação a paralisação das atividades, por recomendação da Organização Mundial da Saúde (OMS) e determinação do governo, trouxe para a vida do aluno mais responsabilidades e mais dificuldades para manter a vida acadêmica. Com o crescimento do número de mortes no Brasil e no mundo a pressão psicológica aumentou ainda mais, visto que cada estudante possui uma vida pessoal que também foi prejudicada

com a perda de emprego, afastamento social e paralisação das aulas no modo presencial, fazendo com que houvesse uma queda na qualidade do ensino uma vez que os professores também não possuem especialização na modalidade online.

Em uma aula online há muitas falhas técnicas e pouca absorção de conteúdo devido aos fatores externos que que atrapalham a concentração neste momento pandêmico, tais como: mortes na família, infecção pela Covid-19, ausência de rodas de diálogos entre amigos, desemprego e depressão. Segundo uma pesquisa realizada pela instituição “Global Student Survey”, onde foram ouvidos 16,8 mil estudantes entre 18 e 21 anos do Brasil e outros 20 países, 87% dos entrevistados disseram que houve o aumento do estresse e ansiedade, mas somente 21% buscaram ajuda. Dentre eles, 17% sofreram com pensamentos suicidas (CHEGG, 2021).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho trouxe reflexões sobre o quanto ainda é necessária a busca por recursos e novas formas de prevenção contra as doenças mentais na vida dos estudantes universitários, uma vez que estes são os futuros profissionais que irão lidar com as necessidades de todas as pessoas durante seu exercício da profissão e, conseguinte, serão os docentes que irão preparar as novas gerações na vida profissional. Por este motivo, é de suma importância o bem-estar do aluno, e as universidades devem cada vez mais trabalhar em prol da organização de redes de apoio, não apenas para alunos, mas também para docentes, e se possível, para toda a população.

Neste sentido, entende-se que o suporte social e acadêmico são fatores de proteção aos alunos, o que contribui para que sejam amenizados os quadros de estresse e ansiedade quanto ao seu futuro.

Não se pode ignorar o fato de que, o que afeta a saúde mental do indivíduo são os fatores extraescolares, a vida financeira é um grande exemplo disto, porém, o aluno não consegue deixar as preocupações pessoais fora de sua vida acadêmica, o que faz diminuir o rendimento escolar e agravar ainda mais os sintomas de ansiedade, depressão, ideação suicida, etc.

O despreparo de todos os setores frente a pandemia e às medidas de isolamento mostra o quão necessário é possuir um suporte emocional para o enfrentamento de um mundo pós pandemia, onde muitas pessoas precisarão de apoio psicológico. Considera-se que, neste momento, um dos públicos que mais precisam de auxílio são os estudantes, e por este motivo as universidades devem redirecionar as prioridades e focar em projetos que

deem o suporte psicológico necessário, evitando assim, ainda mais doenças mentais e evasão escolar.

REFERÊNCIAS

- ASSIS, A. D.; OLIVEIRA, A. G. B. Vida universitária e saúde mental: atendimento às demandas de saúde e saúde mental de estudantes de uma universidade brasileira. **Cadernos Brasileiros de Saúde Mental**, ISSN 1984-2147, Florianópolis, p. 159-177, 2018. Disponível em: <http://stat.necat.incubadora.ufsc.br/index.php/cbsm/article/view/1113/1305>. Acesso em: 23 maio 2021.
- CASTRO, V. R. Reflexões sobre a saúde mental do estudante universitário: estudo empírico com estudantes de uma instituição pública de ensino superior. **Revista Gestão em Foco**, [s. l.], ed. 9, p. 380-401, 2017. Disponível em: https://portal.unisepe.com.br/unifia/wp-content/uploads/sites/10001/2018/06/043_saude_mental.pdf. Acesso em: 23 maio 2021.
- CHEGG (Org). **Global student survey**. Disponível em: <https://www.chegg.com/about/wp-content/uploads/2021/02/Chegg.org-global-student-survey-2021.pdf>. Acesso em 14 maio 2021.
- COELHO, A. P. S. et al. Mental health and sleep quality among university students in the time of COVID-19 pandemic: experience of a student assistance program. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 9, n. 9, p. e943998074, 2020. DOI: 10.33448/rsd-v9i9.8074. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/8074>. Acesso em: 14 sep. 2021.
- MAIA, B. R.; DIAS, P. C. Ansiedade, depressão e estresse em estudantes universitários: o impacto da COVID-19. **Estudos de Psicologia (Campinas) [online]**. 2020, v. 37 [Acessado 14 Setembro 2021], e200067. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-0275202037e200067>>. Epub 18 Maio 2020. ISSN 1982-0275. <https://doi.org/10.1590/1982-0275202037e200067>.
- MOTA, D. C. B. Saúde mental e uso de internet por estudantes universitários: estratégias de enfrentamento no contexto da COVID-19. **Ciência & Saúde Coletiva [online]**. 2021, v. 26, n. 6 [Acessado 14 Setembro 2021], pp. 2159-2170. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232021266.44142020>>. Epub 30 Jun 2021. ISSN 1678-4561. <https://doi.org/10.1590/1413-81232021266.44142020>.
- NEVES, U. Saúde Mental e Covid-19: universitários brasileiros são os mais afetados pela pandemia. **PEBMED**, 2021. Disponível em: <https://pebmed.com.br/saude-mental-e-covid-19-universitarios-brasileiros-sao-os-mais-afetados-pela-pandemia/>. Acesso em: 14 maio 2021.
- NEVES, M. C. C.; DALGALARRONDO, P. Transtornos mentais auto-referidos em estudantes universitários. **J Bras Psiquiatr**, 56(4): 237-244, 2007.
- RODRIGUES, B. B. et al. Aprendendo com o Imprevisível: Saúde Mental dos Universitários e Educação Médica na Pandemia de Covid-19. **Revista Brasileira de**

Educação Médica [online]. 2020, v. 44, n. Suppl 01 [Acessado 14 Setembro 2021] , e149. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1981-5271v44.supl.1-20200404>>. Epub 02 Out 2020. ISSN 1981-5271. <https://doi.org/10.1590/1981-5271v44.supl.1-20200404>.

SILVA, J. C. S. da.; DASMASCENO, D. V.; TAETS, G. G. D. C. C. (2021). Reflections on Maslow and the mental health of university students in times of the COVID-19 pandemic. **Rev Enferm UFPI**, 9(1). <https://doi.org/10.26694/reufpi.v9i1.770>

SÍFILIS CONGÊNITA

Giovanna de Moraes Gonçalves, Rhilary Perez, Giovanna Castilho Davatz Lopes, e-mail: giovannagoncalves@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A sífilis é uma doença sistêmica sexualmente transmissível causada pelo *Treponema pallidum*. Resulta em morbidade e mortalidade consideráveis e apresenta manifestações clínicas variáveis (MARTINS, 2017).

A Organização Mundial da Saúde (OMS) estimou que existem 11 milhões de novos casos de sífilis por ano em todo o mundo em adultos com idades de 15 a 49 anos (ARAIN; ABBAS; ADAMS, 2020). O diagnóstico da doença é obtido especialmente através de testes sorológicos: testes não treponêmicos (VDRL-Venereal Diseases Research Laboratory e RPR-Rapid Plasma Reagin) e testes treponêmicos (FTAAbs- Fluorescent Treponemal Antibody-Absorption e TPHA *Treponema pallidum* Hemagglutination) (PASTRO et al., 2019).

Além da infecção por via sexual pode ser transmitida durante toda a gestação da mãe infectada para o feto, sendo denominada sífilis congênita (PESSOA; GALVÃO, 2011). Presença de títulos sorológicos elevados está normalmente presente nas formas mais recentes da infecção, e está associada à maior possibilidade de transmissão vertical da sífilis. A transmissão vertical do *Treponema pallidum* pode ocorrer em qualquer fase gestacional ou estágio clínico da doença materna, sendo que fatores que determinam a probabilidade de transmissão são o estágio da sífilis na mãe e a duração da exposição do feto no útero. Ainda, há possibilidade de transmissão direta por meio do contato da criança pelo canal de parto, se houver lesões genitais maternas (PASTRO et al., 2019).

A sífilis congênita é uma infecção congênita evitável se a gestante for triada precoce e adequadamente, caso contrário pode levar a prejuízos permanentes ao recém-nascido. Entretanto, apesar da assistência pré-natal garantir de forma gratuita a triagem e o tratamento para gestante infectada com sífilis, a maior parte dos casos da doença congênita está intimamente associada ao tratamento inadequado da grávida e a não adesão à terapêutica pelo seu parceiro (PASTRO et al., 2019).

A incidência da sífilis congênita está aumentando, apesar da realidade de que a prevenção pode ser alcançada em mais de 98% dos casos com tratamentos baseados em penicilina. A taxa de infecção da transmissão vertical do *Treponema pallidum* em mulheres não tratadas é de 70 a 100%, nas fases primária e secundária da doença, reduzindo-se

para aproximadamente 30% nas fases tardias da infecção materna (latente tardia e terciária) (PASTRO et al., 2019).

No Brasil tem havido um aumento progressivo da taxa de incidência da sífilis congênita. No ano de 2006, a taxa era de 2,0 casos por mil nascidos vivos, e no ano de 2015 subiu para 6,5 no país (6,9 casos por mil nascidos vivos), seguida pelo Centro-Oeste (4,5 casos por mil nascidos vivos) e Norte (4 casos por mil) (PASTRO et al., 2019). A prevalência da infecção materna está associada a más condições socioeconômicas, exclusão social e baixo nível de escolaridade (PESSOA; GALVÃO, 2011).

Recentemente há a estimativa de que 1,6% das gestantes, ou seja, aproximadamente 50 mil parturientes tenham sífilis, resultando em 15 mil crianças ao ano nascendo com sífilis congênita (NASCIMENTO, 2021).

A sífilis congênita pode causar aborto, prematuridade, deformidades ósseas, perda auditiva e outras alterações clínicas importantes (PASTRO et al., 2019). Além disso, a surdez é frequentemente associada a sífilis congênita. Junto com ceratite intersticial e malformações dentárias, faz parte da tríade Hutchinson (MARTINS, 2017). Estudos descrevem incidência de hipoacusia na sífilis primária de 17%, na secundária de 25% e de 54% na terciária ou neurosífilis (OLIVEIRA, 2009). Os recém-nascidos que apresentarem VDRL reagente devem ser submetidos à punção lombar para se descartar a possibilidade de neurosífilis (PASTRO et al., 2019).

Diante do exposto, observa-se que a sífilis congênita consiste em um problema de saúde pública (PASTRO et al, 2019). Por isso, a presente pesquisa visa auxiliar na difusão do conhecimento sobre a sífilis congênita, de forma a alertar discentes e profissionais da área da saúde.

2 MÉTODO

O presente trabalho é uma revisão bibliográfica. Para sua efetivação, realizou-se buscas online a partir dos termos “sífilis”, “sífilis congênita” e “infecções congênitas” isolados ou associados de diversas maneiras nos idiomas português e inglês. As plataformas em que se pesquisou os materiais foram Google Acadêmico, Scielo e Biblioteca Virtual em Saúde.

Seguindo a metodologia, selecionou-se 11 textos base, os quais foram publicados entre o período de 2006 a 2021: 9 artigos científicos, 1 cartilha do ministério da saúde e 1 site oficial – marinha brasileira.

3 REVISÃO DE LITERATURA

A sífilis é uma infecção sistêmica, conhecida desde o século XV. Acomete unicamente o ser humano, sendo de interesse para as diversas especialidades da saúde. Dentre os principais sintomas estão principalmente as lesões cutâneas acompanhadas de febre e calafrios (SUMIKAWA et al., 2010; GARRET; RIBEIRO, 2018).

A descoberta do agente etiológico ocorreu em 1905 pelo zoologista Fritz Shaudin em parceria com o dermatologista Paul Erich Hoffman, que analisaram por meio de microscopia de campo escuro, material coletado de pápula existente na vulva de mulher com sífilis secundária. No experimento encontraram microrganismos compostos por 8 a 14 espirais regulares, finos (0,10 a 0,18 μ m de largura), com 6 a 20 μ m de comprimento, que giram em torno de seu maior comprimento e que se movem de frente para trás, os quais denominaram Spirochaeta pallida. Mudaram seu nome no ano seguinte para Treponema pallidum (SUMIKAWA et al., 2010). Desde então, para a identificação do Treponema pallidum considerou-se relevante observar sua morfologia (AVELLEIRA; BOTTINO, 2006).

São descritas como principais formas de contaminação o contato sexual, transfusão sanguínea e a transmissão vertical (SUMIKAWA et al., 2010). A disseminação sistêmica resulta na produção de complexos imunes que podem depositar-se em qualquer órgão. No entanto, a imunidade humoral não é efetiva para a proteção. A imunidade celular é alcançada apenas tardiamente, permitindo ao Treponema pallidum se multiplicar e sobreviver por períodos prolongados (AVELLEIRA; BOTTINO, 2006).

Quando há a transmissão vertical a condição de do concepto contaminado passa a ser denominada sífilis congênita. A sífilis congênita é na maioria dos casos, uma condição assintomática. No entanto pode ocasionar prematuridade, baixo peso ao nascer e óbito fetal. Considera-se natimorto em decorrência dessa infecção concepto que vem a óbito a partir da 22ª semana gestacional, ou que possua peso equivalente ou maior que 0,5 Kg, filho de portadora de sífilis inadequadamente tratada. Pode ser dividida em sífilis congênita precoce e sífilis congênita tardia (BRASIL, 2016).

- **Sífilis congênita precoce:** surge até dois anos de idade e deve ser diagnosticada por avaliação epidemiológica criteriosa da situação materna e de avaliações clínica, laboratorial e de estudos de imagem na criança. Além de mais da metade de todas as crianças serem assintomática ao nascimento ou causando sinais que podem ser discretos, não existe uma avaliação complementar para determinar com precisão o diagnóstico da infecção na criança (BRASIL, 2016).

Além da prematuridade e do baixo peso ao nascimento, as principais características dessa síndrome são: hepatomegalia com ou sem esplenomegalia, lesões cutâneas, periostite ou osteíte ou osteocondrite, pseudoparalisia dos membros, sofrimento respiratório com ou sem pneumonia, rinite, icterícia, anemia e linfadenopatia generalizada. Entre as alterações laboratoriais incluem-se: anemia, trombocitopenia, leucocitose (pode ocorrer reação leucemóide, linfocitose e monocitose) ou leucopenia (BRASIL, 2016).

- **Sífilis congênita tardia:** surge após dois anos de vida. O diagnóstico deve ser estabelecido por meio da associação de critérios epidemiológicos, clínicos e laboratoriais. Além disso, deve-se estar atento na investigação para a possibilidade de a criança ter sido exposta ao *T. pallidum* por meio de exposição sexual (BRASIL, 2016).

As principais características dessa síndrome incluem: tibia em “Lâmina de Sabre”, articulações de Clutton, fronte “olímpica”, nariz “em sela”, dentes incisivos medianos superiores deformados (dentes de Hutchinson), molares em “amora”, rágades periorais, mandíbula curta, arco palatino elevado, ceratite intersticial, surdez neurológica e dificuldade no aprendizado (BRASIL, 2016).

Todas as crianças com diagnóstico de sífilis congênita, independentemente dos sintomas e do local da infecção, devem ser avaliadas e acompanhadas por profissionais de referência nas áreas de doenças infecciosas, neurologia, oftalmologia e fonoaudiologia. Os acompanhamentos clínicos devem ser mensais, e depois bimestrais a cada 12 meses. O VDRL deve ser solicitado com 1, 3, 6, 12 e 18 meses sendo necessários dois exames negativos para alta ambulatorial (ROMANELLI et al., 2014).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo disseminar conhecimentos sobre a sífilis congênita, de forma a alertar discentes e profissionais da área da saúde. A sífilis congênita é um dos problemas de saúde pública relacionado à maior vulnerabilidade social e ao insucesso do pré-natal. A importância epidemiológica da doença e seus custos diretos e indiretos fornecem razões convincentes para investir em melhores serviços de atenção pré-natal.

REFERÊNCIAS

AVELLEIRA, J.C.R.; BOTTINO, G. Sífilis: diagnóstico, tratamento e controle. **Anais Brasileiros de Dermatologia**, v.81, n.2, p.111-126, 2006.

ARAIN, Z.; ABBAS, Y.; ADAMS, A. Pediatric otosyphilis—An unusual cause of conductive hearing loss. **Radiology Case Reports**. v.15, n.1, p.65-70, 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Manual para diagnóstico da Sífilis**. Brasília, DF, 2016.

GARRET, R.S.; RIBEIRO, C.N.M. Análise bibliográfica da transmissão vertical da sífilis.

Revista Eletrônica Biotecnologia, Biotecnologia e Saúde, n. 20, p.55-65, 2018.

MARTINS, A.; ARIAS, E.; RAGO, R.D. Hipoacusia neurosensorial secundaria a infecciones perinatales, **Revista de la Federación Argentina de Sociedades de Otorrinolaringología**. v.21, n.1, p. 55-61, 2017.

NASCIMENTO. A.P.A. **Sífilis e Deficiência Auditiva**. Conselho Editorial do Saúde Naval. Marinha Brasileira. 2021.

OLIVEIRA, N.F.C.D.; OLIVEIRA, R.C.C.D. Hipoacusia e Zumbido Associada à Otosifilis, **International Archives of Otorhinolaryngology**. v.13, n.4, p. 455-458, 2009.

PASTRO, D.O.T.; FARIAS, B.P.; GARCIA, O.A.G.; GAMBICHLER, B.S.; MENEGUETTI, D.U.O.; SILVA, R.S.U. Prenatal quality and clinical condition of newborns exposed to syphilis, **Journal of Human Growth and Development**. v.29, n.8, p. 249-256, 2019.

PESSOA, L.; GALVÃO, V. Clinical aspects of congenital syphilis with Hutchinson's triad, Unusual presentation of more common disease/injury, **BMJ Case Reports**, v.1, n.1, p.1-3, 2011.

ROMANELLI, R.M.R.; CARELLOS, E.V.M.; CAMPOS, F.A.; PINTO, A.S.P.; MARQUES, B.A.; ACHIETA, L.M.; ANDRADE, G.M.Q. Abordagem neonatal nas infecções congênitas - toxoplasmose e sífilis. **Revista Médica de Minas Gerais**, v.24, n.2, p.196-209, 2014.

SUMIKAWA, E.S.; MOTTA, L.R.; INOCÊNCIO, L.A.; FERREIRA, L.A.P.; BAZZO, M.L.; FRANCHINI, M.; UEDA, M. **Sífilis: Estratégias para Diagnóstico no Brasil**. Brasília: Ministério da Saúde, Coordenação de Doenças Sexualmente Transmissíveis e Aids. 2010. 100 p.

TERAPIA GÊNICA: UMA ESPERANÇA NO TRATAMENTO DA ATROFIA MUSCULAR ESPINHAL

Gabriela Grandeso, André Luiz Ventura Savio

E-mail: Grandesogabi@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A Atrofia muscular espinhal (AME) é uma doença hereditária neurodegenerativa classificada como autossômica recessiva, sendo uma das doenças genéticas mais fatais. Estudos epidemiológicos evidenciam incidência em 1:6.000 a 1:10.000 nascimentos (PRIOR, 2007). As alterações genéticas relacionadas com a patogenia da AME, tem sido associada com mutações no gene da sobrevivência do neurônio motor 1 (SMN1). Estas modificações são responsáveis por reduzir os níveis da proteína SMN1 levando a degeneração dos neurônios motores alpha (α), e como consequência, levando à fraqueza muscular simétrica e progressiva (RUSSMAN, 2007). Por se tratar de uma doença neurodegenerativa progressiva hereditária, os tratamentos para a AME, por muito tempo, se limitaram em um conjunto de métodos com intuito de interromper o progresso da doença e prolongar a vida dos pacientes (BAIONI; AMBIEL, 2010).

Com o avanço do conhecimento científico e tecnológico na genômica, novas tecnologias surgiram, e com este conhecimento, iniciou uma nova fase no tratamento de doenças genéticas e hereditárias (GONÇALVES; PAIVA, 2017). Este novo tratamento, hoje conhecido como terapia gênica compreende a técnica de cortar fragmentos do DNA que apresentam mutações e substituí-los por sequências selvagens, ou seja, saudáveis, visando assim o tratamento de diversas doenças hereditárias (LINDEN, 2010).

Este conhecimento científico e tecnológico, permitiu que 20 anos após a descoberta das mutações no gene SMN1 associadas com a patogenia do AME, novas estratégias terapêuticas fossem adotadas na tentativa de estabelecer um novo fármaco no tratamento da AME (GROEN; TALBOT; GILLINGWATER, 2018). Nesta revisão, discutiremos como a evolução das terapias gênicas impactaram positivamente no tratamento de AME e as perspectivas futuras no tratamento das doenças genéticas.

2 METODOLOGIA

Com o intuito de englobar achados de pesquisas relacionadas com AME e terapia gênica, a revisão sistemática, foi realizada no primeiro semestre de 2021, utilizando bases

de dados do Google Scholar, Scielo e Pubmed para encontrar artigos publicados nos últimos 20 anos (2001 a 2021). Os artigos foram buscados utilizando os seguintes descritores: Terapia gênica, genética, DNA, AME.

3 REVISÃO DE LITERATURA

a. Atrofia muscular espinhal (AME)

A AME é uma doença de caráter genético, caracterizada por afetar os neurônios e consequentemente a função motora, a mesma ocorre por uma alteração do gene que codifica a proteína SMN (*survival motor neuron*), uma proteína necessária para o neurônio motor, que é responsável pelas funções motoras e controles do movimento muscular (RIERA; BAGATTINI; PACHITO, 2019).

A gravidade da evolução da AME, esta diretamente relacionada com o número de cópias do gene SMN2, um gene semelhante ao SMN1, porém produz uma quantidade apenas 25% proteína SMN. Ou seja, o número elevado de cópias de SMN2, pode suprir a necessidade resultante da falta de SMN1 (SHANMUGARAJAN et al., 2007). Desta forma, de acordo com o número de cópias de SMN2, a AME pode ser classificada em quatro tipos, a AME tipo 1 mais agressiva, a tipo IV é conhecida por ser mais branda (Neves, U. 2019).

AME Tipo 1

Também conhecida como AME grave ou Síndrome de Werdnig-Hoffman, é caracterizada pelo início precoce (0-6 meses de idade), por uma falha em adquirir a capacidade de sentar e uma expectativa de vida curta (menos de 2 anos). Nestes casos as crianças perdem a capacidade de deglutir e se alimentar antes de completarem 1 ano de idade. A fraqueza muscular se espalha pelos músculos intercostais, comprometendo o ciclo respiratório (RUSSMAN, 2007; VERHAART et al., 2017).

AME tipo 2

Também chamada de doença de Dubowitz ou crônica, se torna sintomático por volta dos 6 a 18 meses, alguns pacientes conseguem sentar-se sem ajuda, enquanto outros necessitam de auxílio. Entretanto, estes pacientes não conseguem desenvolver capacidade motora para caminhar, além disso a dificuldade de deglutição, pode levar a redução de peso (RUSSMAN, 2007; VERHAART et al., 2017)

AME Tipo 3

Conhecida como AME juvenil ou Síndrome Kugelberg-Welander, tem início após os 18 meses, é um dos tipos de menos prevalência (RUSSMAN, 2007; VERHAART et al., 2017).

AME Tipo 4

A tipo 4 é umas das mais raras, considerada como a forma moderada da doença, não há um consenso sobre a idade de início, geralmente tem o surgimento dos sintomas na segunda ou terceira década de vida, assim, os indivíduos não apresentam dificuldade respiratória ou de deglutição (RUSSMAN, 2007; VERHAART et al., 2017).

Devido as diferentes formas de apresentação da AME e conseqüentemente, os sinais clínicos para o paciente os tratamentos tradicionais incluem: Terapias de suporte com cuidados respiratório, nutricionais e ortopédicos. Em 2016, foi aprovado o primeiro tratamento farmacológico desenvolvido especialmente para o tratamento de AME, chamado de Spinraza, até então nenhum tratamento farmacológico específico estava disponível para o tratamento desta doença (GLASCOCK et al., 2017).

b. Terapia gênica

O termo terapia gênica foi instituído pelos pesquisadores Theodoro Friedmann e Richard Roblin, pela primeira vez no artigo intitulado “*Gene therapy for human genetic disease?*”, no qual os pesquisadores indagaram a possibilidade de substituir o fragmento DNA mutado de pacientes com doenças genéticas por fragmentos de material genético saudável produzido em laboratório, destacando a viabilidade desta manipulação e os riscos biológicos por trás desta terapia (Roblin, 1972).

French Anderson et. al, em 1985, descreveram a tecnologia de transferência de genes saudáveis através de linfócitos T, sendo estes alvos para o uso na terapia gênica (BLAESE et al., 1993). Em 1990, os mesmos pesquisadores realizaram a primeira terapia gênica com sucesso. Uma paciente portadora de deficiência de Adenosina Deaminase (ADA), a qual resulta em um sistema imunológico deficiente, teve seus linfócitos T coletados, e através de engenharia genética a sequência correta do gene ADA foi inserido no linfócito T da paciente. Após essa adição, a paciente recebeu infusões das células contendo a sequência do gene deficiente e passou a produzir a proteína deficiente e o seu sistema imunológico tornou-se eficiente. Em 1999, outros pesquisadores tentaram uma nova terapia gênica para um paciente com deficiência de ornitina transcarbamilase, que resulta na incapacidade do fígado em degradar amônia tóxica. Seguindo os mesmos procedimentos descritos por French et al, porém nesse novo experimento o paciente desenvolveu reações imunológicas graves e veio a óbito 4 dias após o início do tratamento, fato que causou suspensão de todos os tipos de terapia gênica em andamento (“Gene-therapy trials must proceed with caution”, 2016). Nos últimos anos, centenas de novos métodos de terapia gênica foram

instituídos, sendo aplicados em diversas doenças genéticas e também o câncer (BULAKLAK; GERSBACH, 2020).

c. Atrofia muscular espinhal (AME) e Terapia Gênica

Com os avanços da terapia gênica, iniciaram-se os estudos a cerca de possíveis terapias específicas para AME, sendo em 2016 o primeiro medicamento aprovado para esta finalidade nos EUA, chamado de Spinraza ou Nusinersena, produzido pela empresa Biogen. Este medicamento é um oligonucleotídeo antisense que aumenta a proporção de inclusão do exon 7 nos transcritos do ácido ribonucleico mensageiro SMN2, levando a codificação da proteína SMN funcional. Os ensaios clínicos demonstraram efeitos significativos nos pacientes que receberam o tratamento, entretanto, para receber este tipo de tratamento o paciente precisava ser portador de uma mutação específica chamada 5qAME (*5qSMA*) (INFORMATION et al., 2018).

No ano de 2019, um novo fármaco foi aprovado nos EUA pela Agência Federal do Departamento de Saúde e Serviços Humanos (FDA), chamado de Zolgensma (Onasemnogene abeparvovec) produzido pela empresa Novartis. O Zolgensma, é resultado da evolução da engenharia genética, consiste em um vetor viral que leva a cópia do gene SMN1, responsável pela produção da proteína SMN, que tem a função de restaurar a função do neurônio motor (RIERA; BAGATTINI; PACHITO, 2019). Este medicamento é indicado para o tratamento de crianças menores de dois anos, segundo a Anvisa, o Zolgensma tem seus benefícios que são maiores aos seus riscos, por outro lado, por se tratar de uma terapia inovadora e que teve aprovação de caráter excepcional, resultando em estudos adicionais que devem ser feitos pela empresa afim de comprovar sua segurança e eficácia em um determinado período de tempo. (Neves, U. 2019). No Brasil, Anvisa aprovou o tratamento com o Zolgensma para portadores de AME tipo 1, com até dois anos de idade e tendo mutações bialélicas, no gene SMN1 ou até três cópias do gene SMN2, logo após a suspeita clínica, é realizado testes pela coleta de sangue, saliva ou raspagem da bochecha para extração do DNA e assim é feito a análise quantitativa do gene SMN1.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Atrofia muscular espinhal é uma doença neurodegenerativa progressiva e inexorável, sendo seu tratamento multidisciplinar com o objetivo de melhora da qualidade de vida e sobrevida dos pacientes. Nos últimos anos, o avanço das novas terapias gênicas permitiu

um tratamento individualizado para pacientes com alterações genéticas específicas, aumentando assim a qualidade de vida e sobrevida dos pacientes, trazendo novas esperanças para portadores de doenças até então classificadas como incuráveis.

Entretanto, os desafios destas novas ferramentas pedem cautela em seu uso e o alto custo limita o acesso a esta classe de medicamento por toda população. No caso do Zolgensma, o custo aproximado é de 2 milhões de dólares a dose única, no Brasil o medicamento tem o custo aproximado de 11 milhões de reais, o que confere as famílias, além o sofrimento relativo a condições patológicas da criança, a angústia pela busca de recursos para aquisição do medicamento. Diante deste cenário, torna-se promissor o uso de novas terapias para diversas doenças com etiologia genética, porém o grande desafio será tornar estas tecnologias acessíveis para toda a população.

REFERÊNCIAS

BAIONI, M. T. C.; AMBIEL, C. R. Spinal muscular atrophy: diagnosis, treatment and future prospects. **Jornal de Pediatria**, v. 86, p. 261–270, ago. 2010.

BLAESE, R. M. et al. **Gene Therapy for Immunodeficiency and Cancer**. (J. Gergely et al., Eds.) Progress in Immunology Vol. VIII. **Anais...Berlin, Heidelberg: Springer Berlin Heidelberg**, 1993.

BULAKLAK, K.; GERSBACH, C. A. The once and future gene therapy. **Nature Communications**, v. 11, n. 1, p. 5820, 16 nov. 2020.

Gene-therapy trials must proceed with caution. **Nature**, v. 534, n. 7609, p. 590–590, 1 jun. 2016.

GLASCOCK, J. et al. Cure SMA and our patient community celebrate the first approved drug for SMA. **Gene Therapy**, v. 24, n. 9, p. 498–500, set. 2017.

GONÇALVES, G. A. R.; PAIVA, R. DE M. A. Gene therapy: advances, challenges and perspectives. **Einstein (São Paulo)**, v. 15, p. 369–375, set. 2017.

GROEN, E. J. N.; TALBOT, K.; GILLINGWATER, T. H. Advances in therapy for spinal muscular atrophy: promises and challenges. **Nature Reviews Neurology**, v. 14, n. 4, p. 214–224, abr. 2018.

INFORMATION, N. C. FOR B. et al. **Executive Summary**. [s.l.] Canadian Agency for Drugs and Technologies in Health, 2018.

LINDEN, R. Terapia gênica: o que é, o que não é e o que será. **Estudos Avançados**, v. 24, n. 70, p. 31–69, 2010.

Neves, U. FDA aprova primeira terapia gênica para atrofia muscular espinal. Disponível em: <https://pubmed.com.br/fda-aprova-primeira-terapia-genica-para->

[atrofia-muscular-espinhal/](#). Acesso em ago/2021.

PRIOR, T. W. Spinal muscular atrophy diagnostics. **Journal of Child Neurology**, v. 22, n. 8, p. 952–956, ago. 2007.

RIERA, R.; BAGATTINI, Â. M.; PACHITO, D. Eficácia, segurança e aspectos regulatórios dos medicamentos órfãos para doenças raras: o caso Zolgensma®. **CADERNOS IBERO-AMERICANOS DE DIREITO SANITÁRIO**, v. 8, n. 3, p. 48–59, 24 set. 2019.

RUSSMAN, B. S. Spinal muscular atrophy: clinical classification and disease heterogeneity. **Journal of Child Neurology**, v. 22, n. 8, p. 946–951, ago. 2007.

SGANZERLA, A.; PESSINI, L. Edição de humanos por meio da técnica do Crispr-cas9: entusiasmo científico e inquietações éticas. **Saúde em Debate**, v. 44, n. 125, p. 527–540, jun. 2020.

SHANMUGARAJAN, S. et al. Congenital Bone Fractures in Spinal Muscular Atrophy: Functional Role for SMN Protein in Bone Remodeling. **Journal of child neurology**, v. 22, n. 8, p. 967–973, ago. 2007.

SOKOLOWSKEI, D. CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA – UniCEUB FACULDADE DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO E SAÚDE GRADUAÇÃO EM BIOMEDICINA. p. 29, [s.d.].

VERHAART, I. E. C. et al. Prevalence, incidence and carrier frequency of 5q–linked spinal muscular atrophy – a literature review. **Orphanet Journal of Rare Diseases**, v. 12, n. 1, p. 124, dez. 2017.

TIMO: DESENVOLVIMENTO, IMPORTÂNCIA E SUA RELAÇÃO COM DETERMINADAS DOENÇAS

Ângela Maria Donizeti Ferreira, Gercilene Cristiane Silveira, Adriane Lopes
angelaferreiraenfermagem@outlook.com

1 INTRODUÇÃO

A palavra timo tem origem do grego *thúmon*: alma, espírito, coração, emoção, afetividade, e também excrescência carnuda, moleja de vitelo e cordeiro (FAUSTO, et al 2004).

De acordo com Zieri (2014), o timo é um órgão linfático que se encontra localizado na porção anterossuperior do mediastino, na cavidade torácica, que, com o passar do tempo, tende a diminuir de tamanho. Com isso, ocorre uma redução na produção dos linfócitos T.

Segundo estudos de Lima e Carneiro-Sampaio (2007), por muito tempo o timo permaneceu como um órgão enigmático com funções desconhecidas, tendo sido um dos últimos grandes órgãos do corpo a ter as funções reveladas.

Conforme Montanari (2016), o timo atinge seu peso máximo na puberdade, envolvendo a partir desse período. Grande parte do tecido linfoide é substituída por tecido adiposo e fibroso, e de um órgão grande e arredondado, torna-se pequeno e enrugado, dificilmente reconhecível no tecido adiposo do mediastino superior. No entanto, continua funcional na vida adulta.

Dessa forma, observa-se que, o ritmo de crescimento tímico na criança e de involução no adulto é extremamente variável, sendo difícil determinar o peso apropriado para a idade, a menos que exista uma grande divergência de tamanho (FAUSTO, et al 2004).

Além do mais, verifica-se que este órgão produz os hormônios timosina e timopoiatina, que atuam na maturação dos linfócitos T. Ainda, age no desenvolvimento dos linfócitos T reguladores e, por isso, é fundamental contra a autoimunidade (ZIERI, 2014).

Diante de todo exposto, o objetivo do presente trabalho é discutir e atualizar os enfermeiros sobre o papel e função do timo, assim como no desenvolvimento dos linfócitos T, na tolerância aos próprios antígenos, e na manutenção da homeostase do sistema imunológico. Além disso, demonstrar a importância do profissional enfermeiro em conhecer a respeito do órgão timo, para que seja possível estabelecer estratégias de promoção da saúde, assim como identificar quando o mesmo apresentar alguma alteração.

2 METODOLOGIA

O presente trabalho consiste em uma revisão integrativa de literatura. A busca por materiais, ocorreu através da consulta as bases de dados: Scielo, Pubmed, Lilacs e Google acadêmico. Para a busca utilizaram-se os descritores: timo; sistema-imunológico; enfermagem; nos idiomas inglês e português.

O levantamento dos artigos científicos aconteceu entre os meses de fevereiro e setembro de 2021. No total, foram selecionados 9 materiais, sendo 8 artigos científicos e 1 livro. Para que fosse possível estabelecer a amostra dos estudos selecionados para o artigo, utilizou-se como critério de inclusão: texto disponível na íntegra; publicados nos idiomas inglês e/ou português; publicados entre o período de 2004 a 2016 e, como critérios de exclusão: artigos repetidos nas bases de dados, não disponíveis gratuitamente para leitura, e aqueles que após a leitura na íntegra não contemplavam o tema abordado.

3 FUNÇÃO E IMPORTÂNCIA DO TIMO

A principal função do timo é proporcionar um ambiente adequado para a diferenciação, seleção e maturação de linfócitos T, a partir de células progenitoras migrantes da medula óssea (LIMA; CARNEIRO-SAMPAIO, 2007).

Ainda na vida fetal e no período neonatal, conforme Barroso et al. (2012), o timo detém uma alta importância imunológica e, anatomicamente, é o maior órgão linfático. Dentre todos os órgãos linfoides, ele é o que possui a maior atividade linfopoiética, além disso, tem demonstrado relações com o sistema endócrino, principalmente com a função gonadal.

Dessa forma, segundo Suarez et al. (2013), as células T se originam de uma célula-tronco pluripotencial, que migra para o timo e, uma vez lá, passa por diferentes estados de diferenciação. Com isso, as células epiteliais e mesenquimais tímicas, macrófagos e células dendríticas fornecem aos timócitos os estímulos necessários para sua atração, proliferação, expansão, migração, diferenciação e maturação.

À vista disso, quando o timo apresenta um funcionamento adequado, os linfócitos que passam por esse treinamento e que são capazes de reconhecer e atacar as células do próprio organismo são destruídos ali mesmo, uma vez que, a morte é o destino de 95% a 97% dos linfócitos T. Posto isso, apenas saem do timo para a circulação sanguínea e linfática os 3% a 5% restantes dos linfócitos, que demonstram ter habilidade de identificar

e atacar apenas os agentes infecciosos, os compostos estranhos ao corpo ou as células defeituosas (LIMA, et al 2011).



Fonte: Montanari, Tatiana (2016)

Portanto, diversos experimentos tem revelado que tanto o desenvolvimento normal quanto a manutenção de várias estruturas linfoides são dependentes de um órgão linfoide específico, ou seja, o timo. Assim, as respostas imunológicas naturais ou induzidas, que estão de diferentes formas relacionadas às estruturas do sistema linfático, muitas vezes são intermediadas e coordenadas pelo timo (BARROSO, et al 2012).

4 ALTERAÇÕES CONGÊNITAS E PATOLOGIAS RELACIONADAS AO TIMO

De acordo com Lima (2011), estima-se que uma em cada 10 mil crianças apresente alguma forma de imunodeficiência grave (parte dos casos com alteração no timo), quase sempre fatal sem o tratamento correto. Como por exemplo, a síndrome de DiGeorge, que afeta uma em cada 4 mil crianças e impede o desenvolvimento normal do timo. Além disso, cerca de 1% a 2% dessas crianças podem nascer sem o timo, o que impede a formação do sistema imunológico.

Cita-se ainda, a hiperplasia tímica, que pode estar associada a diversas doenças, geralmente doenças autoimunes, como a miastenia grave, lúpus eritematoso sistêmico, entre outras. Para identificação, o critério utilizado é o aparecimento de folículos linfoides localizados predominantemente na medula, associado a compressão e atrofia do córtex (FAUSTO et al 2004).

Por isso, nos últimos anos alguns estados norte-americanos incluíram na triagem neonatal – o teste do pezinho – que permite medir o número de linfócitos recém-liberados

pelo timo, que funcionam como indicador no sangue da atividade do órgão. No entanto, o teste genético ainda é caro para ser adotado pelo sistema público de países como o Brasil (LIMA, 2011).

Existe ainda, a possibilidade da presença de tumores, segundo Fausto et al (2004), denominado de timoma é um tumor primário com componente de células epiteliais tímicas. É raro, porém é o tumor mais frequente do mediastino anterossuperior.



Fonte: Fausto, et al (2004, p. 4)

Em sua maioria, se apresentam em torno de 50 anos de idade, sendo raro em crianças. Há associação com doenças sistêmicas, sendo a mais comum a miastenia grave. Cerca de 90% são benignos e 10%, malignos. Pode ser assintomático ou apresentar sintomas relacionados a compressão local, como tosse e dificuldade para engolir (FAUSTO et al 2004).

Portanto, verifica-se a importância do profissional enfermeiro, envolvido na assistência, em conhecer sobre este órgão complexo, vivenciando uma oportunidade de aplicar estratégias de promoção da saúde, uma vez que esse profissional se encontra em contato direto com seus usuários, além de serem participantes ativos nos cuidados e manutenção da saúde (BEZERRA et al 2013).

5 CONCLUSÃO

Mediante o exposto, conclui-se que o timo é um órgão que ainda apresenta inúmeras indagações, especialmente sobre sua atividade e relação com determinadas patologias. No entanto, é essencial que o profissional de enfermagem conheça sua função e importância, sabendo identificar anormalidades e o processo em que o mesmo possa se encontrar relacionado.

Dessa forma, percebe-se ainda, que não existem muito estudos sobre este órgão fenomenal referente ao corpo humano, mas alguns ensaios clínicos em animais, espera-se que, futuramente, novos estudos sejam desenvolvidos e a importância do estudo do timo se mantenha constante, assim como outros órgãos que compõem o corpo humano, para o seu adequado funcionamento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARROSO, C E; AGRESTE, F R; SILVA, L C S; BOMBONATO, P P; COGLIATI, B. Aspectos morfométricos do timo em gatos domésticos. **Pesq. Vet. Bras**, dez. 2012.
- BEZERRA, F; LEMOS, S T M; SOUSA, A C; CARVALHO, S M L; FERNANDES, C M C; ALVES, A F S; DALVA, M. Promoção da saúde: a qualidade de vida nas práticas da enfermagem. **Enferm. Global**, out. 2013.
- FAUSTO, C S C V; CHAMMAS, M C; SAITO, O C; GARCIA, M C T; JULIANO, A G; SIMÕES, C A; CERRI, G G. Timo: Caracterização ultra-sonográfica. **Radiol. Bras**, jun. 2004.
- LIMA, F A; CARNEIRO-SAMPAIO, M. O papel do timo no desenvolvimento do sistema imune. São Paulo: **Pediatria**, 2007.
- LIMA, F A; MOREIRA-FILHO, C A; RAMOS, P L; BRENTANI, H; LIMA, L A; ARRAIS, M; BENTO-SOUZA, L C; BENTO-SOUZA, L; DUARTE, M I; COUTINHO, A; CARNEIRO-SAMPAIO, M. Decreased AIRE expression and global thymic hypofunction in Down Syndrome. **The Journal of Immunology**. v. 187 (6), p. 3.422- 30. 15 set. 2011.
- MONTANARI, T. Histologia: texto, atlas e roteiro de aulas práticas. 3 ed. Porto Alegre, 2016.
- SUAREZ, V M; PEREZ, L L O D V; ABRAHAM, C M. Aspectos atuais da organogênese função e involução tímica. **Rev. Cubana. Hematol. Imun. Hemoter**. Cidade de Havana. v. 29, n. 4, p. 349-358, dez. 2013.
- ZIERI, R. Anatomia humana / Biblioteca Universitária Pearson. São Paulo: **Pearson Education do Brasil**, 2014.

TRANSTORNO DISMÓRFICO CORPORAL: UMA BATALHA CONTRA O ESPELHO

Karina Cipoli, Adriana Campos Meiado, e-mail: kacipoli@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Para algumas pessoas olhar no espelho é “fascinante”, “normal”, mas para outras é uma verdadeira “tortura”. Por inúmeros motivos tal fato pode ocorrer, pessoas estão insatisfeitas com algo em si, medo da própria imagem e muitas equivocadas procurando algo imaginário que acreditam existir.

Esse comportamento pode ser considerado uma distorção ou uma disfuncionalidade na literatura médica é chamado de transtorno de dismorfobia ou transtorno dismórfico corporal (TDC).

O Transtorno Dismórfico Corporal (TDC) é uma percepção distorcida que o paciente tem medo da própria imagem procurando algo imaginário que acreditam existir ou alguma alteração da aparência sutil que se torna exagerada tornando um prejuízo funcional para o paciente (MENEZES et al., 2014 apud BARROS, 2017).

Apesar por parecer um tema contemporâneo foi descrito pela primeira vez por Enrico Morselli, um psiquiatra italiano em 1886 e inicialmente foi denominado de “dismorfofobia”, que fazia referência ao medo da feiura (CONRADO, 2009).

Apesar de ser descrito a muito tempo, ainda recebe um diagnóstico que passa despercebido (BARROS, 2017). Um dos fatores que está relacionado a esse diagnóstico errôneo é o conhecimento restrito que a população ou profissionais da área da saúde possuem acerca do transtorno (VEALE, 2001 apud BARROS, 2017).

Para um diagnóstico preciso é feito através do médico com base em critérios pautado no Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais (DSM-5), mas para chegar no diagnóstico, avaliação precisa ser muito bem detalhada, pois o paciente pode ter um comportamento adequado em frente ao médico.

Após avaliação do paciente, o caminho da conduta médica envolve a prescrição ou não de medicamentos, agregando o encaminhamento para equipe multidisciplinar: psicólogos, terapeuta ocupacional, nutricionista, etc.

Desta forma, a temática da imagem corporal torna-se de vital importância para os estudos da atualidade. Assim, o presente trabalho busca compreender a imagem do corpo perfeito.

A hipótese sobre a qual debruça este estudo é a de que houve um aumento

pela busca do corpo perfeito, nos últimos 10 anos pela população no Brasil.

O objetivo proposto no trabalho será o de verificar se há aumento da incidência e da prevalência do transtorno dismórfico corporal entre a população no Brasil nos últimos 10 anos (2010 a 2020) e quais fatores podem estar relacionados com esse diagnóstico e intervenção na população.

Quanto aos objetivos específicos, serão trabalhados:

- Seção 1 - apresentar dados epidemiológicos incidência e prevalência Transtorno Dismórfico corporal no período de 2010 e 2020 no Brasil.
- Seção 2 - Verificar quais fatores impactaram nos dados epidemiológicos de incidência e prevalência do Transtorno Dismórfico no Brasil e a relação com a cirurgia plástica.
- Seção 4 – Verificar quais as variáveis presentes que estão relacionados ao aumento da incidência e prevalência e sua relação com a mídia nacional.
- Seção 5 – Verificar a relação entre TDC e a TCC.

O projeto partiu de interesse da aluna de psicologia, pois é um transtorno pouco estudado e a prevalência na população tem aumentado.

2 MÉTODO

Este trabalho se caracteriza na pesquisa bibliográfica e segundo Marconi e Lakatos (1992), é o levantamento de toda a bibliografia já publicada, em forma de livros, revistas, publicações avulsas e impressa escrita. Sua finalidade é proporcionar ao pesquisador a conhecer à literatura já existente sobre o tema que foi escolhido para o desenvolvimento do trabalho.

Foram coletados dados por meio de um estudo exploratório de artigos disponíveis nos bancos de dados do Scielo, Google Acadêmico e Pepsic, utilizando os seguintes descritores: Transtorno Dismórfico corporal, imagem corporal.

Quando ao critério de seleção dos dados coletados, foram escolhidos os artigos que contemplavam os conteúdos sobre a temática do transtorno de dismorfia corporal e no período de 2010 a 2020 no Brasil.

Quanto a análise dos dados, foi realizado a leitura exploratória dos trabalhos selecionados e destacados e coletados as informações relacionadas aos objetivos do estudo, bem como a análise qualitativa dos dados.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir do estudo levantado sobre o TDC foi possível verificar que os dados da prevalência do TDC, na população em geral, ainda não estão bem estabelecidos, porém, presume-se que afete, em torno de 1 a 2% da população geral (CONRADO, 2009). A prevalência relatada nos estudos mais antigos é de 0,7%, na população geral, e nos estudos mais recentes, avaliando amostras maiores, indicam prevalência de 1,7% na Alemanha e nos Estados Unidos de 2,4% (CONRADO, 2009).

De acordo com ROCHA, (2018) a estimativa no Brasil da população geral da que sofre com o TDC estima em 1% a 6% que corresponde a cerca de 4 milhões de pessoas.

Pelos indicativos fica claro o aumento do transtorno e não existe uma causa específica, mas pode desencadear fatores genéticos, psicológicos, socioculturais e também fatores químicos (RIBEIRO, 2019).

Com base nos dados coletados, pontuaram que os fatores genéticos estão entre as principais causas do TDC, uma porcentagem com 8% tem algum membro da família com TOC (CONRADO, 2009).

Embora sua aparência é normal, o paciente com TDC tendem a ficar angustiados com aspecto da sua aparência física, alguns relatam sobre aparência que “acha” feia, monstruosa ou com deformidades e não conseguem identificar o defeito (ABOUDIB et al, 2012).

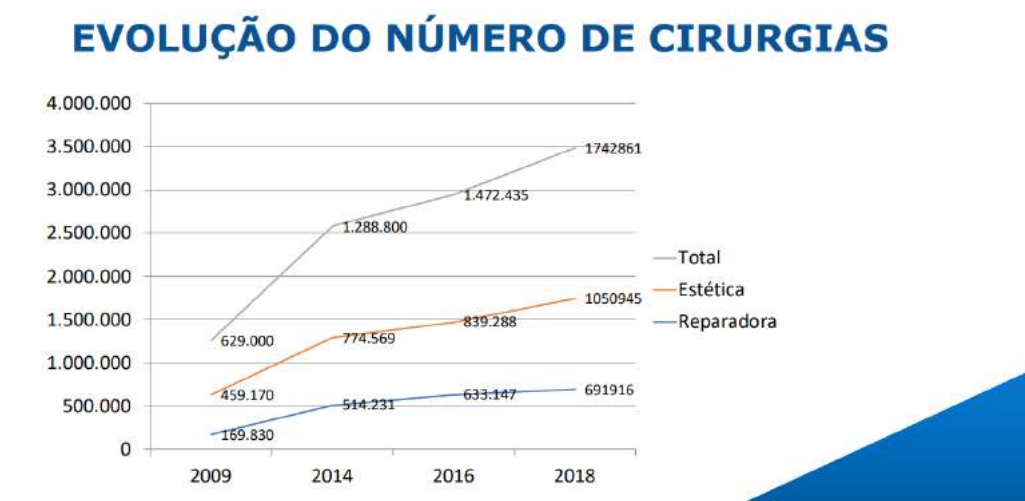
O paciente com TDC geralmente não procura um profissional (psicólogo ou psiquiatra), mas o cirurgião plástico, pois sua crença é sobre o seu aspecto físico (BARROS, 2017). O resultado não estará de acordo com o paciente, pois sua deformidade não é real e a cirurgia não irá curar essas preocupações que sempre mudam com aparência (ABOUDIB et al, 2012).

Por não procurar um profissional da saúde correto onde existe a falha do diagnóstico, porque o risco de suicídio nos pacientes com TDC está crescendo ou as intervenções cirúrgicas são repetidas para corrigir esses defeitos imaginários (AHMED, 2016 a apud BARROS, 2017).

Diante da não procura aos profissionais capacitados para o diagnóstico, verificou-se em um estudo mais recente que 1% a 3% da população geral sofram de TDC, mas no âmbito da cirurgia plástica, é apresentado uma prevalência superior à da população geral, sendo diagnosticada em 7% a 15% dos pacientes que procuram cirurgia (ABOUDIB et al, 2012).

Foi verificado através do CENSO de 2018 da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica (SBCP) teve um aumento significativo que demonstrou que o número de cirurgias plásticas em adolescentes entre 14 e 18 anos passou de 37.740 procedimentos em 2008 para 91.100 em 2012, o que corresponde a um incremento de 141%. A prevalência de TDC entre os pacientes submetidos a procedimentos cirúrgicos estéticos chega a 13,2% e os resultados cirúrgicos, em geral, não são alcançados levando ao excesso de procedimentos na tentativa de corrigir os defeitos notados. Em 2018 – ano do último censo realizado pela SBCP, foram realizadas no total de 1.742.861 entre cirurgias plásticas estéticas ou reparadoras.

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE CIRURGIAS



Fonte: dados retirados do site SBCP, 2018.

Os pacientes com TDC com sintomas leves a moderados podem ser beneficiados com a cirurgia plástica, mas o paciente com o nível de gravidade do TDC a tendência é piorar os sintomas concentrando muitas vezes em outra área do corpo ou da face (RIBEIRO, 2019).

Após a cirurgia plástica os médicos identificam 80% dos pacientes com TDC, pois os pacientes possuem um discurso que é adaptado a sua realidade acreditando assim no seu próprio discurso para alguma mudança em sua aparência (RIBEIRO, 2019).

Diante de todo esse aumento do TDC e da cirurgia plástica, os estudos tem mostrado que uma grande parcela de culpa na padronização de beleza é a mídia (ANDRADE et al, 2016). A mídia é uma das instituições responsáveis pela educação na atualidade, manifestando tanto benefícios como malefícios, assumindo a transmissão de valores e padrões de conduta (CONTI et al., 2010 apud ALMEIDA, 2017).

Segundo a literatura o tratamento mais eficaz para a psicoterapia é o método Terapia Cognitivo Comportamental (PHILLIPS, 2017 apud BARROS, 2017).

Enquanto a psicoterapia cria estratégias de enfrentamento gradual para situações de risco, como se olhar no espelho ou passear, a medicação ajuda a superar entraves como fobia social, ansiedade e síndrome do pânico (ABOUDIB et al, 2012).

A combinação não resolve a distorção da autoimagem, mas atenua significativamente os sintomas e os medicamentos ajudam a reduzir os pensamentos obsessivos, ansioso e compulsivo (ABOUDIB et al, 2012). Com o tratamento o indivíduo com TDC tem melhoras significativas, (FEUSNER et al., 2005 apud BARROS, 2017).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que o objetivo geral deste estudo foi verificar a relação, a frequência de TDC e fatores de diagnóstico e intervenção realizados na população, foi possível verificar dados alarmantes e uma significativa influência da mídia.

A literatura vem apresentando que a grande maioria dos médicos principalmente os cirurgiões plásticos, não estão conseguindo lidar com indivíduos que apresentam o Transtorno (TDC), por conta que esses profissionais possui a dificuldade de distinguir o quadro clínico dos sintomas que estão presentes no paciente.

Contudo, o tratamento uma combinação entre a medicação e a Terapia Cognitivo-Comportamental tem se destacado por sua eficácia na redução significativa dos sintomas.

Desta forma faz-se necessário que o psicólogo fique atento quanto a hipótese diagnóstica sobre o TDC para minimizar o sofrimento desses pacientes.

REFERÊNCIA

ABOUDIB, J. H. C. et al. **Transtorno Dismórfico Corporal**: contribuições para o cirurgião plástico. Rev Bras Cir Plást. 2013, 499-506. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ.

ALMEIDA, A. P. **A influência da mídia na distorção da imagem corporal de adolescentes**. Licenciatura em Educação Física Centro Universitário de Brasília – UniCEUB, 2017.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5**. 5.ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

ANDRADE, et al. **TÍTULO: A INFLUÊNCIA DOS PADRÕES DE BELEZA IMPOSTOS PELA MÍDIA** TÍTULO. Tese de Doutorado. UNIVERSIDADE SÃO JUDAS TADEU.

BARROS, S. **A CONTRIBUIÇÃO DA TCC NO TRATAMENTO DO TRANSTORNO DISMÓRFICO CORPORAL**. 2017, 41f. Trabalho de conclusão de curso Lato Sensu.

CETCC- CENTRO DE ESTUDOS EM TERAPIA COGNITIVO-COMPORTAMENTAL, São Paulo, 2017.

CONRADO, L. A. Transtorno dismórfico corporal em dermatologia: diagnóstico, epidemiologia e aspectos clínicos. **Anais Brasileiros de Dermatologia**, v. 84, p. 569-581, 2009.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. DE A. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 1996.

RIBEIRO, F. D. **Transtorno Dismórfico Corporal sob a ótica do cirurgião plástico brasileiro**. Orientador: Dr. José Eduardo Martinez, 2019. 78f. TCC (Mestrado). Curso: Mestre em Educação nas Educações da Saúde. PUC, SP. Disponível em: < [Fernanda Dias Ribeiro.pdf \(pucsp.br\)](#) > acesso em: 20/08/2021.

Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica (SBCP). **Censo 2018**. São Paulo (SP): SBCP; 2018; Disponível em: < [Apresentação Censo \(cirurgioplastica.org.br\)](#) . Acesso em: 15/08/2021.

_____(SBCP). **Evandro Luiz Mitri Parente**, 2019. Disponível em: [O que é o transtorno dismórfico corporal \(sbcpsc.org.br\)](#) . acesso em: 25/08/2021.

TREINAMENTO FÍSICO NO CONTROLE DA OSTEOPOROSE

Gabrieli De Barros Friche, André Luiz Cezarino Dos Santos, Paula Grippa Sant'Ana, e-mail: gabrielifriche2019@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A osteoporose é uma doença óssea muito comum, caracterizada por baixa massa óssea e sinais de deterioração, responsável pela fragilidade óssea típica desta patologia, sendo um distúrbio osteometabólico caracterizado pela diminuição da densidade mineral óssea (DMO), com deterioração da microarquitetura óssea, levando a um aumento da fragilidade esquelética e do risco de fraturas” (NETO, 2002, p. 344).

Segundo Silva, Prado e Dall’asta (2000) a osteoporose é uma doença silenciosa, apresenta um avanço lento e gradual, sem emissão de dor e sintomas. A doença não tem cura, mas pode ter vários aliados para sua prevenção, por exemplo, o exercício físico. Ainda citam que suas principais vítimas são do sexo feminino, devido suas características hormonais e menopausa sendo que após 4 a 8 anos a mulher tem perda óssea excessiva.

A osteoporose tem duas classificações, primária e secundária. A primária é dividida em tipo I e tipo II. A tipo I, ou pós-menopáusicas, causa uma perda óssea muito rápida em mulheres menopausadas recentemente, sendo associada a fraturas no radio distal e nas vértebras. A tipo II ou senil, se caracteriza pela deficiência de cálcio no organismo, aumento do paratormônio e diminuição da formação dos ossos. A secundária está ligada a processos inflamatórios como alterações endócrinas, desordens adrenais e uso de drogas, como os corticoides, que inibe a absorção do cálcio no organismo, causando o aumento de sua eliminação na urinária (GALI, 2001).

Os fatores de risco para o aparecimento da osteoporose são muitos e diferentes uns dos outros; alguns deles não podem ser modificados, como idade, doenças hereditárias e endócrinas, entretanto, outros são modificáveis, de modo que a prevenção é uma ferramenta aconselhável para reduzir a incidência de osteoporose. Entre as ferramentas preventivas, o exercício físico pode ser utilizado na prevenção, para o equilíbrio da massa muscular e óssea (WILHELM et al., 2012).

A prática de exercícios físicos regular, principalmente para as pessoas da terceira idade, é de fundamental importância, pois os indivíduos são expostos a benefícios, tais como, aumento da massa óssea, aumento da densidade muscular e prevenção de doenças hipocinéticas. O exercício físico, no cotidiano pode provocar resultados quase que

imediatos e assim auxiliar no tratamento de pessoas com osteoporose (CIVINSKI; MONTIBELLER; BRAZ, 2011). Assim, Oliveira et al. (2019) dizem que, o exercício físico segue em uma relação positiva com a densidade mineral óssea, podendo conservá-la, ou seja, tem relação direta com a preservação óssea. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é verificar benefícios do exercício físico para as pessoas com osteoporose.

2 METODOLOGIA

O presente estudo foi organizado de maneira indutiva e indireta utilizando-se de pesquisa bibliográfica. Foram consultados sites como Google Acadêmico, *Scielo* e *Pubmed*, utilizando como palavras-chave: osteoporose/treinamento físico, benefício do exercício físico, controle da osteoporose.

Foram utilizados relacionados ao tema e como critério de exclusão foi utilizado resumo, título e objetivo, com o intuito de relacionar as informações encontradas para a influência do Treinamento físico no controle da osteoporose.

Foi escolhido a pesquisa bibliográfica pois, é onde o autor consegue produzir sua pesquisa com base em estudos específicos. A revisão bibliográfica utiliza de toda bibliografia tornada pública que tenha relação com o tema proposto, desde artigos científicos, teses, livros e monografias (MARCONI et al., 2002).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo o estudo realizado por Civinski e colaboradores (2011), a prática regular do exercício físico traz benefícios corporais, sociais e psicológicos, essas pessoas tendem a ter diminuição em seus níveis de triglicérides, redução da pressão arterial, aumento de massa muscular e diminuição na perda mineral óssea. Os exercícios resistidos contribuem para um equilíbrio energético saudável e aumenta a massa muscular e a densidade óssea. Podendo destacar também, um aspecto muito importante para a saúde do idoso, a redução de fraturas, desencadeadas pela osteoporose. Além da diminuição de chances de adquirir outras doenças como, artrite e hipertensão; além da diminuição da taxa de gordura e o aumento de força muscular. Tais benefícios são cruciais para a saúde do indivíduo e para sua total autonomia.

Nos mecanismos de ação da osteoporose, o osso sempre estará sendo depositado por osteoblastos e segue sendo absorvido em locais onde os osteoclastos estão ativos, normalmente este processo ocorre em equilíbrio. Na osteoporose acontece uma

desproporção entre a atividade osteoblástica e osteoclástica, onde a osteoclástica é predominante (GALI, 2001).

Exercícios que envolvem sustentação de peso causam um aumento da densidade mineral óssea, tais forças tem ação sobre os osteoblastos para a renovação óssea que se adaptará as cargas mecânicas pela mecanotransdução, assim ativando processos bioquímicos que levarão uma resposta celular para o tecido ósseo, ativando a produção e reabsorção óssea (GUSMÃO e BELANGERO, 2009).

O exercício físico pode trazer efeitos positivos na densidade, tamanho e no formato dos ossos, resultando em uma melhora da resistência mecânica. A prática regular de exercício físico faz com que ocorra um aumento da densidade óssea, sendo assim, ocorre uma melhora nas suas substâncias de calcificação, fortalecendo ossos e músculos e proporcionando bem-estar físico e saúde de acordo com a tabela 1 (RUSCHEL, HAUPENTHAL e ROESLER, 2010).

Cadore et al. (2005), afirmam que o exercício físico resistido traz benefício para aumento de massa na densidade mineral óssea, causado pelos exercícios físicos, com maiores potências, pois maiores intensidades causam resposta imediatas na densidade mineral óssea. Deste modo, os melhores treinamentos para prevenção e tratamentos da osteoporose são o que contém carga elevadas e 3 séries de 8 a 12 repetições (CRISPIM, et al., 2008).

Na Tabela 1, os autores utilizaram o DEXA para realizar a mensuração da densidade óssea da amostra, utilizando mulheres em torno de 60 a 70 anos de idade que realizaram os procedimentos de força, alongamentos e fortalecimentos, utilizando-se da força de 50 a 75% de 1 RM, deste modo foi possível que obtivessem resultados de aumento na densidade óssea, melhora na força dos músculos, melhora no equilíbrio e um aumento na força e mobilidade do tronco.

Tabela 1 - Estudo envolvendo o treinamento resistido com pesos e a osteoporose

Autores	Amostra	Procedimentos	Métodos	Resultados
Jesup e colaboradores (2003)	18 mulheres em torno dos 69 anos	Treinamento de força de 50 a 75% de 1RM	Absorciometria radiológica por raio-x de dupla energia (DEXA)	Aumento na densidade óssea do colo do femoral

Aveiro e colaboradores (2006)	12 mulheres em torno de 68 anos com osteoporose	Alongamentos e treinamentos de força de 50% de 1 RM		Melhora na força dos músculos do tornozelo, também houve uma melhora na marcha e no equilíbrio
Chien; yang e tsauo	28 mulheres, entre 60 e 70 anos (pós menopausa) com osteoporose	Fortalecimento dos músculos extensores e flexores do tronco	Absorciometria radiológica por raio-x de dupla energia (DEXA)	Aumento na força e mobilidade do tronco

Fonte: Crispim, Silva, Souza et al. (2008)

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que o exercício físico afeta diretamente nas causas da osteoporose, podendo ajudar os indivíduos com uma vida mais saudável, assim produzindo o aumento de sua calcificação óssea, pois o exercício físico afeta diretamente os osteoblastos e os osteoclastos causando um equilíbrio entre os dois. Com isso promovendo o controle de tal doença que afeta grande parte da população, vivendo melhor e com qualidade de vida

REFERÊNCIAS

AVEIRO, M.C. et al. Influence of a physical training program on muscle strenght, balance and gait velocity among women with osteoporosis. **Rev Bras Fisioter**, v. 10, n. 4, p.441 – 448, 2006.

CADORE, E. L.; BRENTANO, M. A.; KRUEL, L. F. M. Efeitos da atividade física na densidade mineral óssea e na remodelação do tecido ósseo. **Rev. Bras Med Esportes**. v. 11, n. 6 nov/dez. 2005

CHIEN, M.Y.; YANG, R.S.; TSAUO, J.Y. Homebased trunk-strengthening exercise for osteoporotic and osteoporotic and osteopenic postmenopausal women without fracture- a pilot study. **Clin Rehabil**, v. 19, p. 28-36, 2005

CIVINSKI, C.; MONTIBELLER, A.; DE OLIVEIRA, A. L. A importância do exercício físico no envelhecimento. **Revista da UNIFEBE**, v. 1, n. 09, 2011.

CRISPIM, S. M.S.; SILVA, T.F.; SOUZA, I.R.; LIBERALI. Treinamento resistido com pesos no tratamento da osteoporose em mulheres. **Revista brasileira de Prescrição e Fisiologia do Exercício**. São Paulo, v.2,n.7,p.97.109,jan/fev.,2008.

DA SILVA, A.F.; PRADO, C.N.; DALL'ASTA, A. Assistência de Enfermagem na Prevenção da Osteoporose. **Disciplinarum Scientia| Saúde**, v. 1, n. 1, p. 101-111, 2016.

GALI, Julio Cesar. Osteoporose. **Acta ortop. bras.**, São Paulo , v. 9, n. 2, p. 53-62, June 2001 .

GUSMAO, Carlos Vinícius Buarque de; BELANGERO, William Dias. Como a célula óssea reconhece o estímulo mecânico?. **Rev. bras. ortop.**, São Paulo , v. 44, n. 4, p. 299-305, 2009

JESSUP, James V. et al. Effects of exercise on bone density, balance, and self-efficacy in older women. **Biological Research for nursing**, v. 4, n. 3, p. 171-180, 2003.

OLIVEIRA, J.I.V et al. Atuação do profissional de educação física para a prevenção e tratamento da osteoporose em idosos/Performance of the physical education professional for the prevention and treatment of osteoporosis in the elderly. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 2, n. 2, p. 809-819, 2019.

MARCONI, M. A. et al. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

MERQUIADES, J. H. et al. A importância do exercício físico para a qualidade de vida dos idosos. **Revista Brasileira de Prescrição e Fisiologia do Exercício**, v.3, n.18, p. 597-614,2009.

PINTO-NETO, A.m. et al. Consenso brasileiro de osteoporose 2002. **Rev Bras Reumatol**.2002;42(6):343-54. Atividade física e saúde óssea: princípios fundamentais da resposta a estímulos mecânicos. **Motriz. Journal of Physical Education**. UNESP, p. 477-484, 2010.

RUSCHEL, C.; HAUPENTHAL A.; ROESLER H. Atividade física e saúde óssea: princípios fundamentais da resposta a estímulos mecânicos . **Revista Motriz**, v.16, p. 477-484, 2010.

WILHELM, M. R. et al. Effect of Resistance Exercises on Function in Older Adults with Osteoporosis or Osteopenia: A Systematic Review. **Physiotherapy Canada**. v.64. p.386-94, 2012.

TREINAMENTO RESISTIDO E DIFERENTES MEDIDAS DE INGESTÃO DE PROTEÍNAS NA PROMOÇÃO DE HIPERTROFIA MUSCULAR

Pedro Vicente Moda, Paula Grippa Sant'Ana, email: pedro_moda@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O treinamento resistido (TR), é considerado como um dos exercícios mais populares para a melhora da aptidão física e para o condicionamento de atletas (FLECK, KRAEMER, 2017). Esse tipo de treinamento colabora para os ganhos de massa e de força muscular (WILLIAMS et al. 2007; HASKELL et al. 2007; KUSHI, et al. 2006).

Tendo em vista a busca constante por aumento da massa magra, a utilização de métodos de treinamento adequados é de extrema importância para gerar diferentes estímulos nos grupos musculares e otimizar adaptações, como o aumento da área de secção transversa do músculo e força (RIBEIRO, 2005; FLECK E KRAEMER, 2017). Além dos métodos de treinamento, muitas pessoas acabam testando diferentes tipos de dietas, no intuito de conseguir uma maior potencialização da hipertrofia muscular, entretanto, na maioria das vezes esses sujeitos não sabem se esses métodos e ingestão de dietas irão atuar como sinergistas na potencialização de hipertrofia muscular (MAHAN E ESCOTT-STUMP, 2005).

Dietas hiperproteicas são famosas nesse âmbito e vem sendo utilizadas com o objetivo de aumentar massa magra, pois sabe-se que o músculo é formado por proteína e se houver a ingestão elevada de proteínas poderia ser um importante potencializador da massa muscular (MAHAN E ESCOTT-STUMP, 2005).

Portanto, o objetivo do trabalho é verificar as diferentes dosagens de ingestas de proteínas para praticantes de treinamento resistidos capazes de potencializar a hipertrofia muscular.

2 MÉTODO

No presente estudo, foi realizado um trabalho de revisão bibliográfica qualitativa, onde, segundo Andrade (2010) pode ser tanto um trabalho individual ou servir como base para outra pesquisa.

Dos 82 artigos encontrados, 62 foram excluídos por não abordarem a temática escolhida e por apresentar tipos de treinamento que não caracterizavam o treinamento resistido, dessa forma, restou-se 20 para a leitura de título, resumo e aplicação dos critérios de

inclusão e exclusão. Destes, 16 foram selecionados para total leitura e sintetização de dados.

Como critérios de inclusão, os artigos deveriam descrever os efeitos hipertróficos na musculatura esquelética em praticantes de treinamento resistido que faziam o consumo de quantidades baixas ou acima do normal de proteínas em sua dieta, além disso, todos os estudos analisados deveriam compreender o período entre 1992 e 2021.

Como critérios de exclusão, artigos onde eram realizados outro tipo de treinamento ao invés de treinamento resistido não foram contemplados no presente estudo, além disso, estudos realizados em animais também não foram selecionados.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O presente estudo tem como objetivo verificar as dosagens de ingestão de proteínas mais adequada para praticantes de treinamento resistido capazes de potencializar a hipertrofia muscular. Com base nos achados da literatura, foi possível observar que nível de experiência em treinamento resistido que o indivíduo possui irá influenciar na medida ideal da ingestão de proteína.

Candow et al. (2006) analisaram durante seis semanas, 27 sujeitos sem experiência em treinamento resistido (musculação), sendo divididos em três grupos, o grupo W (Whey Protein) onde fizeram a ingestão de 1.2g/kg/dia/proteína do soro do leite, o grupo S (Soja) que consumiram 1.2g/kg/dia/proteína de soja e o grupo P (Placebo) que ingeriram 1.2g/kg/dia/malto dextrina e os resultados mostraram que grupo W e S obtiveram ganhos significativos na hipertrofia muscular, entretanto, o maior aumento de hipertrofia foi observado no grupo no grupo W. Isto indica que mesmo indivíduos que realizam treinamento resistido sem experiência somado a ingestão de proteína em níveis normais, leva ao aumento da massa magra e que se potencializa principalmente com a ingestão de Whey Protein (+2kg massa muscular).

Corroborando com os resultados obtidos no estudo acima, Moore et al (2007) observaram durante 12 semanas, 20 homens saudáveis que não praticavam treinamento resistido a pelo menos seis meses, os sujeitos realizaram protocolo de treinamento resistido pré-estabelecido e durante a pesquisa houve a instrução de realizar a ingestão de 1.4g/kg/dia/proteína durante o período de estudo. Os resultados obtidos mostraram que ao realizar o treinamento resistido provocou redução importante no percentual de gordura e na massa gorda e ainda estimulou o aumento significativo na massa muscular (+2,9 kg de massa muscular).

Em um estudo conduzido por Kim et al. (2014) os autores analisaram durante 12 semanas, 18 homens que não faziam a prática do treinamento resistido, no mínimo de seis meses. Os sujeitos do estudo seguiram um protocolo de treinamento resistido pré-estabelecido e foram divididos em dois grupos: No Protein (NP) orientado a manter os mesmos hábitos alimentares durante o estudo e High Protein (HP), instruído a consumir uma dieta de 2.400kcal, sendo 30% dela composta por proteínas (+/- 2g/kg/dia ~ 3,6g/kg/dia). O treinamento resistido além de promover a redução importante do percentual de gordura, também provocou aumento significativo na massa muscular dos sujeitos (+1,2kg de Massa Muscular), entretanto, esse valor é inferior aos apresentados nos estudos realizados por Candow et al. (2006) e Moore et al. (2007).

Observando os estudos realizados por Candow et al. (2006), Moore et al (2007) e Kim et al. (2014), é possível verificar que ao realizar o treinamento resistido independente do protocolo a ser utilizado, a melhor medida de ingestão de proteínas para potencializar a hipertrofia muscular em indivíduos sem experiência em treinamento resistido varia de 1.2 a 1.4g/kg/dia/proteína.

Levando em questão sujeitos com pouca experiência em treinamento resistido, Menon e Santos (2012) investigaram se a alimentação dos praticantes de musculação que objetivam hipertrofia muscular é rica em proteínas, é válido destacar que os indivíduos possuíam experiência mínima de 3 meses em treinamento resistido. Foi verificado que a média de ingestão de proteínas realizada pelos indivíduos do estudo foi 1,7g/kg/dia, portanto, pode-se considerar que a dieta desses indivíduos é considerada hiperproteica. Aragon et al. (2017) ressalta que a dieta hiperproteica é definida como ingestão de proteínas maior que 1,2 – 1,6 g/kg/dia/ (ou mais). Os resultados do estudo mostram que os grupos Medium Protein e High Protein que fizeram a ingestão de valores acima de 1.6g/kg/proteína, foi constatado um ganho significativo na massa muscular. Segundo Duran et al. (2004), trabalhos mostram que praticantes do treinamento resistido costumam consumir grandes quantidades de proteína (acima do valor recomendado) devido à falta de informações e orientações adequadas.

Consolidando o que foi evidenciado no estudo realizado por Menon e Santos (2012), no estudo conduzido por Campbell et al. (2018), foi investigado os efeitos de altas e baixas doses de proteínas na composição corporal e exercícios de força máxima em mulheres aspirantes atletas em um programa de treinamento resistido. O estudo teve duração de oito semanas e contou com a participação de 17 mulheres com experiência em pelos menos três meses em treino resistido, as participantes seguiram um protocolo de treinamento pré-

estabelecido, nesse protocolo os sujeitos realizaram 4 treinos por semana durante as semanas 1-3 e 5-7, durante a quarta e oitava semana foram realizados 2 treinos por semana, além disso, quando se treinava membros superiores eram realizados 6 exercícios e quando se treinava membros inferiores eram realizados 5 exercícios. As séries e repetições variaram ao longo do treinamento, incluindo 5 séries com 3 a 5 repetições, 4 séries com 9 a 11 repetições e 3 séries com 14 a 16 repetições. Os participantes selecionaram a carga que lhes permitia realizar o número de repetições exigido, além do mais, foram separadas em dois grupos: Grupo de alta ingestão de proteínas (2,4g/kg/dia); e grupo de baixa ingestão de proteínas (1,2g/kg/dia).

As evidências apresentadas por Campbell et al. (2018) revelam que houve uma perda significativa na massa gorda no grupo que ingeriu altas doses de proteína e havendo maior aumento da massa muscular para o mesmo grupo, quando comparado com o grupo que fez menor ingestão de proteínas. Neste sentido, o protocolo de treinamento resistido somando a ingestão elevada de proteínas em mulheres foi relevante para aumentar a massa magra. Então, examinando os resultados dos estudos feitos por Menos e Santos (2012) e Campbell et al. (2018), podemos notar que para a população com pouca experiência em treinamento resistido, a ingestão de proteína que mais demonstrou ganhos significativos na hipertrofia muscular foram de 1,6 – 2,4g/kg/peso.

Referente a população mais experiente em treinamento resistido, Cyrino, Maestá e Burini (2008) observaram durante a pesquisa de seis semanas, com seis atletas de culturismo no qual havia experiência em treinamento resistido (3 anos). Os sujeitos seguiram protocolo de treinamento pré-estabelecido pelos pesquisadores, nesse protocolo os sujeitos fizeram treinamento resistido 6x/semana e o treino englobou três programações diferentes: A, B e C. Para cada programação os sujeitos realizaram três exercícios por grupamento muscular, contendo quatro séries para cada exercício. Quanto ao número de repetições, foram realizadas 12/10/8/6 repetições máximas, respectivamente, sendo utilizado o método de treinamento com cargas variáveis. A carga utilizada corresponde ao número máximo de repetições especificado para cada exercício, o que equivale a aproximadamente 70-85% de 1 repetição máxima. Essas cargas passaram por reajustes periódicos com base nos ganhos complementares de força e adaptabilidade causados pela sequência de treinamento. O tempo de descanso entre séries foi de sessenta a noventa segundos, e o tempo de descanso entre exercícios foi de dois a três minutos, além disso, seguiram duas dietas distintas durante o tempo de estudo. Durante as três primeiras semanas fizeram a ingestão de 1,5g/kg/dia/proteínas e as três semanas seguintes fizeram a

ingesta de 2,5g/kg/dia/proteínas. Os resultados dos estudos mostram que ambas as dietas geraram aumentos na massa muscular, entretanto, apenas a segunda dieta gerou diferenças significativas na hipertrofia muscular quando comparado com os dados do início do estudo.

Neste sentido, é notável que doses acima de 2g/kg/dia/proteína são necessárias para gerar aumentos estatísticos na massa muscular em sujeitos com elevada experiência em treinamento resistido.

Por outro lado, no estudo conduzido por Hoffman et al. (2006) foi analisado durante 12 semanas, 23 atletas com 2 anos de experiência em treinamento resistido. Os sujeitos foram divididos em três grupos: Grupo Abaixo do recomendado (AR) fez o consumo de 1,19g/kg/dia/proteínas; Grupo Quantidade Recomendada (QR) consumiu 1,74g/kg/dia/proteínas; e o Grupo Acima do recomendado (ACR) fez a ingestão de 2,36g/kg/dia/proteínas. Os resultados do estudo mostram que ambos os grupos alcançaram o aumento da massa muscular, entretanto, nenhum deles conseguiu aumentos significativos.

Comparando os estudos feitos por Cyrino Maestá e Burini (2008) e Hoffman et al. (2006), podemos justificar esse aumento significativo na massa muscular ((Estudo de Cyrino Maestá e Burini (2008)) por conta do tempo de intervenção da ingestão de proteínas e também protocolo de treinamento, ou seja, indivíduos altamente experientes em treinamento resistido irão ter um maior aumento da hipertrofia muscular quando submetidos a altas doses de proteínas em intervalos não muito maiores que 6 semanas. Inclusive, protocolos de treinos onde se utilizam intensidades que variam de 70-85% de 1RM e também repetições que chegam a 12, demonstram ter maiores chances de se gerar maior hipertrofia muscular.

De acordo com o que foi dito no parágrafo acima, de que maiores intervalos de intervenção de ingestão de proteínas não são relevantes na promoção significativa da hipertrofia muscular, Antonio et al. (2016) obtiveram resultados parecidos quando analisaram durante 16 semanas, 12 homens saudáveis altamente experientes em treinamento resistido. Eles foram divididos em dois grupos: O primeiro fazia a ingestão de 2.6g/kg/dia de proteína nas 8 primeiras semanas e nas 8 semanas seguintes faziam o consumo de 3.3g/kg/dia de proteína, já o segundo grupo fazia o inverso. É válido lembrar que durante todo o estudo realizaram seu próprio protocolo de treinamento resistido, sem intervenção do profissional de Educação Física. Os resultados do estudo nos mostram que

nenhum dos grupos teve aumento significativo na variável massa muscular e também não teve diferença em sua composição corporal.

Do mesmo modo, em outro estudo conduzido por Antonio et al. (2016), esse por um período de um ano, foi evidenciado que o maior tempo não foi capaz de gerar aumentos significativos na massa muscular dos sujeitos. Durante o estudo 14 homens realizaram protocolo de treinamento habitual e foram orientados a consumirem uma quantia de 2,51g/kg/dia/proteínas durante os 6 primeiros meses de estudo e nos seis meses restantes fizeram a ingesta de 3,32g/kg/dia/proteínas. Os resultados evidenciam que não houve alterações significativas no quesito massa muscular e também percentual de gordura.

Os estudos acima apresentados por Antonio et al. (2016) e Antonio et al. (2016) vão de encontro com os resultados dos estudos realizados por Cyrino Maestá e Burini (2008) e Hoffman et al. (2006), de que o tempo de intervenção influencia diretamente na promoção significativa de massa muscular em sujeitos altamente treinados quando estão sob alta ingesta de proteínas.

Considerando que o protocolo de treinamento é de extrema importância para a promoção da hipertrofia muscular, em um estudo conduzido por Antônio et al. (2015), foi verificado que ambos os grupos obtiveram ganhos significativos na variável de massa muscular. Os sujeitos foram divididos em dois grupos, o primeiro grupo foi instruído a manter os mesmos hábitos alimentares durante o estudo, já o segundo foi instruído a fazer o consumo de (3.4g/kg/dia) de proteína. É válido salientar que nesse estudo os pesquisadores passaram o protocolo de treinamento a ser seguido pelos sujeitos.

Assim sendo, de acordo com os resultados apresentados, é possível verificar que para sujeitos altamente experientes em treinamento resistido, as melhores medidas de ingesta de proteínas são 2.2 – 3.4g/kg/dia.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que diferentes tipos de protocolos de treinamento resistido associado a ingesta de 1,5g/kg/dia/proteína – 2,5g/kg/dia/proteína provocam uma potencialização na hipertrofia muscular. Além disso, foi evidenciado que para cada nível de treinamento, existem medidas adequadas para a maior potencialização de hipertrofia muscular. Outro fator relevante que pode influenciar no aumento da massa é o fator tempo de intervenção do exercício resistido, e os diferentes métodos de treinamento, sendo, portanto, necessário mais estudos a respeito do tema a longo prazo.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, M. M. *Introdução à metodologia do trabalho científico*. 10 Ed. Editora Atlas, Pág. 176, São Paulo, março, 2010.
- ANTONIO J, et al. A High Protein Diet Has No Harmful Effects: A One-Year Crossover Study in Resistance-Trained Males. *Journal of Nutrition and Metabolism*, 2016.
- ANTONIO J, et al. The effects of a high protein diet on indices of health and body composition--a crossover trial in resistance-trained men. *Journal International Society of Sports Nutrition*, v. 16, n. 13, p.3, 2016.
- ANTONIO, J, et al. The effects of consuming a high protein diet (4.4 g/kg/d) on body composition in resistance-trained individuals. *Journal International Society of Sports Nutrition*, v.11, n. 19, 2014.
- ANTONIO, J, et al. A high protein diet (3.4 g/kg/d) combined with a heavy resistance training program improves body composition in healthy trained men and women – a follow-up investigation. *Journal International Society of Sports Nutrition*, v. 12, n. 39, 2015.
- CAMPBELL B. I, et al. Effects of High Versus Low Protein Intake on Body Composition and Maximal Strength in Aspiring Female Physique Athletes Engaging in an 8-Week Resistance Training Program. *International Journal of Sport Nutrition and Exercise Metabolism*. v. 28, n. 6, p. 580-585, 2018.
- CANDOW DG, et al. Effect of whey and soy protein supplementation combined with resistance training in young adults. *International Journal of Sport Nutrition and Exercise Metabolism*, v. 16, n. 3, p. 233-244, 2006.
- CYRINO, E. S.; MAESTÁ, N.; BURINI, R. C. Aumento de força e massa muscular em atletas de culturismo suplementados com proteína. *Revista Treinamento Desportivo*, v. 5, n. 1, p. 9-18, 2000.
- FLECK, S. J.; KRAEMER, W. J. *Fundamentos do Treinamento de Força Muscular*. 4. Ed. – Porto Alegre: Artmed, 2017.
- HASKELL W. L, et al. Physical activity and public health: updated recommendation for adults from the American College of Sports Medicine and the American Heart Association. *Circulation*, v. 116, n. 9, p. 1081-1093, 2007.
- HOFFMAN, J. R. et al. Effect of Protein Intake on Strength, Body Composition and Endocrine Changes in Strength/Power Athletes. *JOURNAL OF THE INTERNATIONAL SOCIETY OF SPORTS NUTRITION*, v. 3, dez. 2006.
- KIM, H. H. et al. Interactive effects of an isocaloric high-protein diet and resistance exercise on body composition, ghrelin, and metabolic and hormonal parameters in untrained young men: A randomized clinical trial. *Journal of diabetes investigation*, v. 5, n. 2, p. 242–247, 23 mar. 2014.
- KUSHI L. H, et al. American Cancer Society Guidelines on Nutrition and Physical Activity for cancer prevention: reducingtheriskofcancerwithhealthyfoodchoicesandphysicalactivity. *CA A Cancer Journal for Clinicians*, v. 56, n. 5, p. 254-281, 2006.

MAHAN, L. K.; ESCOTT-STUMP. S. *Alimentos, Nutrição & Dietoterapia*. 11. Ed. - São Paulo: Roca, 2005.

MENON, D.; SANTOS, J.S. Consumo de proteína por praticantes de musculação que objetivam hipertrofia muscular. *Revista Brasileira de Medicina do Esporte*, v. 18, n. 1, p. 8-12, 2012.

MOORE DR, et al. Resistance training reduces fasted- and fed-state leucine turnover and increases dietary nitrogen retention in previously untrained young men. *The Journal of Nutrition*, v. 137, n. 4, p. 985-991, 2007.

RIBEIRO, J. R. C. *Musculação – Modelo Didático para prescrição e controle das atividades físicas*; Belo horizonte – MG: Casa da Educação Física. Cap. 10, p.175. 2005.

WILLIAMS M. A, et al. Resistance exercise in individuals with and without cardiovascular disease: 2007 update: a scientific statement from the American Heart Association Council on Clinical Cardiology and Council on Nutrition, Physical Activity, and Metabolism. *Circulation*, v. 116, n. 5, p. 572-584, 2007.

USO DA ALOE VERA NA PROFILAXIA DA RADIODERMITE

Ana Luiza Donzella e Larissa Medeiros de Jesus, Heloisa Donzella, e-mail: analu-jau@outlook.com

1 INTRODUÇÃO

A *Aloe vera* é caracterizada por ser uma planta xerófila, originária do norte da África e Oriente Médio, tendo seus primeiros registros encontrados na Mesopotâmia, cerca de 2100 a.C. Em 1550 a.C. no Egito, há citações de seu uso registradas no “Papiro de Ebers”, utilizada pela Cleópatra e Nefertiti como um segredo de beleza. Essa planta ficou conhecida também como a “planta da imortalidade”, pois era fundamental nos rituais de funerários e de embalsamação (CORDEIRO, 2020).

2 OBJETIVO

Analisar as propriedades farmacológicas da *Aloe vera* na profilaxia da radiodermite após radioterapia.

3 MÉTODO

Buscou-se no Portal Regional da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), artigos do período de 2010 a 2021, utilizando as palavras-chave: “radiodermatite” e “aloe vera”. Foram encontrados quatro artigos que serviram de base para esta pesquisa.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo Barbosa (2014) as propriedades da babosa são: hidratação (ao penetrar a pele, restitui os líquidos perdidos, reparando os tecidos); inibição da dor (interrompe de modo reversível a condução de impulsos); ação anti-inflamatória (o cálcio e o potássio forma uma rede de fibras, auxiliando na coagulação e cicatrização); age na pele (ação regeneradora, tônica e emoliente, agindo em diferentes camadas da pele, auxiliando também no processo de desintoxicação); e ação energética e nutritiva (por possuir 19 aminoácidos essenciais e minerais como cálcio, fósforo, cobre, manganês, magnésio, potássio e sódio, todos indispensáveis para o metabolismo e atividade celular) (BARBOSA, 2014 e FREITAS *et al*, 2014). Ademais, o Formulário de Fitoterapia da Farmacopeia Brasileira descreve que *Aloe vera* é capaz de agir nas terminações nervosas, diminuindo a dor, suavizando queimaduras, cicatrizando ulcerações e feridas, e melhorando a oxigenação (ANVISA, 2021).

Sendo assim, o gel extraído dessa planta medicinal pode ser utilizado como uso tópico na prevenção e tratamento de danos teciduais, melhorando os sintomas e a qualidade de vida de

pacientes, uma vez que a presença de aloínas e o cataplasma da babosa (substância chamada de mucilagem que é composta de um polissacarídeo complexo chamado de aloferon) pode auxiliar no processo de nutrição do tecido que sofreu radiação e reduzir a probabilidade de ocorrer inflamações teciduais sendo capaz de auxiliar na cicatrização. (FURTUNATO *et al.*, 2015).

Em vista disso, a utilização dessas substâncias se torna necessária porque durante o tratamento oncológico, através da radioterapia, pode ser observado como efeito colateral a radiodermite (BUSSOLOTT, 2020). Esse efeito tóxico advindo do tratamento consiste em uma lesão na pele causada pelas radiações ionizantes que visam destruir ou impedir o crescimento das células de um tumor, controlar sangramentos e dores e reduzir tumores que estejam comprimindo outros órgãos. Contudo, a radioterapia pode acarretar sintomas como desconforto, ardor, dor local, coceira, ressecamento, descamação e bolhas advindas de queimaduras (FURTUNATO *et al.*, 2015).

Como consequência, esse ferimento pode acarretar a suspensão temporária do tratamento radioterápico por, aproximadamente, quinze dias, até que a pele tenha condições de voltar a receber a radiação (GOMES, 2010). Para que esses acometimentos não ocorram, é necessária a utilização de um creme na profilaxia da radiodermite, sendo este o gel extraído das folhas da Aloe vera (WECARE, 2019). Esse processo pode ser realizado por dois métodos. Método convencional, onde ocorre a lavagem das folhas, retirada da camada externa da folha, deixando o filete do gel e pasteurização; e o método industrial ou mecânico, que deve ser usado apenas equipamentos de aço inox para evitar oxidação. O produto final da extração possui característica viscosa, sabor ligeiramente amargo, incolor e sem odor. É a partir desse gel que é composto o creme (FREITAS *et al.*, 2014).

Um estudo realizado no Hospital do Câncer do Ceará com 146 pacientes mulheres com câncer de mama submetidas à radioterapia, foram divididas em dois grupos, onde o grupo A composto por 73 delas fizeram uso do placebo e o grupo B composto pela mesma quantidade fizeram uso do creme contendo a *Aloe vera* com concentração de 40%. A recomendação foi que o creme devia ser passado sobre a pele irradiada de 3 vezes ao dia, de 8 em 8 horas, e que a cada aplicação deveria haver higienização do local, ou seja, lavagem da área. A aplicação não seria realizada apenas antes da radioterapia, havendo apenas a higienização do local. O procedimento foi realizado até o término do tratamento das radiações, que ocorreram diariamente por um período de 5 a 6 semanas. A cada semana houve avaliação das pacientes por uma única observadora (GOMES, 2010).

Os resultados dessa pesquisa demonstram que no grupo A, onde as pacientes fizeram uso do placebo 93,15 % (68 mulheres) apresentaram algum grau de radiodermite, no entanto apenas 39,72% (29 pacientes) desenvolveram a lesão no grupo B, onde fizeram uso do extrato da planta medicinal. Outro achado foi que mesmo que algumas mulheres do grupo B desenvolveram radiodermite, foi de intensidade menor (GOMES, 2010).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final do levantamento foi possível expor todas as propriedades farmacológicas da Aloe Vera, ações de seus ativos e sua importância relacionada ao tratamento de lesões em pacientes que realizam radioterapia. Sendo assim, pôde ser observado que a babosa possui inúmeras propriedades como ação antitérmica, anestésica, anti-inflamatória, entre outras, que são efetivas graças a presença dos ativos cataplasma e aloínas (componentes químicos produzidos pelas plantas, que lhes conferem a atividade terapêutica). Logo, utilizou-se o gel da babosa na profilaxia da radiodermite, o qual proporcionou melhora na qualidade de vida dos pacientes em tratamento, reduzindo suas dores, acelerando processos de cicatrização e promovendo uma terapêutica mais positiva e eficaz.

REFERÊNCIAS

ANVISA. AGENCIA NACIONAL DE VIGILANCIA SANITÁRIA. **Aloe vera (L.) Burm.f.**. Formulário de Fitoterápicos, 2ª ed., in Farmacopeia Brasileira, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/farmacopeia/formulario-fitoterapico/arquivos/2021-fffb2-final-c-capa2.pdf>. Acesso em 12 de set. de 2021.

BARBOSA, Gabriela. **Aloe vera pó 5:1**. Via farma, 2014. Disponível em: <http://agenciajoao.com.br/clientes/via/wp-content/uploads/2015/07/ALOEVERA-PO.pdf>. Acesso em: 12 de set. de 2021.

BUSSOLOTTI, Raquel. **Orientações para pacientes Radioterapia**. A.C. Camargo Cancer Center, 2020. Disponível em: <https://www.accamargo.org.br/sites/default/files/2020-08/ManualRadioterapia.pdf>. Acesso em: 12 de set. de 2021.

CORDEIRO, Sandra Zorat. **Aloe vera (L.) Burm.** Universidade Federal do estado do Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <http://www.unirio.br/ccbs/ibio/herbariohuni/aloe-vera-l-burm-f>. Acesso em: 12 de set. de 2021.

FREITAS, V. S. *et al.* **Propriedades farmacológicas da Aloe vera (L.) Burm.** Scielo, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpm/a/xVWmRtwnWBjLcSmMJKjcCcN/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 12 de set. de 2021.

FURTUNATO, C.; ROMANO, D.; OLIVEIRA, F. **Interação da radiação com a matéria**: “Aloe vera (babosa) como coadjuvante no tratamento radioterápico da mama”. Revista Unidade de Investigação do Instituto Politécnico de Santarém, 2015. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/uiips/article/view/14350>. Acesso em: 12 de set. de 2021.

GOMES, Philomena Barroso de Borba; SIMONETTI Gomes. **Uso da Aloe vera na profilaxia de radiodermite em pacientes portadoras de câncer de mama submetidas à cirurgia e tratadas com radioterapia adjuvante**. BVSMS Saúde, 2010. Disponível em: https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/uso_aloe_vera_profilaxia_radiodermite.pdf. Acesso em: 12 de set. de 2021.

WECARE. O que fazer com a vermelhidão da pele durante a radioterapia., 2019. Disponível em: <https://www.wecareskin.com/blog/o-que-fazer-com-avermelhacao-da-pele-durante-a-radioterapia>. Acesso em: 12 de set. de 2021.

USO DE PROBIÓTICOS NO TRATAMENTO CÂNCER DE COLORRETAL: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA DE ATUALIZAÇÃO

Beatriz Tatiane Prado, Emili Cristina Pestana, Mikele dos Santos Ribeiro, Thiago de Souza Candido, e-mail: thiago.s.candido@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Mutações em genes específicos podem levar ao aparecimento de câncer colorretal, como acontece em outros tipos de câncer. Essas mutações podem apresentar-se em oncogenes, genes supressores de tumor e genes relacionados a mecanismos de reparo de DNA. Dependendo da origem da mutação, os carcinomas colorretais podem ser classificados como esporádicos, hereditários e familiares (MÁRMOL et al., 2017).

O câncer colorretal (CCR) é um dos cânceres mais comuns em todo o mundo, e as terapias atuais são pouco efetivas em eliminar as células tumorais, sendo ineficazes no tratamento de metástases de crescimento, oferecendo sobrevivência por alguns meses (MÁRMOL et al., 2017).

Embora a microbiota intestinal certamente desempenhe um papel essencial na homeostase humana e doenças, este ecossistema tem sido mal descrito e sua diversidade permanece inadequadamente determinada, tanto em seu conjunto como em suas possíveis diferenças entre as regiões do cólon. A presença de disbiose microbiana em pacientes com CCR foi demonstrado, embora o mecanismo detalhado permaneça indefinido (KOLIARAKIS et al., 2018).

Os probióticos podem ser usados na promoção da saúde possuindo capacidade de prevenir ou tratar diferentes doenças, incluindo alguns tipos de câncer como o CCR (SO et al., 2017). Estudos indicaram o papel antiproliferativo dos extratos citoplasmáticos de *Lactobacillus rhamnosus* cepa GG (LGG) em células de câncer gástrico humano e células de câncer de cólon, enquanto outro produto probiótico chamado *Bifidobacterium adolescentis* SPM0212 inibiu a proliferação de três linhas de células de câncer de cólon humano, incluindo HT-29, SW 480 e Caco-2 (YU e LI, 2016).

Com base no apresentado, objetivou-se estabelecer os benefícios do uso de probióticos como terapia adjuvante em pacientes com câncer de colorretal, bem como demonstrar a causa da patogenicidade do CCR correlacionado com a microbiota intestinal.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

2.1. Levantamento bibliográfico

Para abordar os temas descritos neste trabalho foram desenvolvidas estratégias de pesquisa através de um levantamento bibliográfico e seleção dos artigos. Para isso, tal estratégia foi baseada na escolha de palavras-chaves relacionadas ao tema proposto. Foram eleitas ao todo seis palavras que serviram como direcionamento das pesquisas sobre a patologia do câncer de colorretal e mecanismos relacionados com a patologia. A busca desses artigos foi realizada em uma base de dados contendo artigos científicos (*PubMed*), restringido a uma linha temporal de artigos publicados nos últimos 10 anos. Foram selecionados criteriosamente 5 artigos de cada palavra-chave e em seguida foram elencadas a quantidade de resultados obtidos, artigos utilizados e excluídos no trabalho (Tabela 1).

Tabela 1. Palavras chaves e resultados numéricos de artigos elencados.

Palavra-chave	Nº Resultado	Nº escolhidos	Nº excluídos	Nº utilizados
Colorectal cancer	183.704	5	183.699	2
Intestinal microbiota	75.313	5	75.308	1
Probiotics	7.508	5	7.503	5
Pathogenic bactéria intestinal	4.810	5	4.805	3
Dysbiosis intestinal	12.231	5	12.226	2

Fonte: compilação do próprio autor.

2.2. Critérios de inclusão e exclusão

A execução da escolha dos artigos selecionados para o desenvolvimento da base de banco de dados levou em consideração a leitura e entendimento do título e dos resumos pesquisados e uma análise preliminar sobre o que estaria sendo apresentado pelo artigo de forma que se encaixasse nos critérios do tema proposto. Os critérios de inclusão e exclusão dos artigos foram baseados na leitura dos títulos e análise de resumos, isso possibilitou a escolha de artigos com alguma relação com a patologia do câncer de colorretal. Os outros artigos que não foram utilizados não abordavam informações relevantes relacionadas ao tema para o trabalho em questão.

3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

3.1. Câncer de colorretal

O câncer de colorretal pode ser definido como uma alteração genética que culmina na proliferação desordenada das células da região colorretal. Essas alterações genéticas ocorrem em oncogênes, responsáveis pela manutenção do ciclo celular (MÁRMOL et al., 2017).

Em todo o mundo, a probabilidade de sofrer de câncer colorretal é de cerca de 4% a 5%. Além disso, muitos traços ou hábitos pessoais são considerados fatores de risco, pois aumentam as chances de desenvolver pólipos ou câncer colorretal (MÁRMOL et al., 2017).

O câncer colorretal (CCR) é um dos cânceres mais comuns, entre um e dois milhões de novos casos diagnosticados a cada ano, tornando o CCR o terceiro câncer mais comum e a quarta causa mais comum de morte relacionada ao câncer, com 700.000 mortes por ano, superado apenas pelos cânceres de pulmão, fígado e estômago. Por gênero, CCR é o segundo mais comum câncer em mulheres (9,2%) e o terceiro em homens (10%). A maioria dos casos de CCR são detectados em países ocidentais (55%), mas essa tendência está mudando devido ao rápido desenvolvimento de alguns países nos últimos anos (MÁRMOL et al., 2017).

3.2. Microbiota gastrointestinal

Aproximadamente 100 trilhões de microrganismos (incluindo bactérias, vírus e fungos) residem no intestino humano adulto e constituem a microbiota. A composição é bastante estável ao longo do comprimento do intestino, mas o número absoluto de microrganismos varia consideravelmente entre a boca e o reto. Ela se difere consistentemente entre os indivíduos. É adquirida durante as primeiras fases da vida através da flora comensal da pele, vagina e fezes da mãe e amadurece principalmente durante os primeiros dois anos. O desenvolvimento da microbiota é o resultado das interações entre os processos fisiológicos no hospedeiro e os microrganismos que são introduzidos do meio ambiente (GAGNIÈRE et al., 2016). Além das funções imunológicas, estruturais e metabólicas, a microbiota comensal inibe a colonização intestinal de patógenos intrusos e garante “resistência à colonização” ou “interferência microbiana”. Os mecanismos envolvidos nesses efeitos permanecem obscuros, mas provavelmente envolvem competição com receptores de adesão, estabilização da barreira da mucosa

intestinal, competição por nutrientes e produção de substâncias antimicrobianas (GAGNIÈRE et al., 2016).

3.3. A correlação do câncer de colorretal com a microbiota gastrointestinal

Estudos crescentes têm identificado mudanças composicionais da microbiota intestinal associadas ao CCR, o que apoia a hipótese de que as comunidades microbianas alteradas contribuem para o desenvolvimento do CCR. Por exemplo, vários estudos demonstram o surgimento de bactérias patogênicas putativas coincidentemente com depleção comensal substancial em pacientes com CCR. Os mecanismos pró-carcinogênicos pelos quais a disbiose bacteriana contribui para o CCR são especulados como alterações induzidas por micróbios no metabolismo do hospedeiro e respostas imunológicas da mucosa (CHEN et al., 2017). Mudanças específicas na microbiota facilitam a formação do câncer colorretal. O alto consumo de carne vermelha, uma fonte rica em aminoácidos contendo tiol, aumenta o número de bactérias redutoras de sulfato como por exemplo, a *Desulfovibrio spp.* e a *Desulfobacter spp.*, no intestino essas bactérias geram H_2S , que diminui a formação de muco, inibe a metilação do DNA e aumenta a geração de espécies de oxigênio. Além disso, uma única espécie bacteriana pode contribuir para o crescimento do tumor. Enterotoxigênico *Bacteroides fragilis* (WEISS e HENNET, 2017) é um dos patobiontes mais prevalentes detectados em pacientes humanos com CCR (CHEN et al., 2017) estimula a proliferação celular via sinalização nuclear aumentada de β -catenina e danifica o DNA por meio de espécies reativas de oxigênio (WEISS e HENNET, 2017).

3.4. Probióticos.

Probióticos, incluindo bactérias e leveduras, são microrganismos vivos que demonstraram efeitos benéficos na saúde humana (KIM et al., 2019), podem ser usados na promoção da saúde e, possuem capacidade de prevenir ou tratar diferentes doenças, incluindo alguns tipos de câncer (SO et al., 2017). São cepas ingênuas ou manipulação genética de qualquer forma e podem ser obtidos de alimentos fermentados tradicionais ou do intestino (BEDADA et al., 2020). Leveduras probióticas como *Saccharomyces cerevisiae var. boulardii*, *Candida*, *Kluyveromyces*, *Pichia*, *Debaryomyces*, *Hanseniaspora*, e *Metschnikowia* também podem ser utilizadas na prevenção e tratamento do câncer de colorretal (CCR). Esses probióticos, a base de levedura, previnem a carcinogênese através de mecanismos como alteração do sistema imunológico do hospedeiro ou iniciação das vias apoptóticas e, produção de materiais antitumorigênicos para limpar mutagênicos

através do intestino, desta forma consumir alimentos fermentados tradicionais com dose adequada de probióticos de levedura pode reduzir o risco de desenvolvimento de CCR (BEDADA et al., 2020).

3.5. Utilização de probióticos no tratamento do câncer de colorretal

Vários estudos têm mostrado potencial para probióticos na prevenção e tratamento do câncer por meio da modulação da microbiota, modulação imunológica, translocação bacteriana reduzida, função de barreira intestinal aprimorada, anti-inflamatória e antipatogênica, com efeitos na redução da formação de tumores e metástases. A administração de probióticos ou simbióticos diminuiu significativamente as atividades das enzimas pró-carcinogênicas intestinais que foram associadas à carcinogênese do cólon em modelos animais experimentais (YU e LI, 2016).

Os probióticos manipulam a composição da microbiota intestinal, afetando positivamente o hospedeiro, melhorando a integridade da barreira intestinal, inibindo o crescimento de patógenos, reduzindo o metabolismo de substâncias procarcinogênicas e assim por diante. Portanto, os probióticos foram sugeridos e relatados como eficazes na prevenção e inibição do desenvolvimento do câncer de cólon (SO et al., 2017).

Segundo YU e LI, 2016, pesquisas substanciais usando células/linhagens de células cancerosas humanas demonstraram que os probióticos possuem atividades antiproliferativas ou pró-apoptóticas nessas células. Estudos indicaram o papel antiproliferativo dos extratos citoplasmáticos de *Lactobacillus rhamnosus* cepa GG (LGG) em células de câncer gástrico humano e células de câncer de cólon, enquanto outro produto probiótico chamado *Bifidobacterium adolescentis* SPM0212 inibiu a proliferação de três linhas de células de câncer de cólon humano, incluindo HT-29, SW 480 e Caco-2. Outros produtos probióticos ou cepas que exerceram atividades antitumorais contra células de câncer de cólon humano incluem *Bacillus polyfermenticus*, *Lactobacillus acidophilus* 606, LGG / Bb12 e LGG / *Bifidobacterium animalis subsp. Lactis*. Estudos também relataram que o leite fermentado contendo *Propionibacterium freudenreichii* aumentou a citotoxicidade da camptotecina que foi usada como um agente quimioterápico para câncer gástrico. Um estudo *in vitro* usando células de carcinoma colorretal humano demonstraram a atividade inibitória dos probióticos contra a invasão celular.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho enfatizou sobre o uso de probióticos no tratamento de câncer de colorretal (CCR) como um meio modulador da microbiota intestinal e resposta imune do hospedeiro. Estilo de vida, hábitos pessoais não saudáveis são considerados fatores de risco, pois aumentam as chances em até 70 % de desenvolver pólipos ou câncer colorretal. Quando há falhas em manter a homeostase da população microbiana intestinal, leva a mudanças negativas no metabolismo do hospedeiro que estão ligadas a doenças crônicas como doenças inflamatórias intestinais e a carcinogênese. Relatou-se pesquisas que apontaram as diferentes cepas de probióticos como *Lactobacillus spp.*, *Bifidobacterium*, *Streptococos* e leveduras como inibidores de proliferação e indutoras da apoptose de células do câncer gástrico e do colón.

Estudos e testes mais aprofundados sobre o uso dos probióticos ainda precisam ser feitos, mas ao que tudo indica o uso dos probióticos podem trazer muitos benefícios à saúde do indivíduo, prevenindo e diminuindo os riscos de desenvolvimento do CCR e pode ser um meio eficaz e seguro no tratamento.

REFERÊNCIAS

- BEDADA, T. L. FETO, T. K. AWOKE, K. S. GAREDEW, A. D. YIFAT, F. T. BIRRI, D. J. Probiotics for cancer alternative prevention and treatment. **Elsevier**, Etiópia, v. 129, p. 1-10, jun. 2020.
- CHEN, J. DOMINGUE, J. C. SEARS, C. L. Microbiota dysbiosis in select human cancers: Evidence of association and causality. **Elsevier**, USA, p. 1-10, ago. 2017.
- GAGNIÈRE, J. RAISCH, J. VEZIAN, J. BARNICH, N. BONNET, R. BUC, E. BRINGER, M. A. PEZET, D. BONNET, M. Gut microbiota imbalance and colorectal cancer. **World Journal of Gastroenterology**, Clermont- Ferrand, v. 22, p. 501-518, jan. 2016.
- KOLIARAKIS, I. PSAROULAKI, A. NIKOLOUZAKIS T. K. KOKKINAKIS, M. SGANTZOS, M. N. GOULIEMOS, G. ANDROUTSOPOULOS, V. P. TSATSAKIS, A. TSIAOUSSIS, J. Intestinal microbiota and colorectal cancer: a new aspect of research, **Jbuon**, heraklion, v. 23, p. 1216-1234, maio. 2018.
- MÁRMOL, I. DIEGO, C. S. DIESTE, A. P. CERRADA, E. YOLDI, M. J.R. Colorectal Carcinoma: A general overview and future perspectives in colorectal cancer. **International Journal of Molecular Sciences**, Barcelona, v.18, p. 01-39, jan. 2017.
- SO, S. S. Y. WAN, M. L. Y. EL-NEZAMI, H. Probiotics- mediated suppression of cancer. **Current Opinion**, Finlândia, v. 29, n. 1, p. 62–72, jan. 2017.
- WEISS, G. A. HENNET, T. Mechanisms and consequences of intestinal dysbiosis. **Springer**, v. 74, p. 2959–2977, Mar. 2017.
- YU, A.-Q. LI, L. The Potencial Role of Probiotics in Cancer Prevntion and Treatment. **Taylor & Francis Group**, China, v. 0, n. 0, 1-10, p. 1-10, mai. 2016.

A EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE FAMÍLIA E O PROCESSO DE DESCONSTRUÇÃO DE UM PARADIGMA SOCIAL

Luana Ocon, Veronica Motta Nunes, Vanderlei de Freitas Nascimento Junior, e-mail: luana.ocon@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca demonstrar como o conceito de família mudou ao longo do tempo, desde o seu surgimento até os dias atuais, como se despreendeu de um paradigma social através da sua desconstrução conceitual, e a forma como esta entidade social é regulamentada pelo ordenamento jurídico brasileiro.

Inicialmente, a família existia com um conceito de extremo conservadorismo, possuindo uma composição restritiva, hierarquizada e desigual em sua constituição, formada pelos cônjuges através da contratação de matrimônio e sua prole com laços biológicos, ignorando, neste primeiro momento, a necessidade de afeto para sua configuração, sendo instituído como um modelo padrão para que existisse, passando a ser conhecida como “família patriarcal” ou “família tradicional”, regulamentada apenas pelos costumes da época.

É somente com o advento do Código Civil de 1916 que a família passa a ser regulamentado pelo ordenamento jurídico no Brasil, sendo essa regulamentação carregada de intolerâncias e discriminação entre seus membros.

Mesmo com pequenos avanços em questões legislativas, é apenas com o surgimento de uma nova Constituição Federal, em 1988, que a família ganha novos rumos dentro do direito brasileiro. Passando a ser baseada, principalmente, em novos princípios igualitários e afetivos, a instituição familiar conquista novas configurações e passa a possuir novas modalidades de constituição.

2 METODOLOGIA

Para desenvolvimento do presente trabalho foi utilizado o método de pesquisa dedutivo, analisando uma ideia inicial sobre entidade familiar até um conceito contemporâneo, buscando demonstrar sua evolução e desconstrução. Fazendo uso de pesquisas qualitativas dentro da doutrina e aplicação de costumes, além do ordenamento jurídico brasileiro.

3 A FAMÍLIA NA HISTÓRIA

Família é a instituição social mais antiga, sua existência perdura desde antes dos primeiros registros da humanidade, em aproximadamente 10.000 a.C.. De acordo com Maria Helena Diniz (2007), a família pode existir em dois sentidos, o primeiro seria em um sentido amplo, com todos os indivíduos que estiverem ligados pelo vínculo da consanguinidade ou da afinidade, podendo englobar pessoas estranhas. Já o segundo seria em um sentido restrito, e fariam parte da família somente o conjunto de pessoas unidas pelos laços do matrimônio e da filiação, ou seja, unicamente os cônjuges e a prole.

É dentro da família romana que se encontra o início da família patriarcal, com a figura do “*pater familias*” (pai) como o chefe soberano, o único que exercia o “pátrio poder”, sobre a mulher, os filhos e seus servos.

Como explica Fábio Ulhoa Coelho (2012), a instituição familiar passa a perder muitas de suas funções em decorrência dos séculos. Se em um momento temos essa instituição com funções biológicas, educacionais, econômicas, espirituais, assistenciais e afetivas, essas foram depositadas em outras instituições formadas pela sociedade com o avanço dos tempos.

Contudo, a grande mudança ocorre após a Revolução Industrial, onde se tem início o processo de modificação da estrutura familiar, uma vez que elas perdem sua total função econômica. Essa descentralização econômica gera uma reestruturação familiar, com o início da inserção da mulher no mercado de trabalho e o chefe da família perdendo o poder sobre uma das decisões mais importantes dentro deste instituto: a decisão sobre com quem os filhos irão se casar.

4 A FAMÍLIA NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO ANTES DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

A Constituição Republicana de 1891 não fazia menção ao Direito de Família. Apenas em seu Título IV, que tratava dos cidadãos brasileiros, seção II, art. 72, §4º, ela estabelecia que: “A República só reconhece o casamento civil, cuja celebração será gratuita”. Pouco antes dessa Constituição, houve a publicação do Decreto 181, de 24 de janeiro 1890, que concedeu às viúvas o direito de exercer o pátrio poder, desde que não se casassem novamente. Esse marco é importante dado que destaca a retirada da prerrogativa de exclusividade masculina no exercício da chefia familiar.

Contudo, o Código Civil de 1916 trazia disposições carregadas de intolerâncias e discriminações. Segundo o ele, o marco inicial da instituição familiar era o casamento civil

entre o homem e a mulher, sendo a dissolução do matrimônio impossibilitada. Além disso, fazia distinções entre seus membros e qualificações discriminatórias em relação a pessoas que vivessem juntas sem contrair casamento e aos filhos provenientes de tais relações.

A figura masculina ainda era detentora exclusiva do poder familiar, sendo este o chefe da família, e o exercício por parte da mãe somente era possível em razão da falta ou impedimento do pai. As mulheres que contraiam matrimônio eram consideradas incapazes, perdiam o direito de administração de seus bens, e só exerciam atividade remunerada com autorização dos maridos. E, sendo a mulher “deflorada” antes do casamento e o fato desconhecido pelo marido, ocorreria erro essencial sobre a pessoa (art. 219, Código Civil de 1916), possibilitando a anulação do casamento (art. 220, Código Civil de 1916).

A mulher deixa de ser considerada relativamente incapaz com a criação do Estatuto da Mulher Casada, em 1962 (Lei nº 4.121/62). E, após quinze anos desde que o Estatuto da Mulher casada entrara em vigor, foi criada a Lei nº 6.515/77, que previa o divórcio no país, sendo dividido em três possibilidades: (i) separação judicial, (ii) divórcio e (iii) anulação de casamento. Apesar de anteriormente ser possível o “desquite”, este causava o rebaixamento da mulher perante a sociedade, o que acarretava graves problemas para ela.

Importante frisar que, mesmo estes sendo pontos que marcaram um avanço para o que se entendia por família até então, o processo de desconstrução da família patriarcal é um acontecimento contínuo dentro da sociedade brasileira, que perpetua até os dias de hoje – e ainda continuará ocorrendo. A mulher só adquire igualdade do poder familiar com o advento da Constituição Federal de 1988, que prevê a igualdade de todos sem distinção de gênero.

5 A FAMÍLIA APÓS A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

Promulgada em cinco de outubro de 1988, após ser desenvolvida por mais de um ano pela Assembleia Nacional Constituinte, a Constituição da República Federativa do Brasil, conhecida como Constituição Cidadã, trouxe importantes modificações que influenciaram cada vez mais o paradigma do que seria o real significado de família.

Tendo como um de seus fundamentos a dignidade da pessoa humana (artigo 1º, III), a inclusão de princípios e direitos conquistados pela sociedade e todas as mudanças trazidas no texto constitucional foi o que conduziu o conceito de família a receber novas interpretações, e o modelo tradicional, vindo exclusivamente do casamento, deixou de ser o único para ser incluído num rol que cresce de tempos em tempos, seguindo as mudanças ocorridas em sua essência, paralelamente a realidade social brasileira.

Estando regulada pelo artigo 226, a família passa a ser moldada na igualdade, afetividade, estabilidade e ostensibilidade. A igualdade entre homens e mulheres irradia no âmbito familiar nos parâmetros do §5º do mesmo, tirando a figura masculina do papel exclusivo de chefe da casa, e concedendo a ambos os mesmos direitos para regular toda a estrutura. No mesmo sentido, ordenado pelo artigo 27, §6º, também existe a igualdade de direitos e qualificações entre os filhos, sejam eles oriundos ou não da relação de casamento, ou adotivos.

De acordo com Lôbo (2002), a consagração da família como grupo social instituído nos laços de afetividade surgiu no campo jurídico-constitucional, após a extinção da família patriarcal e suas funções procracionais, econômicas, políticas e religiosas. Ainda, se houve o abandono do casamento como única modalidade juridicamente tutelada de família, foi porque a Constituição passou a favorecer o que é fundamento comum para todas as entidades: o afeto.

O Código Civil de 2002 já nasceu velho, pois tramitou no Congresso Nacional durante três décadas. Dias afirma que o texto buscou atualizar aspectos essenciais do Direito das Famílias, mas não ousou, e, mesmo após a Constituição apresentar diferentes estruturas de convívio como entidade familiar, a legislação civil ainda trata o assunto de maneira quase restrita às famílias constituídas pelo casamento.

Ainda que não tenha arriscado e abandonado princípios clássicos, o Código trouxe inovações que dizem respeito a função social da família, partindo da premissa de igualdade absoluta entre os cônjuges, CC 1.511, e os filhos (GONÇALVES, 2021), e a exclusão de expressões e conceitos que já não se encaixavam mais com a nova disposição jurídica e ordenação da sociedade.

O termo “afeto” não aparece no Código Civil, tampouco na Constituição Federal, contudo, é possível observar que o princípio da afetividade foi inserido no sistema jurídico no momento em que a união estável (p. 10) foi reconhecida como entidade familiar, uma vez que é o sentimento que abraça a união constituída. Da mesma forma, a igualdade entre irmãos, sejam eles biológicos ou adotivos, também decorre deste princípio (DIAS, 2021).

Dois anos depois da promulgação da Constituição Federal, foi criado o ECA, Lei nº 8.069, visando regulamentar o artigo 227 da Carta Magna, que apresenta uma relação de direitos pertencentes às crianças e adolescentes.

Diferente do Código Civil e da Constituição de 1988, o ECA menciona a afetividade por seis vezes para definir a chamada família extensa. A expressão aparece nos artigos 8º §7º, 25 parágrafo único, 28 §3º, 42 §4º, 50 §13 II e 92 §7º. Assim, conforme Dias (2021), o

afeto torna-se base dos vínculos familiares e a família se transforma ao passo que os sentimentos de seus membros se intensificam.

Nos parágrafos 3º e 4º do artigo 226, a Constituição Federal (BRASIL, 1988) reconhece a existência da união estável e da família monoparental como entidade familiar. Por sua vez, Lôbo (2002, p. 5) esclarece que essas duas modalidades, e o casamento, também mencionado no artigo, são meramente exemplificativas, existindo tipos implícitos que foram incluídos no conceito “amplo e indeterminado de família indicado no *caput*”. Vale ressaltar que a Carta atesta não haver hierarquia entre as formas de família, devendo o tratamento entre elas ser igualitário.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As modificações sobre o que se entende por entidade familiar são de extrema notoriedade e importância para a sociedade como um todo. Sendo a família a instituição social mais antiga, segundo a sociologia, ela passa a ser um dos pilares da sociedade. Mesmo com sua origem ainda muito incerta, é de suma importância a observação de que ela manteve um modelo de existência que perpetuou por séculos e ainda é predominante na sociedade contemporânea. Este modelo familiar patriarcal, conhecido como “família tradicional”, inicialmente, é constituído a partir do matrimônio heterossexual com advento de filhos biológicos, e existe com as chefias maritais sobre os filhos e a esposa, ambos subordinados ao “pátrio poder” exercido pelo patriarca da família.

A família tradicional patriarcal existiu, sem alterações de grande expressão, do Império Romano ao século XX, momento em que passa a ser regulamentada de forma direta pelo ordenamento jurídico da época, o Código Civil de 1916, que traz a família ainda indissolúvel, com o poder familiar concentrado na figura do pai, com subordinação total da mulher e dos filhos, além de distinções entre estes últimos.

É com a promulgação da Constituição Federal de 1988 que a família passa conquistar novas formas e começa a se desprender do paradigma tradicional. A partir de então, passa a ser baseada nos princípios de igualdade, afetividade, estabilidade e ostensibilidade. Portanto, dentro da entidade familiar, fundamentada agora na igualdade, o pai e a mãe passam a exercer igualmente o agora chamado poder familiar.

Mesmo que de forma lenta e gradual, a evolução do conceito de família é constante, uma vez que foram necessários séculos de existência para o entendimento de que o elemento principal para sua existência é a afetividade, que se sobrepõe a consanguinidade e regulamentação judicial, haja vista que não é mais necessário registro matrimonial para

que a relação possa produzir efeitos legais, como é o caso da união estável. E a desconstrução é um processo social contínuo, em que desmontamos e montamos o entendimento sobre o que é ser família.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 24 de fevereiro de 1891**. Diário Oficial da União, 24 fev. 1891. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm. Acesso em: 10 maio 2021.

BRASIL. **Decreto nº 181, de 24 de janeiro de 1890**. Promulga a lei sobre o casamento civil. Coleção de Leis do Brasil, 1890. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-181-24-janeiro-1890-507282-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10 maio 2021.

BRASIL. **Lei nº 3.071, de 1 de janeiro de 1916**. Código Civil dos Estados Unidos do Brasil. Diário Oficial da União, 5 jan. 1916. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l3071.htm. Acesso em: 08 maio 2021.

BRASIL. **Lei nº 4.121, de 27 de agosto de 1962**. Dispõe sobre a situação jurídica da mulher casada. Diário Oficial da União, 3 set. 1962. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4121-27-agosto-1962-353846-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 10 maio 2021.

BRASIL. **Lei nº 6.615, de 26 de dezembro de 1977**. Regula os casos de dissolução da sociedade conjugal e do casamento, seus efeitos e respectivos processos, e dá outras providências. Diário Oficial da União, 27 dez. 1977. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6515.htm. Acesso em: 13 maio 2021.

BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Diário Oficial da União, 11 jan. 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm. Acesso em: 15 maio 2021.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de Direito Civil: Família e Sucessões**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. 14. ed. Salvador: JusPODIVM, 2021.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro: Direito de Família**. 22. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro: Direito de Família**. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.

LÔBO, Paulo Luis Netto. Entidades Familiares Constitucionalizadas: para além do *numerus clausus*. **Revista Brasileira de Direito de Família**, São Paulo, 2002. Disponível



em: <https://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/9408-9407-1-PB.pdf>. Acesso em: 14 maio 2021.

A INCLUSÃO DE AUTISTAS NO MERCADO DE TRABALHO

Diego Cesar Vieira Sanchez, Vânia Aparecida Borim Moretto Delpino, e-mail:
diegosanchezcorretor@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Os motivos da pesquisa advêm do contato com o mercado de trabalho e do contato com o público autista, evidencia-se que o público-alvo observado possui pouca visibilidade para a atuação no mercado atual, decorrente da pequena quantidade de recursos pré-existentes para o acolhimento do profissional.

Conhecido como TEA, o Transtorno do espectro autista, reúne desordens do desenvolvimento neurológico presentes desde o nascimento ou começo da infância, de acordo com o DSM-5 (Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais). Pessoas dentro do espectro autista podem apresentar padrões de comportamentos restritos e repetitivos como por exemplo, movimentos contínuos, interesses fixos e hipo ou hipersensibilidade a estímulos sensoriais, déficit na comunicação e interação social (APA, 2014).

A questão da inclusão de pessoas com deficiências ou necessidades especiais no mercado de trabalho é amplamente importante no contexto social. Deve-se concluir ainda, que em pleno século XXI, a inclusão não deveria ser discutida e sim instituída, de uma forma qualitativa, completa e sistemática. Ainda nessa perspectiva, o mercado de trabalho deve estar disposto a adaptar seu currículo e seu ambiente físico às necessidades de todos os seus profissionais, não se restringindo somente aos profissionais com deficiência, propondo-se a realizar mudanças de paradigma dentro de seu próprio contexto visando atingir a sociedade como um todo (LEOPOLDINO; COELHO, 2017).

A respeito da dificuldade na inserção de pessoas com autismo no mercado de trabalho, pessoas com TEA encontram obstáculos na transição da adolescência para a vida adulta, como por exemplo preconceitos dos potenciais empregadores, discriminação ou isolamento por parte dos colegas de trabalho, falta de incentivo financeiro, falta de suporte e adaptação, falta de orientação vocacional e predominância de vagas com baixa qualidade e até mesmo constrangedoras, por fim, falta de efetividade das cotas para deficientes (ORSMOND et al., 2013). Assim, para que os autistas sejam firmados como sujeitos de direito e tenham reconhecida sua garantia de acesso ao mercado de trabalho, é preciso

que exista um maior fomento à criação medidas que possibilitem a inclusão, visando à concessão de melhores condições de ingresso ao mercado laboral pelo autista.

O objetivo dessa pesquisa consiste em demonstrar as potencialidades que as pessoas com TEA, quando acompanhadas das técnicas da psicologia e com suporte psicológico adequado, podem contribuir e se desenvolver dentro do mercado laboral e também evidenciar o quanto a inclusão dos mesmos é importante para toda sociedade. Desse modo, podemos evidenciar as formas de atuação das pessoas com espectro autista afim de contribuir com as empresas que estão dispostas a atender esses novos profissionais.

2 MÉTODO

Quanto à metodologia utilizada na presente pesquisa, adotou-se o método cartesiano, uma vez que são examinadas as premissas gerais para, posteriormente, serem alcançadas as premissas mais específicas. Com isso, foram empregados conceitos genéricos, realizando-se depois a apuração da temática central com mais especificidade e desenvolvendo ideias e hipóteses para melhor abordar o assunto.

Os temas selecionados para aprofundamento de análises, derivados da questão de pesquisa, foram: características do autismo e seu impacto para os indivíduos; inclusão de autistas no mercado de trabalho, políticas públicas associadas à inclusão de autistas no ambiente laboral. As obras sofreram seleções e validação sobre procedência, forma e conteúdo (MARCONI; LAKATOS, 2010).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A questão da inclusão da pessoa com deficiência é complexa, principalmente se levarmos em consideração a forma em que nossa sociedade é estruturada, a qualidade de barreiras arquitetônicas que dificultam a convivência do deficiente em sociedade, além da pouca importância com que temas assim são tratados (MANTOAN, 1997).

Segundo o DSM-5 (2014), há exemplos que preenchem uma lista de sintomas do Transtorno Espectro do Autista que evidencia o comprometimento qualitativo da interação social do autista. Déficits na reciprocidade socioemocional, variando, por exemplo, de abordagem social anormal e dificuldade para estabelecer uma conversa normal a compartilhamento reduzido de interesses, emoções ou afeto, a dificuldade para iniciar ou responder a interações sociais.

A respeito da dificuldade na inserção de pessoas com autismo no mercado de trabalho, pessoas com TEA encontram obstáculos na transição da adolescência para a vida adulta, como por exemplo preconceitos dos potenciais empregadores, discriminação ou isolamento por parte dos colegas de trabalho, falta de incentivo financeiro, falta de suporte e adaptação, falta de orientação vocacional e predominância de vagas com baixa qualidade e até mesmo constrangedoras, por fim, falta de efetividade das cotas para deficientes (ORSMOND et al., 2013).

Além das diversas complicações que o TEA implica, outro fator que obstaculiza o ingresso dessas pessoas nas universidades é a deficiência intelectual, principalmente, nos casos de autismo mais graves. No vestibular da Universidade Federal de Santa Catarina de 2014, seis mil alunos foram aprovados, mas dentre eles somente um se declarou com transtorno do espectro autista (NORA; KONS; AMORIM, 2017).

A inserção das pessoas com deficiência no mercado de trabalho implica em uma ampla rede de relações que se empenham no sentido de fazer com que tanto a organização quanto a pessoa com deficiência estejam preparados para constituir esta vinculação laboral. Neste sentido tanto os agentes estatais como a família, os funcionários da empresa e, principalmente, os gestores desempenham um papel fundamental para a garantia da inclusão, priorizando ajustes ao ambiente de trabalho.

O estudo em relação ao desenvolvimento de ambientes com suporte ao trabalho dos autistas e também a avaliação de ajustes ambientais e impactos positivos desses ajustes e o bem-estar dos indivíduos portadores de TEA é um campo ainda novo e em formação (LEOPOLDINO, 2015).

Evidências da literatura relatam salários menores, dificuldade de encontrar trabalho *fulltime* e uma menor variedade de opções de emprego em relação aos demais profissionais (ROUX et al., 2013). Contentar-se com trabalhos abaixo da qualificação, sem possibilidade de ascensão, é a única opção oferecida a muitos indivíduos com TEA, que seguem uma trajetória de desigualdade no trabalho que leva ao confinamento doméstico e, por fim, à segregação (SILVA et. al, 2018).

A área de recursos humanos da organização empregadora pode oferecer suporte adicional por meio de atividades e programas que permitam a discussão com os trabalhadores autistas sobre os sentimentos relativos à divulgação de suas limitações no trabalho (HURLBUTT; CHALMERS, 2004). O preconceito de empregadores e colegas de trabalho pode ser minorado com campanhas de esclarecimentos e treinamentos que envolvam a exposição e desconstrução de barreiras à inclusão dos autistas no ambiente laboral (ROSQVIST; KEISU, 2012).

Sendo assim, há a importância de se olhar as necessidades da empresa e o manejo da equipe e empregador, para o sucesso ou não da inclusão do autista no mercado de

trabalho, uma vez que o R.H (voltado a inclusão), deve conhecer as características e as necessidades ambientais dos autistas para assim desenvolver mecanismos de suporte em seu contexto de trabalho. O suporte adequado no ambiente de trabalho é uma das formas de tornar viável a inclusão ao trabalho para os portadores de TEA, além de amenizar as dificuldades (LEOPOLDINO, 2015).

Camargo e Bosa (2009), destacam algumas ações do Psicólogo Organizacional que são facilitadoras no modo de promover e auxiliar no processo de inclusão de pessoas com deficiência, sendo o psicólogo um profissional capacitado e adequado para desenvolver atividades como o acolhimento, a integração, os acompanhamentos, os treinamentos, dentro das empresas, atuando juntamente do R.H, considerando não só por ter um preparo intelectual, mas também porque sua ciência e profissão (a Psicologia), está diretamente ligada a promoção de saúde em vários contextos, comprometida com a promoção e garantia de qualidade de vida dos indivíduos, sendo o trabalho um excelente contexto para promover saúde e qualidade de vida. Vale ressaltar, também, sobre o compromisso ético e científico com o desenvolvimento do ser humano e sua inclusão social.

Sendo assim, o psicólogo pode atuar como facilitador da inclusão da pessoa com deficiência no mundo laboral, promovendo integração adequada, adaptação e qualidade de vida no trabalho e na sociedade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A política de inclusão é importante para a formação de gerações para que convivam com menos estigmas e preconceitos dentro da sociedade. A escola é o local em que a criança tem seu envolvimento com o primeiro meio social, sendo assim, é fundamental a aplicação de medidas inclusivas dentro do ensino com o objetivo de evolução desses alunos como cidadãos.

Para que a política de cotas acarrete uma verdadeira inclusão do autista no mercado de trabalho, é preciso que ela seja aplicada tanto no seu âmbito quantitativo, quanto no qualitativo, ou seja, deve o percentual ser distribuído entre todos os tipos e níveis de deficiência, seja ela leve, moderada ou grave. Incluir os autistas no mercado de trabalho não é explorá-los, e sim permitir que utilizem no trabalho seu repertório de competências, conquistando melhor qualidade de vida e obtendo recursos financeiros para uma vida mais confortável e próspera.

Nesse sentido, os atos de discriminação à pessoa com TEA são inadmissíveis, tanto os que impedem o seu acesso ao trabalho, quanto aqueles verificados na própria

relação empregatícia. Entretanto, mais do que aplicar medidas proibitivas de tratamentos discriminatórios, deve-se atentar para a realização de políticas efetivas de inclusão social e laboral dessas pessoas, a fim de contestar os atos exclusivos.

As empresas possuem uma responsabilidade ética com a sociedade, o que deverá ser posto em prática através da inclusão das minorias no ambiente de trabalho, traduzindo a importância da função social da empresa. A prática de ações inclusivas, seja na adaptação do ambiente de trabalho, seja na capacitação dos trabalhadores com autismo, ou até mesmo na conscientização do próprio corpo de empregados com vistas ao combate da discriminação são atitudes positivas que traduzem o verdadeiro significado da função social da empresa.

Estudos foram revisados e demonstraram que o transtorno do espectro autista mesmo acometendo algumas morbidades, pode trazer consigo outras potencialidades que quando bem trabalhadas, no desenvolvimento dos sujeitos, pode produzir grandes resultados a curto, médio e longo prazo. Portanto, podemos compreender de que modo os indivíduos do espectro autista, contribuem dentro das instituições de trabalho. Por fim, conclui-se que a discussão acerca desta temática deve ser ampliada, a inclusão do autista no mercado de trabalho precisa ser um assunto mais debatido e colocado em prática, com o propósito de acabar com os paradigmas sobre essas pessoas e retirá-las da invisibilidade

REFERÊNCIAS

APA - AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais**- : DSM-5. Artmed Editora, 2014.

CAMARGO, S. P. H.; BOSA, C. A. Competência social, inclusão escolar e autismo: revisão crítica da literatura. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 21, n. 1, p. 65-74, 2009.

HURLBUTT, K; CHALMERS, L. Employment and adults with Asperger syndrome. **Focus on autism and other developmental disabilities**, v. 19, n. 4, p. 215-222, 2004.

LEOPOLDINO, C. B.; COELHO, P. F. C. O Processo de Inclusão de Autistas no Mercado de Trabalho. **Revista Economia & Gestão**, v. 17, n. 48, p. 141-156, 2017. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/49081/o-processo-de-inclusao-de-autistas-no-mercado-d--->. Acesso em: 17 jul. 2021.

MANTOAN, Maria Tereza Egler. (Org.). 1997. A integração de pessoas com deficiência. São Paulo: Memnon. SENAC.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7a Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

NORA, Daiane; KONS; Luiza; AMORIM; Miriam. Autismo no Ensino Superior. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/37119>. Acesso em: 15 out. 2021.

ORSMOND, G. I. et al. Social Participation Among Young Adults with an Autism Spectrum Disorder. *Journal of Autism and Developmental Disorders*, 43(11), 2013, p. 2710-2719.

ROSQVIST, H. B.; KEISU, B. Adaptation or recognition of the autistic subject? Reimagining autistic work life: Deconstructing the notion of “real jobs” in the Swedish autistic self-advocacy movement. **Journal of Vocational Rehabilitation**, v. 37, p. 203–212, 2012

ROUX, A. M. et al. Postsecondary employment experiences among young adults with an autism spectrum disorder. **Journal of the American Academy of Child & Adolescent Psychiatry**, v. 52, n. 9, p. 931-939, 2013.

SILVA, L. V. da et al. Formação do psicólogo sobre autismo: estudo transversal com estudantes de graduação. **Psicol. teor. prat.**, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 153-166, 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151636872018000300007&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 22 fev. 2021

A INTERNACIONALIZAÇÃO DOS TRATADOS INTERNACIONAIS DOS DIREITOS HUMANOS E SUA APLICABILIDADE NO BRASIL.

Elias Felipe Pinto, Brenda Lara Rosa Cunha, Luiz Felipe Rodrigues, Meliza Nobre, Jamile Gonçalves Calissi, e-mail: eliasfelipe00@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O Direito internacional surgiu com a assinatura do Tratado de Vestefália, no ano de 1648, quando reconhecida a independência da Suíça e Holanda. O papel da igreja na influência da criação do Direito internacional foi importante, esta apoiava o seu desenvolvimento durante a idade média. Os indivíduos perceberam a necessidade da criação do direito internacional diante da visão da vida em sociedade, que é repleta de conflitos, principalmente entre as pessoas, e na sociedade internacional não é diferente, também há tensão entre os participantes em razão das inúmeras disputas entre eles, pois assim como em uma sociedade, há diferenças de benefícios entre seus membros. Ele surgiu principalmente por conta das relações externas dos países que negociam entre si, eles se unem por meio de tratados internacionais, foi um meio que encontraram para englobar um conjunto de regras estabelecidas pelos representantes das sociedades, para assim haver controle e regulamentação das relações externas dos países.

Há duas espécies de direito internacional, o direito internacional público e o direito internacional privado, no direito internacional público, como já diz o nome, as normas jurídicas são de natureza pública; este trata das relações entre os estados, regula normas jurídicas e as organizações internacionais, visando a soberania dos estados e as boas relações entre os territórios, essa regularização acontece por meio da diplomacia e para possuir validade jurídica interna devem ser ratificadas pelos estados. Geralmente o direito internacional público é estabelecido por meio da celebração de tratados que procedem da vontade dos estados, eles podem ser bilaterais onde há acordo entre dois estados, sendo recíprocas as partes, ou multilaterais, que ocorrem entre mais de duas partes, também visando reciprocidade.

O direito internacional privado é um conjunto de normas jurídicas criadas por um órgão político autônomo com objetivo de resolver conflitos de leis no espaço, tem função de informar qual lei deve ser aplicada em diferentes circunstâncias, tratar de conflitos de interesses pessoais, principalmente no aspecto civil, sempre na esfera privada. O objetivo

do direito internacional privado é estabelecer leis que regem os contratos entre pessoas de diferentes países.

Entrando no âmbito dos Direitos Humanos, sabemos que estes abrangem a todos os indivíduos, ele é nos concedido apenas pelo fato de sermos humanos, sem distinção de etnia, sexo, raça, cor, religião e afins. Ele existe para que todos possam ter acesso a coisas fundamentais, sem discriminação e de maneira igualitária, garantindo assim a dignidade humana. Em 10 de dezembro de 1948, alguns países se reuniram, surgindo a Declaração Universal de Direitos Humanos, que surgiu ao findar da segunda guerra mundial, tendo caráter universal, e com a reunião desses países, a Organização das Nações unidas (ONU), lançou um documento de trinta artigos, formando-se assim surgindo a Declaração Universal de Direitos Humanos, este documento surgiu de forma impositiva, traçando direitos civis, econômicos, sociais e culturais. Este foi o marco decisório para que os Direitos Humanos deixassem de ser violados. Em 1789, na França, também surgiu a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, pouco após este fato, foi criada a Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem. Entrando na esfera dos tratados internacionais de direitos humanos, do qual é o tema abrangente deste trabalho, todos estes direitos acima mencionados, garantidos também pela nossa Constituição Federal, são garantidos através de tratados e acordos internacionais. O Artigo 49, inciso I da Constituição Federal dispõe que é de competência exclusiva do Congresso Nacional: I - resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional. (BRASIL, 1988, Art. 49, I).

Para este acordo realmente ter eficácia deve haver vontade do Presidente da república, pelo Poder Executivo e vontade do Congresso Nacional, através do Poder Legislativo. A autorização parlamentar deve ser assinada pelo Presidente da República do qual está cumprindo mandato na época e aprovada pelo decreto legislativo. Portanto, compete à União, sendo representante da República Federativa do Brasil, manter relações com Estados estrangeiros e participar de organizações internacionais.

2 MÉTODO

Nos parâmetros do Sistema jurídico brasileiro, sendo o Brasil um país signatário, que concorda com algumas relações internacionais. A respeito dos tratados dos direitos humanos especificamente. Sua internacionalização pode ocorrer de duas formas; como norma superlegal ou como Emenda constitucional, medida adquirida após o ano de 2004.

Tal internacionalização e aplicabilidade dos tratados internacionais de direitos humanos decore da previsão do artigo 5 e §3º da Constituição Federal, qual seja;

§ 3º Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais. (BRASIL, 1988, Art. 5, §3º).

Todo o ordenamento jurídico criado tem uma finalidade pré-estabelecida e com objetivo-fim de atingir o bem-estar social e do convívio social. Quando abordado os tratados internacionais possuem o mesmo ideal. Com o intuito além de uma Nação/Estado, mas trata-se de um acordo que sobrepõe a todos aqueles que concordam, assinam e discutem sobre.

Em se tratando dos atos processuais de internacionalização, para que o acordo realmente tenha eficácia, deve haver a manifestação da vontade do Presidente da república, pelo Poder Executivo e vontade do Congresso Nacional, através do Poder Legislativo. A autorização parlamentar deve ser assinada pelo Presidente da República do qual está cumprindo mandato na época e aprovada pelo decreto legislativo. Portanto, compete à União, sendo representante da República Federativa do Brasil, manter relações com Estados estrangeiros e participar de organizações internacionais.

De forma mais específica, o processo de formação dos tratados de Direitos Humanos se concretiza ao cumprir todas as fases procedimentais. De início, quando ofertada a proposta de fazer parte ou não de um tratado se inicia a fase de Negociação e assinatura, que ocorre quando o representante do Estado concordar com os termos; após tem-se a fases do referendo congressual, onde o parlamento vota pelo sim ou pelo não da internacionalização do tratado; Emissão de decreto encaminhando o Tratado para ratificação do Presidente da República; e por fim a promulgação e publicação no diário oficial da união.

Assim, por meio do método dedutivo de pesquisa, o objetivo do presente artigo é tratar da dificuldade de concretização e aplicabilidade dos tratados internacionais do Direitos Humanos no convívio com a sociedade. Desde os ritos procedimentais e das fundamentações até pré-conceitos retrógrados estabelecidos que dificultam a normatividade dos acordos e dos atos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Sobre o processo de internacionalização dos tratados internacionais dos direitos humanos, quando aprovado em todas as fases; a) fase de assinatura, b) fase de aprovação congressual, c) fase de ratificação, d) fase do decreto presidencial e promulgação; fase de publicação no diário oficial do Estado. Garante sua vigência externa e interna.

Dessa forma, os temas que estiverem na orla dos tratados, dentro dos termos acordados, devem ser seguidos e produzir os efeitos na ordem jurídica de direito nacional e internacional.

Entretanto, o questionamento deste artigo refere-se ao fato de a sociedade não receber de braços abertos alguns dos tratados dos direitos humanos, alguns fatores que desrespeitam os tratados ainda são descobertos em pleno século XXI. Como por exemplo algumas violações aos direitos; da criança e do adolescente, como trabalho infantil; dos reclusos, que vivem superlotações; a moradia, que por vezes se presencia moradores nas ruas, a saúde, qual não são raros pessoas morrem nos corredores; ao trabalho e salário equiparável as funções entre outros.

Veza ou outra, os Direitos e Tratados são violados tacitamente por assim dizer, de forma direta indireta, pelo Estado, ou em outras vezes é suprimido pela sociedade civil, ao apoiar o trabalho infantil, ao concordar com a jornada de trabalho extrapolativa, ao se opor aos direitos dos reclusos por condenação/investigação criminal ou civil.

Ataques recentes têm ocorrido nacional e internacionalmente contra os direitos humanos, desrespeitando não somente os princípios dos direitos humanos, como até mesmo os direitos da pessoa humana.

Fato é que, a mera aprovação dos tratados, provida de sua importância vital para os ordenamentos, confere os poderes legislativos, de Emenda constitucional, mas não afasta e nem mesmo garante sua efetiva instauração. Veza que pode não atender eficientemente e em sua totalidade a harmonia social.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como já abordado no presente trabalho, o Direito Internacional e a aplicabilidade dos tratados internacionais de direitos humanos no Brasil, na teoria, tem dado certo, porém, a sua aplicabilidade na prática, tem realmente deixado a desejar; a violação destes tratados ocorre diariamente e involuntariamente por parte do estado e dos indivíduos que o compõem. Portanto, na realidade, a Declaração Universal dos Direitos do Homem ainda está um pouco longe de virar realidade, em razão da falha de sua aplicabilidade.

Atualmente, em pleno século XXI, há pessoas que ainda vivem em estado de escravidão, por conta disso, não há como se falar da internalização dos tratados mencionados neste trabalho sem os relacionar com o estado de vida dos indivíduos dentro de uma sociedade. Quando mencionamos que os direitos e tratados internacionais são “revogados” tacitamente, tentamos mostrar a problemática “por trás dos panos”, pois, não adianta a internalização destes tratados acontecerem se há uma grande falha em sua aplicabilidade.

Do mais, o que concluímos é que a falta de comprometimento e a inércia do estado para com a aplicação dos tratados mencionados neste trabalho é o principal fator agravante que leva os indivíduos a não se comprometerem a cumpri-lo também.

REFERÊNCIAS

DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO. (VALE ACRESCENTAR) 84 VIII da CF. iter (etapas de formação – negociação e assinatura (manifestações – delegação – *pleni potenciar*) – referendo congressual – decreto legislativo – ratificação ou retificação – promulgação e publicação no D.O.U para ter validade interna.

Direito Internacional. Wikipedia, 2021. Disponível em:
<https://pt.wikipedia.org/wiki/Direito_internacional>. Acesso em: 20 de setembro de 2021.

FRANCO, Cristine Elaine. A crescente violação dos Direitos Humanos no cenário mundial. JusBrasil. Brasil, 2017. Disponível em.
<<https://elainefrancoadv.jusbrasil.com.br/artigos/443225573/a-crescente-violacao-dos-direitos-humanos-no-cenario-mundial>>. Acesso em: 20 de setembro de 2021.

STUART, Victor João. O que são Tratados Internacionais. Politize. Brasil, 2019. Disponível em. <<https://www.politize.com.br/tratados-internacionais/>>. Acesso em: 20 de setembro de 2021.

TRILHANTE EDUCAÇÃO LTDA. Direito Internacional Dos Direitos Humanos. Disponível em: < <https://arquivos-trilhante-sp.s3.sa-east-1.amazonaws.com/documentos/ebooks/8e99dfb9e29e1452796051b9457dc05f.pdf>> Acesso em: 22 de setembro de 2021.

A PERCEPÇÃO MATERNA SOBRE O ALEITAMENTO MATERNO E SUA INFLUÊNCIA NO DESENVOLVIMENTO DO BEBÊ EM UMA PERSPECTIVA PSICANALÍTICA

Andreia Renata Sacutti, Tamires Daiane da Silva, e-mail: andreia.sacutti@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O leite materno é o principal alimento do recém-nascido e há anos as campanhas da OMS juntamente com UNICEF promovem informações a respeito da importância do aleitamento materno para a sobrevivência do bebê, para sua nutrição e seu desenvolvimento. As campanhas recomendam o leite materno como único e exclusivo alimento até os seis meses de vida e até os dois anos com complementação alimentar adequada (OMS, 2018).

A Constituição de 1988, na evolução dos direitos das mulheres, garante o direito da mulher, empregada e gestante, garantido a estabilidade e favorecendo o aleitamento materno.

Badinter (1985) fala que “são numerosas as crianças que morrerão sem ter jamais conhecido o olhar da mãe”, a autora se referia as altas taxas de mortalidade de crianças com menos de um ano de vida que ocorriam por volta dos anos de 1780 a 1789 na Europa e que iriam continuar aumentando se caso o ato de entregar os filhos às amas de leite continuassem, pois as amas de leites nutriam o corpo, mas não nutriam com afeto, apenas davam alimento a uma criança, de maneira fria.

Teóricos psicanalistas como Klein, Winnicott, Mahler entre outros abordaram a relação do bebê com o seio e a importância dessa relação para a maturação do desenvolvimento emocional e afetivo das crianças e assim, conseqüentemente, reforçando o vínculo e promovendo segurança para as futuras relações. Klein em seus estudos, voltados para observação de crianças nos primeiros meses de vida, enfatizava a relação de nutrição e amor entre pais e filhos; a autora descreveu ainda a relação da criança com o seio, sendo um objeto parcial; o impulso da fome é direcionado para o seio e assim dessa relação fundamental para posteriormente se relacionar com os objetos totais, como a mãe e o pai. Essas experiências precoces são de extrema importância para as futuras relações interpessoais (FEIST, FEIST, ROBERTS, 2015).

Este trabalho tem como objetivo geral entrevistar e conhecer a percepção que as mulheres grávidas e/ou puérperas têm sobre a influência do aleitamento materno para a maturação psíquica da criança. Além de identificar e reconhecer sentimentos e emoções,

através das experiências, que irão influenciar para que o ambiente seja eficiente e facilite o desenvolvimento afetivo e emocional do bebê. Sendo assim, de forma específica, observar e levantar as percepções das mães entrevistadas, considerando suas opiniões e sentimentos a respeito do aleitamento materno. Através das respostas, identificar se existe a consciência que a prática do aleitamento, de forma saudável para a dupla, mãe e bebê, pode além de fortalecer vínculos e nutrir, também facilitar o desenvolvimento e fornecer a maturação psíquica para a criança.

2 MÉTODO

O trabalho foi realizado com base em uma pesquisa aplicada, ou seja, de campo, exploratória e qualitativa que “está empenhada na elaboração de diagnósticos, identificação de problema e busca de soluções” (THIOLLENT, 2009, p. 36 apud Fleury, 2016). Trata-se também de uma pesquisa transversal, pois foi realizada num curto período de tempo, após o aceite do Comitê de Ética em Pesquisa, mediante parecer nº 4.664.378 de 22 de abril de 2021.

A pesquisa foi realizada por meio da plataforma digital Google Forms e o material utilizado para coleta dos dados foi um questionário de elaboração própria. O questionário continha 18 questões, e sua aplicabilidade apresentou tempo médio de 15 minutos. A amostra foi composta por 36 mulheres grávidas ou que estão no puerpério. Esta pesquisa foi realizada em uma única vez com cada participante, com o envio do link do questionário através dos aplicativos de mensagem instantâneas e online, com envio de um link, elas tinham acesso ao questionário após a leitura do termo de confidencialidade, e aceitação do termo de consentimento livre e esclarecido.

2.1 PARTICIPANTES

Critérios de inclusão: mulheres maiores de 18 anos; que estão grávidas ou no período de puerpério.

Critérios de exclusão: Mulheres menores de 18 anos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram entrevistadas 36 mulheres, sendo 12 no puerpério e 24 grávidas. De 20 a 43 anos de idade. Das 36 mulheres entrevistadas, 22 (61,1%) eram primíparas, ou seja, estavam na primeira gravidez e 14 (38,9%) já tinham mais filhos, múltíparas. Quanto ao

planejamento da gravidez, das 36 mulheres, 23 (63,9%) responderam que tinham se planejado para engravidar e as outras 13 (36,1%) não tinham feito planejamento algum.

Apenas uma das mulheres descreveu a experiência da maternidade como péssima, outra disse que ainda não saberia classificar e uma terceira disse que era “ambiguidade de emoções”, as demais classificaram de modo satisfatório, considerando que 20 (58,3%) mulheres classificaram como uma experiência excelente e 13 (36,1%) como sendo uma experiência boa.

Observando os dados acima, pode-se considerar que, embora um terço (36,1%) das mulheres não planejaram a gravidez, a maioria (94,4%) classificaram a experiência como boa e excelente.

Com o intuito de conhecer melhor os sentimentos, para aquelas participantes que classificaram a experiência como sendo ruim ou péssima, foi questionado qual era o sentimento que a acompanhava naquele momento. Desse modo, apenas uma classificou a experiência como péssima, uma participante grávida de 27 semanas que descreveu: “Passo muito mal, estar grávida não é fácil, pois não é um mar de rosas como todas pensam. Mas ser mãe é meu maior sonho”. A participante que ainda não soube classificar, estava grávida de 26 semanas, não descreveu nenhum sentimento em relação. E a participante que a princípio alegou “ambiguidade de emoções”, estava grávida de 32 semanas, complementou dizendo que era “um misto de sensações inexplicáveis”. Observa-se que essas participantes tinham assinalado que a gravidez era algo planejado por elas. Segundo Maldonado (2002), na gravidez os sentimentos ambivalentes são características evidentes e nesse período existe uma grande vulnerabilidade.

Quando a pergunta se referiu ao momento mais difícil, as mulheres relataram o mal-estar, a descoberta e a aceitação da gravidez como sendo um dos momentos mais difíceis da experiência, possíveis de serem observados nos relatos a seguir: “O começo da gravidez, pois passei muito mal e estava me acostumando com a ideia”, “A descoberta, o susto”, “Nos três primeiros meses, por causa dos enjoos e mal-estar”, “Até agora as dores nas costas”, “No final da gestação”, “Enjoos e queda de pressão”.

Já com as puérperas, o parto, a adaptação com a nova rotina, a privação do sono e a amamentação revelaram os momentos mais difíceis para elas. Como é possível ver nas respostas: “Os dois primeiros meses em função de dificuldades na amamentação”; “Amamentação e privação de sono”; “Levantar pela primeira vez após a cesárea, senti bastante dor”; “Primeiros 60 dias com o bebê”; “Rotina do recém-nascido”; “As dores do parto”; “Privação do sono”; “O primeiro mês, fazer a criança dormir, aceitar a nova rotina”;

“Pós-cirúrgico (cesárea) e início da amamentação”; “Já em casa, ficou tudo mais difícil”; “As dúvidas com relação ao recém-nascido e também em relação a minha recuperação”. “Passar por tudo até aqui sozinha”.

Com relação ao momento mais gratificante, as grávidas revelaram a experiência da primeira ultrassonografia. A idealização começa ter imagens e começam as realizações maternas, as primeiras preocupações se evidenciam nesse momento. Nas puérperas sobre ver o rostinho do bebê e conseguir amamentar. O reconhecimento do bebê como pessoa, não é mais uma imagem e sim o ser que dependerá dela totalmente. Nesse momento, o estado que pode se denominar de Preocupação Materna primária, que se inicia no fim da gestação e após o puerpério, e através das repostas, esse estado que a mulher entra, a ajudará a lidar com a nova rotina exaustiva, conforme descrita pelas entrevistadas. O termo utilizado por Winnicott para falar dos cuidados exacerbados da mãe, que se fosse fora do período da maternidade, poderia ser considerado como esquizoide. Essa mãe, com um olhar sensível se volta totalmente para os cuidados do bebê e se torna totalmente fundamental para o fortalecimento do vínculo (IACONELLI, 2004).

Das entrevistadas, todas amamentam ou tem intenção de amamentar e 28 (77,8%) dessas mulheres buscaram por informações para o aleitamento materno. Em seus estudos sobre os fatores que levam ao desmame precoce no município de Passo Fundo/RS, Parizotto e Zorzi (2008), relatam que muitas mães têm informação e consciência sobre a amamentação, mas ainda algumas crenças são valorizadas no âmbito da amamentação e muitas vezes introduzem alimentos que contribuem para o desmame.

Quando foi abordada a importância do aleitamento materno para as mulheres, todas responderam que sim e algumas respostas podem ser evidenciados como: “ajuda muito no desenvolvimento do bebê e cria um vínculo muito afetivo entre mãe e filho”; “é importante para o crescimento e saúde do bebê”; “ele tem muitos nutrientes e sais minerais é a alimentação mais completa”. Nos estudos atuais, e nesta pesquisa em questão, verificou-se que a grande maioria das mulheres entrevistadas pretendem amamentar até os dois anos.

E em caso de os planos com a amamentação falhar, 6 (16,7%) das mulheres dizem não aceitar bem a situação. Embora seja uma minoria, o intuito deste trabalho também é de acolher e informar essas mulheres para que a frustração não ocorra. A busca por informação e serviços de orientação para o aleitamento, contribui para que as crenças sejam desfeitas, aumentando a confiança e as habilidades para o manejo correto. Parizotto e Zorzi (2008) citam a fala da mãe, que tenta se justificar sobre o desmame: “[...]”

eu dava mamá pra ele, ele queria tá direto no peito, daí eu achei de repente meu leite não tá sendo suficiente pra ele né...pra sustentar ele”. As pesquisadoras observaram que muitas vezes o choro do bebê estava diretamente associado com as justificativas para o desmame, juntamente com à produção insuficiente de leite ou por achar que o leite é fraco. Essas situações seriam menos recorrentes se as mães recorressem a orientações de profissionais qualificados, que estejam dispostos a avaliar a fisiologia das mamas, a mamada e até mesmo a curva de desenvolvimento do bebê para poder identificar as dificuldades encontradas. (PARIZOTTO E ZORZI, 2008).

Das entrevistadas, 8,3%, ou seja, três mulheres acham que o aleitamento não é importante para o desenvolvimento emocional da criança. As outras 91,7% acreditam que sim, é importante para o desenvolvimento emocional.

Quando questionado sobre o benefício que o aleitamento materno pode trazer, as respostas foram: “Proporciona um rico desenvolvimento do bebê, tanto da parte nutricional quanto da parte psicológica”; “Formação de flora intestinal, nutrição adequada ao bebê, formação do sistema imune, regulação nutricional, etc”; “Previne de várias doenças, cria vínculos, acalma, traz segurança para o bebê”; “Imunidade, segurança, bem-estar, carinho”, entre outras.

Já sobre as opiniões sobre a experiência do aleitamento materno, as respostas foram as seguintes: “É muito gratificante e uma experiência afetiva indescritível”; “Muito mais desafiador do que é sabido previamente”; “É um momento muito difícil no começo, mas depois se torna muito gratificante”; “Pode ser difícil no começo, mas depois de uns dias se torna uma das experiências mais marcantes na vida de uma mulher... experiência boa”; “Foi a experiência mais satisfatória que tive em minha vida, saber que posso nutrir meu filho”; “Não consegui amamentar a primeira filha pois passei nervoso no pós parto e não tive leite! Mas gostaria muito de amamentar a próxima!”; “Tá sendo difícil, minha bebê tem refluxo e a pega mamária dela está errada. Isso talvez piore o refluxo e a dor no bico da mama e grande. Mas não deixa de ser um momento especial”, entre outras.

A última pergunta queria saber se as participantes tinham interesse em receber um material informativo após a conclusão do estudo, referenciando as informações mais relevantes e a maioria disse estar interessada pelo material e dispuseram do endereço eletrônico para recebimento desse informativo. Apenas uma participante demonstrou não ter o interesse.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa demonstrou que das mulheres entrevistadas, a maioria expressou sentimentos satisfatórios com relação ao momento que estavam vivenciando na maternidade, seja na gravidez ou no puerpério.

Em algumas respostas, foram identificados sentimentos como medo, insegurança, incapacidade entre outros, mas também descreveram vários sentimentos positivos que as cercam, deixando evidente que se torna um momento conflituoso e carregado de emoções.

Notou-se que muitas dessas mulheres buscam informações a respeito do aleitamento materno e reconhecem a importância da prática. Porém, as principais respostas foram a cerca da nutrição e fortalecimento de vínculos e assim foram identificadas poucas respostas que identifique o aleitamento materno como uma prática que pode favorecer e influenciar no desenvolvimento da maturação psíquica da criança. Inclusive houve uma minoria que respondeu que não acredita que o aleitamento materno possa favorecer o desenvolvimento emocional e proporcionar a maturação psíquica e sua autonomia para as futuras relações.

Por fim, este trabalho tem como esclarecer que é evidente que uma mãe bem-informada e mentalmente saudável é capaz de proporcionar o que é de mais saudável para seu filho. As teorias servem para conduzir e nortear, mas na prática muitos fatores podem influenciar, mas com apoio e muito afeto, a mãe suficientemente boa aparece, sem cessar e construir um indivíduo seguro e capaz de se relacionar de forma autônoma e segura.

REFERÊNCIAS

BADINTER, E. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BOWLBY, J. **Cuidados maternos e saúde mental**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 07/06/2021

_____. Ministério da Justiça. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília – DF, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/crianca-e-adolescente/estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-versao-2019.pdf>. Acesso em: 07/06/2021

_____. Ministério da Saúde. **Saúde da Criança: nutrição infantil. Aleitamento materno e alimentação complementar**. Brasília – DF, 2009. Disponível em:

https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_crianca_nutricao_aleitamento_alimentacao.pdf. Acesso em: 07 jun.2021

FEIST, J.; FEIST, G. J.; ROBERTS, T. **Teorias da Personalidade**. 8 ed. Porto Alegre: AMGH, 2015.

FLEURY, M. T. L.; WELANG, S. R. C. **Pesquisa aplicada: conceitos e abordagens**. FGV-EAESP, 2016.

FONTELLES, M. J. et. al. **Metodologia da Pesquisa Científica**: diretrizes para a elaboração de um protocolo de pesquisa. **Revista paraense de medicina**, Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará (Belém), v. 23, n. 3, p. 1-8, 2009. Disponível em: <http://files.bvs.br/upload/S/0101-5907/2009/v23n3/a1967.pdf>. Acesso em 23 mar. 2021.

LEITE, M. G. et al. **Sentimentos advindos da maternidade: revelações de um grupo de gestantes**. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-7372189590011>. Acesso em 03 set. 2021

MALDONADO, M. T. **Psicologia da Gravidez – Parto e Puerpério**. 16 ed. São Paulo: Saraiva, 2002

OMS – Organização Mundial da Saúde. **Dez passos para uma amamentação de sucesso**. Geneva: OMS, 2018. Disponível em: <https://www.who.int/docs/default-source/nutritionlibrary/bfhi-poster-a2-breastfeeding.pdf>. Acesso em 31 mar. 2021.

_____. **Recomendações para assistência ao parto normal**. Geneva: OMS, 2018. 6 p. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle>. Acesso em 31 mar. 2021.

WINNICOTT, D. **Os bebês e suas mães**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

_____. **A família e o desenvolvimento individual**. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. **Desenvolvimento emocional primitivo**. In: **Da pediatria à psicanálise**. Rio de Janeiro: Imago, 2000. (Original publicado em 1945).

A REINCIDÊNCIA PENITENCIÁRIA E A PRECARIIDADE DO SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO

Heloísa Dangió Fontollan, Vanderlei de Freitas Nascimento Junior, email:
vanderlei.adv.jau@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho possui como objetivo expor a situação do sistema penitenciário brasileiro, suas condições atuais que não só, restringem o direito à liberdade do agente, mas também fere os princípios de dignidade da pessoa humana previstos na Magna Carta, além de sua relação direta com os altos índices de reincidência penal, ocasionada devido a ineficácia do sistema carcerário em ressocializar o detento.

Em leitura sistemática da Constituição Federal de 1988, o texto normativo nos condiciona a pensar que os presídios brasileiros possuem boas estruturas, alto investimento e recursos, destinados a promover a reeducação e reinserção do indivíduo na sociedade. De fato, o intuito do Estado em restringir a liberdade de alguém que cometeu um crime não é somente castigá-lo, mas proporcionar métodos que o auxiliem e evitem o cometimento de novos ilícitos, assim, reduzindo as chances de retorno ao sistema prisional e garantindo a segurança de todos.

É nítido que, a sociedade, diante de um crime, possuiu o intuito de afastar integralmente o infrator da vida cotidiana como forma de castigo e para garantir a segurança dos demais, essa reprovação social, ao exigir punições severas enrijece o *ius puniendi* estatal, causando diversos problemas no sistema penitenciário brasileiro.

2 METODOLOGIA

O trabalho utilizou o método dedutivo de pesquisa, a partir de uma específica revisão de literatura a qual se permite analisar a problemática por meio obras, dados e dispositivos legais, pontuando suas características e, assim, chegando a soluções plausíveis para o tema em questão.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O direito penal conta com a aplicação do *ius puniendi*, instrumento em que permite o exercício do poder de punição pelo Estado contra aqueles que violaram as regras de convivência em sociedade, como discorre Fernando Capez (2020, p. 10) “o Estado, única

entidade dotada de poder soberano, é o titular exclusivo do direito de punir (para alguns, poder-dever de punir)”.

Como função da pena, além de castigar o infrator, a legislação atual prevê a ressocialização do detento. Desse modo, o Brasil conta com três maneiras para a efetivação da resposta punitiva do Estado, são elas: a pena de multa, em que o sentenciado dispõe de seu patrimônio para quitar sua responsabilização; pena restritiva de direitos, que limita direitos, exceto a liberdade, por fim, a pena privativa de liberdade, em que retira o direito de locomoção do indivíduo, podendo ser considerada como o modelo mais clássico dentre as respostas punitivas do Estado, esse encarceramento pode ser efetivado no regime aberto, semiaberto ou fechado, sendo o último mais gravoso e restrito.

Para que o sentenciado compreenda que o ilícito praticado acarreta prejuízos tanto para ele e a vítima, quanto para a sociedade, e, assim, possa usufruir dos benefícios da ressocialização, o Estado não pode simplesmente colocá-lo em um sistema sem infraestruturas e que não possui recursos necessários para cumprir com a reeducação do apenado, de modo que isso só resulta em penitenciárias servindo como “depósitos de pessoas”, como observa-se atualmente.

A situação mencionada, se mostra atentatória às garantias fundamentais. Nesse aspecto, considera-se que a sociedade é regida pela efetiva aplicação e respeito aos direitos de cada cidadão, garantindo segurança a todos na vida em comunidade. Os direitos fundamentais protegidos, têm abrangência interna, atuando através de disposições da Constituição Federal, no Brasil, o artigo 5º, caput, expõe a garantia do direito à vida, liberdade, igualdade, segurança e propriedade, já, os direitos humanos, possuem abrangência internacional aos países signatários, o Brasil, adotou em seu texto normativo a Carta das Nações Unidas e a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, garantindo proteção e tratamento adequado a todos os cidadãos (MAZZUOLI, 2019, p. 4).

A prisão atua restringindo a liberdade, isso não implica na perda dos demais direitos e garantias, ademais, destaca-se a Lei de Execução Penal (LEP), que regulamenta os atos necessários após a condenação, quanto aos direitos dos presos, o artigo 40, impõe o respeito a integridade física e moral dos detentos por parte das autoridades, além disso, o artigo 41 elenca todos os direitos que devem reger a vida do detento dentro do sistema prisional, isso, sem excluir as garantias previstas em todo o texto constitucional, como exemplo, a vedação à tortura e tratamento degradante, e garantia de respeito a integridade física e moral (art. 5º, III e XLIX, CF/88).

Destaca-se também como instrumento de garantia, as Regras de Mandela, esse documento refere-se ao respeito e dignidade dos encarcerados, determinando o tratamento igualitário, independente de raça, sexo, religião ou qualquer outra condição, também expõe sobre a ressocialização e reintegração do agente na sociedade (Regra 4¹).

A definição de reincidência judicial exposta no artigo 63 do Código Penal, determina que para considerar o agente reincidente e utilizar essa condição como possível fator agravante, requer, além da prática de novo delito, prévia condenação transitada em julgado. Porém, também devemos nos preocupar com a reincidência penitenciária, nesse caso, dar-se-á a característica de reincidente ao agente que cumpriu pena privativa de liberdade em sistema carcerário e, após certo período retorna ao estabelecimento prisional devido a prática de novo crime, essa reincidência, reflete a ineficácia do sistema penal brasileiro que, não evita que o egresso retorne ao cárcere.

Deve ser levado em consideração que o Brasil possui alto índice de população prisional, no primeiro semestre de 2020, o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), divulgou que o país conta com 759.518 mil presos, cerca de 30% (trinta por cento) desse número refere-se aos presos provisórios. Quanto ao número de reentradas ao sistema carcerário, também nos deparamos com dados alarmantes, entre os anos de 2015 a 2019, o Conselho Nacional de Justiça acompanhou os presos com mais de 18 anos, o relatório do estudo aponta que mais de 42% (quarenta e dois por cento) dos que estavam reclusos em 2015, retornaram a essa condição até o ano de 2019. De acordo com os dados apresentados, é evidente a ineficácia do sistema prisional brasileiro quanto a ressocialização do indivíduo. Ora, se a finalidade do Estado em restringir a liberdade daquele que infringiu a norma é reeducá-lo e oferecer oportunidades fora do crime, evitando problemas futuros na sociedade, não faz sentido que quase a metade da população carcerária retorne aos presídios. O alto índice de reincidência relacionado com as inúmeras falhas do Estado, dificulta um recomeço em sociedade ao ex-detento e coloca em risco a

¹ Regra 4

1. Os objetivos de uma pena de prisão ou de qualquer outra medida restritiva da liberdade são, prioritariamente, proteger a sociedade contra a criminalidade e reduzir a reincidência. Estes objetivos só podem ser alcançados se o período de detenção for utilizado para assegurar, sempre que possível, a reintegração destas pessoas na sociedade após a sua libertação, para que possam levar uma vida autossuficiente e de respeito para com as leis.

2. Para esse fim, as administrações prisionais e demais autoridades competentes devem proporcionar educação, formação profissional e trabalho, bem como outras formas de assistência apropriadas e disponíveis, incluindo aquelas de natureza reparadora, moral, espiritual, social, desportiva e de saúde. Estes programas, atividades e serviços devem ser facultados de acordo com as necessidades individuais de tratamento dos reclusos.

segurança social, faça vista ao posicionamento de Guilherme de Negreiros Diógenes Reinaldo:

Ainda há quem afirme que um segundo delito, após a condenação por um primeiro, afeta a imagem do Estado como garantidor da segurança pública, havendo, portanto, dois bens jurídicos afetados: o primeiro que seria o núcleo do tipo e o segundo seria a imagem pública do Estado maculada pela ação criminosa. Tal situação aponta para a ineficácia do poder público em cumprir com suas funções mais básicas. (2015, p. 255)

A condição de reincidência além de ser causa agravante de pena, supõe que o infrator possua um nível maior de periculosidade e, desse modo, o entendimento de que o agente deve ficar preso para garantir a segurança de todos é o ideal da maioria da população, assim, não parece vantajoso aos olhos da sociedade que mesmo aquele que cumpriu sua pena possa viver normalmente, prejudicando o egresso com a falta de oportunidades.

A dificuldades presenciadas em sociedade são consequências diretas dos principais problemas enfrentados pelas unidades penitenciárias brasileiras, os quais podemos destacar facilmente, entre eles, a saúde precária dos detentos, assim como a educação, alimentação e higiene. Sabemos que esse descaso por parte dos agentes públicos também atinge a maioria da população, porém, podemos considerar que dentro do sistema carcerário esses abusos à dignidade da pessoa humana são acrescidos ao desrespeito e a superlotação, de certo modo, os estabelecimentos prisionais são considerados verdadeiros depósitos de pessoas pelo Estado, que ignora a existência desses indivíduos, resultando na incapacidade de reeducação e reinserção.

A ressocialização é dever do Estado, assim como a garantia dos direitos básicos e assistência ao preso e ao egresso, como aborda o artigo 10, LEP, de qualquer modo, sabemos ser uma tarefa difícil manter um estabelecimento prisional sem recursos em perfeitas condições, logo os problemas surgem e se tornam incontroláveis, mais complexo ainda é ressocializar a população carcerária de um presídio que ultrapassou sua capacidade de lotação, comprometendo até mesmo as necessidades básicas dos detidos, e, como amplamente divulgado, infelizmente essa é a realidade de quase todos as unidades carcerárias do país.

Se o Estado é responsável pela ressocialização, a ele também compete evitar esses problemas, tarefa que não está sendo bem executada, partindo da falta de reconhecimento dos presídios como um local de ressocialização que necessita de investimentos e tratamento humanizado, sem isso não é possível reeducar os indivíduos. Ao detento deve

ser assegurado o tratamento digno, previsto em lei, e claro a aplicação de atividades que favoreçam sua evolução, além das ocupações laborais, o ensino regular e profissionalizante pode gerar oportunidades ao preso fora do presídio, além disso, a alimentação, saúde, visitas de familiares e momentos de lazer e esporte são métodos de caráter ressocializador básicos, positivados no ordenamento brasileiro.

Não se pode negar que além das precariedades dentro do sistema existe o preconceito imposto aos ex-detentos pela sociedade. Mesmo que o Estado cumpra sua função de ressocializar, não surte efeitos fora dos presídios, já que grande parte da população atribui aos egressos a marca de ex-presidiários, “marginais” e “delinquentes” que não merecem oportunidades, assim, não é difícil perceber que a pena do detento não se encerra quando ele sai da prisão. Nesse aspecto, a sociedade está pautada no retributivismo penal, exigindo que o autor seja punido severamente, pagando o mal com o mal. Dessa forma, não há possibilidade de uma vida social e profissional fora do crime ao egresso, desencadeando a vulnerabilidade social e, conseqüentemente, a estudada reincidência penitenciária.

Como explanado anteriormente, o sistema penitenciário brasileiro tem como objetivo punir o autor de um delito e reabilitá-lo para a vida em sociedade, mesmo que, atualmente não cumpra com o caráter ressocializador. Nesse sentido, é válido fazermos uma comparação do nosso atual e falho método de ressocialização com o empregado na Noruega, país com alto índice de reabilitação, cerca de 80% (oitenta por cento). Seu sistema consiste exclusivamente na reinserção do indivíduo, afastando o caráter punitivo, utilizando a educação, trabalho e cultura para que a reabilitação seja possível, não condicionando a perda do direito de liberdade com a escassez das demais garantias. Então, comparando o sistema ressocializador implantado na Noruega com o brasileiro, que, de acordo com a LEP, possui os mesmos mecanismos para alcançar a ressocialização, o que leva o Brasil a ter um índice elevado de reincidência penitenciária?

Não há como promover a ressocialização sem a devida aplicação da lei, sem investimentos, sem garantia dos direitos e tratamento humano aos indivíduos. Isso condiciona o preso adentrar ao submundo do crime, como leciona Rogério Greco:

Seus direitos fundamentais, portanto, são esquecidos. A vida no cárcere impõe novas regras de comportamento. Ali, ocorre o fenômeno da prisionização, em que o condenado passa a introjetar a sua condição de marginal, de criminoso, e, em consequência, passa a ter atitudes que lhe são características, modificando seu jeito de falar, de se comportar, enfim, tentar aproximar-se, ao máximo possível, daquela subcultura existente na prisão, tornando-se igual aos demais. (2015, p. 341)

Assim, o indivíduo que cometeu um ato ilícito e teve sentença condenatória transitada em julgado, respondendo com pena de reclusão, além de cumpri-la em meio as condições degradantes da maioria das penitenciárias, findo seu cumprimento e extinto o processo, ao sair do cárcere dificilmente terá oportunidades e o preconceito estará presente em sua vida, fazendo com que o agente enxergue suas oportunidades somente no meio criminoso, e, em decorrência disso, pratique novo tipo penal. O fato evidencia a extrema necessidade de reforma no atual sistema punitivo brasileiro, além da melhor aplicação dos fatores responsáveis por garantir a ressocialização.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como observado, a escassez de investimentos e recursos dentro das unidades prisionais resultam em condições desumanas aos encarcerados, que muitas vezes coabitam em locais superlotados, sem acesso as necessidades básicas de todos os seres humanos, em decorrência desse descaso do Poder Público surge a reincidência penitenciária em índices elevados.

No mais, é evidente não haver uma solução específica e completamente eficaz para sanar a crise carcerária, de modo que, somente um conjunto de fatores aplicados poderiam amenizar as precariedades presentes. Ou seja, se o agente se enquadra nos critérios exigidos para a aplicação da pena restritiva de direitos, não há motivos para encarcerá-lo, desse modo, reduzindo o número de infratores que ingressam ao sistema, decaem os índices de superlotação e, conseqüentemente, garante melhor ambiente aos que realmente apresentam motivos para conviver no cárcere.

Com menos presos as atividades implantadas com caráter ressocializador, são mais bem aplicadas, facilita o controle por parte dos agentes penitenciários responsáveis e os recursos investidos pelo Estado são distribuídos de maneira uniforme, garantindo maior êxito no cumprimento da finalidade da pena. Além de investimentos, é indispensável que a gestão administrativa penitenciária seja completa e instruída a auxiliar os presos nesse processo, em condições que respeitem as normas vigentes relacionadas a dignidade da pessoa humana e favoreçam a ressocialização.

Ante o exposto, constatou-se que o Brasil possui dispositivos legais que garantem o auxílio e reabilitação do indivíduo, e necessita não somente de recursos financeiros para amenizar a crise, mas valorizar a importância dos recursos humanos, o respeito as garantias fundamentais estabelecidas na Constituição Federal e os direitos previstos na Lei de Execução Penal.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Código Penal brasileiro**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em 05 de maio de 2021.

BRASIL, **Conselho Nacional de Justiça**. Regras de Mandela – Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento dos Presos. Brasília, DF, 2016. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2019/09/a9426e51735a4d0d8501f06a4ba8b4de.pdf>. Acesso em: 04 de maio de 2021.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 05 de maio de 2021.

BRASIL, **Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica)**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d0678.htm. Acesso em 06 de maio de 2021.

BRASIL, **Lei de Execução Penal**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm. Acesso em 05 de maio de 2021.

BRASIL, **Ministério da Justiça e Segurança Pública**. Disponível em: <https://www.gov.br/depen/pt-br/assuntos/noticias/depen-lanca-dados-do-sisdepen-do-primeiro-semester-de-2020>. Acesso em 02 de maio de 2021.

CAPEZ, Fernando. **Curso de Processo Penal**. 27ª edição. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

GRECO, Rogério. **Sistema Prisional – Colapso Atual e Soluções Alternativas**. 2ª edição. Niterói: Editora Impetus, 2015.

MAZZOULI, Valério de Oliveira. **Curso de Direitos Humanos**. 6ª edição. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2019.

REINALDO, Guilherme de Negreiros Diógenes. Exame sobre a Compatibilidade entre o Sistema Penal Garantista e a Reincidência Criminal. **Revista Transgressões**, vol. 1 nº 1, p. 248-261, Natal, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/transgressoes/article/view/6607>. Acesso em 12 de maio de 2021.

SÃO PAULO, **Secretaria da Administração Penitenciária**. Disponível em: <http://www.sap.sp.gov.br/>. Acesso em 05 de maio de 2021.

TAVARES, Alex. Penazzo; ADORNO, Emillyane. Cristine Silva; VECHI, Fernando. Reincidência criminal: uma análise sobre suas espécies e efeitos na contemporaneidade. *Revista de Direito*, vol. 12, nº. 02, p. 01-19. Viçosa, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/revistadir/article/view/10751>. Acesso em: 01 de maio de 2021.

A VALORIZAÇÃO DO TRABALHO HUMANO E LIVRE INICIATIVA NA ORDEM ECONÔMICO-CONSTITUCIONAL BRASILEIRA

Lucas de Lazari Dranski; Jamile Gonçalves Calissi. e-mail: lucasdranski@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A importância do trabalho e do mercado ao desenvolvimento social é notável, tanto que expressamente abordados na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Sem eles, a sociedade não progride, e, sem a presença dum noutro, ambos deixam de existir.

Isso porque, inobstante haja posicionamentos históricos no sentido de que são algozes entre si, de sua análise minuciosa verifica-se, na verdade, uma relação de interdependência, em que o mercado se vale do corpo laboral para operar, e este, por sua vez, perfaz-se no próprio mercado.

Nesse sentido, e principalmente às vistas dos abusos que se tem registro na história das civilizações, avoca o Estado o dever de intermediar essa dinâmica para – longe de, num contexto ideal, inclinações – contrabalanceá-la, garantindo (ou ao menos tentando fazê-lo), bem assim, equilíbrio, a estabilidade de que precisam para que se perpetuem harmonicamente.

Eis, pois, o problema que enfrenta esta pesquisa: em qual medida pode o Estado intervir na ordem econômica sob o fito de regulá-la? Quando é que seu préstimo se torna excesso?

Ora, a resposta a esses questionamentos é o que permitirá, frente ao estado da arte deste tema na hodiernidade – isto é, como esses fenômenos efetivamente se organizam atualmente –, dizer se é possível existir um livre mercado cujo valor-mor é o trabalho humano.

Por tudo isso, clareia-se o objetivo deste trabalho, de inspecionar as relações sociais entre o trabalho e o livre mercado, e concluir, ao fim, se elas se dão (ou podem se dar) de maneira razoável ou não.

2 METODOLOGIA

A exequibilidade deste trabalho se instalou por meio da metodologia qualitativo-exploratória e das lógicas dedutiva e indutiva, numa abordagem teórico-zetética, pautada

na revisão de literatura de fontes de segundo grau, tais como livros, artigos científicos e legislação.

3 REVISÃO DE LITERATURA

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 dispõe, em seu art. 170, que a ordem econômica está fundada na **valorização do trabalho humano** e na **livre iniciativa**, nos seguintes termos (BRASIL, 1988):

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

I - soberania nacional;

II - propriedade privada;

III - função social da propriedade;

IV - livre concorrência;

V - defesa do consumidor;

VI - defesa do meio ambiente;

VI - defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

VII - redução das desigualdades regionais e sociais;

VIII - busca do pleno emprego;

IX - tratamento favorecido para as empresas brasileiras de capital nacional de pequeno porte.

IX - tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 6, de 1995)

Parágrafo único. É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei. (Vide Lei nº 13.874, de 2019)

Assim, de pronto se vê que a vontade do constituinte foi a de conciliar as **abordagens liberal e social** no texto constitucional, de guisa a agasalhar valorizados preceitos do **liberalismo econômico**, tais como o direito à propriedade e a não ingerência excessiva do Estado no mercado, e, *pari passu*, consagrar, em respeito às **conquistas pretéritas em matéria de direitos trabalhistas**, o ideal de que **o trabalhador deve ser protegido pelo ordenamento jurídico pátrio, pois hipossuficiente** e, demais, por ser **o fruto de seu trabalho o responsável pelo funcionamento no mercado**.^{2 3}

Nessa toada, faz-se necessário entender que, já resgatando a sabedoria helenística (ARISTÓTELES, 2015, p. 41 *et seq.*), a melhor medida para [quase] tudo está no meio,

² Essa orientação segue a toada de Dalmo de Abreu Dallari, consoante em: DALLARI, D. A. **Viver em sociedade**. São Paulo: Moderna, 1985.

³ Essa abordagem certamente os interpreta, também, como direitos humanos. Sobre isso, cf.: BARRETTO, R. **Direitos Humanos**. 4.ª ed. Salvador: JusPodivm, 2014.

nunca nos extremos (fala-se da **teoria do meio-termo**). Daí se defender a relevância de que, **conquanto a ordem econômica brasileira seja de viés capitalista, ela não pode, por isso, sucumbir aos interesses egoísticos do mercado**; o Estado deve mantê-la, por intermédio da tributação corporativa, da defesa dos direitos trabalhistas, e doutros aspectos, sob pena de, não o fazendo, deixar se instalar o caos.

Isso porque, a partir duma breve referência à teoria da argumentação jurídica de Robert Alexy, tem-se que o renomado filósofo do direito alemão já advertira seus leitores acerca da importância do **argumento histórico** (ALEXY, 2017, p. 230); isto é, que se atente à poranduba da dinâmica social, para que, com ela, se aprenda com os erros e acertos passados, de sorte a evitar aqueles e repetir estes.

Por exemplo: sabe-se que na quinta-feira de 24 de outubro de 1929, a Bolsa de Valores de Nova Iorque quebrou.⁴ Isso significa dizer que, na ocasião, havia mais ações que compradores, por que o preço delas abaixara vertiginosamente. É a velha metáfora da “bolha de crédito”.

Ora, após tamanho desastre no mundo dos investimentos (do qual se seguiu, inclusive, a Grande Depressão – impactando, portanto, outros setores da sociedade e do mundo –), é quase certo que, dele em diante, passou o mercado a policiar-se, no sentido de não contribuir a evento congênere.

Nada obstante, possibilidade tal sempre perdura, até porque, se não pôde o mercado a prever outrora, que garante preverá algo semelhante no futuro?

E outro exemplo: é manifesta quão árdua foi a aquisição da titularidade de direitos trabalhistas nos diversos países que integram o cenário mundial, sendo outrossim consabido que, mesmo hodiernamente, muitas nações ainda estão a desenvolver esse processo.⁵

Como se admitir, então, que o mercado dite as regras do jogo, com absoluta autonomia, ao custo da violação generalizada de direitos humanos ecumenicamente reconhecidos, como a própria dignidade da pessoa humana?

Naturalmente, não se glosa pela intervenção excessiva do Estado na iniciativa privada, mas nem por isso se argumenta pela sua ausência. É imprescindível que a sociedade, quando de seu atuar frente aos mais diversos setores que a compõem (Três

⁴ Cf. BOYADJIAN, V.; LIMA, B. P. Quebra da bolsa de Nova York completa 90 anos. **G1**, 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/10/24/quebra-da-bolsa-de-nova-york-completa-90-anos.ghtml>>. Acesso em: 15 set. 2019.

⁵ Cf.: ALMEIDA, A. L. P. **Direito do Trabalho**. 2 ed. São Paulo: Rideel, 2007, p. 21 *et seq.*; TUROLLA, R. Direitos trabalhistas: um resumo da história. **Politize!**, 2017. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/direitos-trabalhistas-historia/>>. Acesso em: 15 set. 2021.

Poderes, ONGs, profissionais liberais, trabalhadores, empresários etc.), vele pelo contrabalancear daquelas medidas que, públicas e privadas, almejem o progresso.

É nessa arte, acredita-se, que se é possível concretizar os ideais duma sociedade harmônica, que traduz bem, em seu próprio comportamento, o que significa o seu nome: **coexistir**.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A título conclusivo, obteve-se que tanto o trabalho quanto o mercado são indispensáveis ao bom funcionamento da sociedade brasileira, bem como que eles podem não só nela coabitar como devem fazê-lo, sob pena de causarem seu próprio colapso.

A explicação para isto é a de que um depende do outro e que, de sorte a que esse fenômeno seja possível, é mandatária a intervenção estatal, embora controlada (ou seja, nem excessiva tampouco leviana), que atua mediante a tributação e regulação do setor empresarial, da consagração de direitos trabalhistas, e assim por diante.

Este trabalho atingiu, portanto, o seu objetivo, que era o de examinar as relações entre esses dois institutos, em cotejo à ordem normativo-constitucional brasileira, extraíndo dados e ilações, e, ao cabo, fomentar a pesquisa científica, especialmente no que tange ao tema aqui abordado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXY, R. **Teoria da argumentação jurídica**: a teoria da argumentação racional como teoria da fundamentação jurídica. 4.^a ed. 2.^a reimpr. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

ALMEIDA, A. L. P. **Direito do Trabalho**. 2.^a ed. São Paulo: Rideel, 2007

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. São Paulo: Martin Claret, 2015.

BARRETTO, R. **Direitos Humanos**. 4.^a ed. Salvador: JusPodivm, 2014.

BOYADJIAN, V.; LIMA, B. P. Quebra da bolsa de Nova York completa 90 anos. **G1**, 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/10/24/quebra-da-bolsa-de-nova-york-completa-90-anos.ghtml>>. Acesso em: 15 set. 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 15 set. 2021.

DALLARI, D. A. **Viver em sociedade**. São Paulo: Moderna, 1985.

TUROLLA, R. Direitos trabalhistas: um resumo da história. **Politize!**, 2017. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/direitos-trabalhistas-historia/>>. Acesso em: 15 set. 2021.

ANÁLISE DE INDICADORES FINANCEIROS EM INDÚSTRIA CALÇADISTA

Ana Carolina P. Faraco, André L. Verati, Gustavo L. de Souza, Paulo F. Zancanaro, Paulo Fernando do Nascimento Afonso, e-mail: carolinafaraco1996@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A gestão empresarial é uma estratégia de condução dos negócios para a obtenção de melhores resultados, análises de custos, compras, vendas, pagamentos e recebimentos, contratações e demissões, enfim, tudo que envolve o ambiente de uma empresa, baseada em ações que envolvem a organização dos processos, controle financeiro, gestão dos recursos humanos e materiais e tudo o que é necessário para sua manutenção. Claro, não é exceção, porque toda empresa é como uma máquina complexa que conta com a operação eficaz de todos os seus departamentos para otimizar o desempenho e atingir as metas e resultados esperados para melhorias futuras (FIA.2018).

Gestão de negócios permite lidar com os pontos fortes e fracos da empresa, bem como com as ameaças e oportunidades do mercado. A vantagem disso é o desenvolvimento permanente do negócio e a vantagem competitiva com os concorrentes. Por fim, todo esse processo garante uma melhor entrega de produtos ou serviços aos clientes, aumentando assim a percepção de valor da empresa (LIMA, 2019).

Com o desenvolvimento da pandemia Covid-19, vivemos momentos difíceis e precisamos nos adaptar aos novos momentos do mundo. A empresa precisa se preparar para as medidas de combate à doença, precisa saber quais ferramentas usar, explorar a Internet, gerenciá-la com eficácia e refazer seus custos para não vender sem ganhar dinheiro. É necessário analisar e ter uma visão holística dos indicadores que descrevem a saúde da empresa e as metas da empresa, a fim de definir formas mais adequadas de gerenciar receitas e despesas, lidar com estratégias e planejar novos programas e projetos.

As análises das demonstrações contábeis nos ajudam a identificar o comportamento econômico-financeiro da empresa, buscando mostrar aos gestores da organização informações que ajudem no processo de tomada de decisão (BORTOLUZZI et al., 2011).

Os indicadores medem possíveis problemas a serem resolvidos, faz uma relação entre circunstância desejada e a circunstância presente de uma empresa. (ZUCATTO et al., 2009).

Segundo o Sebrae (2020), 31% do total das empresas no Brasil, ou seja, cerca de 5,3 milhões de pequenas empresas tiveram que mudar seu estilo de funcionamento durante

a pandemia. E 58,9%, cerca de 10,1 milhões tiveram que parar suas atividades temporariamente.

Muitos empreendedores tiveram que planejar outras formas para continuarem mantendo seus negócios em atividade, implementando o comércio eletrônico em suas empresas para auxiliá-las (BERNARDES; SILVA; LIMA, 2020).

2 MÉTODO

Foram coletados os dados da empresa estudada juntamente com os balanços patrimoniais e demonstrativo de resultados dos anos 2018, 2019 e 2020, foram utilizados os indicadores de capacidade de pagamento e indicadores de captação.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foi observado junto ao escritório contábil da empresa, a isenção dos dados ativo não circulante e passivo não circulante nos balanços patrimoniais, a causa é, no início da empresa o proprietário adquirindo maquinários e equipamentos usados de terceiros não contendo notas fiscais e nenhum recibo dos mesmos, com isso o escritório contábil não consegue comprovar que existe imobilizados disponíveis, já no passivo não circulante, a empresa não tem divididas com fornecedores após 12 meses, dessa forma podemos entender que a empresa paga suas obrigações à vista dentro do ano vigente.

Ela utilizou a internet como sua aliada, focando em publicações de conteúdo em redes sociais, reduziu seus custos com descartes de sobras de materiais que antes eram pagos para a retirada e jogados em aterros, a mudança foi retornar sobras direto para seu fornecedor de solas e palmilhas, onde são moídas e utilizadas novamente como matéria prima. Seguem tabela com resultados:

Tabela 1- Resultado das análises dos indicadores

	RESULTADO DOS ÍNDICES		
	2018	2019	2020
1. Liquidez corrente	2,02	1,97	1,23
2. Liquidez seca	2,02	1,96	1,23
3. LIQUIDEZ IMEDIATA	2,02	1,96	1,23
4. LIQUIDEZ GERAL	2,02	1,93	1,22
5. ENDIVIDAMENTO	0,97	1,06	4,35
6. ENDIVIDAMENTO CURTO PRAZO	1	0,97	0,99
7. COMPROMETIMENTO C/ FORNECEDORES	0,65	0,74	0,83
8. COMPROMETIMENTO BANCARIO	0	0	0
9. EXIGIBILIDADE TRIBUTÁRIA	0,09	0,11	0,07

Observando os resultados adquiridos com indicadores, a empresa em 2018 contam com resultados melhores comparados com os anos posteriores, tendo maior capacidade em pagamento à vista e níveis de endividamento vantajoso e proveitoso. Já em 2019 e 2020 onde foi o começo da pandemia covid'19 a empresa passando por momentos difíceis, aumento de valores de matéria-prima, crise econômica, fechamento de comércios e cidades a empresa precisou pensar em alternativas para se manter no mercado e manter suas operações saudáveis, os resultados obtidos foram capacidade de pagamento ainda sendo tolerável e seus níveis de endividamentos um pouco elevados, pois quanto menor melhor, mas podemos entender que quanto mais se vende, mas gastos existem, com isso, a empresa precisou refazer seus custos após os aumentos, para analisar a melhor saída.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio deste trabalho pudemos ampliar nosso conhecimento sobre a relação entre os índices financeiros e a situação real de uma empresa. Através da metodologia usada, os procedimentos foram suficientes para nos mostrar os resultados esperados. Os indicadores financeiros possibilitam, ainda, o alcance dos objetivos estratégicos e o acompanhamento preciso dos resultados em uma empresa. Além disso, é um instrumento essencial para que o proprietário e parceiros consigam analisar a saúde financeira de sua empresa.

REFERÊNCIAS

BERNARDES, J. R.; SILVA, B. L. S.; LIMA, T. C. **Revista da FAESF, vol. 4. Número especial COVID 19. Site: faesfipi (2020)** Disponível em: <https://www.faesfpi.com.br/revista/index.php/faesf/article/view/115>. Acesso em 10 de abril de 2021

BORTOLUZZI, S. C.; ENSSLIN, S. R.; LYRIO, M. V. L.; ENSSLIN, L. Avaliação de desempenho econômico-financeiro: uma proposta de integração de indicadores contábeis tradicionais por meio da metodologia multicritério de apoio à decisão construtivista (MCDA-C). *Revista Alcance - Eletrônica*, v. 18, n. 2, p. 200-218 / abr-jun 2011.

SEBRAE. **O impacto da pandemia de coronavirus nos pequenos negócios.** Site: SEBRAE, 2020. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/o-impacto-da-pandemia-de-coronavirus-nos-pequenos-negocios,192da538c1be1710VgnVCM1000004c00210aRCRD>. Acesso em: 16 de abril de 2021.

ZUCATTO, L. C.; SARTOR; U. M.; BEBER, S.; WEBER, R. Proposição de indicadores de desempenho na gestão pública. *ConTexto*, Porto Alegre, v. 9, n. 16, 2º semestre 2009.

AS IMPLICAÇÕES DA PANDEMIA DA COVID-19 NO AUMENTO DE CASOS DE FEMINICÍDIO NO BRASIL

Ellen Caroline Almeida da Silva, Giovana Rodrigues Nogueira; Perla Savana Daniel, e-mail: ellencarolineal@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Como reflexo de raízes estruturais machistas e patriarcais, as mulheres estampam diuturnamente os noticiários. A sociedade foi ensinada a visualizar as mulheres como seres com dever de submissão em relação aos homens; a morte foi normalizada. O agressor, em regra, sempre busca privar a vítima de relações interpessoais com terceiros, limitando suas possibilidades de pedir ajuda. Neste sentido, os números – já exorbitantes – de vítimas de feminicídios, aumentaram no último ano, pois, com o isolamento social provocado pelo vírus SARS-CoV-2, o ciclo de contatos da vítima ficou ainda mais restrito, o que dentre outros fatores, pode ter ocasionado o aumento verificado. Assim, o número de registros de ocorrências em delegacias caiu e o de mortes somente aumentou. De certo, após duas legislações de extrema importância aos direitos das mulheres (Leis nº 11.340/2006 e nº 13.104/2015), os dados não sofreram grandes modificações e os debates permanecem inertes. O referido artigo pretende demonstrar o aumento de casos de feminicídio durante a pandemia do vírus SARS-CoV-2, que teve início no ano de 2020.

2 MÉTODO

O referido artigo pretende demonstrar o aumento de casos de feminicídio durante a pandemia do vírus SARS-CoV-2, que teve início no ano de 2020. Buscando atingir o objetivo estabelecido, partiremos de uma abordagem sobre as raízes da violência doméstica, e em seguida efetuamos uma análise sobre a origem do crime de feminicídio, bem como a sua definição. Por fim com base em estatísticas, foi possível verificar aumento no número de feminicídios e de medidas protetivas de urgência concedidas durante a pandemia, além de uma diminuição no número de registros policiais sobre o tema no mesmo período. Para tal, serão utilizados livros em geral; doutrinas; estatísticas e etc., empregando assim, a metodologia dedutiva e a pesquisa qualitativa.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 A violência doméstica

A violência contra a mulher paira há séculos na sociedade, de forma direta ou indireta. Conforme Maria Celina B. de Moraes e Ana Carolina B. Teixeira, “[...] o lugar mais perigoso para uma mulher é, justamente, dentro de casa” (CANOTILHO, 2013, p. 4.596). Daí se extrai a necessidade de entendermos tal problemática, uma vez que, estamos diante de um dos maiores problemas do século XXI, que tem no Brasil enfoques absurdos e números alarmantes.

Nesta trilha, Maria Berenice Dias (2018, p. 35), afirma que “desde que o mundo é mundo humano, a mulher sempre foi discriminada, desprezada, humilhada, coisificada, objetivizada, monetizada”, assim, “[...] a violência de que as mulheres que são vítimas no reduto doméstico, nunca mereceu a devida atenção da sociedade”.

Partindo da ideia de obediência, nasce a necessidade de controlar a mulher que desagradasse ou desobedecesse às regras impostas. Para isto, foi socialmente permitido, a utilização de violência, situação que ainda hoje, pendura pela sociedade.

Há quinze anos “nasce” a Lei nº 11.340/06 - Lei Maria da Penha (LMP), que expandiu o conceito de violência que se tem na esfera penal (art. 7º da LMP), tornando-se um marco na luta contra violência no âmbito doméstico (LIMA, 2021, p. 1.272/1.282).

Para enquadramento na LMP, é necessário a presença de algum dos tipos de violência do art. 7º, em combinação com o art. 5º, da referida legislação, sendo que, não é necessário a habitualidade (LIMA, 2021. p. 1.272/1.282).

De certo, a legislação comentada foi um marco na luta dos direitos das mulheres, todavia, não se demonstrou suficiente para combater o problema e suas enormes dimensões, sozinha.

Por fim, como os agressores não se restringem, na maioria dos casos, a praticar contra as vítimas apenas um tipo de violência, o ciclo da violência na maioria das vezes tem o mesmo fim: a morte da mulher.

3.2 Femicídio

O feminicídio é a palavra que define o homicídio de mulheres em função do gênero, como crime hediondo. A ONU Mulheres (2014, p. 17-18), definiu o uso do termo para se referir “[...] à morte violenta de mulheres por razões de gênero, diferenciando-se do conceito neutro, em termos de gênero, do homicídio”.

Caracteriza-se, assim, como o último estágio da violência contra a mulher, sendo este crime cometido, em geral, pelo parceiro íntimo da vítima, companheiro ou ex-companheiro, motivado por um sentimento de posse e a não aceitação do término do relacionamento ou da autonomia de escolha das mulheres.

Apesar do crime não ser novidade, a lei é relativamente nova. A Lei nº 13.104/2015 – Lei do Femicídio -, que prevê o delito como crime hediondo, é o resultado de investigações da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre Violência contra a Mulher (CPMI-VCM).

O crime está descrito no art. 121, §º, VI, do Código Penal (CP), sendo que, para sua configuração, é necessário que a vítima seja morta em razão de ser do sexo feminino. Ademais, no ordenamento penalista seguem expressos os fatores determinantes para se configurar tal tipificação, como traz o §2º-A, do art. 121, também incluídos pela Lei nº 13.104/2015.

Além disso, no femicídio constitui causa de aumento de pena de um terço até a metade quando o crime for praticado: durante a gestação ou nos três meses posteriores ao parto; contra pessoa menor de catorze anos; contra maior de sessenta anos ou com deficiência; e/ou na presença de descendente ou de ascendente da vítima (art. 121, § 7º, do CP).

Por conseguinte, a aprovação da Lei do Femicídio no Brasil representa uma conquista, configurando-se como um instrumento valioso para dar visibilidade às situações de discriminação, opressão, desigualdade e violência sistemática contra as mulheres que, em sua forma mais aguda, se traduz de maneira letal.

3.3 As implicações da Pandemia da Covid-19 para a incidência do femicídio

É de suma importância ressaltar que, o femicídio é e sempre foi uma problemática gravíssima. No início do ano de 2020, a pandemia da Covid-19 assolou o mundo trazendo a necessidade do isolamento social, como o mecanismo mais eficaz, para combater a disseminação do vírus SARS-CoV-2.

Tal medida, entretanto, foi protetora para alguns e uma sentença de morte para outros, pois, intensificou os conflitos familiares ao impor, à mulher vítima, a convivência permanente com o seu agressor no lar.

De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2021, no ano de 2020 o Brasil “[...] teve 3.913 homicídios de mulheres, dos quais 1.350 foram registrados como femicídios, média de 34,5% do total de assassinatos.” (2021, p. 94). Este foi o maior

número de feminicídios registrados em um único ano no Brasil, desde que o Fórum Brasileiro de Segurança Pública começou a contabilizar os dados em 2016 (CORREIO BRAZILIENSE, 2021).

Ademais, os números de casos de feminicídio apresentaram crescimento entre os meses de março e abril de 2020, período no qual, a maioria dos estados deram início ao isolamento social como forma de prevenir o avanço do novo coronavírus. No Estado de São Paulo, os registros de feminicídios duplicaram na primeira quinzena de abril comparado com o mesmo período do ano de 2019 (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2020, p. 10).

Ainda, segundo o Anuário, durante o ano pandêmico, houve redução em praticamente todas as ocorrências de crimes registradas em delegacias de polícias: “[...] os registros de lesão corporal em decorrência de violência doméstica, por exemplo, caíram 7,4%, passando de taxa de 229,7 crimes por grupo de 100 mil mulheres para uma taxa de 212,7 por 100 mil.” (ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2021, p. 93).

Mesmo diante desta redução os números ainda impressionam por sua magnitude:

[...] 230.160 mil mulheres denunciaram um caso de violência doméstica em 26 UF, sendo o Ceará o único estado que não informou. Isto significa dizer que, ao menos 630 mulheres procuraram uma autoridade policial diariamente para denunciar um episódio de violência doméstica. (ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2021, p. 93).

Consoante a esses dados, é possível entender que houve uma diminuição considerável nos registros de crimes, tendo em vista, a maior dificuldade de registros por parte das mulheres em situação de violência doméstica durante a vigência das medidas de distanciamento social. Com isso, registrou-se uma queda nas notificações de violência no país. Logo:

[...] apesar da redução verificada nos registros policiais, o número de Medidas Protetivas de Urgência (MPU) concedidas cresceu, passando de 281.941 mil em 2019 para 294.440 mil em 2020, crescimento de 4,4% no total de MPU concedidas pelos Tribunais de Justiça. Os dados de ligações sobre violência doméstica às Polícias Militares no número 190 também indicam crescimento, com 16,3% mais chamadas no último ano. Foram ao menos 694.131 mil ligações relativas à violência doméstica, o que significa que a cada minuto de 2020, 1,3 chamados foram de vítimas ou de terceiros pedindo ajuda em função de um episódio de violência doméstica. (ANUÁRIO DE BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2021, p. 94).

Em 09 de abril de 2020, a Corte Interamericana de Direitos Humanos, publicou a Declaração nº 1/20, com obrigações internacionais aos Estados com relação ao Covid-19 e aos Direitos Humanos.

Nessa seara, se estabeleceu que as medidas de isolamento social, poderiam levar ao aumento exponencial da violência contra mulheres em seus lares, sendo necessário, o Estado criar mecanismos seguros e imediatos para fortalecer o atendimento às vítimas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora a violência não seja um fato novo, a preocupação com a temática é recente. Novidade, talvez seja, a judicialização e a criminalização dessa problemática, não só pela letra das normas ou leis, mas também, pela consolidação de estruturas específicas, mediante as quais, o judiciário e as autoridades policiais, podem ser mobilizadas para proteger as vítimas e punir os agressores.

O Estado - que é o principal obrigado a proteger a dignidade da pessoa humana-, vem falhando em relação às mulheres brasileiras. O que se esperava com a implantação da Lei nº 13.104/2015 era uma mudança, e principalmente, uma conscientização dos agressores sobre a inadmissibilidade de tais atitudes contra as mulheres. Porém, não é o que temos visto diuturnamente nos noticiários.

Demais a mais, o combate à violência doméstica (disposto também no art. 226, §8º da CF/88), está além da pandemia da COVID-19. Ora, se os números são alarmantes durante toda a última década, não seria necessária uma educação social - com efeito a longo prazo – ou novas alterações legislativas? Ou ainda, implementação de novas estruturas, levando em consideração a situação de vulnerabilidade das vítimas, que muitas vezes, não possuem acesso a uma linha telefônica para, ao menos, ligar ao “180”? Qual o real motivo da inércia social e legislativa sobre tal problemática?

Por quanto tempo o direito à vida (art. 5º, caput, da CF/88) estará apenas no papel para milhares de mulheres que morrem “nas mãos” de seus agressores?

Dessa forma, conclui-se que a implantação do crime de feminicídio é de suma importância para as mulheres, assim como da Lei Maria da Penha, entretanto, é necessário que o Estado continue se debruçando e avançando para efetivar as políticas públicas existentes, implementar novas, e assim, salvar futuras vítimas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 01.06.2021

BRASIL. **Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940**. Código Penal. Rio de Janeiro/RJ. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 01.06.2021

BRASIL. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Atlas da Violência 2020** – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada/ Coordenado por Daniel Cerqueira e Samira Bueno. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes>. Acesso em: 11 de maio de 2021.

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006**, cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 01.06.2021

BRASIL. **Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015**, altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20152018/2015/lei/l13104.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2013.104%2C%20DE%209,no%20rol%20dos%20crimes%20hediondos. Acesso em: 10.05.2021.

CANOTILHO, J. J. Gomes; MENDES, Gilmar F.; SARLET, Ingo W.; Streck, Lenio L. (Coords.). **Comentários à Constituição do Brasil**. São Paulo: Saraiva/Almedina, 2013.

CORREIO BRAZILIENSE. **PM recebeu quase 700 mil denúncias de violência doméstica em 2020**. Correio Braziliense, 2021. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2021/07/4938131-pm-recebeu-quase-700-mil-denuncias-de-violencia-domestica-em-2020.html>. Acesso em: 24/09/2021.

DIAS, Maria Berenice. **A Lei Maria da Penha na Justiça**/ Maria Berenice Dias – 5. ed. rev. ampl. e atual – Salvador: Editora JusPodvm, 2018.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2021. **Fórum Brasileiro de Segurança Pública**, 2021. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/07/anuario-2021-completo-v4-bx.pdf>. Acesso em 06.09.2021

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Violência doméstica durante a pandemia de covid-19. **Fórum Brasileiro de Segurança Pública**, 2020. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/05/violencia-domestica-covid-19-v3.pdf>. Acesso em 17.05.2021.

LIMA, Renato Brasileiro de. **Legislação criminal especial comentada: volume único**/ Renato Brasileiro de Lima – 9. ed. rev., atual e ampl. – Salvador: JusPODIVM, 2021.

ONU MULHERES. Escritório Regional para a América Central do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (OACNUDH). Escritório Regional para as Américas e o Caribe da Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres (ONU-MULHERES). **Modelo de protocolo latino-americano para investigação de mortes violentas de mulheres (feminicídios/feminicídios)**. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wpcontent/uploads/2015/05/protocolo_feminicidio_publicacao.pdf. Acesso em 12.05.2021.

CONFLITOS DE COMPETÊNCIA NA PERSECUÇÃO PENAL DE CRIMES CORRELATOS A ACIDENTES AÉREOS: CASO CONCRETO GOL 1907

Karina Bonello Arsenios, Ariel Lopes, Guilherme Martins Morais, Vanderlei de Freitas Nascimento Junior, Perla Savana Daniel, e-mail: vanderlei.adv.jau@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

No dia 29 de setembro de 2006, às 17:51 UTC (Tempo Universal Coordenado), decolava do Aeroporto Estadual Professor Urbano Ernesto, em São José dos Campos (SP), um voo de traslado com destino Fort Lauderdale, no Estado da Flórida, EUA, com escala técnica no Aeroporto Internacional Eduardo Gomes, na cidade de Manaus (AM). A aeronave executiva modelo Embraer Legacy, EMB-135BJ, de fabricação brasileira e matrícula norte-americana N600XL, operada pela empresa estadunidense “*ExcelAire Services, Inc.*”, transportava 2 tripulantes (norte-americanos) e mais 5 passageiros.

Às 18:35 UTC do mesmo dia, decolava do Aeroporto Internacional Eduardo Gomes, em Manaus (AM), o voo 1907, da Gol Linhas Aéreas Inteligentes, com destino ao Aeroporto Internacional Maestro Antônio Carlos Jobim, situado na cidade do Rio de Janeiro, com escala no Aeroporto Internacional Presidente Juscelino Kubitschek, em Brasília (DF). A bordo da aeronave, modelo Boeing 737-800 NG, de fabricação norte-americana, com matrícula brasileira PR-GTD, estavam 148 passageiros, das mais diversas nacionalidades, mais 6 tripulantes, todos brasileiros.

Logo depois, às 19:56 UTC, as duas aeronaves colidiram frontalmente, momento em que o *winglet* (componente aerodinâmico situado na extremidade da asa da aeronave) do Embraer, rasgou a asa esquerda do Boeing da GOL, fazendo com que este último entrasse em mergulho, acarretando o despedaçamento da aeronave ainda em voo, e levando todos os passageiros e tripulantes a óbito.

Os destroços da referida aeronave foram encontrados a 200 km do Município de Peixoto de Azevedo (MT). Por sua vez, o Embraer mesmo com avarias em seu *winglet*, conseguiu efetuar um pouso de emergência em uma Base da Força Aérea Brasileira (FAB), denominada Campo de Provas Brigadeiro Veloso, localizada na Serra do Cachimbo, Novo Progresso, Estado do Pará. Todos que estavam a bordo sobreviveram e os pilotos do Legacy tiveram seus passaportes apreendidos por determinação do Juízo local.

A partir deste momento, iniciou-se a investigação (realizada no modelo dualista, cabendo ao sistema policial judiciário e ao sistema de investigação e prevenção de acidentes aeronáuticos SIPAER), instalando-se um conflito de competência positivo para

processo e julgamento deste acidente aeronáutico. O Juízo Federal de Sinop/MT reivindicava sua competência com base no Artigo 109, incisos IV e IX da Constituição Federal, os quais versam sobre a competência de tal juízo em infrações penais cometidas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas Autarquias e empresas públicas, bem como a competência em relação à crimes cometidos a bordo de aeronaves.

Em contrapartida, o Juízo Estadual pleiteou sua competência com respaldo no Artigo 6º do Código Penal (CP), no qual o local do crime é aquele em que se produziu ou deveria produzir-se o resultado, conjugado com o Artigo 70 do Código de Processo Penal (CPP), que estabelece que a competência será, em regra, determinada pelo lugar onde se praticar a infração.

Ainda havia outra questão, o conflito de competência entre a Justiça Comum e a Justiça Militar, visto que os controladores de voo, com patentes de sargentos da Força Aérea Brasileira, encarregados do gerenciamento de tráfego de aeronaves no espaço aéreo, adstritos ao CINDACTA, Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo e subordinados ao DECEA, Departamento de Controle de Espaço Aéreo e consequentemente ao Comando da Aeronáutica (Decreto nº 5.196/2004, vigente à época do acidente) também estavam envolvidos no acidente aéreo em pauta, já que as aeronaves permaneceram, despercebidamente pelos controladores de voo, na mesma altitude de voo antes de colidirem.

2 METODOLOGIA

Considerando o caso concreto apresentado, este artigo tem por objetivo demonstrar, através da técnica de investigação de análise de caso, bem como leitura e pesquisa bibliográfica em legislação, doutrina e acórdãos proferidos relativos ao acidente, utilizando-se, portanto, de uma abordagem de natureza qualitativa e método dedutivo, os motivos que acarretaram tais conflitos, a fundamentação que cada jurisdição apresentou para pleitear a atração da competência, bem como discorrer acerca do âmbito de exercício da atividade jurisdicional de cada uma das esferas de justiça abrangidas nesta disputa.

3 DA COMPETÊNCIA

Para discorrer acerca da competência da Justiça Federal para processar e julgar um acidente aeronáutico, é mister a análise do Artigo 109 da Constituição Federal, mais especificamente seus incisos IV e XI.

No Inciso IV do Artigo supracitado, temos a previsão de competência apoiada em

infrações penais cometidas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas Autarquias e Empresas Públicas. Dito isto, primeiramente devemos observar as empresas e os serviços públicos mais relevantes neste cenário.

A empresa GOL Linhas Aéreas, prestadora de serviços públicos mediante concessão, conforme Artigo 180 do Código Brasileiro de Aeronáutica (CBA) – Lei 7565/86*, não atrairia a competência da Justiça Federal, pois, segundo Marcelo Honorato:

Nem sempre um acidente aéreo tangencia serviços prestados diretamente pela União Federal, visto que o simples fato de o transporte aéreo público ser um serviço público federal não é suficiente para firmar a competência federal, na medida em que tal serviço é prestado, frequentemente, por particulares, sob concessão ou autorização estatal. (2017, p.382)

Contudo, nesse caso concreto, ainda temos atuantes a Infraero, empresa pública nacional operadora aeroportuária, que diferentemente de hoje, que em muitos aeroportos seus serviços são terceirizados, à época do acidente, a integralidade de suas atividades eram prestadas diretamente pela União, de acordo com o Artigo 2º da Lei Federal 5862/72; e a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), Autarquia Federal de regime especial, vinculada ao Ministério da Infraestrutura, que regula e fiscaliza as atividades de aviação civil e da infraestrutura aeronáutica e aeroportuária, ambas, com poder de obter a competência da Justiça Federal.

Insta observar que, conforme o Artigo 21, inciso XII, alínea c, e Artigo 12, incisos I a VI do CBA, a atividade de explorar e controlar a navegação aérea é de competência da União, através de Órgãos subordinados ao Ministério da Aeronáutica, portanto, afrontar a segurança do transporte aéreo, é atacar um bem jurídico resguardado e de interesse da União.

Com relação a atração de competência prevista nos crimes cometidos a bordo de aeronaves, conforme o referido Inciso IX do artigo em debate, segundo Honorato (2017) primeiramente faz-se necessário analisar a abrangência do termo “a bordo de aeronaves” como lugar do crime.

A definição de aeronave se encontra no Artigo 106 do Código Brasileiro de Aeronáutica, sendo todo aparelho manobrável em voo que possa sustentar-se e que esteja apto a transportar pessoas ou coisas. Utilizando-se desta informação, juntamente com o Artigo 6º do CP, no qual considera-se o lugar do crime aquele em que ocorreu a ação ou omissão, bem como onde se produziu ou deveria produzir o resultado, nota-se a subsunção perfeita do evento ocorrido com o Inciso analisado, portanto, mesmo que o argumento anterior fosse desqualificado para a atração da competência, o lugar do crime por si só teria

prerrogativa de determinar a competência.

Entretanto, no caso concreto a Justiça Estadual pleiteou sua competência com fundamento no Artigo 6º do CP conjugado com o Artigo 70 do CPP, ou seja, baseado no local do crime, considerando que os efeitos produzidos pelo acidente se deram em solo, ignorando completamente sua característica de justiça residual, conforme nos ensina Távora e Alencar (2009): “Justiça comum estadual... é a justiça residual por excelência, sendo competente para apreciar, por exclusão, todas as infrações que não sejam da alçada da justiça especializada ou da justiça comum federal.”.

Todo exposto acima reflete-se no julgamento do Conflito Positivo de Competência do referido acidente (CC 72.283/MT), o qual o Superior Tribunal de Justiça (STJ) declarou por unanimidade competente o Juízo Federal de Sinop MT, utilizando-se dos mesmos fundamentos já elucidados anteriormente, colocando, dessa forma, fim à discussão.

Estabelecido o Juízo Federal como competente, iniciou-se outro conflito de competência, entre a Justiça comum Federal e a Justiça especializada Militar, diante do fato de haver militares envolvidos no acidente aéreo.

Como critérios para o estabelecimento da Justiça Militar como competente, como trata-se de um caso concreto, será feita a análise da legislação vigente à época, e neste contexto, há o Artigo 124 da Carta Magna, que determina que à referida Justiça compete processar e julgar os crimes militares previstos em lei, estando os mesmos definidos no Decreto-Lei nº 1.001 de 21.10.1969, isto é, no Código Penal Militar (CPM).

Ainda no Código Penal Militar, em seu Artigo 9º, Inciso II e suas alíneas, tinha-se expressamente no texto que seriam considerados crimes militares em tempo de paz, os crimes cometidos por militares em desempenho de suas funções que estivessem tipificados no referido Código, ainda que houvesse infração penal com igual definição na legislação comum.

Exposta a legislação válida à data dos fatos, neste cenário de conflito, pode-se observar o caráter residual da Justiça comum, prevalecendo, em caso de confronto a especial como competente, possuindo, ambos os Incisos do dispositivo 109 da Constituição Federal utilizados para o embasamento da competência da Justiça Federal, a expressão “ressalvada a competência da Justiça Militar”, motivo este que em conjunto com os institutos da continência e conexão, em princípio atrairiam todo o processo e julgamento relativo às condutas dos controladores de voo para a Justiça especializada. Contudo, é imperioso verificar a redação do Artigo 9º, Inciso II do CPM, associadamente com a exceção prevista tanto no Artigo 102, alínea a do Código de Processo Penal Militar como

no Artigo 79 do CPP, inciso I, no qual a conexão e a continência não importarão em unidade no processo e julgamento, caso ocorram crimes em concurso que afetem tanto esfera comum quanto a militar.

Fato observado no caso em comento, isto é, houve desmembramento do processo e julgamento com fundamento na Súmula 90 do STJ. Os controladores foram denunciados na seara militar pelo delito de inobservância de lei, regulamento ou instrução, previsto no Artigo 324 do CPM e pelo crime de homicídio culposo com disposição no Artigo 206 do mesmo Código. Já na esfera comum, foram denunciados pelo crime de atentado contra a segurança do transporte aéreo estabelecido no Artigo 261, § 3º do CP, conforme o julgamento do CC 91.016/MT.

Entretanto, com a promulgação da Lei 13.491/17, a qual alterou o Artigo 9º, Inciso II do CPM e ampliou a competência da Justiça Militar, não só abrangendo os crimes previstos no CPM, como também os previstos na Legislação Penal, a Súmula 90 que foi utilizada como fundamento jurídico na definição do desmembramento do processo entre as Justiças Militar e Comum, não poderia ser suscitada, portanto é quase certo que, atualmente, os controladores de voo seriam processados e julgados apenas na esfera militar devido ao princípio da especialidade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de todo o exposto, observa-se que o processo e julgamento de um acidente aeronáutico é algo de certa complexidade.

Na investigação já se nota uma natureza de excepcionalidade, realizada no modelo dualista, no qual o SIPAER, com o intuito de resguardar a segurança de voo, produz a sua investigação de forma independente e paralela à investigação judicial, esta de caráter punitivo. Concomitantemente, a atração de competência das justiças é inclinada a gerar conflitos, dado que este acontecimento é propenso a atacar bens jurídicos e interesses tutelados por diversos diplomas.

Analisando o teor do presente artigo, conclui-se que apesar de um conflito aparente de competência entre a Justiça Federal e a Justiça Estadual para processo e julgamento de crimes relativos à acidentes aeronáuticos, a legislação não deixa dúvidas. A Constituição Federal, dispositivo supremo do ordenamento jurídico brasileiro, é categórica, em seu Artigo 109, acerca das competências da Justiça Federal e delinea de forma precisa o caráter residual de competência da Justiça Estadual.

Já na determinação de competência em relação às infrações penais cometidas pelos

controladores de voo observou-se algo um pouco mais dificultoso, no qual houve a necessidade de afastar o instituto da conexão dos delitos, conforme decisão apresentada no CC nº 91.016/MT, visto que este desmembramento é previsto no Artigo 79 do CPP, inciso I, já que a conduta gerou consequências nas duas searas de forma simultânea.

Apesar de toda a divergência apresentada no caso em tela, presenciou-se, no caso do conflito de competência entre Justiça Federal e a Justiça Estadual a prevalência absoluta da competência da Justiça Federal para persecução penal das infrações penais correlatas aos acidentes aéreos, de forma a criar um padrão decisório que, desde então, vem se desenhando em julgados subsequentes, desencadeados por outros conflitos de competência da mesma espécie, como por exemplo no caso do voo da Rico 4815 (CC 121.810/AM, Rel. Ministra Laurita Vaz, julgado e 29/09/2013).

Já em relação ao confronto de competência entre a Justiça Comum e a Justiça Militar, o que se pode notar, à época, foi a imprescindibilidade da análise do caso concreto para determinar a esfera jurídica que cada delito atacou, para só assim, indicar de qual juízo seria a competência para processo e julgamento dos crimes praticados.

REFERÊNCIAS

ANAC, Agência Nacional de Aviação Civil, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/anac/pt-br>. Acesso em: 17 de Maio de 2021.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988.

BRASIL. Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 dez. 1940.

BRASIL. Decreto-lei número 1.002, de 21 de Outubro de 1969. Código de Processo Penal Militar. Diário Oficial da União, Brasília, 21 de Outubro de 1969.

BRASIL. Lei 7.565, de 19 de Dezembro de 1986. Código Brasileiro de Aeronáutica. Diário Oficial da União, Brasília.

BRASIL. Decreto-Lei 1001, de 21 de Outubro de 1969. CÓDIGO Penal Militar. Diário Oficial da União, Brasília.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Conflito de Competência nº 72282/MT. Relator Ministra Maria Thereza de Assis Moura. Pesquisa de Jurisprudência, 8 de Novembro de 2006. Disponível em: <https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/26860/conflito-de-competencia-cc-72283-mt-2006-0239865-0>. Acesso em: 19 de Maio de 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Conflito de Competência nº 91016/MT. Relator Ministro Paulo Galloti. Pesquisa de Jurisprudência, 27 de Fevereiro de 2008. Disponível

em: <https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/8691125/conflito-de-competencia-cc-91016-mt-2007-0251229-2>. Acesso em 19 de Maio de 2021.

CENIPA, Relatório Final, A-022/CENIPA/2008. CENIPA, 2008, disponível em: http://sistema.cenipa.aer.mil.br/cenipa/paginas/relatorios/rf/pt/PR_GTD_N600XL_29_09_06.pdf. Acesso em 17 de Maio de 2021.

CUNHA, Rogério Sanches. PINTO, Ronaldo Batista. **Processo Penal Doutrina e Prática**. São Paulo: Editora JusPODIVM, 2008.

HONORATO, Marcelo. **Crimes Aeronáuticos**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris Ltda., 2017.

INFRAERO, Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária, 2021. Disponível em: <https://www4.infraero.gov.br>. Acesso em: 17 de Maio de 2021.

SIPAER, 2021. Disponível em: <https://www2.fab.mil.br/cenipa/index.php/artigos/151-guia-sipaer>. Acesso em 19 Maio 2021.

TÁVORA, Nestor. ALENCAR, Rosmar, A. R. C. **Curso de Direito Processual Penal**. 2ª edição. Editora JusPODIVM, 2009.

VÍTIMA DE VIOLÊNCIA

Dandara Mosso Marangon, Vania Aparecida Borim Moretto Delpino
e-mail: dandaramosso@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho se pautará pela discussão sobre a violência familiar e doméstica vivida pelas mulheres. Segundo Coimbra, Ricciardi e Levy (2018) diferentemente do que comumente se acredita, a violência familiar não diz respeito somente a agressão companheiro-companheira, mas também companheira-companheira, mãe-filha, padrasto-enteada. Porém, de forma especial, será abordada a violência que ocorre do companheiro para com a companheira.

Historicamente, a violência contra a mulher se encontra presente em todas as classes sociais. Conforme disposto na Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS, 1994, p. 2) “a violência contra a mulher constitui uma violação dos direitos humanos e das liberdades fundamentais e limita total ou parcialmente à mulher o reconhecimento, gozo e exercício de tais direitos e liberdades”. A violência contra mulher pode se manifestar de diversas formas, classificadas como violência física, moral, psicológica, patrimonial e sexual.

A psicologia pode contribuir para o enfrentamento da questão da violência e dentre as responsabilidades do profissional da psicologia no atendimento a pessoa vítima de violência surgiu recentemente a modalidade de escuta especializada e depoimento especial de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência. Assegurado pela Lei no 13.431/2017 (BRASIL, 2017), determina que a escuta seja realizada em sala a parte, com profissional capacitado para tal, sendo o depoimento gravado, para que não seja necessário novas inquirições, evitando a revitimização do depoente (SANTOS; COIMBRA, 2018).

O principal objetivo da corrente pesquisa é compreender a necessidade de uma escuta especializada e humanizada para mulheres vítimas de violência, a fim de prevenir o processo de revitimização, que implica em recontar e reviver diversas vezes sua experiência de violência, em especial, perante as autoridades.

Também se faz necessário discorrer sobre a trajetória dos direitos das mulheres no país e no mundo e explicar o machismo estrutural na sociedade, fator desencadeante de

violência. Dissertar sobre as consequências psicológicas que a ausência da escuta especializada obrigatória causa nas mulheres vítimas de violência.

O pioneirismo do tema incentiva outros alunos e pesquisadores a darem espaço para a discussão a respeito do depoimento especial como um direito das mulheres que enfrentam a violência doméstica ou intrafamiliar.

2 MÉTODO

A pesquisa pode ser considerada descritiva, uma vez que busca descrever as principais características de uma população. Essa pesquisa tem como objetivo compreender de forma ampla como a violência afeta o psicológico das mulheres vitimadas, além de possibilitar um olhar crítico a violência contra a mulher em nosso país.

O presente artigo é uma revisão de literatura, que tem como base a pesquisa em diversos sites, revistas e artigos de psicologia, livros da teoria feminista, além do código penal do código de processo penal brasileiros. Todas as fontes discorrem sobre a violência contra a mulher, a estruturação da sociedade patriarcal, feminismo, legislação brasileira e a importância do depoimento especial em casos de mulheres vítimas de violência.

Foram pesquisadas em bases de dados acadêmicos como Scielo, Pepsic e Scholar Google as seguintes palavras-chave: violência contra a mulher, escuta especial, violência de gênero e Maria da Penha. Por trabalhar com um tema que abrange a legislação, não foi possível demarcar temporalmente todos os materiais utilizados.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

As mulheres são submetidas à opressão de gênero, muitas vezes são subjugadas e creem serem inferiores aos homens, pois tratadas como o “sexo frágil”, intelectual ou fisicamente, são constantemente postas a prova e expostas a situações degradantes já que, teoricamente, “devem” algo a sociedade por serem mulheres (TETI, 2019).

Segundo Silva e Lira (2019) pode-se afirmar que por si só o patriarcado não tem como sustentar a desigualdade de gênero na sociedade, mas conta com o apoio do racismo e do capitalismo, ideias que perpetuam a superioridade ao submeter a mulher a tripla opressão, ou seja, de gênero, raça e classe social. Mesmo reconhecendo a diversidade, especificidades e condições particulares de cada mulher, percebe-se que a base opressora é a mesma. Desse modo, a manutenção da dominação implica na opressão, baseada em gênero, classe e etnia.

No Brasil, se pode destacar a existência de algumas seguridades para as mulheres vítimas de violência. A pioneira nesse quesito é a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM). Criada em 1985 em São Paulo, foi um marco dentro dos direitos das mulheres no Brasil, porém ainda se caminha a passos lentos no que diz a real seguridade dos direitos das mulheres perante a justiça. Apesar de a DEAM ter sido instituída há aproximadamente 20 anos antes da Lei Maria da Penha, seu papel ficou mais claro com a criação da lei (SOUZA; CORTEZ, 2014).

A Lei 11.340/06, conhecida como Lei Maria da Penha foi sancionada dia 07 de agosto de 2006 e traz para o judiciário brasileiro as convenções internacionais que o Brasil é signatário. Dentre elas se pode citar a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará) de 1994 e a Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW) de 1979.

Importante também trazer em pauta a Lei do Femicídio (Lei Nº 13.104/2015), criada em 2015, que classifica o homicídio qualificado como feminicídio se a razão do crime for pela condição de ser mulher da vítima. Ele pode envolver a violência doméstica e familiar ou o menosprezo pela condição de mulher (BRASIL, 2015)

É importante destacar a existência das leis, mas nesse momento, levanta-se a questão se elas realmente tiveram um impacto significativo na redução da violência contra a mulher. A escuta especial é um direito fundamental da criança e do adolescente e quando contrastado com as audiências regulares consegue trazer um suporte mais humanizado a vítima. Esse recurso surgido da percepção de juízes e promotores de justiça quanto a revitimização da criança e do adolescente nas audiências tradicionais, proporciona um ambiente apropriado de escuta, considerando a fase de desenvolvimento e compreensão da criança e do adolescente na produção da prova testemunhal. Quando se é propiciada uma condição especial para o menor, a sua palavra é valorizada e ele é respeitado (PELISOLI; DELL'AGLIO, 2016).

A exemplo do sofrimento e vitimização da criança e do adolescente, a mulher que é vítima de violência sofre repetidas vezes. Sofre quando o ato violento é executado e durante todo os tramites processuais ao carregar as marcas dessa violência, não só nos aspectos físicos e psíquicos, mas também no âmbito social, ao ser exposta a uma sociedade machista. Quando ocorre o crime e a mulher faz a denúncia, o relato do ocorrido pode ser feito para um profissional muitas vezes desqualificado para ouvir aquela demanda (HECKSHER, 2019).

A revitimização então acontece quando essa mulher vítima tem que relatar sobre os fatos, especialmente quando se trata de crimes sexuais, aos policiais, delegado, promotor, juiz e ao advogado de defesa precisamente o que ocorreu. Os crimes sexuais são muito diferentes de outros tipos de crimes, já que dificilmente existem testemunhas ou deixam vestígios fora do corpo da mulher vitimada. Como dito anteriormente, a mulher precisará relatar por diversas vezes, perto de terceiros, á pessoas nem sempre qualificadas para ouvirem a demanda, e, na maioria das vezes, homens. Quando se fala sobre o depoimento especial para adultos – e mais especificamente para mulheres – os mecanismos existentes para crianças e adolescentes não são aplicados (NASCIMENTO, 2019).

Frente a situações de violência a psicologia pode contribuir demandando ações de entendimento e enfrentamento do complexo fenômeno da violência contra a mulher. Quando se fala sobre a psicologia, a lembrança leva quase que instintivamente para o sofrimento mental. Em especial, nas mulheres em situações de violência, o sofrimento mental é seis vezes mais frequente que em mulheres que não estão em situação de violência. As demandas mais encontradas em mulheres vítimas de violência são a sensação de insegurança, isolamento, faltas ao trabalho, solidão, dependência e baixa autoestima (SOUZA;LIRA,2019)

No atendimento a essas demandas, segundo Souza e Faria (2017) a atuação dos psicólogos nas DEAM (Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher) enfrenta um grande embate devido às diversas atribuições desse profissional nesse contexto, desde o reconhecimento dos sinais de violência até desenvolvimento de intervenções para superar a violência. O trabalho está intrinsecamente relacionado ao acolhimento das mulheres, mas nunca deve se sobressair o estereótipo de “vítima”. O acolhimento ajuda na resolução de conflitos pontuais, pois com o suporte humanizado, a vítima se sente num local acolhedor, de aceitação e respeito

Importante ressaltar a importância de levar em consideração a necessidade de um atendimento humanizado, pois as mulheres que procuram esse serviço estão abaladas tanto física quanto psicologicamente, pois tiveram seus direitos básicos violados.

Além do atendimento das mulheres vítimas de violência, esse tratamento pode ser estendido para seus descendentes ou parentes próximos quando solicitado, uma vez que essas pessoas também tendem a trazer a sintomatologia dos casos de abuso. Esse atendimento deve ser priorizado em casos de violência contra crianças e adolescentes (GADONI-COSTA et al, 2011).

Pela violência ocorrer no âmbito familiar, muitas vezes é compreendida como algo privado e não como um problema social. Pode-se utilizar como exemplo uma frase popular, extremamente equivocada: “em briga de marido e mulher, não se mete a colher” para demonstrar a incapacidade de compreensão de que a violência contra a mulher é algo estrutural e social (AGUIAR, 2018).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Historicamente, a violência contra a mulher está presente em todas as classes sociais e pode se manifestar de diversas formas, classificadas em violência física, moral, psicológica, patrimonial e sexual.

Apesar de atualmente termos dado largos passos no que tange o direito das mulheres, como a Lei Maria da Penha e a Lei do Feminicídio, temos uma grande luta pela frente, uma vez que os mecanismos apesar de existentes, são falhos em muitos aspectos. Com isso, podemos atrelar esses fatos com a revitimização que ocorre quando a mulher tem que relatar os fatos, especialmente quando se trata de crimes sexuais, à polícia, ao promotor, ao juiz e ao advogado de defesa o que ocorreu, por diversas vezes. Porém os crimes sexuais são muito diferentes de outros tipos de crimes porque quase não existem testemunhas ou vestígios deixados fora do corpo da vítima.

O papel da psicologia ainda se encontra vago, pois, para atender a essas demandas, a atuação do psicólogo nesse contexto enfrenta um grande conflito devido às diferentes atribuições desse profissional, desde o reconhecimento de indícios de violência até o desenvolvimento de intervenções para a superação do problema, ou seja, o trabalho ainda não é delimitado.

A falta de pesquisas sobre a revitimização da mulher vítima de violência comprometeu o desenvolvimento do trabalho, pois muitas vezes as informações eram vagas e/ou incompletas.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, G. A. de. O acolhimento psicológico como dispositivo de orientação às mulheres vítimas de violência: novas possibilidades para atuação do profissional de Psicologia. **Revista Espaço Acadêmico**, 18(207), 99-107, 2018. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/41931>. Acesso em 19 de agosto de 2021

BRASIL, **Lei nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da

Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. **Disponível em** http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm Acesso em 12 de fevereiro de 2021.

_____, **Lei nº 13.104, DE 5 DE MARÇO DE 2015.** Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. **Disponível em** http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm. >

_____, **Lei nº 13.431, DE 4 DE ABRIL DE 2017.** Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) **disponível em** http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13431.htm Acesso em 27 de agosto de 2021.

COIMBRA, J.C.; RICCIARDI, U.; LEVY, L. Lei Maria da Penha, equipe multidisciplinar e medidas protetivas. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 70, n. 2, p. 158-172, 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672018000200012 Acesso em: 21 de fevereiro de 2021.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher, “Convenção de Belém do Pará”**. Adotada em Belém do Pará, Brasil, em 9 de junho de 1994, no Vigesimo Quarto Período Ordinário de Sessões da Assembleia Geral. Disponível em: <http://www.cidh.org/Basicos/Portugues/m.Belem.do.Para.htm> Acesso em: 12 de fevereiro de 2021

GADONI-COSTA, L. M; ZUCATTI, A. P. N; DELL'AGLIO, D. DALBOSCO. Violência contra a mulher: levantamento dos casos atendidos no setor de psicologia de uma delegacia para a mulher. **Estudos de Psicologia (Campinas)**, v. 28, p. 219-227, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/estpsi/a/4bDDdbpnCGcM69sZSkf79GM/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 de agosto de 2021.

NASCIMENTO, G. S. do. **Processo de revitimização nos crimes sexuais contra a mulher**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/36261/1/MONOGRAFIA%20-> Acesso em: 01 de setembro de 2021

HECKSHER, N. L. W. et al. O processo de revitimização por meio da mídia sobre a vítima de violência sexual. Trabalho de Conclusão de Curso (bacharel Direito) 2019. Disponível em: <http://191.252.194.60:8080/bitstream/fdv/716/1/Monografia%20-%20Nathalia%20Legora%20Woitech%20Hecksher.pdf>. Acesso em: 01 de setembro de 2021

PELISOLI, C; DELL'AGLIO, D. D. A humanização do sistema de justiça por meio do Depoimento Especial: Experiências e desafios. **Psico-USF**, v. 21, p. 409-421, 2016.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/pusf/a/9MhhqLpNhLWMbKvX9nyMMfM/?format=html&lang=pt>

Acesso em: 20 de agosto de 2021

SANTOS, A. R. dos; COIMBRA, J. C. O depoimento judicial de crianças e adolescentes entre apoio e inquirição. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 37, n. 3, p. 595-607, 2017.

Disponível em: <[https://www.scielo.br/pdf/pcp/v37n3/1982-3703-pcp-37-3-](https://www.scielo.br/pdf/pcp/v37n3/1982-3703-pcp-37-3-0595.pdf)

[0595.pdf](https://www.scielo.br/pdf/pcp/v37n3/1982-3703-pcp-37-3-0595.pdf)> Acesso em: 22 de fevereiro de 2021.

SOUZA, L. de; CORTEZ, M. B. A delegacia da mulher perante as normas e leis para o enfrentamento da violência contra a mulher: um estudo de caso. **Revista de Administração Pública**, v. 48, p. 621-639, 2014. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rap/a/tKZJGXH95v3FZtWSd87PYyG/?lang=pt>

Acesso em: 15 de julho de 2021

SOUZA, T. M. C; DE FARIA, J. A. Descrição dos serviços de psicologia em delegacias especializadas de atendimento às mulheres no Brasil. **Avances en psicología latinoamericana**, v. 35, n. 2, p. 253-265, 2017. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/estpsi/a/4bDDdbpnCGcM69sZSkf79GM/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 18 de agosto de 2021

TETI, M. M. et al. Psicologia social e gênero. **Problemas, controvérsias e desafios atuais em Psicologia Social**, 2018-2019 p. 92. Disponível em:

https://www.abrapso.org.br/download/download?ID_DOWNLOAD=610 Acesso em: 22 de julho de 2021.

DESAFIOS DE PLANEJAR E IMPLEMENTAR UM E-COMMERCE EM UM NEGÓCIO ONLINE DO SEGMENTO ARTESANAL

Amanda Gonçalves, Michelle de Oliveira Carvalho, Clerison José de Souza Bueno, e-mail: clerisonbueno@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

No atual cenário mundial, principalmente após a pandemia da COVID 19, os hábitos do consumidor passaram por diferentes e significativas mudanças, principalmente no que diz respeito ao modo de comprar e consumir produtos e serviços. Apesar de ser um mecanismo presente há mais de vinte anos, o crescimento do *e-commerce* se deu de forma lenta e gradativa. Porém, com a chegada da pandemia, no final do ano de 2019, e principalmente no ano de 2020, essa realidade tem apresentado novos números e crescido consideravelmente, se mostrando um importante e crucial ferramenta para o mercado, ao ponto de ser vista como um fator de sobrevivência das empresas durante esse período.

O *e-commerce* ou comércio eletrônico é “qualquer forma de transação de negócio no qual as partes interagem eletronicamente, em vez de efetuarem compras físicas ou contato físico direto”. Esse tipo de comércio é considerado uma atividade promissora, uma vez que a gestão de um negócio no ambiente *online* oferece à possibilidade de atingir novos mercados sem a necessidade de aumentar a estrutura física da empresa, além de apresentar um considerável aumento dos lucros através da redução de intermediários e um maior controle das operações. (BATISTA, 2012).

O'Brien, Marakas e George (2013), em sua definição, nos apresenta o *e-commerce* não apenas como o fato de comprar e vender produtos em um ambiente *online*, mas mais do que isso. Conforme o autor, o comércio eletrônico:

[...] compreende todo o processo *online* de desenvolvimento, marketing, vendas, entrega, atendimento e pagamento de produtos e serviços transacionados em mercados globais interligados, com o apoio de uma rede mundial de parceiros.

De fato, atualmente, o *e-commerce* representa para as empresas um canal de vendas *online* cujo toda a gestão do negócio está interligada no mesmo ambiente – a internet. Ainda em constante desenvolvimento, teve sua origem no início dos anos 1990, nos Estados Unidos, a partir do advento da internet e dos navegadores, em que as capacidades multimídias impostas permitiram o seu nascimento.

A chegada da pandemia e das medidas de isolamento fizeram com que a maioria das cidades tivessem seus comércios fechados, e foi nesse momento que se fez nascer a

necessidade do *e-commerce* por parte destes empreendimentos, pois esses se viram obrigados a procurar novas formas de vender seus produtos ou serviços.

De acordo com a pesquisa Webshoppers (2020), realizada pela consultoria Ebit/Nielsen, o ano de 2020 registrou um marco histórico de vendas *online* no Brasil, chegando a um total de R\$ 87,4 bilhões, representando um aumento de 41% em relação ao ano de 2019. Esse fator se deve principalmente pelo fato de, além do aumento do faturamento total, o número de pedidos realizados e o ticket médio de compras também terem registrado um aumento significativo em relação aos anos anteriores, sendo que, no primeiro semestre de 2021, o primeiro registrou um aumento de 7,4% em relação ao mesmo período de 2020 e, o segundo, um aumento de 22% em relação ao também primeiro semestre de 2020, passando para uma média de R\$ 534,42 (WEBSHOPPERS, 2021). Seguindo o mesmo nível de crescimento, o primeiro semestre de 2021 já atingiu o maior patamar histórico de vendas por *e-commerce*, totalizando 53,4 bilhões de reais, o que representa um aumento de 31% quando comparado ao mesmo período do ano anterior - 40,8 bilhões de reais (WEBSHOPPERS, 2021).

Grandes aliadas do *e-commerce*, as redes sociais têm um papel fundamental como ferramenta de marketing digital e vendas para os empreendimentos. O crescimento acelerado do *e-commerce*, juntamente com o aumento da aderência das redes sociais por meio dos consumidores, fez com que as maiores redes sociais do mercado desenvolvessem dentro de sua própria plataforma mecanismos de vendas que se conectam diretamente com sites de lojas *online*, como é o caso do Facebook, por exemplo, que há alguns anos utiliza uma ferramenta de *marketplace* para que seus usuários possam realizar transações de compra e venda dentro da rede social.

Porém, além de possuir ferramentas de vendas integradas dentro da plataforma, um fator que chama atenção das redes sociais é a sua enorme influência como vitrine online para negócios que desejam expor os seus produtos ou serviços na internet. Apesar de as transações comerciais *online* acontecerem diretamente através do *e-commerce*, as redes sociais se mostram cada vez mais as grandes responsáveis e aliadas das vendas e estratégias de marketing digital por parte das empresas. De acordo com o relatório “Digital 2021: Global overview report” (Digital 2021, 2021), realizado a partir da parceria da Hootsuite com We Are Social, o ano de 2021 atingiu a marca de 4,20 bilhões de usuários de mídias sociais em todo o mundo, sendo 490 milhões de novos usuários somente nos últimos 12 meses, representando um crescimento de 13% ao ano. Este número mostra que 53,6% da

população mundial está conectada através da internet e das diferentes mídias sociais existentes.

Entretanto, para que isso se tornasse uma realidade viável à essas empresas, era necessário ter o conhecimento de como implementar e manusear essa ferramenta de venda *online*, como fazer para chegar até os seus consumidores e como fazer para que a compra chegasse de maneira segura até o comprador.

Dessa forma, o grande desafio enfrentado pelas empresas foi e é o de como adequar-se ao novo formato de vendas, e de que maneira fazer para isso ter uma significativa representatividade no faturamento do negócio. Além disso, a preocupação em atender as necessidades do consumidor, de modo a entregar um produto de qualidade e de maneira segura, cumprindo com prazo de entrega e buscando satisfazê-lo em sua experiência deve ser uma responsabilidade constante do empresário que deseja ter sucesso com o *e-commerce*.

A pandemia do novo coronavírus fez com que o *e-commerce* crescesse no Brasil de maneira acelerada, de modo que, em menos de um ano, chegou-se a um patamar que, naturalmente, demoraria anos para ser conquistado no país. Portanto, o domínio do conhecimento dessa área é de grande importância para que as empresas possam ser inseridas no mercado dentro do atual cenário mundial, e de modo que acompanhem o desenvolvimento global do mercado com as novas tendências de negócios, uma vez que o *e-commerce* é uma nova realidade que tende a ser usada cada vez mais, seja tanto pelos comerciantes como pelos consumidores.

2 MÉTODO

A efetivação do projeto foi baseada em uma pesquisa de campo junto a uma loja de velas aromáticas e águas perfumadas. O principal objetivo dessa pesquisa foi conhecer a real funcionalidade de uma loja já em atividade e quais as suas principais necessidades, oportunidades e riscos para a migração do marketing digital e vendas através das redes sociais, para um *e-commerce*.

A coleta de dados foi realizada a partir da parceria e acompanhamento do grupo em relação à loja estudada, de modo a observar a forma como são realizadas as vendas e o marketing digital da marca, e também o compartilhamento de informações desde o perfil de seus clientes até as necessidades mais profundas do negócio.

Inicialmente, foi realizada uma conversa diretamente com a proprietária do negócio, com o objetivo de conceituar o atual cenário da marca e obter informações que foram o

ponto de partida para a busca da melhor oportunidade entre as opções de plataformas (sites) disponíveis no mercado. Dessa forma, seria possível encontrar a que melhor se encaixa com as necessidades, objetivos, orçamento e identidade do negócio.

A entrevista foi segmentada em quatro diferentes aspectos – perguntas relacionadas aos produtos oferecidos pela marca; ao tipo de pagamento e despacho desses produtos; ao marketing digital utilizado, e ao perfil dos clientes. A resposta de todas as perguntas e a análise da discussão com a proprietária nos permitiu identificar quais pontos precisam ser estudados para que a funcionalidade do *e-commerce* seja efetivada, e quais as principais necessidades da loja, sendo o ponto crucial para a busca pela melhor plataforma, além de informações como quantos e quais produtos a marca oferece, qual a persona de seus clientes, qual a quantidade de clientes já alcançados, média de vendas dos produtos por mês, onde estão os clientes potenciais da loja (qual cidade ou estado a maioria se encontra), principais metas e objetivos, seja quanto ao lançamento de novos produtos ou alcance de novos clientes, entre outros.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para o projeto de análise e implementação de um *e-commerce*, teremos como alvo da pesquisa em questão uma loja de velas aromáticas artesanais e águas perfumadas do ramo artesanal, com sede na cidade de Brotas. A marca existe através de uma página na rede social Instagram, que se tornou um ambiente oportuno e de grande representatividade tanto para grandes marcas quanto para aquelas que estão entrando no mercado, de modo que alcancem cada vez mais seguidores, curtidas e compartilhamentos, levando o seu nome de “boca em boca” cada vez mais para um público maior.

Com uma proposta de valor baseada na entrega de uma nova forma de aconchego, a loja apresenta cuidadosamente os seus produtos artesanais através de publicações feitas a partir de fotografias dos produtos seguida de uma legenda (texto) que o descreve de modo a ressignificar a sensação de autocuidado e sentimentalismo proporcionados a partir do uso dos mesmos. Nelas, a proprietária, responsável por todo o processo criativo dos produtos, desde a ideia e fabricação até ao planejamento de marketing e entrega, sendo a única criadora e gestora da marca, busca levar aos seus clientes diferentes sensações, cuidando criteriosamente de cada elemento contido nas imagens, como exemplo a luz e o ambiente, de modo que, ao ver a publicação, o usuário possa imaginar sentir e desejar a experiência que aquele produto vai lhe proporcionar.

Ao todo, a marca já conta com quatro tipos de produtos diferentes, sendo eles velas de tamanho grande, velas de tamanho pequeno, elixires e refis dos mesmos, além de produtos especiais em datas comemorativas, como Natal e Dia das Mães. Para cada produto, existe uma variação de fragrâncias, o que leva a um total de vinte produtos diferentes sendo comercializados, divididos entre quatro fragrâncias diferentes para as águas perfumadas, e seis para as velas aromáticas, sendo cada uma delas podendo ser produzidas em dois tamanhos diferentes, resultando em uma combinação de doze opções para esse produto. Todos esses produtos devem ser cadastrados separadamente na plataforma de *e-commerce* para agregar ao site e estar disponíveis para compra, e a intenção da loja é que mais produtos e fragrâncias surjam ao longo do tempo, porém sem que exista uma periodicidade de criação definida.

A persona da loja *online* estudada é caracterizada como uma mulher (cerca de 95% do público ativo da loja), com idade variada entre 18 a 25 anos, que se encontra ativa na sociedade – compradoras estão potencialmente em escolas e faculdades ou trabalham, e que gosta de um momento intimista de cuidados e relaxamento pessoal, além da ideia de poder compartilhar a experiência com outras pessoas através das redes sociais, como através do próprio Instagram – e residente do estado de São Paulo (local de maior porcentagem de vendas, tendo como as cidades mais ativas Brotas e Ribeirão Preto).

Como características comportamentais, além das já citadas, é possível analisar um grande envolvimento com as redes sociais, sendo um público completamente ativo e atentos às novidades, tendências e informações disponíveis, e que, portanto, passam a exigir sempre mais das empresas com quem se relaciona – como um comportamento sustentável, por exemplo. Além disso, apesar de ser um público que se atrai por produtos e experiências na rede social, como o Instagram, é possível observar um comportamento influenciável maior em relação ao público mais jovem do que entre o público mais maduro. Ou seja, os produtos e a entrega dos mesmos devem atender completamente aos seus desejos e atingir níveis de satisfação desejáveis, pois os consumidores potenciais querem viver a experiência do produto, não se tratando apenas de compras realizadas por diversão ou pelo simples fato de ostentar à terceiros.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste cenário, considerando as reais necessidades da loja estudada, podemos afirmar que como ponto de partida para o nosso estudo de caso, identificamos a oportunidade de crescimento da loja a partir da implementação de um *e-commerce*, por

meio da integração dele com a loja principal no Instagram, a fim de ampliar o crescimento das vendas.

Considerando as características e necessidades do negócio, a plataforma a ser escolhida deverá ser analisada principalmente nos critérios preço e configuração, sendo essencial que seja uma ferramenta com preço acessível, devido ao faturamento e porte pequenos da loja, e de fácil configuração, uma vez que a responsável por criar o site, desde o layout até à sua funcionalidade e atualização constantes será a gestora e dona da marca. Além disso, deverá ser uma plataforma bem sucedida nos quesitos funcionalidade quanto à velocidade de navegação, meios de pagamento, e funções de dados e estatísticas que auxiliem nos processos de gestão do *e-commerce*.

Entre outros fatores, serão estudados e apresentados os requisitos básicos para a criação de um *e-commerce*, como domínio, hospedagem e outros, sendo apresentados suas definições e quais os desafios mediante ao registro e adesão de cada um.

REFERÊNCIA

BATISTA, Emerson de Oliveira. **Sistemas de informação**: o uso consciente da tecnologia para o gerenciamento. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

Digital 2021: Global Over Report. 2021. Disponível em:
<https://datareportal.com/reports/digital-2021-global-overview-report?utm_source=Reports&utm_medium=PDF&utm_campaign=Digital_2021&utm_content=Dual_Report_Promo_Slide>. Acesso em: 06 out. 2021.

EBIT-NIELSEN. **Webshoppers**. 2020. 43. ed. Disponível em:<
<https://company.ebit.com.br/webshoppers/webshoppersfree> >. Acesso em 27 set. 2021.

EBIT-NIELSEN. **Webshoppers**. 2021. 44. ed. Disponível em:<
<https://company.ebit.com.br/webshoppers/webshoppersfree> >. Acesso em 27 set. 2021.

O'BRIEN, JAMES A.; MARAKAS, GEORGE M. **Administração de Sistemas de Informação**. 15.ed. Porto Alegre: AMGH, 2013.

É POSSÍVEL PENSAR UMA CONSTITUIÇÃO DA TERRA?

Victor Favero Aparecida, Jamile Goncalves Calissi, email: vfvictor6@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A filosofia do direito em seu cerne buscou enquanto disciplina de caráter subjacente ou por outro lado interdisciplinar, traçar e definir problemáticas e conceitos muito pertinentes à lógica de complexificação do próprio direito, para além de sua base normativo-legal. Assim, principalmente no tocante a aspirações de construir óticas divergentes a se examinar a ciência social aplicada do direito, termos como liberdade e democracia sempre estiveram em voga, mas muito embora ao lado desses assuntos, o conceito de “Constituição”, também merece relevância e sofreu constantes alterações conforme as condições sócio-históricas.

O constitucionalismo tensionado a uma época de globalização e direitos transindividuais foi o que justamente dentro da evolução teórica do que seria um documento constitucional, permitiu que se discutisse através de exercício zetético os limites em sentido político e epistemológico de um localismo e presentismo substanciado nas constituições nacionais frente a desafios e demandas a nível sociopolítico, histórico, econômico e ecológico que perpassam a fronteirização, a homogeneidade de uma população, a soberania e autonomia estatal, responsáveis por dividir no imaginário social e legal os estados nacionais.

A partir dessa apreensão, surge movimentos e teorias que passam a discutir dessa forma as possíveis saídas à superação desses atravancamentos que obstaculizam a ideia do constitucionalismo se debruçar tão somente na esfera nacional. Dentre outros esforços que poderiam ser considerados, ressalta-se sobretudo a proposta alcinhada pelo jurista e professor italiano Luigi Ferrajoli de Constituição da Terra.

O espaço delimitado que não alude ou faz referência a territórios específicos em pequena escala ou conflitos de posse e propriedade, mas que traz consigo o impulso e a estruturação de algo muito maior a versar e contextualizar sociologicamente, o Planeta Terra e seus dilemas contemporâneos.

2 METODOLOGIA

A metodologia utilizada foi a dialógica e dialética, uma vez que através da exposição dos opostos, a possibilidade teórica e a (im)possibilidade prática de se desenvolver uma

Constituição da Terra, busca-se com a interdisciplinaridade e diálogo tensionado ir ao encontro posteriori de uma síntese. Por sua vez a pesquisa realizada enquanto espécie foi a pesquisa bibliográfica, em que se desenvolve com o auxílio de artigos científicos e materiais pertinentes ao assunto, desde que condizendo com a credibilidade científica.

3 RESULTADO E DISCUSSÃO

A construção programática do que viria a ser intitulada enquanto ideia promissora de Constituição da Terra, foi desenvolvida pelo professor emérito de Filosofia do Direito da Universidade de Roma Tre, Luigi Ferrajoli. Isso ocorreu na abertura do ainda inconcluso fórum permanente de discussão nomeado como “Scuola Costituente Terra” em que buscava reunir no contexto universitário e também social da capital italiana pessoas leigas e pesquisadores interessados a pensar de forma utópica o texto normativo com fulcro em resolver os percalços planetários e em comum dos 196 Estados soberanos reconhecidos pela ONU (Organização das Nações Unidas) e os outros que ainda permanecem invisíveis ou colonizados.

Desde o esboço em teorizar o conceito de origem supramencionado, o autor italiano ressaltava em sua fala “Por que uma Constituição da Terra?” e em sua obra “Constitucionalismo além do Estado” a condição de utopia que permanecia como valoração desse projeto normativo-legal e político, no sentido em que João Baptista Herkenhoff no livro Direito e Utopia estabelece como sendo uma antevisão da realidade, de projetos que ainda não existem e exatamente por isso podem ser construídos.

Seguindo esse pressuposto a abstração teórico-filosófica de Constituição da Terra passa a ser possível de se concretizar, sobretudo no plano da literatura, do direito e das ciências sociais em geral. Como ponto de partida, Ferrajoli tenta expor a semelhança de seu projeto para com documentos vigentes como é o caso da Carta da ONU, a qual o autor afirma “ser um embrião da Constituição do Mundo, ao lado das cartas, declarações, convenções e pactos internacionais de direitos humanos” (FERRAJOLI, 2020, p. 20).

Após demarcar essa contribuição, não se desfez limites a serem superados para uma verdadeira ascensão da noção de um constitucionalismo supranacional, muito pelo contrário, apesar de não haver à espreita tantos obstáculos do ponto de vista epistemológico, ainda este último tentava ser invisibilizado e descreditado por estar no plano da práxis convertido em efeitos quase que mínimos perante o tecido social.

Todavia, a utopia a sentido mingunte de um plano que não pode se concluir ocorre somente na esfera real, a bel prazer de interesses políticos nacionalistas ou mercadológicos e não no campo zetético que porventura, expõe logo seus primeiros passos.

Assim a Constituição da Terra se propõe a alargar o constitucionalismo de nacional ou de Estado Atual a também ser supranacional, público e também privado, regulando os mercados atuais e por fim, de bens fundamentais como um acréscimo aos direitos fundamentais reconhecidos em larga escala em direito constitucional comparado. Em suma, teoricamente obedecer à própria lógica de aumento progressivo das tutelas constitucionais no decorrer da história social e política do globo.

3.1 Constituição Supranacional Versus Constituição Nacional

A necessidade de radicalização na história do constitucionalismo enquanto vanguarda de uma luta por direitos que sejam positivados e orientados a surtir efeitos com a definição de mecanismos institucionais que assim auxiliem como o caso emblemático do monopólio do uso da força pelo Estado, pressupõe não uma substituição das constituições nacionais por aquelas ditas supranacionais, mas há uma subversão da lógica contemporânea para cada vez mais ao passo de um direito internacional qualificado, existir consenso por democracias nacionais signatárias a este último.

Essa movimentação sugere uma convergência entre as constituições nacionais e a constituição supranacional em que Ferrajoli conceitua como Constituição da Terra. A crítica tendente de uma visão supranacional e internacionalista a documentos nacionais dessa ordem são quando em relação ao modelo constitucional schmittiano de Carl Schmitt, jurista alemão do século XX.

A ocorrência desse fenômeno se dá a partir da noção de direito internacional e pactos internacionais vistos pelo jurista alemão apenas como medidas de conciliação, restando somente a ordenamentos jurídicos nacionais efeitos de garantia de direitos e sobretudo a existência de obrigações de adimpli-los movidos pela força da autoridade e poder hegemônico de uma pluralidade de sujeitos que gozam de uma unidade, neste caso o território, delimitado por fronteiras.

A ruptura dessa fronteirização frente temores globais, como os principais elencados por Ferrajoli, as catástrofes ecológicas, guerras nucleares, produção e multiplicação de armas, fome e doenças não tratadas retomam a ideia de radicalidade e necessidade de uma esfera pública global construída, com garantias primárias e suas relativas instituições.

Assim a Constituição da Terra em sede internacionalista viria a ter instituições de garantia, principalmente com funções de garantias primárias de direitos sociais. Promulgar e incentivar a existência, por exemplo, de um serviço mundial de saúde, uma organização mundial do trabalho e educação, impostos e tributações globais, não sendo unicamente de ordem consultiva.

Portanto, não prevê que seja criado através da Constituição da Terra um superestado mundial ou um pensamento único acerca das demandas políticas, mas que com relação a direitos humanos, paz e meio ambiente, entre outras proposições futuras que possam vir a dialogar com esse escopo teórico-a-ser-prático seja assegurado em nível global.

3.2 A Interligação e Dependência de Pautas Econômicas e Sociopolíticas às Nações

A questão central que permeia a dificuldade de superação e transição da teoria à práxis em relação a ideia de Constituição da Terra em Ferrajoli é a noção de dependência tanto a nível econômico quanto social e político de uma nação a outra. As democracias nacionais mesmo que em tese no modelo capitalista financeiro que o século XXI comporta se configurar a responder às questões nacionais, o que ocorre quando com esse movimento é a construção e sedimentação de poder externo junto ao interno.

Esse poderio dado não se refere somente a uma boa gestão nacional, mas sobretudo a uma competição na lógica de mercado, atravessado por lobos artificiais a serem vencidos como conceitua Ferrajoli em alusão a uma atualização do conceito hobbesiano. Isto posto, as nações, principalmente europeias e países do norte global se desenvolvem subjugando através da complexificação do poder que se expande além-fronteira, nações periféricas e em desenvolvimento que assumem essa constante para continuar e criar produto ao enriquecimento contínuo dos impérios dos países então, dito desenvolvidos ou primeiro-mundistas.

Com essa expressão de centro-periferia e norte e sul global, a estratificação social que permanece diante de garantias e direitos normatizados e ofertados à população que são díspares em relação ao país com mais ou menos poderio de influência diante do capitalismo global.

As instituições de garantia e uma dimensão de se construir uma saída mundial a problemas e lacunas planetárias com viés constitucional, se esbarra na não intenção dos mercados e imperialismos em sanar isso que os retroalimentam.

3.3 Um Chamado Global e Constitucionalista para a Ação.

Com relação as crises planetárias, ecológicas a econômicas em detrimento da engrenagem sistêmica do capitalismo e de narrativas cada vez mais excluídas da ecologia de saberes, termo de Boaventura de Sousa Santos, as construções nacionais de projetos mundistas e de desenvolvimento perpassam a serem atenuadas por um levante de política institucional e eleitoral que demanda em períodos curtos de expectativas e respostas a essas demandas conferidas rapidamente.

Nessa salvaguarda ao *establishment* político, ainda que em momentos de defesa e respeito a constituições e leis infraconstitucionais vigentes em cada nação, a radicalidade de discursos sempre ecoam quando de problemas globais, uma vez que a democracia nacional e os desconstrutivismos que assolam qualquer perspectiva maior de organização não são capazes de responder a tempo algum com efetividade a pontos em semelhante a toda a humanidade, como os que coadunam nas necessidades imediatas de sobrevivência da população mundial.

Desta forma com a possibilidade teórica verificada e as barreiras auferidas à implementação de uma Constituição da Terra, esta última mesmo pensada em suma no contexto europeu reafirma em sua própria existência e ideia um chamado constitucionalista e global para a ação. Isso se dá com a criação de instituições de garantia efetivas que concedam direitos fundamentais e protejam bens fundamentais a toda a sociedade humana presente no Planeta Terra, com gozo do monopólio da força frente os lobos artificiais (figuras hobbesianas contemporâneas) dos mercados como conceitua Ferrajoli, sob o preceito de não precisar repetir aquilo que os nacionalismos disseram “nunca mais” sem repetir os erros do passado e a supressão de povos como o do Sul Global.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não pretendendo esgotar a tentativa de complexificar e trazer novas nuances e tensionamentos à possibilidade de elaboração de uma Constituição da Terra, com instituições de garantia potentes e sem cartas de direitos não eficazes, apresenta-se essa obra como uma forma de demonstrar as possibilidades e entraves que estão substanciadas nesse primeiro passo dado.

Também nos compele pensar em ir além de Ferrajoli em alguns aspectos, buscando de Boaventura de Sousa Santos e autores decoloniais para pensarmos um sistema-mundo, uma constituição planetária e supranacional a partir sobretudo das vozes oprimidas do Sul

Global, rompendo com a propositura teórica de se iniciar uma união e esforços mútuos nesse aspecto tão somente em território europeu.

Outro ponto que nos coloca a pensar além e trazer novas problemáticas ao assunto que não permite nesse momento dar uma resposta única e precisa, é o fato histórico da pandemia do coronavírus (covid-19) que escancara a necessidade de saídas globais a dilemas que superam fronteiras delimitadas simbolicamente em período eleitoral na esfera política e econômica e constitucional em tempo e espaço.

REFERÊNCIAS

BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. **Metodologia da pesquisa jurídica: teoria e prática da monografia para os cursos de direito** – 14. ed. - São Paulo: Saraiva, 2016.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

FERRAJOLI, Luigi. Constitucionalismo além do Estado *In Congresso Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito (CONPEDI) - I Encontro Virtual*, de 23 a 30 de junho de 2020. Disponível em <https://docero.com.br/doc/nv1cxc5>. Acessado em 27/05/2021.

FERRAJOLI, Luigi. Por que uma Constituição da terra? *In Congresso Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito (CONPEDI) - I Encontro Virtual*, de 23 a 30 de junho de 2020. Disponível em <https://docero.com.br/doc/nv1cxc5>. Acessado em 27/05/2021.

KAMPMANN, Fábio Roberto et al. A Teoria da Constituição na Obra de Carl Schmitt. **Revista da decima ABDC**, anis do IX Simpósio Nacional de Direito Constitucional, Curitiba, 2010.

SANTOS, Boaventura de Souza. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos estud.** CEBRAP n.º.79. p71-94. São Paulo. nov. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/nec/n79/04.pdf>. Acessado em: 27/05/2021.

ERP NO SETOR CONTÁBIL

Adrian Felipe Massoca, Gabriel Sanches Scudilio, Grazielle de Oliveira Coelho, Luan Santos Silva, Flávio Luis Grava Scalco, e-mail: gabriel.scudilio@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A sigla ERP significa “Enterprise Resource Planning”, ou sistema de gestão integrado. Essa tecnologia auxilia o gestor da empresa a melhorar os processos internos e integrar as atividades de diferentes setores, como vendas, finanças, estoque e recursos humanos (TOTVS, 2019). O ERP, é um sistema integrado cuja função é auxiliar a gestão empresarial, contribuindo para o aumento da eficácia e facilitando o acesso a informações, agindo assim, de forma crucial nas tomadas de decisões. O sistema permite a integração de dados e o compartilhamento de informações entre os departamentos da empresa, visando melhorias em processos e redução de desperdícios.

Segundo Lins (2021), o ERP é a “espinha dorsal” da organização, conectando setores e centralizando as tecnologias. Vale lembrar, que outras tecnologias também podem ser integradas a este sistema, como por exemplo, o Business Intelligence (BI) e o Big Data. A aplicação do ERP na contabilidade é o primeiro passo para a sua modernização, pois permite que haja uma automação e otimização de processos, gera segurança nas informações, bem como a diminuição de riscos operacionais.

O presente trabalho tem como objetivo identificar a importância do Enterprise Resource Planning no setor contábil.

2 MÉTODO

O trabalho desenvolvido seguiu os preceitos do estudo exploratório, por meio de uma pesquisa bibliográfica, que, segundo Gil (2008, p.50), “é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído de livros e artigos científicos”.

As buscas foram realizadas em três bases de dados bibliográficas — Periódicos da Capes, Scielo e Google Avançado. Foram incluídos artigos originais indexados no período entre 01 de janeiro de 2011 e 31 de julho de 2021.

Foi realizada uma leitura com a finalidade de ordenar e resumir as informações contidas nas fontes, de forma que estas possibilitassem a obtenção de respostas ao problema da pesquisa.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 O ERP

O software ERP na contabilidade nos tempos atuais é indispensável tanto para as empresas quando dentro de um escritório contábil. Esse sistema disponibiliza diversas informações e dados ao mesmo tempo.

3.1 Benefícios do ERP na contabilidade

É um software que unifica diferentes demandas ajudando na administração operacional de um escritório contábil juntamente aos seus clientes. Através desse sistema ERP é possível realizar a escrita fiscal completa junto com o sistema integrado da Receita Federal e Estadual, a gestão contábil e tributário próprio ou dos clientes do escritório, gerenciar as folhas de pagamento, encargos trabalhistas, realizar o SPED fiscal e contábil, fazer o controle patrimonial entre outras funções.

3.1.2 Vantagens do ERP na área contábil

Um ERP consegue automatizar diferentes demandas, tais como: registro de entradas e saídas, indicadores de desempenho, e até mesmo o demonstrativo de resultado do exercício (DRE).

O setor contábil gasta muito tempo realizando essas tarefas manualmente, quando usado o sistema é realizada de forma rápida segura, assim podendo ser liberado mais tempo ao funcionário para que possa desempenhar outras tarefas.

O setor contábil, precisa guardar várias informações durante anos ou até mesmo décadas, com o sistema é possível armazenar essas informações dentro do sistema de forma onde não tem a necessidade de ser guardado de forma física, onde ocupa muito espaço.

Com o ERP você tem acesso a muitas informações importantes, pode ser cruzado informações e gerar relatórios diversificados que ajudam os gestores a compreenderem melhor a realidade financeira da empresa e a realizarem planejamentos mais estratégicos que ajudam no crescimento e no ganho de competitividade no mercado de trabalho.

De acordo com a revisão bibliográfica realizada, é possível afirmar que o sistema ERP contábil e os sistemas ERP empresariais ficam integrados em um mesmo software permitindo assim a troca de informações e uma melhor comunicação entre todos os setores.

A área contábil não pode ser isolada do restante do negócio, com um bom ERP integrado, ela estará conectada aos demais departamentos da empresa, permitindo assim

uma troca de dados necessários, trazendo informações importantes para tomadas de decisões.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Enterprise Resource Planning é um software de gestão que permite a integração de vários dados, auxilia o gestor da empresa a melhorar os processos internos e automatiza diferentes demandas. A aplicação do ERP na contabilidade tornou-se algo indispensável em uma sociedade onde as organizações estão cada vez mais utilizando a tecnologia a seu favor.

Uma contabilidade realizada com uso de um ERP, passará a ter mais eficiência e eficácia em seus processos e resultados, pois com ele, os processos que antes eram realizados de forma manual, passaram a ser automatizados.

Sendo assim, a aplicação do ERP no setor contábil fará com que o contador maximize seu tempo, beneficiando assim, o trabalho da empresa no geral.

REFERÊNCIAS

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

TOTVS. **O QUE É ERP?** 2019. Disponível em:< <https://www.totvs.com/blog/erp/o-que-e-erp/>>. Acesso em: 21 set. 2021

LINS, Delano. **Afinal, quais são os verdadeiros benefícios do ERP para contabilidade?** Procenge, 2021. Disponível em: <<https://procenge.com.br/afinal-quais-sao-os-verdadeiros-beneficios-do-erp-para-contabilidade/>> Acesso em: 02 set. 2021.

ESTUDOS INTERDISCIPLINARES: ATIVISMO JUDICIAL E DIREITO HOMOAFETIVO

Willian Albuquerque da Silva, Jamile Gonçalves Calissi, e-mail:
willalbuquerque1@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

É fato que a Constituição Federal de 1988 abriu o leque de atuação do Supremo Tribunal Federal e deu a ele não só mais competência para tratar de determinados assuntos, como também aumentou o número de legitimados para ações de constitucionalidade e inconstitucionalidade que podem ser levadas à corte, o que acabou gerando uma possibilidade maior de ativismo judicial.

Apesar da reprovação por parte de alguns juristas, é fato que o ativismo judicial vem exercendo um importante papel quanto a defesa dos direitos fundamentais, isto porque por meio de conceitos genéricos e indeterminados, a Constituição consagrou também normas principiológicas que servem de parâmetro para análise do sistema jurídico.

A postura proativa do judiciário é de extrema importância para evolução do Direito Homoafetivo no Brasil, lugar onde a comunidade LGBTQ+ foi por muitos anos marginalizada e pelo sistema jurídico.

Entender o ativismo como legítimo e fundamental é urgente para combater o discurso de ódio que fere, exclui, inferioriza e mata a comunidade LGBTQ+ no Brasil. Desse modo, este trabalho visa mostrar que cabe ao poder judiciário, por meio de interpretação extensiva da constituição, garantir direitos à essas pessoas e que ativismo judicial e ilegitimidade são conceitos totalmente distintos, que aprioristicamente não se confundem, bem como entender o contexto de cada decisão analisada.

2 MÉTODO

Utilizando o método dedutivo, foram analisadas doutrinas acerca do tema para um estudo interdisciplinar do ativismo judicial e do direito homoafetivo. Diante disso, foi feita interpretação da legislação vigente, dos princípios norteadores da Constituição Federal e dos artigos relacionados aos direitos fundamentais, atestando a relação entre eles a fim de sustentar sua legitimidade.

3 O NEOCONSTITUCIONALISMO COMO HERMÊUTICA CONSTITUCIONAL

O neoconstitucionalismo prevê uma forma de hermenêutica diferente da visão clássica, na qual a norma posta tem um protagonismo exacerbado e não permite nenhuma carga valorativa por parte do julgador. (LENZA, 2015, p. 80).

Na corrente clássica, conceitos relacionados à moral e ética só são relevantes quando implícitos e existentes no momento da criação da norma, mas não são por si só forma de interpretação o direito constitucional.

Isso causa de certa forma uma maior segurança jurídica, mas ao mesmo tempo perpetua a aplicação de um direito injusto, legitimando, dessa forma, regimes autoritários, segregadores e contrários aos direitos humanos.

O movimento neoconstitucionalista é pautado em três pilares (OLIVEIRA, 2017, web), os quais são:

a) **força normativa da constituição**, ou seja, trata-se da hierarquia existente entre a constituição e as demais leis, as quais são infraconstitucionais sob este aspecto;

b) **a expansão das cortes constitucionais**, isto é, cabe a essas cortes, que no Brasil é exercida pelo Supremo Tribunal Federal, o dever de julgar, bem como dar a palavra final acerca de matéria constitucional.

c) **novas técnicas de interpretação constitucional** como alternativa aos padrões clássicos que analisavam de forma fria e literal o disposto constitucionalmente. Logo, no neoconstitucionalismo há a necessidade de utilização de outras técnicas além das convencionais (e.g. a ponderação de princípios e utilização destes como normas, não meramente como sugestões ao julgamento).

4 A RELAÇÃO ENTRE ATIVISMO JUDICIAL E DIREITO HOMOAFETIVO

O termo direito homoafetivo foi utilizado pela primeira vez pela jurista Maria Berenice Dias para conceituar os trâmites jurídicos utilizados para garantir à comunidade LGBT+ os mesmos direitos que os demais. É importante salientar que não se trata de um novo ramo do direito, mas a interpretação adequada nos ramos dos direitos já existentes

Discutir o tema em questão é de extrema relevância, tendo em vista que o Brasil é um país com o histórico extremamente agressivo contra essa minoria, muitas vezes nutrido pelo discurso fundamentalista religioso e conservador.

A autora explica que em vez de caracterizar as relações de indivíduos do mesmo gênero como homossexuais, é preferível a utilização do termo “homoafetivos”. Isso

acontece pelo fato das relações no geral serem tidas não só no campo da sexualidade, mas também em trocas afetivas e amorosas. (DIAS, 2017, p. 13).

5 A CRIMINALIZAÇÃO DA LGBTFOBIA NO BRASIL

Logo nas primeiras aulas de direito penal é aprendido que o direito material criminal não pode ser utilizado em *malam partem*, dessa forma, diferente do direito cível, o tipo penal tem um caráter mais objetivo e não permite analogia.

O Brasil é um país extremamente conservador e hostil contra a comunidade LGBTQIA+. Tais informações podem ser atestadas por meio de dados levantados pelo GGB (Grupo Gay da Bahia), que registrou 445 casos de assassinatos de homossexuais em 2017 no Brasil. (SENADO, 2018).

Apesar desse histórico, que também foi levantado em anos anteriores, há uma dificuldade de aprovação de leis que coíbem tais agressões. Em 2001, a deputada do PT Iara Bernardi protocolou um projeto de Lei na Câmara que visava a criminalização de preconceito de gênero, identidade de gênero e orientação sexual. Tal projeto foi votado pela Câmara dos Deputados e arquivado pelo senado.

Tendo isso, em 2019 a ABGLT (Associação brasileira de gays lésbicas e transsexuais) e o Partido Popular Socialista protocolaram Ação Direta de Inconstitucionalidade e mandado de injunção por omissão do legislativo acerca do tema. Tais processos foram julgados procedentes por 8 votos a 3 e têm o efeito vinculante, tendo validade provisória enquanto não é criada na câmara lei sobre o tema.

Na prática, foi utilizada a lei 7716/89, a lei de racismo, que disciplina também outras formas de preconceito, de acordo com o artigo 1º, que disciplina “Serão punidos, na forma desta Lei, os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional” (BRASIL, 1997)

De acordo com a fundamentação usada, o racismo se trata de um fenômeno exclusivamente social, não biológico, pois de acordo com a biologia não há características suficientes para determinar diferenças significativas entre as etnias que fossem capazes de criar novas raças. Há apenas uma raça, a humana.

No entanto, sob ponto de vista sociológico e histórico, a etnia foi utilizada durante muito tempo para justificar e legitimar um governo escravocrata. Ora, se os negros vindos da África não eram encaixados na mesma raça que do grupo dominante, não haveria nenhum critério de humanidade para classificá-los, logo a escravidão poderia ser justificada,

Partindo desse pressuposto, raça é um conceito sociológico que serve de parâmetro para entendermos os preconceitos e vulnerabilidades sociais.

No julgamento da ação, o ministro Alexandre de Moraes esclarece que:

todas as formas de homofobia e transfobia devem ser punidas com o mesmo rigor aplicado atualmente pela Lei de Racismo, sob pena de hierarquização de opressões, decorrente da punição mais severa de determinada opressão relativamente a outra. [...] tal superação da exigência de legalidade estrita parlamentar para que o STF efetive a criminalização específica da homofobia e da transfobia é juridicamente possível pela ausência de proibição normativa a tanto e, ainda, se faz necessária no atual contexto brasileiro na medida em que nosso Parlamento lamentavelmente nega a supremacia constitucional ao se recusarem a elaborar referida legislação criminal. (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2020)

Oportunidade, a qual o ministro votou para que:

- (a) seja reconhecido que a homofobia e a transfobia se enquadram no conceito ontológico-constitucional de racismo, de sorte a enquadrá-las na ordem constitucional de criminalizar o racismo constata do art. 5º, inc. XLII, da CF/88, já que elas inferiorizam pessoas LGBR relativamente a pessoas heterossexuais cisgêneras ou, subsidiariamente, reconhecê-las como discriminações atentatórias a direitos e liberdades fundamentais, de sorte a enquadrá-las na ordem constitucional de criminalizar constante do art. 5º, inc. XLI, da CF/88;
- (b) seja declarada a mora inconstitucional do Congresso Nacional na criminalização específica da homofobia e transfobia;
- (c) cumulativamente, seja fixado prazo razoável para o Congresso Nacional aprovar legislação criminalizadora de todas as formas de homofobia e transfobia, especialmente (mas não exclusivamente) das ofensas (individuais e coletivas), dos homicídios, das agressões, ameaças e discriminações motivadas pela orientação sexual e/ou identidade de gênero, real ou suposta, da vítima;
- (d) caso transcorra o prazo fixado pela Suprema Corte, seja efetivamente tipificada a homofobia e a transfobia como crime específico e fixada a responsabilidade civil do Estado Brasileiro em indenizar as vítimas de todas as formas de homofobia e transfobia. (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2020)

Em sua fundamentação também é mencionado que quando se trata de Direitos Humanos, é necessária a interpretação sob a ótica que seja mais benéfica e protetiva. Logo, no caso em questão não seria razoável que fosse aplicada a literalidade da lei, mas sim uma forma de interpretação progressiva e extensiva, que possibilite o acesso da população LGBT+ ao sistema judiciário.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim como já exposto, a participação do poder judiciário, principalmente na figura do Supremo Tribunal Federal, nas questões sumariamente pertencentes ao poder legislativo e executivo não são um problema, desde que praticados da forma prevista na constituição. Logo, a discussão acerca da legitimidade do ativismo judicial deve ser feita no caso concreto, pois o ativismo judicial por si só não é ilegítimo.

Não é justo, tampouco democrático, a perpetuação da omissão do Estado em questões veementemente pertinentes em detrimento de um poder legislativo extremamente conservador, o qual claramente não acompanha o dinamismo social existente. Ainda, é importante salientar que a ausência da previsão legal não é o mesmo que ausência do Direito, tendo em vista os princípios constitucionais, que como visto são normas principiológicas.

O ativismo judicial, nesse contexto, se mostra totalmente legítimo e necessário levando em consideração os dados, isto é, o preconceito é um fato social, logo, o seu combate deveria ser a postura adotada pelo Estado.

Partindo de princípios como o contrato social, é dever do Estado zelar para que seus indivíduos convivam de forma civilizada e harmônica. Sendo assim, é também dele a responsabilidade de tutelar direitos e trabalhar com políticas públicas que cumpram esse compromisso compactuado.

Não seria possível falar em democracia e respeito aos direitos humanos e direitos fundamentais, sem falar em autonomia privada, liberdade de escolha, e principalmente, liberdade de expressão, seja ela verbal ou sexual.

Conclui-se, então, que o direito homoafetivo conquistado pelo ativismo judicial não se mostra eficaz somente para a comunidade LGBTQ+, mas para a sociedade como um todo. A democracia não é privilégio de alguns, mas sim um direito conquistado em um processo histórico gradual e doloroso.

Democracia, dessa forma, não é a simples vontade da maioria, mas um fenômeno universal e diverso para que não somente o desejo popular seja respeitado, mas os desejos em suas variáveis e pluralidades existentes.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 7.716**. Brasília, DF: Senado Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm. Acesso em: 17/06/2020.

DIAS, M. B. **Direito homoafetivo e diversidade sexual**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017.

LENZA, P. **Direito Constitucional Esquematizado**. São Paulo: Editora Saraiva, 2015.

OLIVEIRA, Daniela. **AGU Explica – Neoconstitucionalismo**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ISxpNsOWIdA>. Acesso em: 17/06/2020.

SENADO, Rádio. **Brasil é o país onde mais se assassina homossexuais no mundo.** 2018. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/brasil-e-o-pais-que-mais-mata-homossexuais-no-mundo>. Acesso em: 17/06/2020.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, STF. **ADO 26.** Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão. Origem: DF – Distrito Federal. Relator Atual: Min. Celso de Mello. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/ADO26votoMAM.pdf>. Acesso em: 17/06/2020.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, STF. **Ação Direta de Inconstitucionalidade 5.543.** Origem: DF – Distrito Federal. Relator Atual: Min. Edson Fachin. 2017. Disponível em: <https://www.jota.info/wp-content/uploads/2020/05/adi5543.pdf>. Acesso em: 17/06/2020.

EXCLUSÃO E INCLUSÃO SOCIAL NAS EMPRESAS

Jessica X. da Silva, Laura A. Balivo, Yasmins G. Verdini, Solimar G. M. Bonjardim, e-mail: laura_balivo@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A exclusão social é um assunto que ganha cada vez mais importância ao passar dos anos visto que, é um processo dinâmico, multidimensional, do qual se nega aos seres humanos, por motivos de etnia, raça, gênero e outras características que o definem, o acesso à oportunidade e serviços de qualidade que consente com que vivam produtivamente fora da pobreza (MAZZA, 2005). É um desenvolvimento no qual certos indivíduos são empurrados para a margem da sociedade e impedidas de participarem plenamente em virtude da sua pobreza ou de falta de competências básicas e de oportunidades de aprendizagem ao longo da vida, ou ainda em resultado de discriminação (COM, 2003). A exclusão de um grupo ou de indivíduos que pertencem a esse grupo é primeiramente uma negação de respeito, reconhecimento e direitos (Silver, 2005).

A inclusão social é um processo pelo qual a exclusão social é amenizada, é caracterizada pela busca da redução de desigualdade por meio de objetivos que contribuem para o aumento da renda e do emprego (WIXEY et al, 2005). Está relacionada com a procura da estabilidade social através da cidadania social, no qual todos os cidadãos têm os mesmos direitos perante a sociedade, preocupa-se com a implementação do bem-estar dos indivíduos como cidadãos (SHEPPARD, 2006). As políticas sociais contemporâneas priorizam equivocadamente atingir os excluídos que estão no limite das privações através de programas de inclusão (LOPES, 2006).

Podemos perceber que o processo de exclusão é um grande problema enfrentado pelos cidadãos e por isso muitas vezes são implementados processos de inclusões para tentarem amenizar este problema e trazer a igualdade para todos os indivíduos. O grande objetivo deste trabalho é analisar o processo de exclusão e inclusão existente nas empresas, por meio de uma coleta de dados que trará valores quantitativos que poderão ser analisados e discutidos, para verificarmos a inserção profissional dos diferentes nas empresas do município de Jau.

Neste panorama a cidade de Jau no interior de São Paulo com mais de 17.072 empresas cadastradas, é de extrema importância que a cidade, empresas e sindicatos tenham conhecimento do cenário existente dentro de seu município, principalmente para

amenizar a pobreza, aumentar custo de vida, distribuição de renda. Então neste sentido pela necessidade de estar conhecendo este panorama, é necessário este tipo de estudo. Estudo que discuta dentro de uma cidade as ações das empresas, que estão sendo feitas para aumentar a inclusão. Assim, identificando este tipo de ação e que as outras empresas consigam implantar e desenvolver seus projetos de inclusão. Devido a falta de trabalhos com esta temática esta pesquisa se justifica.

2 MÉTODO

Com o objetivo de analisar a exclusão e inclusão social existente nas empresas, a falta de oportunidade de todas as pessoas consideradas “diferentes”, a fim de compreender ambas as partes neste processo de exclusão e inclusão e ver qual é o papel da empresa perante a toda essa situação esta pesquisa foi realizada. Assim, é uma pesquisa qualitativa e, segundo Malhotra (2001, p.155), “a pesquisa qualitativa proporciona uma melhor visão e compreensão do contexto do problema, enquanto a pesquisa quantitativa procura quantificar os dados e aplica alguma forma da análise estatística”, dentro de uma pesquisa qualitativa fora realizado uma pesquisa de cunho explicativo, na qual foram pesquisadas, registradas, analisadas, interpretadas e assim identificadas suas causas perante a situação com a empresa.

Quando realizada, fora dividida em três etapas: primeiramente o levantamento bibliográfico na internet, por meio de palavras-chave “diversidade”, “inclusão social”, “exclusão”, “mercado de trabalho”, “preconceitos”, “atividades inclusivas” para assim conhecer as discussões e verificar o que os autores discorrem sobre o assunto e, assim, construirmos uma base bibliográfica.

Em seguida realizamos uma pesquisa de campo para identificar as empresas em Jaú que tenham alguma atividade inclusiva e suas ações. Para isso as pesquisadoras e orientadora elaboraram um questionário online e, após as aprovações do Comitê de Ética em Pesquisa, fora divulgado, por meio das redes sociais e sindicatos, para as organizações que se sentirem confortáveis em responder.

Depois do encerramento a segunda etapa, foi feita uma análise e discussão das respostas mediante a aplicação da Análise de Conteúdo de Bardin (1977), o qual irá transformar os dados qualitativos em dados quantitativos para compreensão do universo da inclusão das empresas do município de Jaú.

Nesta pesquisa, não há riscos diretos as empresas participantes da pesquisa que fornecerão os dados e, para minimizar qualquer problema relacionado, será entregue o

Termo de Confidencialidade dos dados e assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Além disso, fora informado aos colaboradores que eles podem sair da pesquisa a qualquer momento caso não se sintam confortáveis ou queiram desistir. É bom afirmar que as informações serão usadas somente para fins de pesquisa e publicação de artigos científicos sem que haja identificação dos voluntários. Já os benefícios perpassam por conhecer o que as empresas fazem para incluir as pessoas do mercado de trabalho na cidade de Jaú, além de divulgar os resultados aos órgãos competentes do município de Jaú para a atualização do banco de dados do setor de desenvolvimento econômico.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A inclusão social é um tema bem discutido atualmente, pois englobam vários grupos excluídos do mercado de trabalho por serem quem são, isto é, negros, mulheres, obesos, pobres, gays, deficientes entre outros grupos. Mas, dentre tantas diferenças foram criadas leis que estabelecem a igualdade perante a lei, assegurando a todos os seus direitos como cidadão.

Neste panorama, é de suma importância desmistificar esta relação (empresas-inclusão da diversidade), analisando a diversidade no mercado de trabalho e o processo de inclusão nas organizações.

Quando um indivíduo nasce, segundo Strey (2002, p.59), “encontra-se num sistema social criado através de gerações já existentes e que é assimilado por meio de inter-relações sociais”. O indivíduo desde que se origina neste mundo é um ser de socializações, sua base está em valores já existentes em sua família e, também, no meio social. A formação de seu caráter é decorrente, segundo Savoia (1989, p. 54) “de um processo de socialização, no qual intervêm fatores inatos e adquiridos”, então devido aos fatores estabelecidos, para a autora, herdamos características genéticas familiares e de fatores natural social e cultural.

Vivemos em diversos grupos (familiares, de trabalho, amigos, da escola) no qual convivemos, interagimos e crescemos. Esses grupos são totalmente influenciados na vida do indivíduo. Essas relações vão sendo efetivadas ao longo da vida sejam elas de indivíduo a indivíduo, de indivíduo a grupo, elas se formam por meio de semelhanças ou de seu próprio interesse.

Existem grupos sociais que sofrem vários preconceitos como: negros, índios, idosos, pobres, homossexuais, desempregados, pessoas portadoras de deficiência, toxicodependente entre outros grupos que são deixados de lado por não seguirem os

padrões impostos pela sociedade. A princípio a lei nº 7.716 foi criada para punir crimes decorrentes do preconceito de raça ou cor, mas em 1997 foi estabelecida uma nova lei nº 9.459 que amplia a proteção de vários tipos de intolerância acrescentando termos como etnia, religião e procedência nacional. Segundo o artigo 1º da lei nº 7.716 “Serão punidos, na forma desta Lei, os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional”, as penas previstas podem chegar até 5 anos de reclusão.

Por meio da socialização, os grupos desenvolvem um comportamento discriminatório, onde a categorização faz com que os indivíduos estereotipam outros indivíduos de determinados grupos, de forma rápida e automática, distinguem características sejam elas negativas ou positivas, colaborando ao julgamento de membros de outros grupos. Considerar que o seu grupo possui características melhores que a de outro grupo pode garantir a identidade social positiva, pois seria um sentimento comum dos demais indivíduos deste grupo, desta forma justificaria o surgimento do preconceito (ALLPORT, 1954).

No processo de socialização, o indivíduo sofre muitas influências sociais alterando seu comportamento, personalidade, gostos e escolhas. Essas influências podem ser geradas por meio das mídias como Televisão, rádio, internet entre outros. De acordo com Connell e Pearse (2015) temos na sociedade mecanismos que faz com que as pessoas se moldem por meio da cultura, mídia, religião, educação, time entre outros. Definem não apenas o comportamento como também as relações sociais e interpessoais. Essa personalidade, gosto e escolha do indivíduo pode ser chamada de estereótipo.

Os estereótipos são rótulos criados de maneira generalizada pelo senso comum, ou seja, é um conhecimento popular que é adquirido por meio da observação algo que não foi testado por um método, apenas estabelecido pela população. Estes são criados a partir de padrões sociais estabelecidos pela sociedade para impor o que acha correto. Mesmo as pessoas não percebendo, toda a sociedade está inserida em um grupo social, e, caso não siga o que foi estabelecido como o padrão, é excluído. Assim, poderá sofrer diversos tipos de preconceito, já que o estereótipo é a base para o preconceito. Muitos indivíduos buscam por recursos cirúrgicos para conseguir “entrar” nos padrões já estabelecidos pela sociedade.

Os estereótipos podem ser classificar de duas maneiras: positivos e negativos, ou seja, estipular uma característica boa (dizer que é um grupo é inteligente, educado, sério, etc.) ou ruim (dizer que é um grupo de pessoas preguiçosas, intuitivas, etc.) de cada

indivíduo e podem se mobilizar de duas formas: heteroestereótipos (estereótipos dirigidos para grupos distintos) e os autoestereótipos (estereótipos dirigidos para o próprio grupo) (Krüger, 2004).

A exclusão é um processo de afastamento e priorização de determinados indivíduos ou grupos sociais em diversos âmbitos da sociedade, no qual é impulsionado pela estrutura desse sistema econômico e político, os excluídos sociais geralmente são grupos de minorias étnicas, culturais e religiosas, como os negros, idosos, pobres, homossexuais, índios, portadores de deficiência dentre outros.

No processo de inclusão das pessoas no meio social, foram criadas leis que as igualam a outras pessoas, para não haver injustiças ou diferenças. Começando pelos direitos humanos previstos na Constituição do Brasil (1988) que estão consolidados na Constituição da República Federativa do Brasil no título que trata dos princípios fundamentais, no qual traz valores éticos, morais e políticos que permitem garantias mínimas para a vida, dignidade, liberdade e igualdade para qualquer pessoa. Para que, desta forma, possa viver em equilíbrio com si mesmo e em grupos, e para estabelecer que todos os cidadãos são iguais perante a lei, além de igualar o ser humano também lhe oferece direitos a agir como cidadão.

Ademais, a Constituição Federal dispõe sobre a igualdade entre homens e mulheres e que ninguém pode ser sujeito de tortura e tratamento desumano ou degradante. O artigo 5º da Constituição também expõe que é livre o exercício de qualquer trabalho, atendendo suas especificações. O artigo 6º da Constituição Federal expõe quais são os direitos sociais, sendo: educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, transporte, lazer, entre outros. Assim, garantindo a inclusão de todos os brasileiros na sociedade, inclusive nas empresas.

Para proteger os grupos denominados excluídos da sociedade (negros, religiosos, procedentes nacionais e pela etnia), foi criada a lei nº 7.716. Neste o artigo 3º e 4º asseguram punições aos empregadores que exercerem a discriminação e desigualdade em suas empresas:

Art. 3º Impedir ou obstar o acesso de alguém, devidamente habilitado, a qualquer cargo da Administração Direta ou Indireta, bem como das concessionárias de serviços públicos.

Parágrafo único. Incorre na mesma pena quem, por motivo de discriminação de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional, obstar a promoção funcional.

Pena: reclusão de dois a cinco anos.

Art. 4º Negar ou obstar emprego em empresa privada.

§ 1o Incorre na mesma pena quem, por motivo de discriminação de raça ou de cor ou práticas resultantes do preconceito de descendência ou origem nacional ou étnica:

I - Deixar de conceder os equipamentos necessários ao empregado em igualdade de condições com os demais trabalhadores

II - Impedir a ascensão funcional do empregado ou obstar outra forma de benefício profissional;

III - proporcionar ao empregado tratamento diferenciado no ambiente de trabalho, especialmente quanto ao salário.

§ 2o Ficará sujeito às penas de multa e de prestação de serviços à comunidade, incluindo atividades de promoção da igualdade racial, quem, em anúncios ou qualquer outra forma de recrutamento de trabalhadores, exigir aspectos de aparência próprios de raça ou etnia para emprego cujas atividades não justifiquem essas exigências.

Pena: reclusão de dois a cinco anos

Em 1991 foi criada a lei 8.213/91 no qual se trata de cotas para deficientes e pessoas com deficiência, mais conhecida como lei de contratação de PCD (Pessoas com Deficiência) nas empresas, que dispõe sobre os planos de benefícios da previdência e dá outras providências a contratação de portadores de necessidades especiais. O artigo 93º, da lei 8.213, traz a inclusão de pessoas deficientes e com deficiência no mercado de trabalho:

A empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção:

I - até 200 empregados	2%
II - de 201 a 500	3%
III - de 501 a 1.000	4%
IV - de 1.001 em diante.....	5%

A lei da inclusão do deficiente é apenas um exemplo de outras ações inclusivas que podem existir e acontecer. E essas ações podem/devem vir direto das empresas, e não depender apenas de imposição governamental. O ideal é que as organizações se tornem mais inclusivas, investindo em ações de atração, manutenção e incentivo à mão-de-obra diversificada, criando ambientes receptivos aos tradicionalmente segregados do convívio social. Não basta contratar por obrigatoriedade legal, pois, mais do que isso, é preciso oferecer oportunidades para que ela desenvolva suas habilidades e permaneça na empresa atendendo aos critérios de produtividade estabelecidos.

De acordo com Amorim (2020), as empresas com investimento e treinamento aumentam o valor de seus produtos, eleva a produtividade e obtém maior visibilidade social, as organizações modernas têm adotado políticas de diversidade com base em diversos

pressupostos. Um deles é o do incremento da competitividade proporcionada pela diversificação da mão-de-obra. Outro, seria o do perfil dos clientes que, frequentemente, são pessoas com deficiência e mostram-se cada vez mais exigentes em relação ao consumo de produtos e utilização dos serviços prestados pelas organizações.

O autor ainda enfatiza que um ambiente diversificado tende a ser produtivo e mais estimulante, visto que a valorização da diversidade contribui para a obtenção de um clima positivo, diminuindo-se, conseqüentemente, os índices de rotatividade. Organizações que previnem situações de discriminação adotando essa política são menos vulneráveis em relação à legislação. Dessa forma, constitui-se uma positiva e valorizada imagem corporativa sob os olhares do público.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões desse trabalho apontam que existe a exclusão desses grupos: negros, mulheres, obesos, pobres, gays, deficientes entre outros na sociedade, simplesmente por serem quem são, também podemos ver ao passar dos anos a luta para que cada vez mais esses indivíduos sejam incluídos, através de projetos de inclusão escolar e empresarial.

Quando um indivíduo nasce, segundo Strey (2002, p.59), “encontra-se num sistema social criado através de gerações já existentes e que é assimilado por meio de inter-relações sociais”. O indivíduo desde que se origina neste mundo é um ser de socializações, sua base está em valores já existentes em sua família e também no meio social. A formação de seu caráter é decorrente, segundo Savoia (1989, p. 54) “de um processo de socialização, no qual intervêm fatores inatos e adquiridos”, então devido aos fatores estabelecidos, para a autora, herdamos características genéticas familiares e de fatores natural social e cultural.

A legislação brasileira deixa clara a inserção dos indivíduos no meio social por meio de leis que asseguram a igualdade perante a todos, como também a lei que inclui os deficientes nas organizações, trazendo para esses grupos um ambiente mais justo, como visto anteriormente existe diversos projetos de inclusão dos cidadãos que foram excluídos do meio social. Segundo o artigo 1º da lei nº 7.716 “Serão punidos, na forma desta Lei, os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional”, as penas previstas podem chegar até 5 anos de reclusão.

REFERÊNCIA

AMORIM, Alexandre. **O papel da empresa no desenvolvimento do funcionário com deficiência**. 2020. Disponível em: <<https://revistamelhor.com.br/o-papel-da-empresa-no-desenvolvimento-do-funcionario-com-deficiencia/>>. Acesso em: Abril de 2021.

ALLPORT, G. **The nature of prejudice**. Cambridge: Addison-Wesley, 1954.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS. Relatório conjunto sobre a inclusão social, que sintetiza os resultados da análise dos planos de ação nacionais para a inclusão social (2003-05), Bruxelas, 12/12/2003, COM (2003) 773 Final, 2003.

CONNELL, R.; PEARSE, R. **Gênero: Uma perspectiva global**. 1ª edição. São Paulo. NVersos, 2015.

Constituição Federal De 1988. Disponível em: VADE MECUM Saraiva. 25ª edição. São Paulo: Saraiva educação, 2018.

IBGE. **Caderno Cidades: JAU-SP**. Disponível em:
<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/jau/panorama>>. Acesso em: Março de 2021.

IBGE. **Desemprego**. Disponível em:
< <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>> Acesso em: Abril de 2021.

KRUGER, H. **Cognição, estereótipos e preconceitos sociais**. In M.E.O. Lima & M. E. Pereira (Orgs.), Estereótipos, preconceitos e discriminação: perspectivas teóricas e metodológicas (pp. 23-40). Salvador: EDUFBA, 2004.

Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989. Disponível em:
<<https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/direito-facil/educacao-semanal/discriminacao-ou-preconceito-1>> . Acesso em: Abril de 2021.

Lei nº 8213, de 24 de julho de 1991. Disponível em: VADE MECUM Saraiva. 25ª edição. São Paulo: Saraiva educação, 2018.

LOPES, José Rogério. **“Exclusão social” e controle social: estratégias contemporâneas de redução da sujeitidade**. Psicologia & Sociedade. Florianópolis, v. 18, n. 2, 2006.

MALHOTRA, N. **Pesquisa de marketing**. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MAZZA, Jacqueline. **Inclusão social, mercados de trabalho e capital humano na América Latina**. In: BUVINIC, M.; MAZZA, J.; DEUTSCH, R. (Orgs.). Inclusão social e desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

RAMOS, Arthur. **Introdução à psicologia social**. 4. Ed. Santa Catarina: UFSC, 2003.

SAVOIA, Mariângela Gentil. **Psicologia social**. São Paulo: McGraw-Hill, 1989.

SHEPPARD, Michael. **Social work and social exclusion: the idea of practice**. Aldershot: Ashgate, 2006.

SILVER, Hilary. **Políticas dos países europeus para promover a inclusão social**. In: BUVINIC, M.; MAZZA, J.; DEUTSCH, R. (Orgs.). Inclusão social e desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

STREY, Marlene Neves (Org.). **Psicologia Social Contemporânea**. 7. Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

WIXEY, Sarah *et al.*, Measuring Accessibility as Experienced by Different Socially Disadvantaged Groups, funded by the EPSRC FIT Programme — Transport Studies Group — Universidade de Westminster, 2005.

LEI 14.132/2021: UMA ANÁLISE CRÍTICA DO CRIME DE PERSEGUIÇÃO

Lilian Ribeiro Sobral, Perla Savana Daniel
lisobral@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

As inovações tecnológicas das últimas décadas encurtaram distâncias e propiciaram a expansão democrática do acesso à internet e dispositivos móveis. Um celular com acesso a *world wide web* faz compras, transações financeiras e é usado como instrumento para a prática do *stalking*. Através dele, se enviam mensagens com tom ameaçador ou com conteúdo persistente que incomoda o destinatário; se monitora o paradeiro/roteiro de determinada pessoa; se elaboram postagens que humilham e constrangem o alvo; se levantam informações sobre a vida pessoal e profissional de alguém determinado.

Os danos às vítimas de *stalking* atestam a gravidade da conduta. Os riscos envolvendo a não interrupção da agressão podem conduzir a uma escalada na lesividade, culminando em violência e, não raro, em homicídio (ou feminicídio).

Trazendo a problemática para um olhar interno: o Brasil pune a conduta de *stalking*? Como, afinal, o ordenamento jurídico brasileiro lida com esta realidade? O presente trabalho pretende responder estas perguntas tendo como ponto de partida a contextualização da gravidade da conduta em comento a partir da análise de suas consequências. Ao analisar a lei que criminalizou a perseguição no Brasil, explora o que ela representa, seus principais elementos e as críticas manifestadas por parte da comunidade jurídica.

2 MÉTODO

A elaboração do trabalho recorreu ao método dedutivo. Foi optado por revisão de literatura científica e jurídica que produziu uma pesquisa qualitativa. A abordagem do tema foi estruturada na sequência de três partes: primeiro discorre-se sobre a conceituação de *stalking* e *cyberstalking* e os danos causados às vítimas de tais práticas; a segunda parte apresenta com detalhes a nova lei que criminaliza a perseguição no Brasil. Por fim, são tecidas análises críticas da redação do novo art. 147-A do Código Penal a partir tanto de desdobramentos de parte da comunidade jurídica acerca do tema quanto da leitura de artigos científicos, trabalhos acadêmicos, publicações governamentais de centros especializados na temática e posicionamentos do Ministério Público (MP).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A perseguição reiterada ou *stalking* é uma prática delituosa antiga e inerente à complexidade do ser humano e suas características biopsicossociais. Com a modernização e aumento da acessibilidade à tecnologia de informação e comunicação, as distâncias e a privacidade diminuíram e propiciaram maior espaço para as intimidações, exposições, ameaças praticadas por perseguidores.

O Brasil punia esta conduta, majoritariamente, como contravenção penal (Perturbação da Tranquilidade – art. 65 do Decreto-Lei nº 3.688/1941). Ou seja, além de nela não estarem caracterizados os elementos do fato – mais gravosos do que mera perturbação da tranquilidade – seu preceito secundário era desproporcional à gravidade dos atos de perseguição e às repercussões negativas destes à vítima.

A sociedade brasileira padecia de uma norma jurídica que tratasse especificamente do *stalking*, urgindo a atualização do ordenamento jurídico de modo a tutelar estas vítimas a altura do mal que sofriam e a considerar a multiplicação dos instrumentos facilitadores do *stalking*.

A literatura dispõe de diferentes conceituações para o fenômeno *stalking*. A amplitude dos meios e abordagens de perseguição dificulta um consenso acerca desta definição. Assim, foram dois os escolhidos para constar neste trabalho por abrangerem a essência dos elementos inerentes a este fenômeno.

O primeiro é trazido por Coelho e Gonçalves (2007 *apud* DAVID, 2017, p. 15): “[...] padrão intencional de perseguição repetida ou indesejada que uma pessoa razoável consideraria ameaçador ou indutor de medo.”. O segundo conceito é apresentado por Grangeia e Matos (2012 *apud* DAVID, 2017, p. 15-16): “[...] padrão de comportamentos de assédio persistente, que se traduz em formas diversas de comunicação, contato, vigilância e monitorização de uma pessoa-alvo [...]”.

Complementando estas caracterizações, Matos [*et.al.*] (2012 *apud* DAVID, 2017, p. 16) explica que as ações do perseguidor perante a vítima compreenderão atos desde os aparentemente inofensivos – como envio de presentes como flores – até aqueles intimidatórios com ameaças, constrangimentos, perseguição física ou virtual podendo, não raro, escalar com o tempo para violência física e/ou sexual.

Uma das características mais peculiares do *stalking* é a repetição, tornando a perseguição indesejada persistente. Não há um consenso doutrinário (tampouco legal) quanto a um número mínimo de episódios para a configuração do *stalking* e é interessante

que assim seja dado o risco de que tal especificidade deixe de contemplar casos reais de pessoas vitimadas por este fenômeno.

A inovação tecnológica das comunicações e meios eletrônicos aumentou e facilitou os meios empregados para a atuação dos *stalkers*. No meio virtual, o agente tem acesso facilitado às informações sobre a vida pessoal e profissional da vítima, podendo descobrir onde esta mora, onde trabalha quem são seus familiares e amigos, com quem se relaciona amorosamente e até sua localização geográfica em dado momento.

No *cyberstalking* as possibilidades de contato com a vítima são ampliadas. Com poucos cliques a vítima pode ser contatada através de mensagens pessoais e/ou postagens em suas redes sociais com teor e frequência que também caracterizam perseguição obsessiva. Ainda na modalidade *cyberstalking*, tem-se também a ocorrência da conduta de propagação virtual de conteúdos informáticos íntimos ou manipulados da vítima. Rocha (2017, p.16) pontua que o aparente anonimato propiciado pela virtualização do *stalking* torna os indivíduos cada vez mais ousados, seguros e propícios a atos de maior gravidade fora do ambiente *online*.

Ainda quando representam comportamentos socialmente inofensivos ou “meramente incomodativos”, a insistência e imprevisibilidade das abordagens do perseguidor têm potencial para causar transtornos na vida da vítima e afetam desde sua saúde física e mental até sua vida social e econômica.

Estudos na área têm mapeado as ocorrências mais frequentes de tais males às vítimas. Na saúde física destacam-se distúrbios digestivos, alterações de apetite, dores de cabeça, maior fraqueza, cansaço (PATHÉ, MULLEN, 1997 *apud* MATOS, 2011, p. 23-24) e ferimentos causados pela ação violenta do agressor. Na saúde mental os abalos podem incluir medo, hipervigilância, desconfiança, sentimentos de abandono e desânimo e/ou falta de controle (MULLEN [*et.al.*], 2001 *apud* MATOS, 2011, p. 24). Nota-se também a ocorrência de ideação suicida e paranoia (DAVID, 2017, p. 26).

Quanto à vida social, muitas vítimas alteram sua rotina alternando percursos de deslocamento e horários de compromissos fixos com o intuito de dificultarem sua localização/perseguição física. Outras ainda recorrem à alteração do número de telefone, mudança de emprego e/ou de residência. No plano econômico, podem abandonar o emprego, perder dias de trabalho, ter gastos com reforços de segurança (troca de fechadura, instalação de câmeras de vigilância) e com a restauração de bens patrimoniais danificados pelo *stalker*. (MATOS, 2011, p.25).

No ano de 2021, o presidente Jair Messias Bolsonaro sancionou o projeto de lei 1.369/19, de autoria da senadora Leila Barros (PSB-DF), e em 31/03/2021 entrou em vigor a lei nº 14.132 que incluiu no Código Penal (CP) o crime de perseguição.

A nova lei incluiu o artigo 147-A no CP que leva em seu *caput* a definição da conduta do autor deste novo crime: *“Perseguir alguém, reiteradamente e por qualquer meio, ameaçando-lhe a integridade física ou psicológica, restringindo-lhe a capacidade de locomoção ou, de qualquer forma, invadindo ou perturbando sua esfera de liberdade ou privacidade.”*. A “reiteração” trazida neste texto foi interpretada pelo MP do Estado de São Paulo (2021, p. 5) como *“duas ou mais condutas contra vítima específica, sequenciais ou não, desde que no mesmo contexto fático.”*. O mesmo órgão pontua a possibilidade da atipicidade da conduta se praticada isoladamente, implicando na criminalização em caso de repetição em face da mesma pessoa.

A sanção penal para o sujeito ativo do crime de perseguição é de reclusão de seis meses a dois anos e multa. Há nos incisos do § 1º, contudo, circunstâncias de aumento de metade da pena, quais sejam quando o crime é cometido: i. contra criança, adolescente ou idoso; ii. contra mulher por razões da condição do sexo feminino, nos termos do §2º-A do art. 121 do CP (envolvimento de violência doméstica e familiar; ou menosprezo ou discriminação à condição de mulher); iii. mediante concurso de duas ou mais pessoas ou com o emprego de arma.

O crime de perseguição cometido sem circunstância(s) causadora de aumento de pena configura crime de menor potencial ofensivo e, por conseguinte, permite a aplicação de institutos despenalizadores como a transação penal (art. 76 da Lei 9.099/95) ou a suspensão condicional do processo (art. 89 da Lei 9.099/95). De acordo com redação do art. 28-A, §2º, I, CP, o acordo de não persecução penal não será possível quando cabível o uso da transação penal.

Caso haja subsunção entre a conduta criminosa praticada e as circunstâncias que ensejam aumento de metade da pena (incisos de I à III do §1º), o crime deixa de ter menor potencial ofensivo e, portanto, caberia apenas o acordo de não persecução criminal (art. 28-A, CP). Destaca-se que este não poderá ser aplicado caso a causa de aumento da pena seja decorrente do disposto no §1º, II da Lei nº. 14.132/21 (crime cometido contra mulher por razões da condição do sexo feminino), conforme prevê tanto art. 28-A, §2º, IV como o art. 41 da Lei nº 11.340/06.

A Lei 14.132/2021 não foi omissa perante a realidade do uso de violência em significativo número de casos de *stalking* e, em seu §2º, destacou que as penas deste art.

147-A, CP são aplicáveis cumulativamente às sanções penais correspondentes à eventual violência.

O titular da ação penal do crime de perseguição será o MP, haja vista o teor do §3º que informa que o crime procede-se mediante representação da vítima.

Por fim, a vigência da nova legislação, através do seu art. 3º, revogou o art. 65 do Decreto-Lei nº 3.688/41 (Lei das Contravenções Penais) que tratava a “perturbação da tranquilidade alheia”.

Ainda a respeito da revogação supracitada, aplicam-se os princípios da Continuidade Normativa-Típica e Irretroatividade Maléfica da Lei Penal Superveniente aos casos nos quais a perseguição persistente iniciou e se encerrou antes da vigência da Lei 14.132/21 e possui os elementos do tipo do art. 147-A, CP. (BRASIL, 2021).

Por certo que a criminalização do crime de perseguição atendeu à demanda da sociedade e auxiliou o Judiciário que padecia de dificuldades para enquadrar o fato à norma, punindo o acusado ora pelo crime de ameaça (art. 147, CP) ora – e majoritariamente – pela contravenção penal de perturbação da tranquilidade (art. 65 do Decreto-Lei nº 3.688/41).

Apesar do pouco tempo do crime de perseguição, a comunidade jurídica tem se posicionado de forma crítica perante a vagueza de termos presentes no texto da nova lei. A começar pelo núcleo do tipo “perseguir”: o termo “perseguição obsessiva” estava presente no texto original do projeto de lei nº 1.369/2019, mas a remoção do adjetivo foi acatada pelo Senado Federal a pedido da Associação dos Magistrados do Brasil. Este alegou que a especificidade do uso de termos próprios da psicologia como a obsessão poderia limitar o alcance da norma estritamente aos casos com aferição da existência da neurose no comportamento do agente (BRASIL, 2021). Ao contrário deste entendimento, partes dos juristas que já se manifestaram a respeito veem a ausência de uma elementar de intenção na redação do novo artigo 147-A, CP como um complicador na aplicação do direito ao caso concreto. (VEIGA [et.al], 2021).

A crítica vai além e reflete sobre a vulnerabilidade da norma para uso indiscriminado em situações que fogem do *mens legislatoris*, uma vez que a ela faltariam delimitadores como a intenção do agente. Vislumbra-se o risco do avanço do Direito Penal em acontecimentos que deveriam continuar sendo contemplados exclusivamente pelo Direito Civil ou do Consumidor. (VEIGA [et.al.], 2021).

O uso das expressões “por qualquer meio” e “de qualquer forma” também tem sido objeto de críticas por parte dos juristas que já se debruçaram sobre a lei nº 14.132/2021.

Furniel (2021) pontuou que a existência de leis penais com conteúdo vago ou obscuro e que, por este motivo, obste o entendimento claro dos termos do fato típico, favorecem a ocorrência de interpretações judiciais idiossincráticas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A extensão dos danos provocados à vítima de *stalking* transcende o abalo psicológico. O ciclo de medo e ansiedade costuma levá-la a ter que reorganizar a rotina de sua vida pessoal e profissional, quando não limitá-la. Impossível não citar a violência física e/ou sexual que, não raro, é praticada após uma sequência de condutas persecutórias que já incomodavam a vítima.

Resta evidente a omissão do ordenamento jurídico brasileiro – até 31 de março de 2011 – frente à conduta característica do *stalker* e sua penalização proporcional à gravidade de suas práticas. Até a criminalização da perseguição proporcionada pela lei nº 14.132/2021, os aplicadores do direito tinham como figura jurídica mais próxima da subsunção a contravenção penal de perturbação da tranquilidade.

A despeito das críticas que o novo art. 147-A, CP tem recebido, é emblemática a importância da novidade legislativa. A partir de sua vigência, as vítimas do crime de perseguição adquiriram uma tutela diferenciada do Estado ao mesmo tempo em que os criminosos passaram a ter motivos para temer a resposta do Poder Judiciário.

Teria sido de suma importância que o Estado investisse na divulgação da nova lei e na orientação da população. Saber reconhecer que se está sendo vítima de um crime e que deve representar junto ao MP ou à autoridade policial seu interesse na continuação da persecução criminal poderia auxiliar as vítimas do *stalking* no que diz respeito a: i. segurança de saber existir uma tutela – agora mais proporcional – por parte do Estado; ii. reconhecimento do crime do qual está sendo vítima; iii. ciência das ações necessárias para viabilizar a penalização do ofensor.

A respeito das críticas da comunidade jurídica, caberá a observação se tais preocupações de fato se transportarão aos casos concretos no judiciário. Caso se constate o reiterado uso do novo dispositivo legal para fins que divirjam da intenção do legislador, seria recomendada a alteração do texto da lei nº 14.132/2021 após novas consultas com especialistas na temática nos âmbitos científicos e acadêmicos, delimitando a subsunção do tipo de modo que não extrapole o real objetivo do alcance da norma. Até lá, resta aguardar a fundamentação dos julgados envolvendo o crime em comento e observar se os

próprios tribunais pacificarão entendimentos versando sobre as pretensas vagezas do novo crime (e antiga conduta) de perseguição.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério Público do Estado de São Paulo. CAO CRIM. **Boletim Criminal Comentado**. nº 137. Maio 2021. Disponível em http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/Criminal/Boletim_Semanal. Acesso em 15 mai. 2021.

BRASIL. Senado Federal. **Parecer nº 25/2021 – Plen/SF**. Brasília: Senado Federal. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=8938196&ts=1617252084174&disposition=inline>. Acesso em 16 mai.2021.

DAVID, Marisa Nunes Ferreira. **A Neo-Criminalização do Stalking**. 2017. 97 p. Dissertação (Mestrado em Medicina Legal e Ciências Forenses) – Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2017. Disponível em: <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/81913>. Acesso em 11 mai. 2021.

FURNIEL, Guilherme. O crime de perseguição e a violação à taxatividade legal. **Migalhas**. 02 abr. 2021. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/342937/o-crime-de-perseguiacao-e-a-violacao-a-taxatividade-legal>. Acesso em 16 mai.2021

MATOS, Marlene, [et.al.]. **Stalking: boas práticas no apoio à vítima. Manual para profissionais**. Lisboa: Comissão Para A Cidadania e Igualdade de Gênero, 2011. 63 p. Disponível em: <https://www.cig.gov.pt/siic/wpcontent/uploads/2015/01/Stalking.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2021.

ROCHA, Débora dos Santos. **Criminalização do stalking: análise sobre a tipificação penal no ordenamento jurídico brasileiro**. 2017. 57 p. Monografia (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017. Disponível em: <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/31580>. Acesso em 11 mai 2021.

VEIGA, Lucas, [et.al.]. Entre o *stalking* e a perseguição política, não há fronteira que os separe. **Conjur**. 7 abr. 2021. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2021-abr-07/opinio-entre-stalking-perseguiacao-politica-nao-fronteira>. Acesso em 11 mai. 2021.

O DESAFIO DAS EMPRESAS FAMILIARES

Beatriz C. C. Antoniazzi, Gabriel de A. Biscoito, Larissa Perez, Vagner G. P. Júnior,
Solimar G. M. Bonjardim, e-mail: larissaperez201@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Na atualidade empresas de um modo geral regem a economia e são classificadas de acordo com o seu tamanho, ramo de atividade e sua estrutura. Dentre as diversas classificações que existem chama atenção o impacto econômico das empresas familiares nesse universo. De acordo com a pesquisa, elas têm grande importância para a economia das cidades. Contudo, as cidades brasileiras de um modo geral não possuem um levantamento exato sobre o impacto dessas no município, devido a essas faltas de informações, o presente trabalho está sendo construído na cidade de Jaú.

A cidade de Jaú conhecida pela grandiosidade do seu polo calçadista e sua produção do calçado feminino, está localizada na região central do estado de São Paulo, em uma área territorial de 687,103 m². Com 131.040 habitantes, Jaú se destaca pela sua escolaridade com um percentual acima da média nacional e um PIB per capita que ocupa a posição de 220° chegando uma renda de 31.855,35 e o salário médio mensal gira em torno de 2.3 salários-mínimos.

Nesse sentido para sanar a falta de informações na cidade e devido a uma necessidade da prefeitura municipal de Jaú e do Sebrae, o presente trabalho se justifica. Até o momento com os dados adquiridos na secretária de desenvolvimento no município de Jaú, encontramos as seguintes classificações de empresas: consórcio, cooperativa, EIRELI, empresário, grupo, sociedade limitada, sociedade por ações. Se enquadrando em empresa de pequeno porte, microempresas e normal. Essa pesquisa visa entender a participação das empresas familiares no cenário econômico de Jaú e os desafios que elas enfrentam.

2 MÉTODO

No presente trabalho utilizou-se a pesquisa bibliográfica e, posteriormente, a pesquisa de campo. A fonte de dados ocorreu por fonte secundária, ou seja, material proveniente de artigos e documentos publicados, assim desenvolveu-se uma revisão de literatura: no primeiro momento foi efetuada uma pesquisa bibliográfica, utilizando as palavras chaves “empresa familiar”, “gestão familiar”, “sucessão familiar”, “desafios

empresariais”, “negócios familiares”, “família de comerciantes”, para verificar o que os autores discorrem sobre o assunto e para fundamentar a discussão teórica.

Para a coleta dos dados realizou-se a pesquisa de campo para levantamento de dados quantitativos e qualitativos. Levantamento do número de empresas que se classificam como negócios de família, que existem no município de Jau. A pesquisa foi realizada com abordagem ética e autorização do Comitê de Ética, número do Parecer: 4.733.789.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Sociedade e as empresas são temas que se confundem, pois, os seres humanos sempre viveram em sociedade e realizavam atividades divididos em grupos, seja por idade, sexo ou força física. Assim, ao estudar a história das empresas é difícil conceber o início desta discussão, principalmente das empresas familiares ou negócios e família. Pesquisando sobre o tema e refletindo sobre essa discussão, essa pesquisa está foi construída.

Desde os primórdios os seres humanos vivem e trabalham em grupo, para isso acontecer eles passam pelo processo de socialização. Segundo Gomes (1992) a socialização é dividida como primária e secundária. A primária traz a família, costumes, doutrinas e heranças culturais, passadas de gerações anteriores, incluindo o novo indivíduo em um grupo de pessoas que possuem uma ligação fraternal. A socialização secundária traz a forma de ser inserido em grupos de pessoas com os mesmos objetivos, trazendo um novo panorama de convívio interpessoal. A estruturação de idioma, usos, costumes e valores promovem a socialização do indivíduo de uma forma geral. Esse é um processo que só termina com a morte, então ao longo da vida o indivíduo está aprendendo e convivendo. Isso é a sociedade em constante movimento e evolução.

O surgimento da empresa familiar e sua evolução estão ligados a essa história da civilização, isto é, do desenvolvimento das sociedades e das atividades familiares, dos desafios e comportamentos que envolvem as famílias e seus negócios.

Na antiguidade as pesquisas relatam o envolvimento de todos os membros. Então as crianças, como membros da família, ajudaram na instituição familiar juntando graveto ou colhendo café nos galhos mais baixos, conforme sua faixa-etária. Desse modo as crianças cresciam imersas no trabalho familiar, reproduzindo o negócio e papel da família (GOMES,1992)

Segundo autores diversos, existem diferentes definições de quando uma empresa é classificada como familiar. Para Lodi (1987) é considerada uma empresa familiar aquelas que estão há duas gerações na família. Em uma definição mais abrangente para empresa familiar, Adachi (2006) traz o pensamento que a organização deve possuir um ou poucos membros da família em sua administração, em seu processo decisório e na gestão.

Estas empresas são bastante peculiares quanto as relações de poder, culturas, processos de decisão e principalmente em suas relações interpessoais, levando em consideração os fatores afetivos existentes anexos, tais como ciúmes, amor, amizades, entre outros, portanto, é necessário que haja extremo cuidado para que se obtenha uma boa organização tendo em prol um desenvolvimento excepcional nos aspectos profissionais, tais quais afetam em grandes proporções quaisquer áreas dentro de uma empresa.

As empresas familiares desenvolvem um papel fundamental no cenário econômico do Brasil e do mundo, segundo dados do IBGE e do Sebrae, essas organizações representam 65% do PIB brasileiro e empregam 75% da força de trabalho do país. Essas organizações continuarão sendo uma parte significativa da economia mundial, nos países emergentes elas representam cerca de 70% a 90% do PIB anual (BJÖRNBERG; ELSTRODT; PANDIT, 2015).

A importância das empresas familiares está ligada aos campos social, econômico e políticos. No contexto social, elas se destacam por gerar empregos, influenciando na renda do país e na expansão do mercado (BERNHOEFT, 1989). De acordo com Dornelas (2001), geralmente o proprietário da organização familiar sente-se orgulhoso em trazer consigo uma tradição de família, conseguindo atingir o sucesso da empresa com seus familiares, conquistando uma posição relevante no mercado financeiro.

Ferreira (2013) relata que as atividades internas e externas exercidas dentro da empresa e o relacionamento entre as pessoas de modo geral corresponde à cultura organizacional da mesma, ou seja, todas as atividades exercidas dentro de um ambiente de trabalho dependem de como a cultura organizacional, com o segmento de satisfação e motivação dos colaboradores realiza suas determinadas atividades, o resultado final tende a ser positivo agregando uma melhor eficiência e eficácia em todos os setores. Quando falamos em eficiência e eficácia de uma empresa estamos ligando a imagem dela, tanto interno como externo, assim é um fator a mais para conceituar a melhor cultura e buscar sempre adotar todos os métodos e ferramentas para melhorar a produtividade e alcançar os melhores resultados.

Todas as empresas buscam aprimorar a cultura organizacional e melhorar seus fatores e diretrizes, mas nem sempre é realizada a partir do ponto que é planejada. Como toda empresa familiar, vários fatores podem interferir de forma negativa, como: conflitos entre membros que tomam as decisões dentro da empresa, nesse caso, cada pessoa tem uma ideia e quer colocá-la em prática, assim, várias opiniões tendem a serem analisadas e por resultado não agradar algum membro.

As empresas que possuem relação de pessoas da mesma família, são importantes para seu funcionamento, podendo haver influência nas ações de marketing (OLIVEIRA, 2010). Essa relação também pode ser um reflexo positivo mediante a sociedade mostrando uma boa gestão de pessoas da mesma família, movimentando todas as atividades composta dentro da empresa (DONNELLEY, 1976).

Contudo podemos ressaltar a importância da cultura organizacional dentro da empresa em questão familiar, pois havendo as diretrizes citadas acima e colocando-as de forma correta e objetiva, o gerenciamento de todos os setores da mesma tende-se a obter resultados positivos, tão no presente momento quanto futuramente elevando sempre seu potencial e seu nome dentro do mercado de trabalho.

Com trabalho de campo e análise dos resultados constatou-se que 83,30% das empresas que responderam são familiares, corroborando com a afirmação de Lethbridge (1997), isto é, que atualmente entre 80% a 90% das organizações são familiares, com um ou poucos membros da família no processo decisório da organização. Esse número já é considerado uma empresa familiar, como disse Adachi (2006), visto que 61,50% possui de 1 a 3 pessoas da família na organização. Esses empreendimentos querem proteger o seu negócio, passando de geração para geração como afirma Mendonça (2021), mas muitos começaram há pouco tempo estando assim na primeira geração, com 57,70% das respostas.

Nossa pesquisa ressaltou mediante as respostas, que um dos pontos principais como desafio para as empresas da classificação familiar é a falta de comunicação (22,81%), como presente em um dos questionários: “Diálogo entre os familiares, respeito mútuo” (A1) e “Relacionamento entre as partes da família envolvidas” (A2) e, também, misturar a relação profissional com a vida pessoal dentro do ambiente de trabalho (21,05%).

A pesquisa também resalta outros resultados encontrados que se tornam um desafio para as empresas familiares como: falta de profissionalismo, volume alto de trabalho, pandemia, financeiro, falta de funcionários e sobre a má gestão da empresa.

Portanto, desde o princípio, as empresas familiares sofrem desafios, dia após dia, principalmente pelo fato de haver anexo nelas coisas como hábitos, doutrinas e até mesmo valores que são (ou não) negociáveis, tendo em vista que, atualmente, a resiliência se mostra um diferencial. Um dos principais desafios a serem superados dentro de uma empresa familiar é a hierarquia a ser respeitada tendo em vista um bom relacionamento não somente com os funcionários como a família, buscando uma harmonização ambiental. O desafio se estende a patamar comercial quando a má relação funcionário-líder-família tem potencial muito grande dentro da companhia, afastando ou atraindo clientes que poderiam ou não ter potencial positivo ou negativo. As criações de empresas familiares na cidade de Jaú, interior do estado de São Paulo tem impacto imensamente positivo, levando em conta a grande quantidade de empregos que proporcionam dentro do comércio, tendo em vista que grande parte das empresas que residem a cidade são formadas por gerações e gerações de famílias, que juntas, fizeram com que não só o comércio aumentasse, mas também o número de visitas, o crescimento e a rotatividade de lucros dentro do município, tendo como consequência o giro monetário, aumento do PIB, aumento de empregos e elevação do capital particular de cada indivíduo.

Tendo em vista que as empresas familiares contam com a colaboração de parentes em um âmbito profissional, podemos perceber que dentro delas existe um certo padrão que se assemelha a inúmeras outras companhias, os cargos a serem ocupados por determinadas pessoas, a função estabelecida e até mesmo o nível de confiança incorporado, as questões hierárquicas a serem trabalhadas dentro de cada empresa e a forma como buscam impactar a sociedade em um todo, mais especificamente dentro da esfera econômica, enternecendo a sociedade a consumir mais, afagando o ego e a carência do consumidor, que conseqüentemente acaba sentindo maior confiança em adquirir produtos de empresas que são familiares pelo simples fato de passarem essa imagem de “família” até mesmo para seus clientes, ponto extremamente estratégico dentro de empresas familiares para a maior contribuição econômica dentro de uma cidade, estado ou até mesmo dentro do país.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, os desafios a serem superados dentro das companhias familiares, dentro e fora das empresas, basicamente, são aqueles que envolvem a hierarquia em um todo, a busca incessante por um gestor capacitado adequadamente para que haja diminuição dos atritos causados pela intimidade familiar dentro da empresa ou até mesmo o ponto de

equilíbrio entre o líder e os demais familiares que também se sentem dentro de um cargo de liderança, para que desta forma, os empecilhos causados pelo relacionamento profissional e pessoal em conjunto não se tornem tão graves a ponto de atingir aos clientes, ou provocar a falta deles. Deve haver comunicação limpa e respeitosa além de uma organização coletiva para a qualidade do serviço, psicológica dentro da empresa e até mesmo do atendimento as necessidades públicas que ali são fornecidas.

Desta forma, concluímos que a organização das empresas familiares deve ser feita com muita cautela, visando sempre a boa estabilidade e harmonização dentro do ambiente profissional, a busca por tais qualidades é incessante, já que dentro de toda família, há uma certa intimidade, e saber diferenciar locais para que sejam utilizadas é um processo que demanda bastante disciplina e discernimento para entender momentos e situações, sendo essa, atualmente a maior dificuldade enfrentada dentro das empresas, que procuram por estabilidade psicológica, financeira e profissional, visando qualidade de atendimento, soluções de problemas e, principalmente, o giro e crescimento da empresa, dificuldade essa que jamais podemos dizer ser impossível de se solucionar, já que o crescimento é o principal foco e objetivo dessas companhias.

REFERÊNCIA

ADACHI, P. P. **Família S.A:** gestão de empresa familiar e solução de conflitos. São Paulo: Atlas, 2006.

BERNHOEFT, R. **Empresa Familiar:** sucessão profissionalizada ou sobrevivência comprometida. São Paulo: Nobel, 1989.

BJÖRNBERG, A; ELSTRODT, H. P; PANDIT, V. **Negócios de família:** oportunidade para investidores. Financial services, julho de 2015. Disponível em <https://www.mckinsey.com/industries/financial-services/our-insights/joining-the-family-business-an-emerging-opportunity-for-investors/pt-br>. Acesso em: 15 mar.2021.

DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

FERREIRA, P. I. **Clima organizacional e qualidade de vida no trabalho**. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

GOMES, J. V. **Família e socialização**. USP. 1992, vol.3.

LETHBRIDGE, E. **Tendências da empresa familiar no mundo**. Revista do BNDES, Brasília, n 7, jun. 1997.

LODI, J. B. **A empresa familiar**. 4. ed. São Paulo: Pioneira, 1993.

MENDONÇA, C. **Pesquisa global de empresas familiares**. 2021. PWC Brasil. Disponível em <https://www.pwc.com.br/pt/estudos/setores-atividade/pcs/2021/pesquisa-global-de-empresas-familiares-2021.html>. Acesso em: 16 mar.2021.

OS DESAFIOS DO RH DURANTE A PANDEMIA DO COVID-19

Flavielle Barbi Garcia, Hamilton Cesar Hermenegildo Junior, Priscila Verza, Stephania Hertal Farias Nunes, José Rafael Pena, e-mail: hamiltonchj@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Nesse momento tumultuado da nossa história estamos passando por uma pandemia causada pelo vírus Sars-CoV-2 que é o causador da doença COVID-19 e esse novo vírus mudou para sempre como o mundo funciona e, dentro das organizações, não é diferente.

Dentro das empresas foi necessária uma reformulação de conceitos, paradigmas e demais aspectos que, por alguns gestores, nunca foi uma realidade, sendo o necessário o distanciamento social, uso constante de álcool em gel e o uso de mascarar para a proteção e inibição da transmissão do vírus.

Dentro das organizações foi-se necessário adequar-se, porém, um setor que precisou se reinventar foi o do Recursos Humanos. Novas condições de trabalho, exigências sanitárias, afastamentos quase que em massa, novas doenças além do COVID-19 causadas pelo estresse ao extremo de trabalho foram apenas alguns dos diversos problemas que o RH encontrou durante a pandemia. Mas, são nesses casos de problemas que novas soluções surgem, pois segundo Einstein (1955) “é na dificuldade que se encontra a oportunidade”.

A pandemia trouxe sim muitos desafios para o RH, mas, também trouxe novas oportunidades de crescimento. Um exemplo que podemos citar é o do Home Office, ou seja, dar ao colaborador a oportunidade de trabalhar de sua moradia é algo positivo, visto que, economias são feitas através desse processo, tanto para o colaborador, quanto para a organização. Outro ponto positivo que podemos citar é o processo de crescimento quanto organização que as empresas tiveram ao estarem passando por um momento tão delicado quanto esse, afinal, para manter uma empresa operando nesse período foi-se necessária toda uma nova estratégia de administração.

Empresas tradicionais precisaram modificar a abordagem e o entendimento do conceito de “trabalho”. A mudança de hábitos tornou-se parte da rotina social. Muitas empresas adotaram, pela primeira vez, o home office e se surpreenderam com as oportunidades e capacidades do trabalho remoto.

Um dos desafios do setor em questão, é reprimir a coação do funcionário durante um período de incerteza, manter a força de trabalho conectada remotamente foi sustentável por um período de tempo, mas é mais difícil à medida em que a pandemia avança.

Para alguns trabalhadores, a combinação de trabalho remoto com isolamento social e falta de segurança no emprego transformou a crise de saúde aparentemente sem fim em uma crise de saúde mental. Para suprimir a pressão durante este período de incerteza, os líderes de RH precisaram tomar medidas concretas para envolver ativamente os funcionários, promover a interação social, fornecer benefícios adicionais de saúde mental e apoio e permanecer transparentes sobre a possibilidade de demissões.

Conduzir as dispensas objetivas e legalmente defensáveis, é algo desafiante para os profissionais do setor neste momento, demitir funcionários é uma das tarefas mais difíceis que os líderes de RH enfrentam em meio à crise econômica. As dispensas são um golpe significativo para o moral da empresa.

2 METODOLOGIA

O trabalho desenvolvido seguiu os preceitos do estudo exploratório, por meio de uma pesquisa bibliográfica, que, segundo Gil (2008, p.50), “é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído de livros e artigos científicos”.

As buscas foram realizadas em três bases de dados bibliográficas — Periódicos da Capes, Scielo e Google Avançado.

Foi realizada uma leitura com a finalidade de ordenar e resumir as informações contidas nas fontes, de forma que estas possibilitassem a obtenção de respostas ao problema da pesquisa.

Houve o comprometimento em citar os autores utilizados no estudo conforme as normas da ABNT 6023 que dispõe sobre os elementos a serem incluídos e orienta a compilação e produção de referências.

3 REVISÃO DE LITERATURA

A pandemia do Novo Coronavírus atingiu o mundo e conseqüentemente teve influência em diversas áreas, atingiu o mercado de trabalho de todas as maneiras, o que levou aos Recursos Humanos das empresas passarem por situação adversas, tendo que encerrar alguns desafios durante esse período que que ainda está presente.

A situação atual que se estende há mais de um ano trouxe reflexões sobre os impactos nas relações pessoais, familiares, sociais e de trabalho. Nesse artigo trataremos

do aspecto do trabalho, o que acaba se linkando com as relações pessoais dos trabalhadores.

Esse momento se trata de uma experiência desafiadora para os profissionais de RH, estamos em meio a uma crise sanitária mundial, eles não tiveram a chance se preparar para isso, buscar informações e conhecimento, foi algo repentino que os pegou desprevenidos, como todos nós. E a partir disso o departamento não pôde parar, precisou se adequar a cada dia, buscando conhecer o “novo normal” ao qual estavam enfrentando e as mudanças que traria ao ambiente de trabalho.

O começo da pandemia já veio assustando os trabalhadores com o desemprego, muitas rescisões foram realizadas para manter a empresa viva, cortes começaram a acontecer sem um planejamento prévio. O medo pelo vírus já se espalhava e com ele o também o do desemprego, e o RH teve que lidar com todas essas emoções de pessoas que necessitavam do trabalho para sustentar a casa, famílias inteiras que trabalhavam no mesmo local e estavam juntas na lista de demissão. Inúmeras situações que não estavam ao alcance do empregador.

Para os profissionais de RH nunca foi tão necessário a empatia como agora, eles precisaram estabelecer elos com os empregados que estavam trabalhando remotamente de suas residências, entender as dores e necessidades de cada um, lidar com o luto e buscando sempre ser o apoio dos colaboradores, ser um RH ativo, que conseguisse olhar para a dor do próximo e ajudar da forma como poderia. Buscar a flexibilidade dos empregadores para levar aos empregados.

O cenário atual mexeu com o psicológico dos colaboradores, o Recursos Humanos também precisou estar atento a esses sinais que poderiam estar ocorrendo na empresa. Buscar um modo de se fazer presente, ter convênios com profissionais que realmente os ajudariam nesse momento, ser uma equipe empática. O psicológico se relaciona com o bom desempenho na empresa, por isso o RH tem o papel de levar em consideração esse aspecto e dessa maneira poderá inspirar, engajar e fazer com que as equipes fiquem bem, e reflita no bom desempenho no ambiente de trabalho.

O departamento de Recursos Humanos, é a parte humana da empresa, aquela que tem o dever se preocupar com o colaborador com um olhar humano e empático. E nesse momento que se estende há mais de um ano a presença desse RH ativo é essencial aos colaboradores e aos empregadores que desejam ter funcionários psicologicamente preparados para enfrentar a pandemia no ambiente de trabalho.

E como já era o esperado, o cenário acabou pedindo o auxílio da área do Recursos Humanos, os profissionais foram demandados a dar suporte aos empregados em relações as novas rotinas e exigências. Podemos elencar alguns tópicos que estão entre as novas atribuições do departamento:

- Controles e protocolos sanitários,
- Gestão de crise,
- Óbitos,
- Luto,
- Afastamentos,
- Novos modelos de trabalho,
- Novas posições e funções,
- Reduções salariais,
- Intensificação de cuidados com a saúde física e mental dos colaboradores,
- Engajamento a distância,
- Capacitação da liderança para que possa atravessar esse processo de gestão da mudança de seus próprios papéis.

Podemos pensar que são muitas atribuições a um único setor, além das funções que já são de suas competências, porém são os profissionais mais resilientes, sensíveis e preparados para lidar com essas situações.

Esse departamento em questão foi desafiado a manter o engajamento das pessoas no trabalho, além de suas conexões entre os outros colaboradores se sentindo seguras e motivadas para exercer suas funções em meio à crise no COVID19. Precisaram lidar com tudo isso mesmo estando passando pela mesma situação, estando com o mesmo medo, insegurança que todos estavam. E mais do que nunca houve a necessidade do alinhamento de valores da empresa e também a orientação aos líderes para ter um olhar mais humanizado perante ao cenário.

Os reflexos da pandemia atingiram a todos nós, e aos profissionais de Recursos Humanos foi exigido muito, tiveram que ter maturidade e empatia além do que já tinham, porém dessa situação temos que tirar o lado bom, o lado do aprendizado, todos realmente ganharam em relação ao conhecimento e as experiências vividas nesse período que ainda é presente para nós.

4 CONCLUSÕES

Em suma, podemos concluir que os recursos humanos tiveram muitos obstáculos nestes últimos anos, pois além de lidar com as suas obrigações, também precisou atender as novas rotinas e exigências. Notamos que o RH foi o setor que teve extrema importância para a empresa, pois foram eles que deram forças, engajamento e mantiveram a motivação durante a pandemia para que todos os colaboradores pudessem ter um bom desempenho e capacidade psicológica para exercer o seu trabalho neste momento de pandemia.

REFERÊNCIAS

A TRANSFORMAÇÃO no RH durante a pandemia. Factorial Blog, 2021. Disponível em: <<https://factorialhr.com.br/blog/gestao-rh-pandemia/>>. Acesso em: 12 de setembro de 2021.

DE ALBUQUERQUE, Rodolfo Pires. Como surgiu o coronavírus e como afeta a população mundial. **Grupo NotreDame Intermédica**, 2020. Disponível em: <<https://www.gndi.com.br/saude/blog-da-saude/como-surgiu-o-coronavirus>>. Acesso em: 14 de setembro de 2021.

O NOVO NORMAL DO RH: como a pandemia mudou o futuro do setor. Sólides, 2021. Disponível em: <<https://blog.solides.com.br/novo-normal-do-rh/>>. Acesso em: 28 de agosto de 2021.

OLIVEIRA, Nadjane. Desafios e aprendizados da área do RH durante a pandemia. Soulan Recursos Humanos, 2020. Disponível em: <<https://soulan.com.br/desafios-e-aprendizados-da-area-de-rh-durante-a-pandemia/>>. Acesso em: 08 de setembro de 2021.

OS DESAFIOS DO RH DURANTE A PANDEMIA: Home office, segurança e engajamento. Express, 2020. Disponível em: <<https://www.express.srv.br/conteudos/os-desafios-do-rh-durante-a-pandemia-home-office-seguranca-e-engajamento>>. Acesso em: 19 de setembro de 2021.

PELLEGRINE, Priscila. Aprendizados e desafios do RH na pandemia. Rh pra Você, 2021. Disponível em: <https://rhpravoce.com.br/colab/aprendizados-e-desafios-do-rh-na-pandemia/?cli_action=1632346693.258>. Acesso em: 08 de setembro de 2021.

PIAI, Bruno. Home office vai de tendência para realidade, mas 'lado B' preocupa. **RH pra Você**, 2021. Disponível em: <<https://rhpravoce.com.br/redacao/home-office-vai-de-tendencia-para-realidade-mas-lado-b-preocupa/>>. Acesso em: 25 de agosto de 2021.

OS LIMITES DA LIBERDADE DE NAVEGAÇÃO EM ALTO-MAR ANTE O TERRORISMO INTERNACIONAL E A CIRCULAÇÃO MARÍTIMA DE ARMAS DE DESTRUIÇÃO EM MASSA

Aryane de Castro Toffetti Milena Vitória da Silva de Aguiar, Jamile Gonçalves Calissi, Vanderlei De Freitas Nascimento Junior, e-mail: contatoaryane@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

É fato que desde os atentados ocorridos em solo estadunidense, em 11 de setembro de 2001, os holofotes internacionais se voltaram para o tema, a fim de prevenir futuros ataques ainda mais nocivos a população mundial, como é o caso das armas de destruição em massa, também abreviadas para AMD.

Neste cenário, alguns institutos internacionais, em especial a Organização das Nações Unidas, expressaram grande preocupação em relação ao alto-mar, local de difícil fiscalização e fácil transporte de armas de grande potencial ofensivo à população mundial. Assim, logo surgiram inúmeras questões que englobam o direito do mar, principalmente no que diz respeito a liberdade de navegação.

A Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar veda a visitação de um navio de guerra a outro, quando não há autorização do Estado da bandeira do navio a ser visitado, fato este que impede a fiscalização do transporte de tais armamentos por vias marítimas. Buscando a segurança de seus Estados, a comunidade internacional, por meio de acordos entre países ou por Ação Delitiva do Conselho de Segurança da ONU, tenta relativizar a referida liberdade de navegação, porém, tais estratégias aparentam contrariar a UNCLOS, um tratado importantíssimo responsável por regulamentar as relações jurídicas do mar.

Assim sendo, a presente discussão é de saliente interesse global, posto que o assunto em pauta diz respeito à segurança internacional no campo marítimo, bem como o respectivo transporte de artifícios destrutivos capazes de dizimar populações inteiras.

Portanto, o objetivo deste estudo é ponderar a relevância de uma possível flexibilização da liberdade de navegação e soberania em alto-mar, tendo em vista a preservação do direito internacional, importantíssimo para a convivência pacífica entre os estados, ao passo da crescente preocupação com atentados terroristas e transporte de armas de destruição em massa.

2 MÉTODO

A realização desse estudo, utilizou como recurso metodológico, o método dedutivo em conjunto a pesquisa qualitativa, por intermédio de análises de preceitos legais, como legislações vigentes, tratados, demais disposições de órgãos internacionais e doutrinas, que ponderam sobre os temas de terrorismo internacional e transporte de armas de destruição em massa pelo mar, com a finalidade de aferição da possibilidade e legitimidade de relativizar o princípio da liberdade de navegação.

3 O DIREITO INTERNACIONAL COMO FERRAMENTA DE COMBATE AO TERRORISMO INTERNACIONAL

Visando a manutenção da paz e da segurança internacional, a Organização das Nações Unidas ocupa um papel importantíssimo quando o assunto é direito internacional. Dentre os princípios fundamentais que regem a paz mundial, está a abstenção do uso da força e da ameaça, os quais são expressamente proibidos no artigo 2, § 4º da Carta da ONU. De acordo com a referida Carta, “todos os membros deverão evitar em suas relações internacionais a ameaça ou o uso da força contra a integridade territorial ou a dependência política de qualquer Estado, ou qualquer outra ação incompatível com os Propósitos das Nações Unidas” (CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS, 1945, art. 2).

Sem sombra de dúvidas, os fenômenos terroristas conferem um panorama desafiador à comunidade internacional, especialmente em um mundo globalizado, no qual o sofrimento de um Estado interfere politicamente, socialmente e financeiramente nos demais. Assim sendo, combater o terrorismo é uma tarefa que exige a colaboração mútua entre os países.

Um dos maiores desafios que rondam a questão é encontrar um método eficaz para tal combate, posto que inúmeros avanços precisam ser alavancados, promovendo um cenário de equilíbrio. Instaurar uma “guerra contra o terrorismo”, renunciando a princípios já estabelecidos, pode acarretar um efeito rebote, promovendo conflitos entre Estados, afinal, se estes princípios fundamentais existem, há um motivo claro para tal.

Justamente por isso, o direito internacional, juntamente a seus atores internacionais, como a Organização das Nações Unidas e o Tribunal Penal Internacional, é responsável pelas intervenções preventivas de caráter civil, pautadas na mediação de conflitos a qual a paz duradoura é a principal meta.

4 O TERRORISMO INTERNACIONAL E A CIRCULAÇÃO DE ARMAS DE DESTRUIÇÃO EM MASSA

As armas de destruição em massa passaram a ser uma preocupação real e inerente às evoluções tecnológicas de uma era totalmente informatizada. Tal artefato possui enorme potencial destrutivo, muito maior do que as bombas que recaíram sobre o Japão, na Segunda Guerra Mundial (FARIA, 2008). Seja de cunho nuclear, químico, biológico, explosivo ou radioativo. Todo cuidado é pouco, posto que as AMD beneficiam as intenções de grupos terroristas, em razão do terror por elas provocado.

De acordo com Pichel (2016), entre 1972 e 2013 ocorreram 19 atividades de viés terrorista, englobando os cunhos acima expostos, fato este que apenas evidencia a necessidade de atenção para a evolução desses ataques.

Pela dificuldade de fiscalização e pelo princípio da liberdade de navegação que subsiste em alto-mar, é por este meio que o transporte das armas de destruição em massa se perfaz mais efetivo. Porém, uma vez que a UNCLOS não foi planejada para lidar com situações de conflito armado e insegurança generalizada, não há previsões específicas sobre a fiscalização de embarcações suspeitas, dando margem a acordos internacionais que visem suprir tal lacuna, como a *Proliferation Security Initiative* (PSI), a Convenção para a Supressão de Atos Ilícitos contra a Segurança da Navegação Marítima (*SUA Convention*) e seu Protocolo Adicional (*SUA Protocol*).

5 CONCEITO DE ALTO-MAR

A definição e especificação do que consiste o Alto-mar, perpassou por inúmeras transformações e variações a longo dos tempos, com a evolução da disciplina jurídica dos espaços marinhos, o terreno marítimo passou a ser dividido conforme o grau de jurisdição do Estado costeiro sobre determinada faixa de mar. (FIORATTI, 1998, p.198)

Em síntese, que em todo espaço marítimo que não estiver compreendido entre as faixas sob jurisdição de outro Estado, ou seja, não sendo águas interiores, mar territorial, zona contígua e zona econômica exclusiva, teremos o Alto-mar, também podendo ser denominado de “águas internacionais”. (MELLO, p.6).

Nesse sentido, sendo caracterizado pela ausência de soberania de um Estado exclusivo, amplas liberdades e restrições são conferidas aos Estados, sejam estes costeiros ou não. No que concerne as liberdades dos mares, este princípio está previsto no

artigo 87, da CNUDM, que delimita o regime jurídico do Alto-mar, à vista de que, não somente sendo fonte de recurso, o mar é um meio de comunicação entre as nações.

Dentre as liberdades, pode-se destacar a liberdade de navegação, sobrevoo, investigação científica, de pesca e entre outras. Todas estão subordinadas a igualdade de uso, sendo este pacífico, preservando meio marítimo e não havendo submissão de quaisquer partes do alto-mar a um único Estado.

Relativo à liberdade de navegação, desde os primórdios do direito internacional, esta pode ser entendida como o conceito de proibição de interferência em tempos de paz a um pavilhão diverso, ou seja, às embarcações, mesmo que militares, não podem interferir na navegação de outro Estado. (GUEDES, p. 248).

Nesse prisma, visando a ordem nesses espaços marítimos, a fim de preservar a paz e o direito internacional, foram estipuladas restrições à livre navegação. Assim, os Estados se comprometem a cooperar com a repressão de atividades ilícitas, sejam as próprias do meio marítima ou das quais encontram meio propício neste ambiente, como é o caso da circulação de armas de destruição em massa pelas vias marítimas.

6 A LIBERDADE DE NAVEGAÇÃO EM ALTO-MAR COMO FACILITADORA DO TRANSPORTE DE ARMAS DE DESTRUIÇÃO EM MASSA

Após os atentados ocorridos em solo americano no fatídico 11 de setembro, os Estados e a ONU, passaram a dar maior visibilidade ao assunto terrorismo, de modo que, com o desenvolvimento normativo a partir desse fato, tão logo alcançou os interesses que regem o direito do mar. O Conselho de Segurança das Nações Unidas, responsável por manter e preservar a paz e segurança internacional, após as Resoluções nº 1.368/01 e nº 1.373/01, trouxe como pauta a questão do terrorismo internacional e o tráfico de armas de destruição em massa, bem como à sua repressão.

Para tanto, surgiram diversas medidas, como acordos ou tratados multilaterais e atuações a partir dos direcionamentos do Conselho de Segurança. Contudo, apesar das tentativas de medidas de repressão, o mar ainda continua sendo uma das formas mais “eficazes” ao tráfico das AMD, em vista da dificuldade de fiscalização no espaço marítimo e pelo princípio da liberdade de navegação em vigor.

Para Beirão (2014), a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (1982) (UNCLOS), corrobora para tal, de modo que não foi estruturada para atuar em situação de insegurança generalizada ou em conflitos armados, mas tão somente em períodos de paz, sendo omissa quanto às previsões específicas para operar a fiscalização de embarcações

suspeitas de transportas as AMD, restando assim, para a comunidade internacional meios de suprir tais omissões.

A vista da liberdade de navegação, quando em alto-mar, submeter os navios somente apenas à jurisdição dos seus Estados bandeiras, a tentativa de intervir em uma embarcação de bandeira diversa, resulta em um exercício de jurisdição extraterritorial. (GUILFOYLE, 2007). Desse modo, é dever do Estado garantir a segurança de suas tripulações, bem como reprimir e sancionar toda e qualquer conduta delitiva ocorridas em sua extensão territorial. (MENEZES, 2015).

Nesse contexto, um Estado somente estaria autorizado a intervir em navios de Estados diversos, com prévia autorização ou existência de um tratado permitindo a medida, sendo este o chamado direito de visita, previsto no artigo 110, da CNUDM, que somente prevê tal permissão de intervenção com autorização, mesmo em suspeita de crime a bordo do navio, salvo os motivos positivados nesse artigo que ensejam a intervenção sem prévia autorização, que contudo, não contemplam suspeita de cometimento de terrorismo abordo de embarcações ou transporte de ADM.

Assim sendo, diante da dificuldade de poder intervir e fiscalizar os navios de outros Estados, algumas medidas tiveram de ser tomadas por meio de arranjos entre os governos e a ONU. Como por exemplo, a tentativa de inspeção em águas internacionais de navios suspeitos em transportarem AMD, pelo EUA durante o governo de W. Bush, além da tentativa de acordos com diversos Estados para padronizar e propiciar a fiscalização nesses navios suspeitos, em conjunto com a ONU, que conforme já supracitadas resoluções, tomou como foco também o combate ao terrorismo internacional e ao transporte de AMD pelo mar.

No entanto, mesmo diante de diversas movimentações de enfretamento, todas findam por serem barradas ao princípio da liberdade de navegação e limitação pelo direito de visita, de modo que, mesmo que determinado Estado se certifique de suas embarcações e as fiscalize, encontra dificuldades e impedimentos para agir em detrimento de uma embarcação suspeita de outra bandeira.

Desrespeitar os princípios que norteiam e conferem a estabilidade das relações no mundo, é, no mínimo, irresponsável, assim como ignorar os avanços tecnológicos e sociais se faz ineficiente. Portanto, a relativização da liberdade de navegação deve ser bem estruturada, a fim de que a paz e segurança mundial seja mantida.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando em consideração que até mesmo os atentados terroristas passaram a se adaptar às novas tecnologias, é fato que as relações jurídicas também precisam alcançar tal evolução, especialmente no direito internacional. Como forma de adequar-se aos novos padrões terroristas, especialmente com o surgimento das armas de destruição em massa, surgiram outros tratados e acordos entre Estados.

Porém, cabe dizer que a UNCLOS ainda se configura como o principal instrumento regulamentador das relações marítimas, uma vez que consagrado a ONU, após a Segunda Guerra Mundial, a missão de preservação e aprimoramento do direito internacional.

Neste sentido, é essencial que a UNCLOS reveja seus objetivos, e, se realmente enseja maior fiscalização do transporte das armas de destruição em massa, bem como a prevenção ao terrorismo, é mister que seja analisada a possibilidade de uma emenda ao seu artigo 110, incluindo a hipótese do direito de visita sem o consentimento do Estado de Bandeira em situações pontuais, quando haja suspeita fundamentada do referido transporte.

Deste modo, se faz necessário a flexibilização da liberdade de navegação e soberania em alto-mar, com responsabilidade e parâmetros bem definidos, os quais devem ser estabelecidos pela UNCLOS.

REFERÊNCIAS

BEIRÃO, André Panno; PEREIRA, Antônio Celso Alves. **Reflexões sobre a Convenção do Direito do Mar**. Brasília: FUNAG, 2014. p. 127-166.

COTTIM, Armando. **Terrorismo no mar de um mundo globalizado. Instituto da Defesa Nacional**. 2008. Disponível em:
https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/520/1/NeD120_ArmandoCottim.pdf. Acessado em: 15 de setembro de 2021.

DUARTE, Sérgio. **Principais Instrumentos Internacionais no Campo do Desarmamento e Controle de Armamentos – O Papel das Nações Unidas**. III Anuário Brasileiro de Direito Internacional. 2008. Disponível em:
<https://www.corteidh.or.cr/tablas/r27125.pdf>. Acessado em: 14 de setembro de 2021.

FARIA, Luiz Carlos de. **A implementação da UNSCR 1540: mecanismos de combate ao terrorismo e à proliferação de ADM no Brasil e nos Estados Unidos**. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

FIORATI, Jete Jane. **A disciplina jurídica dos espaços marítimos na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar de 1982 e na jurisprudência internacional.** Renovar; Rio de Janeiro; 1999.

GUEDES, Armando M. Marques. **Direito do Mar.** Ed. Coimbra, 2º edição; Coimbra, Portugal; 1998.

GUILFOYLE, Douglas. **Maritime Interdiction of Weapons of Mass Destruction.** *Journal of Conflict & Security Law.* V. 12, n. 1, p. 1-36, 2007.

MELLO, Celso D. de Albuquerque. **Alto Mar.** Renovar, Rio de Janeiro; 2001.

MENEZES, Wagner. **O Direito do Mar.** Brasília, DF: FUNAG, 2015.

MONT'ALVERNE, Tarin Cristino Frota; REIS, Ulisses Levy Silvério. **Terrorismo internacional e armas de destruição em massa: relativizando a liberdade de navegação, a soberania e o direito de visita em alto mar.** Revista Seqüência. Florianópolis-SC. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/2177-7055.2019v41n82p92>. Acessado em: 17 de setembro de 2021

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS.** 1945. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d19841.htm. Acessado em: 15 de setembro de 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar.** Montego Bay, 10 de dezembro de 1982. Disponível em: https://www.un.org/depts/los/convention_agreements/texts/unclos/unclos_e.pdf. Acessado em: 15 de setembro de 2021.

ZANELLA, Tiago. **Liberdades e Restrições à navegação marítima em Alto Mar no Direito Internacional.** Revista do Instituto do Direito Brasileiro. 2013. Disponível em: https://www.cidp.pt/revistas/ridb/2013/10/2013_10_11795_11824.pdf. Acessado em: 15 de setembro de 2021.

RESPONSABILIDADE CIVIL MÉDICA NA CIRURGIA PLÁSTICA ESTÉTICA

Rafaela Fernanda Alves, Maria Eduarda Evangelista, Carlos Ferraz, e-mail:
dudaevangelista15@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Diante da era atual marcada pela banalização dos procedimentos estéticos, cirúrgicos ou não, e da busca desesperada por padrão de beleza estereotipado, faz-se necessário levantar discussão sobre a responsabilização do médico cirurgião plástico no caso de cirurgia plástica estética não reparadora cujo resultado sobrevenha em desacordo com a proposta de tratamento.

O padrão de beleza é um conceito de diretrizes estéticas estimadas a moldar a aparência e o comportamento das pessoas, muito presente nas passarelas da moda.

Entretanto, na “era digital”, influenciadores com milhares de seguidores, ganhando para divulgar produtos, marcas e serviços em redes sociais, estão levando cada vez mais pessoas à busca desesperada pelo atingimento de padrão de beleza muitas vezes inalcançável.

Com isso, a cirurgia embelezadora ganhou mais espaço, atingindo um público maior, não ficando restrita apenas ao universo da moda. Com a finalidade de se enquadrar no arquétipo da vez, as pessoas estão a cada dia mais se submetendo a cirurgias invasivas e de riscos para alcançar a beleza ditada como ideal.

Esse estado de coisas, de busca desenfreada pela beleza padronizada, gera impactos no âmbito da responsabilidade civil médica à vista de cirurgias estéticas que, por vezes, não logram atingir os resultados almejados.

O presente trabalho procura evidenciar os riscos que permeiam a responsabilidade civil do médico cirurgião plástico em face de procedimentos malsucedidos, como contraponto à lucratividade propiciada pela indústria da beleza estética.

2 MÉTODO

Para a obtenção de respostas à problematização suscitada neste trabalho, será analisada a responsabilidade civil do cirurgião plástico por meio do método dedutivo e pesquisa qualitativa, com apoio em artigos jurídicos e na doutrina nas áreas do Direito Civil e do Direito do Consumidor, com objetivo de debater a respeito das ações ou omissões praticadas pelo médico cirurgião conducentes à sua responsabilização civil.

O conteúdo deste trabalho será baseado em concepções de doutrinadores, de grande relevância para a formação dos conceitos debatidos nesse artigo, tais como o concernente à natureza da obrigação que cabe ao cirurgião plástico em matéria de procedimento estético, que é de resultado, e não de meio; o suporte que o ordenamento jurídico disponibiliza aos pacientes para pleitearem indenizações diante de resultados negativos; e, notadamente, abordagem dos aspectos relevantes inerentes à responsabilidade civil médica propriamente dita. Artigos acadêmicos, doutrinas e jurisprudências serão fontes secundárias desse estudo. Esse método abordado possibilita percorrer por diversos meios o assunto, oferecendo ao leitor oportunidade de criar mais de uma perspectiva, não se limitando a obter uma única resposta. Sendo assim, a finalidade é a de apresentar uma análise de conceitos e ideias acerca do tema proposto.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nos tempos atuais, como já dito anteriormente, a busca por procedimentos estéticos, cirúrgicos ou não, têm crescido de forma absurda, se tornando cada vez mais banalizada a intervenção para fins estéticos. De acordo com os dados obtidos na Sociedade Internacional de Cirurgia Plástica Estética (na sigla em inglês ISAPS), em 2018 foram registradas mais de 1.498.000 cirurgias plásticas, além de 969.000 procedimentos estéticos não cirúrgicos. A pesquisa foi divulgada em dezembro de 2019, e demonstra o aumento exponencial, sendo que o Brasil ultrapassou até os Estados Unidos em número de intervenções, tendo se tornado o país em que mais se realizam cirurgias plásticas em todo o mundo.

O médico cirurgião plástico, figura central dentro desse cenário, tem como obrigação principal a de entregar aquilo que foi prometido ao paciente no estágio de planejamento do procedimento embelezador. Com base nesta premissa, este trabalho procurará desenvolver discussão acerca da responsabilidade civil do médico cirurgião plástico por danos advindos de procedimentos malsucedidos.

Como se sabe, a responsabilidade civil impõe ao ofensor o dever de reparar os danos suportados pela vítima, sendo assim, toda vez que a esfera de direitos de alguém for violada por ato médico, e dessa violação decorrer algum dano, no campo da contratualidade própria da relação médico-paciente exsurgirá o inadimplemento apto a gerar obrigação de reparar os prejuízos causados, conforme previsão do art. 389 c.c. art. 951, do Código Civil. De se anotar que, segundo o art. 14, § 4º, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/80), tratando-se de profissional liberal, a responsabilidade do

médico deverá ser verificada mediante investigação de culpa que, na hipótese vertente, via de regra é presumida, com inversão do ônus da prova, o que implica dizer que cabe ao médico provar o fato imponderável que, à margem de sua atuação, teria impedido a obtenção do resultado satisfatório, ou a presença de alguma excludente do nexo de causalidade, por exemplo, a culpa exclusiva da vítima.

Conforme dito acima, ao se propor a submeter o paciente a procedimento meramente estético, o médico cirurgião estético foge à regra geral aplicável à atividade médica, segundo a qual o médico assume obrigação de meio, vez que o cirurgião plástico, diferentemente, assume obrigação de resultado.

Como é cediço, as reações do corpo humano são incertas, sendo assim, no desempenho de obrigação de meio, os médicos se obrigam a utilizar seus conhecimentos práticos e teóricos a fim de obter o melhor para o paciente, mas, por conta da imprevisão das reações orgânicas, não pode se responsabilizar pelos resultados, caso não sejam satisfatórios em virtude de ocorrências não ligadas ao desempenho profissional do médico.

O contrário acontece com o médico cirurgião plástico que, com o objetivo proposto de proporcionar aformoseamento físico, assume perante seu paciente obrigação de corrigir e melhorar defeitos corporais, devendo o resultado da intervenção corresponder ao projetado, pois, por se tratar de intervenção estética, o desiderato deve sempre ser alcançado e, quando não suceder como programado, o profissional poderá ser responsabilizado, cumprindo-lhe o ônus de demonstrar ausência de culpa e que o insucesso da cirurgia se deve única e exclusivamente a fatores externos ao seu desempenho profissional.

A respeito, Carlos Roberto Gonçalves (2011, p. 192) ensina que:

A obrigação assumida pelos cirurgiões plásticos é, igualmente como foi dito, de resultado. Os pacientes, na maioria dos casos de cirurgia plástica, não se encontram doentes, mas pretendem corrigir um defeito, um problema estético. Interessa-lhes, precipuamente, o resultado. Se o cliente fica com aspecto pior, após a cirurgia, não se alcançando o resultado que constituída a própria razão de ser contratado, cabe-lhe o direito à pretensão indenizatória. Da cirurgia malsucedida surge a obrigação indenizatória pelo resultado não alcançado. O cirurgião plástico assume obrigação de resultado porque o seu trabalho é, em geral, de natureza estética.

Antes de qualquer procedimento cirúrgico, cabe ao médico informar ao paciente os riscos inerentes ao procedimento que poderão impedir a obtenção do sucesso almejado, bem como explanar as chances de possíveis ocorrências adversas, como cicatrizes e

queloides, embora possam sobrevir reações próprias de cada organismo que impossibilitem ao médico prevê-las com exatidão.

No entanto, o médico deve se respaldar informando detalhadamente todas as possibilidades ao paciente, deste obtendo declaração de ciência inequívoca, mediante assinatura de termo de consentimento informado, assim procurando se colocar a salvo da possibilidade de ser acusado de inadimplemento da obrigação de resultado.

No entanto, apenas informar ao paciente sobre os riscos não é suficiente para eximir o médico de responsabilização. Por se tratar de obrigação de resultado, repise-se, o efeito da cirurgia deve atender ao que foi planejado e atingir a melhoria física esperada pelo paciente, que se submete ao procedimento estético com a intenção de aprimorar a beleza corporal.

O fato de assinar o termo de consentimento manifestando ciência dos riscos envolvidos no procedimento não significa que o paciente está de acordo com a obtenção de resultado indesejado. Assim, mesmo que no termo estejam descritas todas as possibilidades de resultados adversos, caso estes sobrevenham em razão de atuação imprevidente, ou em virtude de imprudência, negligência ou imperícia, deverá o médico responder pelo evento danoso.

Sendo assim, quando não se alcança o resultado desejado após uma cirurgia estética, abre-se espaço para invocação da responsabilidade civil do médico cirurgião plástico, o qual poderá ser compelido a arcar com indenização por dano material (devolução dos honorários recebidos, custeio de novas cirurgias reparadoras, pagamento de despesas médicas e medicamentos etc), sem prejuízo dos danos moral (sofrimentos psíquicos) e estético (deformações físicas), cumuláveis entre si e com o dano material (Súmulas STJ 37 e 387).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que aqui foi exposto, tem-se que a responsabilidade civil do médico é, em regra, de meio, ou seja, o profissional se obriga a envidar o máximo de seus esforços e aplicar a melhor técnica de sua profissão em prol do restabelecimento da saúde do paciente, porém, não se obriga pelo resultado, salvo se incidir em erro médico.

No caso do médico cirurgião plástico aplica-se essa mesma ordem de ideias se a intervenção for de cunho reparatório, por exemplo, enxerto de tecido em pessoa vítima de incêndio. Todavia, se o procedimento for puramente estético, a obrigação do cirurgião plástico muda de figura e passa a ser de resultado, de modo que o profissional se obriga

ao atingimento da melhoria estética planejada, a qual, se não obtida, poderá sujeitar o médico cirurgião plástico à responsabilidade civil.

É de suma importância que o paciente seja cientificado de todos os riscos inerentes e informado sobre possíveis efeitos adversos, que deverão ser especificados em termo de consentimento informado, a ser assinado pelo paciente, o que não significa que este está incondicionalmente de acordo com o insucesso, mas sim que está ciente de que o médico não poderá ser culpabilizado se o risco vier a se verificar sem que tenha para isso contribuído com alguma falha profissional.

Deveras, o paciente que procura por intervenção estética não está doente, por isso que a obrigação não é de meio. Caso não seja possível alcançar o resultado pretendido, o médico precisa ser sincero e aconselhar o paciente a não se submeter ao procedimento fadado à inocuidade ou ao insucesso.

Cirurgias estéticas com resultados negativos podem prejudicar a saúde do paciente a ponto de levá-lo até ao óbito, bem como causarem-lhe danos psicológicos, lesando a saúde mental e, de resto, a autoestima e o amor-próprio, sendo que, consoante a pesquisa aqui materializada, o cirurgião plástico estético poderá vir a ser responsabilizado por todos os prejuízos causados ao paciente em virtude do não atingimento do resultado pelo qual se obrigou.

REFERÊNCIAS

COLTRO, Pedro. O Brasil ultrapassou os Estados Unidos e se tornou o país que mais realiza cirurgias plásticas no mundo. **SBCP Blog**, 2020. Disponível em: <http://www2.cirurgiaplastica.org.br/blog/2020/02/13/lider-mundial/>. Acesso em: 31 de maio de 2021.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro: teoria geral das obrigações**, v. 2, 20 ed. São Paulo: Saraiva, 2004;

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro: teoria geral das obrigações**, v. 2, 8 ed. São Paulo: Saraiva, 2011;

SOUZA, Iasmine Pereira de. A responsabilidade Civil do Cirurgião Plástico. **Jus.com.br**, 2017. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/61540/a-responsabilidade-civil-do-cirurgiao-plastico>. Acesso em: 23 de maio de 2021.

TRENTIN, Erika Gonçalves Pastorelli. Erro Médico na Cirurgia Plástica – Responsabilidade Subjetiva do Cirurgião Plástico – Obrigação de Meio. **Âmbito Jurídico**, 2019. Disponível em <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-civil/erro-medico-na-cirurgia-plastica-responsabilidade-subjetiva-do-cirurgiao-plastico-obrigacao-de-meio/>. Acesso em: 28 de maio de 2021.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO DE JANEIRO. TJ-RJ – **Apelação:** APL 0233463-53.2014.8.19.0001. Disponível em: <https://tj-rj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/719120429/apelacao-apl-2334635320148190001>. Acesso em 28 de maio de 2021.

UMA REVISÃO LITERÁRIO-ANALÍTICA SOBRE O FURTO E ROUBO

Lucas de Lazari Dranski, Bazílio de Alvarenga Coutinho Júnior, email:
<lucasdranski@hotmail.com>.

1 INTRODUÇÃO

À medida que o ser humano desenvolvia a noção de posse e propriedade das coisas, assomou-se-lhe a possibilidade de, além de adquiri-la por seus próprios meios, subtraí-la de outrem. Nesse contexto, o furto e roubo, que por muito tempo foram vistos como unos, ostentam, talvez, a nomenclatura de crimes mais antigos da história da humanidade.

Isso, adido ao fato de que, a princípio, são usualmente fáceis de se praticar, garantiu-lhes a perpetuação ao longo do progresso civilizatório, o que lhes inseriu, via reflexa, na consciência popular.

Deveras, arrisca-se dizer que mesmo o indivíduo mais estranho ao direito calha a saber, às vezes, os respectivos artigos do Código Penal em que essas condutas estão tipificadas.

E embora isso seja bom, dado indicar que a lei é conhecida, cria, simultaneamente, problemas, como o da diferenciação entre essas relevantes figuras penais.

Daí, pois, o objetivo deste trabalho: imiscuir-se em suas características para, num bom intento, traçar as divergências entre os institutos, servindo, assim, como material informativo tão útil à sociedade quanto à própria comunidade jurídica (notadamente a composta pelos iniciados).

2 METODOLOGIA

A exequibilidade deste trabalho se instalou por meio da metodologia qualitativo-exploratória e das lógicas dedutiva e indutiva, numa abordagem teórico-zetética, pautada na revisão de literatura de fontes de segundo grau, tais como livros, artigos científicos e legislação.

3 REVISÃO DE LITERATURA

De proêmio, aduza-se os tipos penais de que trata esta pesquisa (BRASIL, 1940), limitando-se, todavia, à sua modalidade simples e, excepcionalmente, aos demais dispositivos que abordar-se-ão nesta dissertação:

Furto

Art. 155 - Subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel:

Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa. [...]

§ 4º-B. A pena é de reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa, se o furto mediante fraude é cometido por meio de dispositivo eletrônico ou informático, conectado ou não à rede de computadores, com ou sem a violação de mecanismo de segurança ou a utilização de programa malicioso, ou por qualquer outro meio fraudulento análogo. (Incluído pela Lei nº 14.155, de 2021)

§ 4º-C. A pena prevista no § 4º-B deste artigo, considerada a relevância do resultado gravoso: (Incluído pela Lei nº 14.155, de 2021)

I – aumenta-se de 1/3 (um terço) a 2/3 (dois terços), se o crime é praticado mediante a utilização de servidor mantido fora do território nacional; (Incluído pela Lei nº 14.155, de 2021)

II – aumenta-se de 1/3 (um terço) ao dobro, se o crime é praticado contra idoso ou vulnerável. (Incluído pela Lei nº 14.155, de 2021) [...]

Roubo

Art. 157 - Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência:

Pena - reclusão, de quatro a dez anos, e multa.

§ 1º - Na mesma pena incorre quem, logo depois de subtraída a coisa, emprega violência contra pessoa ou grave ameaça, a fim de assegurar a impunidade do crime ou a detenção da coisa para si ou para terceiro. [...]

§ 2º A pena aumenta-se de 1/3 (um terço) até metade: (Redação dada pela Lei nº 13.654, de 2018) [...]

VII - se a violência ou grave ameaça é exercida com emprego de arma branca; (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019) [...]

§ 2º-B. Se a violência ou grave ameaça é exercida com emprego de arma de fogo de uso restrito ou proibido, aplica-se em dobro a pena prevista no caput deste artigo. (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019) [...]

§ 3º Se da violência resulta: (Redação dada pela Lei nº 13.654, de 2018) [...]

II – morte, a pena é de reclusão de 20 (vinte) a 30 (trinta) anos, e multa. (Incluído pela Lei nº 13.654, de 2018)

Agora, com eles, passe-se, sem tardadas, ao seu esmerilhamento.

Sobre o furto, a primeira figura de que falar-se-á é o seu objeto material: a coisa alheia móvel.

A seu respeito, Luiz Regis Prado (2015, p. 872-873) tece importantes comentários:

Discute-se se a coisa há de ter um valor economicamente apreciável ou não. [...] Com efeito, uma coisa pode não ter valor para o autor da ação, mas ser extremamente significativa para a vítima, sendo-lhe útil ao atender suas necessidades.

[...]

A equiparação que a lei civil faz, ao definir determinados bens como sendo imóveis por ficção (arts. 81 e 1.473, VI, CC), não vale para o Direito Penal [...] Assim, para que uma coisa seja passível de furto, é suficiente a possibilidade de remoção, deslocamento, apreensão, enfim, transporte de um lugar para outro. [...]

Como se vê, muito se pode falar acerca de tal elemento. Sobre o primeiro comentário, por exemplo, enquadrar-se-lhe-ia a situação do ex-cônjuge que furta algo de seu(ua) antigo(a) consorte, mesmo que desprovido de valor econômico (como uma carta ou outro adereço dotado de valor simbólico, emocional). Lado outro, no que toca à segunda glosa, é de se pontuar que, pela mesma lógica, poder-se-ia dizer que, inobstante a lei civil

considere direitos reais móveis (CC, art. 83, inc. II), isso não se aplica ao Direito Penal, eis que, para o furto, deve ser possível mover fisicamente a coisa.

Por conseguinte, no pertinente à conduta da referida infração penal, “subtrair”, registra-se aqui as lições de Victor Eduardo Rios Gonçalves (2014, p. 325-326):

A subtração [...] pode-se verificar em duas hipóteses.

A primeira delas [...] dá-se quando o agente, sem qualquer autorização, apodera-se da coisa alheia e a leva embora, causando, assim, prejuízo econômico à vítima, que fica despojada do bem que lhe pertence. [...]

Já a segunda forma de subtração necessita de maior atenção para que não seja confundida com o crime de apropriação indébita. É que doutrinadores e julgadores, levando em conta a característica do furto, no sentido de que o bem deve ser **tirado da esfera de vigilância do dono**, concluíram que, se a própria vítima o entrega ao agente, mas não autoriza que ele deixe o local em sua posse, porém ele, sorrateiramente ou mediante fuga, tira o bem dali, o crime é o de furto. Em tal caso diz-se que a posse ou detenção eram **vigiadas**, e que o agente, ao levar o bem, tirou-o da esfera de vigilância do dono [...]

Naturalmente, ao se falar de furto, a primeira hipótese é a que se vem à mente. No entanto, o interesse pela segunda modalidade de furto se dá justamente porque, não raro, se a confunde ao delito de apropriação indébita; o qual, por exclusão e inferência do excerto acima, leva a crer que se estabelece tão só quando da posse desvigiada da coisa.

Ainda sobre o furto, vale se arrazoar sobre as teorias da consumação e tentativa. Isso em razão de que, consoante Rogério Sanches Cunha (2013, p. 272-273), são quatro as correntes, sendo a segunda a adotada pelo Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça:

- a) *contractatio*: a consumação se dá pelo simples contato entre o agente e a coisa alheia, dispensando o seu deslocamento;
- b) *amotio* (ou *apprehensio*): dá-se a consumação quando a coisa subtraída passa para o poder do agente, mesmo que num curto espaço de tempo, independentemente de deslocamento ou posse mansa e pacífica;
- c) *ablatio*: a consumação ocorre quando o agente, depois de apoderar-se da coisa, consegue deslocá-la de um lugar para outro;
- d) *ilatio*: para ocorrer a consumação, a coisa deve ser levada ao local desejado pelo ladrão para ser mantida a salvo.

Sua monta, quase desnecessário o dizer, é mastodônica, porquanto se iniciada a execução do furto, ela for interrompida por circunstâncias alheias à vontade do agente, ter-se-á o crime tentado, que, conforme o art. 14, parágrafo único, do Código Penal, é punido de acordo ao preceito secundário daquele, diminuído de um a dois terços.

Finalmente, não se pode deixar de exprimir que, em se tratando de furto, o tipo subjetivo eleito pelo legislador pátrio, o dolo, é específico (por que é chamado *animus*

furandi), por conta da expressão “para si ou para outrem” inserta no preceito primário do tipo penal (STJ, 2017).

Já a respeito do roubo, cabe mencionar, de pronto, que pouco do que se anotou até aqui não pode ser aproveitado.

A sério, o objeto jurídico (coisa alheia móvel) é o mesmo, assim como a conduta (no tocante ao verbo nuclear, “subtrair”) e o elemento subjetivo (especial fim de agir).

Mais conveniente se debruçar, portanto, sobre a violência, que é novidade com relação ao furto.

Sobre ela, *prima facie*, a doutrina elenca duas espécies: a própria e a imprópria. Para Prado (2015, p. 886), enquanto a própria é a violência física (*vis corporalis*), a imprópria é à que faz referência o *caput* do delito, *in fine*; isto é, a redução à impossibilidade de resistência por qualquer meio.

Demais, a despeito da repetição terminológica, vêm à tona a devida distinção entre roubo próprio e impróprio, classificação que não se confunde à anterior.

Roubo próprio é o que está positivado no *caput* do art. 157 do Código Penal. Roubo impróprio, por seu turno, é que está logo abaixo dele, no § 1.º. A principal diferença entre eles, pois, está no átimo e fito do emprego da *vis compulsiva*.

Daí em diante, a matéria que merece comentários é o latrocínio; esta figura que, tipificada no art. 157, § 3.º, inc. II, do Código Penal, e inclusive tida por hedionda (cf. Lei n. 8.072/1990, art. 1.º, inc. II), é coibida tão intensamente pelo ordenamento jurídico pátrio.

Nesse diapasão, Cunha (2013, p. 300-301) ensina que, naturalmente, se de sua prática não resultar a morte da vítima, com o sucesso da subtração ou não, ela deve ser punida na modalidade tentada, bem como que, se a morte é produzida, mas a subtração não se efetua por circunstâncias alheias à vontade do agente, o latrocínio se consuma mesmo assim.

Alfim, a título de leis novas que, de alguma forma, modificaram as infrações penais acá examinadas, faz-se oportunos os lauréis às Leis: n. 13.964/2019, a qual determinou que se a violência ou grave ameaça é exercida com o emprego de arma branca a pena aumenta-se de $\frac{1}{3}$ (um terço) até metade, e que se a violência ou grave ameaça é exercida com emprego de arma de fogo de uso restrito ou proibido, aplica-se em dobro a pena prevista no *caput* do art. 157 do Código Penal; e n. 14.155/2021, que recrudescer a punição para o furto, dentre outros crimes, cometidos pela *internet* ou por meio de dispositivos eletrônicos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No exórdio, obteve-se que o furto e roubo são crimes internalizados na história da humanidade e, outrossim, no ordenamento jurídico brasileiro. Analiticamente, revisou-se a literatura e legislação do tema, ressaltando conceitos basilares, teorias, espécies e novidades legislativas, cuja notoriedade avocou a menção neste trabalho, malgrado sua superficialidade.

Assim, conclui-se, pela identidade ímpar que esses delitos possuem, mormente diante da profundidade dos debates doutrinários e jurisprudenciais que cada um deles resguarda. Com isso tudo à vista, crê-se que esta pesquisa atingiu o seu objetivo, qual seja, o distinguir dos institutos supra-alinhavados e o fomentar da presente discussão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940**. Código Penal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm>. Acesso em: 22 set. 2021.

_____. **Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm>. Acesso em: 22 set. 2021.

_____. **Lei n. 13.964, de 24 de dezembro de 2019**. Aperfeiçoa a legislação penal e processual penal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13964.htm>. Acesso em: 22 set. 2021.

_____. **Lei n. 14.155, de 27 de maio de 2021**. Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tornar mais graves os crimes de violação de dispositivo informático, furto e estelionato cometidos de forma eletrônica ou pela internet; e o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para definir a competência em modalidades de estelionato. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14155.htm>. Acesso em: 22 set. 2021.

_____. **Lei n. 8.072, de 25 de julho de 1990**. Dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8072.htm>. Acesso em: 22 set. 2021.

CUNHA, R. S. **Manual de Direito Penal**. Parte Especial (arts. 121 ao 361). Volume Único. 5.ª ed., rev., ampl. e atual. Salvador: JusPodivm, 2013.

GONÇALVES, V. E. R. **Direito penal esquematizado®**: parte especial. 4.ª ed., rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2014.

PRADO, L. R. **Curso de direito penal brasileiro**. 14.ª ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

STJ. Recurso Especial n. 0000351-22.2011.8.11.0093-MT. Decisão Monocrática. Relator: Ministro Felix Fischer. DJ: 26/09/2017. **JusBrasil**, 2017. Disponível em: <<https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/503125470/recurso-especial-resp-1664438-mt-2017-0078635-4/decisao-monocratica-503125485>>. Acesso em: 22 set. 2021.

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES O FENÔMENO DA TRANSGERACIONALIDADE FAMILIAR

Ana Clara Bachiega Octaviano, Lidiane Marina Oliveira, Vania Aparecida Borim Moretto Delpino, e-mail: liannemarina9818@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Mesmo com as diretrizes protetivas do ECA, atualmente muitas crianças e adolescentes sofrem ainda algum tipo de violência doméstica protagonizada por pessoas bem próximas a elas. De acordo com dados do Disque Direitos Humanos (2019), foram registradas 161.284 denúncias de transgressão de direitos de crianças e adolescentes no ano de 2019, incluindo vários tipos de violação, sendo a casa da vítima o local de ocorrência mais apontado no relatório.

Assim, qualquer tipo de violência pode trazer consequências traumáticas não apenas no momento de sua incidência, mas também, por toda a vida. Por conseguinte, a intervenção na infância torna-se primordial para diminuir a incidência da prática da violência no futuro (APOSTÓLICO et. al., 2012).

Os autores Antoni e Koller (2010), refletem em seus estudos que, quem já sofreu algum tipo de violência no futuro tende a repetir o ato, ou seja, se forma um ciclo violento transgeracional. Informação como esta contribui para a compreensão de como se constituiu a dinâmica da violência doméstica e de todos os prejuízos que pode acarretar ao longo do desenvolvimento humano, nos campos físico, emocional, cognitivo e social das vítimas.

Uma série de mudanças sociais trouxeram essas questões para o centro das atenções, especialmente a importância que assumiu a estrutura escolar em nossa sociedade, local onde a maioria dos casos de violência são descobertos. Todavia, essas questões ainda sofrem a interferência de uma herança cultural que tem suas raízes na maneira como nossa sociedade percebe a criança e o período de infância. Dentre essas formas são muitas vezes onde a sociedade cria método educativo e disciplinar para educar seus filhos. (ANTONI, 2010).

A investigação dessa problemática é importante para produzir conhecimento não somente para a área da psicologia social, mas para o campo da política, quando se trata da violação de direitos contra a pessoa humana. Promovendo esclarecimentos para os profissionais que atuam diretamente em seu dia a dia com esse tipo de demanda, seja na área social ou da saúde, e beneficiando também a sociedade em geral, a presente análise vem destacar o quanto é importante à pesquisa sobre essas famílias que perpetuam atos

violentos contra crianças e adolescentes, bem como, o entendimento das razões dessa reprodução, desmistificando preconceitos (ANTONI, 2010).

Portanto, refletir sobre violência doméstica implica abordar diversos temas que compõem esse campo de investigação, dentre os quais esse trabalho tem como objetivo analisar as características das famílias que reproduzem a violência física e psicológica contra crianças e adolescentes indicando a motivação para a prática dessa conduta recorrente, que atravessa gerações, levando em consideração as questões culturais sobre o tema, buscando uma intervenção precoce.

2 MÉTODO

A pesquisa transcorreu partindo de uma revisão bibliográfica, sendo consultadas várias literaturas como artigos publicados, revistas científicas e livros dos anos específicos de 2017 a 2021. Porém alguns documentos científicos revisados apresentam publicação mais antiga, sendo selecionados por ser de cunho esclarecedor e auxiliar na elaboração dessa pesquisa. Os documentos científicos foram extraídos de bases de dados online como scielo, pepsic, bvs, capes e google acadêmico, utilizando os seguintes descritores “violência intrafamiliar”, “transgeracionalidade”, “crianças e adolescentes”, “intervenção psicológica” e “violência psicológica e física”. A finalidade é fazer com que o trabalho tenha fundamentação científica apropriada com utilização de fontes de pesquisa confiáveis.

A pesquisa foi delineada como exploratória que permite obter informações qualitativas dos resultados analisados acerca da problematização do trabalho. Esse tipo de pesquisa permite conhecer mais sobre o assunto e todos os contextos que podem estar inseridos, possibilitando a mudança das hipóteses anteriores dos pesquisadores sobre a temática (PIOVESAN; TEMPORINI, 1995).

Houve o desenvolvimento de análises dos artigos e livros para que pudesse haver uma compreensão maior sobre o assunto. A leitura integral do assunto possibilitou a transcrição dos resultados e dos trechos significativos. Baseou-se nas seguintes temáticas: os tipos de violência, a família como uma das principais influenciadoras do desenvolvimento de comportamentos adequados e competências sociais, reflexão sobre violência doméstica e intrafamiliar, o histórico e os conceitos da família agressora e o papel da psicologia neste contexto de violência.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

É comum uma generalização quanto ao ciclo vital da infância, como se todos os indivíduos que estejam nessa etapa do desenvolvimento tida como criança, vivenciarão a melhor fase da vida, assim como os adolescentes, uma fase conflituosa (FROTA, 2007). Uma crítica a esse pensamento generalizado é de que nem todas as crianças vivem a infância de felicidade, pois algumas vivem na precariedade, na pobreza ou em ambiente violento, desafiando, portanto, o senso comum (FROTA, 2007).

Nessa perspectiva, deixar as imagens preconcebidas sobre essa fase do desenvolvimento é fundamental para poder entender sobre a realidade psicossocial de cada criança, levando em conta sua subjetividade e o cenário socioeconômico e cultural no qual está inserida. Entender o contexto implica em perceber não apenas uma realidade, mas sim várias, e que são constituídas de modelos e formas diferentes (COHN, 2005).

Atualmente se percebe vários tipos de famílias como as nucleares, extensas, adotivas, monoparentais, homoafetivas e reconstituídas, dentre outras. Portanto, entender a família como um sistema é entender que cada uma tem sua forma de funcionar, partindo de suas crenças e valores, que são construídos socialmente (MORÉ E KRENKEL, 2014).

O funcionamento familiar pode atuar como um fator protetivo ou de risco para a violência, especialmente quando se trata de crianças e adolescentes. Ceconelo et al. (2003) enfatizam que dentro do sistema familiar poderá haver fatores de risco relacionados a transtornos psicológicos, doença mental e física e ao uso de drogas lícitas e ilícitas. Portanto, ainda segundo esses autores, crianças e adolescentes expostas aos cuidados de responsáveis que apresentam essas características poderão, em sua vida adulta, ter problemas com a justiça, dificuldade nos relacionamentos, transtornos, dificuldades escolares, uso de substâncias prejudiciais à saúde e praticar a violência intrafamiliar.

Já os autores Antoni et al (2009) acreditam que a violência aconteça em decorrência de alguns fatores como o estresse do trabalho, a não realização de atividades domésticas, a rebeldia e o mal desempenho escolar dos filhos. Esses autores demonstram a relevância da coparticipação das crianças e adolescentes no fenômeno da violência, já que eles acreditam ter merecido as agressões físicas por terem desobedecido a seus responsáveis (ASSIS E DESLANDES, 2006; ROCHA E MORAES, 2011). Portanto, “essa aceitabilidade acaba reafirmando a aceitação social de que a violência seja utilizada com finalidade educativa” MAIA et al (2017, p. 5).

Assis (1994, p. 24) mostra quais são as características da família indicadoras da violência física contra crianças e adolescentes.

Muitas vezes oculta as lesões da criança, justificando-as de forma não convincente ou contraditória; descreve a criança como má e desobediente; abusa de álcool ou drogas; possui expectativas irreais acerca da criança; defende uma disciplina severa; ausente ou refratária a contato; tem antecedentes de maus-tratos na família.

A partir dessas colocações é possível perceber que a violência doméstica é de natureza multicausal e é entendida como um problema mundial ao envolver situação de pobreza, baixa escolaridade, consumo de drogas e bebidas alcoólicas. Esses fatores podem contribuir para o surgimento e o aumento da violência, alertando para a necessidade de intervenções urgentes de políticas públicas que atuem na violência intrafamiliar (ANTUNES; MACHADO; MALTA, 2020).

Como verificado, os fatores que levam a prática da violência intrafamiliar pode depender da qualidade da afetividade que o ambiente familiar proporciona a crianças e adolescentes. O nível de afeto, atenção e disponibilidade protetiva dos membros familiares pode intervir significativamente no desenvolvimento de crianças e adolescentes, tanto positiva quanto negativamente. Diante disso, um olhar mais atento à família e suas interrelações poderá trazer intervenções e proteção mais eficazes e produtivas (DE CARVALHO, 2016).

O padrão violento intrafamiliar pode ser desencadeado pela violência psicológica, que perpassa a realidade social de maneira imperceptível, já que não deixa marcas visíveis em suas vítimas como a violência física, e acaba não sendo reconhecida como uma violação dos direitos das crianças e dos adolescentes. Esse tipo de violência, que sempre existiu na sociedade, passou a ser objeto de discussão e conscientização há pouco tempo, sendo visibilizada e considerada assunto importante e pertinente aos direitos de crianças e adolescentes (ABRANCHES E ASSIS, 2011).

A intervenção psicológica para romper com o ciclo violento transgeracional familiar, quando se trata de políticas públicas, é o estabelecimento de normas técnicas e de rotinas de procedimento para orientação dos profissionais que atendem a essa demanda tornando-se, portanto, um apoio no diagnóstico, registro e notificação desses casos, como medidas iniciais para um atendimento de proteção às vítimas e de apoio a suas famílias (CERVINO, 2012).

A prevenção da violência contra a criança e adolescente quanto mais cedo se inicia, maiores são as chances de proteger os membros da família deste problema. De forma precoce, como a partir do pré-natal, por exemplo é possível atuar preventivamente, trabalhando a aceitação de uma gravidez não planejada ou em decorrência de violência e

as expectativas em relação ao bebê com a mãe, o pai e os familiares. Promovendo vínculos afetivos e de cuidado é a melhor via de prevenção nessa fase (BRASIL, 2014).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A continuidade dos abusos intrafamiliares é ponto de partida dessa pesquisa que buscou compreender como essa dinâmica pode se tornar extremamente traumática para as suas vítimas. As crianças e os adolescentes entendam-se, em processo de desenvolvimento neurológico e cognitivo, tendem a criar protótipos cognitivos e comportamentais, a partir das primeiras experiências de suas vidas. Dessa forma, as crianças e adolescentes utilizam os adultos como modelo referencial para se comportarem e formarem representações e afetos. Isso acontece porque os primeiros anos de vida são vividos intensamente junto ao núcleo familiar. Seria correto afirmarmos que crianças e adolescentes, expostos à violência intencional e repetitiva aprendem esses padrões como verdades, e essas verdades internas, padrões mentais representacionais afetivos, serão mediadoras de suas relações sociais. A falta de esperança com a vida, as faltas de prazer social, sexual e profissional são variáveis recorrentes em descrições clínicas de pacientes adultos, masculinos e femininos que vivenciaram violência familiar. Faz-se necessário trabalhar muito para a conscientização e uma mudança de cultura, tendo em vista ser o Brasil um país em que a violência doméstica e intrafamiliar é uma questão cultural.

REFERÊNCIAS

- ABRANCHES, C. D; ASSIS, S. G. A (in) visibilidade da violência psicológica na infância e adolescência no contexto familiar. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 27, p. 843-854, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2011000500003> Acesso em: 04 setembro 2021.
- ANTUNES, J. T; MACHADO, Í. E; MALTA, D. C. Fatores de risco e proteção relacionados à violência intrafamiliar contra os adolescentes brasileiros. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 23, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-549720200003.supl.1> . Acesso em: 04 setembro 2021.
- APOSTÓLICO, M. R. et al. Características da violência contra a criança em uma capital brasileira. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 20, n. 2, p. 266-273, 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/rlae/v20n2/pt_08. Acesso em: 01 abril 2021.
- ASSIS, Simone Gonçalves. **Crescer sem violência: um desafio para educadores**. Rio de Janeiro, setembro de 1994. Disponível em: (Microsoft Word - Crescer sem viol\352ncia.doc) (puc-campinas.edu.br). Acesso em: 01 agosto 2021.
- ASSIS, S. G; DESLANDES, S. F. Abuso físico em diferentes contextos de socialização infanto-juvenil. **Violência faz mal à saúde**, p. 47-57, Brasília – DF, 2006. Disponível em:

https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/violencia_faz_mal.pdf#page=47. Acesso em: 05 agosto 2021.

AVANCI, J, Q; PINTO, L, W; ASSIS, S, G. Atendimento dos casos de violência em serviços de urgência e emergência brasileiros com foco nas relações intrafamiliares e nos ciclos de vida. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, p. 2825-2840, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232017229.13352017>. Acesso em: 01 agosto 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Impacto da violência na saúde das crianças e adolescentes: prevenção de violências e promoção da cultura de paz. Brasília, **Ministério da Saúde**; 2014. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/im_pacto_violencia.pdf.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família, e dos Direitos Humanos. **Disque Direitos Humanos**. Brasília, DF, 2019. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/disque-100/relatorio-2019_disque-100.pdf, Acesso em: 20 Março 2021.

CECCONELLO, A. M; DE ANTONI, C; KOLLER, S. H. Práticas educativas, estilos parentais e abuso físico no contexto familiar. **Psicologia em estudo**, v. 8, p. 45-54, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/RsN9L6RpdLDTmnnSgDfLd6K/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 07 agosto 2021.

CERVINO, C. S. Ações interventivas com crianças que sofrem violência na microrregião de Tremendé/SP. São Paulo, 2012. Disponível em: <https://ares.unasus.gov.br/acervo/html/ARES/13766/1/>

COHN, Clarice. Antropologia da criança. Editora **Schwarcz-Companhia das Letras**, 2005. Disponível em: Antropologia da criança - Clarice Cohn - Google Livros. Acesso em: 30 agosto 2021.

DE ANTONI, C; KOLLER, S, H. Uma família fisicamente violenta: uma visão pela teoria bioecológica do desenvolvimento humano. **Temas em psicologia**, Ribeirão Preto, v. 18, n. 1, p. 17-30, 2010. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2010000100003. Acesso em: 30 março 2021.

DE ANTONI, C; MARTINS T, M, L; KOLLER, S, H. Coesão e hierarquia em famílias fisicamente abusivas. **Universidade de Psicologia**, v. 8, n. 2, p. 399-412, 2009. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/record/2009-11603-009>. Acesso em: 15 Agosto 2021.

DE CARVALHO B. A. Paradigma sistêmico no desenvolvimento humano e familiar: a Teoria Bioecológica de UrieBronfenbrenner. **Psicologia em Revista**, v. 22, n. 2, p. 275-293, 2016. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682016000200003Acesso em: 12 agosto 2021.

FROTA, Ana Maria Monte Coelho. Diferentes concepções da infância e adolescência: a importância da historicidade para sua construção. **Estudos e pesquisas em psicologia**,

Rio de Janeiro, v.7, p. 147-160, 2007. Disponível em: v7n1a13.pdf (uerj.br) Acesso em: 30 agosto 2021.

GUERRA, V. N. de. Violência de pais contra filhos, procuram-se vítimas. 2ª Ed. São Paulo: **Cortez e Associados**, 1985. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/violencia_crianças_adolesc.pdf Acesso em: 09 setembro 2021.

MAIA, R. C; Nunes T. G. R; SILVA, L. I. C; SILVA K. M. Da proteção ao risco: configurações da violência intrafamiliar na juventude paraense. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília. 33, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102.3772e33312> Acesso em: 04 agosto 2021.

MORÉ, C. L. O. O; KRENKEL, S. Violência no contexto familiar. **UFSC** Florianópolis SC, 2014. Disponível em: <https://ares.unasus.gov.br/acervo/handle/ARES/1889> Acesso em: 01 agosto 2021.

PIOVESAN, A; TEMPORINI, E R. Pesquisa exploratória: procedimento metodológico para o estudo de fatores humanos no campo da saúde pública. **Revista de Saúde Pública**, v. 29, n. 4, p. 318-325, 1995. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-89101995000400010>. Acesso em: 27 abril 2021

VIVÊNCIA E PERCEPÇÃO SOCIAL DA SEXUALIDADE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Bruna Kerolyn Antonio de Moraes, Richard Moreira Nalia, Shaday Prudenciatti, e-mail: richard.psicotcc@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

De acordo com o DSM-5 (APA, 2014) a Deficiência Intelectual (D.I) é definida por um déficit nas capacidades cognitivas e intelectuais como: pensamento abstrato, resolução de problemas complexos, aprendizagem com base na experiência e julgamento, além de dificuldades significativas nos aspectos sociais e práticos, que envolvem autocuidado e socialização. Essas alterações prejudicam o sujeito quando comparados com outras pessoas da mesma idade e grupo social, gerando limitações quanto ao seu desempenho e impactando nas relações, necessidades pessoais e habilidades acadêmicas, trazendo como consequência a necessidade de apoio, variando conforme o funcionamento adaptativo.

Segundo a OMS (2006), o conceito sexualidade engloba não somente o ato sexual, mas também a identidade e os papéis de gênero, orientação sexual, erotismo, prazer, intimidade e reprodução. Trata-se de um prisma de grande influência na vida das pessoas, impactando diretamente no seu desenvolvimento e cotidiano. Deve-se ter em mente que os direitos de saúde sexual incluem: liberdade de expressão direitos iguais, privacidade, educação sexual, casamento e fundação de uma família, entre outros.

Segundo Maia (2016), a sexualidade em pessoas com deficiência é considerada um “duplo tabu”, vista como algo imoral, deixa de ser discutida devido à visão negativa existente acerca da prática sexual, enquanto a deficiência é tratada socialmente como desvantagem, e as pessoas com essas características acabam por serem vitimizadas e vistas como assexuadas ou incapazes de manter relações.

Destaca-se que a maturação biológica do período da puberdade se desenvolve igualmente nas pessoas com e sem Deficiência Intelectual (D.I.). Além disso a expressão da sexualidade não segue a idade biológica, mas sim os aspectos cognitivo e emocional (MAIA, 2016).

A divulgação de conhecimento é o principal método para que haja a quebra de tabus e informações errôneas em relação a sexualidade, principalmente quando se trata de pessoas com deficiência. Da mesma forma, a educação sexual imparcial e baseada em

evidências promove autoimagem positiva e contribui para qualidade de vida, promovendo a saúde em sua totalidade.

Desta forma o objetivo geral do presente artigo é compreender a vivência e a percepção social sobre a sexualidade das pessoas com deficiência intelectual. O objetivo específico inclui a construção de uma cartilha informativa a respeito do tema.

2 MÉTODO

Utilizou-se como método a revisão bibliográfica, que segundo Gil (1991), é definida como uma pesquisa elaborada através de conteúdos produzidos anteriormente, normalmente embasada em artigos e livros. De acordo com o autor, as vantagens desse tipo de pesquisa incluem: a observação de uma grande quantidade de fenômenos, sendo vital para a realização de estudos do campo teórico.

Para execução deste trabalho foram adotadas etapas metodológicas que incluem: definição do tema, levantamento e seleção de artigos científicos, de acordo com critérios de inclusão e exclusão estabelecidos, síntese de conteúdo, discussão e apresentação dos resultados e conclusão.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Deficiência intelectual (D.I.) é uma condição do neurodesenvolvimento que possui como característica central prejuízo cognitivo significativo, de forma que as pessoas desse grupo demonstrem limitações relacionadas às funções corticais superiores. A capacidade de raciocínio, resolução de problemas, memorização, comunicação e codificação são exemplos de funções prejudicadas, que tornam desafiadoras até mesmo atividades rotineiras. Além disso, estão presentes limitações relacionadas à capacidade adaptativa, nas áreas social, conceitual e prática (SANTOS, 2012).

Durante os primeiros meses de vida da criança é possível notar pequenos déficits como a dificuldade em perceber os estímulos do ambiente, problemas auditivos e visuais, sendo notória com o passar da idade e as dificuldades que vão surgindo no seu desenvolvimento (KE; LIU, 2015).

Apesar da impossibilidade de contornar a deficiência, a estimulação cognitiva tem papel fundamental no desenvolvimento e funcionalidade do indivíduo, acarretando qualidade de vida e independência variáveis, a cada caso (SANTOS, 2012).

Autores observaram a recorrência de um estilo parental super protetor nos pais de pessoas com D.I., que buscam, na maioria das vezes, restringir as vivências de seus filhos

e o contato com outras pessoas. A tendência em evitar experiências frustrantes acaba por reprimir seu potencial de desenvolvimento, uma vez que o confronto com desafios e a busca por superá-los pode formar novas conexões neuronais, resultando em novas aprendizagens (SANTOS, 2012; DIAS; OLIVEIRA, 2013).

Enquanto a sociedade no geral percebe as pessoas com deficiência intelectual como infantis e possuindo uma forma de crescimento diferente, é necessário ressaltar que os estudos apontam uma convergência no período de maturação biológica entre as pessoas com D.I. e aqueles que não a apresentam, ou seja, todos os jovens desenvolvem suas características sexuais primárias e secundárias numa faixa etária similar (MAIA, 2016; ORLANDI; GARCIA, 2017). A sexualidade, por outro lado, está associada ao desenvolvimento cognitivo e emocional, não seguindo a idade cronológica (MAIA, 2016; ORLANDI; GARCIA, 2017).

As pessoas com D.I são estigmatizadas e acabam lidando constantemente com o preconceito, são vistos como pessoas dependentes e incapazes, têm sua identidade reprimida e quando pertencentes a uma classe socioeconômica baixa, as dificuldades encontradas se intensificam (ALBUQUERQUE; ALMEIDA 2010; LITTIG et al., 2012; ALBUQUERQUE, 2017).

Uma vez que os jovens com deficiência intelectual transpõem a puberdade, o desenvolvimento social e afetivo decorrente desse período, é normal que comecem a reproduzir comportamentos condizentes com o restante da população nesse estágio, como a crescente onda de dúvidas acerca de seus órgãos genitais, a percepção da atração por colegas e o desejo de se relacionar afetivamente e/ou sexualmente. Todavia, devido à dificuldade de compreender e se adequar as regras e padrões de comportamentos sociais, características presentes na D.I., é de comum ocorrência a emissão de gestos e atitudes inapropriados ao contexto, muitas vezes envolvendo toques e carícias não solicitados (MORALES; BATISTA, 2010; DENARI, 2011).

A ausência de educação sexual adequada acaba tendo como consequência a falta de conscientização sobre sua capacidade de desenvolvimento e maturação, a importância de uma autoestima positiva, a naturalidade de seu desejo e o papel da descoberta do próprio corpo, o que tem como consequência um crescimento limitado não só no aspecto cognitivo, mas também emocional (MAIA; RIBEIRO, 2010; PUGA; RUZZI-PEREIRA, 2020).

A família representa o maior responsável pelas orientações disponibilizadas sobre esse tópico e no geral suas instruções possuem um caráter repressivo e punitivo,

aconselhando a não reproduzir nenhum comportamento sexual (VIEIRA; COELHO, 2014; PUGA; RUZZI-PEREIRA, 2020).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Devido a carência de informações em relação a manifestação da sexualidade em pessoas com D.I., divulgar conhecimento é essencial ao enfrentamento dos tabus, pois possibilita a quebra do preconceito desmistificando as diversas crenças que circulam sobre sexualidade, por meio de informações técnico-científicas ao invés de valores pessoais socialmente construídos.

Nesse contexto, fica claro os inúmeros benefícios, que podem ser alcançados com a conscientização das pessoas com deficiência e de seus cuidadores acerca do tema sexualidade.

Destaca-se que o presente estudo apresenta limitações envolvendo as necessidades a serem trabalhadas num processo de orientação sexual por ter sido elaborado com base em artigos já publicados e pesquisas realizadas por outros autores.

A conscientização social, em especial dos educadores dessas pessoas, pode transformar a forma de vê-los e de interagir com eles, promovendo uma sociedade mais igualitária, garantindo seus direitos e promovendo uma vivência com mais qualidade de vida, independência e liberdade.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, P. P. Sexualidade e deficiência intelectual: um curso de capacitação para pais. **Psicologia Argumento**, v. 29, n. 64, 2017.

Disponível em:

<<https://periodicos.pucpr.br/index.php/psicologiaargumento/article/view/20389/1965>>.

Acesso: 14/07/2021.

ALBUQUERQUE, P. P.; ALMEIDA, M. Sexualidade e deficiência intelectual: um curso de capacitação para professores. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 91, n. 228, 2010. Disponível em:

<<http://www.rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/article/view/2864>> Acesso em: 08/08/2021.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**: DSM-5. 5 ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BASTOS, O. M.; DESLANDES, S. F. Sexualidade e deficiência intelectual: narrativas de pais de adolescentes. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, IF-Fiocruz (Rio de Janeiro), v. 22, p. 1031-1046, 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/physis/v22n3/10.pdf>> Acesso em: 13/02/2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Área Técnica Saúde da Pessoa com Deficiência. Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência. Brasília, 2009.

CARVALHO, A. M.; RODRIGUES, C. S.; MEDRADO, K. S. Oficinas em sexualidade humana com adolescentes. **Estudos de Psicologia**, v. 10, n. 3, p. 377-384, 2005. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-294X2005000300006>> Acesso em: 02/04/2021.

DANTAS, B. S. A. A dupla linguagem do desejo na Igreja Evangélica Bola de Neve. **Religião & Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, p. 53-80, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-85872010000100004> Acesso em: 12/04/2021.

DIAS, S. S.; OLIVEIRA, M. C. S. L. Deficiência intelectual na perspectiva histórico-cultural: contribuições ao estudo do desenvolvimento adulto. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 19, n. 2, p. 169-182, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=s1413-65382013000200003&script=sci_arttext> Acesso em: 30/03/2021.

DENARI, F. E. Adolescência, afetividade, sexualidade e deficiência intelectual: o direito ao ser/estar. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 5, n. 1, p. 44-52, 2010. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/3491>> Acesso em: 08/08/2021.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Editora Atlas S. A, 1991.

KE, X.; LIU, J. Deficiência intelectual. **IACAPAP e-Textbook of Child and adolescent mental health**. (Edição em Português), 2015. Disponível em: <www.dislexia.org.br/wp-content/uploads/2018/06/Defici%C3%Aancia-Intelectual.pdf>. Acesso em: 09/08/2021.

LITTIG, P. M. C. B.; CARDIA, D. R.; REIS, L. B.; FERRÃO, E. S. Sexualidade na deficiência intelectual: uma análise das percepções de mães de adolescentes especiais. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 18, p. 469-486, 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbee/a/hTZv4nDgMykT7MQcFqZKSGS/abstract/?lang=pt&g>> Acesso em: 08/08/2021.

MAIA, A. C. B. Reflexões sobre a sexualidade e a educação sexual. In: _____. **Inclusão e sexualidade: na voz de pessoas com deficiência física**. Curitiba, Juruá, 2011. cap. 1, p. 25-38.

_____. Vivência da sexualidade a partir do relato de pessoas com deficiência intelectual. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 21, n. 1, p. 77-88, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/PsicolEstud/article/view/29480>> Acesso em: 03/04/2021.

MAIA, A. C. B.; RIBEIRO, P. R. M. Desfazendo mitos para minimizar o preconceito sobre a sexualidade de pessoas com deficiências. **Revista brasileira de educação especial**, v. 16, p. 159-176, 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbee/a/kYLkXPZsQVxZ85S95S3fQMz/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 17/07/2021

MAROLA, C. A. G.; SANCHES, C. S. M.; CARDOSO, L. M. Formação de conceitos em sexualidade na adolescência e suas influências. **Psicologia da Educação**. Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação, São Paulo, n. 33, 2011. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/psicoeduca/article/view/28531/20032#>> Acesso em: 02/04/2021.

MORALES, A. S.; BATISTA, C. G. Compreensão da sexualidade por jovens com diagnóstico de deficiência intelectual. **Psicologia: teoria e pesquisa**, v. 26, p. 235-244, 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ptp/a/TZcLSfcKxbFRTVX5zrvrDgb/abstract/?lang=pt>> Acesso em: 08/08/2021

NÓBREGA, F. P. **Construção de cartilha educativa para cuidadores de idosos com doença de Alzheimer**. 2018. 31 f. Trabalho de Conclusão de Curso – Faculdade de Enfermagem, Faculdade de Ensino e Cultura do Ceará, Fortaleza, 2018. Disponível em: <https://www.faece.edu.br/aluno/arquivos/tcc/tcc_enfermagem_fagundespereiranobrega.pdf> Acesso em: 07/06/2021.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Sexual and Reproductive Health**. WHO, 2006. Disponível em: <http://www.who.int/reproductivehealth/topics/sexual_health/sh_definitions/en>. Acesso em: 08/04/2021.

ORLANDI, R.; GARCIA, R. A. G. Educação sexual e deficiência intelectual: desafios educacionais na efetivação dos direitos sexuais. **Encontro Internacional de Formação de Professores e Fórum Permanente de Inovação Educacional**, v. 10, n. 1, 2017. Disponível em: <<https://eventos.set.edu.br/enfope/article/view/4743>> Acesso em: 15/08/2021

PUGA, P. C. A.; RUZZI-PEREIRA, A. A percepção de pessoas com deficiência intelectual sobre a sexualidade. **Temas em Educação e Saúde (Themes in Education and Health)**, p. 542-552, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/tes/article/view/13709/10135>>. Acesso em: 16/07/2021.

SANTOS, D. C. O. Potenciais dificuldades e facilidades na educação de alunos com deficiência intelectual. **Educação e pesquisa**, v. 38, p. 935-948, 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ep/a/xFx3Cz3H5dP9kGhk9Vm3s8y/?format=html>> Acesso em: 15/08/2021

TOZONI-REIS, M. F. C. **Metodologia da pesquisa**. 2 ed. 2009. Disponível em: <<https://biblioteca.isced.ac.mz/bitstream/123456789/785/1/METODOLOGIA%20DA%20PESQUISA.pdf>> Acesso em: 04/06/2021.

VIEIRA, C. M.; COELHO, M. A. Sexualidade e deficiência intelectual: concepções, vivências e o papel da educação. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, p. 201-212, 2014. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Camila-Vieira/publication/311487623_Sexualidade_e_deficiencia_intelectual_concepcoes_vivencias_e_o_papel_da_educacao/links/5848a04d08ae95e1d1665ed9/Sexualidade-e-deficiencia-intelectual-concepcoes-vivencias-e-o-papel-da-educacao.pdf> Acesso em: 19/08/2021.

A NORMATIVIDADE DA CONSTITUIÇÃO E O SEU PAPEL NA SOCIEDADE

Cristian de Souza Fregolente, Eduardo Toledo Arruda Galvão de França, e-mail: crissouzafregolente@outlook.com

RESUMO

Introdução: O Neoconstitucionalismo foi um movimento que teve início a partir do século XXI, onde houve uma grande transformação em relação à uma nova perspectiva referente ao constitucionalismo, sendo denominada como pós-positivismo, ou ainda, constitucionalismo pós-moderno. Este movimento é caracterizado pela união do Jusnaturalismo, do direito natural, através de valores como ética, moral e justiça, com o Juspositivismo, do direito positivo, por meio de aspectos ligados à legitimidade, legalidade e à supremacia da constituição, segundo o qual constatou-se a implantação de um Estado constitucional de direito, superando a ideia de um Estado Legislativo de direito, passando a Constituição a ser o centro do sistema jurídico e legislativo. Este modelo de um Estado Constitucional de Direito, também denominado Estado Constitucional democrático, permitiu o desenvolvimento, a implementação de uma expansão da jurisdição constitucional, além de uma nova dogmática da interpretação constitucional, ou seja, um conjunto de mudanças no âmbito jurídico e social em torno da Constituição e de sua respectiva aplicação. O Neoconstitucionalismo, por sua vez, realça a importância de ir além da legalidade escrita, positivada, buscando empreender a inserção de valores e princípios presentes no Direito, e com isso, destaca-se a atribuição da normatividade aos princípios e a definição de suas relações com valores e regras, tendo em vista, uma abrangência da promoção dos direitos fundamentais e o respeito a dignidade humana. Nesse sentido, a Constituição versa por sua vez, a garantia de condições dignas mínimas às pessoas, a concretização dos valores constitucionalizados, além da eficácia irradiante em relação aos poderes e mesmo aos particulares. **Objetivo:** O presente trabalho, teve como objetivo realizar uma análise ampla sob diversas perspectivas em relação ao movimento do Neoconstitucionalismo, tendo como base em específico, o seu marco teórico, onde uma de suas características fundamentais foi o conceito de Força Normativa da Constituição, que consiste em uma teoria desenvolvida por Konrad Hesse, um jurista alemão que em seu entendimento consignou que a constituição está no centro do ordenamento jurídico, se aplicando aos casos concretos, incidindo efetivamente na vida social das pessoas, onde segundo ele, a constituição possui uma supremacia em relação a concretização dos direitos fundamentais, devendo-se atribuir

o respeito à aplicação dos princípios e valores nela expostos. Por outro lado, a norma constitucional tem status de norma jurídica, sendo dotada de imperatividade com as consequências do seu descumprimento, que correspondem a sanção, coação e o autoramento, que são os elementos essenciais da norma jurídica. Além disso, é importante verificar a análise efetiva em relação a interpretação e à aplicação da Constituição na sociedade, no dia a dia, pois apesar da Constituição possuir a sua própria hermenêutica constitucional, em determinadas situações, as suas respectivas disposições constitucionais não são respeitadas ou não são aplicadas da forma correta, como se deveria e por isso, é importante a união de todas as pessoas com o objetivo de respeitar e aplicar todos os direitos e deveres garantidos na Constituição, visando assim, uma sociedade mais justa e igualitária. **Método:** Para a realização da pesquisa, o presente trabalho utilizou-se do método dedutivo, pautado a partir de levantamentos de referenciais bibliográficos, informativos e doutrina, a fim de sustentar as ideias defendidas e apresentadas. **Resultados e discussão:** Através da análise do Neoconstitucionalismo e de todo o seu arcabouço, segundo o qual, contribuiu de forma significativa para os desdobramentos relacionados à centralização e a supremacia da constituição no ordenamento jurídico, verificou-se a importância de uma ampla reflexão em relação ao respeito aos direitos e garantias previstos na Constituição, pois ela é de grande importância para o desenvolvimento da sociedade. **Considerações finais:** Diante do exposto, foi verificada a necessidade da continuidade do estudo, uma vez que, por se tratar de um projeto de pesquisa, o trabalho encontra-se ainda em fase inicial de produção. Contudo, pretende-se, com o desenvolvimento da pesquisa, alcançar e esclarecer os objetivos propostos e delineados.

PALAVRAS-CHAVE: Neoconstitucionalismo. Constituição. Konrad Hesse. Norma Jurídica. Ordenamento Jurídico.

REFERÊNCIAS

HESSE, Konrad. *A Força Normativa da Constituição*. 1 ed. Porto Alegre: Safe, 1991.

LENZA, Pedro. *Direito Constitucional Esquematizado*. 25 ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021.

NOVELINO, Marcelo. *Curso de Direito Constitucional*. 16 ed. Salvador: Editora Juspodivm, 2021.

SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. 43 ed. São Paulo: Malheiros, 2020.

A POTENTE AÇÃO ANTI-INFLAMATÓRIA DO EXTRATO DE *ARNICA MONTANA*

Adriana de Freitas Jesus, Beatriz Baglie Cunha, Heloisa Donzela,
email:adriannaffreitas@gmail.com

RESUMO

Introdução: A arnica, segundo o Wikipédia, é uma das milhares de espécies de planta medicinal que fazem parte da família Asteraceae, do reino Plantae, este gênero faz parte da ordem Asterales, sendo a espécie abordada neste trabalho a *Arnica montana* L.

Objetivo: Estudar as propriedades farmacológicas da *Arnica montana* que possuem ação anti-inflamatória. **Método:** Foram selecionados artigos científicos, manuais e dissertações. Os termos buscados nos sites de pesquisa foram: arnica; ação anti-inflamatória da *Arnica montana* e suas propriedades. **Resultados e Discussão:** De acordo com o Portal São Francisco, a planta é originária das regiões montanhosas do norte da Europa, e no Brasil pode ser encontrada nos estados de Minas Gerais, Goiás e Bahia. Segundo Athayde (2019), diversas são as substâncias que fazem parte da sua composição e são responsáveis por suas ações farmacológicas, como os flavonóides, os derivados de ácidos orgânicos, monoterpenos, sesquiterpenos, lactonas sesquiterpênicas, outros como farnesil acetato e metil linoleato. O Extrato de *Arnica montana* é considerado potente por sua ação anti-inflamatória, e quando glicólico pode ser incorporado a outros meios externos. É usado em traumatismos, edemas, hematomas, e também em tratamentos de pele e couro cabeludo. De acordo com o Extrato Glicólico de Arnica da empresa Purifarma, seus princípios ativos são: “óleo essencial; carotenóide; flavonóide; tanino; saponina; ácido cafeico; álcool triterpênico; fitosteróis; cumarina; arnicina (princípio tóxico); alcalóides e resinas”. Os princípios ativos das lactonas sesquiterpênicas: helenalina e dihidrohelenalina são os responsáveis pela ação anti-inflamatória, devido a inibição do fator de transcrição NF-KB que regula a transcrição de muitas citocinas inflamatórias. (Alfredo, et al 2008) De acordo com Alonso (1998), seu uso é contra indicado para uso interno pelo seu potencial tóxico, exceto em homeopatia, pois é realizada dinamizações (Drogaria Economais). A Arnica tem em sua composição química Flavonóides que podem alterar a funcionalidade de certas células como macrófagos, músculo liso e plaquetas, isso porque ela interfere em grande número de enzimas que funcionam como mediadores no processo inflamatório. (Yiu et al., 1998). **Considerações finais:** é possível compreender que a Arnica possui diversas ações, na qual se destaca a ação anti-inflamatória e que seu extrato pode ser grande aliado

em diversos problemas relacionados a edemas e hematomas, devido aos flavonóides e lactonas presentes em seu princípio ativo.

PALAVRAS-CHAVE: Arnica. Anti-inflamatória. Flavonóides. Extrato.

REFERÊNCIAS

ATHAYDE Amanda Ellen de. **Arnicas no Brasil:** Do perfil químico a morfoanatomia, uma comparação entre as espécies. UFSC Florianópolis, 2019. Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/211605/PCCF0452-D.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>. Capturado em: 04/10/21

ALFREDO, Patrícia Pereira; ANARUMA, Carlos Alberto; PIÃO Antônio Carlos; Simões, JOÃO; Sílvia Maria Amado; CASAROTTO; Raquel Aparecida. **Análise qualitativa dos efeitos da sonoforese com *Arnica montana* sobre o processo inflamatório agudo do músculo esquelético de ratos.** Fisioterapia e Pesquisa, São Paulo, 2008. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/fp/a/SZyQgkXHdvY7csKbnPW6ynJ/?format=pdf&lang=pt>
Capturado em: 28/09/21.

DROGARIA ECONOMAIS. **Arnica.** Disponível em:

<https://drogariaeconomais.com.br/BACKOFFICE/Uploads/Bula/7896331702965.pdf>.
Acesso em 28/09/21

PORTAL SÃO FRANCISCO. **Arnica.** Disponível em:

<<https://www.portalsaofrancisco.com.br/alimentos/arnica>>. Capturado em: 28/08/2021.

WIKIPEDIA, a enciclopédia livre. **Arnica Montana.** Disponível em:

https://pt.wikipedia.org/wiki/Arnica_montana. Capturado em: 28/08/2021.

YIU, Fabricio; LINARELLI, Maria Conceição Barbosa; ZELANTE, Paulo Mário. **Atividade antiinflamatória da *Arnica montana*.** Rev. ciênc. méd., v.7, n.1, 1998. Disponível em:

<http://periodicos.puccampinas.edu.br/seer/index.php/cienciasmedicas/article/download/1372/1346>. Acesso em: 28/09/21.

A PRÁTICA DAS ARTES MARCIAIS REDUZ A AGRESSIVIDADE

Luiz Felipe Ramos de Mattos, Vinicius Venanzi, Paula Grippa Sant'Ana, email:

RESUMO

Introdução: a agressividade é um problema de saúde pública, que muitas vezes está ligada diretamente com a violência e, recentemente, vem piorando devido ao isolamento social provocado pela pandemia, ocasionado pelo COVID-19. A violência é um problema de saúde pública e no Brasil, houve um aumento significativo de 50% durante a pandemia de COVID-19. A agressividade é algo natural do ser humano, assim como outras emoções que podem ser fundamentais para tomar decisões, porém ainda sim, a psicologia divide a agressividade em instrumental (natural do ser humano, pode ser usada para decidir resultados de competições) e agressividade hostil (comportamentos violentos). Existe uma associação de que a prática de Artes Marciais pode levar a redução de comportamentos agressivos; pois um dos princípios dentro das artes marciais, parte de um combate interno, para adquirir o autocontrole. **Objetivo:** o objetivo deste trabalho foi verificar a participação das artes marciais na redução da agressividade em indivíduos praticantes destas modalidades. **Metodologia:** no presente trabalho, foi realizado um estudo de revisão bibliográfica, de abordagem qualitativa e dedutiva, com a utilização do método indireto (GIL, 2008). As bases de dados utilizadas foram: do *Scielo*, *Science Direct* e *Pubmed* utilizando as palavras-chaves: artes marciais, agressividade e violência. **Resultados e Discussão:** os movimentos de um praticante de marcial estão mais ligados com a autodefesa e a própria arte marcial, não necessariamente serão usados para ferir o oponente. Um praticante pode despertar um instinto de sobrevivência e combate durante uma luta, mas não está relacionado com a raiva ou a violência, mas sim com o estado emocional no combate Foi constatado que a partir de um mês de treinamento de arte marcial houve redução dos níveis de agressividade. Isto pode ser em consequência da Serotonina baixa e níveis elevados de testosterona que podem gerar agressividade e violência, a grande maioria dos estudos mostram que os resultados foram positivos para a redução da agressividade, pois a prática de artes marciais promove a liberação de endorfina e serotonina. **Conclusão:** conclui-se que praticantes de arte marciais com ações violentas podem apresentar redução na sua agressividade a partir de 1 mês de prática, e quanto mais longa foi a pesquisa mostrou que os praticantes não demonstraram serem mais agressivos que os não praticantes, isto pode mostrar que as artes marciais não são mais violentas que outros esportes. Uma das

principais respostas fisiológicas para a redução da agressividade nos praticantes de artes marciais envolve a liberação de endorfina e serotonina e melhora do humor, além do contato direto com as filosofias próprias das artes marciais e a existência de um código de honra a ser seguido.

PALAVRA-CHAVE: Artes Marciais, Agressividade, Violência.

A UTILIZAÇÃO DE MEDICAMENTOS FITOTERÁPICOS NO TRANSTORNO DE ANSIEDADE

Douglas Teixeira da Silva, Gabriela Fernanda Ferraz Luchiari, Yan Felipe Hernandez Dionísio, Heloisa Donzella, E-mail: gabiluchiari1@gmail.com

RESUMO

Introdução: O transtorno de ansiedade intensificou-se durante o período da pandemia de Covid-19, estudos consideram que o impacto da pandemia na saúde mental da população é muito preocupante (NICOLINI, H., 2020). Considerando que a ansiedade afeta grande parte da população e em muitos casos é necessária à utilização de drogas para solucionar esse problema, o presente estudo aborda a utilização de plantas medicinais já existentes no mercado terapêutico. Define-se transtorno de ansiedade generalizada (TAG) causado por excesso de apreensão e expectativa em relação a qualquer que seja a situação, cuja preocupação em relação a uma série de eventos e atividades ocorre de maneira exagerada (DEMARTINI, J. PATEL, G. FANCHER, T.L., 2019). Nesse sentido, insere-se a utilização fitoterápicos para o tratamento da ansiedade, serão apresentados possíveis tratamentos com os fitoterápicos com propriedades calmantes, tendo a possibilidade de serem utilizados em formas combinadas (LOPES, M. TIYO, R. ARANTES, V., 2017). Algumas plantas medicinais possuem propriedades calmantes podendo ser utilizadas de forma combinada, capacidade hipnótica e relaxante como a *Passiflora incarnata* (passiflora) e *Valeriana officinalis* (valeriana), usadas individualmente ou combinadas. Conhecida popularmente como passiflora, a *Passiflora incarnata*, os primeiros estudos em 1867 mostraram um potencial sedativo e antiespasmódico, a principal atividade desse fitoterápico baseia-se em seu efeito ansiolítico, além disso, é válido ressaltar que em segunda instância sua ação espasmolítica age sobre o músculo liso. Utilizada desde os tempos antigos por suas propriedades ansiolíticas a *Valeriana officinalis*, tem como principal atividade terapêutica seus efeitos sedativos, anticonvulsivantes e antiespasmódicos (BUCCIARELLI, A., et. al., 2010). O fitoterápico *Valeriana* possui sua eficiência comprovada e um apanhado de informações que podem ser utilizadas como base de conhecimento para realizar a avaliação correta sobre a prescrição para o paciente, além de que ela pode ser utilizada contra ansiedade, desesperos, leves disparidades no sistema nervoso, não possuindo desaprovação, no qual seus produtos farmacêuticos são gerados a partir de extratos aquosos e hidroalcoólico. (RODRIGUES, J, et. al. 2021). **Objetivo:** O presente estudo

buscou fazer o levantamento inicial de dados para elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) sobre o tratamento do transtorno de ansiedade generalizada por fitoterapia. Além de compreender os fitoterápicos ansiolíticos, interpretar os benefícios da utilização de plantas medicinais no tratamento da ansiedade e examinar a eficácia do uso de Valeriana officinalis e Passiflora incarnata levando em consideração que a fitoterapia constitui-se como fonte alternativa para o tratamento de ansiedade, insônia e doenças relacionadas.

Método: Após a leitura sobre a utilização da fitoterapia no tratamento da ansiedade (BUCCIARELLI, A., et. al., 2010 e LOPES, M. TIYO, R. ARANTES, V., 2017) foi realizada uma pesquisa nas bases de dados Pubmed, SciELO e Lilacs entre o período de 2019 a 2021 para viabilizar uma futura pesquisa nas mesmas bases de dados para elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção do título de bacharel em farmácia junto as Faculdades Integradas de Jaú. **Resultados e discussão:** O trabalho desenvolvido trata-se de uma revisão da literatura, de um estudo exploratório, realizada com base em artigos científicos, em que se destacou o estudo dos medicamentos fitoterápicos utilizando de fontes de pesquisas confiáveis citadas acima. Possuindo caráter amplo, se propondo a descrever o desenvolvimento de pesquisas relacionadas à ansiedade, sob o ponto de vista teórico e contextual, mediante a análise e interpretação da produção científica já existente.

Considerações finais: Espera-se a realização de um levantamento sobre as evidências científicas das espécies escolhidas no decorrer do trabalho além da Valeriana officinalis e Passiflora incarnata serão inseridas mais três espécies no Trabalho de Conclusão de Curso, possibilitando assim como foi proposto, exibir uma reavaliação acerca dos fitoterápicos que podem proporcionar um tratamento para a ansiedade, refinando os conhecimentos no que se refere aos estudos clínicos em relação às comprovações favoráveis ou não no que diz respeito à eficiência dos fitoterápicos.

PALAVRAS-CHAVE: Fitoterápicos. Plantas Medicinais. Ansiedade. Transtorno de Ansiedade.

REFERÊNCIAS:

BUCCIARELLI, A., et. al. Perspectivas da utilização de produtos fitoterápicos para o tratamento de insônia, ansiedade e transtornos relacionados. Rev. Assoc. Med. Bahía Blanca ; 20(4): 89-95, 2010. Disponível em: <<https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-967842>>. Acesso em: 22 set. 2021.

DEMARTINI, J. PATEL, G. FANCHER, T.L. Generalized anxiety disorder. Annals of

Internal Medicine, Vol.170(7), pp.ITC49-ITC64, 2019. Disponível em:
<<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/30934083/>>. Acesso em: 13 set. 2021.

LOPES, M. TIYO, R. ARANTES, V. Utilização de passiflora incarnata no tratamento da ansiedade. Rev. UNINGÁ Review, Maringá, Vol. 29, n. 2, p.81-86, Jan/Mar. 2017. Disponível em: <<http://revista.uninga.br/index.php/uningareviews/article/view/1952/1548>>. Acesso em: 23 set. 2021.

NICOLINI, H. Depressão e ansiedade durante a pandemia de COVID-19. Cirurgia y cirujanos vol. 88,5, 2020. Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33064684/>>. Acesso em: 24 de set. 2021.

RODRIGUES, J. et. al. Efeitos farmacológicos do fitoterápico valeriana no tratamento da ansiedade e no distúrbio do sono. Brazilian Journal of Development, Curitiba, v.7, n.4, p. 41827-41840 apr 2021. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/28812>. Acesso em: 27 jun. 2021.

ASPECTOS GERAIS DO CÂNCER DE PELE: DA ORIGEM À CURA

Matheus Henrique de Araújo, Ademir Testa Junior, **email:**matheuspd85@gmail.com

RESUMO

Introdução: O câncer é um grupo de doenças que envolvem o crescimento celular anormal. O câncer de pele corresponde a 33% de todos os diagnósticos desta doença no Brasil. **Objetivo:** Identificar quais são os fatores envolvidos na origem do câncer de pele, seus tipos e mecanismos para tratamento/cura? **Métodos:** O presente estudo se trata de uma revisão bibliográfica com busca de artigos nas bases de dados do Google Acadêmico, Instituto Nacional do Câncer (INCA) e Sociedade Brasileira de Dermatologia (SBD). Foram utilizadas as seguintes palavras-chave: câncer de pele, surgimento do câncer de pele e tratamento do câncer de pele. Foram utilizados 6 textos sobre o tema, publicados nos últimos 8 anos, para a construção do estudo. **Resultados:** feitas as pesquisas, observou-se que as células da pele, quando têm um crescimento anormal e descontrolado, gera o câncer de pele. Esse crescimento celular descontrolado pode ser ocasionado por exposição ***prolongada e repetida ao sol (raios ultravioletas - UV), principalmente na infância e adolescência; exposição a câmaras de bronzeamento artificial; ter pele e olhos claros, com cabelos ruivos ou loiros, ou ser albino; ter história familiar ou pessoal de câncer de pele.*** Conforme a camada afetada podemos definir o tipo de câncer, eles são: o carcinoma basocelular, o carcinoma espinocelular e o melanoma. Cada um deles possuem características diferentes, mas o que eles têm em comum é de não ter uma cura definitiva ainda, mas existem tratamentos que podem ser usados para que a pessoa tenha uma vida com qualidade. O tratamento para o câncer de pele deve ser indicado pelo oncologista ou dermatologista e deve ser iniciado o mais rápido possível, para aumentar as chances de cura. O tratamento varia e pode incluir cirurgia e, às vezes, quimioterapia e radioterapia. **Conclusão:** O câncer de pele é uma doença perigosa e surge quando tem um crescimento anormal e descontrolado das células. Ele tem alguns tipos diferentes que faz com que seja necessário um profissional examinar o local defeituoso para prosseguir com os tratamentos. Esses tratamentos podem ser cirurgia, quimioterapia ou radioterapia. É importante que o processo de tratamento inicie o mais rápido possível.

PALAVRAS-CHAVES: Câncer de pele, tipos de câncer de pele, surgimento do câncer de pele, tratamento do câncer de pele.

REFERÊNCIAS

DALCIN, Mainara Meller et al. Câncer de pele em trabalhadores rurais: fotoexposição e orientação quanto a fatores de risco. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 1, 2021.

GAMONAL, Aloísio Carlos Couri et al. Câncer de pele: Prevalência e epidemiologia em um hospital de ensino da cidade de Juiz de Fora–MG. **Brazilian Journal of health Review**, v. 3, n. 6, p. 15766-15773, 2020.

INCA, instituto nacional de câncer, 2021. câncer de pele não melanoma. Disponível em <https://www.inca.gov.br/tipos-de-cancer/cancer-de-pele-nao-melanoma>

Oncoguia, 2017. O que é câncer. Disponível em <http://www.oncoguia.org.br/mobile/conteudo/cancer/12/1/>

SBD, sociedade brasileira de dermatologia, 2020. O que é câncer de pele. Disponível em <https://www.sbd.org.br/dezembroLaranja/noticias/o-que-e-cancer-da-pele/>

ZINK, Beatrix Sabóia. Câncer de pele: a importância do seu diagnóstico, tratamento e prevenção. **Revista Hospital Universitário Pedro Ernesto (TÍTULO NÃO-CORRENTE)**, v. 13, 2014.

ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM DURANTE A ADMINISTRAÇÃO DO SURFACTANTE EM NEONATOS COM SÍNDROME DO DESCONFORTO RESPIRATÓRIO

Nádia de Paula Santana, Elisângela Oliveira, e-mail: nadia_paula96@hotmail.com.

RESUMO

Introdução: O nascimento pré-termo (RNPT) inferior de 32 semanas sendo classificado de acordo com a idade gestacional (IG) peso e condição do nascimento, traz consigo uma das principais patologias associadas à prematuridade responsável da mortalidade em neonatos que evoluem com o distúrbio no padrão respiratório que evolui para a síndrome do desconforto respiratório que também é chamado Doença da Membrana de Hialina, a principal causa desta síndrome e a deficiência da produção do surfactante. A prematuridade é considerada quando a gravidez termina antes de 37 semanas de gestação conforme a (OMS) Organização mundial da saúde, as causas mais comuns são pré-natal inadequado, baixa renda e nível educacional, anomalias uterinas, abusam de álcool, drogas, historia de partos prematuros, descolamento de placenta, infecção de doenças transmissíveis (IDT) e pré-eclâmpsia, podem antecipar o parto. Alguns órgãos internos do prematuro podem não ter se desenvolvido completamente, que o torna vulneravelmente no ambiente extrauterino. Com maior risco de desenvolver determinadas patologias ou distúrbios; Esta patologia está associada à imaturidade pulmonar principalmente a baixa produção do surfactante alveolar, com 16 semanas de gestação o pulmão do feto está desenvolvido morfológicamente, por volta 23 a 24 semanas que inicia a produção do surfactante, sua função facilitar trocas gasosas e prevenindo o colapso durante a expiração do prematuro no ambiente extrauterino, com o parto prematuro essa fase de produção de surfactante na gestação é interrompida. Na década de 80 estudos comprovaram a eficácia do surfactante natural, sendo utilizado também para tratamento como para a prevenção; A partir do século 90, o surfactante era produzido e disponível para o uso clinica. Administração de surfactante em SDR tornou-se uma das principais intervenções no tratamento utilizado em UTI neonatais. Conforme o decreto N°94.406/87, que regulamenta a lei 7.478 de 15 de junho de 1986, define que é privativo de enfermeiro com ação direta ao recém-nascido; prescrições de cuidados de enfermagem (SAE); Cuidados de enfermagem de maior complexidade técnica do profissional que exijam conhecimentos de base científica e capacidade de tomar decisões imediatas, em um ambiente hospitalar assistencial adequado mediante da presença do médico neonatologista ou pediatra

intensivista. **Objetivo:** Analisar a assistência de enfermagem prestada ao recém-nascido com SDR durante a administração do surfactante. **Método:** Refere-se a um estudo descritivo, com abordagem qualitativa na partir de uma pesquisa bibliográfica composta pelas etapas com materiais previamente elaborados com definição de critérios, análise dos estudos selecionados, interpretação e discussão dos resultados. A partir de uma pesquisa revisão bibliográfica desenvolvida com materiais previamente elaborados com publicações 2001 a 2020. Metodologia baseia-se na técnica exploratória de análise do conteúdo de livros e artigos bibliográficos. As bases de dados das pesquisas foram determinadas pelo assunto de administração de surfactante, uso profilático, assistência de enfermagem e administração de surfactante em prematuros. A busca se deu por meio de consulta as bases de dados: Scientific Electronic Library Online (SCIELO), National library of medicine (PUBMED), publication of the Brazilian Society of Pediatrics (JORNAL DE PEDIATRIA). A escolha das bases de dados considerou a abrangência e qualificação, onde foi utilizado os descritores disponíveis nos Descritores em Ciências da Saúde (Decs) e/ou no Medical Subject Headings (MeSH), incluindo: O levantamento dos artigos científicos aconteceu entre os anos 2001 de 2020. A fim de estabelecer a amostra dos estudos selecionados para a presente revisão bibliográfica. Critério de inclusão: texto disponível na íntegra; publicados nos idiomas inglês e/ou português; publicados entre o período de 2014 a 2017. Critérios de exclusão: artigos repetidos nas bases de dados, não disponíveis gratuitamente para leitura, e aqueles que após a leitura na íntegra não responderam à questão norteadora. **Resultados e discussão:** Durante a busca literária foram encontrados 16 artigos referindo ao assunto em prematuridade e assistência de enfermagem, 4 excluídos por não abordarem o tema proposto, desta forma foram admitidos 12 artigos incluindo artigos com idioma em inglês, identificados com a proposta de fisiopatologia pulmonar e suas complicações, mostrando em sua internação na unidade de terapia intensiva. **Considerações finais:** A síndrome do Desconforto Respiratório é a principal causa de morbidade e mortalidade neonatal e está associada frequentemente ao nascimento prematuro, quanto menor a idade gestacional, maior o risco de desenvolvimento da SDR. A causa da SDR é a deficiência de surfactante pulmonar, diante disso, este estudo apontou a assistência de enfermagem na administração do surfactante, que são os tratamentos mais utilizados para o tratamento da SDR, sendo que os cuidados de enfermagem devem visar à redução de complicações e assim contribuir para a melhora do paciente.

PALAVRA- CHAVE: Surfactante pulmonar. Prematuridade. Assistência de enfermagem.

REFERENCIAS

ASSOCIAÇÃO DE MEDICINA INTENSIVA BRASILEIRA. **Uso do surfactante em recém-nascidos.** 2014. 01-24 f. Artigo (Graduação) - Associação de medicina intensiva brasileira, [S. l.], 2014.

GRANDO, L.; VIEIRA, C. **Oxigenoterapia:** o conhecimento da equipe de enfermagem. In: GRANDO, L.; VIEIRA, C. Oxigenoterapia: o conhecimento da equipe de enfermagem. 2002. Docente da área materno infantil da Unioeste (Graduação) - Revista eletrônica de enfermagem, Scielo, 2002. f. 14.

M.N, Fabio; V.F, João; L.C, Anne. **A síndrome do desconforto respiratório do recém-nascido: fisiopatologia e desafios assistenciais.** 2014. 189-198 f. Artigo (Graduação) - Ciências Biológicas e da saúde de Maceió, Ciências biológicas e da saúde, 2014.

BIOSSEGURANÇA NA GESTÃO HUMANIZADA DA ÁREA DA SAÚDE

Kelly Fernanda Martinho de Oliveira, Leonardo Vinicius Martinello, Andrielle Araújo Oliveira, e-mail: leovinimar@hotmail.com

RESUMO

A biossegurança é uma importante ferramenta de prevenção a acidentes e incidentes indesejados nos serviços de saúde. Contudo, muitas vezes, os conhecimentos de biossegurança acabam sendo transmitidos meramente como um conjunto de intermináveis regras a serem seguidas pelos profissionais. É necessário despertar gestores para o fato de que não basta a orientação sobre as regras, que todos tiveram que aprender em seus cursos universitários e/ou técnicos. Neste trabalho, objetiva-se mostrar um novo olhar sobre a biossegurança atrelada às ideias mais recentes na gestão da qualidade em serviços de saúde. As orientações sobre biossegurança devem ser voltadas para o cuidado consigo mesmo e com o outro, pois isto representa uma abordagem que apela para o lado humano das pessoas, despertando-as para o que, de fato, é a biossegurança: proteger pessoas, mesmo aquelas que não trabalham com saúde. É proteger o trabalhador, sua família, os pacientes/clientes dos serviços de saúde, e também toda a sociedade. Nesse sentido, o olhar para a gestão está no fato de que os maiores incentivadores dessa prática humanizada são os gestores que, por sua posição de liderança, têm o dever de estarem sempre atentos à orientação e ao cuidado com sua equipe. As ideias mais recentes sobre gestão mostram como o líder é diferente de um chefe que apenas cobra resultados, mostrando uma visão da liderança como a pessoa que ouve os demais, pensa de forma estratégica para melhorar o trabalho e suas condições, e lidera as ações nesse sentido, para que de fato sejam implementadas. Existem os profissionais específicos da área de biossegurança dentro dos grandes centros de saúde, mas esta não é a realidade da maioria dos serviços que são de pequeno e médio porte. Mesmo nos grandes centros de saúde, os técnicos de segurança do trabalho são poucos e seu trabalho não é supervisionar a todos a todo momento, porque inclusive isto é inviável. Fica assim, a responsabilidade de todos em cuidar de si mesmo e do próximo. E cabe aos líderes uma visão crítica e sempre atenta a esta situação com sua equipe de trabalho. O profissional, ciente das regras de biossegurança, deve compreender sua responsabilidade em cuidar daqueles que são leigos, e também ajudar os colegas a lembrarem da importância de estar atento a esses cuidados. Com a pandemia do Sars-Cov-2, presenciamos o quanto as pessoas se

contaminam por falta de orientação ou até mesmo por falta de entendimento sobre a importância do assunto. Mas a partir do momento que a biossegurança é compreendida como um cuidado, e não apenas como mais uma regra a ser seguida, observa-se uma maior abertura por parte da maioria das pessoas, profissionais ou não. A conscientização é a melhor forma de prevenir problemas, e se isto for feito de uma forma mais humanizada, e com apelo ao lado emocional, maiores as chances de adesão por parte das pessoas.

PALAVRAS-CHAVE: Biossegurança; gestão; saúde; humanização; liderança.

REFERÊNCIAS:

Anuário da Segurança Assistencial Hospitalar no Brasil. **Instituto de Estudos de Saúde Suplementar**, 2016.

Biossegurança em Laboratórios de Saúde Pública. Brasília: **Ministério da saúde**, 1998.

BIOSSEGURANÇA EM SAÚDE: PRIORIDADES E ESTRATÉGIAS DE AÇÃO. Brasília: **Ministério da Saúde**, 2010.

Como oferecer um atendimento humanizado em laboratórios de análises clínicas.

ILABOR, 2020. Disponível em: <https://ilabor.online/blog/analises-clinicas/como-oferecer-atendimento-humanizado-em-laboratorios/> Acesso em: 02 de out. de 2021.

Gestão humanizada: como se tornar um líder humanizado. **UNILAB**, 2019. Disponível em: <https://www.unilab.com.br/gestao-laboratorial/gestao-humanizada-saiba-como-se-tornar-um-lider-humanizado/> Acesso em: 02 de out. de 2021.

Laboratory biosafety manual. World Health Organization, Geneva, 2004. *Managing of Risk: Guidance for Practitioner*. Londres: **The Stationary Office**, 2019.

Noções Gerais para Boas Práticas em Microbiologia Clínica. **ANVISA**, 2008. Disponível em: https://www.anvisa.gov.br/servicosauade/controlere/rede_rm/cursos/boas_praticas/modulo1/biosseguranca.htm#:~:text=Existem%20quatro%20n%C3%ADveis%20de%20biosseguran%C3%A7a,e%20secund%C3%A1rias%20de%20um%20laborat%C3%B3rio. Acesso em: 10 de mai. de 2021.

SIQUEIRA, Cibele Leite et al. Gerenciamento de risco: percepção de enfermeiros em dois hospitais do sul de Minas Gerais, Brasil. **Revista Mineira de Enfermagem**, 2015.

TEIXEIRA, Pedro. Biossegurança: uma abordagem multidisciplinar. **Fiocruz**, 2010.

ZOCHIO, Larissa Barbosa. Biossegurança em Laboratórios de Análises Clínicas.

Academia de Ciência e Tecnologia, 2009. Disponível em:

https://www.ciencianews.com.br/arquivos/ACET/IMAGENS/revista_virtual/administracao_laboratorial/trabzochio.pdf Acesso em: 10 de mai. de 2021

BOLDO: *PLECTRANTHUS BARBATUS*

Milena Cristina Silva Gomes, Tamires Renata Scudilio, Vanessa Melissa Nogueira, Heloísa Donzella, email: vanessamelissa485@gmail.com

RESUMO

Introdução: O Boldo de jardim como é chamado popularmente, pertence à família Lamiaceae e seu nome científico é *Plectranthus barbatus*. Tem diversas utilidades de forma medicinal já que possui atividade anti-inflamatória e analgésica, também pode ser usado como tônico, digestivo, para afecções do fígado e ressaca alcoólica. **Objetivo:** O presente estudo objetivou identificar a espécie dessa planta, além de conhecer seus ativos para entender o seu uso com intenção medicinal. **Método:** Pesquisas em bases de dados artigos científicos para conhecer mais sobre a planta denominada boldo. **Resultados e Discussão:** A família Lamiaceae possui mais de 300 espécies e dentre delas destaca-se as espécies do gênero *Plectranthus*, quatro: *Plectranthus grandis*, *Plectranthus barbatus*, *Plectranthus neochilus* e *Plectranthus amboinicus*, conhecidas popularmente como boldo, se destacam na medicina popular por possuírem propriedades medicinais semelhantes. Segundo CORDEIRO (2021), o nome popular - boldo - é utilizado para nomear várias espécies, nem todas da mesma família botânica, e isso pode causar confusão e sérios problemas, justamente por serem plantas usadas como medicinais. Através de estudo comparativo das folhas colhidas com a identificação das espécies de boldo no Brasil (BENEDITO, 2021), a espécie foi classificada como *Plectranthus barbatus*. O nome do gênero, *Plectranthus*, vem das palavras gregas *plectron*, que significa esporão e *anthos*, que significa flor, em referência à forma de esporão das flores de alguns membros do gênero. Seu epíteto específico, *barbatus*, origina-se do latim *barbatus*, que significa coberto de pelos, em alusão às folhas e caules tomentosos, coberto por tricomas, muito característicos desta espécie. A espécie *Plectranthus barbatus*, também conhecida como malva-santa, falsoboldo, boldo-brasileiro, boldo-do-reino, é uma planta subarborescente, que se diferencia pelo seu aroma e perene, com poucos ramos, com até 1,5m de altura e medem de 4 a 9 cm de comprimento. Conforme BEZERRA (2016), suas características fortes consistem em folhas ovais alongadas e de sabor muito amargo. Com essas informações e com a planta em mãos foi possível analisar todos os seus aspectos e particularidades que diferenciam a espécie *P barbatus* das demais. As folhas apresentam ainda taninos, óleo essencial, flavonoides. A maioria dos relatos sobre a composição do

óleo essencial aponta ascaridol como o principal componente. De acordo com MATOS (2007), as folhas fornecem até 0,1% de óleo essencial rico em guaieno e fenchona, responsáveis pelo seu aroma, alguns constituintes fixos de natureza terpênica, como a barbatusina e ciclobarbatusina, e outros compostos correlatos e princípios amargos. O *P. barbatus* é uma das plantas medicinais do mundo que contém uma série de indicações terapêuticas populares. Ele pode ser usado como tônico, digestivo, anho gástricos, para afecções do fígado e ressaca alcoólica (MARTINS, 2002). As partes utilizadas para o preparo da bebida com o boldo são as suas folhas secas. Que podem ser preparadas de forma de infusão ou maceração das suas folhas. Segundo SPALA (2020) o chá de boldo é contraindicado para gestantes porque pode ser abortivo. Também é contraindicado para doentes com as vias biliares inflamadas e obstruídas, como na hepatite aguda ou pancreatite. Vale ressaltar a divergência entre as espécies de boldo cultivadas em domicílio daquelas comercializadas em drogarias. Para que o boldo possa realizar de forma correta seu papel de fitoterápico é preciso que ele seja rico em princípios ativos (SPALA, 2020). Dessa forma ele deve ser cultivado de forma adequada como: em solos secos, leves e bem drenados (OLIVEIRA, 2012). Quase todos são medicinais, mas nem todos são recomendados para o seu problema de saúde, pois como já foi dito, sabemos que há várias espécies de Boldo, ou seja, cada espécie tem sua propriedade medicinal, assim o Boldo que é cultivado em domicílio muitas vezes não é o mesmo que é vendido na farmácia, já que cada espécie há uma ação diferente, dito isto, podemos concluir que cada tipo de Boldo deve ser usado para tratar uma doença específica, por isso antes de fazer uso de qualquer planta medicinal é de extrema importância consultar um médico para que ele possa orientar a espécie correta que deve ser usada (MATOS, 2007). **Considerações finais:** Para que o boldo possa realizar de forma correta seu papel de fitoterápico é preciso que ele seja rico em princípios ativos. Dessa forma ele deve ser cultivado de forma adequada como: em solos secos, leves e bem drenados. Quase todos são medicinais, mas nem todos são recomendados para o seu problema de saúde, pois como já foi dito, sabemos que há várias espécies de Boldo, ou seja, cada espécie tem sua propriedade medicinal, assim o Boldo que é cultivado em domicílio muitas vezes não é o mesmo que é vendido na farmácia, já que cada espécie há uma ação diferente. Podemos concluir que cada tipo de Boldo deve ser usado para tratar uma doença específica, por isso antes de fazer uso de qualquer planta medicinal é de extrema importância consultar um médico para que ele possa orientar a espécie correta que deve ser usada.

PALAVRAS-CHAVE: Boldo, *Plectranthus barbatus*, plantas medicinais, fitoterápico, propriedades medicinais.

REFERÊNCIAS

BENEDITO, André. **Pequeno guia não definitivo para identificação dos “boldos” cultivados no Brasil**. Disponível em <https://medium.com/@andre.benedito/pequeno-guia-n%C3%A3o-definitivo-para-identifica%C3%A7%C3%A3o-dos-boldos-cultivados-no-brasil-b304ca790bf0>. Acesso em 10/09/2021.

BEZERRA, Cleirton Martins, DINELLY, Caroline Matias Nascimento, OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Silva. **Avaliação da toxicidade, citotoxicidade e genotoxicidade do infuso de malva santa, *Plectranthus barbatus* (Lamiaceae) sobre o ciclo celular de *Allium cepa***. *Electronic Journal of Pharmacy*, vol. XIII, n. 3, p. 220-228, 2016. Acesso em: 09/09/2021.

CORDEIRO, Sandra Zorat. ***Plectranthus barbatus* Andrews**. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.unirio.br/ccbs/ibio/herbariohuni/plectranthus-barbatus-andrews>>. Acesso em: 12/09/2021.

MARTINS, E.R. et al. **Plantas medicinais**. Viçosa: UFV- MG, 2002. 220p.

MATOS, F. J. A. **Plantas medicinais: Guia de seleções e emprego de plantas usadas em fitoterapia no Nordeste brasileiro**. Fortaleza: EUFC, 2007. Disponível em: <https://scirp.org/reference/referencespapers.aspx?referenceid=2696519>. Acesso em: 11/09/2021.

OLIVEIRA, Alessandra C.. **Plantas Medicinais**. *Jornal Agrícola*, 2012. Disponível em: <<https://jornalagricola.wordpress.com/2012/07/21/plantas-medicinais>>. Acesso em: 10/09/2021.

SPALA, Leticia. **Chá de boldo serve para quê?** Veja benefícios e como fazer. Disponível em: <https://globoesporte.globo.com/euatleta/nutricao/noticia/cha-de-boldoserve-para-que-veja-beneficios-e-comofazer.ghtml>. Acesso em: 10/09/2021.

CAMOMILA: MATRICARIA RECUTITA

Juliana Sabrina Pedroso, Thaís Telles de Lima, Heloisa Donzella,
email: thais.__7@hotmail.com

RESUMO

Introdução: A nomenclatura botânica da Camomila é Matricariachamomilla L., a espécie é originária do norte da Europa e, também, surgiu em países da Europa Central, sendo abundante na Europa Oriental. Encontra-se na Ásia ocidental, na região do Mediterrâneo do norte da África, e nos Estados Unidos da América e é cultivada em diversos países, entre eles o Brasil e seus principais componentes são: alfa-bisabolol, cumarina, flavonoides, ácidos fenólicos e ácidos graxos (ANVISA, 2015). **Objetivo:** Estudar as propriedades farmacológicas da Matricariarecutita. **Método:** Pesquisou-se no Portal Regional da BVS, no período 2015 a 2021, as palavras chave: camomila, Matricaria recutita, etnobotânica. Foi encontrado um artigo, que serviu de base para a pesquisa. **Resultados e Discussão:** DUARTE (2003) afirma que ao conhecer os aspectos farmacológicos da Matricariarecutita, conforme preconiza a OMS, é de suma importância promover práticas tradicionais de uso de plantas medicinais como elementos para impulsionar a saúde (ANVISA, 2015). Dessa maneira, torna-se oportuno um modelo de desenvolvimento próprio e autônomo na área de fitoterápicos, pois o Brasil é reconhecido por sua biodiversidade (ex.: cerrado brasileiro) (ANVISA, 2010). A camomila por sua vez, é uma planta muito utilizada tanto de forma empírica na medicina tradicional, como na forma de medicamento fitoterápico, através da extração de flavonoides e óleo volátil presentes nos capítulos florais, responsáveis por suas propriedades terapêuticas, com destaque para a ação ansiolítica (LIMA *et al.* 2019). Em vista disso, o óleo essencial é a principal classe de constituintes químicos da planta, sendo que a concentração e composição variam conforme a parte da planta utilizada (inflorescências, parte aérea, folhas), forma de extração, ambiente e país de origem (DUARTE *et al.* 2003). Nas inflorescências (conjuntos de flores localizados em sistemas de ramos que podem ser, muitas vezes, confundidos com uma flor única), que é uma das partes mais utilizadas, a concentração de óleo essencial varia de 0,3 a 2%, segundo demonstra na monografia da Matricariachamomilla L. (ANVISA, 2015). Seu óleo essencial, possui atividades anti-inflamatórias, antibacterianas, antimicóticas e protetora de mucosas. Estudos etnobotânicos (quali e quantitativos), apresentado na monografia da Matricariachamomilla L. (ANVISA, 2015), na medicina

popular e medicina complementar alternativa confirma que essa flor: acalma a dentição, a coceira na gengiva de crianças; e serve no tratamento de úlceras menores e inflamações da boca e da garganta (BARA *et al.*, 2006). A flor de camomila possui entre seus componentes o alfa-bisabolol, e, de acordo com exposto por DUARTE *et al.* (2003) esse ativo acelera o seu processo de cicatrização da pele, sendo por isto utilizado como anti-irritante e anti-inflamatório. **Considerações finais:** Deste modo, podemos concluir que a camomila é uma flor com vários benefícios para a saúde, pois o seu uso abrange várias doenças, como evidenciado o uso dos anti-inflamatórios presentes na sua composição. O poder ansiolítico dessa flor é o seu efeito mais conhecido popularmente, porém, há a necessidade de abordagem clinica sobre todos outros efeitos preconizados pela é de suma importância.

PALAVRAS-CHAVE: camomila, *Matricaria recutita*, etnobotânica.

REFERÊNCIAS

ANVISA. AGÊNCIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. Resolução RDC Nº 10, de 9 de março de 2010. **Dispõe sobre a notificação de drogas vegetais junto à Agência Nacional de Vigilância e dá outras providências.** Brasília (DF), 2010.

ANVISA. AGÊNCIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. *Matricaria chamomilla* L. (*Chamomilla recutita* (L.) Rauschert, CAMOMILA). in Monografia da Espécie, 2015. Disponível em: <https://portal.arquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2017/setembro/11/Monografia-Camomila.pdf>. Acesso em: 28 de agosto de 2021.

BARA, M.T.F.; RIBEIRO, P.A.M.; ARANTES, M.C.B.; AMORIM, L.L.S.S.; PAULA, J.R. **Determinação do teor de princípios ativos em matérias-primas vegetais.** Revista Brasileira de Farmacognosia, p.211, 2006.

CUNHA, A.P.; SILVA, R.A.; ROQUE, O.R. **Plantas e Produtos Vegetais em Fitoterapia.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2006.

DUARTE, M.R.; LIMA M.P. **Análise farmacopéica de amostras de camomila – *Matricaria recutita* L., Asteraceae.** Visão Acadêmica, v.4, n.2, p.89-92, 2003.

LIMA, Susana Silva; LIMA FILHO, Romério de Oliveira; OLIVEIRA, Guilherme Antônio Lopes de. **Aspectos farmacológicos da *Matricaria recutita* (camomila) no tratamento do transtorno de ansiedade generalizada e sintomas depressivos.** Visão Acadêmica, v.20 n.2, 2019.

SCHULZ, V.; HÄNSEL, R.; TYLER, V. E. **Fitoterapia racional: Um guia de fitoterapia para as ciências da saúde.** 4.ed. São Paulo: Manole, 2002.

FRAGMENTOS DA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA PEDAGOGIA NO MUNDO ISLÂMICO: A IMPORTÂNCIA DA ERA DE OURO ISLÂMICA

Lucas Raimundo da Silva, Tamires Pereira, Gleidys Damasco Barbieri, Vitoria C. Mantelli, Solimar G.M. Bonjardim, e-mail: lucasrai2001@gmail.com

RESUMO

Na história existem civilizações que construíram, no seu tempo, uma série de gigantescas redes de avanços intelectuais que romperam a barreira temporal e se encontram até hoje presente na sociedade. Dentre essas civilizações a civilização islâmica, que se destacou na construção da educação formal (SILVA, GONÇALVES, 2015). Diante disso, este trabalho tem como objetivo discutir a educação islâmica a partir da leitura de artigos e livros que versam sobre o assunto. Assim, este é um estudo bibliográfico sobre o tema. Na pesquisa observou-se que na Idade Média, momento da consolidação e expansão do catolicismo, da proibição dos filósofos, dos estudos que descartavam a centralidade da fé, povos que seguiam o islamismo estudavam e preservavam os manuscritos do mundo antigo e os dos cientistas perseguidos pela Igreja Católica e inquisição. Os povos islâmicos eram um conglomerado de diferentes etnias que se espalhavam pelo Oriente Médio, Ásia Central, Norte da África e até a Península Ibérica, sendo essa um dos grandes centros intelectuais do islamismo (cidades de Córdoba e Sevilha). Neste período da história o avanço dos islâmicos fizeram a diferença na educação e ensino. Os estudos enfatizam que houve grandes progressos em várias áreas como: na engenharia, economia, agricultura, literatura, artes, filosofia, ciência, educação e outros (SMAILI, 2015). Assim nasce a idade do ouro islâmico, também conhecido como renascimento islâmico (século VIII até o século XV), tendo vários centros culturais espalhados pela Europa, África e Ásia como Bagdá, Córdoba, Sevilha, Cairo, Damasco entre outras metrópoles árabes. O domínio da Igreja Romana desacelerou os avanços educacionais nos territórios europeus, diferentemente do islamismo que avança a passos largos no desenvolvimento educacional. Por volta do século X, os árabes criaram escolas primárias para ensinar leitura e escrita. A civilização islâmica, além da cultura árabe, assimilou culturas de outros povos, tornando rica sua influência nos locais onde se instalou. Os árabes conheciam filosofia, ciência e literatura dos gregos antigos, traduziram inúmeras obras clássicas, (algumas delas conhecidas posteriormente pelos latinos justamente por essa via). Isto permitiu a construção de uma consciência educacional ampla, ganhando destaque as discussões voltadas para o público infantil. Esta educação preparava a criança para vida adulta (EDUCAÇÃO NA HISTÓRIA

ISLÂMICA, s/d). As instituições eram anexas a mesquita, assim como os modelos cristãos que a escola se encontrava junta com um mosteiro. Os alunos deveriam estar matriculados desde os 6 anos de idade e ter educação primária até 14 anos. Segundo Al-Sharrah (2003), durante esse tempo, eles deveriam aprender o Alcorão, a metafísica islâmica, a linguagem, literatura, ética islâmica e habilidades manuais (podendo se referir a uma variedade de habilidades práticas). Na idade do ouro islâmica os diferentes califados experimentaram uma taxa de alfabetização satisfatória. A didática e as metodologias de ensino foram analisadas de várias formas pelos grandes pensadores islâmicos, como o filósofo e professor Ibn Sina (conhecido como Avicena no Ocidente). Nos seus escritos dedicados a educação, buscou criar uma espécie de manual para os educadores intitulados de "O papel do professor no treinamento e na educação de crianças" (ARANHA, 2006). Sua visão principal se constitui que a criança deve estar inserida num ambiente educacional preservando as crenças do papel da interação social na construção da aprendizagem, ou seja, ele era crítico ao sistema de ensino individualista. Em sua concepção, os jogos eram peças fundamentais dentro da vida da criança, trazendo a visão de que por meio dos jogos e brincadeiras o jovem adquire diversas habilidades físicas e motoras, juntamente com as noções de socialização em grupo (AL-SHARRAH, 2003). As observações do filósofo persa Al-Ghazali mostrou também a preocupação lúdica dentro da educação islâmica, ele afirma que a criança deve brincar, pois insistir no aprendizado amortece o seu coração, suprime sua inteligência e sobrecarrega a sua vida (DJEJBAR, 2005). Para o filósofo supracitado o aluno deve ter uma educação de forma mista, ou seja, com atividades divertidas, como teatro de fantoches, esportes e brincar com animais de brinquedo. Portanto, com base nesses relatos é observado, em alguns aspectos, uma estruturação quase moderna da pedagogia pelo respeito educacional em relação à criança e a preocupação com a preservação de sua infância e integridade física. Percebe-se, enfim, o avanço da pedagogia e suas discussões no mundo islâmico anteriores ao desenvolvimento dela na Europa.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Islamismo. Ensino.

REFERÊNCIA

AL-SHARRAH, Y.A. La enseñanza tradicional árabe de la medicina y su relación n la práctica europea. In: **Perspectivas**, Dossier: La Educacion, un Puente para el dialogo euroarabe? vol. XXXIII, n. 4, p. 57-72, Paris: UNESCO: International Bureau of Education, 2003. Disponível em: <http://www.ibe.unesco.org.es> Acesso 14 de setembro 2021.

ARANHA, Maria Lúcia Arruda. **História da Educação e da Pedagogia: Geral e Brasil**. São Paulo: Moderna, 2006.

DJEBBAR, A. **L'age D'ordes Science arabe**. Paris: Le Pommier, 2005.

EDUCAÇÃO NA HISTÓRIA ISLÂMICA. Disponível em: <https://igaraislam.com/educacao-na-historia-islamica>. Acessado em 13 setembro 2021.

SILVA, L. L. T.; GONÇALVES, J.W. O ensino de História Antiga: algumas reflexões. In: **Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História: Lugares dos Historiadores: velhos e novos desafios**, Florianópolis, julho de 2015. Disponível em: http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434418680_ARQUIVO_OENSINODEHISTORIAANTIGA.anpuh.doc.p.pdf acesso em 13/09/2021 09:00

SMAILI, S. S. Migrantes, pós-colonialismo e fundamentalismo: enlaces entre Oriente e Ocidente e a questão do Islã. In: **Psicologia USP** [online], v. 26, n. 2, pp. 145-151, 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0103-6564D20150002>>. ISSN 1678-5177. <https://doi.org/10.1590/0103-6564D20150002>. Acessado 14 setembro 2021.

GÊNERO NEUTRO: COMO A PUBLICIDADE PODE SER MAIS INCLUSIVA?

Lisabely Silvestre Aluísio, Yara Rodrigues dos Santos, Bianca Giordana Zaniratto. e-mail: rodryara1@gmail.com

RESUMO

Introdução: A partir dos estudos de linguagem em diferentes formatos e materiais, será discorrido uma análise sobre a linguagem neutra na publicidade desde sua história e importância até os desafios encontrados, levando como material de pesquisa uma campanha que foi positiva e inclusiva em relação ao gênero e outra que não foi representativa. Além disso, será analisada a linguagem como papel social e seu processo de socialização de gênero o qual se desenvolve ao longo de toda a vida e é transmitido por meios diferentes ao longo dela, como na família, na escola e também na mídia. A publicidade também é responsável pela construção de papéis sociais e, sendo assim, para haver a representatividade é necessário nomear o indivíduo, portanto, incluí-lo. Outro ponto de análise será a partir das considerações de Rita Von Hunty, drag queen e professora, que em um de seus vídeos explica o uso do gênero neutro e suas atribuições históricas.

Objetivo: O objetivo da pesquisa é compreender como o gênero neutro pode ser um avanço para a sociedade em relação a comunicação e linguagem. Ademais, o tema possui grande relevância social tanto dentro da cultura LGBTQIA+ quanto fora dela, pois todos os indivíduos estão incluídos na sociedade e precisam caminhar e evoluir junto a ela.

Método: Os principais argumentos que serão levados em conta ao longo do artigo abordarão como as marcas, empresas e agências ainda não conseguem se comunicar de forma ampla e autêntica com a linguagem neutra, acarretando uma falta de representatividade ou o uso errôneo da linguagem dentro de peças e campanhas publicitárias. De modo geral, é utilizado um gênero gramatical baseado em vieses cognitivos de uma tradição fixada pelo ideal linguístico de correção pelo uso que determina o costume do masculino genérico, o qual acaba excluindo pessoas que pertencem a outros grupos e que não se sentem representadas. A linguagem inclusiva é pouco lembrada pelas marcas e raramente é vista nelas pelos receptores, apesar de ser uma forma direta de entrar em contato com o cliente, estreitando assim, suas relações. É uma demanda que está cada vez mais em ascensão, mas que ainda não é atendida, embora seja lucrativa já que inclui mais grupos e possíveis compradores para as marcas quando a publicidade é abrangente.

Resultados e discussão: O fato de tais grupos não se verem refletidos em campanhas reforça crenças

negativas. Quando a linguagem e a comunicação são assertivas, a eficiência é maior visto que o receptor e a mensagem se tornam compatíveis tanto com suas características psicológicas quanto com seus ideais. Dessa forma, os estereótipos são minimizados e a visibilidade, assim como a representação ampliam, aumentando o espectro de um grupo que ainda é, em sua maioria, ignorado. **Considerações finais:** Com este artigo, concluiu-se que a discussão sobre igualdade e representatividade - especificamente nos meios publicitários -, é uma luta que passou a ser necessária, principalmente pelo fato de ser um ambiente progressivamente democrático. É importante frisar que a linguagem neutra é um movimento que ganha força nos tempos atuais, sobretudo nos meios digitais. A publicidade ao se apropriar positivamente dessa linguagem neutra torna a comunicação muito mais abrangente e inclusiva.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero neutro. Publicidade inclusiva. Linguagem. Comunicação.

REFERÊNCIAS

- FISCHER, André. **Manual Prático de Linguagem Inclusiva: Uma rápida reflexão, 12 técnicas básicas e outras estratégias semânticas.** [S. l.]: Tecidas Consultoria 360, 2020. 20 p. v. 1. *E-book*.
- LIMA, Karine. **Considerações sobre flexão de gênero para produtos digitais.** [S. l.]: Quinto Andar Design, 26 mar. 2021. Disponível em: encurtador.com.br/jEJY3. Acesso em: 13 set. 2021.
- PROPMARK. **Para consumidores, maioria das marcas não trabalha tema diversidade.** [S. l.]: PropMark, 9 abr. 2021. Disponível em: encurtador.com.br/yFKLQ. Acesso em: 13 set. 2021.
- Linguagem neutra.** Roteiro: Rita Von Hunty. Tempero Drag: YouTube, 2020. Disponível em: encurtador.com.br/bnuT3. Acesso em: 13 set. 2021.
- Diversidade e gênero na publicidade.** FCA PUC Minas: YouTube, 2020. Disponível em: encurtador.com.br/eAIPV. Acesso em: 13 set. 2021.
- PISA, Licia Frezza *et al.* **A publicidade e os discursos plurais: os corpos transgêneros.** Interfaces Científicas - Humanas e Sociais, [S. l.], p. 21-32, 26 jun. 2018.
- BOTELHO, José Mario. **O gênero imanente do substantivo no português.** UERJ e FEUDUC. Reimpressão, Rio de Janeiro: Botelho, 2005.

INFLUÊNCIA DO TREINAMENTO FUNCIONAL NA QUALIDADE DE VIDA EM IDOSOS

Jonatas Luiz Godoy, Guilherme Augusto Martines, e-mail: jonatas-l-g@outlook.com

RESUMO

Introdução: O processo de envelhecer não determina o que se deve fazer com a vida, determina apenas o passar do tempo cronológico. Diante disso, é preciso entender que a vida é a intensidade com a qual se luta para encontrar a melhor forma de amadurecer dentro das novas possibilidades. Dentre os exercícios físicos, a prática do treinamento funcional pode contribuir para essas novas descobertas bem como melhorar a qualidade de vida de pessoas idosas. **Objetivo:** Analisar a influência do treinamento funcional na qualidade de vida em pessoas acima de 60 anos. **Método:** Revisão bibliográfica de cunho qualitativo, por meio de estudos publicados durante o período de 2010 a 2020. Foram encontrados 24 artigos e destes, 10 foram excluídos por não estarem de acordo com os critérios de inclusão. **Resultados e discussão:** Foi possível observar que o treinamento funcional propicia uma melhora no desempenho das atividades de vida diária (AVD) e uma tendência à melhora do equilíbrio unipodálico, sugerindo relevância para aprimorar a autonomia dos idosos, melhora na aptidão física, assim como do equilíbrio estático e dinâmico, favorecendo a redução do risco de quedas e conseqüentemente na inabilidade. Também é possível observar melhorias na autonomia funcional, que por sua vez, são determinantes na prevenção de quedas entre idosos. **Considerações finais:** O treinamento funcional é um método eficaz na melhora da funcionalidade dos idosos, provocando alterações biopsicossociais, os quais repercutem em uma melhora na qualidade de vida desses indivíduos. Além disso, contribui significativamente na realização das AVD's por meio da melhora no desenvolvimento da consciência sinestésica, controle corporal, equilíbrio muscular estático e dinâmico, diminui a incidência de lesões, aumenta a eficácia dos movimentos, reduz quedas e conseqüentemente, a inabilidade. Por fim, essa intervenção contribui positivamente na socialização, interação e a valorização do indivíduo, contribuindo em uma melhora geral nos parâmetros de saúde. Dessa forma, conclui-se que o treinamento funcional é um método de treinamento benéfico e que deve fazer parte do cotidiano dessa população na melhora dos parâmetros de saúde e qualidade de vida.

PALAVRAS-CHAVE: Treinamento funcional. Idosos. Qualidade de vida.

REFERÊNCIAS

CORREA, D.G.; BORBA-PINHEIRO, C. J.; DANTAS, E.H.M. Qualidade de vida no envelhecimento humano. **Praxia**. v.1.n.1. 2013.

FARIAS, et al. Efeitos de oito semanas de treinamento funcional sobre a aptidão física de idosos. **Rev. Acta Brasileira do Movimento Humano**. V.4, n.1, p.13-27, jan/mar.2014

GUIMARÃES, W.B. et al. Efeitos do treinamento funcional sobre a autonomia funcional de idosos. **Rev. Bras. Reabilitação e Atividade Física**. V.9. n.1. pp 71-79. 2020.

LUSTOSA, L. P. et al. Efeito de um programa de treinamento funcional no equilíbrio postural de idosos da comunidade. **Fisioterapia e Pesquisa**. v.17. n.2. p153-6. abr/jun 2010. São Paulo.

PEREIRA, L.M. et al. Impacto do treinamento funcional no equilíbrio e funcionalidades de idosos não institucionalizados. **Ciência e Movimento**. V.25, n.1. pp.79-89, 2017

SILVA, N.S.L. et al. Efeitos de uma sessão extra de treinamento funcional nas condições funcionais de idoso. **Estud. Interdiscipl. Envelhec.**, Porto Alegre, v.24, edição especial, p-121-136, 2019.

SPIRDUSO, W.; FRANIS, K.; MACRAE, P. Physical Dimensions of Aging. **Champaign: Human Kinetics**, 2005 *apud* SILVA, N.S.L. et al. Efeitos de uma sessão extra de treinamento funcional nas condições funcionais de idoso. **Estud. Interdiscipl. Envelhec.**, Porto Alegre, v.24, edição especial, p-121-136, 2019.

TRIBESS, S. VIRTUOSO JR., J. S. Prescrição de exercícios físicos para idosos. **Rev. Saúde Com**. 1(2) p. 163-172, 2005. (S.l)

INFLUÊNCIA DO TREINAMENTO RESISTIDO NO GANHO DE FORÇA MUSCULAR E NA INCIDÊNCIA DA DOR NA OSTEOARTRITE DE JOELHO: RELATO DE CASO

Fabio Adriano Bassan, Kaik Vitor Lira dos Santos, Guilherme Augusto Martines, e-mail-
fabioabassan88@gmail.com

RESUMO

Introdução: A osteoartrite (OA) é uma doença degenerativa e inflamatória crônica, o qual acomete em sua maioria indivíduos idosos e ocasiona perda de massa e potência muscular, desgaste nas articulações, dor intensa, déficit de sensibilidade, rigidez matinal, perda de força muscular, diminuição de amplitude de movimento, edema em partes moles, inflamação, instabilidade e deformidade articular, limitando a realização de movimentos, comprometendo assim a capacidade funcional. Por sua característica, sintomas como ansiedade e depressão também podem surgir, geralmente relacionadas à perda da capacidade muscular. A OA possui, de forma geral, uma prevalência de 10% a 15% na população ao redor do mundo e segundo dados do Ministério da Saúde, cerca de 15 milhões de pessoas apresentam à patologia no Brasil. **Objetivo:** Analisar a influência do treinamento resistido na força muscular em membros inferiores e sua relação sobre a dor e qualidade de vida em um paciente do sexo masculino com osteoartrite de joelho. **Métodos:** Foi realizado um estudo de campo, por intermédio de treinamento resistido com duração de dez semanas e frequência semanal de dois treinos. As duas primeiras semanas tiveram como objetivo familiarizar o avaliado quanto à execução dos exercícios e aplicar um teste submáximo como forma de determinar a carga máxima, o qual, depois de identificada, ajustou-se o peso a ser tracionado, sendo 60% do máximo nas primeiras quatro semanas (da terceira à sexta semana) e 70% do máximo nas quatro semanas finais (sétima à décima semana), onde o avaliado realizou duas séries de vinte repetições em cada um dos aparelhos utilizados no estudo, sendo eles: Cadeira Extensora, Mesa Flexora, Cadeira Adutora, Cadeira Abdução, Legg Press e Panturrilha. Como forma de avaliar a sintomatologia da dor e a possível melhora na qualidade de vida, aplicou-se os questionários de WOMAC, Lequesne e Mini Mental. **Resultados e discussão:** O indivíduo A.A.B., sexo masculino, 58 anos, diagnosticado com osteoartrite nos joelhos em 2016, por meio de um exame de raio-x, após a aplicação do protocolo de intervenção apresentou um aumento significativo na força muscular, diminuição no escore do questionário de WOMAC e no questionário de Lequesne, assim como um aumento no escore do questionário Mini Mental, comparativamente entre os momentos pré e pós intervenção. **Considerações**

Finais: Conclui-se que o treinamento resistido é capaz de ocasionar o aumento de força e diminuição da dor e rigidez articular, melhorando significativamente a capacidade funcional do indivíduo, resultando assim em uma melhora na qualidade de vida em pacientes com OA de joelho.

PALAVRAS-CHAVE: Osteoartrite. treinamento resistido. capacidade funcional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, G.C., Rocha, S.G., REZENDE, G.A.S., NASCIMENTO, M.R., SCALZO, P.L. Efeitos de um treinamento de resistência muscular em indivíduos com osteoartrite de joelho. *Fisioter Mov.*, Curitiba, v. 29, n. 3, p. 589-596, Jul./Set. 2016. Disponível em: < <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-796221>> . Acesso em: 02 mar 2020

ALVES, J.C.; BASSITT, D.P. Qualidade de vida e capacidade funcional de idosas com osteoartrite de joelho. *Einstein*, São Paulo, v.11, p. 209-215, abril/junho.2013.

CECHETTI, F et al. Reabilitação aquática como recurso de tratamento da osteoartrose de quadril e joelho. *Fisioterapia Brasil*, v.13, n.5, set/out. 2012.

DUARTE, V.S. et al. Exercícios físicos e osteoartrose: uma revisão sistemática. *Fisioter. Mov.*, Curitiba, v.26, n.1, p.193-202, jan./mar. 2013.

FERREIRA, M. M.O atendimento coletivo como estratégia para a oferta de cuidado a usuários com artrose de joelho no âmbito da atenção primária: A experiência de uma equipe de NASF. 2017, 20f. Residência Multiprofissional em Saúde da Família – Fundação Oswaldo Cruz – Fundação Estatal de Saúde da Família, Camaçari, 2017.

FOLSTEIN, M.F. et al. Mini Mental state. *J Psychiat. Res.* 1975; 12:189-98

JORGE, R. T. Exercício Resistido Progressivo Em Mulheres Com Osteoartrite De Joelhos: Ensaio Clínico Randomizado E Controlado. Orientador: Prof. Dr. Jamil Natour. 2011. TESE (Doutorado em Ciências da Saúde Aplicadas à Reumatologia) – Escola Paulista de Medicina, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: < <https://repositorio.unifesp.br/handle/11600/9610>>. Acesso em: 04 out 2020

MARTINS, F. Como manter em forma o doente com artrose. *Zambon*, jan. 2014.

MARTINES, G.A. et al, Efeito do treinamento resistido sobre o ganho de força muscular nos membros inferiores em mulheres com incontinência urinária de esforço. **Rev Pan-Amaz Saúde**, Ananindeua , v. 5, n. 4, p. 29-36, dez. 2014 . DOI: <http://dx.doi.org/10.5123/S2176-62232014000400004> . Acessos em 10 set. 2020.

MENDONÇA J.L. Análise dos índices funcionais das escalas Lequesne e Womac na osteoartrite de joelho tratada através da Estimulação Elétrica Neuromuscular (NMS) associada à cadeia cinética fechada. 2010, 47f. Monografia (Especialista em Fisioterapia)

\Traumato-Ortopédica e Desportiva) - Universidade do Extremo Sul Catarinense – Unesc, Criciúma 2010.

NEOGI, T. Epidemiologia da Dor Articular. Associação Internacional para o Estudo da Dor, n.11, 2016.

NETA, R.S.O. et al Impacto de um programa de três meses de exercícios resistidos para idosos com osteoartrite de joelhos, da comunidade de Santa Cruz, Rio Grande do Norte, Brasil. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, v.19, n.06, p.950-956, Nov-Dec 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/1981-22562016019.160040>.

OLIVEIRA, A.M.I. de; et al. Impacto dos exercícios na capacidade funcional e dor em pacientes com osteoartrite de joelhos: ensaio clínico randomizado. **Rev Bras Reumatol**, São Paulo, 52, 6, p. 876-882, dez 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbr/a/dBcJfq5HBqHskMmMrCZ7YKH/?lang=pt>>. Acesso em 05 fev 2021

QUEIROZ, K.Vetal. Avaliação dos ísquios tibiais através do ângulo poplíteo em pacientes idosos com artrose de joelho. **Fisioterapia Brasil**, v.20, n.6, p.713-720, 2019.

SOUZA, M. C. de. Eficácia De Um Protocolo De Exercícios Associado À Fototerapia Na Dor, Funcionalidade E Força Muscular De Mulheres Com Osteoartrite De Joelho. Orientadora: Me. Patrícia Vassão. 2017. 39 f. TCC (Graduação) – Curso de Fisioterapia, Universidade Federal de São Paulo, Santos, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.unifesp.br/handle/11600/51628>>. Acesso em: 21 set. 2021.

TURNER, M.N. et al. O papel da dosagem do treinamento de resistência na dor e na função física em indivíduos com osteoartrite de joelho: uma revisão sistemática, **Saúde Esportiva**, Mar / abril de 2020; v.12, n.2, p. 200-206. DOI: 10.1177 / 1941738119887183, dez 2019.

VATRI, S. Efeitos Da Cinesioterapia E Do Exercício Resistido Na Osteoartrite De Joelho: Estudo Randomizado Simples-Cego. Orientador: Prof. Dr. Fábio Marcon Alfieri. 2016. 66 f. TESE (Mestrado em Promoção de Saúde) - Programa de Mestrado Profissional em Promoção da Saúde, Centro Universitário Adventista de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <<https://cdn1.unasp.br/mestrado/saude/2020/12/08145120/DISSERTACAO-2-SANDOVAL-VATRI.pdf>>. Acesso em: 05 mar 2021.

MAUS-TRATOS INFANTIL E ATUAÇÃO DA ENFERMAGEM NO ENFRENTAMENTO DA COVID-19

André Luiz dos Santos; Jaqueline Ribeiro Silva, Elisangela Ramos de Oliveira e Ana Paula Ribeiro Razera, e-mail: andreesants@outlook.com

RESUMO

De maneira breve, o abuso físico de crianças é definido como: qualquer ferida não acidental ou ato de omissão dos responsáveis pela criança, que ocasiona em alguma lesão ou risco substancial de morte, ou prejuízo à saúde da criança. Posto isso, verificou-se que, situações de abuso contra crianças e adolescentes é considerado um problema de saúde pública mundial e possui diversos fatores que envolvem: aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos. À vista disso, o objetivo do presente trabalho foi identificar a atuação dos profissionais de enfermagem frente aos maus-tratos infantil no enfrentamento da COVID-19. O método inserido neste estudo consiste em uma revisão integrativa de literatura que teve como questão norteadora: como os profissionais de enfermagem têm atuado frente aos maus-tratos infantis no enfrentamento da COVID-19? O levantamento dos artigos científicos aconteceu entre os meses de fevereiro e junho de 2021, utilizando como descritores: maus-tratos infantis, cuidados de enfermagem, pandemia, sendo considerados para o trabalho artigos publicados entre os anos de 2008 e 2021, nas bases de dados Scielo e PubMed. Dessa forma, torna-se válido salientar que todos os grupos de profissionais que lidam com crianças e adolescentes possuem papel importante no ato de proteção infantil. É essencial que os profissionais de saúde recebam informações adequadas e sejam treinados corretamente a fim de diagnosticarem de forma eficaz, os casos de abuso físico de crianças e adolescentes.

PALAVRAS-CHAVE: Maus-tratos infantis; Cuidados de enfermagem; Pandemia.

OS IMPACTOS DO GERENCIAMENTO POR CATEGORIAS NO VAREJO SUPERMERCADISTA

Bruna Bienzobas, Caroline Alves Ferreira, Paulo Fernando do Nascimento Afonso
e-mail: carolinealves159618@gmail.com

RESUMO

As mudanças sociais e o rápido desenvolvimento tecnológico têm direcionado consumidores a serem mais exigentes em relação à entrega de serviços e produtos, inclusive do setor supermercadista, o qual tem como buscado aprendizagem e treinamento constantes para crescer e acompanhar as mudanças. O “gerenciamento por categorias” é uma ferramenta que pode ser definida como um processo colaborativo de negócios designado a oferecer uma metodologia simples, que integra o varejo e a indústria. É uma tecnologia aliada que pode gerar dados e, a partir de análises, resultar em insights que dão suporte ao planejamento estratégico, tático e operacional. O principal objetivo da ferramenta é desenvolver e gerenciar as categorias como unidades estratégicas de negócios para entregar valor ao cliente, assim o consumidor se torna o centro das decisões (MERLO et al., 2004). Como o processo é voltado para a satisfação do cliente, o foco do negócio concentra esforços para aumentar o valor agregado e a rentabilidade dos produtos vendidos por meio de melhorias significativas da disposição física de uma loja (ECR Brasil, 2007). Para Garcia (2010), a ferramenta “gerenciamento por categorias” é formada por uma série de atividades em etapas para melhorar o resultado direcionado aos parceiros comerciais e seus consumidores. A metodologia é dividida em 8 etapas, sendo elas (1) a definição da categoria, (2) escolha do papel da categoria, (3) avaliação da categoria, (4) definição de metas, (5) plano estratégico, (6) plano tático, (7) implementação e (8) avaliação dos resultados através do ciclo PDCA - (planejar, desenvolver, checar e agir) em uma sequência lógica desses quatro passos que se repetem em direção à melhoria contínua, maior qualidade e internalização do aprendizado em todos os processos envolvidos. A partir desse método é possível tomar ações assertivas para gerenciar e organizar os grupos de produtos gerando desenvolvimento e impacto nos negócios e otimizando o espaço físico, estabelecendo diretrizes para diversos aspectos importantes na tomada de decisão do varejista como preço competitivo nas praças, sortimento ideal para realizar ações promocionais mais customizadas, aumentando a eficiência das iniciativas e favorecendo ajustes nas promoções conjuntas com fornecedores. Os serviços são ajustados de acordo com as operações e padrões de consumo, experiências da loja, ascensão no desempenho

financeiro e a complexidade reduzida. Uma adequada elaboração de categoria gera impactos positivos para o varejista como o aumento exponencial das vendas, melhorias nas taxas de conversões, ticket médio elevado, redução de rupturas, margens maiores, giro mais rápido, otimização do sortimento e redução dos níveis de estoque, recursos mais simples a níveis gerenciais e operacionais como menos esforço desperdiçado, papéis mais claros e maior coordenação entre as funções, melhoria na interação com outros departamentos e fornecedores, e decisões baseadas em análises de dados. ECR Brasil (1998, p. 23) afirma que: O gerenciamento por categorias representa, hoje, a ferramenta disponível no mercado capaz de adequar varejistas e fornecedores às mudanças que estão ocorrendo nas necessidades dos consumidores e no seu comportamento de compra. Este processo é a porta de entrada para garantir e focalizar o entendimento exato do que o consumidor quer e qual a melhor forma de entrega. Por meio dessa ferramenta é possível alinhar a visão do varejista e do fornecedor com a do consumidor. O gerenciamento por categorias tem como objetivo aumentar a venda e a lucratividade do varejista, tornar o mix de produtos mais aderente à demanda do consumidor, de modo a estimular ainda o impulso de compra (SEBRAE, 2014).

PALAVRAS-CHAVE: Supermercado. Gerenciamento por Categorias. Cliente. Fornecedor.

REFERÊNCIAS

GARCIA, Edson Rodrigues. **Proposta de um modelo de gerenciamento de categoria de bebida a base de soja no Angeloni da av. Centenário na cidade de Criciúma.** 2010. 93 f. Monografia (Especialização em Gestão Empresarial) Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2010.

ECR Brasil (Efficient Consumer Response). **Manual gerenciamento por categorias, metodologia simplificada.** São Paulo: Edição Supermercado Moderno, produção Informa Publicações, 2007

MERLO, Edgard Monforte; MAUAD, Talita Marum; NAGANO, Marcelo Sido. Um modelo simplificado da prática de gerenciamento por categorias no varejo de médio porte.

Revista de Administração da Universidade de São Paulo, v. 39, n. 1, 200
SEBRAE. (2014). **Como gerenciar categorias no pequeno varejo.** Disponível em:
https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/

REGANHO DE PESO PÓS-CIRURGIA BARIÁTRICA: UMA ANÁLISE DOS FATORES INTERFERENTES

Sabrina Giovana Martins, Alessandro Gabriel Macedo Veiga, e-mail:
algamave@hotmail.com

RESUMO:

Introdução: O reganho de peso pode ocorrer entre o segundo e ao quinto ano pós-cirurgia bariátrica, transfigurando-se de forma preocupante quando o reganho de peso ganho ultrapassa mais de 10% do peso perdido. Assim como a obesidade, a recidiva de peso também é multifatorial, revelando a necessidade de acompanhamento individual e multiprofissional, priorizando um olhar mais amplo com o intuito de diminuir esse fenômeno. Estima-se que até 60% dos indivíduos que foram submetidos a cirurgia, são reoperados, e aproximadamente 50% voltam ao peso inicial antes da cirurgia. A obesidade caracteriza-se pelo acúmulo de 40% do excesso de gordura corporal. Atualmente há várias possibilidades de tratamento, sendo um deles a cirurgia bariátrica, que pelo Sistema Único de Saúde (SUS) é indicada quando a obesidade está acima do Índice de Massa Corporal (IMC) de 35% associado a comorbidades ou IMC acima de 40% sem necessidades de haver comorbidades pré-instaladas. **Objetivo:** analisar os fatores relacionados ao reganho de peso pós-cirurgia bariátrica. **Metodologia:** estudo retrospectivo por revisão de literatura nas bases de dados Scielo, PePSIC e BVS, entre os anos 2016 e 2020. A revisão de literatura ocorreu pelas palavras-chave: Obesidade, Reganho de peso, Cirurgia bariátrica. **Resultados:** estudos realizados com pacientes pós-cirurgia bariátrica com idade prevalente entre 18 e 78 anos abordam inúmeros fatores individuais, estando o reganho de peso mais presente em mulheres. A realização de cirurgia bariátrica está mais relacionada ao sexo feminino (70%), em decorrência ao estilo de vida, fator hormonal, má alimentação, falta de tempo para o autocuidado. Outra situação é a autocobrança do padrão social, fator estética e insatisfação na autoestima. Ainda, outro dado que chama atenção nos estudos, são os pacientes que possuem menor escolaridade e menor frequência nas consultas pós-operatórias, estes estando relacionados aos que mais tiveram recidiva de reganho de peso. Também é encontrado nos estudos a influência que os grupos sociais têm em pacientes submetidos a cirurgia bariátrica, ocorrendo julgamento que fazem frente ao obeso, opiniões que engatilham o indivíduo ao vício alimentar, vício alcoólico, ansiedade, estresse, frustração, pensamentos sabotadores, distorção de imagem, desestímulo, falta de conversão para hábitos saudáveis, falta de apoio familiar. **Conclusão:** A cirurgia bariátrica é

uma mudança na vida do paciente obeso, por sua vez, auxilia na grande perda de peso, porém, é necessário que o paciente realize seguimento com a equipe multiprofissional, priorizando o apoio do psicólogo e nutricionista, assim como as orientações do enfermeiro.

PALAVRAS-CHAVE: Obesidade, Reganho de peso, Cirurgia bariátrica.

REFERÊNCIAS

BARDAL, A. G.; CECCATTO, V.; MEZZOMO, T. R. Risk factors for weight regain in the late postoperative of bariatric surgery. *Scientia Medica*, v. 26, n. 4, p. ID24224, 11 Nov. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1980-6108.2016.4.24224>. Acesso em: 02. Ago. 2021

KORTCHMAR, E. et al. Reganho de peso após a cirurgia bariátrica: um enfoque da fenomenologia social. *Escola Paulista de Enfermagem: Universidade Federal de São Paulo, São Paulo*. V.31, n.4, p.417-422, ago./2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ape/a/5zSPRMygkJLTFvBf4ZwjDHr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 02. Ago. 2021.

MÉLO, Roberta de Sousa; BENTO, Nargila Mara da Silva. 'A cabeça continua de gordo': Dilemas da gestão de SI de pessoas submetidas a cirurgia bariátrica. *Revista de educação física: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre*, v.25, n25703, nov./2019. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/1982-8918.90445>. Acesso em 2. Ago. 2021.

MARCHESINI, Simone Dallegrove; ANTUNES, Maria Cristina. Fatores grupais e sociais que influenciam no reganho de peso, em pacientes submetidos à cirurgia bariátrica. *Bol. - Acad. Paul. Psicol., São Paulo*, v. 40, n. 98, p. 100-108, jun. 2020. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-711X2020000100011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 02. Ago. 2021.

NETA, Marta Batista de Souza. Cirurgia bariátrica: fatores emocionais e culturais. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*. Ano 04, Ed. 02, Vol. 03, pp. 108-116. Fevereiro de 2019. ISSN: 2448-0959. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/b703/42ecd49d39669093ed4376e27193c4fbc80c.pdf>. Acesso em: 2. Ago. 2021.

VEIGA, Alessandro Gabriel Macedo. EVOLUÇÃO BIOQUÍMICA, NUTRICIONAL E CONDIÇÃO PSICOLÓGICA EM CIRURGIA BARIÁTRICA: ESTUDO DE COORTE DE 2 ANOS, 2018. Tese (Doutorado em Enfermagem) - Faculdade de Medicina, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho". Botucatu, 2018.

RELAÇÃO ESCOLA-COMUNIDADE: A ATUAÇÃO DA GESTÃO ESCOLAR NESSE VÍNCULO

Lara Santesso Anselmo, Bruna Fadoni, Helen Maria Silva, Thaiara Batista Braz, Wanderlei Sebastião Gabini, e-mail: laraanselmo3647@gmail.com

RESUMO

Introdução: A escola é uma instituição importante; é um centro de convivência coletiva, espaço de troca de conhecimentos e de socialização. Ela não está isolada; tem uma relação com a comunidade e com as pessoas que residem em seu entorno, sejam elas famílias de alunos ou não. É um lugar onde atuam diferentes pessoas, com características diferentes e, portanto, nela são exercidos múltiplos papéis. Um bom relacionamento entre equipe gestora e família é fundamental oferece diversas vantagens no ensino-aprendizagem, como a motivação dos jovens e um maior engajamento de todos os membros da instituição. As equipes de gestão escolar devem ser capazes de articular o projeto pedagógico e as necessidades da comunidade escolar, considerando a relação entre escola e comunidade e seu papel a favor da aprendizagem dos alunos. **Objetivo:** Discutir o papel da gestão na interligação entre escola e comunidade. **Método:** Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, realizada a partir de artigos científicos e livros que discutem elementos da área em questão. Foram levantadas as ideias principais trazidas por essas obras, o que embasou o processo de análise. **Revisão da literatura:** A escola e família têm a tarefa de educar e socializar as crianças e os adolescentes, prepará-los para um bom desempenho na vida em comunidade, prezando pelo seu bem-estar físico, mental e social. Libâneo (2008) destaca que a tarefa do gestor é articular as relações interpessoais na escola e entre a escola e a comunidade. Segundo Fullan e Hargreaves (2000), o diretor tem que estar atento a certas orientações: compreender a cultura de sua escola; valorizar seus professores e promover o crescimento profissional deles; promover a colaboração; elaborar listas de opções; utilizar recursos para facilitar e não limitar; conectar-se com o ambiente mais amplo. Uma boa parceria entre família e escola é preditora de saúde, melhorando a aprendizagem e os resultados acadêmicos, prevenindo o abandono escolar e incentivando o interesse pelos estudos (BRITO; SÍVERES, 2015). Entretanto, a construção dessa relação é um desafio para todos porque é preciso ter clareza dos papéis da família e da escola na formação das crianças e dos adolescentes. O Projeto Ações em Rede é um exemplo da articulação entre escola e família por meio do vínculo da escola com outras organizações governamentais ou ONGS, cujo objetivo é a educação integral dos alunos. Esse projeto deu mais ênfase

para a escola como um espaço de convivência na comunidade; estimulou outros espaços de aprendizagem (faculdades e bibliotecas) e criou outros projetos sociais. A escola tem um papel social importante, trabalhando os conteúdos que foram escolhidos como fundamentais para a formação do indivíduo. Além dos conteúdos, a escola deve se preocupar com o desenvolvimento de outras habilidades, como o trabalho em equipe, o saber lidar com a frustração e respeitar as diferenças. Segundo Sacristán (2001), a escola tem como função social fundamentar a democracia, estimular o desenvolvimento da personalidade do sujeito e inseri-lo no mundo. Outra tarefa é construir e cuidar do relacionamento com as famílias dos seus alunos, ressaltando a importância da participação ativa dos pais. As famílias devem se sentir confortáveis para compartilharem suas demandas e a escola deve estar aberta para reconhecer algumas especificidades; devem alinhar as expectativas e pensar em conjunto, evitando uma postura rígida e julgadora que pode afastar os familiares. A presença dos pais e responsáveis na vida dos filhos gera efeitos positivos na vida acadêmica desses. **Considerações finais:** Na relação escola-família é preciso desconstruir a ideia de que a escola ensina e a família educa. Ambas são responsáveis pelo desenvolvimento do indivíduo. Uma comunidade escolar ativa permite um maior planejamento das atividades, de acordo com o perfil dos alunos, fazendo com que o aprendizado seja satisfatório e traga resultados. A relação entre a escola e a comunidade deve ser preocupação dos gestores, que em sua prática, devem viabilizar condições para que ela aconteça, de fato.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão. Escola. Comunidade.

REFERÊNCIAS

BRITO, R. O; SÍVERES, L. As características da participação da comunidade escolar em um modelo de gestão compartilhada. **Sophia**, vol. 11. n. 1, p. 9-20, 2015.

FULLAN, M. HARGREAVES, A. **A escola como organização aprendente:** buscando uma educação de qualidade. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola:** teoria e prática. 5. ed. Goiânia: MF Livros, 2008.

VIEIRA, A.; REGINTO, M. J.; MORAES, M. Relato de Prática: **Projeto Ações em Rede.** Cadernos Cenpec 2009 n.6.

ÍNDICE

Abiqueila da Trindade, Ana Vitória Ramos Bento, Fernanda Nunes Bernardo, Bianca Callegari	231
Adrian Felipe Massoca, Gabriel Sanches Scudilio, Grazielle de Oliveira Coelho, Luan Santos Silva, Flávio Luis Grava Scalco	731
Adriana de Freitas Jesus, Beatriz Baglie Cunha, Heloisa Donzela	803
Alana dos Santos Ferreira, Marília Dalpino Salvador, Suselaine Zaniolo Mascioli	48
Aline Marques Magon, Eduardo Henrique da Silva, Jamile Gonçalves Calissi	341
Alini Oliveira Cassiano da Silva, Guilherme Lucas dos Santos, Renan Alves, Renan Floret Turini Claro	455
Altair Preto de Godoi, Carina Pinheiro Higa, Grasiela Lima	153
Amanda Cristina Pastori, Shaday Mastrangelo Prudenciatti Ikehara	460
Amanda Gonçalves, Michelle de Oliveira Carvalho, Clerison José de Souza Bueno	719
Amanda Helena de Campos Araújo, Ivana Regina Gonçalves	406
Amanda Minatti Varger, Elydiane Silvério Welter, Vinicius Ricardo Lima Fortunato, Bianca Callegari	173
Ana Beatriz Vilela, Tamires Daiane da Silva	160
Ana Carolina Negreli, Lydia Helena Ravassolli, Pérola Liciane Baptista Cruz e Silva	383
Ana Carolina P. Faraco, André L. Verati, Gustavo L. de Souza, Paulo F. Zancanaro, Paulo Fernando do Nascimento Afonso	695
Ana Clara Bachiega Octaviano, Lidiane Marina Oliveira, Vania Aparecida Borim Moretto	787
Ana Clara de Oliveira Nachbar, Natália Ferrucci Quevedo Cineis, Lucia Helena Ormelese de Barros	112
Ana Clara Mazzo, Ana Vitória Ramos Bento, Naiara Chiaratto, Marcela Mangili Esteves Ivo	194
Ana Júlia Campos, Beatriz de Oliveira, Bruna Balbino, Bianca Callegari	188
Ana Laura dos Santos, Elaine Cristina Gardinal Pizato	238
Ana Laura Leandrin Ferreira, Isabela Rossi Paes, Thiago de Souza Candido	480
Ana Laura Modolo de Castro, Thiago de Souza Candido	424
Ana Lia Pieri, Vanessa Cristina Sales, Heloisa Donzela	597
Ana Luísa Vendramini, Maiara Borchardt Januário, Karina Ferraz Tozze, Bianca Callegari	395
Ana Luiza Donzella e Larissa Medeiros de Jesus, Heloisa Donzela	650
Ana Victória Dornellas Toscano, Thiago dos Santos Paim, Patrícia Pelegrina Rosseto	146
André Luiz dos Santos, Jaqueline Ribeiro Silva, Elisangela Ramos de Oliveira e Ana Paula Ribeiro Razera	832
Andreia Renata Sacutti, Tamires Daiane da Silva	677

Ângela Maria Donizeti Ferreira, Gercilene Cristiane Silveira, Adriane Lopes	626
Anna Caroline Tirolo de Lima, Gabriel Luiz de Almeida, Bianca Callegari	252
Anna Katharina Barbato Marinho, Cintia Milene Favaro Bochembuzio	58
Ariadne de Oliveira Francisco, Maria Laura Tondati Guelfi, Isabela Cristina dos Santos Moreira, Thiago de Souza Candido	498
Ariane Baggio, Estevão Ferraz de Camargo, Bianca Callegari,	535
Aryane de Castro Toffetti Milena Vitória da Silva de Aguiar, Jamile Gonçalves Calissi, Vanderlei De Freitas Nascimento Junior	768
Bárbara Hanshkov, Milena Luiza Martins, Maria Madalena Lazari Kawashima	321
Beatriz C. C. Antoniazzi, Gabriel de A. Biscoito, Larissa Perez, Vagner G. P. Júnior, Solimar G. M. Bonjardim	756
Beatriz Tatiane Prado, Emili Cristina Pestana, Mikele dos Santos Ribeiro, Thiago de Souza Candido	653
Bianca de Oliveira Magri, Wanderlei Sebastião Gabini	29
Bianca Gonçalves, Nádia Rogato, Elaine Cristina Gardinal Pizzato	52
Bianca Priscila Herrera, Wanderlei Sebastião Gabini	224
Bruna Bienzobas, Caroline Alves Ferreira, Paulo Fernando do Nascimento Afonso	833
Bruna Cristieli Carneiro, Viviane Rodrigues	127
Bruna Fernanda de Oliveira Orgaide, Mayara Pacheco de Almeida Prado, Marcel Henrique Bertonzzin	166
Bruna Gomes dos Santos, Elaine Cristina Gardinal Pizato	296
Bruna Kerolyn Antonio de Moraes, Richard Moreira Nalia, Shaday Prudenciatti	794
Bruna Montagna, Gercilene Cristiane Silveira, Giovanna Castilho Davatz Lopes,	430
Bruna Muntú da Silva, Thiago de Souza Candido	528
Bruna Nayara Ferreira, Gabrielle Priscila Salles, Thiago de Souza Candido	521
Bruna Ruiz de Moura, Eloha Brilha Inácio da Silva, Stefani Edvirgem da Silva Borges	120
Bruna Scarabello Martins, Francisco Augusto Supricio, Vanessa Monteiro Beraldo da Costa, Vinicius Marchi da Silva, Ademir Testa Junior	512
Camila Hernandez Bassan, Maria Beatriz Peretti, Marcel Henrique Bertonzzin,	271
Carlos Vinicius de Godoy, Julio Cezar Azevedo, Maria Valdenize Porfirio Lima, Bianca Callegari,	608
Cristian de Souza Fregolente, Eduardo Toledo Arruda Galvão de França	800
Dandara Mosso Marangon, Vania Aparecida Borim Moretto Delpino	712
Daniela da Silva Barbosa, Gabriele Carneiro de Moura, Renata Cristina de Oliveira Souza Castro	593
Dara Keico Kobayashi Sanchez, Ébony Lorryne Manzini, Viviane Rodrigues	336
Diego Cesar Vieira Sanchez, Vânia Aparecida Borim Moretto Delpino	666

Douglas Teixeira da Silva, Gabriela Fernanda Ferraz Luchiari, Yan Felipe Hernandez Dionísio, Heloisa Donzella.	807
Eduarda Marcos Silva, Bianca Callegari	348
Edymara dos Anjos Oliveira, Grazielle de Oliveira Galvão, André Luiz Ventura Savio	505
Elias Felipe Pinto, Brenda Lara Rosa Cunha, Luiz Felipe Rodrigues, Meliza Nobre, Jamile Gonçalves Calissi,	672
Eliziane T. S. Braz, Gabrieli Castro, Vânia Delpino	466
Ellen Caroline Almeida da Silva, Giovana Rodrigues Nogueira; Perla Savana Daniel	698
Erica Valvasori Gonçalves, Adriana Campos Meiado	578
Fabio Adriano Bassan, Kaik Vitor Lira dos Santos, Guilherme Augusto Martines	829
Fernanda Brito do Amaral, Carla Maria Nicola Coletti	217
Flávia Alessandra Volandi Bernardo, Isabele Godoi de Pieri, Ivana Regina Gonçalves	492
Flávia Andresa Terzi, Tamara Aparecida Bonifácio Nono, Gercilene Cristiane Silveira, Nagila Garcia Galan de Oliveira	413
Flavielle Barbi Garcia, Hamilton Cesar Hermenegildo Junior, Priscila Verza, Stephania Hertal Farias Nunes, José Rafael Pena	763
Gabriela Grandeso, André Luiz Ventura Savio	620
Gabriela Ortolani Castelo, Bianca Callegari	139
Gabrieli De Barros Friche, André Luiz Cezarino Dos Santos, Paula Grippa Sant'Ana	637
Giovana Cerazi Grosso, Maria Lara Ribeiro, Heloísa Donzella	575
Giovanna de Moraes Gonçalves, Rhilary Perez, Giovanna Castilho Davatz Lopes	615
Giulle Silveira Brito, Vanessa Dantas da Silva, Pérola Liciane Baptista Cruz e Silva	560
Heloísa Dangió Fontollan, Vanderlei de Freitas Nascimento Junior	684
Inaiane Boscarini, Tanize do Espírito Santo Faulin	487
Izabela Fernanda Mageste, Mariana Ambrosio de Campos Villela, Lucia Helena Barros	17
Jackeline de Oliveira Fornaroli, Aguinaldo José da Silva Gomes	105
Jaila Aparecida Rodrigues, Isabella Unterrichter Rechtenthal	265
Jaqueline Fernanda Desidério, Laura Cinigaglia Carra, Gercilene Cristiane Silveira, Giovanna Castilho Davatz Lopes	418
Jaqueline Samara de Oliveira Marinho, Tanize do Espírito Santo Faulin	378
Jaqueline Vieira, Maria Angélica de Souza Oliveira, Heloísa Donzella	402
Jessica X. da Silva, Laura A. Balivo, Yasmins G. Verdini, Solimar G. M. Bonjardim	740
João Guilherme Caldeira Guizzardi, Renan Floret Turini Claro	442
Jonatas Luiz Godoy, Guilherme Augusto Martines	827
Júlia de Mello Andrade, Giovanna Castilho Davatz Lopes	549

Julia Trindade Feltrin, Bianca Callegari	314
Juliana dos Santos Freire, Carla Maria Nicola Coletti,	132
Juliana Sabrina Pedroso, Thaís Telles de Lima, Heloisa Donzella	820
Kamilli Roberta Melão, Marcelo Mott Peccioli Paulini	65
Karina Bonello Arsenios, Ariel Lopes, Guilherme Martins Morais, Vanderlei de Freitas Nascimento Junior, Perla Savana Daniel	705
Karina Cipoli, Adriana Campos Meiado	631
Karina Ferreira da Silva, Heloísa Donzella	567
Kelly Fernanda Martinho de Oliveira, Leonardo Vinicius Martinello, Andrielle Araújo Oliveira	815
Laiz Ferreira, Ana Flavia Cruz Lopes, Thayna Alves Custódio, Gabrieli Roque de Castro, Ana Paula Ribeiro Razera,	472
Laiza Adriana Canola, Isabella Unterrichter Rechtenthal	22
Lara Santesso Anselmo, Bruna Fadoni, Helen Maria Silva, Thaiara Batista Braz, Wanderlei Sebastião Gabini	837
Larissa Spossar, Maria Clara Prado Rizzo, Vânia Borim Moretto Delpino	303
Láyra Furtado Schiavon, Livia Ramos Tavares, Bianca Callegari	600
Leonardo de Oliveira Simplício, Bianca Callegari	362
Leonardo Rafael Ocon, Lúcia Helena Ormelese de Barros	307
Letícia Malmercic Vicente, Luana Caroline Bagarini, Wanderlei Sebastião Gabini,	259
Letícia Maria Cocia, Orientadora Shaday Mastrangelo Prudenciatti Ikehara	541
Leticia Missassi Medeiros, Grasiela Lima	34
Lidiane Aparecida Kil, Mariane Dezen de Araújo Silva, Lúcia Helena O. Barros	13
Lilian Ribeiro Sobral, Perla Savana Daniel	749
Lisabely Silvestre Aluísio, Yara Rodrigues dos Santos, Bianca Giordana Zaniratto	825
Lorena Luzetti, Viviane Rodrigues	41
Luana Ocon, Veronica Motta Nunes, Vanderlei de Freitas Nascimento Junior	659
Lucas de Lazari Dranski, Bazílio de Alvarenga Coutinho Júnior	781
Lucas de Lazari Dranski; Jamile Gonçalves Calissi	691
Lucas Raimundo da Silva, Tamires Pereira, Gleidys Damasco Barbieri, Vitoria C. Mantelli, Solimar G.M. Bonjardim	822
Luciano Ginizelli Neto, Sthefany Caroline da Silva Rodrigues, Giovanna Castilho Davatz, Adriane Lopes	390
Ludmila Freidemberg, Celso Henrique Nicola	84
Luiz Felipe Ramos de Mattos, Vinicius Venanzi, Paula Grippa Sant'Ana	805
Mariana Ferreira Alcântara, Isabella Unterrichter Rechtenthal	292

Mariana Gagliano, Natalia Frate, Marcela Ivo	279
Marina Ferreira da Luz, Marcelo Mott Peccioli Paulini	244
Matheus Henrique de Araújo, Ademir Testa Junior	810
Matheus Nauann Brandini Nogueira, Bianca Callegari	286
Michaele Ramalho, Carolina Fernandes, Giovanna Castilho Davatz, Adriane Lopes	585
Milena Cristina Silva Gomes, Tamires Renata Scudilio, Vanessa Melissa Nogueira, Heloísa Donzella	817
Milene Fernanda Ramalho, Tanize do Espírito Santo Faulin	373
Monise Ferreira Santos, Eder Marques De Oliveira; Renata C. de O. Souza Castro	368
Murilo Perim Tosi, Adriane Lopes, Giovanna Castilho Davatz Lopes	434
Nádia de Paula Santana, Elisângela Oliveira	812
Natália Bruna Martinez, Viviane Aparecida Sabino, Heloísa Donzella	352
Natalia Raminelli dos Santos, Adriana Campos Meiado	328
Paloma Lisboa Francisquini, Aguinaldo José da Silva Gomes	180
Paulo Roberto de Barros, Tatiana Aparecida da Silva Sapricio, Marcela Mangili Esteves Ivo	91
Pedro Vicente Moda, Paula Grippa Sant'Ana	642
Rafaela Fernanda Alves, Maria Eduarda Evangelista, Carlos Ferraz	775
Rayane S. Silva, Vivian A. De Lucio Monterosso, Patricia P. Rosseto	209
Sabrina Giovana Martins, Alessandro Gabriel Macedo Veiga	835
Sarah Raquel Tomioto Garcia, Suzana Abrunhosa	77
Silvia G. de O. Gimenez, Solimar G. M. Bonjardim	98
Talita Marques da Silva, Débora Regina Félix, Viviane Rodrigues	70
Victor Favero Aparecida, Jamile Goncalves Calissi	725
Vinícius de Sousa, Aguinaldo José da Silva Gomes	202
Vitória Torino Marto, Renata Cristina de Oliveira Souza Castro	604
William Napoleão Santana, Ademir Testa Junior	553
Willian Albuquerque da Silva, Jamile Gonçalves Calissi	734
Yasmim Silva Vitor, Gabrielle Leticia Del Cassala, Marcelo Mott Peccioli Paulini	117